

FRANCISCO PINTO CUNHA LEAL
INTELECTUAL E POLÍTICO
ESTUDO BIOGRÁFICO
(1888-1970)

VOLUME I

**Dissertação de Doutoramento em História
Política e Institucional (séc. XX), apresentada
por Luís Manuel do Carmo Farinha na
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa**

2003

NOTA PRÉVIA

Devo ao Professor Fernando Rosas o estímulo com que, já no longínquo ano de 1994, me iniciei no estudo do mundo político republicano e da sua cultura. Depois do *Revirvalho*, cujo objecto constituiu o tema da tese de mestrado, cresceu em mim a curiosidade pela vida e obra de tantos democratas que, de forma generosa mas intransigente, se bateram pela regeneração económica, social e política do seu país.

Entre muitos, e por razões diversas, o meu empenho recaiu sobre Francisco Pinto Cunha Leal. À sua família, cumpre-me agradecer a enorme gentileza e carinho com que sempre me recebeu e a amabilidade que demonstrou na cedência da documentação dos seus arquivos pessoais. Recordo aqui as preciosas informações recolhidas de seu filho Artur Pinto Cunha Leal, entretanto falecido e, em especial, a disposição sincera e sensibilizada de sua filha, Maria Helena Cunha Leal Rocha, com a qual pude partilhar a experiência do convívio especial que sempre manteve com seu pai.

De Maria Noémia Anacleto recebi, para além de uma importante correspondência e um lote de artigos de jornal da autoria de Cunha Leal, o precioso testemunho de alguém que, ainda jovem estudante, visitava amiudadas vezes a casa do amigo de seu pai, que considerava um mestre na arte de receber e conversar.

Ao labor bibliófilo do Professor António Ventura devo o acesso a um lote de rica e interessante documentação, composta de correspondência e diversos, por ele resgatado do mercado livreiro, por onde hoje circula, sem inventariação, tanta da documentação referente a Cunha Leal.

De meus honrados pais recebi o estímulo de quem, no ocaso da vida, se compraz na felicidade dos seus. De todos os entes que me são queridos, a estabilidade afectiva que me deu a força e a sabedoria para levar a cabo tão laborioso projecto.

ÍNDICE

VOLUME I

INTRODUÇÃO

1. O Objecto	1
2. Motivações de uma escolha	9
3. Pressupostos epistemológicos e metodologia	13
4. Fontes e bibliografia	19

I PARTE – A JUVENTUDE

CAPÍTULO I – “O FENÓMENO PROVINCIANO”

1. A infância e a adolescência – da “beira-serra” a Lisboa (1888-1901)	23
2. O triunfo escolar – do Liceu à Politécnica	32
3. Na Politécnica – luta académica e Revolução	40
4. Sob a inspiração de “Diógenes” – do <i>A`vante</i> a <i>O Intransigente</i>	45

CAPÍTULO II – TIROCÍNIO POLÍTICO (1911-1914)

1. N` <i>O Intransigente</i> – inconformismo intelectual e político	55
2. A “revolução científica” – um novo guia para o comportamento	65
3. A reforma da República	69
4. Arcaísmo e modernidade na sociedade portuguesa	75
5. O difícil desenvolvimento económico	81
6. Colónias e independência nacional	84
7. A reforma do sistema político	86

CAPÍTULO III – DA ESTADIA EM ÁFRICA AO *FRONT* (1914-1918)

1. Em Angola – um novo <i>missionário</i> da República	91
--	----

2. De Angola à Flandres	103
-------------------------	-----

II PARTE – A MATURIDADE

CAPÍTULO IV – NO PARLAMENTO SIDONISTA (1918-1919)

1. O advento do novo “Messias”	113
2. Por um Parlamento que legisle e um Presidente da República que chefie	118
3. Com Machado Santos na Secretaria das Subsistências e Transportes	124
4. Contra o “discurso da coroa” – audácia e incomodidade	130
5. Na agonia do Sidonismo – o assalto ao poder	143
6. A Revolta de Santarém – à beira de uma guerra civil	146
7. A “gloriosa Jornada de Monsanto”	151
8. “Defender a República com unhas e dentes”	153

CAPÍTULO V – A REPÚBLICA RADICAL (1919-1921) – “*ABRIR A BURRA DOS ARGENTÁRIOS COM A COLABORAÇÃO DA GNR*”

1. Da “Jornada de Monsanto” à “refundação da República	159
2. Eleições e reforma do sistema político	163
3. No Partido Popular: a “maior força de bloqueio” da instituição parlamentar	168
4. Uma partido pequeno, uma “obra” grande	176
5. A primeira prestação de provas como Ministro das Finanças	194
6. De novo Ministro das Finanças no Governo de Liberato Pinto	199
7. A ascensão do Partido Liberal e a “corrida” radical	210
8. A “Noite Sangrenta”	219

CAPÍTULO VI – A RECONVERSÃO CONSERVADORA – LIBERAL E NACIONALISTA (1922-1926)

1. Na Presidência do Conselho de Ministros – o apaziguamento depois da “Noite Sangrenta”	229
--	-----

2. A reorganização da oposição ao <i>democratismo</i> – em torno do Partido Liberal	241
3. Um líder da oposição liberal no Parlamento	248
4. Cunha Leal, Director d` <i>O Século</i>	253
5. Uma nova agregação das oposições – a fundação do Partido Republicano Nacionalista	265
6. De novo no governo – de Ginestal Machado	278
7. Uma oposição intransigente – ao governo de Álvaro de Castro e ao “Calígula” de Angola	294
8. Os primeiros sinais de advento da Ditadura	308
9. Um capitão do Exército, reitor da Universidade de Coimbra	311
10. Nas margens do golpismo militar – o <i>18 de Abril de 1925</i>	317
11. A violência do combate institucional contra o <i>esquerdismo</i> – no Parlamento e no Tribunal da Sala do Risco	333
12. A cisão no Partido Nacionalista e a fundação da União Liberal Republicana	344
13. Esquerda e direita no Parlamento e na rua – o combate até à sujeição de um dos blocos	362

CAPÍTULO VII – ADVENTO DA DITADURA MILITAR – O APOIO CRÍTICO À SITUAÇÃO (1927-1930)

1. Os “cabouqueiros” da <i>Revolução de Maio</i>	373
2. Da “expectativa benévola” ao afrontamento – contra a “balbúrdia belenense”	379
3. Depois da “revolução”, a normalidade – o convívio dos contrários	386
4. Por <i>Maio</i> , contra todas as revoluções	391
5. Em Genebra, no centro do mundo	401
6. Que União Nacional Republicana?	410
7. Sob o signo do empréstimo externo	414
8. Contra a ditadura financeira de Salazar	419
9. A Ditadura Eterna e a “Obra Intangível” do “mago conimbricense”	426
10. “Mortal e insubmisso” – o fim de uma carreira política	435

III PARTE – O OSTRACISMO

CAPÍTULO VIII – O CORTE COM A SITUAÇÃO – DEPORTAÇÃO E EXÍLIO

1. Um itinerário de deportação e exílio (1930-1932)	441
2. 1931 – o ano de todas as revoltas	452
3. O “Novo Evangelho Democrático”	456
4. A Conferência de Beyris (1931)	465
5. Na ascensão definitiva de Salazar, vence a força	470
6. “Nem o passado que não deixou saudades, nem o presente que nos não honra”	472
7. Contra a Constituição – abstenção. Pela revolução ainda!	481
8. <i>A Vida Contemporânea</i> – “ampliar a curiosidade e lobrigar as formas do futuro”	488
9. O segundo exílio (1935-1936)	497
10. A antecâmara da II Guerra Mundial	502

CAPÍTULO IX – A TRAVESSIA DO DESERTO (1940-1949)

1. Uma “indesejável” neutralidade	511
2. A reorganização das oposições	517
3. À margem do Movimento de Unidade Democrática (MUD)	521
4. Contra Norton de Matos – mais uma vez	534

CAPÍTULO X - “OS ANOS DE CHUMBO” (1949-1959)

1. As eleições de 1949 à Assembleia Nacional	543
2. A campanha para a Presidência da República de 1951	556
3. “Surge et ambula”!	566
4. A “guerra dos papéis”	577
5. Razões de um abstencionista – as eleições de 1957	585

6. Cunha Leal – candidato a Presidente da República	597
---	-----

CAPÍTULO XI – UM SENTIDO PARA A VIDA, UMA VIDA COM SENTIDO (1959-1970)

1. O que fazia correr um octogenário?	611
2. Portugal e colónias – último combate	617
3. A “traição” dos pseudo-patriotas	629
4. Novembro de 1961 – as primeiras eleições sem Cunha Leal?	636
5. Na liderança da Acção Democrato-Social	644
6. O ano de “Ilusões Macabras”	651
7. Amigos e inimigos velhos	659
8. Um “construtor de Memórias”	664

CONCLUSÃO	675
------------------	-----

CRONOLOGIA	691
-------------------	-----

GENEALOGIA	707
-------------------	-----

FONTES E BIBLIOGRAFIA	709
------------------------------	-----

I – FONTES

1. Espólios e Arquivos	709
1.1. Arquivo Histórico Militar	
1.2. Arquivo do Museu da Ciência – Escola Politécnica	
1.3. Arquivo Histórico do Banco Nacional Ultramarino	
1.4. Arquivo do Ministério da Educação – Escola Secundária de Passos Manuel	
1.5. Arquivo do Liceu de Castelo Branco	

- 1.6. Arquivo Histórico de Vila Nova de Famalicão – Espólio de Bernardino Machado
- 1.7. Arquivo Histórico do Ultramar
- 1.8. Arquivo Distrital de Castelo Branco
- 1.9. Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo
- 1.10. Tribunal Militar Especial (Santa Clara)
- 1.11. Arquivo Histórico da Assembleia da República
- 1.12. Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- 1.13. Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (Alpiarça) – Espólio de José Relvas
- 1.14. Public Record Office (Depositado no Centro de Documentação do ICS, Lisboa)
- 1.15. Espólio de Francisco Pinto Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal Rocha
- 1.16. Espólio de Francisco Pinto Cunha Leal, na posse de Noémia Neves Anacleto
- 1.17. Espólio de Francisco Pinto Cunha Leal, na posse de António Ventura

2. Documentação impressa	713
2.1. Obras de Cunha Leal	714
3. Correspondência	716
4. Artigos, cartas, manifestos e depoimentos publicados em periódicos	721
5. Legislação	737
6. Entrevistas	737
7. Conferências, Discursos, Comícios e Panfletos	739
8. Outras publicações de Cunha Leal	743
9. Jornais e Revistas	743

II – BIBLIOGRAFIA

1. Obras e artigos de carácter teórico e metodológico	746
2. Obras de carácter geral e enquadramento	748
3. Obras de contextualização política	750
4. Obras e artigos sobre Cunha Leal	756

VOLUME II

ANEXO DOCUMENTAL

INTRODUÇÃO

O objecto

Francisco Pinto Cunha Leal – engenheiro militar, jornalista e intelectual, tribuno, político – eis o nosso objecto de estudo. Do homem poliédrico, escolhemos em primeiro lugar a acção política e, em segundo, o corpo de ideias ou doutrinas que lhe orientaram o devir de uma vida que se espalhou por mais de oito décadas, repartidas pelos séculos XIX e XX. Cunha Leal foi um intelectual que mergulhou com sofreguidão na acção política para, de tempo a tempos, vir à tona em defesa das suas ideias ou do corpo doutrinário do grupo em que se encontrava inserido. Normalmente, sem preocupações com a acomodação aos padrões político-culturais dominantes e, portanto, em luta aberta com os homens do seu tempo.

Reconhecemos a impossibilidade de lhe descrever a totalidade da vida, indocumentável, por via de regra, na maior parte dos casos. Privilegiámos, portanto, a dimensão pública do indivíduo, mas não ignorámos que muitas atitudes, gestos, sentimentos, paixões – observados por si ou pelo espelho do outro em que se revia e que nós hoje consultamos -, apesar de pertencerem ao domínio do individual profundo, não poderão ser ignoradas, sob pena de mutilarmos uma parte do homem. Impossível ignorar a humanidade combativa inscrita no indivíduo que confessa, em carta ao amigo do peito, a sua descrença, mesmo a sua profunda fragilidade quando, ao mesmo tempo se bate com força leonina numa luta sem quartel contra “a ditadura do partido único” republicano ou se lança, em combate desigual, contra os próceres do situacionismo estadonovista. Interpretar a sincronia de uma aparição pública vigorosa e eficaz com um estado de alma desmoralizado, ou com uma concomitante debilidade física, não muda a

acção do homem no mundo, mas acrescenta-lhe qualidades humanas que não podem ser ignoradas e antes devem ser ajuizadas no acto interpretativo. Ora, esta situação aconteceu muitas vezes com Cunha Leal, em especial depois do ostracismo a que foi votado após 1930!

Desta opção resultou a assunção de profundos silêncios – tão significativos, porventura, como os momentos eleitos para dar sentido lógico à vida vivida do biografado. E ao assumi-lo, temos consciência de ter evitado uma narrativa demasiado pormenorizada da vida de Cunha Leal sem, por outro lado, pretender enveredar por uma descodificação “científica”, apenas apegada aos factos significativos e, supostamente, eficazes historicamente¹. Não podem contar-se todos os pormenores de uma vida – até pela impossibilidade material de o fazer -, mas não pode ignorar-se por exemplo que, tão importante como as ideias expressas no comício anti-germânico produzido por Cunha Leal em frente do palácio do Governador Norton de Matos, em Luanda, em 1915, foi o conjunto de reacções em cadeia que acabou por incompatibilizar, de forma “patológica” (=conflitual) os dois homens, ao longo do resto das suas vidas. Ocorrido numa conjuntura adversa de pré-guerra, esse episódio juntou a burguesia de serviços luandense, num mesmo impulso, contra a alegada passividade do Governador e ajudou a criar uma animosidade contra a obra colonizadora de Norton que se prolongou pelo pós-guerra, durante o seu alto-comissariado. No entanto, se essa oposição teve alguma expressão entre os colonos, através da sua imprensa, em nenhum caso ela adquiriu a força demolidora que se encerra no “Calígula em Angola”, da autoria do biografado. Porventura de forma apaixonada e excessiva,- como aconteceu em tantos momentos da sua vida – Cunha Leal foi aqui o que melhor encarnou e

¹ Em *Essais sur la Théorie de la Science*, Max Weber critica, justamente, essa ideia comum de que só é objecto histórico o que é significativo, já que todos os estudos biográficos podem tornar-se interessantes como fonte de conhecimento. Para Weber, as experiências individuais são categorias representativas, generalizáveis e, portanto, úteis como formas de conhecer uma massa de indivíduos

interpretou, quiçá de forma contraditória, o sentido da História: não era a obra nortoniana mais um dos sonhos de verão daquela burguesia republicana empenhada, inconsciente e quixotescamente, na construção de um Império impossível? Ora, foi nestes episódios significativos que mais claramente veio ao de cima a singularidade de Cunha Leal – um ser que se afirmava como racional, mas simultaneamente apaixonado, que punha todo o seu saber e força na defesa das “posições justas” mas que, como humano, não raras vezes cedia ao irracionalismo e à sem-razão no fragor da luta. Descarnado das ideias com que maravilhava na tribuna do Parlamento ou no comício, os adversários apontavam-lhe o orgulho, o individualismo, a violência da palavra e o espírito demolidor, enquanto os amigos e correlegionários lhe reconheciam a vontade indomável, a tenacidade, a perspicácia e a coragem moral e física.

É portanto a singularidade do indivíduo, para além de todas as semelhanças com os homens do seu tempo, que fundamenta a necessidade desta biografia. Cunha Leal viveu uma época especialmente agitada e prodigiosa em acontecimentos: em Portugal, o advento da Primeira República, a sua consolidação e queda e a luta pela reimplantação do regime democrático; no mundo, as profundas mudanças da cena internacional que se sucederam a 1919 e a 1945. Em relação a essas mudanças radicais, nunca se posicionou de forma indiferente, antes se abriu a transacções profundas de ideias e pensares – tanto com correlegionários, como com adversários. Foi uma vez – talvez a maioria – um “oposicionista sistemático” e outras um “apoiente efusivo”, nas suas próprias palavras². Deste modo de ser sempre recolheu um ónus pesado de incompreensões, de acusações e, no fim, um manto de silêncio, o que levaria David Mourão Ferreira a considerá-lo o “Grande Proscrito”³.

² Vide Cunha Leal, *Verdades Elementares*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1953, p. 26

³ Vide David Mourão Ferreira, *Textos Antológicos de Cunha Leal*, “Prefácio”, Edições Cosmos, Lisboa, 1991, pp.9-11

Mas o indivíduo é também o seu tempo e o seu meio – indivíduo e sociedade são realidades que se implicam mutuamente. Por isso, tanto quanto o esclarecimento de um itinerário individual, sem dúvida único e irrepetível, e ao mesmo tempo típico e revelador de uma época, move-nos igualmente o objectivo de sondar as envolventes objectivas que impuseram ao homem a razão do seu combate e, bem assim, uma finalidade última – sem dúvida mais exigente – de avaliar a sua capacidade de agir sobre o seu próprio destino, sobre o destino de muitos dos seus compatriotas e sobre o destino do seu país. Cunha Leal foi tanto mais combatente, quanto a sua época, sem dúvida perturbada, lhe deu motivos para lutar. Entre as muitas vias preconizadas – ou simplesmente abertas – viu-se “condenado” a decidir, na maioria das vezes, em desarmonia com o sentimento médio vigente. Neste sentido, ele foi, por excelência, um criador de liberdade a que amigos e adversários se vergaram sempre, pela sua coragem cívica e moral.

Se a singularidade individual é o objecto primeiro, não há que esconder que, mais indirectamente, nos teve que interessar a teia de relações que cerziu o jovem estudante da academia de Lisboa e depois o deputado e governante republicano e, por fim, o oposicionista ao regime de Salazar. Noutra dimensão ainda, a dinâmica histórica que acompanhou o advento do regime republicano, a crise do sistema liberal e democrático e a luta dos democratas pela reimplantação de um sistema representativo. Ou seja, para além da singularidade, em relação dinâmica com a sociedade, procurámos dois outros objectivos – o de eleger o homem como representativo de uma massa de indivíduos que viveram a crise do regime liberal e a luta pela sua reimplantação e, simultaneamente, esclarecer, pela experiência vivida do biografado, o contexto global da sociedade em que viveu.

Alicerçámos a biografia de Cunha Leal numa quádrupla dimensão: processual, relacional, dinâmica e una. Processual, na medida em que uma vida é um processo complexo que nem a morte conclui, porque o homem é um ser que aspira à perfeição e à eternidade. Em Cunha Leal, essa aspiração manifestou-se de formas diversas: pela vitalidade das suas posições públicas, tomadas até às portas da morte, pela preocupação de honrar o nome familiar que desejava ver prolongado pelos filhos e pelos netos, pela reconstrução/rectificação do seu próprio devir através da escrita dos três livros de Memórias.

Relacional, porque em cada momento, o homem é um repositório de experiências humanas que “decidem” sobre as suas próprias decisões: não há um “eu” sem um (ou muitos) “tu”. Cunha Leal foi, neste domínio, um democrata que sempre ambicionou discutir os mais instantes problemas do país sem recurso a dogmas ou limitações de qualquer espécie – no Parlamento, na tribuna pública, nos jornais ou em livros. Ao pensamento único – filosófico, político – sempre preferiu a abordagem eclética, aquela que evita a adopção exclusiva de um ponto de vista e permite uma visão poliédrica, mais de acordo com a complexidade da natureza humana e com os novos padrões filosóficos de incerteza e probabilidade que absorveu do relativismo científico do seu tempo. No poder ou na oposição, sempre reivindicou a “transacção de ideias” entre todos os portugueses (sem exclusão de classe ou ideologia) porque o “problema português” exigia o contributo de todos. O caminho não podia ser sempre pela esquerda, nem muito menos sempre pela direita; e quase nunca era sempre em frente. Os homens seus contemporâneos apontavam-lhe a volubilidade e a mudança brusca de azimuth político. Respondia-lhes que era bem mais digno de reparo quem não sabia adaptar-se às novas realidades de um mundo em mudança acelerada.

Também dinâmica, porque a realidade individual e colectiva é mutável – em particular em épocas como aquela que Cunha Leal viveu – e não deixa ninguém pelo caminho, antes empurra o indivíduo, mesmo que ele tente resistir ou mergulhar por debaixo da onda que o ameaça submergir. Neste domínio, o interesse da biografia reside, justamente, no facto de com ela se poder melhor reconstruir a dinâmica social – ou seja, a instabilidade contínua da realidade social, inscrita na dinâmica individual. Quem podia imaginar que, num dia de anos de sua mulher – um muito célebre dia 19 de Outubro de 1921 – pudesse ter sido abordado pelo seu mais acérrimo adversário político, o Presidente do Ministério António Granjo, para lhe dar acolhimento em sua casa perante a perseguição que lhe movia a “rua republicana” radical? Como considerar “normal” a protecção heróica que prestou ao seu protegido - e malgrado Granjo-, no Arsenal da Marinha, com risco da própria vida? Podia o indivíduo ter fugido ao seu “destino” trágico? Granjo acolheu-se à asa protectora do jovem capitão que o Parlamento revelara como um combatente ousado, mas honrado e corajoso; Leal limitou-se a honrar a solidariedade e a fraternidade devida a um republicano, mesmo que de adversário político se tratasse. Nestas circunstâncias, a “Noite Sangrenta” podia ter sido diferente daquilo que foi para cada um dos protagonistas – protector e protegido?

Por fim, também a dimensão una, ou seja aquela que faz de Cunha Leal alguém que podemos reconhecer ao longo de toda a vida, perante tantos acontecimentos desconcertantes e mudanças do mundo. Na verdade, o jovem justificou o adulto empenhado na regeneração do seu país e antecipou de muitos anos o ancião que nunca desistiu de lutar por um Portugal mais rico e equitativo. Desde jovem, acompanhou a intelectualidade do seu tempo, vendo na República a sua Dulcineia: foi (quase) sempre um utópico nos objectivos e um moderado nos meios de os atingir. Experimentou, como

toda a intelectualidade portuguesa, os dissabores resultantes da inadequação dos meios aos objectivos largos que preconizava. Mas separou-se dessa intelectualidade – e quase a hostilizou – por senti-la descomprometida com a realidade e sem coragem para “sujar” as mãos nas “baixeiras” da política. De 1910 a 1958 – data do *Manifesto* de candidatura à Presidência da República – perseguiu os mesmos três grandes objectivos: extensão dos direitos políticos e sociais ao maior número de portugueses, elevação do nível de vida do povo e solução do problema económico e político do país.

Foi, da juventude à velhice, um provinciano à conquista da cidade: adoptou para si a “patria chica” do Alcaide, lá regressou amiudadas vezes para recompor a alma debilitada e também aí quis repousar para sempre. Das fragas alterosas da Gardunha, o “beirão” carregou no coração a exigência do resgate dos pobres e ignaros camponeses da “beira-serra” e de uma família que se tornou itinerante para lhe facilitar a carreira escolar. Dessa matriz serrana de onde extraiu o ensimesmamento, a timidez e a solidão – mas também a força - saíu, pelo trabalho que valorizou as excelentes capacidades intelectuais, o solitário que decidiu conviver heroicamente com os desaires constantes da vida, o lutador persistente que aprendeu a nunca desistir, o trabalhador incansável, porque tudo o que obteve lhe resultara do suor do rosto.

Do Cristianismo, que impregnava a cultura beirã e familiar, incorporou a aspiração da frágil condição humana à perfeição individual, embora nunca tenha deixado de ser sensível à dimensão religiosa popular. No entanto, o que esteve sempre em causa foi o facto de a elite republicana ter enfiado um “barrete frígio” demasiado apertado na cabeça de um povo arcaico. A reacção viria e seria temível... Daí que, logo desde as páginas d’*O Intransigente* tivesse sido imoderado nas críticas ao jacobinismo vigente. E que, em 1926, o programa da ULR (União Liberal Republicana), que fundou,

incluísse a tolerância religiosa e as relações políticas do Estado com a Igreja como uma questão fundamental do país.

Da “geração da greve académica de 1907”, carreou a ideia de uma sociedade conflitual e classista de onde, pelo milagre de uma síntese gloriosa, haviam de ressarcir-se as aspirações justicialistas do maior número, que são os produtores. Ser democrata, era aceitar a ideia de que a democracia política exige uma democracia social e que o tempo a trará, inevitavelmente. Em Cunha Leal, estas ideias irão frutificar em 1931, no “Programa de Regeneração Nacional”, nas ideias de “democracia social” que desenvolveu na “Vida Contemporânea”, nos “Manifestos” de 1949 e de 1958 e nos diferentes documentos que subscreveu nos anos 60, no âmbito da Acção Democrato-Social. Se o “sentido da história” aponta para aí, então não há que impor-lhe barreiras ou acelerar-lhe os passos – mas sim caminhar em conformação com as aspirações da maioria dos homens do seu tempo.

Em duas outras dimensões – a política e a económica – Cunha Leal acompanha, igualmente desde muito cedo, (desde o período em que escreve no jornal *O Intransigente*), as preocupações das elites reformadoras do seu tempo. Do programa de regeneração nacional do primeiro período republicano, evoluirá, de forma lógica, para a necessidade de pugnar pela preparação do país para os inevitáveis embates com um mercado europeu sem barreiras, primeiro em 1927, na Conferência Económica de Genebra em que participou e depois em escritos, na década de 50, perante os avanços do Mercado Comum Europeu. Desde muito cedo incorporou a ideia de que a Primeira República – que se instalara para resolver os problemas do país – era ela própria um sub-sistema a necessitar de reformas urgentes, o que complicava sobremaneira a resolução das grandes questões nacionais. Durante a vigência do regime republicano, bateu-se pela reforma do parlamentarismo retórico e ineficaz, pela reforma da lei

eleitoral e do sufrágio, de modo a garantir uma vida democrática plena. Em 1918, participará no Sidonismo com os mesmos objectivos e, na *nova República velha* manterá o combate contra o predomínio de um “partido único”. Em 1925-26, irá preconizar a necessidade de uma “ditadura” excepcional regeneradora, capaz de revitalizar a vida democrática e resolver o problema socio-económico do país. No ostracismo da Ditadura, manterá o combate por uma democratização da sociedade portuguesa, primeiro no campo republicano reviralhista moderado e, mais tarde, nos combates eleitorais que manteve contra o regime.

Motivações de uma escolha

Uma biografia costuma começar pelos motivos que levaram à sua escolha pelo biógrafo. Ora, a descrição sumária do objecto não deixa dúvidas de que estamos perante um tema ideal para qualquer investigador da história contemporânea. Cunha Leal viveu aquele período tumultuoso de descida aos Infernos, numa Europa sacudida pelos dois conflitos mundiais e num país que, depois de uma aventura política democrática recuou, com receio do futuro, para formas tuteladas de liberdade. Antes e depois dessa transição, ele foi sempre um lutador contra o seu tempo. Travei um conhecimento mais profundo com o biografado quando, no início da década de 90 percebi a sua estreita relação com a resistência republicana que, no exílio espanhol, se preparava para reimplantar a República democrática no país⁴. Pela mesma altura, elaborei uma entrada sobre Cunha Leal para o *Dicionário de História do Estado Novo*, de natureza prosopográfica, como seria de esperar para uma obra de tal natureza, onde é mais habitual encontrar “regularidades” que problemáticas e ambíguas histórias de vida.

Quando chegou a altura de decidir, apenas existiam uns poucos estímulos e algumas certezas. Os primeiros resultavam do forte incentivo dado pelo Professor Fernando Rosas para que continuasse a investigação que iniciara com o Revirvalho. As certezas resultavam, igualmente, do entusiasmo que reunira na altura a partir da leitura de duas excelentes biografias⁵, diferentes na sua forma construtiva, mas ambas magníficas na demonstração das quase infinitas possibilidades teóricas e práticas que o género abre à investigação histórica. Não tinha dúvidas na altura sobre uma coisa: queria tentar escrever uma biografia. Para a decisão final não faltava tudo, porque bastou um “*Esse sim, seria muito interessante!*” do Professor Fernando Rosas para me decidir por Cunha Leal entre um leque vasto de republicanos e democratas que havia constituído o primeiro grupo possível de biografáveis.

Não sendo uma condição absoluta da escolha, a empatia⁶ que pudesse estabelecer com o objecto de estudo constituía, sem dúvida, um bom estímulo para o empreendimento. Neste domínio, o conhecimento prévio travado com a vida e obra de Cunha Leal abria perspectivas cativantes e o trabalho demorado que desenvolvi sobre a sua vida parlamentar⁷ apenas veio confirmar essas perspectivas. Desde cedo percebi na sua personalidade um conjunto de características que poderiam tornar interessante e possível a sua biografia. Cunha Leal era aquele que revelava o mundo à sua volta, revelando-se também a si próprio – porque provocava reacções: de aplauso, de repulsa,

⁴ Entre 1993 – 1997 desenvolvi uma investigação (no âmbito de um curso de mestrado), sobre o Revirvalho, ou seja a resistência republicana à Ditadura Militar e ao Estado Novo. Este estudo acabou por constituir uma dissertação de tese de mestrado, apresentada na FCSH-UNL em Maio de 1997

⁵ Trata-se de *Marc Bloch, Uma vida na História*, de Carole Fink, Celta, 1995 e *Boukharine ma passion* de Anna Larina Boukharina, Gallimard, Paris, 1989. A primeira, construída de forma quase linear, reunindo, de forma cronológica, feixes de acção representativos do historiador e resistente, sem deixar de ser um “elogio” ao homem exemplar que foi Marc Bloch. A segunda, mais literária, é um exemplo de uma biografia que maneja de forma absolutamente imaginativa com a dimensão temporal

⁶ Empatia aparece aqui expressa no sentido exacto da curiosidade pela entrada, de forma imaginária, num outro local, num outro tempo, numa outra vida, com a finalidade única de compreender um outro igual/diferente e, através deste processo, aprofundar o conhecimento da natureza humana

⁷ Com o apoio da Assembleia da República, desenvolvi uma sondagem sobre a vida parlamentar de Cunha Leal entre 1918 e 1926 que veio a constituir-se no livro: *Estudo sobre a acção política*

de contestação, de incompreensão e mesmo de revolta. Mas que nunca deixou de se abrir a esse mesmo mundo, sem receio de assoalhar as suas ideias, por mais incómodas que pudessem parecer aos defensores da estabilidade política a qualquer preço. Aos seus olhos tinha mais valor o erro resultante da defesa apaixonada de uma ideia que o comedimento inútil e, por isso, não raro, assumia publicamente os erros da sua conduta social e política. Poucos portugueses do seu tempo foram objecto de tantas manifestações de reconhecimento público e, ao invés e em simultâneo, de tanta incompreensão e contestação. Qual “cavaleiro da triste figura”, Cunha Leal rebelava-se sempre que considerava atingidos os valores e os princípios fundamentais da liberdade, da justiça e da verdade, sem cuidar de saber se esse era ou não o caminho mais fácil. Do séc. XIX, em que nascera, herdara o legado romântico do herói – como aquele que se excede e vive para além da vida “normal”, que põe à prova a coragem moral e física, mesmo com risco da própria vida. Da sua situação social relativamente desfavorecida, retirara a força com que, pelo trabalho metódico e esforço individual, soubera liderar as elites do seu tempo. Do seu ponto de vista, a história recuara de muitos decénios com a instauração da ditadura salazarista – como no resto da Europa acontecera com os Estados fascistas – mas, do seu “castelo dourado”, manteve sempre a crença numa evolução progressiva da História e aceitou, com resignação, a esperança no advento da democracia. Por essa esperança, combateu denodadamente até à morte, mesmo admitindo sempre que o seu tempo se esgotaria antes da “manhã redentora”.

A biografia de Cunha Leal constituía-se então como um triplo desafio: em primeiro lugar o de compreender e fazer compreender – mas também explicar – o indivíduo complexo, contraditório, com ideias e atitudes que se modelam de acordo com a evolução do mundo que o cerca, pelo qual é modelado, sem que a sua margem de

liberdade, mesmo reduzida, possa ser ignorada⁸; em segundo lugar, o de experimentar a (re)construção de uma história de vida, prestando atenção às exigências epistemológicas e metodológicas daquilo que alguns autores designam de “paradigma moderno” da biografia⁹, mesmo se, como afirmam Peter France e William St Clair, “se possa duvidar que os anteriores impulsos tenham morrido inteiramente”¹⁰; em terceiro lugar, o de privilegiar a função de mostrar como uma vida individual adquire um significado que ultrapassa a esfera restrita da sua individualidade para se tornar, ao mesmo tempo, exemplar e representativa, inovadora e generalizável, permitindo a compreensão da totalidade pelo individual, do macro pelo micro. E esta função explicativa poderá ser tanto mais conseguida quanto, como acontece com Cunha Leal, o indivíduo oscila entre o mundo burocrático-institucional do republicanismo liberal e as margens desse paradigma epocal dominante.

No entanto, se estas são as funções explicitadas, nada impede que os leitores vejam nesta biografia outras tão relevantes como as apontadas. Na verdade, do ponto de

⁸ Em “Les usages de la biographie”, G. Levi, reforça justamente o facto de o interesse da biografia residir na possibilidade de perceber o funcionamento efectivo das normas em cada comportamento individual. É que as estruturas de dominação não são nunca tão totalitárias que limitem a liberdade individual ao impossível. *Annales, ESC*, nº 6, Novembre-Décembre 1989, p. 1334

⁹ Com base na tipologia delineada por Michel Trebitsh (“Post-scriptum au Colloque: les folies de Byron”, in *Sources, Travaux Historiques*, Paris, nº 3-4 La Biographie, 1985), também António Reis, na sua biografia de Raúl Proença, se posiciona na defesa de um novo paradigma biográfico “em que a personagem na sua complexidade e o sujeito como projecto surgem como os elementos definidores do paradigma moderno (...) enquanto no paradigma clássico a obra esconde a vida e no paradigma romântico a vida explica a obra, no paradigma moderno vida e obra entretêm uma relação dialéctica, revelando-se mutuamente através de um complexo sistema de mediações que Sartre teve o mérito de identificar.”, Raul Proença, *Biografia de um intelectual político republicano*, (polic.) Lisboa, 2000, vol. I, p.11

¹⁰ Peter France e William St Clair, *Mapping Lives, The Uses of Biography*, The British Academy, by Oxford University Press, Oxford, New York, 2002, p. 5. Esta obra reúne o contributo de vários autores, com origens diferentes em termos académicos (da crítica literária, à historiografia e à história) apostados na valorização e crítica daquilo a que hoje se designa de “biografia moderna”. Nas duas últimas décadas, vários encontros, colóquios e seminários têm procurado dar resposta à natureza e funções deste novo interesse pela biografia, integrando-o no movimento mais vasto de revalorização da história política. Destaquemos um colóquio na Sorbonne, em Maio de 1985, sobre “Problemas e métodos da biografia” com actas publicadas; o 17º Congresso Internacional de Ciências Históricas, Madrid, Agosto de 1990, cujo tema central foi também a biografia histórica; mais modestamente, mas com reconhecido interesse, o seminário que ocorreu, no âmbito dos *Cursos da Arrábida*, entre 7 e 11 de Setembro de 1998, sob a coordenação de Jacques Revel: “La dimension biographique: l’individu, le sujet, l’acteur” e ainda o IV Seminário Livre de História Contemporânea, promovido pelo Instituto de História Contemporânea da

vista da sabedoria do narrador, optámos por uma focalização externa, que privilegiou as posições do biografado e dos seus interlocutores, de modo a facilitar a compreensão e a permitir o juízo do leitor. Daí, ser impossível evitar que outros leiam a personalidade de Cunha Leal como alguém a imitar, pelas suas características exemplares, (omitindo-lhe deliberadamente as fealdades e os erros), ou que vejam nesta biografia a celebração elogiosa de “um grande republicano” que a Pátria não tem o direito de ignorar¹¹. Quem poderá impedir tais leituras se esta tem sido a razão mais habitual dos cultores (escritores e leitores) da biografia?

Pressupostos epistemológicos e metodologia

Esta não é, de modo nenhum, uma tese sobre a natureza e as possibilidades dos estudos biográficos mas se, como considera G. Levi, a biografia é talvez uma espécie de caso limite do conhecimento em História¹², então talvez valha a pena reflectir um pouco sobre os seus fundamentos epistemológicos e metodológicos para daí extrair alguma da sua validade historiográfica.

Cobrindo um período muito longo, a vida de Cunha Leal coloca problemas vários quando abordada no sentido biográfico. Desde logo, a abundância documental para a maior parte da sua vida, mas também a existência de zonas de penumbra, em particular no período da ditadura salazarista, marcada para o biografado por vários anos de deportação e exílio e por uma semi-clandestinidade social e política. No entanto, embora abundante, a documentação reporta-se fundamentalmente à sua vida pública –

UNL, subordinado ao tema “ Género Biográfico: História e Historiografia”, 10, 17, 24 e 31 de Maio de 2001

¹¹ Como considera Richard Holmes, um cultor da biografia de grandes escritores, “tem que reconhecer-se que a biografia é sempre a melhor Celebração da Natureza Humana e de todas as suas gloriosas Contradições”, “The Proper Study?”, in *Mapping Lives The Uses of Biography*, The British Academy, 2002, p. 18

livros de ensaio, artigos de jornal, entrevistas, discursos, panfletos – mais do que à vida privada, porque a correspondência encontrada, pouco relevante quando comparada com a restante documentação, é ela também, essencialmente, do domínio político, quase público. O uso de outras fontes – materiais, orais – foram, apesar de tudo relevantes, mas não determinantes do tipo de biografia que decidimos elaborar.

Dos condicionalismos apontados, decorreu a escolha de uma biografia que privilegiou a dimensão pública do homem embora, como já referimos, sem desprezar a vertente psicológica e mais íntima, sempre que existia documentação – essencialmente epistolográfica ou oriunda de depoimentos de outros – que permitia recriar o feixe de motivos e de móbeis explicativos de uma decisão, um comportamento, uma atitude ou uma ideia. Em definitivo, é de uma crónica da vida política do indivíduo e das suas relações com os homens e as instituições do seu tempo que se trata. Neste domínio, evitámos uma (talvez desejável) e sempre apetecível “literarização”, bem mais explicativa porque mais livre das condicionantes documentais, mas não hesitámos em formular conjecturas e hipóteses interpretativas sempre que um acto, uma decisão – ou uma indecisão, uma omissão – careciam de razão.

Partilhamos da opinião de que o todo que existe em cada indivíduo é inatingível – como qualquer outro objecto total em História-, mas não inapreensível na sua complexidade e singularidade. Podíamos até admitir que seria evitável contar toda a vida do biografado, do nascimento à morte, porque um episódio (ou vários) bastaria para identificar alguém. Resolveria melhor o problema do ponto de vista relacional e dinâmico. No entanto, optámos por contar toda a vida, porque dessa forma cremos poder valorizar a biografia como a narrativa de um processo que só pode ganhar sentido na sua totalidade e, algumas vezes, muitos anos depois de estar concluído pela morte. O

¹² Cf. Giovanni Levi, “La fausse notion de l’individu”, in *La dimension biographique: l’individu, le sujet, l’acteur*, Coordination de Jacques Revel, Cursos da Arrábida, 7-11 de Setembro de 1998.

facto de a biografia aspirar ao estudo do todo, não altera em nada o desiderato que existe em cada objecto de estudo em História. Por mais limitados que sejam (no objecto e na natureza) os estudos históricos não deixam nunca de constituir-se como grandes ou modestos contributos para o estudo do todo humano – que é multifacetado, dinâmico e exige, por isso, abordagens diferenciadas. Neste sentido haverá tantas biografias quantos os biógrafos e tanto mais diferenciadas quanto mais ricas forem as personalidades retratadas, ou melhor informados os escritores da biografia. No entanto, esta condicionante não diminui a objectividade possível e a validade do conhecimento histórico. Na verdade, este faz-se por aproximações e por avanços sucessivos para novos patamares. Sabemos bem que as coisas, em última instância, não são o que são, mas aquilo que julgamos em cada momento que são. As nossas verdades são efémeras e contingentes – já o sabemos há muito. Mas essas são as que temos enquanto as não superamos. Podemos até admitir que há realidades que, pela sua complexidade são, em determinado momento, irrecontáveis e delas apenas poderemos ter uma pálida sombra. De algum modo, é isso que acontece com a narração de uma vida, multifacetada e, por natureza, contraditória. Neste sentido, a biografia coloca o problema da irredutibilidade da vida humana, sobre a qual é preciso reconhecer, humildemente, que não é nunca possível sobre ela dizer a última palavra. Mas não é também isso o que acontece com todo o conhecimento, incluindo o histórico?

Com Cunha Leal, a complexidade do tratamento das fontes complica-se ainda mais com a existência de um relato autobiográfico que cobre metade da sua vida, justamente aqueles anos em que foi particularmente activo política e socialmente. Um texto de memórias é, por definição, um local onde alguém diz estar a dizer a verdade – a única verdade – sobre a sua vida¹³. No entanto, sabemos bem hoje que o conhecimento

¹³ Em *Confessions*, J.-J. Rousseau, (que alguns autores situam na origem da moderna problemática da biografia), afirma, sobre as possibilidades de construir uma biografia que “ninguém pode escrever a vida

de si pode ser tão problemático como o conhecimento sobre os outros. E que, por outro lado, nada nos garante que, uma segunda (ou terceira, ou quarta...) reflexão sobre a vida, feita pelo próprio alguns anos depois do acontecido, não possa ser tão ou mais objectiva que aquela que na altura produziu, ou outros produziram sobre ela. A História ciência é, em boa medida, uma “rectificação do passado”, na medida em que os contemporâneos o não possam ter compreendido, mergulhados que estavam na espuma dos dias. Neste sentido, “rectificação” significa a “revelação” de um “presente” passado, à luz dos dados que o presente vivido e o tempo decorrido entretanto já permitem decifrar. As *Memórias* de Cunha Leal são, no entanto, apenas uma fonte entre muitas outras disponíveis. Existindo para a maior parte da “vida activa” do biografado, pode até questionar-se, à primeira vista, a oportunidade de uma biografia. No entanto, sem de modo algum desejar pôr em causa a honestidade que o autor demonstrou na reunião de documentos e provas e no rigor com que sequenciou os factos mais relevantes, sabemos que as explicações são actos complexos que dependem de muitos outros factores e que, por isso mesmo, se tornam múltiplas, de acordo com o prisma de observação de quem sonda a realidade. E é justamente essa multiplicidade interpretativa que justificará esta biografia, como outras que venham a surgir no futuro.

Depois da II Guerra Mundial, cada vez mais se abandonou a ideia da sociedade que condiciona totalmente a vida dos indivíduos: sociedade e indivíduo são antes realidades que mutuamente se implicam e interagem. Ao nível da narrativa, esta interacção obrigou-nos a um contínuo vai-vem entre o contexto e a acção individual, num esforço de constante equilíbrio entre aquilo que da norma e do mundo se reflectia na vida de Cunha Leal e aquilo que, do indivíduo, se repercutia na sociedade em que viveu. No caso vertente, as maiores dificuldades advinham, justamente, do facto de a

de um homem senão ele próprio”. Vide J.-J. Rousseau, *Oeuvres complètes*, ed. M. Raymond e B. Gagnebin, Paris, 1969, I, pp. 1148-1155

vida relacional do biografado ser múltipla e especialmente dinâmica, sendo difícil conter essa realidade em limites relacionais comunicáveis. A explicação de um contexto histórico complexo pode, muitas vezes, esbater a singularidade do destino individual, como se, de repente, corrêsemos o risco de esquecer o objecto biográfico. A narrativa linear da história de vida, por outro lado, arrisca-se a ignorar o indivíduo como um ser socializado, participante de múltiplos sistemas de integração, modelado pelo mundo em seu redor. A biografia, enquanto tal, não poderá correr o risco de ser apenas o pretexto para narrar uma outra história que não a do indivíduo que se pretende estudar, senão talvez não seja biografia¹⁴. Também aqui, o resultado depende inteiramente do justo equilíbrio do processo narrativo, que oxalá venhamos a conseguir.

Na narrativa, raramente antecipámos acontecimentos ou ideias que, de forma omnisciente, estávamos em condições de transportar para tempos anteriores. Também só poucas vezes procurámos antecipar o futuro para desvendar significados do presente vivido de Cunha Leal. Ao vai-vem temporal, preferimos antes o devir normal da vida, como se achássemos injusto saber mais do que o biografado, a cada momento. O que torna aliciante a vida – e as histórias de vida – é que ela apenas pode contar, para guiar-se, com analogias assentes na semelhança de situações vividas. O percurso humano é único, irrepetível e imprevisível. A única lei é a de estar obrigado a escolher entre uma miríade de caminhos, que nunca estão feitos, nem são previsíveis. Preferimos, portanto, caminhar com Cunha Leal, passo a passo, discernindo o devir de uma vida, mesmo se, já sem ele, tivemos o privilégio de navegar sobre uma experiência longa e muito rica que nos permitiu a veleidade de racionalizar, agrupando actos, ideias e factos em feixes significativos. Arrumámos, portanto, os milhares de pedaços desta vida em partes – a

¹⁴ Em “The Proper Study?”, Richard Holmes realça, justamente, a tensão normalmente existente no biógrafo – em especial no académico – entre a recolha criteriosa dos factos e a narrativa “noveslítica” das histórias pessoais: “A biografia exige que o biógrafo só narre uma outra história exterior (os factos), na

juventude, a maturidade e o ostracismo político, com “interrupção de vida” -, depois agrupámo-los ainda por momentos relevantes (que são núcleos ordenadores na narrativa), sem nunca perder o fio cronológico.

A nossa biografia de Cunha Leal acabou por não começar, de facto, pelo nascimento porque preferimos iniciá-lo na vida já com três anos de idade, a acompanhar os seus pais num acontecimento excepcional para a aldeia onde vivia – a inauguração do caminho-de-ferro na estação do Alcaide, sua “terra natal”. Mas esta progressão, cedo foi acompanhada pelo regresso ao nascimento na aldeia de Pedrógão, para logo tomar o curso “normal” dos acontecimentos. O preço a pagar por esta narrativa cronológica será eventualmente grande porque, à medida de uma vida de oitenta anos, cada dia, cada ano, aumentou-lhe o comprimento, abrandou o ritmo e envolveu sempre um certo grau inevitável de repetição. E, principalmente, poderá retirar-lhe espaço para evidenciar alguns temas específicos, que devam beneficiar de um tratamento fora da cronologia. Mas, a compensar estas desvantagens, como Mark Kinkhead-Weekes considera, “Acima de tudo, o respeito estrito pela cronologia, permite que o leitor tenha uma noção mais próxima de como uma vida se desenrolou na altura em que ocorreu”¹⁵. Torna, assim, mais claros e evidentes os espaços fatalmente desconhecidos, por falta de fontes mas, ao mesmo tempo, enfatiza a experiência do biografado, em detrimento dos comentários do biógrafo e pode tornar mais aliciante a leitura, na medida em que mantém o *suspense* do devir, em vez da antecipação extemporânea do seu sentido que sempre decorre da análise do biógrafo. No entanto, a um cumprimento estrito da cronologia, preferimos antes a quebra da linearidade sempre que a densidade dos problemas, das ideias ou da experiência vivida se desenvolviam em complexidade e

medida em que estes se tornem reveladores da vida individual”, in *Mapping Lives The Uses of Biography*, The British Academy, 2002, p. 18

profundidade. E aqui a vida parou e o tempo da narrativa adensou-se e alongou-se. Por isso, o que resultou foi uma relativamente desequilibrada divisão estrutural do texto: uma primeira parte volumosa, referente à juventude, que alongámos até 1917 porque aí “nasceu” o intelectual e o tribuno; uma fundamental segunda parte, (na vida e na narrativa) concluída em 1930, – a da maturidade “interrompida” - que deu o corpo e a obra prática mais marcante de toda a vida; por fim, uma última parte, menor em tamanho (que não em tempo e em significado) – a do ostracismo involuntário a que foi condenado pela ditadura até à morte, em 1970. Se as duas primeiras partes mereceram a atenção principal, para a última lançámos um olhar mais longínquo, embora sem menosprezar a vida e a obra do resistente à ditadura. De algum modo, se o objectivo da biografia é o homem, então ele definiu-se completamente nos primeiros dois terços da vida – a última parte não é mais do que uma confirmação.

As Fontes

Para além de umas poucas entradas de dicionário¹⁶ e dos *Textos Antolégicos*¹⁷, nada mais de significativo se produziu sobre Cunha Leal, o que torna este estudo pioneiro – por isso muito moroso na recolha das fontes e sem grandes possibilidades de confronto com outros interlocutores e outras interpretações. Como referências, apenas existem os ecos das pugnas que manteve na época com os seus adversários e uma visão

¹⁵ Mark Kinkead-Weeks, “Writing Live Forwards: A Case of Strickly Chronological Biography”, in *Mapping Lives The Uses of Biography*, Edited Peter France and William St Clair, The British Academy, Oxford University Press, 2002, p. 251

¹⁶ Luís Farinha, “Cunha Leal” in *Dicionário de História do Estado Novo*, (Coord. de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito), Círculo de Leitores, Lisboa, 1994; José Barreto, “Cunha Leal”, in *Dicionário de História de Portugal*, (Coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Suplemento, vol. VIII, Figueirinhas, Porto, 2000. Embora não em forma de dicionário, é bem de uma biografia rápida que trata o texto de Olga Ribeiro, “Cunha Leal”, in *História de Portugal* (Direcção de João Medina), *A República*, I, Clube Internacional do Livro, Amadora, s/d, Vol. X, pp. 247-251

marcada por menções preconceituosas, quase todas advenientes das ideias formadas, quer pela Situação, quer pelas Oposições, num clima de confrontação e, não raro, de contra-informação e desvirtuação sistemática das ideias e das atitudes de Cunha Leal. Na verdade, está ainda longe de ultrapassada a história-memória com que forjámos a nossa ideia de Ditadura e de Oposição. Se algum mérito pode decorrer deste pioneirismo, é o facto de ter-se procurado afirmar o que podia ser sustentado por fontes, embora correndo o risco de contar com muitos espaços nebulosos, ou mesmo hiatos significativos e de saber que essas fontes são, muitas vezes, fragmentadas e frágeis¹⁷. Na verdade, não há um espólio organizado de Cunha Leal – ou pelo menos ele não se encontra disponível. Muito do material manuscrito – epistolográfico e outro – obtivemo-lo a partir da filha, Maria Helena da Cunha Leal, de Noémia Anacleto, filha de um dos homens com quem mais se correspondeu, A. Neves Anacleto, ou de numerosos núcleos dispersos por arquivos públicos e particulares, de que destacamos o de Bernardino Machado, em Vila Nova de Famalicão e o de António Ventura. O aparecimento, nos últimos tempos, de lotes de correspondência e de outros documentos de várias ordens à venda em leilões e livrarias, apenas vem mostrar o estado de dispersão actual de muita da documentação que diz respeito a Cunha Leal. Nos arquivos públicos, merecem destaque os processos políticos existentes no Arquivo da PIDE (IAN/TT) e o processo militar depositado no Arquivo Histórico Militar. Há, porém outros arquivos de que, mesmo depois de aturada prospecção, foi impossível descobrir o paradeiro, como

¹⁷ *Textos Antológicos de Cunha Leal*, Edição Cosmos, Lisboa, 1991. Sem indicação dos coordenadores, mas de facto organizados pelo genro, Almirante Alfredo Rocha e pela filha, Maria Helena Cunha Leal Rocha

¹⁸ William St Clair chama justamente a atenção dos biógrafos que fazem da investigação histórica a sua única forma de sustentação para o facto de muita da documentação utilizada não merecer mais atenção, pela sua desadequação aos fins requeridos, que uma boa dose de especulação, sustentada obviamente em hipóteses plausíveis e com a ressalva de formas de narrativa formalmente dubitativas, tais como: “Ele provavelmente...”, “Eu creio...”. Cf. “The Biographer as Archaeologist”, *Mapping Lives The Uses of Biography*, The British Academy, Oxford University Press, 2000, pp. 219-234

aconteceu com o do Banco de Angola, várias vezes transferido de mãos por virtude das aquisições bancárias dos últimos anos.

No entanto, Cunha Leal é fundamentalmente sondável na obra impressa: em artigos de jornal e entrevistas e em livro. Dos jornais, destaque-se a colaboração no jornal académico *A`vante*, que fundou, no jornal *O Intransigente*, de onde nasceu o político e o tribuno, no jornal *O Popular* com que defendeu politicamente o Partido Popular, no jornal *A Noite*, sustentáculo da União Liberal Republicana, na revista *Vida Contemporânea*, um bastião da ideia de democracia social com que se opôs, no início da década de 30, ao corporativismo do Estado Novo. Enquanto deputado de todas as legislaturas entre 1918 e 1926, produziu, como tribuno, uma das obras mais consistentes dos anais parlamentares da I República, resultante de mais de meio milhar de intervenções, algumas modelares pelo conteúdo e pela retórica.

Depois do abandono involuntário das lides parlamentares, iniciou a produção de uma obra ensaística vasta, organizada por quatro grandes núcleos de preocupações: na segunda metade da década de 20, a crítica da experiência ditatorial que culminou, em 1930, em polémica com o “Condutor da Situação”, com destaque para obras como “A Obra Intangível do Doutor Salazar”; nos anos seguintes, de exílio em Espanha, um conjunto de quatro cadernos em que procedeu à crítica histórica e política da I República e à apresentação de um “Programa de Regeneração Nacional”; já no pós-guerra, a defesa de uma transição democrática vem à luz, por altura das campanhas eleitorais em que participa, em palestras e entrevistas, depois passadas a livro, como aconteceu em “As Minhas Razões e as Razões dos Outros”; por fim, na série *Coisas do Tempo Presente*, retomou a problemática nacional nos seus aspectos mais vincantes: a “desnacionalização” das grandes empresas monopolistas, o atraso português e o

problema colonial, tudo culminando com a escrita de três livros de Memórias, publicados pouco anos antes da morte.

Tratando-se de uma biografia, o estudo é também, como decorre do que foi dito antes, a resultante de um vai-vem constante com a história política e institucional e também com a história das ideias políticas e da cultura. Por isso, para além da obra inédita e publicada do biografado, foi necessário recorrer ao adquirido pelas obras gerais de contextualização histórica, com a finalidade de construir o pano de fundo sobre o qual se desenrolou a vida de Cunha Leal e no qual forjou a sua individualidade.

I PARTE - A JUVENTUDE

CAPÍTULO I – “O FENÓMENO PROVINCIANO”

1. A infância e a adolescência – da “beira serra” a Lisboa (1888-1901)

Seis de Setembro de 1891. O Alcaide, uma velha aldeia serrana encastrada em bosque luxuriante de castanheiros bravos, parecia levantar-se ao silvo da locomotiva que conduzia a família real até à Covilhã. Sob um arco festivo e o deflagrar de girândolas de foguetes, inaugurava-se a nova estação de comboios da linha da Beira Baixa. Mulheres de joelhos e mãos postas saudavam a comitiva, num misto de agradecimento e temor ¹. João Franco, que chegava amiúde à sua casa solarenga do Alcaide e aí recebia amigos e entidades oficiais, primeiro como parlamentar e depois como Ministro da Fazenda (1890) e das Obras Públicas (1891) ² era, decerto, o benemérito que bem merecia essa atitude de reconhecimento. E ele ia ali, na comitiva, com o rei e a rainha e os senhores eclesiásticos, num gesto que honrava as gentes da Beira. Alcandoradas nas faldas alterosas da Gardunha, as vilas e aldeias serranas tinham permanecido fechadas sobre si próprias, sem uma rede de estradas³ que substituísse os

¹ Para a descrição da inauguração do caminho de ferro da Beira Baixa (5 e 6 de Setembro de 1891), seguimos a imprensa da época, designadamente o semanário albicastrense *Correio da Beira*

² João Franco (1855-1929), nasceu no Alcaide e formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Desempenhou altas funções administrativas e foi eleito deputado por Guimarães em 1884. Daí até diante, dividiu a sua vida pelo Parlamento (como Regenerador, e depois chefiando uma cisão reformista – o Centro Regenerador Liberal) e pelo governo. Entre 1906 e 1908 chefiou dois governos que prescindiram da colaboração parlamentar para dar lugar a uma tentativa reformadora com base no fortalecimento do rei e do presidente do governo. Com o Regicídio, gorou-se a experiência franquista que, para a história, tem ficado com a designação de “Ditadura de João Franco”

³ As arrematações da rede de estradas reais da Beira Baixa estão em curso nos anos 80, por isso longe de concluídas na altura da implantação da linha de caminho de ferro. Esta situação restringe os efeitos positivos da nova via a uma limitada faixa de atracção. Cifrar, a este respeito, a imprensa regional: *A Beira Baixa* (Castelo Branco), *O Correio da Beira* (Castelo Branco), *O Distrito de Castelo Branco* (Castelo Branco), *A Beira Baixa* (Fundão)

caminhos por onde circulavam as pachorrentas juntas de bois ou os forçados viajantes escanchados sobre o albardão de um macho.

José Pinto da Cunha⁴ pusera todas as suas esperanças no novo cavalo de ferro que era das mais vivas aspirações do distrito. Genro de um dos quarenta maiores contribuintes da comarca do Fundão⁵, talvez não pudesse aspirar, tão depressa, a constituir-se num lavrador do quilate de seu sogro, mesmo contando com o herdamento já obtido de seu pai⁶, na vizinha aldeia do Pedrógão de S. Pedro, onde constituíra família. Talvez por esse motivo, o pequeno proprietário, em princípio de vida, atraído pelas promessas que o comboio anunciava, obteve a nomeação de funcionário da Direcção Fiscal dos Caminhos de Ferro e transferiu-se com toda a família para o Alcaide, terra de sua mulher Maria da Piedade⁷. Com o jovem casal viajaram também os primeiros filhos, dois varões, Artur e Francisco.

O Alcaide estava a sofrer uma profunda alteração nos seus hábitos desde que chegara a companhia para o lançamento da linha. A sua implantação na serra da Gardunha implicava demorados trabalhos de engenharia para lançar pontes e túneis. Engenheiros e pessoal trabalhador instalaram-se na aldeia durante anos, fazendo dela o seu quartel general. A falta de braços disponíveis era resolvida com a contratação de galegos⁸. As *obras d'arte* da engenharia exigiam um exército de operários que lançava penosamente as fundações e os carris ao longo do *campo* beirão, de uma aridez saariana.

⁴ José Pinto da Cunha (1860-1928), nasceu na aldeia do Pedrógão de S. Pedro (Penamacor). Equipado com um baixo nível de escolaridade, esteve destinado a gerir um modesto quinhão agrícola, depois das partilhas entre os 5 irmãos; do casamento com Maria da Piedade também pouco poderia esperar em termos patrimoniais, pelo menos no imediato. Acabou por abraçar a função de funcionário público, em primeiro lugar nos Caminhos de Ferro e depois na Alfândega da capital. Um preocupante estado de saúde levou-o de novo ao Alcaide, onde permaneceu até à morte.

⁵ Trata-se de José Salvado Carvalho, professor primário do Alcaide e grande proprietário local, nascido em 1828 e falecido em 1921.

⁶ Referimo-nos a Adrião Pinto da Cunha (1820 - ?), proprietário em Pedrógão de S. Pedro (Penamacor)

⁷ Maria da Piedade, filha do professor José Salvado Carvalho (1860 -1910).

⁸ Nos últimos tempos, 4000 operários e sete máquinas labutavam dia e noite nas obras. Cif. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 1/11/1890

Por isso, os conflitos de trabalho e a intervenção das forças da ordem eram constantes⁹. A imprensa diária regional, que dava os primeiros passos no Fundão e em Castelo Branco, reflectia o novo ambiente da modesta e tardia industrialização passando para as primeiras páginas os temas sociais¹⁰. A Beira Baixa acordava de um longo letargo de indiferença e cepticismo, só interrompido com a aproximação das campanhas eleitorais. De ora em diante, seria desairoso morrer-se sem ter ido à Praça da Figueira ou ao Cais dos Soldados, pelo menos uma vez na vida. José Pinto da Cunha tinha ido a Lisboa uma única vez, para salvar das *garras jesuíticas* uma sua irmã, atraída para o Convento de Jesus. A cidade tinha-o deslumbrado “como um relâmpago”¹¹. A partir de agora, Castelo Branco estava a duas horas de comboio, Abrantes a sete e Lisboa a doze. Empurrado por uma situação económica pouco confortável e por um estatuto social que não ilustrava os pergaminhos das duas famílias que o seu casamento tinha unido¹², José Pinto da Cunha desceu pelo caminho de ferro, levado pela ambição de progredir na carreira de funcionário, primeiro para Castelo Branco e depois para Lisboa.

Para trás deixava um pecúlio patrimonial com o qual tinha atamancado a vida da família nos primeiros anos, distribuído entre as aldeias do Pedrógão e do Alcaide e que, de ora em diante, reservou ao arrendamento. Nos anos seguintes, voltaria pelo menos uma vez em cada mês de Setembro para restabelecer as raízes rurais na época das vindimas. O comboio era um desafio a que não podia corresponder como lavrador. Como muitos dos seus vizinhos da última década do século XIX, abandonou o Alcaide

⁹ O *Correio da Beira* de 18/8/1888, anunciava “graves tumultos pelos operários empregados no revestimento do túnel da Gardunha”. Eram maioritariamente galegos que reivindicavam um melhor horário de trabalho. Em 19/8/1888 lia-se : “ Os operários do caminho de ferro abandonaram os trabalhos. As sessões e febres têm-se desenvolvido consideravelmente”;

¹⁰ O *Albicastrense*, um diário de tendência *regeneradora*, publicava no seu nº 6 (14/8/1889) um editorial intitulado “O Proletariado” onde considerava que “ à semelhança da ave que se cria, nutre e vive das podridões, a nossa sociedade necessita ainda da pobreza, que o cinismo esteriliza, para nela criar os seus sacrificados”

¹¹ Francisco Pinto Cunha Leal, *Memórias*, vol. I, p.68

¹² Como se verá, José Pinto da Cunha e a mulher tinham na sua família vários padres e professores, alguns deles com grande prestígio local. Ele, pelo contrário, tinha apenas concluído a escola primária.

sob a pressão de uma pronunciada crise da economia agrícola local e os apelos do emprego resultante da industrialização e do crescimento dos serviços do Estado¹³. A divisão excessiva da propriedade tinha impedido a maquinização, mesmo das médias explorações agrícolas. A falta de capitais e a rarefacção da mão-de-obra, devido à construção da linha da Beira Baixa, completavam um quadro de crise a que só grandes proprietários locais, como os Francos e os Falcões podiam resistir. Para completar o rosário das dificuldades, a filoxera fizera o seu aparecimento em 1887, em vinhedos de Alpedrinha¹⁴ e espalhara-se por Vale de Prazeres e Alcaide, a melhor região vinícola do distrito. A natureza encarregava-se de ajudar a fechar um ciclo de relativo equilíbrio em estagnação que correspondeu, no Portugal mediterrânico, ao progresso do individualismo agrícola liberal, mas em que não houve uma revolução agrária¹⁵.

José Pinto da Cunha foi um dos agentes passivos e fracassados dessa revolução urbana e tecnológica que esmagou o mundo rural em finais de séc. XIX. Os seus filhos e ele próprio não mais poderiam viver do pecúlio que sustentou as gerações dos seus pais e avós. Durante todo o séc. XIX, as duas casas agrícolas de que procediam José e Maria da Piedade tinham-se mantido economicamente viáveis mercê da activação de um conjunto de mecanismos do sistema de parentesco e de apropriação e manutenção de bens das famílias de linhagem de Antigo Regime. Entre esses mecanismos avultavam a constituição de famílias extensas, com solteiros numerosos e casamentos tardios o que impedia uma dispersão dos bens patrimoniais e facilitava a resolução de todo um conjunto de tarefas artesanais, complementares da economia doméstica, normalmente femininas. Simultaneamente, nas famílias de média burguesia rural, encaminhava-se pelo menos um dos filhos varões para o seminário e uma das raparigas para o convento,

¹³ O Alcaide que atingiu cerca de 1500 habitantes em finais de Antigo Regime (segundo as corografias da época), tinha 1454 habitantes em 1890 que decresceram para 1294 em 1900

¹⁴ Cif. *Correio da Beira*, 12/8/1888

porque raramente os bens lhes permitiriam a educação de um bacharel em Coimbra. Regressados ao meio rural, os jovens seminaristas assumiam o cargo do priorado das paróquias de onde eram naturais, aumentavam o prestígio das famílias de origem e, não raro, tornavam-se proprietários e administradores dos bens patrimoniais familiares, na ausência de varões. Muitas vezes ainda, compunham o seu estatuto social com o cargo de mestre-escola, uma das novas fontes de autoridade burguesa oitocentista nos pequenos meios. A descendência, quando existia, era constituída contra as regras eclesiásticas e vivia numa penumbra social que não punha em risco a manutenção do pecúlio patrimonial. Este quadro sistemático era ainda completado com o processo de constituição testamentária dos eclesiásticos em favor do núcleo familiar de herdeiros considerado o mais capaz.

José e Maria da Piedade foram os últimos representantes deste mundo rural auto-sustentado e quase imune aos avanços do mundo exterior. As suas famílias eram extensas¹⁶ e os frágeis mecanismos de regulação do sistema de posse da propriedade sofreram rudes golpes neste final de séc. XIX. O pai de José, Adrião Pinto da Cunha, havia recomposto a casa do Pedrógão, desfeita por um pai dissoluto, com base no herdamento e cuidados especiais de um tio padre. O filho mais velho, João Pinto da Cunha, (de quem muito se falará adiante) era pároco e mestre-escola da aldeia do Pedrógão. Isabel, a quem se tinha destinado a vida conventual, resistiu furiosamente a tornar-se *escrava do senhor* de um convento da capital e veio a casar tal como as suas outras duas irmãs¹⁷. O *campo* do Pedrógão tornava-se pequeno para perpetuar os Pinto da Cunha. A aldeia encontrava-se no limite de um Portugal mediterrânico, mais árido e adusto, e a Cova da Beira, húmida, cultivada e frondosa. A Portela da Gardunha, Vale

¹⁵ Cf. Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'ancien régime, XVIII siècle – début du XIX siècle*, Vol. II, p.1131 e seguintes

¹⁶ Para a reconstituição da ascendência de Cunha Leal, recorreremos às suas *Memórias*, aos Registos Paroquiais e ao Registo Civil. Vide quadro genealógico de FPCL, p. 707

de Prazeres e o Alcaide marcavam essa transição. Por isso, as duas aldeias – o Pedrógão e o Alcaide – sempre tinham constituído destinos complementares das ambições dos lavradores desta região. A escolha de José recaiu, como já sabemos, sobre Maria da Piedade, filha de um abastado proprietário do Alcaide e mestre-escola, José Salvado Carvalho. Não podia dizer-se que tivesse escolhido mal. O seu sogro tinha obtido um importante herdamento de um tio, o padre José Salvado Dias do Amaral¹⁸, figura tutelar e grande proprietário do Pedrógão e do Alcaide. Ao mestre-escola do Alcaide preocupara-o a continuidade da sua casa agrícola. Francisco, o único filho varão, fora destinado à carreira eclesiástica e voltara ao Alcaide, onde por mais de meio século exerceu o múnus sacerdotal. Das cinco filhas, Angelina, Maria da Piedade, Ana, Luísa e Nazaré, só três constituíram família. No entanto, José Pinto da Cunha deveria esperar largos e bons anos para poder aspirar aos bens da família da mulher. O sogro só em 1886 iniciou a gestão da casa, substituindo sua mãe Maria Salvado¹⁹, uma irmã do padre do Pedrógão José Salvado Dias do Amaral, tendo falecido em 1921.

Atraído ao Alcaide pela mimos da terra, pelo casamento e pelo caminho de ferro, José Pinto da Cunha tinha um novo rumo a dar à sua vida nesses anos de final de século que se iniciam com a *humilhação* do Ultimato de 1890. Da nova orientação decorria também o futuro dos dois filhos do casal, Artur²⁰ e Francisco.

¹⁷ FPCL, op. cit., idem

¹⁸ José Salvado Dias do Amaral, padre e grande proprietário local, conhecido como o “Padrinho do Pedrógão”(1800-1899)

¹⁹ Maria Salvado (1801-1900), uma matrona que só muito tardiamente, já na velhice, dispensou os seus serviços de administradora de todo o pecúlio patrimonial dos Salvado. Embora Cunha Leal não refira o facto nas suas *Memórias*, Maria Salvado foi uma mãe solteira, como aparece referido nos Arquivos Paroquias (Nascimentos) para o ano de 1828, só mais tarde tendo casado com José de Carvalho Silva. Nas *Memórias*, o bisneto manifesta uma enorme admiração por esta velha bisavó que lhe contava histórias do período das Invasões Francesas, em que andara fugida com seu irmão mais velho.

²⁰ Artur Pinto da Cunha Leal (15/11/1885 – 13/5/1961). O irmão mais velho de Francisco nasceu também no Pedrógão. Concluiu o curso de Infantaria da Escola do Exército em 1906 e fez uma regular carreira militar, tendo atingido o posto de capitão em 1916, depois de uma comissão de um ano (1915-1916) nos destacamentos de Palma e Quionga (Moçambique). Regressou com doença palustre, o que o impediu de prestar serviço em França, para onde tinha sido mobilizado em 23/2/1917. É julgado incapaz para o serviço activo em 1918, por Junta de Saúde e considerado pronto para todo o serviço em 7/6/1919. Presta serviço no Gabinete do Ministro da Guerra Álvaro de Castro, no governo em que Francisco Cunha Leal

Francisco Pinto da Cunha Leal, segundo filho de José Pinto da Cunha, nasceu na aldeia do Pedrógão a 22 de Agosto de 1888, mas cedo foi levado para a aldeia do Alcaide que mais tarde passou a considerar a sua “patria chica”²¹. Aí completou a escolaridade primária, ainda com nove anos, no seio de uma família extensa, mas longe dos pais que, a partir de 1894, tinham demandado Castelo Branco. Avós e tios não deverão ter impedido o jovem Francisco de “libar até às últimas gotas a copa dos prazeres inofensivos”²² da aldeia serrana pelo que, como refere no mesmo passo das *Memórias*, a sua formação primária se fez “sem brilho e sem história”.

No entanto, esses doces e repousados tempos não seriam mais do que o idílio rural de uma sociedade arcaizante que a anarquia mansa do rotativismo parlamentar finissecular ameaçava desfazer em descontentamentos colectivos e convulsões sociais. No futuro se veria que o jovem Francisco se não dispunha a ser esmagado pela queda desse mundo decadente e moribundo onde a aristocracia liberal dominava. Quebradas as raízes, o sorvedouro da cidade se encarregaria de pôr à prova as capacidades e o carácter brioso do jovem beirão para reequilibrar a sua posição de filho de pequeno funcionário público. O avô Salvado teria desejado um neto bacharel em leis²³. Os poucos recursos da família não recomendariam, no entanto, tal orientação para o jovem Francisco, como ele mais tarde reconheceria, quando chegou à idade de escolher um curso e uma carreira: as profissões liberais exigiam uma almofada familiar que, neste caso, não existia. De resto, quando Cunha Leal nasceu, estava já moribunda a sociedade do frade e do bacharel. Três dias antes do seu nascimento, o *Correio da Beira* anunciava, com preocupação, a saída de mais 99 académicos para quem os “senhores ministros” deviam

era Ministro das Finanças. Está também em comissão no Gabinete de Ministro da Guerra Fernando Freiria entre Fevereiro e Abril de 1923 e é secretário do Ministro da Instrução em Agosto de 1924. Reformado em 30/9/1926, passa a funcionário do Banco de Angola em 1927, altura em que o seu irmão era Director do mesmo banco. Vide AHM, Processos de oficiais, nº 3533

²¹ FPCL, op.cit., p.27

²² idem, p.118

²³ FPCL, idem, p.86

tratar lugares de amanuenses, já que os candidatos eram numerosos para as necessidades. Alguns anos antes, Francisco ou o seu irmão Artur teriam ido parar ao seminário da Guarda, até porque a família tinha sido acrescentada de mais três rebentos²⁴. Os tempos eram, no entanto, outros. José Pinto da Cunha tinha fortes razões para resistir a essa tremenda tradição familiar a que as tias do jovem Francisco seriam, de certo, favoráveis. O seu irmão, padre João Pinto da Cunha era, no dizer do sobrinho, uma “das criaturas mais inteligentes e infelizes” que lhe foi dado conhecer²⁵, como o cunhado, o padre Francisco Salvado Leal. Os dois tinham cumprido a via sacra do sacerdócio obrigatório, imposto por conveniência familiar. O segundo tinha mesmo deixado descendência, contra todos os preceitos canónicos. Era por estas e por outras que o *morbus* anti-clerical e anti-jesuítico ameaçava impregnar até as consciências dos mais crentes²⁶.

A crise das vocações religiosas era, porém, apenas uma das pontas da “desnacionalização secular”, consentida pela “desordem governativa e pela passividade da grei”²⁷ e que tinha desaguado na “negra humilhação” do Ultimato inglês. Num misto de inquietação e susto, a nação adormecida correu às armas, contra os canhões do “vil bretão”. Na Beira, como noutros pontos do país, a burguesia local, através dos estudantes e doutras camadas activas, abriu subscrições e nos periódicos abundavam os assuntos militares²⁸. Francisco era ainda uma criança nesta altura e só chegou ao Liceu de Castelo Branco em 1897, mas o seu irmão Artur iniciou aí os estudos liceais em

²⁴ Ainda durante a estadia do Alcaide nasceu, em 12/1/1891 Maria Amélia e já em Castelo Branco Maria José, em 16/5/1898. Entretanto nasceu e morreu uma criança do género masculino que Cunha Leal trata por irmão Zezinho e sobre o qual pouco se sabe.

²⁵ FPCL, idem, p.50

²⁶ Timidamente, a recém-criada imprensa local albicastrense introduzia o tema da crítica à Igreja “jesuítica” nos últimos anos do século XIX.

²⁷ Assim resumia Alberto Sampaio a crise moral de fins do século em *Hontem e Hoje, Guimarães, 1891*, na esteira de uma literatura crítica abundante em que se destacaram, entre outros, Basílio Teles, J.F. Teixeira Bastos ou Joaquim António da Silva Cordeiro

²⁸ No *Correio da Beira* de 12/1/1890 lia-se: “Assuntos militares – A nossa independência exige que tenhamos uma numerosa força armada para a defesa da Pátria”. Segundo António Roxo, na sua

1894. Em 1898, quando a questão nacional se exacerbou de novo ao contacto com o desastre colonial espanhol desse ano, Artur frequentava o 4º ano e Francisco o 1º. A “pobre Hespanha” via-se espoliada dos seus interesses na América e nas Filipinas, incapaz de resistir à “soberba e orgulho” dos Estados Unidos²⁹. Na semana seguinte, o mesmo jornal fez-se eco de movimentos de opinião espanhóis que buscariam a compensação do desastre da esquadra de Cervera pela conquista de Portugal. A década iniciada com o Ultimato terminava da pior forma, com o governo a ver-se obrigado a fazer sucessivos desmentidos nas Câmaras sobre a possível alienação de algumas colónias para resolver a questão financeira, como parecia decorrer dos acordos anglo-alemães de 1898³⁰. A 30 de Março de 1899, o jornal que vimos seguindo, denunciava a “campanha repugnante” de Cecil Rhodes que, num encontro com o Imperador Guilherme teria tratado da partilha das colónias portuguesas entre as duas potências. A ressurreição do velho “perigo espanhol” e o receio de amputação do território africano imprimiram ao nacionalismo português finissecular uma vocação messiânica que ficou indissolúvelmente ligada ao projecto do “Terceiro Império”. Para o realizar eram precisos soldados, administradores e engenheiros, os novos frades da *missioneação civilizadora*. Artur e Francisco vestiram a farda dos soldados e combateram para servirem essa missão patriótica nas savanas africanas e nos campos da Flandres. O segundo compensaria a sua assumida inaptidão para a arte da guerra³¹ com a tribuna política e as *obras d'arte* do caminho de ferro da Serra da Chela, em Angola, pelas quais se não teria sentido menos pioneiro que os engenheiros que conduziram o caminho de ferro até ao seu torrão natal.

Monografia de Castelo Branco, 1890, p. 232, “muitas pobres mulheres, nas aldeias, correram a ofertar o seu pequeno óbulo”

²⁹ Assim se referia o semanário *O Distrito de Castelo Branco* de 17/11/1898 às negociações de paz entre a Espanha e os Estados Unidos.

³⁰ Sobre a questão colonial no domínio internacional veja-se Marcelo Caetano, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, 1971

³¹ FPCL, idem, p.192

2. O triunfo escolar - do liceu à Politécnica

José Pinto da Cunha mostrara ter ambição para a formação dos dois filhos e, por isso, colocou-os no Liceu de Castelo Branco onde os jovens conviveram com a média e alta burguesia locais. Os dados estavam lançados e a partir daí deixou de ser o pequeno funcionário público dos caminhos de ferro a decidir da sua própria vida.

A formação militar era, sem dúvida, a mais adequada para os filhos da pequena burguesia, até pela rápida e segura inserção na vida activa, através de uma carreira que se iniciava pelo assentamento de praça, como voluntário, em simultâneo com a formação académica na escola do Exército, antecedida pelos estudos propedêuticos na Escola Politécnica. Por outro lado, a colonização africana abria um largo campo de acção para os *pacificadores* e para os administradores e engenheiros, todos eles de formação militar. O tempo, o país e as circunstâncias familiares – tudo empurrava os dois jovens para a vida de soldado. Deste modo, o complemento da vida escolar dos filhos de José só poderia ser concluído em Lisboa. No primeiro ano do séc. XX, a família Cunha Leal instalava-se na Rua Cecílio de Sousa, não muito longe do Liceu do Carmo onde os jovens Artur e Francisco podiam completar o curso liceal para depois prosseguirem os estudos militares.

Francisco entrara no Liceu do Carmo “com ar envergonhado, quase com vontade de chorar”³². A passagem pelo Liceu de Castelo Branco pouco pudera alterar a criança tímida e ensimesmada que nos aparece na única fotografia que conhecemos da infância³³. Salvo os calções que denunciam o infante, as restantes peças (casaco, colete e botas que, no início do séc. XX compunham o retrato social da criança das famílias

³² FPCL, idem, p.172

³³ Cf. *Textos Antológicos de Cunha Leal*. Foto: “Ainda no tempo da instrução primária”

pequeno-burguesas), de cor escura, acentuam a índole pouco expansiva e pouco alegre do serrano que, desde muito cedo, fora arrancado aos braços dos pais para viver no seio dos tios e dos avós³⁴. Aos dez anos (altura a que provavelmente pertence a fotografia que referimos atrás), Cunha Leal via-se com “um rosto de uma fealdade carrancuda e a cabeçorra de tamanho fora do comum”³⁵. O olhar alheado e contemplativo denunciava, a par de um amadurecimento precoce, a indómita independência e orgulho dos solitários. Nos punhos fechados talvez possamos adivinhar o génio e o feitio altivo e melindroso que, mais tarde se hão-de manifestar pelos arrebatamentos coléricos e pela violência da frase.

Lisboa desapontou Francisco, pela pequenez arquitectónica e pelo ruralismo que impregnava as vivências dos cidadãos de então. No entanto, os alunos do Carmo constituíam uma elite de gente da aristocracia e da alta burguesia³⁶. Antes da criação da secção liceal de S.Domingos que havia de, a partir de 1905, alojar os cursos complementares, o Carmo reunia alunos de todos os níveis. É com esta massa heteróclita, pouca dada a estudos aprofundados e ávida de estúrdia, que o jovem Francisco confronta a sua timidez ingénita e a falta de recursos. A convivência com a *rua* aldeã e serrana se, por um lado, o habilitou para o convívio com o povo, dificultou-lhe, por outro, o trato com as gentes de “bem” de quem temia a artificialidade maneirosa.

Francisco estava fadado para vencer pelo triunfo escolar. Em 1903, terminou o curso geral com classificações elevadas³⁷, tendo sido dispensado das provas orais e

³⁴ Francisco fez a escola primária no Alcaide, numa primeira fase, completando-a no Pedrógão sob a tutoria do tio, padre João Pinto da Cunha. Os pais residiam, na altura, em Castelo Branco

³⁵ FPCL, *idem*, p.137

³⁶ Cunha Leal caracteriza assim os seus colegas de liceu: “Dois Sabugosas, um Figueiró, dois Galveias, um Seisal, um Sabrosa e tantos outros rapazes da nobreza constitucionalista acotovelavam-se com filhos de banqueiros e de grandes comerciantes, industriais e agricultores ou com rebentos da gente grada das profissões liberais”, *op. cit.*, p. 160

³⁷ No Livro de Termos de 1903, depositado no actual Liceu Passos Manuel, constam as seguintes classificações: Composição em Português – cinco muito bons e três bons; composição em Francês – oito

obtido a qualificação final de distinto. Do júri fazia parte o Dr. Rui Teles Palhinha, professor de física a quem Cunha Leal considera ter ficado a dever “o equilíbrio de alma” na fase mais delicada da sua adaptação à nova cidade³⁸. O liceu central era nesta altura servido por uma plêiade de professores de craveira elevada, alguns deles também mestres no Curso Superior de Letras e noutras escolas superiores. Cunha Leal destaca José Maria Rodrigues, um antigo lente da Universidade de Teologia de Coimbra que João Franco encarregara de dirigir o liceu, António Joaquim Sá Oliveira, pedagogo e reformador do ensino liceal e Arsénio Augusto Torres de Mascarenhas, entre outros. Considerado pelos professores, Francisco era olhado pelos alunos como “uma espécie de fenómeno provinciano”, nas palavras de Cunha Leal³⁹. Posto em face da necessidade de corresponder aos anseios da família, tornada errante por sua causa, e de vencer os tremendos desafios que se lhe colocavam no novo meio urbano, Francisco afirmou a sua capacidade intelectual, ganhou confiança e estabeleceu as primeiras relações sociais “sólidas”⁴⁰.

Apesar de muito criticada, a reforma liceal de finais do século⁴¹, afirmava-se sobre um interessante currículo misto que aliava a formação científica e a formação humanística do primeiro ao último ano. Francisco tinha tido uma esmerada formação humanística, entre os nove e os dez anos, sob a orientação do tio, padre João Pinto da

muito bons; tradução do Latim para Português – oito muito bons; tradução de Português para Alemão – cinco muito bons e três bons; exercício de Matemática – oito muito bons; exercício de Física – oito muito bons; exercício de História Natural – oito muito bons; exercício de Desenho – oito muito bons.

³⁸ Cunha Leal nutria pelo mestre uma elevada estima que radicava num episódio ocorrido em 1902, sendo ele aluno do 4º ano. Chamado pelo professor a demonstrar um problema de física perante uma turma do 7º ano que o não conseguia resolver, Francisco desempenhou-se da tarefa de forma brilhante. Cf. FPCL, op. cit., p.166

³⁹ FPCL, idem, p.172

⁴⁰ Desta fase datam a leitura partilhada, de Eça e de Ramalho, por Francisco e dois companheiros do liceu : Francisco Penteado e Feliciano Santos. A cumplicidade viria a suscitar o desejo tríplice de construção colectiva de um romance, inspirado na fina ironia queirosiana, que nunca saiu do berço. Cf. FPCL, idem, p.180

⁴¹ Conhecida por reforma de Jaime Moniz. Sobre o currículo, organização escolar e manuais adoptados, vide *O Guia dos Alunos matriculados nos liceus – Anuário para 1902*

Cunha. A ele deveu “ter caminhado na vida sem grandes dificuldades”⁴². Em nove meses, ficou a traduzir o latim dos clássicos e aprendeu que o raciocínio claro está, indissoluvelmente, ligado à expressão precisa e concisa da língua que falamos e escrevemos. Não será, portanto, de estranhar que a sua passagem pelo Liceu de Castelo Branco tenha já sido marcada por bons resultados escolares, como se depreende dos termos de matrícula de 1899 a 1900 onde se diz que o aluno transitou para o terceiro ano sem necessitar de fazer exame⁴³. O triunfo escolar no Liceu do Carmo habilitou o jovem Francisco, na altura com dezassete anos, a matricular-se na vizinha Escola Politécnica, aureolado dos maiores pergaminhos e confiante em novos cometimentos intelectuais. Corria o ano de 1905. O irmão Artur já tinha completado o curso da Escola Politécnica e assentara praça, em Artilharia 1, no ano de 1903. O seu destino ficara traçado logo à saída do liceu. Francisco tardará em assentar praça, o que veio a acontecer já no último ano do curso dos *Preparatórios*, poucos dias antes do Regicídio⁴⁴, como se pudesse adiar *sine die* a carreira militar. Em finais de 1907, Artur tinha sido promovido a alferes e, desta forma, diminuindo os encargos familiares, mais facilmente Francisco podia continuar a investir na sua formação. Na verdade, a sua inscrição no 1º curso (Oficiais do Estado Maior, Engenharia Militar e Engenharia Civil e Minas), em Outubro de 1905⁴⁵, visava um pouco mais do que habilitá-lo para uma qualquer escola de aplicação (médica ou militar). O jovem politécnico tinha ambições maiores. O sucesso escolar no liceu permitia-lhe pensar em voos mais altos e as

⁴² FPCL, idem, p.124

⁴³ Termos de Matrícula do aluno Francisco Pinto Cunha Leal, referentes ao ano de 1899/1900. Arquivo do Liceu de Castelo Branco

⁴⁴ Assentou praça em Artilharia 1, em 9 de Janeiro de 1908. Como refere nas suas Memórias, (p.210), estava de prevenção naquele quartel na noite do Regicídio

⁴⁵ Como consta do livro de *Matrículas e Exames*, nº 22 da Escola Politécnica – Arquivo Histórico do Museu da Ciência

elevadas classificações no final do primeiro ano da Politécnica⁴⁶ abriram-lhe a porta da variante de engenharia. Este curso exercia uma fascinação particular sobre o jovem Francisco e a família. Pela sua exigência e pelas aplicações práticas que proporcionava, tinha oferecido ao país um importante escol de distintos engenheiros militares - os militares-políticos, em que sobressaía a figura de Fontes Pereira de Melo, bem como de professores do ensino superior.

Liberto ainda das obrigações militares, o jovem *paisano* atingiu a “fase áurea da sua carreira escolar”⁴⁷ na Politécnica. A par do prestígio alcançado, adquiriu independência económica dando explicações aos seus colegas⁴⁸ e concorrendo aos prémios pecuniários anuais. Estes últimos resultavam de dissertações sobre temas propostos aos alunos antes do período de férias de Verão. No último ano arrebanhou três desses prémios: na 3ª cadeira (Mecânica), o 1º prémio, com dezoito valores; na 5ª cadeira (Física e Matemática), o 1º prémio, com dezanove valores; e, por último, na 7ª cadeira (Mineralogia e Geologia), o 1º prémio, com dezanove valores⁴⁹. Neste último caso, a dissertação premiada versou sobre “Modos possíveis de simetria dos cristais” e mereceu a publicação no *Anuário da Politécnica* (1907-1908), com lugar de destaque, a par de um outro trabalho sobre “a divisão das séries” do professor Pedro José da Cunha. O trabalho premiado chegou ao *Anuário* sob os auspícios do professor da cadeira, Francisco Ferreira Roquete, que manteve com o discípulo uma interessante correspondência académica sobre a validade das hipóteses científicas versadas⁵⁰. Na segunda carta, o professor assume-se também como um discípulo o que, dizendo muito

⁴⁶ O mesmo livro de *Matrículas e Exames* atesta o excepcional aproveitamento do aluno. Nas doze cadeiras concluídas, obteve um catorze, um quinze, dois dezasseis, um dezassete, três dezoitos e quatro dezanoves

⁴⁷ Cf. FPCL, *idem*, p.195

⁴⁸ Cunha Leal refere nas suas Memórias (p.194) que os mestres-repetidores o indicavam para dar explicações de física. Os 20 000 réis que cobrava mensalmente bastavam-lhe para as suas despesas

⁴⁹ Escola Politécnica – *Actas do Conselho*. Sessão nº 5, Novembro de 1908. Arquivo Histórico do Museu de Ciência de Lisboa

sobre a sua atitude pedagógica e científica, não deixa igualmente de indiciar o valor que atribuía ao trabalho do seu aluno. Depois de apresentar algumas observações que, afirma, “são objecções feitas a mim mesmo”, termina: “Quando nos encontrarmos refalaremos sobre o assunto, e eu mesmo tenho muito interesse nisso, porque repito – e faço-o com toda a minha natural sinceridade – o meu fim não é fazer dialéctica, mas esclarecer o meu espírito”⁵¹.

Seriam numerosos, na Politécnica, estes amigos do saber, indagadores da verdade sem cuidar de saber onde habita? De certo que não. Basta esperarmos um pouco mais para, lá por volta de 1910, vermos o jovem Francisco, qual demiurgo implacável, denunciar no seu *A`vante* a incompetência de muitos dos professores da Politécnica que a República devia limpar de uma vassourada. Um seu companheiro de curso, Carlos Selvagem, evocaria a escola como uma “simples encruzilhada” onde os alunos vindos de todos os liceus do país “se quedavam o tempo indispensável para bocejarem inconsolavelmente na cadeira de Álgebra ou (...) cabecearem beatificamente, embalados na música sideral das lições de Física, Química...”⁵².

Francisco preparava-se para aceder à galeria de notáveis politécnicos que formaram o escol de altos funcionários e políticos do século anterior. À sua formação não convinham apenas a Mecânica, a Geodésia, a Física, a Matemática ou a Geologia com que projectaria as pontes e os caminhos de ferro. Filho do seu tempo, viveu tumultuariamente a crise de valores que anunciavam o fim de um ciclo civilizacional e cultural, marcado pela oposição entre a razão e a fé, que acabou pela morte das duas (morte de Deus e morte da Razão Universal) e se continuou pela luta fatal entre a inteligência e o instinto, fonte de todos os irracionalismos de que o séc. XX foi fértil.

⁵⁰ Cunha Leal publica duas das cartas do professor ao discípulo, datadas de 3 e 15 de Setembro de 1908. op. cit., pp.200-202

⁵¹ FPCL, idem, ibidem

Se, como afirma Albérès, no “drama histórico, a sensibilidade literária precedeu sempre a História”⁵³ então podemos dizer que o jovem politécnico se preparou, por sua conta e risco, para se não ver desprevenido perante as convulsões que se avizinhavam e de que seria um dos mais vivos protagonistas. Data desta época da sua vida, segundo nos informará nas Memórias⁵⁴, o enriquecimento do seu espírito pelo acesso aos mais variados autores da literatura, da sociologia e da filosofia daquele tempo. Do fragor com que a escopo e martelo os seus contemporâneos derrubavam o *mundo decadente* e, numa gestação laboriosa, cerziam a *vida nova* por que ansiavam, Francisco extraiu ideias e convicções que viriam a sustentar muitas das suas atitudes futuras. A revisão científica de muitos dos postulados e certezas absolutas da física, afastaram-no da *verdade absoluta* do positivismo. As respostas eram múltiplas, a realidade poliédrica e a condição humana de uma incomensurável complexidade. As verdades sucediam-se, pela primeira vez na história, com uma formidável velocidade. Por isso a sua abordagem à literatura, à sociologia e à filosofia foi eclética, como explica: “ Para mim, uma escola representava apenas – e o mesmo penso hoje – a adopção exclusiva de um ponto de vista, donde só se torna possível descortinar fragmentos de verdade e nunca uma verdade global. É em suma a absurda tentativa de compreender a humanidade olhando-a sistematicamente através de um óculo, fixo no espaço, sem susceptibilidade de girar em todas as direcções e sentidos. Daí a necessidade de fazer a síntese de obras de todas as escolas para se fazer ideia aproximada da complexidade da condição humana”⁵⁵.

Francisco leu os clássicos renascentistas (Maquiavel, Shakespeare), embrenhou-se nos enciclopedistas que, como Voltaire, coroavam o futuro de risonhas vias de

⁵² Carlos Selvagem, “Dois Perfis”, in *Nas Comemorações – Número Único Comemorativo do 1º Centenário da Politécnica*, Lisboa, 1937

⁵³ Albérès, R.M., *L’Aventure intellectuelle du XX siècle, Panorama des littératures européennes – 1900-1959*, Éditions Albin Michel, Paris, s/d, p.19

⁵⁴ FPCL, idem, p.216

⁵⁵ FPCL, idem, 216

Progresso. Assimilou o municipalismo de Herculano de que fará bandeira em certa altura do seu percurso político, apreciou o negro romantismo da novela camiliana e extasiou-se perante a literatura de pintura social e moral e de combate que marcou os últimos anos do séc. XIX e os primeiros anos do séc. XX em Victor Hugo, nos exercícios de sociologia prática de Zola, nos versos de Cesário Verde mas principalmente em Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, ou em espanhóis, como Blasco Ibañez. Acompanhou o profundo pessimismo moral e a decepção intelectual que se instalaram nas elites culturais dos finais do séc. XIX, comungando do pensamento de um Nietzsche ou de um Schopenhauer. Conheceu as vozes mais fecundas do simbolismo decadentista, na expressão da efusão religiosa e da sensualidade de um Verlaine e as manifestações nacionais dessa poesia finissecular no miserabilismo existencial de António Nobre ou no neo-romantismo e jacobinismo republicano de Guerra Junqueiro. Percebemos como pôde ter sido sensível ao sentimento trágico da existência⁵⁶ de um Unamuno, radicado na luta entre a fragilidade humana e a aspiração à perfeição individual e na impotência da razão para resolver esse desejo de imortalidade. Mas também como o seu racionalismo o não deixaria enfileirar pelo fideísmo irracionalista do cristianismo renovado⁵⁷. Datam também dessa época as leituras de Abel Botelho, um dos mais sérios “pintores” da vida do operariado

⁵⁶ A morte é ainda um fenómeno omnipresente nas sociedades rurais de finais de século XIX, nomeadamente a morte infantil. As pandemias eram frequentes. Muito próximo do Alcaide, em Souto da Casa, a epidemia da varíola provocava 32 óbitos de crianças, entre Agosto e Novembro de 1891, tinha Francisco três tenros anos. (CF. *A Beira Baixa*, Fundão, 1/11/1891). A morte do Zezinho, um seu irmão mais novo, tinha deixado marcas de profunda tristeza, bem como a morte a longo termo anunciada da mãe.

⁵⁷ A morte da mãe acentuou em Francisco os sentimentos anti-religiosos, pela injustiça sentida na acção de um Deus tirano. Datam dessa altura os “destemperos” da jogatina e da libertinagem, que deplora nas Memórias, e de que se libertou com o futuro afastamento para Angola. Cf. FPCP, idem, p.232

português ou de sindicalistas como Sorel, o defensor da violência revolucionária que arrasaria, inevitavelmente, a mediocridade da democracia burguesa⁵⁸.

3. Na Politécnica –luta académica e Revolução

Em 1907, a “ditadura mansa” de João Franco “encheu de horror os olhos”⁵⁹ de Francisco e dos seus companheiros da Politécnica. A polícia, que há muito não perdia de olho os *rapazes dos Preparatórios*, acabou por entrar de roldão na escola na manhã de sete de Março daquele ano para reprimir o boicote dos alunos às aulas, em solidariedade com os seus colegas grevistas de Coimbra⁶⁰. Desde 1862 que a academia coimbrã não vivia tempos tão agitados. Aos “processos medievais” e ao “espírito universitário retrógrado”, muitos alunos e alguns mestres⁶¹ opunham a crítica demolidora dos métodos de ensino e da ideologia retrógrada dos lentes. No contexto da época, depressa a contestação académica saltou as paredes da universidade e se transformou numa greve com carácter político. A concentração liberal que sustentava o governo *franquista* tinha a oposição dos *rotativos* e dos republicanos, tanto mais quanto o projecto neo-regenerador de João Franco se afirmava contra os dois partidos tradicionais e ameaçava, nas suas próprias palavras, “caçar no mesmo campo dos republicanos”, numa clara referência à sua tentativa de conquistar as classes médias e o

⁵⁸ Para reconstituir o quadro de leituras do jovem politécnico recorreremos às Memórias, (op. cit., p.216) e ao conjunto de referências bibliográficas que poderão ter estado na base dos primeiros textos publicados em 1910-1913

⁵⁹ FPCL, idem, p.190

⁶⁰ A greve estudantil coimbrã de 1907 dava corpo ao protesto dos alunos pelo tratamento, considerado injusto e discriminatório, no doutoramento do Dr. José Eugénio Dias Ferreira, por alegados motivos político-ideológicos, já que o doutorando partilhava os ideais republicanos

⁶¹ Cf. a este propósito, de Bernardino Machado, a *Oração Inaugural do Ano Lectivo de 1904-1905*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1904 ou ainda a “*Oração de sapiência recitada na Sala Grande dos Actos da Universidade de Coimbra*”, por Sidónio Pais, precisamente em 1908

proletariado urbano para a sua política⁶². Pressionado pelas oposições e confrontado com a audácia da academia, o governo optou por uma repressão dura da greve, encerrando a universidade, obrigando os alunos a abandonar Coimbra e instaurando processos disciplinares aos líderes estudantis⁶³, num claro desrespeito pelos privilégios habituais do foro académico.

Francisco Cunha Leal participou activamente nos recontros violentos com a polícia que tiveram lugar na Escola Politécnica. No decurso do mês de Março e por todo o mês de Abril, os estudantes sentiram o apoio da coligação republicano-regeneradora no Parlamento e nos jornais. Militares e paisanos recusaram-se a retomar as aulas em 8 de Abril e a greve prolongou-se, com a adesão de vários milhares de estudantes, das Universidades, das escolas superiores e dos liceus de todo o país. A incapacidade política governamental para manter a ordem tornou-se evidente por meados de Abril quando comícios e reuniões passaram a ser vigiados pela polícia. João Franco obteve a anuência do rei para o encerramento do Parlamento que veio a ocorrer em 11 de Abril, numa altura em que “os estudantes civis”, de que Francisco fazia parte, “em sucessivas e intermináveis reuniões, discutiam com mais entusiasmo que bom senso a orientação a seguir no futuro”⁶⁴. Lisboa era uma verdadeira escola revolucionária. Em 16 de Maio, uma comissão de pais dos alunos em greve foi recebida pelo rei e pelo presidente do governo a quem solicitaram a amnistia dos alunos acusados e a abertura da época de exames. A desmobilização causada por esta atitude foi interpretada por Francisco - um dos alunos designados de *intransigentes* - como uma “bofetada humilhante”. A inscrição nos exames foi por eles decidida *in extremis*, quando já nada havia a esperar

⁶² Sobre o governo de João Franco (1906-1908) e o comportamento das oposições cf. Rui Ramos, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in *História de Portugal* (Direcção de José Mattoso), vol VI, pp. 267-297, Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal*, Notícias Editorial, Lisboa, 2000, pp. 88-102 e José Miguel Sardica, *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*, Edições Cosmos, 1994

⁶³ Para a análise do processo grevista cf. José Manuel Sardica, “A greve académica de 1907 – Combate político e renovação cultural”, in *História* (Nova Série), nº 4/5, Julho/Agosto de 1998

do movimento grevista⁶⁵. O movimento conspirativo republicano entrou numa fase decisiva, abrindo brechas no campo monárquico. Por estranha coincidência, um primo de Francisco, o advogado João Pinto dos Santos⁶⁶, um dos *Dissidentes* do grupo de José de Alpoim, foi preso com o seu chefe na sequência da revolta de 28 de Janeiro de 1908. Mas Francisco, como a maioria dos jovens politécnicos da sua geração, já há muito tinha cortado relações com as simpatias monárquicas do mundo familiar, dividido entre a obediência a João Franco e a oposição *progressista* beirã de João Pinto dos Santos. Aos dezasseis anos, quando ainda frequentava o liceu de S.Domingos, confessou ao pai as suas simpatias republicanas⁶⁷. Por essa época, a monarquia aparecia na voz dos tribunos republicanos como um “cadáver insepulto” e um cancro que só as novas instituições republicanas podiam reparar. Os jovens politécnicos aderiam, com fé messiânica, aos ideais republicanos e às organizações secretas que actuavam na sombra contra a Monarquia. A efervescência política que acompanhara a greve académica tinha propiciado os primeiros contactos com os líderes republicanos históricos e com a formidável luta que se desenrolava no interior do Partido Republicano entre os defensores da linha revolucionária e os que apostavam numa táctica legalista de transição moderada. Na Politécnica acendiam-se os primeiros dissídios entre uns e outros. Como refere um dos estudantes de então, “Os da facção da *Luta*, olhavam de alto, com sobranceiro desdém, os demagogos da facção do *Mundo* que, por acinte e pimponice, refinavam de intolerância e de insolência nas suas diatribes de jacobinos”⁶⁸. Poderemos nós interpretar os primeiros contactos do jovem Francisco com Brito Camacho⁶⁹ e a sua recusa terminante de não aderir a qualquer organização secreta como

⁶⁴ FPCL, idem, p. 209

⁶⁵ Idem, ibidem

⁶⁶ Cf. Fernando Catroga, idem, p.92

⁶⁷ FPCL, idem, p.190

⁶⁸ Carlos Selvagem, idem

⁶⁹ FPCL, idem, p.203

um indício precoce da sua orientação politico-ideológica futura de intransigente recusa do jacobinismo? Os primeiros textos de intervenção política, como um pouco à frente veremos, assim o parecem querer comprovar.

Francisco Cunha Leal iniciou o seu tirocínio político na Escola Politécnica. A ocorrência da greve académica de 1907, no contexto da designada “Ditadura de João Franco”, concorreu para a formação de uma nova geração republicana – a de 1910 – alinhada na fé com os republicanos históricos da geração do Ultimato, mas mais exigente e mais crítica. Dos seus principais dirigentes, alguns como Alberto Xavier, Carlos Olavo e António Granjo, cedo se integraram no sistema republicano parlamentar. Porém, muitos outros, como Ramada Curto, Campos Lima, Jaime Cortesão ou Cunha Leal irão afirmar-se, de uma forma ou de outra, como uma consciência crítica do novo regime. Alguns mesmo, os mais intransigentes, como Alfredo Pimenta ou Rocha Martins, hão-de abandonar o sistema republicano e combatê-lo até às últimas consequências.

Na verdade, a geração de 1910, foi a fiel depositária de uma longa tradição de luta académica que se manifestou, em particular no último quartel do séc. XIX, com uma vincada feição cultural e política. Natália Correia interpreta a crise de 1907 como o corolário da luta que se vinha desenvolvendo entre o imobilismo e a aspiração a uma sociedade renovada: “ Por um lado, as reivindicações, os anseios e de algum modo as turbulências de muitas gerações académicas até então contidas pela disciplina rígida do foro universitário e pela rotina das instituições políticas; do outro, a alarmada violência de ordem antiga contra a ameaça de infecção da juventude pelo vírus das ideias novas”⁷⁰. Por seu lado, Rui Ramos alia a turbulência estudantil ao crescimento acentuado da frequência universitária ocorrido na última década de oitocentos, decorrente do impulso social e do surto industrialista da década anterior. Porém, esta

“pequena explosão universitária” estaria destinada a acentuar os factores de crise que anunciavam a desagregação do regime monárquico. O mesmo autor, para explicar o radicalismo estudantil que desaguaria no republicanismo, cita Fernandes Costa (*O Ano Político*, 1897): “ Dentro de dez anos, a continuar isto assim, a Universidade terá expedido do seu seio, no mínimo, uns 500 homens, sem ocupação nem emprego possível, todos mais ou menos enfronhados em doutrinas sociais e políticas”⁷¹. Este pulsar ideológico era tanto mais imoderado quanto mais evidente se estava tornando o esvaziamento político dos arautos da “Vida Nova” que, desde Oliveira Martins, se tinham comprometido com as reformas necessárias ao país⁷². Neste “proletariado intelectual”, segundo as palavras de João Franco⁷³, fervilhavam as ideias político-filosóficas do romantismo revolucionário, do socialismo utópico e do anarquismo com que os seus “pais” tinham vivido a experiência efêmera da Comuna de Paris e implantado a I República espanhola. Nas suas escolas queriam ver surgir as oficinas pedagógicas “em que se fabrica o cidadão”⁷⁴, liberto da *influência jesuítica esterilizadora* e senhor do “poder espiritual que devia comandar a regeneração política”⁷⁵. Eram anseios excessivos, que não tinham em conta a pobreza nacional, a incultura das massas, o atraso técnico e a inevitável falta de preparação dos governantes que deveria decorrer da ansiada mudança revolucionária. Ao cabo do primeiro ano do novo regime, perante as primeiras desilusões, o jovem Francisco explicitava a sua ideia de República como o cadinho onde a nova geração queria amassar todos os sonhos: “

⁷⁰ Natália Correia, *A crise académica de 1907*, p.6

⁷¹ Rui Ramos, *idem*, p.301

⁷² Rui Ramos evidencia a incapacidade política dos reformadores, de Oliveira Martins a João Franco, para compreenderem o país real. De 1890 a 1908, como diz, nenhuma reforma importante foi consumada. *op. cit.*, p.297. No entanto, há que referir que do espírito reformador dessa geração do último quartel do séc. XIX, transitaram muitas das ideias, quer na análise da situação do “país rural” e arcaico, quer na revolução regeneradora que preconizavam, pela colonização interna do país e pela implantação de um regime político forte, mesmo de cariz ditatorial, capaz de ultrapassar todos os arcaísmos do liberalismo oitocentista. Numa primeira fase, os jovens da geração de Cunha Leal foram de facto devedores dessa herança *martiniana*, modernizante e autoritária

⁷³ João Franco, *Discursos*, p. 31 (cit. em Rui Ramos, *idem*, p.301)

Somos todos, os meridionais, como D.Quixote, como Tartarin, como Elyseu Méraut (de Daudet), romeiros de um ideal que perseguimos através de todas as desilusões. Nos tempos da Monarquia se alguém nos perguntasse como salvar Portugal, todos nós teríamos como resposta uma palavra única, a República. A República era a Dulcinea que muitos amavam sem conhecer, mas que a sua imaginação vestia das galas da opulência e da beleza”⁷⁶

4. Sob a inspiração de Diógenes – do *A`vante* a *O Intransigente*

Francisco Cunha Leal mergulhou de corpo inteiro no sorvedouro revolucionário que alimentou a implantação da República entre os anos de 1908 e 1910. Com a matrícula na Escola do Exército, foi nomeado 1º sargento graduado cadete da Companhia de Alunos, depois de alguns meses como soldado cadete em Artilharia ¹⁷⁷. Depois do movimento revolucionário fracassado de 28 de Janeiro e do Regicídio, a propaganda republicana irradiava nos quartéis de Lisboa, em especial entre os sargentos, cabos e praças, bem como na Escola do Exército. Muitos dos colegas de Francisco tinham aderido à Maçonaria e à Carbonária e tinham contacto com as Juntas Militares revolucionárias. Por eles, ia acompanhando as vicissitudes do movimento revolucionário que teve sucessivas marcações para 16 de Julho e 19 de Agosto de 1910⁷⁸. As indecisões do Comité Revolucionário tinham encontrado muitos desses núcleos em fase expectante quando ocorreu o 5 de Outubro. Cunha Leal não pôde acompanhar os colegas que se juntaram aos revolucionários da Rotunda na madrugada

⁷⁴ Cf. Fernando Catroga, op. cit., pp.264-268

⁷⁵ Idem, ibidem, p.290

⁷⁶ Cf. o jornal *O Intransigente*, 21 de Agosto de 1911

⁷⁷ Tendo assentado praça em 9 de janeiro de 1908, foi nomeado 1º sargento graduado cadete em 29 de Outubro de 1908 e 1º sargento cadete em 27 de Outubro de 1909, conforme consta da sua caderneta militar. AHM, Processo 1580

⁷⁸ Cf. Machado Santos, *A Revolução Portuguesa – Relatório*, Tipografia Liberty, Lisboa 1911

do dia 5, por se encontrar em férias no Alcaide⁷⁹. Entre aqueles contava alguns dos amigos mais chegados, como Humberto Ataíde⁸⁰.

Logo que a normalização dos caminhos de ferro o permitiu, Francisco rumou a Lisboa. Um mês e meio depois, com Luiz Pacheco e Humberto Ataíde, dava á luz o *A`vante*, semanário dos estudantes portugueses que, logo no primeiro número, num editorial de Cunha Leal, alertava para o facto de a implantação da República, só por si, não constituir a salvação da Pátria. Ao contrário, era sua convicção que a revolução era tão só e apenas o “início de uma profunda reorganização que deve modificar de alto a baixo toda a arcaica sociedade portuguesa”⁸¹. O jornal afirmava-se como um órgão de combate, de orientação republicana radical, com duas vertentes fundamentais. A primeira seria a de influenciar a política educativa do novo regime e a segunda a de reorganizar a academia, fazendo-a sair do marasmo a que a conduzira a derrota da greve de 1907. Na esteira de pensadores da “crise nacional”, como Basílio Teles, acreditavam que a passividade e o indiferentismo do povo radicavam no analfabetismo que impedia a modernização social e económica e ajudava a manter a crise moral das elites, responsáveis pelo estado de desagregação e decadência da Pátria. A revolução radical republicana que almejavam só podia sair de baixo, do trabalhador consciente e do soldado. Como considerava Cunha Leal em editorial do *A`vante* “ O grau de modernidade de uma sociedade vê-se pelo grau de educação dos seus membros. Enquanto não se alterar a educação moral, intelectual e física, Portugal continuará a ser o país do messianismo, o país em que um homem ou uma clientela imporão a sua

⁷⁹ FPCL, idem, p.240

⁸⁰ Humberto Ataíde Ramos de Oliveira (1889-1918). Sargento cadete da Rotunda, tal como Viriato de Lacerda. Capitão de Infantaria. Participou nas expedições ao Sul de Angola (1914-1916), onde foi por três vezes ferido em combate. Evacuado para a Metrópole em 1916, voltou depois a Moçambique onde comandou postos de fronteira. Suicidou-se em 4/8/1918, depois de considerar comprometida a honra pessoal no desenrolar de uma operação militar mal sucedida. Promovido, por distinção, a major em 21/2/1922. Cf. AHM, Processos de oficiais, caixa 1384, 59 e FPCL, Memórias, vol. I, p.227

⁸¹ Jornal *A`vante*, Ano I, nº 1, 25 de Novembro de 1910. Publicaram-se seis números, o último dos quais em 7 de janeiro de 1911.

vontade, disfarçando-a mais ou menos com essa solene burla do parlamentarismo. Só quando a educação das classes deixar de ser superficial, se acabará o papel dominante dos super-homens”⁸². Mas os jovens do *A`vante* também tinham consciência que o estado das elites não era, igualmente, compatível com as exigências da modernização do país pois, afirmavam que, “ olhando para nós reconhecemo-nos ignorantes, com uma educação intelectual e moral insuficiente”⁸³.

Dispensando a sanção dos conselheiros e dirigentes republicanos, os jovens do *A`vante* empenharam-se na defesa de uma reforma do ensino que, na sua opinião, passaria por uma maior autonomia escolar e, numa primeira fase, pela necessidade de inquéritos e sindicâncias à organização dos estabelecimentos de ensino e pelo saneamento do professorado incompetente. Ora, a *adesivagem* de muitos elementos do corpo docente e a complacência do Governo Provisório para com situações de manifesta incompetência e autoritarismo denunciadas pelos alunos das escolas superiores e dos liceus, iriam colocar o jornal em rota de colisão com o poder político vigente. Mas os conflitos, como afirmavam, “ são uma manifestação de vida, e representam os estímulos necessários para progredir”⁸⁴. Por isso não recusaram tomar partido pelos grevistas da Escola Politécnica que o governo, pelo seu porta-voz *O Mundo*, acusava de estarem conluídos com os reaccionários, ou de denunciar a hipocrisia governamental que colocava à frente das comissões de sindicância os responsáveis desses mesmos serviços⁸⁵. No nº 5 do *A`vante* (25 de Dezembro de 1910), sob o título “Ignorância ou

⁸² Idem, ibidem

⁸³ Idem, nº 5, 25 de Dezembro de 1910

⁸⁴ Idem, nº 1, 25 de Novembro de 1910

⁸⁵ As denúncias da tolerância governamental com situações inaceitáveis para os estudantes eram frequentes em todos os números do jornal, por vezes com recurso a uma linguagem violenta e desdenhosa. Assim, no nº 2 (1 de Dezembro de 1910): “No liceu de Leiria quiseram pôr na rua um professor incompetente que tinha sido protegido por Lisboa. Desejamos que o prof. de Física da escola Politécnica se faça substituir na cadeira e na direcção da escola. Não julgamos possível uma reforma com este professor à frente da escola”. No nº 3 (9 de Dezembro de 1910): “A Química no Instituto – os alunos fizeram saber ao professor Virgílio Machado que os seus processos de ensino não satisfaziam. Amouou e não voltou ao Instituto”. Escola Politécnica – Os senhores Pina Vidal, Schiappa Monteiro e Eduardo

pouca vergonha?”, o jornal concluía : “ O governo nomeou o sr. Cabral de Moraes para o Observatório da Politécnica. Este senhor, afirmamo-lo com conhecimento de causa, não tem a mínima competência para tal”.

A politização de um jornal que se afirmava “semanário dos estudantes portugueses” e que, no nº 4 (16 de Dezembro) se propunha a promoção de um Congresso Académico com vista à constituição da Federação Geral dos Estudantes Portugueses viria a abrir um espaço de debate na academia sobre a sindicalização política da vida estudantil. A par do *A`vante*, começou a publicar-se um outro jornal, o *Rebelde*, um quinzenário de estudantes que defendia uma atitude de alheamento político da academia para que não “ a acoimem de sectarista e para que, ao erguer-se impetuosa e rebelde, não surjam desavenças, receios e desfalecimentos no seu seio, que deve ser carinhoso e cálido”⁸⁶. A recusa em participar numa reunião da Politécnica, onde estava presente um membro do *A`vante* e a crítica ao facto de o jornal de Cunha Leal “chasquear das Bernardices políticas” de forma feroz, denunciava a orientação pró-governamental dos jovens estudantes de *O Rebelde*, interessados em ver contida a contestação estudantil no estrito campo académico, tal como o governo. O desencanto patente em muitas páginas do *A`vante*, dois meses volvidos sobre a euforia da revolução traduzia, “a existência de um crescente desencontro entre os que aspiravam a uma radical transformação das estruturas universitárias e aqueles que faziam a apologia da moderação”⁸⁷

O jornal morreu de morte natural já que trilhava um estreito caminho, aberto por entre a juventude estudantil pró-governamental que proclamava a necessidade de a academia “caminhar de braço dado com o professorado” e uma outra banda da

Burnay ainda não retiraram da Politécnica. É de reear que se constituam como comissão técnica para renovar o ensino. Hão-de fazê-los ir para casa, recordando o que se passa nas aulas”.

⁸⁶ *O Rebelde*, Lisboa, nº 1, 6 de Dezembro de 1910

academia, a mais numerosa, eivada de “um espírito retrógrado e subserviente”. Ora, como explicavam os jovens radicais, a criação do *A`vante* tinha correspondido “às exigências de um dever” – o de, através do aperfeiçoamento das escolas concorrer para a regeneração do país. Porém, esse dever obrigava os jovens estudantes da Escola do Exército a uma defesa intransigente da “verdade”, num atrevimento quixotesco, sem cuidar da tacticismos políticos. A primeira incursão pela sua escola militar consumou-se através de uma entrevista a um oficial a quem deram voz no *A`vante* para criticar a reforma educativa em curso “porque os alunos foram ignorados”⁸⁸. No Verão seguinte, a cedência de um espaço no jornal *O Intransigente* de Machado Santos, permitiu aos dois jovens – Humberto Ataíde e Cunha Leal – nessa altura sob o pseudónimo de Diógenes, prosseguir a sua demolidora campanha de denúncia dos métodos autoritários e retrógrados do corpo docente da Escola do Exército. Os artigos começaram a ser publicados em 16 de Julho e, alguns dias depois, o assunto teve repercussões no Parlamento, depois de uma delegação de alunos ter abordado Ramada Curto, um dos líderes estudantis de Coimbra em 1907. A intervenção deste constituinte desencadeou a promessa de uma sindicância independente por parte do Ministro da Guerra Correia Barreto⁸⁹. Na verdade, a reforma militar levada a cabo pelos “Jovens Turcos” pouco tinha alterado a Escola do Exército, para além do novo nome de Escola de Guerra e das “paredes caiadas”⁹⁰. No entanto, enquanto a campanha durou, o incómodo dos lentes foi enorme, conforme se pode depreender das reacções que iam surgindo na imprensa, designadamente no *Correio da Manhã*. Imprudentes, frontais, sinceros, os jovens que se fundiam no pseudónimo de Diógenes forjavam, pela rebeldia e irreverência, a imagem

⁸⁷ Cf. Ana M. Caiado Boavida, “Tópicos sobre a prática política dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionantes do movimento estudantil”, in *Análise Social*, Vol. XIX, (77-78-79), 1983

⁸⁸ O *A`vante*, nº 4 (16 de dezembro de 1910)

⁸⁹ Cf. *Diário das Constituintes*, Sumário da Sessão de 18 de Julho de 1911

⁹⁰ Esta é, pelo menos, a opinião de Cunha Leal (sob o pseudónimo de Francisco Moreno), expressa n`O *Intransigente* nº 398 de 18 de Dezembro de 1911. A sindicância dormia no pó dos arquivos e a imprensa voltava a falar da escola.

do radical intransigente com que o novo sistema tinha dificuldade em lidar. Numa espécie de avaliação da campanha, Diógenes afirmava: “ Todos procuravam ignorar o cancro. Nós tivemos a coragem de o escarpelizar. Riram-se muitos do holofote desfocado de Diógenes. Temos sido violentos, com orgulho reconhecemos. Há dois sistemas para demolir: ou com sorriso de cáustica ironia nos lábios, ou à chicotada com toda energia de que se seja capaz. O primeiro é delicado, nós preferimos o segundo por ser mais sincero. Viemos sem receio de violências, sem prudência. Chamaram-nos despeitados, lançaram sobre o nosso carácter as piores acusações. Evitamos a polémica estéril de pessoas. Conseguimos o nosso intento: desacreditar uma coisa infame. Urge fazer a construção depois da destruição”⁹¹. Diógenes denunciava a incompetência dos lentes porque, como afirmava: “A Escola do Exército, no seu estado actual, é a maior das burlas que nos foi legada pelo passado regime (...) O corpo docente compõe-se de indivíduos ignorantes. Ocupam-se a trocar a República e são injustos nos exames. Enquanto não foram saneados os professores, não pode haver um escola de oficiais porque da podridão só podem nascer vermes”⁹² e concluía num artigo, a 7 de Agosto, que “esta campanha só pode ter um fim: a expulsão de muitos dos actuais membros do corpo docente”. Que poderia levar um jovem que si próprio se definia como “tímido, católico no fundo, sentimental, aldeão e burguês”⁹³ a tamanho destempero, lutando simultaneamente contra o mundo instalado da instituição secular e os novos senhores do poder político, ainda por cima revolucionário? Anos mais tarde, nas *Memórias*⁹⁴, explicará que, com a morte da mãe⁹⁵ começara uma nova fase da sua vida, uma fase que designa de “boémia escolar”. O “desdém e crueza” com que zurziu os lentes da Escola do Exército seriam “filhos do seu doentio estado de alma”. Os princípios católicos

⁹¹ *O Intransigente*, nº 264, 6 de Agosto de 1911

⁹² *Idem*, nº 245, 19 de Julho de 1911

⁹³ FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. I, p.235

⁹⁴ *Idem*, *ibidem*, pp.232-234

teriam sido fortemente minados pela revolta contra um Deus injusto e tirano, incapaz de compaixão, surdo às súplicas humanas. Mas o que motivava o jovem de 21 anos, como explica logo de seguida, era “acima de tudo, lançar um desafio à rotina, medir as minhas pobres forças com o poderoso destino”.

Com que “pobres forças” podia então o jovem Cunha Leal lutar contra o “poderoso destino”? Ou seja, como poderia o jovem beirão, de formação católica e anti-jacobina, com magros recursos, sem uma teia familiar instalada na administração ou na vida política⁹⁵, aceder ao escol dominante e influenciar o percurso do país? Lutando e acreditando que nada lhe seria dado de mão beijada. O sucesso escolar, primeiro no liceu e depois na Politécnica, constituiu um trunfo poderoso, não só pela afirmação psicológica que tal permitiu ao jovem recém-chegado à cidade, mas fundamentalmente pelas portas que abriu entre gente influente – professores, altos funcionários públicos, militares, jornalistas... Por outro lado, a boa formação científica, articulada com uma rica formação humanística, permitiam-lhe o à vontade (e mesmo o desdém) com que afrontava pedagogos e políticos, antes no *A`vante*, depois no *O Intransigente*. Mas o caminho não era fácil, era preciso construí-lo à passagem. Francisco Cunha Leal não abdicou da sua independência moral e intelectual e, por isso, não acompanhou a maioria republicana a quem, desde cedo, começou a criticar o jacobinismo e as transigências tácticas. A incomodidade transmitida pelas arremetidas do *A`vante* empurrou-o para os braços de Machado Santos que os jovens cadetes da Escola do Exército prezavam, pelo carácter recto e pela coragem com que arrebanhou a vitória na Rotunda. Escolhera um caminho difícil – o dos *anti-afonsistas*, sempre insatisfeitos com a República, prontos a

⁹⁵ Maria da Piedade Leal, morreu em Lisboa, em 22 de Março de 1910, por efeito de doença prolongada

⁹⁶ Como explica nas Memórias (vol. I, p.149), o pai obteve um lugar de fiscal da Direcção Geral dos Produtos Agrícolas, quando se transferiu para Lisboa, em 1900, graças aos bons ofícios do seu primo João Pinto dos Santos. Porém, este era agora, depois da implantação da República, uma figura em retirada da vida política. O orgulho e as convicções republicanas de Cunha Leal, como muitas vezes refere nas Memórias, não lhe permitiriam, de resto, aceitar as benesses do primo

conspirar a cada momento e a dar a vida pela sua dama. Tendo-se afastado “do escol um pouco enfatuado dos engenheiros”, obteve junto de estudantes de outras armas o apoio indispensável à campanha n`*O Intransigente*. Para além de Humberto Ataíde, o grupo incluía um vasto leque de republicanos que pagaram muito caro o seu tributo patriótico. Uns, como Viriato de Lacerda⁹⁷ ou Humberto Ataíde, tombaram na defesa das colónias. João Menezes Ferreira⁹⁸, Marrecas Ferreira⁹⁹, Francisco Xavier Cunha Aragão¹⁰⁰ ou António Ribeiro de Carvalho¹⁰¹ destacaram-se nos campos da Flandres. Os dois últimos, a par de João de Menezes e de Cunha Leal, viriam a combater a Ditadura Militar e o Estado Novo em nome de uma República Democrática e renovada e, por isso, foram condenados ao ostracismo. Não foi coroada de sucesso a carreira destes jovens *intransigentes* da Escola do Exército. Ambicionavam a realização do sonho republicano

⁹⁷ Viriato Sertório Rocha Portugal Correia de Lacerda (1887-1917). Um dos sargentos cadetes a quem Machado Santos reconheceu como um dos “bravos da Rotunda”. Como tenente, foi destacado para a província de Moçambique depois de se ter oferecido como voluntário. Morreu em consequência de ferimentos em combate na serra de M`cula. Foi promovido, por distinção, ao posto de capitão em 21/8/1920. Cf. AHM, Processos de oficiais, caixa 1351

⁹⁸ João Guilherme Menezes Ferreira (1889-1936). Capitão de Infantaria, com o Curso da Escola do Exército. Foi louvado pelos “serviços prestados no 5 de Outubro, bem como nos combates dos dias anteriores” como jovem cadete. Obteve a medalha de prata do C.E.P. “Sul de Angola 1914-1915”, pela acção contra os alemães no combate de Naulila. Esteve por duas vezes na frente do CEP e aí obteve a medalha de prata com a legenda “França, 1917-1918”, bem como a medalha da Vitória (1919). Foi ajudante de campo do Alto Comissário de Moçambique (1921) e exerceu funções no gabinete do Ministro das Finanças Pestana Júnior (1924). Colocado no GIAB (Alverca), como observador aeronáutico, em 1927. Envolveu-se no movimento reviralista de 21 de Julho de 1928, com Sarmento de Beires, sendo colocado em inactividade por ordem do governo e com residência fixada em Braga. Regressado ao serviço activo, preparou exposições de materiais literários e artísticos (em Portugal e no estrangeiro) sobre a participação portuguesa na I Grande Guerra. É autor do “Livro do Valor e Mérito dos Soldados e Marinheiros portugueses”. Vide AHM, Processos de oficiais, Caixa 2314

⁹⁹ Francisco Valente Marrecas Ferreira (1882-1930). Tenente miliciano de engenharia na reserva. Obteve vários títulos honoríficos pelo desempenho em diferentes cadeiras da Escola do Exército e na Universidade de Coimbra que cursou antes. Licenciado a partir de 1919, enveredou pela carreira de engenharia. Cunha Leal refere nas Memórias a particularidade de ser padrinho de uma filha deste seu amigo. Cf. AHM, Processos de oficiais, caixa 2100

¹⁰⁰ Francisco Xavier Cunha Aragão (1891-1973). Tenente-coronel de Aeronáutica. Ficou prisioneiro dos alemães no combate de Naulila, tendo sido libertado em 1915. Subdirector de Aeronáutica em 1926. Combatente reviralista contra a Ditadura e o Estado Novo, é obrigado a exilar-se. Em 1940, foi-lhe fixada residência na ilha Terceira (Açores). Cf. *Dicionário de História do Estado Novo* (Dir. de F. Rosas e J.M. Brandão de Brito), Círc. de Leitores, vol. I, p. 60

¹⁰¹ António Germano Ribeiro de Carvalho (1889-1967). Tenente-coronel de Infantaria. “Herói” da I Grande Guerra, ministro da República e líder histórico da oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo. Entre 1930 e 1939, envolveu-se em diferentes tentativas revolucionárias para derrubar a Situação. Cf. *Dic. de História do Estado Novo* (Dir. de F. Rosas e J.M. Brandão de Brito), Círc. de Leitores, vol. I, p.128

e, por isso, condenaram-se a si próprios a acompanhar a queda da República. Não transigiram.

CAPÍTULO II - TIROCÍNIO POLÍTICO (1911-1914)

1. *Nº O Intransigente* – inconformismo intelectual e político

Durante três anos (de 16 de Julho de 1911 a 6 de Maio de 1914) Francisco Cunha Leal – na maioria das vezes com o pseudónimo de Francisco Moreno – deu uma colaboração abundante¹ ao jornal *O Intransigente*². Iniciou-se aí como estudante universitário e afirmou-se como intelectual³ e tribuno do povo.

Os sete anos que mediaram entre a greve académica e 1914 acrescentaram ao “fenómeno provinciano” a feição do intelectual irreverente e do homem público. No final desse período, concluía-se para Cunha Leal um primeiro ciclo de vida, interrompido pelo desencanto que sobreveio aos primeiros impactos do sonho

¹ Assinava os artigos como Francisco Moreno, quando se tratava de assuntos de política conjuntural e como Cunha Leal nas outras áreas em que se especializou no jornal: a divulgação científica, a intervenção com estudos de economia e política e a crítica de arte, em particular o teatro. Por uma vez, ainda interveio como Diógenes (em colaboração com o seu colega Humberto de Ataíde), o pseudónimo com que se notabilizou na campanha contra a Escola do Exército. Ao todo, pudemos contabilizar, no conjunto dos três anos 164 peças, mais 15 que as referidas pelos “*Textos Antológicos de Cunha Leal*”. Não poucas vezes, o seu intenso labor permitia-lhe apresentar mais de uma peça diariamente.

² *O Intransigente*, jornal dirigido por António Maria de Azevedo Machado Santos. Diário Republicano Radical, publicou-se em Lisboa entre 12/11/1910 e 13/5/1915

³ Utilizamos aqui o termo de intelectual na tradição dos homens públicos que, desde o fenómeno das *Luzes*, se rebelaram contra a tradição, contra a instituição que ensinava (a Igreja) de forma dominante, contra a metafísica, afirmando-se corajosamente contra um passado que submergia as consciências, através do culto das ciências experimentais e das suas aplicações técnicas. A esta nova civilização, estes homens pensavam poder fazer corresponder uma nova organização da sociedade e um novo homem, guiado pelo culto da razão. Embora ainda antes da vulgarização do termo de “intelectuais” que homens como André Malraux, Romain Rolland e André Gide a si próprios atribuíram no decurso dos anos 30 do séc. XX, também os republicanos portugueses (e neste grupo Cunha Leal) se achavam investidos de uma responsabilidade social que não podiam traír: a de se constituírem como uma elite obrigada a conduzir o seu povo (arcaico e ignorante) pela senda do conhecimento, da compreensão e da felicidade, no quadro de um regime republicano. De algum modo, a medida desta rebeldia e desta responsabilidade social do intelectual tinha sido estabelecida com o artigo “J’accuse” de Zola, assente sobre o “caso Dreyfus” que Cunha Leal e os jovens da sua geração leram com entusiasmo.

republicano⁴ com a realidade dos problemas tremendos do país e pelo anseio de “transplantar-se para outras terras (...) onde os homens tivessem possibilidades de dar a plena medida da sua capacidade realizadora”⁵.

O ciclo tinha-se constituído como uma espécie de metáfora da sua vida futura que dividiria entre a reflexão e o estudo dos problemas nacionais que deviam comandar uma verdadeira revolução nacional regeneradora e a intervenção política conjuntural. Em Cunha Leal, cedo o engajamento intelectual se resolveu num desejo imoderado de acção. Em 1912, terá ocasião de invectivar Basílio Teles, um dos *históricos* da República, pelo seu alheamento da política nacional. Num artigo publicado n' *O Intransigente* sob o título “Sebastião, ou quê?” afirmava: “ Ninguém admira mais Basílio Teles do que nós: virtudes e obra publicada(...). Simplesmente, para que o seu trabalho não resulte estéril (...), para que as suas ideias, os seus planos possam provocar a transformação deste país, é necessário que Basílio Teles tenha decidida vontade de baixar da serena atmosfera dos princípios em que vive, para as lutas baixas e estenuantes da política, é preciso que ele conheça completamente o meio em que tem de operar (...). Basílio Teles não pode pois engrossar a leva de D. Sebastião”⁶. O republicano portuense nunca (ou raramente) conseguiu abandonar o domínio da filosofia, das ideias puras, para se instalar no lugar do possível e do relativo, que é por natureza o campo do político. Cunha Leal tentou e escolheu o impossível: quis transplantar os princípios radicais para o domínio da acção política. Numa obra recente, Michel Winock alerta para a escolha difícil dos intelectuais, radicais por natureza, em

⁴ Depois do sucesso eleitoral dos Democráticos nas eleições intercalares de 13 de Novembro de 1913, que afastaram temporariamente o bloco conservador (de *camachistas* e *almeidistas*), Cunha Leal alheou-se da política conjuntural . Afirmava-se o “azedo e tristonho de sempre” e considerava-se o grande vencedor das eleições porque o seu partido (que numa linguagem desbocada intitulava de *está-se-cagandismo*) tinha obtido de 60% a 70%. Naturalmente, referia-se à abstenção. Cf. *O Intransigente*, nº 999 (11 de Novembro de 1913) e nº 1010 (24 de Novembro de 1913)

⁵ Acrescentava ainda: “ O Brasil e a África luziam-me lá ao longe como uma tentação e uma esperança”. Cf. FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. I, p.235

⁶ Cf. *O Intransigente*, nº 563, 5 de Junho de 1912

escolher o seu campo e afirma que só têm dois caminhos a percorrer: ou aceitam “os imperativos do universo político”, ou optam pelo discurso “do discernimento” sujeitando-se, neste último caso a desempenharem o papel de *conselheiros do príncipe*, “auxiliares de polícia ou funcionários de esperança em suspenso”, nas palavras do referido autor, que conclui: “ Pensar a política em termos radicais é quase sempre escolher o impossível; mas aceitar a política tal como ela é requer apenas a aliança dos oradores e dos especialistas: os homens de pensamento têm lugar neste domínio?”⁷. Francisco Cunha Leal foi um tribuno do povo que quis governar o país com a voz do *discernimento*, mesmo quando a balbúrdia republicana do pós-outubrismo (1921-1926) o conduziu a alianças temporárias (e estereis) com o sector conservador republicano⁸. Era uma aliança táctica, de luta pelo afastamento da maioria Democrática, que encobria o radicalismo de uma política orientada para a resolução dos problemas nacionais, acima de interesses pessoais ou partidários. De algum modo, foi igualmente uma atitude táctica semelhante aquela que o conduziu ao seio dos *machadistas* e do sidonismo, como veremos.

Cunha Leal forjou no período revolucionário de 1910-1914 a atitude de inconformismo intelectual com que pôs em causa os paradigmas vigentes e a ética do “politicamente correcto”. Impermeável, num período inicial, a alinhamentos partidários, desprezou as relações de poder no seio dos *machadistas* e batalhou contra a propaganda de legitimação política dos novos senhores da República munido do gládio dos iluminados pela *Justiça* e pela *Verdade*. Ainda no *A`vante*, a propósito da reforma de ensino, afirmavam os jovens inconformistas que seriam “violentos se reconhecessem a necessidade da violência; se o professor for o estorvo, combateremos o professor; se for

⁷ Cf. Michel Winock, *O Século dos Intelectuais*, Terramar, Lisboa, 2000, p. 634

⁸ É curioso verificar que o jovem publicista se apercebeu da enorme incapacidade do pensador para descer ao reino da política chã. Considerava que as universidades teriam a obrigação de formar as elites:

o aluno, combateremos o aluno; se for o governo, combateremos o governo”⁹. Ao lado de muitos dos jovens da geração de 1910 que se envolveram na greve académica de 1907, Cunha Leal dirigiu a sua actividade para a defesa dos grupos desfavorecidos e sub-representados da República. Como considerava Campos Lima, um desses jovens, quando “as emoções [juvenis] são dirigidas para um fim mais nobre, podem sempre aproveitar-se para uma obra generosa e social”¹⁰. Nos discursos dos pedagogos e dos intelectuais republicanos, a *extensão universitária* traduzia imperativos ideológicos e morais novos que esta geração desejava ver realizados na defesa dos humildes e dos fracos¹¹. Na sua chegada à ribalta pública, Cunha Leal assumiu o papel do intelectual, no sentido daquele que confronta a sociedade com as suas contradições, fomentando o debate e denunciando as formas de governo indefensáveis, mesmo correndo o risco da desconsideração e do ostracismo. Incomodado, o poder político, “ para afastar os críticos, aponta os adversários à cólera popular”, como refere n’*O Intransigente* e acrescenta: “ Alcumham-nos de talassas por apontar erros na condução das soluções para a República”¹². Assumindo uma posição marginal em relação à corrente política e ideológica dominante, mas combatendo-a naquilo que considerava ser a sua incompetência, Francisco Cunha Leal construía já, desde esta época, a imagem do cavaleiro andante que avança destemidamente contra ventos e marés, sem cuidar de saber se o sonho que o move é ou não partilhado por uma maioria dos seus concidadãos. Por isso, correu sempre o risco da marginalidade e do exílio no seu próprio país (quando não no estrangeiro). Poderá parecer estranho, se nos ativermos apenas à actividade

uns seriam pensadores, outros políticos. Oliveira Martins seria o bom exemplo do grande pensador que se tornou um “mediocre homem de acção”. Cf. *O Intransigente*, nº 279, 21 de Agosto de 1911

⁹ Vide *A`vante*, nº1, 25 de Novembro de 1910

¹⁰ O mesmo Campos Lima acrescenta:” quando a mocidade repara e atende num facto, quando se apaixona por ele, não haja dúvida de que sabe sempre merecer aquelas admiráveis palavras de Zola por ocasião do protesto Dreyfus, que ela sabe ser digna, que ela sabe ser justa”. Cf. Campos Lima, *A questão da Universidade – Depoimento de um estudante expulso*, Clássica Editora, Lisboa, 1907

¹¹ Vide Bernardino Machado, *A Universidade e a Nação*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1904

¹² Cf. Francisco Moreno, *O Intransigente* nº 718, 28 de Novembro de 1912

política febril em que mergulhou na segunda fase da República. Mas mesmo aí, como veremos na devida altura, a luta política que impele os homens na espuma dos dias, quase nunca foi motivo para que o jovem republicano se deixasse conduzir pelas conveniências do momento ou pelos consensos que hipotecam os princípios. Pelo contrário, as inversões reactivas de estratégia ou de tática foram quase sempre incorformadas e violentas, muitas vezes difíceis de explicar (até pelo próprio). A capacidade de separar as suas águas da situação pantanosa do regime, impediram-no quase sempre de assumir o papel congregador do líder e do estadista¹³.

A liberdade do cidadão, o inconformismo político, e a atitude irreverente perante os poderes constituídos foram, pois, forjados n' *O Intransigente*, na companhia dos jovens revolucionários da Armada que rodeavam a figura tutelar de Machado Santos¹⁴. Este convidara-o por lhe reconhecer “capacidades literárias e preparação intelectual”¹⁵ que podiam compensar o plebeísmo e amadorismo com que dirigia o jornal. Unia-os o furor anti-jacobino e anti-afonsista em que materializavam todas as razões do desencanto que a obra republicana lhes provocou. Por outro lado, a tentativa de Machado Santos de atrair os “pais da República” – Basílio Teles e Sampaio Bruno – através da constituição de uma “Aliança Nacional”, em Maio de 1911, com a finalidade de acabar com a “ditadura revolucionária” e restabelecer a “legalidade normal”¹⁶ abria uma via conspirativa *machadista* com a qual Cunha Leal esteve sempre (ou quase sempre) em divergência. Nesta altura, o que o interessava não era tanto a condução da

¹³ Numa entrevista a Maria Helena Cunha Leal, filha do biografado (Outubro de 1998), esta referia o reencontro amistoso de Cunha Leal e Afonso Costa no exílio espanhol, em 1931. Aí, numa espécie de ajuste de contas com a História, Afonso Costa teria considerado que Cunha Leal “tinha tudo para ser um grande estadista” da segunda fase da República. A expressão exprime o reconhecimento e as reticências: de facto, não foi. Qual Saturno, a República estava destinada a devorar os seus filhos mais dilectos.

¹⁴ Entre outros vultos, colaboravam n' *O Intransigente* muitos elementos da Armada como José Carlos da Maia, Vasconcelos e Sá e Júlio Martins; o sindicalista Emílio Costa; jovens publicistas, como Joaquim Madureira (o célebre Brás Burity), Rocha Martins, João do Amaral e Carlos Alpoim, para além de Cunha Leal.

¹⁵ FPCL, idem, p.241

¹⁶ Vide Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, Círculo de Leitores, Lisboa, p. 185

política concreta, a que se ia a pouco e pouco aclimatando (embora com desdém e indiferença) mas mais a denúncia dos actos arbitrários da censura, o destempero da política religiosa que “ofendia os sentimentos religiosos da nação”¹⁷ e, sobretudo, o estudo e debate dos grandes problemas nacionais – económicos e sociais – cuja resolução continuava adiada. Quando em 4 de Fevereiro de 1914, no contexto da queda do governo de Afonso Costa, os *machadistas* promoveram uma manifestação popular¹⁸, com largo apoio do operariado do bairros populares de Alcântara e da *Outra Banda*, para exigir ao Presidente Manuel de Arriaga uma solução conforme à sua apreciação política da situação e ao desejo de se constituir como alternativa governamental, pressentimos já o futuro Cunha Leal político.¹⁹No entanto, quando em 18 de Fevereiro se formou, em ligação com *O Intransigente*, o Centro Reformista, nos seus órgãos constituintes estavam todos os amigos de Machado Santos, menos Cunha Leal. Seja porque preparava a sua ida para o Brasil (atitude sintomática do seu desapego da política na altura), seja porque se esperava de si o contributo do estudioso que no avolumar da tempestade política fornece a âncora que permite parar para reflectir e mudar de rumo. A sua entrada para as colunas d`*O Intransigente* fizera-se sob o signo da diatribe violenta. No artigo “Evolução ou Revolução”²⁰ considerava que o partido que dirigia a República tinha homens incompetentes, desconhecedores da realidade nacional. O país vivia há muito “afastado das ideias do seu tempo” e, por isso, não se tinha “conseguido criar entre nós o espírito das classes e correntes de opinião que

¹⁷ FPCL, idem, ibidem

¹⁸ Cf. *O Intransigente*, nº 1062 (26 de Janeiro de 1914); nº 1067 (31 de Janeiro de 1914); nº 1071 (5 de Fevereiro de 1914). Com o apoio de uma fortíssima campanha jornalística, Machado Santos e os amigos preparavam um golpe político, confiantes que depois do falhanço democrático das direitas e das esquerdas, seria a sua vez de constituir um gabinete. Para Cunha Leal estaria reservado o significativo cargo de Ministro do Fomento que o mesmo recusou veementemente por “falta de preparação e experiência”. Em 1918, será também pela indicação de Machado Santos que irá chegar ao Parlamento.

¹⁹ Em Belém, como afirma n`*O Intransigente* (nº 1071), sob o título “*De Profundis...*”: “Uniram-se pés descalços e colarinhos brancos.(...) e acrescenta, referindo-se ao momento: “ Quando o vi, a esse povo, lá em cima da varanda do palácio presidencial, e quando ouvi aquele vozear alteroso, como as vagas, em

orientem os governos”. E acrescentava: “Cá, o povo é lamentavelmente ignorante. As escolas secundárias e superiores deitam cá para fora, anualmente, centenas de abortos que vão entravar a vida da nação (...), introduzindo-se em toda a parte como cães famélicos”. A República tinha sido “a sacudidela providencial” mas as novas elites, filhas do sobressalto brusco e violento da revolução, não tinham sido capazes de inverter o curso de desordem, incompetência e corrupção que herdaram da Monarquia. Por seu lado, a política de radicalismo anti-clerical empreendida pelos *afonsistas* tinha-lhes dado o poder temporário mas preparava-lhes os maiores desgostos futuros porque, como afirmará em 1914, quando se encaixa “na cabeça de um povo um regime que não corresponde ao carácter médio desse povo, corresponde a preparar uma revolução para o dia de amanhã”²¹. Muitos anos mais tarde, quando teve possibilidade de melhor reflectir sobre estes três primeiros anos da I República, Cunha Leal concluiu que o novo regime tinha sido “um fenómeno prematuro, uma indesejável antecipação histórica”,²² vivida sob o primado da política, numa sociedade arcaica, sem qualquer possibilidade prática de consolidação de uma democracia de massas. Não bastava acabar com a Monarquia e impor uma derrota à Igreja e ao clero. Os problemas eram essencialmente económicos e sociais e persistiriam para além da mudança do hino e da bandeira²³.

“Nestas condições, o que faremos nós os novos?”, perguntava Francisco no editorial d’*O Intransigente* com que verdadeiramente iniciou a sua colaboração

que se sentia rugir a palavra liberdade, eu compreendi então toda a magia soberana nas grandes multidões”

²⁰ Cf. Francisco Moreno, *O Intransigente*, n.º 373 (23 de Novembro de 1911)

²¹ Idem, ibidem, n.º 1107 (20 de Março de 1914)

²² FPCL, idem, p.256

²³ A este propósito considera: “ Não queriam ou sabiam estes ver que, desde que se mantivesse intacta a estrutura económica e social do estado monárquico, pouco ou nada importaria a substituição dum Rei, que não governava, por um Presidente impotente (...). Prosseguiria, tão inflexivelmente como o destino, o enriquecimento dos capitalistas e o empobrecimento das massas populares, manter-se-ia o monopólio da educação na posse de uma pequena minoria de privilegiados e continuaria a grande maioria dos portugueses a viver em covis miseráveis e a morrer de fome e de doença, sem que, durante a agonia, lhes fosse concedida a esmola de uma assistência médica gratuita” FPCL, idem, p.258

tribunícia naquele jornal²⁴. Apontava “dois caminhos, que não se excluem: ou por uma acção honesta, de vistas largas, partindo de cima; ou por um impulso mais lento, mas mais seguro, vindo de baixo (...) Até aqui, tem predominado o messianismo político, que permitiu João Franco ou a proclamação da República, o que deu instabilidade”. Acreditava, por isso, que seria ainda possível formar a Universidade portuguesa “foco das ideias de onde hão-de sair as correntes que hão-de dominar a sociedade”. E concluía, fazendo um repto aos jovens intelectuais:” Porque não abandonaremos nós, os novos, um pouco o sistema, e porque não nos lançaremos no campo mais fecundo da propaganda a favor da educação das classes, perdendo ambições e vaidades de trepar através da política?²⁵”

O combate ao atraso português evidenciou em Cunha Leal a capacidade do pensador do problema nacional (nos seus aspectos políticos, económicos, financeiros, sociais e culturais), decidido a elevar-se da realidade dos acontecimentos para o domínio das ideias que devem esclarecer a acção estratégica. Assim, o surto grevista de 1912 e a repressão que se lhe seguiu permitiram-lhe reflectir sobre as relações entre o Estado Moderno e o sindicalismo revolucionário, num pacote que incluiu conferências²⁶ e cinco artigos publicados no jornal²⁷. Arauto da modernidade no pensamento social, estreia-se em “Notas d’Arte, Cómicos e comediantes”²⁸ como um crítico cáustico da “miserável decadência” do teatro de revista à portuguesa. A permanência na Escola de Guerra até finais de 1912, permitiu-lhe avaliar os efeitos da política reformista da República em relação às forças armadas e combater o armamentismo e o militarismo

²⁴ O *Intransigente*, nº 279, 21 de Agosto de 1911

²⁵ Em Dezembro de 1911 saúda entusiasticamente a criação de uma Universidade Livre. Em Portugal, estas instituições caíam por falta de apoio, pelo que achava necessário apoiar este projecto “com ideias, dinheiro e propaganda”. Cf. O *Intransigente*, nº 406, 27 de Dezembro de 1911

²⁶ Cf. FPCL, idem, p.272

²⁷ Para além de muitos outros artigos de carácter mais conjuntural, publicados de 1911 a 1913, as peças de fundo foram publicadas entre 19 e 23 de Agosto de 1913. Cf. O *Intransigente*, nº 932-937.

²⁸ Cf. Francisco Moreno, O *Intransigente*, nº 467, 3 de Março de 1912. O teatro, a literatura e a cultura serão retomados noutros artigos do jornal (nº 477, 553, 559, 561,699 e 858)

num país com um défice orçamental crónico onde as demonstrações militares juntavam “cursos de todas as armas, paradeando em formatura de Infantaria, armados à Cavalaria, com clarins de Artilharia ...”²⁹. A questão colonial esteve sempre associada, como também para a maioria dos seus contemporâneos, à independência nacional e ao perigo de absorção dos espaços africanos pela Alemanha e pela Inglaterra, tal qual ele era percebido pela opinião pública desde Março de 1913 até às primeiras incursões alemãs de 1914³⁰. A República salvar-se-ia (também) pela cruzada colonizadora - não bastava a defesa das ideias coloniais defendidas na tribuna³¹. Cunha Leal partiria para Angola, em Maio de 1914, num dos períodos mais intensos da ocupação militar e administrativa da colónia. No entanto, sentimos que partiu com os olhos postos na situação portuguesa continental. O seu pensamento económico foi buscar inspiração aos neo-fisiocratas e desenvolvimentistas que radicavam na colonização interna e na resolução do problema agrário, (interrompida depois da viagem à Índia³²), a solução para o atraso português. No auge da campanha que *O Intransigente* moveu ao governo de Afonso Costa³³, e que acabaria por contribuir para a sua queda, Cunha Leal publicou um bloco de cinco peças sobre a situação económica do país³⁴. Não podia estar mais longe das preocupações de sobrevivência política das elites que detinham o poder! No

²⁹ Assim descrevia Cunha Leal a parada militar que festejou o juramento de bandeira de alguns alunos, em 1912. Cf. Diógenes, *O Intransigente*, nº 540, 13 de Maio de 1912. A reforma e o novo papel esperado para o Exército foi retomado no jornal, em 1912-13, nos nº 398, 431, 539, 586, 612, 613, 618, 619, 695, 697, 713 e 863

³⁰ Cf. Nuno Severiano Teixeira, “Colónias e colonização portuguesa na cena internacional (1885-1930)”, in *História da Expansão Portuguesa*, (Dir. Francisco Bettencourt e K Chaudhuri), Cír. de Leitores, Vol. IV, p. 503

³¹ A questão colonial mereceu a Cunha Leal (Francisco Moreno) uma atenção moderada na tribuna d’*O Intransigente*. Aparece tratada, entre 1912-1914, nos nº 575, 577, 800, 960, 1108 e 1132 do jornal

³² Referimo-nos a Oliveira Martins, a Alberto Sampaio, a Basílio Teles em “O Problema Agrícola” ou a Ezequiel de Campos em “A Evolução e a Revolução Agrária”

³³ Francisco Moreno (Cunha Leal) colaborou intensamente na campanha anti-afonsista nesse ano de 1913. Sob o título de “Um estadista tesíssimo” (*O Intransigente*, nº 1028, 15 de Dezembro de 1913), referia: “As tesuras de Afonso Costa têm sido enaltecidas por todas as pitonisas vermelhas. O superavit não alterou a situação do país...”

³⁴ Neste caso é Cunha Leal o autor dos artigos que, sob o título de “A situação económica de Portugal” saíam n’*O Intransigente* entre 27 de Dezembro de 1913 e 14 de Janeiro de 1914 nos números 1030, 1032, 1035, 1037, 1039, 1045 e 1052

entanto, dois meses depois, decidiu-se pela clarificação das soluções políticas que, no seu entender, melhor respondiam à solução dos problemas nacionais. A publicação de oito artigos sob o título de “O Problema Nacional”³⁵ constituíam o seu contributo para dar corpo ao programa político do Centro Reformista, criado sob o patrocínio de Machado Santos depois do desaire de 4 de Fevereiro³⁶. Alinhava-se aí um conjunto de ideias que desembocava na ruptura com o modelo constitucional vigente para evitar, como considerava o seu autor, “que no futuro se dessirva o país com uma cópia reles, nauseante, da política monárquico-constitucional”³⁷. O empenhamento político de Cunha Leal era distanciado nesta época, como já antes referimos. No entanto, a febre revolucionária do seu “patrono” Machado Santos, enredado em conspirações na Primavera de 1913³⁸, comprometia inevitavelmente as vozes d’*O Intransigente*. Por isso, o maior volume de intervenções de Cunha Leal (Francisco Moreno) incidiu sobre os acontecimentos políticos do dia a dia republicano³⁹. Do mesmo modo, à divulgação científica promovida por colecções populares⁴⁰, eivadas do *cientismo* oitocentista predominante, opôs as tendências das correntes científicas da actualidade, sob a inspiração de um Henri Poincaré⁴¹, o “anti-dogmático que mostrou a instabilidade necessária de todas as teorias científicas”⁴².

³⁵ Cf. *O Intransigente* de entre 16 e 25 de Março de 1914, números 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109 e 1111

³⁶ O Centro Reformista foi formado em 18 de Fevereiro de 1914. Agremiava o grupo de Machado Santos e estava sediado nas mesmas instalações do jornal, na Alameda de S. Pedro de Alcântara, nº 55, 1º. Reunia “gente de todas as classes sociais e profissões” contra a maioria que detinha o poder. Tinha sido criado, como se declara na sua reunião de constituição, para dar corpo a “uma sólida organização política que em Lisboa, pelo menos, completasse a acção complementar de trabalho feito na rua”. Os amigos de Machado Santos consideravam, nesta altura, que tinham estado a um passo de serem nomeados para constituir governo, depois da grande manifestação que promoveram em Belém no dia 4 de Fevereiro.

³⁷ Cf. “O centro reformista”, in *O Intransigente*, nº 1083, 19 de Fevereiro de 1914

³⁸ Na sessão do Parlamento de 5 de Maio de 1914, Machado Santos foi acusado de apoiar a insubordinação de Infantaria 24. Dias antes, o jornal tinha sido impedido de circular e as instalações permaneceram temporariamente guardadas pela polícia.

³⁹ Mais de trinta artigos podem encaixar-se neste domínio

⁴⁰ Publicam-se várias destas colecções populares. Destaque-se a “Biblioteca Popular Instrutiva” dirigida por António A O Machado

⁴¹ Henri Poincaré (1854-1912), matemático e físico francês, autor de uma obra muito vasta nos domínios da ciência pura, da filosofia da ciência e da divulgação do conhecimento científico. No início do séc. XX,

2. “A revolução científica” – um novo guia para o comportamento

Cunha Leal assistiu à derrocada da mundividência oitocentista, centrada no endeusamento da Razão Universal, tanto na filosofia, quanto na ciência. A crítica do pensamento abstracto e o fascínio pelo primado da vida espontânea e da intuição, foram acompanhados no plano científico pela crise do paradigma da universalidade, da objectividade e do determinismo das leis da física clássica. A teoria quântica (Max Planck – 1900), a teoria da relatividade restrita (Einstein-1905) e, mais tarde o princípio da incerteza (Heisenberg-1927) contrapunham à objectividade positivista a probabilidade, a imprevisibilidade, a incerteza e até a impotência perante o irresolúvel. Toda a lei – considerava Henri Poincaré – era um enunciado imperfeito e provisório que, quando muito, poderia conduzir o cientista à proximidade da exactidão ou à probabilidade da certidão. Seria então duvidoso que alguma vez se pudesse atingir a verdade. As sínteses científicas apenas se distinguiam das do senso comum pelo facto de abraçarem mais termos e absorverem nelas as sínteses parciais⁴³. No resto, os seus edifícios teóricos eram tão imperfeitos e efémeros como todas as obras humanas. No entanto, não se poderia ser feliz sem essa procura incessante da verdade científica. E também da verdade moral, porque ambas são belas... e inacessíveis. É ainda Poincaré que avisa os incautos: “Ambas nos fascinam e nos fogem; nunca estão fixadas: quando pensamos tê-las atingido, vemos que é preciso continuar o caminho.”⁴⁴

As *Crónicas Científicas* de Cunha Leal publicadas n`*O Intransigente* combatiam as resistências e a perplexidade da comunidade científica e eram elas próprias

a sua teoria do caos e obras como *La Valeur de la Science* são absorvidas com avidez pelo público mais exigente e pela intelectualidade

⁴² Cf. Francisco Moreno, *O Intransigente*, nº 612, 27 de Julho de 1912. As crónicas científicas constituíram um bloco de artigos, publicados entre 3 de Janeiro e 7 de Março de 1912 (nº 412, 419, 427, 437, 443, 449, 462 e 473). Foram todas assinadas pelo nome de Cunha Leal.

⁴³ Cf. Henri Poincaré, *La valeur de la Science*, Flammarion, Paris, 1927, p.249

⁴⁴ Idem, ibidem, p.3

manifestação de uma época de crise da ciência (da física matemática, da biologia, da matemática...). Começando pelas propriedades radio-activas do rádio descobertas pelo casal Curie e pela enorme quantidade de energia libertada que punha em causa o tradicional princípio da conservação da energia. A existência de correntes de energia desconhecidas, para as quais não havia ainda meios de revelação, deslocava a questão para o domínio da metafísica, mas com efeitos previsíveis em todas as áreas do conhecimento, como considerava Cunha Leal: “ Os que põem de parte o princípio da conservação da energia são em ciência alguma coisa como os niilistas. Minam a terra para que sobre os escombros do passado novas teorias se elevem, mais consentâneas com os factos (...) Se a queda desses dogmas viesse a tornar-se um facto, a perturbação seria tal que, galgando o domínio das ciências de observação, iria repercutir-se em todos os ramos do pensamento humano, desde a metafísica à arte”⁴⁵. Na época, o problema da matéria continuava a ser “um grande ponto de interrogação”. À mecânica clássica, abalada pelas descobertas da radioactividade, sucedia-se a necessidade de atribuir ao átomo “uma natureza eléctrica” o que implicava a concepção da sua decomposição em elementos menores, os electrões. Os princípios da conservação da massa e da energia estavam postos em causa. A libertação de energia radioactiva abria horizontes de esperança que Cunha Leal se apressava a referir: “O Dr. Gustave Le Bon procurou demonstrar que esta propriedade da radioactividade é comum a todos os corpos (...) Ora, porque não admitir em tais condições que o átomo, formado por turbilhões de éter, possa ver perturbado o seu equilíbrio, libertando assim a sua energia, pois o átomo não seria mais do que a energia condensada? Assim, o grande segredo das transformações futuras dos meios de vida da sociedade consistirá na descoberta do modo de destruir completamente o equilíbrio do átomo, armazém de uma energia quase incalculável”⁴⁶.

⁴⁵ Cunha Leal, Crónica Científica, “O Rádio”, in *O Intransigente*, nº 443, 5 de Fevereiro de 1912

⁴⁶ Idem, ibidem, O problema da matéria, in *O Intransigente*, nº 449, 11 de Fevereiro de 1912

Os “factos brutos” impunham-se à consciência dos homens, como considerava Poincaré, mas os factos científicos eram, cada vez mais uma construção do espírito, sem uma relação mínima com o real imediato. O cientista criava o facto muito antes que estivessem conseguidos os meios da sua revelação palpável. Neste turbilhão de incertezas, a ciência descia do pedestal em que a havia colocado a religiosidade do cientismo para traduzir a precaridade de tudo o que é humano. Como todas as reacções, acentuava o contingente e o efémero. Cunha Leal, formado na escola positivista clássica, abriu os seus olhos ao futuro. A ciência – afirmava – “ não nos dá sobre a matéria conhecimentos exactos: dá-nos relações, à custa das quais nós architectamos hipóteses, artifícios mais ou menos práticos”⁴⁷. Ora, acontecia que “de quando em quando, um dos princípios basilares da ciência caía com estrondo”, sem que muitos pudessem compreender o que estava a suceder. Na verdade, esses tinham afastado Deus “com gestos furiosos e iconoclastas” para elevar, em seu lugar a sacrossanta ciência. A esses adverte-os: “ Aqueles que consideram como supremos imbecis os padres por admitirem que Deus, entre dois bocejos, realizou o milagre de tirar a terra do nada, são capazes talvez de acreditar piamente que um qualquer Laplace pode descobrir com a clarividência do seu génio, toda a evolução do nosso sistema solar”⁴⁸. Para onde quer que se volte, o homem esbarra com a “inscrição do *non plus ultra*”. De hipótese em hipótese, de teoria em teoria, o homem está condenado a iludir a sua infinita curiosidade com aproximações da “Verdade” que sempre se lhe esgueira quando lhe parece ter atingido o supremo patamar. Cunha Leal, não é, no entanto um céptico, antes acredita na possibilidade humana do progresso que reside nas aproximações e acrescentamentos

⁴⁷ Idem, *ibidem*

⁴⁸ Idem, *ibidem*, “O valor da Ciência”, in *O Intransigente*, nº 412, 3 de Janeiro de 1912

sucessivos do espírito⁴⁹. O relativismo do conhecimento alimenta essa infinita aventura intelectual, esse jogo com a natureza e o mistério do desconhecido. “Que importa que as nossas noções sobre o Universo, sobre a vida, não sejam exactas?- pergunta. Que nos importa isso, se, para o nosso estado do conhecimento, não há nelas uma quebra de lógica? Elas prestam-nos os mesmos serviços que prestariam se fossem verdadeiras, porque as coisas não são o que são, são aquilo que nós imaginamos que são”.⁵⁰

A modernidade entrava pela via da ciência em Cunha Leal. Desempoeirado dos estigmas do absolutismo científico que tudo explicaria, absorveu o relativismo e o anti-dogmatismo para, de forma humilde, erguer a capacidade racional como a melhor forma de superação das barreiras que vão surgindo no conhecimento e na vida. Não ignorava a fecundidade de outras formas de conhecimento, tal a intuição ou a fé, mas não as partilhava. Nos dois últimos artigos desta série, contrapõe justamente aquilo que designa de “teoria mecanista” e os “neo-vitalistas” na discussão que mantêm para a explicação da vida. Para uns, toda a actividade vital se reduzia às leis gerais da mecânica e da físico-química. Os outros, aceitando a evolução, exigiam que se imaginasse, no interior dos seres organizados, uma ideia de finalidade, o princípio vital a que só a filosofia poderia responder. Cunha Leal concluía que “a inteligência humana é incapaz de se elevar ao conhecimento das realidades absolutas por meio das ciências exactas. Contudo, as teorias exageram no poder que atribuem à intuição e à filosofia – também se não atinge por aí a verdade absoluta”⁵¹. No fundo, retomava a ideia de objectividade do conhecimento presente em Poincaré. A validade do conhecimento estava dependente do critério daquilo que era transmissível pela linguagem comum a

⁴⁹ No mesmo artigo, o relativismo e o progresso sucessivo do conhecimento está expresso desta forma: “cada época é caracterizada mesmo por uma noção diferente que varia com os progressos realizados, e que cada vez se vai tornando mais perfeita”

⁵⁰ idem, ibidem

⁵¹ Cf. as Crónicas Científicas intituladas “A vida” e “O problema da vida”, *O Intransigente*, nº 462, de 25 de Fevereiro e nº 473 de 7 de Março de 1912

vários espíritos. Quando uma teoria científica se esforçava por ultrapassar o seu campo – o esclarecimento de um sistema de relações entre as coisas –, para se abalançar a discernir sobre a verdadeira natureza das coisas, esbarrava num completo fracasso. Mas o mesmo acontecia com a metafísica. Talvez não seja justo concluir daqui (até porque as fontes o não permitem) que Cunha Leal desdenhasse da abordagem filosófica. Apenas que o seu espírito se comprazia no infinito labor humano do refazer constante do conhecimento e mostrava um enorme fascínio pelo insondável. Que absorvia com avidez os novos paradigmas científicos do fim da imutabilidade da natureza, da vida e do cosmos, tal qual ela se desenhava à luz das novas descobertas da física – um mundo que tudo indicava, caminhava para o aniquilamento final e inexorável. Que incorporara, para lhe ser útil mais tarde na condução humana, política, a ideia de um evolucionismo que procedia, por vezes, por saltos catastróficos, tanto no domínio da natureza, quanto no domínio do político.

Francisco Cunha Leal não foi um cientista, bem entendido, e é impossível saber o que poderia ter resultado da sua formação inicial, física e matemática, noutras circunstâncias de espaço e tempo. Talvez não seja, no entanto, abusivo considerar que a assunção dos novos paradigmas científicos modernos se constituíram, em muitas circunstâncias futuras, como guia de acção para a condução da vida – da vida política.

3. A reforma da República

Como já referimos atrás, a parte mais substancial das crónicas eram de natureza política e destas, um acervo essencial recaiu sobre o devir conjuntural da República. Muitas das posições expressas ao sabor do dia a dia, seriam condensadas num conjunto de artigos, publicados em Junho-Julho de 1913, sob o título genérico de “A República

em face do Problema Nacional”⁵². O desencanto com o novo regime começou muito cedo, no final do primeiro ano da República. Tinha faltado um plano de reformas maduramente pensado e as dissensões sobrepujavam os interesses particulares a uma política nacional. Os republicanos tinham preferido o “processo dos cataclismos” ao evolucionismo, no que tinham feito bem, na opinião de Cunha Leal porque, ao contrário do que pensava ainda em 1911, quando iniciou a sua participação pública, “a oligarquia não permitiria a educação do povo”⁵³. Deslocava, assim, o problema para o campo dos super-homens da política. Mas onde estavam eles? Quando havia ainda necessidade de unir esforços, os “galos Afonsos, Britos e Antónios, [que] não cabiam todos no mesmo poleiro”⁵⁴ impuseram uma constituição prematura de partidos políticos que não correspondiam a verdadeiras correntes de opinião pública. Sem povo educado, também não havia uma elite, por geração espontânea, para mudar a “sociedade de cima para baixo”. Resultava daqui a percepção negativa da política como o atoleiro em que se entrincheiravam os incapazes, imobilizados pelo desejo ávido da manutenção do poder a qualquer preço. Desenhava-se o terreno propício aos messianismos. Em 1912, num artigo sobre “O futuro de Portugal”, perguntava: “Haverá homem capaz de atacar bem de frente o problema da economia nacional, longe das maquinações robespiérricas de Afonso Costa, dos maquiavelismos de Brito Camacho e dos romantismos estafados de António José de Almeida?”⁵⁵. As crises políticas sucessivas levá-lo-ão, algum tempo depois, a proclamar a vinda necessária de um Sebastião qualquer, porque, como afirma “Isto já não vai sem milagre, e é para o milagre que afinal todos nós estamos apelando. Que venha pois o Messias”⁵⁶. Esse Messias podia ter sido Basílio Teles, o que

⁵² Trata-se de um bloco de cinco artigos, publicados n`*O Intransigente* nos números 891, 893, 894, 895 e 897, assinados por Francisco Moreno, de 24,26,27 e 28 de Junho e 1 de Julho de 1913, respectivamente

⁵³ Vide Francisco Moreno, *O Intransigente*, nº 894, 27 de Junho de 1913

⁵⁴ Idem, ibidem, nº 897, 1 de Julho de 1913

⁵⁵ Idem, ibidem, nº 478, 12 de Março de 1912

⁵⁶ Idem, ibidem, nº 711, 20 de Novembro de 1912

preconizava uma ditadura mesmo “numa situação governamental estável, de duração indeterminada, mirando o propósito de simplificar os serviços públicos, de pôr em execução meia dúzia de reformas, cuja utilidade e urgência fossem rapidamente compreendidas”⁵⁷. Mas não era o mesmo Cunha Leal que combatia, ferozmente, Afonso Costa “o tiranete que com a máscara da liberdade, fraternidade, acossa toda a gente à russa”⁵⁸. Acreditaria Cunha Leal na possibilidade de uma ditadura benévola, dirigida pela competência e pela integridade do ditador no caso de ele ser Basílio Teles? É provável, embora a explicação possa antes residir na atitude de denúncia que tomou, sem cuidar de architectar uma estratégia de acção política coerente. Na verdade, Cunha Leal era um liberal, bem mais disposto a transigir em nome das liberdades públicas do que a uma qualquer ditadura. Assim, podia mais facilmente ser defensor de uma amnistia aos monárquicos do que aceitar, por alegadas razões de segurança, a opressão da censura ou a repressão por delitos de opinião. O que o movia era o combate ao pensamento único, que vislumbrava talassas em todos os cantos e se amedrontava com o debate livre de ideias e com o assoalhar dos podres do regime. “Se batemos na República, é porque a amamos e a queremos purificar”, afirmava⁵⁹. Exaltava-o o combate contra a ignorância e o medo e, por isso, denunciava a opressão das bíblias do regime que, como *O Mundo*, estabeleciam o que estava correcto politicamente. No início de 1912, no decurso dos primeiros grandes descontentamentos populares, afirmava: “Ninguém se atreve a expressar um pouco mais alto as suas ideias com receio de que, atrás de uma esquina, lhe surja um patriota avinhado, disposto a amolgar-lhe a integridade das costelas em nome da sacrossanta liberdade”⁶⁰. O combate contra o sectarismo dominante era moral, político ... e físico. Mas a irreverência de Cunha Leal

⁵⁷ Basílio Teles, *As Ditaduras*, Tipografia Minerva, Famalicão, 1911, p.29

⁵⁸ F. Moreno, *O Intransigente*, nº 857, 15 de Maio de 1913. Referia-se, obviamente à censura à imprensa que o jornal sofreu por diversas vezes e à repressão do movimento operário e dos monárquicos

⁵⁹ Idem, ibidem, nº 840, 24 de Abril de 1913

forjara-se jovem. No entanto, o caminho que percorria era estreito, escorregadio e sujeito a muitas incompreensões. Como gerir, por exemplo, a questão religiosa numa sociedade arcaica e tradicional mas onde o anti-clericalismo ganhara boa parte do discurso esclarecido e era central na propaganda republicana? Cunha Leal conhecia bem a realidade do interior de onde era oriundo e ninguém tanto como ele lastimava “aquele povo servil, habituado a dobrar a cerviz”, conformado, a quem era difícil sequer falar de direitos. Na base desse conformismo estava a ignorância e a religiosidade⁶¹. No entanto, a elite esclarecida enfiara um barrete frígio demasiado apertado na cabeça desse povo ignaro, em nome da sacrossanta Ciência. Temos razão para pensar que a atitude religiosa se tornara uma questão que o jovem Francisco geria individualmente, como começou a acontecer entre as elites intelectuais do seu tempo. Estamos mesmo em crer que ele nunca deixou de ser sensível à dimensão religiosa, como aquela manifestação do espanto em face do mistério do imensamente incognoscível. A sua aproximação da ciência e de uma atitude científica de humildade intelectual e moral mais o predispôs para a assunção da sua “pequenez em face da obra da Criação”⁶². Do Cristianismo incorporou a aspiração da frágil condição humana à perfeição individual, por entre o caminho acidentado da vida. Para além de todas as hipóteses filosóficas abertas pelo seu tempo, permanecia o substrato cultural galvanizador da conduta moral do homem. Mas também de todos os homens, mesmo dos mais humildes, tal como considera num artigo intitulado “A Intolerância do Sr. Afonso Costa”⁶³: “Fanáticos, sectários – referindo-se aos jacobinos – ignoram que as religiões podem prestar aos povos, ainda hoje, serviços preciosíssimos, concorrendo para a disciplina social, fornecendo aos mais atrasados o

⁶⁰ Idem, ibidem, nº 437, 28 de Janeiro de 1912

⁶¹ Sob o título “A nossa terra” (*O Intransigente*, nº 490, 24 de Março de 1912), considerava que as causas da submissão do povo beirão eram a ignorância que durante séculos provocou o embrutecimento e “a outra grande causa é a profunda religiosidade do povo beirão”.

⁶² Cf. FPCL, idem, p. 108

⁶³ Cf. Francisco Moreno, *O Intransigente*, nº 840, 24 de Abril de 1913

critério seguro, por onde se hão-de nortear nos seus critérios morais”. A sua experiência individual, profundamente marcada pela religiosidade familiar e popular⁶⁴, permitia-lhe perceber que, em matéria de crenças, “os povos não evoluem aos saltos”. As paradas anti-clericais alfacinhas, como a organizada pela Associação do Registo Civil em 14 de Janeiro de 1912 para exigir o corte de relações com a Santa Sé, apenas serviam uma estratégia de assalto ao poder do partido afonsista. A genuinidade dos sentimentos dos manifestantes, embora verdadeira, não traduzia senão um mimetismo das elites jacobinas fanatizadas pelo anti-clericalismo, ainda por cima tocando um número restrito dos seus concidadãos.

A prioridade da obra política republicana deveria então incidir sobre a transformação das instituições que pudessem induzir mudanças na vida social portuguesa: as escolas e o exército, exactamente duas prioridades do Governo Provisório da República. Neste domínio há acordo de princípios: Cunha Leal também desejava a irradicação do exército português do “ oficial ferrabraz, de poucas letras” para o substituir pelo “oficial educador”⁶⁵. Urgia – como referia no mesmo artigo – que “os oficiais estivessem preparados para catequizar os filhos de um povo ignorante”. O problema é que esses oficiais pedagogos não existiam e a nova Escola de Guerra republicana, mesmo depois da reforma, também não estava em condições de os formar. Sob a batuta do velho Diógenes com que fizera a campanha contra a Escola do Exército (em 1911), voltava à carga, uns meses antes de concluir o seu curso de oficial de engenharia: “Tudo o que havia lá dentro do pardieiro, lá continua: os mesmos professores calinos, e que andando por ocasião da célebre campanha contra a escola, com o rabinho entre as pernas, começam agora a arreganhar a dentuça e a mostrar que sabem morder: os mesmos estúpidos processos de ensino; a mesma baixa corrupção

⁶⁴ Em *As Minhas Memórias*, vol.I, p. 112, recorda a “imponência excepcional a a sugestibilidade irresistível” da celebração das Endoenças e da Páscoa beirãs

moral que anda a deformar o carácter dos futuros oficiais do exército”⁶⁶. A realidade portuguesa era um enovelado de nós e embaraços que não deixavam descobrir o princípio da meada, parecia ser necessário (re)começar tudo de novo. Tanto pior para os jovens revolucionários porque a sociedade desenvolvera grandes aspirações mas carecia de meios – não só materiais, mas principalmente humanos. Que interesse poderia ter a denúncia de que depois de todas as sindicâncias e reformas, tudo continuava na mesma, com os mesmíssimos mestres de antes se a possibilidade de cooptar outros era quase impossível?

Cunha Leal era um civilista que criticou o modelo da “nação em armas” resultante da reforma do exército de 1911⁶⁷. A constante renovação do corpo que resultava da curta permanência do soldado nas fileiras não permitia que “apreendesse a instrução militar, nem que se libertasse da casca grossa”⁶⁸. A “força militar portuguesa era uma burla”, incapaz de suportar “um coice de Espanha”⁶⁹. O pior é que, como considerava, Portugal estava longe de poder dispendir a mesma terça parte do orçamento que a Alemanha gastava nesta altura com o armamento. Na sua opinião, isso nem era desejável, porque o país tinha prioridades económicas e financeiras bem anteriores às despesas com as forças armadas. Mas Cunha Leal não era, de modo nenhum, um anti-militarista. No auge do ambiente armamentista que acompanhou a segunda vaga de incursões monárquicas e o conflito turco nos Balcãs defendia a necessidade de uma força armada que se sustentasse sobre os resultados de um desenvolvimento económico equilibrado, sem recurso a empréstimos ou a quixotescas

⁶⁵ Cf. Francisco Moreno, *O Intransigente*, n.º 619, 5 de Agosto de 1913

⁶⁶ Idem, ibidem, n.º 539, 12 de Maio de 1912

⁶⁷ Sobre a reforma das forças armadas de 1911, ver António José Telo, “A República e o Exército”, in *História Contemporânea de Portugal* (Dir. de João Medina), *Primeira República*, Tomo II, Amigos do Livro Editores, Lisboa, 1985, pp. 179-195

⁶⁸ Cf. Francisco Moreno, *O Intransigente*, n.º 863, 22 de Maio de 1913

⁶⁹ Idem, ibidem, n.º 586, 28 de Junho de 1912

subscrições nacionais para o combate ao “perigo espanhol”, com a aquisição de aeroplanos⁷⁰.

Data desta mesma época uma não menos quimérica decisão de Francisco e do seu amigo Humberto de Ataíde. Movidos pelo espírito do *cavaleiro peninsular*, imaginaram-se a combater ao lado da Turquia no conflito que opunha aquele Império ao xadrez balcânico em ebulição de culturas, religiões e fronteiras⁷¹. Convencidos do interesse em manter naquele espaço um estado forte, capaz de conter “a manta de retalhos balcânica”, correram todas as instâncias que deviam, no seu entender, facilitar-lhes a integração no exército turco. Do cônsul da Turquia em Lisboa, do Ministro da Guerra Correia Barreto e do Cônsul português em Constantinopla (na altura Alfredo Mesquita), receberam a maior indiferença. A posição do governo português era de completa neutralidade no conflito. Com o desfecho da guerra e a derrota turca, acabariam por receber uma carta de Alfredo Mesquita que lhes dava a conhecer a recepção exaltante que a oferta tinha despertado na imprensa turca⁷². Ficara adiada, por mais alguns meses, a demanda da ilusão do *Eldorado* africano ou brasileiro.

4. Arcaísmo e modernidade na sociedade portuguesa

Entretanto, o militar acrescentava “a glória da Pátria e do exército português” na Companhia de Torpedeiros, em Paço de Arcos, com a incumbência de ajudar a impedir

⁷⁰ Sobre essa “excitação patriótica”, concluía, F. Moreno em “Histórias de rir” (*O Intransigente*, nº 613, 29 de Julho de 1912): “Da tragédia das incursões, passou-se de novo para a farsa (...) E para tornar um país para rezear, forçosamente teria de adquirir aeroplanos, muitos aeroplanos, uma esquadra aérea, capaz de forçar a Espanha a respeitar-nos”,

⁷¹ As guerras turco-balcânicas declararam-se em Outubro de 1912 e terminaram a 10 de Junho de 1914, com o Tratado de Bucareste que concedia à Roménia a rectificação das fronteiras reclamadas

⁷² O episódio é descrito por Cunha Leal em *As Minhas Memórias*, vol. I, pp.251-253. Consultamos a documentação do Consulado Geral de Portugal e da Legação em Constantinopla, (onde era Cônsul Alfredo Mesquita), existente no AHMNE. Não existe cópia da correspondência trocada.

a entrada de navios inimigos na barra do Tejo⁷³. O mergulho na corriqueira vida militar atiçou-lhe o desejo de enveredar pelo exercício civil da engenharia que começou desde logo a preparar com o concurso de Machado Santos, ao mesmo tempo que mantinha a página n`*O Intransigente*. Compensava a “sensaboria da vida militar com o intervencionismo político” e com o mergulho no ruído da *rua* lisboeta e revolucionária onde as artes do espectáculo (teatro, touradas, futebol) obtinham o maior favor do público.

O teatro merecia-lhe, na altura, uma atenção especial⁷⁴. Público, actores e peças eram um bom barómetro do país, a “Fermosa Estrivaria” nas crónicas mordazes de Joaquim Madureira (Brás Burity)⁷⁵. O teatro ligeiro (teatro de revista) era o que melhor se casava com o país⁷⁶. Um país que ria, com o riso “pesado e boçal de um campónio” – a chalaça, o riso português⁷⁷. Nos velhos teatros da Mouraria, pobres criaturas de maillot, serviam “sórdidas porcarias apimentadas” para um público “baixamente guloso”⁷⁸. O nu e a linguagem desbragada substituíam o cómico boçal no lugar da Arte. O teatro maior que se representava no “República” ficava às moscas. O público preferia

⁷³ Francisco Cunha Leal tinha sido promovido a alferes por decreto de 1 de Novembro de 1912, tendo tomado parte na escola de recrutas de 1913 na Companhia de Torpedeiros. AHM, Processo individual nº 1580

⁷⁴ Nos vários artigos de crítica de arte publicados n`*O Intransigente*, contrapõe ao cenário paupérrimo do teatro português as grandes actrizes da época: Zazá, Fedora, Adriana Lecouvreur, Hedda Gabler, Italia Vitaliani. Ao mesmo tempo, alertava para a função social do teatro (e da arte) nestes termos: “A arte é a grande ilusão que recria a Beleza, a perfeição, em contraste com a besta com dentes que o homem é. A música e o teatro são aquelas que despertam em nós emoções mais fundas e as que são acessíveis às grandes massas” in *O Intransigente*, nº 869, 29 de Maio de 1913

⁷⁵ Joaquim Madureira era possuidor de “uma vasta cultura literária e requintada sensibilidade artística”, segundo as palavras de Cunha Leal. Foi na sua rica biblioteca de literatura teatral e nas crónicas de *Brás Burity* que bebeu a cultura teatral. Vide Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, vol. I, p. 242

⁷⁶ Cf. a este propósito Eduarda Dionísio, “A Vida Cultural durante a República”, in *História Contemporânea de Portugal (Dir. de João Medina), Primeira República, Tomo II*, p.16. A autora menciona o teatro como a mais democrática arte do espectáculo da cidade. Além das numerosas sociedades dramáticas, Lisboa tinha, entre 1910 e 1926, 15 teatros em funcionamento. Por seu lado, o teatro de revista teve, durante a República, “uma vitalidade que não voltará a conhecer até aos nossos dias”

⁷⁷ Cf. Francisco Moreno, *O Intransigente*, nº 745, 31 de Dezembro de 1912

⁷⁸ Idem, ibidem, nº 467, 3 de Março de 1912

a pândega revisteira e as elites políticas apareciam para fazer reverter em seu favor as manifestações públicas de reconhecimento dos grandes eventos⁷⁹.

Incapaz de absorver a arte que pelos outros locais do mundo anunciava a entrada no novo século, a sociedade portuguesa entrava a ferro e fogo na modernidade. O movimento grevista do proletariado alentejano, e principalmente a greve dos eléctricos de 1912 anunciavam o despertar para os grandes movimentos reivindicativos que, aos olhos dos contemporâneos, anunciavam o fim de um mundo em crise. Alimentado pelas leituras do sindicalismo revolucionário e do socialismo, Francisco Cunha Leal estava convencido da realização prática desse determinismo histórico que devia varrer da face da terra o regime democrático burguês. Uma revolução estava em curso e da crise do regime teria, necessariamente, de sair uma sociedade nova⁸⁰. Se devia e tinha que acontecer, como poderia ser feita essa transição revolucionária? A nova tática posta em prática nas greves de 1912 revelava um grau de maturidade considerável do mundo operário português. O terror ensaiado até aí, com recurso a meia dúzia de bombas, era ineficaz, não só porque não mudava a situação mas, principalmente, porque comprometia a herança burguesa com que os futuros novos senhores do poder haviam de construir a *sociedade nova*⁸¹. A verdadeira luta travava-se entre os produtores e os não produtores. Até aí, “dando-se as mãos, no Estado Moderno têm governado os burgueses, os intelectuais e os políticos. Essas três classes vivem da exploração dos

⁷⁹ Na manifestação de reconhecimento à actriz Italia Vitaliani no teatro República, Francisco Moreno refere que “foi inaugurada uma lápide (...) perante vários indivíduos que nunca vimos a ver representar a actriz (...) lá esteve o sr. Macieira, e mais o sr. Dantas, e mais o sr. Barros, e mais não sei quantas dúzias de cavalheiros, que, fingindo aparentemente irem para ali para honrarem a sra. Vitaliani, na verdade apenas pretendiam evidenciar as suas pessoas, mais ou menos *gauchement* encasacadas” Cf. *O Intransigente*, nº 866, 26 de Maio de 1913

⁸⁰ Num artigo intitulado “O capital e o trabalho” (*O Intransigente*, nº 569, 11 de Junho de 1912) considerava: “A sociedade burguesa pode acautelar-se, porque a queda do seu domínio não pode vir longe: e a lei fatal da evolução mais uma vez se há-de verificar, cedendo a burguesia o lugar primacial ao quarto estado, que agora se começa a afirmar como uma verdadeira força social”

⁸¹ Num artigo que integrou na série “O problema nacional” (*O Intransigente*, nº 1107, 20 de Março de 1913), publicado no âmbito do programa político do Centro Reformista, referia: “Quando, num futuro mais ou menos próximo o operário se apossar da sua oficina, é preciso que ele encontre intacta a herança da burguesia”

verdadeiros produtores”⁸². Mantendo deliberadamente a ignorância dos produtores, o Estado moderno burguês tinha conseguido impedir o assalto ao poder do mundo operário. Mas os sinais dos tempos avisavam que a mudança estaria para breve. Bastaria que o operariado se convencesse da força enorme que decorreria da sua associação. No decurso do surto grevista de 1912, considerava: “ Se o operário se organizar, a vitória lhe caberá, porque será uma luta de poucos contra muitos”. E continuava: “ Ai do capitalismo, no dia em que a massa enorme dessas pobres bestas de carga inconscientes abrirem os olhos e virem à luz clara da razão todo o horror da sua miséria e reconhecerem a força enorme que lhes adviria da sua associação”⁸³.

Ao operariado convinha então o reforço do movimento associativo que iria desembocar, quase infalivelmente, na mítica greve geral revolucionária⁸⁴. Simpatizante das teorias do caos que absorvia do domínio das ciências físicas, Cunha Leal aliava ao evolucionismo social um certo catrastofismo que, em determinadas alturas, viria acelerar a marcha, até aí lenta, das coisas. No entanto, até lá, havia ainda um caminho a percorrer, não só pelo operariado, mas também pelo poder político dominante. A luta de classes era inevitável e era um sinal de modernidade e de progresso. Por isso, a repressão do movimento grevista de 1911/12 pelos republicanos parecia-lhe uma injustiça e uma irracionalidade. Injustiça porque, pela primeira vez, o operariado português tinha condições para lutar por condições de vida que o afastassem do limiar da pobreza em que sempre tinha vivido. Irracionalidade porque “ as instituições destinadas pela fatalidade das coisas a desaparecer, não é com farroncas que conseguem

⁸² Francisco Moreno, “O Estado Moderno e o sindicalismo revolucionário, III”, *O Intransigente*, nº 934, 21 de Agosto de 1913

⁸³ Idem, “As greves” in *O Intransigente*, nº 448, 10 de Fevereiro de 1912

⁸⁴ Num artigo intitulado “A organização operária” (*O Intransigente*, nº 840, 24 de Abril de 1913), Cunha Leal olha com algum fervor mítico o movimento associativo: “Há neste movimento reivindicativo das classes sociais dedicações tão nobres, crenças tão fervorosas como as dos antigos cristãos que, no circo, ao serem devorados pelas feras, elevavam preces a Deus” E continuava: “ A esta fase, a evolução, naturalmente, fará seguir o período das lutas, das greves parciais, prelúdios quem sabe de uma grande greve geral, a tal que renovará por completo a face das sociedades”

prolongar a sua existência, mas sim cedendo suavemente e prevendo com antecedência as reclamações que possam vir a surgir”⁸⁵. Tratava-se, então, de defender uma política de transigência e de concertação social. O contrário – as prisões, as mortes, o encerramento da Casa Sindical e das cozinhas comunistas – ao invés de reprimir, apenas acelerariam a marcha da evolução implacável daqueles que, naquela altura vencidos, haviam de constituir-se como vencedores. A obrigação do Estado seria antes a de providenciar trabalho, em vez de encarregar a Cavalaria da Guarda Republicana da repressão de “centenas de homens esfarrapados” que apenas reivindicavam o pão.

Por outro lado, o Estado deveria defender-se politicamente dos arremessos grevistas através de uma tática de atracção parlamentar dos líderes dos trabalhadores urbanos, por serem os que mais próximos estão da “gente de colarinho branco”. Cunha Leal comparava a situação em vários países europeus da sua época: a Alemanha, a Itália, a França e Portugal. Deste logo, dois modelos se opunham na Europa industrializada: a Alemanha e a França. Separava-os a linha que opunha a ordem e o caos. No primeiro caso, um operariado na infância da organização aguardava ser suficientemente forte para destruir a resistência do adversário. No segundo, uma aparente força organizativa dissolvia-se num desperdício contínuo de esforços, em “pequenas e ridículas escaramuças”⁸⁶. O caso português assemelhava-se, na sua opinião, ao francês. O nervosismo revolucionário afastava a “batalha campal” decisiva e prejudicava os interesses da produção. E é neste campo – o da racionalidade económica – da qual dependeria a resolução do atraso português, que Cunha Leal se colocava à época: as instituições sociais e políticas não poderiam nunca prejudicar a livre expansão económica. Ora, este desiderato exigia que a quantidade de riqueza arrecadada fosse cada vez maior. Sem capital fixo, capaz de multiplicar a riqueza que permite o

⁸⁵ Idem, *O Intransigente*, nº 569, 11 de Junho de 1912

⁸⁶ Idem, *ibidem*, nº 1111, 25 de Março de 1914

crescimento económico, hipotecar-se-ia o futuro do país⁸⁷ e a resolução das “misérias individuais” mais gritantes. Deste ponto de vista só poderia, assim, conceber-se uma de duas soluções possíveis : ou uma “sociedade de patrões” forte, organizada, ou a socialização completa dos meios de produção⁸⁸.

Tal não impedia, no entanto, que olhasse para o exemplo italiano como um caso interessante a ter em conta. Aí, o sistema político optara por uma via de “corrupção”, atraindo o operário híbrido das grandes cidades a uma forma aparente de socialismo parlamentar a que aquele se tem mostrado favorável. Janota e aperaltado à burguesa, este operariado urbano seria facilmente corruptível e transigente⁸⁹. Para além do mais, a via parlamentar seria igualmente uma forma de integrar o sindicalismo da época, tendencialmente revolucionário, numa política de equilíbrio dos interesses antagónicos das classes em confronto. O Estado deveria defender-se, mas sem “recurso a violências e humilhações”. Seria preciso não matar completamente as ilusões do povo, senão este “passa[ria] a assistir, desdenhoso e indiferente, amuado e criança, a todo o desenrolar de desvarios e crimes que têm constituído a vida política portuguesa”⁹⁰. Seria necessário não matar à nascença o nascimento de correntes de opinião e de grupos de interesses sem o contributo dos quais se não construiria a regeneração económica nacional. O medo era um mal que vinha de longe, da altura em que “o jesuíta tinha aniquilado entre nós o espírito da livre crítica, transformando toda a nação em rodilha com que a Ordem

⁸⁷ Sobre esta temática, considerava: “O progresso só será possível se cada um concorrer na medida das suas forças para a produção, contentando-se com o *quantum* absolutamente imprescindível para a satisfação das necessidades compatíveis com a tarefa que lhe couber e deixando o saldo da riqueza produzida nas mãos de poucos, ou como património comum” in *O Intransigente*, nº 1106, 19 de Março de 1914

⁸⁸ Longe da linha social-democrata que vai trilhar duas décadas depois, considerava nesta altura que “O regime de transigências não convém a ninguém, não convém à humanidade” in *O Intransigente*, nº 1106, 23 de Março de 1914

⁸⁹ Sobre as virtualidades da tática de atracção do operariado considerava: “Nunca a sociedade socialista esteve mais longe do que quando os socialistas estiveram no poder”, in *O Intransigente*, nº 935, 22 de Agosto de 1913. Na mesma linha de ideias afirmava também n’ *O Intransigente* (nº 936, 23 de Agosto de 1913): “No dia em que o operário entra no Parlamento, fica morto para a luta de classes, assim como um socialista feito ministro é um homem deitado ao mar, assim como uma organização operária dada à política deixa de se tornar perigosa”

limpava tranquilamente as botas”⁹¹. Ora, o país não era indefensável por falta de defesa ou de manutenção da ordem, mas por deficiências económicas históricas.

5. O difícil desenvolvimento económico

O diagnóstico de Cunha Leal sobre a situação económica do país não diferia, como já acentuamos, daquela que os liberais críticos de finais do séc. XIX faziam. As glórias da Índia e do Brasil tinham alimentado “uma exploração mercantilista torpe dos territórios” que se desmoronou quando começou a escassear “o ouro que roubávamos lá fora”⁹². A política colonial tinha-se reduzido a uma questão de abastecimentos e pautas, “simples *souteneurs* dos povos que (íamos) escravizando”. À sombra desse Eldorado, o capitalista português deixou de arriscar na actividade económica, em virtude do retorno ocorrer a médio e a longo prazo. A *desnacionalização* da economia tinha conduzido à transferência da gestão de importantes sectores nacionais para a mão de estrangeiros. “Na nossa terra – comenta Cunha Leal – quando de longe se chega a ela, desde o navio de que desembarcamos até ao carro que nos leva a casa, nada é português, quando não acontece ser a própria casa propriedade de algum galego que veio para Lisboa a pé, a recadejar fretes”⁹³. A hipoteca nacional ao estrangeiro era causa (e também efeito) da ausência de um plano estratégico de desenvolvimento nacional. Portugal era “um país agrícola”, mas sem agricultores. Cunha Leal calculava o défice anual das subsistências em cerca de vinte mil contos, em 1912. Tendo em conta a superfície útil que o país possuía, e utilizando o critério de produtividade da Bélgica, Portugal deveria ser capaz de alimentar doze milhões de habitantes. No entanto, as subsistências não chegavam

⁹⁰ Cf. Francisco Moreno, *O Intransigente*, n° 1108, 21 de Março de 1914

⁹¹ Idem, *Ibidem*, n° 693, 30 de Outubro de 1912

⁹² Idem, *ibidem*, n° 891, 24 de Junho de 1913

⁹³ Idem, *ibidem*, n° 571, 13 de Junho de 1912

nem para os seis milhões existentes. Era o abandono histórico da actividade agrícola, empobrecedora das gentes e responsável pela acumulação da propriedade em poucas mãos. Bastava-lhe observar o seu rincão amado: “A existência de grandes fortunas em propriedade rústica é quase geral na Beira. Muito mais de metade dos terrenos que constituem o limite de uma aldeia, acha-se nas mãos de um ou dois proprietários”⁹⁴. Pouco mais restava a esse povo beirão (português?), triste e conformado que não fosse a aceitação do absolutismo dos grandes senhores locais, ou a demanda das terras estrangeiras do Brasil e da América. O país só poderia inverter esta tendência *desnacionalizadora* com políticas administrativas e de fomento como aquelas que foram tomadas por Pombal ou por Mousinho da Silveira. Para alterar a situação nos campos, não bastava o crédito agrícola que timidamente Brito Camacho havia ajustado através das Caixas de Crédito Agrícola. Justificavam-se expropriações que alterassem os desequilíbrios dos sistemas agrários existentes.⁹⁵ Por outro lado, o país dificilmente se tornaria industrial. A projectada construção de Altos Fornos na outra banda, parecia-lhe um contra-senso. A Portugal faltava hulha e ferro que só poderiam ser supridos com a hulha branca e com grandes investimentos nas minas de Moncorvo. A energia hidroeléctrica ajudaria igualmente a resolver o problema da concentração litoral das indústrias e da desertificação do interior, porque era barata e porque se transportava com custos mínimos. Recorria a Kropotkine para mostrar como a electricidade poderia propiciar o lançamento de pequenas empresas locais. Mas faltava capacidade de intervenção da sociedade civil e do Estado. O capitalismo português era tímido e o Estado, enredado em défices orçamentais crónicos, por falta de receitas e por gastos excessivos, seria incapaz sequer de aproveitar o almejado e tão discutido empréstimo

⁹⁴ Idem, ibidem, nº 490, 24 de Março de 1912

⁹⁵ Em artigo intitulado “A situação económica de Portugal-IV” (*O Intransigente*, 26 de Dezembro de 1913) considerava que era urgente um plano de expropriações por via da aplicação de contribuições pesadas sobre os incultos

externo em obras de fomento⁹⁶. Em Portugal, os bloqueamentos estruturais da economia e das finanças públicas eram fortíssimos. Na verdade, não havia receitas públicas suficientes para promover o fomento mas, por outro lado, o peso da carga fiscal era sentida como excessiva devido a uma actividade económica frouxa e a uma fuga crónica aos impostos. De 1852 a 1913, as despesas públicas do Estado teriam passado de 13 000 para 73 000 contos. Por outro lado, estavam também bloqueados os caminhos da inovação. Escasseavam técnicos em muitas áreas sensíveis, designadamente no campo industrial. Porém, os que havia eram muitas vezes excessivos porque não encontravam ocupação. A opção expansionista colonial exigiria o desvio dos fluxos migratórios americanos para a ocupação efectiva e colonização das colónias africanas. Mas como poderia isso fazer-se se o equilíbrio orçamental e económico português dependia das remessas do ouro brasileiro?⁹⁷ As leis reformistas da República encontravam assim as maiores dificuldades em acertar e em obter um consenso alargado. Cunha Leal enfileirava, aliás, pelas posições mais críticas em relação a algumas das medidas como a lei dos cereais e a lei da contribuição predial⁹⁸, pelo efeitos aparentemente contraproducentes que acarretaram.

⁹⁶ Sob o título “O empréstimo, o famoso elixir” (*O Intransigente*, nº 689, 25 de Outubro de 1912, F. Moreno denunciava os efeitos morais do propalado empréstimo que sempre tinha falhado. Em termos económicos e financeiros ele seria um desastre, na sua opinião. Cerca de um terço seria absorvido por intermediários e pela bolsa. O serviço da dívida e a sua provável utilização na aquisição de material militar torná-lo-iam mais desvantajoso que benéfico

⁹⁷ Cunha Leal considerava que não se poderia reprimir a emigração para o Brasil sem resolver o problema da produção nacional. Cf. a este propósito *O Intransigente*, nº 1045, 6 de Janeiro de 1914

⁹⁸ Sobre a lei dos cereais que lhes fixou o preço, considerava que ela beneficiava a agricultura e principalmente a moagem. O prejudicado era o povo, que comprava o pão mais caro. Antecipa aqui a célebre imagem do polvo moageiro que retomaria anos mais tarde no Parlamento (sessão de 20 de Abril de 1920). A este propósito vejam-se “A lei dos cereais e os amigos do povo” in *O Intransigente*, nº 961, 22 de Setembro de 1913 e “A situação económica de Portugal, III” in *O Intransigente*, nº 1035, 23 de Dezembro de 1913. Sobre a lei da contribuição predial veja-se *O Intransigente*, nº 864, 23 de Maio de 1913

6. Colónias e independência nacional

Perante a incapacidade do capitalismo português para encontrar um espaço vital na economia europeia, Cunha Leal partilhou, como muitos dos seus contemporâneos, da ideia de um projecto expansionista colonial, capaz de alargar o reduzido mercado interno e de compensar os défices comerciais crónicos com a Inglaterra. O caso da economia cacaueira de S.Tomé, desenvolvida com recurso ao capital nacional, parecia-lhe um exemplo a seguir. Alguns outros espaços coloniais, organizados como aquele, seriam “o bastante para endireitar esta avariada e confusa caranguejola”⁹⁹. A corrida pelo *vêlo de ouro* africano parecia ter também motivações individuais (no caso de Cunha Leal), mas inscrevia-se na luta europeia pela partilha dos espaços coloniais, muito acesa antes da I Grande Guerra Mundial e que mobilizava militares, capitalistas, técnicos ou simplesmente aventureiros e gente decidida a mudar de vida¹⁰⁰. Em Portugal, esta era mais uma deriva migratória, na procura de melhores condições de vida. A outra, a emigração de colonialistas, essa tardava a fazer-se, como se percebe pela preocupação formulada por Cunha Leal em face da missão alemã que visitava o Sul de Angola em 1914: “ Enquanto os alemães vão desenvolvendo toda a sua actividade para conquistarem pacificamente Angola, nós, portugueses, dormimos tranquilamente à sombra da irrisória soberania que por ora ainda dizem reconhecer-nos (...) Mas o que é que os nossos industriais, os nossos banqueiros, os nossos comerciantes, a nossa elite intelectual, o nosso operariado, as nossas corporações económicas e científicas, as associações comerciais e industriais, a Sociedade de Geografia, as academias científicas, as universidades portuguesas, o nosso professorado,

⁹⁹ Cf. Cunha Leal, “A situação económica de Portugal, VI” in *O Intransigente*, nº 1045, 6 de Janeiro de 1914

a nossa burocracia, o nosso exército, o que é que dizem a este ataque trinta vezes mais decisivo e grave que o Ultimatum”¹⁰¹? O acordo anglo-germânico de 1912 e o sindicato alemão constituído para o estudo das possibilidades germânicas de desenvolvimento em Angola passaram a ser o grande tema mobilizador das discussões dos finais de 1913 e início de 1914. Os interesses despertados pelas grandes potências pareciam justificar o receio da perda iminente de alguns espaços coloniais. Cunha Leal, como os seus contemporâneos, considerava esses espaços como o garante mais seguro da independência nacional. Para que isso fosse verdade, seria necessário proceder à ocupação efectiva dos territórios, desviando a corrente migratória habitual e radicando aí a população através de concessões de terrenos. Só a colonização intensa poderia evitar a incorporação dos territórios da África Oriental na União Sul-Africana ou a sua inclusão nos circuitos económicos da Rodésia. Havia, pois, que colonizar os territórios africanos. Colonizar, afirmava, “era criar nessas longínquas regiões núcleos de população que, pouco a pouco, lhes vão explorando os recursos naturais, que vão ensinando ao indígena os processos de trabalho, criados pela civilização, fazendo-o lentamente sair do estado de barbárie em que se encontra e adaptando-o ao modo de ser das populações da metrópole. Esses núcleos oriundos da mãe-pátria, são aí verdadeiros representantes dos interesses desta, ainda mesmo quando a evolução natural tenha determinado a emancipação da colónia, a sua autonomia completa”¹⁰². Nesta altura, como durante mais algumas décadas ainda, a deriva entre uma via de desenvolvimento interno, baseada na colonização do país e uma outra centrada sobre a continuação da diáspora pelo sertão africano, não parecia constituir contradição insolúvel para a cultura que enformava a consciência republicana onde bebia Cunha Leal. Ele próprio se deixará

¹⁰⁰ Na despedida de Cunha Leal n` *O Intransigente* (nº 1147,6 de Maio de 1914), Machado Santos sintetiza essa febre colonial nos seguintes termos: “Vai-se tudo! Maia [José Carlos da Maia] vai para Macau e Cunha Leal vai para Angola. Qualquer dia raspamo-nos nós também com o contínuo”,

¹⁰¹ Cf. F. Moreno, *O Intransigente*, 18 de Abril de 1914

enredar em incertezas sobre o momento em que a referida “evolução natural” recomendaria a “autonomia completa” da colónia. Nesta altura ninguém parecia pôr em dúvida o interesse, ou sequer a viabilidade, do projecto africano. Faltavam meios (militares, técnicos, humanos, materiais...) para colonizar a África. Como também faltavam em Portugal. Mas Portugal só muito dificilmente podia ser “moeda de troca” para obter os capitais e o apoio necessários ao desenvolvimento. O mesmo não acontecia com as colónias africanas, ricas por natureza e valorizadas pelas grandes potências coloniais. De modo que, o que ao observador de hoje pode espantar mais, não é tanto a reconhecida incapacidade de um pequeno e pobre país para colonizar espaços tão vastos, mas antes a capacidade de, contra ventos e marés, se ter batido pela realização do sonho imperialista, para além de toda a razoabilidade ditada pela política internacional. A política imperial e colonialista beneficiava de um acordo tácito de regime que abarcava a globalidade das elites portuguesas. Cunha Leal bebeu e alimentou também essa mística imperial.

7. A reforma do sistema político

A ameaça do “tigre germânico” e a passividade dos portugueses irritava-o¹⁰³. A resolução do contingente e do acessório absorvia toda a atenção e actividade do poder executivo republicano; subsistiam os problemas da instrução, do aproveitamento dos recursos, das comunicações e da defesa. Pelo Outono de 1913, em pleno governo Afonso Costa, a atitude de denúncia frontal e violenta da situação levava-o a desejar “empunhar a vassoura do ódio” para “limpar a sociedade portuguesa como quem lava

¹⁰² Idem, ibidem, nº 800, 8 de Março de 1913

¹⁰³ A passividade irritava-o ao ponto de reconhecer justiça às pretensões dos poderosos. Em “*Voe Victis*” (*O Intransigente*, nº 423, 14 de Janeiro de 1912), perguntava: “Com que direito um povo (o português)

uma esterqueira”¹⁰⁴. A “canalha” que dera título ao editorial de 2 de Outubro, era “ o político que se servia do poder, o jornalista rufião e sem escrúpulos e a jorra nojenta que andava espionando todo o cidadão pelas esquinas”. Essa “canalha” encontrava-a Cunha Leal, indiferentemente, tanto nos pontos mais altos, como nos pontos mais baixos da sociedade portuguesa, “arrastando-se e infiltrando-se, aderindo a todos os regimes, a todas as instituições, amoldando-se – viscosa e repelente – como a lama escura e fétida das calçadas de Lisboa”. Nas comemorações do 5 de Outubro vamos encontrar o ainda alferes de Torpedeiros a dirigir, a convite do seu comandante, um discurso às tropas em parada, alusivo á República¹⁰⁵. *O Intransigente* do dia seguinte dava a conhecer o tom do discurso. *Ao cair do pano...*, três anos depois da implantação da República, tinha-se perdido a fé. Aquela não era a República que o povo sonhara, com aumento de impostos, com humilhações nas relações internacionais, com a vida cara, sem poder protestar. O jovem alferes tinha avisado o seu comandante que o discurso não seria do agrado dos poderes públicos. Acusado de queimar as vestes imaculadas da República pela exposição brutal dos factos, conheceu o seu “primeiro exílio” interno. Em 1 de Novembro, foi transferido para o batalhão de Pontoneiros, estacionado na Escola Prática de Engenharia, em Tancos¹⁰⁶. A carreira militar, como afirma nas Memórias, “começava a ressentir-se da impetuosidade do [seu] temperamento”. Afastado do “fragor das lutas cidadinas”, estagiou as novas fainas de instrução como tenente e aprofundou o estado “azedo e tristonho” no contacto com a pasmaceira da terra ribatejana. Veio algumas vezes a Lisboa onde os seus amigos parturejavam “a alternativa” ao *afonsismo*. Continuou a escrever na tribuna de Machado Santos.

que não tem armas para se defender, que não acompanha o progresso, que possui colónias sem procurar colonizá-las, que direito tem a exigir uma vida própria na comunidade internacional?”

¹⁰⁴ Cf. F.M., “Esta canalha”, *O Intransigente*, nº 970, 2 de Outubro de 1913

¹⁰⁵ Cf. FPCL, As Minhas Memórias, p.256

¹⁰⁶ AHM, Processo nº 1580, Folha de Matrícula de tenente.

Os artigos eram agora de fundo, perdiam a agudeza, mas não a actualidade. Escrevia sobre a situação económica do país, mas a realidade, ao contrário do que teria desejado inscrevia cada vez mais intensamente a questão política na prioridade das prioridades. O melhor governo era, na sua perspectiva, aquele que garantisse à produção a maior eficácia. A República estava longe de o conseguir, sendo ela própria um sub-sistema a necessitar de profundas reformas. Inspirado pelas leituras de Sorel, afirmava que o cidadão (nascido do pensamento enciclopedista francês) e o produtor eram dois seres antagónicos e a democracia parlamentar tradicional um regime de equívocos, com legitimidade reduzida, sustentado sobre formas de representação (os partidos interclassistas e o Parlamento) que não reflectiam a verdadeira realidade social. Impunha-se, portanto, uma reforma do sistema político.

O elevado abstencionismo e a invariabilidade do poder legislativo eram indicadores de um sistema com um alto défice democrático, sustentado por uma lei e um processo eleitoral “condenado” a reproduzir o governo no poder. A proposta de revisão da Constituição, apresentada por Machado Santos em Abril de 1914¹⁰⁷, incorporava as novas soluções que na opinião do Centro Reformista podiam contribuir para a salvação da República. Cunha Leal partilhava destas ideias. Uma nova composição do Senado, através dos representantes das classes e a capacidade de dissolução do Parlamento pelo Presidente da República eram as duas principais inovações. Nem tudo ficaria resolvido, segundo Cunha Leal, já que o Parlamento, retórico em demasia e ineficaz, reproduzia uma sociedade com uma educação imperfeitíssima e uma enorme desorientação das classes. Faltava uma elite capaz de mudar “ a sociedade de cima para baixo”. Se o parlamentarismo, tal como estava consagrado, era uma instituição gasta que tinha sido um entrave à livre expansão das forças económicas do país, então seria preciso reformá-lo. Começando pela forma de

representação e pela organização do sufrágio. A associação de classes parecia-lhe o elemento orgânico mais conforme com a sociedade. Em Portugal, a conjugação dessa representação orgânica com o municipalismo histórico poderia ser a chave do problema. Em cada Município constituir-se-ia uma assembleia de representantes das classes da região. O Parlamento, por seu lado, resultaria da reunião de representantes de todas as assembleias regionais. Caber-lhe-ia a escolha do governo e a fiscalização da acção governativa. O chefe do poder executivo poderia acumular as funções de chefe de estado¹⁰⁷. Estaria, assim, assegurada a representação legítima das classes de produtores e das regiões, bem como uma revalorização do poder executivo. É uma formulação reformista que, como veremos, voltará a estar em cima da mesa durante o Sidonismo, na revisão constitucional de 1919 e com novas reformulações no final da década de 20 e no início da seguinte, com desfecho conhecido na Constituição de 1933.

¹⁰⁷ A Proposta foi publicada n' *O Intransigente* dos dias 23 e 25 de Abril de 1914

¹⁰⁸ Cf. F. Moreno, "Centro reformista, O problema Nacional", conjunto de oito artigos publicados n' *O Intransigente* em Março de 1914

CAPÍTULO III – DA ESTADIA EM ÁFRICA AO *FRONT* (1914-1918)

1. Em Angola – um novo *missionário* da República

Ninguém – nem família, nem amigos – parecia apoiar o jovem Cunha Leal na sua decisão de instalar-se em Angola para aí se iniciar na sua actividade de engenheiro civil. Havia muitos beirões, seus conterrâneos, por aquelas paragens, muitos colegas da Escola do Exército tinham optado pela vida militar ultramarina. Mas só o desencanto com a República permite explicar esta deriva colonial temporária na vida de Cunha Leal. Angola seria uma *Terra de Promissão* e, depois das Campanhas do Sul de 1907-1908, parecia acreditar-se na submissão dos gentios do Cuamato e da Cuanhama e na criação de condições mínimas para a instalação de colonatos brancos na região dos planaltos. Desde 1912, com o início do Governo Geral de Norton de Matos, a esperança na transformação de Angola de uma colónia de exploração (das matérias primas e do trabalho forçado dos indígenas) em território autónomo, financeira e economicamente, constituía a grande esperança e orgulho da nova República.

No entanto, ao seu rincão natal os *brasileiros* de “torna viagem” continuavam a vir das terras de Vera Cruz. Como podia a família entender que desperdiçasse o seu talento em terras de aventureiros e condenados? Luanda, a grande metrópole, não reunia mais de três milhares de brancos – uma aldeia de fisionomia portuguesa. Benguela e Moçâmedes, testas dos caminhos de ferro que do interior escoavam minérios e produções agrícolas dos planaltos, eram aglomerados com não mais de três centenas de almas, entre magistrados, comerciantes e soldados. Excepção feita ao do Lobito, os caminhos de ferro eram vias de penetração que pouco avançavam para além de uma ou duas centenas de quilómetros para o interior, por carência de meios técnicos e financeiros, esbarrando nas primeiras escadarias montanhosas

que davam acesso à região dos planaltos. Quem quisesse aventurar-se mais para o interior, em viagens pelo mato, - fosse militar em missão urgente de defesa das fronteiras ou de “pacificação dos gentios”, colono ou aventureiro em busca do seu “vélo de ouro”, engenheiro ou apontador de obras em missões de estudo ou ainda missionário em busca de cristãos – só podia dispor do moroso carro *boer* com o qual abria caminho através de vaus e capinzais. Se pudesse prescindir de víveres e equipamentos complicados, a viagem em tipóia, ao dorso de serviçais, podia transportar o viajante aos tempos dos primeiros senhores da colônia. Superioridade apenas aparente, porque mesmo utilizando o preto como besta de carga – ou como guia e intérprete – isso não o defendia, às vezes antes mais o expunha aos perigos daquelas terras inóspitas, habitadas por povos rebeldes e por temíveis leões e surucucus. Terras do fim do mundo, onde cada homem era uma ilha e cada tarefa, por mais simples, uma missão de risco.

Angola, terra de perigos e seduções irresistíveis onde Cunha Leal podia alimentar a sua “insaciável curiosidade” e apaziguar o “desassossego íntimo” que sobreviera ao desencanto de uma República adiada¹. Deixara para trás um país subjugado ao *afonsismo* jacobino, dissociado das grandes massas rurais e em rebelião com o mundo urbano e popular que até aí o tinha apoiado. Essa era, pelo menos, a sua profunda convicção. Apesar de descontente, o voto continuava a beneficiar o partido majoritário, como se vira nas últimas eleições. A todos os níveis, as elites nacionais mostravam-se incapazes de introduzir as reformas de que o país carecia.

No entanto, não foram apenas o desencanto e o desejo de evasão que o levaram a África, por mais atraente que pudesse ser o sentimento de pisar, pela primeira vez, as terras virgens do sertão angolano, ou de poder ficar em presença dos *mucancalas* (bushimen) , que os etnólogos apresentavam como um elo perdido na cadeia das leis *darwinianas* da evolução. Cunha Leal fizera-se engenheiro, militar, tribuno e debutante de político. Tinha ambições para si e para o país.

Apresentava-se a ocasião: a República enviara um *comissário* para realizar as obras de fomento e de ocupação de que Angola carecia. Sem essa obra de colonização que possibilitasse uma verdadeira actividade económica, independente de todas as crises da borracha que pudessem surgir, era convicção generalizada que “as colónias de África desapareceriam pela integração em territórios de colónias mais activas e empreendedoras”². Embora com o atraso que a situação económica e financeira impunha, também militarmente se preparava uma grande expedição para combater os gentios revoltados do Sul e dar resposta ao aguerrido imperialismo teutónico que se afirmava a partir da Damaralândia, através da zona neutra definida pelo acordo fronteiriço de 1909³.

A partir do Outono de 1913, as relações bilaterais entre Portugal e a Alemanha atravessaram um momento crítico, marcado pelas notícias na imprensa sobre as negociações daquele país com a Inglaterra para a nova partilha das colónias portuguesas. Não bastaram os desmentidos – dos alemães, do novo Ministro em Berlim, Sidónio Pais, e do Ministro Macieira no Parlamento. Tudo o que poderia constituir uma relação de cooperação benéfica, entre portugueses e alemães, na valorização dos difíceis territórios das margens do Cunene, era agora encarado com a maior desconfiança: os condutores de carros *boer* do planalto (que tão úteis tinham sido nas campanhas militares de 1907-1908) apareciam como espiões alemães, empenhados em fornecer informações ao célebre capitão Franck (o invasor de Naulila em Dezembro de 1914) e em transportar víveres a partir de Angola, operação absolutamente proibida pelo Governador Geral. A “exportação de serviçais” para as minas do Tsumeb, que Sidónio em Berlim se apressava a justificar em termos de benefício para ambas

¹ Sobre as motivações apresentadas pelo próprio, vide *As Minhas Memórias*, vol. I, p. 287

² Vide Norton de Matos, *A situação financeira e económica da Província de Angola*, Conferência realizada em Maio de 1914 no Centro Republicano Democrático, Lisboa, 1914, p. 5

³ A indefinição de fronteiras foi matéria de negociação diplomática demorada do Visconde de Pindela, Ministro Plenipotenciário em Berlim de 1893 a 1910. Em troca dos provisórios acordos de fronteira, Portugal conseguiu negociar um novo Tratado Comercial, assinado no Porto em 30/11/1908 quando da visita de Guilherme II, mas que só viria a entrar em vigor em 5 de Junho de 1910. Entre estas duas datas, a Alemanha forçou acordos coloniais em Angola e Moçambique que Portugal conseguiu protelar por longo tempo, por serem considerados perigosos para o país. Vide a este propósito Luís Farinha, *Sidónio Pais, Embaixador em Berlim*, (policop.), trabalho realizado no âmbito de um Seminário sobre a História das relações Internacionais (séc. XX), dirigido pelo Professor José Medeiros Ferreira, FCSH_UNL, 1994

as partes, era encarada como mais uma campanha de descrédito da política colonial portuguesa, segundo Urbano Rodrigues: “ À campanha sobre a escravatura, sucedeu a campanha de que não fazemos nem deixamos fazer”, afirmando ainda que “...o perigo do lado Sul parece-me sobretudo grave, pelo que se torna necessário promover a construção de estradas, de caminhos de ferro, portos, serviços agrícolas, se não quisermos perder esta rica colónia”⁴. Na verdade, as obras de fomento avançavam muito lentamente, sendo difícil a Norton de Matos e a Portugal conter as “grandes pressões” sobre a política alfandegária portuguesa, no sentido da liberalização do comércio e do trânsito dos produtos coloniais em Angola. Será com certeza a esta pressão, motivada pela falta de meios, que se refere o Governador Geral para justificar o designado “decreto da porta aberta”⁵: “ O governo português, assediado por brutais exigências alemãs e por amigos conselhos ingleses, reduziu consideravelmente os direitos através de Angola”⁶. Neste contexto de profunda desconfiança, foi decidida a ida para aquela colónia de uma comissão mista luso-alemã que, entre outros objectivos, tinha em vista o estudo das potencialidades mineiras e agrícolas do Sul e, como principal missão, o estudo das alterações a introduzir no caminho de ferro de Moçâmedes, de modo a ligá-lo, de forma mais rápida, ao território alemão. Formada directamente na metrópole, sem a colaboração das estruturas técnicas coloniais, a missão desenvolvia os seus trabalhos numa conjuntura de iminente conflito, quando já se faziam sentir os primeiros incidentes de fronteira⁷.

Foi nesta conjuntura de paz armada e de profunda desconfiança pelos avanços alemães no Sul de Angola que Cunha Leal se decidiu pela sua carreira colonial. Conformando-se com a preterição na promoção militar que pudesse resultar da comissão de serviço e depois de ter

⁴ AHMNE – Arquivo Ideográfico – “Engajamento de indígenas de Angola para a África Sudoeste alemã”

⁵ Trata-se do Decreto nº 224, de 17 de Novembro de 1913, da iniciativa do Ministro das Colónias Almeida Ribeiro

⁶ Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos*, vol. III, p. 14. Em Angola o decreto foi regulamentado e publicado em 20 de Dezembro de 1913, pelo que não chegou a entrar em execução

⁷ Segundo *O Século* de 27 de Dezembro de 1914, a missão era composta pelos portugueses coronel Manuel Maria Coelho e major Roma Machado e pelos engenheiros alemães P. Thurner e A Schubert, com apoio de poderosos bancos alemães e também portugueses

sido considerado apto pela Junta Médica para o trabalho no ultramar⁸, deixou o jovem tenente de engenharia a Escola de Aplicação de Tancos, onde se considerava desterrado, para cumprir a comissão de serviço no Ministério das Colónias, como engenheiro do quadro das Obras Públicas de Angola⁹. Em 22 de Maio, partia a bordo do vapor “Zaire” em demanda do *eldorado* angolano. Pelo caminho, os braços do “Império” semeados nas margens do Atlântico enchiam de negrume a alma aventureira dos viajantes coloniais: Cabo Verde há muito suplantado por Dacar; S. Tomé e Príncipe, a *menina dos olhos* dos roceiros do cacau e glória da administração colonial, de burgos europeus insignificantes, com fazendas modelares como a Boa Entrada, de Carlos Champalimaud, mas onde os negros “encafuados em sanzalas, sem vislumbres de conforto” davam motivos fortes aos detractores da colonização portuguesa; Cabinda e S. António do Zaire, os frutos exóticos, a floresta virgem, impenetrável e impenetrada¹⁰.

A viagem propiciara-lhe os primeiros contactos com a África: Carlos Champalimaud, o roceiro são-tomense de quem recebeu o primeiro convite de trabalho e a quem ouviu as primeiras queixas pela “penúria” de mão-de-obra que as leis *nortonianas* do indiginato estariam a provocar na colónia; António de Sousa Coelho, um alferes açoreano destinado ao distante posto do Cuangar que já não senhoreou por motivos do massacre aí perpetrado pelos alemães (31 de Outubro), abandonado à sua sorte no planalto pela comitiva que o acompanhava, e recolhido em Benguela muitos meses depois, em estado de morto-vivo; António Gonçalves Videira, advogado, figura ímpar da sociedade luandense, a quem ficará a dever a roda de amigos com que na *Bijou* se desenfastiava daquela vida de aldeia, em clima tórrido. Homem próximo do PRP, mas longe de Norton de Matos a quem se opunha por motivos políticos.

⁸ AHM, Processo Individual nº 1580. A situação de adido que lhe permitiu desempenhar a comissão de serviço no Ministério das Colónias foi decretada pelo próprio Presidente da República Manuel de Arriaga, sobre proposta do Ministro da Guerra, em 23 de Maio de 1914 (O E nº 13, 2ª Série, 23/5/1914). A nomeação para exercer, em comissão, o lugar de engenheiro do quadro das Obras Públicas de Angola foi publicada no D.G. nº 103, II Série, de 5 de Maio de 1914

⁹ Decreto de 2 de Maio, D.G., II Série

¹⁰ Cunha Leal dá-nos as suas impressões da viagem em *As Minhas Memórias*, op. cit., pp. 294-303

Cunha Leal caiu, pois, nos meios da oposição de Luanda, entre a aristocracia do funcionalismo público: Tavares de Carvalho, Director de Finanças, Alfredo Gil, Delegado do Ministério Público, Firmino Meireles, médico militar, os juizes da Relação Sacramento Monteiro, Frederico Menezes e Avelino Leite, o capitão Brandão de Melo, empenhado nas pesquisas de diamantes, Simões Raposo, uma advogado de renome.

Era imensa a obra a realizar em Angola, mas escassíssimos os meios existentes. Norton de Matos defendia a urgência de um grande empréstimo, no valor de vinte mil contos, a amortizar pela colónia no espaço de dez anos¹¹. A dotação de 1914-15 para toda a província de Angola em matéria de Obras Públicas tinha sido de cerca de 150 contos, 83 dos quais se gastaram por Luanda e seu distrito¹². Ora, calculava-se que o avanço do caminho de ferro de Moçâmedes, desde Vila Arriaga até ao planalto, através da serra da Chela, custasse 840 contos. A expedição militar ao Sul custara 12 000 contos!¹³ E de pouco servira, pelo menos numa primeira fase. Os 1300 homens e as 1200 toneladas de víveres e armamento da expedição de Alves Roçadas, que desembarcaram no início de Outubro em Moçâmedes, só dois meses depois tinham atingido o planalto e daí, nos clássicos carros *boer*, estavam ainda a chegar aos Cuamatos quando os alemães infligiram a grande derrota no posto fronteiriço de Naulila¹⁴.

A primeira missão de Cunha Leal tinha sido justamente a de preparar o caminho de Alves Roçadas entre o Lubango e Humbe, naquela que foi a sua primeira viagem à intimidade de Angola. Em Agosto, antes de partir para o Sul tinha dado, em poucos meses, o segundo grande rumo da sua vida desde que saíra de Portugal, na Primavera. Enamorara-se de Maria José Videira, uma jovem de 20 anos, irmã do seu amigo António Videira e, em dois meses,

¹¹ Norton de Matos, *A situação financeira e económica da Província de Angola*, op. cit., p. 4

¹² Cf. A Galvão, *Relatório da Direcção das Obras Públicas do ano económico de 1914-1915*, Imp. Nac. de Angola, 1916, p. 15

¹³ Vide “Caminho de ferro de Moçâmedes”, in *Revista Colonial*, nº 35, 25 de Setembro de 1915

¹⁴ Depois de um primeiro incidente em Naulila (Outubro de 1914) em que foram mortos três alemães que se tinham infiltrado em território português, o *Desastre de Naulila* ocorreu dois meses depois, em 18 de Dezembro. As tropas portuguesas, mal preparadas, retiraram para Dongoena, deixando no terreno 69 mortos, 76 feridos e 47 prisioneiros.

pedira-a em casamento¹⁵. Quatro meses o deixaram longe da sua apaixonada a sua missão nos planalto do Sul. A viagem era longa e difícil: de barco até Moçâmedes, com paragem em Novo Redondo, Benguela e Lobito; depois, de comboio até Vila Arriaga, na base da serra da Chela, a travessia do deserto. No Lubango, recebeu telegrama a exigir-lhe rapidez na tarefa e uma extensão da missão até à região dos Gambos. Além do Lubango, a expedição progredia lentamente, ao ritmo das dez juntas de bois que puxavam o carro *boer* onde todo o equipamento tinha sido acomodado. Além de um bucéfalo para uso pessoal, acompanhavam Cunha Leal um apontador de obras, 10 degredados e 70 indígenas, arrebanhados pelos contratadores do governo para esta campanha de arranjo dos caminhos do Sul.

Deteve-se nos planaltos até ao final de Novembro, o que lhe permitiu encontrar no Lubango, já de retorno, alguns dos seus camaradas de armas da Escola do Exército que se dirigiam para os Cuamatos, na expedição de Alves Roçadas: Humberto de Ataíde, Francisco Cunha Aragão.

Chegou a Luanda a 19 de Dezembro, a tempo de viver o intenso movimento de repulsa e pânico que se seguiu ao *Desastre de Naulila* em toda a colónia e, em particular, na capital da província. Tivera oportunidade de pressentir o fim trágico daquela expedição, “pela má preparação e recepção das tropas, pela sua organização deficiente”¹⁶. Na província vivia-se por todo o lado o mesmo delírio anti-teutónico: a imprensa dava notícia de *zeppelins* que cruzavam os céus e de aviões alemães que se atreviam a sobrevoar as cidades do sul em missões de espionagem, esquecendo que bem fácil seria obter informações de uma expedição militar como a de Alves Roçadas, atrasada no seu avanço para o Sul por todo o género de impedimentos. Porém, tão ou mais grave que o “perigo germânico”, era o estado de rebelião em que viviam os povos angolanos mais libertos das peias administrativas e militares – os

¹⁵ À falta de melhor fonte, confiemos nos arrobos do apaixonado, à luz de muitos anos de distância: “Olhando-a, senti um misterioso sinal íntimo, a avisar-me de que o meu destino estava decidido.(...) A sua juventude irradiava graça e modéstia, o seu rosto tinha perfeição e suavidade e o seu corpo de estatura mediana era esbelto”. *As Minhas Memórias*, op. cit., pp. 305-306

¹⁶ Palavras proferidas por Cunha Leal na cerimónia de homenagem que a cidade prestou aos “Heróis de Naulila”, quando do seu regresso, em Agosto de 1915. Cf. *A Província*, 8 de Agosto de 1915

Cuamatos e Cuanhamas na região Sul, a região dos Dembos e as populações do Congo a Norte. Percebiam a debilidade militar portuguesa e adivinhavam as vantagens daquele anunciado conflito fronteiriço com os alemães para as suas pretensões e, por isso, eram facilmente aliciáveis para a revolta. Em Novembro o Governador Geral decidira impor o estado de sítio no Congo, na Huíla, Moçâmedes e Lunda, em virtude do estado de intranquilidade dos povos indígenas daquelas regiões. Em Luanda constituiu-se um Batalhão de Voluntários, ao mesmo tempo que era feito o arrolamento, para fins militares, de todos os indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos. Angola era uma província em estado de guerra, enquanto Portugal continuava a manter a neutralidade no conflito europeu. Nesta conjuntura, dificilmente Alves Roçadas conseguiria respeitar as indicações idas de Lisboa, as quais lhe recomendavam que não entrasse sequer na zona neutra e “procurasse pôr-se em contacto com as autoridades administrativas do território vizinho, a fim de conhecer a sua atitude”¹⁷. Como Pereira de Eça considerou alguns meses depois, em nova expedição militar de reocupação do território, Naulila e os outros confrontos não haviam sido mais do que incidentes de fronteira¹⁸. Mas não foi esse o entendimento de Alves Roçadas, como não era esse o entendimento dos poucos milhares de colonos que viviam dispersos por Angola.

O *Desastre de Naulila* reavivou todos os receios e revoltas e, em Luanda viveram-se horas difíceis nesses dias. Cunha Leal e o seu grupo de amigos participaram no clima de grande exaltação que levou algumas centenas de pessoas ao Palácio do Governador a reclamar a expulsão do cônsul alemão de Luanda que tinha sido visto a festejar, na sala comum do hotel, e à frente de muitos portugueses, a vitória das armas alemãs no posto fronteiriço de Naulila¹⁹. Falaram Simões Raposo, António Videira e o feroso Cunha Leal. Solicitaram a Norton de Matos que considerasse o cônsul como *persona non grata*. O Governador evitou por todos os meios que a reacção apaixonada dos manifestantes pudesse terminar em agravo

¹⁷ Cf. Norton de Matos, op. cit., pp. 206-207

¹⁸ Vide *Campanha do Sul de Angola em 1915. Relatório do general Pereira de Eça*, Imprensa Nacional, 1921

¹⁹ O episódio teve fracas repercussões na imprensa, mas foi narrado por Cunha Leal em *As Minhas Memórias*, op. cit., pp. 322-324

da situação. O grupo aprofundou o seu estado de exaltação nos dias seguintes. António Videira foi preso e ameaçado de expulsão da colónia por desrespeitar o estado de sítio entretanto declarado por Norton de Matos. A Cunha Leal foi levantado um auto, determinado pela própria pessoa do Governador, “em virtude de ocorrências de que ele próprio tinha sido testemunha presencial”. Ouvido pelo Comandante da Fortaleza de S. Miguel, reduziu a escrito a sua defesa. Aí se defendia das acusações e, por ousadia desmedida, solicitava o bom testemunho do próprio Governador e respectiva família para comprovar o seu empenho na pacificação da manifestação. Com o apoio de todos os magistrados da sua roda de amigos, sabia também que tais testemunhos careciam igualmente de um auto de reconhecimento, já que Cunha Leal não era, obviamente, das relações de Norton de Matos. O episódio acabaria por ser selado pelo esquecimento e pela atitude do próprio Governador, no início de 1915. Na verdade, acabaram por ser presos o cônsul alemão em Luanda, o vice-cônsul em Benguela e as tripulações dos navios alemães estacionados em Angola²⁰. Mas estas “primeiras escaramuças” entre Cunha Leal e Norton de Matos nunca mais seriam resolvidas, antes se aprofundaram em embates tremendos, no futuro, como se verá.

Uns dias depois, a 26 de Dezembro, casava com Maria José, tomando – segundo afirma nas *Memórias* – a “decisão mais acertada” da sua vida. Daí em diante sempre tomara o seu conselho nas “decisões graves” da vida, confiando nas virtudes de tenacidade, bom senso e uma “pontinha de desconfiança” que considerava complementares das suas²¹.

Em 16 de Janeiro de 1915, no Boletim Oficial de Angola (II Série), Cunha Leal abria o concurso para a adjudicação da construção de um posto fiscal na Ilha de Nossa Senhora do Cabo de Luanda. O ano iria decorrer sob o signo de uma acção moderada no domínio das obras públicas. Eram poucos os estudos e as obras a que a Direcção podia meter ombros, mas eram ainda menos os técnicos em serviço na província. A formação em engenharia

²⁰ AHMNE, Arquivo ideográfico, Protestos da Alemanha contra a atitude de Portugal perante a Guerra, em 27 de Janeiro de 1915. Esta atitude provocou um firme protesto de Sidónio Pais, a partir de Berlim, tanto mais – referia o embaixador – que Portugal não estava em guerra com a Alemanha e os prisioneiros portugueses de Naulila já tinham sido soltos. Cf. AHMNE, Legação de Berlim, Série A, Comunicação de 21/9/1915

propiciava-lhe uma polivalência de funções significativa. É assim que, em 13 de Março de 1915, foi nomeado para integrar, ao lado do Juiz Avelino de Oliveira Leite e do Inspector da fazenda do Distrito de Benguela Antero Tavares de Carvalho, uma comissão de inquérito aos serviços da *Zona do Interior*. À nomeação não deverá também ter sido estranha a sua actuação política quando dos acontecimentos de Dezembro, bem como a rede de relações que estabelecera. Tratava-se de averiguar as condições em que tinham decorrido as acções de apoio à expedição militar de Alves Roçadas. Desde cedo se aperceberam que, mesmo não havendo a recriminar “nenhum acto de desonestidade”, os planos da administração tinham sido desastrosos, sem planificação eficiente e com desperdício dos recursos: “O chá acumulado em Moçâmedes daria para os gastos de meia dúzia de expedições”²².

Em 10 de Abril, Cunha Leal foi nomeado para desempenhar interinamente o cargo de Director das Obras Públicas, sinal de que começavam a ser reconhecidas as suas capacidades técnicas²³. Na imprensa assinalavam-lhe, com manifesto reconhecimento público, o lançamento do edifício dos Serviços Telegráficos de Luanda, que planificara e construía e o planeamento de uma escola primária para ambos os sexos, também na capital²⁴.

Porém, no curto tempo de estadia na província, sentimos que Cunha Leal privilegiava o contacto com a Angola por desbravar, preferindo as missões de estudo aos locais mais inóspitos onde a presença portuguesa se contava por um desacompanhado governador de posto ou pela presença escassa de um colono aventureiro. Com a mulher por companheira, internou-se pelo vale do Quicombe, viajando em tipóia, com “o pobre preto reduzido pelo branco, seu pretenso civilizador, à categoria de besta de carga”²⁵. Desprezando a rebelião dos *gentios do Congo*, viajou para Matadi e Luvo, na fronteira com o Congo Belga, para realizar o

²¹ FPCL, *As Minhas Memórias*, op. cit., p. 334

²² Idem, ibidem, p.337

²³ *Boletim Oficial da Província de Angola*, 29 de Maio de 1915

²⁴ Nas *Memórias*, refere que pouco se lhe pode atribuir de obra feita na sua passagem por Angola, porque “as dotações para obras nem sequer atingiam a categoria de mesquinhas”. No entanto, coube-lhe, segundo informa, a elaboração do projecto e a construção de dois edifícios: uma escola primária, que funcionou provisoriamente como liceu e um edifício para os Serviços Telegráficos. Um outro estudo para instalação de um museu etnográfico não teve continuação prática. FPCL, op. cit., pp.303-304

²⁵ Idem, ibidem, p.338

estudo do anteprojecto de uma estrada de ligação entre o posto do Luvo e Maquela do Zombo. Uma outra África se lhe deparava – exuberante em vegetação, impenetrável e misteriosa, “terra de papagaios estridentes”, acessível por pontes pênséis sobre rios povoados de jacarés. Arriscou o jovem casal ainda desta vez em manter-se unido, apesar de tantas dificuldades de deslocação e alojamento e de perigos iminentes. Maria José teria que regressar antes do marido, prestes a dar à luz o primeiro filho. Ele só regressou em Fevereiro de 1916, depois de mais de seis meses de selva, em trabalhos esforçados pela aproximação da estação das chuvas e pelo isolamento completo. Febres e paludismo iam desbastando a comitiva de 40 pretos com que, com o apoio do capataz D. Álvaro de Água Rosada e Tanguí – um “aristocrata” aparentado com a casa real do Congo -, se aventurou na missão do Congo.

No regresso, ansioso por ver o filho que já sabia nascido, foi ainda enviado em nova missão à região dos Dembos, à época completamente sublevada. A Inspeção Geral de Obras Públicas desejava um levantamento hidrográfico e orográfico daquela região, mas alertava-o para os perigos que podia correr. Foi o Governador do Distrito, comandante Jaime de Moraes, que impediu a temerária expedição.

O recuo de Naulila tinha tido efeitos colaterais devastadores para a administração militar que se via a braços, desde essa altura, com focos de rebelião espalhados por toda a colónia. A imprensa, antes tão cordata e silenciosa, não perdoava aos responsáveis: os indígenas empregados nas estradas não eram pagos; o Estado, através dos seus contratadores, forçava o trabalho de serviçais, sem preocupação de lhes pagar; quando resistiam, deslocava-os acorrentados, como escravos; para além de tudo isto, o imposto de cubata era cobrado arbitrariamente. No recém criado *Jornal de Angola*, dirigido por António Videira, a campanha veio a adquirir foros de escândalo: “A nossa acção na Índia e na África, durante muito tempo, foi o roubo e a pirataria, sem freio e sem vergonha. Foi esse o traço de civilização que deixamos e cimentamos com milhares de vidas, naufrágios e assassinatos”. Ora, a moderna civilização de Angola não podia compadecer-se com factos como o de se ter contado com o

trabalho, mais ou menos forçado, de milhares de serviçais nos carregamentos das Campanhas do Sul, sem que nada lhe tivesse sido pago. Por isso, continuava o jornalista, “Hoje falta-nos a coragem e a valentia, que substituímos pela astúcia. Já não roubamos...Intrujamos! Somos vigaristas! Depois, queixem-se...”²⁶.

Cunha Leal teve nesta estadia em Angola um verdadeiro “baptismo de fogo”. Pouco lhe conhecemos das suas impressões sobre o que ia observando, a não ser pelas *Memórias*, escritas muitos anos depois²⁷. Parecia completamente mergulhado na acção – feita principalmente de missões de observação e de estudo – e no gozo de uma vida familiar que já dera os primeiros frutos. Dir-se-ia que lhe bastavam os sacrifícios e os desalentos, porque a obra era imensa e não havia que perder tempo, embora faltasse quase tudo o que era necessário para o estabelecimento de colonos e sobrasse um sem número de funcionários incompetentes, alguns quase analfabetos. As leis da República tinham mudado o sistema administrativo e regularizado o trabalho do indígena, conferindo-lhe “direitos bem superiores aos que se concedem aos amargurados trabalhadores das nossas aldeias”²⁸. Porém, as leis de Norton continuavam a “servir de joguete nas mãos hábeis de protectores d’ofício”. Os cargos de administradores de circunscrição continuavam a não ser atribuídos a elementos para isso habilitados e os oficiais do Exército, em vez de ocuparem os postos de defesa avançada, permaneciam comodamente nas secretarias a desempenhar o trabalho dos amanuenses. O programa de Angola era também um programa para Portugal: “Procure-se ocupar Angola retalhando-a em fazendas agrícolas onde se empreguem os milhares de colonos que todos os anos saem de Portugal. Criemos indústrias facilitando tudo o que for possível a quem quiser trabalhar”²⁹. Se a guerra lhe não tivesse desviado o rumo e o destino, talvez pudéssemos imaginar este engenheiro civil a progredir na carreira colonial, empenhado na criação de um

²⁶ Vide “Bordados de...Peniche, É indecoroso”, in *Jornal de Angola*, 19 de Junho de 1916

²⁷ Com o pseudónimo de Francisco Moreno com que assinava as crónicas n`*O Intransigente*, pudemos encontrar apenas dois artigos. Um na *Revista Colonial* (25 de Abril de 1916), intitulado “A ocupação de Angola e a sua administração – É preciso mudar de processos” e um outro no *Jornal de Angola* (12 de Junho de 1916), intitulado “Os Serviços de Fazenda nas circunscrições”

²⁸ Vide Francisco Moreno, “A ocupação de Angola e a sua administração”, *Revista Colonial*, cit.

²⁹ Idem, ibidem

“novo Brasil em África” e fazendo daquela uma outra pátria de que pudesse orgulhar-se depois de todas as lutas e sacrifícios.

2. De Angola para a Flandres

Na Europa, no entanto, os exércitos alemães moldavam a nova política dos povos, impelindo-os para inesperados arrojados. Portugal não escapou a essa fúria guerreira, muito por imposição da frágil burguesia colonial, aliada a um relativamente pesado funcionalismo com interesses instalados em África, que ardiam em fervores anti-teutónicos, especialmente em Angola e Moçambique. Pela primeira vez, Cunha Leal estava a afastar-se da família política onde tinha formado o seu carácter e ideologia e tornava-se um convicto *guerrista*, ao contrário do núcleo *machadista* que deixara em Lisboa. Lisboa permaneceu neutral e dividida sobre as vantagens dessa neutralidade por todo o ano de 1915. Quando Cunha Leal abordou Luanda, vindo do Congo, ninguém tinha coragem de defender outra solução que não fosse a da guerra. O problema punha-se antes em saber de que forma é que os angolanos se dispunham a pagar esse “tributo de sangue”.

Afastado da possibilidade de assegurar o cargo de nomeação definitiva de Director das Obras Públicas, em virtude não possuir ainda o tempo de tirocínio que a lei exigia, o jovem engenheiro tinha sido colocado em Outubro no quadro de estudos da colónia³⁰. Eram-lhe reconhecidos méritos, mas a lei era implacável. Nestas condições, aceitou outra missão, de novo ao Sul, com a finalidade de estudar no terreno as alternativas existentes para o lançamento do caminho de ferro da Húmbia ao Lubango. Em 31 de Março de 1916 foi nomeado engenheiro chefe dos estudos dos Caminhos de Ferro do Estado em Angola, em cuja

³⁰ Cf. *A Província*, 30 de Outubro de 1915

qualidade partiu, algum tempo depois, acompanhado da mulher e do filho³¹ para se instalar, por mais seis meses, numa “aconchegada casinha da Humbia”, de madeira, desmontável.

Trabalhos difíceis os da serra da Chela, mas muito urgentes. Atingindo o planalto, ficavam facilitadas as vias de penetração das tropas para a fronteira sul e abria-se o desejado contacto com a Rodésia, para além das condições indispensáveis à colonização do Sul. Desde 1905 que havia estudos, aprofundados em 1912. Porém, apresentavam-se soluções diferenciadas e falhava uma política clara de definição de objectivos, para além de complicados problemas técnicos. A Chela, com os seus 2350 metros de altitude, parecia um obstáculo intransponível³². A missão de Cunha Leal consistia em testar cada uma das soluções, de modo a iniciar-se a obra no mais curto espaço de tempo. As *forças vivas* da colónia exigiam mais celeridade no lançamento dos caminhos de ferro: em 1914, somente tinham sido abertos 14 Km de linha no Golungo Alto!³³ O trabalho decorreu a bom ritmo³⁴, apenas interrompido de tempos a tempos com as notícias da mobilização da colónia para a guerra na frente europeia.

Em Maio, Luanda revolvía-se com o fantasma da mobilização angolana para a França. António Videira lançara o *Jornal de Angola* com o qual os *guerristas* se propunham envergonhar os timoratos e indecisos. A tribuna provocara a ira dos seus adversários logo no primeiro dia: Videira era convidado para um duelo pelo capitão Brandão de Melo que se sentiu atingido pelas invectivas do jornalista³⁵. O mal estar entre civis e militares cavou-se profundamente por estes dias. O Ministro da Guerra tinha exigido a apresentação de todos os

³¹ O primeiro filho, José Francisco, fora registado em 21 de Março em Luanda, alguns dias depois da chegada de Cunha Leal da missão do Congo

³² Vide Eng. Joaquim Maria Valente, *Caminho de Ferro de Moçâmedes – Prolongamento pela portela do Cahungue*, 1915, Arquivo Histórico Ultramarino, sala 2, nº 3029

³³ Vide A Galvão, *Os caminhos de ferro em Angola em 1914, Relatório do Inspector das Obras Públicas*, Luanda, 1915

³⁴ Os trabalhos de estudo foram concluídos, tomada a decisão de ligar Lubango e Humbia e abertos concursos para a construção de troços de via férrea que partiam, simultaneamente, de um e outro local. Ganharam os concursos o português Venâncio Guimarães, associado a Francisco Alves, a um grego e a um italiano. Cf. *As Minhas Memórias*, op. cit., p.357

³⁵ No nº 1 do jornal (5 de Maio de 1916), António Videira escrevia “*Isto agora é cá nosso*”: Chamados aqueles que primeiro o deveriam ser, mexem-se como uma centopeia, tecem como uma aranha, e conseguem ficar por cá recusando à Pátria os sacrifícios que ela tem o direito de lhes exigir. E são fortes, esbeltos, sadios, oficiais de verdade... E nem à Junta vão!”

comissionados no Ultramar, exceptuando os estritamente necessários à obra administrativa e à defesa da colónia. Estranhamente, referia a imprensa, os *interesses de serviço* multiplicaram-se e a ordem do ministro caía depressa em saco roto.

De tempos a tempos, os *guerristas* anunciavam com pompa e circunstância os actos de mobilização voluntária. Em 5 de Junho, o *Jornal de Luanda* destacava o caso de Cunha Leal em *Um e...?!:* “Cunha Leal telegrafou de Moçâmedes ao governo, pedindo autorização para seguir para Lisboa em cumprimento de ordem telegráfica de ali vinda que mandava recolher à Metrópole todos os oficiais que não estivessem em condições militares. Ele não teve dúvidas. Oxalá o seu exemplo frutifique e sirva de início a uma melhor orientação de todos”.

Efectivamente, Cunha Leal tinha sido convocado por telegrama de 21 de Maio da Inspecção de Obras Públicas para se apresentar em Luanda e seguir para a Metrópole. Miranda Guedes, o seu chefe directo no terreno, conseguiu obter a anulação da determinação junto do Governador Massano de Amorim, alegando “alto interesse e crédito nacionais” da missão que o jovem engenheiro desempenhava na Chela, coisa que o próprio Governador pôde comprovar em deslocação que fez à zona das obras durante este período. Contudo, Cunha Leal já se havia deslocado, entretanto, a Moçâmedes, donde fez seguir telegrama solicitando a sua mobilização para a guerra. O impasse manteve-se até 25 de Setembro, data em que recebeu ordem de regresso à Metrópole, conforme pedido seu³⁶.

Aportou a Lisboa, acompanhado pela família, em Novembro de 1916, dois meses antes dos primeiros embarques para a Flandres. A capital era uma cidade alvoroçada com os preparativos para a guerra, mas também muito dividida, como refere o recém-chegado colonial: “Deparei com um ambiente deploravelmente derrotista na capital do país. (...) A ideia da comparticipação do nosso Exército nos campos de batalha do Velho Continente ocasionara entre os portugueses um fenómeno de profundo divisionismo”³⁷. O “milagre de

³⁶ Nessa data foi dissolvida a Brigada de Estudos e Construção, com público reconhecimento pelo desempenho das “comissões de serviço que lhe foram cometidas, e designadamente no estudo e traçado da grande e difícil Variante da Humba ao Doenangongo, pelo Tolundo...”, Cf. FPCL, op.cit., p. 362

³⁷ Vide FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. II, p. 23

Tancos” tinha ocorrido sob a mobilização forçada das classes de licenciados que um decreto governamental de 20 de Março de 1916 tinha colocado debaixo da alçada do Ministro da Guerra Norton de Matos e do comando do general Tamagnini Barbosa. A parada das tropas de Montalvo, evidenciando a vontade férrea do ex-Governador de Angola ao preparar em tempo *record* o Corpo Expedicionário Português, não conseguiu esconder a forte oposição social e política à participação de Portugal na frente europeia. Em primeiro lugar, porque escondia debilidades de formação militar específica assustadoras. Portugal não participava num conflito europeu há cem anos e eram conhecidas as fragilidades do país em matéria de domínio das novas técnicas militares e dos novos armamentos, filhos da última fase de industrialização das grandes potências. O tempo de preparação foi muito curto, remetendo fases importantes da instrução para o próprio cenário de guerra. Um *guerrista* convicto como o alferes Américo Olavo, no intuito de exaltar o cunho patriótico do soldado português e a gesta heróica da República, não deixou de falar claro sobre as deficiências da preparação do CEP. Em Avroult, já muito próximo das linhas da frente do sector português, o pouco tempo reservado à instrução era mesmo assim prejudicado pela inexistência completa de instalações no campo de instrução. Depois de instalar o posto, os seus soldados “iam utilizar pela primeira vez a granada de mão, a granada de espingarda, a espingarda-metralhadora, processos de combate de que se não tinham servido ainda”. Nesta situação apressada, foram-lhe entregues 24 granadas de mão para instruir cerca de mil homens!³⁸ Talvez não fosse pois de estranhar a fuga de muitos jovens à mobilização, ou mesmo a recusa de embarque que

³⁸ Vide Américo Olavo, *Na Grande Guerra*, Guimarães e Comp., Lisboa, 1919, p.51. O memorialismo de guerra – mesmo os relatórios dos comandos militares – são unânimes na denúncia desta impreparação do CEP para a situação de guerra que se vivia na frente europeia. A falta de meios era também aflitiva, como denuncia António Granjo, um deputado-soldado que decidiu abandonar o Parlamento pela frente. Em *A Grande Aventura*, (p. 21) afirma: “O transporte em que meteram o meu batalhão havia sido antes utilizado na condução de gado da Austrália para a Inglaterra. (...)” E a páginas 25: “Tratam-nos como tratariam cavalos. Desde que saímos de Lisboa que não comemos senão batatas. A carne é podre, o bacalhau é intragável, o vinho é uma mixórdia ignóbil”

ensombrou toda a operação de transporte dos efectivos, realizada a partir de Janeiro de 1917³⁹.

Cunha Leal tinha muitas dificuldades em compreender os que mobilizavam “a cobardia nacional” contra a intervenção na Flandres, muito embora reconhecesse as “notórias deficiências do aparelho militar”. Forjara a sua simpatia intervencionista em contacto com a realidade angolana e com o “perigo teutónico” que vira assomar no sul daquela colónia. Parecia-lhe insofismável a necessidade de uma intervenção ao lado dos Aliados, pois só desse modo Portugal estaria em condições de poder sentar-se “à mesa da futura Conferência de Paz por direito próprio e exibindo nessa conjuntura uma colectânea de serviços à causa comum que lhe facultasse legítima audiência na defesa dos seus interesses privativos...”⁴⁰.

Desde Março que o governo de *União Sagrada* aplanava afanosamente o terreno político para fazer do intervencionismo um grande momento de afirmação nacional do novo regime⁴¹. Isolado na primeira fase da República, combatido no Parlamento e na rua, o *afonsismo* lograra cativar para a intervenção militar os evolucionistas de António José de Almeida que, desde 1911, haviam ajudado a formar o bloco de oposição ao radicalismo do partido dominante. Mas, na verdade, a *união sagrada* nunca existiu, muito menos em torno da intervenção militar na frente europeia. Uma larga faixa da oficialidade, afecta politicamente aos meios mais conservadores, desconfiada da reforma republicana da “nação em armas” de 1911, tinha motivações fortes para se opor àquilo que considerava ser uma *Grande*

³⁹ As recusas começaram com o acantonamento em Tancos e continuaram durante a fase de embarque: do Bat. de Infantaria nº 7, de Leiria, do Bat. de Infantaria Nº 34, de Santarém. Cf. a este propósito o Relatório sobre o CEP, da autoria de Tamagnini de Abreu, AHM, 1ª Div., 35ª Secção, Cx. 1294

⁴⁰ FPCL, op. cit., p. 26. Embora ainda não fossem conhecidos em pormenor os acordos celebrados, em finais de 1913, entre a Alemanha e a Inglaterra sobre a situação colonial portuguesa, os contemporâneos tinham uma percepção dos tremendos interesses que se moviam na Europa da época e de quanto era necessário que as pequenas nacionalidades se preparassem para ganhar um lugar no pós-guerra

⁴¹ Autores como Nuno Severiano Teixeira, acentuam o factor interno no conjunto das motivações que levaram à intervenção na guerra. Para este autor, a designada “tese colonial”, o “perigo espanhol”, ou mesmo a legitimação externa da República, são factores objectivos, transversais na sociedade portuguesa, mas insuficientes para explicar o empenhamento guerrista e exaltado dos *afonsistas*. Teria sido então a necessidade de consolidar a hegemonia do Partido Democrático e de aplanar as grandes divisões políticas entre republicanos que levaram Afonso Costa a plantar-se em Londres, em Junho/Julho de 1916, e a afirmar a João Chagas que não arredaria pé “um mês, dois, três”, até que Londres se decidisse a apoiar a intervenção portuguesa com dinheiro e meios técnicos. Vide a este propósito Nuno Severiano Teixeira, “Porque foi Portugal para a Guerra?”, in *História*, Ano XVI (Nova Série), nº 2, Novembro de 1994.

*Aventura*⁴². Comparado com esta resistência, o germanofilismo de um António Sardinha era apenas uma gota de água na maré da contestação à intervenção na frente europeia. No anti-intervencionismo alinhavam os aristocratas *unionistas* de Camacho, empenhados na manutenção da neutralidade colaborante da primeira fase – o menos colaborante possível, diga-se em abono da verdade –, e confiantes na habilidade diplomática de Sidónio Pais, o seu “agente” em Berlim⁴³.

Ao povo das grandes cidades, tinham-lhe bastado as subidas fabulosas dos preços e as faltas de bens de primeira necessidade para tomar partido pelo não-intervencionismo.

Porém, talvez ainda mais preocupante para o governo, era a acção dissolvente dos seus inimigos políticos – aqueles que sob a bandeira do pacifismo, da luta contra a carestia ou da denúncia da falta de meios para fazer a guerra –, se uniam para combater o predomínio do *afonsismo* e do Partido Democrático. Entre os mais aguerridos, para além dos monárquicos e dos *unionistas*, estavam os “reformadores” de Machado Santos, o “eterno herói da Rotunda”. Em plena campanha de mobilização, ousaram levantar Infantaria 15 de Tomar e avançar, em nome de um falso governo chefiado pelo próprio Machado Santos, até Abrantes, acercando-se de Tancos. Cunha Leal tinha sido convidado para participar nessa aventura e chegou a ser incomodado pela polícia, como nos conta nas *Memórias*⁴⁴. Censurou-lhe a inoportunidade e a cobardia da maioria dos intervenientes. Além disso, acima dos interesses pessoais colocara os da pátria, deixando Angola para se alistar para a frente, pelo que não fazia qualquer sentido aquela guerrilha *anti-afonsista* em contexto tão difícil para o país.

Abandonou Lisboa por 23 de Abril de 1917, quando o primeiro Inverno de trincheiras já tinha imolado as suas vítimas e na capital se faziam sentir as maiores dificuldades nos

⁴² Na memória fresca de muitos estava a forma desastrosa como foram preparadas as Campanhas ao Sul de Angola, em especial a de Alves Roçadas. Cf. a este propósito Gomes da Costa, *A Guerra nas Colónias*, Portugal-Brasil, Socied. Editora, Lisboa, 1925

⁴³ Toda a acção de Sidónio Pais em Berlim foi no sentido de manter a neutralidade *à outrance*. A Alemanha era o segundo parceiro comercial de Portugal – com uma balança comercial mais equilibrada que a que mantinha com a Inglaterra –, e, por isso, o Ministro em Berlim afirmava: “A guerra é uma questão absorvente para os povos beligerantes, porque é o presente, mas para quem não tiver de intervir, o *au delà* da guerra é talvez mais interessante ainda, porque é o futuro” Cf. Luís Farinha, *Sidónio Pais, Embaixador em Berlim*, op. cit., p. 41

⁴⁴ FPCL, op. cit., p. 35

abastecimentos. O filho, com um ano apenas, adoecera gravemente. Partia para a frente com o coração nas mãos, embora confiante no apoio que a jovem família poderia obter no aconchego serrano do Alcaide. Procurara ainda arrastar um pouco mais a sua estadia em Portugal por esse motivo, mas sem êxito⁴⁵. Atravessou de comboio a grande meseta, à civil e munido de um passaporte de turista, a Espanha neutral assim o exigia. De Hendaye em diante abria-se-lhe um mundo novo: as “aldeias com ar de compostura e arranjo” iam “insinuando a noção prática da civilização que resulta essencialmente da conjugação de três variáveis: tecnicidade, organização adequada e disciplina material e espiritual”⁴⁶. Depois Paris, que conhecia dos livros, dos mitos e dos sonhos com “...o seu cabedal de recordações históricas privativas, de que é paradigma a *Grande Revolução Francesa*, a sempiterna vibração do seu espírito de justiça contra as perversões do reaccionarismo, como no caso Dreyfus, a altitude dos grandes poetas, prosadores e pensadores, (...) o fervor dum sentimento democrático apostado em aperfeiçoar, gradual e progressivamente, a justiça social”⁴⁷. Peregrinou, pela primeira vez, pelos sítios de eleição daquela capital da Europa e do mundo civilizado antes de se dirigir a Brest. Aí, foi-lhe destinada a missão de Adjunto do Comando de Engenharia da 2ª Divisão, em Roquetoire, com a função de instruir os expedicionários que iam chegando em matéria de construção e reparação de trincheiras, segundo “os manuais britânicos”⁴⁸. Nessa condição estacionou em Fauquembergues e Audincton, onde companhias de Sapadores Mineiros e de outras armas recebiam, apressadamente, as últimas instruções com que haviam de reparar os *parapeitos* e os *abrigos* diariamente fustigados e destruídos. Permaneceu na rectaguarda das linhas da frente que precediam a *Terra de Ninguém*, mas acercou-se o suficiente para perceber o desdém com que os *cachapins*, instalados nos quartéis gerais, eram tidos pela “malta das

⁴⁵ A Nota nº 3736, do Chefe do Estado Maior, datada de 15 de Março de 1917, autorizava a transferência de Cunha Leal do Regimento de Sapadores Mineiros para o de Sapadores de Caminhos de Ferro, o que lhe agradava por dois motivos: por lhe agradar mais essa especialidade e por poder permanecer um pouco mais no país, até à convalescença de José Francisco. No entanto, dias depois, a 24 de Março, a Nota nº 4240, com a mesma origem, recolocava-o de novo em Sapadores Mineiros, situação em que prestará serviço na frente. AHM, Processo 1580

⁴⁶ FPCL, op. cit., p. 44

⁴⁷ Idem, p. 45

⁴⁸ Em 10 de Junho de 1917, o tenente Cunha Leal foi nomeado Adjunto da Repartição de Engenharia da 2ª Divisão. AHM, Processo 1580

trinchas”. Fez missões de inspecção às linhas da frente, a Laventie, onde estavam instaladas as Companhias de Sapadores Mineiros⁴⁹. Conheceu os *martelamentos* diários das metralhadoras e dos morteiros com que eram massacrados os “ratos das trinchas” e as poucas mulheres que insistiam em esperar nas suas *fermes* arruinadas ou nos *estaminets* de borda de estrada o regresso dos filhos e dos maridos. Visitou os antros da descrença e do desalento onde o desmoralizado soldado português alimentava o espírito com o rezar do terço ou com os lamentos saudosos de um “fado do cavanço”⁵⁰. Em Outubro gozou a primeira licença de campanha, com a declaração de que o faria em Portugal. Regressou um dia depois da data fixada, em 3 de Novembro, devido à greve ferroviária espanhola. O Inverno flamengo enchia as trincheiras de lamas e tornava os drenos impotentes para conterem as inundações gerais da frente portuguesa, estrangulada pelos canais de La Bassée e do Lys. Nestas condições, nem a casa apalaçada de La Gorgue, onde estacionava a oficialidade de engenharia, podia esconder o estado de desânimo que se tinha apossado das tropas portuguesas. Os *deputados-soldados*, voluntários na guerra, tinham decidido apresentar um dossier e reunido em La Gorgue com a finalidade de dar a conhecer a situação e exigir providências⁵¹. No entanto, por esta altura, pouco eco poderiam obter em Portugal, onde os anti-intervencionistas, com Sidónio no comando, teriam de futuro uma palavra decisiva na condução do esforço de guerra.

Em meados de Fevereiro de 1918, Cunha Leal já então capitão⁵², rumou de novo a Portugal em licença de campanha, por 53 dias. À monotonia do Inverno flamengo, sucedia-se aos seus olhos, em Lisboa, a luta fraticida do faccionalismo republicano que o projecto sidonista procurava agregar numa união contra-natura. O seu amigo Machado Santos tinha

⁴⁹ Por ordem do Comando de Engenharia, partiu em missão de inspecção para a *linha* em 24 de Julho, estando de regresso em 28 do mesmo mês. AHM, Processo 1580

⁵⁰ Um dia, conta-nos Cunha Leal, apanhou três soldados a desfiar “essa cantilena deprimente” do “fado do cavanço”, numa altura em que o triste Inverno avançava pelas planícies geladas da Flandres. Não teve coragem para intervir, porque aquelas “quadras revoltantes” eram o “refúgio da amargura” imensa daqueles homens, abandonados, sujeitos à penúria das reservas, sem esperança de que um *roulement* justo os afastasse daquele cemitério de ruínas. Transcreve para as Memórias uma dessas quadras: “Nesta vida de cavanço/ A cavar, como se vê,/ Se os boches dão um avanço,/ Cava todo o CEP.”, op. cit., p. 58

⁵¹ Idem, p. 60

⁵² Foi promovido a capitão por Decreto de 19 de Dezembro de 1917, inserto na OE nº 18, 2ª série, de 20 de Dezembro, contando o tempo desde dia 1 desse mês

dificuldade em aguentar-se no governo como Ministro do Interior porque eram reformistas, mas ainda republicanas as medidas que, desde 1911, preconizava para o tempero do regime que ajudara a instaurar. Sidónio queria mais – um plebiscito presidencialista que o conduzisse à testa de todas as decisões.

Lisboa era, nessa época, demasiado atraente para que o jovem capitão se não tivesse deixado deslumbrar pelas proximidades do poder. Em 7 de Março, Machado Santos passara à pasta das Subsistências, como Secretário de Estado dos Transportes e Abastecimentos e precisava de pessoas de confiança na área dos transportes e aprovisionamentos. Cunha Leal acedeu às instâncias do novo ministro⁵³ e, em poucos dias, tinha delineado em projecto as duas novas direcções de Transportes, Marítimos e Terrestres. De longe, assistiria, sem vislumbres de espanto, ao mais que esperado desastre de 9 de Abril, em La Lys.

⁵³ A primeira tentativa de prolongamento da estadia de 53 dias, foi indeferida pelo Chefe do Estado Maior. Cunha Leal tinha solicitado esse prolongamento com o argumento de que teria sido mobilizado com antecipação em relação ao que lhe era devido. Em 20 de Fevereiro, foi-lhe respondido que as licenças de campanha apenas podiam ser concedidas depois de estadias em campanha, não podendo admitir-se a concessão de duas licenças seguidas. Foi necessária a intervenção de Machado Santos para que Cunha Leal pudesse libertar-se das obrigações militares. AHM, Processo 1580. Em 31 de Março, foi abatido ao efectivo do CEP, por OS do QG 2, nº 50. AHM, CEP, 1ª Div., 35ª Secção, Cx. 599, Registo de alteração de oficiais

II PARTE – A MATURIDADE INTERROMPIDA

CAPÍTULO IV – NO PARLAMENTO SIDONISTA (1918-1919)

1. No advento do novo “Messias”

Depois de dois anos e mais passados no sertão angolano (interrompidos abruptamente pela mobilização para a guerra e uma apressada passagem pela metrópole) e quase um ano na frente de combate europeia, Cunha Leal desembarcou em Lisboa, no início de Fevereiro de 1918 para gozar uma “licença de campanha” de 53 dias¹. Há quatro anos, tinha deixado os seus amigos e camaradas *machadistas* profundamente empenhados numa “alternativa” ao *afonsismo* e na defesa de uma reforma, que consideravam inadiável, do sistema político, parlamentar e partidário. Muitos desses amigos, e em especial Machado Santos, ocupavam agora assentos na ribalta política: tinham apoiado o *Dezembrismo* de armas na mão, tinham assinado as proclamações da Junta Revolucionária, eram secretários de estado de Sidónio Pais... Para estes *centristas*, a reforma do regime e dos partidos políticos por que se tinham batido na tribuna d’*O Intransigente* (e de armas na mão no levantamento militar de Tomar de 13 de Dezembro de 1916²), ganhava uma nova oportunidade. Muitos dos homens que consideravam responsáveis pelo descalabro da República estavam encarcerados, ou tinham sido afastados: Afonso Costa permanecia preso no Forte da Graça, em Elvas, Bernardino Machado marchava para o exílio e Teixeira Gomes, Ministro em Londres, havia de ficar detido, durante dias, no Avenida Palace, em Lisboa. O Parlamento fora dissolvido no dia 9 de Dezembro pela Junta de Salvação

¹ A licença de campanha tinha início em 2 de Fevereiro de 1918 e terminaria em 26 de Março. AHM, Processo individual de Cunha Leal, nº 1580

² Chefiado por Machado Santos, o golpe foi sustentado militarmente por tropas de Tomar, numa altura em que se apressava a preparação do CEP. Na política interna, os *machadistas* opunham-se ao *guerrismo* de Afonso Costa e fincavam aí a sua oportunidade de ascensão aos corredores do poder político

Nacional; previam-se eleições para um novo Congresso com poderes constituintes. No programa publicado no Diário do Governo (16 de Dezembro de 1917), o novo Ditador salientava a necessidade de “dar estabilidade e prestígio à República e engrandecer e honrar o País”. O primeiro governo, formado a 11 de Dezembro por *unionistas* e *centristas*, iniciou de imediato uma obra vasta no campo legislativo, enquanto o Ditador avançava para o Norte e para o Sul, em viagens de consagração apoteótica de condutor da *República Nova*. Entre banhos de multidão (em Braga, no Porto, em Faro), o novo chefe cavalgava na onda de descontentamento provocada pela guerra e pela fome e apresentava-se como o inimigo da demagogia e o combatente da ordem e da liberdade. “Na sua visita à Bolsa (do Porto) – afirmava o cronista daquelas horas de júbilo³ - a manifestação foi colossal; o alto comércio aproximava-se; Sidónio captava-o com a sua maneira diplomática; a imprensa saudava-o calorosamente e, apesar da chuva, o povo não o deixava, estrepitava em aplausos”. Nos hospitais, prestando assistência aos doentes de tifo ou nas prisões, soltando em gestos magnânimos os presos políticos que o seu próprio regime já fizera, Sidónio mostrava como queria governar: à maneira de um rei⁴ – o Presidente-Rei, como mais tarde se lhe referirá em poema Fernando Pessoa. A situação de excepção favorecia a dramatização política, na base dos valores patrióticos e Sidónio encarnava de forma carismática o retorno dos valores tradicionais da ordem, da família, do país rural e da religião⁵.

Lisboa era pois um local atraente – mesmo irresistível – para o jovem Cunha Leal, regressado recentemente do *front* e aureolado pela tríplice condição do soldado a quem a nação devia o tributo de sangue, (ainda para mais num país onde a guerra estava a ser um desígnio incompreendido e o soldado um herói-vítima dos *políticos*), do

³ Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, p. 99

⁴ Na sua visita ao Norte, visitando a mãe, Rocha Martins anotou os comentários de circunstância dos visitados: “É como o rei! É como o Rei!”, op. cit., p. 101

colonialista em serviço de desbravamento pelos sertões angolanos e a não menos importante experiência política do jornalista e do tribuno, cultivada no reduto *machadista* do Centro Reformista, fundado em 1914 em torno d' *O Intransigente*. O sidonismo parecia carregar no bojo um monte de promessas frutuosas. Trazia, pelo menos, a tão ansiada mudança. É certo que ela viera carregada de promessas, mas também de ameaças – a par dos republicanos, a República Nova aninhava no seu cesto ovos de todas as matizes, sem cuidar de saber que “pintões” lhe sairiam depois do choco. No entanto, para os *reformistas* não estava aí o sinal de uma República adulta, capaz de integrar no seu seio os inimigos de ontem – os monárquicos, os integralistas, os saudosistas? Não era também bom sinal essa reconciliação do povo com a República, ele que se afastara pelo indiferentismo e pela abstenção e se desencantara com os seus líderes? A mudança tinha vindo pela mão do desejado Messias, - um novo Napoleão redentor - tão certo era que a “viciação do processo eleitoral” e o déficit democrático e de representação tinham conduzido o país a uma situação de invariabilidade do poder político e a uma impossibilidade de alternância a que só os militares pareciam poder pôr cobro. Não era também verdade que Sidónio multiplicava os seus propósitos regeneradores e convicções republicanas? Para mais, não se rodeara ele de alguns dos “injustiçados” heróis da República, como José Carlos da Maia e Machado Santos?

Não terá sido, portanto, “por mera obra do irónico Acaso” que Cunha Leal transpôs “as portadas do Sidonismo”, como refere nas *Memórias*.⁶ Eram poucas as *competências* no campo *dezembrista* e, por Janeiro de 1918, estreitara-se perigosamente o campo de apoio político ao Sidonismo nascente com o afastamento, (a princípio

⁵ Vide a este propósito António José Telo, “Compreender Sidónio”, in *História* (Nova Série), nº9, Dez. de 1998

⁶ Essa é, no entanto, a explicação que dá, acrescentando que levou para o Sidonismo “...vicante ousadia, o meu intangível espírito de observação e a minha inquebrantável independência. Era amigo fraternal de Machado Santos, mas ninguém – a começar por ele próprio – me poderia considerar seu sequaz, embora sem quebra da mais perfeita lealdade” in *As Minhas Memórias*, vol. II, p. 72

moderado e depois contundente e definitivo), dos *unionistas* de Brito Camacho que saíram do governo no início de Março⁷. Separava-os do Ditador o cerceamento das liberdades, o desrespeito pelas normas constitucionais em vigor e a pretensão de Sidónio de integração do partido unionista numa Conjunção Republicana de apoio ao Ditador e à sua política anti-parlamentar e presidencialista⁸. Com o afastamento dos *unionistas*, a formação do Partido Nacional Republicano, de apoio à situação revolucionária, contava com os companheiros de armas de Sidónio ,que apoiavam a sua autoridade sem limites – os conhecidos “cadetes de Sidónio”, cujo órgão de imprensa era o jornal *A Situação*⁹ e com os *centristas* de Egas Moniz que se faziam ouvir através do *Jornal da Tarde*¹⁰. Um pouco à margem duma e outra tendência, estava Machado Santos, aliando a si alguns dos revolucionários mais irrequietos.

Chegado a Lisboa no início de Fevereiro, Cunha Leal iria assistir à intensa discussão entre *unionistas*, *sidonistas* e *centristas* (com eco nos monárquicos que se sentiam cada vez mais dentro da Situação, em especial depois da viagem do Ditador ao Norte¹¹) sobre a legitimidade de uma política de ditadura revolucionária e sobre os caminhos a seguir para instaurar a *República Nova*. Neste âmbito, os jovens sidonistas apostavam na consagração do poder pessoal do Ditador, sem pruridos de legitimidade

⁷ Em 7 de Março, o Ministro da Justiça Alberto de Moura Pinto, autor da revisão da Lei da Separação, foi substituído por Alberto Osório de Castro

⁸ No 3º Congresso unionista (8 de Abril de 1918), os líderes justificaram o apoio à conspiração de 1917 e o seu afastamento depois da perversão dos objectivos pela situação. Vide jornal *A Luta* de 8 e 9 de Abril

⁹ O jornal *A Situação* era dirigido por Jorge Botelho Moniz, um dos “cadetes de Sidónio”, e apareceu em Lisboa a 4 de Abril de 1918

¹⁰ *O Jornal da Tarde*, dirigido por Egas Moniz, começou a publicar-se em Lisboa a 6 de Fevereiro de 1918

¹¹ No jornal *A Monarquia*, dirigido pelo integralista António Sardinha, os monárquicos tradicionalistas justificavam a sua tática de adesão ao Sidonismo, num artigo de Cândido Beirão intitulado *Democracia, não!* (*A Monarquia*, 25 de Janeiro de 1918): “A República Nova, como S. Exa. às vezes diz, é uma república tudo quanto há de menos republicana. E nisso é que está a sua virtude, nisso é que está o seu prestígio, nisso é que está a sua força. É uma República, mas não é uma Democracia”. E as justificações estavam em que Sidónio era um chefe de estado investido de poder pessoal, que governava sem peias constitucionais, que tinha o apoio da nação porque “navegava fora dos partidos” (= ao rei) e, por isso, tinha podido depor o Presidente da República e dissolvido o Parlamento. Por seu lado, os monárquicos constitucionalistas tinham defendido, logo no Parque Eduardo VII, uma ditadura que “pusesse a casa em ordem” e um governo nacional, de preferência militar. As eleições eram um obstáculo aos seus intentos a

constitucional. Na base dos valores nacionalistas e patrióticos defendiam um partido único¹², um presidente com poderes latos e um parlamento que não interferisse na esfera do governo. Já o campo centrista tinha preocupações de legitimidade constitucional. O *Jornal da Tarde* e o Partido Centrista constituíram-se justamente para dar voz a um grupo de notáveis que pretendia combater o “domínio dos demagógicos” (partidos republicanos históricos), defendendo uma política tolerante de atracção das *competências* que estagiavam fora dos partidos tradicionais. Egas Moniz, seu líder inquestionado, retomava muitos dos argumentos que defendera nas Constituintes em matéria constitucional. Para atalhar os efeitos da eternização de uma situação revolucionária, defendia um programa de transição assente em quatro pontos: alteração da Constituição, de forma provisória, em primeiro lugar; depois a eleição presidencial por sufrágio directo; em terceiro lugar, a eleição do Congresso com poderes constituintes; por último, a definição, pelo órgão eleito, do regime que preferia – parlamentar ou presidencialista¹³. Os *centristas*, pela voz de Egas Moniz, apresentavam ainda a sua própria visão do problema. Só poderiam conceber-se duas soluções: ou a reforma da Constituição, com introdução do poder de dissolução das Câmaras pelo Presidente da República, ou a elaboração de uma nova Constituição que consignasse uma República presidencialista, com um Parlamento independente e em que o governo, dependente do PR, não tivesse que ir diariamente prestar contas ao Congresso.

O debate sobre o modelo constitucional e o processo de transição, com destaque para a nova lei eleitoral que se anunciava portadora do sufrágio universal, estava portanto no auge nesse Inverno trágico de 1918 pelo efeito das pandemias, da fome e da

que, no entanto, preferiram concorrer para não perder o comboio. Vide a este propósito o jornal *O Dia*, e em particular o artigo “Abra-se o Congresso!” de 27 de Maio de 1918

¹² Em 26 de Abril, nas vésperas das eleições, *A Situação* dava ênfase a uma consideração de Bazílio Teles, legitimadora da ausência dos partidos republicanos históricos: “Se este 5 de Dezembro não tiver a virtude fácil, a força necessária para passar uma tábua rasa sobre os três partidos do 5 de Outubro, não valia a pena tê-lo feito. Volta tudo à mesma. Fica tudo como dantes”

¹³ Cif. *Jornal da Tarde*, 7 de Fevereiro de 1918

guerra. Francisco Cunha Leal procurou alongar a sua licença de campanha em Portugal, por recurso que dirigiu em 13 de Fevereiro ao Ministro da Guerra¹⁴. O “roulement” era, na altura, uma questão polémica que a oposição manejava como arma de arremesso contra a Situação. O parecer do Chefe do Estado Maior do Q.G. do CEP foi desfavorável ao pedido de Cunha Leal. Em primeiro lugar, porque o requerente não se tinha apresentado no Quartel General, “o que era uma falta” e depois porque as licenças pressupunham sempre a antecedência de um determinado tempo de campanha, não estando previsto a concessão de duas licenças seguidas. Isso não impediu, no entanto, que o capitão Cunha Leal se associasse ao debate político em curso.

2. Por um Parlamento que legisle e um Presidente da República que chefie

Em 17 de Fevereiro, foi apresentado como conferencista por Vasconcelos e Sá, no Centro Reformista, perante um auditório “numeroso e selecto”, como “um homem novo e de alto valor intelectual”, a imagem perfeita do combatente e “político moderno” com que se queria construir a *República Nova*¹⁵. O partido – dizia-se ainda na apresentação do ciclo de conferências dos dias mais próximos – apenas “desejava fortalecer-se para bem da República e da Pátria, como força de competências, manifestando a sua utilidade orientadora...”. Cunha Leal cumpria as condições exigidas por aquele partido de notáveis: “homem culto, soldado brioso, vindo da África onde desempenhou com a maior das competências de técnico lugares públicos da sua especialidade”. Eram então escassos os obreiros da *República Nova* com o currículo do recém-chegado capitão. Para mais, o seu passado de intrépido combatente dos primeiros

¹⁴ No requerimento alegava o facto de ter antecipado voluntariamente a sua ida para França, pedindo para ser integrado no Batalhão de Sapadores de Caminho de Ferro que estava em fase de embarque na altura do seu requerimento. AHM, Processo Individual nº 1580

anos da República na tribuna d' *O Intransigente* catalogara-o como um audacioso publicista que, ainda muito jovem, ousava desafiar os monopólios intelectualistas de “registo exclusivo” dos republicanos históricos.

A conferência intitulou-se “ A guerra e a sua influência nas concepções políticas actuais”. No essencial, retomava a mesma linha de ideias que presidira à publicação de um conjunto de oito artigos publicados n' *O Intransigente*, sob o título genérico de *O Problema Nacional* (Março de 1914) e de um outro bloco de artigos, publicados no mesmo jornal e intitulados *A República em face do problema nacional* (Junho de 1913)¹⁶. A esse quadro descrito de crise do individualismo liberal, juntara-se a “catástrofe colossal da guerra” que viera baralhar os sistemas políticos europeus. Os tempos mais próximos seriam ainda mais difíceis, previa Cunha Leal. A desmobilização traria para a ribalta das sociedades milhares de homens levados aos maiores desvarios pelo contraste brutal entre “os que sofreram horrores na frente de batalha, derramando um sangue generoso e os vampiros que, à retaguarda, organizaram fortunas fabulosas”. Os conflitos e a luta de classes seriam mais vivos que nunca. As alterações sociais tinham sido profundas: a mulher “tinha invadido todas as situações” por essa Europa fora. Em Portugal, as instituições não tinham acompanhado as profundas alterações económico-sociais aceleradas pela Revolução do 5 de Outubro. A guerra, com o seu cortejo de ruínas, apenas tornaria mais evidente essa inadequação das instituições políticas parlamentares e da administração à nova situação. O exemplo da Rússia era “prodigiosamente ilustrativo: instituições que pareciam desafiar os séculos, caíam miseravelmente para dar lugar ao espectáculo tristíssimo de uma multidão esfaimada que se entredevora”. Era certo que os sucessivos apelos de Lenine e Trotsky para que os povos secundassem a “revolução à russa” não tinham produzido efeitos e, tudo

¹⁵ A notável conferência do Sr. Capitão Cunha Leal foi publicada no *Jornal da Tarde* de 18 de Fevereiro de 1918

levava a crer que não teriam resultados no futuro. No entanto, os sinais da crise do democratismo e do avanço dos autoritarismos eram evidentes em toda a Europa, como se as sociedades precisassem, nesta nova fase, de uma orientação clara e de uma autoridade forte.

Para penetrar nos desígnios nacionais, Cunha Leal põe em confronto aquilo que considera dois modelos distintos de organização económica e política da Europa, ainda por cima em confronto aberto: a França e a Alemanha. Avisou, logo de início, que não era o “tipo de português made in german” para que daí não resultassem quaisquer dúvidas sobre a sua visceral antipatia pelo *boche*¹⁷. Na França, a grande herdeira da revolução de 1789, a democracia evoluía com a soberania nacional delegada em parlamentos que eram “legislativos de direito e executivos de facto”. O Presidente da República tinha poderes muito limitados e o governo permanecia de mãos atadas. Esta “ditadura do parlamento” tinha impedido a aceleração da produção, paralizada por monumentais conflitos de classes e a dispersão de forças que tinha impedido a vitória militar dos franceses. A Alemanha, pelo contrário, era dominada por um chefe e por uma elite de intelectuais, políticos e capitães da indústria que nunca tinham permitido a anarquia política e social. O Parlamento não entravava a acção governativa e a disciplina social tinha permitido a melhoria das condições de vida do operariado alemão, sem recurso à greve. O burguês-capitão da indústria alemã tinha realizado o milagre teutónico: uma industrialização em tempo record e uma convivência social sem embates políticos.

¹⁶ Vide a este propósito o capítulo II

¹⁷ Na conferência que vimos seguindo, afirma a determinada altura: “Tive ocasião, deambulando pelo sul de Angola, pelas ásperas serranias da Chela, de encontrar a estaca de estudos de caminhos de ferro com que o *boche* assinalara por ali a sua passagem. Aquilo eram as primeiras marcas de posse do alemão. Sofri com a cobarde cilada de Cuangar e com o desastre de Naulila. E compreendi que, acima das razões gerais do meu ódio, havia entre mim e o *boche* a barreira insuperável dos seus apetites”

Que poderia extrair-se do exposto para o caso português? O conferencista avisava que, perante as nossas condições sociais e culturais, não seria possível pensar num mimetismo do caso alemão: “O autocratismo que tão bem provou na Alemanha, traria no nosso país, como resultado o nepotismo, a tirania e a desordem”. No entanto, muito se poderia concluir da comparação que fizera. Aos “100 anos de chicana e intriga” parlamentar era preciso fazer suceder um Parlamento dignificado, circunscrevendo-lhe a acção ao campo legislativo. Ao mesmo tempo preconizava a modernização da instituição, através da introdução na Constituição do princípio da representação das classes e dos estabelecimentos científicos. A nova harmonia de poderes seria conseguida pela existência de um Presidente da República com poderes de chefia e de um governo capaz de imprimir ordem e desenvolvimento, única forma de combater o “operário revolucionário e o burguês poltrão”, fontes de uma muito possível bolchevização. Era, portanto, necessário tirar lições da guerra e “atalhar as agitações internas”. Esse era o papel do político : “...um ser vivo, capaz de saber palpitar o meio social à procura da corrente que melhor interprete os interesses nacionais, e voltando atrás, a arrepiar caminho, se os acontecimentos lhe provam que não tem razão”. Cunha Leal sabia que se lhe deparava um momento único para contribuir para a regeneração do sistema. A República e os republicanos tinham sido alertados por esse cataclismo brusco do *Dezembrismo* para a necessidade de aproveitar a oportunidade de resolver o imobilismo gradualista dos *evolucionistas* e o revolucionarismo perpétuo dos *democráticos* por uma terceira via verdadeiramente reformista. Essa via podia então ser aberta por um governo forte “pelo seu saber e competência”, por um Parlamento que legislasse com eficácia e por um Presidente da República que chefiasse com autoridade, capacitado para dissolver as Câmaras, se a tanto se visse obrigado no garante normal do funcionamento das instituições. A conferência terminava por um claro apoio à solução

iniciada por Sidónio:” Já que a boa sorte fez, na charra da vida portuguesa, surgir um homem, procuremos todos facilitar-lhe a tarefa”.

Francisco Cunha Leal aderiu ao Partido Centrista em meados de Março.¹⁸ O novo partido tinha publicado o seu programa em 20 de Outubro de 1917, agregando um conjunto de personalidades dissidentes do Partido Evolucionista¹⁹. Movidos pelas consequências desastrosas da guerra, encaravam a necessidade de uma política patriótica e de salvação nacional, capaz de aninhar no novo partido “todos os homens de bem e de coração português”. A nova agremiação pretendia formar um “centro de atracção e convergência a dentro do regime” onde pudessem estagiar liberais, defensores da ordem, mas não conservadores políticos, já que se tornava necessária uma revisão constitucional que atribuísse ao Presidente da República a capacidade de dissolução do Congresso. Em matéria religiosa defendiam o reatamento das relações com o Vaticano na base de uma política concordatária e no domínio social uma valorização do trabalho nacional, com uma política de protecção ao operariado e uma tendencial orientação corporativa dos interesses sociais divergentes.

Seria mister saber se este parlamentarismo moderado pelo poder presidencial que garantisse a independência do governativo se conseguiria impor nas contingências temporais de um poder ditatorial que se afirmava sem programa²⁰, aberto aos apoios de todos os descontentes, fossem republicanos e parlamentaristas, fossem monárquicos e anti-parlamentaristas. O próprio Partido Centrista, crescia desmesuradamente por efeito

¹⁸ Cif. Notícia no *Jornal da Tarde* de 19 de Março de 1918

¹⁹ Egas Moniz refere personalidades como Vasconcelos e Sá, Simas Machado, Malva do Vale, Tamagnini Barbosa, Padre Casimiro. Cif. Egas Moniz, *Um Ano de Política*, p. 51

²⁰ Alguns anos mais tarde, Cunha Leal teria oportunidade de ajuizar sobre a conduta de Sidónio: havia sido uma figura menor, catapultada meteoricamente para conduzir o “reaccionarismo nacional” pelo Estado-Maior camachista, que teria ficado perdida em face da tremenda luta de contrários que se desenrolou nos primeiros meses de 1918 e sem orientação depois de o seu inspirador Brito Camacho lhe ter retirado o tapete. Daí em diante, passou a funcionar nele o “mimetismo e o desvanecimento completo da sua alma predestinada”, por “uma pigmentação de heroísmo quase sobre-humano” à salvação da Pátria. Depois, teria sido conduzido – completamente – pelos acontecimentos e pela *entourage*: os banhos de multidão seriam o *quantum satis* do endeusamento que permitiu imaginar aos colaboradores mais

das adesões oportunistas²¹. A unificação – artificial - das duas principais tendências no Partido Nacional Republicano, nos dias anteriores às eleições de 28 de Abril, aliava em comunhão quase impossível os sidonistas liderados por Tamagnini Barbosa, defensores da via presidencialista *à outrance* e os centristas de Egas Moniz. Num e noutro dos campos, aliás, o parlamentarismo aparecia como o grande inimigo a abater por deslocar para as grandes assembleias a decisão de problemas fundamentais que exigem aptidões especiais. No entanto, as duas tendências separavam-se no cunho presidencialista a dar à Nova República. A pugna foi intensa em todo o mês de Março e culminou com a publicação da nova legislação²² que, por decreto, introduzia alterações fundamentais na orgânica do sistema político: instaurava-se o sufrágio universal, a eleição directa do Presidente da República e a representação por classes no Senado. Tinha vingado a linha presidencialista que satisfazia sidonistas, monárquicos, integralistas (monárquicos de extracção recente como António Sardinha) e o Senado com nova representação que deixava impantes os interesses agrícolas, comerciais, os estabelecimentos universitários, enfim, toda a casta de interesses definidos pelo decreto anti-constitucional que instituiu a nova Câmara. Avizinhavam-se tempos difíceis, quando do saco de gatos em que se tinha tornado o PNR começassem a sair as rebeliões dos republicanos centristas que se batiam por uma revisão constitucional que viesse a fundamentar, de forma legítima, o novo regime. O primeiro embate entre as duas tendências tinha surgido ainda antes das eleições, na altura em que se forjavam as listas de deputados. Cunha Leal conta o sucedido numa célebre reunião no Governo Civil de Lisboa em que Xavier Esteves, munido da autoridade emanada do Ditador, reuniu a “fina-flor do escol do regime” para

próximos a estratégia da sua entronização pela eleição directa do eleitorado. Cif. Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, vol. II, pp.63-80

²¹ A partir da sua fundação, o *Jornal da Tarde* dava conta de adesões repentinas por todo o país. Um telegrama de Braga anunciava, no dia 7 de Fevereiro, a adesão de duas dezenas de categorizados capitalistas, proprietários, comerciantes e militares, na sua esmagadora maioria.

²² Decreto nº 3997, D.G. I Série, nº64, 30 de Março de 1918 (Ministério do Interior)

lhe exigir, sob compromisso de honra, a aprovação de uma Constituição presidencialista no futuro Parlamento, em troca da sua aprovação definitiva como candidatos. A proposta acabaria por ser retirada, perante a reacção dos *centristas* que Cunha Leal interpretou, segundo a sua própria versão, nos seguintes termos: "Em relação ao caso em estudo, sinto-me colocado em condições muito especiais, porquanto, em conferência pública proferida em Lisboa, defendi recentemente e tese presidencialista com argumentos de certo modo pertinentes. Simplesmente, neste intervalo, foi-me dado assistir a um ensaio de presidencialismo, feito, à sobreposse, com tanto desvairo e ineficiência que no meu espírito se estão acumulando vincantes dúvidas sobre o acerto da minha anterior maneira de encarar o problema"²³.

3. Com Machado Santos na Secretaria das Subsistências e Transportes

Teria sido Machado Santos, ainda segundo as declarações de Cunha Leal, o responsável pela manutenção do ousado contestatário dos desígnios presidenciais. Mas o embate estaria para continuar, não só opondo o futuro deputado senão mesmo o seu protector. Machado Santos havia sido afastado do Ministério do Interior no início de Março, para dar lugar aos sidonistas que preparavam a nova lei eleitoral. Abraçara, na altura, a nova pasta das Subsistências e Transportes²⁴ e convidara para elaborar a orgânica do novo super-ministério o engenheiro Cunha Leal²⁵. Uma semana depois da criação, foi dada a público a Organização do Ministério das Subsistências²⁶. Era um

²³ Vide FPCL, op. cit., p. 83

²⁴ O novo ministério foi criado pelo decreto nº 3902 de 9 de Março, DG nº 46, II Série. Seria extinto logo que "as circunstâncias derivadas do actual estado de guerra o permitam". No entanto, transitavam para o novo ministério a Direcção Geral de Subsistências Públicas, os Caminhos de Ferro do Estado, a Repartição dos Caminhos de Ferro, a Direcção Fiscal da Exploração dos Caminhos de Ferro, o Conselho de Tarifas e os Serviços de Transportes Marítimos

²⁵ Vide FPCL, op. cit., p.61. Aí afirma não ter demorado mais de 4 ou 5 dias para se desempenhar do encargo de elaboração do novo projecto de orgânica ministerial

²⁶ Decreto nº 3936 de 18 de Março, I Série, DG. Nº 54

super-ministério, não tanto pela dimensão, mas mais por incorporar áreas sensíveis e transversais da governamentação: as subsistências (a necessitar de requisições consideradas violentas), os transportes, marítimos e terrestres (acusados de ineficácia) e os preços (que a inflação galopante, os interesses instalados e a fome tornavam matéria explosiva). Cunha Leal foi nomeado Director Geral dos Transportes Terrestres²⁷, com intendência especial sobre os transportes ferroviários (um sector efervescente por estar, em parte, nas mãos do Estado e sob o efeito de uma pressão operária fortíssima). Para além do trânsito de mercadorias, à Direcção incumbia fixar taxas, tabelas de preços e fiscalização de toda a actividade.

Com homens de confiança no comando das novas direcções (das Subsistências, dos Transportes Terrestres e dos Transportes Marítimos), a nau *machadista* avançava com intuitos justiceiros e sem reboços na obra de matar a fome ao país urbano e empobrecido pela guerra. Uma portaria (nº 1272, 25 de Março) impunha obediência às ordens emanadas da DGTT a todas as empresas transportadoras; um decreto (nº 3966, 23 de Março) estabelecia o preço do trigo de produção nacional na colheita seguinte; outro (nº 3995, 28 de Março), obrigava que todas as licenças de exportação fossem exclusivamente passadas pelo Ministério das Subsistências; outros, ainda, impunham a declaração forçada de produtos de primeira necessidade: farinha, açúcar, cereais. As reacções contra estas medidas cresciam na sombra e começavam a chegar aos jornais. A estadia de Machado Santos no poder começou a ser contestada nos jornais monárquicos, ele que avisava o Ditador e o escol triunfante de que já não podiam integrar-se mais *realistas* na Situação – era preciso que o governo se voltasse para a esquerda²⁸. A queda em desgraça e o afastamento da área do poder viria a ocorrer na sequência dos decretos que aprovaram a regulamentação dos caminhos de ferro e da Direcção Geral de

²⁷ Nomeação publicada em 18 de Março no DG nº 64, II Série

Transportes Terrestres²⁹. Nos jornais monárquicos dos dias seguintes à aprovação amontoaram-se críticas ao radicalismo e profundidade da reforma e à conflitualidade que provocou no seio do governo, levando o Ministro do Comércio Pinto Osório à demissão. Acusavam-se os colaboradores de Machado Santos de incompetência técnica: “O Sr. Cunha Leal, engenheiro há poucos anos saído da escola e que apenas teve um rápido tirocínio na construção do caminho de ferro de Moçâmedes” e Sérgio Príncipe, “um antigo factor e dirigente grevista”³⁰. Este último, “plebeu e obscuro”, viria para a praça pública defender a honra atacada e confrontar os responsáveis das campanhas difamatórias movidas pelos responsáveis das companhias de caminho de ferro privadas³¹. Em 31 de Maio, *O Dia* anunciava uma moção da Associação dos Engenheiros Cíveis a exigir a revogação da legislação sobre caminhos de ferro, voltando a referir-se a Cunha Leal como “um engenheiro muito novo, sem preparação nestes assuntos”.

Na verdade, a legislação aprovada mexia profundamente nos interesses instalados e dava à DGTT, chefiada por Cunha Leal, atribuições largas nos domínios da organização e fixação de taxas e vencimentos. Motivados por interesses sindicais, ou movidos por influência das administrações³² (como denuncia Cunha Leal), os ferroviários entraram em greve nos primeiros dias de Junho. Manifestavam-se contra a reorganização dos serviços de fiscalização “segundo os moldes da França”. Em

²⁸ A posição de Machado Santos, expressa no jornal *Opinião* de 6 de Maio de 1918, teve fortes repercussões no jornal *O Dia*, da minoria monárquica dos dias 7 e 8 seguintes

²⁹ Decretos 4205 e 4206 de 4 de Maio, DG nº 96, I Série

³⁰ Cif. Jornal *O Dia* de 14 de Maio de 1918

³¹ Em artigo intitulado “A questão dos Caminhos de Ferro”, publicado no jornal *Opinião* de 20 de Maio de 1918, dirigia-se ao director da Companhia dos Caminhos de Ferro do Vale do Vouga nos seguintes termos: “Administrar em Portugal uma companhia de caminhos de ferro, é hoje sinónimo de aviltamento, porque para exercer tal função, precisa-se andar alheado da vergonha e das boas intenções”. O artigo prossegue com as mais variadas acusações de maus serviços prestados ao público. Com directores gerais que se tornaram actores centrais de propaganda da Secretaria das Subsistências, não era necessária a imprensa...

³² Cunha Leal refere a este propósito: “A oposição dos interessados (à nova legislação) foi clamorosa; a Administração da C.P., a propósito de qualquer reclamação do seu pessoal, curou, à capucha, não de o acalmar, mas, sim, de o excitar. Cf. FPCL, op.cit., p.87

entrevista ao jornal *Opinião* (4 de Junho), Machado Santos denunciava a chantagem exercida pelos responsáveis da Companhia de Caminhos de Ferro que, não podendo (ou não querendo) pagar os juros aos seus obrigacionistas se voltavam para o governo com exigências de novas sobretaxas sobre o transporte de mercadorias e para o pessoal com ameaças de restrição das regalias e dos vencimentos. A pedido do Secretário de Estado e com a ajuda do Chefe da Polícia lisboeta, o capitão Lobo Pimentel (um antigo sargento da Rotunda), Cunha Leal dirigiu-se ao Entroncamento para reactivar o serviço de transportes paralizado, manietando a administração da C.P. aí reunida. A actuação da Secretaria de Estado e da DGGTT ficou prejudicada pela intervenção directa do Ditador, a pedido dos administradores que Cunha Leal filia no escol de notáveis *unionistas* a que Sidónio ainda decidiu corresponder, mesmo desautorizando o seu Secretário de Estado. A pedido destes notáveis, Sidónio decidiu suspender o contestado regulamento dos caminhos de ferro e recolocar na condução do processo a administração contestada, impedida de agir na Estação do Rossio de Lisboa por membros afectos à Secretaria de Estado. Apesar da enorme manifestação de apoio realizada em 10 de Junho por iniciativa de centros republicanos e associações operárias que contou mesmo com membros do gabinete, como o Secretário do Interior Tamagnini Barbosa, e que culminou com um banquete de homenagem em Belém, Machado Santos pediu a sua demissão de seguida, tendo sido substituído interinamente pelo Secretário de Estado da Agricultura Eduardo Fernandes de Oliveira. Todo o seu governo à frente da Secretaria de Estado das Subsistências, desde Março, tinha sido motivo de uma intensa luta de interesses que se manifestavam na imprensa, quer em ataques, quer em manifestações de apoio, quer em pedidos sucessivos de demissão dirigidos por Machado Santos ao Ditador. O resgate pelo Estado, nos finais de Maio, de 35 000 acções dos caminhos de ferro ao grupo Amaral, representado por Fausto de Figueiredo, com a alegada finalidade

de constituir uma única companhia em que o mesmo Estado tivesse capacidade de decisão, foi a gota de água que pôs em alvoroço os financeiros e o assunto passou a ser glosado na opinião pública como mais uma intervenção desastrada e um mau negócio. Cunha Leal e os restantes colaboradores tinham pedido a demissão na sequência da desautorização de que foram vítimas no decurso da greve ferroviária³³. Mantiveram-se, no entanto, como “licenciados do serviço”, a pedido de Machado Santos. Na posse do novo Secretário de Estado, depois da troca de elogios dos dois “ministros”, inesperadamente, adiantou-se até à mesa Cunha Leal para emprestar a sua voz ao elogio da obra corajosa do “herói da Rotunda” e denunciar o seu sacrifício “em holocausto à plutocracia”³⁴. Envergando a sua “farda de campanha”, expõe com “desassombro, certa altivez e rebeldia” os episódios que marcaram a sua estadia na DGGT e, perante as pressões que sentia para a sua demissão, já anunciada nos jornais, decidiu não se demitir e ficará à “espera do que há-de suceder. O seu tronco, que nunca se dobrou ante nenhum poder, não se dobrará ante nenhuma violência”³⁵.

Um dia a seguir à tomada de posse, um novo decreto (nº 4389, de 12 de Junho) suspendeu o regulamento dos caminhos de ferro, tendo em conta as grandes “reclamações” suscitadas e um vasto conjunto de portarias foram derogadas. Em 4 de Julho, uma portaria nomeava uma comissão de inquérito a “todas as repartições e serviços da Secretaria de Estado das Subsistências e Transportes”. Terminava com suspeitas (infundadas, como se viria a comprovar futuramente por Comissão de Inquérito parlamentar) a intervenção política de Machado Santos e Cunha Leal. Os reformadores somavam uma nova derrota no seio do sidonismo, muito por acção dos interesses instalados a que o Ditador ia cedendo, sempre na intenção de caçar apoiantes em todos os campos.

³³ Cf. o jornal *A Opinião*, 5 de Junho de 1918

³⁴ Cf. o jornal *A Manhã*, 12 de Junho de 1918

O mesmo estava acontecendo no domínio político parlamentar. Sidónio resistia à abertura do Congresso com o argumento de inoportunidade, ou seja, com a finalidade de consolidar o presidencialismo e dar aso à acção governativa, sem qualquer fiscalização do Parlamento. Podia recluir-se a acção retroactiva do Congresso sobre a obra do governo, desenvolvida sem qualquer autorização em matérias que só diziam respeito ao órgão legislativo. Temia-se o avolumar das dissensões no campo governamental, as quais apareceriam, inevitavelmente, à luz do dia por efeito da liberdade parlamentar. Mas, principalmente, esperava-se a harmonização das duas tendências fundamentais do sidonismo em torno de um projecto constitucional que assegurasse a condução presidencialista do país. Essa era, sem dúvida, a grande dificuldade. A partir de Maio, os monárquicos constitucionais denunciavam “a implantação de um absolutismo republicano que a Europa não conhece ou ainda não experimentou”, “um integralismo republicano”³⁶, mais reaccionário que a monarquia constitucional. Os seus jornais encheram-se de “brancas” por acção da censura férrea da Ditadura. No seio do PNR, os centristas sentiam a necessidade urgente de abertura do Parlamento e discutiam a aprovação do novo texto constitucional³⁷ como uma grande prioridade. Defendiam e aprovaram mesmo que o Parlamento se dissolveria logo que fosse concluída a revisão constitucional, dando lugar a novas eleições, de modo a que pudessem voltar à vida política as famílias republicanas que se tinham absterido de participar no acto eleitoral de Abril.

³⁵ Idem

³⁶ Cf. o jornal *O Dia*, 16 de Maio

4. Contra o “discurso da coroa” – audácia e incomodidade

O Parlamento foi aberto, em sessão solene, pelo próprio Chefe de Estado. Lisboa engalanara-se para ver passar o cortejo presidencial, como antes se debruçava das janelas para ver passar o rei. Tropas de infantaria e artilharia enquadravam marcialmente a multidão que se amontoava por S. Bento e pela Calçada da Estrela. Dentro do Palácio, as galerias enchiam-se de um enorme multidão e as laterais “estavam absolutamente cheias de senhoras com riquíssimas *toilettes*”³⁸. A entrada do Presidente foi acompanhada de “dez minutos de palmas e vivas delirantes” e dos acenos dos lençinhos brancos das senhoras³⁹. O Parlamento não se via habitado, desde há muito, por uma moldura tão majestosa. O cronista do *Jornal da Tarde* reforça, em apontamento, essa tónica sobre os “retornados”: “O dr. Gaspar de Abreu Lima, que foi Secretário no último Parlamento da Monarquia, traja fraque e vem sorridente, na intuição de que o bom filho à casa volta...”. A Mensagem do Presidente fora acolhida com vivas delirantes ao Chefe do Estado e à *República Nova*.

Na primeira sessão do novo Congresso, o recém-chegado Cunha Leal, mesmo não sendo líder político, manifestava a sua perplexidade perante a situação criada com a *Mensagem* do Ditador. Em primeiro lugar, era coisa completamente inusitada, não estava dentro das tradições parlamentares: “A mensagem é qualquer coisa de que o Governo toma responsabilidade? Qualquer coisa semelhante ao discurso da coroa?”. O “humilde” deputado, na sua assumida “ingenuidade” gostava de saber se estava nomeada uma comissão para responder à mensagem presidencial e discutir-se na

³⁷ Apesar do “afastamento” mais ou menos conveniente de Egas Moniz para a Legação de Madrid, o partido reuniu em Congresso em 9-12 de Julho, poucos dias antes da abertura solene do Parlamento, que ocorreu a 15.

³⁸ Seguiremos, para a descrição da sessão solene, a reportagem do jornal *A Situação*

³⁹ Rocha Martins, o melhor cronista destes dias afirmava que “Jamais durante a República se agrupara tão correcta assembleia”. Acrescentava que ele, Rocha Martins, ficara entre o conde da Arrochela e Teles Vasconcelos, “jornalista enérgico e conspirador astuto” (os dois monárquicos) op. cit., p. 192

Câmara aquele documento. Na verdade, desejava saber quem era o chefe do governo. É que o artigo 53º da Constituição de 1911, que previa a chefia do governo por um ministro, não tinha sido alterado pela legislação de 30 de Março. Em que qualidade se apresentava, pois, Sidónio Pais: como o Presidente-Rei que institui uma nova forma de regime, ou como o chefe do governo? E que regime era esse que se afirmava desta forma? No novo Parlamento tinham assento republicanos – presidencialistas ou parlamentaristas – mas também católicos e mais de três dezenas de monárquicos. No entanto, Cunha Leal não vira referências na *Mensagem* a todos os outros republicanos que ele considerava tão necessários como os presentes para a construção da República: “Entendo que é meu dever, acima de tudo, pugnar por que o regime em que vivemos tenha características bem republicanas e por que dentro dele caibam todos os republicanos que nós condenamos mas que, afinal de contas, foram aqueles com que se fez a República. Vencida a cabala, esses republicanos são iguais a todos os outros”⁴⁰. Talvez até mais sacrificados pela resposta heróica que tinham dado ao apelo patriótico da intervenção na guerra, embora em condições difíceis, “indisciplinados e mal equipados e armados”. Ele que andara lá por fora, vira que os homens que aí combatiam os *boches* lutavam, simultaneamente, “contra o frio, a fome e a má alimentação”. Lutaria também para que o Exército fosse dignamente reconstituído e regressassem os que lá permaneciam por tempo exagerado. Como podia aceitar-se o “snobismo infame” dos que defendiam a vitória da Alemanha? No entanto, eles ali estavam à sua frente, jornalistas uns, deputados outros. Rocha Martins fez a apresentação desse “filho da Beira, das ribas do Fundão, que depressa marcara o seu lugar na Câmara pela audácia”. “Sacudindo-se de partidarismos”, atacava a Situação que o elegera como candidato logo na primeira sessão do Parlamento sidonista, questionando o “discurso” da coroa do Presidente. “Causara assombro – continua o cronista – nessa assembleia subordinada e

⁴⁰ Diário das Sessões da Câmara dos Deputados, 23 de Julho de 1918

mansa; volveram-se rancores contra ele; era ou não um deputado da maioria?!⁴¹ Vasconcelos e Sá, Secretário de Estado das Colónias dignara-se responder ao líder católico mas ignorara deliberadamente Cunha Leal para evitar o reconhecimento da discórdia na maioria. Era uma voz incómoda, cheia de “violência e energia” marcando a oposição desde a primeira hora. Impressionara a oposição, mas principalmente os seus correlegionários que não o imaginavam assim⁴². Rocha Martins deixara-se impressionar por aquele jovem “moreno, tisonado mesmo como um mouro, olhos esbraseados, o cabelo negro cobrindo-lhe parte da testa, despretencioso no traje, desdenhoso, dum ar impertinente, por vezes, com os adversários (...), fazendo soar muito alto as palavras de República e Liberdade, chegado ali como um escorraçado pela gente do poder e com um desusado ardor no seu combate”⁴³.

Os primeiros dias de actividade parlamentar (antes da interrupção das férias de Verão), decorreram sob o signo das preocupações imediatas e da fiscalização da governação sidonista. Os analistas d’*A Luta* previam o inevitável: não havia no Parlamento condições para fazer avançar a revisão constitucional - nem uma Constituição presidencial, nem uma correcção do parlamentarismo⁴⁴. Para além das divisões no seio do partido da maioria, dois sistemas irreconciliáveis se opunham naquela Câmara densamente povoada por mais de uma trintena de monárquicos, aguerridos e confiantes de que em breve chegaria a sua hora⁴⁵. Os protagonistas dessa

⁴¹ Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, p. 196

⁴² Conhecemos uma fotografia sua, publicada no jornal *A Situação* em 12 de Junho de 1918, um mês antes da abertura do Parlamento, na tomada de posse do novo Secretário Interino dos Abastecimentos. Trajado com o uniforme rude do militar, esconde atrás do porte tímido uma energia e vivacidade que as circunstâncias favoráveis iriam fazer desembocar no combate vigoroso e, por vezes, violento

⁴³ Rocha Martins, *idem*, *ibidem*

⁴⁴ Cf. *A Luta*, nº 4395, 16 de Julho de 1918

⁴⁵ As eleições de 28 de Abril tinham levado ao poder um novo partido (o PNR) e os monárquicos, todos ilustres desconhecidos, que nunca estiveram antes no Parlamento da República. Na verdade, apenas um senador se transferiu das legislaturas de 1911 e 1915 para a de 1918. E do Parlamento sidonista, apenas um deputado – curiosamente Cunha Leal – se transferiria para o seguinte, de 1919-1921. A grande maioria dos deputados eram jovens, pertencentes à geração de 1910-1911.

luta foram dois jovens – o monárquico integralista António Sardinha e o republicano Cunha Leal.

O monárquico Lobo de Ávila Lima apresentara uma proposta de saudação ao Brasil, ao que o católico Pinheiro Torres quisera enxertar (sem sucesso) a gratidão pelo facto de terem sido acolhidos na “nação irmã” os religiosos expulsos depois da implantação da República. Apanhados desprevenidos os *nacionalistas*, surge a oportunidade a Cunha Leal para uma “estreia parlamentar totalmente improvisada”⁴⁶. António Sardinha saíra à defesa da “fuga de D. João VI” para o Brasil, acusado de falta de coragem e défice de patriotismo pelos republicanos. “A fuga é um hábito dos nossos reis” – afirmava Cunha Leal – para poder extrapolar para a situação de fuga do último Bragança nas praias da Ericeira. E à acção heróica, apregoada por Sardinha, de defesa da pátria portuguesa pelos reis e pela aristocracia, contrapunha Leal a falta de espírito de missão que levou à demissão dos monárquicos em 1910, varridos a tiros de canhão pela coragem plebeia de Machado Santos. Os verdadeiros patriotas não desertam – e Leal prosseguia no seu estilo demolidor até deixar os monárquicos à beira de um “ataque de epilepsia”-, citando um trecho de uma carta de Mouzinho de Albuquerque ao príncipe Luís Filipe: “ Reis são soldados que assentam praça à nascença e que só a morte pode libertar do seu papel de perpétuas sentinelas da Nação”. Das invectivas contundentes, passou-se às vias de facto, tudo a acabar em cenas de pugilato⁴⁷.

No dia seguinte (30 de Julho), o debate prosseguiu, centrado sobre a acusação de germanofilismo de António Sardinha. As “cedências” francesas, no continente e nas colónias, eram interpretadas pelos integralistas – franceses e portugueses -, como uma consequência da “demência internacionalista dos princípios” que norteava a pátria

⁴⁶ FPCL, op. cit., p.95. Consultar ainda *Diário da Câmara dos Deputados* dos dias 29 e 30 de Julho de 1918

gaulesa. Desde Dezembro de 1915 que uma declaração de Sardinha tinha sido repetidamente glosada pelos seus detractores. Afirmara o recém-convertido integralista: “A vossa derrota será, latinos, a nossa salvação”. Em 1914, retorquia Cunha Leal, já “tinha corrido o sangue português em Naulila” e, por isso, a afirmação de Sardinha só podia ser interpretada como devedora do germanofilismo do seu autor. A propaganda *défaitiste* – em Portugal ou na França – só servia a força teutónica que esmagava os patriotas dos países aliados.

A denúncia da ausência de patriotismo nas hostes monárquicas, não impediria Cunha Leal de defender a imunidade parlamentar de deputados monárquicos sobre os quais impendiam acusações de traição ao regime, ou mesmo de votar ao seu lado, com desprezo pela disciplina partidária, quando a maioria se aprestava para conceder autorizações ao governo em matéria tributária, portanto da alçada do Parlamento⁴⁸. Já depois da morte de Sidónio, a prisão prolongada do deputado monárquico Teles Vasconcelos, director do jornal *Liberal*, por alegada traição à pátria, levou a um interessante debate⁴⁹ que pôs a lume a indómita independência de Cunha Leal. Só o Parlamento, segundo o art. 17º da Constituição, poderia autorizar a prisão de um seu deputado, a não ser que ele fosse apanhado em flagrante delito. Não era este, manifestamente, o caso. Portanto, o deputado manifestava a sua perplexidade: “ Diz-se por aí que os nossos aliados nos fizeram sentir serem suficientes os motivos para levar à cadeia Teles Vasconcelos os artigos publicados no *Liberal*. Sendo assim, pergunto: onde ficam os artigos publicados no *Dia* e na *Monarquia*? Onde ficam então esses artigos vinte mil vezes mais germanófilos que esse *Dia* e essa *Monarquia* publicavam

⁴⁷ Nas Memórias (op. cit., p.98), Cunha Leal descreve a cena: “Quando fecho os olhos, vejo ainda a possante figura de José de Azevedo Castelo Branco, último Ministro dos Estrangeiros da Monarquia, lançar as mãos ao colarinho postiço dum deputado Centrista e ficar com ele nas mãos”.

⁴⁸ Foi o que se verificou na sessão de 2 de Agosto de 1918, quando Cunha Leal acompanhou a minoria monárquica na contestação às autorizações legislativas pedidas pelas secretarias do Comércio e das Finanças

⁴⁹ Vide *Diário da Câmara dos Deputados* de 12 e 13 de Dezembro de 1918

incessantemente, enquanto não vingou a causa dos aliados?”⁵⁰ Então era estranho que maioria e monárquicos se recusassem a discutir uma proposta sessão secreta em que o assunto poderia ser tratado. Na sua interpretação só havia uma razão: maioria e minoria procuravam abafar um assunto que só lhes poderia trazer mais danos, assoalhando pecados que tinham passado em silêncio. Leal entrara no Parlamento, qual D. Quixote, disposto a combater todos os inimigos da liberdade e da República, sem respeito por disciplinas ou receios paralizantes. Na segunda sessão parlamentar (25 de Julho de 1918), denunciava a perseguição sistemática que era feita a dois jornais republicanos do Norte: o *Norte* e *A Montanha*. Mesmo depois de sujeitos a uma férrea censura prévia e a apreensões sucessivas, os jornais não tinham tido a protecção da polícia e num deles a “perseguição tinha chegado à extrema violência do incêndio”. O que fazia a polícia, que não apareceu, no tempo em que decorriam estes incidentes? Cunha Leal só podia vislumbrar uma resposta: a Situação permitia (ou até estimulava) o enxovalho dos ideais que afirmava defender. Ora, ele tinha vindo para a *República Nova* por outras razões: “Todos nós que nos sacrificamos para que a República se tornasse alguma coisa mais do que era a República que nos dominou durante sete anos, não devemos cair no extremo oposto. Não devemos destruir o terror vermelho para implantar o terror branco”. A *República Nova* era, pois, para todos os republicanos: “É preciso que de uma vez para sempre se defendam os direitos de todos os republicanos, o que há muito tempo se devia ter feito, não fechando a porta aos que não apoiam esta situação. Não deixando a estes republicanos a impressão de que esta República é uma República dentro da qual não têm cabimento (*Apoiados*) e que há um certo número de republicanos que têm apenas dois caminhos a seguir: ou a fronteira, ou a prisão (*Apoiados*)”.

A voz parlamentar de Cunha Leal foi, durante a curta sessão legislativa sidonista, um baluarte das liberdades fundamentais, sem destrinças ideológicas. Na

⁵⁰ Idem, ibidem

sessão de 13 de Dezembro, denunciou os maus tratos infligidos aos presos políticos⁵¹ e a prisão de centenas de civis e militares, durante um tempo excessivo e sem culpa formada. Alguns dias antes⁵², denunciava o assalto ao Grémio Lusitano (ele que nunca pertencera à Maçonaria), onde estava instalado o Grande Oriente Lusitano. Os factos que apresentava eram concludentes quanto à conivência das forças policiais (ou pelo menos quanto ao desleixo que evidenciaram na repressão do assalto): a destruição durara mais de três horas; um piquete da polícia permanecera de guarda ao grémio Pró-Pátria; as embocaduras da rua do Grande Oriente foram fechadas enquanto durou o assalto. No ver de Cunha Leal não restavam dúvidas: obscuras forças políticas assaltavam o bastião do sidonismo para imporem pela força das armas os seus interesses particulares. Por isso avisava: “A reacção, posterior ao 5 de Dezembro, está indo tão longe, tão longe, que será bom pensar um pouco no ensinamento que se contém num velho provérbio da sabedoria das Nações – o qual provérbio reza assim: quem semeia ventos, colhe tempestades...”. Poucos dias separavam este discurso do episódio da morte do Ditador. O deputado Cunha Leal exprimia de forma tão completa a realidade (como aliás aconteceu em momentos posteriores da República⁵³) que parecia quase apoiar, mais do que compreender, qualquer reacção violenta contra a inaceitável Situação quando afirmava: “Declaro, portanto, sr. Presidente que, não estando suspensas as garantias, se alguém tentar calcar os meus direitos, me defenderei a tiro, porque não quero que, por culpa minha, Portugal se transforme numa terra de escravos”⁵⁴.

⁵¹ Um entre muitos casos denunciados: “O advogado do Porto, José Domingues dos Santos, foi durante quatro dias chamado a perguntas e tratado a cavalo marinho, e esbofeteado, tratado de tudo e insultado com as expressões mais baixas”.

⁵² Sessão da Câmara dos Deputados de 9 de Dezembro de 1918

⁵³ Referimo-nos ao período que antecedeu a Noite Sangrenta (19 de Outubro de 1921) e aos dias que antecederam a Revolta de 18 de Abril de 1925 e o 28 de Maio de 1926, que serão tratados mais à frente no nosso trabalho

⁵⁴ Cf. FPCL, *Eu, os Políticos e a Nação*, p.19

Cunha Leal era duplamente incómodo, por ser implacável nas críticas à Situação e por ter sido eleito pela maioria. Uma maioria que se esboroava, antes da morte do Ditador, por não ter conseguido constitucionalizar o presidencialismo encapotado que presidia à sua acção política nem impedido (embora o tivesse tentado) a actuação do Parlamento. Dois órgãos dissonantes se batiam entre si nesses derradeiros dias do Sidonismo. Desde a intentona de Outubro⁵⁵ que o governo havia decretado o estado de sítio, com o Parlamento fechado. Constitucionalmente seria obrigado a dar explicações ao Congresso assim que este reabrisse, mas não o fez. Em 4 de Dezembro, um mês depois da reabertura do Parlamento, Cunha Leal apresentava na Câmara uma moção em que reconhecendo “ a falta de inteligência do Governo necessária para evitar novos conflitos políticos e sociais” , propunha a abolição da censura à imprensa e o levantamento do estado de sítio. O governo não só não dera explicações da situação de excepção criada, como voltava a ignorar inteiramente o Parlamento ao determinar a continuação do estado de sítio. O que aqueles poucos meses tinham mostrado é que “ O Parlamento era um ornato inútil da nau do Estado: eleitos em 28 de Abril, os representantes da nação a custo conseguiram reunir uma escassa dezena de vezes, tantas são as sugestões e pedidos de governantes incompetentes, desejosos de fugir à fiscalização necessária dos seus actos”⁵⁶. Era o *bolchevikismo* das direitas retrógradas, na expressão de Cunha Leal. Antes da interrupção dos trabalhos parlamentares para férias de Verão (sessões de 1 e 2 de Agosto), a minoria monárquica denunciou a publicação de 1048 decretos com força de lei que tinham sido postos em prática sem qualquer intervenção do Congresso. Por isso propôs a suspensão da legislação publicada desde 15 de Julho, data da abertura do Parlamento, até serem revistas todas as providências de carácter legislativo pelo Congresso. A iniciativa não passaria mas poria

⁵⁵ Revolta preparada para sair em Outubro em várias cidades do país: Coimbra, Porto, Évora e que tinha a liderança de oficiais do Exército como Álvaro de Castro, Sá Cardoso, Álvaro Poppe, Norberto Guimarães

em guarda elementos da maioria que exigiam a vinda de todas as medidas legislativas ao Parlamento, enquanto estivesse aberto. Cunha Leal acompanhará os monárquicos na recusa de concessão de autorizações parlamentares pedidas pelo Secretário de Estado das Finanças, argumentando com o reduzido conhecimento das leis a que a proposta ministerial se referia. A predominância da tendência parlamentarista na Câmara levaria ainda a que tivessem sido criadas comissões revisoras da obra do governo, tendo Cunha Leal sido eleito para a comissão encarregada de apreciar a obra do Ministério do Trabalho.

O Congresso interrompia-se em 6 de Agosto, sob a ameaça de dissolução interna, perante a impossibilidade de revisão constitucional para o qual tinha sido eleito. Duas tendências, cada vez mais profundamente irreconciliáveis, se opunham no interior da maioria: presidencialistas e defensores de um Parlamento limitado pela capacidade de dissolução do Congresso pelo Chefe do Estado. Sem um acordo sobre este problema de fundo, aprofundavam-se a luta política entre maioria e a minoria e as dissensões no interior do partido do governo. No início de Agosto, a maioria decidiu sobre o adiamento dos trabalhos parlamentares até Novembro, com o argumento de que seria necessário elaborar um novo projecto constitucional. No seu horizonte estava a dissolução do Congresso ao fim desses trabalhos constituintes e a convocação de eleições que trouxessem de novo os partidos republicanos históricos para a área do poder. Era um projecto que tinha a total oposição das minorias monárquicas e de alguns elementos da maioria, como Cunha Leal: “ Não sei o que o país pensa – afirmava – eu é que não desejo o adiamento”⁵⁶. O seu irrequietismo levava-o a um confronto violento com os grandes agrários alentejanos (Pequito Rebelo, Nunes Mexia), deputados da minoria e com o Secretário de Estado da Agricultura, Fernandes de Oliveira, também

⁵⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 4 de Dezembro de 1918

⁵⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 2 de Agosto de 1918

ele um grande agrário. Numa longa interpelação ao Secretário de Estado , no dia 5 de Agosto, denunciava a extinção do Ministério das Subsistências e Transportes por “um representante da alta lavoura alentejana” (naturalmente Fernandes de Oliveira), aconselhado “pelos maiores açambarcadores do país, armados por obra e graça do espírito santo, em reguladores da produção e do consumo nacional”. Pequito Rebelo respondia: “ Uma classe assim insultada, à qual se chama açambarcadora e anti-patriótica, tem o direito de perguntar, a quem desta maneira a insulta, quais os benefícios de produção que a nacionalidade acaso deva ao insultador?” Mas Cunha Leal tinha sido claro, minucioso e incisivo. Apesar das grandes dificuldades de planeamento, de produção, de transporte, com Machado Santos nas Subsistências, as associações industriais tinham sido obrigadas a manifestar as quantidades de matérias primas, as companhias de caminhos de ferro tinham sido obrigadas (apesar de todas as resistências) a abreviar o transporte, tinham sido criados celeiros municipais para regularizar o armazenamento de cereais, haviam sido tabelados o azeite, as carnes, tinha sido desmantelado o sindicato dos *batateiros*, tinham sido providenciadas compras atempadas de arroz e, mais do que isso, tinham sido enfrentados "os“grandes potentados, as Mercantis, as Uniões Fabris, os Levi e C^a.” As Subsistências tinham sido um super-ministério, com enormes debilidades organizativas, mas que resistira, pela mão de Machado Santos aos grandes interesses económicos. Numa toada forte, Cunha Leal denunciava o retrocesso de toda esta obra, montada em poucos meses e a cedência “ a meia dúzia de polvos com os seus enormes tentáculos insaciáveis”. A cedência ia ao ponto de colocar nos mais altos postos de regulação e decisão esses mesmos interesses. Ora, considerava Cunha Leal, “ Nós precisamos de defender os interesses do país e não os interesses do sr. António Belo ou do Sr. Alfredo da Silva. V. Exa. há-de desculpar que eu faça alusões pessoais, mas é preciso, num país de cobardes morais, ter a coragem

de dizer as verdades”. Por outro lado, a separação dos transportes marítimos e terrestres do problema dos abastecimentos tinha sido, na sua opinião, de uma enorme insensatez.

A resposta de Fernandes de Oliveira foi frágil e incompleta, ao contrário do desassossego que a interpelação de Cunha Leal causou nas hostes monárquicas. O dia seguinte, 6 de Agosto (último dia da sessão legislativa antes de interrupção de férias), foi de tumultos, que a maioria sufocava aos gritos de “Viva a República”⁵⁸.

O primeiro período da legislatura sidonista terminava da pior forma. Em matéria constitucional, Sidónio estava irredutível: exigia o presidencialismo com o poder de dissolução das Câmaras⁵⁹ e o adiamento da sessão legislativa. Segundo Egas Moniz, teriam chegado a um entendimento mitigado: ao Presidente da República seriam asseguradas várias prerrogativas, mas o governo, liderado por um chefe de gabinete, teria que prestar contas no Parlamento. A grande divergência parecia residir no facto de Sidónio querer reservar só para si a capacidade de constituição e regulação da actividade do governo, sem qualquer dependência das Câmaras⁶⁰. Do frágil entendimento entre as duas tendências, resultou uma iniciativa de elaboração do novo projecto de Constituição, do qual Egas Moniz encarregou Cunha Leal⁶¹. No entanto, na reabertura do Parlamento, em 4 de Novembro, agravara-se a situação política e social do país. Dos monárquicos apareceram quatro representantes e, no total estavam presentes apenas 46 deputados, entre eles Cunha Leal. Na sessão seguinte, a 7 de Novembro, estavam presentes 18 deputados e os restantes justificavam as suas faltas com a epidemia, pelo que foi decidido adiar a sessão legislativa para 3 de Dezembro. De ora

⁵⁸ No *Jornal da Tarde*, o cronista descreve os incidentes: “O Sr. Rocha Martins, colérico, saltando por cima das carteiras, dirige-se para a maioria, berrando. O Sr. Solano de Almeida grita para o Sr. Maurício Costa: “O Sr. É um canalha!”. Pedro Navarro envolve-se em pugilato com Solano de Almeida”

⁵⁹ Egas Moniz, op. cit., p.143

⁶⁰ Idem, p.158

⁶¹ Esta é a versão contada por Cunha Leal, à mistura com um episódio de desautorização de Tamagnini Barbosa (alegadamente convertido ao parlamentarismo) por Sidónio, na presença de Egas Moniz. O ditador teria obrigado Tamagnini a desfazer o acordo existente entre as duas tendências do PNR. Vide FPCL, op. cit., pp.109-110

em diante, perante o desmembramento do Parlamento, os dois blocos em presença iriam preparar-se para dirimir o pleito pela violência dos métodos. Sob a direcção do coronel Silva Ramos no Porto e do coronel João de Almeida em Lisboa, os monárquicos agrupavam-se em torno de Juntas Militares, senão com o apoio, pelo menos com a neutralidade de muitos sidonistas. Cunha Leal, a par doutros republicanos, afastou-se do PNR e enveredou pela “senda do insurreccionalismo”⁶². Estava aberta a via para o confronto que havia de terminar com a Revolta de Santarém e com a guerra civil do início do ano seguinte.

Liberto de peias partidárias, Cunha Leal abriu as hostilidades parlamentares na sessão comemorativa da vitória dos Aliados, a 3 de Dezembro de 1918. Acusava os dirigentes de serem os responsáveis por uma sessão monótona, sem interesse, porque nunca tinham tido fé na vitória: “Sonhou-se entre os nossos governantes com a vitória da Alemanha. E, por isso, a derrota do colosso germânico caiu-lhes em cima da cabeça como um balde de água fria”. Entre uma audiência tão pouco entusiasmada com a intervenção portuguesa na guerra, as suas saudações dirigiram-se para os “intervencionistas” e para os soldados, pedindo justiça no julgamento dos germanófilos. A guerra tinha correspondido ao embate vitorioso “do Direito contra a Força” de uma “casta militarista e autocrática”. Essa derrota do autoritarismo abria à humanidade novos horizontes, mas também novas responsabilidades. Se se queria impedir que a sociedade caísse no braços do “bolchevikismo imbecil, sangrento e destruidor”, seria preciso pô-la em correspondência com os grandes anseios dos povos. Cunha Leal associava-se às novas correntes de pensamento democrático e socialista que corriam pela Europa: “ Não mais se pensará que o aumento da potência da produção, condição essencial para o aumento do bem estar dos povos, se poderá obter à custa do

⁶² Cunha Leal explica esta “excepcional atitude” pela sua “inabalável formação republicana e democrática” Vide FPCL, op. cit., p.120

reforçamento da autoridade patronal, por meio de uma disciplina férrea; a essa noção terá de substituir-se a de que tal resultado se deva conseguir pela socialização crescente dos instrumentos de produção, com tendência para o desaparecimento da instituição patronal”⁶³.

A esta pacificação social deveria juntar-se, na sua opinião, a firme disposição de apaziguamento político. Os vencedores, aqueles que tinham defendido convictamente a entrada na guerra e pago esse desígnio com um pesado imposto de sangue, estavam, ironicamente, afastados daquela Câmara e sempre lá tinham sido vilipendiados. Reconhecer-lhes os méritos e preparar o seu retorno à ribalta política seria a melhor justiça que lhe poderia ser feita. Recordava, depois, a sua defesa intransigente, em sessões anteriores, dos que na África ou na França, “foram defender o bom nome da Pátria e o direito que Portugal quer ter de ser uma nação independente”. Falava com conhecimento de causa, pois tinha estado em França onde vira chegar os seus compatriotas, um pouco indisciplinados, mal equipados e armados para resistir à fome e ao frio. Logo na primeira sessão da legislatura (23 de Julho), deixara, em profissão de fé, a sua firme disposição de “lutar até ao fim para que o nosso concurso [fosse] efectivado na guerra, para que se [reconstituísse] o nosso corpo de exército e para que aqueles que têm lutado com o inimigo, com o frio e até com a fome, [fossem] repatriados, porque não se condenam assim homens à morte”.

⁶³ Nesse mesmo Parlamento onde conviviam monárquicos e republicanos conservadores de todos os matizes, foi igualmente apresentada uma moção pelo socialista João de Castro onde se exigia a revogação de todas as leis promulgadas por motivo da guerra, o reconhecimento aos indígenas de todos os direitos de cidadãos portugueses, uma ampla amnistia a todos os crimes políticos e sociais e a satisfação progressiva das reclamações dos operários. Vide *Diário da Câmara dos Deputados*, 3 de Dezembro de 1918

5. Na agonia do Sidonismo – o assalto ao poder

Em 14 de Dezembro, o sidonismo agonizava com a morte do Ditador, sem ter conseguido a almejada regeneração da República. O seu assassinio quase parecia uma espécie de tributo do herói que, deliberadamente, se entregava à morte redentora e messiânica⁶⁴, que era também a morte e a ressurreição da Pátria. Quantos dos seus seguidores arrastaria na corrente de violência e morte? Machado Santos, como que renunciando a catástrofe que dele se abeirava à distância de três anos, recolhia a casa e, em telefonema a Cunha Leal, manifestava o receio de uma qualquer “intempestiva visita nocturna” e aconselhava o amigo a que se resguardasse da tempestade que varria Lisboa⁶⁵. Leal sabia bem que o seu *espírito de missão* e a sua audácia quixotesca de combate aos interesses instalados o poderiam colocar na mira das forças ocultas que se preparavam para assaltar o poder depois da morte do *Condutor*⁶⁶. A sua sobrevivência política (e também física) dependia, no entanto, da luta tremenda que se desenrolava em torno da continuidade da República. Nesse campo, Cunha Leal contava com todos os trunfos. As suas últimas intervenções no Parlamento lançavam as pontes indispensáveis ao entendimento entre a família republicana democrática e parlamentar.

⁶⁴ Mais tarde, Cunha Leal pergunta-se a si mesmo se “bem dentro de si, o *Vencedor do 8 de Dezembro de 1917*, não encararia como provavelmente desastroso o desfecho da sua *Grande Aventura*, não a reduziria à categoria *d'un jour sans lendemain*, tornando-se-lhe assim indiferente a ideia da sua própria morte, olhada por ele como uma libertação”, FPCL, op. cit., p.122. Já nos nossos dias, João Medina desenvolve de forma magistral esta tese no seu livro *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Cosmos, 1994

⁶⁵ FPCL, op. cit., p.132

⁶⁶ Alguns dias depois da morte do Ditador, quando no Congresso se elegia o Presidente José de Canto e Castro, Cunha Leal era uma *persona non grata* que se sentia temendo pela própria vida: “Visto que, como castigo dos meus ataques ao Sidonismo, se falava em atentados contra mim, resolvi desafiar o Destino e anunciei na Sala dos Passos Perdidos que iria saciar na vizinhança uma incómoda fome. (...) esta primeira prova de benevolência dos fados resultaram a meu contento (...). Depois conta a sua ida, nessa noite, ao café Chave de Ouro, onde estacionava a “fauna criminal dos ultras”, a sua resposta desdenhosa a um convite para concorrer para a compra de uma coroa de flores em tributo a Sidónio; o aviso de um membro da *troupe* de Tamagnini de que era esperado por “um sujeito agasalhado com um gabão de Aveiro”; a forma como se preparou para ripostar “com a pistola destravada, “à mão de semear”; por fim,

No entanto, as exéquias do *Grande Morto*, amplificadas nos seus efeitos socio-dramáticos pelas *carpideiras* do monarquismo e do conservadorismo, concorreram de forma preocupante para a transmutação da Situação ditatorial num pântano político de onde se não poderia esperar senão mais ditadura, independentemente do regime por que se optasse – República ou Monarquia. Na verdade, no grande bloco conservador que combatia de forma intransigente “a demagogia democrática”, os monárquicos estariam em minoria⁶⁷. De resto, essa não seria na altura, (como não foi mais tarde, em 1926-1932), a questão essencial: fundamental era o desmantelamento da política democrática parlamentar e dos partidos políticos que a sustentaram desde 1910. Sidónio tinha representado esse desígnio e falhara redondamente: aí estavam os grandes movimentos políticos de Outubro (em Coimbra, Évora e Porto) e a greve geral de 18 de Novembro para o demonstrar. Demais, tinha sido incapaz de ter mão no partido presidencial que criara para a sua própria sustentação. As Juntas Militares, criadas em vários comandos militares do país (Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Braga) nos últimos tempos do Sidonismo visavam, na sua própria expressão pública, impedir “a conquista do poder pelas facções demagógicas, ou a simples participação nele”⁶⁸. A direita conservadora deixara de confiar em Sidónio, (que considerava atado por compromissos irreversíveis às tendências democráticas e parlamentares), e preparava a sua substituição por um outro militar que lhe desse garantias de um compromisso anti-democrático, mas sustentado pelo sector do centro-direita (republicanos presidencialistas, conservadores e monárquicos). O frágil Partido Nacional Republicano desfizera-se ainda antes da morte

como saiu do eléctrico onde ambos viajavam (perseguidor e perseguido) e chegou a casa na primeira tipóia que conseguiu apanhar. Cf. FPCL, op. cit., p. 140

⁶⁷ Esta é, pelo menos, a opinião expressa por uma das personalidades mais em evidência na altura, o tenente Teófilo Duarte (realidade que os factos da guerra civil viriam também confirmar). Cf. Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, p. 332

⁶⁸ De resto, um dos objectivos a que se comprometeram os oficiais *juntistas* era a de “chamar o Chefe de Estado à orientação anti-democrática de 5 de Dezembro de 1917, quando se verifique ou se preveja que quaisquer influências o desviem ou pretendam desviar desse objectivo”, Cf. Teófilo Duarte, op. cit., pp.333-334

do Ditador. Com o desaparecimento de Sidónio, apoiantes seus e monárquicos arrumaram a casa com um compromisso histórico: conduziram à presidência o monárquico José de Canto e Castro e impuseram Tamagnini Barbosa na presidência do governo. Na mesma sessão parlamentar de 16 de Dezembro, entre róis de condolências pelo *Grande Morto*, o deputado Botelho Moniz propunha a reintrodução da pena de morte para castigar o assassino de Sidónio. Tudo parecia ajudar a abrir brechas na dividida família sidonista. Por isso, os herdeiros de Sidónio já não puderam contar com o apoio do vasto campo parlamentarista/centrista que apoiara a Situação até praticamente à sua morte. Os herdeiros da *República Nova* de Sidónio dividiam-se entre o governo militar, sem Parlamento (tão ao gosto das Juntas Militares), e o “governo de força”, mas com recurso ao contributo dos civis e do poder legislativo. Um pouco marginais, havia ainda os defensores de um governo nacional, com representantes das esquerdas, lugar onde navegaria na altura Cunha Leal e que temiam, mais do que o “golpe dos democráticos”, o golpe de mão dos monárquicos. Na sombra, crescia a insurreição das forças democráticas que, desde Outubro de 1918, preparavam o seu retorno à área do poder pela via armada. O perigo de uma restauração monárquica ou de uma ditadura militar juntou aos democráticos insurrectos o sector centrista/parlamentarista. Cunha Leal estará no centro desse entendimento.

No dia 8 de Janeiro de 1919, o segundo governo presidido por Tamagnini Barbosa apresentou-se na Câmara mas não reuniu a simpatia de ninguém, apesar do apoio expresso dos sidonistas e de significativas cedências às Juntas Militares. A sessão teve que ser interrompida, depois do discurso de Cunha Leal ter arrancado apoio nas bancadas e perturbação nas galerias. O governo era inconstitucional e pactuava com o monarquismo. Dirigia-se ao Chefe do Governo como uma “figura de cera” que se amoldava às exigências dos monárquicos e tinha pactuado com as Juntas Militares.

Nenhum monárquico havia sido preso, a começar pelo tenente-coronel Álvaro de Mendonça, nomeado para Ministro da Guerra, que tinha andado pelos quartéis a criar um clima favorável à dissolução do Parlamento e à consulta referendária sobre a natureza do regime que se pretendia para o país⁶⁹. Três semanas depois da morte do Ditador, Cunha Leal atrevia-se a afrontar a memória do *Grande Morto*: “O Sr. Dr. Sidónio Pais teve uma visão errada no nosso país”⁷⁰. Sem apoio dos republicanos históricos, procurara forjar um projecto nacionalista e orgânico, com base num partido único republicano e na “representação das classes” nos órgãos de poder. Porém, “o partido republicano não lhe dava homens e, por isso, teve que ir buscar monárquicos, mais ou menos disfarçados”. O disfarce acabou depois da morte de Sidónio. É certo que os monárquicos não tinham um candidato a rei para apresentar, pois estavam divididos. No entanto, queriam uma República governada por monárquicos e aguardavam a melhor altura para o assalto final. No Senado, Machado Santos amplificava a voz do seu amigo: queria saber se o sr. Francisco Fernandes (o novo Ministro da Justiça) era ou não um delegado da Junta Militar do Norte no governo. O gabinete de Tamagnini Barbosa era inconstitucional e não podia merecer a confiança do povo republicano.

6. A Revolta de Santarém – à beira de uma guerra civil

A *República Nova* atolara-se num lodaçal de cedências comprometedoras. Republicanos de diferentes matizes uniram-se na salvação do regime republicano de armas na mão. Estalaram revoltas em Santarém, Lisboa e Covilhã. Na primeira cidade, os revoltosos empalmaram o movimento revolucionário anti-sidonista que germinava no

⁶⁹ Teófilo Duarte publicou um *Memorando* que terá circulado, especialmente entre a oficialidade do Norte do país, sobre o apoio dos comandantes militares a uma “fórmula plebiscitária” que decidisse sobre o futuro regime político. Op. cit., p.342

⁷⁰ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 8 de Janeiro de 1919

campo democrático desde o Outono⁷¹. Segundo Cunha Leal, um dos subscritores da Proclamação, “ O movimento foi preparado de acordo com grande parte dos amigos do Sr. Tamagnini Barbosa, tendo havido corporações, como a da polícia, cujos comandantes afirmaram estar ao nosso lado. Falamos com ministros, e eis o que nos foi dito, não directamente pelo sr. Tamagnini Barbosa: Não temos força para combater as Juntas, mas revoltem-se vocês, provando ao Governo que essa força existe, pois assim, ele em vez de os combater, dar-lhes-á os meios precisos”⁷².

O país estava prestes a entrar numa guerra civil nesses primeiros dias de Janeiro de 1919 e, por esse motivo, aclaravam-se os campos e contavam-se as espingardas. Em Lisboa e na Covilhã, as unidades revoltadas foram facilmente vencidas pelas forças militares do Governo.⁷³ Santarém, que tinha uma rede conspirativa praticamente incólume por estar preparada para sair à rua em Outubro (a par de Coimbra, Évora e Porto) e o não ter feito, foi o centro escolhido pelos revoltosos. A conspiração fazia-se à luz do dia e com conhecimento público. Em nota oficiosa de dia 11 de Janeiro, o Governo declarava que “estava informado de que o deputado Cunha Leal, o major Álvaro de Castro e muitos outros oficiais democráticos, em companhia de vários civis, antigos carbonários e agitadores conhecidos, se espalharam pelo país para fazer rebentar simultaneamente o movimento em vários sítios...”. Sobre os dois, - um ex-sidonista e um democrático crítico – recaíam as maiores responsabilidades. Nas *Memórias*, Cunha Leal nomeia os outros líderes: Couceiro da Costa, António Granjo, Júlio Martins, Jaime

⁷¹ Sobre a preparação do Movimento de Santarém (10 a 15 de Janeiro de 1919) e suas anteriores raízes, vide um bloco de artigos denominados “Para a História – O que foi o movimento de Santarém”, publicado no jornal escalabitano *O Debate* entre 13 de Março e 17 de Abril de 1919, com preciosas informações sobre os intervenientes e os acontecimentos.

⁷² *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de Fevereiro de, 1919. A relação dos revoltosos com membros do Governo de Tamagnini é ainda confirmada por Cunha Leal quando refere “duas conferências” realizadas em casa de Malheiro Reimão, Ministro das Finanças, onde era porta-voz dos revolucionários. O governo (ou parte dele) dava carta branca aos conspiradores. Cif. FPCL, op. cit., p. 145

⁷³ Em Lisboa, os revoltosos atacaram o Castelo de S. Jorge, tendo sido rechaçados pela tropas comandadas pelo coronel Schiappa de Azevedo. Não tiveram melhor sorte os marinheiros do Arsenal da

de Moraes, Augusto Dias da Silva, César de Almeida, Alberto Portela e Filipe Mendes⁷⁴. Alguns destes, senão a maioria, voltariam a estar presentes em futuros momentos de revolta contra a Ditadura Militar que se instalou no país depois de 1926. Republicanos de diferentes matizes e socialistas uniam-se na firme disposição de salvar a República que um governo “fraco e inconsciente” se preparava para deixar cair nas mãos das Juntas Monárquicas, empenhadas na restauração do antigo regime⁷⁵. O programa, que davam a conhecer na *Proclamação*, visava restaurar a situação democrática que consideravam ameaçada. Propunham-se abolir todas as leis de excepção que nos últimos meses tinham limitado as liberdades públicas e amnistiar todos os presos políticos e sociais. Do Presidente da República esperavam a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições no mais curto espaço de tempo possível, de modo a reintegrar na vida política democrática todas as tendências republicanas. A republicanização da administração e dos órgãos políticos era outro dos objectivos, mas sem perseguições ou vinganças sobre os vencidos.

Cunha Leal saíra directamente da Câmara parlamentar (onde tinha participado no debate do dia 9 de Janeiro) para a conspiração revolucionária. O movimento estava marcado para as 20 horas do dia 10. A linha de comboio ficara impedida por um descarrilamento e os revolucionários haveriam de chegar a Santarém de automóvel, ao final da tarde de dia 9. Presos pela polícia e conduzidos ao Governo Civil, seriam libertados pela GNR, absolutamente favorável ao movimento. Munido com *notas de serviço* do Ministério da Guerra, (autenticadas com selo branco), que haviam sido obtidas por um ex-colaborador do ministro, Cunha Leal tinha chegado a Santarém com a disposição de congregar o maior número de unidades militares da região (Santarém,

Marinha à frente das quais se encontrava o tenente Prestes Salgueiro. Cf. o jornal *O Século*, dias 11 e 12 de Janeiro de 1919.

⁷⁴ FPCL, op. cit., p. 144

⁷⁵ Da “Proclamação”, in *O Debate*, 27 de Março de 1919

Tomar, Abrantes e Caldas da Rainha) em favor do movimento⁷⁶. Em Santarém, contavam com o apoio de uma rede alargada de civis e do comandante da GNR, capitão Faria Valdez, bem como de toda a corporação, onde ficou sediado o quartel geral dos revolucionários. O comité militar, comandado pelos coronéis Jaime de Figueiredo e Aníbal Ramos de Miranda, podia contar com forças de Abrantes (Infantaria 22 e Artilharia 8), de Alcobaça (Artilharia 1) e previsíveis reforços de Caldas da Rainha, Tomar e Leiria. Uma rede nacional mantinha comunicações com outros locais onde a revolução podia ser secundada: Setúbal, Coimbra, Elvas... Em Santarém, foram tomados o Governo Civil, os Correios e Telégrafos e desactivada a polícia. Ao mesmo tempo, Jaime de Figueiredo exortava os comandantes militares a acompanhar os revolucionários do resto do país. Coimbra colocava-se ao lado do Governo e contra os revolucionários. No entanto, o golpe mais rude foi dado por Lisboa, onde os revolucionários foram facilmente desactivados. Santarém deveria então preparar a sua defesa heróica, com o recurso a cerca de quatro centenas de soldados, comandados por meia centena de oficiais e uma centena de sargentos. De Vila Nova da Rainha havia chegado um avião que a cidade recebera efusivamente. Mas também por essa primeira base aérea havia de chegar a derrota dos revolucionários, sob o peso de poderosas forças de artilharia e infantaria idas de Lisboa e do resto do país e dos maus augúrios que decorreram do despenhamento de dois dos aviões que se colocaram ao lado de Santarém, com a morte das respectivas tripulações⁷⁷. Cinco dias depois do início dos protestos contra as Juntas Militares, os revolucionários de Santarém rendiam-se à imposição do tenente Teófilo Duarte, recém-chegado da Covilhã à frente da coluna que havia submetido os revoltosos daquela cidade⁷⁸. A revolta saldava-se por dezenas de

⁷⁶ FPCL, op. cit., p. 144

⁷⁷ Cf. o jornal *O Debate*, 17 de Abril de 1919

⁷⁸ A rendição foi aceite pelo coronel Jaime de Figueiredo e pelos capitães Tribolet e Ribeiro, resolvendo “submeter-se ao governo na pessoa do governador de Cabo Verde, tenente Teófilo Duarte, comandante de

prisões entre os militares e por uma profunda derrota política do centro-esquerda. Em declarações à imprensa, o Chefe do Governo via-se na obrigação de não deixar cair em desgraça os revoltosos de Santarém, de tal modo eram preocupantes os propósitos revanchistas dos monárquicos organizados nas Juntas Militares⁷⁹. N`O Tempo, jornal lisboeta favorável ao governo de Tamagnini Barbosa e contemporizador com os monárquicos (que sempre consideraram um perigo menor e um *bluff* dos democráticos para amedrontar os incautos), Cunha Leal, Álvaro de Castro e os seus companheiros eram considerados “criminosos da pior espécie”⁸⁰ a quem a transigência e o perdão do governo alentaria a novos cometimentos revolucionários. No próprio dia da rendição de Santarém, o jornal acusava, em destaque de primeira página, Cunha Leal, “o austero membro da Junta Revolucionária e um dos seus principais instigadores” de um conjunto de irregularidades cometidas na Direcção Geral dos Transportes Terrestres, durante o governo de Machado Santos na Secretaria das Subsistências. Depois da morte do Ditador, o jornal tinha sido o porta-voz do sector sidonista mais conservador que via com a maior preocupação o desmembramento da coligação de centro-direita e a transferência dos centristas do Partido Nacional Republicano para o centro-esquerda⁸¹. Nos últimos dias de Dezembro, o jornal havia tecido sucessivas acusações encapotadas aos que, como Cunha Leal, teriam exagerado na imprensa os erros do governo de Sidónio – esses eram tão culpados da sua morte como a “mão maldita que disparou o tiro assassino”.

uma das colunas do Norte, confiando em que o seu protesto não deixará de ter calado no espírito patriótico dos altos poderes do Estado” Declaração publicada n`O Século, 17 de Janeiro de 1919

⁷⁹ Tamagnini Barbosa afirmou, em entrevista ao jornal *A Capital*, que “entre os revolucionários há elementos absolutamente dedicados ao regime, que só um “trop de zèle”, uma lamentável precipitação, atirou para essa triste aventura” cit. por Teófilo Duarte, op. cit., p. 345

⁸⁰ Cf. *O Tempo*, 16 de Janeiro de 1919

⁸¹ Num editorial intitulado “Hora de Perigo” afirmava: “Não se podem juntar – seja em que circunstâncias for – os que nas terras do Parque Eduardo VII, acompanharam o Presidente assassinado e os que em sua vida o acusaram de germanofilismo, não reconhecendo o seu governo”. Cf. *O Tempo*, 5 de Janeiro de 1919

As palavras apaziguadoras de Tamagnini Barbosa eram, por isso, insuficientes para descansar os revoltosos de Santarém. Acompanhado de César de Almeida e outros, Cunha Leal procurou a fuga da cidade através da planície ribatejana: “Como o Mariano conhecia a região como os seus dedos e era muito amigo de um simpático monárquico local, o lavrador Coutinho da Rama, dele obteve fundos, um guia e o empréstimo de um cavalicoque para fugirmos à perseguição *juntista*. Baldado esforço! Em 18 fomos presos no lugarejo de Pernancha de Baixo e conduzidos a Montargil, onde pernoitamos. Dali, fizeram-nos transitar para Ponte de Sor e Abrantes e, por fim, Santarém, dando-nos como destino a Penitenciária, onde nos encerraram...”⁸².

Entretanto, Tamagnini Barbosa perdia nos dois palcos onde jogara a sua cartada político-militar. Perderam as forças que, em Santarém, podiam representar um compromisso de centro-esquerda com o qual pretendia combater o monarquismo e o governo militar que as Juntas Militares estavam dispostas a impor-lhe. Mas perdeu também a confiança dos militares e, de entre estes, dos monárquicos que decidiram quebrar o compromisso com o governo e proclamar a Monarquia do Norte. A mais que aparente transigência de Tamagnini com o Movimento de Santarém levou os monárquicos a arriscar a sua oportunidade. A partir desse momento, o Chefe do Governo passou a ser mais uma oportunidade perdida e a *República Nova* um sonho que pouco sobrevivera à morte do seu fundador.

7. A “gloriosa Jornada de Monsanto”

Na verdade, esta sucessão de eventos a que o Governo não tinha sido alheio, estava destinada a restaurar a unidade e a fé republicana da primeira fase do regime aliando, num mesmo feixe e ardor, republicanos que há pouco se combatiam como

⁸² FPCL, op. cit., p. 155

irmãos inimigos. Aos apelos de “Às Armas Cidadãos”, o governo reuniria centenas de civis no Campo Pequeno e oficiais, sargentos e praças recém-regressados da guerra, nas Janelas Verdes. Com esta turba, unindo a “rua” radical, os republicanos históricos de todos os matizes e os sidonistas republicanos se construiria a “gloriosa Jornada de Monsanto” que desalojou daquela serra o reduto monárquico chefiado por Aires de Ornelas. Em Santarém, ainda mal refeito dos graves acontecimentos dos dias anteriores, o Alto Comissário do Governo, Coronel Andrade Velez, secundava as convocatórias de Lisboa de 22 e 23 de Janeiro com uma *Proclamação* em que justificava a libertação de todos os presos políticos: depois de vencida a “demagogia democrática” era agora urgente defender o país da “demagogia monárquica”⁸³.

No isolamento da Penitenciária de Santarém só ficaram Cunha Leal e os companheiros de fuga. O desfecho militar e político da “Jornada de Monsanto” desfez todas as dúvidas, se algumas ainda havia. O Governo via-se na obrigação de libertar todos os presos políticos, (mesmo os que tinham pendentes questões sociais) e declarar que, depois de terminada a revolta, devia “ceder o lugar a um ministério onde ficassem representadas todas as correntes republicanas, ao qual daria todo o seu apoio na patriótica obra de consolidação do regime”⁸⁴. Cunha Leal chegara a Lisboa no rescaldo da “Jornada de Monsanto” de 24 de Janeiro. A capital vivia um intenso entusiasmo popular, com “magotes de marinheiros e soldadesca empunhando armas, talvez ainda quentes da refrega”. Na noite seguinte, como nos conta, juntou-se na Sala do Risco do Arsenal da Marinha a uma “concorrida reunião de oficiais” que exigiram, justamente, a demissão do governo de Tamagnini e a sua substituição por um governo de concentração nacional de todas as tendências republicanas⁸⁵.

⁸³ Cf. *O Correio da Extremadura*, 25 de Janeiro de 1919

⁸⁴ Cf. declarações de Tamagnini Barbosa ao jornal *O Tempo*, 26 de Janeiro de 1919

8. “Defender a República com unhas e dentes”

A República prosseguia o seu ciclo tempestuoso, arrastando nas convulsões Cunha Leal e os seus companheiros de luta. Alguns, - talvez a maioria – voltaram a aninhar-se no sossego das posições partidárias dominantes que se reflectiam no governo de concentração de José Relvas. *Independentes, democráticos, sidonistas, unionistas, evolucionistas e socialistas*, todos pareciam comungar de um objectivo comum: o combate sem tréguas à “Monarquia do Norte”. No entanto, o *au-delà* da guerra civil era um horizonte obscuro que, não só dividia as forças governamentais, como as paralizava na luta anti-talassa. A dissidionização do regime corria a ritmo lento. É certo que tinha sido restabelecida a Constituição de 1911; mas não era menos verdade que o Parlamento, que ainda não havia sido dissolvido, reuniria, caso fosse convocado, uma maioria sidonista e uma minoria de monárquicos, os mesmos que no Norte se rebelavam de armas na mão contra o regime. O clima de guerra civil exigia medidas enérgicas que o governo de Relvas tardava em tomar. Apoiado por Cunha Leal na sua apresentação pública no Parlamento⁸⁵, o governo deixou de merecer a sua confiança alguns dias depois, na altura em que decorriam conversações com os partidos políticos para acertar o processo de transição e as políticas de defesa da República. As maiores preocupações de José Relvas residiam na forma como devia proceder-se à separação dos funcionários civis e militares que não merecessem a confiança da República, sobre a alteração das bases da nova lei eleitoral que deveria presidir às futuras eleições e sobre a forma que devia presidir à prisão e tratamento dos presos políticos, já que alguns deles eram ainda

⁸⁵ FPCL, op. cit., p.158

⁸⁶ Na sessão da Câmara dos Deputados de 3 de Fevereiro, Cunha Leal exigia ao governo “energia feroz” na defesa da República: “É preciso defender essa República com unhas e com dentes, com as armas na mão, com o punhal, com a espingarda, de todas as formas, tão intransigentemente como essa República é atacada pelos seus inimigos”

deputados da República e outros figuras proeminentes das forças armadas⁸⁷. No seu programa político, Relvas assumia-se como o mediano entre as diversas forças políticas com quem reunira no quartel do Carmo durante o mês de Fevereiro. Para além do combate às incursões monárquicas, pretendia o reequilíbrio das forças políticas, já que via com grande apreensão o retorno exclusivista do PRP à área do poder “impedindo a acção governativa das outras correntes de opinião”. Na sua opinião, o novo Parlamento só poderia renovar-se depois de uma recomposição partidária que poderia passar pela dissolução e nova conjugação das forças políticas⁸⁸. Entretanto, “o Povo republicano” galvanizado pela vitória de Monsanto, manifestava-se nas ruas e no Parlamento (aqui pela voz de Cunha Leal) contra a lentidão apavorante com que o governo combatia a “Monarquia do Norte” e permitia o “conchavo, pelos monárquicos de novas tentativas insurreccionais”⁸⁹. A guerra civil não permitiria que o Chefe do Governo ficasse aprisionado por “rígidas fórmulas constitucionais” que o impediam de activar a Censura Militar, desarmando assim os combatentes da República. O comportamento frouxo perante a bravata do tenente Teófilo Duarte na Covilhã e na Guarda, à frente de uma coluna militar armada em Castelo Branco sem ordem do governo, parecia a Cunha Leal a melhor prova dessa incapacidade de Relvas para manter a ordem e prestigiar a República. Nas suas “Notas...”, o Chefe do Governo registava que os “principais instigadores nos comícios e reuniões secretas eram Cunha Leal, Estêvão Pimentel, Pinto de Lima, Carlos Fidelino da Costa e Vasco Fernandes”.

⁸⁷ Vide José Relvas, “Notas sobre assuntos tratados na Presidência e Ministério do Interior, 26 de Janeiro de 1919 a 25 de Março de 1919”, Arquivo José Relvas, Casa dos Patudos, Alpiarça

⁸⁸ Idem, ibidem

⁸⁹ Na sessão da Câmara dos Deputados de 11 de Fevereiro, considerava: “Por ocasião do movimento de Santarém, em poucos dias, o fervor republicano do governo presidido por Tamagnini Barbosa conseguiu reunir contra os revolucionários pelo menos tantos soldados como o governo do Sr. José Relvas, ao fim de todo este período que já vai parecendo eterno, juntou contra os *paivantes*”.

Nalguns comícios – acrescentava – “ têm feito um ataque pessoal e violento que me atinge directamente”⁹⁰.

Um desses comícios tivera lugar em 21 de Fevereiro, no Coliseu dos Recreios de Lisboa, reunindo numa sexta-feira dez mil pessoas que queriam comungar do mesmo pensamento “de defesa intransigente da República”⁹¹. Uma moção aprovada considerava que o Parlamento, para além de não representar a opinião republicana, não dava meios ao governo para a defesa eficaz das instituições, pelo que afirmava que “ o povo já mostrara, claramente, que colocava a salvação da República acima de quaisquer preocupações pretenciosamente legalistas” e, por essa razão, convidava “ o Governo a considerar-se investido de todos os Poderes e a agir, energicamente...”⁹². A intervenção de Cunha Leal, coroada com “estrondosa ovação”, vinha no reforço da moção aprovada. O Governo devia, na sua opinião, dissolver o Parlamento porque o povo republicano era naquela hora o “único soberano”. E prosseguia: “ Não precisa o Governo da autorização do Parlamento para pôr fora do funcionalismo os monárquicos confessos que nele enxameiam”⁹³.

Cunha Leal ganhara definitivamente a confiança do povo republicano de Lisboa. A sua adesão ao *Dezembrismo* tinha correspondido a um movimento que se apresentava como regenerador da República. Começara, no entanto, a combatê-lo como antes fizera com a política democrática que, aliás, voltaria a combater no futuro, como a qualquer outro Partido, se verificasse que não estavam a ser seguidas as “linhas administrativas, económicas e sociais que, em sua consciência, se recomendam para a salvação comum”⁹⁴. Depois do *mal* (República democrática), surgira o *pior* (sidonismo). Nessas circunstâncias, explica nas Memórias: “... senti ser de meu dever aliar-me aos homens

⁹⁰ José Relvas, *idem*

⁹¹ FPCL, op. cit., p.170

⁹² *Idem*, p. 172

⁹³ *Idem*, p. 174

do passado, não por considerá-los dotados de competência excepcional, mas sim por admitir neles a existência de mais nobres intenções, quem sabe se corrigidos por severo exame auto-crítico dos seus defeitos funcionais no período da *República Velha*”⁹⁵.

O Sidonismo abriu-lhe as portas para a intervenção política num mundo em acentuada crise de mudança. A adesão ao *Dezembrismo* explica-se, antes de mais, pelo projecto reformista que partilhava com os *machadistas* desde a tribuna d’*O Intransigente* e, mais tarde, com os *centristas* de Egas Moniz. No entanto, a independência com que, a partir do Outono de 1918, combateu os “destemperos, as violências e as incapacidades financeiras e económicas do Sidonismo” só encontra explicação na atitude de *franco-atirador* que preferiu assumir, em vez da posição de *homem de Partido* que recomendaria, sem dúvida, mais disciplina, mas também mais “manhosice” e “malabarismo”⁹⁶.

A sua atitude causara antes e voltava a causar estranheza nas hostes políticas. À primeira vista, o porte era o de um demagogo que manejava com a mestria e “ardor da sua voz sibilante de beirão de cepa” os sentimentos de exaltação patriótica do republicanismo urbano da capital. Em pleno comício do Coliseu (21 de Fevereiro), os aplausos do povo republicano subiram ao rubro quando afirmou que resignava ao seu cargo de deputado, já que o Governo se recusava a dissolver o Parlamento. A resposta viria pouco depois, pela voz de um emissário do governo: o decreto de dissolução acabava de ser assinado⁹⁷.

⁹⁴ Idem, p. 173

⁹⁵ Idem, p. 181

⁹⁶ Nas *Memórias*, Cunha Leal, define-se com um concentrado de contrastes que reunia na mesma pessoa a timidez e a ousadia, a modéstia e o orgulho, a crença e a dúvida, “feito de cera dúctil e aço rijo, capaz de todas as renúncias e de todas as aspirações, homem do povo por origem e solidariedade social e homem de elite por selecção cultural, mas pondo todo este complexo de qualidades contraditórias ao serviço de um patriotismo exacerbado, sempre com o veemente desejo de conciliá-lo com as directrizes da civilização, em demanda do acréscimo de justiça e progresso social” Vide FPCL, op. cit., p.179

⁹⁷ Idem, p. 175

No entanto, “os politiquetes superficiais” estranhavam a rudeza do modo como defendia as suas convicções e as reacções não tardaram em fazer-se sentir. Na imprensa, acusavam-no de leviandade pela forma como defendeu a dissolução do Parlamento. Parecia estranho que o fizesse, ele que ainda aí era deputado e que, tudo leva a crer, nenhum acordo político celebrara para garantir a sua permanência no futuro Congresso⁹⁸. Depois, as suas ideias e estilo incendiavam a “rua” e confrontavam o Governo com a sua própria ineficácia. Talvez por esta razão, ou por se encontrar em liberdade condicionada, afirma nas *Memórias* que lhe recusaram a mobilização para combater a “Monarquia do Norte” por seis vezes. O interregno que medeia entre a dissolução do Parlamento (20 de Fevereiro) e a sua colocação no Regimento de Sapadores Mineiros (31 de Março) foi preenchido com sucessivos pedidos de reintegração junto do Ministério da Guerra, sempre mal sucedidos, como se o seu irrequietismo político merecesse castigo e punição⁹⁹. A aliança demo-sidonista que presidia ao governo de José Relvas terá tido mesmo a tentação de o afastar do xadrez político¹⁰⁰, oferecendo-lhe o cargo de Governador de Cabo Verde (que não aceitou) e o de Director Geral de Estatística, cargo de que veio a tomar posse em 24 de Abril de 1919¹⁰¹.

⁹⁸ Na verdade, nenhum partido político solicitou a sua colaboração, pelo que será na base da sua iniciativa e na do cunhado António Videira que irá apresentar-se como candidato por Angola. Da sua eleição por aquela colónia, resultou uma entrada tardia no Parlamento, em Dezembro de 1919, sete meses depois das eleições, tendo-se integrado no pequeno agrupamento de dissidentes evolucionistas, chefiado por Júlio Martins, que veio a designar-se de Partido Popular.

⁹⁹ É pelo menos desta forma que o próprio interpreta as dificuldades com que teve de contar para obter a reintegração militar, depois da estadia no Parlamento sidonista. Vide FPCL, op. cit., p. 183

¹⁰⁰ Depois das dificuldades para retomar o seu lugar como Oficial de Engenharia, foi visitado, como refere nas *Memórias*, pelo Ministro da Agricultura Jorge Nunes que lhe ofereceu o cargo de Governador Geral de Cabo Verde. Cf. FPCL, op. cit., p.184

¹⁰¹ Cunha Leal foi nomeado Director Geral de Estatística, por decreto de 15 de Abril de 1919, publicado no Diário do Governo de 23 do mesmo mês, tendo tomado posse no dia seguinte. Em 2 de Agosto passou à situação de adido para desempenhar a função de DGE, dependente do Ministério das Finanças (Ordem do Exército nº 18 (2ª série) de 1919

CAPÍTULO V – NA REPÚBLICA RADICAL (1919-1921) – “*ABRIR A BURRA DOS ARGENTÁRIOS COM A COLABORAÇÃO DA GNR*”

1. Da “Jornada de Monsanto” à “refundação” da República

A “República Nova”, pelo alento que deu à reacção monárquica, conduziu o país a um banho de sangue. No entanto, a *dessidonização* do regime corria lenta nesse início de ano de 1919. O sidonismo afirmara-se contra o equilíbrio político e social instável do período anterior à guerra e, por essa razão, levava no seu barco muitos republicanos convictos que aspiravam a uma regeneração da República – como Cunha Leal. O desvio autocrático dos últimos tempos do Consulado de Sidónio provocara um afastamento de muitos dos seus apoiantes. Cunha Leal tornara-se um crítico severo, como vimos. Desfeito o bloco sidonista e a política que lhe deu corpo permaneciam, no entanto, as aspirações e os elementos desgarrados que, perante as agitadas convulsões do pós-guerra, continuavam buscando uma nova forma de arranjo social e político. A recomposição partidária intentada pelo governo de José Relvas foi uma manifestação dessa aspiração de mudança: a República não poderia voltar à situação que se vivia no período anterior à Grande Guerra¹. Não podia, como era impossível. Por mais vistosa que a República – essa musa inspiradora e protectora – continuasse, ela não conseguia lambe as feridas profundas provocadas pela participação na guerra. Milhares de mortos e feridos, a fome e a doença compunham uma trilogia de tragédia muito próxima da catástrofe. Estes eram os efeitos directos – e os mais sentidos – da participação na guerra. Mas havia ainda outros, mais profundos e invisíveis e não menos dramáticos, porque minavam a confiança nacional. Portugal tinha participado na I Grande Guerra com a finalidade de consolidar o regime republicano (tão pouco compreendido numa

Europa de monarquias conservadoras, a começar pela vizinha Espanha). Na perspectiva das elites republicanas, essa consolidação dependia ainda da manutenção do Império colonial e da obtenção de um prestígio que arredasse de vez as intrigas “do mau vizinho que era a Espanha”². Ora, “os incontestáveis direitos da paz” obtidos foram desoladores. Egas Moniz, e depois Afonso Costa, os nossos negociadores na Conferência de Paz, não conseguiram obter o que pretendiam. A representatividade privilegiada de Portugal, em relação à Espanha, nos órgãos da SDN, foi completamente defraudada. Defraudados foram também, por largo tempo, os objectivos de obtenção de fundos financeiros derivados das reparações e das indemnizações de guerra, bem como a transferência tecnológica resultante da incorporação de navios na Marinha Mercante e de armamento e equipamento nas forças armadas³. A República sacrificara os seus soldados na guerra e mostrava-se incapaz de compensá-los na paz. A participação na I Grande Guerra tinha estilhaçado o quadro relativamente pequeno, equilibrado e prestigiado das forças armadas. Os efectivos triplicaram no seu conjunto e, para fazer face ao défice de quadros, um numeroso corpo de oficiais milicianos foi incorporado no CEP. Com o fim da guerra, a desmobilização tornou-se difícil e a reorganização das forças armadas um objectivo nunca atingido. Declarando-se humilhados, depois de se lhe ter exigido uma intervenção na guerra sem meios materiais e humanos adequados⁴, os militares tornaram-se a muleta da República, numa primeira fase e, logo depois, os seus coveiros. Para garantir a ordem cívica e a defesa do regime – verdadeiro nó górdio da situação que se seguiu à guerra – os políticos foram atraindo, em número crescente, o apoio dos

¹ Vide nota Capítulo IV, nota nº 88

² Esta é a opinião de João Chagas, (cit. por J. Medeiros Ferreira, *Portugal na Conferência de Paz*, p.49). A propósito da participação de Portugal na guerra, veja-se ainda Nuno Severiano Teixeira, *A Política Externa, 1890-1986*, sequitur, pp.69 e seg.

³ Vide J. Medeiros Ferreira, op. cit., pp. 74 e seg.

⁴ Gomes da Costa, o general que virá a enterrar a República democrática, exprimia essa revolta latente que iria pôr os militares contra o regime, referindo-se aos numerosos sacrificados da guerra nas colónias: “De bom sangue eram eles, para assim fazerem o que fizeram – o deixar-se matar”, Cif. Gomes da Costa, *A Guerra nas Colónias*, p. 250

militares, que, em momentos críticos do regime, foram incumbidos da defesa da ordem pública e assimilados à função de polícias do regime, ou até de suportes concretos de uma determinada solução governamental. A República era agora um regime fortemente militarizado⁵ e policiado, muito amedrontado pelo espectro da revolução social bolchevizante e pela dissolução das instituições. Mas também um regime injusto, a necessitar de uma reforma de bom senso que criasse harmonia social pelo “concurso de todas as classes”⁶. Ora, essa harmonia só seria possível, segundo Cunha Leal, quando os políticos tivessem a coragem de pôr na linha “os argentários que acumularam fortunas vertiginosas” no período da guerra, “enquanto os filhos do povo se batiam pela Pátria na Flandres e em África”⁷ e que agora se recusavam a dar o seu contributo porque “no seu bom senso, eles entendem que a única besta de carga que deve haver entre nós é o Povo – o tal que arrisca a vida para que eles possam dormir tranquilos e paga impostos para que o Estado possa subsistir”⁸. Logo a seguir, Cunha Leal avisava para os perigos dessa política injusta: “Convençam-se, porém, os monopolistas e os financeiros da nossa terra de que, hoje em dia, já toda a gente traz os olhos muito abertos, não sendo, pois, fácil transformar o velho Portugal numa roça de que eles sejam os roceiros onipotentes, a imporem a ordem aos escravos por meio do clássico cavalo marinho”.

A situação pantanosa criada pela guerra só podia, na perspectiva de Cunha Leal, resolver-se sob o lema dos sacrifícios de toda a nação e do trabalho competente. Caberia aos “monopolistas vorazes” sujeitar-se a um acréscimo tributário que contribuísse para

⁵ Uma parte significativa de quadros administrativos do Estado eram militares e militares foram também muitos ministros e chefes de governo desta fase decisiva da República, com destaque para Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, Hélder Ribeiro, Rego Chaves, Júlio Martins, António Maria Baptista, Roberto Baptista, Álvaro de Castro, Cunha Leal e Liberato Pinto

⁶ Ao tempo das reformas tributárias que pretendiam taxar os lucros de guerra (Maio-Agosto de 1919), Cunha Leal defendeu n`*O Popular* (o novo órgão do Partido Popular) uma necessidade imperiosa de reequilíbrio social através da aplicação de impostos progressivos a aplicar aos novos ricos. A este propósito, considerava: “Entendemos que não há o direito de pôr 6 milhões de portugueses a trabalhar como escravos, para a prosperidade de umas tantas dúzias de famílias de privilegiados e monopolistas”, Cf. *O Popular*, nº 71, 12 de Maio de 1919

⁷ Idem, *ibidem*

o aumento das receitas do Estado e aos trabalhadores e operários a contenção das suas reivindicações irrealistas. Aos políticos estaria reservada a difícil tarefa de “ meter na ordem, indistintamente, todos os desvairados de baixo, que querem provocar por um brusco cataclismo o advento de uma nova ordem social, e os desvairados de cima que, com a sua imoderada ânsia de ouro estão, inconscientemente, a determinar nesta terra perigosas reacções”⁹.

Onde estavam, porém, esses políticos capazes de pôr ordem na desconjuntada “caranguejola”? Teriam tirado as necessárias lições da “gloriosa Jornada de Monsanto”? O toque a rebate da alma republicana despertara na luta *anti-talassa* de 24 de Janeiro e demonstrara como os pés descalços se dispunham a redimir-se de um passado recente de indiferença e até de dissídio com a sua República. A Monsanto tinham ocorrido todos os que sonhavam com uma República democrática e progressiva, não um retorno à República velha – a dos bonzos, que tinham assistido impassíveis à cavalgada trágica do Dezembrismo e da reacção monárquica. Em Monsanto estava também presente o espírito da Revolta de Santarém, ou seja, a ideia de que era necessário unir todos os verdadeiros republicanos em torno do regime, independentemente da sua família política de origem, de que a República não poderia sobreviver sem a recondução à vida activa dos republicanos da sua primeira fase e, principalmente, a convicção de que a “escalada gloriosa da Serra” era a última oportunidade para refundar o regime em moldes novos e duradouros. O “milagre de Monsanto” era, para Cunha Leal, ou antes, poderia ter sido, a redenção da República. O movimento de opinião criado teria constituído, se bem conduzido pelos políticos, a grande oportunidade de “criar forças novas capazes de traduzir no governo do Estado a aspiração do povo republicano”¹⁰. As diligências de José Relvas, dando eco a uma corrente de opinião que defendia a

⁸ Idem, *ibidem*

⁹ Idem, *ibidem*

dissolução dos velhos partidos republicanos, falharam completamente, como vimos. Os “velhos politicões” empalmaram o movimento de Monsanto e “continuaram lá em cima, sozinhos, risonhos, bem à vontade para continuarem a apunhalar a República e a Pátria”¹¹.

2. Eleições e reforma do sistema político

Apesar da acção moderadora do governo de concentração de Domingos Pereira, as eleições de Maio de 1919 decorreram num clima de “terror”, responsável pelo maior abstencionismo de sempre nas cidades de Lisboa e Porto¹². A guerra civil levava não só à marginalização dos monárquicos e católicos (organizados como forças políticas desde 1915), mas de todo o pessoal político do Parlamento sidonista, com duas excepções – a de um senador e a do deputado Cunha Leal, este último eleito, muito tardiamente, por Angola¹³. A sua não apresentação por qualquer força política no Continente adquire, nesta conjuntura, um significado especial. Batera-se pelo retorno dos republicanos históricos à área do poder nos últimos tempos do Sidonismo e juntara-se a eles na Revolta de Santarém para combater o perigo monárquico. Mas desejava mais do que uma vitória sobre a reacção: queria uma República renovada, moldada em novas bases partidárias. Porém, nada disso aconteceu. Apesar de dividido por uma liderança tripartida (entre António Maria da Silva, Domingos Pereira e Álvaro de Castro) e pela sombra omnipresente da orientação ideológica de Afonso Costa, o Partido Republicano Português obteve a maioria parlamentar nas eleições de Maio, com 86 deputados,

¹⁰ Cf. Cunha Leal, “Quem tinha razão”, in *O Popular*, nº 54, 25 de Março de 1920

¹¹ Cf. Cunha Leal, “Salvemos a Pátria”, in *O Popular*, nº 29, 25 de Fevereiro de 1920

¹² Cf. F. Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na I República*, p. 151

¹³ As eleições em Angola só foram marcadas para 19 de Outubro de 1919 (Portaria nº 278 de 23 de Agosto). Cunha Leal viria a tomar assento no Congresso em 8 de Dezembro de 1919, seis meses depois do início da legislatura

ficando os evolucionistas (com 38), os unionistas (com 17) e os independentes (com 13) muito longe de poderem disputar o predomínio dos Democráticos. Integrados nas listas destes últimos, os socialistas constituíam nesta legislatura a sua maior representação de sempre com 8 deputados. Para combater o exclusivismo do partido dominante, constituíra-se, depois da eleição do Presidente António José de Almeida, o Partido Liberal, aglomerando a maioria dos evolucionistas, os unionistas e os centristas oriundos da experiência sidonista. Decapitado dos seus chefes históricos, encontrou na figura de António Granjo (um dos da Revolta de Santarém) o líder, embora sem carisma para aglutinar todas as tendências em presença. Cunha Leal também não estará entre estes. Pela época, o *Jornal de Benguela*¹⁴ fazia a sua apresentação: “O senhor engenheiro Cunha Leal pertence ao quadro das Obras Públicas do Ultramar, já serviu em Angola. Foi deputado na Situação sidonista, da qual se tornou um temível adversário. Senão filiado, é pelo menos afecto ao Partido Democrático”. Poderá espantar esta arrumação política que o colocava próximo do Partido Democrático, ele que sempre estivera na barricada anti-afonsista. A distância e a situação difícil de Angola talvez ajudem a explicar este aparente paradoxo. O seu sogro e o seu cunhado tinham estado profundamente empenhados, em 1916, na instalação de um Centro Democrático em Luanda, defensor da “União Sagrada” e de listas eleitorais mistas de democráticos e evolucionistas¹⁵. A atitude *guerrista* tinha dado lugar a manifestações unitárias e à aprovação de moções conjuntas depois da Declaração de Guerra de 1916¹⁶. Cunha Leal tinha sido dos primeiros a solicitar a sua mobilização para a guerra, depois de uma longa estadia no interior de Angola, em serviço de estudos do caminho de ferro

¹⁴ Cf. *Jornal de Benguela*, nº 28, 11 de Julho de 1919

¹⁵ Ao mesmo tempo que surgia o Centro Democrático, o seu cunhado António Gonçalves Videira fundava o *Jornal de Angola*, porta-voz das posições *guerristas* da comunidade luandense.

¹⁶ O jornal *A Província* anunciava a realização de um comício em Luanda (15/3/1916) onde discursaram Joaquim Gonçalves Videira (sogro de Cunha Leal) e o advogado António Gonçalves Videira, bem como outras personalidades do campo evolucionista. Uma moção conjunta foi aprovada.

de Moçâmedes. Quem era então ele para os colonos angolanos? Um técnico que pôs o seu cuidado ao serviço do desbravamento dos sertões angolanos, um adoptado à terra pelo casamento e um soldado da primeira linha de combate – virtudes mais que suficientes para que possa ter sido candidato em 1919. Depois, tinha o apoio do círculo de familiares e amigos que militavam no Partido Democrático e ele próprio se batera pelo retorno dos democráticos ao poder.

O atraso do processo eleitoral angolano colocou-o de fora de um dos mais relevantes debates da legislatura – a reforma do sistema político, por via de uma revisão constitucional antecipada¹⁷. Como vimos anteriormente, a Proposta de Revisão Constitucional apresentada por Machado Santos em 1914 e as propostas de reconfiguração do sistema político defendidas pelo Partido Centrista de Egas Moniz tinham merecido o seu entusiástico apoio¹⁸. Foram apresentadas sete propostas de revisão, uma delas – a de Alberto Xavier – abrangendo toda a Constituição. No entanto, a Comissão optou por restringir a revisão às atribuições do Presidente da República, em consonância com “uma corrente de opinião nacional muito forte” que exigia essa alteração. Para a maioria, e também para a oposição (evolucionistas, unionistas e independentes), estava em causa a capacidade de dissolução do Congresso pelo Presidente da República, uma forma de acabar com o ciclo “funesto de pronunciamentos e revoltas”. Na verdade, como considerava Júlio Martins, um evolucionista descrente da panaceia preconizada, a dissolução fazia-se contra um partido – o Partido Democrático. No entanto, temia o resultado das eleições num estado de “pulverização dos partidos”. Para mais, “o Partido Democrático era o único

¹⁷ A revisão constitucional ficou consagrada na Lei n° 891, D.G. n° 192, I Série de 22 de Setembro de 1919. A discussão parlamentar decorreu entre 22 de Julho e 8 de Agosto a partir de *Parecer* de uma comissão parlamentar presidida por Álvaro de Castro

¹⁸ Vide Cap. II, pp.24-25 e Cap. IV, pp. 6-9

organizado capaz de voltar a ganhar as eleições”¹⁹. Votada a dissolução, nem por isso a vida da República ganhou estabilidade ou o Parlamento passou a ser mais eficaz. Por reformar ficavam aspectos essenciais da orgânica do órgão legislativo e da engrenagem política das três principais instâncias de poder. Quando Cunha Leal retomou a actividade legislativa, em Dezembro de 1919, existia uma maioria democrática no Parlamento, uma oposição liberal relativamente organizada e pequenos agrupamentos que, em situação normal, não teriam qualquer capacidade de intervenção no curso da vida política parlamentar.

Não foi, no entanto, o que aconteceu, como se verá. As alterações bruscas a que o regime estivera sujeito desde 1910 acarretaram uma rotação acelerada do pessoal político parlamentar, para além das duas situações de ruptura e iniciação absoluta: 1911 e 1918. Os 62 deputados que se transferiram da legislatura de 1915-1917 para a de 1919²⁰ sugerem uma relativa continuidade da primeira fase da República que a realidade da actividade parlamentar não parece, no entanto, confirmar. É indesmentível a sombra tutelar de Afonso Costa – um deputado sempre eleito e sempre ausente em Paris – mas o seu partido era agora outro, ferido por rivalidades e dissidências. O mesmo acontecia no recém-formado agrupamento liberal. Mais de metade do pessoal parlamentar faz no Congresso o seu tirocínio político e, mesmo o que permanece de legislaturas anteriores, alterou o seu comportamento em função de duas condicionantes: por um lado a radicalização social provocada pela crise económica que a imoralidade do novo-riquismo tornava intolerável, associada a uma “proletarização ideológica” da pequena burguesia urbana²¹; por outro, a decomposição/recomposição partidária, com vista à

¹⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 30 de Julho de 1919

²⁰ Sobre as elites parlamentares vide Luís Farinha, “A Legislatura de 1915”, (policop.), trabalho desenvolvido num *Seminário sobre Elites políticas da I República*, orientado pelo A H Oliveira Marques, no âmbito de um Mestrado de História do séc. XX, FCSH, UNL, 1993-94

²¹ Cf. a este propósito Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), vol. VI, Círculo de Leitores, Lx., 1994, p. 605

resolução dos males políticos do regime – diferentes conforme a origem política do diagnóstico – mas coincidentes em aspectos como a instabilidade governativa, os efeitos perversos de um sistema partidário de partido dominante e exclusivista, ou a violência conspirativa. A extracção pequeno-burguesa do pessoal parlamentar e a sua inexperiência política farão desta legislatura a mais radical de toda a I República, uma espécie de ante-câmara da *Noite Sangrenta*, terminus dramático dos “anos loucos” portugueses que se sucederam à I Grande Guerra. Por outro lado, o espectro da revolução social *à russa*, apenas tornava mais difícil, senão impossível uma governação normal. Diariamente, o Parlamento e o Governo dele dependente eram interpelados para a resolução de problemas sociais ingentes que arrastavam a resolução dos problemas económicos e políticos.

O Parlamento não foi, portanto, o órgão legislativo e fiscalizador que estava destinado a ser, mas uma arena onde se degladiaram os “generais” dos estados maiores partidários, com uma imoderação verbal que raiou, bastas vezes, a linguagem injuriosa, atentatória da honra e do bom nome. Sem implantação nacional (com excepção dos Democráticos), as formações partidárias nasciam da cúpula para a base, com intuítos eleitoralistas evidentes. Na sua actividade parlamentar dominava o personalismo incontrolado, sem que as direcções partidárias (e muito menos as débeis bases) pudessem exercer algum controle moderador. O Regimento da Câmara de Deputados nunca foi verdadeiramente alterado (apesar das tentativas levadas a cabo na legislatura de 1922-25²²). Por isso, deputados como Cunha Leal, munidos de uma notável capacidade retórica (a que no caso vertente se juntava uma indelével preparação técnica) farão uso e abuso de figuras como o negócio urgente, a interpelação e a moção de ordem, enxertando-as a torto e a direito sobre discussões de assuntos cruciais. A

indisciplina partidária era de tal sorte que, não raras vezes, seria com o apoio da maioria que estas interpelações da oposição se generalizavam, sem limite de tempo, com prejuízo da actividade legislativa e da acção governativa. A vida política do país começava e acabava no Parlamento que, em vez dos quatro meses de actividade regimental se prolongava por todo o ano²³. A compensação deste excesso era aparentemente resolvida por um laxista sistema de faltas que, para além de iníquo para os parlamentares cumpridores, inviabilizava as deliberações por repetitivas faltas de *quorum*. Obrigados a ir diariamente ao Parlamento prestar contas, os membros do governo saíam desgastados das pugnas parlamentares e restava-lhes, quase sempre, a demissão. Neste areópago predominava a “discussão política” e escasseava a produção legislativa, com prejuízo da normal governação, como aconteceu com a não aprovação quase sistemática dos Orçamentos²⁴. A indefinição das atribuições legislativas e executivas levava a uma guerrilha constante entre os dois órgãos, por exemplo no domínio das autorizações parlamentares – o governo queixava-se de limitações à governação, o Parlamento de que o executivo governara “em ditadura”.

3. No Partido Popular: a “maior força de bloqueio” da instituição parlamentar

Cunha Leal não participou da revisão constitucional de 1919 e não parece que tenha sido muito sensível à necessidade de alterar o regime parlamentar, por essa via,

²² Referimo-nos às propostas de alteração apresentadas em 1923 (24 de Abril) da autoria de António Fonseca e 1925 (26 de Junho) da autoria de Ernesto Sá Cardoso que visavam acelerar a aprovação dos Orçamentos, com alijeiramento dos debates

²³ Na Legislação de 1919-1921, o Parlamento esteve reunido ininterruptamente, com interregno apenas no mês de Setembro

²⁴ Entre 1919 e 1926, só os anos de 1922-1923 e 1923-1924 viram aprovadas leis orçamentais. Nos restantes, o orçamento foi substituído por sucessivas “leis de meios”. A este propósito veja-se Nuno Valério (coord.), *As Finanças Públicas no Parlamento Português, Estudos Preliminares*, Colecção Parlamento, Assembleia da República, 2000, p. 64

depois daquela data. Na sua opinião, os males de que padecia o regime eram exteriores às instituições políticas e radicavam na existência de uma sociedade fortemente segmentada por clivagens pré-industriais, fontes de profunda conflitualidade que os republicanos não puderam ou não souberam resolver, como ainda tornaram mais acesos. Entre todas elas, a clivagem que opôs a secularização ao clericalismo dominante, que não era senão uma das expressões da profunda oposição cidade/campo que determinava esta e outras polaridades conflituais. A estes conflitos juntaram-se os que decorriam das aspirações democráticas desencadeadas pela Revolução de 1910 e pela mobilização militar da I Grande Guerra, agravadas pelas dificuldades socio-económicas e pela emergência dos movimentos de massas que marcaram os “anos loucos” portugueses: guerra civil, movimentos grevistas, sindicalismo revolucionário, terrorismo, partidos operários, etc. Na verdade, considerava a I República uma “democracia rudimentar” onde “a maior parte dos cidadãos não tinha os conhecimentos suficientes para adoptarem, em face dos múltiplos e complexos problemas modernos, uma atitude perfeitamente autónoma”²⁵. A situação do povo era “semelhante à dos adolescentes” que sentem “aspirações desordenadas e confusas, desejos infinitos de perfeição” mas que necessitava auxílio dos homens para sair do “estado de nebulosa” e encontrar o seu “guia de acção”²⁶. Os republicanos históricos tinham sido exímios na arte da demolição das antigas estruturas do Estado monárquico. Inebriados pela “ideia do triunfo revolucionário, haviam descuidado a sua preparação para o labor governativo”²⁷. A República mudara a fachada mas deixara intacto o resto do edifício: “... a mesma organização do Estado com os seus defeitos e a sua conformação monárquica, a mesma Força Pública com a sua ineficiência, a mesma diplomacia com a sua incapacidade, a

²⁵ FPCL, *Os Partidos Políticos na República Portuguesa, Os meus cadernos*, nº 2, Imprensa Moret, Corunha, 1932, p.41

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 76

²⁷ Idem, *ibidem*, p.82

mesma burocracia com a sua madracice, o mesmo professorado com o seu reaccionarismo, a mesma magistratura com o seu servilismo, as mesmas forças vivas com a sua impotência”²⁸. Acabado o período ditatorial, “relativamente fecundo”, os três líderes históricos foram substituídos por outros que teriam procurado a todo o custo imitá-los, tentando conservar uma estrutura ainda imperfeita nas estruturas partidárias. O velho PRP e a seguir os seus três sucedâneos (democráticos, evolucionistas e unionistas) não teriam, por isso, conseguido representar e expressar todos os grupos, intermediar os conflitos e, muito menos, orientar e canalizar as aspirações de uma sociedade em profunda alteração. Nas sociedades estabilizadas – considerava Cunha Leal – tudo se conjuga para a “constituição de dois partidos preponderantes”, o mesmo não acontecendo “nessas dolorosas épocas de gestação em que se trata de elaborar novas fórmulas políticas e sociais”. A humanidade estaria a viver um desses períodos, com choques violentos de opinião e multiplicação dos partidos políticos, “reduzidos em parte a grupos ou grupelhos”²⁹. A República tinha implantado um sistema eleitoral proporcional, com respeito pelas minorias, pelo menos teoricamente³⁰. À pureza democrática do sistema deveria corresponder uma partilha do espectro político por formas de representação fiéis às aspirações expressas nas urnas. No entanto, o sistema não tinha correspondência na realidade. Os partidos políticos eram “miscelâneas ideológicas” – como o próprio Cunha Leal reconhecia – que se dividiam por múltiplas tendências e facções³¹, abertos à atracção de “garfos impuros” se desta colheita pudesse resultar um acréscimo da sua rede clientelar.

²⁸ Idem, ibidem, p. 83

²⁹ Idem, ibidem, p. 52

³⁰ O sistema eleitoral era proporcional e reservava uma representação previamente fixada das minorias. Porém, nos círculos onde não houvesse oposição, não havia eleições, resultando a eleição automática dos candidatos propostos

³¹ Cunha Leal defendia a ideia de que, no caso do Partido Democrático, essa divisão em tendências diferenciadas, que cobriam um espectro político vasto (dos radicais aos moderados), para além de corresponder a uma realidade partidária, constituía igualmente uma estratégia de conservação do poder face à inexistência de uma alternativa sólida da oposição liberal e conservadora. Desta forma, estariam em

As recomposições políticas do pós-guerra (por cisão ou por fusão) tiveram sempre origem parlamentar e sobrelevaram a tática eleitoral aos princípios, às ideologias e à organização no terreno, diminuindo assim a sua representação e expressão nacional. Ouçamos Cunha Leal quando se refere à formação do Partido Liberal e do pequeno Partido Popular, onde alinhou depois da sua tomada de posse por Angola: “ A experiência veio a demonstrar, de forma ineludível, que o Partido Liberal não tinha as suficientes raízes eleitorais no país para poder contrabalançar a influência dos Democráticos, até mesmo nos momentos em que estes se encontravam menos acreditados perante a opinião pública”³². Ocorria, portanto, uma situação difícil: a República não beneficiava de uma rotação pendular de dois grandes partidos, mas também não conseguia obter a formação de blocos circunstanciais (particularmente à direita do espectro político), de modo que se precipitava, invariavelmente, no domínio do partido único (=o partido Democrático), ou pior ainda, em arranjos frágeis que uniam facções da maioria com facções das minorias, numa confusão ideológica que só podia terminar mal.

Por outro lado, as reorganizações partidárias deste período constituíam, mais do que o *germen* de novas formações, cisões personalistas de grupos minoritários que, ao contrário do pretendido, acabaram por enfraquecer as duas grandes formações do centro, sem qualquer benefício para qualquer dos blocos. Referimo-nos ao Partido Popular e ao Partido de Reconstituição Nacional, uma formação criada em Março de 1920, sob a liderança do antigo Democrático Álvaro de Castro. Incapazes de alinhar pelas suas naturais tendências, devido ao conturbado processo de cisão, acabaram por integrar blocos circunstanciais com forças políticas às quais tradicionalmente se

condições de criar soluções executivas aparentemente estáveis, sempre variadas, com alianças pontuais à esquerda e à direita, de acordo com a conjuntura política. Cf. Cunha Leal, op. cit., p. 102

³² Idem, ibidem, p. 101

opunham³³. A fragilidade organizativa e ideológica das grandes formações existentes conduziu mesmo a soluções políticas aberrantes, em resultado da abdicação das responsabilidades que lhe cabiam como forças dominantes. Foi o que aconteceu com a composição do governo de Álvaro de Castro (20 a 30 de Novembro de 1920), que nunca chegou a tomar posse, e que reunia elementos de todas as dissidências: reconstituíntes, populares, liberais e mesmo democráticos moderados.

Tanto as grandes formações como as pequenas (e ainda mais estas últimas) eram partidos oligárquicos, centralizados, dominados por quadros, sem controle democrático das bases, mas também sem o seu necessário apoio e, portanto, presas frágeis de uma imprensa partidária *dissolvente*.

Cunha Leal aderiu ao Partido Popular, uma pequena formação de sete deputados, com origem parlamentar, formada a partir de dissidentes evolucionistas e logo passou a partilhar a liderança parlamentar com Júlio Martins. Preconizavam uma *nova política*, moldada em bases novas e não sobre a retoma das velhas formações políticas que consideravam gastas e incapazes de responder aos novos desafios saídos da guerra: “A primeira coisa a fazer era a dissolução dos velhos partidos, gastos por nove anos de lutas estéreis, cheios dos vícios de uma política condenada, divorciados do povo, incapazes de interpretar a alma heróica que fez o milagre de Monsanto e que até no combate à traição do sidonismo tão visivelmente tinham manifestado a sua impotência”³⁴. A solução almejada pelos defensores da revisão constitucional apontava para o rotativismo dos dois grandes partidos do centro. Não bastava, no entanto dar-lhe nome para que eles, por um passe de mágica, aparecessem renovados na cena política.

³³ Refiro, a título de exemplo, os governos de António Maria da Silva (26 de Junho a 19 de Julho de 1920) e de Liberato Pinto (30 de Novembro de 1920 a 2 de Março de 1921), ambos de maioria democrática, mas em que colaboraram membros do Partido Popular, uma formação oriunda da oposição liberal, como vimos.

³⁴ Vide “Quem tinha razão” in *O Popular*, nº 54, 25 de Março de 1920. Embora não assinado, o editorial é, com uma grande margem de certeza, da autoria do Director – Cunha Leal.

O Democrático – considerava Cunha Leal – estava “cansado e amesendado”. O outro – o liberal – “só pretendia o poder pelo poder, tinha uma clientela esfomeada e todas as suas aspirações se resumiam – na alternativa”³⁵. Combatendo o bipartidarismo devido à sua própria impossibilidade, os Populares apostaram nas concertações parlamentares, com arranjos pontuais, na realização de obras concretas. De uma enorme fraqueza eleitoral³⁶, o Partido Popular adquiriu, tardiamente, estruturas locais, embora circunscritas à cidade de Lisboa³⁷. Tendo em conta a sua diminuta expressão parlamentar, o seu peso na condução do processo legislativo na Câmara dos Deputados e na concertação dos arranjos governamentais foi desmesuradamente maior. Por sua iniciativa, ou através da utilização de mecanismos regimentais que lhe permitiam intervir (como o negócio urgente ou a moção de ordem), o Partido Popular viria a estar no centro dalguns dos momentos mais vivos do debate parlamentar e mesmo na condução das interpelações mais incómodas a membros do governo, o que levaria António Granjo a considerar Cunha Leal e o seu partido como a “maior força de bloqueio” da instituição parlamentar³⁸. A sua força e importância advinha-lhe, por um lado, da fraqueza das forças do centro e, por outro, das qualidades de audácia, fulgor oratório, independência e rebeldia política, acompanhadas de um estudo criterioso dos problemas pelos seus dois líderes incontestados³⁹ – Júlio Martins e Cunha Leal. Empenhados na “denúncia da marcha das grandes negociatas e das maquiavélicas combinações que os directórios dos partidos conchavavam, no interesse das suas

³⁵ Idem, ibidem

³⁶ Sem estruturas locais organizadas, o Partido Popular desapareceu completamente do mosaico partidário nas eleições de 10 de Julho de 1921, justamente promovidas por um governo do Partido Liberal

³⁷ *O Popular*, seu órgão oficial, foi dando notícia de algumas dezenas de adesões ao longo do primeiro semestre de 1920. Eram, no entanto, restritas e localizadas a alguns centros como Alcobaça, Caldas da Rainha, Porto, Vila Real, para mencionarmos os mais importantes

³⁸ Sobre a acusação de António Granjo vide o *Diário da Câmara dos Deputados* de 15 de Novembro de 1920. Para além da dinâmica parlamentar, os Populares participaram nos arranjos governamentais que deram origem aos governos de António Maria da Silva e Álvaro de Castro (que já referimos), bem como no governo de concentração de Bernardino Machado (Março-Maio de 1921)

clientelas⁴⁰”, apostavam numa prática de contra-poder, com objectivos de transparência e de moralização da República. Na esteira da tribuna que abrira antes da guerra n`*O Intransigente*, Cunha Leal prosseguia n`*O Popular* a denúncia crua das práticas clientelares e da incompetência administrativa do Estado, arriscando a marginalização política e a própria vida⁴¹. A velha Pátria portuguesa vivia para aquele homem (e para os seus companheiros de luta) das “horas mais angustiosas da sua história”. Em seu redor tudo lhes parecia desmoronar-se: “ Como se isto fora o fim de uma nacionalidade, cada um procura cravar os dentes aguçados nos pobres restos da riqueza pública”⁴². Nem a noção do perigo iminente fazia cessar “o barulho dos queixos que mastigam”: os especuladores prosseguiram a sua prática impunemente; a imprensa, mercantilizada, vendia-se a quem mais lhe pagava e os políticos, acrescentava, “assistem impassíveis, como bonzos, ao desfilar da cavalgada trágica, ou então associam-se ao regabofe, transformando-se em caudatários dos grandes financeiros”⁴³.

O Partido Popular não era, então, mais do que uma agremiação de personalidades e Cunha Leal uma estrela que brilhava muito alto nesse reduzido comité de notáveis que se expressavam na arena parlamentar e no horizonte de cobertura,

³⁹ Cunha Leal avalia a sua entrada no Parlamento do seguinte modo: “ Com a minha reentrada na cena parlamentar, os debates ganharam em energia e – repito – em profundidade no estudo das verdadeiras causas do desassossego nacional e dos remédios a tomar”, in *As Minhas Memórias*, vol. II, p. 203

⁴⁰ Vide “Ao Público e à Imprensa” in *O Popular*, nº 1, 21 de Janeiro de 1920

⁴¹ Lisboa era, na altura, uma cidade insegura, assolada pela prática mais ou menos terrorista de múltiplos grupos populares que a si próprios se consideravam defensores da República. Nas *Memórias*, (op. cit., p. 226), Cunha Leal conta o empenho homicida sobre a sua pessoa de um tal *Ferraz das barbas*, líder de dois desses grupos de defesa civil – o *Grupo dos Cem* e os *Companheiros do Bem*. A razão desse intento radicava no facto de Cunha Leal ter permitido a publicação de uma carta de desagravo de um seu correlegionário da Revolta de Santarém, o alferes miliciano Ribeiro dos Santos, acusado do “assassínio cobarde” de um alferes das forças da ordem que combatiam os insurrectos de Santarém. A carta, dura para o Presidente do Ministério, teria contribuído para a síncope que acometeu António Maria Baptista em pleno Conselho de Ministros. O episódio (servimo-nos das palavras de Cunha Leal) terminou com uma incursão do acossado no próprio território do *justiceiro* – a Brasileira do Rossio, tudo tendo serenado com uma proposta do Ferraz : “Oh, sr. Cunha Leal, vamos salvar isto?” A Noite Sangrenta estava apenas à distância de pouco mais de um ano. Cunha Leal podia, provavelmente, contar-nos muitos episódios desta natureza porque eles são mais do que verosímeis – são, de certo, a verdade do tempo

⁴² Vide “Salvemos a Pátria!” in *O Popular*, nº 29, 25 de Fevereiro de 1920

⁴³ Idem, *ibidem*

relativamente limitado, do jornal *O Popular*⁴⁴. Antes de entrar na área governamental (o que veio a acontecer no segundo semestre de 1920 e primeiro semestre de 1921), o partido adoptou uma estratégia parlamentar descomprometida, onde a toada radical de Cunha Leal soava a descarada denúncia do sistema, conservador, restrito e oligárquico. A partir de Maio de 1920, e durante dois meses, o grupo parlamentar ausentou-se da Câmara para denunciar publicamente os “conchavos” alimentados pelas forças maioritárias representadas na Comissão de Inquérito ao Ministério dos Abastecimentos, sob a liderança de António Granjo⁴⁵. Nesse período, pôs em prática formas de abertura e processos políticos mais participativos que passaram, fundamentalmente, pela promoção de comícios de norte a sul do país⁴⁶. Conduzidos pelas “vibrantes alocuções” dos principais líderes *populares*, centenas de cidadãos aprovavam, por aclamação, moções de ordem que exigiam o esclarecimento da situação dos supostos incriminados no Inquérito ao Ministério dos Abastecimentos e mostravam, simultaneamente, que o indiferentismo das massas de que por vezes se queixavam as elites políticas não era nem endémico nem intransponível. Pelo contrário, era antes uma manifestação de defesa perante o abandono a que os responsáveis normalmente as condenavam. Mas esta desinibição dos populares iria ter custos muito pesados. Verberar os escândalos, escancarar a porta aos de fora, sem o *agrément* dos que dominavam o sistema, era uma aventura de gente corajosa, mas pouco conveniente. Tinham escrito a Cunha Leal, de

⁴⁴ *O Popular*, órgão do Grupo Parlamentar Popular, era dirigido por Cunha Leal e publicou-se em Lisboa de 21 de Janeiro a 14 de Agosto de 1920. Os principais colaboradores, para além do Director, foram Júlio Martins, Orlando Marçal, Francisco Levita, Paulo Luiz e Sarmento Duque

⁴⁵ Os Populares, alguns deles apontados como possíveis implicados em acções fraudulentas, acusavam a comissão de ter dado a conhecer publicamente à imprensa relatórios vagos, sem provas e repletos de insinuações que apontavam como possíveis implicados Orlando Marçal, Estêvão Pimentel e Cunha Leal, todos eles deputados do Partido Popular. No jornal *O Popular*, foram sendo publicados extractos desses relatórios, absolutamente inconcludentes e baseados em supostas declarações que, quando sujeitas a inquirição se provava não terem qualquer consistência. Vide a título de exemplo a transcrição de uma parte do relatório, publicado no jornal em 20 de Maio de 1920. Também a carta dirigida por Cunha Leal ao Presidente da Câmara dos Deputados e publicada no mesmo jornal em 27 de Maio de 1920 ou, ainda por fim, o discurso de Júlio Martins, no regresso ao Parlamento, em 17 de Junho de 1920.

Alcobaça, a avisá-lo: “Não venha, meu grande amigo. Vão recebê-lo mal”⁴⁷. Porque não? - pensava Cunha Leal. Tinha estado em Alcobaça, numa outra hora difícil, de pistola em punho, para levantar os revolucionários de 10 de Janeiro de 1919. Por isso, julgava-se “no direito de visitar aquela vila, quando lhe aprouvesse, sem pedir licença aos maiores”⁴⁸ – do Partido Democrático, acrescentamos nós. O comício terminava com a aprovação de uma moção em que “o povo de Alcobaça fazia votos para que a República orientada por processos radicais se defendesse intransigentemente de todos os seus inimigos”. O Partido Popular e o seu líder incontestado vivia, pois, no fio de uma espada que desembainhara na Revolta de Santarém. O desafio ao poder instituído dificilmente poderia ultrapassar o curso desta legislatura, como de facto veio a verificar-se. Até lá, o Parlamento republicano viveu sob a pressão constante dos pequenos grupos sem vocação (ou sem possibilidade) de exercício do poder governativo, que pouco tinham a perder e que, portanto, adoptavam uma postura combativa, sem receios eleitoralistas. Nestes grupos (que talvez se não possam chamar de partidos), dominaram os Populares e, em especial, Cunha Leal.

4. Um partido pequeno, um obra grande

De uma assiduidade impressionante⁴⁹, produziu intervenções em 131 sessões, muitas delas longas, em resultado de negócios urgentes, de interpelações, de moções ou da apresentação de propostas e projectos de lei. Um mês depois de ter tomado posse, na

⁴⁶ Comícios com vários milhares de pessoas tiveram lugar em Lisboa (Teatro Apolo), nos dias 9 e 30 de Maio, em Alcobaça, no dia 16 de Maio, no Porto (Teatro Águia d'Ouro) no dia 23 de Maio e em Vila Real no dia 30 de Maio de 1920

⁴⁷ Vide “Uma jornada animadora”, in *O Popular*, nº 75, 17 de Maio de 1920

⁴⁸ Idem, ibidem.

⁴⁹ A legislatura teve 319 sessões, a segunda mais longa da I República, depois da legislatura de 1922-1925. Depois de ter tomado posse, Cunha Leal esteve ausente em 29 sessões e durante o mês de Maio de 1920, com todo o Partido Popular por protesto, como vimos. Vide Luís Farinha, *Estudo sobre a Acção*

sessão de 6-7 de Janeiro de 1920, apresentou uma moção de ordem⁵⁰ que, embora não tendo sido votada favoravelmente, levou à queda do Governo de Ernesto Sá Cardoso. Lutas internas no Partido Democrático conduziram à saída de três ministros, a começar pelo Ministro das Finanças Rego Chaves que se vira interpelado em negócio urgente, por Cunha Leal, sobre a questão cambial⁵¹. O novo “cozinhado” governamental tardava a resolver-se e a crise financeira arrastava-se sem solução à vista. A moção de Cunha Leal foi uma bênção do céu que a maioria aproveitou para dar luz verde a um governo de concentração, chefiado por Domingos Leite Pereira. Tinha razão o acusador: o governo não caía por obra da oposição mas por inépcia da maioria democrática. O mesmo aconteceu pouco tempo depois, com a queda do governo de Domingos Pereira. Tudo começou no final de Fevereiro, numa altura em que o governo se dispôs a aumentar os vencimentos dos ferroviários do Estado que se encontravam em greve, com o argumento de que era “possível encontrar uma compensação de receita nos serviços desempenhados por eles”⁵². A proposta de aumento de vencimentos dos ferroviários da autoria do Ministro do Comércio Jorge Nunes passou a ser então o pomo de discórdia que levou à desagregação do governo onde coabitavam liberais, democráticos, socialistas e independentes. Cunha Leal foi o mais intransigente crítico, acusando o Ministro de “delegado dos ferroviários no Parlamento que, lá fora, o acompanhavam na

Política Parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República (1918-1926), Assembleia da República, Edições Afrontamento, 2002, vol. I, pp. 145-1069

⁵⁰ Foi este o texto da moção: “ A Câmara, considerando que a crise política foi resolvida de forma a não poder resolver os altos interesses da Nação e da República, passa à ordem do dia – Cunha Leal”, *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7 de Janeiro de 1920

⁵¹ O negócio urgente foi apresentado nas sessões de 17 e 18 de Dezembro de 1919, numa altura em que o déficit do ouro e a questão cambial estavam na ordem do dia. O governo tinha desencadeado uma operação de larga envergadura, colocando no mercado 300 000 libras e legislando sobre câmbios, sendo os resultados contraproducentes. A praça temia o pior e Cunha Leal perguntava à Câmara se não estaria o país em vésperas de bancarrota. Mais preocupante ainda, segundo a sua opinião, era “o desdém com que as forças vivas se dirigiam ao Poder Executivo”, humilhando-o nos jornais com a sugestão de soluções que o governo acabava por aceitar mais tarde.

⁵² Argumento apresentado pelo Ministro das Finanças António Fonseca na sessão da Câmara de 24 de Fevereiro de 1920

sua atitude”, pretendendo sob pressão coagir os deputados a votar o projecto⁵³. Do seu ponto de vista, o aumento de sobretaxas que viria compensar o aumento dos vencimentos era injusto porque sobrecarregava os consumidores e os transportes, dificultava a recuperação económica e alimentava “a jogatina da bolsa” e a drenagem do ouro para o estrangeiro, com o aumento vertiginoso do valor das acções, para além de tornar cada vez mais inviável qualquer operação de resgate dos caminhos de ferro pelo Estado, operação que muitos defenderam desde o período da guerra. Depois, era ainda injusta porque cedia à pressão de um grupo que tinha armas terríveis na mão, mas deixava na penúria todo o restante funcionalismo do Estado. Quem tinha razão? Os caminhos de ferro do Estado que viviam em défice? O governo que cedia generosamente às pressões dos ferroviários? Estes que vivendo mal, como todo o funcionalismo e restante operariado, se decidiram a manejar da forma mais hábil o enorme poder que lhe advinha da paralização dos transportes? Cunha Leal que acusava a burguesia de cobardia e o governo de abdicação?⁵⁴ Numa coisa ele tinha, no entanto, razão: atrás dos ferroviários viriam os correios e telégrafos e os restantes funcionários. Ao governo só restava a demissão. Muitos anos mais tarde consideraria que os governos da época “se consumiam nas lutas contra a agitação, na sua forma episódica de desordem, mas não no autêntico combate à verdadeira essência dos problemas”⁵⁵. O combate de Cunha Leal não agradava nem a gregos, nem a troianos. O país encontrava-se a saque e o “sangue do povo”, estava a ser devorado por “polvos” famintos e incontrolados. O seu compromisso era com os mais débeis socialmente e com o *amanhã*: “ Não queremos tornar impossível a eclosão duma aurora radiosa e, por isso,

⁵³ Vide sessão da Câmara dos Deputados, de 27 de Fevereiro de 1920

⁵⁴ Em artigo intitulado “Abdicação”, n.º *O Popular*, nº35, de 3 de Março de 1920, o editorialista (que adivinhámos ser Cunha Leal) afirma: “ O *Companheiro do Comércio*, com uma testaruda teimosia, digna da melhor causa, meteu ombros à empresa e venceu. Venceu, levando de escantilhão atrás de si um governo de manipanços e uma câmara de múmias. Com medo dos açoites, os ministros foram ao beijamão do Comité ferroviário. Com medo de maiores cataclismos, o Parlamento ajoelhou diante do sindicato. E eis como os poderes da Nação se transferiram de Lisboa para o Barreiro”

pretendemos que se não dê largas a todos os instintos de destruição que o homem encerra dentro de si”⁵⁶. Na sua perspectiva, “o crime dos de cima tinha gerado a loucura dos de baixo”. E, perdida a fé no idealismo da República “as classes só escutam os apetites do estômago”⁵⁷. O *quarto estado* – prosseguia – levantava-se ébrio de força diante de uma “burguesia cobarde” e de um “Estado caótico”. Não tinha soado, no entanto, ainda a sua hora – e Cunha Leal sabia-o e avisava o operariado cêgêta: “Revolta de escravos, sem ao menos um Spartacus que a sistematize e dirija, ela só pode ter, como trágico desenlace, a desorganização crescente da produção, seja quem for aquele que saia vencedor”. De resto, a *salada à russa* seria impossível aqui neste cantinho, longe plantado, onde não existia a grande indústria, uma condição indispensável, segundo Karl Marx, para a transformação da sociedade capitalista⁵⁸ e onde, a qualquer desvio revolucionário luso, “uma vizinha forte chamaria um fgo”. À força devia, pois, responder-se com a força: “Querem os nossos operários proceder à laia de macacos encerrados dentro dum armário com louça? Nesse caso, há que metê-los na ordem, para benefício nosso, e para benefício deles próprios”. “Benefício nosso” significava nacional, como é bom de concluir pelas posições quixotescas que vão sendo tomadas por Cunha Leal ao longo dessa “primavera vermelha” de 1920: contra o “açambarcador réptil, misto de salteador, de gatuno de vadio”, que ignorava a “convulsão social” que se pressentia no ar, ou contra o “egoísmo feroz” das corporações operárias que reivindicavam as 8 horas de trabalho, logo ali, e para todos os grupos, inspiradas no “grande movimento místico vindo da Rússia”⁵⁹. Nos seus programas políticos, nas declarações parlamentares, a burguesia republicana estava de acordo com

⁵⁵ FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. II, p. 204

⁵⁶ *O Popular*, idem

⁵⁷ Vide artigo “À força deve responder-se com a força” in *O Popular*, nº 33, 1 de Março de 1920

⁵⁸ No artigo a que nos temos estado a referir, o editorialista transcreve um trecho d’ *O Capital* de Karl Marx para avisar que aquele profeta do socialismo faz coincidir a transformação “com o máximo de potência do capitalismo”

⁵⁹ Vide “As 8 horas de trabalho” in *O Popular*, nº 26, 21 de Fevereiro de 1920

os objectivos sociais e económicos que era necessário ter em vista: extinção do défice orçamental, anulação da espiral galopante da inflação, estabilização da moeda e dos salários e manutenção do nível de vida, bem como o combate à imoralidade do lucro ilícito. Estariam, no entanto, todos os republicanos disponíveis para lutar abertamente contra os polvos monopolistas e os financeiros? Ou, talvez mais difícil ainda, para contrariar a força ascendente do movimento sindical revolucionário?

É fácil prever a inevitável rota de colisão de Cunha Leal com os governos que se sucederam a ritmo acelerado, sem coragem para mudarem o essencial das suas políticas. A queda do governo de António Maria Baptista, em Junho de 1920, voltaria a estar, mais uma vez, associada ao companheirismo e sentido apurado de justiça do director d'*O Popular*, como já tivemos oportunidade de verificar. Os dois últimos meses tinham sido igualmente de um desgaste sobre-humano: persistia um movimento grevista muito largo que punha o governo e a GNR sob a pressão constante da desordem pública. Faltava o pão e no Parlamento Cunha Leal acusava o polvo da moagem de roubos consentidos pelo governo ao país. No meio de tantas dificuldades, o governo depositava no Parlamento uma vasta obra legislativa do Ministro das Finanças Pina Lopes com vista ao aumento das contribuições, nomeadamente da tributação dos lucros de guerra. O mês de Maio tinha terminado com movimentadas acções de massas, desencadeadas ao longo do país pelo Partido Popular que decidira correr por fora do Parlamento, como vimos atrás.

No governo seguinte – o de António Maria da Silva – a maioria resolveu atrair ao seu seio a incómoda minoria popular. Cunha Leal era convidado pela primeira vez, justamente para suceder a Jorge Nunes na pasta do Comércio, com ascendência sobre os ferroviários. Pedia-se-lhe que condescendesse com a política apresentada e que tanto tinha combatido há poucos meses. Não condescendeu e não entrou ainda desta vez para

o governo⁶⁰, mas a tentação era imensa - dos dois lados. Viria a aceitar o cargo de Ministro das Finanças, cinco meses depois, na sequência dum duro embate com o governo do liberal António Granjo e do seu Ministro das Finanças Inocêncio Camacho. Os Populares tinham sido excluídos do governo de Granjo e, em seu lugar, sucediam-se na chefia mais “um dos salvadores que Monsanto fez surgir” e nas Finanças “o primeiro financeiro dos nossos tempos, com licença do Sr. Dr. Afonso Costa”⁶¹. A pasta das Finanças era a que mais necessitava de um especialista que acalmasse a ansiedade dos “habitantes da rua dos Capelistas”, tão perturbados pela ameaça das reformas tributárias dos governos anteriores. Inocêncio Camacho era Governador do Banco de Portugal, Presidente do Conselho Fiscalizador do Comércio Geral e Câmbios e Presidente da Comissão Executiva do Consórcio Bancário. Por isso, considerava Cunha Leal, pertenciam-lhe “as glórias máximas e as máximas responsabilidades da situação”⁶² que se vivia na altura. Camacho conheceria “a vida financeira do país e a vida íntima das casas comerciais e dos bancos”. Pelo Procolo do Consórcio Bancário deveria conhecer a situação diária das casas bancárias e deveria mesmo “ter-lhes acudido, pondo-lhes à disposição recursos do Estado”. Sendo assim – perguntava Cunha Leal nesta apresentação pouco promissora do governo Granjo – que é que justificava aquela “protecção, desde que foi fixado o preço de compra e venda das cambiais, por forma tal que o comércio tinha chegado a ser, escandalosamente, remunerador? O Estado, que tantas vezes sofreu o golpe reflexo da crise, acudindo à praça”, teria compartilhado destes lucros excessivos ? De novidade, o governo apenas apresentava a promessa de acudir à falta de géneros pela liberdade de comércio e de “substituir um António por

⁶⁰ O episódio é narrado por Cunha Leal deste modo: “...o futuro Presidente do Conselho pretendia induzir-me a transigências relativamente aos princípios por mim defendidos (...) Recusei-me a tal, sacudidamente, e declinei o convite para Ministro...”, FPCL, Op. cit., p. 227

⁶¹ Expressões glosadas por Cunha Leal no discurso de apresentação do governo (20 de Julho de 1920) e em sessões posteriores da legislatura de 1919-1921. Vide *Diário da Câmara dos Deputados* (Julho-Novembro de 1920)

⁶² *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de Julho de 1920

outro António”, sem lhe acrescentar competências ou dedicação republicana. Em matéria fiscal, fora abandonada a recorrente ideia de uma tributação sobre os lucros da guerra, para “não assustar os seus amigos da Praça” – segundo Cunha Leal - e, em seu lugar, propunha Inocêncio Camacho a actualização das taxas de contribuições, por não haver tempo para corrigir as distorções provocadas por critérios injustos, bem como uma limitação das despesas públicas. Chegada ao Governo, a direita republicana continha, pela defesa intransigente dos interesses dos possidentes, a possibilidade histórica de uma reforma fiscal que o clima do pós-guerra parecia tornar possível. De ora em diante, o défice orçamental decorrente de uma actividade económica anémica passou a constituir para a direita o argumento maior para justificar a impossibilidade de uma reforma fiscal justicialista que não fosse antecedida de um corte das despesas públicas.

Porém, o saneamento financeiro proposto por Inocêncio Camacho mostrava-se incapaz para inverter o empolamento dos défices orçamentais e a crescente desvalorização da moeda, deixava pouca margem para prover à crise aflitiva das subsistências. Ao abaixamento do nível de vida, as classes populares respondiam com desordens, greves e assaltos. De Agosto a Outubro, o governo ficou entregue a si próprio, com larga autonomia legislativa. No regresso à actividade parlamentar foi acusado por Cunha Leal de ter governado “em ditadura” por ter excedido as verbas orçamentadas, designadamente das que se destinaram à aquisição de subsistências⁶³. Foi, no entanto, um contrato de trigo e carvão, celebrado em Londres por Inocêncio Camacho, que concorreu definitivamente para a desgraça do governo Granjo. António da Fonseca (um ex-ministro das finanças) e Cunha Leal encarregaram-se de conduzir o

⁶³ Desde 19 de Outubro, Cunha Leal sujeitou o governo a constantes interpelações sobre a matéria orçamental: Orçamento do Ministério do Comércio (25 de Outubro e 12 de Novembro), duodécimo do mês de Novembro (26 de Outubro), preços do trigo e do carvão (28 e 29 de Outubro e 10 de Novembro),

governo ao desnorte e ao pedido de demissão, com dois argumentos: o contrato era ruinoso porque os preços conseguidos estavam acima das cotações mundiais dos produtos e os juros e prazos de amortização conseguidos eram igualmente desastrosos. A demonstração era fácil, a situação era difícil: António Granjo reagiu violentamente no Parlamento⁶⁴, mas não impediu a queda do seu primeiro gabinete.

Antes de chegar ao governo, Cunha Leal afirmara-se com a imagem de marca de um temível adversário da “política de campanário” que se tinha mostrado incapaz de reorganizar o Estado e se submetia, “cobardemente”, aos ditames rapaces dos argentários e dos açambarcadores e às exigências dos interesses corporativos e sindicais, sem critérios de justiça social e sem uma estratégia nacional de desenvolvimento económico a médio prazo. Na opinião pública avultava a figura de “tomba-governos” – uma ideia injusta em parte e simplista – quando, como vimos atrás, Cunha Leal se limitava a combater na arena política parlamentar com as armas que tinha na mão. Os governos caíam porque apresentavam políticas inconsistentes e, principalmente, por se sustentarem em arranjos parlamentares frágeis – as moções *lealistas* eram apenas a estocada final. Se aos sete votos do Partido Popular se não tivessem juntado os das maiorias circunstanciais (formadas tantas vezes com os próprios apoiantes do bloco governamental), os governos nunca teriam caído. Mas o seu contributo foi decisivo nos negócios urgentes ou nas interpelações com que confrontou os responsáveis governamentais, em especial os das áreas económicas e financeiras.

Na tribuna d’*O Popular* tinha decidido falar “sem subterfúgios”, embora “com o risco de alarmar os timoratos” que tinham feito escola nos tempos do Hintze e do Zé

acabando por apresentar moção de rejeição e proposta de lei (não aprovadas) sobre a questão orçamental em sessão de 11 de Novembro de 1920

⁶⁴ Foi nestas circunstâncias que António Granjo considerou Cunha Leal a “maior força de bloqueio” do governo. O incidente parlamentar deu lugar a pedido de explicações de Cunha Leal, através de testemunhas, a que Granjo respondeu, evitando-se o duelo previsível em tais circunstâncias. Vide o relato do acontecimento em FPCL, op. cit., p. 250

Luciano⁶⁵. Ao “pavor irracionado”, Cunha Leal preferia contrapor a nudez da verdade, resultante de uma análise rigorosa da situação: a nação exigiria que se lhe não ocultasse a verdade. A começar pelo Orçamento, que era ainda mais dramático pelo déficit que ocultava, do que por aquele que dava a conhecer. No Orçamento apresentado para o ano económico de 1920-1921, o governo previa um déficit de 115 000 contos. No entanto, calculava Cunha Leal, bastava ter em conta os custos crescentes do “pão político” e os acréscimos previsíveis (mas não inscritos) do aumento dos vencimentos aos funcionários públicos para esse déficit disparar para 140 000 contos. Mais preocupante era aquilo que resultava da análise detalhada do Orçamento: a dívida pública ascendia a 60,9% das receitas previstas e os encargos com a força pública a 78%, atirando o déficit para valores in comportáveis⁶⁶. A situação era calamitosa: os governos não podiam adiar por mais tempo soluções extraordinárias para a questão, nem iludir a opinião pública com matérias ocultas e desorçamentadas. O déficit de subsistências era brutal, mas os contratos continuavam a beneficiar o “polvo moageiro”: “ Só na última encomenda, de 60 000 toneladas de trigo a diferença do preço entre o que o Estado paga e o que recebe – se receber! – representa qualquer coisa como 10 000 contos”⁶⁷. Neste domínio da moagem, como noutros, os contratos do Estado com os privados continuavam a ser ruinosos, agravando o déficit pela despesa e não contribuindo nos devidos termos pela receita. No início da campanha de comícios com que o Partido Popular iria varrer o país, no mês de Maio, as denúncias do devorismo das forças vivas tornaram-se mais incisivas e frontais⁶⁸. O Banco Nacional Ultramarino, a quem foi reforçado o privilégio de emissão de notas no Ultramar, não tinha contribuído para o “desenvolvimento agrícola e industrial nem com a ponta de um cigarro”. Os caminhos de ferro do Estado,

⁶⁵ Vide “A Pátria em Perigo-Tocando a rebate” in *O Popular*, nº 18, 11 de Fevereiro de 1920

⁶⁶ Idem, ibidem

⁶⁷ Idem, ibidem

⁶⁸ Vide “Ai de quem perturbe as digestões da finança!” in *O Popular*, nº 68, 8 de Maio de 1920

depois de uma segunda ameaça de falência, tinham sido beneficiados com sobretaxas no valor anual de 30 000 contos. A União Fabril, tão intransigente com os pedidos de aumento dos seus funcionários, “metendo os ministros nas algibeiras, pudera à sua conta provocar a alta das oleaginosas, do sabão e dos adubos”. A Alta Finança fizera propostas de aquisição dos navios alemães ao Estado em condições ruinosas e desvantajosas. O Consórcio Bancário beneficiara de um milhão de libras que o Estado tinha disponibilizado em Londres para normalizar os câmbios e, “uma vez conseguido esse *desideratum*, não tendo mais nada que eles pudessem sugar, os senhores da Alta Finança logo querem pôr de banda, como traste inútil, o mesmíssimo Consórcio, cuja criação haviam pedido de mãos postas!”. Perante os grandes financeiros e os monopolistas, um Estado servido por governos frágeis, era constantemente abusado e o público mal servido por contratos ruinosos e nunca cumpridos. Acontecia, por exemplo, com os caminhos de ferro: a onipotência das administrações, aliada a uma situação de desleixo completo da reduzida fiscalização do Estado, acarretava prejuízos incalculáveis ao mesmo Estado e aos utentes. Catorze fiscais, para todas as linhas nacionais, não permitiam que o Estado arrecadasse as receitas previstas e que o público pudesse ver resolvidas as suas queixas de incumprimento de horários, de roubos ou das situações de corrupção a que tinham que recorrer os comerciantes na requisição de vagões de transporte de mercadorias. A denúncia terminava com um desafio à opinião pública: “Pedimos às pessoas *sensatas* o favor de nos acusarem, mais uma vez, de estarmos a querer prejudicar os sagrados interesses da Nação”⁶⁹.

Mau político não era, portanto, quem assoalhava os problemas nacionais com o intuito de lhe encontrar remédio, mas antes quem ocultava a realidade com fins inconfessáveis – assim pensava Cunha Leal. O pequeno agrupamento Popular, e em

⁶⁹ Vide “O Polvo sugando o povo à vontade – As companhias ferroviárias e a fiscalização do Estado” in *O Popular*, nº 73, 14 de Maio de 1920

especial Cunha Leal, estavam dispostos a pôr os dedos em todas as feridas. Sob o lema “Quem rouba, deve pagar”, ficou célebre a interpelação ao Ministro da Agricultura João Luís Ricardo, sobre a moagem e a panificação⁷⁰, tão clara e esmagadora que este apenas pôde contrapor a sua total incapacidade para dar resposta ao problema: “S. Exa. não fez um discurso de ataque ao Governo, mas sim à competência de alguns ministros e, muito especialmente à competência do Ministro da Agricultura. Essa competência é maior em outros homens que não nos que se sentam nestas cadeiras”. Nesse ano de 1920, o “país gemia sob o fardo insuportável do pão político” que o Estado suportava, sem grande proveito para uma grande parte da população portuguesa, a qual consumia outros tipos de pão que não o de trigo, e com o inconveniente de alimentar a avidez da Moagem e da Panificação das grandes cidades de Lisboa e Porto. Um quarto das contribuições de todos os cidadãos seria, nesse ano económico, consumido nos negócios do trigo. Como resultado da depreciação da moeda, o trigo exótico era pago a quase o dobro do preço fixado para o trigo nacional, diminuindo os incentivos à lavoura nacional. O que se tornava completamente inaceitável era, contudo, que esse subsídio estatal ao pão acabasse por engordar a indústria da Moagem, em vez de amortecer os efeitos mais negativos da subida dos preços no consumo de um produto de primeira necessidade. E isso era o que acontecia, por um conjunto de fraudes que a “incompetência e o desmazelo” do Estado deixava medrar. Desde a guerra, os moageiros tinham alargado os seus braços “à panificação, à indústria de bolacha e fabrico de massas, energia hidráulica, minas de carvão, metalurgia, indústria de fiação...”. Tudo seria aceitável neste domínio se os mesmos moageiros se não tivessem já abalançado a outras indústrias e negócios: “O seu poder torna-se estranho – afirmava Cunha Leal no Congresso – compram jornais políticos e não políticos, e manobram assim, à vontade, as consciências públicas. Políticos altamente cotados, indigitados para os mais altos

⁷⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de Abril de 1920

cargos dentro da República, são conhecidos pelos muleques da moagem; são servos atentos às ordens dos donos”. Isso que a incúria e a debilidade do Estado tinha permitido – as fortunas fabulosas amealhadas durante a guerra – exigiam agora uma coragem redobrada que Cunha Leal se não coibia de expressar em pleno Parlamento, na altura em que se discutia a legislação tributária apresentada pelo Ministro das Finanças Pina Lopes: “ Nós fazemos a defesa dos interesses da Pátria, e as forças vivas têm de pagar, embora tenhamos de lhes abrir as burras com o auxílio da Guarda Republicana”⁷¹. Desde o início do ano que defendia um plano de remodelação completa do sistema financeiro, com recurso a impostos e a empréstimos. Ao contrário do que acontecia nos outros países europeus tocados pela guerra, Portugal não tinha ainda aplicado um imposto extraordinário sobre os lucros de guerra. Sem essa medida, a aplicar sobre “os velhos e os novos ricos, sobretudo sobre estes últimos” e um empréstimo interno a aplicar sobre as classes médias, a uma taxa módica (2%, e nunca os 6-7% a que se obrigava Portugal nos empréstimos externos), dificilmente o país conseguiria equilibrar o défice, moderar a circulação fiduciária para níveis razoáveis e ter capitais para desenvolver uma rasgada e necessária política de fomento⁷².

A prova de fogo estaria reservada para a discussão do pacote legislativo tributário apresentado pelo Ministro das Finanças Pina Lopes, durante o governo de António Maria Baptista e que acabaria por merecer discussão, a partir de negócio urgente de Cunha Leal⁷³, apresentado já em pleno governo Ramos Preto e nas vésperas de um outro governo chefiado por António Maria da Silva. O ministro pretendia baixar o défice de 115 000 para 34 000 contos, eliminando despesas, remodelando alguns impostos já aplicados (selo e registos) e introduzindo o tão esperado imposto sobre os

⁷¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 18 de Junho de 1920

⁷² Vide “Empréstimos, contribuições, ou quê?” in *O Popular*, nº 13, 5 de Fevereiro de 1920

lucros de guerra, com taxas progressivas que variavam entre os 10 e os 50 por cento. As propostas foram dadas a público com Cunha Leal e o Partido Popular ausentes do Parlamento. No entanto, a reacção não se fez esperar n' *O Popular*⁷⁴. O “cabaz das medidas salvadoras” de Pina Lopes era “impraticável, desigual e injusto”, porque se sustinha sobre um plano “empírico”, centrado em exclusividade sobre o imposto progressivo aplicado aos lucros de guerra. Depois, sem grandes estudos, o plano pretendia aumentar de mais de 100% as receitas a obter, o que se afigurava “uma pura fantasia” e um “aumento cego das contribuições”. Havia que sobrecarregar os que verdadeiramente podiam pagar: o comércio, os bancos e as companhias seguradoras e não a indústria ou a agricultura⁷⁵. Depois de um rastreio minucioso da situação económica onde acentuava o preocupante défice comercial e financeiro, muito aumentados pela desvalorização da moeda portuguesa e o “pavoroso” défice orçamental, concluía que “os tempos não estavam para se governar por tentativas”. A machadada final, com a consequente demissão do ministro, viria a ocorrer depois das sessões da Câmara dos Deputados de 17 e 18 de Junho onde Cunha Leal escalpelizou o relatório que fundamentava as propostas de Pina Lopes. Vinha recheado de números errados (no défice, na dívida flutuante), que o próprio ministro foi obrigado a reconhecer. Faltava, portanto, um balanço rigoroso da situação que pudesse servir de base séria às necessidades do Estado e que servisse até para fundamentar a “importância na indemnização a pedir à Alemanha”. Avaliadas as necessidades por baixo, como podiam os cálculos das receitas adequar-se à situação? A discussão no Parlamento resvalou, como era de esperar, para a chicana política. As receitas previstas, apesar de

⁷³ O negócio urgente de Cunha Leal foi apresentado na sessão de 17 de Junho de 1920: “Desejo ocupar-me, em negócio urgente, das deficiências da Contabilidade Pública, reveladas nos relatórios da 2ª série das propostas das finanças, erros que se cifram em muitas dezenas de milhares de contos”

⁷⁴ Vide “Coisas financeiras” in *O Popular*, nº 80, 22 de Maio de 1920

⁷⁵ O tratamento jornalístico do tema foi completado por uma conferência, dada no dia 30 de Maio de 1920 no Teatro Apolo e dada a conhecer n' *O Popular* de 31 com o título “O exame da situação económica e financeira e a autópsia das propostas das Finanças”.

provavelmente calculadas por baixo, incomodavam boa parte dos parlamentares, tanto liberais como democráticos, mas a moção de confiança que havia de fazer cair o governo acabou por radicar em questão diferente daquela que resultava do debate em curso⁷⁶. Na verdade, o governo caía por incapacidade do partido maioritário em constituir-se como alternativa sólida de poder, como se veio a verificar no governo seguinte de António Maria da Silva que um seu correlegionário, João Camoesas, fazia depender do “condicional apoio que os seus actos merecessem”.

O debate sobre a tributação concluiu-se com uma profissão de fé de Cunha Leal que haveria de torná-lo cada vez mais incómodo para a Alta Finança. Em resposta a Pina Lopes, afirmava: “ Se V. Exa. cair, poderá levar para o seu túmulo político a seguinte certeza: é que o Grupo Parlamentar Popular, se tivesse responsabilidade no Poder, havia de defender os interesses financeiros do Estado, com medidas mais violentas do que as que S. Exa. propôs”.

A questão da tributação só voltaria a ser reposta no governo de António Granjo, depois de uma passagem brevíssima de António Maria da Silva pelo governo⁷⁷. Encoberta ou disfarçada, esta era, no entanto, a questão política mais quente e a merecer todas as atenções. Por isso, as galerias encheram-se para ouvir o discurso de Cunha Leal na apresentação do governo Granjo. O sussurro constante obrigou o Presidente a ameaçar várias vezes de evacuação, enquanto o orador levava ao rubro o confronto com o novo governo: “ Se não empregasse a máscara deste tom risonho, que palavras candentes, como ferro na brasa, poderia eu encontrar para classificar a obra financeira, a

⁷⁶ O motivo próximo da queda do governo Ramos Preto acabaria por ser a publicação do decreto nº 6671 que criava lugares de secretários e chefes de gabinete de ministros, alegadamente uma matéria que só poderia ser decidida pelo Congresso

⁷⁷ A sucessão caótica dos executivos neste período impedia, na verdade, qualquer debate mais profundo de qualquer matéria, e muito menos da tributária. Na apresentação do governo António Granjo (20 de Julho de 1920), Cunha Leal ironizou com o cumprimento protocolar de “chapa batida” que se ia aplicando por aqueles dias: “ Sr. Presidente, em meu nome pessoal e do partido que represento nesta Câmara, apresento ao governo as minhas homenagens de muita consideração que se dirigem a todos os ministros sem excepção – aos meus amigos e aqueles que o não são”

obra de intensificação da vida económica nacional destes salvadores a prazo? Empregaria a palavra – *crime* - para a classificar? Diria que só uma incompetência formidável poderia deixar chegar as finanças e o crédito do Estado ao ponto em que umas e outras se encontram?”⁷⁸ A célebre frase das burras dos argentários abertas pela Guarda Republicana tinha sido glosada, no último mês, por toda a imprensa de direita e entrava de novo no Parlamento, trazida pelo novo Ministro das Finanças, Inocêncio Camacho que, no seu discurso de apresentação, guardara um comprometido silêncio sobre a proposta de tributação dos lucros de guerra. Isso não passara despercebido a Cunha Leal : “O Sr. Ministro das Finanças – o primeiro financeiro dos nossos tempos, com licença do Sr. Afonso Costa – com uma calma digna do homem superior, que S. Exa. é, referiu-se aos *bolchevistas* desta Câmara, afirmando à *Praça* que podia estar descansada e dormir tranquila sem receio pela sorte das suas succulentas *burras*, porque jamais – oh, jamais – os iria incomodar com a Guarda Republicana”⁷⁹. A proposta Pina Lopes não lhe merecera o aplauso por ser excessiva, mas antes por ser defeituosa nos fundamentos e apressada nos objectivos. No entanto havia que retomá-la e torná-la viável “com o concurso de todos os partidos” e se as forças vivas não quisessem pagar, então havia que obrigá-las a isso pela força. Acima dos homens e dos partidos estava o interesse nacional, o mesmo que o tinha levado a colocar-se contra os ferroviários uns meses antes porque – considerava – “não somos cortesãos de ninguém: nem dos de cima, nem dos de baixo”.

Para remediar e acorrer à catástrofica situação financeira, o novo governo apenas propunha, em matéria de tributação, actualizar as taxas das contribuições. Tudo o resto - o imposto de rendimento, o imposto global progressivo – ficava deslocado para as calendas, em virtude de a preparação de tais tributações se não compadecer com as

⁷⁸ Vide “O Partido Popular e o novo governo” in *O Popular*, nº 132, 22 de Julho de 1920

⁷⁹ Idem, *ibidem*

necessidades urgentes do tesouro. N`O *Popular*, Cunha Leal continuava a tocar a rebate: a fuga a todos os aumentos de impostos desde a guerra, era uma *cobardia financeira* que lançava a desgraça sobre os ombros das gerações futuras⁸⁰. Pressionados pela situação, os políticos não tinham conseguido ir além de uma política de expedientes, pelo recurso a empréstimos forçados, com aumento da circulação fiduciária, emissão de bilhetes de Tesouro e empréstimos, em conta corrente, através da Caixa Geral de Depósitos e do Banco de Portugal. Mas isso não tinha resolvido os problemas do Estado que pioravam a todo o momento com a desvalorização crescente da moeda – o “pesadelo dos câmbios” – que tornavam mais pesados os encargos da dívida pública e condicionavam as importações de matérias primas e equipamentos com que se desejava romper o ciclo de dependência externa no domínio das subsistências. Para romper este ciclo havia que empreender duas medidas prioritárias, considerava Cunha Leal – a melhoria da situação cambial, com a disponibilização de todos os títulos em ouro ainda existentes e um aumento dos impostos, “sobretudo os impostos directos, e entre estes, aqueles que incidem sobre a riqueza mobiliária”⁸¹.

No início de Agosto, o governo apresentou na Câmara dos Deputados uma proposta de Contribuição Predial, com o apêndice de um empréstimo. Era, na expressão de Cunha Leal, “uma proposta bolchevista que havia sido surripiada da bagagem de qualquer enviado secreto de Lenine por algum judeu manhoso”⁸². Em 11 de Agosto, o projecto do governo mereceu-lhe uma aturada crítica no Parlamento e a apresentação de um contra-projecto alternativo que “respeitando os legítimos interesses de cada um, não deixava de exigir aos contribuintes – aos pobres menos do que aos ricos – os sacrifícios

⁸⁰ Vide “A política financeira durante a guerra e depois da guerra – Fugindo ao imposto” in *O Popular*, nº 145, 6 de Agosto de 1920

⁸¹ Vide “O Pesadelo dos câmbios” in *O Popular*, nº 141, 2 de Agosto de 1920

⁸² Vide “Um parecer sobre um projecto de contribuição” in *O Popular*, nº 151, 13 de Agosto de 1920

necessários nesta hora”⁸³. Servido por quadros com informação abundante e demonstrativos dos resultados da aplicação da lei, o contra-projecto desceu à Comissão de Finanças, depois de Cunha Leal ter solicitado, sem sucesso, que fosse retirado e teve repercussões retumbantes por todo o país. No dia 13, a Academia das Ciências pedia, em telegrama, a aprovação do projecto de Cunha Leal, mas nos dias seguintes a Assembleia recebia numerosas manifestações de descontentamento de organizações de proprietários : da Liga do Norte, da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte e do Sindicato Agrícola de Arcos de Valdevez. Faziam-se eco de muitas das objecções que o Parecer da Comissão tinha formulado. Segundo esta, o projecto queria fazer uma revolução no sistema de contribuição predial, coisa pouco desejável naquelas circunstâncias. Depois, previa a tributação dos rendimentos provenientes da ocupação por arrendamento e, neste caso, que o cálculo se fizesse por simples presunção, atribuindo-se-lhe o valor de metade da renda. Ora, considerava a Comissão, “o cálculo por simples presunção, está longe de corresponder à importância desta tributação”. Cunha Leal retorquia-lhe que essa tinha sido a forma encontrada em Inglaterra desde os tempos de Pitt, tendo igualmente sido adoptada em França em 1917. O projecto isentava os proprietários com rendimento rústico colectável não superior a 30 escudos e sobrecarregava os maiores rendimentos com taxas progressivas. A Comissão considerava que, como a pequena e a média propriedade eram a regra geral em Portugal, se estas fossem aliviadas, não haveria compensação possível e prestar-se-ia um mau serviço ao Estado. Cunha Leal respondia com os cálculos que acompanhavam a sua proposta: a aplicação de taxas progressivas traria acréscimo de valor colectável e o alívio da pequena propriedade, para além de maior justiça social, introduzia igualmente maior racionalidade económica.

⁸³ Idem, ibidem

Tinham, no entanto, razão para descontentamento os reclamantes das várias organizações agrícolas que fizeram chegar o seu protesto ao Congresso: se o Projecto de Cunha Leal fosse adoptado, muita coisa mudaria. Eram muito rigorosas as bases de incidência do imposto, alargando assim o rendimento colectável, responsabilizavam-se os proprietários e rendeiros pelas suas declarações anuais e obrigatórias de rendimentos e previam-se mecanismos de fiscalização rigorosa, quer das declarações, quer das actualizações previstas. E isto não agradava ao indisciplinado corpo de contribuintes portugueses – em especial os cálculos por presunção e o carácter progressivo dos impostos. O projecto ia ainda mais longe, taxando a níveis baixos os incultiváveis e moderadamente os incultos, passando estes últimos à posse do Estado “se, decorridos 15 anos, (a partir daquele momento) os terrenos incultos não estiverem reduzidos a cultura” (Art. 10º, 2º).

À direita, tal só poderia ser interpretado como um ataque *bolchevista* ao direito de propriedade pela parte da burguesia radical. Para mais, o debate político tinha sido enxertado, desde o mês de Junho, com mais uma proposta de amnistia para os monárquicos, questão que opunha os dois campos de forma incendiária, principalmente por ter igualmente apoiantes no lado republicano⁸⁴. Em entrevista ao jornal *A Pátria*, Cunha Leal justificava a inoportunidade dessa amnistia por razões políticas, mas também por razões económicas: “ Há uma coisa que, como republicano que sou, me é doloroso ver, a saber: os monárquicos são ainda hoje quem ocupa todas as posições de destaque nas instituições financeiras e económicas da Nação. Não obstante, as leis financeiras e económicas por eles apregoadas, são desastrosas e as medidas por eles

⁸⁴ Três correntes republicanas se confrontavam sobre a amnistia aos monárquicos: os que pura e simplesmente se opunham a ela, os que a defendiam como desejável e os que a consideravam dependente das circunstâncias favoráveis. O debate colocou, talvez pela primeira vez, em franca oposição Machado Santos e Cunha Leal. O primeiro, representando a Federação Nacional Republicana, defendia a amnistia como forma de pacificação da sociedade, na linha do que já tinha defendido antes da guerra. O segundo fazia depender a concessão de uma melhor oportunidade. Em 10 de Julho, *O Popular* publicava uma

preconizadas não são inteligentes. Toda a gente sabe que, nos relatórios bancários, eles não vêem a situação do país senão através dos próprios interesses, querendo fazer da terra portuguesa um feudo seu. Ora, faltam-lhes para continuar a obra os companheiros da Galiza”⁸⁵. Monárquicos, reaccionários, financeiros e monopolistas, proprietários absentistas, eis as categorias que o radicalismo republicano agregava numa única frente – a dos inimigos do regime.

Em 19 de Agosto, limite traçado para a Legislatura⁸⁶, Cunha Leal propunha a prorrogação da sessão, por dias sucessivos, até à aprovação da Lei da Contribuição Predial, mas sem resultado. Dois meses depois do interregno parlamentar, os assuntos urgentes eram outros e a agenda política passou a ser marcada não pela necessidade do aumento de receitas, mas pela discussão sobre o rateio miserabilista dos meios do Estado para acudir às subsistências e ao aumento do funcionalismo público, de novo em greve.

5. A primeira prestação de provas como Ministro das Finanças

Aproximava-se a primeira grande prova de fogo para Cunha Leal. Ninguém regateava elogios à inteligência, combatividade e capacidade de trabalho do jovem parlamentar. Perante uma crise nacional tão profunda e face ao descrédito dos *velhos* partidos e individualidades, eram enormes as expectativas criadas em torno da “nova personalidade”. Nas vésperas da sua entrada, como Ministro das Finanças, para o governo de Álvaro de Castro, o director do jornal *A Vitória* apresentava o novo governante com uma insinuante dúvida: “ O novo Ministro das Finanças entra para o

carta de Machado Santos, de protesto pela forma como a FNR tinha sido tratada nos dias anteriores no jornal.

⁸⁵ Vide jornal *A Pátria*, 1 de Julho de 1920

⁸⁶ A Legislatura tinha sido adiada cinco vezes pelo Congresso, a última em 13 de Agosto de 1920

governo por direito de conquista. Parlamentar de méritos excepcionais, com raras faculdades de trabalho servidas por uma inteligência cintilante, o capitão Cunha Leal vai demonstrar que a sua capacidade de realização é igual ao seu poder demolidor”⁸⁷. À direita, temia-se o pior, tendo em conta as indicações que Cunha Leal tinha dado no Parlamento quando da discussão da reforma tributária Pina Lopes. N`A *Época*, Nemo⁸⁸ avisava que a linguagem violenta dos ataques à plutocracia, nem sempre se conjugava da melhor forma com a prudência e perseverança necessárias à obra legislativa do estadista das finanças, em particular quando se tratava da aplicação de novos impostos. Na extrema-esquerda, o movimento operário socialista, não alimentava ilusões : “ A nós basta-nos esta constatação – todos são nossos adversários – seja o sr. Granjo, o sr. Cunha Leal, o sr. Álvaro de Castro ou o sr. António Maria da Silva”⁸⁹. Em altura de greves, todos tinham sido responsáveis no “envio da tropa contra o proletariado”. No entanto, distinguiram o novo Ministro das Finanças⁹⁰ dos restantes membros do governo, apesar de não esperarem muito das reformas que se anunciavam⁹¹. Na sua opinião, o problema não estava nos homens, mas nas forças políticas que os sustentavam: “Podia alguém de bom senso emparceirar o sr. Cunha Leal, o homem que imprecava os

⁸⁷ Vide “O Novo Governo” in *A Vitória*, 20 de Novembro de 1920. O jornal foi, de 1920 a 1922, o porta-voz do Partido Reconstituente. Tinha como director Carlos Olavo.

⁸⁸ Vide “A verdade sem reboço” in *A Época*, nº 553, 5 de Dezembro de 1920. Nemo é pseudónimo de Fernando de Sousa, director do jornal *A Época*, porta-voz dos católicos

⁸⁹ Vide *O Combate*, 5 de Dezembro de 1920

⁹⁰ Sobre o arranjo governamental presidido por Liberato Pinto consideravam que o Presidente António José de Almeida tinha querido dar uma bofetada de luva branca na cara dos líderes dos dois grandes partidos que tinham abdicado de formar governo: “A cara desses *estadistas*, metidos na ordem pelo sr. Liberato Pinto de braço dado com a audácia impetuosa e ineludível superioridade mental em relação aos restantes, desse homem de acção que é o sr. Cunha Leal”, “O Momento” in *O Combate*, idem

⁹¹ Vozes mais moderadas, como a de Ramada Curto (aliás um dos revolucionários de Santarém ao lado de Cunha Leal), recomendavam antes a atitude de expectativa positiva: “Diz-se que o sr. Ministro das Finanças vai ser feroz com o capital, que vai buscar o dinheiro para a colectividade, às burras onde estiver aglomerado. Que para tal se empregarão mesmo, sendo preciso, os 2000 *secretários* da Benemérita [=GNR]. Vamos lá a ver isso. (...) Claro que nenhum socialista hostilizará essa *tesura* salutar e, enquanto isso se fizesse, nós entreter-nos-famos a arrumar a nossa casa, a preparar a nossa frente de batalha, a escolher os nossos meios de acção, para um dia – quando? Como? – pegarmos na obra encetada pelo sr. Cunha Leal e continuá-la por nossa conta. Mas não acreditamos”, *O Combate*, idem

governos para irem aos bancos buscar o dinheiro de que precisassem, com o sr. Álvaro de Castro, candidato querido da mais importante quadrilha de capitalistas?”⁹²

Bastaria a coragem e a audácia de que dera provas no Sidonismo, na Revolta de Santarém e no Parlamento para vencer naquelas horas amargas da República? O governo de concentração⁹³ de Álvaro de Castro tinha-se constituído contra os grandes partidos – o Democrático e o Liberal – e ousara apresentar-se no Parlamento sem o apoio de uma maioria. Os partidos do centro, esgotados por desacordos e dissidências crescentes, aguardavam os congressos anuais (que se realizariam a partir de 19 de Dezembro) para apaziguar as hostes e ganhar fôlego para novas arremetidas. Nos liberais, acusava-se António Granjo de inépcia no Parlamento e de incorrecção na linha adoptada pelo último governo de concentração que tinha liderado: os liberais apostavam na dissolução das Câmaras e em novas eleições que lhe pudessem dar uma maioria governamental. Entre os democráticos, escasseava a autoridade das lideranças e fazia-se sentir de forma dramática a participação da dissidência de Domingos Pereira no governo Álvaro de Castro. O governo constituíra-se, pois, em virtude do vazio e da abdicação dos partidos maioritários, com franjas dissidentes desses mesmos partidos, algumas delas de extracção recente. Era um governo a prazo, independentemente da autoridade política de Álvaro de Castro, do prestígio consolidado de Domingos Pereira ou da expectativa benévola criada em torno de Cunha Leal. Pouco importava, portanto, que o caos social estivesse instalado, que a questão dos presos políticos estivesse a atear uma fogueira difícil de apagar ou que as finanças públicas se estivessem a esvaír sem remédio. Sobre ele caíram a reprovação e os ataques verrinosos dos liberais, lembrando que Cunha Leal tinha sido um homem do Dezembrismo e ocultando, deliberadamente, o

⁹² Vide “O último governo”, in *O Combate*, 21 de Novembro de 1920

⁹³ Era composto o governo de Álvaro de Castro por uma maioria de *reconstituíntes* (cinco), por dois *populares* (entre eles Cunha Leal) e três *democráticos* da última dissidência, onde ponteara Domingos Pereira.

seu combate ao ditador. Adivinhava-se a moção de desconfiança, que tanto poderia vir dos liberais, como dos democráticos. Entre estes últimos destacou-se o sub-líder da bancada, João Camoesas, que acusava Álvaro de Castro de audácia na forma “híbrida” de governo que formara, unindo todos contra a maioria. Era, nos seus termos, um “homem bicolor, ora conservador, ora radical”. Seguramente, anunciava no discurso de apresentação uma linha de orientação que perturbava o *statu quo* existente no domínio das finanças públicas: sem esquecer a necessidade de comprimir as despesas, o governo avisava que iria encetar uma reforma tributária, principalmente sustentada nos impostos directos sobre o rendimento de todos os portugueses, em especial os mais ricos. Os velhos partidos sentiram a ameaça ao seu domínio conservador.

Cunha Leal recusou-se a aceitar a estratégia dissolvente da oposição e decidiu-se, ainda durante o debate político, como nos explica nas Memórias em combater no campo do adversário: “No meio desta discussão – precisamente no dia 24 – resolvi introduzir no fenómeno uma necessária diversão que tivesse o condão de inverter as posições dos acusados e dos acusadores”⁹⁴. Com a denúncia da designada *portaria surda*, um instrumento legislativo decretado pelo Ministro das Finanças António Maria da Silva em 8 de Julho de 1920⁹⁵, Cunha Leal pretendia meter vários coelhos dentro da mesma toca. A portaria nunca tinha sido publicada, tendo permanecido sigilosamente em vigor, mesmo durante o governo de António Granjo que havia sucedido ao de António Maria da Silva. Mudaram os partidos, manteve-se o mesmo vergonhoso sigilo, por acordo entre os dois⁹⁶. À margem, tinha ficado o Parlamento e a legalidade constitucional, que obrigava que a emissão e regulação bancária passassem

⁹⁴ FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. II, p. 252

⁹⁵ A *portaria surda* visou autorizar o Banco de Portugal a exceder o limite máximo fixado em matéria fiduciária, dando ao Estado meios de pagamento de que carecia urgentemente para pagar ao funcionalismo público

⁹⁶ Na visita protocolar dos corpos gerentes do Banco de Portugal, segundo o relato de Cunha Leal, Inocêncio Camacho, o Ministro das Finanças anterior, tinha tentado que esse silêncio se mantivesse, em

obrigatoriamente por aquela casa. Como reverter a situação para a legalidade? O novo ministro decidiu apresentar uma proposta de lei que aumentava de 200 000 contos o limite da circulação fiduciária acordada entre o Estado e o Banco de Portugal, alterando assim a Base 1ª do Contrato de 29 de Abril de 1918. Deste modo, não só supria os valores constantes da *portaria surda*, como ficava com os meios de que carecia para resolver uma situação que à altura se mostrava catastrófica. Caía o “Carmo e a Trindade” – o novo Ministro obrigava os dois líderes das forças maioritárias a reconhecer o estado de ilegalidade em que se tinha vivido e obtinha, ao mesmo tempo, a margem de manobra de que precisava para gerir as despesas mais urgentes! Foi rudemente interpelado por todos os lados da Câmara que não estava habituada a estas doses de irreverência dos novatos que chegavam. Sem razão, como referia Nuno Simões, um *independente*, no seu órgão oficioso: “ Nenhum dos pontos de vista [do Ministro Cunha Leal] justificaria o que se passou, os exageros, as violências, os apartes, as invectivas que ontem transformaram a sala da Câmara dos Deputados num campo de discussão verdadeiramente fora de todas as normas e hábitos políticos parlamentares”⁹⁷. As forças maioritárias não tinham como deixar de votar a proposta de Cunha Leal, mas o destino do governo estava traçado. Para as maiorias parlamentares, comprometidas com a situação, nem todas as verdades podiam ou deviam ser ditas. Com as situações claras, que agradavam a Cunha Leal, exultava o povo que enchia as galerias do Parlamento e os pequenos partidos que, do espírito justiceiro, pensavam arrecadar benefícios. Mas as promessas que tinham criado em torno de Cunha Leal a aura de decidido, corajoso e honesto mantiveram-se, mesmo depois da queda do governo⁹⁸ que apenas durara oito dias. Por isso, ganharia um lugar no governo que se seguisse, caso se

nome da estabilidade do país e para não lançar “o alarme na Praça”. Cunha Leal teria recusado esse silêncio comprometedor. Vide FPCL, op. cit., p.253

⁹⁷ Vide “O Grande mal”, jornal *A Pátria*, nº 180, 25 de Novembro de 1920

não tivessem alterado as condições político-partidárias, como de facto aconteceu. Tinha-se perdido mais uma oportunidade de reforma, mas estavam ainda vivas as esperanças, como se considerava no jornal dos *independentes*: “ Na sua atitude na Câmara dos Deputados, arrancando de uma maioria oposicionista e tão hostil que o derrubou a seguir, a votação de proposta de lei relativa à circulação fiduciária, revelou-se ao grande público como um homem de pensamento e acção, um pouco impetuoso talvez, mas com a decisão necessária para não tremer perante as terríveis realidades que temos que defrontar, aplicando-lhes remédios mais eficazes que a infantil terapêutica dos panos quentes...”⁹⁹.

6. De novo Ministro das Finanças no governo de Liberato Pinto

De facto, Cunha Leal e os *populares* voltariam a ser convidados para o *governo de força* de Liberato Pinto, o comandante da GNR. A República já só podia contar com a força armada para impor a ordem que as instituições políticas civis não conseguiam manter. O novo governo procuraria resolver o problema da ordem pública, “mantendo a liberdade de reunião e de pensamento” e governando com o auxílio do Parlamento onde, teoricamente, deveria contar com o apoio da maioria, já que o chefe do governo e outros três ministros eram democráticos ortodoxos. De fora de mais este governo de concentração ficavam só os liberais que defendiam, insistentemente, a dissolução do Parlamento.

Com Cunha Leal e Álvaro de Castro de novo incluídos no elenco ministerial, estava presente o espírito e a intenção reformista do governo anterior no domínio das finanças públicas e da tributação. Sem perda de tempo, logo no dia 6 de Dezembro,

⁹⁸ A moção de desconfiança foi apresentada por João Camoesas e votada por 60 votos contra 35 na sessão de 25 de Novembro

⁹⁹ Vide “Os partidos e a Crise” in *A Pátria*, nº 183, 28 de Novembro de 1920

Cunha Leal apresentou no Parlamento um pacote legislativo sobre tributação que visava remodelar integralmente o sistema de impostos directos, substituindo as três contribuições (predial, rústica e urbana e industrial) por uma só, com diversas categorias de rendimento. Pretendia, daquela forma, abranger todos os rendimentos e todas as profissões, incluindo os lucros do comércio e da indústria. Ao mesmo tempo, apresentava uma nova versão da proposta de lei da Contribuição do Registo do anterior ministro Pina Lopes, visando a reactualização dos valores matriciais tributáveis. No início de Janeiro, completaria o pacote com novas propostas sobre o imposto de selo, os bens sumptuários e as pautas.

As primeiras propostas, e em especial a da Contribuição do Registo, provocaram um terramoto no Parlamento e na opinião pública. De Norte a Sul do país, as associações industriais, comerciais e agrícolas desencadearam um movimento de contestação generalizado às propostas e ao ministro que apelidavam de *bolchevista*. Nos grandes meios de comunicação nacionais, a expectativa inicial foi substituída por uma campanha sistemática de reforço das dificuldades técnicas de aplicação das medidas, do seu desajuste e desproporção, quando não mesclada de desinformação e de dúvidas sobre o verdadeiro alcance das propostas. O apoio claro às medidas estava circunscrito aos dois pequenos partidos da coligação (*reconstituintes e populares*), aos *independentes* e à esquerda socialista¹⁰⁰. Os democráticos, como se verá no decorrer da discussão, mantinham-se expectantes e agiam em conformidade com as circunstâncias.

¹⁰⁰ Embora pouco crentes dos efeitos dos impostos para introduzir a justiça social que ansiavam, os socialistas não desdenhavam da reforma tributária e estiveram nos grandes comícios e conferências onde os reformistas se apresentaram para defender as propostas. Sobre a Conferência de Cunha Leal na Sociedade de Geografia (15 de Dezembro), afirmava Ramada Curto: “O Ministro das Finanças, com uma audácia de beirão rijo de borda, disse a essa gente todas aquelas verdades cruas e duras – que, afinal, já toda a gente sabe. Mas disse-lhas – e nesta República anódina, burocrática, acácia, que durante dez anos se tem divorciado das multidões sinceras, para piscar obscenamente o olho a todos os figurões da Agricultura, da Finança, do Comércio e da Indústria que a odeiam e a combatem – já é um progresso que se diga o que se disse, numa mesa em que secretariava um representante da Indústria – a tal! – do Comércio – o outro! – É já qualquer coisa que nos permite esperar, para ver o resto.” *O Combate*, 19 de Dezembro de 1920

É certo que Cunha Leal, a par do Ministro da Guerra Álvaro de Castro e de Liberato Pinto, foram os únicos a receber o apoio claro e inequívoco da oficialidade da GNR que especialmente se deslocou a cumprimentar estes ministros no seu gabinete no auge da discussão sobre as propostas das finanças¹⁰¹. No entanto, as verdadeiras decisões dependiam do Parlamento.

A discussão iniciou-se pela Contribuição do Registo, logo no dia 8 de Dezembro, com dispensa do Parecer da Comissão de Finanças. As críticas incidiam sobre a exiguidade do tempo de discussão, sobre o exagero das tributações e, principalmente, por adoptar “princípios muito avançados” em matéria de propriedade, já que tornava o Estado como um co-herdeiro em matéria de transmissões, pondo em causa o Código Civil. Cunha Leal respondia aos liberais, seus principais opositores, com algum desdém: eles continuavam ligados à velha tradição e viam no código do visconde de Seabra uma lei para o tempo eterno. Ele era um homem do seu tempo e, se lhe chamavam *bolchevista*, isso devia-se ao facto de ser apresentado como tal por certa imprensa que o tinha “anavalhado pelas costas”. Além disso, respeitava as tradições da família, mas acreditava que acima delas estavam os interesses do Estado. A Câmara exultava com a toada parlamentar que o novo ministro não tinha abandonado¹⁰². A direita explorava da melhor forma esses embates que, normalmente, se concluíam por disputas ideológicas com as quais o debate se afastava mais e mais do cerne da questão. Mesmo não estando directamente representada no Parlamento, a oposição de direita (monárquicos, católicos, forças vivas) ia amplificando o que aí se passava nos jornais que controlava. Na *Época*, uma das declarações de Cunha Leal seria glosada por muito

¹⁰¹ No dia 11 de Dezembro, o comandante general da GNR Pedroso de Lima e restante oficialidade superior, foram apresentar cumprimentos aos três ministérios e, em frente do chefe do governo, felicitou o gabinete, em especial por se propor resolver as questões financeira e económica. Para garantir a ordem lá estaria a GNR. Vide “Cumprimentos ao Governo” in *A Vitória*, 12 de Dezembro de 1920

¹⁰² Cunha Leal não abdicou das declarações fortes que lhe tinham granjeado popularidade enquanto parlamentar. A discussão ocorria, pois, num clima de exaltação retórica a que não faltaram as cenas de

tempo, ajudando a diminuir o crédito das reformas e do ministro. Em resposta às preocupações manifestadas pelos liberais sobre a transmissão da propriedade, o ministro afirmou que “ O direito de propriedade cessava com a morte do indivíduo. Se um indivíduo tinha o direito de herdar de outrém, por que não teria o Estado o mesmo direito?”¹⁰³ Esta era uma frase lapidar – segundo o jornal – que devia ter enternecido até às lágrimas os *bolchevistas* da Câmara.

Foram raras as vozes que se decidiram por discutir as propostas e contribuir para o seu aperfeiçoamento. Na maioria dos casos, as dificuldades técnicas foram alibis apresentados para tentar adiar a solução dos problemas. No caso do imposto sobre o rendimento que iria taxar os bens mobiliários do comércio, da indústria e da finança – o designado imposto cedular, por dividir os contribuintes em seis categorias ou cédulas – apontava-se a falta de um instrumento fiscal capaz e a inexistência de escritas organizadas pela parte dos comerciantes. Na verdade, o que estava verdadeiramente em causa, como as numerosas manifestações individuais e colectivas na imprensa podem revelar, era o repúdio pela tributação dos rendimentos que não advinham do trabalho por conta de outrém, o possível recurso ao cálculo dos montantes por presunção e o carácter progressivo dos impostos.

Desde a guerra que os impostos não sofriam mudanças substanciais, apesar de todas as profundas alterações sociais e económicas. A debilidade do Estado explicava essa situação, o que não impedia os membros da Associação Industrial Portuguesa clamarem por uma coisa e pelo seu contrário: “O Trabalho não recusa pagar, mas quer saber em que se baseiam as medidas propostas.(...) Surpreendido por uma situação que não criou, o país tem o direito de exigir que justifiquem os actos aqueles que a

pugilato logo no dia da apresentação das propostas entre dois deputados. Vide *O Século*, 7 de Dezembro de 1920

¹⁰³ Vide “Maus portugueses?” in *A Época*, nº 559, 11 de Dezembro de 1920

criaram”¹⁰⁴. A compreensão pela posição das *forças vivas* estendia-se a uma grande fatia da opinião publicada que enrolava a questão da tributação com o problema da “compressão de despesas”, exigindo sacrifícios àquilo a que chamavam as “forças mortas”, esbanjadoras, ou seja, o funcionalismo público e as instituições do Estado. Cunha Leal afirmava que a “compressão de despesas” era impossível, naquelas circunstâncias e que importava bem mais a aplicação da lei-travão no âmbito parlamentar.

A deplorável insuficiência da instituição parlamentar em que procurava obter colaboração e apoio facilitava a amplificação da onda constestatória. Cunha Leal decidiu vir para a “rua” obter o apoio que lhe recusavam no Parlamento para combater o egoísmo feroz dos possuidores da riqueza. Reuniu milhares de pessoas na Sociedade de Geografia de Lisboa e no Teatro Carlos Alberto do Porto¹⁰⁵ que não lhe regatearam “aplausos delirantes”. Dir-se-ia que estavam ali a verdade e a força. Nada mais enganoso: aquele era o meio *jacobino* que a imprensa etiquetava de “radicaleiro”, onde imperavam o *Ferraz das Barbas* e o *Marques do Pendão* – profissionais da revolução e maus companheiros para quem queria arrancar impostos aos detentores da riqueza. Entre os radicais, Cunha Leal depressa abandonava o tom “catedrático” de um reformador para saltar para a arena, como um lutador que era: “ Com o coração bem encostado a quantos amam a Pátria e a República, isto é, a vós, é que eu desejo falar. Aos outros, hei-de convencê-los pela evidência dos factos” – assim se dirigia ao povo que o acolhia no Carlos Alberto. Os *outros* alimentavam os vícios que vinham do fundo da História: “ Sente-se um pouco no fundo de alguns portugueses a energia dos rapinantes do Oriente, dos aventureiros piratas da Índia”. Atacava directamente o

¹⁰⁴ Vide *O Século*, 17 de Dezembro de 1920

¹⁰⁵ Na Sociedade de Geografia, (em 15 de Dezembro) o repórter d’*A Época* calculou em 2000 os assistentes. A conferência transformou-se em comício, o mesmo acontecendo no Teatro Carlos Alberto (em 3 de Janeiro)

adversário no seu covil: “Acabe-se a lenda – dizia textualmente o orador – dos conselhos dados ao governo pelos da rua dos Capelistas; que ponham em prática boas normas de administração e depois venham dar conselhos aos outros”. Com alguma imodéstia e muita ingenuidade afirmava: “ Sou teimoso e hei-de resistir à onda de parvoíce nacional. Eles atacam-me com uma saraivada de argumentos falsos e eu respondo-lhe com uma saraivada de contribuições”.

Ao apresentar o seu programa financeiro, Cunha Leal mostrava ter noção das dificuldades resultantes da aplicação de uma reforma tributária que intentasse uma remodelação mais profunda do sistema. Portugal mantinha uma estrutura socio-económica muito arcaica e, por isso, o seu radicalismo não era nem metade do de Giolitti, conservador italiano. Se o fosse, em Portugal “mandá-lo-iam fusilar”¹⁰⁶. E, na verdade, assim era, como se pode depreender de um conjunto de artigos publicados por Quirino de Jesus – um que não navegava seguramente nas suas águas – no jornal *A Época*¹⁰⁷. Embora discordasse das formas de tributação adoptadas e tivesse preferido outras, como um imposto sobre os lucros de guerra, reconhecia a Cunha Leal a feliz resolução da adopção de um imposto sobre os rendimentos. Teria muitos reparos a fazer, “sem prejuízo de concordar com os princípios e aspirações fundamentais” que enformavam aquela proposta. A sua compreensão estendia-se à necessidade de denunciar os “crimes financeiros” das *forças vivas* que queriam “continuar a sobrecarregar o Estado e a não pagar impostos”¹⁰⁸. Podiam então estar de acordo, no essencial, um radical e um conservador? Pareceria que sim. O problema não esteve então na qualidade técnica das propostas ou na convergência de opiniões sobre a urgência das reformas. Esteve, como o próprio Quirino de Jesus reconhecia, na

¹⁰⁶ Vide “No Ministério das Finanças” in *A Vitória*, nº 452, 21 de Novembro de 1920

¹⁰⁷ Referimo-nos a um pacote publicado no jornal, entre finais de Dezembro de 1920 e início de Janeiro de 1921, de que destacamos os seguintes: “A síntese trágica”, nº 565, 17 de Dezembro de 1920 e “A situação nacional”, nº 576, 29 de Dezembro de 1920

incapacidade das soluções governativas¹⁰⁹. A aprovação das propostas de finanças não dependia, de facto, da energia e combatividade de Cunha Leal, ao contrário do que ele próprio parecia acreditar. Também não abortou pelos efeitos negativos do seu empenhado e, alegadamente, “comicieiro” radicalismo verbal, que a imprensa de direita apontava como responsável pelo descrédito a que as propostas foram sujeitas¹¹⁰. No início de Janeiro, as propostas tributárias tinham caído “no poço”, donde ninguém mais seria capaz de arrancá-las, como se considerava num editorial d’*O Século*. Poderia o seu autor correr o país a denunciar o egoísmo atroz dos possidentes que nada mais se removeria. Tinha sido inconsequente o *governo de força* de Liberato Pinto: *alvaristas, populares e dominguistas* davam a cor a um governo de suposta concentração com os *democráticos*. Porém, desde meados de Dezembro que os atritos partidários se tinham intensificado, com um ataque cerradíssimo de Alexandre Braga a Álvaro de Castro no Congresso do Partido Democrático realizado no Porto¹¹¹. No dia de Natal, *O Século* amplificava, deliberadamente, os “efeitos sérios” da crise e anunciava a queda do governo para as primeiras sessões parlamentares de Janeiro. O governo sofria, de forma intensa, da debilidade do bloco apoiante e, nestas circunstâncias, a direita aproveitava para completar o seu aprisionamento. Em vésperas de Natal, uma centena de “senhoras portuguesas” invadiram literalmente o gabinete ministerial de Liberato Pinto para, num

¹⁰⁸ Vide “A síntese trágica” in *A Época*, nº 565, 17 de Dezembro de 1920

¹⁰⁹ A propósito afirmava: “Não vemos uma situação capaz de permitir, seja a quem for, a poderosa iniciativa de uma grande transformação financeira, económica e social, por onde se evite o maior afundamento e se comece a restauração. Governo e país estão no abismo”, *A Época*, nº 557, 9 de Dezembro de 1920

¹¹⁰ Nemo (director d’*A Época*), acusava Cunha Leal de falta de ponderação: “Teve ao menos a serena superioridade de estadista no embate com a crítica? Não, a vaidade irritada, a combatividade impulsiva e desdenhosa colocaram-no em manifesta situação de inferioridade e de incontinência dialéctica, quando podia ter feito obra útil – pois vale mais que muitos dos seus antecessores – se não confundisse a violência com energia e arrogância vaidosa com a consciência da verdade”, “A lenda Cunha Leal” in *A Época*, nº 590, 13 de Janeiro de 1921

¹¹¹ No Congresso do Porto, (19 de Dezembro) Alexandre Braga acusava Álvaro de Castro de ter proposto, em reunião do Directório de 23 e 29 de Julho de 1918, que o movimento de resistência ao Dezembrismo se fundamentasse na não participação na guerra, isto é, que o aliciamento dos militares se fizesse com a promessa de não voltar ao *front*. A questão deu origem a volumosa correspondência, publicada nos finais de Dezembro nos jornais nacionais. Vide, a título de exemplo, *O Século*, 25 de Dezembro de 1920

“gesto sentimental”, se oferecerem para substituir nas prisões os presos políticos. Nos dias anteriores, a imprensa de direita tinha pintado com as cores mais negras a situação desses presos políticos monárquicos, detidos há quase dois anos, nas piores condições, no que tinha absoluta razão. Não era, no entanto, ingênua esta “romaria da bondade” das senhoras monárquicas, onde ponteavam a Condessa de Arnoso, a Baronesa d’Almeida Santos e muitas outras Donas. Sabemos como Cunha Leal – o mesmo que agora apostava num ataque feroz às *forças vivas* – tinha sido decidido na condenação da amnistia por que lutavam os monárquicos. Esta era, obviamente, uma outra forma de atacar a virulência plebeia do beirão atrevido que ousava contrapor à tradição as exigências democráticas da modernidade. Os seus parceiros de coligação estavam, aliás tão imbuídos ou mais dessa *morbus* socializante como ele próprio. Num artigo publicado n’A *Vitória*, os *reconstituintes* justificavam o seu apoio às “afirmações ousadas” de Cunha Leal nos seguintes termos: “ Mas essa gente tem alguma dúvida de que, realmente, novos horizontes se abrem ao espírito humano?” E para que não ficassem dúvidas sobre esses “horizontes” concluíam “ O socialismo não é só o regime económico baseado na transformação da propriedade e na socialização dos meios de produção e troca, mas sobretudo a sanção eficaz da Democracia, a garantia precisa da soberania do povo, incompatível com o privilégio, com o monopólio, com o ágio, a especulação, com a exploração do homem pelo homem”¹¹². Descrentes – adversários mesmo - da *revolução à russa*, que prometia avançar quilómetros na realização dos ideais de justiça, estes republicanos, não desdenhavam avançar alguns metros através da redistribuição da riqueza por via da incidência fiscal progressiva sobre as grandes fortunas e dos meios assistenciais de que o Estado poderia deitar mão para democratizar a sociedade – a assistência, a instrução, as reformas operárias. Esta via social-democrata estaria, por muitos anos, arredada do cenário português, o que faria Cunha Leal afirmar,

¹¹² Vide “Propostas de Finanças” in A *Vitória*, nº 471, 11 de Dezembro de 1920

repetidas vezes, que a República – aquela que ele colocava no seu horizonte – tinha sido um fenómeno desfasado no tempo, completamente impossível de realizar na formação socio-económica nacional da época.

Condenadas as propostas *lealistas* ao descrédito, foi acordado entre os diferentes líderes parlamentares a aplicação de um regime provisório para as contribuições predial e industrial, baseado na actualização das taxas. A “medida transitória” foi, obviamente, aprovada por todas as bancadas no próprio dia da sua apresentação, a 16 de Dezembro. Vencera definitivamente a direita liberal, embora ainda não a contento das *forças vivas*, para quem todas as contribuições eram uma “expropriação e um esbulho”.

A Cunha Leal estaria ainda reservada uma última e difícil tarefa – a denúncia, em 31 de Dezembro de 1920, do contrato celebrado com a Agência Financial do Rio de Janeiro, cujos serviços tinham sido adjudicados ao Banco Português do Brasil em 31 de Maio de 1919. Tratava-se de um serviço que procurava resgatar as economias dos emigrantes portugueses, transformando-as em cambiais que o governo obtinha através de Londres. O contrato foi denunciado e o governo, através do Ministro das Finanças, convidou os bancos portugueses a apresentar uma proposta de adjudicação dos serviços da Agência, conquanto se prestassem a fazer dois empréstimos ao Estado, no valor de 600 000 libras cada um. O prazo de apresentação de propostas terminou no dia 9 de Janeiro, véspera da reabertura do Parlamento. No dia seguinte, os liberais, através de Lelo Portela, acusavam o governo de ter exorbitado das suas competências e consideravam ilegal a sua actuação. Cunha Leal não desarmou e instou a Comissão de Finanças (a que presidia António Maria da Silva) a revelar o que sabia sobre o assunto ou, então a autorizá-lo a dizer tudo aquilo de que ele próprio tinha conhecimento. Depois de explicar a decisão do governo na base de interesses nacionais que tinham estado sujeitos a uma “tremenda especulação”, procurou passar a responsabilidade para

os governos anteriores – dos *democráticos* e dos *liberais*, como sabemos. O debate iria prolongar-se por todo o mês de Janeiro até à apresentação de uma moção apresentada por António Maria da Silva, exigindo a entrega dos serviços da Agência à Caixa Geral de Depósitos a que Cunha Leal se opunha. Era, nestas circunstâncias, “um Ministro das Finanças absolutamente lançado às feras”¹¹³. Os ataques da direita não se fizeram esperar, denunciando a inconsistência do novo estadista ou acusando-o de louco. De forma irónica, Nemo, referia-se a Cunha Leal como o “mais prometedor super-homem” da governação republicana, “uma inteligência superior que era um dogma que não estava longe de ser inscrito na Constituição”¹¹⁴. *O Século* ia mais longe e denunciava “a ausência de maneiras, indispensável em cargo de tamanha responsabilidade, a linguagem absolutamente imprópria de uma pessoa educada e culta, uma irritação tal que leva muitos a desconfiar da existência de um estado patológico talvez a necessitar de atenções clínicas”¹¹⁵. Com os argumentos esgrimidos do domínio da “psicologia mórbida” que acentuavam a sua hiper-sensibilidade e um complexo de perseguição e ataque à honra, a direita preparava o seu assassinato político. Uns dias depois da suspeição de loucura, anunciavam a sua resignação e morte: “ Quem erra, como o sr. Cunha Leal errou dá por finda a sua carreira política e regressa à obscuridade de simples cidadão; mas fá-lo espontaneamente, abdicando de ilusórias aspirações, num gesto

¹¹³ A este episódio da Agência Financial, Cunha Leal juntou um outro não menos gravoso para a sua estadia no ministério. Tratou-se de punir, de forma exemplar, o responsável pela aquisição de arroz, em Valença, no valor de 900 contos, em nome do governo português. Devido ao mau estado do referido arroz, as autoridades espanholas procederam ao apresamento do carregamento. Augusto de Vasconcelos, diplomata português em Espanha, - tinha sido ele o comprador do produto deteriorado que o Estado pagou, sem qualquer benefício – foi instado pelo Ministro das Finanças a repor a quantia despendida. Mas este era mais um ataque lançado na cova da fera: Augusto de Vasconcelos era um notável republicano, *liberal*, mas com prestígio entre os *democráticos*. Quem mandava a Cunha Leal empreender tal façanha? Cf. FPCL, op. cit., p.267

¹¹⁴ Vide “A lenda Cunha Leal” in *A Época*, cit.

¹¹⁵ Vide “Caso Patológico, até onde leva a vaidade irritada de um ministro que se julga super-homem” in *O Século*, 12 de Janeiro de 1921

elevado de patriótico sacrifício.”¹¹⁶ A demissão do governo viria a ocorrer em 11 de Fevereiro, depois de um incidente no Parlamento. Na ordem do dia estava a discussão de um determinado projecto. Cunha Leal obteve a palavra e, ignorando a ordem, anunciou que ia entregar à consideração da Câmara documentos relativos à questão da Agência Financial. O Presidente retirou-lhe a palavra, não lhe aceitando um requerimento em que solicitava o tratamento daquele assunto. Na Câmara perpassou um sussurro de evidente estupefacção. À indelicadeza seguiu-se ainda a desforra revanchista das incomodadas maiorias, pela voz do deputado liberal Plínio Silva: “Infelizmente, de há um tempo para cá que a Câmara se estava colocando numa situação que parece traduzir que apenas havia no Parlamento da República o sr. Ministro das Finanças, e que nós outros não éramos mais que comparsas, dispostos eternamente a suportar os insultos de S. Exa.”¹¹⁷

A queda inevitável do governo de Liberato Pinto, que sucedeu alguns dias depois da demissão de Cunha Leal, foi a antecâmara do desenlace brutal da política radical que culminou com a Noite Sangrenta. Impedido por razões de ordem política e moral, o Presidente António José de Almeida não só não aceitou os pedidos insistentes de dissolução dos *liberais*, como lhe não entregou o poder, preferindo convidar para formar o novo governo uma personalidade como a de Bernardino Machado, com aura de independência dos partidos. Continuavam os governos de concentração, mas agora de orientação civilista. A GNR e o seu chefe Liberato Pinto – tão ineficazes na manutenção da ordem e da reforma da República – mostraram-se agora fortes contra a fragilidade do novo governo. O “monstro” criado, preparava-se para devorar o seu criador. Na verdade, a esboçada insurreicção de 21 de Maio de 1921, unindo corpos da

¹¹⁶ O articulista negava a Cunha Leal o direito de pedir um inquérito à situação da Agência Financial, que só o Parlamento teria legitimidade para exigir. Vide “Balão de oxigénio” in *O Século*, 17 de Janeiro de 1921

¹¹⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de Fevereiro de 1921

GNR e de Metralhadoras Pesadas, não terá sido mais que a expressão “liberatista” de um poder militar incontrolado pelo poder civil e exacerbado pelos apelos “para ir sem hesitação até onde fosse necessário”¹¹⁸. Contra esse poder militarizado se levantaria o Ministro da Guerra Álvaro de Castro, defensor de uma reforma eleitoral e da resolução do problema financeiro antes das eleições. A exoneração de Liberato Pinto, após sindicância decidida pelo governo, levantaria um coro de protestos da oficialidade da GNR e seria responsável pela queda do governo de Bernardino¹¹⁹. Mas, na base dessa demissão, estava igualmente o acordo simultâneo de *liberais* e facções importantes dos *democráticos* quanto à oportunidade da dissolução e da convocação de novas eleições a que o Presidente da República se sentia tentado a atender. Uns e outros, apostavam no rotativismo das duas forças maioritárias, arrumando as minorias a um canto¹²⁰. A dissolução ocorreu a 1 de Junho.

7. A ascensão do Partido Liberal e a “corrida radical”

Facilitando a ascensão do Partido Liberal, o Partido Democrático abriu as portas a profundas alterações no quadro político-partidário do regime. Organizadas pelo governo liberal de Tomé de Barros Queirós, as eleições de 10 de Julho foram vencidas pelos *liberais*, com 48% dos sufrágios. Os *democráticos* perdiam, pela única vez durante a I República, as confortáveis maiorias que sempre tinham obtido e, sob o feito destas mudanças, eclipsaram-se os *populares*, ficando a representação socialista reduzida a um deputado. O Parlamento tinha virado à direita: os monárquicos voltavam ao Congresso, tendo mesmo vencido num dos bastiões do republicanismo – a zona

¹¹⁸ Vide Rui Ramos, op. cit., p. 623

¹¹⁹ Cunha Leal conta-nos nas suas Memórias (op. cit., pp.270-271) como assistiu de perto ao rocambolesco afastamento de Bernardino Machado da chefia do governo, em reunião a que assistiu em casa do Presidente da República

ocidental de Lisboa – numa altura em que ainda se não encontrava resolvida a questão política levantada pela sua responsabilidade na guerra civil de 1919 e se mantinha acesa a discussão sobre a amnistia. Também os católicos regressaram ao Parlamento, desta vez com um deputado que se tornaria famoso no futuro – António de Oliveira Salazar. Cunha Leal tinha tentado a eleição pelo círculo do Porto, onde contava com apoios seguros, mas sem qualquer intermediação partidária. Os Populares tinham-se formado no Parlamento e acompanharam aquele partido na queda. Alguns, como refere Cunha Leal, “enveredaram pela tortuosidade do insurreccionalismo”¹²¹. Ele tentara, com meios rudimentares¹²², alcançar o lugar da minoria na capital nortenha, mas perdera “por umas duas centenas de votos”. As eleições tinham sido acompanhadas por um tradicional clima de suspeição e mesmo por “um acréscimo muito significativo das práticas fraudulentas e coercitivas”¹²³. Denunciando a violência que acompanhou o acto eleitoral em Castelo Branco, Cunha Leal afirmava que o Partido Liberal “que tinha ido para a dissolução em nome dos princípios republicanos, começara mal a sua vida, iniciando-se por uma verdadeira orgia eleitoral”¹²⁴. Afastado no Porto, renovaria a sua candidatura por Angola, com o conseqüente arrastamento do processo de tomada de posse, o qual veio a ocorrer em 31 de Agosto.

A maioria parlamentar liberal não tinha, no entanto, uma vida fácil. Manchara-se, logo no início, com a abdicação com que permitira a violência no processo eleitoral. Dividida no seu interior em três facções – os ex-unionistas, os ex-evolucionistas e os ex-

¹²⁰ Vide Bernardino Machado, *Depois do 21 de Maio*, vol. I, p. 87

¹²¹ FPCL, op. cit., p. 273

¹²² Nas Memórias conta-nos como tentaram remediar a falta de estruturas partidárias: “...percorrendo a cidade e seus arredores com uma caravana de meia dúzia de automóveis, que fazíamos estacar nas praças, e largos do burgo portuense, aproveitando para isso as ocasiões mais oportunas. Conseguíamos assim reunir massas relativamente vultuosas de ouvintes (...) Não dispunha de outro apoio jornalístico que não fosse um modesto semanário, à volta do qual se tinha congregado um sector de democratas intransigentes. E, sobretudo, carecia de organização para se me permitir o exercício de uma fiscalização efectiva das mesas eleitorais.” Op. cit., idem

¹²³ Vide F. Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, p. 153

¹²⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1 de Setembro de 1921

dezembristas – era tudo menos o garante de uma situação de estabilidade. No dizer de Bernardino Machado, “quiseram dois partidos de governo e ficou-se sem nenhum”¹²⁵. No campo operário e popular, desfizera-se a liderança dos socialistas “intervencionistas”¹²⁶, abrindo-se o campo a todas as soluções extra-parlamentares e extremistas¹²⁷. Os problemas adiados – da carestia de vida, da reforma fiscal e dos abastecimentos – agudizavam-se. As soluções ensaiadas não tiveram sequer tempo para vingar. A decretada liberdade de comércio de produtos de primeira necessidade com vista à regularização do mercado foi logo interpretada pelas oposições, em especial as extra-parlamentares – como uma cedência aos grandes interesses. O mesmo aconteceu com o estabelecimento de três tipos de pão, com finalidade de barateamento, que voltou atrás alguns dias depois de ser decretado. A oposição partia mesmo dos sectores mais moderados, como aquele em que ponteara a figura do patriarca Bernardino Machado. Para eles, qualquer tentativa de regularização da relação do Estado com a Igreja, era logo vista como “rendição de preito ao clero” e a eleição de um forte grupo monárquico aí estava para demonstrar a insofismável cedência dos *liberais*.

O debate parlamentar foi intenso naquele “verão quente” de 1921. Ao governo Barros Queirós sucedera, em 30 de Agosto o segundo (que será o último) governo António Granjo. Os problemas a que o anterior governo quisera pôr ombros mantinham-se intactos e o Parlamento, contra todas as regras, iria manter-se em funcionamento pelos meses de Agosto e Setembro. Na agenda tinha para decidir o regime cerealífero, a reforma fiscal e o considerado imprescindível empréstimo externo. Desde finais de Agosto que os liberais procuravam atalhar à questão cerealífera. A situação era aflitiva, já que o pão sofria em alguns locais aumentos sucessivos em curtos espaços de tempo, o

¹²⁵ Bernardino Machado, op. cit., p.97

¹²⁶ Cf. António José Telo, *Decadência e Queda da I República*, vol. I, p. 181

que provocava problemas graves de ordem pública, como os que aconteceram na Azambuja em meados daquele mês¹²⁸. Como acontecera com a “lei Granjo” de 1920, a nova proposta liberal iria obter a maior oposição de Cunha Leal no Parlamento, pelos mesmos efeitos previsíveis: a remuneração exagerada da moagem, a utilização indevida dos créditos do Estado para “engordar” o sector, sem benefício nenhum para os consumidores, bem como a protecção exagerada aos trigos da produção nacional. Manifestava-se abertamente contra a criação de três tipos de pão, pelas possibilidades de fraude que esse tipo de situação propiciava. Por fim, exigia um maior cuidado pela parte da administração na arrematação de trigos exóticos, vendidos à moagem a preços abaixo do custo e sem que o sector mostrasse qualquer intenção de utilizar os seus créditos próprios.

A crise do Tesouro adquiria contornos tremendos, em especial pela dramatização que alguma imprensa fornecia ao caso, ajudando de forma clara a justificar a necessidade de políticas rigorosas de compressão de despesas as quais, naquela situação, só poderiam realizar-se em detrimento do funcionalismo público. Em 17 de Agosto e com repetição nos dias seguintes, *O Século* apresentou, em grandes parangonas de primeira página, o balanço da situação: “ 300 000 contos, representam mais de 800 contos por dia, ou seja, mais de 30 contos por hora gastos a descoberto, isto é, sem receitas que lhe correspondam, sem rendimentos que os compensem”. À proposta tributária em discussão, já desde o governo de Barros Queirós, Cunha Leal apresentaria uma contra-proposta alternativa, largamente baseada no imposto sobre o rendimento que tinha posto à discussão durante a sua estadia no Ministério das Finanças. Voltava a estar evidente a progressividade das taxas, acrescentando-lhe Cunha

¹²⁷ A criação do Partido Comunista Português, em Março de 1921, com base nos sectores mais politizados da aristocracia operária e da pequena burguesia urbana é, a este propósito, um facto significativo do processo de radicalização política em curso

¹²⁸ Vide *O Século*, 16 e 17 de Agosto de 1921

Leal o critério de reactualização das matrizes da propriedade rústica pelo índice quatro. A proposta seguia o modelo tributário inglês que assentava no princípio de que o valor das matrizes teria decuplicado desde a guerra. A não introduzir alterações nas bases tributárias, o Estado estava a ser esbulhado dos seus direitos e os funcionários públicos a servir de bode expiatório de culpas alheias.

Os últimos dias de abertura do Congresso foram ocupados com o escândalo do “contrato dos 50 milhões”, enquanto a agitação política e social recrudesceu em torno do julgamento de Liberato Pinto, no Tribunal de Santa Clara. O contrato visava a realização de um empréstimo externo e tinha começado a ser tratado ainda no governo de Bernardino Machado, com a colaboração de Afonso Costa, delegado do governo português em Paris. Cunha Leal levou o assunto ao Parlamento, através de interpelação ao Ministro das Finanças, na sessão de 8 de Setembro. Denunciava a má fé com que o assunto tinha sido tratado por um consórcio de bancos portugueses e exigia ao governo que levasse a tribunal os intermediários portugueses, de modo a serem apuradas todas as responsabilidades¹²⁹. Durante semanas, a economia nacional tinha sido fustigada por bruscos saltos cambiais que Cunha Leal fazia derivar da especulação associada ao empréstimo. O descontentamento popular atingia níveis deploráveis. Uma entrevista de Afonso Costa ao Diário de Notícias (14 de Setembro) sobre o contrato, desencadeou uma outra intervenção parlamentar de Cunha Leal. Parecia-lhe completamente inadequada a forma como o estadista decidira esclarecer o assunto e se eximira a comparecer no Parlamento, apesar da insistência para que o fizesse.

Em 17 de Setembro, o Congresso decidia pelo adiamento da sessão legislativa até 7 de Novembro. O encerramento do Parlamento e a inépcia dos governos anteriores tinham legado a António Granjo a revolução. Talvez ingenuamente, o líder liberal

¹²⁹ A situação era ainda mais preocupante depois de o governo ter podido concluir, no final de Agosto, da falsidade do empréstimo, tratado por entidades americanas.

parecia acreditar na capacidade para meter ombros às difíceis tarefas de combate à carestia de vida e de equilíbrio do Tesouro. Sobravam-lhe, no entanto, as dificuldades tanto quanto lhe escasseavam os meios. O governo avançava a custo e perigosamente desarmado: nem o “grande empréstimo” tinha sido concluído, nem a reforma das contribuições tinha avançado. A imprensa hostilizava sem piedade o governo, em particular a *Imprensa da Manhã*, um jornal dirigido na verdade por Liberato Pinto. O Parlamento, enquanto estivera aberto, tinha despejado enxurradas de lama sobre a opinião pública, incendiando-a perigosamente. O governo tivera a veleidade de associar a muitas das suas soluções políticas homens das *forças vivas*, como Alfredo da Silva e juntara, assim, mais lenha para o fogo devorador. Esfomeado e sedento de sangue, o lobo estava prestes a descer ao povoado.

A conjura insurreccional avançava com o concurso dos amigos de Liberato Pinto, condenado a um ano de prisão no Forte de Elvas, conluiados com os *populares*¹³⁰ excluídos do Parlamento nas últimas eleições e outros elementos anti-liberais. Um mês antes do golpe de estado de 19 de Outubro, o *Diário de Lisboa* avisava, para quem quisesse ouvir, sobre o estado adiantado dos trabalhos revolucionários, que avançavam sem reboços e à luz do dia: “ Há tudo: canhões, infantaria, cavalaria e, quem sabe, um bom punhado de aviões de combate. Não haverá assaltos e os revolucionários, cuja filiação partidária ou intuítos ninguém conhece, reprimirão todo e qualquer esboço de saque”¹³¹. A 30 de Setembro, uma conspiração abortada parecia ajudar António Granjo a acreditar na inocuidade do movimento revolucionário em curso¹³². No entanto, a

¹³⁰ Afastados do Parlamento nas últimas eleições de 10 de Julho, muitos *populares* decidiram-se pela via insurreccional. Um desses deputados, Afonso de Macedo (que viria a desempenhar papel central no Outubrismo e na Noite Sangrenta), declarava, logo em 12 de Julho ao *Diário de Lisboa*: “ Há-de o povo encarregar-se de dissolver estas Câmaras; desta vez não terá o sr. Presidente da República tanto trabalho como teve da última. O povo e só o povo se encarregará de fazer justiça”

¹³¹ Vide o *Diário de Lisboa*, 24 de Setembro de 1921

¹³² Diminuído do apoio da GNR e de partes significativas do Exército que se preparavam para a revolta, António Granjo parecia pairar por sobre a realidade indesmentível da sua fragilidade. Em declarações ao *Diário de Lisboa*, após a intentona de 30 de Setembro sossegava os espíritos alheios (provavelmente mais

conjura avançava com a participação das forças da ordem, proletarizadas por ordenados de miséria¹³³ e ameaçadas pela redução de efectivos e de meios.

A par dos operacionais da revolta, uma outra iniciativa de sectores radicais do democratismo e da Maçonaria juntou-se no mesmo barco, pelo menos temporariamente, em oposição ao liberalismo, denotando alguma compreensão pela necessidade de mudança do rumo político seguido pelo governo. Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria, apadrinhara a necessidade de um Ministério de Salvação Pública, capaz de “mudar de processos, de orientação e de método”. Para acabar de vez com as revoluções, o grão-mestre propunha a formação de uma comissão¹³⁴, composta pelos líderes republicanos e os representantes da finança, da indústria e da agricultura, que levasse a efeito uma manifestação nacional, “tendente a exigir um governo de salvação pública”. A relação estreita deste Movimento Nacional de Salvação Pública com os operacionais da conjura em curso parece evidente se tivermos em conta o relato que dos acontecimentos nos dá Cunha Leal – uma personalidade central em todo este processo¹³⁵. Unia-os os objectivos finais a atingir, mas separava-os as estratégias e os métodos. Todos estariam de acordo que, a não ser atalhada a carestia tremenda dos géneros e a escassez do Tesouro, a República se aproximava das maiores dificuldades. Mas os remédios para a superação das dificuldades esbarravam com vontades políticas incompatíveis e problemas insuperáveis.

que o seu): “Abortou completamente... Não tinha elementos...Tudo em sossego... Garanto-lhe que, enquanto for presidente do Ministério, eles não sairão”

¹³³ Um capitão da GNR tinha para sobreviver, mensalmente, entre 350 e 380 escudos o que, como explicava um desses responsáveis três dias após o 30 de Setembro ao *Diário de Lisboa*, era manifestamente pouco para evitar o descontentamento: “A disciplina não é tão férrea que não permita o jogo dos órgãos cerebrais. O oficial reflecte, analisa a sua situação, calcula as misérias que atravessam as classes civis, em igual ou pior situação e sucede, então, uma coisa que é sempre mal vista pelos que querem militares com a ténpera do aço: “ – sentem-se povo”.

¹³⁴ Segundo as preferências de Magalhães Lima, a comissão seria composta por José de Castro, António Luís Gomes, Jaime Cortesão, João de Deus Ramos, Francisco António Correia, Cunha Leal, Ramada Curto, Leonardo Coimbra, Sá Cardoso e Peres Trancoso. Vide a este propósito Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, pp. 80-84

Nestas circunstâncias, Cunha Leal mostrava uma especial vocação para protagonizar soluções de responsabilidade, talvez demasiado comprometedoras para as possibilidades políticas de alguém que nem um partido político tinha nesta altura a apoiá-lo. A actuação em palcos tão diferenciados, se não for compreendida por uma análise circunstanciada, poderá aparecer aos olhos de muitos (como de facto veio a acontecer depois da Noite Sangrenta) como uma aventura política inconsequente ou um desnorte oportunista. O repórter mais completo desta época conturbada descreve assim Cunha Leal: “ Alheio aos partidos, aos erros passados da política republicana, tendo revelado qualidades de autêntico talento aliadas a uma vasta cultura, os revolucionários viam nele o chefe que lhes faltava. Todos reconheciam que, intelectualmente, entre o sr. Manuel Maria Coelho e o sr. Cunha Leal ia uma distância enorme. E das mais variadas fontes recebia solicitações para se incorporar na conjura”¹³⁶.

Em inícios de Setembro, antes do fecho do Parlamento, conseguira reunir “ as personalidades de mais representatividade e isenção dos diversos sectores políticos” para consertar posições em torno de um relatório da situação financeira do país e das soluções a implementar em Novembro. O relatório e os caminhos sugeridos (apresentado por ele próprio, em parceria com Fausto de Figueiredo) tiveram a concordância dos “circunstantes”¹³⁷. Mas “os parlamentos são todos maus – afirmava em entrevista Cunha Leal, e acrescentava : “Eles têm que realizar uma enorme, complexa, variadíssima obra de legislação, e não lhes é possível fazê-lo dentro da sua estrutura e organização.(...) depois da guerra, é impossível um Parlamento servir, ser bom”¹³⁸. Porém, mais preocupante que a inépcia dos parlamentos, era o

¹³⁵ FPCL, op. cit., pp. 280-283. Aí se explica as estreitas relações que manteve com o MNSP, por um lado, e com os conjurados por outro, bem como o restabelecimento das relações com António Granjo, depois dos conflitos abertos na arena parlamentar

¹³⁶ Vide Consiglieri Sá Pereira, op. cit., p.87

¹³⁷ FPCL, op. cit., p. 280

¹³⁸ Vide Consiglieri Sá Pereira, op. cit., pp.85-86

conservadorismo dos partidos políticos que se mostravam incapazes de acompanhar as mudanças em curso no país. Eles nunca abdicariam do seu lugar e do “partidarismo dissolvente”, como pretendia o MNSP e Magalhães Lima. Por seu lado, a Comissão (de iniciativa maçónica), paralisada pelo peso da engrenagem institucional, também não queria a Revolução. Cunha Leal acompanhou este movimento, que preconizou uma espécie de levantamento popular para exigir o Governo de Salvação Nacional até aos últimos dias anteriores à revolução de 19 de Outubro. Esteve presente numa última reunião ocorrida na casa do patriarca maçónico em que foi decidido abandonar o plano golpista por manifesto desajuste com a realidade pré-revolucionária que se vivia nas ruas e nos quartéis. A Comissão, que não partilhava dos objectivos mais insurreccionais dos conjurados militares, temia servir de porta aberta para o pronunciamento. No entanto, já fora demasiado longe. O movimento alimentara a consciência revolucionária e saía de cena para dar lugar à desordem e à anarquia dos movimentos de “rua”, manifestamente incontrolados e incontroláveis pelos revolucionários.

A estatura política e moral de Cunha Leal fazia-o surgir como o epicentro de campos desencontrados e antagónicos, todos eles empenhados na ruptura com o governo liberal. O aliciamento para o campo dos conjurados foi constante, tanto para a primeira tentativa de 30 de Setembro, como para a de 19 de Outubro. Segundo as suas próprias palavras, recusou sempre, por lhe não agradar o “desencadeamento de fenómenos revolucionários por ideólogos de meia tijela, de envolta com imponderados e aventureiros”¹³⁹. Santarém tinha sido um aviso para si – as revoluções eram, muitas vezes indispensáveis para vencer realidades enquistadas. Porém, sem clareza de

¹³⁹ FPCL, op. cit., p. 281

objectivos e sem reunir os meios para saírem vitoriosas, eram aventuras duvidosas e inconvenientes, bem mais desastrosas que a situação que pretendiam superar¹⁴⁰.

8. A “Noite Sangrenta”

De “líder desejado”, Cunha Leal passou a ser um objecto sujeito a reacções contraditórias nos conturbados momentos da Noite Sangrenta em que a sua vida esteve em jogo, por mais de uma vez. Referência incondicional para uns, como lutador e inimigo visceral dos apetites inconfessáveis das *forças vivas*, ex-ministro das Finanças – um igual aos outros – para a “rua” radical, marinheira e jacobina que talvez ainda não tivesse esquecido os ataques populares aos exageros reivindicativos do movimento grevista ferroviário do ano anterior. E, principalmente, alguém que defendia de forma tão desusada o inimigo número um dessa mesma “rua” - António Granjo – para mais um adversário com quem Cunha Leal terçara armas no Parlamento!

A cidade acordava em sobressalto, na madrugada do dia 19 de Outubro, ao som de três tiros disparados pela artilharia pesada da GNR, que assentara arraiais nos terrenos da Rotunda e de um outro tiro do “Vasco Gama”, sediado no Tejo. A revolução estava na rua. Barricadas desnecessárias de revolucionários civis armados fechavam as entradas das avenidas novas. Não houvera resistência das pouco numerosas forças governamentais que se estabeleceram junto do cemitério dos Prazeres¹⁴¹ e os reforços de Mafra, apontados como a arma secreta de António Granjo para desfazer o poderio dos guardas republicanos, aderiram ao movimento revolucionário. A meio da noite

¹⁴⁰ Numa última tentativa de aliciamento, o seu ex-correlegionário Afonso de Macedo, ter-lhe-ia oferecido a condução da conjura, com liberdade para irradiar as pessoas de baixo estofa moral e adiar, se tal fosse necessário, a data da insurreição. Vide Consiglieri Sá Pereira, op. cit., p. 89

¹⁴¹ Retido no Ministério do Interior durante a noite, António Granjo reuniu as poucas forças fiéis: alguns elementos de Cavalaria 2, uma companhia de Infantaria 1 (duas unidades da Ajuda) e o Batalhão de Sapadores de Caminho de Ferro, comandado pelo tenente-coronel Raúl Esteves, uma personalidade que se tornará decisiva em anos futuros.

refugiou-se no Quartel do Carmo, um covil de insurrectos de onde pretendia dirigir a resistência. Às dez da manhã pediu a demissão ao Presidente da República.

Tudo tinha sido fácil – demasiado fácil para uma situação tão complexa. A meio da tarde, os vencedores dormiam sobre os louros da vitória e preparavam, com insistência, a nomeação do futuro governo chefiado por Manuel Maria Coelho¹⁴². Os revolucionários tinham aberto a caixa de Pandora e mostraram-se incapazes para sustentar a embriaguez extremista dos bandos armados de civis, marinheiros e guardas republicanos¹⁴³ que, sem mando das hierarquias, se apressaram a correr a cidade em busca dos “culpados” da situação, no cumprimento de uma justiça sanguinária que pretendia, alegadamente, servir de exemplo para os homens públicos¹⁴⁴. Chamados a serenar os ânimos dos grupos armados que se dispersaram por toda a cidade na caça ao homem, os membros da Junta Revolucionária chegaram sempre tarde, já depois dos actos consumados. Chegaram tarde à casa de Cunha Leal onde, desde o início da tarde se refugiara António Granjo, na esperança de escapar à fúria dos insurrectos que lhe cercaram a residência. Carvalho dos Santos, um emissário de Cunha Leal, conseguira a custo atingir o quartel de Metralhadoras e convencer um membro da Junta Revolucionária, o capitão Loureiro, a dirigir-se a casa do protector de Granjo. Quando chegaram, apenas encontraram um outro grupo que Agatão Lança deligenciara para interceder junto dos revoltosos e que era composto por altos responsáveis da Junta:

¹⁴² Cerca das 9 h 30 m, uma comissão delegada da Junta Revolucionária, composta por militares e civis (Jacinto Simões, chefe de gabinete de Liberato Pinto e Afonso Macedo, um popular) exigia ao Presidente António José de Almeida a nomeação do novo gabinete. O Presidente procedeu a essa nomeação ao princípio da noite

¹⁴³ Nas declarações prestadas no Julgamento do 19 de Outubro, o novo comandante da GNR, general Vieira da Rocha, recém-empossado pelo novo ministério revolucionário, justificava a impossibilidade de evitar o assassinio do coronel Botelho de Vasconcelos do seguinte modo: “Com 4000 homens (da GNR) dispersos numa cidade como Lisboa, era impossível evitar esse crime. Mais difícil era prevê-lo”, *O Século*, 22 de Dezembro 1922

¹⁴⁴ *A Imprensa da Manhã*, o jornal dos revoltosos, deu eco às motivações dos “justiceiros” no dia a seguir aos acontecimentos da Noite Sangrenta : um dos assaltantes à casa de Fidelino de Figueiredo, explicava, depois de ter participado no assassinio de Machado Santos, “...que iam fazer outro tanto a vários banqueiros e individualidades políticas para defesa e consolidação da República”. Cit. por Maria Alice Samara, “Um fantasma que encheu a noite de pavor”, in *História* (III série), nº 39, Outubro de 2001

Afonso de Macedo e Jacinto Simões. Cunha Leal e António Granjo já tinham sido arrebanhados pelos condutores da “camioneta fantasma” e levados para o Arsenal da Marinha¹⁴⁵. Sob o pretexto de que iriam proteger António Granjo das garras dos bandoleiros armados, levando-o para bordo do “Vasco da Gama”, um grupo de marinheiros chefiado pelo guarda-marinha Benjamim Pereira, ludibriou Cunha Leal e conduziu o ex-chefe do governo para a *pousada da morte*. À entrada da noite (9 h e 30 m, segundo o repórter), entraram no Arsenal, sob o olhar e aparente comando de um contra-almirante, quatro capitães de fragata, um capitão-tenente e cinco guardas-marinha, mas, na verdade, à disposição da mais perfeita anarquia e das culatras aperradas de alguns civis armados, de soldados da GNR e de marinheiros. Nessa altura, “pessoas conhecidas e outras desconhecidas rodearam Cunha Leal, levando-o à força para o largo que enfrenta a secção do edifício em que funciona a direcção das construções navais”. Separaram-no do ministro deposto e censuraram-no por ter dado hospitalidade “ao malandro do Granjo”. Resistiu e invectivou os seus captores. Exigia que a palavra dada pelo guarda-marinha fosse cumprida: tinham saído para ser conduzidos a bordo do “Vasco da Gama”. Benjamim Pereira e a restante oficialidade não tinham mão sobre a turba que ia exigindo também a prisão de Cunha Leal. Procuraram protegê-lo, separando-o do alvo mais aceso da fúria popular, António Granjo, mas ele mostrava-se intransigente. Estava ali para proteger um “homem honrado” e exigia saber, a todo o momento, da sua sorte. De pouco valia, no entanto a sua coragem moral para aquela gente reunida em concílio de violência e de morte. Atingiram-no com um tiro na garganta e dispunham-se a acabar-lhe com a vida, não fora a protecção do guarda-marinha. Convenceram-no a sair do Arsenal num carro escoltado por um sargento da GNR e dois marinheiros armados. O ferimento, apesar de

¹⁴⁵ Para a descrição dos acontecimentos servimo-nos do relato da Consiglieri Sá Pereira no *Diário de Lisboa* (nº 171, 24 de Outubro) e nas inquirições feitas durante o julgamento dos réus do 19 de Outubro,

tratado na enfermaria, debilitava-o e cobria-lhe o peito de sangue. À saída, a vozearia aumentava de tom: “Mata-se! Para que há-de sair?”. Fazendo jus a uma proclamada e reconhecida coragem física, abandonou o carro libertador e, num gesto de audácia, voltou ao Arsenal. “ A gente que se comprime no túnel que lhe dá ingresso abaixa as armas, que momentos antes erguera na disposição implacável de matar. É singularmente prestigiosa a figura daquele homem que, o peito coberto de pensos, o fato transformado numa mancha de sangue, perante ameaças de morte, continua a manter a serenidade”. Voltava, num gesto quixotesco e heróico, ao local onde ficara António Granjo. A custo se conseguiu avistar com ele.

Era de pouca monta a coragem, por maior que fosse, perante a loucura colectiva que se apoderara das gentes de armas. No entanto, a sua audácia deixava-os perplexos: “ Os senhores têm o direito de ser assassinos, mas não o de se dizerem republicanos. Matem ,se assim o quiserem, mas não vexem”. E os marinheiros prepararam-se para matá-lo. Salvou-o do massacre uma outra figura de herói da República, Agatão Lança, condecorado com o mais alto prestígio popular pela sua luta contra o sidonismo. No meio da multidão ouve-se uma voz: “Vai até ao portão, mas ali é morto!” Os amigos, alguns deles da própria Junta Revolucionária, como Afonso de Macedo, conseguiram fazê-lo sair de lá a muito custo.

Já não aconteceu o mesmo a António Granjo que o grupo procurou, mais tarde, salvar da ira dos marinheiros, depois de ter conseguido resgatar Cunha Leal, mas sem êxito. Em vão o capitão-tenente Carvalho Crato tinha tentado impedir as outras mortes que, a gritos raivosos, a multidão anunciava. Fez embarcar o maior número de marinheiros, pediu ajuda aos seus colegas oficiais e forças à GNR para patrulhar a Praça

do Município. “Era impossível, devido à exaltação dos ânimos, transferir o dr. Granjo” – explicava mais tarde nas suas declarações em Tribunal¹⁴⁶.

Assassinado António Granjo, o grupo liderado pelo cabo Abel Olímpio, conhecido como o “Dente de Ouro”, arrebatou de sua casa, nas Janelas Verdes, Carlos da Maia, aparentemente por razões de mera revindicta pessoal do chefe do bando: o capitão-tenente tinha sido o responsável pelo desterro dos marinheiros para África durante o sidonismo, tendo sua mãe morrido de dor quando o enviaram para lá. No Arsenal, o valoroso marinheiro do 5 de Outubro de 1910 acabou como António Granjo¹⁴⁷. A sangria continuou noite dentro, primeiro pelo capitão de fragata Carlos César Freitas da Silva, secretário do ex-ministro da marinha, depois pelo coronel Carlos Alexandre Botelho de Vasconcelos e, por fim, pelo “Herói da Rotunda”, que não chegou a ser levado para o Arsenal, alvejado por vários tiros, logo ali, no Largo do Intendente, perto do local onde foi apanhado pela “camioneta misteriosa”. E a matança continuaria, porque o grupo procurava também atingir os empresários e os financeiros: Alfredo da Silva, Sotto Maior, Barros Queirós, Fausto de Figueiredo estariam nos seus intentos. Que lógica poderia presidir a esta acção suicida? Castigos exemplares de individualidades políticas e de financeiros? Algumas dessas personalidades, como António Granjo, Carlos da Maia e Machado Santos eram símbolos vivos da República, tinham estado na Rotunda. Depois tinham atraído essa mesma República, apoiando o sidonismo? Seria essa a lógica? Ou então, como considera Cunha Leal, “o produto de aviltantes injustiças sociais procedendo das profundidades do passado”?¹⁴⁸

E Cunha Leal? Aí estava uma situação que devia escapar a qualquer lógica –se alguma lógica pode vislumbrar-se em todo o sucedido. Os acontecimentos

¹⁴⁶ Vide “A liquidação do 19 de Outubro”, *O Século*, 22 de Dezembro de 1922

¹⁴⁷ Quando tentava escapar à morte certa, Carlos da Maia foi atingido por um tiro que lhe deu morte imediata. Cf. a este propósito José Brandão, *A Noite Sangrenta*, Publicações Alfa, 1991

¹⁴⁸ FPCL, op. cit., p. 306

demonstraram que ele desencadeava sentimentos contraditórios. Acompanhara António Granjo até ao Arsenal para, nas suas próprias palavras “honrar até ao fim a velha hospitalidade portuguesa”¹⁴⁹. Não tinha razões para desconfiar de Benjamim Pereira, um seu ex-correlegionário do Partido Popular a quem prometera salvar de uma transferência por implicação na intentona de 30 de Setembro¹⁵⁰. No entanto, depois de envolvido nos acontecimentos do Arsenal, só a audácia com que respondeu aos ataques dos amotinados e a protecção atempada de Agatão Lança e de membros da Junta Revolucionária o salvaram de uma morte mais que certa.

Os acontecimentos tinham caído sobre a cabeça de Cunha Leal como um balde de água fria: “ Levava espaiada na alma uma desolação infinita, no pescoço os panejamentos do penso, nos bolsos uma gravata e um colarinho empapados no [seu] sangue, no fato os crivos decorrentes da penetração de fragmentos de balas despedaçadas contra o cachorro de aço a que estava encostado no barco que só por milagre se não transformou no [seu] improvisado caixão”¹⁵¹. Custava a acreditar que este fosse o povo por que sempre se tinha batido, nas tribunas de imprensa ou no Parlamento. Recolheu-se com a família ao Alcaide “natal” onde a reconciliação com o seu altruísmo ingénito se fez muito lentamente, por entre o assédio constante de jornalistas e emissários políticos. Na aldeia serrana coabitavam dois desterrados, ambos forçados ao recolhimento – um, João Franco, o chefe do governo da hora trágica do regicídio; outro, Cunha Leal, em recolhimento depois da não menos trágica Noite Sangrenta. Ao jornalista que o buscava para sondar a sua disposição quanto à possibilidade de encabeçar um governo de transição, respondeu ainda com a debilidade

¹⁴⁹ Vide “Julgamento dos oficiais do movimento de 19 de Outubro” in *O Século*, 28 de Dezembro de 1922

¹⁵⁰ Em carta dirigida a Cunha Leal, após os acontecimentos, Benjamim Pereira relata o cuidadoso empenho que pôs na acção de resgate de António Granjo, de que foi incumbido pelo major Arês, bem como das dificuldades por que passou para contrariar os intentos assassinos das praças da Armada, civis e soldados da GNR. Vide “Uma Carta de Benjamim Pereira”, *O Século*, idem

¹⁵¹ FPCL, op. cit. , p. 307

espiritual de um homem desorientado e descrente: “ Sofri torturas dantescas! Chorei sobre as ruínas do meu próprio ser moral, sobre as ruínas das minhas mais queridas convicções, como Mário chorou sobre as ruínas de Cartago... Creia, Freire, estou cego e tonto. Não sei responder-lhe coisa de jeito às suas perguntas!”¹⁵².

Mas Cunha Leal era nesta altura o centro das atenções. Face às divisões internas do Partido Democrático, surgia perante António José de Almeida como o único capaz de liderar um *governo de transição* e promover eleições, tendo em conta o prestígio acumulado durante os episódios da Noite Sangrenta. Tinham-se sucedido dois governos, de influência *outubrista* (o de Manuel Maria Coelho, Outubro/Novembro e o de Maia Pinto, Novembro/Dezembro), que despertavam uma viva reacção de recusa pela sua ligação ao radicalismo sanguinolento, sem que, contudo, perdesse força a corrente que pela revolução se instalara no poder. Esquerda e direita tinham aberto uma ferida difícil de sarar, como se veio a provar pela inócua tentativa de discussão de um programa governativo comum, entre democráticos, liberais e reconstituintes, tornado público em 27 de Novembro de 1921. Por isso, Lisboa tanto assediou o “exilado” do Alcaide¹⁵³, que este se dispôs a vir à capital apresentar os seus préstimos.

Não é difícil acreditar na sua declarada reserva em aceitar o retorno à vida política activa. Se em 1919 se batera por “amplas liberdades” para todos os republicanos, foi porque sentia que eles não podiam ficar à margem da República e, se em 1920-1921 defendera medidas financeiras arrojadas, tal deveu-se a que as considerava indispensáveis para salvar o regime e o país. O 19 de Outubro, com o cortejo infinito de misérias e excessos criminosos que acarretara, calara fundo na sua

¹⁵² Vide entrevista conduzida por João Paulo Freire (Mário) para o jornal *A Imprensa da Manhã*, e reproduzida no livro do mesmo autor *Fogos Fátuos*, A Renascença Portuguesa, Porto, 1923, pp. 89-99

¹⁵³ Cunha Leal refere nas Memórias a ida e vinda constante de emissários enviados pelo Presidente da República, de jornalistas e de embaixadas dos seus amigos políticos. Depois de uma missiva transportada por José de Nápoles a que terá respondido negativamente, acabou por deixar-se conduzir por Carvalho dos Santos, a pedido insistente do seu amigo Vasco de Vasconcelos. Vide FPCL, op. cit., pp. 310-311

consciência de cidadão e de republicano. “Uma coisa é compreender, e até prever – diz Cunha Leal – outra coisa é observar directamente: ver com os nossos próprios olhos o horror em marcha, escutar com os nossos próprios ouvidos os rugidos da fera humana, sofrer na nossa própria carne ou na dos outros que nos são queridos o impacto da embriaguez material e anímica de gentes desvairadas...”. Por isso, ele mudara, quer na apreciação que fazia da realidade, quer na disposição da sua atitude perante a vida¹⁵⁴. Mas teria mudado a realidade? Teriam os homens políticos aprendido com a tragédia de Outubro, abandonando o “esquerdismo desordenado”? Não lhe parecia, pelos ecos que lhe chegavam à sua aldeia beirã. Quando se avistou com o Presidente da República, desfizeram-se as dúvidas perante a presença de “um homem precocemente envelhecido, com os cabelos completamente brancos, com as mãos e o resto do corpo deformados pela gota (...) e com a cruz, pesada como chumbo, duma República que era forçado a transportar até ao Gólgota das nossas – minhas e suas – desilusões”. Nada parecia ter mudado durante a sua curta estadia beirã: a mesma incapacidade dos partidos políticos para unirem esforços e para se agregarem em bases claras e estáveis¹⁵⁵, o mesmo descrédito dissolvente de valores e de figuras republicanas¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Sobre esta mudança de consciência e de atitude, ouçamos o próprio: “Não me transmudei, em boa verdade, em conservador, mas sim em homem público que tentava atingir o alvo de sempre com repúdio integral dos processos revolucionários, em obediência a um critério nitidamente evolucionista. (...) ... o complexo de incidentes tinham-me induzido a adoptar para a minha orientação prática um sentido menos extremista, não nas finalidades, mas nos métodos” FPCL, op. cit., pp. 309-310

¹⁵⁵ Nas Memórias, refere o convite que lhe foi feito por dois dissidentes do Partido Democrático – Domingos Pereira e Vasco Borges – com os quais tinha convivido no Parlamento e até mesmo no governo, para refundarem o PRP em bases novas, oferecendo-lhe a ele, Cunha Leal, a liderança. Não aceitou. Mais tarde, reflectindo sobre o caso, considera-o o maior erro da sua vida política. FPCL, op. cit., p. 312

¹⁵⁶ Cunha Leal tornara-se uma figura incontornável da “nova República velha”, considerado por uns, motivo de crítica e até escárnio, como se pode ver por esta “gazetilha” publicada na *Acção Realista*, por António Cabral:

O Colarinho

Há tempos, no Arsenal

O senhor Cunha Leal

Em meio do borborinho

Sofreu um tiro brutal,

Que, sem o deixar exangue,

Lhe sarapintou de sangue

O colarinho

Empenhado na condução da política republicana por um *conservantismo esclarecido*, Cunha Leal acabaria por ceder aos pedidos do Presidente António José de Almeida para chefiar um governo que, dentro do mais curto espaço de tempo, promovesse eleições e, por esse processo tentasse uma reconstitucionalização do regime e uma recomposição do quadro político-partidário. O Parlamento foi (pela segunda vez) dissolvido, em 6 de Novembro e as eleições marcadas para 11 de Dezembro, adiadas depois para 29 de Janeiro de 1922. O novo governo de concentração, chefiado por Cunha Leal, tomou posse em 16 de Dezembro e terminou a sua vigência alguns dias após as eleições.

Deu-o à esposa chorosa.
- Se eu, em hora impiedosa,
(Disse- lhe muito baixinho)
À política maldosa
Quiser voltar, de repente,
Mostra-me imediatamente,
O colarinho.

Mas, por mal dos seus pecados,
A força dos tristes fados
Levou-o por mau caminho...
Em breves dias passados,
Uma criada lampeira
Mandou para a lavadeira
O colarinho

CAPÍTULO VI – A RECONVERSÃO CONSERVADORA – LIBERAL E NACIONALISTA (1922-1926)

1. Na Presidência do Conselho de Ministros – o apaziguamento depois da “Noite Sangrenta”

Cunha Leal era um jovem – tinha 33 anos quando assumiu a pesada missão de constituir um governo de transição, depois da demissão do segundo governo *outubrista* de Carlos Maia Pinto, em 16 de Dezembro de 1921. Não era “um aventureiro” que se tivesse servido do prestígio acumulado na Noite Sangrenta para chegar à presidência do Ministério¹. A situação revolucionária de Setembro/Outubro degenerara num pântano político de onde, nem os revolucionários, nem os partidos maioritários da República conseguiam descolar. Dois meses depois do golpe de Outubro, os câmbios deterioraram-se de forma preocupante e o ambicionado “barateamento do custo de vida” tornou-se uma miragem. A desordem pública amedrontava Lisboa e outros centros urbanos do país. Anunciavam-se novas revoluções, uma, duas, várias: a da Guarda, a dos militares, a dos comunistas... Vinham nos jornais as ameaças, como nos informa Raúl Brandão, um cronista desses dias aziagos². Pressionados por elementos radicais, os *outubristas* mal conseguiam conter as ameaças de novas “limpezas”. Estavam previstas eleições para o dia 11 de Dezembro, depois da dissolução do Congresso, decidida em 6 de Novembro pelo Presidente da República. No entanto, as exigências dos

¹ A fotografia do governo, na tomada de posse, foi publicada pelo jornal *O Século*, na sua edição de 17 de Dezembro de 1921. Cunha Leal destaca-se entre todos os outros membros do governo. Por ser o mais jovem, mas também pela pose, digamos ingénua, algo tímida, de alguém que ainda se não desmascarou da sua origem beirã, rural. Alguém terá dito que a melhor pose é aquela em que o fotografado simula que não está a fazer pose. Os políticos que o acompanham na fotografia mantêm esse afastamento calculado. Ele não.

² Dizia Brandão: “Nunca passei dias tão amargos como estes dias de Entrudo. A pátria vai acabar? Isto vai acabar? Temos diante de nós uma nova revolução e uma intervenção estrangeira? (...) É a fatalidade? É um conjunto de circunstâncias? Foi a alma humana que se transformou com a guerra?... Todos querem explorar a vida. Contar com quem? Com as forças vivas? As forças vivas é que nos exploram. (...) Não

revolucionários tornaram-se inaceitáveis para os três partidos maioritários - Democrático, Liberal e Reconstituente e as negociações para preparar a transição constitucional romperam-se no início de Dezembro. Os outubristas exigiam a inclusão nas listas de deputados de cerca de meia centena de candidatos indicados pelo governo, por forma a poderem realizar a “política revolucionária”. As suas estreitas ligações aos sectores populares revolucionários levava-os, por exemplo, a envidarem esforços para facilitarem a entrada no Parlamento de dois candidatos do recém formado Partido Comunista Português³. A resposta dos partidos do poder não se fez esperar. Em 22 de Novembro, tinha ficado acordada uma “frente única”, proposta pelo líder dos Reconstituintes, Álvaro de Castro, cujo horizonte temporal era a cabal realização de uma política de medidas urgentes de carácter financeiro, económico e social. Como acções imediatas, preconizavam a “adopção de um procedimento enérgico” contra os autores e cúmplices dos assassinatos de 19 de Outubro e a necessidade de preparar uma transição constitucional com representação de todas as correntes de opinião pública, repudiando os processos revolucionários⁴. No início de Dezembro, o clima era de franco confronto entre *outubristas* radicais, apoiados em sectores importantes da GNR, *outubristas* moderados, mas interessados na reconstitucionalização da situação revolucionária e representantes dos partidos constitucionais. Cunha Leal foi a *vítima* escolhida para desfazer o novelo.

Na tomada de posse afirmaria que tinha plena consciência de que iria comprometer o seu futuro, o seu nome e até a própria vida. Na verdade, apesar de um enorme prestígio nacional⁵ que o colocava muito acima de outras personalidades, quer

estamos à beira do abismo – resvalámos já para o abismo.” In Raul Brandão, *Os Operários*, Biblioteca Nacional, 1984

³ Vide *O Século*, 4 de Dezembro de 1921

⁴ Idem, 23 de Novembro de 1921

⁵ Talvez tanto ou mais que em Lisboa, os acontecimentos do Arsenal, tiveram repercussões fortes na província. Na terra natal de A Granjo, *O Povo de Chaves*, um jornal da linha liberal, falava assim de Cunha Leal, em 25 de Dezembro de 1921: “Foi uma figura menos simpática, com um aspecto fogueiro de

revolucionárias, quer constitucionais, a situação era deveras complexa. A “frente única” tinha desfeito a conjunção política e o Presidente da República vira-se obrigado, em 6 de Dezembro, a adiar as eleições para 8 de Janeiro do ano seguinte. Nem todos os partidários da linha constitucional concordavam com a dissolução do Parlamento e com a convocação de eleições, porque consideravam que, se nem todas as formalidades tinham sido tomadas para dissolver o Congresso, então ele estava, na verdade, na plenitude das suas funções, só não as exercendo por falta de condições. À laia do “Parlamento do Tojal”⁶, alguns parlamentares reuniram em Coimbra, no dia 17 de Dezembro, em concílio mais ou menos secreto, exigindo a Cunha Leal e ao Presidente da República a convocação das Câmaras eleitas em 10 de Julho e uma atitude de absoluta intransigência frente aos *outubristas*. Foi preciso que os chefes políticos aí se deslocassem para pôr água na fervura⁷. Do outro lado, os revolucionários mais radicais ameaçavam, em reuniões agitadas nos centros republicanos de Lisboa, que a cidade voltaria a ser bombardeada, como tinha acontecido em Outubro.

Era, por isso, muito ténue o apoio ao governo de Cunha Leal, apesar de congregar elementos dos três partidos e simpatizantes moderados do sector revolucionário. À sua frente tinha a difícil tarefa de conciliar os diversos campos políticos em torno da constitucionalização do regime, a promoção de eleições e o apuramento rigoroso dos culpados dos assassinatos de 19 de Outubro. Dentre todas, talvez a última fosse a tarefa mais difícil, pela natural resistência da GNR e da Marinha

impulsivo, que parecia querer deitar abaixo com o pretexto inverosímil de construir. Mas tornou-se uma figura de nobreza, digna e heróica, quando o acaso o atirou para a “camioneta – fantasma” (...) O sr. Cunha Leal, nessa noite vermelha do Arsenal, passou a ser mais do que um homem – passou a ser um símbolo admirável de dignidade e de coragem. O sr. Cunha Leal pode realizar este prodígio simples e fantástico: pode governar. E pode governar porque tem vontade, tem tenacidade e tem audácia. Pode governar ainda porque não será daqueles que hesitam perante a ideia de violência, no caso de legítima defesa”

⁶ Sessão parlamentar reunida no início de Março de 1915, no Palácio da Mitra, em S. Antão do Tojal, nos arredores de Loures, onde os deputados Democráticos, sob a liderança de Afonso Costa, protestaram contra o impedimento de reunirem em S. Bento, acusando Pimenta de Castro de impor a ditadura.

⁷ Cf “Reunião dos Parlamentares em Coimbra”, *Diário de Notícias*, 19 de Dezembro de 1921

em se verem envolvidas e, provavelmente, afectados alguns elementos daquelas corporações. Cunha Leal tinha herdado uma situação armadilhada: teria que combater a desordem com o recurso a muitos dos elementos que a tinham promovido e que ainda não haviam desistido dos seus objectivos. Dois dias após a tomada de posse, recebeu os cumprimentos dos comandos da GNR e exigiu-lhes obediência: “Estou aqui por culpa de alguns de vós e por culpa dos políticos mas hei-de cumprir o meu dever e juro-lhes que estou no poder, sem a mínima sombra de ódio, mas castigarei os desordeiros sem retaliações nem violências”⁸. As resistências partiam dos mais variados campos. Na posse de Agatão Lança no lugar de Governador Civil de Lisboa, o substituído, Falcão Ribeiro, reagiria às acusações de espancamentos a presos, feitas por Cunha Leal. A sessão terminou com uma enérgica admoestação do chefe do governo ao destituído: “Aquilo que eu afirmei é verdade! Aqui ninguém me desmente! Ninguém pode desmentir o Presidente do Ministério! Mas o acto não é para discussão, terminemos com o diálogo...”⁹.

Face às dificuldades levantadas pelos parlamentares sobre a legitimidade da dissolução do Congresso, foi sob a presidência do próprio Chefe de Estado que o Conselho de Ministros, numa atitude inédita, reuniu no Palácio de Belém e decidiu a publicação de novo decreto de dissolução, com marcação de eleições para 8 de Janeiro¹⁰. As dificuldades de conciliação das várias forças em presença avolumaram-se nos últimos dias de Dezembro. Os dois grandes campos antagónicos ameaçavam confrontar-se até à vitória de um deles. No entanto, à sua margem, monárquicos, radicais ou simplesmente conservadores de direita, sonhavam poder aproveitar a conjuntura em favor de uma situação ditatorial.

⁸ Vide “Vida Política”, *Diário de Notícias*, 19 de Dezembro de 1921

⁹ Cf. “A posse do novo governador civil”, *O Século*, 22 de Dezembro de 1921

¹⁰ O Conselho de Ministros extraordinário, reuniu em 18 de Dezembro de 1921

Cunha Leal procurou o impossível: desarmar a GNR, ou preparar uma reorganização que depurasse os mais desordeiros, para dar sinais positivos aos partidos constitucionais; integrar 5 ministros independentes e 7 representantes dos *outubristas* moderados para obter a compreensão dos revolucionários; negociar a inclusão de representantes das forças vivas para dar um sinal de confiança às várias associações económicas, que ainda há pouco tinham expressado o seu descontentamento, num manifesto dirigido ao governo¹¹. Não era a quadratura do círculo, mas de lá se aproximava. Desarmar a GNR? Tarefa aparentemente impossível, sem desencadear confrontação. Um dia a seguir ao que ficou conhecido como o “cerco de Lisboa”, inquirido Cortez dos Santos, Chefe do Estado Maior da GNR sobre se os objectivos do governo não teriam sido o desarmar da Guarda, a sua resposta não ilude: “O quê?! Pela violência?... Mas fique certo, meu caro amigo, que a GNR não deixará desarmar-se pela violência, porque, bom é dizê-lo, nós temos ainda a força necessária para respondermos à violência com violência redobrada”¹².

O que tinha sido o “cerco de Lisboa”? Uma mega-operação governamental que, aproveitando mais uma propalada tentativa insurreccional da GNR, buscava pôr-lhe termo e diminuir o ímpeto da Guarda, pela mobilização da tropa, se tal se tornasse indispensável. Nos finais do mês de Dezembro, o Ministro da Guerra Fernando Freiria juntou, em torno de Lisboa, um desusado dispositivo militar que cercava a cidade e ameaçava um confronto entre as duas forças em presença. Cunha Leal explica que não tinha tido esse intento, mas antes o de ameaçar a GNR com uma força muito mais

¹¹ Vide “As forças económicas do país protestam contra o alheamento a que as votam as elites políticas”, *Diário de Notícias*, 24 de Novembro de 1921. Desse Manifesto, aprovado pela Associação Comercial de Lisboa, pela Associação Industrial Portuguesa e pela Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, consta o seguinte: “A representação por classes no Parlamento da República, tantas vezes solicitada pelas forças económicas, não pelo simples desejo de terem ali voz ou para usarem dela na defesa dos interesses das respectivas classes, mas para assim poderem contribuir, pelos conhecimentos técnicos que possuem, nos assuntos económicos e financeiros, para a maior perfeição das leis de fomento a promulgar e para que do Parlamento elas saíssem praticamente exequíveis, tem-lhes sido sistematicamente negada”

¹² Vide “A situação política”, *A Opinião*, 3 de Janeiro de 1922

poderosa, enquanto procedia à depuração dos seus elementos mais desordeiros ¹³. Aproveitando a situação conspirativa da GNR, por um lado e, por outro, a disposição do governo de recorrer à tropa, também elementos militares de direita e radicais se prepararam para empalmar a situação na noite do dia 2 de Janeiro. Nestas circunstâncias, o Chefe do Governo convocou o Conselho para o Comando Geral do Campo Entrincheirado de Caxias e procurou proteger a casa do Presidente da República, enquanto o próprio Governador Civil, com a Polícia cidadina, visitava o “covil das feras” para avaliar da sua disposição revolucionária¹⁴.

Quando, após as diligências referidas, o Chefe do Governo regressou a Caxias, encontrou “todos os membros do Gabinete e, de envolta com eles, um conjunto de personalidades, que, por iniciativa própria, ali se tinham congregado. É claro que não faltavam os inevitáveis Vasconcelos e Sá e o General Gomes da Costa e que se acentuavam as diligências do primeiro para a nomeação do segundo para o tal Comando das Forças escalabitanas e norte - ribatejanas”¹⁵. O “tal” comando a que se referia tinha raiz na disposição objectiva da oficialidade conservadora e radical, que se revia na liderança militar de Gomes da Costa e que defendia uma ditadura militar para “endireitar” a situação e afastar do poder os Democráticos (de que Freiria era um representante no governo).

Na sequência do “cerco de Lisboa”, Gomes da Costa viria a ser preso no presídio militar de Caxias, à ordem do governo, por declarações que, segundo o Ministro da Guerra, afrontavam os deveres inscritos no Código Militar. Porém, o general continuou a prestar declarações públicas, todas muito contundentes, aliás, e o mesmo faziam

¹³ FPCL, *As Minhas Memórias*, Vol. II, p. 325

¹⁴ Nas Memórias, Cunha Leal dá conta das diligências de Agatão Lança, o Governador Civil da altura: “Contou-me que nos pontos visitados, mormente no Quartel dos Sapadores de Caminho de Ferro em Campo de Ourique e na concentração militar da Amadora, constara a presença de bastas centenas de antigos combatentes monárquicos de Monsanto e do Norte e dos seus afins. Era a fina flor do reaccionarismo à paisana que ali se andava estadeando”, op. cit., p. 329

¹⁵ FPCL, op. cit., p. 328

muitos outros militares. Na verdade, a prisão de Gomes da Costa ocorrera porque uma conspiração militar começava a ganhar curso, ainda não autonomamente, como acontecerá em 1925-1926, mas antes procurando a mútua instrumentalização política e militar que uma situação caótica poderia propiciar. O general era também candidato por Lisboa ao próximo Parlamento numa lista intitulada “Lista da Pátria”¹⁶, mas isso não o impedia de defender uma solução de força para realizar o “seu programa republicano, como explicava ao repórter d’*A Opinião*: “ Eu nada espero do próximo Parlamento (...) Impõe-se uma ditadura: não uma ditadura policial, uma ditadura *do tira-te tu para me pôr lá eu*, mas para realizar uma obra que é impossível arrancar de qualquer Parlamento. Meu caro amigo, em 5 de Outubro de 1910 fez-se uma revolução e uma substituição de funcionários. A verdadeira República está no programa de 1891. Para o impor só uma ditadura”¹⁷.

Escrupuloso na defesa de uma solução constitucional, Cunha Leal resistira aos apelos que lhe foram feitos para encabeçar uma situação ditatorial¹⁸; quisera mesmo obter um entendimento entre as duas forças militares, num encontro que promovera em sua casa no próprio dia da intentona e que resultara num impasse ameaçador para a situação política que se vivia na altura¹⁹. Porém, como o acordo não ocorreu, o governo arriscou o embate, mantendo o cerco militar, com claros benefícios políticos: humilhou

¹⁶ Desta lista faziam parte unionistas como Vasco Vasconcelos, radicais, como o general, socialistas como Ramada Curto e Dias da Silva, democráticos como Rego Chaves e João de Deus Ramos, reconstituintes e representantes das forças vivas, como José Maria Álvares – uma lista que pretendia disputar as minorias aos monárquicos e aos *outubristas*. Acabariam por vencer os monárquicos.

¹⁷ Vide “À volta do presídio”, *O Século*, 26 de Janeiro de 1922

¹⁸ Cunha Leal refere os aliciamentos a que se viu sujeito por parte dos militares e de alguns políticos defensores de uma situação ditatorial. Cf. FPCL, op. cit., p. 326

¹⁹ Em entrevista ao jornal *A Opinião* (3 de Janeiro de 1922), Gomes da Costa, também presente nessa reunião, resumia assim os resultados: “ O sr. Cunha Leal propõe que a GNR seja modificada, talvez reduzida nos seus elementos e os oficiais que a representam batem o pé e declaram peremptoriamente que não aceitam tal alvitre. O chefe do governo, ante tal atitude, devia abandonar definitivamente o seu lugar, não se preocupar mais com a estabilização do seu gabinete. (...) O sr. Cunha Leal entregou-se à GNR, tanto que sendo o Carmo o lugar preferido por todos os governos nas ocasiões críticas de ordem pública, o presidente do ministério escolheu a protecção do exército, indo para Caxias”. Destas declarações ressalta uma evidência: Cunha Leal tinha objectivos políticos que não coincidiam com os de nenhuma das

a GNR e os *outubristas*, dominou o movimento militar conspirativo e criou no espírito de ambas as instituições um receio mútuo e uma contida, mas crescente hostilidade. No dia seguinte, Gomes da Costa reagia violentamente ao sucedido: o “governo tinha feito política com o exército” e “tinha mangado com a tropa”. Denunciava o artificialismo da situação e apressava-se a explicar que não partilhava da opinião do governo na questão da reorganização da Guarda; pelo contrário, a GNR fazia falta no interior do país, onde havia roubos e tumultos. Mas mostrava o ressentimento: a GNR tinha sido armada à custa do desarmamento do exército e do recrutamento dos seus homens para, no fundo, em Lisboa nada terem que fazer para além de pronunciamentos.

Cunha Leal saíra-se bem do “cerco de Lisboa”. Alguns dias depois, em 6 de Janeiro, foi nomeada uma comissão com vista à elaboração de um projecto de reorganização da GNR, com a indicação expressa de que fossem, de imediato, licenciados 50% dos soldados compelidos em virtude dos últimos acontecimentos. Porém, a questão política persistia e tornava-se, porventura, mais aguda. A sua insistência na inclusão de candidatos governamentais nas listas de deputados provocava os maiores engulhos aos candidatos constitucionais, principalmente porque esse desígnio vinha acompanhado de declarações do chefe do governo que os partidos consideravam duvidosas, até pela concordância vibrante com que eram acolhidas pelas forças vivas. Os jornais de direita acompanhavam as anunciadas reuniões de Cunha Leal com os representantes das associações patronais como um indício de que o chefe do governo se preparava para levar para o Parlamento “homens alheios às tricas políticas”, competentes nos diversos ramos da actividade nacional. Os partidos punham aí as maiores reticências: o Parlamento sempre tivera representantes do comércio, da indústria e da agricultura e, por outro lado, os nomes de que se falava tinham sido hostis

facções insurreccionalistas, nem da GNR, nem do Exército. Precisava de dominá-las, se necessário através do confronto entre elas as duas, mesmo com risco de uma contenda de desenrolar imprevisível

à República e, em particular, ao sistema de partidos que vigorara desde a implantação do regime.

Em “declarações de grande gravidade” prestadas aos jornais, o Chefe do Governo lastimava a situação que se vivia já que lhe tinha sido impossível “ encontrar uma plataforma que conciliasse os pontos de vista do governo com a irredutibilidade dos partidos políticos”. Entendia que o futuro Parlamento devia ser constituído de forma diferente, com “nomes” dos diversos ramos da actividade nacional. Como os partidos continuavam a considerar o Parlamento como “a torre de marfim onde imperavam os que eram protegidos ou adoptados pelos partidos”” decidiu pedir a demissão do seu Gabinete²⁰. Para os partidos governamentais começava a ser claro que Cunha Leal tinha objectivos mais vastos e profundos que a mera reposição da ordem pública e a preparação das eleições legislativas. Na imprensa começava a repetir-se a ideia de que o chefe do governo visava reconstitucionalizar o regime e reformar o sistema partidário por via do processo eleitoral, ou seja, tinha em vista a formação de um partido governamental, apoiante conjuntural do governo e eventual núcleo inicial da muito propalada força política conservadora que muitos desejavam para contrabalançar o revolucionarismo dos Democráticos.

A conjuntura parecia propícia à mudança e o apoio de um bloco fortíssimo de insatisfeitos com o rumo dos acontecimentos acabaria por determinar a transigência dos partidos com as exigências *lealistas*. A imprensa era praticamente unânime no reconhecimento do virtuosismo político com que o chefe do governo tinha conduzido a difícil situação criada pelo movimento revolucionário *outubrista*²¹. Sem partido político

²⁰ Vide “Declarações de grande gravidade”, *A Opinião*, 2 de Janeiro de 1922

²¹ O jornal parisiense conservador “Le Temps” reforçava em notícia o apoio quase unânime de que gozava, “incluindo os próprios conservadores” e não lhe poupava elogios: “ Com trinta anos de idade, este oficial, republicano sincero, entrou apenas há três anos na política e a fortuna rápida que o levou ao poder deve-a, em parte, às circunstâncias e, sobretudo, a uma firmeza de carácter bastante rara nos homens políticos portugueses”, in *A Opinião*, 4 de Janeiro de 1922.

que o apoiasse (ou que lhe tolhesse os movimentos), com um Presidente da República manietado pelos compromissos constitucionais e partidários, Cunha Leal manobrava, com uma liberdade invejável, o curso dos acontecimentos. No dia 3 de Janeiro, numa conferência que realizou na sala de sessões da Academia das Ciências, reuniu alguns milhares de pessoas²² “de todas as classes sociais” (entenda-se das elites urbanas): políticos, magistrados, comerciantes, financeiros, oficiais do exército e da armada, burocratas, jornalistas. Falou-lhes ao coração. A desordem em que se vivia era “um fruto da acção de todos: políticos, militares, monárquicos, republicanos”. Aceitara o encargo de conduzir a nau por entre tanta turbulência porque o que estava em causa, na sua opinião, era mais do que a salvação da República – era a sobrevivência da própria Pátria. Contassem com ele para combater intransigentemente a desordem, mas pelo equilíbrio e conjugação de todas as forças sociais e políticas – não esperassem a exclusão de muitos pela acção ditatorial de apenas alguns portugueses. A ordem, avisava “ não consiste apenas em ter sempre um esquadrão pronto a espadeirar os desordeiros que venham em tumulto agitar as ruas de Lisboa, consiste, acima de tudo, em procurar com antecedência quais possam ser os motivos da desordem e evitá-los com a prudência e o tacto político que são sempre necessários”. E esses motivos estavam nas políticas financeiras e económicas inconsequentes e, ainda mais, em todas as revoluções que lhe quisessem pôr cobro, piorando o estado do doente. Era criminoso, portanto, transigir com os “profissionais da desordem”. Mas, ao mesmo tempo, o regime tinha mostrado fraquezas inaceitáveis: faltara sempre a harmonia e independência dos poderes do Estado – ou o legislativo se subordinava ao executivo, ou este último absorvia o primeiro. O Parlamento mostrava-se incapaz de dar resposta às

²² O repórter d' *O Século* do dia seguinte refere um homem ilustre, vestido de casaca, rodeado pelos membros do seu governo, que cativou e encheu completamente a vasta sala da Biblioteca, as galerias e até os corredores do Convento de Jesus. Perante esta multidão, o jornalista arrisca considerar que nenhum outro homem público, falando sobre qualquer assunto, arrastaria tamanha audiência, como Cunha Leal.

exigências novas : “ A culpa não é do Parlamento. A culpa vem de circunstâncias diversas: da confusão que surgiu depois da guerra, do desequilíbrio social , das exigências novas que se foram criando. O Parlamento atrasa-se em relação à obra que tem de realizar. (...) Funciona mal pela própria natureza do Regimento. É necessário todas as classes na vida política portuguesa. As classes produtoras até hoje só têm criticado, não têm cooperado. Pretendo que o Parlamento futuro tenha a representação das classes”²³. Tinha um programa político que anunciava: desejava a independência dos poderes, o aprofundamento da vida regional e um Parlamento diferente dos anteriores na composição.

Não havia alternativas ao governo de Cunha Leal que passou a ter o caminho livre para preparar as futuras eleições. Nos dias seguintes reuniu com as diferentes associações patronais, pedindo-lhes nomes para compor as listas governamentais. As forças vivas apresentariam candidatos em Lisboa, Porto, Covilhã, Setúbal, Portalegre, Leiria, Évora e Faro. Cunha Leal foi indicado como candidato da maioria democrática (com apoio de parte dos liberais) ao círculo de Chaves, como homenagem à sua atitude no 19 de Outubro. Não deixava de ser paradoxal que o Partido Democrático decidisse incluir o chefe do governo nas suas listas – ou que ele a tal se dispusesse. Isso demonstrava, fundamentalmente, o comportamento muito diferente dos partidos políticos na capital e no resto do país. Na verdade, a inclusão de representantes das forças vivas – alguns amigos de Cunha Leal, como Fausto de Figueiredo – causava as maiores preocupações aos sectores mais radicais, assim como a apresentação de listas de *outubristas* na capital era apresentada como uma cedência inadmissível do governo.

O lançamento do processo eleitoral decorria com as dificuldades derivadas do clima insurreccional e dos desentendimentos políticos. Pela quarta vez, as eleições foram adiadas para 29 de Janeiro, por decreto de 5 do mesmo mês. Alguém podia

²³ Vide “A Conferência do sr. Cunha Leal”, *O Século*, 4 de Janeiro de 1922

acreditar na ocorrência de eleições participadas, depois de tanta trapalhada? Com tanta demora, afloravam suspeições na imprensa: Cunha Leal tinha um plano de governo que só podia realizar com apoio parlamentar; por isso, precisava de tempo para “montar a máquina eleitoral” e “cozinhar” um novo Parlamento. Assim era, na verdade. Mais tarde, o chefe do governo confirma-o nas suas Memórias: “... eu lançara as minhas vistas sobre ele [Nuno Simões]²⁴ para aproveitar o seu cabal conhecimento dos homens do extra-partidarismo português e para me servir da sua virtuosidade caciqueiral no sentido, já afirmado, da improvisação de um Parlamento com duas minorias pujantes e equilibradas, de certo modo, em força numérica – as de *democráticos* e *liberais* – e com a intercalação entre elas dum forte núcleo de independentes, que, com o auxílio de reconstituíntes, socialistas e outros, permitisse pela aliança com qualquer dos dois primeiros, formar maiorias de apoio a governos sucessivos...”²⁵. As melhores intenções não escondem, no entanto, a forma caciqueiral como eram preparadas as eleições, a regra e esquadro, a partir de quadros eleitorais pré-concebidos, com pouco respeito pelo voto democrático²⁶. As minorias estavam longe de conseguir reformar os métodos anti-democráticos de que sempre acusavam a maioria *democrática* e, perante as circunstâncias da política concreta, nem democratas genuínos, como Cunha Leal,

²⁴ Ao mesmo tempo que recorre a Nuno Simões, mostra ter tido plena consciência da sua decisão. Nuno Simões era, na sua opinião, das pessoas que melhor conheciam a economia portuguesa, com relações estreitas com gente de diferentes partidos. Acrescenta: “Eleito deputado, encontrou no exercício dessa função maravilhosas oportunidades para a incidência da sua capacidade de captação de gregos e troianos”, op. cit., p. 322

²⁵ Idem, ibidem

²⁶ A acusação mais comum, expressa em vários jornais regionais que representavam as minorias era, no entanto concordante: Cunha Leal tinha muito pouco tempo para preparar as eleições, socorria-se em muitos círculos da máquina eleitoral implantada pelo Partido Democrático e, por isso, não tinha hipóteses de contrariar o domínio habitual daquele partido. N.º *O Bejense* (um órgão liberal), considerava-se: “Como poderão esses partidos evitar que os esmague a formidável máquina eleitoral que um outro partido fabricou, durante anos e anos, dispondo dos cofres do Estado, de todos os favores e benesses do Estado?”. Cif. o n.º 520, 1 de Janeiro de 1922

ousavam romper o círculo criado pela notabilidade oligárquica e pelo indiferentismo de uma sociedade arcaica e pré-industrial²⁷.

O dia 29 de Janeiro foi de temporal em todo o país. Contudo, não terá sido só o mau tempo que terá justificado mais uma derrota eleitoral para todos os partidos, com uma abstenção que, em muitos círculos, se aproximou dos 70%. A imprensa regional voltava a denunciar violências e um renovado desencantamento perante o quadro parlamentar resultante do acto eleitoral: muitas promessas, nenhuma mudança – se tudo mudara, tinha sido talvez para pior. Os democráticos ganharam com 47,6%, mas não conseguiram a maioria absoluta. A oposição apresentava-se completamente dividida: os liberais com 20% e os reconstituintes com 12% dos votos, constituíam campos antagónicos e muito minoritários. Os governamentais, de quem se esperava talvez uma força maior, ficaram reduzidos a 13 deputados. Ficavam ainda os independentes com 8, os monárquicos também com 8, os católicos com 3 e os regionalistas com 2. O Parlamento não podia estar mais dividido e a maior desilusão caía em cima dos ombros de Cunha Leal. Muitas candidaturas tinham sido concertadas, como independentes, com o Partido Democrático, o que quer dizer que, perante os resultados, o seu trânsito para a área de origem foi um acontecimento inelutável.

2. A reorganização da oposição ao *democratismo* – em torno do Partido Liberal

A realidade imposta pelas eleições foi absolutamente madrastra para o plano político de Cunha Leal. Com tão poucas obediências, era-lhe impossível aspirar ser o fiel da balança, ou sequer em vislumbrar a refundação de uma nova força política a que

²⁷ Sobre os partidos de notáveis da I República, suas imbricações com a sociedade portuguesa e implicações no sistema político e no regime, vide João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente – Clientelismo, Faccionalismo e Descredibilização dos partidos durante a 1ª República (1920-1923)*, Dissertação de Mestrado (polic.), ICS - UL

pudessem aderir individualmente independentes, liberais e tanta outra gente que se encontrava descontente no seu próprio partido, como acontecia com os dissidentes do Partido Democrático – exemplo de Domingos Pereira, Vasco Borges, entre outros. No entanto, o quadro eleitoral ainda suscitava todas as dúvidas. Na noite de dia 3 de Fevereiro, teriam reunido no Avenida Palace os “amigos de Cunha Leal” para analisar os resultados eleitorais²⁸. Pouco adiantava o conto das espingardas, os votos não permitiam a continuidade do governo. No entanto, houve quem defendesse, tanto entre os ministros do governo ainda em actividade, quanto entre os governamentais e independentes a continuação do gabinete²⁹. Na apresentação do novo governo – de António Maria da Silva – Cunha Leal explicou que se tinha demitido porque considerava realizada a sua missão: restabelecera a ordem, promovera eleições e garantira a máxima liberdade nas investigações dos acontecimentos da noite trágica³⁰. Ao mesmo tempo apresentava o pedido de demissão de Director Geral de Estatística³¹ e a passagem, como militar, a licença ilimitada. Mas acrescentava ainda no pedido que,

²⁸ A reunião foi anunciada no *Diário de Notícias* de dia 5, pouco tendo transpirado do que aí se passou

²⁹ No *Diário de Notícias*, o relato é o seguinte: “Na noite de sexta-feira, efectuou-se uma reunião dos amigos do sr. Cunha Leal, no Avenida Palace, tendente a reconstituir o governo e realizar uma obra administrativa, mas em ditadura, dando-lhe para isso o Parlamento, logo que abrisse, todas as autorizações. Nas Memórias, Cunha Leal dá a sua versão: “Entendiam outros, sobretudo os ministros democráticos, que se aproveitasse o intervalo entre o acto eleitoral e o termo das operações legais de constituição dos novos Senado e Câmara dos Deputados para se negociar com os Partidos a perduração do nosso Governo de concentração”, op. cit., p. 345

³⁰ Um incidente com a Legação de Inglaterra em Portugal e com uma Esquadra britânica estacionada no Tejo, acabaria por decidir, no dia 30 de Janeiro, da sorte de um governo que tinha os seus dias contados. O Comandante da frota, Sir James Fergusson, recusara-se a embandeirar e salvar, por ocasião das comemorações do 31 de Janeiro, como era da praxe, depois de desencadeados os procedimentos diplomáticos previstos. Num jantar de homenagem ao Ministro da Terra Nova, na noite de 30, Cunha Leal e alguns membros do governo intimaram o comandante a abandonar o país, antes da madrugada de 31, caso não prestasse as honras devidas. O caso acabou por ser decidido, num Conselho de Ministros de urgência, em casa do Presidente da República. Caiu aí a medida intransigente do governo, por acção do Presidente da República. Cunha Leal pediu de imediato a demissão. Vide FPCL, op. cit., pp. 345-346. O incidente teria repercussões ao longo do mês de Fevereiro. Nessas circunstâncias, Teixeira Gomes dava conta do incómodo em telegrama: “Embora L. Curzon reconheça que o erro inicial foi seu, ficou-lhe a impressão penosa pela forma como Ministros Portugueses patentearam desagrado, faltando o Ministro da Marinha ao jantar oficial do Ministro da Inglaterra em Lisboa, cujo convite aceitara e não aparecendo Ministro algum na recepção dada pelo Almirante inglês que se sabia não ter responsabilidade nenhuma no caso” AHMNE, Legação de Londres, M. 145

³¹ Do ponto de vista da sua situação militar, Cunha Leal encontrava-se como adido, a desempenhar o cargo de Director Geral de Estatística, cargo para que havia sido nomeado em 1919 (*Diário do Governo* de 23/4/1919)

caso não fosse possível a licença ilimitada, lhe concedessem a demissão de oficial do exército³². Não deixa de ser interessante verificar que o mesmo voltará a acontecer em 1926, depois da instauração da Ditadura Militar, por “considerar ineficaz a acção do requerente” contra as “intrigas políticas” de que o Exército era vítima³³. Há razão para pensar que foram razões semelhantes as que o fizeram querer sair do Exército em 1922. As suas declarações no Julgamento de 19 de Outubro, acusando de cobardia e falta de coragem os oficiais que permitiram a chacina do Arsenal podiam colocá-lo ao lado da justiça, da lei e até da opinião pública, mas não seguramente nas boas graças dos seus colegas oficiais, tanto da Marinha como do Exército.

Perdera as eleições, mas sobrava-lhe o prestígio e a irrequietude, para além das reconhecidas qualidades, de político e de republicano genuíno. No domínio político-partidário havia uma vasta obra de reorganização a fazer. A imprensa, particularmente a conservadora e liberal, desde antes das eleições que anunciava a falência do Partido Liberal, depois da morte de António Granjo. Um “pacto” tácito – que noutras ocasiões futuras teve expressão clara – entregava o governo a António Maria da Silva, depois de mais uma negativa do sempre ausente/presente Afonso Costa, e a liderança das direitas liberais a Cunha Leal³⁴. Aceitou o repto de “enfeixar as direitas republicanas”, reorganizando a oposição a partir das forças parlamentares e com base no enorme prestígio de que gozava pelo país. No decurso de Fevereiro, anunciaram-se reuniões sucessivas do novo líder no jornal *República*. No entanto, o processo de reorganização prolongou-se por todo o ano de 1922 e início do seguinte. Em causa estava a reunificação dos liberais, dos independentes – os designados amigos de Cunha Leal - e dos reconstituíntes. Porém, Cunha Leal continuava, mesmo em circunstâncias tão

³² O requerimento, apresentado por Cunha Leal, foi dirigido ao Ministro da Guerra e por este deferido em 2 de Fevereiro de 1922. AHM, Processo 1580

³³ Requerimento de 17 de Junho de 1926. Idem

³⁴ Vide “O sr. Cunha Leal vai enfeixar as direitas republicanas?”, *A Opinião*, 4 de Fevereiro de 1922

adversas, a manter a sua bravia e incómoda independência. No próprio dia das eleições, Ribeiro de Carvalho, um porta-voz dos liberais, considerava que “o sr. Cunha Leal (chegava) enfraquecido ao Parlamento apenas porque não soube ser político”³⁵. Uma semana depois, na posse do novo governo, o visado respondia-lhes: “Os candidatos do governo foram fuzilados por esse país fora e disseram que eu não sei fazer eleições, não sei comprar votos, não sei subornar influências. É esse o meu orgulho! Prova-se assim que não sou um eleíçoeiro vulgar, que sei respeitar as liberdades públicas”³⁶. De facto, os seus “amigos” contavam-se pelos dedos, quando foi possível reuni-los no Congresso, em meados de Fevereiro³⁷. Alguns, como Virgílio Costa, seriam incomodados, apesar das prerrogativas parlamentares, para depor no Julgamento do 19 de Outubro, como responsáveis políticos e morais da Noite Sangrenta. Fausto de Figueiredo, estava entre os mais de trinta “banqueiros, industriais e comerciantes” da *Lista da Morte* que os jornais haviam divulgado como possíveis alvos da “justiça revolucionária”³⁸ dos *outubristas* radicais e refugiara-se em Paris. Temos razões para acreditar que o seu regresso ao país, em finais de Março se terá devido, em parte, às diligências levadas a cabo por Cunha Leal que, em 14 daquele mês se deslocou a Paris para se avistar com o fundador da “Sociedade Estoril”³⁹. Cunha Leal aninhava, portanto, no seu grupo parlamentar *outubristas*, gente das forças vivas, ex-democráticos – uma salada de frutas que dificilmente poderia constituir, pela variedade e pelo número, a base de qualquer força partidária.

³⁵ Vide “Fazer política”, *A República*, 29 de Janeiro de 1922

³⁶ Vide “Governo novo – fala o sr. Cunha Leal”, *idem*, 7 de Fevereiro de 1922

³⁷ Depois dos Democráticos e dos Liberais, o grupo que reconhecia Cunha Leal como líder parlamentar ocupava o 4º lugar em número de elementos – os Reconstituintes tinham 15 membros e Cunha Leal 13. Eram eles: Rocha Saraiva, Abranches Ferrão, Agatão Lança, Alves dos Santos, Fausto de Figueiredo, João Bacelar, Carvalho dos Santos, Mário R. , Nuno Simões, Lúcio dos Santos, Virgílio Costa e Lúcio Martins.

³⁸ Vide “A lista dos condenados à morte”, *O Bejense*, 24 de Novembro de 1921

³⁹ Fausto Cardoso de Figueiredo (1880-1950), criador da “Sociedade Estoril” foi o grande investidor que, com base na construção e exploração de hotéis, casinos, termas e ainda na dinamização da electrificação

Entretanto Lisboa continuava uma cidade insegura, sujeita aos desvarios terroristas, com boatos insistentes de novas revoluções, o que levaria os *seareiros* a divulgarem um Manifesto ao país “de aviso e de protesto”. Colocados na esquerda da República, condenavam “toda a alteração da ordem” e denunciavam a fragilidade dos poderes públicos em face da aventura dos militares que procuravam eximir ao julgamento dos tribunais os oficiais recentemente presos, na sequência do 19 de Outubro⁴⁰. Perante a “incurável loucura” revolucionária, o governo refugiou-se de novo, desta vez em Cascais. O desconforto de Cunha Leal com a situação era por demais evidente. Anunciavam-se mais prisões dos “graúdos” do *outubrismo*, entre outras a de Garcês dos Santos, o comandante da GNR que, de algum modo, Cunha Leal havia reabilitado, como candidato governamental por Torres Vedras. Em entrevista ao *Diário de Lisboa* (8/2/1922), explicava porque não desejava sair do país para representar Portugal na Conferência Internacional de Génova: “A vida no Parlamento vai intensificar-se, hão-de resolver-se várias questões políticas. Como deputado, preciso de dar conta dos actos que pratiquei como ministro – se, porventura, deles se fizer balanço”.

Em 4 de Março realizava-se no Liceu Camões, em Lisboa, o Congresso do Partido Liberal, ainda sem Cunha Leal. Receava-se uma concorrência diminuta, já que os delegados da província – segundo o repórter d’*A República* temiam vir a Lisboa, por falta de segurança. Diariamente, anunciavam-se os efeitos das bombas lançadas sobre os eléctricos (que o governo colocara na mão do exército para desmobilizar a greve do pessoal da Carris). Neste contexto, anunciava-se uma das mais controversas medidas alguma vez propostas por Cunha Leal: a apresentação no Parlamento de um projecto de lei sobre a reposição da pena de morte para certos crimes políticos e sociais. Depressa a

da Linha de Cascais, fez da Costa do Estoril e Cascais um circuito turístico da aristocracia cosmopolita dos anos 30-50 do sé. XX.

imprensa mobilizou as opiniões de católicos, monárquicos e republicanos: todos se manifestaram contra, com excepção dos liberais que se faziam ouvir n' *A República*. A angústia e o desnorte do momento levava-os a confrontar violentamente a realidade com a pureza dos princípios: “Gritam desesperadamente contra a pena de morte nos jornais da seita. Mas querem aplicar a pena de morte aos outros”⁴¹. Sob o título de “Questão palpitante – “Respirem os srs. Assassinos!””, o mesmo jornal dava voz a Cunha Leal em 11 de Março. Contrariava os argumentos dos seus opositores e justificava a sua intenção com a situação que se vivia, por exemplo, em Inglaterra: “Ao passo que a quase totalidade do *mundo civilizado* opta pela existência de um saldo positivo a favor da pena de morte, alguns dos *supercivilizados*, como nós e poucos mais, entendem que a pena de morte é uma coisa de tal forma obsoleta e condenável que só almas de Torquemada podem ainda considerá-la como meio de legítima e natural defesa das sociedades”. Um inquérito do *Século* dava a reposição da pena de morte como uma forma de justiça facilmente aceite pela província e repudiada pelas grandes cidades. No entanto, no Parlamento tal projecto não teria qualquer possibilidade sequer de discussão.

A província – a mesma que temia a desordem de Lisboa – reagirá entusiasticamente à adesão de Cunha Leal ao Partido Liberal⁴². Ocorrida a 14 de Maio, foi insistentemente preparada pelos liberais que, em finais de Abril inauguraram um Centro Político com o seu nome, ao mesmo tempo que se promovia um banquete de homenagem ao recém chegado Fausto de Figueiredo. Poderia o Partido Liberal ser a base para “a grande força” alternativa? Essa era a grande questão que se debatia por esses dias de Maio – a de saber se seria alguma vez possível a fusão de liberais,

⁴⁰ O Manifesto foi distribuído em Lisboa em 18 de Fevereiro de 1922 e circulou por toda a imprensa

⁴¹ Vide “Pena de morte”, *A República*, 9 de Março de 1922

⁴² A título de exemplo transcreve-se uma notícia da “*Folha de Trancoso*”: “A atitude nobilíssima tomada pelo antigo Ministro das Finanças durante os acontecimentos trágicos do “19 de Outubro” e a energia de que deu provas, assumindo as responsabilidades do poder em Dezembro último, conquistaram-lhe uma situação de prestígio. O seu acto, filiando-se agora num grande partido do regime, onde vai

reconstituíntes e *lealistas*, única forma de promover a desejada alternativa ao Partido Democrático. O futuro se encarregaria de demonstrar essa impossibilidade.

No Parlamento, Cunha Leal virá a ser, durante o ano de 1922 e início do seguinte, um dos três líderes do Partido Liberal, a par de Barros Queirós e Ginestal Machado. Sem deixar de impor-se como uma figura central na cena parlamentar, sentimos que esta adesão foi ainda pouco convicta e transitória: este não era ainda o partido político com que pensava poder combater o predomínio dos Democráticos. Realizava-se, deste modo, uma mutação, mais aparente que real, do alinhamento político de Cunha Leal, orientado agora por um “conservantismo esclarecido” que a realidade próxima lhe tinha aconselhado. O *outubrismo*, ou a emergência da “rua” e dos sectores mais radicais do democratismo na condução da política nacional, terão tido uma forte influência na sua conduta posterior. O terror da Noite Sangrenta atenuou os “seus instintos de aceleração do progressismo social da vida portuguesa”⁴³. Conservador ou gradualista nos métodos, radical nos objectivos e confiante nas metas a atingir, passou a ser, de futuro, a sua consigna. Esta atitude podia mesmo ligá-lo a sectores moderados do Partido Democrático, como os dissidentes de Domingos Pereira. No entanto, a entrada no partido da maioria, a que desde o início tinha criticado o jacobinismo anti-clerical e o revolucionarismo, era, de facto, mais difícil e incongruente. Por isso, a constituição de um forte partido de centro-direita parecia-lhe a única forma de resolver o problema político e o problema financeiro da República.

O seu estatuto de nobreza moral consagrou-o como uma figura política nacional. A adesão ao Partido Liberal sossegou aqueles que temiam a sua “mocidade política” irrequieta para fazer emergir, mais luminosa, a figura do estudioso e do combativo. Em 23 de Maio partiu para Paris, integrando a Comissão Nacional à VIII Assembleia

evidentemente ocupar uma situação predominante, seria, pois, em quaisquer condições um acontecimento de relevo” Transcrito n’*A República*, 9 de Junho de 1922

Plenária da Conferência Parlamentar Internacional do Comércio, tendo regressado ao país em 20 de Junho.

3. Um líder da oposição liberal no Parlamento

À sua chegada, adensara-se o clima de suspeita que impendia sobre os responsáveis políticos *outubristas*. Manuel Maria Coelho, o chefe do primeiro governo desse período, tinha sido preso nos finais de Maio. No Parlamento esperava-o um debate intenso sobre as propostas das Finanças do Ministro Portugal Durão, que se prolongará por todo o Verão de 1922. Barros Queirós e Ginestal Machado sustentaram os primeiros embates e deram o tom para a posição crítica que foi caracterizando o posicionamento liberal nesta matéria e na questão da remodelação dos serviços públicos. O pacote legislativo, (que acabaria por constituir-se na lei 1368 de 21 de Setembro de 1922) foi, sem dúvida, o diploma fiscal mais importante da I República. Os debates anteriores, como vimos, nunca tinham sido conclusivos: sobravam as ideias sobre a forma como devia ser instaurada uma maior justiça fiscal e um maior arrecadamento de receitas, mas escasseavam completamente as condições político-administrativas para a sua adopção e aplicação. Cunha Leal tinha sido uma figura central de todas essas discussões, designadamente no período em que desempenhou o cargo de Ministro das Finanças (30 de Novembro de 1920 a 21 de Fevereiro de 1921), e mesmo no período do ministério de Pina Lopes (Março a Junho de 1920). Nunca nada de importante tinha sido decidido, antes tudo foi atamancado com pequenas medidas avulsas, ao sabor das exigências prementes das contas públicas. Avizinhava-se um período difícil para Cunha Leal e para o Partido Liberal: algumas propostas de Portugal Durão tinham sido defendidas (talvez com ligeiríssimas diferenças) por Cunha Leal.

⁴³ FPCL, op. cit., p. 308

Tinha defendido muitos dos princípios: a criação de um imposto pessoal de rendimento para todas as classes (e não apenas para o trabalho), a progressividade desse mesmo imposto, a revisão do valor matricial dos imóveis utilizado para calcular a contribuição predial... Estava agora tudo em cima da mesa⁴⁴. Que fazer com o menino? As condições políticas eram absolutamente desfavoráveis à aprovação de tais leis. Estava na ordem do dia a reconfiguração do grande partido conservador, por isso, qualquer unanimismo em torno das propostas governamentais era partidariamente incongruente e desaconselhado. No entanto, Cunha Leal já tinha demonstrado muitas vezes que, acima dos interesses imediatos do Partido lhe mereciam mais atenção os interesses nacionais: já votara, por mais de uma vez, contra a corrente dominante do seu próprio partido...

A toada de aceitação crítica, com disposição de colaborar através de propostas pontuais de correcção, foi dada pelos *marechais* do liberalismo, logo que foram conhecidas as propostas do governo. Numa entrevista ao jornal *A República* (25 de Maio de 1922), Tomé de Barros Queirós media, cuidadosamente, as concordâncias e as discordâncias. Acompanhava o governo na necessidade imperiosa de remodelar o sistema tributário, acedia ser boa (embora com correcções) a lei do imposto pessoal sobre o rendimento e estava disposto a colaborar na melhoria dos diplomas. Mas voltava a repor os argumentos que sempre acompanharam as discussões de reforma fiscal: o reequilíbrio das contas públicas não podia ser feito, exclusivamente, à custa do contribuinte, tanto mais que o próprio chefe do governo havia declarado ainda há pouco que o “país estava a saque”. Era preciso introduzir, em simultâneo, reformas de administração, por exemplo na redução para o razoável das unidades do Exército e da

⁴⁴ A lei 1368 de 21 de Setembro consagrou em diplomas muitos desses princípios: a criação de um imposto pessoal, progressivo, sobre o rendimento, com isenção de um rendimento mínimo; a revisão do desvalorizadíssimo valor matricial para cálculo da contribuição predial; o cálculo mais rigoroso, sobre os lucros das grandes empresas industriais, para efeitos fiscais; um imposto sobre a aplicação de capitais; a criação de um imposto geral sobre as transacções e abolição de impostos sobre o consumo. Cf. a este propósito, Nuno Valério (e outros), *As Finanças Públicas no Parlamento Português, Estudos Preliminares*, Colecção Parlamento, Assembleia da República, pp.96-97

Marinha engordadas pela guerra. Discordava igualmente do imposto sobre as transacções (uma nova versão do “imposto de guerra”) e, principalmente, achava exageradas muitas das taxas propostas. Nenhuma palavra sobre a discussão escaldante que nessa altura se processava na sociedade portuguesa e na imprensa: a previsível redução dos funcionários públicos. Algumas concordâncias nos princípios, mínimas, muitas divergências nos métodos de acção. As forças vivas corroboram muitas das críticas dos liberais: pagar mais impostos sem reduzir as despesas públicas era anti-económico e injusto, o imposto sobre transacções só iria sobrecarregar o consumidor⁴⁵.

A discussão das propostas financeiras ocorreu no Parlamento ao longo do mês de Agosto, muito entrecortada com problemas agudos de ordem pública associados à carestia de vida e de movimentos especulativos sobre cambiais⁴⁶.

Ao mesmo tempo, Cunha Leal via-se obrigado a defender o seu antigo correlegionário Virgílio Costa, implicado no 19 de Outubro e preso para averiguações, apesar de ser deputado da nova legislatura. De resto, ao abrigo do Código de Processo Militar, ninguém podia estar preso preventivamente e, muito menos, por crime de rebelião militar. Do seu ponto de vista, distinguia os que assassinaram e aqueles que, movidos por intuítos políticos, promoveram mais uma revolta com vista à alteração do governo. Esse era o caso, mas a questão dividia a bancada liberal. Cunha Leal estava praticamente só neste combate em que, por mais de uma vez, se viu na necessidade de afirmar a sua firme condenação do 19 de Outubro e a sua completa desvinculação das posições revolucionárias⁴⁷. Por estas razões, o debate parlamentar sobre a acção

⁴⁵ Vide “Na Associação Comercial – As forças vivas perante as propostas das finanças”, *A República*, 15 de Junho de 1922

⁴⁶ Em 13 de Julho, Cunha Leal apresentou um projecto de lei que autorizava o governo a tomar providências com o fim de evitar os fortes movimentos especulativos. Apesar da urgência, a Câmara votou negativamente a urgência e dispensa do Regimento, pelo que o projecto baixou à comissão respectiva

⁴⁷ No Parlamento, ou fora dele, os deputados chegavam constantemente às vias de facto para defender as suas posições. Na sessão de dia 20 de Julho, Cunha Leal confronta um dos mais intransigentes defensores de uma justiça cega contra os *outubristas* – o democrático Tavares de Carvalho – com a acusação que lhe

legislativa do governo em matéria financeira decorria com os maiores sobressaltos. Cunha Leal denunciava o défice de debate e socorria-se dos pedidos da sua generalização na Câmara, acusando a maioria de querer fazer aprovar questões tão importantes como a remodelação dos serviços do estado sem uma discussão pública. No início de Agosto, o governo decretava o estado de sítio e os liberais recusavam-se a discutir a legislação fiscal sem que antes fossem repostas as liberdades públicas⁴⁸. O debate intensificou-se em meados daquele mês e prosseguiu até à decisão de abandono do Parlamento pela parte do Partido Liberal, em 25 de Agosto. Justificavam a ausência, não por obstrução à nova reforma fiscal, mas antes por necessidade de sensibilizarem a maioria para a necessidade de um estudo criterioso dos problemas e uma aprovação serena dos novos projectos. Os debates das sessões de 16, 17, 21 e 22 e 25 de Agosto são decisivos para perceber a ideia que presidiu às propostas alternativas do Partido Liberal, expressas pela voz de Cunha Leal. A discussão deveria inciar-se, na sua opinião, pelas subvenções e pela remodelação dos serviços públicos (sobre os quais não existiam estudos sérios), de modo a poderem conhecer-se com exactidão as incidências dos aumentos propostos nas despesas do Estado. Ou seja, antes das propostas das contribuições,urgia a reforma do funcionalismo, e especialmente do Exército e da Armada. Por outro lado, todo o projecto estava inquinado de um defeito fatal, que era o de não prever um plano de reorganização financeira e cambial, sem o qual o equilíbrio das contas públicas se tornaria ou impossível, ou perverso, pelo peso brutal dos impostos sobre os contribuintes. Na sessão de dia 17 considerava: “ Não pode haver um plano sério de organização financeira do país que não obedeça a um pensamento prévio de reorganização monetária, e o plano do sr. Portugal Durão enferma, exactamente do

fora feita de ter preparado *complot* contra o Presidente da República, antes do 19 de Outubro. O resultado foi uma agressão a Cunha Leal, perpetrada pelo ofendido, com esboço de cena de pugilato, no bufete do Parlamento. Vide “Cunha Leal”, *A República*, 21 de Julho de 1922

mal de, não atendendo a esta questão fundamentalíssima, não visar ao menos a preparar o campo para uma solução futura”. Escudado com a razão de um déficit de estudos criteriosos sobre as necessidades das receitas, fácil se lhe tornou combater o pacote fiscal do governo, em primeiro lugar mostrando a sua inexequibilidade, em segundo lugar a arbitrariedade do critério que tinha presidido ao cálculo das taxas a aplicar sobre os rendimentos comercial e industrial ou a injustiça do imposto de transacção sobre os produtos agrícolas, um sector tão castigado na sua opinião. A estratégia política da oposição passava pela dilatação dos prazos de estudo, de modo a poder introduzir as correcções desejáveis do seu ponto de vista. A maioria democrática tinha pressa, movida pelas necessidades instantes dos rombos orçamentais e da urgência de obtenção de um empréstimo⁴⁹. Como o futuro veio a demonstrar, tão importante quanto as inovadoras ideias de administração fiscal, ou mesmo a sua aprovação, eram as condições da sua aplicabilidade⁵⁰. E essas estiveram ausentes nos tempos que se seguiram. Também não servirá de consolo pensar que o seu adiamento, tal qual pretendia Cunha Leal, teria conduzido a melhor porto. Como a ausência do Parlamento pelo grupo liberal demonstra, o problema era tanto financeiro como político. Sem um poder político forte, estável e duradouro, era impossível qualquer reforma fiscal, como

⁴⁸ Em 11 de Agosto, a suspensão de garantias, permitia à censura uma intervenção muito rude sobre vários órgãos da imprensa. Alguns viram os seus editoriais cortados, caso de *A República*

⁴⁹ As dificuldades da aprovação de tais medidas levavam a que a maioria circunstancial criada aproveitasse a conjuntura favorável e cometesse abusos inaceitáveis na condução da Assembleia. A sessão prorrogada de 21 e 22 de Agosto, terminou cerca das nove horas da manhã, com a aprovação das primeiras subvenções. Terminada a sessão, a maioria democrática quis continuar logo de seguida a discussão das propostas das finanças. As minorias liberal e monárquica denunciaram de forma veemente a situação que levava a Câmara a permanecer reunida durante 36 horas seguidas. Com apoio dos democráticos e dos reconstituíntes, a sessão foi prorrogada, saindo os liberais em protesto da sala. No entanto, face ao abandono, José Domingues dos Santos, da maioria decidiu tomar a iniciativa de igualmente sair da sala com o seu grupo parlamentar por considerar não haver condições para aprovar qualquer diploma. A actividade foi retomada no dia seguinte, com o regresso temporário de Cunha Leal e dos liberais.

⁵⁰ Como António José Telo reconhece, se esta reforma fosse aplicada traria uma melhoria significativa das contas públicas. No entanto, naquelas condições políticas de absoluta desconfiança no sistema e no regime, desencadeou um descontentamento generalizado entre as classes possidentes, provocando fuga de capitais, acrescida desvalorização do escudo e concomitante subida dos preços. Vide A J Telo, *Decadência e Queda da Primeira República*, vol. II, p. 220

se veio a demonstrar pelos anos mais próximos. Já durante a Ditadura Militar, só o Exército pôde, efectivamente, criar as condições políticas que permitiram a Salazar o saneamento financeiro.

4. Cunha Leal, Director d`*O Século*

Em finais de Outubro de 1922, Cunha Leal substituiu Silva Graça na direcção d`*O Século*, depois de uma transferência de propriedade do jornal. O acontecimento teve um impacto inesperado por toda a imprensa e teria adquirido “as proporções dum verdadeiro terror, sobretudo nos meios políticos republicanos, quando se soube que o novo orientador d`*O Século* seria o sr. Cunha Leal”⁵¹. O “terror” e a dramatização da situação habitavam as tribunas dos democráticos, como *O Mundo*, que dizia recear que o jornal deixasse de ser republicano. Tinham, obviamente, razões para temer uma clara reorientação editorial daquela que era a maior bancada republicana do país, mas não, seguramente, a abdicação do seu tradicional republicanismo. O jornal defenderia uma República descentralizada, com partidos políticos mas - avisava no seu editorial de dia 29 de Outubro - enquanto o jacobinismo intolerante que os inspirava “ se não tornar absolutamente incompatível com o interesse nacional”.

Na verdade, *O Século* passou a ser a nova tribuna política de Cunha Leal neste final de ano de 1922⁵², numa altura em que a todos os desânimos e a todas as desconfianças internas, se vinham juntar os ventos italianos que anunciavam a borrasca dos dois decénios seguintes. O rei oferecera a Mussolini a entrada para um governo

⁵¹ Vide *O Século*, 29 de Outubro de 1922

⁵² Apesar de presente no Parlamento a partir de 30 de Outubro e até final do ano, apenas intervém em assuntos secundários, tendo sido impedido de, em negócio urgente, debater as violências das eleições

chefiado por um liberal, mas o “Duce” queria todo o poder. A marcha sobre Roma impressionou toda a Europa. Os jornais portugueses recepcionavam o movimento com perplexidade, queriam saber como podia ter acontecido. Apontavam-se as primeiras explicações: o fascismo nascera da fraqueza, do laxismo e da abdicação dos poderes liberais⁵³. Em Portugal existia o mesmo problema, talvez só não existisse ainda a solução – pelo menos por enquanto⁵⁴. No entanto, não foi preciso muito tempo para que se desfizessem todas as dúvidas e para que o “instante de alívio” com que a ordem mussoliniana tinha sido acolhida se tivesse desfeito em cruel desilusão para os homens que, como Cunha Leal, se orientavam pelo primado da lei. O fascismo devia o seu êxito à instrumentalização da violência: “ O próprio chefe do governo procura, na multidão das ruas, não o legítimo e necessário apoio moral, mas a própria força coercitiva das suas medidas. O fascismo, como método, é pois a desordem. Em face dos princípios constitucionais modernos, o fascismo é tão desordeiro na Itália, como o bolchevismo o é na Rússia”⁵⁵

Por aqueles dias do início de Novembro, as asas lançadas sobre o Atlântico pelos intrépidos navegadores dos Mares do Sul, suscitaram um inusitado movimento de consenso nacional sobre a invencibilidade da comunidade lusíada de aquém e além oceano e sobre a gesta heróica de uma pequena nação, ameaçada pela inércia do presente, mas capaz de ressuscitar em momentos tão altos como os dos pioneiros de Vera Cruz. Grandes movimentos de massas invadiram o centro das principais cidades e,

administrativas, na sessão de 16 de Novembro. No entanto, esteve presente na sessão especial, de homenagem a Gago Coutinho e Sacadura Cabral, designado pelo Partido Liberal

⁵³ Também *O Século* tomou em mãos o assunto que apareceu tratado em sucessivas edições, de Outubro a Dezembro de 1922. Em 1 de Novembro, já sob a direcção de Cunha Leal, afirmava-se que o fascismo tinha surgido para “lutar contra o bolchevismo, mas também contra todas as forças dissolventes que então ameaçavam Itália”. Por isso, questionava: “ Seria em consequência deste estado de coisas que o povo italiano, tomado de uma grande descrença pelos velhos partidos, se decidiu a não contrariar a marcha progressiva do fascismo, em cujo lema figura a promessa de dar à Itália um governo que governasse?”

⁵⁴ Sob o título “Fascismo”, *A República* do dia 5 de Novembro afirmava: “ Com a vitória do fascismo em Itália, volta a falar-se na formação de um novo partido, com iguais intuitos em Portugal. Mas segundo vimos algures, o que tem probabilidades de triunfar, entre nós, não é o fascismo; é o farcismo”

em particular, a capital. Porém, o heroísmo dos navegadores mal conseguia abafar a angústia provocada pela desordem política e pelo caos económico. No mesmo dia em que eram gloriosamente saudados no Congresso da República, o governo resguardava-se mais uma vez no Quartel do Carmo para combater uma nova revolta em que se anunciavam assaltos a estabelecimentos e a preparação do assassinio de muitos políticos de evidência⁵⁶.

Nestas circunstâncias, sob a direcção de Cunha Leal, *O Século* empenhou-se numa profunda campanha de moralização pública, com denúncia dos que começavam a cruzar os braços numa “desconsolada inércia”. A desordem social, (que nas intervenções de índole económica e financeira aparece associada à insustentável carestia de vida), tende a ser também explicada pelo regime geral de impunidade e de desagregação das instituições que ninguém parecia conseguir sustentar. Toda a gente conspirava, ninguém era castigado. Os inquéritos e sindicâncias sucediam-se, mas ninguém conhecia os resultados. O velho princípio de que todo o homem é inocente até que se prove algo em contrário havia sido, face à ineficácia da justiça, transformado noutra, completamente dissolvente: “ Todo o português é um gatuno, até que consiga, miraculosamente, demonstrar que o não é. Estabelecido assim um princípio de desconfiança, o povo facilmente se deixa desvairar por campanhas sempre desonestas e quase sempre a pagar tanto por linha”⁵⁷. O défice de autoridade e de eficácia administrativa do Estado era agora apresentado como o grande responsável pela

⁵⁵ Vide “A Ordem na Desordem”, *O Século*, 24 de Dezembro de 1922

⁵⁶ No jornal *A República*, (7/11/1922) Ribeiro de Carvalho, escrevia ao sabor da pena: “ Em Lisboa lavra novamente o terror. Escrevemos às dez da noite. Já houve tiros. Já rebentaram bombas. E agora mesmo nos afirmam que o movimento revolucionário, marcado para as dez da noite, rebentará daqui a pouco – às onze. Chegaremos ao fim deste artigo em paz?”

⁵⁷ Vide “O Império da lei e da justiça”, *O Século*, 11 de Novembro de 1922. Este, como outros textos de índole política, bem como outros de carácter financeiro, raramente foram assinados por Cunha Leal. No entanto, não restam dúvidas sobre a sua autoria, pelo conteúdo dos textos, pelo estilo, bem como pela continuidade da problemática tratada. Se, mesmo assim, se não considerasse a sua autoria como incontroversa, teríamos que admitir como incontestável a sua responsabilidade pela linha editorial orientadora do jornal

paralisa dos serviços e pelo descalabro das contas públicas e da actividade económica⁵⁸.

Foram, no entanto, a questão política e a questão financeira os grandes temas de debate desta nova tribuna de Cunha Leal. Ao poder político apontava a tibieza e o desânimo que o desarmava perante os “desmandos dos que perturbavam a ordem social” ou diante dos interesses que impediam a resolução do problema do câmbio⁵⁹. Mas, ao mesmo tempo, a intolerância do Partido Democrático e a inércia dos partidos da oposição que conduzia a que “o pleito entre República e Monarquia se acabasse por transformar no pleito entre o Partido Democrático e os monárquicos”⁶⁰, ou seja, em muitos círculos, se não ganhava o novo caciquismo democrático, vencia o anterior, ainda tão bem instalado como o primeiro, dos monárquicos. Urgia, pois, a reorganização dos partidos políticos, segundo o princípio dual da esquerda-direita, na base de ideias e princípios bem definidos e insofismáveis e não sob a bandeira do cacique ou da notabilidade local ou nacional⁶¹. Um incidente ocorrido na eleição da nova Mesa da Câmara de Deputados para a sessão legislativa de 1923 havia de ter uma importância considerada transcendente para o futuro da vida partidária da República. Na verdade, numa Assembleia de maioria democrática, foram eleitos Ernesto Sá Cardoso e Afonso de Melo das minorias, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Esse acontecimento marcou “o início da aglutinação dos elementos conservadores da

⁵⁸ Ao terceiro governo de António Maria da Silva, em formação no final de 1922, recomendava-se que, mesmo antes de tentar novas reformas (por exemplo cortes no funcionalismo), se preocupasse em moralizar as despesas, autorizando-as apenas quando estivessem cabimentadas. Vide “A desordem da Contabilidade Pública”, *O Século*, 9 de Dezembro de 1922

⁵⁹ Vide “Falta de acção”, *O Século*, 12 de Novembro de 1922

⁶⁰ Vide “A República e os Partidos”, *idem*, 14 de Novembro de 1922

⁶¹ Entre os numerosos artigos que sobre esta matéria *O Século* publicou, destacamos “O Equilíbrio dos Partidos”, de 18 de Novembro: “Urge que se proceda à arrumação das forças políticas da República, reorganizando e fortalecendo aquelas que se antepõem ao Partido Democrático, não para o destruírem, o que seria utópico, mas para lhe provarem que a administração de um país não pode, sem inevitáveis riscos, constituir monopólio ou feudo de um partido, por melhores que sejam as suas intenções”.

República” e um princípio do “aclaramento dos blocos partidários”⁶². No início de Dezembro, Ginestal Machado aparecia, ufano, a anunciar o programa e os princípios organizativos do novo “partido das direitas”, formado a partir da junção de liberais e reconstituíntes⁶³. O Partido Nacionalista tinha um parto próximo anunciado.

A clarificação dos blocos político-partidários realizava-se também no domínio religioso, embora com as maiores dificuldades. Igreja e Estado ensaiavam passos de aproximação que, no campo democrático mais radical eram vistos como avanços insofismáveis da reacção e no sector monárquico-católico ultra-montano como cedência dos valores tradicionais ao jacobinismo. Uns e outros, não raro de forma semelhante, instrumentalizaram a consciência católica ou o seu reverso com claros objectivos políticos. Nenhum deles estava em condições de encarar a questão religiosa de forma serena e pacificadora, como se veio a comprovar com a oposição jacobina ao projecto do Ministro da Instrução Leonardo Coimbra visando a legalização de uma situação de facto – o ensino religioso “nos colégios e estabelecimentos particulares fiscalizados pelo Estado”. O acolhimento de tais ideias, mais realistas e compagináveis com a situação do país, estava mais facilitado no bloco republicano conservador em formação. Serão, quase de certeza, da pena de Cunha Leal estas palavras sensatas: “ Restringir estas liberdades, combatê-las e negá-las odienta e estupidamente, sobre ser uma demonstração inequívoca de falta de lucidez política, e até de inteligência clara e cultivada, é remar contra a maré, fornecer armas aos que guerreiam a República, aumentar as fileiras dos seus inimigos, dividir ainda mais, quando tudo recomenda união e concórdia; é, numa palavra, fazer obra de puro e autêntico anti-patriotismo”⁶⁴.

É também esse anti-patriotismo e farisaísmo que denuncia, uns dias antes, aos católicos oportunistas do *Correio da Manhã* e da *Época* que sempre se tinham recusado

⁶² Vide “Palavras serenas”, *O Século*, 5 de Dezembro de 1922

⁶³ Vide entrevista ao jornal *A República*, 10 de Dezembro de 1922

a aceitar a legitimidade dos poderes políticos constituídos, ao contrário da doutrina oficial da Igreja. Em finais de Novembro de 1922, uma Carta Pastoral colectiva do episcopado português veio a lume para pôr na ordem esses elementos católicos e para reafirmar o inequívoco apoio à política seguida pelo Centro Católico e pelo seu líder, Lino Neto – a defesa dos direitos legítimos dos católicos, sem subversão da ordem. A Pastoral, muito oportuna, vinha na hora própria, considerava o “articulista” do *Século*: “Os chefes da Igreja convocam os fiéis para a luta político-social do Centro Católico, à sombra da cruz e da bandeira da Pátria (...) mas “não deseja vê-los envolvidos, como tais, em campanhas partidárias contra a República”⁶⁵. O ano novo iniciava-se com fortes prenúncios de pacificação nas relações entre Estado e Igreja: em 4 de Janeiro, o Presidente António José de Almeida impôs, no Palácio da Ajuda, o barrete cardinalício a Monsenhor Locatelli, numa cerimónia com alcance político interno e internacional. Pareciam promissores os indicadores de pacificação política do regime e, por essa razão, Cunha Leal voltou-se de novo, de forma insistente, para a questão financeira.

O ano terminaria, naquela matéria, com uma conferência realizada na Associação de Lojistas de Lisboa⁶⁶, numa resposta às clássicas reformas preconizadas pelos meios empresariais e que assentavam sobre a estabilização monetária, em cortes drásticos nas despesas públicas e num aumento muito moderado da carga fiscal. Mas que, fundamentalmente, insistiam na reforma radical do sistema político, num sentido anti-parlamentar e anti-liberal⁶⁷. Sem dúvida que o problema político aparecia

⁶⁴ Vide “O fantasma da reacção”, *O Século*, 16 de Dezembro de 1922

⁶⁵ Vide “O Estado e a consciência religiosa”, *idem*, 28 de Novembro de 1922. O tema da Pastoral do episcopado foi ainda tratado em artigos de 26 de Novembro e de 7 de Dezembro

⁶⁶ Realizada no dia 12 de Dezembro de 1922, publicada nos jornais do dia seguinte (*Século, República*)

⁶⁷ Representantes das forças vivas, como Armindo Monteiro, defenderam, por esta altura, uma limitação das prerrogativas da instituição parlamentar, em matéria financeira, advogando mesmo a revogação do artº 26º da Constituição da República, que previa a fixação anual da receita e despesa e a votação anual dos impostos pelo Congresso. No seu novo modelo político, advogavam ainda um papel especial no governo para o Ministro das Finanças – uma espécie de super-ministro, a governar em “ditadura”. Cf. a este propósito Pedro Aires de Oliveira, *Armindo Monteiro, uma biografia política*, Bertrand Editora, pp. 36-37

profundamente imbricado, particularmente nestes anos, com o problema financeiro, público e privado. Com um produto por habitante que representava, em 1921, 56% do valor alcançado antes da I Grande Guerra, com o custo de vida a triplicar entre 1921 e 1925⁶⁸, a economia portuguesa necessitava urgentemente de investimento, de crédito barato e de meios para acorrer a uma melhoria das condições sociais do funcionalismo e dos restantes trabalhadores. Porém, as dificuldades das finanças públicas eram extremas, constrangidas por uma enorme depreciação do escudo (o valor da libra quadriplicou entre 1921 e 1924) e por uma dívida pública pesadíssima que a incapacidade de obtenção de indemnizações de guerra e a dívida ao Reino Unido tornavam ainda mais asfixiante.

O grande orgulho de Cunha Leal – segundo afirmava na conferência – “consistia em utilizar-se das forças organizadas para servir o país”, isto é, a reforma que preconizava realizava-se dentro do sistema liberal e parlamentar, por mais profundas que fossem as necessárias mudanças e por mais grave que a situação se apresentasse. Sem dúvida que seria necessário cortar nas despesas – e dava exemplos: acabar com o “escândalo dos automóveis do estado”, “licenciar uma parte dos 3 500 marinheiros num país que não tem barcos” ou reduzir ao “mínimo as representações fora do país”. Essa necessidade era material e, principalmente, moral: “...são medidas, entre outras, para emprestar aos governos a autoridade moral para poderem exigir sacrifícios ao país”. No entanto, avisava, essa nunca poderia ser a panaceia dos que pensavam desmontar abruptamente a máquina do Estado. O défice, só poderia resolver-se por meio de criação de receitas e por meio de empréstimos, forçados ou livres. Mais urgente, seria exigir rigor na contabilidade pública, orçamentação correcta das despesas e igual rigor na atribuição de garantias bancárias e créditos a grupos monopolistas, como acontecia com

⁶⁸ Vide Nuno Valério, *As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras mundiais*, Cosmos, pp.458-463

a Moagem, onde na base do “pão político” se reservavam importantes quantias, sem vantagens para o público e com prejuízo do Estado. É certo que já afastava intenções mais radicais de uma reforma fiscal justicialista, mas é também verdade que continuava a sustentar a necessidade de um acréscimo das receitas para a resolução do défice público, a par de um uso criterioso das receitas.

Em matéria financeira havia medidas urgentes a tomar. Do seu ponto de vista, a estabilização do câmbio (de que dependia em larga medida a carestia de vida) só poderia ser conseguida com fortes medidas *contra-especulativas* tomadas pelo Estado. Tinham sido implementadas, mas de forma tímida, com poucos recursos provocando, ao invés do pretendido, fugas de capitais. Por isso, preconizava a criação de um Banco Central, encarregado de fixar diariamente o valor cambial, com o fito de estabilizar as trocas de valores no mercado⁶⁹.

Um tal programa financeiro dificilmente poderia agradar às forças vivas que, como a Companhia Industrial Portugal e Colónias, tinham interesses n`*O Século*. Por isso, nos dois últimos meses, a estadia de Cunha Leal à frente da direcção do jornal tornou-se cada vez mais incómoda, até resultar num conflito aberto e no seu afastamento. Os motivos mais próximos radicavam no tratamento que o jornal deu aos “complicados mecanismos da Moagem e da Panificação”, mais uma vez em debate no Congresso no início de 1923. Tratando-se de um “caso de evidente interesse nacional”, o director d`*O Século* decidiu divulgar ao país o debate, dando voz ao senador Lima Alves e a um representante da Moagem⁷⁰. O jornal deu a conhecer, em entrevistas, posições antagónicas do senador e de um representante da CIPC (Companhia Industrial

⁶⁹ Cunha Leal tinha apresentado, em 9 de Março de 1922, no Parlamento, um Projecto de Lei regulando o funcionamento dos bancos e criando um Banco Central regulador. No entanto, o projecto adormeceu na comissão, sem saída

⁷⁰ Em *Eu, os Políticos e a Nação*, p. 159 Cunha Leal afirma: “A minha consciência – único juiz dos meus actos – aconselhava-me a tornar conhecidas as suas (dos congressistas) opiniões. Assim fiz, mas ao mesmo tempo, avisei a Moagem de que lhe facultava as colunas do jornal para sua defesa, porque as duas

Portugal e Colónias) mas reservou ainda um espaço final para uma última resposta de Lima Alves⁷¹: os lucros da Moagem eram ilícitos porque falsificava todo o diagrama estabelecido desde a guerra, quer nos coeficientes de extracção, quer nos tipos de pão, vendendo gato por lebre⁷². O resultado desta situação de “pão político”, forçada pelas circunstâncias do câmbio e pela carestia de vida, tornava o fenómeno explosivo à luz da opinião pública das grandes cidades de Lisboa e Porto: o Estado perdia mensalmente uma quantia calculada em sete mil contos, não fazia justiça às populações do resto do país e acabava por não agradar também às populações das duas metrópoles, já que o pão de 2ª era de má qualidade e os preços continuavam a subir. A escarpelização das fórmulas estabelecidas, a denúncia dos “lucros ilícitos” era, pois, uma matéria quente, senão explosiva – por motivos semelhantes, já muitos industriais tinham tido assento na *Lista da Morte* e alguns tinham sido molestados com tentativas de assassinatos. Para além do mais, as companhias moageiras eram poderosas e hegemónicas e não admitiam que o jornal de que eram proprietárias se não sujeitasse ao frete de, pelo menos, silenciar a questão. As esperadas pressões sobre Cunha Leal fizeram-se sentir: “ Nessa altura, um dos directores daquela Companhia (Companhia Nacional de Moagem), chamando-me a capítulo, ousou estranhar que estivesse dando guarida no jornal às afirmações do senador Lima Alves.(...) Respondi que não admitia, conforme mútuos compromissos anteriores, quaisquer ingerências no modo como dirigia o jornal, e que,

mais importantes companhias de moagem do país pertenciam ao número dos seis accionistas da “Sociedade Nacional de Tipografia”

⁷¹ Vide “Os lucros da Moagem e da Panificação – Uma carta do senador sr. Lima Alves às afirmações de um director da CIPC”, *O Século*, 15 de Janeiro de 1923. Essas afirmações tinham sido prestadas ao jornal em 4 de Janeiro

⁷² Na altura em que havia sido estabelecido (com Machado Santos à frente da Secretaria de Estado das Subsistências), o monopólio estadual de importação de trigos fora concebido para permitir um lucro de um centavo por quilograma de trigo importado, na base de um diagrama que fixou os coeficientes de farinação e os tipos e preços do pão. Com o agravamento do câmbio e do custo de vida, o Estado foi-se afastando, de forma dramática, do equilíbrio. Era preciso aumentar o preço do pão para manter um equilíbrio entre os três agentes: Estado, Moagem e consumidores. Porém, isso não aconteceu: o cereal era pago cada vez mais caro e o preço do pão pouco se alterava. As tentativas de aumento do preço do pão foram acompanhadas, no Verão de 1920, de greves, bombas e terror. Do mesmo modo, num Estado de

sendo a questão do pão uma questão de primordial interesse público, nem sequer achava natural que alguém me sugerisse a ideia de fingir que não dera, velhacamente, por ela”. Mas acrescentei que, sem quaisquer indemnizações, punha, nessa hora, à disposição do meu interlocutor o contrato que me entregava a direcção do *Século*⁷³. Posteriormente, foi acusado e muitas vezes caluniado na imprensa como “um caçador de indemnizações”, em resultado da “expulsão” que acabou por verificar-se em meados de Março⁷⁴. No dia anterior à sua despedida, “como criado de servir”, tinha sido dada uma “Explicação Necessária” aos leitores do matutino: “Estranhou-se por aí que *O Século* de ontem abordasse assuntos da maior gravidade para os interesses gerais do país, mas que, por qualquer forma, se poderão ligar a entidades que se supõe financeiramente interessadas na exploração industrial deste jornal.(...) E a que vem todo este espanto? Para quê tanta admiração? – Porque o *Século*, num artigo meramente doutrinário, tratou de acautelar a bolsa do público, em face da possível ganância da moagem, antepondo os legítimos interesses do povo, sempre vítima, às ambições, menos justas, mas sempre de recear, do capital sem escrúpulos? – Porque o *Século*, em considerações repassadas do mais puro patriotismo, pretendeu zelar a soberania e o bom nome de Portugal, pondo-o de sobreaviso contra os manejos dos estrangeiros que, mercê da pobreza da nossa moeda, se vêm apropriando da nossa terra e dos valores mobiliários nacionais?”⁷⁵

Em 17 de Março, Cunha Leal saía d’*O Século*, reconhecendo publicamente a justeza daqueles que o tinham acusado de “vendido a estes e àqueles”, não porque a sua

administração frágil e em dificuldades financeiras, muito naturalmente as margens de lucro (ou de puro “roubo da Moagem”) foram sendo denunciadas, entre outros por Cunha Leal, desde 1920.

⁷³ Vide FPCL, op. cit., pp.159-160. O conflito desenrolava-se desde meados de Janeiro e teve o seu desfecho em meados de Março, depois do regresso de Cunha Leal ao país, vindo de Lyon, onde tomara parte na Conferência de Imprensa Latina

⁷⁴ O processo de expulsão consubstanciou-se pela entrega de 5 000 acções da “Sociedade Nacional de Tipografia” a um “testa de ferro”. Desta forma, a Companhia Nacional de Moagem “tornava-se proprietária da maioria das acções, e poderia calcar aos pés o homem incómodo que eu era. Este acto constituía uma nova derrogação dos compromissos anteriormente citados. Revoltei-me contra a manobra. Os homens, em resposta, mandaram-me expulsar de *O Século* por um beleguim. Recebi, por isso, a indemnização estipulada no contrato”, FPCL, op. cit., p.161

consciência lhe pesasse de o ter alguma vez feito, mas por considerar que dele se tinham acercado homens de “pensamento reservado e oculto” – aqueles a que chama de “miseráveis compradores de consciências”⁷⁶.

Embora não fosse inteiramente de estranhar este final conflituoso na direcção do jornal, é justo reconhecer que *O Século* se havia tornado, neste primeiro triénio de 1923, num apaziguador “baluarte da República”. Poucas razões se vislumbravam para explicar a queda do segundo governo de António Maria da Silva, a não ser a relativa instabilidade que começava a emergir das posições coordenadas do “bloco parlamentar republicano”, constituído por liberais e reconstituintes, no Parlamento. No resto, persistiam as características de uma sociedade indisciplinada, mercê da falta de prestígio endémica e da descredibilização do poder político. Então, duas linhas orientadoras iriam dar corpo aos desígnios de Cunha Leal à frente de *O Século*, tendo sido diminuta a sua intervenção parlamentar neste período: por um lado, receber com expectativa favorável a acção governativa, numa atitude patriótica, sem prejuízo da análise crítica de cada uma das medidas que fossem sendo tomadas; por outro, contribuir para o lançamento de uma força política alternativa ao Partido Democrático, mas que se dispusesse a salvar o país dentro da luta legal⁷⁷.

No início de Janeiro, o governo remodelado apresentou, em prazo devido, a proposta orçamental para o ano económico de 1923 – 1924 com um défice menor que o apresentado no ano anterior. Em complemento, pedia ainda autorização para celebrar um empréstimo interno no valor de 4 milhões de libras, destinado a reduzir a circulação fiduciária e a regularizar os câmbios. Ao mesmo tempo, o partido maioritário

⁷⁵ Vide “Uma Explicação Necessária”, *O Século*, 16 de Março de 1923

⁷⁶ Vide “Uma atitude”, *idem*, 17 de Março de 1923

⁷⁷ Em “Os salvadores” (*O Século*, 12 de Janeiro de 1923), o editorialista denunciava as soluções extra-parlamentares que se forjavam na sombra: “Estes salvadores pertencem a várias categorias: há-os novos e há-os velhos; há-os de calças e há-os de saias; há-os vestidos pelo figurino de Mussolini e há-os vestidos pelo figurino de Lenine; há-os que querem salvar isto com quatro quartéis do Exército e há-os que tentam a mesma tarefa apenas com a GNR...”

apresentava no Parlamento uma proposta de Reforma do Regimento da Câmara, com a finalidade de introduzir maior eficácia no desenvolvimento dos trabalhos⁷⁸, em particular na aprovação do Orçamento. No entanto, foi o empréstimo a primeira grande questão que, em substância, distanciou Cunha Leal da acção governativa e lhe propiciou um vasto pacote de artigos de análise publicados no Século⁷⁹. Sem “espírito preconcebido de demolição ou de aplauso incondicional”, o jornal prometia uma análise fria, com a única preocupação de defender o interesse nacional. No essencial, o editorialista vai acusando o governo de concorrer, de forma disfarçada para o aumento da circulação fiduciária, através da recolha de notas que se propunha fazer e da venda da prata para converter em valores ouro. Ao longo de mais de um mês, sucederam-se os artigos de análise finíssima, servida por séries numéricas exaustivas, mas sempre com o aviso humilde de que “conclusões absolutamente lógicas, podem ser absolutamente falsas” porque “o mundo, hoje em dia, é uma colossal retorta onde se estão fundindo ideias novas e ideias velhas, sem ser muito fácil adivinhar, desde já, aquilo que no dia de amanhã terá o nome de verdade e o que terá a designação de mentira”⁸⁰. No entanto, não tinha dúvidas quanto ao essencial – a obtenção de um empréstimo na base das condições menos onerosas para o Estado. Mas esta não era a situação que se verificava, já que as Finanças se aprestavam para contemplar os intermediários com 26,4% da parte útil arrecadada e sobrecarregar o erário com encargos anuais próximos dos 9%, por isso que uma ruínosa operação como esta não podia deixar de ser denunciada – como foi, embora sem “adjectivos retumbantes”.

⁷⁸ A Reforma do Regimento (Projecto de Lei nº 377, de 8 de Janeiro de 1923, foi apresentada por uma sub-comissão encarregada de estudar o problema. Prevvia o funcionamento da Câmara por secções, a diminuição do tempo de debate em sessão plenária e uma economia geral de tempo em todos os processos parlamentares. Tida como inoportuna, voltou a ser discutida a questão uns meses mais tarde, com absoluta oposição do novo Partido Nacionalista que, em protesto, estará fora do Parlamento durante os meses de Maio e Junho

⁷⁹ Entre artigos que podemos assegurar da sua autoria e outros da sua responsabilidade editorial, foram publicados 13 no *Século*, antes da sua saída do jornal (em 6, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 27, 28 e 31 de Janeiro, 4, 7 e 8 de Fevereiro de 1923)

5. Uma nova agregação das oposições – a fundação do Partido Republicano Nacionalista

A mesma posição equilibrada acompanhou o lançamento, em 5 de Fevereiro, do novo partido político, constituído a partir da fusão dos *liberais* e dos *reconstituintes* – o Partido Republicano Nacionalista. O *Século* não representava uma força partidária mas rejubilava com a nova formação e com o que isso podia representar no reequilíbrio do quadro político do país: “ O monopólio partidário (cessaria) quando os indiferentes, os fracos, os acomodaticios, se compenetrarem dos perigos da atitude que assumiram e resolverem conjugar e disciplinar os seus esforços, fortalecendo a corrente de opinião partidária que contra ele é preciso que surja e prevaleça”⁸¹. Os dois partidos dissolveram-se porque consideravam que, antes da constituição do bloco das direitas no Parlamento, a situação de pulverização partidária não era de molde a facilitar as soluções constitucionais que o regime carecia em épocas de crise. A junção no bloco dava oportunidade à formação de um futuro partido de governo, representativo das correntes moderadas e conservadoras da sociedade portuguesa que, no entanto, se não reviam na força monárquica e reaccionária. O novo partido, a que Cunha Leal virá a dar o seu concurso e liderança, propunha-se uma política nacional, moderada, tolerante, sem o que se tornaria impossível qualquer obra de reconstrução nacional: “ Todos nós devemos reconhecer que a acção radical se prolongou, aqui e em toda a parte, além do limite em que era útil e necessária: demais se tem demolido em Portugal as tradições, os monumentos e os homens; demais se tem perseverado no culto sempre perigoso da

⁸⁰ Vide “O câmbio português e o empréstimo que se projecta”, *O Século*, 4 de Fevereiro de 1923

⁸¹ Vide “O novo partido”, *O Século*, 7 de Fevereiro de 1923

intolerância religiosa e da intransigência política”⁸². No entanto, as fracturas sociais mais profundas manifestaram-se, naturalmente, no seio da nova agremiação, reunida no primeiro Congresso a 18 de Março de 1923: entre os que preconizavam que fossem atendidas todas as reivindicações dos católicos e os que rejeitavam “a abdicação da República perante a reacção católica”; entre os que defendiam a exclusão pura e simples de todos os *outubristas* e aqueles que preconizavam o respeito pela lei e pela justiça, abrindo as portas do partido aos que fossem considerados inocentes pelos tribunais. Cunha Leal estava, obviamente à margem deste problema; porém, isso não impediu que, em seu louvor, fosse aprovada uma proposta de saudação.

A refundação do partido das direitas, acompanhada pelo abandono da direcção d’*O Século*, deixou Cunha Leal liberto para uma acção mais intensa no Parlamento. A primeira batalha, sobre o empréstimo interno, decorreu durante o mês de Março sob o mote lançado por Ginestal Machado: os nacionalistas só votariam a autorização de um empréstimo se ele fosse em valores-ouro e não como era proposto, expresso em libras e liberado em escudos. A proposta foi apresentada com parecer favorável da Comissão de Finanças mas, esse parecer aparentemente favorável, escondia oposições inesperadas – não só dos nacionalistas Barros Queirós, Alberto Xavier e Cunha Leal – senão mesmo de membros da maioria, como o ex-Ministro das Finanças Portugal Durão, de Lúcio de Azevedo e de Carlos Pereira. Dadas as dúvidas, mesmo entre membros da maioria, parecia portanto oportuna a moção que Cunha Leal veio a apresentar na sessão de 22 de Março, tanto mais que António Maria da Silva tinha optado por deslocar a questão do domínio técnico para o campo político: para ele, ou a proposta era aprovada, ou o governo se não responsabilizava pelo pagamento aos funcionários públicos. Este argumento de peso teve o mérito de irritar a discussão, que se prolongaria por dois longos meses, até à aprovação, com ligeiras alterações em 15 de Maio, quando o Partido

⁸² Vide Manifesto do PRN, *A República*, 17 de Fevereiro de 1923

Nacionalista primava pela ausência da Câmara. No fundo, a moção de Cunha Leal apenas pretendia reenviar o Parecer de novo à Comissão, com base nos argumentos de que o texto inicial tinha dividido a meio os seus membros e de que a aprovação precipitada da proposta poderia acarretar prejuízos à situação financeira do país.

Arrastando-se a aprovação na especialidade da proposta de empréstimo, o Parlamento intercalou, entre outros assuntos menores, a discussão dos Orçamentos que decorreu, com extrema lentidão, ao longo do mês de Abril, entre sessões concorridas e aquelas que não ocorriam, por falta de quorum. É nestas circunstâncias que retorna à Câmara a questão da Reforma do Regimento, proposta por António Fonseca, um deputado da maioria. Propunha duas medidas urgentes: a votação nominal nas situações em que não houvesse número suficiente para deliberar, registando-se de seguida o número e nome de deputados presentes. Pretendia assim corrigir o que designava de “jogo de porta”, uma prática que permitia os deputados ausentarem-se para impedir certas votações e regressar à sala para lhe ser considerada a presença em termos administrativos; em segundo lugar, propunha que as discussões sobre os orçamentos se iniciassem sempre que houvesse um número de deputados suficiente para abrir a sessão (39) e que as votações aguardassem o momento em que estivesse reunido o terço obrigatório (56) para deliberar. As propostas foram aprovadas mas desencadearam uma tempestade da oposição nacionalista que, pela direcção de Cunha Leal apresentou uma Declaração em 1 de Maio, onde afirmava: “ Declaramos que não consideramos aprovadas as propostas de alteração do Regimento da iniciativa do sr. António Fonseca , pois são írritas e nulas, não podendo portanto produzir quaisquer efeitos...”⁸³. A aprovação destas alterações do Regimento tinha provocado reacções de grande incomodidade das minorias, em particular da nacionalista que não aceitava que questões tão importantes como os Orçamentos fossem aprovadas por deputados que não tinham

assistido às discussões. Não seriam estas medidas que resolveriam o problema da “mândria parlamentar” de alguns deputados – nas palavras de Cunha Leal e, por isso, o PRN ausentou-se da sala enquanto decorria a votação. Na sessão de 2-7 de Maio, a discussão do Orçamento do Ministério do Comércio prosseguiu, mesmo sem a aprovação dos articulados que, quando eram postos à votação, não reuniam o número de deputados suficientes para a sua aprovação. Por protesto contra esta situação, Cunha Leal e o PRN abandonaram a Câmara, onde só regressaram em 22 de Junho.

Entretanto aproximava-se a leitura da sentença dos implicados no 19 de Outubro, após as numerosas audiências realizadas desde 24 de Novembro de 1922. O descontentamento com o andamento do processo era generalizado, havendo quem pedisse a sua completa revisão. Dirigido ao Parlamento um pedido de autorização da 1ª Divisão do Exército para que Cunha Leal fosse ouvido em Tribunal, foi o mesmo negado. O próprio, preferia antes sujeitar-se à demissão de oficial do Exército, se fosse obrigado a sujeitar-se à imposição das leis militares. Entendia que o “seu orgulho” o impedia de ir prestar declarações que dariam “pasto a todas as retaliações políticas”. Para mais, acrescentava, sentindo que a sua “sensibilidade moral não podia submeter-se à aquiescência de um exame directo ao ferimento que receb(era) no Arsenal, quando sabia que o homem que o feri(ra) tinha sido promovido a cabo”⁸⁴.

O regresso do PRN ao Parlamento, depois do interregno que a si próprio impusera, fez-se com entradas de leão. A Cunha Leal – um líder cada vez mais inquestionável dos nacionalistas – coube a apresentação de uma interpelação à política geral do governo que se prolongaria por todo o mês de Julho e início de Agosto, acompanhada de diferentes moções de censura. Em 4 de Julho, depois de uma interpelação sobre a alegada incapacidade governativa para garantir a segurança das

⁸³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1 de Maio de 1923

⁸⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 24 de Abril de 1923

minorias e a tolerância religiosa, bem como para conduzir a política externa e o desenvolvimento colonial e a recuperação financeira do país, apresentou uma moção em que convida o governo “ a mudar radicalmente a sua orientação política e administrativa”. Retomando a experiência político-partidária dos últimos tempos, Cunha Leal acusava o Partido Democrático de pretender eternizar-se no poder à custa de artifícios constitucionais e de vexames do Partido Nacionalista: “ A constituição do Partido Nacionalista tinha de interessar por igual os homens deste partido e os do Partido Democrático. Mas, em lugar de encontrarmos da parte do Partido Democrático o carinho com que esperávamos ser recebidos, vemos que pretendem reduzir-nos”⁸⁵. Depois passava à análise da política externa do governo, sobre a qual nada se sabia. Londres e Paris tinham feito saber o seu descontentamento perante a pertinaz recusa da Alemanha em pagar as reparações de guerra; a França tinha mesmo ocupado o Ruhr, exigindo com intransigência que a redução das reparações alemãs fossem tratadas, em simultâneo, com a questão das dívidas de guerra à Inglaterra. Portugal deveria partilhar o ponto de vista da França, mas as dúvidas, perante o silêncio governamental pareciam legítimas: “ Apesar da legitimidade e pouca exigência dos fins com que fomos para a guerra, nós vemos todos os dias partirem atentados contra a nossa autonomia da parte daqueles que estão ligados ao Império inglês: a União Sul-Africana!” e continuava: “Pergunto: estamos absolutamente assegurados pela Inglaterra de que os nossos direitos serão sempre respeitados na justa medida em que forem respeitados os direitos de todo o mundo?”⁸⁶

A obra administrativa de Norton de Matos em Angola merecia, igualmente, os maiores reparos de Cunha Leal. O Congresso havia autorizado o Alto Comissário a fazer um empréstimo até ao montante de 160 000 contos. A sua utilização, para além de

⁸⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, 4 de Julho de 1923

⁸⁶ *Idem*, *ibidem*

duvidosa nos apregoados efeitos do lançamento de infra-estruturas na colónia, renunciava efeitos perversos pelo sobreaquecimento que produzia na economia angolana: “ O aumento da circulação fiduciária há-de concorrer para criar uma situação que há-de trazer a ideia de separatismo”⁸⁷.

O debate político manteve-se aceso ao longo do mês de Julho⁸⁸, enquanto a “rua” persistia na aflitiva actividade da guerrilha urbana e do “pum”. A interpelação ao governo foi, assim, interrompida pelas considerações a que se prestavam os últimos actos de terrorismo perpetrados na capital. Cunha Leal exigia, mais do que o caricato aviso prévio pela polícia à vítima do atentado, uma acção enérgica da mesma polícia e do governo: “ O Sr. Presidente do Ministério, que realmente pratica um acto meritório, avisando previamente as criaturas que estão para ser mortas, talvez procedesse melhor empregando a máxima energia em remediar tais acontecimentos”⁸⁹.

Atacado sem misericórdia pelas minorias que, com moções de ordem sucessivas, prolongavam o debate político por cima de toda e qualquer acção legislativa, o governo decidiu contra-atacar com um pedido de autorização para proceder à prisão correcional imediata do deputado da minoria António Maia⁹⁰. Era “uma habilidade política” de António Maria da Silva” – denunciava Cunha Leal. Pretendia-se passar por cima das “regalias” dos deputados, impondo uma urgência desproporcionada no acto de prisão, quando tal castigo poderia muito bem ser aplicado mais tarde. Conseguiram que o processo baixasse à apreciação das comissões, que se pronunciaram por uma aplicação da pena para o período depois do encerramento da sessão legislativa. No entanto, a

⁸⁷ Idem, *ibidem*

⁸⁸ Em 11 de Julho foram, igualmente, apresentadas na Câmara moções de desconfiança ao governo pela parte de monárquicos e católicos. A 16 do mesmo mês é a vez de uma moção de censura do nacionalista Moura Pinto que, acusando o governo de uma política “imprecisa” e ziguezagueante em matéria religiosa, lhe recomendava que se orientasse no sentido “de permitir que se torne efectivo o exercício da liberdade religiosa nos termos da Constituição”

⁸⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 de Julho de 1923

radicalização do debate político fizera as primeiras vítimas. O Presidente da Mesa do Parlamento, o nacionalista Sá Cardoso, cuja eleição em Dezembro último tantos motivos de esperança dera à reorganização do “bloco das direitas”, demitiu-se da presidência, depois de protestos veementes da minoria nacionalista em face dos procedimentos processuais da maioria na aprovação de uma questão prévia. Por fim, alguns deputados da minoria acabariam por votar o pedido de urgência do governo para aplicar a prisão imediata ao deputado António Maia, desautorizando a liderança do grupo parlamentar. Por seu lado, o governo conseguia assegurar uma sobrevivência periclitante, com a substituição de quatro dos seus ministros, incluindo o Ministro da Guerra Fernando Freiria.

Às portas de férias, o Parlamento não podia vangloriar-se de ter melhorado a sua *performance* com a arrumação das minorias conservadoras no PRN. Para trás tinham ficado por aprovar quase todos os diplomas mais importantes: orçamentos, regimento, tabacos e tantos outros. Como que a fazer *jus* às vozes mais críticas, a Câmara agendava para o próprio dia do seu *terminus* uma proposta de liberdade de comércio de cereais, não sem antes ter obtido o suporte favorável de uma moção de confiança (com 53 votos contra 34)⁹¹ que veio a culminar todo o debate político do mês anterior. No dia 5, um domingo, o Parlamento foi convocado, com o pretexto de que o Congresso tinha sido prorrogado até esse dia. Terminaria, como seria de esperar, da pior forma – sob a pressão de várias questões prévias e moções (da minoria e de elementos da maioria) que consideravam ilegal e anti-regimental a convocação da reunião. O governo não caía, mas ficava moribundo, tomando atitudes de desafio e arrogância que não abonavam o necessário bom senso de uma força sem maioria absoluta no Parlamento e com

⁹⁰ O deputado (também militar) António Maia tinha dirigido o seu pedido de demissão ao Ministro da Guerra “em termos inconvenientes”, pelo que lhe foi aplicada a pena de 30 dias de prisão correccional em 13 de Julho. O *Diário de Lisboa* reproduz o requerimento na sua edição de 12 de Julho de 1923

⁹¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 2 de Agosto de 1923

manifestas e demonstradas deserções pontuais dos seus correlegionários. Em todo o seu procedimento tinha apenas uma meta a atingir, considerava Cunha Leal: “S. Exa. quer conservar-se no poder. É isso uma virtude quando se pretende fazer uma obra, mas deixa de o ser quando se quer satisfazer apenas uma vaidade”⁹².

A prova dos nove sobre o vencedor imediato desta contenda viria a ocorrer na sessão do Congresso que elegeu o novo Presidente da República Manuel Teixeira Gomes. Perante a instabilidade crónica do sistema e, principalmente, depois da presidência de António José de Almeida, os partidos políticos depositavam as maiores expectativas no magistério moderador do PR, tanto em função da sua capacidade de intervenção, quanto dos seus limitados poderes. Em teoria todos defendiam um Presidente prestigiado, com papel moderador; alguns mesmo, tinham simpatizado com o presidencialismo de Sidónio - ou tinham defendido o modelo ainda sem conhecer a sua aplicação. Na prática quase todos preferiam um presidente dócil, manietado pelos apoios eleitorais recebidos a quem podiam aliar-se para hegemonizar uma tendência ou um bloco político. Foi neste quadro turvo que ocorreu a conferência de Cunha Leal e Afonso Costa em Paris, na segunda quinzena de Junho de 1923⁹³. Segundo nos conta nas *Memórias*, os dois homens teriam chegado à celebração de um pacto – um e outro procurariam, nos respectivos arraiais políticos assentar, senão na apresentação de uma candidatura única, pelo menos na eleição massiva no mesmo candidato, logo no primeiro escrutínio, por forma a prestigiar o futuro PR, de quem se esperava uma acção enérgica e decidida na regulação das crises dos sistema. Não precisamos de conferir a veracidade da interpretação que nos é dada por Cunha Leal, segundo o qual, o pacto teria sido rompido pelo Directório do Partido Democrático que, em 11 de Julho

⁹² *Diário da Câmara dos Deputados*, 5 de Agosto de 1923

⁹³ De forma propositada, Cunha Leal – o memorialista – refere o encontro com Afonso Costa como incidental... estaria ele em Paris quando foi convidado pelo seu eterno rival com quem teria começado por

apresentou Teixeira Gomes como seu candidato. Basta olhar para a lista dos candidatos ao sufrágio para verificar que a divisão de apoios era total, tanto nos democráticos quanto nos nacionalistas, mas principalmente entre os primeiros que tanto poderiam ter votado em Teixeira Gomes, como em Bernardino Machado, ou até em Augusto Soares, ou Magalhães Lima. A decisão dos nacionalistas em votarem em Bernardino Machado⁹⁴ nos dois primeiros escrutínios mostra, em primeiro lugar, que falhou a lógica nova que Cunha Leal e Afonso Costa tinham intentado instaurar em Paris, tendo antes vingado a lógica de a cada partido seu Presidente. A decisão de votarem em branco no terceiro e último escrutínio consagrou a derrota dos nacionalistas nas presidenciais e abriu caminho antecipado para a profunda crise política que se instalou durante primeira experiência governamental daqueles, no final do ano de 1923⁹⁵.

Entretanto, não encontrava remédios a crise financeira em que o Estado se debatia. Incapacitado para tomar as medidas exigidas, o Ministro Vitorino Guimarães abandonava o cargo com um sentido desalento: quisera reequilibrar o Orçamento com novas receitas – entre elas a reforma do contrato dos tabacos – mas apenas conseguira que o Parlamento, nos 35 dias da sua prorrogação, sobrecarregasse as despesas com a aprovação de um acréscimo de 50 000 contos para melhorias do funcionalismo público. Sucedeu-lhe Velhinho Correia, integrado numa nova remodelação do governo de António Maria da Silva. O Parlamento reuniu, extraordinariamente, em 26 de Setembro,

tratar das "amargas controvérsias políticas" para acordar, finalmente, num pacto político. Cf. FPCL, *As Minhas Memórias*, Vol II, p. 358

⁹⁴ Falhada a hipótese do candidato único, os nacionalistas tentaram, em conjunção com alguns dissidentes democráticos, a apresentação da candidatura de Bernardino Machado, uma personalidade que poderia obter um apoio significativo no partido da maioria. A reunião preparatória, propiciada por Ricardo Covões, reuniu João Pires Correia, Bernardino Machado, António Fonseca e Cunha Leal. Cf. FPCL, op. cit. p. 360

⁹⁵ Os nacionalistas optaram por, finalmente, não apoiar nenhum candidato, numa decisão estratégica que Cunha Leal reivindicava para si. A reacção não se fez esperar, logo a seguir ao acto eleitoral. Nas escadas do Congresso, foi vaiado "por uma coorte de facínoras" e defendido por um oficial, seu correlegionário, que desembainhou a espada, enquanto eram seguidos pelos "sinistros manifestantes". Numa atitude que teve ao longo da vida numerosos paralelos, conta nas *Memórias* como reagiu: "Eu mantinha o dedo sobre o gatilho duma pistola alojada no bolso direito do meu casaco e estava na disposição de disparar, se tanto fosse necessário". Cf. FPCL, op. cit., p. 362

para debater um novo pacote financeiro, tão igual a todos os outros que se haviam sucedido anteriormente, com a diferença de que o déficit chegava agora a perto de 300 mil contos. O governo pedia autorização para diminuir o vencimento dos funcionários públicos (de 5 a 10%) e para remodelar os serviços do Estado, com redução dos efectivos considerados inúteis. Por outro lado, pretendia aumentar as receitas através da concessão de exclusivos, pela comparticipação nos lucros de bancos e seguradoras e pelo aumento dos encargos fiscais, de que se destacava o estabelecimento de um imposto transitório e excepcional, no total de 24 000 contos.

O primeiro embate no Parlamento entre o governo e a oposição centrou-se no modo de votar. O governo pretendia uma resposta quase imediata dos deputados; Cunha Leal e os nacionalistas recusaram-se a aceitar que as propostas pudessem ser aprovadas sem o estudo aturado das comissões. O debate desenrolou-se pela segunda quinzena de Outubro, tendo resultado na demissão do Ministro das Finanças em 24 desse mês. O processo de descrédibilização do ministro acentuou-se quando, a partir de 17, Cunha Leal propôs a criação de uma comissão parlamentar para “ir junto do Banco de Portugal e do Ministério das Finanças examinar” o que havia de novo sobre o aumento encapotado da circulação fiduciária. Desde aí, estava armadilhada a situação de Velhinho Correia que negara tal procedimento. Cunha Leal aproveitava para comprometê-lo: “ Afirmou o Sr. Ministro das Finanças que seria criminoso todo o homem público que aumentasse a circulação fiduciária. E como classificar o homem público que, sem um diploma legal, a tivesse, porventura, aumentado? Esse homem estaria abaixo de toda a consideração, porque teria praticado um crime de lesa-pátria”⁹⁶. Daí, partia para a denúncia da falta de transparência e de critério com o destino que tinha sido dado ao empréstimo de 3 milhões de libras, cuja aplicação tinha sido definida pela lei 1272 de 26 de Maio de 1922: 960 000 libras tinham sido atribuídas “à potência

nossa aliada, que é Angola” e ao Sr. Norton de Matos, “acidentalmente vice-rei da potência aliada”; 800 000 libras tinham sido cedidas aos caminhos de ferro; 250 000 libras “para deitar a voar” (refere-se à aeronáutica militar). Perguntava: “Em que sessão desta Câmara deu o governo contas do uso da autorização concedida pela lei?” Na sessão de 22 de Outubro, depois de demonstrar que as propostas financeiras do governo acarretariam o aumento da circulação fiduciária, acusou-o ainda de ter aumentado essa mesma circulação em cem mil contos, de Março a Agosto, embora de forma encoberta. Além de inconstitucional, por não ter passado pelo Parlamento, essa medida teria sido ruinosa, pelo corolário de especulação e aumento dos preços que acarretara, por isso pedia a queda do governo. A estratégia do cerco ao governo, de resto moribundo, adensava-se no Parlamento (e também fora dele, como veremos adiante): “ É preciso que o país se convença que nós, deputados nacionalistas, não tendo votos, aqui na Câmara, suficientes para nós próprios ocuparmos as cadeiras do poder, não desejamos derrubar o governo por ambição ou por mero prazer; mas, Sr. Presidente, temos o maior prazer em derrubar cadáveres de governos, e o governo que ali está é um cadáver”. Em 23, a situação precipitou-se: Cunha Leal dirigiu-se ao Ministério das Finanças para exigir a consulta de documentação que lhe permitisse assegurar a veracidade das declarações do ministro, através do estado da circulação fiduciária e do débito do Estado ao Banco de Portugal. Velhinho Correia negou-lhe a informação, derivou as decisões sobre o assunto para uma autorização expressa do Parlamento e, perante a iminência do descrédito, demitiu-se. Com autorização expressa do Parlamento, esclareceu no Ministério das Finanças toda a situação: o governo de António Maria da Silva, pretendendo combater a fatalidade da corrente, tinha caminhado com ela, ao seu lado, sem conseguir parar-lhe o ímpeto. Encontrara a circulação em 730 000 contos e, em 20 de Outubro, esse valor subira para 1 334 386 contos.

⁹⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 17 de Outubro de 1923

Mais uma vez um debate eminentemente técnico, face ao estado dramático das finanças públicas, terminava num pântano político: o governo tinha razões para queixar-se da falta de apoio parlamentar para a aprovação das muitas medidas que adormeceram nas comissões ou no limbo do esquecimento; o Parlamento acordava tarde para a dura realidade das medidas governamentais impostas pela gestão corrente do governo. Daqui até à sua queda do foi um passo. Em 26 de Outubro, Cunha Leal apresentou uma moção de desconfiança ao governo: “ A Câmara dos Deputados afirma o seu desgosto pela pertinácia do Governo em procurar manter-se no Poder com grave lesão dos interesses nacionais”. Só havia duas soluções na sua opinião: ou a demissão do governo, ou a dissolução do Parlamento. Em 29, apresentou ainda uma moção de ordem onde considerava urgente a resolução do problema financeiro, independentemente das sanções políticas que houvessem de ser consideradas para a actuação do governo. Nenhuma das suas moções seria votada porque foram prejudicadas pela votação de uma moção de confiança, apresentada por Jaime de Sousa no mesmo dia 29. A votação foi, no entanto, expressiva e concludente: vantagem de um voto, com 43 a favor e 42 contra. O Partido Nacionalista, tri-partido entre as lideranças de Ginestal Machado, Álvaro de Castro e Cunha Leal teria que mostrar a sua capacidade para acorrer à crise governamental que ajudou a criar. Estaria à altura?

Foi, no entanto Cunha Leal, tanto ou mais que Álvaro de Castro, uma figura chave de todo o conturbado período revolucionário que marcou o final de 1923 e que culminou com a tentativa golpista de 10 de Dezembro. Os últimos tempos da mais longa estadia dos Democráticos no governo foram palco de uma luta tremenda no Parlamento (como vimos) e de uma não menos virulenta agitação política extra-parlamentar que ganhava legitimidade na “rua” radical e nos meios militares. A recém criada *Ditadura* – pomposamente auto-denominado *periódico do fascismo português*, propunha ao

Presidente da República um governo de militares: Sá Cardoso na Presidência, os maiores Álvaro de Castro e Ribeiro de Carvalho, Raul Esteves, Filomeno da Câmara, Vieira da Rocha, Tamagnini Barbosa, Cunha Leal e os civis João Camoezas e Nuno Simões. Também lhe apontava um programa: o Parlamento era uma burla, a Constituição uma mentira, por isso convidavam Teixeira Gomes a dissolver o Parlamento e a proclamar a “Ditadura Nacionalista”⁹⁷

À esquerda, denunciavam-se as reduções dolorosas do funcionalismo e a rendição do governo aos poderes plutocráticos, bem como o afastamento da boca de cena dos oficiais radicais, muitos deles ainda presos por implicação nos sucessos do *outubrismo*⁹⁸. Pressionado pela situação financeira calamitosa e pelas exigências da direita parlamentar, o governo do PRP cedia nas políticas sociais (fim do pão político, repressão dos movimentos sociais, etc.) e obtinha duas derrotas: não conseguia cativar a oposição parlamentar para as suas medidas de saneamento financeiro e arredava cada vez para mais longe o apoio das massas populares e das suas representações políticas.

À direita, medrava o insurreccionalismo militar que juntava num mesmo barco os defensores da ordem constitucional musculada – tal um coronel Raúl Esteves – e os monárquicos reaccionários que se postavam atrás do reposteiro para aparecerem na primeira oportunidade, depois de uma escorregadela da República. O auto-bloqueio da instituição parlamentar favorecia ousadias impensáveis da consciência mais crítica do regime – os *clerics* seareiros. Na Primavera, tinham dado a público o “Apelo à Nação” da recém-formada União Cívica⁹⁹. Na linha da reforma que desde o início preconizavam

⁹⁷ Quando Ginestal Machado recusou a ditadura (ou foi obrigado a fazê-lo), *A Ditadura* prosseguia a sua campanha: “Na hora da “débacle” a Nação indicará um Homem inteligente, enérgico e audaz, para governar contra os preceitos constitucionais, contra a tirania dos partidos. Esse homem é o Ministro das Finanças Cunha Leal”, Cf. edição de 11 de Dezembro de 1923.

⁹⁸ Vide a imprensa afecta aos Democráticos entre os finais de Novembro e meados de Dezembro de 1923 e, em especial *O Rebate* dos dias posteriores ao 10 de Dezembro.

⁹⁹ O *Apelo* seria distribuído no princípio de Março de 1923 e publicado no nº 21 da revista *Seara Nova* (Fevereiro/Março de 1923). Sobre o significado político desta iniciativa, vide António Reis, *Raúl Proença, Biografia de um intelectual político republicano*, (polic.), vol. I, p. 372-386

para o sistema político, dispunham-se a analisar a necessidade de uma intervenção no curto prazo, única forma de garantir a obra, necessariamente lenta, de salvação nacional. Esclarecia-se, no entanto, que os poderes excepcionais do governo nacional de competências a que se referiam, seriam sempre balizados pelo Congresso da República e pelo Presidente, nunca resultantes de qualquer processo insurreccional ou revolucionário. No entanto, admitiam um atalho que viria a tornar-se preocupante quando posto em prática – a concessão pelo Congresso, com o beneplácito do PR, de um adiamento das sessões do Parlamento, “pelo prazo indispensável” que tornasse viável um “programa de governação extraordinária”, isto é, uma autorização lata e plena para a execução de um plano governamental apenas dependente do próprio governo, sem qualquer interferência dos representantes da nação. Perante o défice de autoridade do Estado e de incapacidade das instituições democráticas, as soluções ditatoriais – ou excepcionais, em tom mais suave – começavam a ser partilhadas por um espectro político tão amplo que poucos lhes escapavam ao encanto. Para todos, as dúvidas recaíam apenas sobre a natureza dessa situação de excepção ou sobre os homens que lhe dariam corpo.

6. De novo no governo – de Ginestal Machado

O sempre ausente/presente Afonso Costa decidira-se, finalmente, a dar voz à chamada do novo Presidente Teixeira Gomes, tendo chegado a Lisboa a 6 de Novembro com o declarado propósito de constituir um governo de salvação nacional, de preferência com a participação dos nacionalistas. As reuniões preparatórias do almejado bloco decorreram vivas e polémicas nos arraiais nacionalistas. Dividiram-se os braços do PRN em posições antagónicas: a de Álvaro de Castro que preconizava uma atitude

benevolente face a uma solução política de compromisso com os Democráticos e a de outro sector que, com Cunha Leal na liderança, se recusava a pactuar com a maioria¹⁰⁰. Venceu a corrente governamentalista, tendo os nacionalistas sido convidados a formar governo em 13 de Dezembro, depois da inviabilidade da solução democrática¹⁰¹. Cunha Leal reconhecerá, muitos anos mais tarde, que apreciou mal a atitude de Afonso Costa¹⁰², a quem acusavam de ter conchavado um pacto político com Teixeira Gomes e um acordo financeiro com as grandes companhias monopolistas dos Tabacos e dos Fósforos que, em troca do monopólio concedido pelo Estado no negócio dos tabacos, se prestariam a avalizar um vultuoso empréstimo externo. O quadro político parece, no entanto, assentar numa definitiva e irremediável atitude de desconfiança dos dois maiores partidos da governação, firmada nas anteriores deslealdades praticadas, por um e outro campo, em todas as tentativas de governos de concentração ocorridas e também na prática golpista recorrentemente posta em prática. Cunha Leal confessa a sua cedência ao revolucionarismo impenitente, face ao bloqueamento das instituições: “Não me contava entre eles [o “militarismo reaccionário”], mas não há dúvida de que o triste espectáculo da impotência governativa do Partido dominante e o espectro de uma República possivelmente subserviente para com as forças malignas da pecúnia gananciosa começavam a obnubilar o meu raciocínio e a amolecer os meus propósitos

¹⁰⁰ Sobre as divisões existentes no PRN a propósito da participação no governo de Salvação Nacional de Afonso Costa, vide o relato apresentado pelo próprio Cunha Leal em *As Minhas Memórias*, vol. II, p. 372

¹⁰¹ Sob a liderança formal de Ginestal Machado (que acumulou a presidência e a pasta do Interior), a trajectória do novo governo foi, de facto, marcada pelas propostas financeiras e políticas de Cunha Leal, como Ministro das Finanças. Figuras de destaque do novo governo foram ainda Júlio Dantas nos Estrangeiros, Vicente Ferreira nas Colónias e Carmona na Guerra

¹⁰² Nas Memórias (op. cit., p. 367) refere: “O desconhecimento das qualidades intrínsecas dos seres humanos, do seu intimismo, arrasta-nos, por vezes, a apreciações menos justas dos seus propósitos. De modo geral, nessa época os republicanos opositoristas e até alguns democráticos encaravam como autêntico perigo nacional o advento da subordinação do Estado à plutocracia, trazido de Paris no *bico da cegonha afonsista*”.

de resistir à aliciação insistente dos inimigos de um *Democratismo* de baixo nível intelectual”¹⁰³.

Na verdade, o PRN não resistiu ao canto da sereia do golpismo militar. Desde há tempos, que elementos nacionalistas se conluiavam, em “tratos comprometedores”, com a fina flor do reaccionarismo em armas¹⁰⁴. É de crer mesmo que não estavam sozinhos, antes se começava a ensaiar a constituição da larga fronda que irá juntar todos, da esquerda à direita, contra a “ditadura do partido único”. Na sequência do 10 de Dezembro, o debate político no Congresso esclareceu muitos desses compromissos ínvios. Mesmo descontando as circunstâncias do combate político, foi muito significativo que a um pacote de perguntas serenamente colocadas pelo deputado Agatão Lança, o governo de Ginestal Machado se tenha fechado num redondo silêncio, com o argumento de que o problema da ordem exigia que se não dessem armas ao inimigo. O insuspeito deputado queria apenas saber se o governo tinha ou não pedido ao PR a suspensão das garantias e a dissolução do Parlamento. Se o governo tinha ou não informado o Chefe de Estado, (de forma exagerada), da existência de 8 vasos de guerra insubordinados e de 800 marinheiros em armas no Arsenal da Marinha¹⁰⁵. No Senado, Procópio de Freitas, um radical ressabiado do 19 de Outubro, seria muito mais concludente: o movimento revolucionário fora planeado pelo governo para exigir a dissolução do Parlamento e concluía: “A prova, sr. Presidente, está no que aí se diz por toda a parte: que o sr. Governador Civil assistia às reuniões do “comité revolucionário”¹⁰⁶.

¹⁰³ FPCL, op. cit. p. 367

¹⁰⁴ Em período que não deve ter andado longe da queda do governo de António Maria da Silva, Cunha Leal dá conta de uma reunião de aliciamento a que foi sujeito por Álvaro de Castro, sob os auspícios do coronel Utra Machado. Propunha-se aquele obter a colaboração de Cunha Leal para tomar lugar nas “negociações suspeitas” que preparava, fundado no argumento de que era preferível obter a colaboração dos militares para a República que deixá-los cair nos golpes “monarquizantes”. Vide FPCL, op. cit., p. 368

¹⁰⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 de Dezembro de 1923

¹⁰⁶ *Diário do Senado*, 12 de Dezembro de 1923

O Governador Civil era o advogado António Videira, - *o cunhado do Sr. Cunha Leal*, como era conhecido na Lisboa da época e os conluíus revolucionários entre nacionalistas e radicais para derrubar os democráticos, apesar de muito divulgados pela imprensa nos dias a seguir à intentona, não foram nunca seriamente desmentidos¹⁰⁷. O próprio Cunha Leal sugere essas ligações pouco ortodoxas e “intervencionistas” de António Videira, que desconhecia, e das quais discordaria completamente¹⁰⁸.

No entanto, parecem claros os objectivos do governo nacionalista quando se desencadeou o movimento revolucionário de 10 de Dezembro: inofensiva na vertente militar, isolada no campo político, apesar dos elementos esquerdistas que trazia associados, a intentona constituía, no entanto, uma excelente oportunidade para obter a dissolução do Parlamento pelo Presidente da República e mesmo, quem poderia saber, a instauração do tal interregno governativo de excepção que permitisse o reequilíbrio político-partidário e o avanço das medidas administrativas indispensáveis à “salvação do regime” que o Congresso não tinha de modo nenhum facilitado¹⁰⁹. Questionado pelo *Diário de Lisboa* no dia 11 de Dezembro, Cunha Leal não deixava dúvidas quanto à prioridade que punha nos desígnios da ordem contra a desordem e na necessidade de dar espaço ao executivo, mesmo em prejuízo da actividade parlamentar: “ Para dominar estas aventuras (dos elementos impacientes do republicanismo avançado) e satisfazer a ânsia de ordem do país, seria necessário que o actual Parlamento facilitasse a tarefa, participando com o governo ou, então, que deixasse de existir. (...) Assim, o problema da dissolução põe-se neste momento com evidente clareza, como condição essencial

¹⁰⁷ Veja-se, a este propósito, um relato em forma de entrevista, publicado n`*O Rebate*, 15 de Dezembro de 1923

¹⁰⁸ FPCL, op. cit., p. 372

¹⁰⁹ O pacote legislativo do Ministro das Finanças Cunha Leal, apresentado ao Congresso no dia 20 de Novembro teve, como era esperado, as reacções mais negativas da maioria democrática que acusava os nacionalistas de estarem a pôr em prática a política que tanto tinham criticado ao governo anterior, no que tinha absoluta razão. O problema era político, porque do ponto de vista administrativo as alternativas não eram, na verdade, muitas ou diferenciadas. Por isso a resposta de Vitorino Guimarães (um ex-

para que a ordem se possa manter, não só momentaneamente, mas por um larguíssimo período. Exige-o o país, exigem-no todas as classes sociais – porque a nenhuma delas convém a prolongação indefinida deste regime de convulsões revolucionárias periódicas”.

Cabe a pergunta de saber por que razão o governo não logrou os seus declarados objectivos. A resposta parece estar na fraqueza real dos revolucionários: a revolta resumiu-se a alguns tiros disparados do Tejo pelo “destroyer” “Douro” a que corresponderam alguns civis, acantonados nas traseiras do Castelo de S. Jorge, com três morteiros. Ao princípio da manhã, o comandante João Manuel de Carvalho e 42 marinheiros eram conduzidos ao Forte de S. Julião da Barra, depois da rendição do “Douro”. O governo refugiara-se no Quartel de Metralhadoras, a Campolide, e esperava que o Presidente da República se acolhesse aí igualmente para poder arrancar-lhe a dissolução. Teixeira Gomes logrou contrariar os intentos do governo nacionalista: visitou a cidade, entrou no Quartel dos Marinheiros e não vislumbrou a revolução. Quando se encontrou com o governo para presidir ao Conselho de Ministros de “emergência”, o “perigo revolucionário” estava completamente esvaziado, de modo que aí apareceu “mais disposto a armar em juiz do que em réu”¹¹⁰: “Com que então, haveria, segundo os vossos informes, uma força de duzentos e tantos homens no Quartel de Marinheiros, quando, afinal de contas, só lá encontrei uns oitenta?” Ao que Cunha Leal, teria ripostado: “ E para desassossego de V. Exa., não foram suficientes esses oitenta marujos?”.

O maior desassossego não estava naquele Conselho de Ministros que, concebido para dramaticamente exigir a situação de excepção, se desfazia por entre os moinhos de

Ministro das Finanças) era esperada: “Haja o que houver, custe o que custar, não votaremos a proposta”, cif. *A República*, 22 de Novembro de 1923.

¹¹⁰ Vide FPCL, op. cit., p. 379

vento dos seus arquitectos¹¹¹. Carmona, o ungido da *caserna reaccionária*, fora incapaz de dar voz ao descontentamento e aos desígnios dos seus apoiantes e, segundo Cunha Leal, mostrara-se mesmo indisponível para desempenhar o papel que dele esperavam os conspiradores¹¹². Questionado em Conselho de Ministros sobre a atitude que considerava que devia ser tomada, caso fosse votada no Parlamento uma moção de desconfiança na apresentação do governo, o general tinha recomendado o pedido de demissão, dentro da mais natural linha constitucional¹¹³. Em cima do Conselho de Ministros reunido em Metralhadoras, o “bando dos descontentes”, chefiado por Raúl Esteves, tentou ainda inverter a situação, preparando um golpe traiçoeiro de última hora: o afastamento de Carmona, a nomeação interina de Cunha Leal para a pasta da Guerra, o qual se encarregaria de lhes escancarar as portas para a imposição de uma ditadura militar. Não foi a primeira vez – não seria a última – que se abriam a Cunha Leal as portas da aventura revolucionária pelo concurso da força armada¹¹⁴.

A experiência mal sucedida do governo Ginestal deixara-lhe amargos de boca que não conseguiu disfarçar na Conferência que pronunciou na Sociedade de Geografia

¹¹¹ A situação, insólita, tinha desarmado completamente os ministros nacionalistas que, perante o inesperado, se mostraram incapazes de defender a dissolução. Cunha Leal descreve-se a si próprio e ao seu procedimento, como o mais ousado. Perante a timidez de Ginestal Machado e o mutismo do Ministro da Guerra, general Carmona, decidiu ousar: “Em suma, Sr. Presidente, como já terá calculado, o que pretendemos é, pura e simplesmente, arrancar a V. Exa. o compromisso da dissolução das Câmaras pelas razões brilhantemente expostas pelo Sr. Dr. Ginestal Machado” Cif. FPCL, op. cit., p. 379

¹¹² Ginestal Machado tinha sido procurado por altas individualidades do Exército, na versão de Cunha Leal, que lhe prometiam apoio incondicional na formação de um governo minoritário e que podia ir (esse apoio) até à sustentação de uma situação inconstitucional e ditatorial, à revelia tanto do Parlamento, quanto do Presidente da República. Bastava que lhe fossem oferecidas as pastas da Guerra e da Marinha. Cf. FPCL, op. cit., p. 369

¹¹³ Nas Memórias, op. cit., p. 375, Cunha Leal conta como Carmona, informado dos conluíus revolucionários de Ginestal Machado e Raúl Esteves “caíu das nuvens” e se postou numa atitude de intransigente defesa da legalidade constitucional

¹¹⁴ Na imprensa oposicionista, a caricatura era demolidora para a figura e obra de Cunha Leal. No jornal *O Rebate*, em 1 de Dezembro “castigavam” a sua alegada incongruente evolução política com o “ABC da Situação”: 3 figuras, de braço dado, todas do mesmo indivíduo – agitador (1919), disciplinador (19 de Outubro de 1921) e...compressor (1923). Em 20 de Dezembro, o mesmo jornal mostrava os “prodígios do equilíbrio...” das Actualidades Políticas: Cunha Leal, de casaca, erguido pela mão do capitalista que, por sua vez, sobrecarrega o Zé Povinho. Ainda em 27 de Dezembro, a figura de Cunha Leal, ao balcão da Sapataria Leal, apresenta, com grande destaque o último modelo de botas: dos militares que trazem a Ditadura.

a 17 de Dezembro, três dias depois da sua queda¹¹⁵: “Foram os constitucionais que nos deitaram por terra! Os constitucionais como o sr. Álvaro de Castro que, quando se falou da vinda de Afonso Costa andou a conspirar comigo contra a Constituição. Mas eu que lhe disse que estava velho para conspirações!” O Parlamento, em 14 de Dezembro, completara então a obra que a revolução “dos desordeiros da moagem, da política e das bombas” não tinha conseguido concluir. Havia problemas urgentes a resolver, como os da “imprensa e da moagem”¹¹⁶ e havia problemas de fundo que exigiam acção e que impunham que se saltasse “por cima de situações legítimas”, sendo o mais importante o do restabelecimento do Estado de direito que repusesse a ordem mínima indispensável ao normal funcionamento das instituições e da vida em sociedade: “O poder é um farrapo que se humilha e abdica por entre os erros criminosos dos políticos, das bombas e dos punhais dos desordeiros”. Por isso, a restauração da ordem era o magno problema nacional: “Todos querem ditaduras hoje, mesmo aqueles constitucionais, bons ou maus republicanos, que esperam uma ditadura trazida de França numa condecinha, por qualquer Afonso Costa.” A sala da Sociedade estava à *cunha* com as “mais altas individualidades da sociedade portuguesa” e com mais de 500 oficiais do Exército. Na mesa, para além do conferencista, Ginestal Machado, Júlio Dantas, Carmona... A um canto “uma gentilha recrutada na Brasileira” ensaiava o protesto e o tumulto, sem resultado: “Foi sempre assim a voz da ... liberdade”¹¹⁷, atacou Cunha Leal para acabar com as vozes hostis. O acatamento veio quando pediu para não o obrigarem a protestar contra a liberdade dos que julgavam poder abafar a sua voz.

¹¹⁵ O governo caiu por acção de uma moção de confiança, apresentada por Álvaro de Castro, que expressava “inteiro aplauso pela sua acção perante o movimento revolucionário”, e que foi votada desfavoravelmente por 53 votos contra 42, pela maioria democrática

¹¹⁶ Na Conferência assegurava que havia “assassinos na imprensa que agridem, a soldo da moagem, homens honestos”. A sua estadia n’*O Século* tinha sido exemplar neste domínio.

¹¹⁷ Temos seguido o texto da Conferência publicado pelo autor em “Eu, os Políticos e a Nação, pp.177-218 e o relato dos jornais: *O Jornal* (24 de Dezembro de 1923) e o *Diário de Lisboa* (30 de Dezembro de 1923)

Naquela sala se opunham as duas correntes que, na altura, traziam desassossegadas Lisboa e boa parte do país. Uma minoria activa, revolucionária, intransigente, que desconfiava de todos os republicanos que não tivessem sido *baptizados* na escola jacobina e não prestassem preito ao sr. Afonso Costa e uma outra que exigia um lugar no jogo político liberal e democrático, que julgava poder interpretar uma imensa maioria mais moderada e conservadora do país, mas que não ganhara espaço, porque era sempre assimilada e confundida com a reacção monarquizante. Por decisão própria e por imposição daquela minoria activa, esta maioria ainda relativamente silenciosa (Cunha Leal era uma excepção e por isso era avidamente procurado e ouvido) estava prestes a saltar definitivamente para fora do sistema político, se alguma vez lá tinha estado de pleno direito. Entre aqueles 500 oficiais, quantos no futuro se contentaram com as propostas liberais de Cunha Leal? E quantos participaram depois na Ditadura Militar para deitar os liberais pela borda fora e imporem uma ditadura de partido único? Difícil dizê-lo. Pelo menos um estava lá e terá então percebido para que “serviam os ministros da guerra” militares em situação de crise dos sistemas liberais – Carmona, claro!

O conferencista, embora o não desejasse, estava absolutamente convencido da inevitabilidade da ditadura: “As ditaduras hão-de vir, quer queiram quer não, pela força inevitável dos acontecimentos.” Anunciar a ditadura inevitável era abrir-lhe caminho ou prevenir a sua natureza? Cunha Leal sempre foi acusado de não saber guardar o silêncio que se deve manter perante as questões controversas – umas de Estado, outras do país e da nação -, de dar a conhecer o que apenas alguns pensavam poder ter o direito de manter em silêncio, com o argumento de que assim melhor se podia salvar a República. Neste domínio, mais do que o político cuidadoso com a sua imagem e carreira, falava o intelectual – aquele que, desde o período académico, tinha decidido afrontar interesses

instalados e pensamentos feitos, sem pedir licença aos arcontes e aos guardiões do templo. Poderia ter acompanhado o escol seareiro se não tivesse tido a audácia de querer logo ali, - em 1918, em 1921-1923 – passar para a acção imediata aquilo que tinha como programa de longo prazo para a sua República regenerada. A coragem, (também ambição), que o levou a enlamear as mãos no lodaçal político da República fez dele um inimigo de estimação de *Sérgios* e *Proenças* até ao advento da Ditadura Militar. No entanto, quão pouco os separava no essencial do seu pensamento político e social! Leal também não queria militares a decidir sobre a vida dos partidos – era um civilista e um defensor da situação constitucional, embora admitisse a necessidade de soluções excepcionais adaptadas às circunstâncias, também elas excepcionais: “ Em Portugal não se adapta um tipo Mussolini, nem um tipo Rivera. O que é preciso é criar elites intelectuais e morais, apoiadas pela força armada contra os desordeiros políticos da moagem e da bomba” – afirmava ainda na controversa conferência da Sociedade de Geografia. A ditadura, seria portanto uma situação de excepção apoiada pela força militar, capaz de suportar um governo eficaz, de competências, e de restaurar a vida política liberal. Na necessidade deste interregno iluminado estavam muitos de acordo – do conferencista aos *clerics* seareiros e a muitos dos militares que o ouviam avidamente naquela sala. Provavelmente, poucos estariam conscientes de que abriam uma caixa de Pandora de que não mais conseguiriam ver o fundo.

Na oposição “Ele” era o megalómano: “o pai e a mãe” de um partido formado pela justaposição de grupelhos, sem princípios; nas Finanças, um Messias que se convenciu a si próprio do seu plano salvador: “ Ele vive do delírio das grandezas, que é uma doença indemne no Fundão, donde é natural e donde já nos saiu João Franco, outro

Salvador, que não vindo de Cruz Alçada, se sentia bafejado por Deus para redimir o povo”¹¹⁸.

O governo nacionalista era minoritário no Congresso: como poderia fazer passar toda a panóplia de medidas financeiras que a situação exigia? A estratégia passou pela dramatização de um relatório negro, apresentado no Parlamento a 20 de Novembro que acabou por castigar politicamente tanto o seu autor como as forças políticas que o precederam no governo. Os últimos por serem considerados responsáveis pela situação desastrosa das Finanças; o primeiro, por assoalhar, num legítimo desejo de separação de águas um conjunto de situações de que se não sentia responsável. No entanto, no discurso parlamentar predominou a atitude tribunícia, imoderada e incontida – a habitual independência bravia de Cunha Leal, motivo de alguma incompreensão manifestada pela opinião pública. Mais uma vez, a sua apreciação não era de modo nenhum injusta, mas era inconveniente. Os atingidos não lhe perdoaram a sinceridade e, assim, a sua proposta de um novo contrato com o Banco de Portugal foi aprovada pelas Câmaras, sob a ameaça do proponente de suspender os pagamentos públicos, caso não fosse aprovada. Do resto, nada mais passou¹¹⁹.

A experiência governamental foi uma prova dura para o Partido Nacionalista que não apresentava suficiente consistência política interna para alternar com a maioria. O resultado foi o quase completo desmembramento do partido depois da queda do governo, com a linha *alvarista* a separar-se definitivamente e com uma profunda cisão do núcleo que se reunia em torno do jornal *República*¹²⁰. A direcção – onde

¹¹⁸ Vide “Ele”, *O Rebate*, 29 de Novembro de 1923

¹¹⁹ O pacote financeiro nacionalista continha matérias bem controversas, como aquelas que fixavam o quadro numérico do Exército e da Marinha, ou as que previam que todos os funcionários que, no ano anterior tivessem faltado, justificadamente ou não, 90 dias seriam reformados ou demitidos. No entanto, a medida que mais controvérsia gerou foi a designada contribuição das portas e janelas, criada com o intuito de estabelecer uma tributação excepcional a qual, associada a um imposto sumptuário, se destinava a substituir o imposto sobre o rendimento.

¹²⁰ Em 18 de Dezembro, o grupo cisionista mudou a sede, demitiu o Directório e elegeu um Directório novo, anunciando um novo Congresso para 14 de Janeiro. No essencial, era o grupo dos antigos

continuavam a preponderar Ginestal Machado e Cunha Leal, a par de Júlio Dantas, Lelo Portela e Vasconcelos e Sá – constituiu, no entanto, a linha hegemónica que irá dar continuidade ao Partido Nacionalista no Parlamento, depois do segundo congresso reunido em Lisboa a 19 de Janeiro de 1924. Cunha Leal desempenhou ali um papel decisivo, ao contrário do que sempre tinha acontecido até esta data. Tinha passado pelo Partido Centrista, pelo Popular, pelo Liberal (e já antes pelas proto-formações *machadistas*) e nunca se viu que a sua presença fosse decisiva no domínio da organização partidária. Quase se poderia afirmar que se escusava dessa faceta da vida política, por ser talvez aquela que mais o incomodava – pelo individualismo e pela indisciplina de que dera provas ou pelo arcaísmo das redes clientelares. Desta vez foi diferente. O seu papel de liderança era cada vez mais inevitável, até pelo abandono de Álvaro de Castro, que era acusado de entendimentos extra-parlamentares e de ter concorrido para a queda do próprio governo¹²¹. Esperava-se que clarificasse estratégias: “ Eu não daria, e não darei, um passo que me leve à ditadura; mas, desassombradamente, quero apregoar a ditadura como uma fatalidade histórica”¹²². Num Congresso muito concorrido, Cunha Leal obteve 1487 das 1490 listas, tendo ficado a fazer parte do Directório do PRN.

No entanto, a sua ideia sobre a linha estratégica de condução política do partido não deixou de ser fracturante, apesar do enorme prestígio de que gozava na altura. A grande maioria dos presentes no Congresso Nacionalista discordava de qualquer entendimento com o Partido Democrático que pudesse conduzir a governos de concentração: o PRN considerava-se uma entidade política prestigiada, com um

evolucionistas que tinha defendido o governo de salvação nacional com Afonso Costa e que se não revia na liderança de Ginestal Machado e Cunha Leal

¹²¹ No Relatório do Directório apresentado ao Congresso afirmava-se: “Não era lícito, na verdade, supor que um governo partidário, constituído por correlegionários dedicados, fosse encontrar a maior guerra nos próprios correlegionários, que, afinal, foram os principais responsáveis pela sua queda”, *O Jornal*, 19 de Janeiro de 1924

¹²² Vide “O segundo Congresso Nacionalista”, *O Jornal*, 21 de Janeiro de 1924

programa nacional e servido por dirigentes prestigiados. O problema surgia quando se discutia a forma de aceder ao poder e quanto à maneira de exercê-lo. A ideia de uma ditadura temporária, capaz de recuperar o Estado de direito, de reformar o sistema político e de engrenar a roda das finanças e da economia corria, sub-repticiamente, pelas consciências nacionalistas ali reunidas, apesar de todas as declarações formais do propósito “de defender e prestigiar os sãos princípios duma República democrática”. Cunha Leal constituiu-se como o centro das atenções a que todos se dirigiam, de forma indirecta, reportando-se às campanhas de imprensa que se seguiram à sua conferência na Sociedade de Geografia. O PRN era um partido constitucional e, sendo assim, pediam-lhe que esclarecesse a sua ideia sobre o governo de ditadura. O debate aqueceu: “Estou pondo as minhas opiniões pessoais. É que vou falar para dizer alto, claro, de maneira terminante, que eu Cunha Leal, português e republicano, creio que nenhum governo regularmente organizado pode governar. Quanto a mim, a ditadura há-de vir inexoravelmente, fatalmente. Todos conspiram, todos fazem aquilo de que me acusam (...). O chefe do actual governo andou conspirando, disse-o e repito-o, tentando arrastar-me e levar-me para o seu lado. Todos os dias a Constituição é esfrangalhada. Rasga-o o governo do sr. Álvaro de Castro, rasga-o o sr. Presidente da República, rasga-a o Parlamento”¹²³. Afirmava-se republicano, mas perante o desastre nacional, concluía que os interesses do país estavam à frente do sistema. Os seus correlegionários continuavam a defender a reforma do Parlamento – como estava apenas criando embaraços ao país. Ele achava que era preciso encarar o problema nacional sem subterfúgios: “A evolução faz-se pelas revoluções. Os partidos não podem inscrever nos seus programas as revoluções; mas elas vêm dos usos, dos costumes, das ideologias dos povos”. O programa era, na sua opinião, rígido de mais.

¹²³ Idem, 19 de Janeiro de 1924

Não venceu, mas convenceu muitos dos nacionalistas ali presentes e estendeu o debate ao resto do país. Nos dias seguintes recebeu convites para apresentar as suas ideias em Viseu e em Faro. Brito Camacho voltava à ribalta da imprensa para explicar a “necessidade” da instituição parlamentar¹²⁴. O Grémio Montanha exibia um placard “Contra a Ditadura” que foi “rasgado por alguns polícias”, à ordem do governo. Os candidatos a ditadores davam entrevistas que os jornais difundiam. Filomeno da Câmara, ao *Diário de Lisboa*, afirmava que a ditadura era “um fenómeno transitório a que só a hipocrisia demagógica tende a dar vulto. Ao mesmo tempo, declarava que o país necessitava das “liberdades de que presentemente está arredado pela tirania demagógica e parlamentarista”.

A conferência de Cunha Leal em Viseu teve um “esplêndido êxito”, como comprova *O Jornal* pelas repercussões que desencadeou entre os núcleos nacionalistas do centro norte do país: Alcobaça, Tabuaço, Penedono, Lamego, etc¹²⁵. No Teatro Avenida, cerca de 3000 pessoas aplaudiram entusiasticamente o líder nacionalista. Na sua viagem de comboio até Viseu, recebeu manifestações em todas as estações a partir de S. Comba: Mortágua, Tondela. Em algumas, a banda local tocou o hino nacional à sua passagem. A “cidade despejou a sua melhor gente no melhor teatro”, centenas de pessoas deslocaram-se de longas distâncias. Que anseios e dúvidas os guiavam, ou que respostas podia oferecer-lhe aquele *beirão* das ribas do Fundão? Talvez não tivesse correspondido inteiramente ao que dele esperavam os seus ouvintes – na conferência não falou de ditadura. Alertou antes para a cegueira e o conservadorismo dos homens de 91: “Causam-me piedade os cegos e obstinados políticos que não enxergam mais do que - a Constituição (...) nós vamos interrogando acerca do sentido em que se dará a

¹²⁴ Em vários artigos publicados em *O Jornal*, entre finais de Janeiro e início de Fevereiro de 1924, procurou demonstrar a absoluta necessidade de existência do Parlamento e da sua também necessaríssima reforma.

¹²⁵ *O Jornal*, 1 de Fevereiro de 1924

transformação que a gente sente estar-se operando no subsolo da Pátria portuguesa”¹²⁶. Como sempre acontecera no passado, para antecipar o futuro, Cunha Leal começava por ler a história de Portugal – o único guia que lhe poderia, na sua opinião, servir de base para reconhecer no presente a persistência daquelas linhas de força que a sociedade portuguesa dificilmente podia deixar de percorrer. Retomava aqui muitas das teses que desenvolveu na tribuna d’*O Intransigente*, em 1913-14. Portugal e o mundo viviam uma daquelas “épocas formidáveis de incubação” em que, tendo as coisas chegado a um tal ponto de mudança, “a marcha a seguir, porque é determinada pela cega fatalidade dos acontecimentos, se pode ser facilitada pela acção dos homens, não pode, em absoluto, ser entravada por eles”. De pouco valia, portanto, os homens persistirem nos seus juízos e opiniões. Em política – considerava – “as verdades absolutas são e serão sempre ignoradas pelo homem”, como em ciência. Quando, satisfeitos connosco próprios, tivermos encontrado uma solução para o nosso problema, teremos de lembrar-nos sempre que ela é relativa e provisória. Por isso, “variar” é uma condição essencial do progresso”. A agitação febril que se vivia na Alemanha, na Espanha, e mesmo na França e na Inglaterra, exigia homens honestos intelectualmente, capazes de tirar todas as conclusões necessárias dessa procura angustiada de saídas a que os seus contemporâneos se prestavam. Ele sentia-se com esses homens, inquietos prescrutadores dos horizontes da mudança inevitável. Assumia, por isso, muitas das críticas com que pintavam o seu retrato: um impulsivo e um instável nas opiniões políticas.

Em Portugal, uma grande parte dos problemas institucionais e económicos derivavam da Grande Guerra, mas não só. Também da “desnacionalização provocada pela revolução liberal”, considerava Cunha Leal: “Esse cataclismo revolucionário não

¹²⁶ *O Jornal*, 28 de Janeiro de 1924. “Os homens de 91” são os Republicanos históricos e 1891 a data de aprovação do Programa Republicano

visou adaptar as instituições sociais que lhe eram próprias, antes se tendo feito à sobreposse a imposição de um corpo de doutrinas a um povo, que lhes era absolutamente alheio...”. A reacção a essa “loucura mansa” de Mouzinho da Silveira tinha sido mais eficaz e salutar na província; a reforma das instituições, quando houvesse de pensar-se, seria a retoma com a tradição secular interrompida. O liberalismo esmagara o municipalismo tradicional e abrira as portas ao capitalismo estrangeiro, devorista e sem benefícios para a nossa estrutura socio-económica, desviando a Nação do “trabalho modesto, mas produtivo”.

A obra imensa da reconstrução exigia um profundo “reforço do poder central, dentro do princípio da máxima descentralização”, dando voz às províncias e aos únicos valores e instituições que resistiram ao dessoramento geral da Nação: “ A fé religiosa – que tem resistido soberanamente a todos os ataques – e duas grandes forças materiais – a força pública a quem ainda não foi possível fazer perder, de todo, velhas virtudes, e o operariado que tem sabido lentamente agregar-se, embora se tenha transformado, por vezes, num elemento inorgânico de desordem e de destruição”.

Cunha Leal nunca tinha ido tão longe na defesa de uma República tradicionalista e sabia bem que iam invectivá-lo pela sua ousadia: “ Compreendo a força tremenda das oposições que hão-de necessariamente levantar-se contra as ideias que acabo de expor. As primeiras observações partirão, porventura, dos monárquicos, gritando que o fecho deste edifício é porventura a monarquia; e esta oposição terá o seu prolongamento na gritaria de certos republicanos...”.

Não se fez sentir em Viseu a reacção, mas acendeu em Faro, na conferência que realizou no Cine-Teatro, em 9 de Fevereiro. Numa sala literalmente à cunha, as “ovações delirantes” não conseguiram abafar totalmente a pateada de um grupo de democráticos que reagiam ferozmente perante os ataques do conferencista aos

republicanos históricos¹²⁷. Em Lisboa, as “congregações verdadeiramente republicanas” promoveram uma manifestação contra a Ditadura, reunindo alguns milhares de cidadãos que, partindo dos Restauradores, se dirigiram até junto do Presidente da República. Este declarou-lhes que estaria sempre ao lado do povo e das liberdades. Dali, partiram para “visitar” alguns jornais, em especial *O Jornal*, do PRN, onde se manifestaram ruidosamente.

A capital regressava aos dias agitados de sempre nesse Fevereiro de 1924. O funcionalismo público entrava em greve contra as primeiras medidas de compressão do governo Álvaro de Castro e manifestava-se na rua contra a carestia de vida em 22, uma semana depois da fronda contra a ditadura. A imprensa burguesa anunciava-a como o prólogo da revolução social bolchevista, fazendo crer a Carlos Rates que seria ele o eleito para conduzir o povo “à grande revolução”: O operariado de Lisboa, num total de 100 000 pessoas, confiou aos chefes revolucionários operários, sem exclusão de tendências, a missão sublime, mas difícil e perigosa, de o conduzir à Revolução, à sua revolução”¹²⁸. A imprensa burguesa dos dias seguintes não mostrava temor pela revolução anunciada pelos comunistas; porém, alertava os organizadores (das Juntas de Freguesia de Lisboa dominadas pelos Democráticos) que tinham sido responsáveis por ajudar a incendiar a “rua” republicana. Muitos membros do governo e do Parlamento tinham sido enxovalhados, incluindo Cunha Leal, e duas bandeiras nacionais tinham sido feitas em tiras pela fúria popular.

No Parlamento, não corria fácil a vida do governo, apesar do apoio expresso do partido maioritário que, por mais uma vez, abdicava de assumir o poder em face das

¹²⁷ N`*O Rebate*, jornal dos Democráticos, descreve-se com pormenores o confronto que decorreu na sala. Num momento de maior agitação, Cunha Leal teria afirmado que se encontrava ali munido de uma pistola e preparado para reagir a qualquer agressão.

¹²⁸ Em 24 de Fevereiro, *A República* publicou declarações daquele dirigente do PCP. Para ele vinha aí a ditadura do proletariado e a nacionalização dos bancos, da moagem, dos tabacos, dos fósforos e dos transportes marítimos

suas próprias debilidades internas e da incapacidade e falta de coragem para impor as medidas de compressão indispensáveis ao curso equilibrado das finanças públicas. Cunha Leal e os nacionalistas sentiam-se injustiçados e como escorraçados por uma “casta” que se eternizava no poder através de todas as formas possíveis de transfiguração do mesmo bloco político, com a única finalidade de obterem o afastamento do bloco das direitas. Debalde solicitou uma sindicância ao Ministério da Guerra, de modo a esclarecer cabalmente a responsabilidade do Presidente da República, do Exército e da maioria na queda do anterior governo¹²⁹. Na verdade, a saída oportunista de Álvaro de Castro do PRN para formar governo, provocando o desmembramento do partido, prestava-se a todas as especulações políticas. Não era difícil ver em todo aquele “filme” a mão maquiavélica do “conselheiro de Paris”: não conseguira arrastar os nacionalistas para o seu governo de concentração, mas conseguia que fossem afastados por um novelo de circunstâncias adversas que resultaram, além do mais, no enfraquecimento do muito frágil Partido Nacionalista.

7. Uma oposição intransigente – ao governo de Álvaro de Castro e ao “Calígula” de Angola

A oposição nacionalista só podia ser intransigente, tendo em conta as circunstâncias. De pouco importava que as medidas *alvaristas* fossem ao encontro de

¹²⁹ No debate político do governo Álvaro de Castro, ocorrido nas sessões do Parlamento de 8, 10 e 11 de Janeiro de 1924, dominou a questão da queda agitada do governo nacionalista, associada à recusa do sector *lealista* em aceitar o governo de concentração liderado por Afonso Costa. De igual modo, vieram à baila os tratos revolucionários de Álvaro de Castro no Verão anterior e as suspeitas de que se aproximava um período de ditadura governamental

muitas das propostas nacionalistas, ou que o estilo de governação se aproximasse do tal governo forte que tanto apregoavam.

As fragilidades naquele momento de crise eram muitas e quase infinitos os pretextos para combater o governo. O debate político tinha decorrido num clima tenso e numa toada ressabiada, próprios de quem se sentira atraído. A imprensa nacionalista completava o cerco ao governo: anunciavam-se uma, duas, três ditaduras, preparadas às escâncaras - a dos do *Apelo à Nação*, a dos *Homens Livres*, a da *Acção Nacional*...e a do próprio governo. Servindo-se “abusivamente” das autorizações que a lei lhe concedia, Álvaro de Castro suspendeu (entre outros) os quadros das auditorias administrativas e do Supremo Tribunal Administrativo (embora transferindo as suas atribuições para outros órgãos). No entanto, aquele facto, associado a um pedido de autorização para sustar as despesas através de uma nova “lei-travão” que lhe permitisse “reduzir ou eliminar qualquer dotação inscrita no orçamento geral do Estado”, eram mais que suficientes para alimentar uma propaganda impiedosa e demolidora. Ao mesmo tempo que se preparavam estas medidas de compressão, anunciava-se a discussão de um empréstimo a Moçambique e Norton de Matos, o Alto Comissário de Angola, deslocava-se, em Setembro de 1923, à metrópole com a finalidade de negociar um novo crédito para fazer face ao sufoco em que a província vivia desde há mais de um ano.

Em dois anos de comissariado, Norton de Matos tinha visto avolumar contra si uma mão cheia de descontentamentos que tendiam a manifestar-se, nos últimos tempos, de forma destemperada, tanto na imprensa da província, quanto nos meios metropolitanos. Fazendeiros descapitalizados, comerciantes com falta de crédito, funcionalismo do Ministério das Colónias, concessionários das grandes companhias instaladas e mesmo o Banco Nacional Ultramarino, seu principal esteio financeiro,

juntavam-se em coro para demolir a sua obra administrativa. Norton exigira meios financeiros vultuosos e uma autonomia larga e, a si próprio, impunha um prazo de sete anos para lançar as bases de uma Angola nova, defendida das ameaças separatistas e dos apetites imperialistas das grandes potências¹³⁰. O programa era vasto, completamente desproporcionado para as condições paupérrimas da metrópole: instalar um regime de autonomia administrativa e financeira, promover grandes infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias e transferir população branca para os vastos espaços africanos. Acompanhar estas reformas de uma outra bem mais melindrosa, mas que o sistema internacional de mandatos da SDN tornava urgente – o combate ao trabalho forçado que aos olhos da comunidade internacional aparecia como uma escravatura encapotada. À primeira vista, este desenvolvimento auto-centrado da colónia deveria ter reunido as simpatias de uma maioria significativa de colonos que há muito defendiam uma maior autonomia para Angola. Mas tal não aconteceu porque as infra-estruturas anunciadas não tinham meios para andar e, mesmo as que avançaram, acabaram por fazer-se à custa de créditos e empréstimos que vieram a criar grandes dificuldades financeiras à habitual vida da colónia: a exploração e comércio de matérias primas, levadas a cabo pelos grandes fazendeiros e comerciantes. Por isso, mesmo que a nova lei do indigenato não tivesse, como não teve, grandes repercussões sobre o habitual mercado de trabalho colonial, o facto é que ela foi mais um pretexto para combater a obra “megalómana” do Alto Comissário. De resto, muito do sentido das reformas tinha já sido pressentido em 1915, quando da sua estada como Governador Geral de Angola. E também muitas das más vontades que na altura despertou entre alguns membros da burguesia e do funcionalismo luandense. Cunha Leal, um engenheiro em princípio de carreira, reconhecia-lhe grandes virtudes, mas também terríveis defeitos. A par do patrocínio da

¹³⁰ Sobre a administração de Norton de Matos em 1921-1923, vide Valentim Alexandre, *Configurações políticas – Nação e Império*, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV (Dir. Francisco Bettencourt e e

“liberdade de trabalho dos indígenas” e do impulso decisivo no lançamento da rede de estradas da colónia, apontava-lhe erros políticos e humanos absolutamente comprometedores para o desempenho do cargo: “leviandade na ponderação das dificuldades” e na avaliação dos meios de que dispunha para realizar a sua obra e um autoritarismo que descambava, normalmente, para a tirania¹³¹.

Desse autoritarismo insano ficara-lhe gravado o auto de ocorrências a que tinha sido sujeito por ordem de Norton de Matos, na sequência de uma manifestação anti-germânica que assinalou em Luanda o protesto popular contra a basófia do cônsul alemão naquela cidade, depois do desastre de Naulila. Cunha Leal, o seu futuro cunhado António Videira e Simões Raposo lideraram a manifestação, que depressa se transformou numa contestação ao Governador, perante a oposição deste a que se procedesse à expulsão do cônsul, como pessoa *non grata*¹³².

Aliadas a estas contingências, apontava-se a Norton de Matos os erros de uma administração esbanjadora, perdulária e clientelar, com gastos exorbitantes e ilegais, em nada conforme com o estado da economia e das finanças do país: “ Conseguiu o sr. Norton de Matos reduzir os adversários, pela fome, à pele e ao osso, e engordar, por uma super-alimentação, até à deformidade, os amigos fiéis, E, assim, se lhe tornou possível, como disse, alicerçar o seu poder absoluto – sobre o medo pavoroso de uns e sobre a ânsia devoradora de outros. Exibir-se, ostentar um luxo de semi-deus nesta época modesta de democracia – é outra das obstinações cesarianas do sr. Norton de Matos”¹³³.

Kirti Chaudhuri), Círculo de Leitores, 1997, pp. 140-141

¹³¹ Vide o retrato que dele traça Cunha Leal em *As Minhas Memórias*, vol. I, p. 306. É um retrato que coincide com outros, como por exemplo o de Jaime Cortesão: “Arrebatado, excede-se nas virtudes até aos seus defeitos. E sendo por demais agreste para aliciar simpatias, inevitavelmente fere e irrita na sua passagem”, cit. por José Norton, Norton de Matos, *Biografia*, Bertrand, Lisboa, 2002, p. 278

¹³² O episódio foi descrito por Cunha Leal em *As Minhas Memórias*, vol. I, pp. 322-333. Na sua interpretação, a repressão contra as manifestantes adquiriu a forma de uma acção dirigida, directamente, contra algumas personalidades do grupo contestatário

¹³³ Vide FPCL, *Calígula em Angola*, Prefácio, XV

Eleito como deputado pelo círculo de Angola nas eleições de 1919 e 1921, com o conhecimento relativamente profundo da vida colonial que lhe ficara da sua estadia na colónia no período anterior à guerra, Cunha Leal foi a arma ideal para a manifestação de todos os descontentamentos dos coloniais que se opunham a Norton de Matos: “O sr. Cunha Leal – sei-o eu – tem recebido dos coloniais residentes em Lisboa, e mesmo de Angola, indicações e informes seguros sobre a verdadeira crise em que ela se debate. Não lhe tem faltado incitamentos e não lhe há-de faltar a nossa gratidão”¹³⁴.

A pugna vinha na melhor altura, pelo embaraço que podia criar, quer ao governo (empenhado numa política de rigor financeiro), quer à maioria democrática, responsável pelo regime dos Altos Comissários. Cunha Leal agarrou-a com o maior empenhamento e a capacidade e coragem que lhe eram reconhecidas. O problema do governo de Angola começou a ser levantado no Parlamento ao longo do mês de Fevereiro, com uma interpelação directa ao Ministro das Colónias nos dias 20 e 21 daquele mês, mas que, na verdade, se dirigia directamente à acção do Alto Comissário, também presente na Câmara. Em termos vigorosos, por vezes violentos, o Alto Comissário foi acusado de ter exorbitado em matéria legislativa e de corromper a imprensa, comprando por verbas exageradas artigos de propaganda, com a desculpa de se tratarem de artigos de informação sobre a colónia. A listagem dos erros não coube em mais de cinco horas de discurso, prolongando-se para as réplicas dos dias seguintes: contratações ilegais de pessoal, ajudas de custo exorbitantes, recurso a verbas não orçamentadas. Em 26 de Fevereiro, depois da réplica de Norton de Matos, Cunha Leal concluiu pelo indício dos

¹³⁴ Declarações a *O Jornal* (18 de Janeiro de 1924) de José Manuel da Costa, antigo governador de Moçâmedes. Este ex-governador, a par de outros funcionários afastados, foram prestando informes à imprensa, sobre a situação de Angola, desde finais de 1923

crimes de peculato, concussão e corrupção, os quais, na sua opinião, ajudavam a explicar a ruína de Angola¹³⁵.

As críticas ao Alto Comissário já vinham de trás e tinham as mais diversas origens. Porém, com Cunha Leal, o caso ganhou foros de escândalo e o diálogo de imprensa acrescentou-lhe a marca de retumbância que o tornou numa espécie de imagem histórica, ou espelho, da retórica e da luta republicana daquele período e também retrato, necessariamente desfocado, daqueles dois homens da República – Cunha Leal e Norton de Matos.

Norton de Matos reconhecia, na sua réplica, muitos erros e traições. Sobre as despesas com a propaganda, afirmava que eram legítimas e necessárias, como acontecia noutras experiências de colonização. No entanto, considerava que “não foram inteiramente conduzidas como desejava e o foram de modo a que se viu obrigado a dar imediatamente instruções severas a respeito das despesas feitas...”¹³⁶. A prova dessa anarquia administrativa ficou bem patente na facilidade com que às mãos de Cunha Leal chegaram dezenas de documentos públicos da colónia, facto que Norton de Matos atribuía a “uma quadrilha de ladrões que se organizara para esse fim” e que as autoridades foram encarregadas de procurar e entregar aos tribunais competentes. O interpelante respondera: “ Quanto ao roubo de documentos, apenas tenho que dizer isto: os ladrões que roubam documentos são menos ladrões que aqueles que roubam a Nação”¹³⁷. O tom dos discursos estava dado e a imprensa apenas teve que dar-lhe eco para arrebatat o Parlamento e o país em torno do caso de Angola¹³⁸.

¹³⁵ Para o caso de Angola, segui os relatos do *Diário da Câmara dos Deputados* dos dias 20 a 29 de Fevereiro de 1924, os relatos da Imprensa desses dias e o livro de Cunha Leal “*Calígula em Angola*”, este último com a reprodução dos discursos parlamentares e com a apresentação dos documentos com que o deputado sustentou os seus argumentos

¹³⁶ Vide “O sr. Norton de Matos no Parlamento”, *O Rebate*, 15 de Fevereiro de 1924

¹³⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 12 de Fevereiro de 1924

¹³⁸ N° *O Rebate* (19 de Fevereiro de 1924), órgão democrático, acusavam Cunha Leal de ilegalidade: “Não podemos deixar de estranhar que a polícia ainda não tivesse prendido Cunha Leal que, em plena sessão da

A interpelação, sustentada por documentos irrefutáveis, punha a claro algumas evidências: o plano colonial de Norton de Matos apontava para objectivos irrealizáveis nas condições política, económica e financeira do país; a propaganda acabara por adquirir uma dimensão desproporcionada em relação às realizações práticas de fomento, só iniciadas; a administração, apesar dos poucos meios existentes, não foi imune à corrupção e ao esbanjamento; o estilo autoritário de Norton de Matos e a sua vida tendencialmente faustosa, coadunavam-se muito dificilmente com a situação de crise financeira vivida na colónia e no país. Cunha Leal tinha, pois, a sua interpelação facilitada. Terminou com uma moção em que considerava que em Angola se tinham praticado “actos de administração que não garantem a legítima aplicação dos dinheiros da colónia”. Nessa conformidade, esperava que o governo promovesse um rigoroso inquérito à situação, por forma a estabelecer o cumprimento das leis que orientam a administração pública. O inquérito nunca se realizou, Norton de Matos acabou por ser obsequiado por uma moção de confiança, mas a demissão do cargo era um passo inevitável, como explicava Cunha Leal: “ Não há moções de confiança que possam curá-lo da ferida que o seu amor-próprio recebeu. Essa ainda está sangrando a estas horas. Para o garantir, basta conhecer, suficientemente, o orgulho desmedido, impertinente do sr. Norton de Matos”¹³⁹. O futuro se encarregaria de demonstrar que, mais uma vez, na ânsia desmedida de sinceridade de Cunha Leal, na afirmação nua e crua de uma verdade que ninguém refutava, radicava também muito da ineficácia do seu discurso político. A realidade de Angola era muito mais complexa do que resultou da interpelação contundente do deputado nacionalista. Ele próprio o reconhecia, mas a sua eloquência, quiçá alguma ponta de ressentimento contra Norton de Matos, traíram-no na campanha que lhe moveu no Parlamento, na publicação de *Calígula em Angola*, ou nas

Câmara dos Deputados, confessou que adquiriu e conserva em seu poder documentos oficiais que ele sabia terem sido roubados”

conferências que proferiu na colónia, quando da sua deslocação aí, nas férias parlamentares de 1924.

A impotência do BNU para transferir valores para a metrópole, ou mesmo as mesadas dos colonos, era real e não dependia, obviamente da administração do Alto Comissário. A incapacidade do Estado para prestar assistência financeira à colónia – absolutamente imprescindível nesta fase de lançamento de uma grande obra de colonização - era por demais evidente. A necessidade de contrair um empréstimo a solver com os próprios meios da colónia era tão óbvia que não causaria dúvidas a ninguém. Por outro lado, algumas das críticas pareciam inconsistentes a muitos observadores: por que razão não deveria aceitar-se a existência de uma Agência Geral de Angola com a finalidade de promover a própria colónia? Restava um último e forte – diga-se – argumento: a corrupção dos agentes envolvidos e o esbanjamento de recursos, sem uma correcta avaliação da situação financeira existente no país. No primeiro caso, a ineficácia e a morosidade da justiça, favorecia um clima de suspeição que alimentava o discurso político inconsequente; no segundo, apontava-se a Norton de Matos o defeito pessoal de megalomania, sem que houvesse a coragem de assumi-lo como um problema nacional.

Ao contrário do que seria de esperar, a colónia angolana no seu conjunto, fez uma recepção relativamente pouco entusiástica da campanha *lealista* contra Norton de Matos, como ficou patente na visita que Cunha Leal fez a Angola entre Setembro e Novembro de 1924. O próprio não deve ter avaliado com muito entusiasmo os resultados dessa visita que, só muito ao de leve, é mencionada nas suas Memórias. Sem podermos ignorar que o problema tinha igualmente uma dimensão político-partidária evidente, depois da queda do governo de Ginestal Machado/Cunha Leal, não é menos verdade que a colónia angolana percebia muito bem o que estava em jogo. Não lhe

¹³⁹ FPCL, idem, XVIII

agradou o governo autocrático de Norton de Matos em muitos aspectos e criticou com veemência os gastos faustosos do Alto Comissário. Porém, temia aquilo que a discussão parlamentar deixava antever: o recuo da metrópole na concessão de um espaço de autonomia para a colónia, nas palavras de Cunha Leal, a indispensável “subordinação absoluta dos interesses da colónia aos interesses da metrópole”¹⁴⁰, o combate à sua desnacionalização, fonte de fomento de uma independência precoce e indesejada ou do separatismo. Ora, neste domínio, os colonos não tinham dúvidas, queriam mais: “A Metrópole que tem procurado fazer de Angola um feudo político, que lhe tem fingido dar autonomias, como seja o regime dos Altos Comissários” – dissertava o editorialista do *Mossamedense* – teria que entender que os verdadeiros colonos, aqueles que se fixaram definitivamente em Angola, queriam uma autonomia com descentralização, o que implicava a separação de poderes entre um órgão executivo e uma assembleia de deputados eleitos por todos os distritos¹⁴¹. Este era o cerne da questão, porque em Portugal, a via nacionalista, de “pacto colonial”, ganhava cada vez mais adeptos, nos partidos e na imprensa. Começava a considerar-se que a colonização à inglesa era um modelo inadequado à situação portuguesa porque faltavam os recursos financeiros e os meios humanos para administrar tão largos espaços. No fundo, começava a recriar-se aquilo que parecia inevitável para muitos observadores, ou seja, a abdicação de Portugal do Império em favor dos imperialismos mais dotados de capitais e meios humanos. O correspondente do *African World* em Lisboa considerava isso mesmo no número de 26 de Julho de 1924: “É evidente que Portugal tem dois caminhos a seguir: ou manter em seu poder todo o Império colonial, para o que precisará de capitais para o desenvolver e de homens para o administrar, o que não conseguirá, e consequentemente perder o mesmo, no todo ou em parte, nesta geração; ou resolver-se a vender uma parte

¹⁴⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 de Fevereiro de 1924

¹⁴¹ Vide “Os mortos falam”, *Mossamedense*, 27 de Setembro de 1924

considerável desse Império, e com o capital desta forma adquirido desenvolver o restante”.

A situação criada pela interpelação parlamentar de Cunha Leal, de que resultou a demissão a prazo de Norton de Matos, (consumada em Junho de 1924), redundou num vazio de poder na colónia com efeitos preversos evidentes. O substituto, coronel Rego Chaves, só assumiu o lugar nos finais de 1924, depois de vários candidatos indicados se terem retraído em face da situação financeira delicada de Angola. A atitude de Cunha Leal, depois da interpelação, deu azo a todas as especulações. No dia 3 de Março, *O Jornal*, órgão do PRN (portanto mais suspeito que a restante imprensa), dava uma “notícia sensacional: Cunha Leal pretendia pedir licença demorada na Câmara dos Deputados, não tencionando tão cedo voltar à actividade dos trabalhos parlamentares. De facto, regressou apenas três meses depois, em cima do conflito com a aeronáutica militar, um dos motivos responsáveis pela queda do governo de Álvaro de Castro. Os adversários requintaram nos ataques: n`*O Rebate* de 9 de Março, as *Actualidades Políticas* (quadro caricatural) foram preenchidas por uma desencantada “Ofélia” em busca da tranquilidade de um Alcaide rural e pacato, numa alusão directa à noticiada visita de Cunha Leal ao seu pai, doente, e à aldeia natal onde o visitante encontraria a tranquilidade perdida. A contradança diplomática acendia diariamente na imprensa fogachos de luz que a mesma imprensa apagava no dia imediato: Norton de Matos preparava-se para deixar Angola e iria para Londres, Cunha Leal marcharia para Angola, já que todos gostariam de vê-lo o mais longe possível do Parlamento, tanto na maioria como entre os seus próprios correlegionários. Em Junho, a especulação deixou a imprensa e entrou pelas portas do Parlamento a dentro. Questionado o Ministro das Colónias, Mariano Martins, pelo líder monárquico sobre se tinha convidado Cunha Leal para Alto Comissário de Angola, logo aí se soube, pelo silêncio do ministro, que o

“boato” que circulara na imprensa tinha o seu fundo de verdade. No dia seguinte, Cunha Leal não guardou segredo: o sr. Ministro das Colónias tinha-o abordado, considerando que ele era o homem indicado para desempenhar aquele cargo. Sendo assim, precisava saber se ele o aceitaria ou não, pois o convite era condicional, visto primeiro precisar de consultar o seu próprio partido para o convidar definitivamente. O convidado agradeceu e disse que não aceitava convites condicionais. O ministro confirmou as declarações do deputado¹⁴². Desde os finais de Maio que a imprensa nacionalista desmentia “categoricamente semelhante atoada”; no entanto, ao mesmo tempo, anunciava a ida de Cunha Leal a Angola, em Agosto, para observar *in loco* os progressos da colónia desde que a deixara, em 1917.

Não é, na verdade, muito crível que Cunha Leal desejasse abandonar o país e o Parlamento para desempenhar o cargo de Alto Comissário em Angola, tanto mais que a solução das colónias passava, na sua opinião, pela necessidade de uma reforma do seu estatuto orgânico e pela resolução do problema financeiro. No entanto, como explicar a sua declarada “visita de estudo” a Angola? Os colonos manifestaram as maiores dúvidas sobre os verdadeiros objectivos dessa visita...

Mas a chave de todos os problemas estava em Lisboa - no Parlamento, no Governo e nos partidos e na pugna política em que os nacionalistas estavam empenhados para regressar ao poder. O governo não tinha uma vida fácil. A Legião Vermelha, uma organização terrorista que juntava jovens sindicalistas e radicais desagregados, empenhava-se em redobrados combates de rua, de que resultavam mortos e feridos. À direita, o exército insistia na necessidade de um Movimento Militar,

¹⁴² *Diário da Câmara dos Deputados*, 17 de Junho de 1924

que ultrapassando a Constituição, impusesse um clima de ordem, com “pessoas de pulso livre, independentes de clientelas”¹⁴³.

A “revolta da aviação” constituiu o pretexto para sufocar o governo perante as suas próprias insuficiências. Desde 1919, a Aeronáutica Militar exigia meios de reorganização e integração dos seus homens numa carreira própria. Ao seu lado, os intrépidos aviadores tinham o país e a nação que se sentiam regressar, por acção das grandes viagens transatlânticas, aos tempos dos egrégios avós. Estava exactamente a decorrer uma dessas heróicas viagens, ligando Vila Nova de Milfontes a Macau. A aviação precisava de mais meios, o governo precisava de fazer economias. Os discursos inflamados do nacionalista Lelo Portela no Parlamento (26 de Abril de 1924) ajudaram a incendiar o grupo do GEAR da Amadora. O motivo mais próximo do conflito surgiu quando, em Junho de 1924, o governo nomeou para Director da Aeronáutica um oficial de outra Arma, afastando do cargo o oficial aviador Cifka Duarte, levando os seus companheiros a uma ocupação do GEAR. Os insurrectos foram obrigados a abandonar o campo de aviação, mas o governo encaixou a maior derrota política de sempre. Cunha Leal propôs a liberdade condicional e uma homenagem pública aos heróicos aviadores para contrapor ao projecto de amnistia proposto pela área governamental, argumentando que os próprios se manifestavam contra essa forma de resolver o conflito. Acabaria por sair vencedora a proposta de amnistia, ficando prejudicada a de Cunha Leal. No entanto, a Câmara aprovaria ainda, por unanimidade, uma saudação a Sarmento Beires e Brito Pais, em viagem para Macau¹⁴⁴. Na sequência deste acontecimentos, o governo decidiu apresentar uma moção de confiança, através do *accionista* Carlos Olavo que foi votada pela margem estreita de 33 deputados contra 31. Cunha Leal apresentou a sua

¹⁴³ Em 27 de Maio, *A Tarde* recolheu o depoimento de um militar conhecedor dos meandros do movimento revolucionário que afirmava: “Nenhum partido está em condições de desempenhar a sua missão: o PRP está dilacerado por cisões; os nacionalistas incapazes de se imporem”

¹⁴⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 23 e 24 de Junho de 1924

moção de desconfiança ao governo. No entanto, votada foi a do Democrático Vitorino Guimarães, com 43 votos favoráveis e 23 contra.

Uma coligação negativa de Democráticos e Nacionalistas tinha derrubado o governo, por pura obstrução, já que nem um, nem outro dos partidos – muito menos os dois unidos – apresentavam alguma esperança de solução estável de poder. O governo de Álvaro de Castro tinha, seguramente, constituído a primeira experiência séria de correcção do défice crónico do Orçamento e o primeiro momento de um ciclo de governação coerente, independente do “bonzismo”, que se prolongaria até ao início de 1925, pelos governos de Rodrigues Gaspar e José D. dos Santos; porém, seis meses no poder parecia já corresponder a uma eternização do governo de esquerda que os dois partidos maioritários ansiavam por substituir logo que se lhes deparasse uma oportunidade, mesmo a mais débil.

Daqui em diante, estavam extremados os campos políticos republicanos. Seria impensável regressar aos governos de concentração, como acontecera nos anos a seguir à guerra. Esquerda e direita combatiam-se ferozmente, nas Câmaras, nos jornais e nas ruas. Em pleno governo de Álvaro de Castro, o Ministro da Justiça e dos Cultos foi interpelado por Cunha Leal por declarações “extremistas” ao jornal *O Mundo*. Aí declarara o governante que, sendo sagrado o direito de propriedade, mais sagrado considerava o direito de viver, pelo que o governo deveria proceder “à expropriação de incultos”. Face a tais declarações, Leal considerava que José Domingues dos Santos bem podia subscrever o programa de Lenine, embora pertencesse a um governo burguês¹⁴⁵. Daqui até final da República, as reformas propostas – mesmo as mais inócuas – perderam o carácter de objectividade e alimentaram uma luta ideológica encarniçada.

¹⁴⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, 27 de Maio de 1924

No Parlamento, apesar das sucessivas prorrogações da sessão legislativa¹⁴⁶, o governo continuava sem qualquer orçamento aprovado antes das férias de Verão. Cunha Leal culpava a maioria e o governo pela situação de descalabro; porém, talvez devesse antes culpar todo o Parlamento, incluindo as oposições. Nos anos anteriores, a maioria democrática tinha conseguido acelerar a discussão e aprovação dos orçamentos através de um expediente regimental que limitava o tempo de intervenção dos deputados nessa matéria. Os nacionalistas sempre reagiram negativamente a estes expedientes, como já vimos. Velhinho Correia, dos Democráticos, voltara a propor uma restrição do tempo de discussão na sessão de 7 de Julho de 1924, mas sem resultados. Nessa altura, outros valores mais altos se levantavam – estava em discussão o novo governo de Rodrigues Gaspar. Por isso, que sentido fazia para os nacionalistas discutir a forma de aprovar os orçamentos, se as soluções governamentais lhe não garantiam nenhuma segurança? Fornecer leis de meios a soluções políticas precárias era o mesmo que eternizar o erro. Podia perguntar-se – e a maioria Democrática perguntava, naturalmente – se as soluções governamentais alguma vez tinham sido mais estáveis que as vigentes, ou se não facilitar a aprovação dos orçamentos podia contribuir para acrescentar estabilidade ao governo. Por isso, acusavam Cunha Leal e o PRN de obstruccionismo, no que lhes não faltava razão. No fundo, nenhuma das forças políticas maioritárias – democráticos e nacionalistas – reconhecia à outra a legitimidade para governar. Também aqui os dois partidos tinham absoluta razão: nenhum deles estava preparado para governar nas difíceis condições de vida do país. E por isso, obstruíam-se mutuamente.

¹⁴⁶ O Congresso decidiu, em 31 de Março, a prorrogação até 30 de Junho e, em 30 de Junho, até 31 de Agosto

8. Os primeiros sinais do advento da Ditadura

Razões aparentes para conspirar contra a situação pareciam ter os que defendiam a ditadura temporária regeneradora, ou a ditadura *tout court*. Alguns, como Filomeno da Câmara, conflituavam com a hierarquia e, manobravam descuidadamente contra a situação, procurando enredar nos seus planos personalidades de relevo da vida política nacional. Cunha Leal conta-nos nas suas Memórias os esforços desenvolvidos por aquele senhor comandante da Marinha para o desviar para o seu campo conspirativo¹⁴⁷. Filomeno da Câmara não desistiu e tão abertamente se expôs que, em 13 de Agosto lá o temos no Tribunal da Marinha a prestar contas pelas suas actividades inconstitucionais. Era, no entanto, pouco consistente o material apresentado como prova contra o conspirador e, por isso, Cunha Leal aceitou defender o seu correlegionário no Tribunal. As acusações resumiam-se às declarações do Major Henrique de Melo, Comandante de Infantaria 16, do tenente-coronel Maia Magalhães, chefe do Estado Maior da 1ª divisão e do Major Travassos Valdez, Comandante de Artilharia 1, os quais confessavam ter sido aliciados para práticas revolucionárias por Filomeno da Câmara. O primeiro desmentiu o encontro conspirativo e o terceiro decidiu não comparecer a julgamento, sujeitando-se assim às congeminções do defensor, já que não podia ser interrogado. Deduzindo da folha de serviços dos dois conflituantes aquele a cujas afirmações podia emprestar maior credibilidade, a saber, Filomeno da Câmara, Cunha Leal sujeitou-se a que o assunto tivesse resvalado da apreciação objectiva para o campo subjectivo da honra pessoal. Para desagravo da sua honra, Travassos Valdez desafiou Cunha Leal para um duelo. Contra a vontade das testemunhas – General Sinel de

¹⁴⁷ Escreve Cunha Leal: “ (Filomeno da Câmara) convidou-me para almoçar com ele no Restaurante Tavares, aonde nos situámos num dos seus sigilosos gabinetes do primeiro andar. Em resumidas contas, este agitado político convidou-me para tomar parte, com ele, numa intentona revolucionária, de que lhe

Cordes e Major Rego Chaves – e por decisão do desafiado, o duelo veio a realizar-se, com Filomeno da Câmara e esposa a assistir num automóvel, conforme relata Cunha Leal: “O duelo finalizou pela incapacidade física do meu adversário, a quem abri o pulso direito, não sem ter eu sofrido também ligeiro ferimento na axila do mesmo lado”¹⁴⁸.

Para a esquerda, a absolvição de Filomeno da Câmara, duvidosa por ignorar a matéria que o incriminava, vinha demonstrar as relações estreitas e resvalantes entre a direita constitucional e a direita conspirativa e bem assim a fronteira ténue que as separava: aquela, aplainava o caminho a esta última, pela compreensão com que a amparava em momentos de apuros¹⁴⁹, com a ajuda complacente da justiça militar. Na verdade, o material apurado no julgamento de Filomeno da Câmara era, provavelmente, insuficiente; no entanto, era significativo que um Chefe de Estado Maior, o tenente-coronel Maia Magalhães, não tivesse evitado declarar, em pleno Tribunal da Marinha, que o comandante de uma unidade militar de Lisboa lhe contara que tinha sido aliciado por Filomeno da Câmara para um movimento de carácter nacional e que, face à gravidade da situação, tinha comunicado o facto ao sr. General da Divisão¹⁵⁰. Numa sala literalmente cheia por oficiais da Marinha e do Exército, o discurso de Cunha Leal era aguardado com impaciência, segundo os jornalistas presentes. A absolvição era um resultado de tal forma esperado que a imprensa dos dias seguintes omitia qualquer referência ao julgamento. Começava a esboçar-se a ideia de que perante a pátria em perigo eram legítimas formas inconstitucionais de superação da crise, mesmo com prejuízo da pureza do próprio regime. A ideia fundamentava estratégias com diferentes

caberia o papel de agenciador, com jeitos de vir a ser o seu principal executante. Aos seus esforços de aliciação opus uma recusa terminante...”, FPCL, *As Minhas Memórias*, II, p. 408

¹⁴⁸ Idem, ibidem, p. 412

¹⁴⁹ Cf. a este propósito os editoriais dos jornais *O Rebate* e *O Mundo* dos dias do julgamento

¹⁵⁰ Relato do julgamento, segundo o jornal *A Tarde* de 13 de Agosto de 1924

graduações e patamares de realização mas começava a reunir num mesmo barco muitas famílias antes desencontradas.

Não restavam dúvidas quanto ao claro posicionamento político de Cunha Leal a partir de 1924: o país era a primeira das prioridades, a República vinha em segundo lugar e, por último, na primeira linha de acção, a construção de um campo hegemónico anti-Democrático, pois só neste espaço seria possível introduzir as reformas de que o regime e o país careciam urgentemente. Poderia esse bloco, segundo Cunha Leal, construir-se também com os mais irrequietos, como Filomeno da Câmara? Sim, enquanto eles se mantivessem no campo constitucional. A questão fundamental, para Cunha Leal, resumia-se a este dilema muito simples: como introduzir reformas substanciais no sistema político sem recorrer a processos revolucionários ou insurreccionais? Se as reformas eram absolutamente indispensáveis, os meios golpistas só poderiam piorar o estado do doente, até pela pouca credibilidade de tantas intencões que rebentavam, quase diariamente, fruto de uma desagregação social muito profunda¹⁵¹. Esta sua convicção, comprovada pelos reiterados esforços que no futuro próximo o levaram a constituir a União Liberal Republicana, quando já pouco parecia haver a esperar da República parlamentar, não o impediam de mostrar compreensão por insurreccionalistas como Filomeno da Câmara. As suas aventuras tinham, pelo menos, o mérito de alertar os descuidados para a iminência dos golpes anti-constitucionais. Para além do mais, o tribunal era para Cunha Leal uma tribuna política onde, oportunamente, alertava o “distraído bonzismo” para as suas (ir)responsabilidades.

¹⁵¹ Lisboa, mais que qualquer outro ponto do país esteve, neste período, sujeita a uma pressão quase insuportável de “guerrilha urbana”: Enquanto decorria o julgamento de Filomeno da Câmara, os jornais entrevistavam “alguém dos bastidores” do movimento radical-comunista que, sem reboços, apontava os nomes dos conspiradores. Em 29 de Agosto, um “bando de conjurados” foi repellido do Castelo de S. Jorge, que pretendia assaltar. Mais de duas dezenas de presos, entre tenentes e sargentos. Alguns dias depois, a 12 de Setembro, o golpe esteve “em vias de tornar-se triunfante”. Agora eram os capitães e majores que saíam à rua.

Se essa (a reforma política das instituições) era a sua Dulcineia, então como entender a disposição de abandonar o Parlamento em Março para só regressar no Verão, tanto mais que Cunha Leal era efectivamente o líder político do PRN? Como explicar a “missão de estudos” a Angola no Outono? Ou mesmo a aceitação do cargo de Reitor da Universidade de Coimbra, que parecia deslocá-lo para fora da política? Talvez porque o Partido Nacionalista – o tal partido de poder alternativo à maioria – se tenha mostrado como uma frágil alternativa, com o qual Cunha Leal não podia construir mais que uma desencantada e muito incómoda obra de obstrução parlamentar. Esta arte negativa não resultava, obviamente, apenas da reacção aos procedimentos da “ditadura da maioria”; a sua raiz mais profunda radicava na debilidade do PRN, que não tinha condições para bater-se de igual para igual com o Partido Democrático¹⁵².

9. Um capitão do Exército, reitor da Universidade de Coimbra

Descortinar as razões que levaram Cunha Leal a aceitar o cargo de Reitor da Universidade de Coimbra - a mais tradicional do país e, por vezes, anti-republicana – não é tarefa fácil¹⁵³. Sabemos que hesitou e que a maioria dos observadores da época consideravam o facto extravagante. Muitos apontavam a estreita relação de amizade existente entre o Ministro da Instrução, Abranches Ferrão, que tinha sido Ministro da

¹⁵² A debilidade do PRN resultava, principalmente, da miscelânea política do bloco criado. Num gigantesco almofariz, juntaram liberais, evolucionistas, unionistas, camachistas, sidonistas, reconstituintes, reformistas, lealistas, com projectos que iam do parlamentarismo ao presidencialismo, alguns revolucionários, outros liberais, todos muito diferentes. A sua formação tinha evidenciado e até requintado nos mesmos erros que acompanhavam a formação dos partidos clientelares, oligárquicos, de origem parlamentar, com fraca correspondência e representação do país real

¹⁵³ Cunha Leal foi nomeado Reitor da Universidade de Coimbra “em comissão gratuita de serviço público”, por decreto de 16 de Agosto de 1924 (DG. II Série, nº 195, de 21 de Agosto de 1924). Tomou posse no gabinete do Ministro da Instrução Abranches Ferrão, em 30 de Agosto. Mas como lhe foi concedida autorização, por Despacho, para se ausentar por 90 dias para Angola, só tomou efectivamente posse em 7 de Janeiro de 1925

Justiça do governo presidido por Cunha leal em 1921-1922, e que agora procurava um “comissário político” forte para intervir no complicado meio coimbrão¹⁵⁴. Na *Gazeta de Coimbra* o editorialista considerava: “ Se os penitentes que foram a Lisboa o acreditam, pela minha parte entendo que colocaram o sr. Cunha Leal numa situação levada da breca. (...) O sr. Cunha Leal é um demolidor formidável e um leal republicano e suponho que é incapaz de colear, de evolucionar para a monarquia, ou empunhar uma batuta de dois bicos. Foram as rãs pedir um rei...”¹⁵⁵. Que esperava essa “comissão de lentes” que veio a Lisboa avistar-se com Cunha Leal para o levar a aceitar? Aparentemente, alguém de prestígio, capaz de lutar nos corredores do poder de Lisboa e defender a autonomia universitária, muito comprometida desde 1919 pela Lei 861¹⁵⁶. A Universidade vivia dias difíceis, com problemas agudos de obras por lançar, com o encerramento da Escola Normal Superior que afectava a formação dos licenciados que saíam das Faculdades de Letras e de Ciências e com a cedência, decidida pelo Governo, de instalações do Palácio de S. Bento ao Liceu José Falcão. Cunha Leal, quando viesse a parar em Coimbra, poderia ser útil, na perspectiva do Senado Universitário, onde ponteavam homens como Manuel Gonçalves Cerejeira, José Alberto dos Reis ou Domingos Fezas Vital¹⁵⁷. Teria Cunha Leal admitido a hipótese de poder exercer a sua influência, ou ganhar um espaço próprio no mundo prestigiado dos académicos coimbrões que, por essa altura, confrontavam o liberalismo republicano com as novas formulações políticas anti-democráticas, orgânicas e corporativistas? Não será de todo

¹⁵⁴ Esta é também a interpretação fornecida por Cunha Leal nas Memórias. Abranches Ferrão queria, através da nomeação de Cunha Leal, contrariar o predomínio das personalidades “retintamente conservadoras” que o meio académico coimbrão sempre tinha apresentado ao governo para nomeação. Cf. FPCL, *As Minhas Memórias*, II, p. 419

¹⁵⁵ Vide “A Reitoria da Universidade de Coimbra”, *Gazeta de Coimbra*, 23 de Agosto de 1924

¹⁵⁶ A lei nº 861, de 27 de Agosto de 1919, concedia ao governo a responsabilidade de nomear os reitores das universidades, que passariam a ser uma espécie de delegados ou comissários do governo, encarregados de conter a alegada reacção anti-republicana de muitos dos seus lentes. Sobre a autonomia universitária veja-se, entre outros, Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, 1999

despropositado pensar que o futuro Reitor se propunha “caçar” apoiantes no campo conservador de Coimbra. Uma coisa é certa: a nomeação de Reitor da UC dificilmente o colocaria fora do jogo político-partidário (de acordo com a interpretação de certa imprensa), antes lhe fornecia uma outra bandeira de combate contra o poder político democrático instalado em Lisboa - e com uma base de apoio de peso.

O reitorado efectivo em Coimbra ficaria adiado até ao regresso de Angola. Durante dois meses visitou a colónia, tendo desembarcado em Luanda em meados de Setembro, depois de uma paragem em S. Tomé, onde foi recebido pelo governador da colónia e por autoridades e roceiros da Água-Izé e da Boa Entrada: declarou que ia estudar aprofundadamente a situação de Angola¹⁵⁸. O périplo iniciou-se com uma Conferência em Luanda, a qual viria a ter grandes repercussões em toda a imprensa de Angola. Dali passou ao planalto de Malange, e depois às propriedades da Companhia de Amboim. Visitou Benguela e voltou a embarcar para chegar ao Lobito. Depois Huambo e o regresso a Moçâmedes, já em finais de Outubro. Não eram tempos fáceis os que se viviam na colónia que tinha vivido mal com Norton de Matos e estava pior sem ele. Em Outubro tinham sido fechados, por completo, os descontos na praça e sobre a província, bem como as transferências e as mesadas para a metrópole por absoluta falta de notas. A situação era desesperante¹⁵⁹. Talvez por esta razão, a Conferência de Cunha Leal no Cine-Parque de Luanda tivesse provocado reacções tão desencontradas. Muitos não percebiam por que razão se deslocara Cunha Leal a Angola e ouviam, incomodados, as críticas demolidoras à obra de Norton. Gois Pinto, Tomás Fernandes, o próprio Alto Comissário eram comparados a uma quadrilha de *Zés do Telhado* que

¹⁵⁷ Sobre as posições do Senado, vide Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a I República*, I. I. Educacional, Lisboa, 1990, pp. 401-425 e Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no séc. XX – Actas do Senado*, Coimbra, 1990

¹⁵⁸ Cf *A Desafrenta*, S. Tomé, 8 e 15 de Setembro de 1924

¹⁵⁹ A Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Moçâmedes propunha-se substituir o BNU, promovendo a compra de cambiais (a preços elevados de mercado), promovendo as transacções com a

despudoradamente haviam saqueado a província. Muitos concordavam com a apreciação, embora a achassem excessiva: “Nunca fomos admiradores de Norton como Alto Comissário (...) Vimos sempre nele um homem impetuoso e esta qualidade má é o bastante para qualquer homem público cometer despotismos e desrespeitar a lei. Mas nunca lhe negamos qualidades de trabalho extraordinárias e dedicação pela Província, e reconhecemos que ele alguma coisa de grande deixou feita...”¹⁶⁰. Também a obra de fomento de Norton merecia os mesmos reparos e apreciações. Cunha Leal denunciava o esbanjamento e a má condução dos processos, por exemplo, das inacabadas obras do Porto de Luanda. Apenas para exigir melhor condução e probidade, ou para implicitamente, reconhecer que o país não estava disposto a endividar-se mais do que já estava? Os colonos tinham dúvidas...Por fim, havia a delicadíssima questão da mão de obra. As alusões internacionais ao escravagismo e maus tratos sobre as populações negras das colónias portuguesas não eram uma invenção dos *chocolateiros* com interesses comerciais no cacau africano e na concorrência desleal de S. Tomé, porque a elas se referiu largamente a imprensa da própria colónia e da metrópole. Norton, pelo *decreto 40* tentou estancar essas campanhas perniciosas, mas os angariamentos de serviços persistiram. E o mais grave, aos olhos dos angolanos, é que eram as próprias instituições do Estado que recuavam nesta matéria. Poucos dias antes da chegada de Cunha Leal a Moçâmedes, o jornal dos interesses locais informava que tinha sido dado provimento pelo Conselho Colonial ao recurso de Venâncio Guimarães sobre a portaria do Alto Comissário que o impossibilitava de continuar a exercer o angariamento de serviços¹⁶¹. Guimarães foi um dos apoios que Cunha Leal não dispensou na sua viagem por Angola. Na viagem ao Dondo, a imprensa adversária não se fez rogada em

Metrópole através de casas comerciais instaladas em Lisboa e cedendo essas cambiais aos colonos que quisessem sujeitar-se ao prémio elevado corrente

¹⁶⁰ Vide “Cunha Leal em Angola”, *Preto no Branco*, 9 de Outubro de 1924

insinuações: “ Acompanhado do Governador e do delegado de Saúde do Distrito, Venâncio Guimarães, Pardo d’Oliveira e Corugeira, estes três últimos angariadores de pretos, chegou a esta vila, cerca das 20 horas do dia 4, alojando-se com a sua comitiva na casa do comerciante Jorge de Melo”¹⁶².

É certo que Cunha Leal transportava com ele a utopia da grande colonização dos planaltos do Sul de Angola, que deu a conhecer na conferência¹⁶³. Um banco de terra cedido a casais de família vindos da metrópole, apoio técnico e bancário para os primeiros anos – a grande prosperidade a partir do trabalho do produtor, com apoio inicial do Estado e da banca. Mas em que era indispensável o trabalho do preto para o qual Cunha Leal propunha um “pagamento proporcional” e um “trato humanitário”. Essa riqueza de mão de obra exigia a inteligência da autoridade persuasiva que se devia impor àquelas *crianças-adultos*. Palavras que os auditores não conseguiam coadunar com as práticas de engajamento que Cunha Leal talvez não tivesse tido a coragem de denunciar de forma directa...

Ficava clara a situação de Cunha Leal em Angola. Os processos demolidores seguidos para denunciar os “crimes” da administração eram sentidos por grande maioria dos angolanos como politicamente incorrectos, já que tinham deixado a colónia numa situação desconfortável perante a metrópole, as colónias congéneres e o estrangeiro. Isso mesmo não impedia que fosse reconhecido publicamente o valor do “oficial brioso e inteligente” que era Cunha Leal e o “raro interesse e extraordinário vigor” que pôs na denúncia do descalabro da província sob o governo de Norton de Matos. Que a missão não tinha tido apenas uma feição pessoal e turística, mostra-o o

¹⁶¹ Vide “Várias Notícias”, *Mossamedense*, 11 de Outubro de 1924. Em resultado desta decisão, foram mandados entregar 500 serviços a que tinha direito naquele distrito

¹⁶² Vide “Última Hora”, *Preto no Branco*, 9 de Outubro de 1924. O mesmo jornal alinhava o artigo “Quem quer pretos?”, onde anunciava aquilo a que chamava a grande liquidação, a preços baixos. O sr. Guimarães tinha sido autorizado a retomar o engajamento de serviços. Não queriam acreditar “a não ser que viesse ordem do governo de Portugal para despovoamento idêntico ao do Songo!”

concorrido almoço de homenagem, oferecido por “um grupo de amigos e admiradores”, no Teatro de S. Carlos, pouco depois da sua chegada a Lisboa¹⁶⁴. Não é mesmo de estranhar que, pelo menos em parte, a “missão a Angola” estivesse ligada aos trabalhos preparatórios do alto comissariado do recém-nomeado tenente-coronel Rego Chaves, um amigo pessoal de Cunha Leal. Foi notada a sua presença na apresentação de cumprimentos que lhe fizeram correlegionários e amigos, no desembarque, no Cais da Areia, em Cascais, no dia 19 de Novembro¹⁶⁵. Um mês depois, quando Rego Chaves decidiu pedir demissão do cargo por considerar não ter reunido o apoio do governo na resolução dos créditos indispensáveis a Angola, o jornalista d’*A Tarde* dava a conhecer um encontro de última hora, nos *Passos Perdidos*, entre o Alto Comissário e o Ministro, a que também assistira Cunha Leal¹⁶⁶. Logo à chegada de Angola, declarou: “A situação da nossa província é muito pior do que todos imaginavam e que eu imaginava também. Se os governos pensam suprir as dificuldades com 60 000 libras, encontram-se redondamente enganados. Nem com 60 milhões de libras se suprem as dificuldades de Angola”¹⁶⁷. Dias depois, em declarações ao *Século*, a 23 de Novembro, cifrava o “socorro” indispensável da metrópole em 1 milhão de libras, se não se quisesse perder a colónia. Angola vivia, na sua opinião uma fortíssima crise financeira que era o resultado de uma situação económica preocupante e da falta de um plano de desenvolvimento sustentado. A administração ruínosa de Norton de Matos tinha ignorado as verdadeiras possibilidades financeiras do país e o resultado tinham sido as dívidas aos bancos, aos fornecedores e aos empreiteiros que deixaram muitas obras paralisadas. A população

¹⁶³ A Conferência aparece reproduzida n’*A Província de Angola* e no *Preto no Branco*, (neste último caso comentada) nos dias a seguir à sua realização, em 25 de Setembro de 1924

¹⁶⁴ O concorrido almoço de homenagem juntou eminentes personalidades políticas e do grupo de coloniais e banqueiros de Lisboa, como documenta a revista *ABC* de 11 de Dezembro de 1924

¹⁶⁵ Na viagem a Angola, Cunha Leal reatava igualmente laços familiares da sua esposa, com quem casara em Angola em Dezembro de 1914 e que o acompanhou na viagem juntamente com uma filha ainda muito bebé

¹⁶⁶ Vide “A demissão do sr. Rego Chaves”, *A Tarde*, 22 de Dezembro de 1924

¹⁶⁷ Cf. *A Tarde* de 19 de Novembro de 1924

vivia uma perigosa crise moral, favorável a todos os desvarios e ao “salve-se quem puder” que foi encontrar na sua estadia na província. Desde há oito anos, altura em que abandonara Angola para voluntariamente se oferecer para a frente de combate na Europa, muita coisa tinha mudado: Luanda era agora uma cidade mais cosmopolita, predominavam as sociedades anónimas. Porém, isso não significava que a *colónia-fazenda*, como a designava, tivesse captado mais residentes angolanos. Os capitais não se fixavam aí, antes emigravam em busca de mais segurança ou em práticas especulativas. As leis de trabalho de Norton tinham tornado mais escassa a mão de obra de que a agricultura necessitava. Por isso, Angola já não era aquela que conheceu em 1914-16, mas também ainda não era outra - aquela que os padrões económicos e políticos internacionais necessariamente exigiam e que Norton de Matos e os seus inspiradores tinham pensado possível.

10. Nas margens do golpismo militar – o 18 de Abril de 1925

No regresso da actividade parlamentar, os nacionalistas tiveram a sua tarefa de oposição muito simplificada pela desagregação do partido Democrático, depois da formação do governo de José Domingues dos Santos, a 22 de Novembro de 1924. O debate político prolongou-se pelos primeiros dias de Dezembro. Cunha Leal considerava a nova versão esquerdista dos Democráticos como mais um embuste do PRP para se perpetuar no poder e afastar daí os nacionalistas. A realidade não lhe dava razão. Basta observar o comportamento de alguns dos “marechais” conservadores da maioria para perceber que as tendências no interior dos Democráticos, até aí relativamente contidas, se apresentavam à luz do dia, sem disfarces – “bonzos” de António Maria da Silva, Velhinho Correia, Vitorino Godinho para um lado, “canhotos”

para o outro. A moção de ordem contra o governo apresentada por Cunha Leal em 27 de Novembro não foi votada favoravelmente, mas antes o fosse. Ter-se-ia evitado o escandaloso abandono do Parlamento pelos “bonzos”, um grupo de cerca de vinte deputados que seguiam António Maria da Silva e que se recusou a dar o voto favorável ao novo governo. Menosprezado pelo seu próprio partido, o governo dificilmente teria podido evitar o reforço da organização de forças “partidárias” anti-sistema, como a União dos Interesses Económicos que há tempos preconizava o governo de força integrado por reconhecidas competências técnicas. Um facto que isolava completamente o PRN, no qual as forças vivas não só não viam capacidade política, como temiam o discurso anti-plutocrático de alguns dos seus líderes, em especial Cunha Leal. A crise de representação dos partidos políticos, incapazes de expressar todos os grupos, de intermediar os conflitos e de orientar e canalizar as aspirações de uma sociedade fortemente segmentada, tornou-se evidente e quase definitiva.

Das forças vivas e do Exército multiplicavam-se as críticas e os apelos. Assediado por constantes cometimentos contra o Governo e o Parlamento, o Ministro da Guerra Hélder Ribeiro demitiu do seu cargo o Quartel-Mestre, General Sinel de Cordes que, num artigo n`*O Século*, recriminava o órgão legislativo e o Governo pela sua incapacidade para reformar as estruturas das forças armadas: “ O país só terá de pedir contas aos seus representantes que, entretidos com as bisantinas discussões políticas, põem de parte problemas de primordial importância para a Nação”. O major Ribeiro de Carvalho, enquanto Ministro da Guerra, tinha apresentado várias propostas para reorganizar o Exército “conforme os ensinamentos da Grande Guerra”. A essas propostas, o Parlamento não deu qualquer seguimento e, por isso, considerava Sinel de Cordes, a ele “fica a inteira responsabilidade do estado caótico em que as instituições

militares se encontram”¹⁶⁸ Cunha Leal interpelou o Ministro Hélder Ribeiro no Parlamento: o general tinha razão, as forças armadas estavam votadas ao completo abandono pelo poder político, que podia esparar-se nestas circunstâncias? Que os generais não denunciassem a deplorável situação das forças armadas? “Toda a gente pode neste país acusar governos e parlamentos – afirmava Cunha Leal -, sendo algumas vezes esses acusadores anónimos e falhos de autoridade. Só não pode proclamar essa verdade, assinalando com a sua honradez e com a sua competência, uma figura moral do estalão do general Sinel de Cordes!”¹⁶⁹

A compreensão manifestada pelo deputado para todos estes críticos do sistema político - de Filomeno da Câmara a Sinel de Cordes – significava, mais do que o seu deslize para o anti-liberalismo, a empatia com os defensores da ditadura militar que, no caso dos dois referidos não seria nem excepcional, nem temporária, como preconizava Cunha Leal. Não conspirava com eles, mas aceitava-lhes as razões.

O ano de 1925 abriu para Cunha Leal com a sessão solene de tomada de posse, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, do cargo de Reitor, o qual manterá até ser exonerado por decreto de 22 de Abril, por ter sido considerado implicado na *Revolta de 18 de Abril*. Na sua apresentação aos professores, Cunha Leal pouco mais podia dizer de que estava empenhado em “trabalhar no engrandecimento da universidade”. Os antecessores, nos discursos da cerimónia, tinham todos feito votos para que viesse a ser reitor de facto, e não apenas de direito, parecendo a Cunha Leal ter havido uma insistência desusada no tratamento pela sua condição de capitão¹⁷⁰.

¹⁶⁸ Vide “Crónica Militar – Exército, II”, *O Século*, 9 de Dezembro de 1924

¹⁶⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 de Dezembro de 1924

¹⁷⁰ Na resposta às insinuações dos lentes, Cunha Leal terá puxado dos galões para sem falsas modéstias lhes fazer sentir que também ele poderia ter optado pela carreira universitária, já que tinha sido o “mais brilhante aluno do seu tempo nos Estabelecimentos de Ensino Superior da capital”. Em vez disso, tinha optado por servir o país nas colónias e batera-se “nas planícies enlameadas da Flandres”, revelando “nobreza de alma” na actividade política. Além disso, quantos reitores antes dele se tinham disposto a exercer o cargo sem qualquer despesa para o erário público? Cf. FPCL, *As Minhas Memórias, II*, pp. 420-421

O novo reitor espalhou-se em considerações sobre a situação da Universidade de Coimbra e considerou que melhor teria feito a República em tê-la reorganizado em moldes modernos do que em ter criado outras em Lisboa e Porto, sem recursos para tais empreendimentos. O seu programa de acção alinhava por duas consignas: dinheiro e liberdade. Meios para realizar obras inadiáveis e recuperação da autonomia de que a Universidade já havia gozado com a República, mas que a pouco e pouco lhe havia sido cerceada.

Manteve-se pouco tempo em Coimbra depois da sua posse, em 7 de Janeiro de 1925, porque continuava a dar prioridade à vida política partidária e parlamentar, embora afirme nas suas Memórias que ia semanalmente àquela cidade para presidir às reuniões da Faculdade de Direito, onde Salazar estadeava¹⁷¹. Em 9 de Março, foi nomeado como Vice-Reitor Anselmo Ferraz de Carvalho para garantir a presidência nas ausências do Reitor. O reitorado foi abruptamente interrompido pelo *18 de Abril*, não só pela alegada implicação na revolta, mas também porque Cunha Leal tinha há muito perdido o apoio do governo. Ao contrário, cresceu o seu prestígio na Universidade e na Academia. Em 29 de Abril, o Senado enviou-lhe uma mensagem em que exaltava “a altíssima inteligência”, a “eloquência dominadora” e a “rija ténpera do seu carácter”, pelo que via “com a mais absoluta confiança” Cunha Leal à frente dos destinos da Universidade¹⁷². A Academia tomava também posição numa mensagem subscrita por 725 assinaturas: “ Os estudantes da Universidade de Coimbra, que assinam esta mensagem, saúdam em V. Exa. o reitor que tanto se esforçou por manter a integridade e

¹⁷¹ Sobre as suas relações com Salazar afirma: “Na sexta-feira à tarde, por isso que iria gozar o fim de semana na sua terra natal, nunca Oliveira Salazar deixava de me ir apresentar os seus cumprimentos de despedidas. Cf. FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. II, p. 423

¹⁷² A Mensagem, assinada por Anselmo Ferraz de Carvalho, Joaquim Mendes dos Remédios, Domingos Fezas Vital e Fernando Duarte de Almeida Ribeiro, rendia “vivíssimos agradecimentos pelos relevantíssimos serviços prestados” e exprimia um “comovido agradecimento” AUC, *Actas do Senado*, 1925

levantar o prestígio da velha *domus universitaria* e veementemente protestam contra a injustificada demissão que lhe foi imposta”¹⁷³.

Talvez não seja de estranhar que um grupo de estudantes republicanos tenha feito publicar *Uma Carta na Seara Nova* onde se não consideravam “devedores dessa homenagem ao sr. Cunha Leal”. Sustentavam que, em Coimbra, o novo Reitor tinha sido visto sempre como um “*trunfo* político” que poderia trazer vantagens à Universidade. Quase nunca tinham tido o prazer do seu convívio e, quanto aos 140 contos¹⁷⁴ que angariara junto de banqueiros, concluíam que se abstinham “de quaisquer considerações sobre o aspecto moral de só agora os capitalistas se resolverem a cumprir o seu dever social de auxílio das instituições, a despeito de ele tantas vezes ser solicitado por pessoas cuja envergadura moral e intelectual amplamente excede a do sr. Cunha Leal.”¹⁷⁵. A pugna política extremada entrara pelas portas da Universidade de Coimbra e dividia os estudantes, na altura maioritariamente arrumados no campo conservador, ou pelo menos, muito críticos daquela República. Significativo era o facto de, em 1923/24, apenas terem concorrido aos órgãos académicos os estudantes monárquicos, já que tinha sido impossível confeccionar uma lista de concentração republicana¹⁷⁶.

No entanto, a verdadeira guerra política era protagonizada em Lisboa entre o governo de esquerda de José Domingues dos Santos e recém-criada União dos Interesses Económicos, numa espécie de mimetismo da formidável luta que, também por essa altura, opunha os capitalistas franceses ao governo radical-socialista de Édouard Herriot. Domingues dos Santos teve dificuldade em obter o apoio dos

¹⁷³ Cunha Leal recebeu estas mensagens na Quinta do Vizo (Viseu) em casa de um amigo para onde se recolhera por algum tempo, conforme nos informa nas suas Memórias, vol. II, p. 426

¹⁷⁴ Referiam-se a verbas que tinham sido obtidas sob o patrocínio de Cunha Leal junto dos seguintes bancos: Banco de Portugal – 50 contos; Banco Nacional Ultramarino – 50 contos; Banco do Minho – 20 contos; Banco Português e Brasileiro – 20 contos. Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *op. cit.*, p. 419

¹⁷⁵ Assinavam esta *Carta* Alberto Martins de Carvalho, António de Sousa, Mário de Castro, Sílvio Lima e Vitorino Nemésio,

“bonzos” do seu partido mas, em contrapartida, não lhe escasseava o apoio popular que os líderes da anarco-sindicalista CGT, do Partido Socialista e do Partido Comunista lhe proporcionaram em repetidas e monumentais manifestações de rua. Em 13 de Janeiro, mais de 15000 pessoas invadiram o Terreiro do Paço para protestar contra os despedimentos e exigir ao governo a reabertura das fábricas e o controlo operário e a descida decretada dos preços. Manuel de Sousa – o líder da CGT – alimentava o torvelinho revolucionário com o ditame de uma expropriação redentora, a única capaz de pôr fim à crise de trabalho e à miséria dos trabalhadores. O governo respondia, no início de Janeiro, com uma proposta de reforma do sistema bancário e com uma outra de reforma agrária, decidindo-se ainda pela dissolução da Associação Comercial de Lisboa, no início de Fevereiro. Por mais modestas e racionais que pudessem parecer, as duas primeiras reformas desencadearam uma reacção fortíssima dos interesses económicos que arrastaram o debate para o campo da luta ideológica extremada. Impondo o estatismo *à russa*, o governo procurava substituir-se à “acção da propriedade”, defendia Pequito Rebelo, um deputado monárquico e grande proprietário alentejano que considerava que a pequena propriedade (resultante do parcelamento proposto pelo Ministro da Agricultura Ezequiel de Campos) em condições de mau clima, terra pobre, capital e gente rara era pior solução que o latifúndio¹⁷⁶. Na verdade, a proposta de reorganização rural apresentada pelo Governo era bem moderada e visava apenas combater a emigração e o despovoamento dos campos do sul, dentro dos mais justos critérios de racionalidade económica, sem qualquer vislumbre justicialista.

A proposta de reforma bancária, cujos objectivos expressos visavam evitar a monopolização do crédito e facilitar o financiamento das pequenas empresas, sob o controle do Estado, desencadeou a maior das tempestades na Praça e no Parlamento.

¹⁷⁶ Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *idem*, pp. 402-403

¹⁷⁷ Vide José Pequito Rebelo, *O Desastre das Reformas Agrárias*, Ed. Coimbra Editora, 1931, p. 14

Mesmo a imprensa menos politizada, considerava que a precipitação do Ministro das Finanças Pestana Júnior tinha prejudicado a sua aceitação pública¹⁷⁸. Na verdade, como se veio a verificar pelos debates posteriores – no Parlamento e na opinião pública – tal reforma era inteiramente incompatível, não só com os interesses instalados, mas com o generalizado clima de descrédito do Estado de direito, intervencionista e regulador da actividade económica e financeira. Nesta conformidade, o Parecer elaborado sobre o decreto bancário por uma Comissão nomeada em Assembleia de Bancos de Lisboa e Porto, aparecia como “um trabalho sereno de técnicos compenetrados” da necessidade de preservar o prestígio do sector bancário, mas concluíam, obviamente, pela “inconveniência de execução do decreto”, embora “sem afastamento daqueles preceitos que constituem norma nos mais avançados países”¹⁷⁹.

A questão foi a debate na Câmara dos Deputados a 19 de Janeiro, prolongando-se até início de Fevereiro. Coube a Cunha Leal apresentar a moção de ordem de condenação da reforma do comércio bancário. Na opinião do líder nacionalista, a reforma era atentatória do direito de propriedade e dos interesses do país, indo ao arrepio das recomendações da Resolução nº 2 da Assembleia de Génova. As nomeações de representantes do Estado nas instituições, passando por cima do próprio Código Comercial, era uma prática inquisitorial que o levava a pedir a demissão do governo, por ser inconstitucional¹⁸⁰. O governo não transigia, mas provocava o alastramento de um clima tumultuário, provocado por manifestações populares à porta do Parlamento, onde diariamente se distribuía uma literatura dissolvente e incendiária. Nesses dias, das galerias apinhadas, minorias exaltadas mimoseavam os deputados de “Miseráveis,

¹⁷⁸ Cf. o *Diário de Lisboa*, 21 de Janeiro de 1925. Em 28 de Janeiro, *O Rebate* (órgão do PRP) considerava que a reforma bancária, em vez de reprimir a usura da alta finança, pelo contrário favorecia-a. Se até este jornal era crítico da dita reforma, que se poderia esperar da oposição nacionalista no Parlamento? A esquerda republicana, por mais razão que pudesse ter nas suas propostas, não reuniria qualquer hipótese de aprovação no Parlamento

¹⁷⁹ Vide “O Parecer da comissão sobre a reforma bancária”, *Diário de Lisboa*, 28 de Fevereiro de 1925

¹⁸⁰ Vide *Diário da Câmara dos Deputados*, dias 19, 20 e 22 de Janeiro de 1925

bandidos e traidores” até ao momento em que a Guarda Republicana se decidia pela evacuação. Os nacionalistas consideravam ilegítimo o governo de José Domingues dos Santos, por ser o representante de uma facção minoritária do partido da maioria. Contra essa “ditadura encapotada” tudo era legítimo. Numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, a 24 de Janeiro, Cunha Leal justificava a violência da sua atitude daqueles dias parlamentares: “ Eu procedi com esta violência de obstruccionismo para obedecer ao voto do meu partido. É um gesto colectivo dos deputados nacionalistas para responder à violência do governo. O decreto é ilegal e inconstitucional. A maioria respondeu à nossa atitude republicana, aos nossos propósitos leais com a violência do número, sempre odiosa, tornando a questão fechada, não deixando o meu partido, que representa o interesse da nação, expor, ainda que dura e desassombradamente, os seus pontos de vista. O nosso obstruccionismo prosseguirá”. Com que eficácia, diremos nós! Na rua radical e nos jornais afectos ao governo, os nacionalistas eram acusados de estar vendidos às forças económicas. Cunha Leal declarava que não defendia as forças vivas, mas apenas os seus direitos: “Defendemos no Parlamento o país contra os processos violentos e ilegais por que um governo se julgou ligado à causa da República e do povo. Somos contra quaisquer predomínio e folgo em o dizer em público: contra o predomínio das forças económicas, contra o predomínio das forças exaltadas do operariado”¹⁸¹. O obstruccionismo violento ganhava plena justificação, na sua opinião, pela falta de legitimidade do governo empossado por Teixeira Gomes: até aí tinha sido Presidente do Partido democrático, agora era Presidente de uma facção minoritária desse partido. Nestas circunstâncias, era até indefensável a sua posição a nível internacional, apoiando um governo de “bolchevismo” disfarçado.

O confronto ideológico adquiriu foros de guerra aberta na sequência das grandes manifestações de desagravo e apoio ao governo ocorridas depois do encerramento, a 6

¹⁸¹ Vide “Afirmações importantes – Cunha Leal”, *Diário de Lisboa*, 13 de Fevereiro de 1925

de Fevereiro, da Associação Comercial de Lisboa – um sinal da coragem política do governo no combate às forças reaccionárias para a esquerda, um prenúncio da perigosa cedência à intromissão dos “exaltados” nos negócios do Estado para os sectores moderados e nacionalistas. Cunha Leal apresentava no Parlamento, no dia 10, uma moção crítica ao governo no caso das declarações feitas por Domingues dos Santos durante as manifestações públicas em Lisboa. O chefe do governo declarara que “ O povo tem sido explorado pelo alto comércio e pela alta finança. O governo da República coloca-se ao lado dos explorados contra os exploradores”. Sobre os espancamentos policiais aos manifestantes, o Chefe do Governo anunciou um “rigoroso inquérito”. Tanto bastou para que no dia seguinte no Parlamento, uma moção de Agatão Lança obtivesse os votos conjuntos de nacionalistas e democráticos para abater o governo.

Falava-se abertamente nesses dias na necessidade de intermediar o governo e as forças vivas. No entanto, a hora era das esquerdas. Os seareiros “considerando que o governo continua abertamente a atitude de independência em relação à finança e os propósitos de regeneração administrativos de Álvaro de Castro”, aplaudiam o seu espírito reformador e condenavam o “atrabiliário obstrucionismo” das oposições¹⁸². No dia 13, uma monumental manifestação reunindo mais de 60 000 pessoas, aclamava em Belém o Chefe de Estado que mostrou apreciar os esforços operários na resolução do problema político. No Parlamento, a queda do governo tinha ocorrido durante uma sessão tumultuária, com galerias apinhadas, vendo-se na primeira linha alguns dos mais destacados sindicalistas revolucionários que a opinião pública associava aos actos terroristas da Legião Vermelha: *o Gavroche, o Bela Kun...*A imprensa nacionalista acrescentava ao cenário elementos de tragédia: “Atmosfera de terror. Uma ameaça tremenda a dominar os espíritos. Na tribuna de imprensa começaram a luzir os primeiros canos de pistolas. Os deputados com as mãos nos bolsos. Em certa altura, o

Presidente da Câmara dirigiu-se a Cunha Leal e segredou-lhe – segredou-lhe que tivesse cuidado, porque o queriam matar. E tinha-se esta impressão: *O Leal é morto hoje.*”¹⁸³

Iniciada a sessão, Cunha Leal desceu até à bancada ministerial e ali, entre José Domingues dos Santos e Pestana Júnior, teria afirmado, ainda segundo relato da *Acção Nacionalista*: “Meti no carregador da minha pistola doze balas. Ao primeiro ruído tumultuário, à primeira tentativa das galerias, são seis balas para a cabeça do sr. Ministro das Finanças e seis para a cabeça do sr. Presidente do Ministério”. Verosímil? Completamente, até porque pudemos ouvir relatos semelhantes de fontes orais, evidentemente sem a força documental das peças publicadas na imprensa.

Definitivamente, os nacionalistas sentiam que o Presidente da República não estava a garantir a estabilidade política no regime e no país. O novo governo de Vitorino Guimarães, representando uma outra facção mais centrista do Partido Democrático, apresentava tanta legitimidade como o anterior. Nessa conformidade, Cunha Leal apresentou, pelos nacionalistas, uma moção de ordem de crítica ao novo governo no próprio dia da sua apresentação: “O Presidente da República, procedendo assim, pagou-se das listas brancas dos nacionalistas a quando da sua eleição. O meu partido não quer ser joguete de ninguém, muito menos de alguém que usa coco cinzento!”¹⁸⁴

Enfatizando a conjugação negativa do PR, da Esquerda Democrática e de certos órgãos de imprensa, os nacionalistas consideravam não poder exercer condignamente o seu magistério parlamentar e, por isso, ausentaram-se da Câmara, onde só regressaram no final de Abril, na sequência da *Revolta de 18 de Abril*. Vozes exteriores ao Parlamento alinhavam pelo mesmo diapasão. Embora alinhado à esquerda e apoiante da política esquerdista de Domingues dos Santos, também um seareiro como Jaime Cortesão

¹⁸² Cf. *Diário de Lisboa*, 7 de Fevereiro de 1925

¹⁸³ Vide “A Hora que Passa – O que pensa Cunha Leal da vida política portuguesa”, *Acção Nacionalista*, 14 de Maio de 1925

¹⁸⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 18 de Fevereiro de 1925

considerava que a dissolução parlamentar se apresentava como a única solução razoável para combater a instabilidade governamental e a esterilidade legislativa. Sobre a constituição de um novo governo, afirmava: “ Não me interessam os homens e os partidos. De resto, o partido democrático, dadas as suas divergências, é já uma ficção. Veria com bons olhos um governo nacional composto de pessoas íntegras...”¹⁸⁵.

Durante o mês de Março, as reacções extra-parlamentares à desordem institucionalizada recrudesceram de ânimo e expressão. Na extrema direita, representantes das forças vivas, monárquicos, *dezembristas* e alguns nacionalistas desagregados tentaram o assalto do Quartel General na noite de 4 para 5 daquele mês. Algumas destas forças não desdenhavam a inspiração dos movimentos revolucionários de direita que campeavam por essa Europa fora, da Espanha à Itália mussoliniana¹⁸⁶. No início de Março, Homem Cristo Filho fora impedido de fazer uma conferência em Coimbra. Porém, como resultado dessa proibição, as ideias correram mais céleres o país em folhas e jornais. Pouco importava, na sua opinião, mudar o regime. Que se desenganassem os monárquicos: o que estava em causa era a criação do “Estado nacionalista”, identificando o Estado com a Nação, aqui sinónimo de tradição e patriotismo.

É sob o ascenso das ideologias nacionalistas que se reuniu o Congresso do PRN, entre 7 e 9 de Março de 1925. Também a questão do regime aí surgiu como um pano de fundo indispensável à construção do campo hegemónico da direita conservadora. Com Tamagnini Barbosa a comandar as hostes presidencialistas, os *ex-dezembristas* integraram-se no PRN, abdicando do seu projecto para servir o alargamento da alternativa nacionalista. Cunha Leal foi mais longe, trilhando inesperadamente

¹⁸⁵ Vide “Jaime Cortesão”, *Diário de Lisboa*, 14 de Fevereiro de 1925

¹⁸⁶ Em 4 de Janeiro, a *Acção Nacionalista* referia-se ao sucesso de Mussolini nos seguintes termos: “Apesar de tudo e contra todos, o ditador venceu a tempestade, consolidando as suas posições (...) Que força aguenta Mussolini? A do patriotismo e da tradição que o Ditador soube conquistar por obras”

caminhos de busca duma “frente única dos homens da Ordem contra a desordem”. Poderiam estar no campo republicano ou no campo monárquico – o importante é que cerrassem fileiras em torno do partido nacionalista e abdicassem dos seus princípios de regime: “Não é a nós que nos devem pedir que mudemos de opinião, mas sim aos monárquicos que forem sinceramente portugueses e patriotas”¹⁸⁷. Acumularam-se os queixumes contra Teixeira Gomes e a política radical que continuava a patrocinar, com consequências desastrosas no conflito aberto entre o Estado e as forças produtoras, ou entre o Estado e a Igreja. Tinham derrubado três governos, sem que injustamente – consideravam – o Chefe do Estado os tivesse chamado para assumir o poder. Multiplicaram-se as insinuações revolucionárias. Daí a um mês, muitos dos nacionalistas ali presentes haviam de estar implicados no golpe militar de 18 de Abril.

Terminado o Congresso, Cunha Leal rumou a Paris, daí à Holanda, numa missão política sobre a qual viriam a insinuar-se intuítos conspirativos já durante o julgamento dos implicados na Revolta de 18 de Abril. No decurso da 13ª sessão do julgamento, como defensor dos revoltosos, Cunha Leal conseguiu que, em acareação, fossem reduzidas a insignificantes as declarações do deputado Garcia Loureiro, transmitidas pelo major Faria Leal. Alegadamente, Cunha Leal teria ido a Paris para convidar António Fonseca, um independente próximo dos democráticos, a chefiar o governo que viesse a sair do golpe de Estado. O julgamento não corria de molde a poder apurar-se a verdade e, por isso, nesta como noutras matérias, a investigação era inconclusiva, impedindo um cabal esclarecimento dos acontecimentos. Cunha Leal protestava: “Lavro o meu protesto. Lamento que haja um oficial meu amigo que dê respostas que permitam que alguém pretenda vir atacar-me na minha honra”¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Vide “O Congresso Nacionalista”, *Diário de Lisboa*, 7 de Março de 1925 e ainda *Acção Nacionalista*, 22 de Março de 1925

¹⁸⁸ Sessão 13ª, *Diário de Lisboa*, 22 de Setembro de 1925

A estadia fora do país durante o mês anterior ao *18 de Abril* não impediu, no entanto, que Cunha Leal tivesse sido preso no decurso dos acontecimentos. A revolta era conservadora e militar, tendo à sua frente o comandante Filomeno da Câmara (que há meses tinha sido defendido por Cunha Leal por uma outra conspiração), o general Sinel de Cordes, o capitão Jaime Baptista, comandante de Metralhadoras e Raúl Esteves, o comandante de Sapadores de Caminho de Ferro, ilustre na repressão aos movimentos grevistas dos ferroviários e eminente figura do revolucionarismo militar da capital. Num e noutro campo político, era muito natural que Cunha Leal fosse referido, por razões diversas e que os boatos que fervilhavam por Lisboa tivessem contribuído para a sua prisão, a qual ocorreu em companhia do amigo Álvaro Machado, na esquina da Avenida Defensores de Chaves com a Avenida Visconde de Valmor, pouco tempo depois da deflagração da revolta. Em cima dos acontecimentos, o repórter do *Diário de Lisboa* não evitava informar, provavelmente sem fundamento, que um grupo de oficiais tinha ido, cerca das 12 30 H a casa de Cunha Leal a convidá-lo para associar-se aos revolucionários estacionados na Rotunda desde o início da manhã¹⁸⁹. Acrescentava ainda que Cunha Leal teria declarado não querer colaborar, já que se tinha decidido deixar ficar Teixeira Gomes na Presidência. De contrário, estaria de alma e coração com o movimento¹⁹⁰

O facto desencadeou um debate aceso no Parlamento a partir do pedido de libertação, feito pelo Presidente da Câmara de Deputados ao governo. Segundo Domingos Pereira, Cunha Leal tinha sido preso “ fora dos limites impostos pela Constituição da República”, querendo com isto dizer que a situação não podia ser

¹⁸⁹ Cunha Leal já tinha sido preso ao meio-dia, como pode depreender-se das suas próprias afirmações e de um relatório militar dos acontecimentos. Aí se afirma que, ao meio-dia do dia 18, foram feitas diligências por dois pelotões da GNR, junto da residência de Cunha Leal, em busca de um suposto camião com metralhadoras aí estacionado. A essa hora, Cunha Leal já havia sido preso. AHM, 1ª Div., 36ª secção, cx. 3, pasta 6

considerada de flagrante delito”¹⁹¹. A Comissão de Guerra pronunciou-se em concordância com a decisão governamental: depreendia dos relatos do governo que Cunha Leal tinha sido preso em “flagrante delito” e que, portanto, nem sequer tinha que ser pedida autorização para manter a sua prisão. No mesmo dia, foi lida uma carta no Plenário, enviada por Cunha Leal. Afirmava aí que tinha sido preso “por virtude de uma cabala”, organizada por políticos cuja acção ele tinha prejudicado. Confirmava ter recebido em sua casa uma delegação dos revolucionários da Rotunda, mas afirmava igualmente que não se tinha deslocado aí, como era referido na nota de culpa e que, sob a sua palavra de honra, não tinha de facto conspirado. Terminava com uma ameaça de renúncia: “Se, depois do que acabo de escrever, a Câmara dos Deputados quiser associar-se a uma vingança que, para ser bem mesquinha e inquisitorial, até atingiu pessoas da minha família, e amigos meus muito queridos, eu não posso continuar a fazer parte duma Assembleia que duvida de mim, e peço que seja aceite imediatamente a minha renúncia de deputado”¹⁹². A grande maioria dos deputados alinhou por Cunha Leal, incluindo muitos representantes da maioria. Os argumentos do governo eram frágeis: tinha recebido informações no Carmo de que Cunha Leal tinha estado na Rotunda e, “face aos antecedentes, isto é, aos seus discursos e conferências que faziam antever que em Portugal se daria uma revolução de carácter militar, levaram o governo ao convencimento de que efectivamente estava envolvido nos acontecimentos”¹⁹³. Parecia a todos claro que a prisão de Cunha Leal tinha sido apenas a maneira cómoda de o governo se ver livre de um adversário incómodo, tido por muitos dos conspiradores

¹⁹⁰ Nas Memórias, declara: “Por minha honra afirmei então – e continuo a asseverá-lo ainda hoje – não ter tido relações de qualquer natureza com os revoltosos, nem ter sido sequer informado da data prevista para esse levantamento militar”, op. cit. p. 416.

¹⁹¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 de Abril de 1925

¹⁹² Idem, 22 de Abril de 1925

¹⁹³ Idem, ibidem

como uma referência moral e política indispensável para a mudança que pretendiam imprimir ao país.

O líder nacionalista não terá participado, como ele próprio afirma, na preparação da conjura militar de 18 de Abril. No entanto, é mais que provável o seu conhecimento do estado de revolta que se avolumava, pelo menos desde o início do ano. Pela primeira vez, os militares abandonaram a parceria com os civis e assumiram um papel novo: o de mudarem os processos governativos através de “um movimento de força pública destinado a impor um governo enérgico”, ou seja, o de implantarem uma ditadura militar capaz de manter a ordem pública, de combater a corrupção e de dar estabilidade ao poder político. Os objectivos expressos do *18 de Abril* passavam por uma reorganização e saneamento do Exército, por uma moralização da vida pública, com justa actualização das receitas fiscais e aplicação expedita da justiça, pela alteração do sistema de representação política e pela valorização dos recursos nacionais por meio da iniciativa privada. O programa político coincidia largamente com o do Partido Nacionalista¹⁹⁴. Separava-os, no entanto, o facto de os militares, não hostilizando directamente os partidos, pretenderem colocar-se acima deles. Filomeno da Câmara seria o novo Chefe do Governo, os outros lugares dados a militares como Sinel de Cordes¹⁹⁵. Talvez houvesse lugar para Cunha Leal – um militar também, apesar de tudo o que o separava da *caserna* – se ele próprio acedesse em renegar a sua origem parlamentar e partidária. Isso não aconteceu nesta altura, como não tinha acontecido

¹⁹⁴ São insofismáveis as simpatias de um vasto sector dos nacionalistas pelo movimento de 18 de Abril. A *Acção Nacionalista* de 1 de Maio saudava os revolucionários: “Por um Portugal maior! A Acção Nacionalista, compreendendo bem o alto espírito patriótico que animou os revoltosos de 18 de corrente, saúda-os efusiva e sinceramente, e faz votos para que do seu esforço generoso e heróico alguma coisa de bom resulte para a Pátria Portuguesa. Viva a República!”

¹⁹⁵ Já sem força para afirmar o seu programa político, numa atitude de defesa, Sinel de Cordes não deixou, no entanto, de desvendar os objectivos genéricos do movimento militar na 1ª audiência do julgamento dos implicados, ocorrida a 1 de Setembro de 1925: “Os militares que estavam no Parque Eduardo VII pretendiam a formação dum governo extraordinário, sob a chefia do sr. Comandante Filomeno da Câmara. O PR respondeu-lhe que só aceitava as indicações do Parlamento e que preferia resignar a submeter-se”, *O Rebate*, 1 de Setembro de 1925

noutras anteriores, porque Cunha leal manteve-se sempre republicano e liberal, embora profundamente descrente da instituição parlamentar tal qual ela se apresentava e decidido a apoiar uma situação excepcional regeneradora.

O *18 de Abril* tinha sido, na sua opinião, “o efeito do choque de duas forças opostas que, opostamente, caminham em Portugal” e cujo pequeno embate prenunciava choques formidáveis no futuro, se nada se alterasse no quadro político do país¹⁹⁶. Teixeira Gomes dera o primeiro sinal de ponderação, pedindo renúncia ao mandato, na sequência do debate dos acontecimentos no Parlamento que resultou na libertação de Cunha Leal. No entanto, persistiam as soluções políticas instáveis e a sociedade dava sinais de dissolução anarquizante, com radicalização de interesses antagónicos e sem solução à vista. Preocupava-o a afirmação política da União dos Interesses Económicos¹⁹⁷: “A política nos organismos económicos tem as mesmas funestas consequências que nos organismos operários. O problema social não se resolve pela luta aberta e acesa de classes.(...) Os interesses da produção nacional – pois um dos grandes problemas nacionais é o do aumento da produção – resolvem-se fora das paixões e dos ódios políticos, do torpe sectarismo. Assim como não quero a política a enredar e desnortear a vida operária, não quero a política a soldo do comércio, da indústria e da lavoura”¹⁹⁸. O mesmo problema detectava Cunha Leal nas organizações operárias. Apresentavam-se alheadas dos fins principais da sua luta – a defesa dos interesses proletários – e desunidas, com franjas significativas desviadas para “a propaganda de um idealismo sanguinário” para, através de uma sociedade desequilibrada e caótica, “se lançarem na aventura de conquistar matando...”.

¹⁹⁶ Vide Armando Boaventura, *Entrevista*, Porto, 1925

¹⁹⁷ A UIE tinha apresentado n' *O Século*, o órgão que melhor representava as *forças vivas* da época, um Manifesto, em 20 de Março. Apresentava um fim e uma bandeira: “pugnar pelo estabelecimento de certos princípios e nomes de governo que restituam ao país a calma e a confiança e lhe permitam trabalhar e desenvolver a riqueza nacional”. Quanto aos princípios, afirmava ser necessário governar com firmeza, governar dentro da lei, governar com bom senso, punir severamente o crime, conciliar os interesses das classes e ajudar o desenvolvimento das fontes de riqueza nacionais.

Infelizmente, o líder nacionalista não podia sossegar os espíritos preocupados e inquietos com a situação que se vivia. Armando Boaventura questionou-o ainda sobre as soluções políticas que podia preconizar no quadro existente: a renúncia de Teixeira Gomes, o reagrupamento dos partidos políticos... Nenhuma réstea de esperança, a vida política estagnava, sem um verdadeiro poder moderador e com um quadro político-partidário desfeito: o PRP por tendências cisionistas e por debates ideológicos mortais; os nacionalistas e conservadores pela questão do regime, principalmente. Seria possível algum entendimento entre os nacionalistas e a facção conservadora chefiada no Partido Democrático pelos “bonzos” de António Maria da Silva? Talvez, considerava Cunha Leal, mas só depois de operada a cisão esperada do “grupo extremista” dos senhores Domingues dos Santos e Pestana Júnior.

11. A violência do combate institucional contra o *esquerdismo* – no Parlamento e no Tribunal da Sala do Risco

É neste quadro de incerteza, com os partidos políticos a prepararem-se para eleições antecipadas e com um Presidente da República a prazo que Cunha Leal voltou a mergulhar na actividade parlamentar. Em 28 de Abril, saíra da prisão directamente para o Parlamento¹⁹⁹. Causara sensação a sua entrada nos Passos Perdidos onde desde o dia 21 se esgrimiam argumentos contra e a favor da sua prisão. Em 29 de Abril, o Congresso decidiu pelo adiamento dos trabalhos parlamentares, apesar da moção de

¹⁹⁸ Idem, ibidem

¹⁹⁹ Cunha Leal tinha sido preso por ordem do Comando Geral da GNR e conduzido ao Quartel do Carmo. Daí foi conduzido ao Arsenal da Marinha, de onde transitou em 19 de Abril para o Forte de S. Julião da Barra. Permaneceu no forte até 28 de Abril, data em que foi libertado. Em 21, o Quartel General da 1ª Divisão do Exército pediu autorização ao Presidente da Câmara dos Deputados para manter Cunha Leal sob prisão. Questionado em 27 de Abril, o oficial da Polícia Judiciária Militar encarregado do auto do corpo de delito sobre as provas ou indícios de culpabilidade de Cunha Leal, o mesmo oficial deu a conhecer no dia seguinte que não constavam quaisquer provas ou indícios no auto que lavrou. AHM, processos de oficiais, cx.1580

Cunha Leal pedindo explicações ao governo²⁰⁰. O Parlamento esteve encerrado durante o mês de Maio para facilitar, supostamente, a resolução do problema de ordem pública. Na reabertura, em 2 de Junho, Cunha Leal atacou violentamente o governo com uma moção de desconfiança: no interregno parlamentar Vitorino Guimarães havia exorbitado dos seus poderes, utilizando indevidamente as autorizações parlamentares que lhe haviam sido concedidas. Sem lei de meios aprovada, o governo dependia inteiramente das condições adversas de uma coligação negativa que se ia constituindo no Parlamento. Cunha Leal decidira ressuscitar, em negócio urgente, o desfalque de um oficial do Exército português, em 1922, assinado por Vitorino Godinho (Ministro do Interior do actual governo) e que permanecia sem investigação concludente até àquela altura. A discussão arrastou-se por mais de quinze dias, com efeitos muito negativos e o governo preso por um fio: se não fossem aprovados os duodécimos, ele estava sem meios para governar a partir do final de Junho. Face à situação, o *accionista* Ernesto Sá Cardoso decidiu apresentar uma proposta de alteração do Regimento, visando apressar a aprovação dos orçamentos ²⁰¹, a qual teria obtido a aprovação de Cunha Leal se tal proposta se destinasse a aprovar os orçamentos e não apenas as leis de meios provisórias de que o governo dependia. Alguns dias depois, a 1 de Julho, o democrático Velhinho Correia apresentava uma proposta no mesmo sentido: o Presidente da Mesa fixaria o número de sessões necessárias à aprovação do Orçamento, limitaria as discussões ao indispensável e consideraria os documentos aprovados findo o prazo fixado. As oposições reagiram contra aquilo que denominam “lei da guilhotina” e, durante quinze dias, a aprovação das propostas foi boicotada pela “tirania das minorias”. Mais do que impedir a sua aprovação, as minorias monárquica e a nacionalista visavam a

²⁰⁰ *Diário do Congresso*, 29 de Abril de 1925

²⁰¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 25 de Junho de 1925. Na sua proposta, Sá Cardoso pretendia que o Orçamento fosse apenas discutido na generalidade, que só merecessem discussão as alterações

queda do governo de Vitorino Guimarães, coisa que facilmente conseguiram com a preciosa ajuda da ala “bonzista” do seu próprio partido, chefiada por António Maria da Silva.

Com este partido maioritário o sistema parlamentar não precisava de oposições para garantir a alternativa de poder: elas geravam-se no seio da própria maioria! O Partido Nacionalista não podia ser acusado da queda do governo. Perante tanta fragilidade da maioria, parecia legítimo a Cunha Leal pedir uma oportunidade para um novo governo da sua responsabilidade e, por isso, fez dessa causa uma nova batalha no Parlamento²⁰². Tinha razão para afirmar que a nova solução governamental apoiada pela facção de António Maria da Silva se não sustentaria no poder por muito tempo. Faltava-lhe, no entanto, autoridade para defender uma alternativa nacionalista, por manifesta ilegitimidade e debilidade do partido que o apoiava.

A dissolução parlamentar e a debilidade governamental ajudavam a incendiar a fronda social e a reacção militar, afrontada pela repressão que se seguiu ao *18 de Abril*. O governo de Vitorino Guimarães tomara algumas medidas de ordem pública que caíram bem no campo conservador: em 29 de Maio seguiram para Angra do Heroísmo 23 dos mais activos “legionários vermelhos”, sem julgamento nem culpa formada, entre eles alguns dos que Agatão Lança denunciou²⁰³ como tendo organizado as manifestações de Fevereiro com os “bolsos cheios de bombas” : José Pereira Gomes, o “Avante”, António Pereira, o “Bela-Kun”... No entanto, o governo decretara igualmente a separação de serviço de alguns oficiais revoltosos e outros sentiam-se prejudicados e alvo de tratamento discriminatório²⁰⁴. No Parlamento, Cunha Leal apresentou, na longa

introduzidas no orçamento do ano anterior e que fosse dada prioridade absoluta à matéria, reservando inteiramente as sessões diurnas para o efeito e deslocando as restantes matérias para as sessões nocturnas

²⁰² *Diário da Câmara dos Deputados*, 6 de Julho de 1925

²⁰³ Em 25 de Junho, Agatão Lança denunciou no Parlamento as ligações estreitas entre José Domingues dos Santos e membros da Legião Vermelha que organizaram as manifestações de desagravo ao governo

²⁰⁴ O governo Vitorino Guimarães teve mão pesada também com os militares. Pelo decreto nº 10 705 de 20 de Abril, extinguiu vários grupos militares, em Telegrafistas, Metralhadoras e Sapadores de Caminho

sessão de 16 para 17 de Julho, uma proposta de lei com vista a declarar nulos os decretos nº 10 734 e nº 10761 que previam a retroactividade processual e a alteração do regime disciplinar do Exército, tendo em vista o castigo expedito dos implicados no *18 de Abril*. Na sessão foi enxertada uma moção de desconfiança do nacionalista Pedro Pita sobre a incapacidade do governo e a necessidade da sua substituição. Na iminência de derrota, o governo mandou apresentar os sempre ausentes deputados do Porto e confiou a João Camoesas e Agatão Lança a sua defesa, função de que ambos se desempenharam a contento, mantendo o primeiro a Câmara suspensa pelo seu desusado discurso de 8 horas, seguido do segundo, com quatro horas de duração. Mesmo assim, o governo acabou por cair com os votos da oposição e de parte dos deputados do partido do governo.

Vencido, mas não convencido, António Maria da Silva procurou ainda arrancar a dissolução parlamentar ao Presidente da República. No dia seguinte, a 19 de Julho, rebentou uma outra revolta com “o nobilíssimo propósito de fundar uma República digna, tolerante e integrada na civilização moderna”. Era uma nova versão do *18 de Abril*, comandada por oficiais que se evadiram do forte de S. Julião da Barra onde estavam presos por implicados naquela revolta e a que veio a associar-se o comandante Mendes Cabeçadas no “Vasco da Gama”. Da Junta revolucionária constavam cinco nomes de civis, três nomes da Marinha e quatro nomes do Exército. A simpatia que o movimento veio a desencadear nos centros nacionalistas espalhados pelo país, em especial no Algarve, não deixa grandes dúvidas sobre a implicação de figuras gradas daquele partido, a começar pelo próprio Mendes Cabeçadas. A separá-los dos chefes militares do *18 de Abril*, estes mostraram ter uma clara preocupação com o funcionamento do sistema parlamentar-constitucional, como se deduz da Proclamação:

de Ferro. Pelo decreto nº 10 748, de 7 de Maio, extinguiu o 1º Grupo de Metralhadoras. Em 6 de Maio de 1925, uma longa lista de oficiais foram separados do serviço. Ao mesmo tempo, o general Adriano Abílio

“ A fim de superintender nos negócios públicos até à formação do novo governo, constituir-se-á uma Junta de Salvação Pública, que tomará as medidas necessárias para assegurar a manutenção da ordem e a sequência regular do regime constitucional”²⁰⁵.

A revolta esvaíra-se em fumaça mas denunciava, mais uma vez, o vigor das correntes subterrâneas que encapelavam o mar revolto da política nacional. Teixeira Gomes via, ouvia e puxava os mesmos coelhos da mesma cartola. Domingos Pereira, afirmava Cunha Leal, “era o sétimo chefe de soluções democráticas. Um caso inédito na vida dos povos.”²⁰⁶ O retorno a uma figura moderada, com o recurso a independentes, não deixava de constituir uma outra variante da *solução democrática*, mais inaceitável para Cunha Leal porque o novo Chefe do Governo, disfarçava o ódio aos nacionalistas “com um sorriso”... Mas principalmente mantinha inalterado o quadro político que o líder nacionalista desejava ardentemente ver alterado, pela depuração do Partido Democrático e pela possível fusão de nacionalistas e dos “bonzos”.

Não escapava a nenhum observador menos faccioso que, se o problema estava no esboroamento do Partido Democrático, a solução não estava no Partido Nacionalista, como as eleições de Novembro vieram de novo confirmar. A precipitação revoltosa do 18 de Abril, escrevia Raúl Proença poucos dias depois dos acontecimentos, tinha sido uma derrota “sem honra para os vencidos” que apareciam à luz da opinião pública como vencedores²⁰⁷. A reacção ao designado “perigo bolchevista” dos governos de José Domingues dos Santos e de Vitorino Guimarães, amplificada por uma imprensa poderosa nas mãos dos homens da União dos Interesses Económicos, criara o clima favorável à conjura que os débeis poderes instituídos estavam longe de poder conter na

de Sá, Chefe da 1ª Divisão, decretou a suspensão total de garantias

²⁰⁵ Vide “Uma Proclamação”, *Diário de Lisboa*, 24 de Julho de 1925. Ao contrário, nas declarações de Raúl Esteves ao Tribunal que o julgou por implicado no 18 de Abril, ficou muito claro o que pretendiam alguns dos implicados – a supressão do Parlamento. Vide declarações de Raúl Esteves na 3ª audiência, em 3 de Setembro de 1925, conforme relato de *O Rebate* desse dia

²⁰⁶ Entrevista de Cunha Leal ao jornal *A Época*, 3 de Agosto de 1925

²⁰⁷ Vide Raúl Proença, “O último movimento revolucionário”, *Seara Nova*, nº 45/46, Maio de 1925

sua verdadeira dimensão. Em Setembro, o julgamento dos implicados do *18 de Abril*, numerosos e alguns deles reincidentes da intentona de 19 de Julho, dignificou-os “pelas suas intenções iminentemente patrióticas”, diluiu a “culpa” evidente e orgulhosamente assumida num mar de incertezas e matérias não provadas e a traição num comportamento patriótico exigido pela salvação do país. Que dizer das declarações do ex-Ministro da Marinha Correia da Silva, em resposta a perguntas da defesa? A pergunta de Cunha Leal sobre a sua opinião acerca dos militares implicados, respondeu que “a ideia que formava dos homens que estão a responder em tribunal, pelo menos daqueles que conhece, é que foram levados por uma sincera, embora errada, orientação dos seus princípios, *tendo demonstrado um grande amor ao seu país*” (itálico nosso)²⁰⁸. O ambiente de coacção psicológica foi denunciado por vários órgãos da imprensa: “Toda a testemunha que não seja favorável aos réus é achincalhada, com os aplausos dos julgadores. Quando se chega a isto, só há um remédio: a extinção do tribunal, por inútil e imoral”²⁰⁹. Na defesa, Cunha Leal esgrimiou o sarcasmo, que dominava superiormente e não necessitou de estar sempre de serviço para transformar algumas das audiências em quadros de comédia galhofeira. O capitão-veterinário Adrião de Castro, num discurso humorístico que deliciou a assistência, não pensou sequer em levar muito a sério a sua defesa. Contou o que fez em 18 de Abril, dia em “escreveu desalmadamente”, não se apercebendo do que se passava. Depois, “para matar saudades de França, foi para o Alto da Ajuda ouvir estalar as granadas”. Concluía que, como era veterinário e só tratava de cavalos e mulas “que não se manifestavam nestas coisas”, foi à tarde tranquilamente para casa²¹⁰.

A estratégia da defesa (pela parte de Tamagnini Barbosa e Cunha Leal) passou pela tentativa de demonstrar publicamente que o movimento revolucionário estava em

²⁰⁸ Julgamento, 5ª sessão, *Diário de Lisboa*, 8 de Setembro de 1925,

²⁰⁹ Vide “Ainda o 18 de Abril”, *O Rebate*, 23 de Setembro de 1925

preparação há muito tempo e que dele tinham conhecimento altas patentes das Forças Armadas e personalidades com responsabilidades políticas, estando algumas delas directamente comprometidas na conspiração. O general Adriano e Sá, Chefe da 1ª Divisão negou terminantemente que estivesse comprometido com o *18 de Abril*, apesar de declarações públicas peremptórias de testemunhas que publicaram correspondência comprometedora na imprensa e das suas próprias declarações em tribunal, eivadas das mais descaradas contradições. Questionado por Tamagnini Barbosa sobre se continuaria a dar-se com os acusadores no futuro, respondeu que deixaria de “ter relações” com Campos Monteiro e que o seu sobrinho António Cavalheiro não era mais que um “criançola” que ele sentava à sua mesa, ignorando “que ele fosse espião da sua consciência”²¹¹. Útil foi Adriano e Sá para a economia das conclusões do julgamento: ali estava uma autoridade do regime, talvez comprometida, com toda a certeza conhecedora de toda a conspiração e que devendo agir não o fez.

O que impedia todos aqueles homens, muitos deles paladinos da honra e da verdade, de considerar a revolta como um crime? Filomeno da Câmara explicara-o no seu depoimento: “*O 18 de Abril* não era um movimento nosso, mas sim provocado pelo clamor da Nação!” Todo o Tribunal assumiu essa “verdade” como inequívoca. Raúl Esteves, declarara que o movimento estava em preparação desde a formação do governo de Ginstal Machado, quando Carmona foi Ministro da Guerra. Não era o general Carmona o Promotor de Justiça nomeado para este mesmo julgamento? Desempenhava o seu papel como promotor e actor, com a vantagem de obrigatoriamente conhecer o assunto com profundidade. Na sua opinião, o libelo acusatório só poderia cair sobre a situação e o governo do país: esses sim, estavam efectivamente em tribunal. A cada sessão, o “comício” irrompia sem cerimónias, como nesta declaração inusitada de

²¹⁰ Vide “O 18 de Abril”, *Diário de Lisboa*, 19 de Setembro de 1925

²¹¹ Vide “Na sala do Risco”, *Diário de Lisboa*, 20 de Setembro de 1925

Cunha Leal: “ Tenho neste momento dois correlegionários ilustres presos. Ambos admiro e estimo igualmente. Pois, apesar de estarem pronunciados pelo mesmo delito, o primeiro foi separado do serviço e o segundo promovido. São ambos oficiais da Armada: o comandante Filomeno da Câmara e o comandante Cabeçadas. Vejam V. Ex.as a imparcialidade do governo...”²¹².

O discurso de Cunha Leal contendo as alegações finais é a melhor prova do carácter eminentemente político do julgamento da Sala do Risco²¹³. Confessou Filomeno da Câmara ter comparecido na Rotunda “à hora marcada” e, “convencido de que se tratava de uma tentativa para restabelecer a Ordem (...) foi para a acção com as mãos limpas e a consciência lavada”. Aqueles homens, ali considerados réus, “quiseram, em um momento de desespero e alucinação criar, a tiros de peça, a força, sem a qual a República não pode existir”. Tudo Filomeno da Câmara confessara; porém, o defensor considerava que não tinha nada com a sua confissão e também nada podia ser provado quando àquilo de que era acusado. O mesmo defendeu para todos os outros réus seus constituintes: nada, ou muito pouco podia ser comprovado. E, para esse pouco alegava duas circunstâncias dirimentes: a falta de intenção criminosa e a falta de culpa. Os verdadeiros culpados estavam do outro lado da barricada: a burguesia fraca e cobarde que cruzou os braços perante os avanços desordeiros do operariado ensaiado pelo “movimento místico iniciado na Rússia” e a falta de “autoridade do poder central”, sempre disposto a todas as concessões. Condenar os réus era permitir a continuação dos processos de governo que tinham desacreditado a República, era permitir a continuação da vida “instável e parasitária” dos partidos políticos, era condenar o Exército a “uma miseranda ficção”, era permitir a continuação dos escândalos que tinham enlameado muitos homens sérios que serviam o regime. A vitória do sr. Vitorino Guimarães sobre

²¹² Afirmações de Cunha Leal no tribunal, *idem*, 20 de Setembro de 1925

os revoltosos era, pois, uma fatalidade que tinha abalado as “esperanças de todo o país”. O discurso terminava com um prenúncio de desassossego e morte. Se do julgamento resultassem condenações, “mais sangue correria”, avisava Cunha Leal. Não tinha dúvidas, por tudo o que se tinha visto, embora talvez desconhecesse os tratos conspirativos que todos aqueles generais – os réus e os juízes – continuavam a fazer à sombra da prisão. De Elvas, onde se encontrava preso, Sinel de Cordes escrevera ao general Carmona que concordara e anuíra a que “o general Costa Gomes assumisse o comando das forças revolucionárias” de um “movimento de larga envergadura”, interessando todas as guarnições do país e que, em determinada altura se dirigiria para Lisboa, onde a resistência seria porventura maior, para impor a destituição do Presidente da República e do Ministério”²¹⁴. Alguns dos aliciados, como os generais Simas Machado e Carmona, desempenhavam papel central no julgamento dos implicados do *18 de Abril*.

O júri deu como não provado o crime em relação a todos os réus, por sentença de 27 de Setembro de 1925. Saía fragilizado o governo da contenda que mantivera com as altas patentes militares no Tribunal da Sala do Risco. A revolução anti-parlamentar estava em marcha e muito poucos pareciam já acreditar na possibilidade de uma regeneração do regime por via de correcções constitucionais a imprimir no sistema. Só de fora do sistema se ouviam vozes inquietas alertando para a necessidade de aproveitar o facto de o próximo Congresso vir munido de poderes constitucionais²¹⁵. No resto,

²¹³ Seguimos aqui o texto fixado, reconstruído segundo o autor a partir de notas taquigráficas e publicado por Cunha Leal em “Eu, os Políticos e a Nação”, pp. 221-254

²¹⁴ Vide Óscar Paxeco, *A Arrancada de 28 de Maio*, pp. 15-22

²¹⁵ Desde Junho que Brito Camacho tinha arrancado com um conjunto de artigos no *Diário de Notícias*, advogando a redução do número de deputados e a clara diferenciação das duas Câmaras. Entre os seareiros, Rodrigues Miguéis publicou na *Seara Nova* de Julho de 1925 um artigo sobre a revisão constitucional, seguido de um outro, já em 16 de Janeiro de 1926 intitulado “Salvemos o Parlamentarismo”. Estes não foram os únicos, porque também monárquicos e integralistas propuseram reformas do sistema, estas num sentido presidencialista. No essencial, no campo republicano, advogava-se uma mais nítida separação de poderes entre Governo e Parlamento, uma correcção do Regimento do Parlamento que impedisse os “intermináveis debates”, a maior libertação do governo de vindas constantes

políticos de todos os matizes trilhavam os mesmos caminhos de sempre na busca da maioria parlamentar que pudesse emergir das eleições que se aproximavam.

Os mesmos homens, os mesmos partidos, as mesmas debilidades, tanto num como noutro dos campos políticos. Na elaboração das listas candidatas sobrepunham-se as notabilidades e facções por cima dos interesses partidários e do país. Na capital, em nome da defesa do regime republicano ameaçado pelas candidaturas monárquicas, foi acordada a formação de listas mistas de democráticos, nacionalistas e socialistas – uma “salada russa” incongruente e em completo desacordo com toda a linha estratégica do partido nacionalista, desde o último Congresso. Tomé de Barros Queirós, há muito retirado na rectaguarda, Alberto da Silveira, tomavam o lugar de personalidades cimeiras, como o indiscutível líder parlamentar. Acordos políticos semelhantes na incoerência e na ilegitimidade foram celebrados noutros pontos do país. As eleições de 8 de Novembro foram as mais participadas, mas também as “mais fraudulentas e indecorosas” da República²¹⁶. Numa carta datada de 16 de Novembro e dirigida ao seu amigo Cunha Leal, Júlio Dantas afirmava: “A minha eleição foi vergonhosamente roubada. Falsificaram, à última hora, as actas de duas assembleias: Vieira de Leiria e Ortigosa”. Tinha certidão da segunda votação, mas não confiava na comissão de verificação de poderes. Tudo aquilo era uma “burla ignóbil”. Afastava-se dos trabalhos do Directório e de toda a actividade política porque as derrotas eleitorais não podiam deixar de ter “consequências nas posições de comando”²¹⁷

e demoradas ao Congresso, a redução do número de parlamentares e a atribuição de uma “irrevogável prioridade” para a discussão dos orçamentos. A este propósito veja-se António Reis, *Raúl Proença, Biografia de um intelectual político republicano*, vol. I, pp. 470-477. O Congresso da República, reunido em 27 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1926, aprovou neste último dia, sob proposta do Ministro da Justiça Catanho de Menezes, com 159 votos (os dois terços exigidos), a revisão antecipada da Constituição. No entanto, os tempos atribulados que se seguiram impediram a sua efectivação

²¹⁶ Esta é a opinião expressa por F. Farelo Lopes na sua obra *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*. A páginas 159 socorre-se de Brito Camacho quando este afirma, em artigo no DN de 6 de Dezembro: “eleições como as do dia 8, manchadas por toda a espécie de acordo indecoroso, ilustradas com todo o género de tranquiérbia”, nunca se tinham feito na República

²¹⁷ Carta de Júlio Dantas a Cunha Leal, datada de 16 de Novembro de 1925. Arquivo António Ventura

Uma semana depois das eleições, também Cunha Leal abandonou o Directório e saiu para o estrangeiro por um mês, tendo regressado em 11 de Dezembro a tempo de participar na eleição de Bernardino Machado para a Presidência da República, depois da demissão de Teixeira Gomes. No seu regresso, a *Acção Nacionalista* (que tinha sido muito crítica na confecção das listas “unitárias”) desafiava-o a dirigir a “massa jovem” do PRN e a imprimir-lhe uma orientação nova²¹⁸. Muito proximamente teria oportunidade de responder a esse desafio, como se verá.

As eleições de 8 de Novembro de 1925 tiveram um efeito esmagador para as pretensões do bloco conservador, quaisquer que fossem as suas intenções estratégicas, modeladas há muito entre a via parlamentar em que apesar de tudo sempre apostavam e a via insurreccional. Não fora Cunha Leal que afirmara no julgamento dos implicados do *18 de Abril* que “o problema administrativo (...) é (era) insolúvel sem uma revolução” ?²¹⁹ Sem que isso significasse o seu empenhamento directo no processo.

Que o espírito insurreccional era generalizado, ninguém duvidava; o problema residia em saber que formas orgânicas adquiriria esse estado de inquietação e desejo de mudança. As eleições deram as piores indicações, apesar da maioria absoluta adquirida pelos Democráticos, com 83 deputados. Neste campo, muitos dos independentes (19 deputados), os 2 deputados socialistas e o recém-formado partido da Esquerda Democrática, com 6 representantes, constituíam uma oposição tão ou mais aguerrida que os partidos da direita conservadora. Mas, talvez mais preocupante para a manutenção do regime, tenha sido a extrema divisão das direitas que resultou do acto eleitoral de Novembro. Os nacionalistas, a segunda maior força política, com 39 membros na Câmara dos Deputados, não estava menos dividida que o partido da maioria. Da liderança quadripartida de Ginestal Machado, Cunha Leal, Pedro Pita e

²¹⁸ Vide “Cunha Leal”, *Acção Nacionalista*, 12 de Dezembro de 1925

²¹⁹ FPCL, *Eu, Os Políticos e a Nação*, p. 250

Tamagnini Barbosa, havia de ter origem a dissidência *lealista* de 8 de Março. A representação das forças vivas estava assegurada com os 6 deputados da UIE, ao passo que os monárquicos garantiam um grupo de 7 deputados e os católicos de 4. A direita estava, portanto, longe de constituir uma alternativa de poder, quer no Parlamento, quer à sua margem. Daí as alianças espúrias a que não desdenhava recorrer para caçar esquerdistas e radicais, alinhando num estranhíssimo coro com todos os que combatiam a “ditadura do Partido Democrático”. Cunha Leal denunciou esse tiro no escuro que se desenhava no horizonte daquele ano terminal de 1926: “Sou daqueles que entendem que é preciso pôr a força ao serviço da inteligência. (...) Se me dissessem que ia rebentar um forte movimento conservador, homogêneo, eu diria que poderia ser benéfico ou prejudicial ao país, conforme a competência dos dirigentes. O mesmo diria de um movimento esquerdista forte e homogêneo. Agora em revoluções heterogêneas não vejo vantagem nenhuma”. Avisava, aliás, para o que tal poderia trazer para o futuro: “Separam esses elementos, agora unidos para uma acção comum contra o Partido Democrático, profundas divergências que, amanhã, uma vez vencedores, mais se acentuarão. Assistiremos então a uma luta cujas consequências serão, pelo menos, a continuação do desassossego em que vivemos”²²⁰.

12.A cisão no Partido Nacionalista e a fundação da União Liberal Republicana

A realidade corria mais depressa que as respostas, embora se não possa considerar Cunha Leal de todo desarmado da capacidade de análise e lucidez que a intensa experiência política dos últimos oito anos e a capacidade indesmentível de

²²⁰ Vide “Uma entrevista de sensação. Fala o sr. Cunha Leal”, *A Tarde*, 24 de Fevereiro de 1926

apreensão lhe conferiam para o entendimento da realidade²²¹. Subordinava a sua acção política ao crivo cerrado da razão crítica. Nunca se sentiu manietado por imposições externas, em particular as de índole partidária, antes sempre procurou adaptar-se à realidade nova que ia surgindo aos seus olhos atentos. O ano abria com novos e complicados problemas políticos que Cunha Leal se esforçava por integrar na análise estratégica da sua condução parlamentar. Esboroara-se ainda mais o campo conservador, ao contrário do que desejava e tanto tinha tentado contrariar nos últimos anos. Os independentes estavam, por tradição, muito mais próximos da maioria, os católicos eram uma insignificante minoria, os monárquicos mostravam-se irredutíveis com a questão do regime – era impossível (re)constituir o bloco conservador nos tempos mais próximos. A cisão dos “bonzos”, como chegara a admitir, também não ocorreu e seria agora impossível perante a constituição da Esquerda Democrática. Ao invés, o Partido Democrático parecia até aparentemente mais forte e decidido a exercer o poder através de um governo de maioria, como se viu com a solução encontrada por António Maria da Silva após as eleições.

Estabilidade aparente, apenas. Na sociedade continuavam a avolumar-se a desordem, o descrédito e a “fobia do político: “ Os políticos hão-de ser destruídos – é o grito que se ouve de Norte a Sul de Portugal (...) Sente-se o tinir das espadas e pressentem-se os aprestos guerreiros dos períodos confusos de mobilização e concentração dos Exércitos”²²². Por entre os gritos desesperados dos que sofriam os efeitos dolorosos da crise económica e financeira avolumava-se a crise moral das elites políticas que tacteavam, desesperadamente, em busca de saídas. Os fenómenos político-

²²¹ Cunha Leal confessou muitas vezes a sua imensa perplexidade e a dos seus contemporâneos para entender e dar resposta à anarquia madura e ao cenário de incertezas em que viviam a sua época de mudanças tão profundas e imprevisíveis. Faltavam instrumentos para responder a uma realidade tão mutável, como nos refere nas Memórias, II, p. 447: “ Estava-se numa época histórica que se aproximava, vertiginosamente do seu fim, sem que os medíocres actores da cena portuguesa conseguissem – pobres deles! – lobrigar as negras perspectivas dum futuro próximo”

²²² Vide Cunha Leal, “A Guerra aos Políticos”, *A Noite*, 23 de Março de 1926

sociais adensavam-se em montanhas de areia que os ventos fortes de tempestade varriam num ápice, sem deixar vestígios: “ Quem observar, superficialmente, o que se está passando entre nós – considerava Cunha Leal já depois do 28 de Maio – não consegue descobrir nenhuma lei reguladora dos fenómenos políticos e sociais”²²³. Que fazer?

Mudar de atitude, antes de mais. O ataque destemperado ao governo da maioria, sem alternativa credível de poder só poderia ser contraproducente. Cunha Leal apresentava vários argumentos para justificar a moderação da sua oposição parlamentar a António Maria da Silva. Nos últimos tempos, o PRN tinha-se associado, de forma tácita, às forças dissidentes do Partido Democrático e, de forma irracional, acabara por concorrer para a ascensão da tendência esquerdista de Domingues dos Santos e, mais grave ainda, para a desagregação do partido maioritário. Esse jogo perigoso, do “tanto pior melhor”, não ajudara ainda à reorganização do bloco conservador, pois retirara-lhe credibilidade aos olhos da opinião pública que percebia muito bem que era impossível qualquer força mostrar “obra feita” em tal clima de instabilidade governamental. Que resultados se verificava terem decorrido da acção demolidora das instituições senão a desagregação de todas as forças políticas, da esquerda e da direita? Como podia imaginar-se uma solução de mudança sólida e sustentada do sistema e a continuação do regime sem nenhum partido ou bloco partidário que estivesse à altura de a poder protagonizar? Ao fundo do túnel apenas essa conjugação negativa de contrários se apresentava para suceder à “ditadura da maioria”...

Cunha Leal vislumbrou esse “não-partido” orgânico que ameaçava arrasar tudo e governar o país sem os “políticos” e sem os partidos e preparou-se para a luta. Desde há meses que causava “horror” – até entre os seus próprios correlegionários – a política de atracção que defendia para caçar nacionalistas e conservadores onde os houvesse,

²²³ FPCL, *Eu, Os Políticos e a Nação*, XV

mesmo no campo monárquico. E porque não entre os “bonzos” e moderados Domingos Pereira e Vasco Borges?

Começou pela luta parlamentar. Despertou estranhezas e irredutibilidades entre os inertes e impotentes, mais do que entre *os jarrões* da sua tribo nacionalista. Habitados a ver nele o chefe irredutível, intransigente e demolidor, duvidaram a princípio da sua estratégia, puseram as unhas de fora nas primeiras pugnas de Janeiro e avolumaram as suspeições em torno da aceitação por Cunha Leal do cargo de Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino, durante o governo de Domingos Pereira. O processo tinha tido o apoio do Directório do PRN, mas este não era um partido homogéneo, nem as suas hostes estavam imunes à campanha dissolvente e desmoralizadora que a imprensa alimentava sobre o líder parlamentar nacionalista²²⁴. As primeiras dissensões nos arraiais nacionalistas reflectiram essa desconfiança crescente perante o apoio crítico que foi manifestando ao governo. Em 8 de Janeiro, o democrático João Luís Ricardo apresentou uma proposta de lei para inviabilizar certas medidas legislativas do governo anterior de Domingos Pereira. Cunha Leal saiu-lhe no encalço defendendo a constitucionalidade dessas leis e empenhando a sua palavra na defesa da estabilidade governativa e partidária.

A postura “governamentalista” de Cunha Leal, adquirindo sentido numa linha estratégica de afirmação do bi-partidarismo entre democráticos e nacionalistas, adquiria ainda mais sentido se nos ativermos à composição do Parlamento, com o PRN ultrapassado por uma aguerrida direita dos interesses, representada pela UIE, pelos Monárquicos e pelos Católicos. Sem uma clara liderança da direita conservadora e

²²⁴ A nomeação para o Banco Nacional Ultramarino foi glosada com uma ironia amarga pela imprensa que fazia da caricatura a sua forma de expressão. N' *Os Ridículos*, Cunha Leal passou a ser tratado, com amiudada frequência, como um “falso desinteressado” dos cargos rendosos e influentes. Atente-se nas caricaturas de 20 de Janeiro de 1926: “Um duro, um pezado, um grande sacrificio”, titulando um contristado Cunha Leal que se aproxima do edifício do BNU; na de 23 de Março de 1926: “O sr. Cunha Leal que sahe e o sr. Cunha Leal que entra”, aludindo à sua disposição de abandonar o cargo depois do Congresso do PRN de 8-10 de Março, o que não viria efectivamente a ocorrer

republicana, com um Parlamento enfraquecido, o caminho podia ser muito bem aquele que um Raúl Proença já há muito vislumbrava nas páginas da *Seara Nova* – o insurreccionalismo da direita anti-parlamentar, anti-republicana, integralista e fascizante. Portanto, escandalizar a opinião pública com questões que diminuíssem a República parecia-lhe um erro político. Nesse sentido, procurará resguardar as instituições financeiras – designadamente o Banco de Portugal – cuja administração os socialistas queriam ver “julgada” no Parlamento, por alegados actos ilícitos²²⁵. O mesmo viria a acontecer com o caso do Banco Angola e Metrópole, para o qual o líder nacionalista propôs uma espécie de pacto de regime. Na verdade, considerava o “caso Alves dos Reis” mais do que uma simples burla a ser tratada pelas instâncias judiciais. Antevia nesse caso a desgraça da República, afundada em escândalos pelo concerto de uma estranha e misteriosa aliança entre o “político vendilhão” e “um homem de perfil de ave de rapina”²²⁶ (que deveremos associar à direita dos interesses), protagonista oculto e poderoso, condutor de todos os cordelinhos que moviam os homens no altar da vil pecúnia.

No início de Fevereiro, Cunha Leal perdia terreno entre os seus companheiros de bancada no Parlamento e o divórcio anunciava-se como previsível. Na sequência da revolta radical de Almada, tornou-se pública a confiança que o líder nacionalista depositava no governo de António Maria da Silva e na capacidade que esse governo parecia demonstrar na repressão de todas as revoltas e na justa e rápida solução dos presos e deportados por crimes sociais e práticas bombistas. Tanto bastou para que a imprensa especulasse sobre o entendimento estreito entre os dois líderes e que tal

²²⁵ O assunto foi proposto por Amâncio de Alpoim na sessão de 4 e 5 de Janeiro de 1926 e voltou a ser suscitado por Ramada Curto na sessão de 5 de Março. Vide *Diário da Câmara dos Deputados* desses dias

²²⁶ FPCL, *Eu, os Políticos e a Nação*, Introdução, XVI-XVII

acabasse por amplificar a “carteira de culpas” que os seus adversários dentro do PRN esgrimiram no Congresso partidário de Março²²⁷.

A intuição de Cunha Leal de que algo de inteiramente novo se preparava no horizonte político português era justa e fundamentada. A dificuldade residia em saber se ele poderia ser, nas condições institucionais da altura, uma parte da resolução do problema, isto é, seria credível esta sua nova atitude política, ele que tinha sempre encabeçado a oposição demolidora aos Democráticos? O mesmo se podia considerar da falta de crédito que terá resultado para uma parte significativa da opinião pública da aceitação do cargo de Vice-Governador do BNU por parte do Estado, em representação do PRN. Não tinha ele justamente desfeito a proposta de reforma bancária de Domingues dos Santos com base, entre outros, no argumento de excessiva intervenção estatal? Era, pois, pouco verosímil esta atitude de moderação institucional para a opinião pública da altura, embora se não deva desconfiar da sinceridade de Cunha Leal, como se viria a comprovar no empenho reformista que depositou no novo partido que fundou por esta altura.

No Parlamento avizinhavam-se resoluções difíceis e debates que se adivinhavam incendiários e fracturantes, tanto entre as diferentes forças partidárias, como – e de forma mais preocupante – entre as várias tendências que se agrupavam nos Democráticos e nos Nacionalistas. A aprovação dos orçamentos arrastava-se sem progressos visíveis e, a 10 de Fevereiro, o governo apresentara a proposta de lei dos Tabacos para substituir por sistema de *régie* o contrato antigo que terminava em 30 de Abril. A Igreja e organismos afins pressionavam os deputados da Nação para resolver a

²²⁷ Entre muitas outras referências na imprensa, destacamos uma “alegre” *Lua de Mel...* que em Actualidade, o diário *A Tarde* inseria no seu número de 19 de Fevereiro de 1926. De braço dado, um António Maria meio desconfiado e um disfarçado Cunha Leal no papel de noiva, ensaiam um complicadíssimo casamento de interesse. Por baixo da imagem, o poema... “O António (com música da “Vassourinha”) – Este nosso casamento,/Tão gentil, encantador,/Não se pode chamar/Um casamento de amor (...)

questão da atribuição de um estatuto jurídico que lhe reservasse mais liberdade de actuação²²⁸. Problemas difíceis a que o Parlamento respondia com a ineficácia legislativa e a ausência repetida dos deputados, impedido pelas condições mínimas do quorum²²⁹. Pensada justamente para agilizar os debates e decisões parlamentares, a revisão do Regimento aguardava igualmente melhores dias. O mesmo estaria reservado à Revisão Constitucional que o Congresso adiou *sine die* nas suas reuniões de 27 de Janeiro e 4 de Fevereiro²³⁰.

Foi neste estado de desânimo e manifesta incapacidade política das instituições e dos partidos que se confrontaram no 4º Congresso, as duas principais tendências do PRN: de um lado os amigos de Ginestal Machado, Pedro Pita, Tamagnini Barbosa, do outro os de Cunha Leal que, desde meados de Novembro, havia abandonado o Directório²³¹. Duas listas concorrentes disputavam o Directório: uma, afecta à anterior liderança, com grandes apoios no Centro e Sul do país, uma outra liderada por Cunha Leal, aparentemente mais apoiada por militantes do Norte²³². Esta última apresentava o jovem líder como Presidente, à frente de uma lista de nomes que incluía Vicente Ferreira, Vasconcelos e Sá, Raúl Lelo Portela, Mendes Cabeçadas, Silva Ramos, Vasco Marques e Teófilo Duarte. Separava-as uma ideia diferente sobre a organização interna do partido e igualmente a linha estratégica de condução da sua política de coabitação

²²⁸ Em resposta às exigências que diariamente chegavam ao Parlamento, a imprensa jacobina acentuava o cunho sectário. Veja-se esta notícia de 26 de Fevereiro do jornal *O Rebate*: “O Desprezo pela lei. Quando haverá energia para deter a marcha da reacção? Jornais noticiaram a inauguração do culto a Sta. Rita de Cássia, na capela do Asilo de Santo António, na Av. Almirante reis. Houve benzedura da imagem, missa solene e Te Deum. As senhoras executaram música, assistiram as educandas e muitos devotos. Uma verdadeira pândega religiosa.”

²²⁹ Em 9 de Fevereiro, a Tarde Parlamentar (*A Tarde*) descrevia assim o início da sessão: “às 15 15 H procede-se à chamada. Estão 10 deputados: os democráticos, que estavam reunidos, vêm responder à chamada e voltam para a reunião”

²³⁰ Vide *Diário do Congresso* desses dias

²³¹ Em entrevista de 18 de Novembro de 1925 ao jornal *A Ditadura* explicava o abandono: “Não aceito posições de comando. Não, novo S. Sebastião, ficar amarrado a uma árvore, recebendo frechadas de todos os cantos: de um lado, acumular todos os ódios e todas as más vontades; do outro, sentir que nem sempre são sentidos os meus pensamentos e atitudes”. Referia-se à exposição pública a que se prestava no Parlamento e a que os seus correlegionários não eram solidários.

²³² Vide Ricardo Leite Pinto, *União Liberal Republicana (1926-1930)*, p. 142

com o governo e a maioria parlamentar. Já vimos as razões que assistiam a Cunha Leal para defender uma oposição mais construtiva e menos irracional à maioria. A nível da organização interna do partido, a lista propunha a eleição directa do Presidente, por razões que só mais tarde Cunha Leal teve oportunidade de explicar em público. A reforma dos partidos políticos era uma peça base da reforma de todo o sistema, porque a falta de autoridade das lideranças era uma das razões da instabilidade que se vivia: “A anarquia dos partidos transfere-se para os Directórios; a anarquia dos Directórios transfere-se para os governos”²³³ Bastava que um observador atento tivesse assistido ao Congresso do PRN e à forma anárquica e tumultuosa como se confrontaram as várias tendências para reconhecer justeza às preocupações de Cunha Leal.

Ao fim do primeiro dia de Congresso, e apesar do discurso conciliador do patriarca Ginestal Machado e de muitas vozes que se ergueram para reter o jovem líder no ginásio do Liceu Camões, Cunha Leal abandonou abruptamente o conclave, renunciando aos seus cargos partidários e parlamentares. Em gesto dramático, ainda teve tempo para declarar da tribuna: “Uma última coisa como despedida. Pedro Pita e Tamagnini Barbosa: vocês conheciam-me! Venceram! Os meus parabéns!”²³⁴

O embate tinha assumido a forma de um incidente provocado pelo jornalista Adelino Mendes, mas cedo se percebeu que o facto invocado era apenas uma acha para elevar o nível da fervura do debate. Na base de princípios definidos pelo partido – o combate intransigente ao Partido Democrático, sem cedências de qualquer ordem, incluindo a atribuição de cargos – o congressista insinuava que a eleição de um elemento nacionalista para o BNU era assunto tão incómodo que nem no Relatório apresentado ao Congresso aparecia mencionado. Ginestal assumiu a responsabilidade, afirmando que indicara Cunha Leal sem que ninguém contestasse o seu nome no

²³³ Vide “Uma Jornada Triunfal”, *A Noite*, 29 de Março de 1926

²³⁴ Vide “4º Congresso do Partido Nacionalista Republicano”, *Diário de Notícias*, 7 de Março de 1926

Directório e por lhe ser reconhecida competência para o desempenho do cargo. O visado dramatizou a sua defesa. O Congresso desconhecia as razões da sua aceitação, ele as explicava: tinha sido convidado pelo ex-Ministro das Finanças Pestana Júnior; exigira concordância dos bancos Nacional Ultramarino e de Portugal, bem como do Directório do PRN e fora satisfeita a condição; terminava a sua defesa, afirmando que tinha filhos a quem precisava dar de comer e que não “é um ente excepcional que só tenha deveres e que não possa ter direitos”²³⁵. Houve um erro (ou vários) em todo este processo que conduziu á renúncia de Cunha Leal? Provavelmente, esse erro esteve no ataque intransigente à reforma bancária proposta pelo governo de Domingues dos Santos em 1925, não na aceitação do cargo alguns meses mais tarde²³⁶, para o qual reunia, de facto, reconhecidas capacidades de desempenho. Havia sido essa intransigente recusa em aceitar a “bondade” da proposta, independentemente da origem do proponente que lhe havia granjeado a mais feroz oposição da pena aceradíssima de Raúl Proença nas páginas da *Seara Nova*. Também para este seareiro a aceitação do cargo de Vice - Governador do BNU constituía um erro a que a defesa de Cunha Leal apenas emprestava mais inconvenientes: “ Partiu o sr. Cunha Leal do princípio que os mais altos lugares do Estado e da Finança devem ser distribuídos pelos homens do Parlamento. Para os que pensam assim, a Política não é um sacerdócio – é um assalto. A Câmara, realmente, é uma Ante-Câmara das conesias e das prebendas; (...)”²³⁷. Crítica acertada, mas provavelmente pouco justa para quem tantas vezes “dera a camisa” pela República! Na verdade, o que estava nesta altura em causa era uma questão política que

²³⁵ Idem, ibidem

²³⁶ Cunha Leal foi nomeado, juntamente com Velhinho Correia e Agatão Lança, para vice-governador do BNU, em representação do Estado, por decreto conjunto das Finanças e das Colónias de 27 de Novembro de 1925, durante o governo de Domingos Pereira. Nomeação no D.G. nº 280, II Série daquela data

²³⁷ Vide Raúl Proença, “O Congresso Nacionalista ou o Triunfo dos Imponderáveis”, *Seara Nova*, nº 80, Março de 1926. Raul Proença denunciou, em sucessivos artigos, no início de 1926 e finais de 1925 o “casamento” ilícito entre “Política e negócios”. Vide a título de exemplo “As atitudes do Sr. Cunha Leal”, *Seara Nova*, nº 71, 23 de Janeiro de 1926, “A situação política”, *Seara Nova* nº 67, Janeiro de 1926, ou ainda “Revolução e Ditadura”, *Seara Nova* nº 60, 14 de Novembro de 1925

os adversários de Cunha Leal levantaram porque sabiam bem que ela atingia, de forma indirecta, a honra do visado²³⁸.

A saída intempestiva de Cunha Leal provocou uma tempestade no PRN que se traduziu em duras batalhas e sonoros tumultos entre as duas tendências nos dois dias seguintes e por uma profunda sangria, depois de goradas as tentativas para fazer reconsiderar o visado²³⁹. Do relato de imprensa deste Congresso se poderá aferir do estado de dissolução do partido e da cultura política vigente nestes últimos momentos da I República²⁴⁰.

Os apoiantes de Cunha Leal foram convocados para as duas da tarde do dia 8 de Março para o Teatro Nacional, onde se esperava a presença de António José de Almeida. Nascia aí a União Liberal Republicana, unindo alguns dos mais jovens e activos nacionalistas, muitos deles *ex-dezembristas*, como Jorge Botelho Moniz ou Teófilo Duarte. Pela primeira vez, desde 1918, abria-se para Cunha Leal um espaço indiscutível de liderança, sem partilhas de poder paralizantes e desmobilizadoras. Propunha-se, com a ajuda de todos os que o acompanharam, refundar o partido nacionalista e percorrer o país cativando para as suas ideias os inúmeros descontentes que o Congresso deixou desamparados. Sentia que tinha sido usado na sua combatividade pelos *marechais* do PRN, muitas vezes alinhara contra o partido do

²³⁸ A contestação adquiriu a forma de uma moção: “O Congresso do PRN considerando que o seu prestígio colectivo sofreu com a nomeação dum seu correlegionário para vice-governador do Banco Nacional Ultramarino, convida o titular desse lugar a abandoná-lo, e passa à ordem do dia”

²³⁹ Após o abandono de Cunha Leal, Tamagnini Barbosa propôs a formação de um comissão que diligenciasse junto do ofendido as condições do seu reingresso no PRN. No decorrer da sessão de dia 8 de Março, Ginestal Machado informou o Congresso que, dos contactos havidos com Cunha Leal este dera razões de “ordem tão íntima que entendia que era desprimoroso insistir mais”, Ricardo Leite Pinto, op. cit., p.145. Na tarde de dia 8, antes de terminado o Congresso, alguns congressistas afectos a Cunha Leal dirigiram-se em manifestação a sua casa e propuseram a constituição de um Tribunal de Honra, constituído por personalidades como o ex- Presidente da República António José de Almeida, para tentar uma plataforma de entendimento, de onde nada resultou

²⁴⁰ Várias tentativas foram feitas para arrastar os congressistas a casa de Cunha Leal, num acto de desagravo público. Numa dessas iniciativas, levada a cabo por Mendes Cabeçadas, agregam-se Lelo Portela e Vasconcelos e Sá. Por entre a berraria de “Apoiados” e Não apoiados”, aplausos e pateadas, o jornalista do *Diário de Notícias* narra a saída dos apoiantes de Cunha Leal no dia 8 de Março: “Os que

governo à *contre-coeur*. O escândalo do Angola e Metrópole tinha-o levado a uma oposição prudente porque a isso o obrigavam interesses patrióticos que deviam sobrelevar os interesses partidários.

A organização do novo partido começou no dia seguinte. Durante dois meses, largos sectores do país retemperaram a esperança com o sangue novo que lhe injectavam os jovens liberais unionistas, empenhados em reconciliar os portugueses com a República. No Norte do país, em Lisboa e na zona Oeste, no Alentejo profundo e em todo o Algarve²⁴¹, os teatros e as praças públicas enchiam-se para ouvir aquele “lutador invencível” que, pela “bravura e pelo sacrifício” arrebatava e convencia os auditórios. Estes correspondiam com apego e adesão à nova União Liberal Republicana²⁴². Personalidades de relevo do PRN transferiam-se individual ou organicamente para a ULR, através das Comissões locais nacionalistas. Muitas destas decidiram apoiar a nova força partidária em peso: Braga, Fafe, Famalicão, Celorico de Basto logo no dia 19 de Março. Muitos outros seguiram-lhe as pegadas e a organização e propaganda simplificava-se deste modo. As adesões individuais esclareciam a categoria dos aderentes: ex-ministros, deputados e senadores, alto funcionalismo público, militares, muitos professores, comerciantes e industriais, proprietários e lavradores, poucos trabalhadores ou operários. Alguns faziam questão de dizer que há

ficam, ironicamente, de pé sobre as cadeiras, acenam com lenços para os que partem, dos quais muitos, por sua vez, já da porta, lhes responderam com um gesto pouco decente, de heráldica franciscana!”

²⁴¹ A ULR não pôde apresentar-se a eleições, excepto na Azambuja, onde arrebatou as maiorias para a Câmara e na representação à Junta Geral do Distrito, em 24 de Abril de 1926. No entanto, é possível formar uma ideia precisa da sua implantação pela existência de Comissões Paroquiais e Municipais, pelo número de adesões individuais e pela actividade partidária. O jornal *A Noite*, fundado em 18 de Março, com a direcção política de Cunha Leal e a direcção redactorial de Carvalho dos Santos, dá notícias diárias da *Vida Partidária* e cobre toda a actividade de propaganda de forma rigorosa por todo o país. Daí resulta um quadro de implantação centrado em 5 regiões principais, com o Minho e a cidade de Braga à cabeça, logo seguido pelo Algarve (de Sotavento a Barlavento), o Baixo Alentejo (Beja, Moura...), Lisboa e zona Oeste (Torres Vedras, Azambuja, Alenquer...) Coimbra (Condeixa, Tábua, Soure...). Com menor implantação assinalam-se Santarém, Guarda e Nova Goa. Cf. a este propósito a cartografia da distribuição geográfica dos aderentes da ULR, proposta por Ricardo Leite Pinto, op. cit., p.191

²⁴² As adesões individuais ao novo partido foram muito numerosas, se tivermos em conta o curto período que medeou entre 8 de Março e 28 de Maio, data a partir da qual a organização do partido sofreu duras

muito se tinham afastado, desiludidos, da vida política. Unia-os a quase todos o facto de pertencerem à notabilidade local que se tinha afastado (ou nunca tinha aderido) ao Partido Democrático. Moviam influências importantes, dominavam a imprensa local que passou a fazer eco das posições liberais unionistas: declararam-se seguidores *O Bejense*, o *Distrito de Braga*, o *Distrito da Guarda*, *A Opinião* (Oliveira de Azeméis), o *Diário do Minho* (Braga), *A Verdade* (Barcelos), *A Folha do Sul* (Montemor-o-Novo), a *Acção Nacionalista* que viria a preparar-se para sair com o nome de *União Liberal*, o *Notícias de Luanda*, entre outras folhas que manifestavam simpatia por Cunha Leal.

O que podia Cunha Leal oferecer a esta notabilidade local (e nacional), desiludida com a “República Democrática” que acorria em massa aos seus comícios e “banquetes”?²⁴³

Antes de mais, a restauração do princípio da autoridade do Estado porque – considerava Cunha Leal – “ Os males nacionais neste momento grave de confusão e indisciplina, não podem ter remédio numa revolução”²⁴⁴. Só a disciplina podia salvar Portugal da ruína material e moral. Em segundo lugar, a liderança de um chefe competente e indiscutível, que não podia de modo nenhum confundir-se com qualquer Mussolini à portuguesa²⁴⁵, mas que era sentido como uma necessidade nacional e

restrições, apesar da sua existência até 1930. Ricardo Leite Pinto, op. cit., p. 183, computou o número de aderentes em 2000 a partir dos nomes que eram divulgados n`*A Noite*.

²⁴³ Entre 18 de Março e 24 de Maio, Cunha Leal e um núcleo restrito de apoiantes (entre os quais Mendes Cabeçadas, Jorge Botelho Moniz, Lelo Portela, Vasconcelos e Sá, Utra Machado, Carvalho dos Santos) correram o país em concorridas sessões de propaganda a que nem faltou a proibição governamental (em Alenquer, 24 de Maio), por alegado perigo para a ordem pública. Nesses dois meses, decorreram sessões no Porto e Amarante (12 e 13 de Março), Cascais (21 de Março), Oliveira de Azeméis (29 de Março), Torres Vedras (29 de Março), Azambuja (9 de Abril), Viana do Castelo (12 de Abril), Caminha (13 de Abril), Braga (14 de Abril), Coimbra (19 de Abril), Penafiel (27 de Abril), Porto (28 de Abril), Beja (3 de Maio), V.R.S. António (17 de Maio), Olhão (18 de Maio), Loulé (19 de Maio), Silves (20 de Maio), Lagos (21 de Maio), Alenquer (24 de Maio)

²⁴⁴ Vide “Uma ideia em marcha!”, (Relato do comício no cinema da Praia, em Cascais, 19 de Março de 1926), *A Noite*, 20 de Março de 1926

²⁴⁵ Ao mesmo tempo que se afirmava a ULR, criava igualmente raízes a Cruzada Nun`Álvares que defendia princípios de reforço da autoridade do Estado da mesma natureza e que a esquerda socialista, comunista e seareira tinha tendência para juntar num mesmo barco. Em Março, multiplicaram-se as conferências e os comícios dessas forças contra o fascismo, simbolizado por exemplo na figura do líder da Cruzada, Martinho Nobre de Melo que alertava a esquerda: “Pretende-se ser anti-fascista, sem fascismo”. Para o mesmo facto chamava a atenção o órgão da ULR, *A Noite*, no próprio dia do seu

patriótica. Os apelos a essa figura virtuosa e redentora ganhavam foro de messianismo em alguma da imprensa local que se dispusera a alinhar pela ULR: “Façamos o chefe; é da soberania das nações. É da nossa razão de ser humano”²⁴⁶.

Os Estatutos que fixaram a orgânica da ULR (publicados em *A Noite* de 21 de Abril de 1926) resolveram justamente esta questão do *princípio da autoridade* com a existência de um Presidente da Comissão Executiva (no caso vertente, Cunha Leal) a quem eram atribuídos poderes diferenciados dos vogais, inaugurando um sistema de organização partidária algo diferente dos Directórios que seguiam o modelo do Partido Democrático. Por fim, reconciliar a população portuguesa com a República que, desde há muito tempo a esta parte, só poderia ser conservadora – dos valores tradicionais, dos sentimentos religiosos, arreigados na maioria da nação. Não deixaria de ser uma reacção, por natureza excessiva, ao imoderado jacobinismo do poder dominante, mas era essa a realidade com que havia que contar, se não se queria cavar o divórcio definitivo da nação e do país com a República. A reconciliação indispensável teria que estender-se ao domínio das relações sociais: o Estado tinha obrigação de promulgar legislação protectora do proletariado e, ao mesmo tempo, de observar as condições indispensáveis ao incremento da produção nacional. Acima dos interesses das classes estavam os desígnios nacionais: o aumento da produção, o equilíbrio orçamental e o desenvolvimento das colónias. Só o reforço da autoridade do Estado poderia inverter a anarquia vigente, sem proveito para ninguém: “ Não queremos o predomínio dumas classes à custa do sacrifício das outras, mas repelimos a ideia de tiranias de qualquer

lançamento: “ Fascismo – os que o combatem, combatem castelos de vento. Não existe, nunca existirá em Portugal. O significado dessa luta é o de resistência a uma orientação governativa que se inspira em sérios propósitos de disciplina social”

²⁴⁶ Vide “Nós e a Imprensa”, *A Noite*, 25 de Março de 1926, reproduzindo ecos da *Mocidade Portuguesa*, Covilhã

espécie, ou estabelecidas por virtude de uma protecção legal exagerada a algumas delas, ou pela violência e pelo terror exercido por outras”²⁴⁷.

O Programa do novo partido veio a público n`*A Noite* de 18 de Março, oito dias depois da apresentação do grupo parlamentar na Câmara dos Deputados. Em termos de reforma do regime, preconizava uma revisão constitucional que prestigiasse o Poder Judicial e se decidisse pela modificação da composição do Senado, na base do concurso de técnicos prestigiados e da representação das classes. Nesta matéria, o partido contava com o apoio prestigiado de um dos seus militantes, o professor Rocha Saraiva da Faculdade de Direito de Lisboa. Em entrevista a *A Noite* (19 de Abril de 1926), ficavam mais claras algumas das propostas de alteração constitucional, para além das que o Programa continha. O constitucionalista contrariava algumas expectativas da direita anti-parlamentar que entendia as críticas *lealistas* como uma promessa para acabar de vez com o Parlamento. Afirmava que deviam manter-se as linhas gerais do sistema: “o presidencialismo era uma flora exótica...”. Preconizava, isso sim, que se definissem claramente as competências do Executivo, dando-lhe uma maior margem de actuação em matéria de autorizações a fornecer pelo poder Legislativo. Depois, seria preciso reconhecer à consciência religiosa uma “mais ampla liberdade”. A neutralidade do Estado em matéria religiosa era entendida por Cunha Leal no sentido de “uma decidida protecção a um certo número de aspirações da consciência católica”, como a concessão da personalidade jurídica à Igreja e à hierarquia católica e a permissão do ensino religioso nas escolas particulares²⁴⁸.

Em matéria financeira, o Programa reforçava ideias que não diferiam em muito das defendidas desde há anos pelos sectores em que Cunha Leal se integrava: o equilíbrio orçamental, conseguido com uma reforma fiscal que fosse acompanhada por

²⁴⁷ Vide “O Sr. Cunha Leal diz a “A Tarde” o que julga dever ser o programa do novo agrupamento”, *A Tarde*, 9 de Março de 1926

uma compressão efectiva das despesas resultante da reforma dos corpos administrativos, em particular das forças armadas e a fiscalização rigorosa do sistema dos Altos Comissários em Angola e Moçambique em matéria administrativa e financeira. Depois de conseguido o equilíbrio orçamental, pensavam os liberais unionistas que seria possível o recurso a empréstimos extraordinários com vista ao plano de desenvolvimento das colónias e à reparação das estradas. Tocava-se ainda noutro ponto particularmente sensível da vida política da época: a reforma das forças armadas para as quais se apontava a necessidade de prover com o equipamento indispensável ao seu normal funcionamento, condição indispensável para obter a despolitização e a reforma dos efectivos, muito numerosos e descontentes.

Com base nestes princípios e ideias, Cunha Leal e os seus amigos percorreram o país, ao mesmo tempo que procuravam não abandonar por completo o Parlamento onde se desenrolava uma luta de morte em torno das principais questões do momento: a liberdade religiosa e o regime de produção e comercialização dos tabacos. A via reformista que preconizavam tinha muitos pontos de contacto com as soluções admitidas pela direita anti-parlamentar e ditatorial. O caminho era, como em tantas outras vezes, estreito e resvalante: quantos dos seus apoiantes, por esse país fora, não sonhariam com a ditadura pura e simples, sem limites temporais? Nos comícios, no Programa, Cunha Leal tinha cuidado em reforçar a ideia de uma ULR disposta a nunca abandonar o campo da luta legal. Anunciavam-se como “homens de governo” e defensores de uma acção “moderada”, pela reforma da “ordem” existente. Com a fundação da ULR, parecia definitivamente afastada a linha resvalante que tinha levado Cunha Leal a aproximar-se, aparentemente, da direita insurreccionalista no biénio anterior.

²⁴⁸ Idem, *ibidem*

Campeava a desmoralização e a desconfiança entre todas as forças políticas e entre estas e a Nação: “O idealismo perdeu-se, afundou-se num mar de sangue (...) O Partido Democrático é uma ficção. O Partido monárquico está dividido, incapaz de governar. O nacionalista é um cemitério e os homens da esquerda não procuram senão destruir tudo, provocando uma catástrofe”²⁴⁹. O partido maioritário mostrava não compreender a “alma nacional” e as grandes correntes de opinião que atravessavam a sociedade portuguesa. No poder há vários anos, caracterizava-se por ser “uma força em actividade que age, tendo por seu lado e à sua ordem todos os poderes do Estado e daí resulta a política de corrupção que o sustenta ainda no poder”²⁵⁰. Daqui resultou que “homens de boa vontade” tivessem sido obrigados a declarar guerra ao Partido Democrático – não para o escangalhar, como parecia depreender-se do combate dos esquerdistas e dos monárquicos -, antes para o reduzir às suas justas proporções. Em Lagos, Cunha Leal desafiava os Democráticos a mudarem de rumo: “ Partido Democrático: É impossível continuar a vossa obra de ruína nacional e de desprestígio da República”. Não lhe dirá que é preciso esmagá-lo mas, sim, que é necessário que procure na oposição refazer-se dos seus destemperos²⁵¹.

“Impossível é aquilo que ainda não se realizou” – afirmava em Beja em 3 de Maio – para justificar aquela obra quase sobre-humana de *pregação*, eivada de pesados sacrifícios, sempre em luta contra os poderosos meios instalados pelos Democráticos em todas as instâncias de poder: municípios, governos civis...Seria talvez um novo Spartacus, também destinado à derrota, quem sabe. Não desistiria, porque era homem de acção, não porque a análise racional da situação lhe permitisse ter grandes esperanças. Em 18 de Março, em pleno lançamento da ULR, afirmava n`*A Noite*: “ O que é, pois, a

²⁴⁹ Relato da comunicação de Cunha Leal no comício de Olhão, 17 de Maio de 1926, *A Noite*

²⁵⁰ Relato da intervenção de Cunha Leal no comício de V.R. de Santo António, 17 de Maio de 1926, *A Noite*

²⁵¹ Vide “A última etapa da viagem do Algarve”, *A Noite*, 21 de Maio de 1926

sociedade portuguesa? Uma sociedade em desagregação. O Sol que tem transformado, nestes últimos dias, um fim de inverno em fim de primavera, apenas terá servido para lhe apressar a decomposição”. As classes mostravam-se inaptas para “provocar um acréscimo sensível da produção”, os poderes políticos do Estado invadiam-se continuamente nas suas competências. Mais grave que tudo isso era a falta exasperante de elites – em Portugal “vagos conjuntos de homens apáticos e amorais”, incapazes de forjarem uma ideia lúcida que conduzisse os seus concidadãos.

Porém, Cunha Leal acreditava e onde chegava, o aparato era de festa, como em Loulé: “A Filarmónica Marçal Pacheco, que se encontrava na sala, tocou o hino nacional e a multidão irrompeu numa apoteose extraordinária, lançando as senhoras lindos ramos de flores sobre o nosso chefe”. Cunha Leal sabia como agradar às multidões: dominava como poucos a oratória, não temia o uso de alguma demagogia e tocava aos sentimentos mais profundos daqueles portugueses mais afastados de Lisboa com a tecla da desordem e do caos que a capital representava: “A esta hora, quem sabe, talvez novos assassinatos estejam a ocorrer em Lisboa...”. Sabia que podia cativar indiferentes, descontentes ou mesmo monárquicos desalentados com as divisões que ocorriam no seu campo: “ Se se dirige aos monárquicos é porque está convencido de que, poucos são, de entre eles, os que ainda acreditam na eficácia do esforço monárquico e, assim, quer fazer-lhes sentir que eles não têm o direito de privar a Pátria da sua inteligência, da sua boa vontade e da sua acção”²⁵².

“Cavaleiros da Pátria”, queriam unir num grande bloco conservador a força capaz de apresentar ao país a solução política que pudesse evitar a revolução que todos sabiam iminente. Em Olhão, a pouco mais de uma semana do 28 de Maio declarava: “Se todos os portugueses se unirem para levantar a Nação, evitar-se-ão mais revoluções, mais efusão de sangue. E isso seria belo, seria grandioso!” A ditadura era uma

ocorrência provável, como que uma reacção brusca aos erros dos partidos políticos. Ele era acusado de defender a Ditadura, mas o que pretendia era justamente evitar a ditadura: “ Nós só a aceitaríamos quando todas as outras modelações de transformação social não dessem resultado”²⁵³. No início do mês de Maio, por sobre a discussão caótica do regime dos tabacos no Parlamento, afirmava em Beja aos seus correlegionários: “ O partido Democrático faz uma obra anti-patriótica, querendo manter-se no poder neste momento. Os seus braços que, algumas vezes, têm amparado a República, agora asfixiam-na ao ponto de executá-la sem mais remédio! Como será desalojado esse partido? Pela revolução? Não! Preferimos os métodos constitucionais. É preciso que uma nova consulta se faça ao país, que dirá depois se quer *régie* ou não”²⁵⁴.

A ULR era, pois, a manifestação de uma ideia regeneradora, em primeiro lugar dos próprios partidos e dos seus métodos e, por extensão, do país. Pensavam poder restaurar o princípio da autoridade sem que para isso tivessem que recorrer ao Exército. Estaria Cunha Leal plenamente convencido da possibilidade (e viabilidade) de dissolução do Parlamento, cinco meses apenas após a sua eleição? Parece difícil que alguém pudesse aceitar tal solução e Bernardino Machado não a aceitou de facto. No meio de uma luta de titãs tudo parecia possível e verdadeiro... Cunha Leal avisara em Braga (o célebre e sempre recorrente discurso da *capital dos bispos*) para o perigo da solução que se avizinhava. Aproximava-se um novo Sidonismo: como o ex-ditador, também os chefes militares que preparavam a revolta estavam condenados a pescar “competências” como quem pesca pérolas – o país era muito pobre neste domínio. Não podiam, sequer, ir buscar essas competências ao seio do próprio Exército porque nem um chefe ele conseguia arranjar para esse movimento político-militar! As intenções dos militares até podiam ser as melhores, mas faltavam-lhe os meios: “O Exército está

²⁵² Relato do comício em Vila Real de Santo António, *A Noite*, 17 de Maio de 1926

²⁵³ Relato do comício em Olhão, *A Noite*, 18 de Maio de 1926

inquieta. Não quer assistir ao afundar da Nação e prepara-se para intervir. Será um crime o que os militares preparam? Não! As suas intenções são as mais nobres, as mais levantadas. O Exército pretende substituir a sua força às mil forças que nos governam. O Exército não praticará um crime, mas praticará certamente um erro”²⁵⁵. Que podiam contrapor os liberais unionistas a este “tilintar das esporas” cada vez mais audível? Só a pregação, fazendo acordar a Nação para a ideia de “Salvação da Pátria” dentro do regime republicano e não por movimentos de força.

A ULR seria então essa força idealista e Cunha Leal o seu Quixote. Não se apresentava como qualquer Rivera ou Mussolini, porque não estava talhado para ditador e Portugal não era a Espanha ou a Itália. Mas era necessário que o país se levantasse para fazer ouvir a sua voz e cumprir a sua vontade. Não estava ali para esconder a verdade porque, de resto, ela era bem dramática para poder ser ignorada.

A oposição reconhecia um êxito muito grande à acção de propaganda do novo partido. Para o *Rebate*, órgão do PRP de Lisboa, os designados “filhos da Noite”, iam obtendo adesões tão numerosas que, receava o jornal, o “balão” rebentasse, “tão precipitadamente” se estava enchendo²⁵⁶.

13. Esquerda e direita no Parlamento e na rua – o combate até à sujeição de um dos blocos

No Parlamento, a agudização do confronto com o governo – à esquerda e à direita - intensificou-se em torno do tratamento a dar aos presos sociais e deportados e da proposta de concessão de personalidade jurídica à Igreja. Tão longe dos comuns portugueses que pelo país exangue se esforçavam por não desistir da luta, Afonso Costa

²⁵⁴ Vide “Em Beja Mais um dia de Propaganda”, *A Noite*, 3 de Maio de 1926

²⁵⁵ Vide “O Chefe da ULR em Braga”, *A Noite*, 14 de Abril de 1926

decidia descer da sua torre para denunciar o perigo dessa lei religiosa que se anunciava para ressuscitar o mais negro *Dezembrismo*²⁵⁷. Era uma voz forte, mas relativamente isolada daquilo que se começava a viver no país, mesmo entre muitos homens do seu partido, mais moderados e desejosos de manter e aprofundar as boas relações com um episcopado relativamente apaziguado. Ao Parlamento, chegavam dezenas de petições de católicos, individualmente ou das suas organizações, a exigir a aprovação da lei. A sessão comemorativa da eleição de Pio XI, que decorrera no passado dia 6 de Fevereiro, na Sociedade de Geografia, sob os auspícios do próprio Presidente da República Bernardino Machado, era um indício desses novos tempos. Cunha Leal tinha discursado e as suas considerações haviam calado fundo entre a opinião pública católica: “Perante o Chefe de Estado, cuja atenção e aplausos registamos com prazer, a voz de Cunha Leal fez uma nobre defesa das liberdades que à Igreja são devidas e um apelo feroso aos políticos do seu país para que respeitem na Igreja a sua força, os seus direitos e as regalias que lhe pertencem como dominador poder de conciliação e da paz”²⁵⁸. Que podiam os republicanos temer dessa nova Igreja que Pio XI queria afastada dos “maneios políticos”, e mais empenhada na *Ação Católica*, em favor do povo? Recomendara-lhe que não se opusesse aos poderes constituídos em cada país e que reforçasse a sua função social. A Igreja aprendera com Pio X que era um erro e um perigo enfeudar-se a um qualquer regime político.

Cunha Leal compreendia e aceitava o regime de separação da Igreja e do Estado, por ser o que melhor deixava a cada um a liberdade para actuar no seu campo. Porém, como explicar os receios dos republicanos se essa mesma Igreja defendia princípios de solidariedade e concórdia, indispensáveis no meio de tantas forças de ruína e de morte

²⁵⁶ Vide “Um balão a encher”, *O Rebate*, 30 de Março de 1926

²⁵⁷ Afonso Costa deu uma entrevista a *O Rebate*, em de 21 de Março de 1926 onde declarou: A separação nova é igual à República nova do *dezembrismo*”

²⁵⁸ Do jornal *Novidades*, de 7 de Fevereiro de 1926, citado por FPCL, *Eu, os Políticos e a Nação*, p.273

trazidas pela Guerra? Ele pertencia a esse número vasto de “náufragos da fé” a que o “estúpido racionalismo do século passado” tinha desvairado para sempre o cérebro. Desses, um número ínfimo tinha sido atacado de “uma epiléptica fúria anti-religiosa”. Porém, a esmagadora maioria do povo português era “profundamente, poeticamente religiosa, visceralmente católica”. Podiam mudar-se as crenças por decreto? Era inteligente a atitude política do poder republicano?

A questão dos presos sociais opôs Domingues dos Santos e Cunha Leal. O primeiro defendia uma criminalização compreensiva, baseada fundamentalmente na condução irregular dos processos e na deportação sem culpa formada para a Guiné. O segundo, exigia que o governo e os tribunais acelerassem os processos judiciais, mas negava veementemente a possibilidade de qualquer perdão para as práticas bombistas²⁵⁹. Domingues dos Santos defendia escandalosamente os *legionários vermelhos* que tinham mantido a cidade num clima de terror e assassinado, em pouco tempo, 14 polícias e ferido 74. Então a sociedade não tinha o direito de defender-se? – perguntava Cunha Leal aos seus colegas deputados. Na tribuna do novo partido tinha palavras amargas para todos aqueles que exaltavam com “elogios ditirâmbicos” a acção justiceira da *Santa Camionette*, e lhe advogavam novas viagens de *limpeza* pela cidade. E esses, encontrava-os tanto na política como na intelectualidade: “Às claras, pois, tem sido feita esta propaganda do crime, aliás favorecida pelos destrambelhamentos vagamente ideológicos de certos pseudo-intelectuais, meio doidos e meio perversos (...) que, com a sua vaidade sem limites, se supõem fadados para os maiores e os mais altos cargos”²⁶⁰. Cunha Leal pensava mesmo que certo tipo de campanha das esquerdas, “disfarçada sob a forma de liga anti-fascista” se havia transformado em “quase realidade” devido ao lançamento da ULR como organismo autónomo. Para isso, bastou

²⁵⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 17 e 19 de Março de 1926

que afirmassem no Programa o reforço do princípio da autoridade e a necessidade de forjar o líder capaz de disciplinar o partido e a sociedade²⁶¹. É certo, porém, que os anti-fascistas talvez tivessem razão para temer as simpatias que Cunha Leal despertava na direita que se afirmava adepta fervorosa do fascismo. Desde 1923 que Raul de Carvalho e o grupo de jovens jornalistas d'*A Ditadura*²⁶² forçavam uma aproximação com Cunha Leal, “o primeiro orador da era moderna”, como o consideravam, uma espécie de Mussolini português segundo a sua perspectiva. Evidenciavam nele a irrequietude parlamentar, o seu temível poder de ataque, as soluções violentas que propusera na economia, a sua defesa do princípio da ordem e a sua fé inabalável nos destinos da pátria. Na sua “voz quase bárbara de tribuno celta, impetuosa e rude como uma torrente à solta” antecipavam o “Homem” – aquele que seria capaz de realizar a grande obra de exaltação nacional e de conduzir o país à redenção. Raul de Carvalho não se cansou de o comparar a Mussolini: “Foi assim Mussolini, o antigo radical, o combativo extremista (...). É que ambos, servidos por uma inteligência poderosíssima e um acrisolado patriotismo, evoluíram no seu radicalismo, porque Mussolini e Cunha Leal jamais deixaram de ser radicais”²⁶³.

A demonização dos liberais unionistas continuou pelo mês de Abril, na Câmara e na imprensa. Aproximava-se um debate que deveria tornar-se decisivo para a vida (ou melhor, para a morte) da República e em que Cunha Leal haveria de desempenhar um papel decisivo. O governo tinha proposto, em Fevereiro, um regime de *régie* para a produção e comercialização dos tabacos. No entanto, o debate prolongou-se por todo o mês de Abril, até aos últimos dias do contrato vigente. Sendo uma fonte de receitas

²⁶⁰ Vide “Mais sangue?”, *A Noite*, 3 de Abril de 1926. Nos “pseudo-intelectuais” talvez não seja difícil identificar os seareiros, com Raúl Proença em destaque, na altura muito duros na oposição a Cunha Leal

²⁶¹ Vide Cunha Leal, “Pela ordem, ou pela desordem?”, *A Noite*, 22 de Março de 1926

²⁶² Dirigida por Raul de Carvalho, *A Ditadura* intitulava-se “Periódico do Fascismo Português” e começou a publicar-se em Lisboa em 30 de Outubro de 1923. Em 26 de Fevereiro de 1926 passou a designar-se de *Jornal de Acção Nacionalista*

²⁶³ Vide Raul de Carvalho, “Cunha Leal”, *A Ditadura*, n.º 19, 9 de Julho de 1924

fundamental para o Estado (ainda mais numa época de falência financeira como aquela), cedo se percebeu que não seria fácil o acordo. Choveram propostas dos mais diferentes campos políticos, algumas delas vindas da própria maioria que, mais uma vez, mostrava a sua inconsistência política. Podiam agrupar-se em quatro fundamentais as várias posições em confronto: monopólio particular, monopólio do estado ou *régie*, *co-régie* e liberdade de fabrico e comercialização. Cunha Leal, (bem como a maioria da oposição parlamentar), defendeu o regime livre, apresentando uma moção de rejeição em 15 de Abril e manifestando o ensejo de apresentar uma proposta alternativa à do governo. Perante a proximidade do *terminus* do contrato vigente, o governo argumentou com a necessidade de se constituir uma Comissão Administrativa provisória.

Até 15 de Abril, o debate tinha sido conduzido por Cunha Leal na base de critérios económicos, técnicos e administrativos, procurando demonstrar a vantagem da sua proposta e declarando até não fazer questão fechada do assunto. A partir dessa data, o debate adquiriu uma feição essencialmente política. Em oposição aos intransigentes Democráticos, o líder unionista acusava o governo de apressar uma solução provisória, sem discussão pelo Parlamento, com o mero fito de obter a aprovação do sistema de *régie*. Em 22 de Abril, o momento da votação foi acompanhado de uma tal agitação, que o Presidente da Câmara se viu forçado a interromper a sessão²⁶⁴.

A proposta de Cunha Leal surgiu, finalmente, em 27 de Abril. Perante a imposição da *régie* pelo governo, denunciou em negócio urgente a inexistência de uma lei que autorizasse o funcionamento das fábricas de tabaco, depois de terminado o contrato em 30 de Abril. Apesar de saberem que terminava o prazo do contrato, as

²⁶⁴ No mês de Abril, as sessões dos Deputados foram acompanhadas da maior balbúrdia e tumulto, com os partidários de uma e outra das posições em confronto a disputarem o lugar e a primazia da violência nas galerias. Também nas bancadas o obstruccionismo era completo, tal se depreende da “Vida Partidária”, secção de *A Noite* de 23 de Março de 1926: “Enquanto a ULR, secundada por monárquicos, agrários, esquerdistas e alguns independentes, evitavam de uma maneira viva e enérgica o prosseguimento dos trabalhos, o mesmo é dizer o aviltamento das oposições, os nacionalistas conservaram-se sempre quedos e silenciosos”

minorias conseguiram evitar que se votasse qualquer solução: tanto o regime provisório, como a *régie*, mercê de uma agitação fictícia que contrariava todas as regras de procedimento democrático²⁶⁵.

Republicanos quase todos, todos patriotas, intransigentes até à rendição de um dos blocos. Todos afirmavam desejar o melhor para o país, talvez ninguém soubesse qual teria sido a melhor forma de o conseguir. Ao lado dos que, como Cunha Leal, defendiam convictamente o regime livre, colocava-se arditamente a Companhia e os outros interesses económicos candidatos ao bolo. Inevitavelmente, a opinião pública teria tendência para associar os dois, unidos pelos mesmos interesses. A maioria não teria mais facilidade em obter apoio da opinião pública que imaginava os réditos obtidos a alimentarem o *devorismo* do Estado e dos políticos. Se os políticos não conseguiam convencer a Nação, a Nação (através de uma facção organizada que reivindicava ser sua representante) se encarregaria de se desfazer dos “políticos”.

No mês de Maio, as sessões tumultuosas do Parlamento continuaram a impedir a aprovação de quaisquer soluções para o problema dos tabacos, ou a aprovação dos orçamentos. O Presidente da Câmara dos Deputados – o Democrático Rodrigues Gaspar – apresentou a sua demissão por ter sido impedido de promover o normal funcionamento da Assembleia e os socialistas abandonaram igualmente o Congresso. O bloqueio institucional foi mútua e objectivamente promovido pela maioria e pelas minorias. Estas, recusavam-se a discutir os orçamentos sem a presença do Ministro das Finanças e o Governo, por seu lado, mostrava-se indisponível para ir ao Parlamento, com o argumento de ter sido várias vezes mal tratado pelas oposições. Em nota oficiosa de 24 de Maio, Bernardino Machado considerava que o conflito era da “ordem interna

²⁶⁵ O jornal *A Tarde* de 27 de Abril, de tendência nacionalista, não poupava os responsáveis pela situação: “São todos responsáveis pela situação criada, maioria, oposições e imprensa.(...) As carteiras, e muitas são elas, escavacadas ontem durante o dia e a noite, não foram concertadas, nem o serão, evitando-se assim novas despesas, porque elas ficarão hoje por completo desfeitas”

da Câmara” e que cabia ao Senado pronunciar-se sobre “o acto ministerial em litígio”. Acrescentava que “se o Presidente da República houver de intervir, será, como sempre, constitucionalmente e não arbitrariamente”.

Inesperada, a solução preconizada pelo Presidente da República denunciava o vazio institucional e a incapacidade do sistema para se auto-sustentar em situações de crise aguda. A direita parlamentar e os esquerdistas recusaram a solução presidencial, por ser alegadamente inconstitucional. No Senado, até os representantes da maioria se mostraram indisponíveis para o estabelecimento de qualquer forma de entendimento. Augusto Monteiro, um senador afecto à maioria, não podia ser mais claro do que foi na sessão de 26 de Maio: “Se o Parlamento em três meses não teve tempo para discutir o problema dos tabacos, então esse Parlamento não tem o direito de existir”.

Alguém acreditava na via constitucional para ultrapassar o bloqueio existente? No extremo do espectro partidário, os *esquerdistas* empolaram a oposição ao *silvismo* até às raias do paroxismo, obrigando o governo a apreender *O Mundo*, seu órgão oficial, no mesmo dia em que os generais saíam para a rua, impondo a ordem militar ao país. A “ditadura das portarias” iria ser substituída pela ditadura das espadas. Chegados a esta altura bastou que um qualquer general se tivesse atrevido a comandar todas as casernas para que se escapulissem pelo alçapão mais próximo todas as figuras de S. Bento e do Terreiro do Paço. Não estariam muitas delas ansiosas pela vinda desse “Messias”?

No dia 28 de Maio, Cunha Leal esteve presente pela última vez na reunião do Congresso para discutir a situação existente na Câmara dos Deputados. Sem solução, outra reunião ficou agendada para 31 de Maio. Porém, nesse dia, a intransigência dos republicanos – da maioria ou das minorias – tinha dado lugar a um Parlamento sem quorum, exaltado pelos “Vivas à República”, mas nervoso com o ruído, cada vez mais audível, do “tilintar das esporas” dos seus carrascos. Apressado pela chegada iminente

da brigada da GNR que deveria encerrar os portões de S. Bento, o Presidente Rodrigues Gaspar antecipou o fim da sessão e desceu as escadas antes de ser corrido pela força pública.

Apesar dos claros avanços militares dos insurrectos, o governo afirmava em nota oficiosa que detinha todos os elementos para manter a ordem. O Presidente da República chamou os líderes partidários a Belém para pedir-lhes compreensão para com o governo no Parlamento. A intransigência persistia: não viam nenhuma razão nem conveniência nacional para mudar de atitude. Pela ULR, Cunha Leal afirmava: “A tempo e horas avisei a quem devia do perigo que se aproximava. É tarde para me pôr ao lado do governo, sem que daí se conclua que promovi a revolução ou pretendo aproveitar-me dos seus benefícios”²⁶⁶ Estariam com o movimento, muitos; outros, não se lhe opunham. Era o caso da ULR que na sua tribuna, a 27 de Maio, dava eco aos boatos (mais que certezas, na altura) de “um movimento militar”, “absolutamente republicano”, mas fora dos partidos e feito pelo Exército. Não pareciam temer a “declarada hostilidade contra todos os políticos”, já que o país sabia muito bem que “na guerra contra os maus políticos, havia outros políticos que tudo tinham sacrificado para encaminhar a vida nacional no sentido da dignidade e do mais sólido progresso”. Que podiam temer, se estavam na mesma barricada de defesa de uma política nacional e contra a “estreita política de facção” em vigor?

Nos dias seguintes, a posição da ULR face aos acontecimentos foi sendo claramente definida. Não temiam o movimento e o programa anunciado só podia merecer o seu aplauso. Enquanto defendesse o saneamento da administração do Estado, a moralização da vida pública e a integração do regime no sentimento nacional, afastando a acção funesta dos “maus políticos”, estariam ao seu lado, embora promettessem a continuação da sua luta anterior, por iguais princípios, e qualquer que

fosse a situação que viesse a ser criada²⁶⁷. A ULR não tinha organizado o movimento, não o dirigia, nem pretendia aproveitar-se dele. No entanto, reconhecia que os acontecimentos “tinham nascido do ambiente de revolta criado pela prepotência democrática” e justificavam-se plenamente pela “tirania ultrajante do poder”²⁶⁸.

No dia 29, *A Noite* desmentia ainda a prisão de Mendes Cabeçadas (por ingenuidade ou ardil?), por envolvimento no movimento revolucionário. No entanto, não restam dúvidas que acompanhavam com interesse o desenrolar dos acontecimentos e, a 31, serão obrigados a declarar que, embora não tendo os organismos oficiais da ULR participado directamente nos acontecimentos, tinham autorizado alguns dos seus membros a participarem nos “actos preparatórios da revolução”. Em conformidade, autorizavam-se, portanto, todos os filiados a participarem em quaisquer funções que o governo triunfante pretendesse atribuir-lhes. À frente do novo governo ditatorial estava Mendes Cabeçadas, um correlegionário que tinha (re)confirmado a sua pertença à ULR, já depois dos acontecimentos. O apoio a esse governo não causava nenhuma dúvida: “A sua presidência indica que a orientação política vai ser marcada por um intransigente espírito republicano. Tanto nos basta para lhe significarmos o nosso apoio, sem pretendermos da sua acção aproveitar quaisquer benefícios partidários”²⁶⁹. Se tivessem tido conhecimento da carta-ultimato de Mendes Cabeçadas, endereçada a 27 de Maio ao Presidente da República, talvez não tivessem motivos para grandes preocupações: aí, apenas se exigia um governo de carácter extra-partidário, constituído por políticos que mereçam a confiança do país”. Numa leitura generosa, as entrelinhas permitiam prever que só não poderiam ser recrutados os tais “maus políticos” a que a ULR pensava não pertencer, ou seja, os Democráticos.

²⁶⁶ Audiência com Bernardino Machado, *Diário de Lisboa*, 28 de Maio de 1926

²⁶⁷ A ULR reuniu a sua Comissão Executiva no dia 28 de Maio. Nos dias seguintes, foram expressas n`*A Noite* as suas posições perante o movimento revolucionário

²⁶⁸ Vide “A vontade da Nação”, *A Noite*, 29 de Maio de 1926

Tudo parecia correr com uma certa normalidade, já que Mendes Cabeçadas até tinha recebido a “plenitude do Poder Executivo” das mãos do Presidente Bernardino Machado para formar governo. Os dias seguintes se encarregariam de demonstrar quão débil era a posição do almirante no seio da Junta Revolucionária. Obrigado a ir a Coimbra para negociar com Gomes da Costa a composição do governo, a estadia de Cabeçadas no governo e o seu afastamento em meados de Junho, acabaria por significar exactamente a derrota da única possibilidade de manutenção de um estado de legalidade que pudesse justificar a esperança de participação, a curto prazo, dos “bons políticos” da ULR em qualquer experiência governativa. O som da caserna troara em Coimbra pela voz “esclarecida” do general Gomes da Costa: “ Os políticos monárquicos e os políticos republicanos constituem a mesma canalha”²⁷⁰. Decididamente, o movimento era contra os políticos – contra todos eles.

Um observador que vivesse os acontecimentos em 28 de Maio teria dificuldade em perceber que papel havia desempenhado a ULR de Cunha Leal em todo o desenrolar dos acontecimentos. Suspeitaria, com certeza, do inusitado bloqueio institucional que as oposições impuseram ao Parlamento na segunda quinzena de Maio e teria muita dificuldade em não o associar, de uma forma objectiva, à fronda anti-parlamentar e anti-governamental que corria por fora das Câmaras, sob a batuta da oposição de direita e dos militares. Poucos dias antes do 28 de Maio, como vimos, Cunha Leal afirmava que só apoiaria a ditadura em última instância. Parece então que tinha chegado a ocasião, embora não segundo a forma esperada. Esta era uma conjunção negativa, sem programa (ou com vários programas), apenas unida na luta contra o governo de António Maria da Silva. Na sua opinião, não reunia as condições para vencer e para permitir a recomposição do bloco conservador, única alternativa viável para regenerar o regime.

²⁶⁹ Vide “O novo governo”, *A Noite*, 31 de Maio de 1926

²⁷⁰ Cf. *Diário de Lisboa*, 1 de Junho de 1926

Uns dias antes da revolta – conta nas Memórias – havia sido contactado por Aires de Ornelas, chefe dos monárquicos, a quem havia questionado sobre o *au-delà* da revolução. Este ter-lhe-ia respondido que “quem melhor as tiver (esse), melhor as jogue (asse)”²⁷¹.

Uma evidência se impõe na avaliação dos acontecimentos: tendo apoiado ou não o movimento militar (e já sabemos que o fez, pelo menos autorizando correlegionários a participarem nele), Cunha Leal não poderia nunca tê-lo evitado, tal era a dimensão social e política da fronda insurreccional que, pela altura, varria o país..

No entanto, poucos pareciam capazes de prever que estivesse em perigo a legalidade constitucional e as liberdades afirmadas desde o advento do regime liberal. Basta ouvir a voz dos seareiros, que tanto se tinham batido contra as tentações fascistas. Em nota de 30 de Maio à imprensa, afirmavam que apoiariam “um governo excepcional e com liberdade de acção, composto de competências, o qual tenha por projecto realizar as reformas essenciais (...), a fim de preparar a possibilidade de um insofismado regime de instituições democráticas, adaptadas às necessidades do nosso tempo”.

Na verdade, à excepção da extrema-direita de tendências fascizantes, todos acreditavam ser possível recuperar a República liberal, mesmo depois de um interregno de ditadura regeneradora. Cunha Leal e a ULR preparavam-se para surgirem como a alternativa de centro direita às esquerdas agrupadas no Partido Democrático.

²⁷¹ FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. II, p. 456

CAPÍTULO VII – ADVENTO DA DITADURA – O APOIO CRÍTICO À SITUAÇÃO (1927-1930)

1. Os “cabouqueiros” da Revolução de Maio

O 28 de Maio de 1926, arredando para a margem os “políticos profissionais” com responsabilidades na vida da I República, condenou os mais audaciosos e combativos ao limbo do esquecimento e compeliu os mais incómodos ao vexame do ostracismo. Não foi um processo limpo e imediato, mas antes sobressaltado e caótico, em resultado da instabilidade do complexo processo político de depuração dos elementos liberais e democráticos que se associaram, numa primeira fase, ao movimento de Maio e cujo *terminus* só pôde ocorrer em 1930, com a deposição do Ministério da presidência do general Ivens Ferraz¹ e com a impossibilidade que se verificou, por qualquer forma, pactuada ou violenta, de transição do regime ditatorial para um regime constitucional². Nesses primeiros quatro anos de ditadura, muitos acreditaram na bondade do processo regenerador que parecia poder vislumbrar-se no programa político e nos discursos iniciais dos revoltosos em nome da Pátria e da República. Nos primeiros manifestos ao país, diziam-se animados do mais vivo sentimento republicano, com o propósito de sanear a administração do Estado, moralizar a vida pública, integrar o regime no sentimento nacional e combater a acção funesta dos maus políticos. Unia-os o objectivo de afastarem o Partido Democrático do poder, através do recurso à força pública, chefiada por homens como o almirante Mendes Cabeçadas que a direita liberal republicana

¹ Com a ascensão, em 21 de Janeiro de 1930, do general Domingos de Oliveira a Presidente do Conselho de Ministros, em substituição do general Ivens Ferraz, ocorria uma viragem decisiva no curso da Ditadura Militar. A ascensão das correntes mais conservadoras, anti-liberais e anti-democráticas passava a estar assegurada a partir daí, com o afastamento de todos aqueles que desejavam uma transição pactuada para uma situação constitucional. Como Ministro das Finanças e das Colónias, Salazar afirmou-se, a partir desta data como o homem decisivo para a instauração da nova Situação ditatorial. CF. *A Ascensão de Salazar – Memórias de Ivens Ferraz*, (Prefácio e notas de César de Oliveira), O jornal, Lx., 1988

² Cf. a este propósito Luís Farinha, *O Revirralho-Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo* (1926-1940), pp.112-125

tinha como um democrata e que já aparecera à frente de uma tentativa de golpe de estado em 19 de Julho de 1925³.

Cunha Leal acompanhou de forma interessada e activa a subversão do poder constitucional, embora desde cedo se tenha demarcado das lutas que vieram a desenrolar-se entre os dois elos mais fortes da conjura: as divisões do Norte, chefiadas pelo general Gomes da Costa, a partir de Braga, e as forças do Centro e do Sul, expectantes e paralisadas pela situação política que se vivia em Lisboa em torno do diunvirato composto por Mendes Cabeçadas e o comandante Gama Ochoa e do moribundo poder constitucional. Desde as vésperas do movimento que Mendes Cabeçadas – oficial que dera, a bordo do *Adamastor*, o sinal para o início das hostilidades do *5 de Outubro* – exigia ao Presidente Bernardino Machado “um governo extra-partidário, constituído por republicanos que merecessem a confiança do país”.

Perante a incapacidade reconhecida de vencer o elo nortenho, mais forte e instalado, o governo de António Maria da Silva optou por demitir-se e facilitar o desempenho político da facção de Mendes Cabeçadas. No seu órgão oficioso, o PRP remeteu-se serenamente a aguardar os acontecimentos, afirmando que a República parecia “estar defendida”⁴. Curiosamente, ou talvez não, nenhuma referência era feita nesses dias à União Liberal Republicana de Cunha Leal, assentando antes as baterias contra a aliança espúria entre os esquerdistas de José Domingues dos Santos e os monárquicos tradicionalistas. Se mais não viesse a ser, o golpe de 28 de Maio seria então uma parada militar de uma das facções republicanas a que o Presidente da República se disporia a abrir caminho no plano governamental – uma ditadura, como outras que a República conheceu -, o resultado da conspiração de direita que pendia sobre o regime desde as exigências dos nacionalistas a

³ Em 19 de Julho de 1925, oficiais implicados no 18 de Abril de 1925 evadiram-se do Forte de S. Julião da Barra e revoltaram o Forte do Bom Sucesso, enquanto que o almirante Mendes Cabeçadas chefiou uma revolta no navio Vasco da Gama

⁴ Cf. *O Rebate* da primeira quinzena de Junho de 1926. Em 17 de Junho, o jornal alterou a sua interpretação dos acontecimentos, publicando a carta de Cunha Leal a Mendes Cabeçadas – começava aqui a verdadeira ditadura, segundo as suas próprias palavras de apresentação do acontecimento

Teixeira Gomes, em 1923. Só assim se perceberá o acto “bondoso” do governo na libertação de Mendes Cabeçadas em Santarém, na madrugada do dia 30 de Maio, ao mesmo tempo que apresentava o seu pedido de demissão ao Presidente da República⁵. O PRP cedia ao elo mais fraco da cadeia, para defender a República dos monárquicos, ou para vencer os seus adversários na primeira ocasião que se lhe apresentasse. Regressado de Santarém, Mendes Cabeçadas foi nomeado por Bernardino Machado chefe do novo governo e Ministro da Marinha, com interinidade das restantes pastas. O Presidente transferia para os revolucionários todas as prerrogativas, incluindo as de Chefe de Estado. Antes mesmo de proceder a esta operação política, chamara a Belém Cunha Leal a quem explicara os objectivos de salvação do regime que presidiram ao seu acto de abdicação⁶. Poderia este “pacto” ser levado a bom termo, tendo em conta o carácter marcial do movimento nortista e a sua liderança pelo cabo de guerra Gomes da Costa? No dia 1 de Junho, quando as tropas revoltosas se encontravam já nos arredores do Porto, o jornal *O Século* publicava uma nova proclamação. Gomes da Costa esclarecia que o seu propósito era ir contra “a acção nefasta dos políticos e dos partidos” e de pôr um fim a uma “ditadura de políticos irresponsáveis”. Decidira formar um “Governo Nacional Militar” que “concentrasse em si todos os poderes” para, “na altura própria os restituir a uma verdadeira representação Nacional, ciosa de todas as liberdades”.

O sinal estava dado e Cunha Leal compreendeu-o de imediato: Gomes da Costa cedera às exigências dos integralistas e de outros reaccionários de diferentes matizes que se apressavam a subverter o regime republicano. A 1 de Junho publicou no jornal *A Noite*, (órgão oficioso da ULR), *Palavras Necessárias*, onde dava o mote da sua estratégia ulterior: o senhor general Gomes da Costa era, não só “um homem ilustre, como um “filiado” recente, por isso também pertencendo à categoria do “*homo politicus*”. Em nome dos políticos, de todos eles, repelia “altivamente todas as acusações”. De resto, nem todos os políticos teriam

⁵ Cunha Leal refere nas *Memórias*, vol. III, p. 25, as diligências que empreendeu através de correlegionários seus para promover a libertação dos revolucionários em Santarém

culpas a redimir. Porém, o Exército, “ébrio de triunfo, declarou que queria governar”. Que governasse. Para o seu partido, Cunha Leal pedia apenas que o deixassem “exercer tranquilamente a missão de propagandear” os seus princípios. A sua hora havia de chegar: a não ser que o Exército conseguisse pescar “a pérola das competências nacionais” e salvasse o país. Então restar-lhe-ia a “missão de bater palmas”. Ironia amarga para quem se considerava um cabouqueiro da revolução! Três dias depois do movimento, um dos seus dilectos inspiradores sentia-se já traído no espírito que havia alimentado a conspiração.

Um movimento de fundo que bebia a sua inspiração na fronda anti-parlamentar dos últimos meses alimentava o activismo dos militares que apoiavam os avanços militares de Gomes da Costa. No dia 1 de Junho, Cabeçadas fora obrigado a deslocar-se a Coimbra para “dividir” com Gomes da Costa o poder “outorgado” pelo Presidente da República. Auto-promovido a herói, o general queria mais e exigia a formação de um novo governo que ficou formado no dia 3. Pela primeira vez, Salazar ocupou a pasta das Finanças e Mendes dos Remédios a da Instrução. Nas *Memórias*, Cunha Leal, penitencia-se pela acção de persuasão que terá exercido junto de Cabeçadas na indicação destes nomes que tão bem conheceu na sua estadia coimbrã de reitor⁷.

Até ao afastamento definitivo de Mendes Cabeçadas, em virtude do golpe de 17 de Junho de 1926 que pôs no poder Gomes da Costa, Cunha Leal pouco ou nada pôde fazer para impedir o descarrilamento de pendor direitista e anti-liberal da Ditadura. N'A *Noite* denunciava as infiltrações monárquicas⁸ que punham em perigo a manutenção do regime. Cabeçadas e Gomes da Costa eram republicanos, o perigo não estava neles...No entanto, o mesmo talvez já não pudesse dizer-se da política de captação a que tinham procedido no período anterior ao 28 de Maio: nas suas acerbias críticas ao governo dos Democráticos, não

⁶ Vide FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. III, p. 26

⁷ Idem, ibidem, p.27. No entanto, trata-se de um juízo a posteriori que na altura decerto não partilharia. No jornal *A Noite* de 12 de Junho de 1926 (que dirigia) a aceitação de Salazar como Ministro das Finanças foi anunciada com júbilo: “Ao fim de insistentes rogos, Oliveira Salazar aceitou a pasta das finanças. Congratulamo-nos com este facto porque o ilustre professor tem já hoje, no campo dos estudos financeiros, uma reputação feita à sua custa de uma profunda e cuidada aplicação da sua brilhante e viva inteligência”

⁸ Cf. Cunha Leal, *Os Intriguistas*, *A Noite*, 4 de Junho de 1926

se aproximara Cunha Leal, perigosamente, desse outro campo anti-liberal e anti-democrático, onde tinha, sem dúvida, aliados? O tempo se encarregou de lhe mostrar que muitas das reformas propostas por esses aliados se não orientavam no sentido liberal e democrático que inspiravam o seu reformismo, do sistema político ao regime de separação da Igreja e do Estado, para referir apenas o essencial.

À frente do governo, Mendes Cabeçadas não era, pois, garantia de uma reforma democrática da República e, naquela conjuntura, de ódio visceral aos políticos e aos partidos, Cunha Leal de pouco podia valer-lhe. Por um lado, o “exército” de filiados e aderentes da ULR, embora em crescimento, estava longe de garantir uma força de apoio sustentado à nova Situação. Por outro, a tática mais aconselhável pareceu a Cunha Leal a de demarcar-se do movimento revolucionário: “Os actos de governo, bons ou maus, nada têm connosco. Não temos sido ouvidos, não tínhamos que o ser, não devíamos sê-lo.(...) A nossa atitude, já marcada, é de expectativa benévola”⁹. Cabeçadas, ao chefiar o *28 de Maio*, tê-lo-ia feito individualmente, sem qualquer apoio ou delegação partidária.

Individualmente, no entanto, Cunha Leal poria todo o seu empenho na defesa do governo Cabeçadas, como no-lo faz saber nas *Memórias*¹⁰. Através de Eurico Cameira, conseguiu agenciar para 15 de Junho uma entrevista com Gomes da Costa onde lhe propôs uma divisão dos poderes entre os dois nomes sonantes da Junta Revolucionária: a Presidência da República para o general e a chefia do Governo para Mendes Cabeçadas. Gomes da Costa teria concordado com a proposta na presença dos republicanos, mas logo a abandonaria perante as insistências dos oficiais monarquizantes. Dois dias depois, a 17 de Junho, Mendes Cabeçadas era “despedido”, dando-se início ao curto período da “balbúrdia belenense”.

Cunha Leal tinha “um dever a desempenhar”, em consequência do incumprimento da palavra de honra do general. No mesmo dia em que ocorreu o afastamento de Cabeçadas

⁹ Idem, “Ligações, não!...”, *A Noite*, 11 de Junho de 1926

¹⁰ Cf. FPCL, op. cit., pp. 28-30

pediu a demissão de oficial¹¹ “tendo em conta que o Exército é vítima de intrigas políticas, contra as quais é ineficaz a acção do requerente” e, no dia seguinte, de Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino, cargo para que tinha sido nomeado pelo governo antes do 28 de Maio. Dera solidariedade política e social ao movimento para “corrigir os desmandos dos Democráticos”. No entanto,- acrescentava – “por artes e habilidades de que o requerente nada entende, foi o pensamento inicial da Revolução iludido, ou iludido foi o requerente no que supôs ser tal pensamento. E o facto é que o golpe de mão do dia de ontem transformou o pronunciamento militar numa sementeira de ódios contra os políticos, sem distinção de qualidades nem distinções”¹². A Cabeçadas, oferecia-se como “soldado”¹³, para ficar ao lado do almirante até ao fim, embora soubesse que a derrota era inevitável às mãos dos “esbirros de Filomeno da Câmara”¹⁴. Num discurso pungente, aconselhava-o a resistir: “O senhor não tem o direito de se deixar vencer e prender como qualquer pobre diabo. O senhor é portador de uma Ideia e as Ideias são de uma tirania devoradora e exigente”. Falava por si o “instinto”, mais que a “inteligência”: “Neste momento, meu caro Cabeçadas, pretendem alijá-lo pela violência. E instintivamente, sinto que a si está agarrada qualquer coisa da própria República”. Cabeçadas caíra no terrível desamparado para onde o tinham conduzido o quixotismo e a tibieza. Cunha Leal acusava-o, justamente, de ter evitado acercar-se “dos antigos amigos” e de não ter sido capaz de evitar o ascenso dos conselheiros integralistas e radicais com os quais Gomes da Costa desenhava a trama política daqueles dias.

Um dia antes da demissão de Cabeçadas, a Junta Consultiva da ULR, sob a liderança de Cunha Leal, reunira e tornara públicas as suas preocupações do momento. A imprensa

¹¹ Cunha Leal encontrava-se na altura na situação de adido e em regime de licença ilimitada. A demissão foi consumada pela O E nº 13 de 30 de Junho de 1926. AHM, Processo Individual 1580

¹² Vide Cunha Leal, “Dois Requerimentos”, *A Noite*, 18 de Junho de 1926

¹³ Vide carta enviada por Cunha Leal a Mendes Cabeçadas, às 12 horas do dia 17/6/1926, in *Eu, os Políticos e a Nação*, pp. 303-304

¹⁴ O jornal *A Noite* (18/6/1926) conluía numa pequena notícia, com o título de *Sempre venceu*: “As tropas de Sacavém, receando o lealismo de Mendes Cabeçadas, optaram pelo nacionalismo do sr. Filomeno da Câmara. Oxalá as tropas de Sacavém tenham lucrado com a troca”

monárquica insistia na tática de arrolar todos os políticos no mesmo saco¹⁵ e na denúncia do “perigo da conspiração dos partidos” que se preparariam para favorecer um regresso do *democratismo*. Ao mesmo tempo, surgiam desencontrados boatos de conluios políticos, decerto ocorridos, mas a que imprensa de direita dava um especial ênfase¹⁶. O comunicado protestava contra a generalização dos insultos contra os políticos e os partidos, desmentia todas as ligações e contactos e proibia qualquer filiado de celebrar acordos ou compromissos com outras forças partidárias. Reafirmava a atitude de expectativa benévola em relação ao governo e desmentia qualquer ligação com o mesmo. Ao mesmo tempo, preparava-se para reforçar a propaganda, através da publicação de uma revista e decidia constituir uma espécie de “governo-sombra” a partir de Comissões sectoriais de estudo que pudessem agregar as principais individualidades, sob a chefia de Cunha Leal.

2. Da “expectativa benévola” ao afrontamento – contra a “balbúrdia belenense”

Entretanto, a República descaracterizava-se cada vez mais profundamente sob o efeito das influências integralistas que rodeavam Gomes da Costa. O Congresso da República havia sido dissolvido ainda por decreto (nº 11711, de 9 de Junho) de Mendes Cabeçadas. Entrava-se em Ditadura Militar e estava na forja a constituição do *Novo Estado*. Em 15 de Junho de 1926, o jornal *O Século* publicava a versão integral do “programa de acção” governamental de Gomes da Costa, apresentado um dia antes em Conselho de Ministros – era o “programa retroactivo” do movimento militar do 28 de Maio, na designação que lhe foi dada por Hipólito

¹⁵ O clima generalizado de descrédito das forças políticas favorecia a publicação de uma imprensa muito crítica, com manifestações diárias, em formas diferentes, de jornais de direita, “avançados”, ou pura e simplesmente de crítica descomandada, como a que se publicava em folhas como *Os Ridículos*. Neste jornal, a caricatura mordaz e dissolvente passou a ser incisiva, em particular com as três forças políticas que podiam constituir uma alternativa à Ditadura: democráticos, unionistas liberais e esquerdistas. Em 9 de Junho, a primeira página era preenchida com uma taberna, com três pipas, em correspondência com os três líderes: ao PRP/António Maria da Silva correspondia o termo “zurrapa”; à ULR/Cunha Leal o termo “mixórdia”; à ED/José Domingues dos Santos o termo “mata-ratos”

¹⁶ Um ano depois, em 9 de Junho, o jornal *A Situação* (chefiado por J Botelho Moniz e apoiante da ULR) reconhecia publicamente a ocorrência de duas entrevistas com “três integralistas”, a seu pedido, poucas semanas depois do 28 de Maio

Raposo, um dos seus autores¹⁷. Em matéria constitucional, o programa propunha um reforço dos poderes presidenciais e um alargamento do mandato, bem como um sistema presidencialista de governo, apoiado por conselhos técnicos. A representação nacional recairia sobre os delegados municipais e o sufrágio seria alargado com base numa nova lei eleitoral. Ao mesmo tempo, previa a revisão da Lei da Separação. Nas ideias, o projecto não se afastava substancialmente do programa unionista liberal, pelo menos na sua formulação, o que levava Cunha Leal a dizer que não eram as ideias que o separavam deste tradicionalismo municipalista e organicista, mas antes os processos e as intenções – por exemplo de combater os partidos políticos como formas genuínas de representação, ou de perseguir os republicanos sem razão de ser¹⁸.

Na verdade, em torno de Gomes da Costa agrupavam-se agora nacionalistas fascizantes, como Martinho Nobre de Melo (que Cunha Leal afirma ter estado para filiar-se na ULR antes do 28 de Maio) e jovens radicais como os tenentes Martins Jr. (um líder da revolta de Vendas Novas de 2 de Fevereiro de 1926) e Armando Pinto Correia, director d`A *Revolução Nacional*, um jornal de curta duração que se publicou em apoio ao consulado de Gomes da Costa. Restabelecida a censura em 22 de Junho, nunca mais a imprensa pôde denunciar os actos da Ditadura – ela que não teria sido possível sem a denúncia da “Ditadura Democrática” feita pela opinião livre dos jornais! Sem culpa formada, alguns líderes políticos permaneciam presos na “Fragata D. Fernando”. O incómodo crescia quando os ataques ferozes d`A *Revolução Nacional* se dirigiam, não já para o moribundo PRP, mas para os unionistas liberais com gritos estridentes de “Abaixo os partidos”¹⁹. Em resposta aos editoriais d`A *Noite*, o jovem Pinto Correia alinhava ostensivamente as ideias anti-liberais que o animavam: “O estado moderno que é preciso construir, não se compadece com as velhas

¹⁷ Além de Hipólito Raposo, constituíam o grupo redactor Pequito Rebelo e Afonso Lucas, membros da Junta Central do Integralismo Lusitano. O programa era da responsabilidade de Trindade Coelho, na altura director de *O Século* e figura de confiança de Gomes da Costa. Cf. a este propósito José Manuel Alves Quintas, *O Integralismo Lusitano perante a institucionalização da “Salazarquia”*, in *História* n° 44, Ano XXIV (III Série), Abril de 2002

¹⁸ Em 1 de Junho, *A Noite* (jornal da ULR) denunciava a violência com que foi demitido do seu cargo nos Correios o ex-chefe do governo António Maria da Silva: “A forma como foi demitido causou-nos calafrios”

fórmulas liberal-democratas a que se prendem ainda, ao menos na aparência, os amigos do sr. Cunha Leal”. Afirmava, contudo, que não queria “equiparar o partido do sr. Cunha Leal à nefasta quadrilha do sr. António Maria da Silva”. No entanto, “o Lealismo não pode ter a pretensão de salvar os velhos sistemas falidos só pela força da sua boa intenção, à qual aliás fazemos justiça”. E concluía: “ O Estado novo que a Revolução aspira construir é criado todo em moldes diferentes do velho estado em ruínas”²⁰.

Na opinião pública, o ambiente político evoluía num crescendo de radicalismo e violência²¹. Nenhuma força política ousava comprometer o seu prestígio em acções públicas de propaganda: nacionalistas, esquerdistas, democráticos, fechavam-se numa atitude de expectativa e desânimo. Os dois primeiros porque apostavam de forma oportunista no desmantelamento definitivo do *democratismo*. Os últimos porque não possuíam qualquer margem de acção.

Um mês depois do 28 de Maio, Cunha Leal e o seu partido voltavam a trilhar um estreito caminho de liberdade vigiada, mas que lhes permitia, na base de alguma concordância de princípios, combater os métodos ditatoriais à luz do dia. Acompanhado do seu estado maior e de alguns dos antigos unionistas do Baixo Alentejo, Cunha Leal retomou a propaganda (que havia sido intensa nos dois meses anteriores ao 28 de Maio) na vila de Moura. O golpe de 17 de Junho alterara as condições políticas para as quais a ULR dera o seu contributo. Havia agora mais razões para manter o afastamento político da Situação: “Declaramos terminantemente que, enquanto a situação se não esclarecer, não queremos nem ligações, nem cooperações, nem quaisquer contactos com os homens do poder”. Havia, no entanto, razões muito fortes para lutar por uma União Liberal mais forte e combativa. Antes de mais, porque o futuro era ainda incerto – não estava de todo afastada a hipótese do regresso dos Democráticos. Depois, porque era necessário garantir a transição para uma situação

¹⁹ Cf. *A Revolução Nacional*, 29 de Junho de 1926

²⁰ Idem

constitucional, coisa que nas condições da altura parecia estar indicada para a ULR. De resto, defendia Cunha Leal em Moura, os princípios partidários da ULR não estavam assim tão afastados do Programa político apresentado em 15 de Junho por Gomes da Costa: a delegação do poder a partir de uma base municipal não impedia, antes exigia, uma organização partidária. As discordâncias com a Situação resultavam, como voltava a acentuar, de “certos processos”: uns no domínio da actuação financeira de Filomeno da Câmara, outros no domínio da repressão preventiva de que resultavam prisões injustificadas e a esmo. Que sentido tinha o insistir-se no recrutamento de técnicos fora dos partidos, só por não serem filiados? Atribuía-lhes essa condição mais competência? As medidas tomadas até aí indiciavam antes um “melicianismo” provinciano e um sectarismo contraproducente. A ULR persistia, mesmo nestas condições, numa atitude de expectativa benévola, embora de criticismo crescente, como passou a ser visível nas folhas que veiculavam a sua posição política²².

No entanto, nas hostes *belenenses* vingavam as ideias reaccionárias e anti-liberais de um Martinho Nobre de Melo que em 28 de Junho apresentava, na Sociedade de Geografia, e com a assistência conivente de Gomes da Costa, uma conferência intitulada “Soluções para o ressurgimento nacional”. Alguns dias depois, a 3 Julho, os jornais anunciavam a “resposta” de Cunha Leal numa conferência também na Sociedade de Geografia. Sob o título de “Afronta ou desafio?”, o jornal *A Revolução Nacional*, na sua edição do próprio dia 3 indicou o caminho a seguir pelo governo – a proibição da conferência: “O sr. Cunha Leal, chefe da ULR, anuncia para hoje, na Sociedade de Geografia, em plena Lisboa revolucionária, em

²¹ Na primeira página de *Os Ridículos* de 23 de Junho uma espada corta o pescoço à *Demagogia*, uma “República” velha, gorda e degenerada que aninha na sua saia todos os políticos: Cunha Leal, António Maria da Silva.... O comentário: “Depois de tantas “Cabeçadas” ... não houve remédio senão cortar-lhe a cabeça”

²² O jornal *A Noite*, seu órgão noticioso, manteve-se em circulação até 5 de Julho de 1926, altura em que soçobrou, aparentemente por dificuldades financeiras e por alegada “perseguição” da censura. No entanto, um conjunto significativo de jornais de província continuaram (ou até iniciaram, como o *Jornal de Luanda*), a veicular o programa e acção política da ULR. Destacam-se *O Distrito da Guarda*, *O Bejense*, o *Diário do Minho*, *A Nossa Terra* (Torres Vedras), o *Comércio de Penafiel* e *A Opinião* (Oliveira de Azeméis). Em 7 de Março de 1927, iniciou-se a publicação do jornal *A Situação*, chefiado por Jorge Botelho Moniz, ainda então filiado na ULR, mas que viria a afastar-se em finais de 1927, altura em que também o jornal deixou de apoiar Cunha Leal

período de suspensão de garantias, enquanto sete mil homens em armas acampam ainda em Sacavém, uma conferência política. Não pode ser. (...) A conferência significa um desafio atirado à cara de nós todos, os que nos batemos pela honra da nação conspurcada pelos políticos. À mocidade sacrificada e heróica que fez a revolução do resgate, repugna-lhe aceitar este desafio. O sr. Cunha Leal não deve fazer a conferência!”. Não fez, porque os jovens integralistas do séquito de Gomes da Costa a isso se opuseram, com argumentos que, aplicados, igualmente teriam impedido a conferência do seu correlegionário Martinho Nobre de Melo.

O texto da conferência acabaria por circular pelo país, em opúsculo que foi publicado em Agosto de 1926, sob o título *A Aspiração de um Portugal Maior – Para onde vamos?* Ficavam aí claras as linhas de demarcação da ULR e do seu líder em relação à Situação. Sem defesa e sem razão, o partido que monopolizara o poder antes do 28 de Maio deixara no seu lugar o vácuo. O Exército e a Marinha, imbuídos das novas ideologias “revolucionárias” de superação do velho mundo liberal por um mundo novo, através do emprego da violência, de inspiração soreliana e maurrassiana, derrubaram o regime e quiseram impor-se pela “Força” e pela “Ideia”. Faltava-lhe, no entanto, um programa de acção; sobravam-lhe os processos revolucionários, tão caricatos por cá, como pela Rússia de Lenine, considerava Cunha Leal. À falta de ideias melhores, os militares deixaram-se penetrar pela ideologia integralista e pela miragem de uma ditadura permanente. Ora, a ditadura impunha-se, mas temporária, por forma a adequar as instituições às novas realidades e superar as dificuldades económicas e financeiras do país. Mas a realidade não se moldaria por processos revolucionários que fizessem tábua rasa de todas as organizações – partidos políticos, sindicatos, grémios – existentes no país. Havia organizações que podiam e deviam adaptar-se ao futuro! Seria preciso corrigi-las com um novo quadro institucional, mas não mais do que isso. Já vimos como em Moura Cunha Leal tinha considerado aceitável a reforma constitucional dos integralistas. Voltou a insistir nessa ideia. O que o separava eram os métodos. Falava-se de

um novo partido para apoiar a Situação: poderia pensar-se na sua formação a partir do nada? Não seria preferível contar com as forças já existentes, como a ULR? Podia o país esperar pela “Ordem Nova” para só depois atender aos graves problemas que o paralisavam completamente? E as “competências técnicas”, fazia sentido buscá-las fora dos partidos? Seria bom lembrar o exemplo do Sidonismo. O país era demasiado pobre em homens capazes e sabedores para se querer começar tudo de novo. Nem com a competência técnica do sr. Filomeno da Câmara – ironizava o “conferencista” impedido.

Cunha Leal não perdoou o desafio dos “herdeiros do *18 de Abril*” que agora ocupavam os corredores de Belém. Num artigo publicado n’*A Noite* de 5 de Julho intitulado *Sancho Pança quer ser D. Quixote...*, decidiu “puxar as orelhas ao *tenente ajudante* e mostrá-lo ao público para este conhecer a sua verdadeira biografia”. Arrumava-o no grupo dos “vários debutantes que, dizendo-se intransigentes adversários dos políticos, procuram numa irrisória incompetência orientar os destinos da Nação”. Aos olhos dos leitores, assoalhava-se a *valentia* do dito tenente Pinto Correia (a ele se referia o título do artigo) que, por mais de uma vez pôs em perigo a vida de terceiros para limpar *heroicamente* a sua testada. No *18 de Abril*, passara por ter ficado ferido com os estilhaços das bombas lançadas pelos “ferozes legionários” *Bela Khun* e *Avante*. Nada disso, asseverava Cunha Leal. O tenente não foi ferido, feriu-se ao cair da sua montada. Terminava com a maior rudeza: “Realmente, quem assim procede não verga nem dobra – rasteja e chafurda!” A guerrilha estendia-se igualmente a Gomes da Costa, a quem Cunha Leal dirigiu uma carta em 5 de Julho. Denunciava a vontade frouxa do general que se submetia à vontade dos *adesivos* e menosprezava os precursores da revolução: “ Esperávamos nós que um governo presidido por si desse à ULR, ao menos, aquelas liberdades que os democráticos nos não haviam roubado. Enganámo-nos, porém”²³. A censura cortava no seu jornal os artigos mais “inocentes”: bastava que se falasse da infiltração dos monárquicos, ou que se fizessem referências ao novo regime dos tabacos adoptado sob a batuta de Filomeno da Câmara. “Sendo assim – avisava – vou cessar,

temporariamente, a publicação de *A Noite*, até que o senhor, arrependendo-se do caminho trilhado, corra essa frandulagem que o rodeia e o pretende atirar para o abismo”.

A resposta não fez esperar, através d`*A Revolução Nacional*. Em dois artigos publicados no dia 6 – *A batota do Leal e Os arrancos do Leal* – o jovem Pinto Correia baixava ao nível mais torpe a sua crónica defensiva: Cunha Leal o aventureiro d`*O Século*, que fora escorraçado pelos nacionalistas, que bajulara os integralistas para ganhar um lugar na Situação, que, que...

Dos jornais para um duelo num dos subúrbios escondidos da cidade de Lisboa foi um pequeno passo que Cunha Leal se apressou a dar. Marcado para o dia 8 de Julho, acabou por não acontecer devido à deportação de Pinto Correia que sobreveio ao golpe de estado que afastou Gomes da Costa do comando da Ditadura Militar. Regressado o tenente dos Açores no início de 1928, voltou a pendência a ser contratada pelas testemunhas dos dois contendores, tendo ficada marcada para a tarde do dia 13 de Janeiro, na Porta dos Dragões do Palácio de Queluz. Por Cunha Leal eram testemunhas os capitães Jaime Baptista e Frazão Sardinha e o médico Aurélio Lelo Portela. O grande segredo sobre o acontecimento (proibido pelo Governador Civil de Lisboa) não impediu que se tivessem reunido cerca de quatro dezenas de pessoas, a maioria oficiais. Impedidos pelo Director da Escola Agrícola de Queluz, duelistas e público arrombaram uma porta da escola e realizaram o duelo nuns montes próximos. Troca de um tiro a 35 metros de distância. Mestre de campo fixou as regras e deu o sinal. Desfecho inédito: uma bala perdida sai da arma de Cunha Leal, por acidente. Regras quebradas levaram a conferência das testemunhas – tudo estaria já dirimido. Os duelistas não concordavam, Cunha Leal insistia na necessidade de repetição da contenda. Tudo suspenso, até que um júri independente verificasse e decidisse. Não houve mais notícia da *ciência* dos julgados...

²³ Vide FPCL, *Eu, os Políticos e a Nação*, pp.305-307

3. Depois da “revolução”, a “normalidade” – o convívio dos contrários

Depois deste primeiro confronto entre o que viriam a ser as duas correntes opostas no seio da Ditadura Militar – o bloco republicano-conservador e a direita radical²⁴ - sobreveio um período de relativo equilíbrio entre as duas forças em presença, sob o novo governo que foi constituído após o golpe militar de 9 de Julho, chefiado pelo general Óscar Carmona. Trata-se de um equilíbrio frágil, já que eram tão ou mais profundos os laços que os uniam, como os motivos de divergência²⁵. Mantinha-os unidos a necessidade de afastar o “perigo” do regresso do *democratismo* ao poder através de uma ditadura militar transitória. Dividia-os a duração desse estado ditatorial e o tipo de regime que deveria substituir a Ditadura. O novo governo traduzia o resultado dessa disputa entre as duas correntes em presença: de um lado a figura forte do bloco radical, o general Sinel de Cordes, à frente da pasta das Finanças, com o apoio militar dos coronéis Raul Esteves e João de Almeida que agregavam a si o jovem *tenentismo* dos quartéis e o monarquismo restauracionista; do outro, o republicanismo conservador, de tendências liberais, representado pelo próprio Carmona, pelo coronel Passos e Sousa ou pelo comandante João Belo. Com quatro civis – Interior, Justiça, Estrangeiros e Instrução – o governo procurava caçar na opinião pública republicana a simpatia que poderia advir dessa componente civilista na Ditadura.

Nos dois meses seguintes, apareceram à luz do dia as duas primeiras tentativas oposicionistas para subverter a situação: o primeiro golpe reviralhista, liderado pelo capitão Alfredo Chaves e o esboço de um golpe de estado liderado pelo monárquico coronel João de Almeida²⁶. A conjuntura não favorecia, no entanto, qualquer tentativa de subversão pelos extremos do espectro político. A esquerda republicana, que deveria constituir em 1927 o bloco reviralhista, esteve quase sempre amputada do apoio explícito do maior partido da

²⁴ Sobre a constituição destes dois blocos no seio da Ditadura vide Fernando Rosas (coord.), *História de Portugal – O Estado Novo*, Círculo de Leitores, Vol.VII, Lx., 1994, pp. 156-165

²⁵ Sobre a historiografia recente da Ditadura Militar vide Manuel Baião, “A Ditadura Militar na historiografia recente”, *Penélope*, nº 14, 1994, 201-217

oposição – o PRP, dividido entre o processo revolucionário e a transição pactuada, mas principalmente descreditado à esquerda e à direita do campo republicano. A direita radical, maioritariamente monárquica, percebeu a inoportunidade de estabelecer a agenda política com a questão do regime²⁷, já que essa era uma questão fracturante entre republicanos conservadores e a direita radical. O risco de unidade desses republicanos conservadores com o republicanismo dos partidos era, por isso mesmo, muito grande.

O convívio das duas tendências da ditadura foi, portanto, relativamente pacífico nesta primeira fase de consolidação da Ditadura que se prolongará até 1928. Até às eleições presidenciais desse ano, subsistia o problema da legitimação do poder político. Os exemplos de Itália e da Espanha estavam aí para mostrar que depois das revoluções tinham persistido, apesar de tudo, os soberanos, como fonte de poder. A imprensa republicana que conseguia furar o crivo da censura alertava para a necessidade de legitimação do novo poder: “Em Portugal há um vazio de poder que não torna fácil a aceitação internacional da situação. O poder precisa de criar normalidade, agregando a si os políticos”²⁸. Esta inevitabilidade – a normalização da situação política – não era uma prioridade da Ditadura, mas passou a ser premente, em finais de 1926 e ao longo de 1927, quando o governo se decidiu pela realização de um empréstimo externo, sob os auspícios da Sociedade das Nações.

Quando terminaria então a ditadura? – era questão que mais movia a curiosidade da imprensa juntos dos ministros. A resposta era invariável: imprevisível – quando houver “ordem na rua e na administração”. No entanto, adquirido esse desiderato, o republicanismo conservador apostava no restabelecimento do sistema constitucional; um sistema reformado na sua orgânica, mas em que a base de funcionamento continuaria a sustentar-se sobre partidos políticos, reorganizados segundo o princípio da alternância no poder de um partido

²⁶ O primeiro teve lugar em Chaves, em 26 de Setembro e o segundo teve repercussões na opinião pública através de um texto programático divulgado em 21 de Setembro no jornal *O Século*. Foram tentativas frustes que, no entanto, anunciavam um período de guerra civil larvar que só teve o seu epílogo em 1933

²⁷ Nos alvares do movimento de Maio, o *Diário da Tarde*, de expressão nacionalista, anunciava a disposição de Filomeno da Câmara, membro do directório do Partido Nacionalista, de promover um plebiscito nacional sobre a questão do regime. A questão teve repercussões na imprensa (*A Noite*, 8/6/1926), mas não foi além disso

de governo e de um partido de oposição²⁹. Boa parte da discussão dos anos seguintes rodou em torno de como reconstituir esses partidos a partir do quadro político-partidário existente. Previam-se dificuldades à direita, mas principalmente à esquerda. Como tornar aceitável o partido de António Maria da Silva? Como reconciliar as duas famílias da direita republicana, o Partido Nacionalista e a União Liberal Republicana? Em boa medida, estes tinham sido os problemas políticos que estiveram na origem do *28 de Maio*.

Cunha Leal estaria disponível para encarar estes problemas correndo todos os riscos, como habitualmente. Definitivamente longe do governo – onde deixava marca a acção financeira de Sinel de Cordes – mas perto do espírito do *28 de Maio*, por outras palavras, defensor da ditadura temporária, que considerava indispensável para garantir a reforma política e administrativa do Estado e das organizações. Para a direita conservadora da Ditadura, ele constituía uma reserva moral e política da República que teria sido, sem dúvida, convidado para qualquer dos elencos ministeriais, caso não insistisse tão veementemente na necessidade de manter viva a ULR³⁰. Nas *Memórias*, Cunha Leal evidencia justamente as boas relações pessoais que mantinha com alguns dos novos ministros e que lhe permitiram ser convidado para o desempenho de uma das mais controversas missões da sua vida – a governação do recém criado Banco de Angola³¹. Convidado directamente em sua casa, - segundo testemunho próprio³² – pelo Ministro das Colónias João Belo, justifica a sua aquiescência na natureza do convite e nas condições que reconhecia poder reunir no desempenho do cargo. Na verdade, tinha colaborado com Vicente Ferreira (o Alto Comissário de Angola ao tempo) nos estudos conducentes à autonomização de um Instituto Emissor para a colónia o que, a par de todo o seu trabalho anterior, já desde o longínquo ano de 1914, o

²⁸ Cf. “Nunca é mau prevenir”, *O Distrito da Guarda*, 26 de Agosto de 1926. Obviamente que o jornal queria referir-se aos políticos da ULR, de que era órgão oficioso regional

²⁹ Cf. Fernando Rosas, op. cit., p. 166

³⁰ O jornal *A Opinião* (Oliveira de Azeméis) de 10 de Julho de 1926 refere este “Supremo Paradoxo”: Ah! Se Leal não estivesse num partido! – ouve-se afirmar. O mal foi ele ser providente e ter formado um partido”

³¹ O Banco de Angola teve as suas funções definidas pelo Decreto nº 12 131 do Ministério das Colónias, publicado no Diário do Governo, I Série de 17 de Agosto de 1926. Cunha Leal foi nomeado seu Governador pelo Governo da República, sob proposta do Ministro das Colónias, em 18 de Agosto de 1926 (Diário do Governo, II Série, de 24 de Agosto de 1926

habilitava para a função, como tinha sido reconhecido por várias individualidades do mundo colonial, entre elas Brito Camacho, último Alto Comissário de Moçambique. Tinha sido este ex-unionista que, há poucos meses, o tinha apresentado a João Belo nos *Passos Perdidos* do Congresso da República. Politicamente, Cunha Leal afirma ter igualmente reunido as condições indispensáveis ao desempenho da missão: havia exigido o estatuto de neutralidade política e isso tinha-lhe sido assegurado pelo ministro. De resto, que melhor prova da isenção de João Belo que o convite de homens como Álvaro de Castro e Jaime de Moraes para altos cargos coloniais? O futuro se encarregaria de demonstrar o clima de liberdade em que desempenhou até 1930 o cargo de Governador. Foi justamente em resultado desse critério de independência política que deflagrou o conflito com Oliveira Salazar, em finais de 1929, como adiante veremos. Na oposição, no entanto, esta foi uma decisão polemizada, tanto mais que a escolha de uma “competência” numa das poucas forças partidárias da República ainda actuante constituía uma discriminação com um claro sentido político³³.

Pouco é possível saber sobre a estadia de Cunha Leal, durante quase um mês, por Paris e Londres, entre 18 de Setembro 17 de Outubro de 1926. Muito provavelmente terá associado contactos políticos com missão ao serviço do Banco de Angola. Acompanhado pela esposa, deixava para trás as reacções ao seu primeiro testamento político que reuniu em *Eu, os Políticos e a Nação*³⁴. O título bem podia ser antes *Um Político confessa a sua perplexidade ... e penitencia-se*. “Quem observar, superficialmente, o que se está passando entre nós, não consegue descobrir nenhuma lei reguladora dos fenómenos políticos e sociais(...) Aqui e

³² Vide FPCL, *As Minhas Memórias*, op. cit., pp. 66-68

³³ N^o *O Rebate* (órgão do PRP) de 15/8/1926 o comentário foi desdenhoso e ofensivo: “Conformado, o sr. Cunha Leal sempre aceitou o lugar de Governador do Banco de Angola. É um sacrifício, mas um sacrifício faz-se para salvar a Pátria. Deve dizer-se que nessas condições não é o primeiro sacrifício que o sr. Cunha Leal realiza”. Por seu lado, *Os Ridículos* de 6 d Outubro, na toada dissolvente que lhe era própria, arrumava Cunha Leal nos *Dez maiores da República*, com os seguintes dizeres: “Nestes medonhos bulícios/neste momento encravado,/mais de cem mil sacrifícios/por ti tenho suportado!/ P’ra te salvar, mui ladino,/ muita volta dei à tola;/ estafei-me no Ultramarino/E vou morrer ao Angola.”

³⁴ O livro saiu em meados do mês de Setembro e teve numerosas e detalhadas recensões em toda a imprensa. Destaque-se, pelo carácter controverso, o texto de Alfredo Pimenta, na Tribuna Livre do jornal *A Época* de 23 de Setembro de 1926. Também no jornal *O Rebate* de 17 de Setembro o livro mereceu especial análise: “...no livro fazem-se insinuações que podem considerar-se graves (...) Qual será o famoso personagem? Não o diz Cunha Leal, deixando à fantasia popular criar este e aquele criminoso”. O articulista referia-se a uma célebre “ave de rapina”, mais ou menos misteriosa, a quem Cunha Leal atribuíra todos os males do país.

acolá, erguem-se montanhas de areia que, dentro em breve, nova ou a mesma tempestade se encarregam de destruir. Os fenómenos são insconstantes e as suas criações não têm nem alicerces nem argamassa” – assim se manifestava Cunha Leal nestes tempos de condenação ao ostracismo político, muito duros para quem durante mais de oito anos tinha ocupado as luzes da ribalta.

Nos últimos tempos tinham crescido perigosamente as animosidades contra os políticos – contra todos os políticos. Qual seria o “oculto e potente motor” desses movimentos, a “estranha força de desagregação social” que esteve por detrás de tantas tragédias humanas e catástrofes financeiras da República? Em todos esses acontecimentos funestos, Cunha Leal vislumbra “um sinistro personagem com perfil de ave de rapina, “um judeu sem pátria”, que sempre moveu os cordelinhos com que manietava os decisores políticos do país³⁵. Este estranho “Homem” tem ainda comparsas no “jesuíta”, que se distancia do Papado pelas misteriosas linhas com que se aproxima dos “príncipes” para lhes dar conselhos. Desta convergência entre o “Homem de perfil de ave de rapina” e o “jesuíta” ficou-lhe a impressão de um conluio para submeter Portugal ao lugar de “satélite duma vizinha forte e próspera”³⁶. Senão, como entender tantos fenómenos estranhos, como o do *Angola e Metrópole*, ou a *Noite Sangrenta*?

Esta era bem uma idade das trevas a que nem a Ditadura pusera cobro: culpavam-se os políticos de conchavarem governos nos *Passos Perdidos* – e agora que pensar da vertigem com que se tinham sucedido os governos da Ditadura? Falava-se constantemente da pobreza intelectual das elites políticas – e agora que conclusões tirar do amadorismo com que eram tomadas as decisões em ditadura? Cunha Leal repelia “a paternidade do mostrengo”: “A Ditadura Militar, contando apenas com a Força Pública, e, quando muito, ainda com a vaga simpatia, inorgânica e ineficaz, da pequena parte da Nação que não tem praça assente nos

³⁵ FPCL, *Eu, os Políticos e a Nação*, op. cit., XVII-XVIII

³⁶ Idem, *ibidem*, XXI

partidos – republicanos ou monárquicos – há-de ser sempre a ditadura da incompetência e da irresponsabilidade”³⁷.

Terminava a apresentação do livro com um acto de contrição, mas de consciência tranquila: não receava o julgamento, porque as intenções tinham sido sempre “puras”, embora “os actos nem sempre tivessem servido para engrandecimento da Pátria e da República”³⁸. Muitos criticavam-lhe a audácia excessiva e a mudança de atitude política ao longo daqueles oito anos controversos da República. A esses respondia-lhe com o coração nas mãos: “Tenho obrigação moral de pôr em relevo estes factos [os fenómenos mais controversos da sua acção política], para poder tirar a conclusão de que aquilo que tem determinado certos desvios e anomalias na minha acção política tem sido o procedimento havido para comigo, e o especial desvairamento, que tem caracterizado a vida política portuguesa, desde 1918 para cá. Só às rochas, enquistadas na terra, é possível exigir fixidez, no meio da fúria dum oceano em revolta. Ora, o autor destas linhas, batendo humildemente no peito, declara que nunca teve jeito para calhau”³⁹.

4. Por *Maio*, contra todas as revoluções

No Outono de 1926 aprofundaram-se as incertezas acerca do futuro da Ditadura, à medida que se tornavam visíveis os desacertos político-administrativos do governo de Carmona/Sinel e apareciam à luz do dia as debilidades de um movimento revolucionário de contornos vagos, sem programa de acção e carecido de um líder carismático. O “espírito de Maio” era, no fim de contas, resultante do encontro fortuito de todas as oposições ao Partido Democrático: concordavam no diagnóstico, afastavam-se completamente nas soluções. A todos preocupava a anemia económica do país e quase todos apontavam como causa dessa debilidade a desordem financeira do Estado; por sua vez, esta era interpretada como resultante

³⁷ Idem, *ibidem*, XLI

³⁸ Idem, *ibidem*, XLIII

da desorganização política do regime republicano. O problema político era, pois, o nó górdio da situação do país. Mas como encontrar soluções entre os vencedores, divididos em republicanos e monárquicos, estes últimos entre constitucionais e integralistas e os primeiros por toda a luta do período constitucional? O mais natural é que todos se escondessem por detrás do reposteiro para, confiando no acaso, desferir o primeiro golpe à primeira oportunidade.

Entretanto, a Ditadura aperfeiçoava os instrumentos que lhe permitissem a maior durabilidade, como denunciava Cunha Leal, anos mais tarde, no decurso do corte definitivo que o opôs à Situação: “ Se, para durar, se tornasse necessário comprar cumplicidades e perverter consciências, encher estômagos e despejar os cofres do Estado, porque hesitariam os dirigentes monárquicos da Ditadura? Toda a política financeira dos primeiros tempos da Ditadura se subordinou, de facto, a esse lema – *durar*, e a essa necessidade – *comprar* (...)”⁴⁰. Obviamente que se referia a Sinel de Cordes, um homem que se “comprazia em constante agitação visando a restauração da Monarquia”. Conviria, portanto, a este “manobrador” manter-se à sombra de um republicano como Carmona e confiar nos seus poucos conhecimentos para corrigir os erros dos seus antecessores e ganhar assim a áurea com que esperava atingir o topo do poder. No entanto, a sua obra financeira foi desastrosa, como veio a demonstrar o sucessor na pasta, em sucessivos artigos, publicados ao longo de 1927 no jornal *Novidades* ⁴¹. Os défices das contas públicas aumentaram em relação ao último exercício da República, mas disso pouca podia ainda saber a oposição nos finais de 1926. Porém, tinha conhecimento da generosa política de financiamentos às empresas e pôde encetar um ataque

³⁹ Idem, ibidem, XXXIII

⁴⁰ FPCL, *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*, Edição do autor, Lx., 1930. Esta temática foi ainda desenvolvida em *A Obra Financeira e Económica da Ditadura Portuguesa*, Os Meus cadernos, Imprensa Moret, Corunha, Dezembro de 1932 e, anos mais tarde em *As Minhas Memórias*, op. cit., pp. 117-124

⁴¹ Referimo-nos ao artigos publicados por Oliveira Salazar no jornal *Novidades* – em 30 de Novembro denuncia um saldo negativo das contas públicas de 1926/27 no montante de 689 000 contos. Volta a criticar a política financeira de Sinel de Cordes pela sua execução quase nula em matéria de fomento e pródiga em política de financiamentos em artigos dos dias 1, 4, 6, 10, 17 e 21. Cunha Leal, por seu lado, calcula em 38% o acréscimo do défice de 1925/26 para 1926/27

mais consistente com a denúncia do “grande empréstimo” externo, preparado por Sinel para resolver os mais instantes problemas da tesouraria pública⁴².

Esta “Declaração”, no entanto, só aparentemente poderia fazer crer na unidade da oposição contra a Ditadura Militar. Na verdade, também neste campo se verificavam incompatibilidades intransponíveis. Mais do que qualquer outra força política, o PRP tinha-se mantido silencioso, considerando o seu afastamento como temporário e aguardando a sua vez. No fundo, não podendo contar com o apoio incondicional dos republicanos constitucionais, como tinha acontecido em 1915 e em 1919, confiava no seu domínio hegemónico por todo o país e no efeito político resultante da acção financeira desastrosa da Ditadura para retomar, num futuro próximo o lugar de legítimo delegado hegemónico do poder da Nação, como sempre o tinha concebido. Em entrevista ao *Diário de Lisboa*⁴³, Cunha Leal denunciava justamente esta estratégia recorrente do PRP. Em 1919 foi-lhes fácil mobilizar o “povo republicano” contra a Monarquia em armas. Em 1926 procuravam os mesmos efeitos através da denúncia do perigo monárquico infiltrado na Ditadura.

Ao invés, um bloco claramente anti-ditatorial, constituído em Julho, a partir dos primeiros sinais de autoritarismo da Ditadura (censura, prisões de vultos gradados da República como Helder Ribeiro, Sá Cardoso, Ribeiro de Carvalho) enveredava claramente pela via insurreccional e constituía o núcleo do comité revolucionário responsável pelo 3-7 de Fevereiro de 1927 no Porto e em Lisboa⁴⁴. Que pretendiam? Como explicaria posteriormente Jaime Cortesão, um dos membros desse comité, a revolução de Fevereiro procurava restaurar o regime republicano e a Constituição e “formar um forte governo nacional, composto por algumas dentre as mais competentes e honradas figuras da República”, sem cair em qualquer

⁴² Em 12 de Janeiro de 1927, os partidos da oposição de esquerda (PRP, Acção Republicana, Esquerda Democrática, PRR, Seara Nova e PSP) e em 13 o PRN, entregaram uma Declaração na Embaixada da Grã-Bretanha e nas Legações da França e dos Estados Unidos em que afirmavam não reconhecer a validade de qualquer empréstimo em nome do Estado português, sem a autorização prévia do Congresso da República.

⁴³ O Momento Político, *Diário de Lisboa* de 15 de Dezembro de 1926

⁴⁴ Sobre a Revolução de Fevereiro veja-se Fernando Rosas, *História de Portugal...*, op. cit. pp.214-218 e Luís Farinha, *O Revirvalho...*, op. cit., pp. 34-73

“regressismo” *ao statu quo ante*, empenhados que estavam na moralização do regime⁴⁵. Impedida de se manifestar à luz do dia, esta oposição desenvolveu a partir de Outubro uma formidável literatura clandestina, constituída de folhas e jornais que circulavam pelas sedes partidárias, pelos cafés e pelos quartéis, denunciando o intenso trabalho conspirativo e o inevitável confronto⁴⁶.

No seu regresso ao país depois da estadia no estrangeiro, Cunha Leal veio encontrar um governo afrontado, não só pela esquerda republicana mais radical, mas também por muitos dos liberais e conservadores republicanos que alguns meses antes tinham apoiado o 28 *de Maio*. De acordo com o seu testemunho memorial, os meses que antecederam o confronto revolucionário de 1927 foram ocupados em negociações com o sector liberal-conservador da Ditadura, representado pelo ministro Passos e Sousa e com a intensificação da organização e da propaganda da ULR⁴⁷: tratava-se de restaurar, com a ascensão da ULR à área do poder, o verdadeiro caminho de *Maio*.

Dando mostras de uma vitalidade sem par, Cunha Leal inaugurava a 30 de Outubro uma nova sede da ULR, no Largo Trindade Coelho, em Lisboa, numa “ reacção da vida contra a morte”. Numa alusão clara à conspiração revolucionária em marcha, o orador afirmava que para o seu partido tinham acabado definitivamente as revoluções: “Nem fora nem dentro da Ditadura conspirará e isso não só porque as revoluções trazem ao país um descrédito que muito o abala, como também combater a situação militar, sem as forças partidárias perfeitamente definidas, é contribuir de novo para o predomínio do Partido Democrático”⁴⁸. Cunha Leal sentia claramente que ainda não tinha chegado a sua hora: precisava de tempo e

⁴⁵ “Memórias da Revolução de Fevereiro”, jornal *A Revolta* de 21 de Maio de 1927

⁴⁶ Parte desta literatura clandestina foi reunida por A H de Oliveira Marques em *A Literatura Clandestina em Portugal, 1926-1932*, 2 vols., Fragmentos, Lisboa, 1990

⁴⁷ O objectivo final das negociações teria como horizonte uma transição pactuada para a normalidade constitucional, aparecendo a ULR como o único partido capaz de apoiar a Situação, sem necessitar de alterar o seu programa político. No entanto, essa era uma solução indesejada pela direita radical representada no governo. De modo que Cunha Leal conta-nos os pequenos passos que foi encetando de colaboração com o ministro: apoio a uma intensificação da propaganda da ULR, a começar pelo Algarve, sem hostilização da Ditadura e, pela outra parte, o compromisso de evitar o afastamento do comandante da polícia, major Ferreira do Amaral, decidida pelo Ministro do Interior Ribeiro Castanho. Cf. *As Minhas Memórias*, op. cit., pp. 68-70

⁴⁸ Vide “Vida Partidária”, *O Distrito da Guarda*, 17 de Novembro de 1926

espaço para alargar pelo país a organização através de uma acção intensa de propaganda. Pelo país fora, os correlegionários denunciavam-lhe a estratégia. Em 28 de Novembro, o jornal *O Distrito da Guarda* rejubilava com o impacto nacional do banquete de homenagem que uma semana antes tinha reunido 600 convivas – entre unionistas liberais, admiradores e até monárquicos e católicos – no ginásio do Liceu Camões, em Lisboa⁴⁹. Em destaque titulava: “O Senhor Cunha Leal a caminho de ser o chefe amado e obedecido de um forte Partido Nacional”. Sete meses depois de *Maio*, ainda não tinha sido formado outro “núcleo de homens” que apoiasse sinceramente a Situação. Os partidos e as organizações não surgiam do nada e, por isso, - afirmava Cunha Leal no discurso do banquete em sua homenagem – aceitaria o apoio de todos os que quisessem dignificar a República. Excluía do seu convívio os monárquicos que se infiltraram para subverter o regime, os revolucionários que pretendiam regressar ao passado, os falsos republicanos, com um pé dentro e outro fora, ontem partidários de António Maria da Silva, hoje ou amanhã de Filomeno da Câmara. Restavam os republicanos que se encontravam dentro da Situação, “prontos a dar a vida pela República”, mas intransigentes quanto ao regresso aos processos de um passado recente.

O ano de 1926 aproximava-se do seu fim com “muitas coisas na forja”⁵⁰. Em 18 de Dezembro, uma *nota oficiosa* da ULR recomendava aos seus correlegionários “a maior calma”, reafirmando a necessidade de evitar precipitações. O partido rejeitava em absoluto a corrida ao poder a qualquer preço, embora não enjeitasse responsabilidades. Mas, principalmente, continuava a acreditar nas potencialidades reformadoras a realizar com o suporte da “força pública”, embora não apoiasse decididamente o governo. Poderia esta atitude crítica empurrar para a conspiração revolucionária alguns dos seus correlegionários?⁵¹

⁴⁹ Para além das presenças de numerosas individualidades e muitos oficiais das forças armadas, Cunha Leal recebeu cartas de homenagem de António José de Almeida e de Bernardino Machado, este último “fazendo votos para que o seu poderoso talento rebrilhe nas altas tribunas cívicas da nossa ansiada democracia, sem as quais não há governo da República, porque não é dado a ninguém defender os seus direitos dentro da ordem legal”

⁵⁰ Numa primeira página do jornal *Os Ridículos* de 15 de Dezembro, a oposição e o governo, alimentavam a fole de ferreiro uma forja incandescente, acompanhados do título: “Trabalhos de ferreiro. Muitas coisas na forja”

⁵¹ A partir de Outubro, a propaganda clandestina republicana referia-se à iminência de um golpe monárquico, chefiado por oficiais “sinelianos”, onde se destacava o coronel Raul Esteves. No final do ano, a iniciativa do

É o que parece depreender-se das preocupações que motivaram a *nota oficiosa*, considerando que “as francas e leais declarações do Ministro da Guerra tranquilizaram em absoluto a ULR sob o ponto de vista da estabilidade do regime republicano”⁵².

Aproximava-se, no entanto, a luta fratricida do 3-7 de Fevereiro que havia de pôr o país à beira de uma guerra civil. Cunha Leal decidiu definir a sua posição em carta que endereçou ao Ministro da Guerra, coronel Passos e Sousa, no dia 27 de Janeiro de 1927⁵³. Rendia sentidas homenagens à seriedade do ministro e às boas intenções que sempre teriam orientado as conversações que se desenrolavam desde o Outono: “ V. Exa. tem trabalhado num sentido concordante com o nosso, e os seus esforços têm sido norteados pelo mais acendrado patriotismo, pelo mais extremado patriotismo”. Eram, no entanto, conversações sem qualquer benefício e sem fim à vista: “ Pouco a pouco, formou-se dentro da ULR a convicção de que V. Exa. é impotente para remar contra a maré e que as suas diligências só podem servir para diminuir a posição de V. Exa. junto do governo, senão junto da Situação”. Entre uma “coligação revolucionária” a que não queria ligar-se e um poder que o continuava a considerar como “força clandestina”, a posição a tomar só poderia ser uma: a abstenção perante as facções em luta: “Siga pois o governo o seu caminho, que nós seguiremos o nosso”. E o caminho do governo, dividido por facções irreduzíveis, foi o do confronto que, nas condições político-militares existentes, só poderia beneficiar a manutenção da Ditadura, senão mesmo a sua radicalização no sentido autoritário, afastando para sempre o retorno à normalidade constitucional⁵⁴.

empréstimo de Sinel de Cordes foi a gota de água que desatou todas as desconfianças republicanas: o ditador queria perpetuar-se no poder com o recurso a uma política de prodigalidades inaceitáveis

⁵² A *nota oficiosa* foi publicada, entre vários órgãos de comunicação, no jornal *O Comércio de Penafiel*, Órgão das Comissões Políticas da ULR, em 18 de Dezembro de 1926. Nos dias anteriores, Passos e Sousa, chegado ao Ministério da Guerra, visitou as diversas unidades da Guarnição Militar de Lisboa, incluindo os Sapadores de Caminho de Ferro do comando de Raul Esteves, um dos arqui-conspiradores. De todos recebeu provas de manifesta lealdade à política do governo da Ditadura.

⁵³ Cunha Leal pediu autorização ao ministro para divulgar a carta “oportunamente”; no entanto, ela só veio a público em 20 de Junho de 1927, no jornal *A Situação*.

⁵⁴ A deportação e exílio de várias centenas dos mais activos democratas, na sequência da Revolução de Fevereiro e o desmantelamento das organizações partidárias e sindicais diminuiu, de forma decisiva, as possibilidades de uma transição democrática. A este propósito, veja-se Luís Farinha, *O Revirinho...*, op. cit., pp.57-68

Poder-se-ia questionar a opção tomada por Cunha Leal nesta contenda que dividiu o país e lhe definiu o caminho por longos anos. No dia 30 de Janeiro prosseguia a acção de propaganda no Cine-teatro de Faro, seguindo nos dias seguintes para outras cidades algarvias⁵⁵. De costas, definitivamente, para a “Frente Única” que considerava um bando de “guerrilheiros, sem soldados leais atrás de si e arrastando a caterva de todos os ódios”, afirmava-se como o líder de um partido conservador, com noção das realidades nacionais, de todo incompatíveis com qualquer tipo de radicalismo. Mas principalmente, Cunha Leal questionava a oportunidade táctica do confronto revolucionário que considerava prematuro: o *28 de Maio* tinha correspondido a uma aspiração profunda e a um movimento de fundo que ainda não tinha esgotado todas as suas potencialidades. Quebrar, naquele momento, o ímpeto reformista dos republicanos conservadores da Ditadura, era voltar à desordem política e amputar o Exército da força material e moral que tinha permitido o seu pronunciamento. Por que razão não deu Cunha Leal a conhecer publicamente a posição definida na carta enviada a Passos e Sousa? Provavelmente para não dar público conhecimento das conversações, mais ou menos secretas, que tinha mantido com o ministro até aí, já que a sua incompatibilidade com a “Frente Única” não precisava de ser anunciada – era pública e notória. Talvez ainda, mais do que esconder o insucesso das conversações, fosse útil manter uma porta aberta nos entendimentos pactuados com a Situação, já que essa era a única solução que Cunha Leal vislumbrava para a evolução política do país. A sua circulação livre em Junho, irá surgir numa época em que o afastamento político da ULR em relação à Situação era cada vez mais evidente, mas em que infelizmente também já havia poucos republicanos para se baterem pela República constitucional e democrática: em Fevereiro tinha ocorrido a maior das purgas do republicanismo nos quadros das forças públicas! Havia sido somente intransigentes, ou

⁵⁵ No dia 2 de Fevereiro, um dia antes da Revolução, *Os Ridículos* mostravam Cunha Leal a vender a poção mágica da ULR com o seguinte comentário: “Respeitável publicóóó... Isto endireita a espinhela e as finanças, os tacões das botas que custam a descalçar, tira nódoas, por mais gordurosas que sejam, tinge cazacas de várias cores e tira calos sem dor...”

também ingênuos os republicanos que lutaram pela reposição das liberdades democráticas e da normalidade constitucional? ⁵⁶

Depois do 7 de Fevereiro, os jornais de grande informação encheram-se de editoriais condenatórios da desordem criada pelo movimento revolucionário. À direita, a imprensa monárquica e integralista acentuou a guerra contra todos os partidos e contra os *políticos*, sem distinção. Desmantelada a esquerda republicana, necessário se tornava desacreditar a única força pró-democrática que se mantinha dentro da Situação e por isso fazia sombra aos projectos anti-liberais do sector radical da Ditadura. N`A Voz, jornal católico e pró-monárquico, os processos utilizados tocavam as raízes da infâmia. Fernando de Sousa (Nemo), reeditava textos que outrora passaram pela *Época*, comprovadamente falsos na matéria informativa prestada e moralmente repugnantes pela utilização de sentimentos e laços familiares com manifesta finalidade de ataque político. Em 6 de Fevereiro de 1926, Cunha Leal tinha sido acusado de ter abandonado o seu pai às portas da morte para se deslocar em campanha política ao centro do país. Deliberadamente distorcia-se uma afirmação sobre a importância das missões religiosas, a quem Cunha Leal reconhecia um alto valor, trocando a expressão por missões laicas. Mesmo depois de corrigido por jornalista de outro vespertino, Nemo manteve a mentira. Passado um ano, Nemo voltava à carga com as mesmas mentiras n`A Voz, o que obrigou Cunha Leal a dois violentos desmentidos no jornal *A Situação*⁵⁷. No cerne desta luta aguerrida estavam, obviamente, razões políticas e não sentimentais ou pessoais. Na defesa da situação ditatorial, a ULR e o seu líder eram, na verdade, os últimos redutos de defesa do regime republicano que Nemo queria ver substituído pela monarquia, e por isso defendia no seu jornal a necessidade de o Exército assegurar à Nação as condições para que ela pudesse, em plebiscito, pronunciar-se sobre a questão do regime.

⁵⁶ Na sua edição de 25 de Dezembro, *Os Ridículos* apresentavam um presépio de tipo novo. Na adoração, muitos reis magos, muitos burros... no bercinho três imberbes criancinhas com cara de Cunha Leal e dos outros líderes partidários. Comentário: “Três messias salvadores! Nem é presépio... é uma creche!”

⁵⁷ Os artigos de Nemo foram publicados a 14 e 18 de Março e as respostas de Cunha Leal a 16 e 19 do mesmo mês. Eram respostas duras, dirigidas a “um velho” e “hipócrito católico”.

Jornais do mesmo sector, embora com mais decoro, anunciavam a reorganização de um futuro Partido Nacionalista por reaproximação dos marechais do PRN e da ULR⁵⁸ - Cunha Leal, Júlio Dantas e Augusto Vasconcelos. Por detrás deste arranjo mantinha-se, embora na sombra, Brito Camacho. Toda a imprensa, de uma forma séria ou caricatural, se deu conta desta tentativa de reunificação da direita conservadora e liberal⁵⁹. O *Diário de Lisboa* de 12 de Março teve mesmo o privilégio de obter uma entrevista de Augusto Vasconcelos, uma personalidade que pairava agora acima dos partidos, muito versado nas artes diplomáticas, desempenhando missões em África e no MNE (onde era chefe dos Serviços da Repartição da Sociedade das Nações). Confirmou as conversas com várias personalidades, incluindo Cunha Leal e Júlio Dantas, a boa aceitação das suas intenções por parte dessas personalidades e o objectivo desses contactos: “obter uma fórmula política que acabasse com todos os fermentos de indisciplina e malquerença”, “liquidar processos” e “encetar vida nova”, em apoio claro à Situação. A notícia de dissolução do PRN e o ingresso dos nacionalistas na ULR começou por ser anunciada, em dias sucessivos, no jornal *Portugal*, um defensor da “Organização Civil” de apoio à Ditadura a partir de formas orgânicas de cariz municipalista e corporativista⁶⁰. Eram evidentes as cautelas deste grupo de notáveis que constituíam o baronato do Partido Nacionalista, todos oriundos do antigo Partido Unionista de Camacho, para quem o poder de decisão nas altas esferas do Estado (onde quase todos estavam colocados) seria tão ou mais importante que o retorno à normalidade constitucional. No fundo, a reunificação que tanto pareciam desejar estava totalmente dependente dos acordos que entretanto corriam entre

⁵⁸ No jornal *Portugal* de 9 de Março de 1927

⁵⁹ No jornal *A Ideia Nacional* (dirigido pelo integralista João Amaral), fundado justamente em finais de Março com a intenção de reforçar a posição da direita radical na Ditadura, os números de 5, 16 e 21 de Abril abrem com caricaturas de Cunha Leal, alusivas à situação. Em 5 ilustram-se “Maneiras de descer” com um Cunha Leal solícito a dar a mão à Ditadura. Em 16, sentam-se a uma mesa todos os políticos, com referência especial a Cunha Leal, para o título “Prontos a comer”. Em 21, dois criados, um arrumando os cacos de vaso com António Maria da Silva e outro um vaso de flores com uma imagem de Cunha Leal, trocam um diálogo: - Os partidos, é melhor deitá-los fora? – Não. Talvez o patrão os queira concertar. Também em *Os Ridículos* as máscaras de assalto ao poder estão nesta altura na ordem do dia. Em 23 de Fevereiro, um Romeu apaixonado [Cunha Leal], canta madrigais à sua Julieta, instalada num quartel. Comentário: “Outrora fogo e agora... dengoso!”

⁶⁰ Ao mesmo tempo que promovia a “Organização Civil” de apoio à Ditadura, o jornal *Portugal* ia acompanhando as diligências de Augusto Vasconcelos. Este, por seu lado, a par de entrevistas ao jornal *O Século* e *Diário de Lisboa*, enviou uma carta ao *Portugal* em que não desmentia essas diligências, antes confirmava as

Cunha Leal e Passos e Sousa, tendo em vista a evolução constitucional do regime. Ora, essas conversações tiveram um volta-face definitivo depois da Revolução de Fevereiro. Nas *Memórias*, Cunha Leal conta-nos as dificuldades que passou a ter nas audiências com o vitorioso Ministro da Guerra, sempre que se deslocava a Caçadores 5. O ambiente passou a ser hostil, como lhe confidenciava Álvaro Machado, o companheiro daquelas “sessões secretas”: “comentários em regra displicentes, cochichos e o desassossego não cessavam entre membros preponderantes daquela unidade militar”⁶¹. Era óbvio o efeito da vitória da Situação sobre o republicanismo de esquerda. Passos e Sousa tinha agora falta de argumentos para convencer os seus colegas do governo sobre a vantagem de uma solução pactuada com os “factores emergentes do passado”, mesmo apesar da atitude da ULR. A esta atitude talvez não tenha sido igualmente alheia a atenção bipartida que o ministro começava a despender com o sector mais conservador do PRP, liderado por António Maria da Silva. Esta tentativa de busca do apoio simultâneo de dois sectores que se tornaram irredutíveis durante a vigência da República, não era ela própria uma tarefa inútil e antecipadamente condenada ao fracasso? António Maria da Silva teria ocasião de explicar em Paris que se tratara apenas de um Pacto provisório, com vista a alcançar a amnistia dos presos políticos e a defesa comum do regime contra os integralistas e, mesmo assim, sem qualquer sucesso⁶².

Dúvidas terríveis deviam assaltar o “nosso herói” por estes tempos. Quem tinha errado? Bem sabemos que o futuro não se antecipa e é imprevisível. Pelo que conhecemos da sua atitude a partir de 1930 (e que mais tarde se verá), talvez pudéssemos pensar num Cunha Leal arrependido da posição abstencionista de Fevereiro de 1927. No entanto, uma leitura mais atenta da carta a Passos e Sousa e das notas officiosas da ULR terá que conduzir-nos a outra conclusão. Cunha Leal trilhava um caminho que considerava certo e “esperava a sua hora”. A aliança com qualquer dos lados da barricada seria uma violência a que não quis

conversas com Cunha Leal “para encontrar uma fórmula jurídica de paz”. Cf. O jornal *Portugal* dos dias 10, 11, 14 e 17 de Março de 1927

⁶¹ FPCL, *As Minhas Memórias...*, op. cit., pp. 81-82

⁶² Vide A H Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar*, Europa-América, Lx., 1976, p.15

sujeitar-se. Era um conservador, como afirmava, mas era igualmente um republicano e um democrata, defensor das liberdades públicas e da “intangibilidade das ideias”. Não desejava regressar ao sistema de partido hegemónico e, muito menos, reeditar um processo revolucionário mal sucedido. Acreditava – e aqui a sua crença “ingénua” tê-lo-á atraído – que a reforma do regime teria que ser feita por dentro do próprio regime, e por isso recomendava aos responsáveis da Situação que não tivessem pressa em encontrar soluções, que não se precipitassem por caminhos desconhecidos.

5. Em Genebra, no centro do mundo

Dos últimos contactos com a notabilidade nacionalista, e designadamente com Augusto Vasconcelos, resultou a designação de Cunha Leal (a par de Francisco António Correia e Jorge Botelho Moniz) à Conferência Económica Internacional, que iria reunir a 4 de Maio em Genebra, no âmbito da Sociedade das Nações. Partiu de Lisboa a 5 de Abril, demorando-se por Paris quase um mês e só regressando ao país no início de Junho. Discutia-se a reconstituição económica do mundo do pós-guerra – nada mais natural que indicarem um banqueiro com responsabilidades políticas e provas dadas numa delegação nacional deste tipo. Porém, talvez mais do que esta normal designação, se entenda o facto pela necessidade de legitimação internacional da Ditadura junto dos órgãos e países europeus: Cunha Leal era um político, de matriz liberal e democrática, competente tecnicamente, que mais poderia desejar a Ditadura? Sabia-se também que ele não tinha acompanhado a oposição na condenação do empréstimo externo (embora se desconhecesse uma posição definitiva sobre o assunto até aquele momento). De Cunha Leal, o governo da Ditadura só poderia esperar uma sólida defesa da Situação e uma equilibrada posição quanto ao significado político do *28 de Maio*⁶³.

⁶³ Já no regresso ao país, em entrevista ao *Journal des Débats*, em Paris, Cunha Leal teve oportunidade de explicar o carácter peculiar do *28 de Maio*: “A revolução portuguesa não se assemelha, de maneira nenhuma,

Tão ou mais importante que a luta interna pela hegemonia do processo político era, na altura, a legitimação internacional do novo regime de que, em larga medida, dependia o sucesso na obtenção do empréstimo externo. Por outro lado, dois meses sem declarações públicas ou “manejos” *lealistas*... – que paraíso para o sr. Sinel de Cordes e seus apoiantes!⁶⁴ E Cunha Leal, com que (in)certezas partia para fora do país numa conjuntura de tanta perplexidade sobre o futuro do regime? À partida do país concedeu uma entrevista ao *Diário de Lisboa* em que reafirmava toda a sua estratégia dos últimos tempos: o PRP tinha merecido (e continuava a merecer) “uma lição um pouco mais dura do que aquelas que já tinha recebido”. A vida política portuguesa não podia continuar com um único partido, servido por uma roda de pequenos “grupos satélites de opinião”. Sobre o objectivo central da continuação da Ditadura nunca tinha sido tão claro: “Preconizei desde há muito uma ditadura que, dentro do regime republicano, permitisse a formação de um grande partido conservador, que pudesse num regime constitucional futuro, opor-se ao Partido Democrático”. Era altura de todos transigirem um pouco – monárquicos e republicanos – sem o que nenhuma fórmula política seria possível imaginar que servisse o país.

Ao *Chicago Tribunal*, Carmona declarou que a prioridade era a ordem e só em segundo lugar viria a nova Constituição⁶⁵. Para Carnegie, embaixador inglês em Lisboa, isso era preocupante, já que os conservadores, entre eles Cunha Leal, com o apoio dos nacionalistas de direita, apoiavam sem reservas a Ditadura e exigiam, por seu lado, o regresso à normalidade constitucional, embora reformada⁶⁶. No entanto, num relatório de Maio, essa preocupação ficava matizada pela ineficácia dos processos seguidos. Passos e Sousa – um

aquela que foi feita por Mussolini, ou à situação espanhola, que quis varrer tudo. Sem choque, Portugal quis entrar numa vida normal, juntar à volta do Estado todas as competências e boas vontades”. Relato em *A Situação* de 3 de Junho de 1927

⁶⁴ A campanha da imprensa de direita não desarmou perante a simpatia com que em certos meios – e não apenas entre os correlegionários – se exaltava o “caudilhismo” do sr. Cunha Leal. No jornal *Os Ridículos* de 30 de Abril sugeria-se uma ligação estreita de Cunha Leal com o exilado Afonso Costa (no que teriam com certeza razão, pois estava em constituição a Liga de Paris). Dois copos, cada um com o rosto daqueles políticos e com os dizeres *Murraça Democrática* e *Murraça Liberal*. Título: “Em Paris... Dois separados”

⁶⁵ A 25 de Maio, em declarações ao *Diário de Lisboa*, o Ministro da Justiça Manuel Rodrigues confirmava que era cedo para pensar na reforma da Constituição; apontava antes um prazo que podia estender-se até aos dois ou três anos

militar brilhante, mas um “político estúpido” – queria incluir Cunha Leal no governo. Mas aí era combatido pelos jovens militares, que continuavam impacientes e exigiam “something spectacular”⁶⁷. Em Genebra, Cunha Leal poderia desejar, para bem dos seus desígnios, que o cordato Carmona não precipitasse os acontecimentos, ao contrário do que aconteceu. Na verdade, aproveitando a comemoração do primeiro ano da Ditadura, o governo anunciou a intenção de realizar eleições, com mandato constituinte, a começar pela do Presidente da República, nos primeiros meses de 1928. Ao invés, em Paris e Genebra, o prestígio internacional que poderia derivar da sua intervenção era um capital que, ao gerar mais valias para o país, também acarretaria inevitáveis repercussões internas⁶⁸.

A Conferência tinha sido proposta em 1925 pela França na linha das proclamações iniciais da Assembleia da Sociedade das Nações, visando “a necessidade de examinar as dificuldades económicas que impedem o restabelecimento da prosperidade geral e encontrar os melhores remédios para ultrapassar as dificuldades e evitar os conflitos”. Dos princípios e recomendações às políticas comuns – um vasto espaço da política internacional que a Europa só conseguiu ultrapassar depois da lição de um segundo conflito mundial! No entanto, tendo em conta os quadros habituais da política internacional assentes na gestão guerreada dos egoísmos nacionais, que passo de gigante se ensaiava em Genebra! Talvez pela primeira vez, ousava-se bulir com um domínio até aí reservado, de forma exclusiva, à soberania dos Estados ou ao “normal” funcionamento da economia dos “trusts” e dos cartéis. Era pouco importante que esse súbito empenho político de mais de duas dezenas de países derivasse do clima de “miséria e aflição de uma Europa enfraquecida” – como considerava Cunha Leal⁶⁹. Claro que alguns, mais exigentes, desvalorizavam os tímidos passos dados: a Conferência só

⁶⁶ *Public Record Office*, relatório de Carnegie para Chamberlain de 17 de Março de 1927

⁶⁷ Idem, ibidem, 4 de Maio de 1927

⁶⁸ Não foi ingenuamente que a imprensa oficiosa da ULR e alguma outra menos alinhada, como *A Situação*, ou mesmo independente, como o *Diário de Lisboa* se lançou, durante o mês de Maio, numa intensa campanha informativa sobre a Conferência Económica Internacional de Genebra, enfatizando o papel do chefe da Delegação portuguesa, Cunha Leal. Dado o sucesso evidente da Delegação portuguesa, no regresso a Portugal Cunha Leal foi brindado com uma campanha elogiosa que exaltava o “Homem”, ou seja, aquele que prestigiado internacionalmente, também podia dirigir os destinos do país

seria eficaz se conseguisse assegurar para as suas decisões as necessárias sanções. Uma verdade irrefutável, mas que os gradualistas, como Cunha Leal não sentiam sequer necessidade de refutar⁷⁰, porque tinham a plena consciência que o que movia os países europeus era ainda os “egoismos nacionais”, não o vislumbre de qualquer era de solidariedade internacional. Talvez, - afirmava Cunha Leal – esses “acordos parciais pudessem ser englobados num acordo económico global da Europa. No entanto – continuava – não é possível ver nisso senão um desejo muito longínquo, *uma aspiração-limite*”⁷¹. Não se tratando de uma Convenção que subordinasse em matéria económica e financeira os países participantes, a Conferência tinha, no entanto, de orientar-se por um “espírito novo”, ajudando a definir os princípios que deveriam presidir à reconstrução económica europeia.

Cunha Leal apresentou-se na Conferência como o porta-voz dos pequenos países que, como Portugal, não podiam competir com os países mais fortes. A discussão nestes pequenos países sobre a racionalização da produção “à americana” ou sobre o fim das barreiras alfandegárias – os dois grandes temas da Conferência – era mesmo secundária se a Europa não enveredasse por um caminho de solidariedade. Mas era também inútil a Europa pensar na sobrevivência egoísta – a “self-sufficiency” à inglesa – porque já não havia países independentes. Assim como era inútil imaginar uma Europa sem barreiras alfandegárias enquanto continuasse a existir uma desproporção tão forte entre países ricos e países pobres. Estes últimos – como acontecia no caso português – levantavam barreiras, não para “proteger ramos particulares da produção, mas para que o seu balanço de pagamentos internacionais não

⁶⁹ Resumo da intervenção de Cunha Leal no âmbito da Comissão de Indústria, a que pertencia, *Journal de Genève*, 12 de Maio de 1927

⁷⁰ No discurso proferido na CEI, Cunha Leal afirmava: “Não devemos basear as nossas esperanças sobre soluções rápidas, as quais de repente mudariam por completo a situação. Só se pode obter a cooperação por passos sucessivos e por gradual estreitamento dos laços entre as nações”. A este propósito, e em matéria de liberalização do comércio internacional, apresentava um plano faseado em três estádios, como forma imediata de acção: na primeira, propunha a uniformização da nomenclatura e classificação alfandegárias e no sistema de tarifas, sem interferir no valor das taxas a fixar pelos Estados; na segunda, a fixação de taxas ficaria sujeita às regras definidas anteriormente, dependendo a protecção dos recursos industriais de cada país; na terceira fase os produtos alimentares, as matérias primas e os combustíveis, “não seriam sujeitos nem ao monopólio, nem aos direitos de exportação, nem a preços diferenciais”. Relato da Conferência em *A Situação*, 16 de Maio de 1927.

⁷¹ Exposição transmitida por Cunha Leal, membro português da Conferência Económica Internacional. AHMNE, 3º Piso, A10, M190

se encerre com um défice esmagador para a economia do país”⁷². Por isso, se a Europa queria ultrapassar as dificuldades decorrentes da guerra, através de uma *entente* entre os produtores, tornava-se indispensável “um acordo económico geral entre os Estados”⁷³. A maioria dos Estados europeus, como Portugal, necessitavam de apoio financeiro e tinham meios para garantir a amortização dos empréstimos⁷⁴. Sem a correcção da situação das finanças públicas e a estabilização do escudo, Portugal estaria impedido de promover o desenvolvimento económico (na indústria, na agricultura, nas colónias...). Ora, “um país pobre não pode nunca ser um bom cliente. A pobreza de muitas nações europeias é um mal contagioso que pode, mais tarde ou mais cedo, reduzir à pobreza aquelas nações actuais que actualmente possuem uma riqueza relativa”⁷⁵. Não se tratava – afirmava Cunha Leal – de exigir, nesse acordo global, uma igualdade entre todos os Estados, o que seria um absurdo, mas decerto o de conseguir uma equidade que permitisse dar sentido pleno á solidariedade. Protecção ou livre-cambismo, mercado interno ou exportação, discussões abstractas se milhões de homens estiverem arredados do consumo, condenados à pobreza por salários baixos, para mais em países pobres onde a importação de bens se tornava proibitiva. Esta era também a posição partilhada pelo país anfitrião, a França, que nos dias anteriores à Conferência se empenhou em avolumar o apoio ao bloco dos “produtivistas”⁷⁶, em oposição aos defensores do livre-cambismo (Inglaterra, Holanda, países escandinavos).

Em finais de Maio, a Conferência terminava com um saldo positivo reconhecido por todos. Tinha recolhido uma informação preciosíssima sobre a situação económica e financeira da Europa e do mundo e comprometia-se a manter actualizados esses dados estatísticos

⁷² Cf. “Portugal em Genebra”, (transcrição do discurso de Cunha Leal na CE), *A Situação*, 27 de Maio de 1927

⁷³ Relato da intervenção de Cunha Leal na sessão de dia 6 de Maio no *Journal de Genève* de 7 de Maio de 1927

⁷⁴ Na “Exposição...”, op. cit., Cunha Leal fazia referência aos benefícios arrecadados com os Tabacos, questão que viria a incendiar a política portuguesa nos finais de 1927 quando o “Empréstimo” tratado pelo governo sob a égide da SDN passou a constituir a grande arma de arremesso da oposição ao ministério de Sinel de Cordes

⁷⁵ Idem

⁷⁶ O jornal *A Opinião*, órgão da ULR em Oliveira de Azeméis, na sua edição de 7 de Maio de 1927 enumera “as honrosas e entusiásticas manifestações de simpatia e apreço” que rodearam a estadia de Cunha Leal em Paris, antes de se deslocar para Genebra. Recebido, em primeiro lugar, pelo Bureau Permanente da Imprensa Latina e depois pela Associação Paris - América Latina, num banquete a que presidiu o ministro francês Louis Marin,

fundamentais. Avançara a decisão de organizar um sistema de crédito internacional em matéria agrícola e comprometia-se a encorajar a eliminação gradual das barreiras alfandegárias que limitavam as trocas mundiais.

Integrados nas comissões de Comércio, Indústria e Agricultura, os delegados portugueses defenderam a necessidade de um proteccionismo que viesse a ser gradualmente substituído por um acordo económico global – uma espécie de “mercado europeu” “avant la lettre”, protestaram contra a formação de grandes cartéis transnacionais enquanto não estivessem garantidas certas condições para as indústrias nacionais, exigiram o respeito pela defesa da genuinidade dos produtos nacionais, como o vinho do Porto e, mais importante que tudo o resto, a necessidade de auxílio financeiro aos países mais débeis. Enquanto se manteve em Genebra, a Delegação, em colaboração com Bartolomeu Ferreira, ministro português na República Helvética, desenvolveu uma intensa actividade diplomática, reunindo em torno do problema português a simpatia de líderes como Balfour, Loucheur e Alberto Thomas⁷⁷.

No regresso ao país, Cunha Leal teria oportunidade de constatar que a *entente* política interna estava, provavelmente, mais difícil de atingir que o acordo global económico e financeiro por que se havia batido em Genebra. Passado um ano sobre o 28 de Maio, a Ditadura continuava uma manta de retalhos, espreitando-se os “inimigos uns aos outros”, como afirmava em entrevista o líder unionista liberal: “Não se dá um passo em frente, porque aquilo que agrada a uns, desagrada a outros”⁷⁸. O resultado era uma “obra insuficiente”, tanto no domínio estritamente político, como nos domínios administrativo e económico-financeiro. Na imprensa legal, e em particular na clandestina, a oposição de esquerda, anti-ditatorial, começava a receber os primeiros apoios de muitos daqueles que tinham emprestado o seu entusiasmo ao 28 de Maio. O seu primeiro líder, almirante Mendes Cabeçadas, não escondia o

líder da direita republicana e a que assistiram o corpo diplomático português e vários embaixadores na capital francesa

⁷⁷ Em 14 de Maio, a imprensa de Genebra ofereceu um banquete em honra de Portugal, com a participação de delegações de diversos países e a presidência de Cunha Leal. Este retribuiu a honra no último dia da Conferência. Informações prestadas pelo *Journal de Genève* e pelo jornal *A Situação* de 12 e 25 de Maio de 1927.

⁷⁸ Entrevista de Cunha Leal ao *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, em 18 de Maio de 1927

desapontamento: “Entre os revolucionários não havia nenhum intuito de guerra ou de perseguição. Não queriam, nem podiam querer, guerrear qualquer organização política. Queriam fazer regressar o Partido Democrático ao quadro das suas funções verdadeiras e normais”⁷⁹.

Perante um quadro político onde se adivinhava, mais tarde ou mais cedo, a “excomunhão” da ULR, Cunha Leal decidiu-se pela publicação da carta que, em Janeiro, tinha endereçado ao Ministro da Guerra, fazendo cair na praça pública os acordos mais ou menos secretos mantidos com Passos e Sousa. No mesmo dia, a ULR dava a público um Manifesto que se tornou decisivo para a marcha da vida política portuguesa. Por unanimidade, a Comissão Consultiva do partido tinha decidido modificar a sua atitude perante o governo e a Ditadura Militar: “A insurreição militar do 28 de Maio não cumpriu o mandato imperativo que a nação portuguesa lhe outorgara. O que deveria constituir a libertação das forças nacionais submetidas ao uso monopolista do poder, transformou-se num exclusivismo que só a uma classe permitiu o trabalho de reorganização da vida pública”⁸⁰. O mesmo considerava em relação à extracção das competências que a ULR sempre aceitou que pudessem ser oriundas de “dentro ou fora de qualquer agrupamento político”, atendendo apenas aos seus méritos e virtudes e à sua manifesta disposição para colaborar no “ressurgimento nacional”. No entanto, persistem os exclusivismos. Um ano depois, quando devia estar em pé um claro delineamento económico, persistia “uma discussão árida dos princípios: “O que deveria ser decisão e energia, foi hesitação e violência”. A conclusão era inevitável e óbvia: saudando “todos os portugueses que, sob a égide da República procuravam assegurar com isenção os interesses da Pátria”, a “ULR declina toda e qualquer responsabilidade nos actos da Ditadura, acerca dos quais não foi consultada”, constatando que a Situação lhe não reservava qualquer papel decisivo na vida pública.

⁷⁹ Entrevista de Mendes Cabeçadas ao *Diário de Lisboa*, de 3 de Junho de 1927

⁸⁰ Manifesto publicado no *Diário de Lisboa* de 20 de Junho de 1927

O “Manifesto” do governo, ao fim do primeiro ano de Ditadura, não deixava margens a dúvidas: “ Ao governo não compete outorgar uma Constituição”. No entanto, afirmava também que não hesitaria “em tornar conhecidas as suas directrizes para a Constituição jurídica da República”. Ora, nessas directrizes cabiam o “fortalecimento do princípio da autoridade”, com o governo dependente directamente dum Presidente da República prestigiado, a “garantia das liberdades regionais, corporativas, familiares e espirituais”, uma “forma de representação nacional por delegação municipal e corporativa com atribuições deliberativas” – tudo isto – mas nenhum lugar para a vida parlamentar e partidária.

A Ditadura tinha agora apoio e autoridade para nomear “a coisa” nova, o novo Estado. Roubava muitas ideias ao projecto reformista da direita nacionalista que tão duramente tinha criticado a vida parlamentar da nova República velha, a partir, em particular de 1923. Cunha Leal tinha alimentado esse feroz anti-parlamentarismo – embora se referisse à situação criada pelo Partido Democrático. No entanto, sem alternativas de poder, essas críticas recaíram muito simplesmente sobre todo o sistema parlamentar. Agora, em 1927, parecia já tarde para fazer vingar uma reforma do sistema parlamentar! A direita anti-liberal preparava-se para empalmar a Situação. Em declarações ao *Diário de Notícias*, o Ministro do Interior Vicente Ferreira não necessitava sequer de disfarçar os objectivos da Ditadura: “ A primeira eleição que ela [nova lei eleitoral] proporcionará vai ser, segundo deliberação do Governo, a do sr. General Carmona como Presidente da República. Será um acto bastante simples, visto que, como é óbvio, o sr. General não tem competidores”⁸¹. Depois, seguir-se-iam as eleições dos “corpos administrativos”, logo após a constituição da União Nacional Republicana, os quais, com os representantes das corporações, representariam o voto da Nação. E como se formaria a almejada UNR? Muito simples também: numa reunião de delegados distritais em Lisboa, seria eleita a futura Junta Directiva. E aqueles, de onde viriam? – Aproveitar-se-ia uma reunião das Comissões Administrativas dos Concelhos (antes nomeadas pela Ditadura) para promover a indicação de delegados por todo o país.

O círculo ditatorial fechava-se neste segundo semestre de 1927. De uma forma quase unânime, a imprensa, (da situacionista à de grande informação, ou mesmo à panfletária e caricatural) bania os temas políticos do quotidiano. Parecia que tudo estava já decidido em matéria de organização política da nação. As conhecidas dificuldades para a obtenção do empréstimo interno que, a partir de 24 de Novembro, Sinel de Cordes se viu obrigado a deslocar para a égide da SDN, talvez ajudem a explicar esta *entente cordiale*. É certo que, à esquerda, o Revirinho, embora dividido por irreconciliáveis estratégias revolucionárias, e enfraquecido pelo desbaste que lhe foi infligido por centenas de deportações e exílios, continuava activo e a preparar a próxima saída à rua⁸².

Cunha Leal, ele próprio, partia para Angola, em missão do Banco de que era Governador, por lá permanecendo mais de três meses. Naquela colónia a situação era grave e delicada. A Europa tinha os olhos postos neste “mandato consentido” de Portugal sobre território tão vasto e promissor. Os colonos, insatisfeitos com a política orçamental restritiva de Vicente Ferreira, assoalhavam o seu descontentamento contra a estagnação da obra de fomento. Limitado no crédito de que podia dispor, também o Banco de Angola se foi consolidando, nos primeiros anos, debaixo do fogo cerrado das associações de colonos. Em entrevista ao *Distrito da Guarda*, Cunha Leal explicava a situação que se vivia em Angola: “À lenta colonização que fixa os homens à medida que o trabalho se converte em capital, sucedeu a tentativa de fixação rápida de núcleos populacionais em diversos pontos da província. Faltou o capital e a tentativa não teve sucesso”. Dessa tentativa de Norton de Matos, restavam ainda pesados encargos financeiros e uma obra de fomento abandonada a meio, que os colonos não podiam compreender. Simplesmente, a situação era fácil de explicar: o primeiro Alto Comissário, para instalar os “100 000 colonos teria necessitado de 60 milhões de libras e só dispôs de dois milhões e meio”. Angola era ainda uma colónia comercial, que exportava capitais, mais que os obtinha para seu proveito próprio. Inverter esta

⁸¹ Entrevista de Vicente de Freitas ao *Diário de Notícias*, 27 de Dezembro de 1927

situação, com aumento da produção e de capitais próprios precisava de uma intervenção especial: “Em Angola tem que ser feita uma forte intensificação da produção. E há que ser, porventura, o próprio Estado, que terá de ser ali um dos exploradores da riqueza inaproveitada”⁸³.

6. Que União Nacional Republicana?

No regresso de Angola, Cunha Leal teria facilmente percebido que a ULR pouco já contava para o desenrolar da Situação. A iniciativa pertencia agora ao Governo da Ditadura e a perplexidade começava a fazer estragos nos arraiais unionistas liberais. Na Primavera, quando teve eco a possível fusão do PRN e da ULR, em vários pontos do país faziam-se já combinações locais, antecipando a decisão dos líderes. Depois da decisão do Governo da Ditadura dar apoio à formação de uma União Nacional Republicana, eram de temer novas agitações e até deserções a nível da notabilidade local. A atitude de “expectativa”, nesta altura menos benevolente, definida pela Comissão Consultiva do partido em 22 de Outubro, mais parecia uma atitude de resistência passiva, propícia a todos os abandonos ou então favorável à integração individual, lenta mas segura, dos correlegionários na Situação. Não parecia essa, aliás, a posição de Cunha Leal? Como interpretariam os unionistas liberais a sua ida a Genebra, em representação do governo? E a assunção de Governador do Banco de Angola? Tinha, decerto, havido um corte de “relações diplomáticas” com a Situação pelo Manifesto de Junho, mas tal não deverá ter parecido suficientemente claro para muitos dos filiados da ULR. Em 19 de Outubro, em entrevista ao jornal *A Situação*, Cunha Leal voltava a reafirmar a posição do partido: “Não conspiramos, porque isso seria aumentar a desordem. Não mendigamos nem repelimos o Poder – coisas estas ambas indignas de homens públicos. Esperamos que a nossa hora chegue e ela chegará um dia”. Entretanto, continuavam “à luz do

⁸² A este propósito veja-se A H Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar*, op. cit. e Luís Farinha, *O Revirralho...*, op. cit., pp. 63-68

dia, a fazer esforços honestos” para se acercarem da área do poder e a “prestarem *individualmente* à colectividade o concurso das suas aptidões”.

Com um pé já bastante entrado na Situação, Botelho Moniz, membro da Comissão Consultiva da ULR, alertava para o perigo desta posição ambígua de quem não queria considerar-se nem vencido, nem vencedor. No jornal que dirigia, em 5 de Novembro, dava conta do frémito que corria pelo país em torno da formação da União Nacional Republicana. As simpatias que colhia levavam muitos núcleos locais da ULR a serem assediados ou a solicitarem instruções da Comissão Consultiva⁸⁴.

Os sinais de um desfecho infeliz para Cunha Leal e a ULR avolumaram-se no *1º Dezembro* desse ano de 1927. Um grupo de oficiais do Exército, com declaradas simpatias pelas propostas unionistas liberais, alguns mesmo filiados no partido, procuraram uma última diligência para aliar o núcleo republicano da Ditadura e o partido de Cunha Leal. Projectaram uma conferência para a Sala Portugal da Sociedade de Geografia e convidaram igualmente Carmona e o governo a assistirem. O chefe do governo telefonou mesmo a Cunha Leal a propor-lhe uma espécie de acto oficial, a que ele próprio presidiria, com assistência de alguns membros do seu gabinete. À hora da conferência, a polícia impediu a sua realização. O Ministro do Interior, sabendo com certeza o teor do que ia ser dito e, sem dúvida, por pressões do sector governamental *sineliano*, sustou o acto à última da hora, sem mesmo ter avisado Cunha Leal e dois ministros da Ditadura que para aí se tinham dirigido⁸⁵. Posto perante a situação por telefonema de Cunha Leal, Carmona apresentou razões de segurança para a proibição da conferência, ao que Cunha Leal teria respondido, segundo o seu próprio testemunho, que “quem tem medo compra um cão”.

⁸³ Entrevista de Cunha Leal ao *Distrito da Guarda*, 23 de Outubro de 1927

⁸⁴ Em entrevista ao *Diário de Lisboa*, de 12 de Dezembro de 1927, o líder local do distrito de Braga, Artur Brandão, dizia-se assediado pelo Governador Civil para apoiar a nova força política. Aguardava instruções de Cunha Leal, a quem tinha dirigido uma carta. Cunha Leal informaria que nenhum filiado se deveria inscrever no novo partido.

⁸⁵ FPCL, *As Minhas Memórias...*, op. cit., pp. 90-91

A conferência haveria de circular, em distribuição gratuita, com o título de *Nacionalismo – Conferência que se devia realizar na Sociedade de Geografia, em 1 de Dezembro de 1927 e que foi proibida pelo Governo*. Na apresentação do tema, não escondia a atitude de independência que o movia: “ O Governo, vindo aqui para ouvir e não para aderir, presta justiça às intenções de um homem; e, embora no fim, cada um de nós – Governo, ouvintes e conferente – possa ficar nas mesmas posições em que, anteriormente, estava, nem por isso a deferência, representada por essa comparência, deixa de ser grata a quem se limitou, (...) nas horas das mais furiosas invectivas, a sacudir quem o atacava, sem, como seria natural, se deixar arrastar para a guerra, para onde, aliás, desejavam empurrá-lo certos amigos e certos adversários da Situação”⁸⁶.

Frente a frente, Cunha Leal concebia duas hostes adversárias: os neo-democratas, entre os quais se contava e os neo-nacionalistas, inspirados no reaccionarismo maurrasiano que, pela força da violência revolucionária, pretendiam instaurar fórmulas políticas novas. Filha da Revolução Francesa, a democracia firmava-se em princípios susceptíveis de evolução. Havia dois obstáculos: os neo-nacionalistas, saudosistas de uma época da sociedade portuguesa em que a dissolução do poder político tinha feito emergir a família, as corporações, os municípios e as regiões, sob a égide de um rei hereditário e “certas lapas da democracia que persistem em preservar, em toda a sua pureza original, princípios que já não correspondem às necessidades hodiernas”⁸⁷. A Revolução Francesa tinha rolado “pelo mundo inteiro como uma avalanche. Arrasou o que era mau e o que era bom”. No entanto, perguntava Cunha Leal aos reaccionários que apostavam em “destruir a obra assassina da Grande Revolução”: “Pode alguém, sinceramente, lamentar-se de que a Revolução Francesa tenha determinado o progresso sensível da produção e operado a multiplicação dos capitais?”⁸⁸

⁸⁶ Vide FPCL, *Nacionalismo*, p. 2

⁸⁷ Idem, p. 15

⁸⁸ Idem, p. 11

Os tempos mudaram e o internacionalismo económico e industrial colocavam os povos que, como os portugueses, possuíam uma indústria frágil, como “vítimas destas complicadas combinações industriais”. No horizonte, ouvia-se já falar na federação dos Estados Unidos da Europa, como forma de resistir ao avassalador poder económico norte-americano. Com isto, descaracterizavam-se as nacionalidades que também perdiam, lentamente, a sua autonomia económica. Cunha Leal defendia uma reacção nacionalista, baseada na valorização dos laços familiares e corporativos e no ressurgimento de uma indústria regional, sustentada nas novas potencialidades da energia eléctrica. Os neo-democratas eram, pois nacionalistas, aliás partilhando de muitas das ideias dos neo-nacionalistas. Separava-os a mentalidade e os processos: “A mentalidade destes nossos adversários tem todas as fúrias do homem primitivo e os seus processos são os da violência. Sonham – insisto – com a demolição”. Como resultado político dessa sua atitude de tudo ou nada, “cavaram um abismo entre a Situação e muitos dos que a poderiam auxiliar no campo Republicano”, obrigando-a a “marcar passo”⁸⁹.

A situação da Ditadura portuguesa – reconhecia – era única a nível mundial. No caso das ditaduras italiana ou espanhola, tinha havido um poder que sancionara o acto revolucionário. Mesmo Sidónio tinha submetido o seu consulado à sanção da Nação. Urgia, portanto, legitimar a Situação, aos olhos da Nação e da comunidade internacional. Mas como conseguir essa consagração da aliança entre a Ditadura e os portugueses? Esperando que a Ditadura outorgasse uma nova Constituição? Mas, nesse caso, que princípios vingariam no novo texto? Uma fórmula de transigência, como aquela que propôs a ULR, ou outras apresentadas por outras forças políticas? Cunha Leal propunha uma fórmula transitória de poderes que associava novas expressões da representação nacional à necessidade de recriar um novo Poder Legislativo. A Ditadura promulgaria uma nova lei eleitoral, na base da qual seria eleita uma Grande Assembleia, composta por todos os corpos administrativos da Nação: corporações profissionais e administrativas, associações intelectuais, artísticas e outras formas

⁸⁹ Idem, p. 17

orgânicas representativas. A esta Assembleia seria dada a missão de fixar as Bases da nova Constituição, de cuja redacção ficaria incumbido um grupo de técnicos de Direito Constitucional. Uma delegação desta Assembleia ficaria a funcionar até à primeira reunião do Poder Legislativo que tivesse sido consagrado no novo texto constitucional. Antes de dissolver-se, definitivamente, esta Assembleia sancionaria ainda a Suprema Magistratura da Nação.

Difícilmente se poderia vislumbrar uma orgânica mais contemporizadora com todos os princípios enunciados pelo conservadorismo republicano e pelo integralismo! Nem mencionados eram os partidos políticos! Apenas uma referência indirecta ao regime pela consagração da Suprema Magistratura da Nação através do voto. No entanto, lá estava consagrado o princípio da representação nacional e a existência de um Poder Legislativo autónomo, bem como a elaboração de uma Constituição por uma emanção da Nação, uma espécie de Assembleia Constituinte e não a pura outorga de um instrumento constitucional que a Nação apenas tivesse que plebiscitar.

Uns dias depois, a 27 de Dezembro, o Ministro do Interior Vicente de Freitas, anunciava as linhas de um processo de transição que, como já vimos antes, apenas tinham alguns pontos de contacto com a fórmula proposta por Cunha Leal. No essencial, ressuscitava o plebiscito sidonista, colocando como garante, à frente do processo ditatorial, um Presidente da República eleito por sufrágio directo pela Nação. A representação nacional ficaria adiada para depois do desmantelamento total das forças partidárias e constituição de uma força única, nacional, apoiante da Ditadura.

7. Sob o signo do empréstimo externo

Em 24 de Novembro, o Ministro das Finanças Sinel de Cordes deu a conhecer ao Conselho da SDN que o governo português desejava pôr em execução um projecto de

restauração financeira, de estabilização monetária e de desenvolvimento económico, tendo em vista a obtenção de um empréstimo externo vultuoso. Esta atitude de Cordes, veio na sequência das dúvidas levantadas pelos banqueiros ingleses e pelo próprio governo de Sua Majestade quanto à estabilidade política que pudesse ser um garante da boa utilização dos recursos financeiros solicitados. Os primeiros contactos dos peritos da Lazard & Brothers com a Situação, em Agosto de 1927, mereceram uma apreciação favorável e uma concordância com o ponto de vista do governo português: o empréstimo saldaria os défices do Estado português no prazo de quatro anos, ajudaria a estabilizar o escudo e permitiria obras de fomento⁹⁰. No entanto, um mês mais tarde, em 26 de Outubro, a própria Lazard levantava dificuldades na obtenção do empréstimo, devido à situação financeira e política do país e às dúvidas que vinham sendo levantadas pela oposição exilada⁹¹. Em 9 de Junho de 1927, Afonso Costa, Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos e Jaime Cortesão, enviavam um protesto à SDN, em nome da Liga de Defesa da República, renovando o protesto formulado em Janeiro anterior “...contra o empréstimo de 12 milhões de libras que a Ditadura insiste em negociar no estrangeiro, nesta altura em Madrid, alienando para este efeito as receitas dos tabacos e fazendo a Espanha concessões ruinosas...” Mais tarde, em 3 de Dezembro, a Liga de Paris dava a conhecer num novo manifesto “Ao País” a sua posição crítica sobre o pedido do governo português à SDN, ao mesmo tempo que enviava um telegrama ao secretário-geral da SDN, Sir Eric Drummond. Nesse manifesto considerava que Portugal não precisava de intervenção estrangeira para “sanear as suas finanças, e todos os portugueses repulsam o pedido em questão, que corresponderia a uma declaração de incapacidade e impotência e que afectaria a honra nacional”⁹².

Cunha Leal e a ULR participaram, empenhadíssimos, nesta “questão nacional”: “ Indo a Genebra, em nome de Portugal, solicitar da Sociedade das Nações o seu apoio para a realização de um empréstimo externo, o sr. Ministro das Finanças praticou um acto que, por

⁹⁰ AOS/CO/FI – 41, situação financeira do Governo Português, Relatório de R W Binder, de 20/10/27

⁹¹ AOS/CO/NE-5 A, Empréstimo a contratar sob os auspícios da SDN.

ser duma gravidade excepcional, só num país de escravos deixaria de ser sujeito a discussão”⁹³. Esta era uma pedrada no charco a que nem *O Rebate* (sempre ferozmente crítico de Cunha Leal) deixou de assinalar quando o pequeno livro, com a recolha das posições do chefe unionista saiu a lume: “ Acaba de aparecer *O Empréstimo Externo* (...) que define perante o momentoso problema uma atitude que não pode deixar de acarretar simpatias para o seu autor, a quem não regatearemos louvores pelo desassombro com que as assumiu. Assim o sr. Cunha Leal os tivesse merecido em todos os actos da sua vida política!”⁹⁴.

Poderia Cunha Leal não obter o reconhecimento de um público muito vasto sobre as soluções políticas que apresentara na Conferência proibida de 3 de Dezembro. No entanto, é obrigatório reconhecer que a sua competência técnica obtinha um acolhimento quase indiscutível na opinião pública nacional, tanto mais que, neste início de Dezembro, acabava de ser nomeado membro efectivo do Comité Consultivo Económico da SDN⁹⁵.

Um largo consenso nacional contra as condições do empréstimo externo tratadas por Sinel de Cordes não impedia, no entanto, vozes de apoio ao ministro⁹⁶. Algumas dessas vozes vinham mesmo do interior do partido de Cunha Leal: Jorge Botelho Moniz fizera a “defesa calorosa do Ministro das Finanças”, ferindo assim “a consciência partidária”⁹⁷. A Comissão Consultiva da ULR, através do seu líder, convidava-o a “conformar a sua atitude” com a que fora defendida, publicamente, perante o Presidente da República ou a deixar o partido, caso persistisse na sua posição. Dias depois, a ULR perdia um dos seus líderes: “Tentei um entendimento entre você e o governo. Julgava, e julgo, que só a criação de um grande bloco nacional das direitas, moldado em fórmulas novas, pode equilibrar e resolver o problema

⁹² “Ao País”, in A H Oliveira Marques, *A Liga de Paris...*, op. cit., p. 88

⁹³ Vide Cunha Leal, *O Empréstimo Externo, Alguns documentos*, Edição de um grupo de amigos de Cunha Leal, Lx., Dezembro de 1927

⁹⁴ CF. *O Rebate*, 4 de Fevereiro de 1928

⁹⁵ Desde a reunião da Conferência Económica Internacional, em Genebra, que esta tinha recomendado a Stresmann, ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, de indicar os nomes de 30 peritos, entre economistas e políticos, para constituir uma espécie de pequeno parlamento, o qual viria a constituir o Comité Consultivo Económico da SDN. Apoiado igualmente pelo francês Loucheur, Cunha Leal tinha deixado marcas impressivas na sua participação na Conferência Económica de 1927. Daí à escolha foi um passo

⁹⁶ Amplamente concordantes com Sinel de Cordes estiveram os jornais monárquicos e católicos *Correio da Manhã* e *A Voz*, designadamente em editoriais dos dias 15 e 18 de Dezembro de 1927

político português”⁹⁸. Com ele, afastavam-se da ULR os presidencialistas e ex-sidonistas que haviam embarcado no bloco nacionalista. Botelho Moniz tinha razão em afirmar na carta referida que aquela lhe parecia apenas uma “discordância momentânea”, em tudo desproporcionada com a intransigência do partido. No entanto, é bom de ver que, no fundo, a divergência maior residia num assunto *tabu*, que nem Cunha Leal tivera coragem em abordar na sua Conferência proibida de 3 de Dezembro, a saber, que resultados poderiam advir para os partidos constitucionais depois das reformas que se anunciavam sobre a formação de uma União Nacional Republicana? Aqui, separavam-se claramente os dois homens, com Botelho Moniz a adoptar a fórmula sidonista do partido do Presidente...

A discordância da ULR quanto ao pedido de empréstimo externo do governo, sob os auspícios da SDN, foi manifesta e publicamente conhecida por carta enviada ao Presidente Carmona⁹⁹. Não alimentavam qualquer esperança de “solidariedade com o protesto, pelo menos infeliz, que concidadãos nossos levaram à SDN”, mas batalhavam sobre os mesmos argumentos: o controle exigido pela SDN sobre a situação financeira portuguesa era “humilhante” e “perigoso”. Humilhante, porque sendo a SDN uma instituição eminentemente política, só situações excepcionais (como por exemplo o estabelecimento de novos Estados) poderiam justificar o lançamento de um empréstimo sob a égide da Sociedade. Perigoso, porque sendo Portugal uma potência colonial com a responsabilidade de assegurar um “mandato consentido” sobre as suas colónias, dificilmente poderia garanti-lo internacionalmente perante a confissão da “sua falência financeira”. Os argumentos eram técnicos, mas a luta era eminentemente política. Que resultados adviriam de um empréstimo conduzido por Sinel e pelo seu bloco direitista e monarquizante? Parecia óbvio a todos que o recurso à SDN, (provavelmente sugerido pela própria Inglaterra) visaria resolver o problema da falta de legitimidade decorrente da não aprovação do empréstimo por um Parlamento

⁹⁷ Carta de Cunha Leal a Botelho Moniz, 16 de Dezembro de 1927, in *O Empréstimo Externo*, op. cit., p. 35

⁹⁸ Carta de Jorge Botelho Moniz a Cunha Leal, 17 de Dezembro de 1927, idem, p. 39

⁹⁹ Carta da Comissão Executiva da ULR ao sr. Presidente da República, 14 de Dezembro de 1927, idem, pp. 1-10

eleito. Todos temiam também o prestígio acrescido de um chefe político que, através do reconhecimento internacional e da obtenção do empréstimo se consagraria como um salvador nacional. Não será, portanto, de estranhar uma concordância táctica da oposição republicana constitucional, unindo pela primeira vez a Liga de Paris e a ULR.

Nos dias seguintes à divulgação da posição da ULR, Sinel de Cordes procurou, em entrevistas ao *Século*¹⁰⁰ e ao *Diário de Notícias*¹⁰¹, rebater os argumentos apresentados, reconhecendo implicitamente as dificuldades que decorriam da campanha internacional dos exilados parisienses. A Cunha Leal respondia que o empréstimo não punha em causa a questão colonial e que o recurso à SDN apenas se justificava para garantir condições menos onerosas. Nos dias seguintes, as respostas de Cunha Leal aos mesmos jornais clarificavam, em definitivo o pomo da questão. Em primeiro lugar a questão era técnica: “Ele [Sinel de Cordes] sabe que um Estado que tem um défice orçamental de 390 000 contos, (...) que tem despesas com a força pública aproximadamente de 680 000 contos, ou seja, 46,8% de todas as despesas previstas, dificilmente pode obter o beneplácito da SDN para um empréstimo externo antes de refundida convenientemente a administração pública”¹⁰². O problema estava, pois, a ser posto ao contrário pelo Ministro das Finanças. O processo tinha sido conduzido desastrosamente desde o início, segundo Cunha Leal: o ministro tinha sido induzido pelo exterior a recorrer à SDN, mesmo antes de esgotados todos os outros meios de que podia dispor. No fundo, tratava-se da exigência vergonhosa dos antigos prestamistas que pretendiam de Genebra “um carimbo de constitucionalidade”. E terminava: “O sr. Ministro das Finanças foi pedir à Sociedade das Nações que, com o peso da sua autoridade, dispensasse o governo português da obrigação de cumprir as leis do País; foi pedir-lhe que sancionasse a Ditadura como forma normal de governo deste País”¹⁰³.

¹⁰⁰ Cf. o jornal *O Século*, 19 de Dezembro de 1927

¹⁰¹ Cf. o jornal *Diário de Notícias* de 21 de Dezembro de 1927

¹⁰² Cf. o jornal *O Século* de 21 de Dezembro de 1927

¹⁰³ Idem

A contenda Leal/Sinel teve larga repercussão pública, já que, com diminuto apoio, o ministro se preparava para aceitar a decisão da Sociedade de só validar o empréstimo depois da vinda de uma comissão de estudo a Lisboa¹⁰⁴. Nos primeiros dois meses de 1928 actuou em Lisboa a comissão de peritos, junto do governo e das instituições bancárias. Tentando conciliar os “deveres disciplinares” com a “repugnância individual”, Cunha Leal pôde acompanhar o trabalho dos peritos (um dos quais conhecia de Genebra) no banco que dirigia. Em 5 de Março, o Conselho da SDN tornava públicas as vexantes condições da realização do empréstimo: a existência de um agente de ligação junto do Governo Português e a faculdade de o Comité Financeiro enviar uma comissão financeira para administrar as receitas do empréstimo, logo que se verificasse qualquer desvio ao estipulado. Sinel desaparecia nesses dias do mapa das existências para deixar ao interino Ivens Ferraz a incumbência de, em *nota oficiosa*, declarar não aceitar as condições impostas, “recuperando o governo a liberdade de acção para prosseguir as negociações do empréstimo onde e como entender”¹⁰⁵. Vencido Sinel, nem por isso os republicanos constitucionais tinham aberto o caminho para o seu regresso. Avizinhavam-se lutas mais ásperas e definitivas.

8. Contra a ditadura financeira de Salazar

Eram visíveis as dificuldades de Sinel de Cordes no governo da pasta das Finanças. Um ex-ministro das Finanças, oriundo da área católica, embora criticando a “desenfreada especulação política” feita em torno do empréstimo, continuava a publicar artigos no jornal *Novidades* em que defendia que nenhum empréstimo poderia ser feito em boas condições sem antes se verificar o equilíbrio orçamental¹⁰⁶. Vindo de Coimbra, o professor Oliveira Salazar –

¹⁰⁴ Nas *Memórias*, op. cit., p. 158, Cunha Leal relata a diligência do ministro João Belo para que conferenciasse com Sinel as suas divergências. Do encontro, nada terá resultado que fizesse alterar a sua posição.

¹⁰⁵ Nota oficiosa inserida na imprensa de 9 de Março de 1928

¹⁰⁶ Oliveira Salazar, “O Empréstimo Externo”, jonal *Novidades* de 3 de Janeiro de 1928. Esta opinião, contrária à política governamental, iria suscitar uma explicação do próprio ao Ministro das Finanças. AOS/CO/FI-41, carta de Salazar (transcrição)

dele se trata – parecia ainda longe da política ditatorial e apenas envolvido nos meandros da política financeira. Por esta porta entraria, três meses mais tarde, para se tornar o senhor incontestado da Situação por longas décadas.

Regressado do Alcaide no último dia de Dezembro, Cunha Leal era esperado com alguma ansiedade nos meios políticos da capital, em especial entre os seus correlegionários. No entanto, também o republicanismo de esquerda aguardava com curiosidade o evoluir do duelo Sinel/Leal.

Inesperadamente - ou talvez não...- Cunha Leal abria o ano com uma conferência no Teatro S. Luís, integrada num programa de palestras em curso, sobre temas variados, no mesmo sábado em que mais de 30 000 pessoas assistiam no *Stadium* de Lisboa ao *derby* de futebol entre Portugal e a Espanha. Entradas pagas, uma assistência numerosa de figuras públicas, de oficiais do Exército, de “avançados” e também da fina flor do reaccionarismo nacional. Todos reconheciam em Cunha Leal um dos maiores oradores, talvez o primeiro orador naquela época: “A sua eloquência não tem origem ou explicação em lições de estranhos. É espontânea, natural, sem esforço e será também sem sucessão” – considerava o repórter do *Diário de Lisboa*. Um tema escaldante: *O Internacionalismo*, ou mais especificamente a luta tremenda que por essa época travavam os dois grandes líderes soviéticos – Estaline e Trotsky – pela condução do regime soviético e bem assim os efeitos previsíveis dessa contenda no mundo ocidental. Como em tantos outros sítios, desde há seis anos àquela parte, esperavam-se incidentes entre a assistência e o conferencista. Não agradaria aos “bolchevistas”, muito menos aos integralistas. A meio da conferência, o capitão Delfim Maia, que todos tinham por monárquico, insurgia-se contra um Cunha Leal que chamava à luta a burguesia cobarde e indiferente ao avanço do bolchevismo. Apelidado de bolchevista, foi expulso da sala. Mais tarde, o mesmo aconteceria a alguns integralistas que apostavam no boicote à conferência.

Que estranhos desígnios políticos teriam alimentado a decisão do tratamento de um tão estranho tema? Em primeiro lugar, parecia esta uma excelente oportunidade para retomar o tema do nacionalismo que não pudera tratar em 3 de Dezembro. Em segundo lugar, parece claro que a intenção de alertar para o perigo bolchevista se articulava com o repúdio pelas alianças com o mundo esquerdista e revolucionário que tinha criticado durante os acontecimentos do *3-7 de Fevereiro de 1927* e que, aparentemente, essa esquerda continuava a alimentar. Não tão esotérico, portanto, como poderia parecer à primeira vista, este tema do *Internacionalismo*.

Difícilmente podiam encontrar-se em Portugal uma dúzia de convictos comunistas tão profundamente informados sobre a Revolução Social russa e mundial como o conferencista. Do terramoto imenso ocorrido na Rússia dos czares já vagas sucessivas se tinham feito sentir: na Alemanha, na Áustria, na Hungria, até na China... A influência do “misticismo russo” era já esmagador, mesmo numa época em que os “sucessos” económicos e sociais do Estado russo ainda não eram de “molde a determinarem no operariado industrial europeu o desejo veemente de trocar o *inferno* capitalista pelo *paraíso* socialista”. Ao longe, a invasão dos “novos bárbaros”, assente sobre o arraial militar do Exército Vermelho, punha em confronto dois sistemas que dificilmente poderiam coexistir durante muito tempo. Nessa luta, conseguiria o bloco socialista sair vencedor, ou antes, seria possível ao capitalismo “robustecer um sistema de organização social que ainda não deu todos os frutos que dele é legítimo esperar?”¹⁰⁷ Seria um crime ignorar essa luta de classes fenomenal que se desenrolava às portas da “Civilização” industrial europeia: “Se a burguesia se não quer deixar tosquiar com um rebanho de carneiros resignados, se dentro dela ainda existe, como uma chama, a consciência da dignidade e da utilidade da sua função social (...), então precisa de conhecer toda a profunda gravidade dos males que a afligem e precisa preparar-se, com ânimo forte, para os atalhar”¹⁰⁸.

¹⁰⁷ FPCL, *Internacionalismo – Trotsky e Staline*, Lx., 1928, p. 5

¹⁰⁸ Idem, p.6

Durante cerca de duas horas, Cunha Leal confrontou os incomodados assistentes com as interpretações do materialismo histórico e com a genealidade de homens como Lenine e, sobretudo, Trotsky. Até ao momento, a revolução russa tinha-se conservado como um movimento puramente nacional. No entanto, ninguém podia estar certo de que assim continuasse. Trotsky, o defensor da revolução europeia e mundial, o “aventureiro e ousado” Trotsky, tinha sido vencido pelo labor “burocrático e metódico” de Staline e pela tese da revolução num só país. Mas, poderiam os países ocidentais descansar, ou seja, era a tática defendida por Staline menos perigosa para o mundo ocidental? Não! – era a resposta do conferencista. Isto porque a Europa caminhava para a cartelização industrial, uma fase derradeira do capitalismo que não significava, do seu ponto de vista, a correcta superação das contradições do mundo ocidental. Essa cartelização corria ao invés do interesse dos pequenos países e, por essa razão, tinha votado contra a generalização das grandes concentrações na última Conferência Económica Internacional da SDN. Que remédio então para este internacionalismo que ameaçava subverter as economias e os Estados? “Só o *nacionalismo*, despertando os povos do seu adormecimento já muito prolongado (...) poderá servir de barreira contra esta tendência, para se deixar cada Nação sujeita a todas as penetrações e influências do estrangeiro (...) e determinar a lenta ou rápida extinção do foco russo de infecção social”¹⁰⁹.

Cunha Leal retomava, por processo indirecto, o tema da conferência proibida de Dezembro, cujo alvo era, como vimos o *nacionalismo* exclusivista dos integralistas. Voltava à carga na conferência do S. Luís: “Torna-se necessário que aqueles que se acolham debaixo desta bandeira sagrada não transformem o seu nacionalismo numa arma de agressão contra os que não adoptem integralmente o seu programa”¹¹⁰.

A par do empréstimo em curso, a questão política e eleitoral era a que suscitava maior interesse de todas as famílias políticas – tinha sido jogada mais uma carta decisiva

¹⁰⁹ Idem, p.37

¹¹⁰ Idem, p. 38

sobre a definição futura do regime. Entre os unionistas liberais agitaram-se as águas. O governo não perdia tempo. Em 3 de Janeiro, o Ministro do Interior reuniu os representantes de todas as comissões administrativas do país. O repórter do *Diário de Lisboa* anotava uma consideração significativa de um dos comissários: “A máquina eleitoral dos partidos ainda está muito bem montada (...). É por isso inoportuno pensar em eleições dessa natureza”¹¹¹. Restava a eleição presidencial. Os partidos políticos reuniram nos dias seguintes: os Democráticos exigiam liberdade de propaganda de pelo menos um mês; a ULR fazia depender a sua intervenção do comportamento do governo em matéria de recenseamento, embora se manifestasse, em princípio, favorável. Os meses seguintes não trouxeram alterações substanciais à posição dos *lealistas*. Em 21 de Janeiro, a Comissão Executiva resolvera concorrer às urnas para a eleição presidencial, “por ser contrária à abstenção”, e aguardava a “oportunidade de proceder à apresentação do candidato em que os seus filiados deverão votar”¹¹². A resistência a uma espécie de plebiscito continuava ainda a animar as hostes por meados de Fevereiro. No órgão da ULR de Penafiel, considerava-se: “O governo, vindo a público com a declaração de que pretende legalizar a situação da presidência da República por sufrágio directo, não pode ter a pretensão de impor ao país um PR que não seja aquele a que as urnas, livre e declaradamente, confiem esse alto cargo”¹¹³. No entanto, a importância da eleição de Carmona, a 25 de Março, parece ter sido obnubilada pelo episódio da recusa do empréstimo, pela parte do ministro Ivens Ferraz que, na sua chegada a Lisboa, uns dias antes, foi aclamado delirantemente por uma multidão entusiástica¹¹⁴.

Sob o peso desta, pelo menos aparente, derrota política da Ditadura realizou-se a remodelação governamental de 18 de Abril de 1928, já sob a égide do novo Presidente da

¹¹¹ Cf. o jornal *Diário de Lisboa* de 3 de Janeiro de 1928

¹¹² Cf. o jornal *O Comércio de Penafiel* de 21 de Janeiro de 1928

¹¹³ Idem, 11 de Fevereiro de 1928. A posição, no interior do partido, deverá ter sido, no entanto, conflitual. Em 18 d Fevereiro, *A Opinião* (órgão da ULR de Oliveira de Azeméis), dava a conhecer uma posição da Comissão executiva do partido. Aí se considerava que os filiados não poderiam comprometer a sua posição com o voto na eleição presidencial, tendo recomendado que não aderissem à União Nacional Republicana

¹¹⁴ Claramente contra a eleição de Carmona esteve apenas a Liga de Defesa da República, num novo manifesto que titulóu “A Farsa da Eleição Presidencial”. Na eleição, os exilados viam apenas o desvirtuamento do regime

República Óscar Carmona, com José Vicente de Freitas na chefia do governo. Poucos dias depois, Duarte Pacheco trazia de Coimbra Oliveira Salazar para ocupar a pasta das Finanças. Do “misterioso” e “douto” professor coimbrão se soube, logo de entrada que tinha uma “preocupação dominante: *durar*”¹¹⁵. Colhia, pelos vistos muitos apoios como ditador das finanças, de tal forma era dramática a situação das contas públicas. O próprio Cunha Leal lhe reconhecia virtudes, antes do corte de relações, em 1930: “Confesso o meu pecado ou...a minha virtude. Dos contactos conimbricenses com o Dr. Oliveira Salazar resultou simpatizar com ele. Era um homem hermético, (...), metuculoso como professor, exigente, com tendência antes para a severidade austera do que para a benevolência temperada (...). Essa simpatia vinha-lhe talvez de uma certa origem comum: rural, beirã, de parcos meios materiais, levado pelo próprio pulso a erguer-se orgulhosamente ao lugar dos notáveis mestres de Coimbra. Tinham seguido por caminhos diversos: um ensimesmado e com dificuldades oratórias, faria da cátedra o trampolim para o poder; o outro, expansivo, vibrátil, acompanharia as vicissitudes e o rasto trágico da República. Aproximava-o ainda destes sábios coimbrões “uma mescla de intransigência e tolerância: a primeira, para quantos errem e prejudiquem, sistematicamente, o interesse nacional por falta de competência, por estreito partidarismo ou por mesquinha obstinação; a segunda, para com os portadores de ideologias dissemelhantes da minha, mas, em todo o caso, sem carência de sinceridade, nem de aturado estudo e reflexão”¹¹⁶.

À frente da pasta das finanças, Salazar adquiriu um reconhecido prestígio. Este “Senhor da Serra” (o que literalmente serrava nas despesas públicas), bem apoiado pelo “Senhor da Atalaia” (o militar que vigiava o retorno dos “políticos”)¹¹⁷ teria agradado, nas primeiras medidas tomadas, a Cunha Leal. No aniversário do 28 de Maio, Salazar afirmava justamente que tinha uma meta: o equilíbrio orçamental. Opor a esta a “política de fomento”

constitucional que a Constituição consagrara como parlamentarista, por um regime presidencialista, sem qualquer consulta prévia à nação.

¹¹⁵ FPCL, *As Minhas Memórias...*, op. cit. p. 169

¹¹⁶ Idem, p. 174

era um erro, porque, como então afirmava “ não há crédito, grande ou pequeno, para um Estado que tem as suas contas permanentemente desequilibradas”¹¹⁸. Na imprensa regional afecta à ULR, porventura menos cuidadosa tacticamente, os encómios raiavam o entusiasmo exaltado. Sobre Salazar, afirmava o *Distrito da Guarda*, em 6 de Maio, poucos dias depois da posse: “O homem de estudo e, sem dúvida, de acção, revela-se na concisão das suas declarações, deixando entretanto entre todos os que o ouviram a esperança de que um homem de alto valor mental, sadia inteligência, reconhecida honestidade, intenção e fé no seu saber, sobraça aquela das pastas de que depende no actual momento o ressurgimento do país”.

Nos meses seguintes, os apoios fortíssimos da Igreja¹¹⁹ e do corpo diplomático inglês em Lisboa não deixavam grandes margens para a oposição constitucional de esquerda que preparava, de novo, a revolução, apesar do amplo movimento grevista estudantil que se seguiu à extinção de várias escolas superiores no país e do descontentamento que grassava entre as várias centenas de deportados, exilados e respectivas famílias políticas¹²⁰. No entanto, é justo reconhecer que o novo governo de José Vicente de Freitas inaugurou uma época de apaziguamento que viria a trazer profundas repercussões nos dois anos seguintes. A primeira leva de deportados, vindos das colónias, chegou a Lisboa em meados de Maio e, durante os dois meses seguintes, a Censura permitia que se desenrolasse uma campanha de solidariedade para com os presos políticos, desencadeada pelo jornal *O Rebate*, a que se juntaram mais 17 jornais, tendo reunido mais de duas centenas de contos. Embora mitigada, esta parecia ser a

¹¹⁷ Os termos foram glosados, a partir de 1928, no jornal humorístico *Os Ridículos*

¹¹⁸ Cf. Oliveira Salazar (declarações) “Se não fizermos a revolução de cima para baixo, ela virá de baixo para cima contra tudo o estabelecido”, *Diário de Lisboa* de 28 de Maio de 1928

¹¹⁹ Pela Igreja, D. António Mendes Belo publicava uma pastoral, seguida de multiplicados “apelos patrióticos” dos bispos das mais importantes dioceses portuguesas para a necessidade de apoio à obra de Salazar, solicitando a antecipação do pagamento de impostos. Cf. a título de exemplo o jornal *Novidades* de 14 de Julho de 1928. Por seu lado, em comunicação de 3 de Agosto, Sir Ronald Lindsay, considerava para Carnegie que “ pela primeira vez, desde há muitos anos, Portugal tem um governo honesto e vários ministros que são experts nos seus domínios de acção, e não apenas políticos. A maioria da nação apoia o governo. Julgo que não deveríamos tornar as coisas muito difíceis a este governo”, PRO, 1928, nº 53/54, 3 de Agosto de 1928 (posto à leitura no ICS). Por esta altura, abundavam as comunicações deste tipo, enviadas a Londres, descrito Salazar “como a personalidade mais interessante e influente do país”

¹²⁰ Em 20 de Julho de 1928, o Revirvalho voltou a sair à rua, embora decapitado de muitas das figuras e movimentos sociais e políticos que lhe tinham dado forma em 1927. Em 1 de Maio de 1928, fora preso o Comité Revolucionário de Lisboa, depois deportado para S. Tomé. A revolução foi importada de Paris e, por isso, o 20

contrapartida que o Governo da Ditadura julgava poder servir de moeda de troca para o desejado pacto republicano.

9. A Ditadura Eterna e a “Obra Intangível” do “mago conimbricense”

Em entrevista à *Stampa*, o novo Presidente da República definia a natureza das relações entre os políticos e a Ditadura Militar: “Nenhumas relações temos com os partidos constituídos, nem sequer as consentimos. Entretanto, ter-nos-ia sido agradável obter colaboração pessoal”. À pergunta do jornalista sobre a provável duração da Ditadura, Carmona respondia: “Quem sabe? A ditadura é simplesmente uma palavra a que se ajusta as medidas indispensáveis para a segurança e para a ordem”¹²¹. Não seria esta a última reacção dos ditadores contra os *políticos*, nem muito menos a última tentativa de reconciliação e de transição pactuada. No entanto, aproximavam-se os tempos em que não só não havia lugar para os partidos, como também não haveria lugar para qualquer participação individual dos *políticos* dentro da Ditadura.

A primeira divergência de Cunha Leal com o novo Ministro das Finanças ocorreu poucos dias depois da tomada de posse de Salazar, a propósito do problema de Angola. Era por essa altura aflitivo o designado “problema das transferências”, com implicações directas na gestão do Banco de Angola. O Governador tinha apresentado um plano de acção ao ex-ministro Sinel de Cordes, o qual incluía, para além de outras medidas de racionalização das transferências e dos créditos, a subvenção de uma quantia fixa anual pela parte do Estado central, com a finalidade de cobrir o défice das transferências. Salazar decidiu anular, com retroactividade, o Decreto que cobria o apoio de Lisboa a Luanda. Iniciava-se desde esta hora um conflito que se tornou público no início de 1930: “Durante esta última conferência, manifestou-se viva discordância entre mim e o Dr. Salazar a propósito dos sacrifícios que, ao

de Julho foi um fracasso, apesar de manifestações vigorosas de revolta militar, como a que mobilizou uma coluna formada em Pinhel. Vide Luís Farinha, *O Revirralho...*, op. cit., pp. 81-87

invés dele, eu achava mais do que convenientes, necessários, para o desenvolvimento material e espiritual dos nossos domínios ultramarinos”¹²². Para Salazar – considerava Cunha Leal – “as colónias era um cancro e um pesadelo”, um poço sem fundo que absorvia adiantamentos sem nenhum benefício para o país. A propósito, conta-nos este episódio que, a traços indeléveis bem realça o oportunismo político de Salazar, nesta primeira fase. No meio de um daqueles debates discordantes, teria afirmado o Governador: “...concluo, então, que aqueles que nos arrebataram Angola, nos prestarão, segundo a opinião de V. Exa., um serviço incalculável”. Ao que o estadista, com gesto indefinível, atalhou: - “Também nem tanto.”¹²³.

Em 28 de Maio, Cunha Leal regressava de Genebra onde se havia deslocado no âmbito da sua participação no Conselho Económico Internacional. Um ano depois da primeira deslocação – como declarava ao *Diário de Lisboa* à chegada – o mundo pouco tinha mudado. Continuava na ordem do dia a questão das “proibições e restrições” comerciais, em particular de produtos que começavam a ser excedentários, como o açúcar, sobre cuja produção Portugal adoptava um acentuado protecçãoismo nas colónias. Com a sua intervenção conseguira que o problema fosse adiado em função de um estudo mais rigoroso.

Pouco tempo se detivera, desta vez, fora do país. No entanto, no regresso, e numa prática que se ia tornando a pouco e pouco mais rara, sentiu necessidade de retomar a comunicação pública das apreciações políticas do partido. Os boatos de revolução voltavam a ouvir-se em Lisboa. A Comissão Executiva da ULR, examinando o momento político, reafirmava para o país a necessidade de “uma administração do Estado competente e honesta, tendente a atenuar paixões facciosas e a promover mútuos esquecimentos de agravos políticos”¹²⁴.

¹²¹ A entrevista foi transcrita pelo *Diário de Lisboa* de 13 de Abril de 1928

¹²² FPCL, *As Minhas Memórias...*, op. cit., p. 184

¹²³ FPCL, *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Colonial Português*, Edição do autor, Lx., 1930. Esta opinião sobre a “indiferença” salazarista em relação às colónias, em período anterior a 1930, foi posteriormente confirmada por estudiosos da política colonial. Vide, entre outros, Yves Léonard, “O Império Colonial Salazarista”, in *História da Expansão Portuguesa* (Dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), Círculo de Leitores, Lx., 1999, vol. V, pp. 10-11

¹²⁴ O movimento revolucionário aliava, desta vez e inesperadamente, facções que se tinham mostrado cordatas anteriormente. Em 20 de Junho, foram presos António Maria da Silva e Alfredo Guisado, líderes do Partido

Dois meses depois, Cunha Leal partia para Angola, em missão do Banco de Angola nas sucursais do centro e sul da colónia, numa altura em que o Alto Comissário procurava, por todos os meios acudir à resolução do problema do crédito colonial. Decidida para entrar em vigor em 1 de Julho, a conversão da moeda para o angolar acabaria por ficar adiada em virtude dos movimentos de contestação das associações de interesses da colónia. Dentro da linha das atribuições que incumbiam ao Alto Comissário, Vicente Ferreira decidira-se pela nomeação de António Videira (o conhecido *cunhado de Cunha Leal*) para o cargo de Secretário Provincial do Interior e, em simultâneo, pela promoção de um contacto preliminar com o Crédit Commercial do Congo, a que assistiria Cunha Leal, tendo por objectivo a constituição de uma nova instituição de crédito, com a colaboração dos dois bancos. Lisboa reagiu a tão larga manifestação autonómica: fazendo tábua rasa das atribuições do Alto Comissário, demitiu, em primeiro lugar António Videira. Como Vicente Ferreira se recusasse a aceitar tal directiva, foi também ele, Alto Comissário, demitido pelo governo. Cunha Leal interpretou este acontecimento como o segundo embate sério com a política de Salazar.

No entanto, no primeiro semestre de 1929, a Ditadura viveu num clima de relativa estabilidade, depois de o governo de Vicente de Freitas ter conseguido ganhar pontos na resolução de dois dos problemas mais agudos: o desmantelamento da oposição republicana revolucionária e a obtenção de um equilíbrio orçamental a todo o custo. O primeiro objectivo fora conseguido com uma política de “acalmção” e de tolerância, cujo resultado foi o regresso, embora a conta-gotas, de muitos dos exilados e deportados de 1927-1928. O desanuviamiento levava mesmo a que nos corredores do republicanismo liberal e conservador se voltassem a perspectivar linhas de uma transição pactuada. O documento apresentado à esquerda Democrática em Março de 1929, tinha já o acordo da ULR e do Partido Nacionalista e era subscrito por António Maria da Silva, Domingos Pereira e Vitorino Guimarães, ou seja,

Democrático. Do comité revolucionário de 20 de Julho de 1928 faziam, de facto, parte democráticos como o coronel José Mascarenhas ou o comandante Filémon de Almeida, para além de representantes da Liga de Paris.

pelas três tendências do Partido Democrático¹²⁵. Segundo o seu primeiro subscritor, o Pacto traduzia “o desejo de conseguir que todos os Republicanos se unam, no sentido de estabelecer as bases para um programa que se torne público pelas vias competentes, procurando assim ir ao encontro das declarações públicas produzidas pelo actual Presidente da República e pelo chefe do Ministério, no sentido de pacificar a família portuguesa”¹²⁶. Aos olhos dos republicanos constitucionais tornava-se cada vez mais urgente pôr fim à Ditadura e reconstitucionalizar o regime, sem regresso ao passado improdutivo, mas também sem aventureirismos que o desvirtuassem.

A ULR – segundo testemunho de Cunha Leal – discutia abertamente a questão no primeiro trimestre de 1929. Encarregara mesmo um dos seus correlegionários, Bissaia Barreto, de contactar Salazar. O resultado das démarches teria sido animador: Salazar prometia dar curso ao projecto da ULR se esta força buscasse junto de Carmona a sua nomeação para futuro Presidente do Conselho de Ministros¹²⁷.

Teria sido este prenúncio de entendimento que levou Cunha Leal a uma polémica defesa da política ditatorial na sua deslocação a Genebra ao Conselho Económico Consultivo, em Maio de 1929? Dois anos mais tarde, explica a sua actuação de outra forma: “Pareceu-me que o meu dever de português, que está muito acima das minhas predilecções pessoais ou até das minhas ideias políticas, consistia em demonstrar, naquela mesma Sociedade das Nações, por cujos corredores o nome de Portugal andara arrastado, como se se tratasse de um país insolvente ou falido, quanto a nossa situação financeira era diferente daquela que a “démarche”, levada a cabo pelo governo da Ditadura, poderia fazer supor.(...) Procedi assim a respeito do Pedro-Salazar, como amanhã procederia da mesma forma do Paulo-Afonso Costa”¹²⁸. Na verdade, os elogios não podiam ter sido mais rasgados. O equilíbrio orçamental tinha sido conseguido muito antes do que havia sido previsto pelo Comité Financeiro;

¹²⁵ IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. Nº 4308/PSE

¹²⁶ Idem, f. 81, vº

¹²⁷ FPCL, *As Minhas Memórias...*, op. cit., p. 208

¹²⁸ FPCL, *A Obra Intangível...*, op. cit., p.134

melhorara a posição da tesouraria, mesmo depois de pagas muitas dívidas internas; a amortização das dívidas flutuantes tinha-se iniciado com sucesso; as disponibilidades em ouro do Estado tinham sido acrescidas. Obrigados a abandonar as condições gravosas do empréstimo externo, os portugueses tinham aprendido a viver com as suas próprias capacidades: “Foi com um coração alegre que eles aceitaram os duros encargos que lhes foram impostos pelo novo Ministro das Finanças, o sr. Oliveira Salazar, cuja ciência, bom senso e hombridade tiveram o condão de realizar verdadeiros milagres”¹²⁹. No resto do discurso, o conselheiro reforçava as ideias que defendera na Conferência Económica Internacional de 1927: sem um reequilíbrio económico das nacionalidades, os pequenos ver-se-iam obrigados a persistir numa política de restrições para proteger a sua produção industrial.

Alcandorado às alturas pelo *suave milagre* financeiro, Salazar preparava-se para *durar*. Os ventos corriam-lhe de feição. O seu prestígio tornava-lhe possível a intervenção numa área sensível como era na altura o Banco de Angola. Com a nomeação de Filomeno da Câmara para o cargo de Governador Geral de Angola, cresceram as dificuldades decorrentes da insatisfação dos colonos com os cortes creditícios do banco emissor da colónia. Cunha Leal passou a ser uma figura a abater: para tanto, bastava que as autoridades de Luanda facilitassem as críticas fáceis por parte das associações de interesses locais, o que veio a acontecer. Quando soube da intenção de Filomeno da Câmara em promover a entrada de Quirino de Jesus como Comissário do Governo no Banco de Angola, o Governador decidiu pedir a sua demissão a Salazar. Embora não tenha sido aceite, não pôde evitar a decisão governamental de revisão dos Estatutos do banco, de modo a permitir a alteração pretendida. Em Janeiro, o governo, através de uma determinação do Ministro das Colónias, determinou a alteração dos Estatutos do Banco de Angola, com duas finalidades principais: elevação do capital social do banco e alteração da forma de eleição dos governadores, com a novidade de

¹²⁹ Vide *Anais da Revolução Nacional*, (Dir. de João Ameal, Editores Eurico Lima Magalhães, Vol. II, pp. 288-289

criação de “um Comissário do Governo que exercerá as suas funções em nome do Ministro das Colónias e do Governador Geral de Angola”¹³⁰. Por este processo, insinuavam-se nas decisões bancárias duas eminências pardas do salazarismo: o novo Governador Geral de Angola, Filomeno da Câmara e o conselheiro do Ministro das Finanças, Quirino de Jesus, este como Comissário do Governo. Anichados nos mais altos cargos técnicos e políticos, transferiam para a disputa no campo financeiro a luta política de que esperavam sair vencedores. O novo embate ocorreu a propósito da formação de um Banco de Fomento com participações do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa Geral de Depósitos e do Banco de Angola. A proposta foi apresentada por Quirino de Jesus, a título confidencial¹³¹. Reunida a administração do Banco de Angola, por decisão de Cunha Leal, foi feita uma contra-proposta que de todo desagradou a Quirino de Jesus. Transferindo-se de Comissário do Governo junto do Banco de Angola para o de Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino, o conselheiro salazarista despoletou uma mega-operação bancária que colocava o banco emissor e Cunha Leal em sérias dificuldades. Salazar convalescia de uma fractura a uma perna quando recebeu, no Hospital da Ordem Terceira, o segundo pedido de demissão do Governador do Banco de Angola¹³².

Cunha Leal não recuou perante a tremenda luta política que se desenrolava em torno de Oliveira Salazar e do regime. Nesta altura, o Ministro das Finanças era uma figura prestigiada, perante a qual Carmona tinha cedido no decurso da designada “questão dos sinos”, com prejuízo da estabilidade governamental e sacrifício do próprio Ministro da Presidência. Em 21 Outubro, aproveitando a ausência de Carmona e do Presidente do

¹³⁰ Os Estatutos do Banco de Angola, fixados pelo Decreto nº 12 330 de 17/9/1926, foram alterados em assembleia geral de 23 de Janeiro de 1929, na base de uma proposta de Cunha Leal (Decreto nº 16 597 de 13 de Março de 1929)

¹³¹ Segundo o testemunho memorialístico de Cunha Leal, Quirino de Jesus buscava, deste modo, cativar a sua boa vontade, senão mesmo torná-lo cúmplice de uma decisão conchavada com o fim de amolecer a oposição política do líder da ULR. Vide *As Minhas Memórias...*, op. cit., p. 218

¹³² Nas suas *Memórias*, Cunha Leal interpreta a demissão compulsiva, a que foi sujeito no início de 1930, como o ponto final de um processo que se desenrolava desde finais de 1928 e que teve como protagonistas principais, para além de si próprio, Filomeno da Câmara e Quirino de Jesus, talvez mais ainda que o próprio Salazar que, das duas vezes em que Cunha Leal pediu demissão, o teria tentado demover da intenção. Cf. *As Minhas Memórias...*, op. cit., pp. 213 e 221

Ministério Ivens Ferraz, Salazar seria apoteoticamente homenageado pelas Câmaras Municipais do país.

Perante um *lobby* tão poderosamente armado, Cunha Leal esgrimiou os argumentos que possuía: aceitou o convite e o apoio (este mais tarde em parte sonegado) de uma Comissão de coloniais representativa dos interesses associativos representados no Centro Colonial para realizar uma conferência pública onde exporia a posição do banco emissor sobre a questão do crédito na colónia. Este era, porém, um terreno armadilhado, já que Angola vivia por esta altura uma situação financeira desesperada. Ou porque a comissão lisboeta não representasse os interesses associativos angolanos, ou então porque esses interesses se balancearam entre os dois campos em luta, o que é verdade é que, depois de a comissão ter concordado com os termos da conferência realizada por Cunha Leal, surgiu na imprensa luandense (com transcrição posterior na imprensa metropolitana) um vasto conjunto de notícias e telegramas que repudiava as conclusões apresentadas pelo conferencista. Um dos mais activos contraditores era o *Comércio de Angola*, jornal dirigido precisamente por Galileu Correia, um dos coloniais que convidara Cunha Leal! A 8 de Janeiro, *O Século* transcrevia um telegrama enviado ao Ministro das Finanças: “ *O Comércio de Angola*, órgão das forças económicas, reconhecendo a especulação política que se pretende fazer à volta da crise que a Colónia atravessa, repele a acção levada a efeito por quem só tem atrofiado o desenvolvimento da Colónia. Confiamos absolutamente na acção patriótica do Governo da Nação...”. Numa única coisa estava o jornal certo: o episódio, mais do que uma “especulação”, era a expressão directa da própria luta política entre dois sectores da sociedade portuguesa, um encabeçado pelos amigos de Filomeno da Câmara, o Governador, e outro por Cunha Leal. Em Luanda e em Lisboa a ofensiva decorria a par e passo. Lá, o Governador da colónia tinha conseguido afastar o Director do banco em Luanda, E. Correia Barros, acusando-o depois de que carregava consigo um copiadador com documentação do banco. Este, em carta a Cunha Leal, datada de 10 de Janeiro, desvendava toda o novelo montado em Angola: “ Procura tirar-se

partido dos últimos acontecimentos em Lisboa para exacerbar a campanha contra o Banco de Angola e V. Exa. Ontem devem ter sido expedidos telegramas para o Governo, em nome das Associações de Luanda e Benguela e *Comércio de Angola*. Também confirmo que os telegramas foram gizados no Palácio do Governador e levados em impressos privativos do governo”¹³³.

No mesmo dia, era dirigida uma outra carta a Cunha Leal, subscrita por mais de 7 dezenas de coloniais, individuais ou em sociedade, em que os signatários afirmavam “a sua inteira concordância com os termos da Conferência” e rendiam homenagem às “intenções patrióticas” do conferencista que só a ignorância ou “informações tendenciosas” podiam interpretar como especulação política¹³⁴.

O que é um facto é que, muito mais por efeito de toda a conspiração montada por Filomeno da Câmara do que dos termos da Conferência proferida no dia 4 de Janeiro, o Ministro Interino das Colónias Oliveira Salazar assinou, em nome do Governo, o decreto de demissão de Cunha Leal como Governador do Banco de Angola, com base na discordância “com a orientação do Governo”, afirmada “ostensivamente”, “por forma que, porventura, poderia envolver desprestígio para os Poderes Públicos”¹³⁵. Este era o desfecho de uma acção política finamente montada e de que Cunha Leal só pôde perceber os contornos depois da publicação de uma nota oficiosa do Ministro das Finanças no dia 7 de Janeiro. Nela esgrimia Salazar os argumentos já conhecidos por Cunha Leal, de conversas anteriores: a “política de salvação nacional” não permitiria a assunção pelo Tesouro da Metrópole do encargo de cerca de 200 000 contos, a não ser com o abandono dessa mesma política e com o regresso à situação caótica anterior. Tal não impediria, no entanto, que os bancos se esforçassem por conceder prorrogações e facilidades creditícias aos seus clientes.

Cunha Leal interpretou a nota oficiosa como a expressão de uma traição e de uma cobardia: então não conhecia Salazar o pensamento de Cunha Leal desde que, nos finais de

¹³³ AOS/CO/UL – 7, Relações com Angola

¹³⁴ FPCL, *As Minhas Memórias...*, op. cit., p. 277

1928 e depois em meados de 1929 pedira a sua demissão? Não sabia ele que, embora Cunha Leal concordasse com uma política de rigor orçamental, lhe parecia que essa situação se não podia realizar no caso de Angola sem prejuízo da soberania nacional? Não tinha Salazar concordado com a supressão da circulação fiduciária para fins específicos de empréstimos ao governo colonial? Tudo a nota oficiosa ignorava.

Depois de devidamente autorizada pela Censura, a resposta de Cunha Leal aparecia na imprensa do dia 8 de Janeiro. De forma ousada, independente, mas não rude, começava por opor-se à política silenciosa de gabinete da preferência de Salazar: “Eu entendo, pelo contrário, que numa democracia, ainda mesmo nos parêntesis ditatoriais, a livre discussão das intenções e dos actos dos Ministros, feita dentro de regras de cortesia, é absolutamente necessária para que se não cometam erros...”¹³⁶. Não renegava o elogio que tinha feito em Genebra à política global do Ministro das Finanças, mas não “insinuava” erros na política colonial salazarista – ela estava mesmo errada! Seria impossível, em teoria e na prática, conseguir o equilíbrio orçamental em Angola, assim como era pueril argumentar com as prescrições apontadas pelos peritos da SDN para justificar essa política cega. Terminava com um prenúncio de tragédia: “ Para o Dr. Salazar, parece que esta colónia é um mal nacional, assim à laia de cancro que necessite de uma extirpação. Aguardemos, serenamente, a operação cirúrgica”¹³⁷.

Tinha Cunha Leal razão quando afirmava que, não fora “ a intervenção mal intencionada de quem queria o campo livre de empecilhos”, a matéria da conferência era inócua e dificilmente teria por si provocado a ira do *mago das finanças*? Talvez não. Em primeiro lugar, porque não se poderá dissociar o conteúdo da conferência do contexto de luta política acesa em que ela ocorreu. Quando o Governador do Banco de Angola se dispôs a aceder ao pedido dos interesses representados no Centro Colonial, terá tido plena consciência de que os governos (de Luanda e de Lisboa) se considerariam molestados por esta acção de

¹³⁵ Vide Decreto nº 17 889, de 23 de Janeiro, publicado no D.G. Nº 20, I Série, de 24 de janeiro de 1930

¹³⁶ FPCL, *As Minhas Memórias...*, op.cit., p. 265

“guerrilha” montada contra a direcção política dos ditadores. Também não podia ignorar que se encontrava vinculado a uma força política partidária que lutava pela transição democrática da Ditadura e que em Luanda presidia, justamente, um dos seus mais poderosos inimigos. Não ignoraria, igualmente, que as suas propostas sobre o futuro Banco de Fomento não eram compartilhadas com o conselheiro-mor de Salazar, Quirino de Jesus. Teria a pretensão de obter o apoio de Carmona e de Ivens Ferraz à sua política? Mas então estava a esquecer que Salazar já fizera ajoelhar o velho militar na “crise dos sinos”! Como se viu, o apoio do Presidente do Ministério à sua política só serviu para derrubar o próprio Ivens Ferraz¹³⁸ e para erguer Salazar à categoria de Ministro das Colónias Interino. De todo este episódio, parece pois evidente que Cunha Leal jogava numa clarificação decisiva da situação. É verdade, por outro lado, que o Presidente do Ministério tinha produzido declarações muito interessantes ao jornal *O Século*, afirmando a necessidade de reforçar o carácter republicano da Ditadura, de modo a “preparar toda a evolução política que terá como finalidade o regresso à normalidade constitucional”. Pela primeira vez, desde há muito, um governante com altas responsabilidades se manifestava contra a eternização da Ditadura. Mas, nas condições instáveis de então, o futuro resumia-se a um embate de contrários, embora com vencedor previsível.

10. “Mortal e insubmisso” – o fim de uma carreira política

A insubmissão é um acto legítimo em democracia, mas não em Ditadura. Talvez Cunha Leal tenha medido mal a situação quando, pelo final da conferência de dia 4 se não coibiu de apelar à opinião pública: “Se uma visão defeituosa da elite dirigente lhe não deixar compreender a essencial importância de tais problemas, resta apelar para o juízo da Nação, pedindo-lhe que, num vasto movimento de opinião pública, leve aos governantes o calor das

¹³⁷ Idem, p. 268

¹³⁸ Vide a propósito da nota oficiosa publicada por Salazar e do desenlace deste episódio com a demissão de Ivens Ferraz, o relato do próprio em *A Ascensão de Salazar, Memórias de Ivens Ferraz...*, op. cit., pp.151-156

suas íntimas convicções”. Se o fez intencionalmente, então a razoabilidade de tal atitude terá mais a ver com a defesa individual da verticalidade que sempre pusera nos seus actos e talvez menos com a racionalidade de uma moderação política de que dera claras provas até há bem pouco tempo. O *ditador das finanças* não lhe perdoaria o protagonismo, tendo até reconhecido posteriormente, perante os vice-governadores do Banco de Angola, que tinha errado quando considerou que a conferência tinha manifestos “intuitos de especulação política”. No entanto, o “pecado imperdoável” residira na ferida infligida à *dignidade do Poder*.

Esbulhado do cargo, de pouco lhe poderia valer a solidariedade dos vice-governadores ou a ilegalidade do decreto que o afastou de Governador. O Governo apenas tinha a competência para confirmar a eleição em Assembleia Geral, nunca para revogar essa confirmação. Na acta da sessão do Conselho do Banco de 25 de Janeiro, Cunha Leal considerava: “O Decreto representa uma coacção exercida pela força contra o uso do meu direito e a que só por impossibilidade de resistência obedeco. Sou, pois, compelido a sair do meu lugar por dele ser esbulhado, violentamente, mas contra tal violência vou recorrer nos termos da lei”¹³⁹.

Cunha Leal terminava aqui, ao fim de uma dúzia de anos, uma carreira política activa e interveniente nos destinos políticos do país. De ora em diante, o destino reservara-lhe a resistência defensiva do lutador, que nunca desistiu de ser ouvido sobre as mais instantes questões nacionais, mesmo que dessa atitude resultasse (como tantas vezes aconteceu) a marginalização e, no limite, a prisão, a deportação e o exílio.

A primeira experiência prisional ocorreu exactamente no desfecho desta luta cerrada que manteve com Oliveira Salazar. Em 21 de Maio de 1930, dois meses antes do célebre discurso do Ditador na Sala do Risco, Cunha Leal era preso por ter “escrito um livro”¹⁴⁰ em

¹³⁹ FPCL, *As Minhas Memórias...*, op.cit. p. 294

¹⁴⁰ Trata-se da publicação do livro *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Colonial Português* a que se poderá juntar, também publicada pela mesma época, *A Obra Intangível do Dr. Salazar*

que é ofendido na sua dignidade o Ministro das Finanças e Colónias”¹⁴¹. Alguns dias depois, a 26, era deportado para os Açores, iniciando aí um primeiro périplo de deportação e exílio que só seria interrompido pela amnistia de 5 de Dezembro de 1932.

A última aparição pública, em luta aberta contra a Ditadura, ocorreu no III Congresso Colonial, reunido na Sociedade de Geografia, entre os dias 8 e 17 de Maio. Uma onda imperialista mesclava os discursos da maioria dos coloniais ali presentes. O diagnóstico económico, administrativo, financeiro e cultural que se fazia era trágico: a “desnacionalização” das colónias comprometeria o futuro de Portugal e do ultramar se os portugueses não redobrassem num esforço nacional de recolonização, e na revisão das Cartas Orgânicas com vista a um reforço da “unidade económica dos territórios portugueses”. A conjuntura internacional de crise acentuara o dramatismo com que os contemporâneos olhavam para os acontecimentos que abalaram Angola durante o mês de Março, com conspirações e uma tentativa gorada de golpe de Estado. Os acontecimentos constituíam um desafio singular para o novo Ministro Interino das Colónias, como considera Yves Léonard: “Tratava-se, para ele, num período capital para o seu futuro político, de provar simultaneamente a forças das suas convicções nacionalistas e coloniais mas também o seu sentido das realidades e a sua arte do compromisso”¹⁴².

O Acto Colonial, da inspiração do seu Subsecretário de Estado Armindo Monteiro, inscreve-se plenamente nesta conjuntura de luta aberta pela hegemonia na condução da política nacional. É natural, portanto, que se tenha inscrito no centro dos debates que ocorreram no Congresso Colonial onde os organizadores não previam, sequer a sua discussão. Logo na primeira sessão, Cunha Leal abria as *hostilidades*: “A discussão que nós aqui estamos a fazer da tese do sr. Lisboa de Lima é absolutamente estéril. O Governo apresentou um plano de acção colonial, pedindo aos coloniais que o discutam. Não se compreende que

¹⁴¹ IAN/TT, Arquivo da PIDE, Proc. 503 SR, f. 524

¹⁴² Yves Léonard, “*O Império Colonial Salazarista*”, op. cit., p. 14

uma reunião de coloniais finja ignorar esse plano”¹⁴³. Lisboa de Lima defendia, na circunstância, mas de forma indirecta, a política subjacente ao Acto, a saber, de que a autonomia colonial não poderia exercer-se até ao ponto de as colónias poderem criar encargos novos, a suprir pelo Erário metropolitano. Rapidamente a discussão resvalou para o âmago da questão que tinha oposto Cunha Leal e Salazar alguns meses antes. A autonomia só deveria ser dada se e quando as colónias puderem bastar-se a si próprias. A autonomia dada pela República não tivera isso em conta, daí os maus resultados. Mas então, se se reconhecia que não tinham condições para serem autónomas, como podia pedir-se-lhe que resolvessem por si o défice criado? – um paradoxo, concluía Cunha Leal. Por isso, defendia até um Congresso especial, destinado unicamente a discutir o Acto Colonial. Uma solução acabou por ser encontrada através da aprovação de uma proposta que previa o prolongamento do Congresso, por uma sessão especial só destinada a discutir o Acto.

Dois blocos se iriam opor nessa discussão que ocorreu entre os dias 13 e 15 de Maio. Um que apoiava, de forma submissa a iniciativa salazarista e que via no Acto e na designação de “Império Colonial Português” a nova aura nacionalista de “reaportuguesamento” de todas as actividades económicas do espaço português e uma “expressão da expansão da lusitanidade”; outra – a que Cunha Leal corporizou numa moção apresentada no dia 13 de Maio – que não compreendia que se fizesse “a um povo civilizado a doação ou imposição de um estatuto constitucional”. O absurdo era ainda maior quando se substituíam, de forma precipitada e redundante, grande parte da matéria contida no capítulo V da Constituição da República, sem ser “submetido à consulta da opinião colonial” e do Poder Legislativo. Toda a discussão estava minada pela ilegitimidade do Acto, mas ele colaboraria na discussão. Como? Propondo a eliminação de praticamente todos os artigos e rebatendo-os um a um. Terminava com a crítica à designação de Império Colonial – uma questão que monopolizara as discussões -, preferindo a de províncias ultramarinas e, sobre a aparente atenção especial dedicada pelo documento ao trabalho indígena afirmava: “Que é que os artigos 17º e 18º dão

¹⁴³ Vide “O Congresso Colonial”, *Diário de Lisboa*, 9 de Maio de 1930

ao preto? Não dão nada! O artigo 3º da Constituição estabelece a liberdade de trabalho para todos os cidadãos, sem distinção de cor”¹⁴⁴.

Teria sido esta a última moção que pôde apresentar numa assembleia, embora neste caso sem nenhum poder deliberativo. Nos dias seguintes, as sessões continuaram, mas tumultuosas, como se dali pudesse nascer alguma alternativa ao Acto Colonial. Ao terceiro dia, Cunha Leal abandonou a sessão, acompanhado de muitos congressistas, depois de apresentar uma segunda moção: “ Não tendo sido eu o único a ser beneficiado no alargamento do prazo regulamentar para usar da palavra, mas verificando que se fazem constantes referências a essa generosidade comigo, (...) declaro que entendo que para todos os oradores deverá ser alargado o prazo concedido para usar da palavra, e que sem isso a discussão é inútil”¹⁴⁵. Seis dias depois o Ditador optava pela sua prisão.

¹⁴⁴ Idem, 14 de Maio de 1930

¹⁴⁵ Idem, 16 de Maio de 1930

III PARTE – O OSTRACISMO

CAPÍTULO VIII – O CORTE COM A SITUAÇÃO – DEPORTAÇÃO E EXÍLIO

1. Um itinerário de deportação e exílio (1930-1932)

“Despedi-me dos meus com lágrimas borbulhando na intimidade do meu coração, mas sem que elas me escorressem dos olhos, já que não queria dar aos inimigos motivo de regozijo. Um beirão sabe suportar as agruras da vida e eu ...sou um beirão”¹. Cunha Leal acabara de escrever “um terceiro livro em que era ofendido na sua dignidade Sua Exa. o Ministro das Colónias e Finanças”, nas palavras do governo que a polícia foi repetindo pelos anos fora, em todos os processos onde o cadastro era chamado para prevenir da perigosidade do homem. Nesse livro, perguntava-se justamente o autor como poderia Salazar – “uma pessoa isolada do convívio dos homens” – ser sensível à felicidade de “seis milhões de seres que se agitam por esse Portugal fora”.

Já com destino ao “Palacete-Aljube”, o major Alfredo Ferreira, encarregava-se de confrontar o “prevaricador” com as “monstruosidades” da primeira página: “ Tentar fazer deste hipocondríaco, deste monge voluntariamente castrado, um estadista, isto é, um condutor de homens, um adaptador de princípios abstractos a esta realidade palpitante e complexa, que é a vida, é, além de um disparate, um perigo – tão certo é que estes teóricos, quando apoiados sobre uma força cega e dominadora, acabam sempre por se transformar em tiranos opressores e insuportáveis...”². Terminado o interrogatório, foi Cunha Leal conduzido a “um acanhado quarto do Aljube, com uma

¹ FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. III, p.392

² FPCL, *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Colonial Português*, Edição do autor, Lisboa, 1930. Para além deste, os outros dois livros referidos na nota da polícia eram os já referidos *A Obra*

cama de cujo colchão saía por um canto esburacado uma palha suja e fedorenta”³. O Ditador estava prestes a dar à luz o *suelto* da Sala do Risco; o seu prestígio junto de Carmona permitira-lhe afastar os adversários republicanos e democratas do poder⁴. Cunha Leal ainda tivera oportunidade, como vimos, de afirmar livremente as suas convicções no Congresso em que se discutiu o Acto Colonial, mas essa foi a sua última tribuna livre. Por momentos só, a turbulência de S. Bento transferira-se para o Palácio das Portas de S. Antão. De ora em diante, o Estado que se anunciava como Novo, conduziria às cadeias privativas da polícia política muitas centenas de homens e mulheres, com a finalidade de prevenir ataques, de exercer vigilância e de punir. Pouco importava se tinham vindo há pouco das cadeiras ministeriais ou dos bancos honrosos das grandes empresas públicas, se eram patriotas ou se tinham até apoiado a Situação. Sob a jurisdição arbitrária da polícia, instituía-se o reino do terror e da impunidade, com os presos sujeitos a duradouros e pesados périplos prisionais, encarceramentos e deportações sem julgamento prévio, ou mesmo culpa formada. Este Estado policial, assente na “ditadura de governo” de Salazar passava a considerar Cunha Leal como perigoso; de tal maneira, que nem em Lisboa pôde ficar nos cinco dias que mediaram entre a sua prisão e a deportação para Ponta Delgada, a bordo da Canhoneira Dão – entre o Aljube e os Açores, o preso experimentou ainda a Cadeia do Forte de Elvas. Vulgar estratégia que mais não visava que humilhar os presos ou obviar à sua fuga e a concertações revolucionárias.

Intangível do Dr. Oliveira Salazar e Subsídios para o Problema do Crédito em Angola, todos dados a público em 1930

³ Idem, *As Minhas Memórias...*, p. 393

⁴ Correlegionários – ou ex-professores como João de Brito (nesta altura um advogado) – prestavam homenagem, em cartas sentidas, a Cunha Leal: “O pântano alastra (...) e todo aquele que não se deixar arrastar por ele, é tratado inexoravelmente como inimigo (...) Não me surpreende o que se passou consigo, porque desde muito longe lhe vinha a guerra. A sua atitude revela uma coragem moral, que eu, como professor, ponho sempre diante dos meus alunos...”, carta de João de Brito a Cunha Leal, Lisboa, 29 de Abril de 1930, Arquivo António Ventura

Com a deportação de Cunha Leal silenciava-se uma das mais incómodas vozes críticas do nascente salazarismo, justamente nas duas áreas governamentais que Salazar senhoreava: Finanças e Colónias. Ao mesmo tempo, condenava à desorientação política uma das poucas forças partidárias que ainda gozavam de algum prestígio – a ULR – que se mantivera até aí numa atitude de apoio crítico, portanto com voz para manter em alerta o Governo da Ditadura e, simultaneamente, para alimentar as hostes partidárias da transição pactuada.

Com 900 escudos mensais, na qualidade de ex-Primeiro Ministro da República, o novo deportado juntava-se à família de não mais de uma centena de democratas que a Ditadura mantinha com residência fixada nas ilhas açorianas. Aí permaneceu, por meio ano, instalado no Hotel Central, apoiado por correlegionários locais da ULR, como o Dr. Luís Bernardo de Ataíde, com estadia temporária no Hotel das Furnas, onde se deslocou para compensar as agruras do clima de Ponta Delgada, pouco favorável à sua “propensão reumatismal”.

Diariamente, carimbava a folha de presenças na fortaleza-castelo onde se instalara o Comando Militar da região. Invariavelmente, entrava em sistema de reclusão preventiva quando barcos estrangeiros se aproximavam do porto, sempre com o propalado receio da sua fuga. A todas as horas, os seus passos eram seguidos por um polícia encarregado da sua “protecção”, não fossem os democratas deportados tentar sublevar a ilha animados pela presença do público inimigo de Salazar. O medo alimenta todas as violências, mesmo as mais irracionais e os ditadores são irracionais, porque tudo poderia esperar-se de Cunha Leal, menos que se deixasse embalar por uma qualquer aventura revolucionária que, nas condições dos Açores, só poderia resultar de um golpe de força de um punhado de valentes – ou aventureiros. Naquelas ilhas, “não houve a menor manifestação de apoio popular à causa” da Revolta das Ilhas de Abril de

1931, como reconhecia Ferro Alves, um jornalista deportado pelos últimos envolvimento conspirativos da Primavera de 1930, muito próximo dos “bonzos” silvistas: “O demo-liberalismo entrava no período agónico”⁵. Para mais, a Ditadura não exportava para as ilhas apenas republicanos oposicionistas, mas também as suas lutas e dissidências, aquelas que tinham tornado possível o *28 de Maio*. Por poucos que fossem em número, nem por isso o naipe se apresentava menos variado na diversidade de ideologias, de estratégias, de famílias e afectos. Menor o número, maiores as dificuldades, mais invulgares as dedicações, mais intransigentes as fidelidades ideológicas.

Nas ilhas açorianas estadeavam os que tinham chegado à rotura com a Ditadura ainda há pouco, em 1930, vindos da Metrópole ou de Angola e muitos outros que a combateram desde o primeiro momento. Entre estes últimos, os que se ligavam por laços políticos e estratégicos aos comandos revolucionários instalados em Madrid e Paris e os outros que mantinham relações mais estreitas com os comités revolucionários e militares existentes no interior do país. Como unir o que nascera já desunido? É conhecida a discordância de Cunha Leal pela estratégia seguida na malograda Revolução de 7 de Fevereiro de 1927, numa altura em que mantinha esperança numa transição pactuada com os republicanos conservadores da Ditadura, através de Passos e Sousa. Foi prematura, na sua opinião, a revolução que opôs os “sonhadores” da oposição e os “objectivistas” da Ditadura. É que o *28 de Maio* “correspondera a uma autêntica ansiedade de revisão dos processos administrativos”⁶ que muitos republicanos não teriam sabido compreender. Quando a Ditadura entrou em colapso, sem rumo e sem programa, já não havia republicanos para revirá-la pelo trilho da democracia. Estavam

⁵ Leonel das Dores Ferro Alves, *A Mornaça, A revolta nos Açores e Madeira em 1931*, Parceria A M Pereira, Lisboa, 1935

⁶ FPCL, *As Minhas Memórias...*, op. cit., p. 80

presos, deportados ou exilados alguns, a maioria consumida pelo desânimo e pela descrença.

Nos Açores, iniciou Cunha Leal uma outra fase da sua vida, marcada pela deposição das espadas do combate directo, do corpo a corpo que mantivera no Parlamento, no governo e nas tribunas de imprensa. Durante todo o tempo que esteve em Ponta Delgada, *O Correio dos Açores* reservou-lhe duas notícias, uma tão discreta que só o próprio, provavelmente, pôde perceber. Nas “Partidas e Chegadas” de 29 de Junho, o diário anunciava a chegada no “Carvalho Araújo” de D. Maria Videira Cunha Leal, sua irmã e seus filhos. A família Cunha Leal reunia-se para passar as férias de Verão, poucos dias depois de na Sala do Risco, Salazar ter lançado as Bases da União Nacional. A segunda saiu a 22 de Agosto, numa altura em que os partidos constitucionais discutiam o que fazer com a evolução política da Situação e, em especial, a atitude a tomar perante a temida debandada dos seus aderentes e a sua instalação nas hostes do novo partido da Ditadura. Comunicava-se que a Comissão Executiva da ULR resolvera saudar o sr. Cunha Leal e afirmar-lhe a sua solidariedade, em concordância com a resolução tomada pelo partido nacionalista.

Sem a presença do líder liberal-unionista, ganhava protagonismo o Partido Nacionalista – o de Ginestal Machado, de Júlio Dantas e de Tamagnini Barbosa. Nos finais de Agosto e princípios de Setembro, faziam-se ouvir as vozes da maioria dos partidos políticos: católicos e integralistas congratulavam-se com a “obra de salvação nacional” da Ditadura. À esquerda, a Acção Republicana falava da alternativa de uma “Frente Única” republicana, constituída pelos partidos constitucionais. Era, obviamente, uma frente de resistência republicana que não podia ter outra saída senão a da violência revolucionária, embora continuassem vivas as pretensões dos que continuavam a acreditar numa transição pacífica e pactuada para a normalidade constitucional. Em

torno do jornal *O Rebate* e com ecos muito fortes por todo o país, preconizava-se desde a Primavera de 1930 a unidade republicana, admitindo-se até, nalguns casos, uma renovação que, no limite, poderia levar ao desaparecimento dos partidos e à sua substituição por um partido único ou, quando muito, por dois partidos. Tratava-se, no fundo, de dar uma resposta unitária ao avanço da criação e instalação da União Nacional. Embora manifestando o propósito de contribuírem para a constituição de uma “frente única democrática”, quer o PRN, quer a ULR ou o PRP, opuseram-se à dissolução dos partidos políticos⁷.

Até ao final do ano, as redes reviralhistas recompuseram-se e com um frenesim espantoso, preparou-se a revolução de Outubro. No país entraram numerosos exilados e vários carregamentos de armamento. Temendo o entendimento entre vários sectores políticos, a Ditadura deportara, logo em Julho, um conjunto de personalidades que ainda há pouco tinham regressado das ilhas: general Sá Cardoso, coronel Hélder Ribeiro e tenente-coronel Ribeiro de Carvalho⁸.

O movimento estendeu-se às ilhas açoreanas, embora envolvido no meio das maiores controvérsias. Aí, dois grupos de orientações divergentes, disputavam a hegemonia na liderança dos deportados: de um lado os herdeiros da revolução de Fevereiro que prestavam obediência à Liga de Paris e ao Comité de Madrid. Pertenciam à primeira geração sacrificada de prisões, exílios e deportações. Experimentaram a clandestinidade nas entradas em Portugal, tinham obtido armamento na Dinamarca. Sentiam-se, por isso, os líderes incontestados da revolução; do outro lado, aqueles que mais recentemente se tinham oposto à Ditadura, entre eles Cunha Leal, sentiam-se

⁷ Este movimento de “Frente Única” teve expressão por todo o país, num clima de ainda aparente liberdade de imprensa e, em especial no jornal “*A Vitória*”, de Setúbal, que publicou textos de Rodrigues Miguéis, Raul Proença e António Sérgio, entre outros, no jornal “*O Combate*”, da Guarda e no jornal “*Humanidades*”, do Porto, sob a direcção de Carlos Cal Brandão

⁸ Sobre as conspirações falhadas do 2º semestre de 1930, vide Luís Farinha, *O Revirvalho...*, op. cit. pp. 120-125

marginalizados do processo e prisioneiros das notícias sobre a revolução “que está sempre para rebentar no mês que vem”. Designavam os de Madrid de “Budas”, um epíteto que justificavam com a aparente imobilidade do comando constituído por Jaime Cortesão, Jaime de Moraes e Moura Pinto, ligados à Liga de Paris e a Afonso Costa. Sobre eles caíam as maiores desconfianças dos “revolucionários”, quer pelo seu alinhamento ideológico mais conservador, quer pelo apoio que muitos tinham dado ao “espírito do 28 de Maio” e ao reconhecimento da liderança indiscutível de Cunha Leal. A par das divergências ideológicas, aprofundavam-se igualmente diferentes pontos de vista sobre a estratégia revolucionária mais adequada. Desde pelo menos 1928 que se discutia entre os oposicionistas sobre o melhor local de eclosão da revolta: o Continente ou as ilhas e o império africano? Em Paris, António Sérgio inclinava-se para que se escolhesse Angola como fulcro do movimento revolucionário: era lá que estava a “melhor gente”. Tomando um navio, fariam um ultimato ao governo da Ditadura em nome da Junta Revolucionária, obrigando aquele a enviar forças de elite, deixando desguarnecido o Continente e facilitando assim um “golpe de mão” dos revolucionários⁹. Tal plano não avançava, contudo, por oposição de Afonso Costa, que temia as consequências internacionais do acto.

Nos Açores, em Setembro de 1930, a reacção ao *Budismo* ganhava foros de um plano revolucionário forjado sobre as linhas *sergianas* de 1928. Também os lealistas consideravam oportuna uma revolta açoreana (ou das ilhas atlânticas), por forma a obrigar o governo da Ditadura a desguarnecer a Metrópole e a facilitar a revolução no Continente¹⁰. Independentemente da justeza de tal estratégia, não é de estranhar que a luta pelo protagonismo tenha manchado as boas intenções dos conspiradores. Não se

⁹ Carta de António Sérgio a Sarmento Pimentel, datada de Paris, 30/7/1928, in *Diário Popular*, 14/7/77

¹⁰ A reunião que mobilizou estes anti-budas açoreanos num plano revolucionário ocorreu em 12 de Setembro de 1930, em casa do Dr. Castanheira Lobo, lavrando-se aí documento de que foi dado

pode, no entanto, acusá-los de inércia e de exclusivismo. A proposta partiu mas teve, como podia esperar-se, o pior acolhimento da outra parte.

Liderava o outro grupo o comandante Maia Rebelo a quem coube dar a resposta. A ideia de uma revolução a partir das ilhas era, na sua opinião, “criminosa e anti-patriótica”, desde que não obedecesse “às instruções e directrizes dos chefes da revolta republicana na Metrópole”¹¹. A esta afirmação contrapunham os *lealistas* vários argumentos. Em primeiro lugar, a “revolução do mês que nunca chega” apenas tinha servido para arrastar para a cadeia e para a deportação um número cada vez maior de republicanos; depois, para que o desfecho fosse propício, necessário se tornaria que um “fenómeno político” pusesse em vibração as massas republicanas. Ora, a insurreição nos Açores bem podia constituir esse “facho ardente da Liberdade”, uma espécie de segunda libertação liberal. Por fim, não acreditavam que a revolta dos Açores fosse desencadear a “guerra mundial”, antes teriam boas oportunidades de explicar a ingleses e americanos que tal acto se não dirigia contra os seus interesses ou contra a aliança tradicional. Este libelo contra os “submissos e bem comportados” terminava por um grito de revolta: “Vendo as humilhações diárias a que nos sujeitam neste horrível emprego de deportados, que alguns tanto receiam perder, vendo as constantes transferências de deportados, sem o mais elementar respeito pelas conveniências de suas mulheres e filhos, nós, os que não éramos atingidos por esta última violência, entendemos dever perguntar aos deportados de Angra do Heroísmo se não acham que isto era demais”¹².

Cunha Leal constituía-se, talvez um pouco contra a sua própria vontade, no “espectro da *Budaria*”, nas palavras pouco simpáticas de Ferro Alves. “Ardilosamente –

conhecimento aos restantes núcleos de deportados espalhados pelo arquipélago. Cf. a este propósito FPCL, *As Minhas Memórias...*, op. cit., pp. 410-411

¹¹ Idem, *As Minhas Memórias...*, op. cit., p.412. A resposta à carta de Maia Rebelo foi escrita pelo próprio Cunha Leal

¹² Idem, *ibidem*, p. 415

acrescentava – têm feito contra ele uma guerra surda, procurando isolá-lo e malquistá-lo”¹³.

Este conflito, aliado ao protagonismo de Cunha Leal que não terá passado despercebido ao Governo Militar de Ponta Delgada, a par da evasão de Moura Pinto e João Lopes Soares, antigos ministros da República, puseram de alerta as autoridades militares da ilha. Em 11 de Outubro, sem motivo real ou aparente (a não ser a prevenção julgada necessária), Cunha Leal era instado a apresentar-se, pela segunda vez naquele dia, na fortaleza onde já assinara o ponto. A ordem, dada ao Comandante do Depósito de Deportados de Ponta Delgada pelo Comando Militar dependente do Delegado Especial do Governo era seca, mas explícita: “Digne-se V. Exa. deter nesse Castelo o deportado político sr. Cunha Leal até à saída do vapor “Gonçalo Velho” e pô-lo em liberdade uma hora depois do referido vapor sair”¹⁴. Recusou-se a aceitar a ordem de prisão que lhe chegou e trancou-se no quarto do hotel onde a polícia acabou por fazer a prisão, depois de arrombamento da porta. Deslocado violentamente para a prisão da fortaleza, aí permaneceu 5 dias em sistema de incomunicabilidade. Cá fora, os amigos encarregaram-se de pôr em panfleto uma carta sua dirigida ao Governador Civil, o capitão Caldas de Barros, que conhecia dos seus tempos de estudante: “Em tempos em que eu frequentava a Escola do Exército, era aluno do Curso de Infantaria alguém que usava o mesmo nome e apelido que o senhor e que passava por bom rapaz. (...) Ora, de há muito me acostumei a considerar os bons rapazes como idiotas ou safardanas. O sr., pelos modos, pertence à segunda categoria. (...) O sr., sobretudo, é indigno de vestir uma farda: só lhe ficaria bem envergar uma libré de lacaios do Salazar, a quem pretende engraxar as botas”¹⁵.

¹³ Leonel das Dores Ferro Alves, *A Mornaça...*, op. cit., p.88

¹⁴ AHMNE, Maço 461, 3º Piso, A1 – Caso Cunha Leal – Exílio Açores

¹⁵ Carta Do Antigo Presidente do Ministério Cunha Leal ao Governador Civil de Ponta Delgada – Escrita enquanto a Polícia cercava o Hotel – Arquivo pessoal de

Uma semana depois foi determinada a sua transferência para a ilha da Madeira¹⁶, por interferência decisiva do seu antigo correlegionário Jorge Botelho Moniz – segundo afirma nas *Memórias*. A ilha vivia dias de grande agitação social e crise económica e política. O depauperamento económico e financeiro atingia os sectores tradicionais da ilha – turismo, bordados, laticínios – com implicações directas no emprego. Em finais de 1930, as casas bancárias Henrique Figueira da Silva e Sardinha e Companhia, detentoras da grande maioria dos depósitos e controlando a esmagadora maioria das transacções comerciais da ilha, tinham suspenso os pagamentos¹⁷.

Cunha Leal iria encontrar a Madeira em clima pré-insurreccional nesses dias derradeiros de 1930. Quatro meses depois, viria a estalar a Revolta da Madeira, com o apoio solidário de todos os partidos com expressão local, sob a liderança de Vasco Marques, chefe de um “núcleo volumoso” da ULR madeirense. O mesmo que facultou ao deportado as melhores condições de instalação e convívio na sua curta estadia madeirense.

Imaginamos – embora Cunha Leal o não tenha afirmado explicitamente – em que trabalhos se envolveu nestes meses de deportação atlântica. Mais do que na acção revolucionária directa, compensava o isolamento a que fora votado por um intenso labor intelectual com o qual queria dar respostas ao “problema português”. A par de Bernardino Machado, o “patriarca do exílio”, Cunha Leal foi também aquele que mais se preocupou em quebrar a desconfiança entre todos os republicanos naquela hora de tragédia, depois de cinco anos de silêncio e de atraso. Em Maio de 1931, publicaria na Corunha o primeiro de cinco estudos com os quais procurou “fazer o conagraamento de todos os republicanos em torno dum programa, pensado com inteligência e boa fé, sob cuja égide as hostes liberais possam travar o bom combate contra as hostes

¹⁶ Ministério do Interior, Ofício confidencial nº 176, de 20 de Outubro de 1930

¹⁷ Vide Célia Reis, *A Revolta da Madeira e Açores, 1931*, Livros Horizonte, p. 17

reaccionárias”¹⁸. Desdenhava das formas subterrâneas de expressão do pensamento de todas as “literaturas clandestinas” e lutava, à sua maneira, contra “o lúgubre piar dos mochos” e o “silêncio arrepiante dos cemitérios” impostos pela nova *Inquisição* salazarista. Considerava as medidas ditatoriais incompatíveis com a orientação geral da humanidade que, naqueles cinco anos, tinha já sofrido uma nova revolução económica. Era preciso fazer o diagnóstico completo do problema português e lançar as novas bases de organização do Estado. O drama, concluía Cunha Leal a instâncias deste primeiro exílio, é que “as forças democráticas vivem amparadas a uma confusa ideologia a que não têm sabido ou não têm querido dar expressão”¹⁹. Ele sentia-se obrigado a desvendar o seu pensamento e intenções, pela “dupla qualidade de chefe de partido e de homem público”.

O imediatismo da acção revolucionária e a dispersão dos núcleos republicanos deportados e exilados pouco terão contribuído para tornar eficaz esta obra de verdadeira unificação ideológica e política. Bernardino, com quem estreitou as relações anteriores de deferência e estima, reconhecia em carta esse défice de discussão mobilizadora: “Nunca foi mais necessário o concurso de todos os valores de acção republicana, e o seu é dos maiores. O militarismo ditatorial reflectiu-se um pouco também sobre alguns membros das nossas fileiras, como se a campanha de ideias não fosse absolutamente indispensável à vitória da revolução. Por mais difícil que se tornasse, nunca a

¹⁸ FPCL, *Ditadura, Democracia ou Comunismo? O Problema Português*, Imprensa Moret, La Coruña, 1931, Prefácio.

Para além deste estudo, publicou ainda, que saibamos, *Portugal e Inglaterra*; Imprensa Moret, Coruña, 1931, *Nova renascença ou Nova Idade Média*, Os Meus Cadernos, 1, Imprensa Moret, Coruña, 1932, *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, Os Meus Cadernos, 2, Imprensa Moret, Corunha, 1932 e *A Obra Financeira e Económica da Ditadura Portuguesa*, Os Meus Cadernos, 3, Imprensa Moret, Corunha, 1932. A filha, Maria Helena Cunha Leal, que permaneceu na Corunha longo tempo com o pai, refere ainda um outro livro, enviado para Portugal para editar e interceptado pela polícia. Depoimento ao autor.

¹⁹ FPCL, *Democracia...*, *op. cit.*, Prefácio

propaganda devia descurar-se. Deixou-se à solta a política de “verdade” de Salazar e não há mistificação que a Ditadura não ponha em cena”²⁰.

Em 1 de Dezembro, Cunha Leal via-se impedido de fazer uma conferência sobre a efeméride, coisa para que tinha sido convidado por comissão de alunos do liceu. Novos tempos ou a repetição do que tinha acontecido, havia três anos, em 1 de Dezembro de 1927?

Avisado por amigos da intenção do Governo em reenviá-lo para os Açores, desta vez para a longínqua ilha das Flores, evadiu-se da Madeira no dia 5 de Dezembro de 1930 a bordo do navio de carreira que ligava o Cabo da Boa Esperança a Southampton. Dirigiu-se a Inglaterra, donde rumou a Paris, aí permanecendo um curto espaço de tempo. Em Abril rumou ao país vizinho. Esperava-o uma Espanha alvoroçada pelas esperanças depositadas na implantação da nova República.

2. 1931 – O ano de todas as revoltas

Em Portugal, o 1931 abria com perspectivas sombrias para os democratas e para toda a oposição constitucional. Tinham sido desmanteladas, nos finais de 1930, todas as redes revolucionárias a actuar no país e presos ou deportados os principais responsáveis. Nestas condições, alguns sectores oposicionistas voltaram a equacionar um processo de transição pacífica e pactuada, com adeptos dentro e fora da Situação. Adquiria especial relevo a figura de Norton de Matos em quem muitos confiavam para garantir uma transição constitucional²¹. No entanto, o caminho do “Novo Estado” estava sendo

²⁰ Carta de Bernardino Machado a Cunha Leal, Bayonne, 30 de Março de 1931. Arquivo Bernardino Machado, Pasta 134. Designaremos este arquivo, de futuro, de ABM

²¹ Em carta a Augusto Casimiro de 30/12/1930, Norton de Matos propôs um programa mínimo em sete pontos, a levar a cabo por um republicano que gozasse da confiança de todos os Republicanos, dentro e fora da Situação. De forma geral, propunha-se a reposição das liberdades e a marcação de eleições para uma Assembleia Constituinte em 15 de Abril de 1931 Cf. *A Literatura Clandestina em Portugal*, (A H de Oliveira Marques, Vol. II, 297

traçado desde o Verão anterior, repelindo em absoluto qualquer ideia de organização de um governo transitório que preparasse o regresso à normalidade constitucional²². Tudo se precipitou com a eclosão da “Revolta das Ilhas” iniciada na Madeira em 4 de Abril de 1931, poucos dias antes da implantação da II República em Espanha. Um forte movimento estudantil contestatário, a aguda crise de trabalho em muitos sectores económicos, designadamente em regiões deprimidas como a Madeira e o contágio do revolucionarismo espanhol moveram os reviralhistas continentais e acenderam o facho da liberdade nos arquipélagos atlânticos.

À precipitação da revolta na Madeira, responderam os continentais com um novo fervor revolucionário e, da ilha partiram diferentes missões para obter a solidariedade do Continente e, principalmente, da nova Espanha republicana. Em busca de apoio, o comandante Sebastião Costa desembarcou no Algarve de bordo do navio “Guiné”, onde alguns dos companheiros de viagem foram presos, tendo depois rumado a Sevilha, cidade que recebera Cunha Leal em plena eclosão da República, para além de outros exilados como Agatão Lança e Prestes Salgueiro. Em nome dos revolucionários da Madeira, Sebastião Costa apresentava três *desiderata*: um convite à SDN para tomar a deliberação de um plebiscito nos arquipélagos sublevados, levando os povos a pronunciar-se pela Ditadura ou pela República; a obtenção do reconhecimento de beligerância aos revolucionários das ilhas pelos governos estrangeiros; o assegurar às ilhas revoltadas os bens essenciais e os recursos financeiros requeridos²³.

Em Sevilha, sob a égide de Cunha Leal, o núcleo daquela cidade tomou a decisão de reunir todos os exilados dispersos em torno da seguinte agenda política: 1º

²² Num comunicado à imprensa de 20 de Janeiro de 1931, o Chefe do Governo Domingos de Oliveira dava notícia que os grupos políticos tinham procurado persuadir diversos elementos da Situação que a única solução se encontraria na constituição de um Governo de transição, constituído de acordo entre elementos da Ditadura e dos antigos partidos, a fim de preparar o regresso à vida parlamentar. Acrescentava ainda que esses elementos apresentavam exigências de exclusão e punição dos partidários da Situação. Seria necessário acrescentar que isso era inaceitável para os ditadores?

²³ ABM, pasta 133

Obter do governo republicano espanhol a declaração expressa de que não há nele pensamento algum de união ibérica de Portugal e Espanha, mas só de estreita solidariedade; 2º Conseguir que os governos estrangeiros reconhecessem como beligerantes os revoltosos das ilhas; 3º Tratar secretamente com o governo espanhol do auxílio do Tesouro aos republicanos portugueses; 4º Estabelecer nessa reunião um programa político que se possa realizar de acordo com todos os Republicanos, após a queda da Ditadura.

A agenda tinha a marca distintiva do *lealismo* no dois domínios que extravasavam directamente a situação revolucionária das Ilhas, a saber, o cuidado a imprimir ao apoio a obter da Espanha republicana e a necessidade de fazer assentar a unidade republicana num programa de acção comum, discutido por todos os constitucionalistas. Numa obra que irá dedicar à história das relações internacionais de Portugal, já escrita no exílio, viria a concluir que não considerava haver qualquer possibilidade de reedição do velho *morbus* do “perigo espanhol”: O nobre espírito pacifista da Segunda República espanhola e até a circunstância de ter sido adoptado por ela um padrão constitucional, que não é, felizmente, federalista, embora respeite o instinto latente do regionalismo, afastam, porém, o perigo de atentados contra a independência de Portugal. O espectro da absorção violenta já não pode constituir razão determinante das atitudes internacionais deste país”²⁴. No entanto, vista de Portugal pelos olhos da Ditadura (muito ajudados pela focagem insistente e orientada do embaixador português Melo Barreto em Madrid), a Espanha de 1931 deveria parecer um barril de pólvora, exposta aos extremismos dos comunistas, socialistas e anarquistas²⁵ e ao pensamento avançado da intelectualidade que defendia o federalismo ibérico. De hispanófila no período riverista a Ditadura, empenhada especialmente na sua

²⁴ FPCL, *Portugal e Inglaterra*, Imprensa Moret, Corunha, 1932, p. 310

durabilidade, tornou-se fatalmente anglófila e pôs no combate à Espanha republicana todo o seu empenho.

Nestas circunstâncias, não será de estranhar que o exilado Cunha Leal tenha posto todo o cuidado no apoio espanhol à revolução democrática em Portugal. Para obter o apoio dos republicanos espanhóis, a oposição fragilizava a sua posição perante a crítica da consciência nacional que era, maioritariamente, antifederalista e anti-iberista. Mas, principalmente, juntava lenha à fogueira ateadada pelo nacionalismo que, em jornais como o oficioso *Diário da Manhã*, maltratavam os oposicionistas com o epíteto de traidores. Cinco anos antes da Guerra Civil de Espanha, que havia de dividir as democracias europeias no apoio a um outro regime democrático, sem dúvida avançado, a implantação da Segunda República foi dessa fobia anti-comunista o prolegómeno. Do ponto de vista da diplomacia inglesa, a Ditadura salazarista constituiu um tampão contra a “dissolução” da Península numa República avançada e federalista que, no caso português poderia pôr também em causa o Império Britânico e os interesses ingleses em Portugal. E procedeu em conformidade, facilitando o apetrechamento militar das tropas do Governo da Ditadura, tanto no Continente como nas Ilhas²⁵. Ao fazê-lo, não ignorava que sob os auspícios de Manuel Azaña, também a II República se não coibia de fornecer armas aos oposicionistas e colocá-las à sua disposição ao longo de toda a fronteira espanhola²⁷. Mas Cunha Leal não tinha dúvidas sobre o significado preciso da aliança luso-britânica num período tão sensível da situação política portuguesa. A visita

²⁵ Sobre as relações da Ditadura com a Espanha da II República vide Luís Farinha, *1931: a Ditadura face ao “Perigo Espanhol”*, in *História*, Ano XVIII (Nova Série), nº 15, Dezembro de 1995

²⁶ Sobre as medidas político-militares britânicas de apoio à Ditadura, veja-se os relatórios da Embaixada Britânica em Portugal, em especial de F. Linfley em 14, 17 e 24 de Abril de 1931, de M Adam to Monnsey, em 29 de Setembro de 1931. PRO, Documentação em consulta no Instituto de Ciências Sociais, Lisboa. Ainda Fernando Rosas, *O Salazarismo sob a sombra tutelar da Velha Aliança*, in *O Jornal*, 28 de Março de 1985 e Célia Reis, *A Revolta da Madeira e Açores*, pp. 78-80

²⁷ Vide Manuel Azaña, *Memorias políticas y de guerra, I*, Critica, Grupo editorial Grijalbo, p. 84. Também Ana Cristina Clímaco, *L'exil politique portugais en France et en Espagne – 1927-1940*, Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Paris 7, 1998, vol. II, p. 401. Ainda Hipólito de la Torre

de uma esquadra inglesa ao Tejo, em 11 de Janeiro de 1931 teve, na sua opinião, efeitos indiscutíveis na transição em curso em Portugal, com clara ingerência nos assuntos internos do país. A Ditadura temia o “perigo republicano” espanhol, os ingleses temiam a subversão europeia que podia acender-se a partir de uma Espanha em chamas. O que o chega a fazer pensar num acordo secreto entre a Ditadura portuguesa e a Inglaterra. Só assim se poderia explicar a entrega dos prisioneiros da revolta da Madeira, acolhidos como beligerantes numa zona neutra criada nos dois navios ingleses deslocados para as águas territoriais da ilha e depois entregues aos ditadores que “os condenaram à morte lenta nas mais inóspitas paragens do arquipélago de Cabo Verde”²⁸. É portanto um Cunha Leal magoado com o “protectorado” inglês que chega a formular, nestas circunstâncias dramáticas, a hipótese plausível e viável de uma aliança ibero-gaulesa para responder ao outro perigo iminente da “extorsão colonial” a que a aliança ibérica não podia trazer qualquer benefício, sem deixar de reconhecer que, em matéria colonial, a aliança britânica seria a mais favorável para o país.

3. O “Novo Evangelho Democrático”

Para Cunha Leal e os contemporâneos, a democracia navegava num mar de ruínas, incapaz de opor-se a soluções catastróficas e extremistas. De um lado, a burguesia que até aí defendera a democracia, defendia agora a autocracia e o “terror permanente” do fascismo para se defender a si própria. Do outro, as classes médias, esfaceladas pela guerra e pela crise económica, proletarizaram-se e deixaram de corresponder a “transacções ou contemporizações” propostas pelas elites liberais²⁹.

Gomez, *La relación peninsular en la antecámara de la guerra civil de España (1931-1936)*, UNED, Mérida, 1984, pp. 25-32

²⁸ FPCL, *Portugal e Inglaterra*, op. cit., p. 246

²⁹ FPCL, *Nova Renascença ou nova Idade Média?*, op. cit., p. 51

Quiseram antecipar o futuro, queimando etapas. Uns e outros copiaram-se mutuamente os métodos violentos – à ditadura plutocrática de uns, contrapunha-se a ditadura do proletariado de outros. Que lugar, pois, para a democracia, esse sistema “complexo de compensações”, assente sobre uma classe média forte, capaz de beneficiar da dinâmica imposta pelos extremos – da direita e da esquerda? Que novas regras seria possível e necessário impor para conjugar as aspirações de maior liberdade e felicidade das mais amplas camadas sociais, sem ao mesmo tempo cair no caos administrativo, na desordem e na desorientação?

Cunha Leal perguntava-se, justamente, - como aliás o vinha fazendo desde os últimos anos da República – se seria possível fixar regras e procedimentos perante a evolução acelerada a exigir sempre noções variáveis³⁰. No caso português, o problema era ainda mais complexo, pela falta de uma “elite capaz e prestigiosa”, para submeter “vagos mitos” pela “fieira de uma rigorosa análise”. Assim, “um povo anemiado intelectualmente, atrasado de muitas décadas em relação à civilização universal, encontra-se imobilizado, amortalhado em silêncio, precisamente quando a vertigem do progresso material e o desabar das antigas concepções intelectuais estavam requerendo da parte dele um esforço de colossal adaptação”³¹. Esta anestesia era um desastre quando as novas aspirações sociais impunham novos rumos á democracia, único regime capaz de equilibrar, sem violência, as liberdades crescentes com a autoridade que fundamenta a ordem indispensável ao governo e ao progresso. “Autocracia? – perguntava Cunha Leal – Nunca. Socialismo ou comunismo? Possivelmente, desde que se avance para essa meta com tranquilidade, sem revoluções”³².

No que não havia dúvida nenhuma é que a “nova democracia” teria que apresentar desígnios sociais evidentes, fortalecendo as classes médias com novas

³⁰ Idem, ibidem, p. 82

³¹ Idem, ibidem, pp. 8-9

incorporações vindas do proletariado – se viesse a ser, seria uma democracia racionalizada e social. Seria preciso corrigir desregramentos na indústria, nos mercados, no emprego, reformar o Estado, reformular os códigos jurídicos e lutar contra as ideias feitas desde a Revolução Francesa. A democracia para ser perdurável, teria que adaptar-se, com maleabilidade, às transformações económicas e sociais. O Estado teria que abandonar a sua posição de mero árbitro e decidir-se por uma fiscalização eficaz, sem cair em tirania. Certos direitos individuais, como o de propriedade, teriam que perder a fixidez para permitir a necessária aceleração de uma evolução urgente. O “espírito contemporâneo” exigia, portanto, “ginástica constante”, sem receio da mudança: “Não queremos aconselhar o homem a que seja salta-pocinhas e a que mude de ideias como quem muda de camisa. Aconselhamo-lo – isso sim – a que estude com inquebrantável persistência a multiplicidade de fenómenos que se passam à sua volta e por esse mundo além e que procure não perder o contacto com eles (...)” porque, acrescentava, “não é de aconselhar ao homem que leve o seu apego a um sistema ideológico até ao ponto de não conceber a existência sem ele”³³.

Havia, portanto, que pugnar por um novo “Evangelho Democrático” e que optar por uma análise descomprometida e desmistificadora do problema português. A República anunciara a “aurora radiosa” mas tinha escamoteado a revolução e o anseio de bem estar e aperfeiçoamento material e espiritual das grandes massas humanas. A Ditadura ainda refreara mais essa evolução mas, como questionava Cunha Leal “Para que recluir em excesso e para que tentar em vão retardar aquilo que tiver de ser?”³⁴

Antes a verdade, nua e crua, embora pouco agradável, em muitos casos. As Bases do “programa de regeneração nacional” que deu a conhecer aos portugueses em Maio de 1931, em pleno rescaldo da Revolta das Ilhas, foram naquela medida,

³² Idem, *ibidem*, p. 63

³³ Idem, *ibidem*, pp. 75-76

antecedidas de um duro diagnóstico do problema português. O país não era agrícola – como sempre apregoara a elite desenvolvimentista de novecentos – porque a pobreza do solo o determinara; não era industrial porque sempre faltaram grandes acumulações capitalistas; não era colonial, porque não se tinha ainda ultrapassado a fase primitiva de organização em colónias-fazenda; não era alfabetizado, porque os proprietários sempre preferiram um povo boçal, analfabeto e incapaz de decidir do seu destino; não era povoado porque não conseguia reter os seus filhos; não era produtivo porque continuava a produzir por processos arcaicos e anti-económicos. Em contrapartida, era rico em ilusões e em sonhos: “Somos um país essencialmente, intrinsecamente, pobre e as nossas possibilidades de desenvolvimento económico são, por isso, limitadas. Estamos, porém, intimamente convencidos de que, na partilha do universo, um Deus, prodigiosamente benévolo (...) nos distribuiu riquezas colossais”³⁵.

Em dez Bases, percorrendo o sistema político-constitucional, os direitos sociais, as finanças públicas, o sistema económico, o trabalho, as colónias, a relação do Estado com as Igrejas e o sistema de alianças de Portugal, Cunha Leal punha em discussão as suas ideias para o país. Em matéria de reordenamento constitucional, retomava algumas das reformas ensaiadas na última fase da República, como o reforço do poder do Presidente da República, com a capacidade de dissolução, o controlo parlamentar das medidas legislativas governamentais tomadas em período de dissolução das Câmaras e propunha muitas outras: a eleição das duas Câmaras por sufrágio universal e pelo sistema proporcional e a recomposição do Senado com delegados de profissões ou classes, que podiam tomar parte dos debates, sem direito a voto. Em matéria de moralização dos cargos públicos, propunha a punição dos membros do Executivo em domínios tão importantes como a emissão de empréstimos sem autorização do Poder

³⁴ FPCL, *Ditadura...*, op. cit., p. 112

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 110

Legislativo. As maiores novidades, neste domínio constitucional, estavam reservadas ao reconhecimento da igualdade jurídica entre o homem e a mulher e, muito especialmente, à consagração do direito ao trabalho para todos os cidadãos, bem como a uma remuneração que “possa satisfazer as suas necessidades *normais*”. Antecipando um direito que continuaria a ser actualizado na segunda metade do séc. XX em todas as cartas de direitos que beberam a sua inspiração na Declaração Universal de 1948, propunha também a “obrigatoriedade de o Estado promover o desenvolvimento intelectual de todos os cidadãos, tornando gratuita a instrução secundária (...) e auxiliando, obrigatoriamente, a ascender a graus mais elevados de ensino os escolares pobres (...) que sejam considerados dignos disso”³⁶. Nas leis de protecção do trabalho, Cunha Leal apresentava as propostas mais arrojadas: alargamento progressivo da assistência social obrigatória à invalidez, velhice e desemprego, concessão de um subsídio de férias remunerado e, em especial, o “direito à vida pela adopção de um *salário mínimo*”. Nos direitos sociais, preconizava ainda a intervenção do Estado na generalização da assistência médica a toda a população. Ao mesmo tempo, vulgarizava o que até aí não tinham sido mais que utopias: a representação operária na gerência das sociedades anónimas, desde que as unidades de trabalho excedessem um determinado número, o direito de participação dos sindicatos nos Conselhos Técnicos da Administração Pública e a comparticipação dos operários e restantes trabalhadores nos lucros das empresas.

Em matéria de política económica, as propostas *lealistas* são igualmente avançadas. No domínio agrícola pretendiam o reforço do papel do Estado, visando a constituição de uma propriedade média e sustentável no quadro económico e familiar. Neste caso, o bem público exigiria do Estado a intervenção no emparcelamento agrário – “inclusive pela expropriação forçada” – a promoção de crédito acessível, a instituição

³⁶ Idem, ibidem, p. 174

de parques estatais de máquinas agrícolas para promover a moto-cultura e a correcção da política agrícola nacional, com abandono da cerealicultura pela pecuária e silvicultura. Na indústria e no comércio também a intervenção estatal lhe parecia imprescindível: promovendo a exploração da “hulha branca”, única fonte de energia do país, concentrando os meios de transporte - ferroviários e marítimos - em grandes empresas com capacidade para electrificarem progressivamente as linhas e melhorarem os transportes coloniais, respectivamente. Igual concentração em indústrias inviáveis na sua dispersão, como a conserveira, e intensificação das indústrias de exportação, como a corticeira, com exigência de qualificação dos principais produtos do comércio externo. Em matéria de finanças públicas, propunha um desagramento da carga fiscal para certos grupos de contribuintes e a diminuição de despesas de certas áreas da administração pública – em especial as forças de segurança – para garantir o aumento dos gastos nas despesas sociais.

Esta quadratura do círculo, devia ser resolúvel através de uma conversão vantajosa da dívida pública e de uma reforma tributária sustentada por um imposto de rendimento progressivo, pelo agravamento do imposto sucessório e pela correcção da contribuição social rústica que favorecia as classes possidentes. Toda esta reforma das finanças públicas se devia executar dentro do justo equilíbrio que permitisse a repressão das grandes fortunas pessoais criadas ilegitimamente mas “sem chegar ao ponto de se afectar grandemente a iniciativa individual, que é um dos conceitos fundamentais da democracia” – concluía Cunha Leal³⁷. Na Base 8ª, propunha-se um pacto colonial, favorecedor de trocas de apoio financeiro e produtos manufacturados metropolitanos pelo fornecimento de produtos agrícolas coloniais.

Por toda a Europa democrática, mas também nos Estados Unidos, políticas sociais avançadas estavam a ser levadas a cabo para responder aos problemas

dramáticos do desemprego, mas também como prevenção contra a bolchevização crescente. Na Espanha republicana, estas políticas, mais do que propostas pelo poder instituído, rompiam dos movimentos sociais camponeses, operários e estudantis e das posições públicas de grupos de intelectuais, levando o embaixador português Melo Barreto, corroborando Afonso XIII, a afirmar que não acreditava que pudesse proclamar-se uma República “sem o perigo imediato do comunismo”³⁸.

É duvidoso que o “programa de regeneração nacional” de Cunha Leal tivesse tido a discussão pública que o autor teria desejado, mesmo entre os núcleos da emigração. Depois da derrota da Revolta das Ilhas, a oposição dividiu-se profundamente sobre a estratégia a adoptar para derrubar a Ditadura. No interior do regime, voltavam a contrapor-se as linhas constitucional e ditatorial.

No rescaldo da derrota reviralhista, o governo publicava em 5 de Maio o Decreto nº 19 694 que organizava o recenseamento eleitoral e o novo Código Administrativo que foi sendo dado a conhecer no *Diário da Manhã* durante o mês de Maio. Ao mesmo tempo, anunciava a disposição de promover proximamente eleições para os órgãos administrativos distritais e municipais e Salazar e Carmona anunciavam o fim da Ditadura. Como considerava o diplomata inglês responsável pelo relato para Londres da delicada situação portuguesa, a Ditadura procurava adquirir uma base de apoio popular, porque não tinha condições para persistir sem alterações. Por outro lado, considerava que “Se as eleições forem realizadas na base do sufrágio livre e individual, ninguém tem dúvidas de que o governo será afastado por uma enorme maioria de votos”³⁹. Esta era uma opinião generalizada e, por isso, a oposição preparou activamente o processo

³⁷ Idem, ibidem, pp. 176-177

³⁸ AHMNE, Série A, EM a MNE, Proc. 19/31, 19 de Janeiro de 1931

³⁹ Relatórios da Embaixada Britânica em Lisboa, de C. Russell a M A Henderson, em 26 de Maio de 1931. PRO – Instituto de Ciências Sociais, Lisboa

eleitoral. Não tinha a II República espanhola sido implantada na sequência de umas eleições municipais?

Sob a égide Norton de Matos e de Tito de Moraes, constituía-se em Julho a Aliança Republicana Socialista ⁴⁰ com o fim expreso de disputar as anunciadas eleições. Pelo país inteiro, formaram-se núcleos de Republicanos que, com o apoio da imprensa local, iniciaram uma campanha pelo recenseamento e pelo voto ⁴¹. Porém, no exílio espanhol, preparava-se febrilmente a revolução para o mês de Junho, com os emigrados a ocuparem postos junto à fronteira – de Ayamonte, a Badajoz, a Ciudad Rodrigo a Tuy e a Vigo. Os dois centros da emigração passavam nesta altura de Paris para Madrid e para Vigo e Corunha. No interior do país, foi encarregado o coronel Hélder Ribeiro de dirigir as operações de preparação revolucionária e de ligação aos exilados ⁴². Em Espanha, os diferentes núcleos promoveram reencontros com vista à unificação de esforços e à coordenação com a actividade revolucionária no interior. Tratava-se de recompor um quadro de relações cordiais que permitissem a unificação da actividade, muito difícil de restabelecer ⁴³ devido às clivagens existentes desde os últimos anos da República e agravadas com os sucessivos desastres do Revirinho. A solicitação da Liga de Paris, acabaria por recair sobre o *patriarca* Bernardino Machado a incumbência de, através de uma circular, recolher a opinião de todos os exilados sobre a constituição de um organismo condutor da revolução ⁴⁴. Cunha Leal reagiu com desconfiança a esta iniciativa. Coincidia – segundo afirmava em carta a Bernardino – na análise dos

⁴⁰ Constituíam a ARS o PRP (Part. Republicano Português), o PRED (Partido Republicano da Esquerda Democrática), o PRR (Partido Republicano radical), a ULR (União Liberal Republicana), o PRN (Partido Republicano Nacionalista), o PSP (Partido Socialista Português), o grupo Seara Nova e a Acção Republicana, para além de independentes

⁴¹ Em Setúbal, o jornal *A Vitória* anunciou o nome dos candidatos por cada um dos partidos que compunham a ARS e fez, no meses de Julho e Agosto de 1931 uma activa campanha pelo recenseamento e pelo voto

⁴² A este propósito vide Joaquim Paço d'Arcos, *Memórias da minha vida e do meu tempo*, vol. III, Guimarães Editores, Lisboa, s/d, pp. 93-95, carta de Afonso Costa a Hélder Ribeiro, 22 de Junho de 1931

⁴³ Em carta de Jaime Cortesão a Bernardino Machado, datada de 14 de Julho de 1931, o autor queixava-se da atitude pouco cordial de Cunha Leal, com quem havia tido um encontro político. ABM, cx. 133

problemas e no remédio a dar-lhe, mas divergia nos processos desencadeados: “Sempre coincidimos os dois na necessidade de reunir os emigrados, a fim de que fossem estudadas as causas e os pretextos da sua divisão, os pontos de coincidência das suas ideologias (...) Este esquecimento de múltiplos agravos, esta preparação de um programa comum, este estudo das directrizes a impor à política de emigração, para que o sacrifício de tantíssimos republicanos se não fosse traduzir, de futuro, em disparates e inutilidades, só poderiam e deveriam resultar de ampla e leal troca de impressões, depois da qual se faria, dentro das boas normas democráticas, a nomeação de um “comité” encarregado de promover e orientar a execução daquilo que por todos fosse, previamente, deliberado”⁴⁵. Por consequência – considerava ainda Cunha Leal na mesma carta – “os republicanos continuavam apostados em (...) “travestir” com aparências democráticas de eleição, métodos no fundo oligárquicos”. Naquelas condições, a sua resposta poderia ter sido de pura abstenção, mas considerava, no entanto, ainda duas hipóteses: ou a iniciativa tinha derivado de entendimentos com a “elite republicana” e, nesse caso a sua posição seria a abstenção; ou teria ocorrido por iniciativa de Bernardino Machado e, nesse caso, Cunha Leal solicitava a sua delegação no próprio Bernardino⁴⁶.

A eclosão da revolta de 26 de Agosto em Portugal deixou a emigração exilada completamente perplexa pelo inesperado do acontecimento, tanto mais que a ARS se empenhava no processo eleitoral e a emigração se afadigava na reunificação dos esforços. A revolta mostrava a descoordenação das forças revolucionárias e, bem assim, o descrédito com que a transição pactuada era tida em conta. A prova é que muitos dos dirigentes e activistas da ARS tiveram uma participação directa na revolta, apesar de o

⁴⁴ A circular foi enviada por Bernardino Machado aos exilados em Julho de 1931

⁴⁵ Carta de Cunha Leal a Bernardino Machado, Corunha, 18 de Julho de 1931. ABM, cx. 134

seu líder, desde o início do ano ter defendido uma proposta de transição pacífica que, aliás, continuaria a defender no futuro. De facto, em Outubro, numa nota confidencial enviada a Bernardino Machado, afirmava “estar convencido que no tempo presente e nos tempos próximos, será impossível, a não ser por mero acaso, fazer triunfar um movimento revolucionário de carácter militar (...) contra a maioria do Exército português, que continua resolvido a manter a Ditadura (...). Só resta, portanto, lançar mão da revolução política, exclusivamente política”⁴⁷.

O 26 de Agosto veio reforçar a força política e militar da Ditadura que refinou os mecanismos político-administrativos e policiais capazes de evitar futuros sustos e ameaças. Mas, fundamentalmente, desencadeou um forte movimento de opinião desfavorável aos movimentos revolucionários que a Ditadura capitalizou em seu favor, afastando para sempre o horizonte de umas eleições mais ou menos livres. Talvez não seja por acaso que *A Opinião* – um periódico que se designava até há pouco tempo como órgão oficioso da ULR, tenha reprovado em termos enérgicos a associação de aventureiros, carbonários, anarquistas e comunistas que desferiram “o golpe de traição” de 26 de Agosto: “O povo português deseja o prosseguimento da ordem, da reorganização e da actividade garantidas pela Ditadura”⁴⁸.

4. Na Conferência de Beyris (1931)

Depois das derrotas do Verão de 1931, Bernardino Machado voltaria a ser pressionado para promover a unidade republicana com vista à constituição de um

⁴⁶ Em carta a Bernardino Machado de 12 de Agosto de 1931, Cunha Leal denunciava o oportunismo do grupo de Paris que, através da iniciativa do envio da Circular, procurava hegemonizar a condução do processo revolucionário. ABM, cx. 134

⁴⁷ Norton de Matos – “A minha opinião acerca da actuação dos Republicanos em Portugal” – *Confidencial*, ABM, Cx. 133

⁴⁸ Cf. o jornal *A Opinião*, Oliveira de Azeméis, 6 de Setembro de 1931

comando supremo, à definição do plano revolucionário e à resolução dos problemas da assistência e da propaganda⁴⁹. As primeiras iniciativas surgiram na sequência da chegada a Espanha dos capitães Carlos Vilhena e Frazão Sardinha, dois dos revolucionários da Madeira que sentiam a unificação da oposição como uma exigência máxima. Já na Corunha, próximos de Cunha Leal, teriam oportunidade de reagir às tentativas unificadoras de Bernardino Machado, a quem exigiam processos de “unidade sincera e insofismável”. As primeiras iniciativas do patriarca republicano procuravam acomodar os diferentes interesses em comités, segundo os desígnios de cada um dos grupos: para uns a direcção, para outros a acção militar, a propaganda ou a assistência. Ora, com esta metodologia, consideravam os exilados da Corunha, dificilmente se conseguiriam definir os princípios gerais que deveriam sustentar toda e qualquer acção reunificadora⁵⁰.

A reunião que todos exigiam veio a realizar-se em Beyris, nos dias 22 e 23 de Novembro de 1931, com a presença da Liga de Paris, dos *Budas* de Madrid, de Cunha Leal, mas também com ausências de peso. Não estiveram presentes o coronel Ribeiro de Carvalho, (um líder militar indiscutível que só parcialmente foi representado por Cunha Leal), Norton de Matos, nessa altura exilado em Pau e os núcleos mais radicais de Badajoz e Sevilha. Os Democráticos exilados estiveram representados por Lago Cerqueira, mas sem o acordo de personalidades do seu grupo como o comandante Agatão Lança⁵¹.

⁴⁹ Em 7 de Setembro, de Bayonne, expediu uma nova circular que se iniciava assim: “Meu Prezado Correlegionário – A última colisão republicana com a facção ditatorial teve consequências que mais me determinaram a expedir a circular conjunta (...) A finalidade era a de “prosseguir tenazmente a acção comum”

⁵⁰ A resposta deste núcleo liderado por Cunha Leal e a exigência de uma reunião de todos os representantes (ex-ministros e ex-primeiros-ministros, oficiais do exército, chefes revolucionários, antigos deputados, homens de letras e de ciência) foi dada a conhecer a Bernardino Machado por documento de 27 de Setembro de 1931, assinado pelo próprio Cunha Leal, por Frazão Sardinha, Carlos Vilhena e Virgílio Sobral, ABM, cx. 133

⁵¹ Em carta a Lago Cerqueira (Paris, 5 de Novembro de 1931), Agatão Lança lastimava que Bernardino Machado tratasse mal “...ele e outros oficiais que não pertencem à Liga de Paris (...) Sua Exa. para

Três objectivos uniram as discussões de Beyris: a constituição de um Comité Supremo – do qual dependeriam os comités sectoriais, militar, financeiro, de solidariedade-, a obtenção de um empréstimo para garantir a organização revolucionária e a assistência aos emigrados. Nada podia unir mais os exilados, mas também nada tanto os desuniu⁵².

Um mês depois de Beyris, será o próprio Bernardino Machado, em carta ao coronel Ribeiro de Carvalho, a denunciar o malogro da tentativa unitária do mês anterior: “ Jaime de Moraes (os *Budas* no seu conjunto) persistem em continuar sozinhos todo o processo revolucionário – condução militar e empréstimo. Estão a pôr de lado Norton, Poppe e todas as decisões de Beyris”⁵³.

Cunha Leal tinha sido, justamente, a voz dissonante que combatera a estratégia “afonsista”, consubstanciada numa proposta apresentada pelo capitão Pina de Moraes, em nome da Liga de Paris, acrescentada por uma outra da autoria de José Domingues dos Santos. No essencial, combatia o voluntarismo revolucionário que passava por cima das condições existentes no país e que ignorava a existência da ARS, como um polo de resistência e de agregação, limitando a Constituição do Comité Supremo aos núcleos revolucionários do exílio, em especial de Paris e de Madrid. Foi sob proposta sua que foi decidido solicitar a Norton de Matos a indicação de nomes representativos da ARS para estarem representados no Comité Supremo.

Mas, no essencial, nada mudou, já que a decisão saiu embrulhada em compromissos contraditórios e divisionistas: à ARS competiria a luta legal e ao Comité Supremo a luta revolucionária. Inquinada ficou também a questão do empréstimo que o Comité de Madrid tinha decidido tratar por sua conta, de que não deu cabal informação

comprazer o António Sérgio que quer o exclusivismo das honras do ataque à Ditadura para a Liga de Paris (...) mete os emigrados todos organizados na Liga. Todos os outros, embora tenham forçado a fronteira 8 vezes para combater a Ditadura não contam”, ABM, Cx. 133

⁵² Sobre as vicissitudes da Reunião de Beyris veja-se Luís Farinha, *O Revirvalho...*, op. cit., pp.200-206

em Beyris, tendo persistido na mesma actuação depois da reunião, como já vimos. Depois de todo o armamento que tinham conseguido obter nos meses de Maio e Junho, através das suas relações privilegiadas com Azaña, o mês de Outubro decorreu sob as negociações secretas de um empréstimo a obter de um capitalista espanhol, conduzidas por Moura Pinto e Jaime Cortesão⁵⁴. Ora, Cunha Leal opusera-se a todo o processo – ao secretismo dos Budas e, muito especialmente, ao empréstimo realizado em Espanha. Em entrevista ao *Ahora*, aproveitara a ocasião para “desmentir certos rumores sobre supostos acordos entre os governantes espanhóis e os deportados portugueses”, porque – acrescentava – “nós queremos resolver os nossos assuntos, mas por nós próprios”⁵⁵. A unidade, a realizar-se, teria que ser verdadeira e completa, agregando todos e não apenas a “elite revolucionária” que, do Comité Supremo se via, de imediato, a saltar para o possível futuro Governo Provisório a sair da revolução⁵⁶.

O sucesso das decisões de Beyris estava, pois, comprometido. Foi decidido constituir um Comité Supremo e comités técnicos. Ao mesmo tempo, constituiu-se uma Comissão Provisória, com o encargo de levar a bom termo as decisões tomadas. A Cunha Leal estava destinada a organização revolucionária dos núcleos de exilados – segundo proposta por ele próprio apresentada na reunião⁵⁷ – e a redacção de um Manifesto ao País onde se tornassem públicas as linhas da futura acção governamental republicana. Reconhecia-se a Cunha Leal, indiscutivelmente, a capacidade político-ideológica para, à luz das novas exigências sociais e económicas, apresentar um plano

⁵³ Carta de Bernardino Machado a Ribeiro de Carvalho, Bayonne, 7 de Dezembro de 193, ABM, cx. 134

⁵⁴ Cristina Clímaco, *L'exil...*, op. cit., vol. II, p. 403

⁵⁵ Cif. “*Hablando com Cunha Leal, emigrado político en España*”, jornal *Ahora*, Setembro de 1931

⁵⁶ Um dos ausentes, justamente representado por Cunha Leal, - o coronel Ribeiro de Carvalho – considerava: “É por isso que a mim me parecem odiosas as intermináveis disputas sobre a constituição do futuro ministério que – oh vã cobiça de mandar! – tem sido a causa real da divisão que tem separado os chefes políticos republicanos”, ABM, cx. 133

⁵⁷ A proposta tinha em vista a divisão dos exilados em três grupos de acção em Espanha: a Galiza, a Estremadura e a Andaluzia. Ficariam encarregados de observar o movimento de fronteira, de estabelecer ligações com o interior do país e de executar todas as tarefas decididas pelos vários comités. “Proposta de

estratégico para o problema português. Não perdeu tempo, o indigitado. Dois dias depois de Beyris, já instalado no Atlantic–Hotel da Corunha, fazia seguir um questionário, arrumado em dez quesitos, dirigido a todos os representados para, “uma vez munido das suas respostas, redigir um projecto de manifesto ao país”.⁵⁸

Do Comité Supremo, do empréstimo e da assistência se veio a tratar em todo o ano seguinte, até à amnistia de 5 de Dezembro de 1932, sem que daí decorressem grandes alterações ao estado de desorganização e desânimo que já grassava entre os republicanos neste final de 1931.

A família de Cunha Leal, que se mantivera na Corunha até ao início das aulas dos filhos, voltou a Portugal. Com ela regressou também a filha Maria Helena que havia sido, no inverno anterior, “su compañerita de emigración”⁵⁹. À família, havia-se ainda juntado o irmão, Artur, especialmente autorizado para aí permanecer seis dias da primeira quinzena de Setembro⁶⁰.

No entanto, a “família” Cunha Leal estendia-se, por esta altura, pelos correlegionários e pelos emigrados que se não reconheciam na chefia de Madrid, sobre os quais exercia um indiscutível ascendente intelectual e político⁶¹.

Cunha Leal”, A H de Oliveira Marques, *A Unidade da Oposição à Ditadura*, Publicações Europa-América, 2ª edição, 1976, pp. 138-142

⁵⁸ O “Questionário” reproduzia as preocupações que presidiram ao seu “programa de regeneração nacional” publicado em Maio no livro “*Ditadura...*”, op. cit.”. Que alterações constitucionais para harmonizar o texto com a “formidável evolução das sociedades humanas”? Como usar os impostos para redistribuir a riqueza e resolver os problemas do Estado? Que novas funções atribuir ao Estado na reorganização do sector bancário e nos outros sectores económicos, designadamente na “atenção urgente a dar à redistribuição da propriedade rústica”? Como alterar as leis de protecção do trabalho? Administração colonial, relações do Estado com a Igreja Católica, política internacional – um exaustivo inquérito ao problema português, ABM, Cx. 133

⁵⁹ Assim se lhe refere na entrevista ao jornal *Ahora*, já citada. Dessa estadia na Corunha e dos saudosos passeios à Torre de Hércules na companhia do pai nos falou a nós Maria Helena Cunha Leal, em depoimento recolhido em 29 de Outubro de 1998. Um estado de doença grave tinha sido o motivo da sua estadia junto do pai.

⁶⁰ Artur Pinto da Cunha Leal, capitão do quadro de reserva, foi autorizado a sair por Viana do Castelo, a fim de “visitar um seu irmão, homiziado em Espanha por motivos políticos”, Voltaria no ano seguinte, obtida autorização do mesmo tipo, AHM, Processo Individual

⁶¹ Vide a este propósito o relato autobiográfico de A Neves Anacleto, *A Longa Luta, preso algemado e deportado*, Lisboa, s/d, p. 329. Desse relato transcrevemos um trecho: “Em volta de uma grande mesa Cunha leal respondia a várias questões que os seus amigos apresentavam sobre as coisas e sobre os homens, e eu tive a ocasião de verificar a grandeza desse homem tão combatido por muitos e admirado

5. Na ascensão definitiva de Salazar, vence a força

Em Maio de 1932, Cunha Leal respondia a solicitação de Bernardino Machado sobre a resposta aos questionários que lançara em Novembro: “ Pergunta-me V. Exa. quantas respostas recebi ao já célebre questionário. Não tenho de contar pelos dedos a fim de lhe responder. É que ainda não recebi nenhuma”⁶². Passado um semestre, não se constituíra ainda o Comité Supremo Na emigração, especialmente em Espanha, ao fim de cinco anos de exílio, o desespero provocado pelas deficientes condições de vida era torturante, levando alguns a responsabilizar os dirigentes republicanos e a ameaçar entregar-se à Ditadura⁶³.

Nestas condições, aprofundavam-se as desconfianças e vinham ao de cima as velhas dissensões da República. Em carta a Raul Proença, António Sérgio não escondia a sua desilusão em face do ascendente que Cunha Leal adquiria no exílio galego: “...verdade é que esses livros do Cunha Leal, por comparação com a absoluta inércia dos outros chefes, o prestigiam. É incontestável que ele tem ganho adesões e que, sob certos aspectos, e *comparativamente*, as merece. Pensam afastá-lo por mera intriga; mas suponho que só o poderiam afastar se trabalhassem e publicassem pelo menos tanto como ele. Por culpa do Afonso, Bernardino, António Maria, etc., temos de contar com aquele cavalheiro. Será triste, mas é assim”⁶⁴. De futuro se verá, que a “tristeza” a que

por todos. Mesmo quanto àqueles que mais o haviam ferido, ele emitia conceitos de compreensão que excluía qualquer ideia de reivindita. Sentia-me ainda mais pequeno, perante a grandeza de um tal homem. Já em Paris o Dr. Afonso Costa me havia exaltado a figura de Cunha leal, que se apresentava agora a meus olhos como um chefe incomparável”

⁶² Carta de Cunha Leal a Bernardino Machado, Corunha, 9 de Maio de 1932, ABM, cx. 134

⁶³ O telegrama recebido por Bernardino Machado, em 2 de Janeiro de 1932, é concludente: “Emigrados políticos portugueses, na sua maioria atendendo situação de miséria, pedem providências telegráficas. Caso contrário entram em Portugal sofrendo consequências declinando responsabilidades quem de direito. Pelos emigrados – Joaquim Silva”, ABM, cx. 130

⁶⁴ Vide António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença* (Organ. De José Carlos Gonzalez. Com um estudo de Fernando Piteira Santos, Publicações D. Quixote/Biblioteca Nacional, Lisboa, 1987, p. 200

parece aderir, com o ascendente de Cunha Leal e a sua incontornável liderança, era apenas forma de aplacar a maior intransigência do seu amigo Proença. Em Portugal, depois do primeiro exílio, ambos – Leal e Sérgio – haviam de ter aproximações que os levariam mesmo a acções comuns de combate ao Estado Novo.

Com a “mão de Salazar”, a Ditadura prosseguia a longa marcha na implantação do “Nova Ordem”. Ao mesmo tempo que, em Fevereiro anunciava aos governadores civis as bases da nova Constituição, o governo propagandeava um vasto conjunto de medidas económicas e sociais, entre as quais avultavam o estudo do plano de grandes melhoramentos e obras públicas como forma de atenuar o desemprego e a caixa de auxílio aos desempregados. Apesar dos grandes receios de uma contaminação bolchevista a partir da Andaluzia, através do depauperado Alentejo, os movimentos grevistas de Fevereiro saldaram-se numa derrota para os trabalhadores.

Em Portugal, a oposição republicana continuava dividida entre a transição pactuada e um “movimento com características de pronunciamento para constituir um novo governo militar republicano”⁶⁵. Por seu lado, a ARS encontrava-se em Maio completamente inutilizada pela Censura para discutir o projecto de Constituição que a Ditadura apresentara à imprensa no sexto aniversário do 28 de Maio. Nesta conformidade, o Directório recomendou uma completa abstenção na “discussão do aludido projecto”⁶⁶. Em resultado desta espécie de movimento pendular que levava à reactivação da actividade dos exilados sempre que desfalecia no país, voltou a acender-se o movimento revolucionário a partir do exterior, embora com fracas possibilidades de êxito⁶⁷. Desde Maio que se realizavam reuniões junto à fronteira com vista à agregação

⁶⁵ Circular nº 3 da UGCR (União Geral dos Combatentes Republicanos), in A H de Oliveira Marques, *O general Sousa Dias e as revoltas Contra a Ditadura (1926-1931)*, Publicações D. Quixote, Lx, 1975, p. 258

⁶⁶ Carta do Directório da ARS ao general Sousa Dias, in *O General Sousa Dias...*, op. cit., p. 221

⁶⁷ Empenhados em Portugal na organização revolucionária, os coronéis Ribeiro de Carvalho e Cunha Aragão regressariam à Galiza tendo apresentado uma declaração formal ao “Presidente” em que se

de todas as oposições. A partir de Junho, com a chegada de Bernardino Machado a Vigo, toda a actividade política se deslocou para a Galiza, onde por essa altura ganhava um enorme prestígio o grupo que se reunia em torno de Cunha Leal, na Corunha. Para Vigo e Baiona se deslocaram igualmente José Domingues dos Santos e Afonso Costa, empenhados na constituição do Comité Supremo. No entanto, ele só estará constituído no início de Setembro, mas sem a participação do “Grupo de Madrid”, o que agravaria os dissídios já existentes. Era presidido por Bernardino Machado, por Afonso Costa (vice-presidente), por José Domingues dos Santos e Cunha Leal, por parte dos exilados e por representantes do interior de que se conhece o nome de Domingos Pereira⁶⁸. Para além de logístico e operacional, o problema da oposição republicana no exílio e no país era fundamentalmente político.

6. “Nem o passado que não deixou saudades, nem o presente que nos não honra”

Constituído o Conselho Supremo, faltava ainda muito ou quase tudo para dar eficácia à oposição política à Ditadura. No terreno, confrontavam-se diferentes lideranças político-militares revolucionárias, dos operacionais do “Grupo de Madrid” (capitão Nuno Cruz e tenente Alexandrino dos Santos), ao grupo radicalizado de Sarmento Beires, passando pelos do coronel Ribeiro de Carvalho e Pedro Fazenda, estes últimos mais conformes com a liderança liberal de Cunha Leal.

Sem um programa político único, estabeleciam alianças circunstanciais e desconfianças arrasadoras. Convidado no Outono de 1932 para liderar mais uma tentativa revolucionária a desenvolver com ligações no interior do país, Cunha Leal ter-

consideravam definitivamente desligados de qualquer organização revolucionária”, 5 de Junho de 1932, ABM, cx. 134

se-á oposto terminantemente porque, em palavras que lhe são atribuídas “...alguns recusarão colaborar comigo, e uma grande parte que deseja qualquer pretexto para não se bater, aproveitará a ocasião para declarar que não entra no movimento somente por ser eu o seu chefe”⁶⁹. No terreno, haviam-se instalado grupos clandestinos, de acção violenta, que tendiam a menosprezar a condução política e a passar para trás os representantes dos antigos partidos políticos, “as únicas organizações que podiam conduzir a revolução”, na opinião de José Domingues dos Santos⁷⁰. E também na de Cunha Leal.

Era, por isso, necessário voltar ao princípio, para combater pela propaganda o desenvolvimento das doutrinas que proclamavam a necessidade de uma autoridade forte, aliando as Igrejas e a plutocracia para, numa conjuntura de desordens e cataclismos sociais, aliciarem os povos para a acção violenta de chefes carismáticos. Durante 16 anos de República, as multidões não tinham sido educadas nas virtudes democráticas: “É preciso, por conseguinte, voltar ao princípio e levar à alma do povo a certeza de que a democracia política, precursora da democracia social, é o regimen mais capaz de dar satisfação às ansiedades materiais e espirituais do homem. A Liberdade, preparando o advento da Igualdade”⁷¹. Mais do que nunca, a democracia precisava de “um escol de doutrinários e propagandistas”, de homens inquietos, que resistissem ao indiferentismo e ao amolecimento, de verdadeiros “apóstolos” das ideias. Por isso, no meio da maior adversidade e perplexidade, solicitado pelo ingrato papel das grandes decisões, Cunha Leal não deixou nunca de procurar, por entre a floresta ideológica e desorientação política existente, o conforto da análise racional e objectiva. Em Outubro

⁶⁸ Carta de Arantes Pedroso ao General Sousa Dias, in *O General Sousa Dias...*, op. cit., p. 270

⁶⁹ Vide A Neves Anacleto, *A Longa Luta...*, op. cit., p. 335. Também Bernardino Machado, em carta a Neves Anacleto, de La Guardia, em 24 de Dezembro de 1932 respondia ao apelo: “Não devo praticar acto algum para a restauração da República sem o voto do Comité Supremo a que presido.(...) só pela concentração de esforços de todos nós alcançaremos a vitória”, ABM, cx. 134

⁷⁰ Carta de J D dos Santos a Bernardino Machado, Paris, 7 de Novembro de 1932, ABM, cx. 134

de 1932, publicou na Corunha mais um dos seus cadernos – o segundo – sobre a democracia e o funcionamento dos partidos políticos na I República portuguesa para daí extrair as lições que abrissem os novos caminhos a trilhar.

Não seria fácil criar entusiasmos sobre uma análise fria da dinâmica partidária da I República. Porém, correndo os riscos da incorrecção política do curto prazo, Cunha Leal preferiria sempre a nudez crua da verdade ao oportunismo complacente e mentiroso. Orientadores das sociedades quando dinâmicos os partidos foram, na segunda fase da República (1919-1926), um elemento de descredibilização política do regime e do sistema partidário - considerava. Chamaria ainda a atenção para a fragilidade da sociedade civil como forma de explicar a condução centralizada e autoritária da vida política e a debilidade das oposições. A República “precipitara-se no regimen de **Partido Único**, o que constitui a negação da própria democracia”. Ora, “uma mecânica desta natureza, mesmo quando colocada sob a égide de princípios liberais, conduz em linha recta à autocracia. Isto é tão fatal como o destino”⁷². O sistema tinha surgido, por virtude das vicissitudes da Revolução, sustentado pelo partido de todos os republicanos e não foi, nem o seu desmembramento em 1911, nem as sucessivas cisões de 1919 a 1925 que o haviam de descaracterizar: era um partido de notáveis onde, para além da organização nacional, imperava uma rede de interesses locais ligada a líderes nacionais que eram, eles próprios, chefes de facções e tendências, das mais moderadas às mais extremas. Com recurso a um sistema eleitoral defeituoso, acentuou a corrupção e atraiu ao seu seio ex-monárquicos, “garfos impuros” que o haviam de descaracterizar completamente – a ele e à sua acção governamental. Depois do 5 de Outubro, permaneceu “a mesma organização do Estado, com os seus defeitos e a sua conformação monárquica, a mesma Força Pública com a sua ineficiência, a

⁷¹ FPCL, *Os Partidos Políticos na República Portuguesa, Os Meus Cadernos*, 2, Imprensa Moret, Corunha, Outubro de 1932, p. 15

mesma diplomacia com a sua incapacidade, a mesma burocracia com a sua madracice, o mesmo professorado com o seu reaccionarismo, a mesma magistratura com o seu servilismo, as mesmas forças vivas com a sua impotência”⁷². No domínio partidário, o “Partido Único” dificultou a recomposição do espectro partidário, de tal modo que o “bloco evolucionista-unionista” nunca conseguiu apresentar-se como alternativa – em 1920, através do Partido Liberal, em 1923 com o Partido Nacionalista ou em 1926 com a União Liberal Republicana. Em todas estas alternativas, as novas forças foram sempre partidos onde “abundavam os generais e escasseavam os soldados”. O Partido Democrático criou facções, que se aliavam com os outros pequenos partidos à sua esquerda, ou à sua direita, tudo dependia da conjuntura. A heterogeneidade ideológica era de tal ordem, que governos seus caíam, invariavelmente, com votos de facções contrárias do interior do próprio partido. Sem uma oposição forte, o Parlamento tornou-se ineficaz e muitas vezes autocrático. Sem capacidade de manobra política parlamentar ou governamental, os pequenos partidos desenvolveram estratégias extra-parlamentares de acesso ao poder, pelo recurso a alianças com forças marginais ao sistema ou pelo aliciamento da força pública para acções de subversão violenta dos governos. Matando os pintos na casca e dividindo-se em facções personalistas internas, o PRP autodissolveu-se e não deixou ninguém para garantir a continuidade, em 1926. O regime não conseguira auto-reformar-se e entregava-se, assim, nas mãos das forças da ordem que o haviam de destruir. Análise rigorosa e fina a de Cunha Leal, ainda hoje operacional para toda a vida político-partidária da I República.

Era necessário sair desse círculo vicioso da política portuguesa sem voltar “ao passado que não deixou saudades”, nem aceitar “o presente que não honra”. A Ditadura tinha piorado a situação, reeditando os mesmos erros do *pimentismo* e do *sidonismo*:

⁷² Idem, p. 94

⁷³ Idem, p. 83

“estes conscientes perturbadores da vida nacional curaram de orientar em sentido nitidamente reaccionário um movimento que muitos, com certa ingenuidade, haviam pensado em utilizar para a estabilidade da República, pela normalização do seu regimen partidário e parlamentar”⁷⁴. Que fazer, portanto?

Em primeiro lugar, agitar ideias e pôr tudo em discussão. O livro destinava-se, segundo Cunha Leal, às “almas inquietas” que “com os pés agarrados à terra, não desistem de cravar os olhos com ansiedade no azul do firmamento”⁷⁵. O sistema político podia e devia ser reformado, na sua engenharia orgânica, na lei eleitoral mas, fundamentalmente, necessitavam de reforma os partidos políticos, base primordial do sistema democrático. Duas táticas lhe pareciam possíveis: ou a fusão das forças políticas, ou a aliança dos organismos políticos existentes. A primeira, que levaria inevitavelmente à formação de um Partido Único republicano tinha contra ela todas as dificuldades que resultavam do ostracismo a que tinham sido votados os mais importantes líderes partidários.

Assemelhava-se, contudo, à forma de transição proposta por uma parte significativa da oposição reviralista: depois da revolução dirigida por um líder militar democrático e apoiada pelas forças políticas existentes no terreno, seguir-se-ia um período de transição em que seriam dadas as condições para, de forma consistente, se esboçarem as diferentes correntes políticas democráticas. A ARS tinha, por isso, constituído um primeiro passo de organização política queurgia aprofundar.

Poderia a formulação teórico-prática *lealista* ser útil em momento de tão difíceis e pragmáticas decisões político-revolucionárias? Os homens dividiam-se então entre o revolucionarismo militarista e a transição pacífica ou a pura inclusão no processo de consolidação do salazarismo. No exílio, continuavam a ecoar as promessas de uma

⁷⁴ Idem, p. 106

⁷⁵ Idem, p. 7

transição para a República democrática, desta vez por iniciativa do General Ivens Ferraz⁷⁶.

No entanto, a unidade republicana contra a Ditadura rolava vertiginosamente em plano descendente. A irredutibilidade revolucionária do “Grupo de Madrid” tinha levado Afonso Costa a propor a constituição de uma espécie de Junta Consultiva, o que levava Cunha Leal a considerar que tudo estaria bem se tal órgão não fosse arrastar indefinidamente a “constituição de uma direcção revolucionária”. E advertia Bernardino Machado, no início de Dezembro: “Devo mais uma vez advertir V. Exa. que a maior parte dos emigrados estão exaustos, e que outros, como eu, não o estando ainda, têm filhos e, desde que isto não marche, ver-se-ão forçados a deslocar-se para onde lhes seja permitido ganhar a vida”⁷⁷.

Pela mesma altura, os jornais da capital começavam a publicar as listas de nomes dos oficiais e civis amnistiados pelo Decreto nº 21 942 de 5 de Dezembro. Em 11 de Dezembro, a comissão da Direcção Geral de Segurança Pública encarregada de rever os processos, de que era responsável José Vicente de Freitas, anunciava a conclusão de 277 e a recepção de mais 300. Na emigração, apenas permaneceriam 50 nomes, considerados os mais perigosos para a Ditadura⁷⁸. De ora em diante, o Revirvalho iria assentar, fundamentalmente, em bases clandestinas e muito restritas. A Ditadura preparava-se para travestir-se num Estado Novo eterno, empurrando para o limbo do esquecimento este punhado de patriotas republicanos e democratas. Ao fim de dois anos de exílio, o “frio raciocínio, indiferente aos quentes impulsos da vontade”, levava Cunha Leal a afirmar que a Ditadura dividira “o país em dois bandos irredutíveis”, e que

⁷⁶ Em carta a Bernardino Machado, de Vigo, em 26 de Outubro de 1932, António Pires de Carvalho, informava que, António Sérgio tinha sido contactado por gente do General que propunha um entendimento com o Revirvalho de modo a levar a cabo um golpe de estado que instaurasse um governo de transição, recuperasse a liberdade de imprensa e convocasse colégios eleitorais, ABM, cx. 134

⁷⁷ Carta de Cunha Leal a Bernardino Machado, Atlantic-Hotel, Corunha, 1 de Dezembro de 1932, ABM, cx. 134

esta situação era irremediável. “ontem – concluía – seria ainda possível ter esperanças numa conciliação: hoje só parece provável a hipótese do esmagamento dum desses grupos pelo outro”⁷⁹

Antes de deixar a Corunha, Cunha Leal publicou ainda o seu terceiro caderno – *A Obra Financeira e Económica da Ditadura Portuguesa*, que viria a merecer os mais rasgados elogios de Bernardino Machado, por essa altura estacionado em La Guardia: “Ansiava pelo seu novo caderno. A expectativa foi plenamente confirmada. A crítica da ditadura financeira é soberba, esmagadora⁸⁰. Nele retomava a crítica à obra financeira de Sinel de Cordes, que já desenvolvera em estudos anteriores, ao mesmo tempo que zurzia a obra financeira do “astro” coimbrão, “não obstante a dificuldade em reunir elementos de consulta”. E de tudo o que já não podia alterar-se, conservar o quê? – perguntava-se Cunha Leal no fim. De pouco lhe interessava saber se a obra financeira que sobreveio a 1928 era ou não o resultado de “um mitólogo personagem bifronte” (numa referência directa ao conselheiro Quirino de Jesus que para si reivindicava a parte substantiva da obra). Sinel havia optado por esbanjar “o ouro” para depois colher os frutos, sem cuidar de saber se frutos haveria para colher. Salazar invertera a ordem, pois “no campo financeiro, a boa prudência manda colher primeiro e semear depois, fazendo-se subir os impostos até haver “superavit” nas contas públicas e prosperidade no Estado”⁸¹. Sem “aspereza e indignação”, mas também sem calar aquelas que considerava serem as terríveis consequências económicas para o novo país salazarista – “um Estado rico e uma nação pobre”. Uma “máquina fiscal implacável” pôs à disposição do “mago das finanças” uma receita pública que excederia em mais de dois

⁷⁸ Entre esses “mais perigosos” contavam-se Bernardino Machado, Afonso Costa, José Domingues dos Santos, Agatão Lança, Carlos Vilhena, Oliveira Pio, Jaime de Moraes, Sarmento de Beires, entre outros

⁷⁹ FPCL, *A Obra Financeira e Económica da Ditadura Portuguesa*, Os Meus Cadernos, 3, Imprensa Moret, Corunha, 1932, p. 14

⁸⁰ Carta de Bernardino Machado a Cunha Leal, La Guardia, 12 de Dezembro de 1932, ABM, cx. 134

⁸¹ FPCL, *A Obra Financeira e Económica da Ditadura Portuguesa...*, op. cit., p. 68

milhões de contos o que seria necessário para obter o equilíbrio orçamental, caso as despesas tivessem sido mantidas aos níveis de 1925-1926⁸². Com recurso a estratégias monetaristas e a acréscimos das receitas alfandegárias, o novo poder conseguia reservar para a força pública – em metralhadoras, canhões e tanques – a modesta quantia de “três simples milhões de libras!”

Que importavam o aumento exponencial de hipotecas e falências? Nada havia a recear e governar era uma pena leve, com “a sua tarefa extraordinariamente facilitada pelo facto de ser o aliado duma grande força material, o Exército e a Armada, e o pupilo duma grande força espiritual, a Igreja Católica”⁸³. Através de mecanismos fiscais, de institutos bancários anexos ao Estado (como a Caixa Geral de Depósitos) e do Tesouro, Salazar estava a concentrar todo o rendimento num “Estado forte”, arruinando a sociedade, com o fito de melhor a dirigir. Sem cuidar mesmo de saber se algumas das reformas, como a que ocorreu em 1929 com o Banco Nacional Ultramarino, se realizavam em favor das colónias ou não passavam de meros balões de soro para lhe evitar a morte e a desonra. Sem debate público e sem fiscalização parlamentar, Salazar, “Ministro hermético”, encarecia a vida da maioria dos portugueses mas, muito pior, empenhava-se em “extirpar” as frágeis raízes democráticas de uma sociedade há pouco chegada á modernidade.

Foi para este Portugal pequenino, onde os homens livres passaram a ter que esconder-se, que Cunha Leal regressou, após dois longos anos de exílio galego. Nos dias anteriores à sua partida, o *Ayuntamiento* da Corunha promoveu uma homenagem a que se associaram os representantes dos principais partidos locais e outras entidades da cidade “en honor del muy ilustre portugués, el ex-Presidente del Consejo de Ministros de la vicina República de Portugal, Exmo. Señor Don Francisco P. Cunha Leal”. No

⁸² Idem, p. 86

⁸³ Idem, p. 77

livro de actas do Conselho, os promotores fizeram questão em que constasse “de modo explícito, el orgullo que la Coruña tuvo al albergar en su seno al hombre cumbre de la República hermana, que en continuado gesto de dignísima altivez, mantuvo constantemente su posición y su criterio, - ratificado en libros aquí escritos y editados – acerca de las fundamentales cuestiones que le llevaron a la deportación, y la satisfacción mezclada de sentimiento estrechando su mano al despedirle en su próxima marcha, porque sin perderlo, ni claudicar en lo más mínimo, su país le abre de nuevo las puertas que en un mal día, á él y a muchos distinguidos y bravos compatriotas le fueron cerradas”⁸⁴.

Chegado a Lisboa nos primeiros dias de Janeiro, aceitou prestar “bombásticas” declarações ao *Diário de Lisboa* de 7 desse mês. Depois de uma longa conversa sobre as grandes transformações técnicas, económicas e políticas trazidas pela I Grande Guerra, o jornalista comentava: “ Cunha Leal está mudado! Não faltará quem o vá julgar – socialista. O homem público ri, francamente. Não fizeram a mesma acusação ao dr. Afonso Costa?”. O “problema da terra”, considerava nessa entrevista, “ não é de hoje, nem é de ontem (...). Se há grandes domínios mal aproveitados, porque não os dividir com aqueles que aceitam o voluntário sacrifício de as cultivar?” O mundo era agora outro e “ a inteligência do homem não pode ser imutável perante os acontecimentos que hoje, valem mais do que as doutrinas”. Embora acreditasse que, em época tão catastrófica “as soluções perfeitas hão-de ser aquelas que forem impostas em definitivo pelos acontecimentos”, Cunha Leal propunha-se contribuir para a aceleração da democracia política para a democracia social, com a instauração de um Estado que impulsionasse a economia, que nacionalizasse os grandes capitais, que extinguisse o “parasitismo plutocrático”, que protegesse o trabalho nacional e que deixasse subsistir

⁸⁴ A sessão de homenagem de dia 16 de Dezembro de 1932 foi seguida, a 17, de um banquete a que estiveram presentes os principais representantes do povo corunhês. Actas do Ayuntamiento

na posse de particulares uma “massa moderada de capitais”. Não era isso que estava a acontecer na Espanha republicana e também nas sociais-democracias do norte da Europa? Sentindo-se incluído na Aliança Republicana, afirmava ainda não desdenhar a participação no quadro político da nova situação criada com a alteração constitucional em curso se houvesse um lugar para a mesma Aliança Republicana e Socialista.

7. Contra a Constituição – abstenção. Pela revolução - ainda!

“Não seria conveniente declarar a Aliança ou cada um dos partidos e grupos constitucionais a sua abstenção da urna?” – perguntava Bernardino Machado, o “jovem” ancião, de La Guardia, em carta a Cunha Leal⁸⁵. Claro, respondia-lhe recém-chegado no dia seguinte: “Tudo na mesma. Vicente de Freitas esguichou um manifesto interessante⁸⁶, mas que não passou de um dia sem amanhã. (...) Salazar retorquiu-lhe com um das mais ignóbeis desvergonhas: aquele célebre decreto eleitoral, perante o qual os Partidos não têm outra coisa a fazer, senão abster-se”⁸⁷. Na verdade, apesar da oposição crescente da extrema-direita e de personalidades republicanas liberais que até há pouco tinham acompanhado a Situação, como Vicente de Freitas, o resultado do

Constitucional da Corunha, Arquivo António Ventura

⁸⁵ Carta de BM a CL, La Guardia, 1 de Março de 1933, antecedida de outra de 13 de Fevereiro, no mesmo sentido, BM, cx. 134

⁸⁶ Referência a uma “Exposição ao Presidente da República”, do general José Vicente de Freitas, publicada n’*O Século* de 12 de Fevereiro de 1933. No início de 1933, os republicanos conservadores, liderados por Vicente de Freitas, empreenderam a constituição de uma Liga Republicana, alternativa à União Nacional, - uma organização que, sem deixar de ser “francamente liberal e democrática”, viabilizasse o indispensável reforço do Estado. A fórmula assentaria no que designa de “presidencialismo nacionalista democrático”. Vide a propósito Maria Conceição Ribeiro, *Projecto de Constituição de Salazar, Grandes Opções do Estado Novo*, in *História*, nº 44, Abril de 2002, Ano XXIV (III Série). Ainda Maria Carrilho, “A projectada Liga republicana e as últimas tentativas dos liberais contra a institucionalização do Estado Novo”, in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, vol. I, Edições Fragmentos, Lisboa, 1987, pp. 179-188. Também Fernando Rosas, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo. As eleições de 16 de Dezembro de 1934*. Ed. O Jornal, Lisboa, 1985

⁸⁷ Carta de CL a BM, Lisboa, Aven. da República, nº 36, 2 de Março de 1933, BM, cx. 134

plebiscito constitucional, em Março, traduziu-se, a nível interno e externo, num crescente prestígio de Salazar⁸⁸.

Restava, mais uma vez, a via revolucionária. No ano de lançamento da arquitectura política do Estado Novo, a oposição republicana esgrimiou os seus últimos argumentos. No exterior, tinham ficado “os mais perigosos” para a Ditadura – o núcleo de Madrid, com Jaime Cortesão, o comité de Paris, com Afonso Costa e José Domingues dos Santos (na altura em Vigo) e pequenos núcleos disseminados pela Galiza, pela Estremadura e pelo Sul de Espanha. No entanto, a amnistia havia engrossado o caudal do revolucionarismo no interior do país. Na clandestinidade, várias redes reviralhistas buscaram a unidade no primeiro semestre de 1933 e lograram constituir, antes da desarticulação pela polícia, um comité militar onde se faziam representar os partidários *lealistas*⁸⁹, designadamente Mendes Cabeçadas.

No entanto, os tratos revolucionários prosseguiram com as maiores dificuldades. A Ditadura afinou os processos policiais de prevenção e repressão, com a criação, em 23 de Janeiro (pelo Decreto-Lei nº 22 151) da Polícia de Defesa Política e Social. Em conformidade, foram desarticuladas as redes revolucionárias que manobravam clandestinamente no norte e centro do país e apreendido abundante armamento, bem como recolhida informação da organização em curso⁹⁰. Amedrontada com o vigor

⁸⁸ Em 29 de Maio, Carmona e Salazar seriam recebidos na Embaixada britânica, onde viram confirmado o apoio do embaixador à sua “política de ordem e progresso, condições necessárias para o restabelecimento da confiança e da prosperidade de uma nação”, PRO/FO, relatório de Russell de 30 de Maio de 1933

⁸⁹ Segundo informações policiais, o comité revolucionário militar reunia Sarmento de Beires, Hélder Ribeiro, Francisco Aragão, José de Mascarenhas, José Manuel Pereira de Carvalho, Agatão Lança, José Godinho, Dias Antunes, Mendes Cabeçadas e Sebastião Costa. PVDE, proc. 1483 (relativo a Sarmento de Beires)

⁹⁰ Em 4 de Fevereiro, foi apreendido armamento e documentação e, bem assim, presos os principais operacionais da rede a operar no norte e centro e ligada ao núcleo dos *Budas* de Madrid, liderada pelo capitão Nuno Cruz (TME, proc. nº 127/33). Nos meses seguintes, os núcleos do centro e sul caíram como um baralho de cartas: em Março, foi desmantelada a rede do centro, ligada ao movimento ferroviário e aos operacionais clandestinos (PVDE, proc. nº 720/SPS e TME, proc. nº 37/33). Em Maio, foi apreendido em Lisboa um dos principais depósitos de armamento, da responsabilidade do despachante Joaquim Barreto Monteiro (TME, proc. 127/33) e, em Julho, foi igualmente desarticulada uma rede revolucionária chefiada pelo capitão João César de Almeida, a que se ligava, entre outros, o ex-ministro João Lopes Soares (PVDE, proc. nº 720/SPS). Também núcleos vários de operacionais da área

revolucionário, a Ditadura disseminou pelo país, com residência fixada, alguns dos líderes do Comité revolucionário como “medida preventiva e também atinente a lançar a perturbação nos meios das hostes inimigas”, entre eles o coronel Hélder Ribeiro e os tenentes-coronéis Ribeiro de Carvalho e Cunha Aragão, além de civis como António Sérgio. O resultado foi o adiamento da revolta, que esteve marcada para o mês de Julho⁹¹.

No torvelhinho da luta revolucionária pela reposição da democracia política, Cunha Leal não perdia o norte do seu ideário. Uma coisa era a indiscutível necessidade de provocar a transição do regime, - quase sem dúvida por processo violento -, outra era aquilo que todos e cada um dos oposicionistas pretendiam para o futuro do país. E aí, separavam-se as águas de forma intensa e dramática. Uns, desalentados por derrotas sucessivas, iam-se agachando, à espera que a onda passasse; outros, dispunham-se a tudo sacrificar no presente em troca de um futuro esplendoroso, trazido, como por milagre, na onda de “cataclismos grandiosos”. Em resposta a estes últimos, os reaccionários de todos os matizes, pensavam poder conter as catástrofes que se anunciavam. Cunha Leal perguntava se “sendo assim, o facto de se opor entraves à revolução social não constituiria um crime tão grave como seria o acto de se querer evitar por meio dum tampão que o feto, gerado no ventre materno, saísse para fora dele no momento prescrito pelas leis da natureza”⁹².

Tocados nos seus interesses particulares, os homens reagiam de forma pouco razoável às pretensões “demasiado audaciosas dos reformadores”. No entanto, esse seria o único caminho possível para inverter o avanço da noite perpétua que se anunciava

comunista e anarquista, ligados a Sarmento de Beires foram presos no mês de Julho (TME, proc. nº 63/33).

⁹¹ Dados sobre a colaboração dos *lealistas* neste processo revolucionário são fornecidos por informadores à polícia. PVDE, proc. nº 503/SR (Cunha Leal)

⁹² FPCL, *A técnica e as transformações sociais contemporâneas*, Edição do autor, Lisboa, Abril de 1933, p. 225

sobre os destinos do mundo. A “farmacopeia” social anterior mostrava-se aqui completamente inofensiva, por isso que a posição mais adequada do homem fosse a de “em vez de procurar impor aos acontecimentos as suas preferências espirituais, (...) estudar em que medida lhe é possível reagir contra eles e até que ponto terá que acomodar-se-lhes”⁹³. A tirania do económico subvertia por estes dias a vida dos homens, qual cavalo exasperado a quem não parecia possível impor o freio. Para lhe barrar o caminho, os tiranos não olhavam a meios e construíam sistemas pré-concebidos, impondo-os pela violência policial ao “homem novo” que julgavam poder parturejar. Sonhadores, uma vasta família de intelectuais “proletarizados” e de operários “aburguesados”, imaginavam tudo poder destruir e, num ápice, tudo construir de novo, com absoluto desprezo pelas condições psicológicas dos homens e pela sua dignidade humana. Não seria “tudo isto monstruoso” – perguntava-se Cunha Leal na obra que temos vindo a seguir, e na qual retomava a vertente reflexiva iniciada na longínqua Galiza.

Haveria outro caminho a seguir? Cunha Leal acreditava piamente que sim. Era, como reconhecia, uma “posição assaz ingrata e quixotesca”, a dos reformistas sociais, que se afadigavam a apostolar uma “via evolutiva” que apostasse em afirmar o imperativo de uma maior justiça social, por um lado, e em alertar para o perigo das aspirações demasiado elevadas e impossíveis por outro. Nos sistemas ideais, pré-concebidos, dificilmente poderiam acomodar-se os homens de carne e osso que compõem a humanidade real. Mas também ninguém seria capaz, por isso que seria de todo inútil, represar o caudal de aspirações de justiça social que a guerra e o desenvolvimento técnico e económico inscreveram no coração dos homens. Por isso, perguntava-se a si próprio se “ a democracia republicana, evolucionando para o

⁹³ Idem, p. 216

socialismo sem hesitações”⁹⁴ não estaria destinada a ser a forma de organização social da última metade do séc. XX. Ia até mais longe nas suas previsões futuristas, imaginando o “advento do Estado proletário do séc. XXI” como a sequência lógica do estado pequeno burguês que, no séc. XX, sucedeu ao estado grande burguês do séc. XIX. Por que razão querer conter aquilo que a evolução social e política aponta e exige? Cunha Leal não mostrava medo porque se sentia pertencer ao grupo de homens “que lutam desesperadamente, não para que a humanidade não avance, mas sim para que progrida com calma, com serenidade, embora sem hesitações”⁹⁵. Não se julgava a pertencer “à raça dos homens serenos e pautados (...) mas antes daqueles que sentem dentro de si a reflexão espiritual das tempestades do exterior”⁹⁶.

Por isso não temia defender o seu reformismo social, mesmo que de uma voz isolada se tratasse. Só com doses fortes de “engenho e bom senso” se lograria atingir o triplo objectivo de uma democracia social, de uma paz económica e política e o desaparecimento da crise económica que ameaçava subverter a civilização. O capitalismo prestara indiscutíveis serviços à humanidade, erguera-a a níveis de bem estar incalculáveis há um século atrás; no entanto, os “economistas burgueses” – numa expressão que lhe passará a ser cara – mostravam-se completamente incapazes para perceber a inaplicabilidade das receitas liberais que tanto sucesso haviam tido nos áureos do sistema e para compreenderem o carácter intrinsecamente caótico da “racionalização” económica sem limites políticos e preocupações sociais. Ora, a evolução política do Ocidente estava aí para mostrar a importância crescente do Estado como aparelho disciplinador: “Importa que o Estado se torne apto para orientar e disciplinar a actividade fecunda, mas por vezes caótica do capitalismo e para determinar uma socialização crescente dos grandes instrumentos e meios de produção. Só uma

⁹⁴ Idem, p. 228

⁹⁵ Idem, p. 235

nova concepção do Estado e uma nova orientação social, conjugadas com uma fiscalização metódica dos procedimentos capitalistas, poderão libertar a humanidade das garras de uma crise que ameaça subverter a civilização”⁹⁷. Na linha das políticas económicas que, por todo o mundo ocidental se ensaiavam em cima da crise do sistema, desde 1931-32 que os republicanos portugueses se tornaram adeptos de uma democracia social correctora dos desvios capitalistas, através da intervenção do Estado⁹⁸. Animado pelo objectivo do lucro e estimulado pela conjuntura de guerra, o capitalismo havia posto em marcha uma revolução tecnológica de repercussões fantásticas e uma “racionalização” da produção que se resolvera em contradições aparentemente insolúveis: produzira em excesso e matara os consumidores com o desemprego e, deste modo, tendia a aniquilar-se a si próprio. Só um Estado com preocupações distributivas e socializantes conseguiria desenlaçar o nó do sistema. Daí que considerasse que na sua época” todos os homens de sadia compleição espiritual são, de certo modo, socialistas – pelo menos socialistas a distância”⁹⁹. Não escondia o seu “oportunismo ideológico” – o socialismo vinha-lhe da sua convicção da inevitabilidade da evolução económico-social e política da humanidade nesse sentido, não tinha que desejá-lo por convicção ideológica, mas recusava-se a fechar os olhos à realidade, em nome da defesa de qualquer posição social, e muito menos pessoal. Se a água corria, deixá-la correr, represá-la seria o pior que se lhe podia fazer. No pós-guerra avisara para a necessidade de as elites económicas e políticas corresponderem aos anseios profundos das massas populares, mas a história não lhe dera ouvidos...Agora, a democracia ou era social, ou não o seria de todo. Deste casamento entre o capitalismo e o socialismo, saiu um Cunha

⁹⁶ Idem, p. 234

⁹⁷ Idem, p. 105

⁹⁸ Em entrevista ao *Diário de Notícias* de 26 de Novembro de 1932, Afonso Costa considerava que o capitalismo deveria ser substituído pela cooperação dos diversos ramos de produtores, um “socialismo integral” que colocasse nas mãos do Estado as alavancas essenciais da economia, com submissão da grande propriedade ao regime de cooperativismo ou municipalização dos solos e com a socialização progressiva de todos os sectores considerados de interesse público

Leal social-democrata *avant la lettre*, numa nova versão do “cavaleiro da triste figura”, condenado a apostolar a sua crença num país que se basculava entre o reaccionarismo do poder vigente e o revolucionarismo de uma elite estrita de operários e intelectuais, por sobre o mar do indiferentismo analfabeto.

No segundo semestre de 1933, a preparação revolucionária voltou a deslocar-se para o exterior. Com base nas solidariedades estabelecidas no exílio¹⁰⁰, as várias correntes políticas uniram-se, em Setembro, num programa de “Frente Única” e assentaram num “Projecto de Plataforma de Frente Única das Forças Populares motoras da Democracia”. Por um exemplar apreendido a Sarmento de Beires quando da sua prisão em 21 de Novembro de 1933, sabemos que o programa reflectia já as ideias socializantes de Cunha Leal e dos líderes parisienses. Previa uma organização política popular, com uma “Câmara Técnica” constituída por representantes dos sindicatos operários, a laicização dos serviços educativos e de saúde e a nacionalização de um conjunto de sectores fundamentais, entre eles os caminhos-de-ferro e tabacos e a municipalização dos latifúndios”¹⁰¹.

Com as derrotas sucessivas da oposição reviralhista¹⁰² e com a vitória da direita em Espanha em Novembro de 1933, ficavam desfeitas todas as hipóteses de organização revolucionária, tanto em Portugal, quanto no exílio. O desânimo apoderara-se de todos, mesmo dos mais convictos e Cunha Leal não fugia à regra. Numa carta a Bernardino Machado, considerava: “O horizonte republicano continua ensombrado por nuvens negras e presagas. É ocasião para que os caracteres sejam postos à prova.

⁹⁹ FPCL, *A técnica...*, op. cit., p. 219

¹⁰⁰ Segundo informações recebidas por Fernando Sanches Arjona y Tojar na Embaixada de Madrid (8 e 10 de Julho de 1933), Cunha Leal teria tentado obter armamento nas Astúrias, em Junho de 1933, com o apoio de capitalistas espanhóis. Vide Cristina Clímaco, *L'exil...* op. cit., vol. II, p. 469

¹⁰¹ Extractos do programa seriam publicados nos jornais diários, designadamente o *Diário da Manhã*, nos primeiros dias de Dezembro de 1933

¹⁰² Sobre as derrotas do Reviralhismo nos últimos meses de 1933 vide Luís Farinha, *O Revirvalho...*, op. cit., pp. 218-222

Infelizmente pressagio muitas defecções na chamada “elite” republicana”¹⁰³. No exílio, os poucos resistentes eram presos, alguns entregues às autoridades portuguesas nas fronteiras. Um núcleo radical, associado ao Grupo de Madrid, persistiu na defesa da revolução a todo o transe no jornal clandestino *A Verdade* e cavou profundas divergências com o republicanismo moderado, instalado no país, designadamente com Cunha Leal, que teria ameaçado entregar a folha à polícia se continuasse a ser recebida pela sua organização¹⁰⁴.

8.“A Vida Contemporânea – ampliar a curiosidade e lobrigar as formas do futuro”

“Vive-se em plena tempestade, que por vezes assume proporções de ciclone” – considerava Cunha Leal na apresentação da *Vida Contemporânea*, uma revista de que será director e principal redactor no biénio de 1934-36. O homem do séc. XX, rijamente abanado, qual frágil arbusto batido pelo vendaval da crise do sistema liberal e do capitalismo, deixara de poder ancorar-se nas convicções “metafísicas de uma época estática” e fora absorvido pelas incertezas absolutas de um período de “confusão e incerteza”¹⁰⁵. De forma inexorável, via aproximar-se a guerra – uma nova e mais cruenta guerra – trazida pela “baioneta mecanizada” dos nacionalismos belicistas, do mussolinismo, ao hitlerismo ou ao estalinismo, sem conseguir vislumbrar caminhos novos para o mundo. “A inteligência, que dulcifica e suaviza as discórdias humanas” era relegada para segundo plano e, em seu lugar o homem contemporâneo “observa que a tirania do Económico se instalou nas sociedades, que os indivíduos se transformaram,

¹⁰³ Carta de CL a BM, Lisboa, 17 de Janeiro de 1934, ABM, cx. 134

¹⁰⁴ Carta de Armando Cortesão a Bernardino Machado, 14 de Março de 1934, ABM, cx. 132

¹⁰⁵ FPCL, “A Vida Contemporânea”, in *A Vida Contemporânea, revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários*, nº 1, Maio de 1934, p.4

por assim dizer, em frágeis joguetes das forças desencadeadas da natureza e que a vida contemporânea regressou à insegurança das fases primitivas da civilização”¹⁰⁶. Uns, constatavam a “instabilidade dos princípios, das doutrinas, das escolas e dos métodos”, outros viam com preocupação o declínio do liberalismo económico e a monopolização da função bancária pela plutocracia e pelo próprio Estado. Com uma “velocidade cinematográfica”, a mudança dos cenários económico-sociais e políticos impunham ao homem uma consciência dramática da sua pequenez para dominar as forças brutais que pusera em movimento. A *Vida Contemporânea* pretendia “ampliar a curiosidade” e o “campo visual de análise” e promover a tolerância para facilitar o convívio e o enriquecimento mútuo.

Ao longo de dois anos, a revista reuniu um “reduzido” mas muito rico “escol de homens cultos”, de “alma lavada e aberta ao progresso”¹⁰⁷, capazes de pôr de lado os seus antagonismos ideológicos e irmanados pela aspiração de um Portugal europeu e civilizado, capaz de abandonar a exaltação hiperbólica das glórias passadas e de combater, pelo estudo e pela análise, o derrotismo daquela hora. Pelas suas páginas passaram cientistas iminentes como Abel Salazar, ou jovens promessas do novo pensamento democrático português, como Vasco da Gama Fernandes¹⁰⁸, para além, obviamente de Cunha Leal, seu director. Sem deixar de ser uma revista de doutrinação – para “educar os elementos selectos da sociedade, de modo a que possam tornar-se os apóstolos e propulsores da educação das massas”¹⁰⁹ – não deixou, ao mesmo tempo, de lhe juntar uma forte componente de actualidade cultural e política. Sem entrar na análise

¹⁰⁶ FPCL, “Modos de ver de um leitor e espectador descontente”, in *Vida Contemporânea*, nº 11, Março de 1935, p. 215

¹⁰⁷ FPCL, “No começo da nossa jornada”, *Vida Contemporânea* nº 2, Junho de 1934, p. 107

¹⁰⁸ Vasco da Gama Fernandes (1908-1991), participou nas revoltas reviralthistas de 1931 e hominizou-se em Espanha em 1932. Muito próximo de Cunha Leal na defesa de uma democracia avançada e social, em 1934-35, desempenhou um papel preponderante na produção da revista, tendo de algum modo substituído o Director, a partir de Maio de 1935, quando este foi banido do território nacional por dois anos

¹⁰⁹ FPCL, “No começo da nossa jornada”, in *Vida Contemporânea*, op. cit., p. 106

directa e miúda da política interna, - impossibilitada aliás por uma censura férrea¹¹⁰ -, a revista preferia antes espriar-se pelos grandes problemas contemporâneos: “... os embaraços do capitalismo, a crise económica, a instabilidade monetária, o desemprego, a economia dirigida, o bolchevismo, o mussolinismo, o hitlerismo, a experiência rooseveltiana, as perspectivas de guerra, a igualdade dos sexos, a efervescência uranista, a arrancada ultramontana e *tutti quanti*”¹¹¹.

Cunha Leal tinha noção de viver numa época de extremismos, pouco consentânea com posições ideológicas intermédias, mais respeitadoras, na sua opinião, “da eminente dignidade da natureza humana”. Ouvi-lo-iam os republicanos – uns derrotados, outros insofridos e desesperados -, ou os homens, intelectualizados ou não, que tanto se inclinavam para a destruição dos sistemas? E todos aqueles que a pouco e pouco *adesivavam* à nova situação? Não tinha a certeza da sua eficácia, mas arriscava o esforço e, destemidamente, assumia as custas do seu virtuosismo, que não da sua ingenuidade: “ Se alguns, a que não chamaremos zoilos, alcunharem de quixotesca esta aspiração, os homens que conceberam e estão realizando a *Vida Contemporânea*, limitar-se-ão a responder-lhes que sentem especial predilecção pela figura do magro herói manchego a quem admiram até mesmo quando se punha – pobrezinho dele – a esgrimir contra moinhos de vento”¹¹².

Em cerca de dezasseis artigos de fundo e mais de duas dezenas de editoriais, Cunha Leal centrou a sua análise sobre três temas fundamentais, a saber, a crise do sistema capitalista e as receitas “marxianas” e dos “economistas burgueses” para conseguir a sua superação, o nacionalismo belicista, saído da crise do pós-guerra e

¹¹⁰ Segundo depoimento de Maria Helena Cunha Leal ao autor (20 de Janeiro de 2000), Cunha Leal escrevia várias peças para cada número da revista, sabendo à partida que só algumas delas tinham hipótese de passar pelo crivo da Censura

¹¹¹ FPCL, “Carnaval à porta”, in *Vida Contemporânea*, nº 11, Março de 1934, p. 160

¹¹² Idem, *Vida Contemporânea*, cit., p. 5

fomentador do armamentismo e de um próximo conflito mundial e, por fim, as suas próprias perspectivas sobre os caminhos a trilhar.

O capitalismo tinha o destino traçado pela bitola de todas as instituições humanas: havia nascido, crescido, atingido a plenitude e entrara em fase de declínio. Roído pelo mal interior do lucro e pela tragédia da legião de desempregados que ele próprio alimentava, padecia de um defeito fundamental: a exploração do trabalho humano. Os “moralistas burgueses” viam nele apenas dois vícios – a agiotagem e a especulação, principalmente quando atingiam níveis considerados imorais. Mas, como considerava Cunha Leal “ Na especulação nunca há criação de riqueza, mas sim deslocamentos de riqueza. O lucro de uns há-de ser sempre o prejuízo de outros”. Portanto, acrescentava, como distinguir a boa da má especulação, se esses mesmos moralistas “não sabem esconder a sua admiração pelos habilidosos que a praticam com limpeza”?¹¹³ O sistema capitalista, que tinha prestado inestimáveis serviços numa primeira fase, estava agora a matar a própria concorrência que lhe dera alento. Havia funcionado bem em conjunturas inflacionistas e de crescimento acelerado e “infinito”, afundava-se agora quando a “racionalização” da produção, levada aos limites, se enredava numa situação de crises de mercados. O aumento prodigioso do montante dos depósitos tinha colocado toda a economia na dependência da plutocracia bancária e especuladora, a mesma que submetia os governos à sua própria vontade e interesse, subalternizando a dimensão política das sociedades. Não contentes com o comando da economia, os plutocratas procuravam agora comandar o Estado e dominavam a opinião pública através dos órgãos de imprensa que haviam adquirido. Assoberbados com uma crise violenta do sistema, voltaram-se para o próprio Estado e exigiram dele uma protecção e um intervencionismo que os salvasse das exigências operárias, mesmo que à custa da proletarianização crescente das classes médias.

As Conferências europeias de Bruxelas e de Génova do pós-guerra tinham delineado panaceias universais que, visivelmente, não funcionaram – a deflação das despesas e o equilíbrio orçamental a todo o custo, sem pôr em causa o funcionamento liberal da economia. Para esses “economistas de cepa burguesa” que, tão tarde como 1933 reuniram o *Congresso dos Economistas de Língua Francesa*, o intervencionismo monetário, pautal e mesmo económico – que, na realidade, era cada vez mais profundo – seria apenas uma modalidade um pouco mais interventora do estado liberal¹¹⁴. Eram estéreis – considerava – as discussões entre os partidários do liberalismo económico e da economia dirigida: “ Supõem, porventura, os primeiros que a actual crise é um fenómeno epidérmico, uma espécie de brotoeja, cessada a qual, tudo poderá retornar ao *statu quo ante* ? Se assim é, tenhamos penas deles, que tamanha cegueira de alma é bem digna de compaixão”¹¹⁵.

Cunha Leal sustentava, por esta altura, que o sistema de economia liberal era inaplicável às sociedades humanas e que julgava poder provar tal afirmação com a crescente intervenção do Estado em três domínios fundamentais: o pautal e alfandegário, o monetário e um sector público económico e social com tendência a tornar-se cada vez mais poderoso pelas suas implicações nos transportes, nos bancos, no crédito ou mesmo na superação do problema transcendental do desemprego. “Oportunismo mais ou menos instintivo”, ou acção dirigida com “intenção directora”, pouco importante era a destrição porque, objectivamente, a “economia dirigida” “só poderia aplicar-se a um regime integralmente socialista”. No entanto – acrescentava Cunha Leal – “se a interpretarmos como tendência irresistível, para nos aproximarmos com velocidade crescente daquele limite, aliás inatingível, então poderemos afirmar sem

¹¹³ FPCL, “Atritos da engrenagem capitalista”, in *Vida Contemporânea*, nº 6, Outubro de 1934, p. 476

¹¹⁴ Cf. FPCL, “À margem dos trabalhos do Congresso dos Economistas de língua francesa de 1933”, in *Vida Contemporânea*, nº 14, Junho de 1935

¹¹⁵ FPCL, “Programas e realidades”, in *Vida Contemporânea*, nº 13, Maio de 1935, p. 359

ambages que tal sistema económico vigora já nas sociedades civilizadas”¹¹⁶. Aliás, não mostrava qualquer receio intelectual em aceitar esse percurso irresistível da humanidade em demanda de uma sociedade socialista: “Creio piamente que os povos, atingida a fase de concentração capitalista, estão condenados à adopção de regimes híbridos em que o sector do capitalismo privado se irá adelgaçando até de todo desaparecer”¹¹⁷. A passagem da humanidade por determinados estádios ou eras, constituía assim uma lei que era preciso acatar como também aceitamos os movimentos da terra em redor do Sol: “...os povos começaram por viver em regime de nomadismo, depois em regime de propriedade comunitária, depois em regime de propriedade individual, parecendo que na actualidade caminham de novo para o regime de propriedade comunitária”¹¹⁸

Da análise marxista rejeitava o determinismo económico, na linha da acomodação sugerida por um Georges Valois¹¹⁹ entre o materialismo e o espiritualismo. O espírito seria a causa primária das transformações económicas porque põe à disposição da economia meios científicos e técnicos, bem como promove a alteração dos quadros mentais e jurídicos que abrem os caminhos da liberdade. No entanto, vem a fase seguinte, em que “a tese marxista se impõe sem possibilidade de dúvida”, considerava Cunha Leal: “Desde que, porém, qualquer invenção saída do cérebro do seu inventor, como Minerva da cabeça de Júpiter, passou a ser adoptada, ela imprime ao fenomenalismo económico determinada orientação que o espírito baldadamente tentará modificar se for atreito a submeter a realidade à idealidade”¹²⁰, ou seja, posta em marcha, a economia capitalista desencadeia fenómenos incontroláveis, desmedidos da vontade humana e para os quais só o esforço colectivo, de sociedades democráticas,

¹¹⁶ FPCL, “À margem dos trabalhos do Congresso dos Economistas de língua francesa de 1933”, in *Vida Contemporânea*, nº 14, Junho de 1935, p. 436

¹¹⁷ FPCL, “Programas e realidades”, cit., p. 362

¹¹⁸ Idem, p. 360

¹¹⁹ Para o livro de Georges Valois, economista francês, *Uma Idade Nova*, Nunes de Carvalho Editor, Lisboa, 1936, escreve Cunha Leal um prefácio: “A Nova fase ideológica de Georges Valois”. Retoma aí ideias já tinha defendido na *Vida Contemporânea* nº 15, Julho de 1935, p. 487

pode abrir résteas de solução. Porque só em sociedades democráticas, por iniciativa dos cidadãos livres, se tornam aceitáveis “procedimentos excepcionais” de restrição das liberdades individuais, se daí advierem benefícios inquestionáveis para a maioria. Em autocracia, essas restrições redundam em favor de minorias, por mais esclarecidos se apresentem os ditadores. Ora, na época, Cunha Leal tinha a noção perfeita de que grandes restrições haviam de ser feitas, se se quisessem resolver os problemas económicos à luz da solidariedade social. A experiência *rooseveltiana* interessou-o, neste domínio, muitíssimo. Apesar de todas as dúvidas e recuos, o que considerava interessante era que o novo Presidente tivesse tido a coragem de tentar resolver os dramáticos problemas sociais no seio do próprio capitalismo, com o fim claro de beneficiar a nação e não os capitalistas, sem contudo pôr em causa o sistema de criação de riqueza¹²¹. Muita coisa separava a América da depauperada Europa, e muito mais ainda de Portugal: “Aos velhos republicanos que, educados na escola do liberalismo oitocentista, transportaram para o século presente a sua mentalidade, sem as indispensáveis adaptações às realidades da vida contemporânea, é possível que algumas das nossas afirmações se afigurem heresias inteiramente reprováveis”¹²².

Cunha Leal estava atento à rebelião dos factos em contra as leis conhecidas: a realidade mudara a um ritmo alucinante, e os homens continuavam a “citar” a sabedoria do passado. Ora, cultura – considerava – não é saber estático, é dinâmica que acrescenta sempre alguma coisa ao que já é sabido: “... a verdadeira cultura comunica às almas uma curiosidade insaciável, eivada de inquietações e de dúvidas sistemáticas sobre o valor das ideias...”¹²³. Era, portanto, poder aceitar que, por “um evolucionismo acelerado”, o Estado democrático pudesse dirigir a economia no sentido de a desenterrar

¹²⁰ FPCL, “A nova fase ideológica de Georges Valois”, in *Vida Contemporânea*, nº 15, Julho de 1935

¹²¹ FPCL, “A experiência rooseveltiana”, in *Vida Contemporânea*, nº 4, Agosto de 1934

¹²² FPCL, “Liberdade e democracia”, in *Vida Contemporânea*, nº 2, Junho de 1934

¹²³ FPCL, “Erudição e cultura”, in *Vida Contemporânea* nº 5, Setembro de 1934, p.370

da crise, pondo-a ao serviço dos mais desfavorecidos. Só este Estado, apoiado pela maioria, poderia decretar regras apertadas para a realização dos juros e dos lucros e socializar a grande maioria dos instrumentos e meios de produção, decretar o salário mínimo, para impor limitações ao direito de propriedade que outrora seriam um sacrilégio e impedir a repetição do caldo experimental que, desde há anos, se filtrava na retorta russa: “Montar de um jacto um sistema que não respeite das aquisições do passado é tarefa ou para gigantes ou, como a raça destes acabou, para fanáticos para quem não contam os sacrifícios dos seus contemporâneos, considerando-se a si próprios não como homens do presente, mas como homens do futuro e colocando-se a distância infinita dessas misérias”¹²⁴.

Mas os perigos desta vaga catastrofista não advinham, sequer, da Rússia bolchevista, muito mais empenhada em construir o socialismo dentro das suas imensas fronteiras, e antes dos fanáticos ditadores que campeavam pelo centro da Europa – das “insaciáveis ambições dos sérvios”, ao expansionismo mussoliniano e à loucura desatada do ditador alemão.

Como podem os homens ter uma consciência tão perfeita e arrepiante da catástrofe que se aproxima, sem poderem, ao mesmo tempo, arrepiar-lhe caminho? Que angústias tiveram que vencer para não soçobrar? Cunha Leal tinha a perfeita consciência dessa guerra próxima, fatal, contra a qual se sentia completamente impotente. A primeira, levava a uma divisão rateada dos bens, disputados pelos imperialismos na Paz de Versalhes. A segunda guerra, não era mais que a luta sangrenta pelos despojos da anterior: “ Tudo indica, pois, que a futura guerra, a cujo anúncio se contraem os corações dos misérrimos mortais, haja de resultar das competições desenfreadas de interesses materiais, mau grado os perigos que dela poderão resultar

¹²⁴ FPCL, “Atritos da engrenagem capitalista”, cit., pp. 478-479

para a vitalidade do combalido capitalismo”¹²⁵. Turvavam-se os ares, pois, nesses alvares de uma Europa em chamas, que ninguém ainda previa que podia começar aqui mesmo ao lado, em Espanha.

Como na política e na economia, também na literatura e nas artes, as respostas eram aflitivamente arcaicas; o que se fazia pelo país “fediu a ranço”, com doses indigestivas do “elemento amoroso”¹²⁶. Em Portugal, a arte parecia não estar a cumprir a excelsa tarefa de dar resposta aos anseios mais profundos dos homens, de analisar o fora e o dentro e de apontar à humanidade caminhos de luz e compensação das tragédias em curso. Sem rumo, os homens preferiam alienar-se nos estádios de futebol, sempre a abarrotar.

Do exílio espanhol, do contacto com as novas realidades de uma República social, da profunda crise económica que grassava pela maior potência económica mundial, Cunha Leal carregou para a *Vida Contemporânea* os elementos que lhe permitiram em análises honestas retirar as conclusões políticas mais avançadas do seu tempo – no seu país, ou no mundo de que não arredava os olhos. Não era um Cunha Leal inteiramente novo, que desconhecêssemos já totalmente, mas era, sem dúvida, um espírito renovado, muito mais atento às questões sociais do seu tempo, crente na perfectibilidade humana, ansioso de justiça social: “Creio piamente chegará um dia em que os homens não só serão iguais à face da lei, mas serão também colocados em condições materiais idênticas em face das contingências da vida. Numa coisa eles não serão iguais: nas suas virtualidades e potencialidades intrínsecas. Não será, porém, deles a culpa disso, será de Deus”¹²⁷.

¹²⁵ FPCL, “O pesadelo da guerra”, in *Vida Contemporânea*, nº 5, Setembro de 1934, p. 416

¹²⁶ FPCL, “Modos de ver de um leitor e espectador descontente”, in *Vida Contemporânea*, nº 11, Março de 1935, p. 217

¹²⁷ FPCL, “Liberdade e democracia”, cit., p. 123

9. O segundo exílio (1935-1936)

Cunha Leal tornava-se uma pessoa incômoda para o coro de unanimismos criados em torno do Estado Novo nascente. O oitavo aniversário da Ditadura havia sido apoteoticamente celebrado com uma “Exposição Documentária da Obra da Ditadura”, no Parque Eduardo VII, associada a um Congresso da União Nacional e seguida por uma monumental Exposição Colonial, no mês de Junho. A propaganda esmagava qualquer oposição democrática, e muito mais a revolucionária: em Santa Clara, no mês de Junho, o Tribunal Militar Especial julgava Nuno Cruz, Sarmento de Beires e Ribeiro de Carvalho – os últimos reviralhistas – que eram acusados de prepararem a queda do governo, já desde 1931.

No início de 1935, a asfixia do movimento republicano democrático corria a par e passo com a “normalização” do Estado Novo. Como considerava Bernardino Machado, logo após a eleição do Presidente da República: “ No Estado Novo, de governo forte, tudo se move totalitariamente dentro do férreo círculo vicioso dum poder executivo, que tem por duplo chefe Carmona, que nomeia Salazar Presidente do Conselho e Salazar, que elege Carmona Presidente da República”¹²⁸. As divisões dos Republicanos anteriores ao 28 de Maio aprofundavam-se e muitos chegavam-se cuidadosamente à Situação, como considerava Lago Cerqueira: “É grande tristeza para os que, como eu, têm ido a Portugal ultimamente, ver como todos, ou quase todos, se vão acomodando ao novo estado de coisas”¹²⁹.

Decapitada a oposição de esquerda, os últimos reviralhistas, alguns monárquicos e nacionais-sindicalistas uniram-se todos contra Salazar, ligando margens que antes se tinham mantido incompatíveis. Desde Julho de 1934 (ou talvez mesmo antes) que, com

¹²⁸ Cf. Bernardino Machado, *Manifestos Políticos (1927-1940)*, “O Estado Novo e o grande empréstimo externo”, p. 530

a prisão e exílio de Rolão Preto¹³⁰ se começou a architectar um plano de golpe de estado que, em boa medida, pudesse contar com o apoio do próprio Presidente Carmona na demissão de Salazar. A conspiração, que esteve para sair à rua em Maio de 1934, foi desarticulada e voltaria a ter expressão maior na designada “Revolta de Mendes Norton”, em 10 de Setembro de 1935. No seu seio, reunia os “rolões”, a facção militar do coronel Ribeiro de Carvalho, os *lealistas* e um conjunto diversificado de reviralhistas que, como António Sérgio, acreditavam, na altura, numa estratégia de golpe militar palaciano¹³¹, pondo de lado a questão do regime, que consideravam secundária¹³². O programa mínimo, que teria sido escrito por António Sérgio¹³³ resultara, segundo Vasco da Gama Fernandes¹³⁴, de um entendimento entre Cunha Leal e Rolão Preto e teria contado ainda com conversações entre este último e o coronel Ribeiro de Carvalho. Segundo o jornalista Joaquim Meira e Sousa, um dos implicados na conjura de 1935, os revoltosos teriam acordado em vários objectivos: manter um carácter fundamentalmente militar no movimento; obter a demissão de Salazar, mantendo Carmona, pelo menos até uma próxima eleição; constituir um novo governo sob a presidência de um “militar de

¹²⁹ Carta de Lago Cerqueira a Bernardino Machado, Paris, 6 de Junho de 1934. ABM, cx. 132

¹³⁰ Francisco Rolão Preto (1896-1977), um dos fundadores do Integralismo Lusitano, era à época um nacional-sindicalista muito activo que o salazarismo banuiu do território nacional, após a entrega de uma mensagem reivindicativa ao Presidente da República, em Julho de 1934

¹³¹ Sobre a “Revolta de Mendes Norton”, vide Luís Farinha, *O Revirvalho...*, op. cit., pp. 228-237 e António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis, Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, pp.279-287

¹³² No exílio, em S. Pedro de Alcântara, Rolão Preto terá considerado junto do reviralhista Ribeiro de Carvalho: “Agora é que eu vejo como é vã a nossa divisão de monárquicos e republicanos. Aqui somos só portugueses”, in entrevista de Rolão Preto à *Vida Mundial*, Lisboa, 26 de Julho de 1947

¹³³ Vide Jacinto Baptista, cit. in Fernando Rosas, *História de Portugal – O Estado Novo*, Ed. Círculo de Leitores, vol. VI, p. 228. No entanto, Plácido Barbosa, na revista *Vida Mundial*, de 23 de Agosto de 1947, num esclarecimento à entrevista de Rolão Preto à mesma revista de 26 de Julho desse ano, afirma que a Proclamação foi escrita por Afonso Lopes Vieira.

¹³⁴ Cf. Vasco da Gama Fernandes, *Depoimento inacabado*, cit. in António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis...*, op. cit., p. 280. Segundo VGF, no seu Depoimento..., foi ele a promover em sua casa o primeiro encontro entre Cunha Leal e Rolão Preto. Daí resultara um entendimento de que guardava- segundo afirma - “original do acordo”. Rolão Preto aceitaria o regime republicano e ambos acordaram em medidas como a abolição da censura, a socialização de certas áreas económicas e a aceitação de um período transitório em que seria estabelecida uma nova ordem constituinte

categoria”]; garantir a reintegração dos civis e militares afastados dos seus lugares por motivos políticos e realizar uma ampla amnistia para os presos políticos¹³⁵.

Cunha Leal já não estava no país quando ocorreu a Revolta de Mendes Norton porque tinha sido, mais uma vez, banido do território nacional por dois anos, com base no artigo 45º do Decreto nº 23203 de 6 de Novembro de 1933. No dia 5, dia em que decorria mais um dos animados desafios de futebol Portugal-Espanha, o director da *Vida Contemporânea* decidira reunir todos os colaboradores num almoço de confraternização.

Não teria sido apenas pelas declarações de Cunha Leal no banquete (como, aliás, considerou Tomás Cardoso, Presidente da Câmara de Paredes e da União Nacional¹³⁶) que a polícia se decidira pela prisão do orador. Pelas quatro da madrugada, sem nenhuma cerimónia, foi levado em pijama de sua casa, na Avenida Duque de Ávila, para a Esquadra do Matadouro, às Picoas. Aí permaneceu dois dias sem que a família pudesse saber do seu paradeiro¹³⁷. Nesse mesmo dia eram também banidos Domingos Pereira e Prestes Salgueiro. Alguns dias depois, mais três 33 personalidades foram desligados dos seus serviços ou reformados compulsivamente, entre eles Abel Salazar, um dos mais assíduos colaboradores da *Vida Contemporânea* e outros como Adelino da Palma Carlos e Norton de Matos. O Estado Novo aplicava mais uma das suas purgas preventivas sobre as personalidades de maior relevo que assomavam para lhe fazer frente! Nos dias seguintes, os informadores da PVDE seguiram cuidadosamente o

¹³⁵ Vide ANTT/PVDE, proc. nº 1646/SPS, f. 88 vº

¹³⁶ IAN/TT, PVDE, Proc. 503/SR, fº 518

¹³⁷ Segundo testemunho da filha Maria Helena da Cunha Leal ao autor, a família só veio a saber do seu paradeiro através de aviso prestado secretamente por polícia da mesma esquadra que nutria grande admiração pelo preso. Avisada, compareceu, sem que pudesse estabelecer uma relação directa com Cunha Leal. No exterior, ouviam-se rijas discussões – ainda segundo o testemunho que vimos seguindo – resultantes da recusa do preso em mudar de vestuário e em pagar trinta escudos para ser colocado em quarto particular. Dali, iria para Espanha onde teria muito prazer em fazer-se fotografar de pijama – os espanhóis gostariam de ver. Também não desejava pedir alimentação do exterior, apesar da “enxovia” da esquadra: recusava-se a pagar as suas condições de preso! Foi por intermediação do seu ex-corregedor Jorge Botelho Moniz que, com alguma dignidade, se instalou, de novo, no exílio galego.

percurso de Cunha Leal e de Domingos Pereira e assinalaram-lhe visitas numerosas por todo o Norte do país, organizadas a partir de Vigo. Denunciavam até a publicação de um livro, já depois da sua saída do país, “contra o Estado Novo e Sua Excelência o Senhor Presidente do Ministério”¹³⁸.

O que tornava incómodo – muito mesmo – Cunha Leal? Três razões fundamentais: era um adversário político incontornável, quer ideológica, quer no domínio dos processos políticos seguidos pelo Estado Novo, um democrata que afinava o seu diapasão pelas correntes mais avançadas da época. Era um estratega que sabia defender-se do terrível acantonamento da clandestinidade por onde já circulavam muitos dos reviralhistas mais activos: preferia combater à luz do dia e acreditava que a mudança, a realizar-se, só aconteceria com o curso de um maior número de oposicionistas, de preferência bem colocados no interior do país. Daí a sua ligação a sectores descontentes da Situação, mesmo que ideologicamente afastados em alguns domínios políticos concretos, tal era o caso dos integralistas e nacionais-sindicalistas – os designados *rolões*, ou mesmo com sectores mais militaristas do Revirvalho, como os dependentes do coronel Ribeiro de Carvalho, e mesmo de António Sérgio. Por último – mas não menos importante – Cunha Leal combatia o ditador no seu próprio campo, o das finanças. Em início de 1935, publicara mais um dos seus *Cadernos*, o quarto: *Análise sumária do relatório das contas públicas de 1933/34*. Tinha dúvida se mereceria a pena tal trabalho “corrente, decente e bem intencionado”, num país onde todo o mundo se limitava nesta, como noutras matérias, a fazer uma “leiturazinha pela rama”¹³⁹. As finanças, era uma “meia ciência”, específica sem dúvida, mas que podia e

¹³⁸ IAN/TT, PVDE, proc. 503/SR, nº 517. Não sabemos de que livro se trata, bem como ignoramos o que teria sucedido a um livro seu, anunciado nos últimos números da *Vida Contemporânea*, com o título de *Ruínas e Esperanças*. Tratar-se-á do mesmo livro, nunca vindo à estampa, mas talvez escrito? Na verdade, do livro anunciado na revista de Junho de 1935, nada se sabe. Mesmo a família de Cunha Leal ignora hoje o que terá acontecido

¹³⁹ FPCL, *Análise sumária do relatório das contas públicas de 1933/34*, Os Meus Cadernos, 4, Lisboa, 1935, p.7

devia ser acessível a todos. Por isso, julgava Cunha Leal que, apesar de tudo, valeria a pena “combater o bandarrismo e a credulidade” com que o distraído povo português se alimentava e alimentava o mito do “mago das finanças”. Como amplamente demonstrou, o *orçamentólogo*, para garantir o “equilíbrio” da sua obra, tinha recorrido aos maiores entorses técnicos. De La Guardia, o eterno Presidente exilado, exaltava a obra: “ O Caderno Análise sumária das contas públicas de 1933-34 é euclidiano. Deu um golpe de morte no ruinoso financeiro. E a sua vigorosa réplica ao Diário de Notícias é esmagadora”¹⁴⁰.

Eram poucos já os emigrados políticos republicanos no país vizinho. Os que não podiam regressar ao país sofriam na Espanha republicana do II biénio conservador as maiores pressões. Instalado na Corunha, Cunha Leal demonstrava, em carta, o seu apreço pelo ancião de La Guardia e preparava-se para o combate: “Chego ao exílio vencido, mas não convencido e pronto a continuar a luta”¹⁴¹.

Em Setembro, voltaria a receber a sua família na cidade galega, num ritual que o habilitava a suportar mais facilmente a difícil estadia de exilado a que se juntavam incómodas e demoradas crises de reumatismo. A Corunha era, pois, pouco favorável a uma tal situação. No final dessas férias grandes de 1935, toda a família viajou para Sul: a esposa e os filhos transbordaram em Vigo para entrar em Portugal pela fronteira norte. Cunha Leal pegou barco de carga que, com destino ao Mediterrâneo, lhe permitiu ver Lisboa de largo e abordar em Sevilha, para aí se instalar no Hotel Majestic¹⁴². Estava mais próximo de Portugal e das notícias que dele chegavam, deformadas muitas delas pelos anseios da mudança que teimava em não acontecer, como decorre da

¹⁴⁰ Carta de Bernardino Machado a Cunha Leal, La Guardia, 14 de Fevereiro de 1935, ABM, cx. 134

¹⁴¹ Carta de Cunha Leal a Bernardino Machado, Atlantic Hotel, Corunha, 12 de Maio de 1935, ABM, cx. 134

¹⁴² Em carta sua a Bernardino Machado, de 20 de Outubro de 1935, dava conta da situação que vivia: “Os meus lá partiram de Vigo, deixando-me no estado de choque moral que V. Exa., conhecendo-me, pode calcular. A nossa viagem decorreu sem incidentes. O mar parecia fabricado de encomenda para iniciação de nautas”, ABM, cx. 134

correspondência que mantinha com Bernardino Machado: “ De Portugal, as notícias que me chegam são concordes na afirmação de que o prestígio de Salazar está de rastos. Apesar disso, o apoio do catolicismo político e do Carmona vão sendo suficientes para o guardar”¹⁴³.

10. A antecâmara da II Guerra Mundial

Cunha Leal foi um observador privilegiado do processo revolucionário espanhol que conduziu o país vizinho à II República e depois ao conflito de 1936-39. De Sevilha, rumou várias vezes a Madrid onde, por essa altura, a esquerda republicana e os comunistas exilados lançavam as primeiras bases para a constituição de uma Frente Popular, à luz da recente experiência francesa de Fevereiro de 1936. A partir desta data, interrompe-se uma frutífera correspondência com Bernardino Machado¹⁴⁴ e intensifica-se a acção revolucionária na capital espanhola. Chegara Afonso Costa de Paris, chegaram delegados comunistas e anarquistas clandestinos de Portugal, onde a Frente Popular começava a unir a Conjunção Republicana Pró-Democracia, a Aliança Democrática, os comunistas, a maçonaria, os socialistas, os sindicatos autónomos e a confederação sindical comunista, bem como os sectores académicos representados pelo Bloco Académico Antifascista e pela Liga Contra a Guerra e o Fascismo¹⁴⁵.

Dois mundos, duas tácticas, se opuseram desde o início e, por isso, a FPP nunca teve uma dimensão que pudesse ensombrar a inflexão fascizante do Estado Novo neste

¹⁴³ Carta de Cunha Leal a Bernardino Machado, Sevilha, 22 de Outubro de 1935, ABM, cx. 134

¹⁴⁴ Antes de partir para Madrid, onde se instalaria nos meses de Março e Abril, Cunha Leal deu a conhecer uma fase difícil da sua vida, em carta a Bernardino: “ Efectivamente, estes últimos tempos não têm sido brilhantes. O reumatismo atacou-me a espinha dorsal, o peito e as costas, a ponto de me provocar sofrimentos quase insuportáveis. Veio de Lisboa ver-me o meu médico assistente e com o regime alimentar e a medicação prescrita por ele, tenho melhorado sensivelmente”, Sevilha, 14 de Fevereiro de 1936, ABM, cx. 134. Segundo informação da Polícia Política, em Março, na sua estadia em Madrid, Cunha Leal teria sido internado “numa casa de saúde a expensas do governo de Espanha” o que, para o informador, bem mostrava a protecção que aí era dispensada aos emigrados políticos portugueses. Data desta época a relação (médica e intelectual) com Gregório Maraño. Cf. IAN/TT, PVDE, proc. 503/SR, fº 522

período dramático do cenário peninsular. Aos “comités de enlace”, bases indispensáveis da insurreição popular segundo os comunistas, contrapunham os republicanos uma tática de *complot*, sob a promessa da realização futura de um programa político radical e socializante¹⁴⁶. Muitas promessas, tantas razões para que o operariado organizado pudesse descrever das boas intenções dos republicanos. Determinação numa tática insurreccional, de levantamento popular, motivos de receio da bolchevização que os republicanos não desejavam, de nenhum modo, para o país. Factores de conjugação mais frágeis, portanto, que os factores de disjunção. No entanto, redobravam as esperanças de apoio do governo da Frente Popular espanhola aos exilados que voltavam a ter condições materiais e políticas favoráveis à sua acção conspirativa. Em finais de Abril, só por insistência do embaixador de Portugal em Madrid foi possível impedir a radiodifusão de uma série de conferências sobre a situação portuguesa na Union Radio Madrid, uma delas da autoria de Cunha Leal¹⁴⁷.

No décimo aniversário da “Revolução Nacional” Salazar decidia-se, magnanimamente, por uma nova amnistia, convidando a entrar no país cerca de meia centena de condenados por crimes de natureza política¹⁴⁸, numa tática que já dera frutos em 1932. Por ela, regressaram ao país muitos dos implicados nas intentonas e revoltas de 1935, designadamente António Sérgio, Domingos Pereira, Pedro Fazenda e Cunha Leal.

Com o “Alzamiento” e a brutal fascização do regime salazarista que se lhe seguiu¹⁴⁹, toda a acção revoltosa voltou a deslocar-se para o exterior do país, embora

¹⁴⁵ Cf. Cristina Clímaco, *L'exil...*, op. cit., vol. III, pp. 613-614 e Luís Farinha, *Os Revirralhistas e a Frente Popular Portuguesa*, História, ano XIX (nova série), nº 28, Janeiro/Fevereiro de 1997, pp. 4 -15

¹⁴⁶ Cf. “Frente Popular. Constituição, funcionamento e programa”, ABM, cx. 119

¹⁴⁷ Para além de Cunha Leal, estavam previstas conferências de Cunha Aragão, Agatão Lança e Prestes Salgueiro. AHMNE, Bem. de Madrid, Proc. nº 15/36, nº 101/C, A 13 M 93

¹⁴⁸ A amnistia foi concedida no âmbito do Decreto-lei nº 26633, de 25 de Maio de 1936

¹⁴⁹ Sanchez Albornoz, embaixador da Espanha em Portugal, referia que os aderentes da Frente Popular lhe tinham feito sentir que “todos os membros directivos da Frente Popular se encontram sob vigilância ou procurados pela polícia e por isso impossibilitados de qualquer acção que não seja clandestina”, cf.

ainda em Maio de 1938 voltassem a unir-se sectores reviralthistas e nacionais-sindicalistas/integralistas naquela que ficou conhecida como a “Intentona de Coimbra”¹⁵⁰. No entanto, já aqui se começavam a tornar muito claras as profundas divisões internas decorrentes das posições assumidas perante o desenrolar da situação internacional, entre anglófilos, germanófilos e internacionalistas/comunistas. A Frente Popular radicava a sua acção no Comité de Paris e no jornal UNIR, publicado em seu nome até Novembro de 1938. Em Espanha, o Comité de Madrid, reunindo a esquerda republicana mais radical, fundava a UAPRE (União dos antifascistas portugueses residentes em Espanha), enquanto em Portugal, e ainda segundo informações da polícia, Cunha Leal se dispôs a aderir à UCRAL (União dos Combatentes pela República – Aliança Liberal)¹⁵¹. O conflito espanhol e os prenúncios da nova guerra alteravam completamente o quadro de referências e de possíveis alianças, com implicações no realinhamento dos campos oposicionistas.

Não temos o privilégio de conhecer com tanta minúcia a vida e o pensamento de Cunha Leal nestes anos que antecedem a II Guerra Mundial, como tinha acontecido até ao primeiro exílio de 1930-1932. São anos de penumbra, para os quais escasseiam a projecção da figura pública e, mesmo até, as representações que o próprio fazia da mutável realidade em que se movia. A censura tornara-se torturante e, quer pelo seu efeito, quer pelo facto de ainda em 1969/1970 considerar inoportuno dar a conhecer esses anos agónicos, desapareceu o relato memorialístico autobiográfico que tão útil foi ao biógrafo para os seus primeiros quatro decénios de vida. Longe das solidariedades maçónicas, cada vez mais isolado dos seus comprometidos ex-correlegionários, Cunha Leal iniciou aqui uma travessia do deserto de que só emergiria no início da década de

Claudio Sanchez Alborno, embajador de España em Portugal, Fundación Sanchez Alborno, 1995. Introdução de Ana Vicente e António Pedro Vicente, p. 230

¹⁵⁰ Sobre a “Intentona de Coimbra”, vide Luís Farinha, *O Reviraltho...*, op. cit., pp. 244-253

¹⁵¹ Cf. IAN/TT, PVDE, proc. 503/SR, fº 523

50, com o dismantelamento do bloco filo-comunista e com a ascensão da oposição interna do regime, num clima de guerra fria.

Foi, no entanto, um observador privilegiado do drama espanhol que antecedeu o confronto da Guerra Civil de 1936-1939 no país vizinho, onde se mantinha exilado. Acompanhou de perto as vicissitudes do republicanismo esquerdista da liderança de Manuel Azaña, minoritário e emparedado entre o vanguardismo revolucionário dos socialistas e dos comunistas e o reaccionarismo das direitas conservadoras. Eram poucos os medianeiros e Azaña o seu protótipo mais infeliz, “um homem enquistado em suas ideias de pequeno burguês, capaz de admitir alterações superficiais na estrutura do capitalismo, compreensivo para as aspirações de justiça das grandes massas humanas, mas insusceptível de conceber no estádio actual da civilização uma obra social de proporções mais vastas”¹⁵². Incapaz de marcar uma posição de centro político agregador, foi arrastado pelo intenso movimento social revolucionário, primeiro para o governo, depois para a Presidência da República: “Azaña é prisioneiro dos seus aliados e um e os outros são prisioneiros da fatalidade”¹⁵³. No discurso de posse (Abril de 1936), Azaña pensava estar a afirmar, nas suas palavras, uma última tentativa de democracia republicana em Espanha. Cunha Leal aceitava essa possibilidade com muita descrença porque lhe parecia que “o luminar da política espanhola não era Azaña: era Largo Caballero”. E concluía: “A não ser, a não ser.... que tenhamos de assistir a uma fastidiosa reedição do falecido Primo de Rivera”¹⁵⁴.

¹⁵² Vide FPCL (sob o pseudónimo de Salvado de Carvalho), “Azaña”, in *Cartas de Espanha*, Primavera de 1936. Espólio de A Neves Anacleto, na posse de Noémia Anacleto. As *Cartas de Espanha* constituem um bloco de nove artigos, publicados no jornal *República* (Lourenço Marques). Além desta série, Cunha Leal publicou também neste jornal uma outra, sob o título genérico de *Por esse mundo de Cristo...*, com o pseudónimo de Adrião Pinto. Apesar da existência de censura, Lourenço Marques permitia, na altura, alguma liberdade de expressão, impossível na metrópole. No entanto, os textos foram publicados sob pseudónimo, o que não deixa de ser significativo. Salvado de Carvalho foi o seu avô paterno e Adrião Pinto o materno.

¹⁵³ Idem, *ibidem*

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*

A pouco tempo do “Alzamiento”, Cunha Leal era um analista com parecer fundamentado sobre uma Espanha que ardia em chamas por entre as exigências proletárias das grandes cidades, os abrasadores movimentos campesinos andaluzes e a tarântula federalista dos vários nacionalismos que ameaçavam desagregá-la em múltiplas *Catalunhas*. Via com preocupação o isolacionismo espanhol, resultante de uma crónica¹⁵⁵ política de neutralidade e antevia cataclismos bélicos resultantes desse iberismo trágico: “ Se, ao menos, a Espanha fosse um país de idílicos burgueses empapados em pacifismo! Mas não: toda a fúria dos seus temperamentos indómitos a guardam... para se matarem uns aos outros em sucessivos episódios duma endémica guerra interior”

Regressado do segundo exílio, viu-se obrigado a aceitar ocupação profissional em empresa de venda de óleos do algarvio Sousa Uva, o que lhe valeria críticas veladas, por não dignificar, aparentemente, a figura de um ex-ministro da República¹⁵⁶.

Pouco sabemos da sua estadia em França, em 1937, ainda em plena vigência do Comité de Paris da Frente Popular, a que presidiu Afonso Costa e depois Bernardino Machado¹⁵⁷. Sabemos antes da sua militante anglofilia e das suas preocupações perante o avanço da Alemanha, escudada no Eixo Berlim-Roma. Não será talvez sem alguma razão que os informadores da Polícia Política lhe referem tentativas de estabelecimento de relações políticas com os *Trabalhistas* ingleses, firmes suportes do rearmamento e do esforço de guerra do Primeiro Ministro Austen Chamberlain. Ao contrário da esquerda republicana que, no exílio, radicalizava a propaganda e as formas de organização

¹⁵⁵ Vide FPCL (sob o pseudónimo de Salvado de Carvalho), “ A política internacional de Espanha”, in *Cartas de Espanha*, Espólio de A Neves Anacleto, na posse de Noémia Anacleto

¹⁵⁶ Segundo depoimento de Maria Helena Cunha Leal ao autor (Janeiro de 2001), essas críticas vinham de todos os sectores e, em particular, de sectores da oposição

¹⁵⁷ De Cherbourg, em 27 de Novembro de 1937, agradece a Bernardino Machado, nessa altura a residir em Paris, a recepção e despedida que a família do “Presidente” dispensou à sua. ABM, cx. 134

antifascista¹⁵⁸, e também dos que, como os coronéis Ribeiro de Carvalho e Cunha Aragão, desde 1936 defendiam o “baixar de bandeiras” face ao perigo de absorção das pequenas nacionalidades e das colónias pelos apetites das grandes potências¹⁵⁹, Cunha Leal defendia um realinhamento mais claro com a Inglaterra, principalmente depois das dúbias posições que eram atribuídas a Salazar pela oposição¹⁶⁰. De resto, a Inglaterra tenderia a incluir Portugal na guerra, pelo que, para defender a independência do país e a integridade das colónias se impunha um governo de “Salvação Nacional” com vista à preparação da sua futura participação bélica. Propunha aí a continuação de Salazar na pasta das Finanças e o coronel Ribeiro de Carvalho no Ministério da Guerra¹⁶¹.

Antecipava aqui uma das posições mais polémicas da oposição – não só a republicana, mas também de parte da oposição comunista – que defendeu o realinhamento completo com as “potências capitalistas” do ocidente (democracias na versão republicana) e se rebelou contra o Pacto Germano-Soviético de Agosto de 1939, com implicações directas na atitude a tomar em face dos governos internos, mesmo daqueles que não eram, seguramente, democráticos, como o Estado Novo. A posição política oficial dos republicanos emigrados tinha sido exposta num manifesto – o Manifesto de Tours – assinado por Bernardino Machado em nome de todos e entregue ao Ministro de Portugal em Paris por Agatão Lança e Jaime de Morais, em 25 de Setembro de 1939. Aí consideravam o Pacto Germano-Soviético uma ameaça para a Civilização Ocidental, pondo igualmente em risco a independência nacional. Por isso,

¹⁵⁸ Em França, o jornal *UNIR* foi um suporte propagandístico da acção antifascista e da actividade da FEFP (Federação dos Exilados Portugueses em França), organização fortemente influenciada pelo movimento comunista, pelo menos até finais de 1938

¹⁵⁹ Manuel António Correia, um tenente dos operacionais do grupo de Ribeiro de Carvalho, declarava ao líder da ORS, sargento Horta Catarino, em carta: “...não podemos fazer a nossa revolução sem que certas posições internacionais estejam tomadas e sem que os nossos amigos espanhóis estejam noutra situação (...) Se nesta altura saíssemos, era certo que os exércitos de Franco vinham em auxílio do inimigo, sendo certa a nossa derrota.” TME, Proc. nº 217/38, vol. III, fº 706

¹⁶⁰ Um dos objectivos da “Intentona de Coimbra” de Maio de 1938 (unindo o monárquico Paiva Couceiro aos “rolões” e aos sectores reviralhistas) era a reorientação da política salazarista que acusavam de ser excessivamente germanófila. Cf. Luís Farinha, *O Revirvalho...*, op. cit., p. 248

manifestavam a sua intenção de se colocarem ao lado da “entente democrática”, constituída pela França e pela Inglaterra e “unir-se (...) com os seus concidadãos, sem distinção de partidos, para bem servir os supremos interesses da Pátria”¹⁶².

Quinze dias antes da deflagração da guerra, a *Vida Mundial* transcrevia do jornal *República* um artigo de Cunha Leal sobre as “Perspectivas Futuras da Europa”¹⁶³. Em curso estavam ainda as últimas tentativas diplomáticas franco-britânicas para repor a “política de equilíbrio” mantida pela Grã-Bretanha até à I Grande Guerra e que a SDN, uma espécie de Super-Potência destinada a substituí-la, tinha completamente falhado. Na Itália, como na Alemanha, “a vaidade dos chefes” e as proximidades ideológicas haviam-se sobreposto ao “verdadeiro interesse nacional”. A vitória de tal entendimento no campo militar seria terrível para a Europa, incluindo aqui a própria Itália: “Este fenómeno trará nos seus flancos outro não menos considerável: a diminuição dos graus de soberania política dos Estados europeus em benefício da Alemanha. O último termo desta evolução será, porventura, a formação dos Estados Unidos da Europa, com a capital federal em Berlim ou Munich”¹⁶⁴.

Em Novembro de 1939 saía o primeiro volume de uma série de três com o título *A Guerra Dia a Dia*. Tratava-se, como o autor próprio considerava, de “extractos do Diário de Guerra”, com uma análise sobre os antecedentes do conflito e um apêndice documental que incluía as principais peças da diplomacia internacional anterior ao deflagrar da guerra. Entre muitas outras, três questões mereceram a especial atenção de Cunha Leal, a saber: a atitude de neutralidade defendida intransigentemente pelo governo português em 3 de Setembro de 1939 e a atitude da Igreja portuguesa face ao conflito, a resposta da *Entente* ao Eixo Berlim-Roma e o expansionismo soviético

¹⁶¹ AOS/CP/PC – 3 E, 4º, “Ponto de vista político de Cunha Leal”, s/d, provavelmente de 1938

¹⁶² Vide Luís Farinha, *O Revivalho...*, op. cit., p. 265 e p. 318

¹⁶³ Cunha Leal, “Perspectivas Futuras da Europa”, in *Vida Mundial*, 12 de Agosto de 1939, p. 3

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*

propiciado nas regiões eslavas, pelos acordos com a Alemanha anteriores à guerra. Na linha do que preconizavam republicanos de quase todos os matizes, Cunha Leal não defendia uma neutralidade a qualquer preço porque, provavelmente, considerava que “havia que ganhar jus ao concurso britânico em todas as circunstâncias perigosas para a independência nacional”¹⁶⁵. Desde *Portugal e Inglaterra* (1930) que defendera a conveniência da manutenção do tratado de assistência mútua luso-britânico que obrigava à defesa do território metropolitano e colonial, apesar de também defender que a situação das duas nações teria que assentar numa “autêntica aliança e não a de um protectorado ou tutela do mais forte sobre o mais fraco”¹⁶⁶.

A nível interno, manifestava o seu apoio ao Cardeal Patriarca de Lisboa pelos seus apelos constantes à situação de direito que “salve a existência e a liberdade dos povos e defenda a pessoa humana”, condenando o “realismo político” dos que aplaudem “os duros golpes vibrados à solidariedade das nações” e celebram “com entusiasmo o regresso à anarquia internacional pela quebra de convenções e tratados”¹⁶⁷. No Leste, a Rússia estalinista consumava, ao som de um *Finis Lethoniae*, a “domesticação” dos pequenos povos eslavos. Por quanto tempo resistiria a Finlândia, perguntava-se no seu *Diário*, em 7 de Outubro de 1939. Enquanto isso, a dupla Daladier/Chamberlain, continuava a tratar com Hitler numa frase gentil, denunciando uma “cólera legítima” e “bem educada”, mas sem efeitos práticos no teatro de guerra que alastrava por toda a Europa.

Já instalado no país, em Paredes de Coura, o seu amigo Bernardino associava-se ao desalento daquela guerra longa, que alastrava até pôr em causa a própria independência nacional. A neutralidade – afirmava – é uma “ilusão perigosa porque não é Portugal a ditá-la mas os grandes a tolerá-la”. Poderia haver esperança numa Europa

¹⁶⁵ FPCL, *A Guerra Dia a Dia*, Imprensa Lucas, Lisboa, 1939, p. 53

¹⁶⁶ Idem, p. 52

mais justa saída do conflito? Não, e aí parecia estar a corroborar a opinião de Cunha Leal: “ mas, como diz, que esperança podemos ter que a democracia vença? Venceu em 1918 e chegámos a isto. (...) Que horrível catástrofe a França. Faltaram dirigentes. Quando reaparecerão?”¹⁶⁸

O velho Presidente não teria, efectivamente, oportunidade de acompanhar a evolução democrática do mundo do pós-guerra, como aliás Cunha Leal também não pôde assistir á reimplantação da mesma democracia no seu próprio país porque a morte os ceifou a ambos antes.

¹⁶⁷ Idem, p. 173

¹⁶⁸ Carta de Bernardino Machado a Cunha Leal, Paredes de Coura, 7 de Janeiro de 1941, ABM, cx. 134

CAPÍTULO IX – A TRAVESSIA DO DESERTO (1940-1949)

1. Uma “indesejável” neutralidade

“Não pode V. Exa. fazer-me o obséquo de me enviar cópia das impressões de Cunha Leal sobre a Declaração?” – perguntava, em carta a Bernardino Machado, Agatão Lança, um dos mais activos prossecutores do “Manifesto de Tours”¹. Questionava ainda o velho “exilado” de Paredes de Coura se já tinha tido oportunidade de ver os dois livros de Cunha Leal recentemente publicados sobre a *A Guerra Dia a Dia* e recomendava-lhe a sua leitura.

Talvez sim, ninguém por estes dias tinha certezas daquilo que, enviado, os destinatários tinham a sorte de receber, como se depreende desta missiva de Cunha Leal a Bernardino: “Tomo a liberdade de enviar-lhe o 1º volume de um trabalho que publiquei – *A Guerra Dia a Dia*. Caso lhe chegue às mãos, peço o favor de me dizer para lhe enviar o 2º volume, que acaba de sair”². Sobre a “Declaração”, duas palavras, pela mesma carta: “Recebi, com o seu bilhete, um documento que honra quem o subscreveu”. Nele se reiterava, como nos recordaremos, a condenação do Pacto Germano-Soviético, a defesa intransigente da civilização ocidental sustentada pelo direito internacional consagrado nos regimes democráticos e se preconizava a firme disposição de reforçar a união nacional com os patriotas de todos os quadrantes, sem destriça ideológica, por forma a poder avolumar o bloco aliado, caso tal intervenção se tornasse necessária. Que difícil posição esta, a dos republicanos! Ainda até há pouco tempo tinham combatido o salazarismo de armas na mão e alguns tinham mesmo aceitado conviver com os comunistas no âmbito de uma Frente Popular Portuguesa. No

entanto, nesta fase de transição brusca entre dois sistemas mundiais, que golpes de rins não foi necessário dar ao sabor dos acontecimentos internacionais!

Internamente, o germanofilismo que imbuía os meios nacionais-sindicalistas, a Legião Portuguesa, patentes intermédias do Exército e meios ligados à indústria química e de minas, inflamava pequenos grupos de jornalistas e intelectuais³, cuja intervenção propagandística fazia, aparentemente, acreditar numa vitória das potências do Eixo.

Distanciado deste ímpeto guerrista, Salazar preservara, pelo Pacto Ibérico assinado a 15 de Março, a sua independência em relação às perigosas relações do Franquismo com o nazi-fascismo (consubstanciado no Pacto Anti-Komintern assinado dias depois pelo ditador espanhol) e afastara o “perigo espanhol” de certos sectores extremistas do país vizinho que preconizavam um ascendente castelhano substantivo, mesmo hegemónico, da Espanha na Península⁴. Mas, principalmente, os dois regimes, - e provavelmente mais o português -, irmanados na saga anti-comunista e anti-democrática, preparavam a neutralidade no futuro conflito europeu que a todos se mostrava iminente, tentando evitar, por todos os meios, a arrumação dos dois países em blocos político-militares distintos.

Ora, Salazar sabia bem que não podia romper o tradicional sistema de alianças e, por isso, é com alguma naturalidade que, em 2 de Setembro, fez publicar a nota oficiosa de *Neutralidade portuguesa no conflito europeu* com que, tranquilamente, se preparou para mergulhar por debaixo da onda tempestuosa que avassalava a Europa e emergir, cinco anos depois, sem grandes beliscaduras e armado para novos cometimentos. É certo que, de Londres, o anglófilo embaixador Armindo Monteiro lhe preconizava uma

¹ Carta de Agatão Lança a Bernardino Machado, Paris, 19 de Fevereiro de 1940, ABM, cx. 134

² Carta de Cunha Leal a Bernardino Machado, Lisboa, 29 de Janeiro de 1940, ABM, cx. 134

³ Vide António José Telo, “Germanofilismo”, in *Dicionário de História de Portugal*, (Dir. António Barreto e M F Mónica), Suplemento, Figueirinhas, vol.8

“neutralidade benévola” , com apoio decidido ao velho aliado, tendo o ditador, ao contrário, optado mais claramente por uma “neutralidade geométrica” ou equidistante com a qual se ia moldando às vicissitudes e benesses da “guerra económica”, de cujos efeitos se pretendia tornar beneficiário⁵, isto pelo menos até 1943. No entanto, e apesar das repetidas queixas do *Foreign Office* sobre a incompreensão portuguesa perante os interesses ingleses, manifestadas no início de 1940, a neutralidade da Península Ibérica foi desejada por todos os interessados. A Alemanha, pelo menos até 1941, não pretendia estender a guerra à Península, a Inglaterra desejava manter a Espanha neutral e a Espanha declarou a neutralidade antes de Portugal.

Perante um tal cenário de estabilidade e de apoio de todos à manutenção dos “governos de autoridade” na Península Ibérica, Cunha Leal (e bem assim todos os republicanos) preparava-se para fazer uma longa travessia do deserto. Entre Novembro de 1939 e Abril de 1940, altura da invasão nazi-fascista do Ocidente, continuou a preencher os seus dias com o *Diário de Guerra* que publicou em 2º e 3º volumes de *A Guerra Dia a Dia*, no primeiro trimestre de 1940.

De forma pouco comum, arriscava uma posição incompreendida de combate anti-germanófilo, numa altura em que a aguerrida propaganda nazi assentava arraiais em Portugal e, muito provavelmente, ainda mais incompreensível no domínio da atitude do imenso bloco de países neutrais, dos Estados Unidos aos países escandinavos, da Ibéria aos países da periferia do Reich. A neutralidade, muito comum no antigo sistema de alianças que caracterizou os conflitos localizados do séc. XIX, apresentava agora uma feição diferente: “Há momentos na evolução das sociedades em que a guerra já não visa

⁴ Vide a propósito César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, O Jornal, Lisboa, 1987, p. 357

⁵ Vide Pedro Aires Oliveira, *Armindo Monteiro, uma biografia política*, Bertrand Editora, pp. 201-220. Logo em 2 de Setembro de 1939, surgia a primeira desinteligência entre os dois, preconizando o embaixador uma atitude de apoio moral à causa aliada, tendo em vista o *au-delà* da guerra: “Por mim, parece-me que, na altura da paz, precisaremos da boa vontade inglesa, se os aliados vencerem, e que não teremos nenhum apoio se não tivermos o seu. Se os alemães vencerem, só Deus nos pode salvar”, op. cit., p. 205

apenas derimir oposições limitadas de interesses por isso que põe em jogo o destino de todo um continente e de toda uma civilização. Ora, nessas fases críticas será, porventura, justo e razoável que Estados partidários da estabilização e da permanência do quadro de valores espirituais da civilização ameaçada se confinem numa neutralidade egoísta, encarregando um dos grupos de beligerantes da defesa do património material e ideológico comum e procurando eles navegar, habilmente, através das águas revoltas?”⁶ Ora, este era bem o caso da guerra desencadeada pela “vontade onipotente” de Hitler, com o “incitamento de Estaline”. Que faziam muitos desses países neutrais perante a “guerra submarina” desencadeada pelos nazis, em desrespeito do direito internacional e de todas as convenções plurilaterais, ratificados com a própria assinatura germânica? “Calavam-se que nem ratos”, para evitar os efeitos da cólera do Ditador e poderem, disfarçadamente, continuar a beneficiar das relações comerciais livres de fiscalização. Ou então dificultavam qualquer apoio a países invadidos, com receio de represálias, como aconteceu, no final de 1939, com a invasão russa da Finlândia que os seus vizinhos escandinavos pretenderam ignorar, em nome do princípio de uma neutralidade inquestionável. Incompreensível, portanto, para Cunha Leal, tanto o “ensimesmamento” norte-americano, como a “juridicite” dos aliados, completamente paralisados, nesses finais de 1939, pelas “prisões” do direito internacional que Hitler, por seu lado, desrespeitava a cada momento.

Ora, era esta timidez dos neutros e a paralisação do bloco franco-britânico que exasperava Cunha Leal ao fim do primeiro trimestre da guerra. Os totalitarismos russo e alemão, aliados pelos interesses cegos e pragmáticos de uma política do direito do mais forte mostravam, pelas anexações e invasões sucessivas que praticaram, que não desejavam apenas recuperar o terreno perdido pelo último tratado de paz europeu. Pelo contrário, ensaiavam políticas expansionistas e belicistas, com total desrespeito pelo

⁶ FPCL, *A Guerra Dia a Dia*, Portugália Editora, Lisboa, 1940, vol. II, p. 115

direito das nacionalidades e pelas oposições políticas desencadeadas nos seus próprios países. Tal como Hitler, Estaline, “o sanguinário ditador do soviétismo”, usava dos mesmos argumentos para depurar os “conspiradores” e antagonistas: “ Se certos generais e comissários políticos acumulam, com a incompetência, a cobardia, que se lhes aplique na nuca o clássico tiro de revólver...”⁷. Não mereciam, pois, a simpatia de Cunha Leal estes homens que o destino tinha colocado à frente dos estados totalitários. Mas, mais preocupante ainda era esse acordo germano-russo, aberto antes da guerra e progressivamente estreitado no decorrer do conflito, com apoios técnico-militares, com abastecimentos e promessas de preocupantes acordos económicos. Se tais acordos viessem a ter sucesso, cairiam por terra os efeitos da “guerra económica” que o bloco franco-britânico impusera desde os primeiros meses de guerra, dando assim mais fôlego ao belicismo de Hitler.

Tão preocupante como o relativo sucesso dos dois aliados do Eixo era, porém, a “estagnação enervante” dos Aliados, onde a intensificação da diplomacia e do diálogo pareciam antes ajudar a emudecer “os canhões do Ocidente”. O primeiro efeito deplorável daquele demissionismo resultara na deposição das armas da Finlândia, após 104 dias de corajosa resistência, sem conseguir captar a solidariedade material do mundo democrático para resistir ao belicismo soviético. O segundo, tão deplorável como o primeiro, resultou das cedências das democracias ocidentais, e em particular da Inglaterra, aos quatro ditadores – Hitler, Mussolini, Franco e Salazar – facilitando-lhes a solidariedade com que em Espanha prepararam a II Guerra Mundial. Não exigindo de Portugal uma colaboração mais intensa, o velho aliado contribuía dessa forma para a estabilização da ditadura salazarista e da sua eternização no poder. Com Bernardino Machado concordaria, decerto, Cunha Leal : “Que me diz da nossa situação interna e externa? O pacifismo externo contrasta com o militarismo policial interno (...) Portugal,

⁷ FPCL, *A Guerra Dia a Dia*, Portugália Editora, Lisboa, 1940, vol. III, p. 89

que é o idílio dos pobres refugiados, é um vulcão ardente que projecta com a sua lava para fora do país um dos melhores filhos, como Jaime Cortesão. Dir-se-á que a sua paz externa é para poder fazer a guerra interna”⁸. Na sua análise da situação, os republicanos não diferiam grandemente da argumentação que os fez alinhar pelo intervencionismo em 1914. A Segunda Guerra seria uma reedição da Primeira e o argumento colonial continuava a parecer-lhes um elemento de peso decisivo para justificar uma atitude diferente da adoptada por Salazar perante o conflito mundial. No entanto, talvez a sua preocupação tivesse muito mais a ver com o receio manifestado pelo velho *patriarca* republicano: Salazar preparava a sua sucessão fugindo, pela omissão, à assunção de uma posição de apoio claro aos Aliados, com receio da tão desejada transição democrática que a oposição procurou de armas na mão na década anterior.

Como certas, nesta matéria, temos as preocupações da polícia política que seguia, com redobrados cuidados e meios, todo o movimento reorganizativo dos republicanos liberais, desde finais de 1939 e nos primeiros meses de 1940. Bem colocado para trocar entendimentos com o sector mais modernizante do regime, os informadores denunciavam reuniões de Cunha Leal com o Ministro Duarte Pacheco, ao mesmo tempo que lhe imputavam “uma espantosa actividade conspiratória” como chefe da União Luso-Britânica, uma organização secreta apoiada pelos ingleses. Pela Primavera de 1940, iniciada a guerra na frente ocidental, os republicanos liberais chefiados por Cunha Leal teriam desencadeado, através da sua vertente militar, uma intensa campanha pelo intervencionismo junto da oficialidade aquartelada, numa manobra de contra-propaganda que visava contrariar o germanofilismo imperante. Surpreendidos com a vitalidade do movimento pró-anglófilo, os informadores policiais denunciavam o compromisso de Cunha Leal com o “Intelligence Service” britânico, a

⁸ Carta de Bernardino Machado a Cunha Leal, Paredes de Coura, 7 de Janeiro de 1941, ABM, cx. 134

par de outros republicanos como Adelino da Palma Carlos⁹. Desta estreita aliança, procuravam os liberais obter o apoio do bloco franco-britânico à defesa do império colonial e à transição democrática do país, em troca de uma intervenção mais decidida ao lado dos Aliados.

2. A reorganização das oposições

As oposições tinham chegado ao final da década de 30 completamente esfaceladas pelo efeito das degladações internas e das derrotas contra o salazarismo e contra a reacção internacional que se abateu sobre Espanha em 1938-39¹⁰. Falhara o Revirinho e a transição pactuada conduzidos pelos republicanos, falharam os movimentos unitários que confluíram na Frente Popular, falhara o levantamento nacional libertador dos comunistas e já há muito se não ouvia falar da greve geral revolucionária dos velhos anarquistas. Não havia lugar para a democracia política, e muito menos para a democracia social, tal qual a preconizava Cunha Leal desde o final da década de 20.

Num processo de profunda reorganização conduzido por Álvaro Cunhal, Júlio Fogaça, José Gregório, entre outros, o PCP renascia das cinzas em 1940-41¹¹. Externamente, a “Operação Barbarossa” e a resposta russa que havia de fazer da resistência de Estalinegrado um momento fulcral do antifascismo mundial, tiveram repercussões decisivas, também em Portugal. Em função desta dupla realidade constituía-se, pelos finais de 1943 o MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-

⁹ Vide IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, f. 466-500

¹⁰ Vide Luís Farinha, *O republicanismo e a Guerra Civil de Espanha, Do revirinhismo à unidade antifascista*, in História Ano XVIII, (Nova Série), nº 20, Maio de 1996 e *Os revirinhistas e a Frente Popular Portuguesa*, in História, ANO XIX (Nova Série), nº 28, Janeiro/Fevereiro de 1997

¹¹ Sobre a “Reorganização” do PCP, veja-se José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, “Duarte”, o dirigente clandestino (1941-1949)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, pp. 22-25

fascista), com a participação de comunistas, de socialistas (reorganizados na União Socialista) e de republicanos, sendo seu presidente o ilustre, mas não muito consensual, general Norton de Matos¹². Sendo um movimento unitário, ele teve, sem nenhuma dúvida, a marca indelével do PCP, em especial depois da sua fundação, na capacidade organizativa e no envolvimento e mobilização da juventude, dos intelectuais e dos activistas sindicais para a causa do antifascismo¹³.

No início de 1941, corria profunda a discussão da estratégia republicana em face da reorganização do sector comunista, quando começou a ser mais fácil a compreensão dos efeitos do pacto germano-soviético. Os campos dividiam-se, no entanto, talvez não tanto por linhas ideológicas, mas mais por afinidades organizacionais e por aproximações afectivas às chefias no terreno.

Desaparecidos os líderes históricos do Partido Republicano Português, quem poderia reunir as condições indispensáveis à sua reorganização? Nos meses de Março e Abril, a polícia política acompanhou os primeiros contactos exploratórios entre os sectores republicanos mais declaradamente revolucionários (corporizados pelo antigos chefes reviralhistas Hélder Ribeiro e Agatão Lança) e os sectores sociais-democratas e liberais encabeçados por Cunha Leal¹⁴. Dos EUA, contavam obter a compreensão de uma comunidade bem relacionada com o *establishment* rooseveltiano, através do Comité Pró-Democracia a que presidia o velho Democrático João Camoesas. Nos bastidores, falava-se de um governo-sombra republicano onde Cunha Leal desempenharia posição de relevo. No entanto, este reagrupamento do velho PRP, prosseguia sob o signo das maiores dificuldades, fáceis de perceber se nos ativermos ao seu estado de desorganização, a partir de 1925-26 e à contestação de que foi alvo, nessa

¹² Cf. Dawn Linda Raby, *A Resistência antifascista em Portugal 1941-74*, Edições Salamandra, Lisboa, 1988, p. 26

¹³ Vide a este propósito José Pacheco Pereira, Álvaro Cunhal..., op. cit., pp. 345-352

¹⁴ Cf. IAN/TT, PDE, Proc. 503/SR, fº 456-463

altura, pelos sectores republicanos liberais. Mantinham-se as velhas desconfianças, agora reforçadas pela simpatia com que alguns sectores republicanos mais radicais encaravam a possibilidade de um entendimento com os comunistas. Em finais de 1942 (25 de Novembro), a polícia foi informada de uma reunião de algum modo inédita na residência de Norton de Matos, em Algés. Para além de elementos representativos de Coimbra, Porto, Covilhã e Beja, estiveram presentes Cunha Leal e António Sérgio. Segundo apurou o informador, tratou-se da unidade republicana e do derrube de Salazar¹⁵.

Em finais de 1943, a unidade republicana parecia definitivamente comprometida, se alguma vez chegou a constituir uma promessa. O MUNAF agregara alguns sectores republicanos aos socialistas e comunistas mas, por isso mesmo, excluía os sectores liberais, liderados por Cunha Leal, que defendiam uma reorganização exclusivamente republicana, sem emparelhamento com os comunistas¹⁶. Ao invés, este sector passou a apostar, pela mesma altura, em contactos privilegiados que manteve com os serviços secretos ingleses¹⁷ e americanos, interessados em fomentar uma colaboração mais intensa de Portugal no esforço de guerra, quer pela obtenção de bases nos Açores (cedidas aos ingleses em Outubro de 1943), quer pela abstenção de trocas comerciais com a Alemanha, numa altura em que esse comércio, designadamente o de volfrâmio, atingia o seu ponto alto.

¹⁵ Idem, nº 440-441

¹⁶ Em 1945, quando da sua nova prisão, Agatão Lança declarou ao inquiridor que a organização de cujos ficheiros era portador “pretendia assinar a Declaração Liberal e exigir a restauração democrática, ao mesmo tempo que limpava o partido de Nortons, etc.”. Sobre as organizações unitárias, Lança declarou que defendia “um partido único republicano”. Cf. IAN/TT, PIDE, Proc. 748/45, Armando Agatão Lança

¹⁷ Com base num relatório obtido “junto dos serviços secretos de uma potência estrangeira”, a PIDE teve acesso ao conteúdo de uma “reunião anglo-portuguesa” que juntou um funcionário da Empresa “British Overseas Airways” (Wie Land), um adido de imprensa inglês (Michael Stewart), o Dr. Alberto Mac-Bride e vários democratas portugueses não mencionados. Aí se referiu a constituição de núcleos de propaganda anglófila, espalhados por vários distritos e concelhos do país e se propôs o reforço do apoio da comunidade inglesa estabelecida em Portugal aos democratas portugueses, bem como a necessidade “de intensificar os trabalhos em curso no sentido de o governo inglês criar embaraços ao governo de Salazar, por forma a que este modifique a sua política a favor dos aliados ou a abandonar as cadeiras do

As reuniões com altas individualidades das embaixadas estrangeiras existentes em Portugal tinham sido numerosas desde a Primavera de 1943, como assinalava o informador de serviço da PIDE em relatórios sucessivos¹⁸. Em Dezembro, os relatórios policiais tornaram-se mais extensos e numerosos, talvez indiciando uma maior aproximação dos anglo-americanos aos democratas portugueses¹⁹. Discute-se o *au-delà* da guerra e a necessidade de preparar a transição já que Salazar, apesar de ter mudado de atitude, “não tem condições para dirigir o país no futuro – é absolutista e totalitário”²⁰. As reuniões de acerto de posições prolongaram-se pelo primeiro trimestre de 1944. Em 11 de Fevereiro de 1944, para além do coronel Lelo Portela, dos almirantes Aníbal de Sousa Dias e António Navarro estiveram presentes, pela delegação portuguesa, Adelino da Palma Carlos e Cunha Leal que o informador da PIDE arrumou na FAP (Frente Antifascista Portuguesa), a correspondente organização dos liberais ao que era o MUNAF. A delegação estrangeira, constituída ao nível diplomático, incluía americanos (um Encarregado dos Negócios Americanos, um Adido junto da Delegação Americana, um Adido Militar e um Conselheiro), ingleses (um Secretário da Embaixada Britânica, um Conselheiro, um Adido naval e um Adido de Imprensa da mesma embaixada) e um Secretário do Ministro da China²¹. Depois da informação sobre o

poder”. Na reunião, onde poderá ter estado Cunha Leal, é referido um estudo seu que concluída pela altíssima percentagem de portugueses apoiantes da Inglaterra. Cf. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 427

¹⁸ Em pelo menos três datas (10 de Abril de 1943, 7 de Julho e 28 de Outubro do mesmo ano) para além da já mencionada em 7 de Outubro, os relatórios são ricos em informação minuciosa. Dela se retirariam, pelo menos, nomes e objectivos. Pelas potências estrangeiras estão adidos militares e de imprensa, cônsules, ou até mesmo directores do British Council. Pelos portugueses Cunha Leal, para além de outros republicanos liberais, como Nuno Simões, estão presentes, ou são mencionados como fazendo parte dos nomes indigitados para o “novo governo que será implantado de colaboração com os americanos, após o desembarque destes em Portugal”. Idem, fº 424-430

¹⁹ Em 6 e 15 de Dezembro de 1943, a polícia informa da utilização de meios logísticos e de automóveis da embaixada americana postos à disposição deste núcleo de democratas, onde sobressaem os coronéis Genipro da Cunha Eça, Ribeiro de Carvalho, major Inácio Baptista Pereira e o eng. Cunha Leal. Em 6, automóveis da Delegação dos EUA desembarcaram no Cais do Sodré, da parceria Vapores Lisbonenses, os mencionados republicanos e conduziram-nos ao Consulado Britânico, na rua do Ferragial de Baixo, 33, 1º, tendo aí permanecido em reunião por uma hora, depois da qual Cunha Leal tomou o comboio no Cais do Sodré. Idem, fº 421-423

²⁰ Idem, fº 418-420

²¹ Idem, fº 408-411

decurso da guerra e sobre a inevitável entrada de Portugal “quando e onde for preciso”, com o acordo – dizia-se – do próprio Salazar, os presentes debruçaram-se sobre a necessidade de um governo de transição para garantir o bom curso dos interesses anglo-luso-americanos depois da guerra e ainda sobre a UNRRA, um Comité de Alívio e Reabastecimento das Nações Unidas do qual se esperava uma importante missão de auxílio material e financeiro aos países necessitados e de vigilância e julgamento dos crimes e dos criminosos de guerra.

No entanto, todo este mútuo entendimento se desvaneceu com as cedências de Salazar em matéria de aceitação do embargo da exportação de volfrâmio para a Alemanha em Junho de 1944. Com o Ditador na mão, a Inglaterra cortou os laços com a oposição e aqueles que, com razão ou não, chegaram a ser considerados os “homens dos americanos e dos ingleses”²² em Portugal passaram, de um momento para o outro, a ocupar o mesmo lugar de sempre, um estreitíssimo campo de manobra, em cunha entre a esquerda radicalizada e bolchevizada e a Ditadura, cada vez mais apoiada pelas democracias ocidentais, em especial depois da cedência das bases dos Açores.

3. À margem do Movimento de Unidade Democrática (MUD)

Com o apoio cada vez mais claro das democracias ocidentais ao regime ditatorial, tornava-se mais difícil essa posição de teimosa afirmação de uma oposição que resistia ao encantamento do internacionalismo soviético e que partilhava, com todos os oposicionistas, o desejo de banir a ditadura salazarista. Depois das manifestações

²² Sem um valor de objectividade que possa ser assegurado como fonte indiscutível é, no entanto, interessante ter em conta o depoimento oral prestado pelo filho de Cunha Leal, Artur Cunha Leal, (sem dúvida o seu “herdeiro político”) em Abril de 2000. Segundo ele, a aproximação dos democratas e liberais portugueses à política de Roosevelt – desempenhando neste caso o seu pai uma posição relevante – teve a ver com as “vergonhosas cedências” aos japoneses, tanto em Macau, como em Timor, em 1941-42, sendo a maior delas a falta de reacção, ou mesmo a não reacção do ditador à ocupação de parte ou da

populares do início de Maio de 1945 que, em Lisboa e por todo o país, anunciaram com júbilo a vitória dos aliados, Salazar preparou-se para sobreviver ao assalto da oposição à cidadela que tão bem soubera preservar em quatro anos de guerra. Ele próprio se deslocará em romagem de felicitações às embaixadas de Inglaterra e dos Estados Unidos e, em discurso na AN, manifestará “um íntimo contentamento de alma”. De seguida, pôs-se, como afirma, “singelamente, sem artifícios ou pedantismos doutrinários, à procura dos verdadeiros democratas portugueses”, para concluir, sem rebuços que “os verdadeiros democratas somos nós”²³. Daí, a sua propalada afirmação de disposição de promover “eleições tão livres como na livre Inglaterra”, logo contrabalançada pela outra, bem mais ao seu jeito, em que esclarecia que tais eleições, embora se integrassem “no lógico desenvolvimento da nossa vida”, não eram, no entanto, “actos aparentados de perto ou de longe com a concorrência eleitoral em que a Europa tão afadigadamente se lançou”²⁴.

Confiantes ou não nestes anunciados ventos de mudança, milhares de cidadãos apoiaram o MUD (Movimento de Unidade Democrática), instituído em célebre reunião, dia 8 de Outubro, de mais de duas centenas de cidadãos no Centro Republicano Almirante Reis, em Lisboa e dispuseram-se a concorrer ao anunciado acto eleitoral, se o governo garantisse liberdade de reunião e propaganda, acesso à realização e fiscalização do recenseamento eleitoral e das eleições e resultados e amnistiasse os presos políticos. Não sendo um dos subscritores do documento inicial entregue ao governo, Cunha Leal apoiou este movimento, apresentando oficialmente a sua candidatura por Angola²⁵, o

totalidade daqueles territórios. Nestas circunstâncias, pai e filho teriam acordado que o segundo se oferecia voluntariamente para ir combater pela independência de Timor.

²³ Oliveira Salazar, “Portugal, a guerra e a paz”, in *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, 1943-1950, Coimbra Editora, Lda., 1951, pp. 557-569

²⁴ Idem, *Votar é um grande dever*, pp. 169-191

²⁵ Listas de aderentes, com inclusão de Cunha Leal, vão sendo publicadas no *Diário de Lisboa* dos dias 13, 16 e 20 de Outubro, bem como nos jornais *República* e *Primeiro de Janeiro* de 20 de Outubro. Em Luanda, a aclamação da lista de candidatos (que incluía para além de Cunha Leal o seu cunhado António Videira e António Durães, de Benguela) ocorreu no dia 15 de Outubro, com a presença de mais de 300

que não deixava de representar um certo distanciamento em relação ao MUD, como se veio a confirmar por posteriores declarações políticas em entrevista ao *Diário de Lisboa*: “Tenho-me conservado silencioso durante todo este período de surpreendente movimento eleitoral. Reconheço que os convocantes da já hoje célebre assembleia do Benfornoso nos prestaram um serviço inestimável, por isso que conseguiram pôr em equação as forças políticas do país e determinar o valor aproximado da incógnita oposicionista. Não lhes regateio por tal motivo os aplausos que, aliás, eles me não solicitaram, que lhes são, porventura, indiferentes ou, mesmo lhes desagradam mas que, apesar de tudo, exteriorizo para ficar de bem com a minha consciência”²⁶. Em 16 de Novembro, cinco dias depois de o MUD ter decidido recomendar a abstenção ao eleitorado, Cunha Leal podia demonstrar publicamente a sua discordância “com a tática seguida na direcção do movimento oposicionista”, em especial depois da entrevista do ditador aos jornais de maior circulação do país, em 14 e 15 de Novembro em que procurava convencer o eleitorado do clima de liberdade da contenda eleitoral. Não era a natureza do regime salazarista, nem a hipocrisia da declarada e continuada anglofilia de sabor seródio de Salazar e, muito menos, a sua suposta sinceridade nas declarações públicas pré-eleitorais que dividiam Cunha Leal da oposição *mudista*. Ambos concordariam com a natureza totalitária do regime salazarista: não bastavam a Constituição com suposta divisão de poderes porque o verdadeiro detentor do poder nunca poderia ser afastado; como no fascismo/nazismo, todos os poderes se concentravam, em última instância, no Chefe do Governo; em Portugal, como na Alemanha ou Itália, consideravam-se como “anti-nação aquela parcela da Nação que discordava da orgânica do Estado”²⁷ e, por isso, era perseguida até à aniquilação. Se a

apoiantes, entre médicos, advogados, farmacêuticos, jornalistas, industriais, comerciantes, funcionários e empregados de comércio, conforme notícia do *Diário de Lisboa* de 16 de Outubro

²⁶ Entrevista de Cunha Leal ao *Diário de Lisboa*, 16 de Novembro de 1945

²⁷ Idem

repressão tinha sido mais moderada que na Alemanha, isso não lhe retirava a eficácia política e social pretendida. Concordariam ainda na apreciação que ambos faziam da apregoada, mas apenas suposta, capacidade hercúlea do ditador para “livrar Portugal da guerra”: “O motivo da abstenção hitleriana [de invasão do país] só pode ter sido, logicamente um: Hitler contaria com uma perfeita compreensão de Portugal governamental para o seu ponto de vista e extrairia mais vantagens da sua neutralidade que da sua transformação em campo de batalha”²⁸. Como todos os portugueses, Cunha Leal considerava-se iludido pelo dr. Oliveira Salazar quando, de Portugal, saíam para a Alemanha o “volfrâmio, o estanho, as conservas e os porcos”. Já o mesmo não tinha considerado com a diferença de reacção que notara na altura da invasão de Timor pelos australianos e pelos holandeses, quando baixara de tom para lamentar o mesmo acto perpetrado pelos japoneses.

Poderia, porventura, parecer à oposição *mudista* que Cunha Leal se preparava para aceitar integrar-se na *oposição construtiva* que Salazar queria pescar para a nova Assembleia Nacional do pós-guerra? Nada mais errado... e injusto. O equilíbrio [das finanças, da economia, da sociedade e da política] não resultaria, (como nunca havia resultado) para o ditador, da compensação dinâmica dos desequilíbrios: “Ora este equilíbrio não é o da vida, é o da morte. Para o sr. Dr. Oliveira Salazar, as sociedades ideais são os cemitérios. É que os mortos têm uma produção igual ao consumo, uma exportação igual à importação e nunca reclamam nem murmuram”²⁹.

Que não se esperasse de Cunha Leal, portanto, uma oposição *ordeira*, embora as discordâncias com a estratégia e tática do MUD fossem profundas, em especial no que dizia respeito ao poder organizativo hegemónico do PCP no movimento que ele considerava estar a roubar iniciativa ao campo republicano. A decisão de suspender as

²⁸ Idem

²⁹ Idem

reuniões públicas, tomada pela direcção do MUD em 23 de Outubro, alegadamente por receio de amplificação pré-insurreccional, desagradou ao PCP, muito empenhado na “revolução nacional democrática” e, paradoxalmente também ao próprio Cunha Leal que, não só discordou desse recuo, como viu como negativa a decisão de abstenção nas urnas, tomada no início de Novembro: “ Os dirigentes do movimento republicano houveram por bem confinar-se na zona etérea dos princípios. Não concorreriam, sem adiamento, ao acto eleitoral. Já isto não seria pouco. Foram, porém, mais longe. Embora sabendo que se arriscavam a quebrar o entusiasmo popular, resolveram experimentar o grau de disciplina dos seus correlegionários, para o que ordenaram a suspensão, por longo prazo, das reuniões públicas dos oposicionistas. O sr. Dr. Oliveira Salazar resolvera conceder-nos a ressurreição do direito de reunião pelo espaço de 40 dias. Nós devolvemos-lhe metade desse período. Frios como gelo – é neste estado que se pretendia pôr os republicanos. Não residirá neste raciocínio, no repúdio do papel necessário da emoção na política a melhor tentativa de justificação da atitude do “Estado Novo”, ao privar-nos do direito de reunião e de outros direitos? A atitude gélida da oposição deu tempo aos ânimos situacionistas para se levantarem e inverterem as situações”³⁰. No também muito “famoso caso das listas”³¹, Cunha Leal via, justamente, essa desorientação republicana que fazia com que os sectores moderados do MUD se atemorizassem perante a verdadeira (ou simplesmente alegada) hegemonia dos elementos comunistas - a “gélida oposição”, nas suas palavras, timorata e contemporizadora³², preocupada em desfazer perante a opinião pública os efeitos negativos da aliança com os comunistas.

³⁰ Entrevista de Cunha Leal ao *Diário de Lisboa*, cit., 16 de Novembro de 1945

³¹ Para supostamente verificar a conformidade das assinaturas dos cerca de 50 000 nomes das listas de apoiantes recolhidas pelo MUD e anunciadas à imprensa em 24 de Outubro, o Ministério do Interior exigiu e obteve as ditas listas de Lisboa, dos Açores e da Madeira. Desta entrega resultaram, nos dias seguintes às eleições de Novembro, numerosas acções de represália.

³² Seis anos depois, já durante a campanha do Almirante Quintão Meireles à Presidência da República, em sessão de propaganda que decorreu no Teatro D. Maria Pia, em Leiria, no dia 18 de Julho de 1951,

Mais do que nunca, seria necessário aprofundar as relações com a Europa democrática, em especial com a Inglaterra. Concedia de barato que, durante a guerra, “nos arraiais oposicionistas tinha havido a esperança de que a derrota dos Estados fascista e nazista podia acarretar a subversão próxima ou remota dos Estados totalitários e seus afins”³³. Terminada a guerra, nada mais fantasioso, como se podia facilmente verificar com o exemplo português.

Então que fazer, se não se reconhecia viabilidade a um movimento unitário com inclusão de comunistas e, principalmente, se se não reconhecia capacidade de liderança antifascista aos republicanos *mudistas*? O caminho só podia ser o da reorganização do partido republicano. Mas também aqui as dificuldades eram acentuadas porque muitos republicanos, mesmo os que desejavam a reconstituição do partido, se dividiam entre a prioridade de o reconstruir e a necessidade urgente de constituírem frentes unitárias antifascistas para acelerar o derrube do regime salazarista. E só teoricamente estas duas estratégias eram compatíveis porque, na prática, com duas forças políticas em construção, num país vigiado e sem vida partidária, a incompatibilidade tornou-se evidente. Tanto mais que, ideológica e organicamente, era impossível reconstruir o PRP na mesma linha em que o haviam deixado moribundo em 1926. De resto, muitos dos homens de que se esperava iniciativa de primeira linha, estavam também empenhados, em 1942/43, na fundação do Conselho Nacional de Unidade Antifascista que se constituiu no MUNAF. Podíamos referir, para além de Norton de Matos, Domingos Pereira, Agatão Lança, Hélder Ribeiro, entre outros. Depois, revigorara a deriva *putshista*, com assomos golpistas em 1945 e nos anos seguintes. Quanto mais frágeis, tantas mais tentativas goradas de reorganização dos campos oposicionistas se faziam

ainda a questão dividia a oposição, como se o facto se tivesse passado nos dias anteriores. No comício, um sector oposicionista liderado por Teófilo Carvalho dos Santos, protestou violentamente e abandonou a sessão perante as declarações de Cunha Leal sobre “aquela tão mal conduzida campanha eleitoral de 1945”. IAN/TT, Arquivo Pide, Vasco da Gama Fernandes, Proc., 1076-SR, fº 79

anunciar, cada uma delas roubando espaço à outra, pela concorrência ou pelo combate aberto.

Quando, por mercê de sucessivas prisões, Agatão Lança se viu espoliado dos seus materiais de propaganda e de organização dos republicanos, deixou à polícia uma informação abundante sobre os contactos e as listas dos aderentes e dos núcleos do Partido Republicano Reconstruído em todo o Norte do país. Para além dos nomes do novo Directório³⁴, incluía listas numerosas, organizadas umas segundo as profissões (médicos, advogados, proprietários, comerciantes, etc.), outras segundo os núcleos³⁵.

A desagregação do MUD que veio lentamente a ocorrer com o desaire eleitoral e com a atitude a tomar perante o realinhamento internacional do país em face dos organismos e das políticas do pós-guerra, (apesar de todas as tentativas de reorganização empreendidas pelos anos de 1946-48) foi acompanhada de uma intensa deriva *putshista* de muitos dos seus elementos, impelidos pela derrota da via legalista preconizada. Em Setembro de 1946, alguns dos militares mais próximos de Cunha Leal, como o almirante Mendes Cabeçadas e o capitão Carlos Vilhena actuavam sob a inspiração do CMLN (Comité Militar de Libertação Nacional)³⁶ e depois Junta de Salvação Nacional e haviam assinado o “Pacto de Almada” com elementos descontentes do regime, como o coronel Carlos Selvagem, com os quais se puseram de acordo para corrigir a política nacional e instaurar uma solução constitucional, dentro da ordem vigente, ou seja, com garantia de continuidade do Presidente da República e

³³ Entrevista de Cunha Leal ao *Diário de Lisboa*, cit., 16 de Novembro de 1945

³⁴ O novo Directório reconstruído voltava a incluir, de forma exclusiva, membros do antigo PRP, como Vitorino Guimarães, Domingos Pereira, Daniel Rodrigues, Alfredo Guisado ou Augusto Soares. Neste domínio, deveriam ter sido bem inglórios os esforços de Agatão Lança em unir as várias correntes republicanas, tendo desistido, completamente desanimado, como se deduz das suas declarações.

³⁵ Agatão Lança foi preso em 1945 e depois em 1950 (IAN/TT, PIDE, processos 748-45 e 1573/SR). Das duas prisões foram recolhidas listas extensas de aderentes de mais de quatro dezenas de núcleos do Norte do país. Entre os novos/velhos aderentes, predominavam médicos, professores primários, comerciantes, funcionários públicos, industriais, proprietários e empregados comerciais, numa espécie de reanimação do que haviam sido os velhos partidos da I República

substituição de Salazar³⁷. Este movimento revolucionário teve afloramentos na “Revolta da Mealhada” (10 de Outubro de 1946) e na “Abrilada” de 10 de Abril de 1947³⁸. Em relatório policial de 15 de Abril de 1947, o informador referia boatos de prisões mandadas executar pelo governo, entre as quais se referiam as de Cunha Leal e as dos dois irmãos Botelho Moniz³⁹. Não se efectivaram tais prisões, mas não deixa de ser sintomático que tivessem sido ventiladas nos meios policiais, pelo menos como uma possibilidade.

As intencões de 1946-47, em vez de preocupantes, tinham sido uma bênção para o regime que, por este processo, se via livre de alguns dos elementos mais irrequietos da oposição. Um pouco mais preocupante poderia ser a reorganização republicana que voltava a entrar na ordem do dia por esta altura, tanto mais que se tornava evidente a crescente desagregação do MUD, diminuído por dissidências internas e pela repressão ditatorial. Em Abril de 1948, a polícia voltava a receber insistentes avisos sobre a fundação de uma União Nacional Republicana, “chefiada pelo célebre Cunha Leal, com Nuno Simões e Armando Marques Guedes”. A UNR, por vezes também designada de “Frente Patriótica Nacional” teria tido, segundo Álvaro Cunhal, a interferência de Salazar, o qual receberia informações directas dos contactos em curso entre a oposição e elementos próximos do regime, muitos deles antigos correlegionários de Cunha Leal, como Botelho Moniz e Bissaya Barreto⁴⁰.

Cunha Leal, por seu turno, assumia com clareza um “Projecto de programa duma União Democrática Nacional”, com possibilidades de aceitação tanto pelos “homens da oposição democrática”, como pelos “homens do regime vigente”, sendo

³⁶ O CMLN, dirigido por Carlos Vilhena, tinha como objectivo, quando “chegasse o momento próprio, pôr em marcha o Movimento Militar destinado a derrubar a Ditadura”, IAN/TT, PIDE, Carlos Vilhena, Proc. 627/46

³⁷ Vide IAN/TT, PIDE, Proc. 737/47

³⁸ Sobre as conspirações falhadas de 1946-47, vide Dawn Linda Raby, *A resistência antifascista...*, op. cit., pp. 35-37

³⁹ IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 29

para isso “indispensável que os democratas portugueses [sejam] desprendidos de indesejáveis camaradagens”, isto é, da componente comunista⁴¹. Em reunião do Comité Central, o PCP denunciava por esta altura “os divisionistas, desmascarando-os perante as massas” e mencionava os nomes de Botelho Moniz, Cunha Leal e Nuno Simões - os “democratas camuflados”⁴². Mesmo entre os republicanos *mudistas*, corria a nova de uma “frente anti-comunista”⁴³ liderada por Cunha Leal, Nuno Simões e Domingos Pereira, como uma espécie de denúncia do divisionismo que corroía o Movimento de Unidade Democrática. As discordâncias, no início apenas esboçadas, eram agora profundas e sem remédio. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a reacção das oposições ao pedido de adesão de Portugal à ONU, anunciado pelo governo em 3 de Agosto de 1946. Até à admissão, o combate *mudista* à adesão, e em especial o do PCP, foi determinado, porque aquela se inseria na linha de aceitação e apoio internacional do governo de Salazar.

Também aqui se dividiram as oposições. Ao contrário do MUD, Cunha Leal, embora estivesse à espera de ser “vilipendiado pelos zoilos de todos os campos”, não escondeu a sua discordância, entendendo que “seja qual for o regime político vigente, a presença de Portugal deve fazer-se sentir onde quer que haja interesses nacionais a defender. Estes devem ser colocados muito acima das nossas divisões e ódios. E, de resto, para nós, discordantes da Situação, a admissão de Portugal poderia resultar benéfica, por concorrer para criar responsabilidades ao Governo, susceptíveis de o fazer evolucionar em sentido democrático”⁴⁴.

⁴⁰ Vide José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...*, op. cit., pp. 740-741

⁴¹ Idem, *ibidem*

⁴² IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 365

⁴³ Em carta dirigida a Guilherme Pereira (Porto, 23 de Maio de 1948), alguém que lhe é muito próximo (namorada ou esposa, não identificada), fala das exigências do governo para que esta frente anticomunista, formada por Cunha Leal, Nuno Simões e Domingos Pereira, se pudesse constituir em partido: repudiar o comunismo e aceitar integralmente a política externa de Salazar. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR. Fº 361

⁴⁴ Citado in José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...*, op. cit., p. 666

Desde 1946 que a “cortina de ferro” anunciada por Winston Churchill se repercutia em reactualizações de anti-comunismo por todo o mundo ocidental e Portugal não fugia à regra.

O MUD, fortemente controlado pela dinâmica do PCP, tinha cada vez mais dificuldade em fomentar a “unidade” das oposições que possibilitaram a sua constituição. Ao mesmo tempo, saía um pouco da sombra a oposição democrática e anti-comunista, corporizada por Cunha Leal e pelos seus amigos. Será um processo lento que só em 1949 dará passos seguros, com a sua candidatura à Assembleia Nacional, pelo círculo de Castelo Branco. A esquerda comunista (ou os seus *compagnons de route*) não lhe perdoavam a independência e o prestígio. Mário Soares, muitos anos mais tarde, haveria de reconhecer que ele (e Nuno Simões, um advogado de Famalicão) “eram os únicos que conversavam e se sentavam à mesa com figuras eminentes do regime”, para depois o acusar de pactuar com “torcionários”. No entanto, também reconhecia que Cunha Leal “era um dos poucos homens da Oposição que o regime temia” por esta altura, um homem “de grande envergadura mental”, que “escrevia muito, publicava um livro por ano, e nas assembleias gerais de certas sociedades anónimas apresentava-se como um crítico contundente do regime”⁴⁵.

Se a oposição *mudista* o acusava de pactuar com a Situação, já o mesmo não considerava o regime que o temia por ser, talvez, o único que se batia no seu próprio campo, sem receios, enunciando com toda a probidade os resultados da sua observação conscienciosa. Para isso, aproveitava todos os palcos que lhe ficavam disponíveis. A partir desta altura, passou a ser comum ver o engenheiro Cunha Leal actuar como accionista pintado nalgumas das assembleias das maiores empresas de Lisboa: Companhia das Águas, Companhia do Gás e Electricidade, Cassequel ou Companhia de Caminhos de Ferro. O seu grupo de amigos e admiradores acompanhavam-no porque

aí, Cunha Leal, retomava o discurso tribunício que o tinha feito um adversário temível na I República. Depois da assembleia da Cassequel de 24 de Maio de 1944, a polícia recomendava uma investigação, - decerto proveitosa -, para se descobrir como “tem aquele senhor tanto dinheiro para comprar lotes de acções que lhe dão possibilidades de ter a palavra em todas as assembleias gerais”⁴⁶. Provavelmente pouco entendido nas doutrinas políticas, o informador afirmava no relatório que aos seus ataques ao “capitalismo” e à sua defesa do “socialismo católico” lhe teriam respondido o Dr. Ricardo Espírito Santo e o Dr. Azeredo Perdigão. Como “temível adversário” da Situação, teria ainda afirmado que andava a recolher os dados necessários para actuar para quando a isso fosse chamado, já que a situação política existente não poderia durar sempre.

Talvez não fosse nada fácil a compreensão pela oposição *mudista* desta vertente de empenhamento analítico no domínio económico que o fazia, algumas vezes, aproximar-se de medidas avulsas tomadas por membros do governo, ao contrário da rejeição em bloco que a esquerda comunista sustentava. Daí, que algumas dessas actuações acabassem por ter-lhe acarretado inusitadas acusações de colagem a certos ministros, ou até de oportunismo, como aconteceu com o apoio explícito que prestou na Assembleia Geral Extraordinária da CP à Lei nº 2008 do Ministro das Obras Públicas, Augusto Cancela de Abreu⁴⁷. O plano visava a coordenação da indústria dos transportes e a viabilização do seu reapetrechamento e modernização através da concentração numa única empresa dos vários serviços ferroviários, por meio da incorporação dos alvarás de

⁴⁵ Vide Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, p. 115

⁴⁶ IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 404

⁴⁷ A Lei nº 2008 insere-se no conjunto de medidas de modernização que os governos do pós-guerra empreenderam com vista a uma “reorganização industrial” do país (na linha de outras como a Lei nº 2002, de 1944, sobre a “electrificação nacional” ou Lei nº 2005, de 1945, do “plano de fomento e reorganização industrial”. Trata-se de medidas industrialistas e desenvolvimentistas, só compreensíveis no quadro da conjuntura de “prosperidade global da economia portuguesa”, no período a seguir à guerra. Cf. a este propósito Fernando Rosas, *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), *O Estado Novo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, vol. VII, pp. 349-353

pequenas empresas como a Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta. Depois de consumado o plano de incorporação, cair-se-ia num regime de exploração do serviço público dos transportes ferroviários por uma Companhia comercial em que haveria predominância do capital do Estado sobre o dos particulares. Nesta concentração (que a Lei nº 2008 denominava de fusão) via Cunha Leal as maiores vantagens para o próprio Estado em matéria de receitas, mantendo-se assim um serviço público de tipo comercial. Porém, mais interessante do seu ponto de vista, era a possibilidade que tal concentração trazia a uma futura nacionalização, que seria “a solução mais grata ao seu espírito”⁴⁸, por ser a mais comum por essa Europa fora, onde estava “grassando a moda das socializações”: “ Os observadores superficiais imaginarão que se trata de uma vaga episódica e efémera. Creio, piamente, que se enganam. Assim como da Revolução Francesa (...) derivou, depois de 60 anos de agitação, o sistema da monarquia constitucional, que deu ao mundo europeu e ao mundo outros 60 anos de ordem e progresso, assim também da horrível sangueira da Revolução Russa vai, provavelmente, resultar, após longo período de tateamentos e balbúrdia, um sistema transaccional entre o capitalismo e o socialismo, com a concentração no Estado da Banca e dos grandes instrumentos económicos e com a subsistência da propriedade privada na pequena agricultura, na pequena indústria e no pequeno comércio”⁴⁹. Neste sistema que comunistas, socialistas e católicos, em diferentes combinações políticas, iam lançando por toda a Europa, via Cunha Leal “as primeiras pedras do edifício político-social que estaria, porventura, destinado “a abrigar [os europeus] dentro de algum tempo e por décadas”⁵⁰.

⁴⁸ FPCL, “O Problema Ferroviário, Um discurso do eng. Cunha Leal”, in *Diário de Lisboa*, 31 de Agosto de 1946

⁴⁹ Idem

⁵⁰ Idem

Que “ingenuidade” quixotesca o alimentava ou que coragem desabrida lhe permitia dizer que aquele era um primeiro passo para a “nacionalização” dos comboios e esta uma fase fulcral para uma futura socialização dos instrumentos fundamentais da economia? É que dificilmente poderia ter sido levado a sério por aquela assembleia de accionistas, porventura mais interessada nos dividendos dos futuros Caminhos de Ferro do Estado do que numas antevisões premonitórias do futuro, por mais justas que elas se apresentassem.

“À beirinha dos 58 anos”, com “um corpo anquilosado pelo reumatismo”, sobrava-lhe da juventude a “virilidade espiritual” que fizera dele, quase sempre, um franco-atirador, pouco incomodado com a “correção” das suas posições políticas. Remetido por um destino atroz ao silêncio ou à expressão mitigada de uma opinião condicionada pela omnipresente Censura, condenado ao ostracismo e ao exílio no seu próprio país, mal abandonava a casa e a família de que se tornara o patriarca adorado⁵¹. Mas mantinha uma fé inabalável e uma virilidade moral que o imunizavam contra a maledicência dos caluniadores e o habilitavam a esperar sempre melhores dias: “Eu mantenho a minha fé de que ainda poderei, na devida oportunidade, prestar alguns, embora modestos, serviços ao meu país. Esta esperança não é a resultante de uma ambição serôdia: é antes um homem muito oferecido a uma pátria, que amei sempre devotadamente, sem para isso pedir licença ou directrizes a quem quer que seja”⁵².

⁵¹ Em carta a A Neves Anacleto, (Lisboa, 30 de Novembro de 1945) um amigo dos tempos do exílio, Cunha Leal deplorava o facto de não ter podido recebê-lo na sua estadia em Lisboa porque, como afirma, “somos pessoas que quase sempre estamos em casa”. Espólio de A Neves Anacleto, na posse de sua filha, Noémia Neves Anacleto. Este enclausuramento – que não era mais que a metáfora da sua morte para o mundo – foi-nos confirmado por muitos que na altura privavam com Cunha Leal, como aconteceu com Noémia Neves Anacleto que, em Dezembro de 2002 nos prestou um valioso depoimento. Na prolongada correspondência que manteve, ao longo de mais de trinta anos, com Neves Anacleto, ficaram ainda documentadas as continuadas e dolorosas crises reumatismais que, não raramente o lançavam para a cama por períodos longos e lhe dificultavam uma vida social, que não a profissional, porque desta última dependiam, como afirmava, o bem estar da família.

4. Contra Norton de Matos – mais uma vez

Desde 1947 que a oposição *mudista* forçava a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, numa reedição do clima unitário que promoveu para as eleições de 1945, embora com as dificuldades que lhe advinham do facto de haver fortes reservas no interior do próprio PRP e oposição declarada da parte de personalidades como António Sérgio⁵³ e Cunha Leal⁵⁴.

Em 3 de Janeiro de 1949, Cunha Leal seria obrigado a dirigir-se, em missiva, ao próprio Norton de Matos, em plena candidatura, embora reservando-se para uma resposta pública apenas depois de 14 de Fevereiro, de modo a não servir de “pretexto aos defensores da infeliz candidatura”⁵⁵ de o acusarem de ter concorrido para a derrota do general⁵⁶. O motivo próximo radicava em declarações do candidato em entrevista ao jornal *República*. Segundo Norton de Matos, anunciavam-se campanhas de contra-propaganda da sua candidatura que incluíam cartazes com reprodução da capa do livro “Calígula em Angola”. Ele, candidato, não conhecia tal livro e havia-se sempre recusado a ler “literatura tão repugnante”⁵⁷. O visado contestará os termos empregues

⁵² Carta de Cunha Leal a A Neves Anacleto, 21 de Dezembro de 1948, Espólio na posse de Noémia Neves Anacleto

⁵³ Em Agosto de 1948, Sérgio eliminava da vasta lista de possíveis candidatos Norton de Matos, por ser susceptível de “ser dominado pelos comunistas”, ser velho e doente e incapaz de acções decididas e Cunha Leal pelos “seus graves defeitos”, embora lhe reconhecesse também qualidades. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 355

⁵⁴ Vide a este propósito José Pacheco Pereira, Álvaro Cunhal..., op. cit., pp. 805-815

⁵⁵ Carta de Cunha Leal a Norton de Matos, Lisboa, 3 de Janeiro de 1949. Para garantir a sua recepção, Cunha Leal enviou a carta, sob protocolo, ao seu destinatário que acusou a recepção em 4 de Janeiro. Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal Rocha

⁵⁶ Em carta a A Neves Anacleto de 5 de Janeiro de 1949, Cunha Leal queixava-se de uma “agressão de Norton de Matos”. Tal agressão “provocará – afirma – logo que termine a campanha eleitoral, uma reacção de tal violência que o Norton há-de arrepende-se de ter nascido” De seguida, considerava ainda: “Terei de caminhar sempre através de espinhos e dificuldades: a vida nunca será para mim uma larga estrada atapetada de rosas”. Espólio de A Neves Anacleto, na posse de NNA

⁵⁷ As declarações do General ao jornal *República* deram origem a um incidente que o capitão Augusto Casimiro – uma figura de proa da campanha *nortoniana* – procurou resolver com a exigência de um desmentido feito pelo próprio general, ou pelo jornalista seu interlocutor. Porém, nada disso aconteceu. Sobre o assunto, recebeu Cunha Leal cartas de explicação: de Augusto Casimiro, em 6 de Janeiro de 1949 e do jornalista Boavida Portugal em 8 de Janeiro de 1949. Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

pelo general e anunciará já os motivos fortes da sua discordância em relação à candidatura que viria a anunciar alguns dias depois. Eram de tal modo visíveis as discordâncias dos apoiantes que se vislumbrava, já no início de Janeiro, a desistência do general, considerava Cunha Leal.

Talvez por esta razão, não conseguiu refrear o seu ímpeto intervencionista, como havia anunciado no início de Janeiro e, a 22 deste mês, prestou longuíssimas declarações ao *Diário de Lisboa*. Com a candidatura de Norton de Matos apenas uma coisa se havia ganho: “a clara, a iniludível revelação de que o País já não suporta o regime vigente”. Mas, em troca, quantos efeitos negativos! Receoso pelos resultados eleitorais, Salazar já afirmara que deveria “ser esta a última vez em que é tecnicamente possível um golpe de Estado constitucional”. A expressão não deixava dúvidas: o regime preparava-se para, mais tarde ou mais cedo, modificar a Constituição no que dizia respeito ao sufrágio universal para os órgãos elegíveis.

Porém, mais preocupante que os efeitos futuros do anunciado desaire eleitoral, era a incapacidade demonstrada pelos “democratas da extrema esquerda” para aprenderem com as lições de 1945: “Esta manobra [apoio comunista a Norton de Matos] conseguiu aniquilar, de momento, as pretensões dos obreiros democráticos duma política de reconciliação nacional e forçou uns a trabalhar com os intransigentes, já que a solução do meio termo estava prejudicada e só deu a outros, mais firmes na sua irredutibilidade, a alternativa da exposição do seu protesto para descargo das suas consciências, e a manutenção de uma inactividade desconsolada. Deste modo, a tática oposicionista que prevaleceu teve o demérito de dividir os democratas e unir os situacionistas. Magro resultado este!”⁵⁸. Tacticamente, os comunistas, tendo verificado

⁵⁸ FPCL, “Manifesto” que deveria sair em Fevereiro, mas que foi impedido pois, segundo o Ministro do Interior, afigurava-se ao governo ser “premature que a opinião pública seja já influenciada em determinada orientação, antes de serem profunda e largamente estudadas as soluções para o problema político nacional”. Esta Nota foi enviada a Cunha Leal, pelo Ministro do Interior, em 26 de Janeiro de

o estado de desordem dos republicanos democratas e liberais, tinham assumido a hegemonia do movimento antifascista e manobravam toda a orgânica do movimento oposicionista⁵⁹. Ora, Cunha Leal, não acompanhava, de modo nenhum, a estratégia comunista e era mesmo seu adversário intransigente e, por isso, também intransigentemente combatido⁶⁰ pelo PCP.

Na verdade, duas estratégias se opunham neste campo da oposição: à democracia de tipo popular que os comunistas preconizavam, - a “solução catastrófica”, nas palavras de Cunha Leal – opunha-lhe este um “socialismo democrático”, obtido através da intervenção cada vez mais intensa do Estado, com a nacionalização dos mais importantes instrumentos de coordenação económica de um país. Não se resumia ao estafado corporativismo salazarista o intervencionismo do Estado moderno, como lembrava Cunha Leal nas já citadas “Declarações” ao *Diário de Lisboa*, de 22 de Janeiro: convinha ter em atenção a experiência rooseveltiana e a *Sozialpolitik*, ou o caso de Inglaterra...

O que Cunha Leal defendia em 1949 era a pacificação do regime, não a sua subversão, como pretendiam os democratas de esquerda e os comunistas. Tinha para si como certo que, nas condições existentes, não poderiam nunca exigir “utópicas garantias de virgindade eleitoral”, ou seja, dispunham-se a jogar no tabuleiro do adversário, sabendo que, através de eleições, apenas poderiam “conceber esperanças de

1949. O Manifesto só veio a sair a público durante a campanha eleitoral para deputado, em 29 de Outubro de 1949

⁵⁹ Aproveitando esta situação, o Ministro do Interior, propagandeava, em 13 de Fevereiro aos microfones da Emissora Nacional o seu anti-comunismo: “O País reagiu exuberantemente contra a ameaça constituída pelo nítido domínio comunista nas fileiras da Oposição, de que resultaria não só a subversão de todos os valores morais da nacionalidade, como a radical mudança da própria posição internacional de Portugal, a curto prazo pela pressão soviética”

⁶⁰ Em 1 de Março, um informador da PIDE dava como certa a preparação de atentados pelo PCP contra adversários políticos, entre os quais Cunha Leal. Embora tal não possa constituir sequer motivo plausível de prova documental, tal acusação empresta, pelo menos, algum esclarecimento ao clima de profunda crispação existente entre os dois sectores da oposição. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, nº 322. Ainda como reconhece o próprio Cunha Leal, em declarações ao *Diário de Lisboa* de 22 de Janeiro de 1949, “... quando surgiam no seu campo de acção democratas mais avisados (...), então os bons comunistas

uma reconciliação nacional a prazo”. Mas para que se pudesse dividir os situacionistas e se pudesse garantir um mínimo de seriedade na fiscalização do acto eleitoral, necessário se teria tornado encontrar um candidato “que não se revelasse partidário de radicais e imediatas transformações constitucionais e se propusesse, caso fosse eleito, exercer o seu mandato de acordo com a mecânica do regime”⁶¹. Claro que havia da parte dos democratas moderados, ou de centro, exigências mínimas para a aceitação de um candidato, desde logo a obrigação de que pusesse imediatamente em prática as liberdades consignadas na Constituição de 1933, até aí condicionadas pelas leis especiais da Ditadura.

Nenhuma destas condições se reuniam na candidatura de Norton de Matos. Cunha Leal declarava ao *Diário de Lisboa* que não tinha “nenhum acinte pessoal contra o General”. No entanto, afirmava ainda: “Suponho que não o ofendo pelo facto de dizer que o seu temperamento autocrático o não capacita para representar a corrente democrática, de modo que, na sua escolha só talvez os comunistas tenham razão”⁶². Porém, o problema residia mais precisamente no “golpe constitucional” denunciado por Salazar e pelos arraiais situacionistas depois da publicação do seu primeiro manifesto e da colaboração comunista a que se tinha sujeitado. Como se poderia acreditar que o regime, armado de sucessivas vitórias militares sobre a oposição, aceitasse sujeitar-se aos desígnios revolucionários de uns tantos “ridículos e trágicos aventureiros”?

Por estas razões, 1949 – como, aliás, 1945 – constituía mais uma oportunidade falhada da oposição democrática. Que fazer com as esperanças das mais de 100 000 pessoas que acolheram o General, em delírio, no Campo Hípico, no Porto? No fim, Cunha Leal só podia desejar, no lugar de alguém a quem tudo tinha sido alheio, que “

portugueses, obedientes às directivas moscovitas, não tinham um momento de sossego enquanto não iniciavam contra tais importunos uma campanha de vagas insinuações ou de boatos desonrosos”

⁶¹ FPCL, “Manifesto” de Fevereiro, cit.

⁶² FPCL, Entrevista ao *Diário de Lisboa*, 22 de Janeiro de 1949

Se na disputa em curso estão em causa não duas pessoas mas dois regimes, oxalá triunfe um regime autenticamente democrático”⁶³.

Entretanto, não tinha perdido a oportunidade de aproveitar as tréguas eleitorais para confrontar as políticas governamentais com os seus próprios ideais e entendimentos estratégicos. Isso o distinguia da restante oposição. Em Janeiro, confrontou o líder e porta voz do governo na Assembleia Nacional, professor Mário de Figueiredo sobre a orgânica parlamentar do Estado Novo, mantendo-se o debate vivo, por vários dias, no *Diário de Lisboa*. Em Fevereiro manteve uma acesa polémica, no mesmo jornal, com o ex-ministro da Economia Daniel Barbosa.

Com Mário de Figueiredo discutiu a natureza da União Nacional, como *Partido Único*, que o “notável” professor coimbrão preferia não considerar nem único, nem partido: porque não tinha um programa de governo, porque não lutava pelo acesso ao poder, porque não era dos seus quadros que eram, preferencialmente, extraídos os ministros. O regime não seria, assim, totalitário, porque aos homens do Estado Novo repugnavam todos os totalitarismos.

Não foi difícil a Cunha Leal sair-se bem deste debate. Na verdade, a União Nacional não disputava o poder, porque não tinha que o fazer – tinha o seu caminho aberto e sem obstáculos, já que os simulacros eleitorais nunca tinham reunido verdadeiras condições de disputa leal com as oposições. Depois, afirmar que a União Nacional não tinha um programa era capcioso – Cunha Leal recordou-lhe o Manifesto da União Nacional, dado a público em 30 de Julho de 1930 e os Estatutos, aprovados em 1932. Reconhecer que, depois destas linhas programáticas – mais minuciosas, afirmava, do que muitos programas dos partidos da I República – havia ainda um *programa de governo* que comandava toda a vida política, era verdade e era reconhecer, igualmente, que o regime se encerrava numa ditadura do chefe do governo. Daqui, a

⁶³ Idem

disputa filosófica partiu para a essência dos regimes. Segundo Mário de Figueiredo, a recusa do comunismo por Cunha Leal, devia levá-lo, igualmente, a repudiar toda e qualquer forma de intervencionismo porque “o limite para que tende a democracia é o socialismo”. E vai mais longe no repto ao seu adversário: “Se prefere a democracia, tem de repudiar o liberalismo e aderir ao comunismo – limite para que tende a democracia”⁶⁴.

O recurso ao próprio discurso de Mário de Figueiredo, proferido em conferência no *Ano X da Revolução Nacional* na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra seria o bastante para esclarecer sobre quem se colocava no campo totalitário. Em “Os Princípios do Estado Novo Corporativo”, afirmara o professor: “Para o exercício dela o Estado não pode deixar de ter uma doutrina e creio que ela há-de ser totalitária: há-de abranger todas as formas de actividade e até a própria concepção de vida”⁶⁵.

A campanha presidencial não teria termo sem que Cunha Leal voltasse ao terreno, nos primeiros dias de Fevereiro, para confrontar-se com a política do Ministro da Economia Daniel Barbosa – o mais “político” dos engenheiros industrialistas, nas palavras de Fernando Rosas⁶⁶ - nos anos de 1947-48. Tratava-se de elucidar os problemas e os efeitos de uma política deflacionista, pela importação massiva de produtos alimentares e sua colocação em jactos no mercado, um “contra-senso económico”, nas palavras de Cunha Leal, que só veio à luz do dia quando se esgotaram as “inexauríveis” divisas, (ou quando o Ministro das Finanças resolveu fechar os cordões à bolsa). Segundo Cunha Leal, tal expediente só faria sentido se a alta dos preços correspondesse a um fenómeno de especulação a que deveria responder-se com

⁶⁴ Mário de Figueiredo, “Uma afirmação do eng. Cunha Leal rebatida pelo dr. Mário de Figueiredo”, *Diário de Lisboa*, 24 de Janeiro de 1949

⁶⁵ FPCL, “O eng. Cunha Leal responde às observações do prof. Mário de Figueiredo, *Diário de Lisboa*,

25 de Janeiro de 1949

uma política de combate incisiva. Mas não era, seguramente, esse o problema. Pelo contrário, certos sectores como a lavoura teriam sido duramente atingidos pela política deflacionista do ex-ministro, para não falar do desequilíbrio crescente da balança comercial, agravado pelo facto de não corresponder a qualquer substituição do capital fixo do depauperado aparelho económico nacional. O déficit comercial, esse derivava, essencialmente, da importação de produtos alimentares e de produtos de luxo. Era o “alargamento dos cintos”, contra o normal “aperto” que se vivia por toda a Europa. Dias depois, Cunha Leal tinha a resposta no mesmo *Diário de Lisboa*. E tudo se resumia, para Daniel Barbosa a factos reais e incontrovertidos: “...havia mercado negro (...); havia possibilidades de dinheiro para poder comprar o que nos era preciso, mas nem sempre era fácil encontrarmos aquilo que precisávamos. A partir do momento em que a aquisição de géneros no estrangeiro se cercou de maiores facilidades, o governo não hesitou, para abastecer devidamente o país, em refazer *stocks* e em obrigar a cumprir os preços das tabelas: e reduziu o mercado negro completamente a zero”⁶⁷. “Dar de comer a quem tem fome” – a máxima que justificaria, para o ministro, todas as consequências negativas: aviltamento dos preços, ruína da produção, exaustão das divisas acumuladas na guerra, e por aí fora. No entanto, mercê da situação financeira a que conduziu a sua política, e por pressões dos sectores agrários descontentes, Daniel Barbosa viria justamente a ser afastado da pasta da economia por Salazar, em Outubro de 1948⁶⁸, embora tal facto não chegue para coroar de êxito este debate de Cunhal Leal, que antes pareceu pugna eleitoral.

Com a publicação (proibida e adiada) do *Manifesto* de Fevereiro, Cunha Leal antecipava um período de intensa participação política, quiçá de algum protagonismo

⁶⁶ Fernando Rosas, Rita Carvalho e Pedro Aires de Oliveira, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano, Correspondência política (1967-1974)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2002, vol. II, p. 12

⁶⁷ Daniel Barbosa, “O eng. Daniel Barbosa responde ao eng. Cunha Leal”, *Diário de Lisboa*, 12 de Fevereiro de 1949

mesmo. No decénio seguinte participou, de forma directa ou indirecta, em todas as eleições, inspirado na matriz de princípios e ideias que o afastaram da estratégia e da tática das candidaturas oposicionistas de 1945 e 1949. São os “anos de chumbo” em que, mais uma vez se provará que, se a oposição não teve êxito com a estratégia revolucionária da esquerda mais radical e comunista, muito menos (ou igualmente) teria pouco a ganhar com a sua asfixia e esmagamento.

⁶⁸ Vide Fernando Rosas, História de Portugal (Dir. José Mattoso), *O Estado Novo*, vol. VII, pp. 402-406

CAPÍTULO X – “OS ANOS DE CHUMBO” (1949-1959)

1. Nas eleições de 1949 à Assembleia Nacional

O 1949 culminava um processo de viragem da situação política em favor do governo¹. O MUD, sujeito a sucessivos golpes, tinha sido finalmente ilegalizado em Janeiro de 1948. A desistência da candidatura de Norton de Matos à boca das urnas deixara um amplo e profundo sentimento de desânimo numa oposição cada vez mais dividida pelos ventos da “guerra fria”. Se já não se viviam tempos de unidade antifascista, também não se vislumbravam alternativas viáveis de oposição democrática moderada porque o regime, num contra-ataque vigoroso, tinha podido contar com uma situação económica desafogada (que lhe permitiu o socorro à crise do pós-guerra) e com um declarado e muito importante apoio dos aliados anglo-americanos, consubstanciado, por exemplo, na entrada de Portugal na NATO, como membro fundador, em Abril de 1949.

O processo *mudista* saldara-se por um acentuado malogro, exceptuando talvez a subsistência do MUD Juvenil que havia de trazer para a política uma nova geração de jovens oposicionistas, muito activos nos anos seguintes. No campo republicano, democrático e liberal, os efeitos da guerra fria aprofundavam traços de desunião e malquerença, atirando democratas contra outros democratas e levando alguns, como Cunha Leal, a apostarem numa tática de aproximação aos elementos descontentes, ou mais irrequietos da Situação². Tal desígnio resultava, na verdade, de três factores: por um lado, estavam pouco disponíveis para a reorganização republicana e democrática muitos daqueles que se haviam colocado ao lado dos comunistas no MUD; por outro,

¹ Vide Fernando Rosas, História de Portugal (Dir. de José Mattoso), *O Estado Novo*, Círculo de Leitores, vol. VII, pp. 397-402

² Em 15 de Fevereiro, informador da PIDE anunciava reunião de Cunha Leal com Jorge Botelho Moniz, com vista à formação de um partido de oposição. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/S, fº 327

alguns dos antigos *mudistas* tinham enfileirado no Movimento Nacional Democrático, criado sob a iniciativa dos comunistas, em Março de 1949, para recolher a dinâmica unitária do MUD, porém mais orientados numa linha de intransigente denúncia dos “falsos democratas”, onde arrumavam Cunha Leal; por fim, estes dois factos e o encastramento do regime em bases cada vez mais sólidas, não deixavam mais espaço – segundo acreditava Cunha Leal – que aquele que podia realizar-se numa “oposição construtiva”, que a pouco e pouco fosse abrindo espaço a uma nova geração de democratas capazes de resgatar o país e os portugueses da “vil tristeza” em que se haviam acomodado.

Após o desaire das presidenciais de Fevereiro, os núcleos republicanos do Norte, com a liderança, entre outros de Agatão Lança, lançaram-se numa nova arremetida organizativa do partido republicano democrático. A polícia política seguiu com muito cuidado este movimento reorganizativo para o qual indicava, repetidamente, a chefia de Cunha Leal³. Este, por seu lado, esteve particularmente activo, com deslocações pelo país e com a publicação de artigos na imprensa, em especial no *Diário de Lisboa*. No entanto, às antigas divisões entre as várias famílias republicanas democráticas, juntava-se na altura o desânimo provocado pelas desilusões do pós-guerra, cujas razões uns e outros assacavam aos adversários. A unidade, num ou noutro campo, parecia irremediavelmente comprometida, como se depreende deste testemunho desalentado de Agatão Lança: “Que salutar onda de protesto contra o arbítrio e as prepotências e de reivindicação dos direitos do homem poderia correr todo o país, se certos vesgos não tivessem feito baquear o nosso plano de Novembro de 1949 a Junho de 1950?! Teríamos comissões em todos os distritos, concelhos, etc., com um escola de dirigentes em Lisboa a traçar as directrizes... Debalde consumimos em oito meses energias e

dinheiro! Os manobreadores e cobardes foram autênticos criminosos” – assim se dirigia Agatão Lança, em carta a Cunha Leal, alguns anos depois, em cima da campanha eleitoral de Outubro de 1953⁴.

No entanto, afora os ideólogos do regime, na oposição só Cunha Leal (para além dos comunistas) continuava a proclamar, pela sua voz persistente e autónoma, uma doutrina e um caminho alternativo ao unanimismo vigente imposto. Em Julho, assinou no *Diário de Lisboa* um conjunto de três artigos sobre a crise económica do pós-guerra em que procurava demonstrar quão pouco os povos e os governos tinham aprendido com a crise que sobreveio à I Guerra Mundial. Epistemologicamente, distanciava-se das economias políticas com pretensão para transformar as “leis tendenciais” em “leis algébricas”, positivas e “naturais”, logo inquestionáveis. Nada mais pretensioso, avisava – e mais falso! Bastava que se reflectisse um pouco sobre o carácter doutrinário que elas adquiriam quando os homens as dobravam aos seus desejos ou o tateamento que os mesmos homens experimentavam, mesmo quando guiados pelas leis económicas mais inquestionáveis.

O capitalismo dominante era, comprovadamente, um sistema em crise permanente, com equilíbrios frágeis e instantâneos: “crises de sobreprodução alternam com crises deficitárias, separadas por curtos períodos de equilíbrio instável”⁵. Filosoficamente, Cunha Leal interpretava este momento caótico da história da humanidade como a transposição para a economia – logo para a vida social – do equilíbrio instável que caracteriza toda a natureza: a atmosfera, as águas, a crosta terrestre, todos os elementos do Universo. Todos eles beneficiam de equilíbrios

³ Entre os meses de Fevereiro e Outubro, altura em que foi publicado o Manifesto proibido durante a campanha de Norton, são muito numerosas as informações em posse da PIDE sobre a reorganização do Partido Republicano. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR

⁴ Carta de Agatão Lança a Cunha Leal, Pampilhosa, 28 de Outubro de 1953, IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, f.º 93

⁵ FPCL, “Reflexões acerca da crise económica”, *Diário de Lisboa*, 20 de Julho de 1949

instantâneos que são o ponto de passagem entre duas ou mais fases de mudança – a condição do progresso. No entanto, esta convicção, ou teoria catastrófica da evolução, não o inibia de pensar que, mesmo com desacertos, os homens tinham obrigação de intervir no curso dos acontecimentos económicos, de os dirigir de acordo com objectivos económicos, sociais e políticos. E esses objectivos só poderiam ser comandados pela justiça social e pelo benefício do maior número.

Da análise do quadro geral do capitalismo, Cunha Leal partiu depois para a análise das políticas concretas desencadeadas sob a égide do bloco anglo-americano e do Plano Marshall, para concluir que muitas das medidas tomadas até ali se mostravam insuficientes - ou até eivadas de graves incorrecções – para superar a crise económica do pós-guerra. Era sua convicção que a crise daquela época não derivava de uma crise de sobreprodução, mas antes de “uma excitação anormal da oferta, da compressão anormal da procura e de um fenómeno complexo de sub-consumo”⁶. Em alguns países, como a Inglaterra (e por que não Portugal?) a crise derivava antes de um dirigismo mal orientado, com tabelamentos de preços desadequados que, a pretexto de combate à inflação, acabavam por determinar um clima deflacionário e de sub.consumo. Postada entre o liberalismo americano e o rígido dirigismo soviético, a Europa do Ocidente buscava o equilíbrio da “Terceira Força”. Tratava-se, portanto, de uma crise de sistema, mais do que crise de sobreprodução: o dirigismo imperante ainda não dera os frutos desejados.

Em Portugal, apesar das perspectivas animadoras do auxílio externo e da inclusão do país nos principais areópagos internacionais do pós-guerra, a crise fazia-se igualmente sentir de forma intensa. Em Junho, Salazar declarava em Conselho de Ministros que era gravíssima a situação do país: dos créditos de 60 a 100 milhões de dólares solicitados ao abrigo do Plano Marshall, o país não poderia esperar mais que 10

milhões, pelo que proporia o aumento do adicional sobre algumas importações, o aumento dos impostos sobre alguns produtos industriais e a contenção dos gastos na administração pública. Em Setembro, acompanhando o movimento de desvalorização das moedas por quase toda a Europa, o Ministro das Finanças fixaria as novas paridades do escudo. Em face do agravamento do défice das contas externas, desde 1944, e perante a marcha lenta do plano industrialista decidido no final da guerra, Portugal fez, no último semestre de 1948, uma inversão brusca da sua orientação estratégica e aceitou as ajudas do Plano Marshall, que antes rejeitara⁷. Na Assembleia Nacional, industrialistas e reformistas como Daniel Barbosa e Alberto Araújo clamam pela utilização dos fundos conseguidos na realização dos seus planos de fomento e “têm pressa” – como considera Fernando Rosas – em acabar com “os atavismos conservadores, ruralistas e burocráticos que resistiam ao fomento industrial, com os preconceitos financeiros e orçamentais que entravavam o fomento e a reorganização das indústrias...”⁸. Pelo país fora, uma plêiade de engenheiros, chegados alguns deles há pouco aos organismos regionais do Estado Novo, como a Junta de Colonização Interna (criada em 1936), mas animados de uma nova mentalidade progressiva, procuravam casar os interesses locais com os planos mais vastos de desenvolvimento nacional, conjugando o neo-fisiocratismo ainda imperante com o industrialismo, através de ideias tão simples como aquela que resultava do lançamento dos projectos hidroeléctricos para fins múltiplos – agrícolas, industriais e de promoção social. Era como se, passadas mais de duas décadas, começassem a ter possibilidades de realização prática as velhas ideias

⁶ Idem, Reflexões..., II, *Diário de Lisboa*, 21 de Julho de 1949

⁷ Vide Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, pp. 293-297

⁸ Vide Fernando Rosas, Rita Carvalho e Pedro Aires de Oliveira, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano, correspondência política – 1967-1974*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2002, p. 10

de Ezequiel de Campos⁹, retomadas por reformistas como Rafael Duque, Daniel Barbosa ou Araújo Correia.

Foi justamente nessa linha de desenvolvimento regional que Cunha Leal obteve o apoio do albicastrense Rev^o José Ribeiro Cardoso¹⁰ para se apresentar ao sufrágio para a Assembleia Nacional a eleger em 13 de Novembro de 1949. As listas, só apresentadas em Portalegre e Castelo Branco, associavam integralistas e monárquicos, como José Pequito Rebelo (por Portalegre), com republicanos democratas, como Cunha Leal (por Castelo Branco). Da outra oposição – dividida entre os “atlantistas” de Mário Azevedo Gomes e o MND, de predominância comunista -, apenas se sabia das suas divisões inconciliáveis e das infinitas discussões sobre a oportunidade do abstencionismo ou do intervencionismo.

No campo republicano esboçaram-se as maiores discrepâncias quanto à posição a tomar perante tão inusitado quadro de compreensão entre candidatos de áreas político-ideológicas distintas. Norton de Matos, eterno rival, havia de reconhecer, em carta a Domingos Pereira, que Cunha Leal tinha, nos seus discursos, “mostrado intransigente oposição à Ditadura Totalitária”. No entanto, não concordava com a sua tática e com a declaração de que se propunha “fazer a unidade entre dois campos opostos” porque, “em primeiro lugar, não há apenas dois campos opostos e, depois, não vejo como harmonizar antagonismos tão profundos como os que dividem os republicanos dignos

⁹ Ideias anunciadas e desenvolvidas em tantas obras deste engenheiro, autor de um Plano de Reforma Agrária no governo republicano de José Domingues dos Santos (1925). Mencionaremos, a título de exemplo, *A Evolução e a Revolução Agrária*, Renascença Portuguesa, Porto, 1918 e *Para a ressurreição de Lázaro*, Emp. Gráf. do Porto, Porto, 1931

¹⁰ O Reverendo José Ribeiro Cardoso era um regionalista com provas dadas no domínio técnico. Foi um activista das Casas do Povo no período anterior à guerra. Como Presidente da Junta de Província, entrou em rotura com a Situação quando verificou a falência do corporativismo salazarista. Nos anos 50, tornou-se defensor de uma reforma agrária no grande latifúndio das campanhas de Idanha que imaginava poder realizar-se quer pela criação de casais agrícolas, quer pela constituição de cooperativas de produção, mais adequadas às características mesológicas e económicas da Beira Interior. Vide “A Herdade das Casas do Soudo”, in *Subsídios para a História Regional da Beira Baixa*, Junta de Província da Beira Baixa, Castelo Branco, 1950

desse nome e os adeptos da Ditadura”¹¹. Em *Circular* de 13 de Novembro, o PRP declarava que, “por coerência política e, tendo verificado que o Governo não modificou a atitude para com a Oposição, não pode também tomar outra atitude que não seja a da mais completa abstenção eleitoral”. Por estas posições, a candidatura não fora bem recebida localmente, como se pode perceber na troca de correspondência das estruturas nortenhas do PRP com os núcleos locais beirões¹². No entanto, é justamente no Norte/Porto que esta candidatura recolhia a maior compreensão, não só de republicanos históricos, mas mesmo da nova geração, de tendências socialistas, de Mário Cal Brandão ou António Macedo, por ser “um revoltado como nós (...) inteligente e o único a quem ninguém será capaz de embrulhar pela palavra”¹³.

A campanha abriu oficialmente com a publicação no *Diário de Lisboa* de 29 de Outubro, do *Manifesto*, documento cuja publicação ficara adiada, por decisão do governo, desde Fevereiro. Depois da análise crítica do processo que conduziu à disputa da presidência da República por Norton de Matos, o *Manifesto* apresenta um “Programa de Governo”, assente em oito bases, a levar a cabo por uma “União Democrática Nacional” que pudesse ser a expressão fiel de uma imensa maioria que se não revia, de todo, no unanimismo totalitário – efectivo e proclamado – do Estado Novo, como ficara claro tanto em 1945, como em 1949. O recurso à história recente mostrava, à saciedade, como do caos ideológico dos “salvadores” de 1926 só quatro anos mais tarde tinha sido possível extrair as primeiras linhas programáticas e uma verdadeira Constituição três

¹¹ Carta de Norton de Matos a Domingos Pereira, Estoril, 10 de Novembro de 1949, IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 279

¹² Em carta de Aprígio de Meireles a Domingos Pereira, (Idanha-a-Nova, 19 de Setembro de 1949), lê-se: “A candidatura de Cunha Leal está a causar a maior perplexidade no Distrito (...) preferia não apoiar monárquicos, mas também da outra vez preferia não apoiar comunistas...”. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 294

¹³ Informação policial de 31 de Outubro de 1949 reproduzindo declarações de António Macedo. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 297. O mesmo processo (fº 271) contém também carta do coronel Hélder Ribeiro a António Pena Calado em que este considera que a oposição “faz bem em auxiliar o candidato Cunha Leal, sem organização oficial de apoio, dado o suspeito da composição da lista (...). A apresentação valeu pelo discurso de Cunha Leal aí feito [Beira] e pela sua publicação no *Diário de Lisboa*”

anos depois. Como podia a Situação afirmar que a Oposição não tinha razão de existir por não ter concebido um programa de governo? “É de uma evidência cristalina que a longos eclipses da liberdade sucede sempre um tumulto intelectual”, considerava ali Cunha Leal. Tinha plena consciência que um programa político era obra de muitas transacções intelectuais entre pessoas livres de opinar e reunir, coisa impossível naquele Estado Novo. No entanto, naquelas circunstâncias, alguém tinha que começar, arriscando. E quem melhor que um independente e um lutador?

O *Programa* retomava muitas das ideias expressas no “Programa de Regeneração Nacional” apresentado no exílio corunhês no Verão de 1931¹⁴. Em termos políticos, a adopção de um sistema presidencialista, de um parlamento bicamaralista, com poderes de proclamação, em períodos de excepção, de delegação de poderes no Executivo e uma administração pública descentralizada. No domínio económico, um Estado interventor que se propusesse nacionalizar os bancos emissores e “certos serviços públicos, sempre que fosse manifesta a incapacidade financeira das empresas existentes para prestar os ditos serviços”; que incentivasse as concentrações industriais e promovesse a mecanização agrícola. No domínio socio-económico, um Estado capaz de fixar um salário mínimo e impor uma gestão participada pelos trabalhadores, tanto no sector público como no sector privado. Por fim – e esta é a grande novidade em relação a 1931 – a adopção de uma política respeitadora dos direitos políticos e sociais consagrados no “Projecto de Pacto Internacional para os Direitos do Homem” das Nações Unidas. Aí se realçava a necessidade de irradiar o analfabetismo e de “reduzir as propinas como primeiro passo para a implantação do regime de gratuidade do ensino em todos os graus”.

¹⁴ Já por nós tratado no Capítulo VIII. O *Programa* aparece impresso no livro *Ditadura, Democracia ou Comunismo?*, Imprensa Moret, La Coruña, 1931

Apesar das públicas defecções manifestadas por elementos afectos ao MND, principalmente estes¹⁵, a campanha eleitoral realizou-se com conferências na Covilhã e em Castelo Branco, dentro do espírito de uma harmonização das intolerâncias, como aquele que o *Manifesto* de Fevereiro já proclamava: “O convívio político de partidários e adversários do Estado Novo pode existir sem abdições desonrosas de qualquer destes grupos. Basta, para tanto, que os segundos aceitem exercer a sua actividade política dentro do quadro do regime, embora se proponham lutar por modificações nas suas características constitucionais e na sua orientação funcional”. A crise económica nacional – anunciada pelo próprio regime – a tanto obrigaria. Impunha-se romper a barreira do “rígido unanimismo” e propiciar o enriquecimento das soluções para o país à luz da discussão livre das opiniões contrárias.

Na Beira, dois sectores impunham soluções patrióticas: a agricultura e a indústria. O exercício de actividade da primeira constituía, para os proprietários – pequenos ou grandes – “o meio de empobrecer tristemente”. Tinham avançado planos faraónicos de irrigação nas *campanhas de Idanha*, mas o seu aproveitamento era irrisório. Na Assembleia Nacional encontrava, por vezes, eco “a grande miséria da agricultura portuguesa”. Porém, “quando se chega à altura de extrair dos factos narrados as conclusões neles implícitas, verifica-se um recuo instintivo”¹⁶. Por outras palavras, quando se passava à consideração da necessidade da correcção do latifúndio e do sistema de distribuição da terra, através do sistema de expropriação feito pelo Estado, tudo paralisava, irremediavelmente.

¹⁵ Durante a conferência no Cine Teatro Vaz Preto, em Castelo Branco, foram recebidos telegramas de detractores, que a polícia assinalou. Veja-se o sentido de um deles: “Teleg. – 5 de Novembro de 1949 - Eng. Cunha Leal – Cine Teatro de Castelo Branco – Sua candidatura envergonha democratas portugueses. Viva República. Viva Portugal”. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 288. Por outro lado o Boletim do MND, de Novembro de 1949, analisa a candidatura como “uma profissão de fé anti-comunista, com direito a um salvo-conduto eleitoral, capaz de o conduzir por processos democráticos de uma vitória nas urnas de Castelo Branco às cadeiras de S. Bento...”, (...)“lançando uma ponte de colaboração entre o Estado Novo e a Democracia”

A ninguém escapava o resultado daquela aventura eleitoral por terras do interior, organizada sem o apoio dos comités republicanos constituídos¹⁷ e combatida ferozmente pela Situação¹⁸. Os resultados foram, apesar de esperados, esmagadores: dos 32 118 votantes, só 959 escolheram a Lista B. Talvez possamos medir melhor a dimensão do combate se, mesmo depois de termos em conta a divisão do campo republicano, ainda prestarmos atenção ao que se passava nos arraiais situacionistas: os ministros das Obras Públicas e do Interior caíram em peso nos distritos de Portalegre e Castelo Branco e, para ser mais eficaz, não faltou mesmo o empenho pessoal, em Elvas e na Covilhã, de Jorge Botelho Moniz, um amigo pessoal de Cunha Leal. Não lhe perdoou as referências ao *19 de Outubro* e as considerações de que com a sua candidatura “andava trabalhando pelo retorno a novos sucessos sangrentos da mesma categoria!”¹⁹. Botelho Moniz aproveitara publicamente o conteúdo de algumas conversas privadas com Cunha Leal em que este teria elogiado a acção de alguns membros da Situação, designadamente deputados: “ É certo que lendo o *Diário das Sessões*, por exemplo, a interpelação de Nunes Mexia sobre o problema corticeiro, a de Francisco de Melo Machado sobre a situação da agricultura e a de Henrique Galvão sobre desmandos administrativos angolanos, o signatário desta carta as achou modelares, no que se refere ao estabelecimento do diagnóstico de determinados males

¹⁶ CF. “O eng. Cunha Leal na sua conferência na Covilhã analisou a situação política e económica”, *Diário de Lisboa*, 5 de Novembro de 1949

¹⁷ Na preparação da campanha, os informadores da polícia política referem um apoio restritíssimo, quase circunscrito ao âmbito familiar. Para além do filho, Artur Cunha Leal que, a partir desta fase, passou a constituir uma espécie de delfim político do pai, referiam-se os advogados Filipe Mendes e Sebastião Ribeiro e alguns homens da vida local

¹⁸ Em 8 de Novembro, a Direcção dos Serviços de Censura suprimiu do *Diário de Lisboa* uma carta de Cunha Leal “pelos termos em que vinha redigida, no ataque aos membros do governo e organismos do Estado”. Acusava os Serviços de Censura de ter posto nos relatos dos seus discursos “inexactidões e omissões tão numerosas e bem doseadas que tiveram o condão de desnaturar e até inverter o significado e o alcance das afirmações feitas”. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 276. Fácil se torna confirmar a justeza de tais considerações: bastará ler com atenção o relato da conferência feita na Covilhã a 4 de Novembro. Cortes propositados da crítica de Cunha Leal ao projecto de revisão constitucional do Ditador, aliados a uma sequência textual menos feliz, deixaram apenas o projecto do ditador, ignoraram as mesmas críticas, parecendo que os dois se encontravam de acordo.

nacionais...”²⁰. Mas uma coisa era o diagnóstico (mesmo que incompleto), outra a cura. Ora, esta “benevolência sistemática” com que se atacavam os erros funcionais do regime e se lhe perdoavam as deficiências estruturais, com o recurso a um crivo severo de todas as oposições, - mesmo aquelas “flutuantes” que na Assembleia Nacional se formavam – acabavam por eternizá-los e torná-los, quiçá, irremediáveis. As pesadas consequências que sobrevieram sobre Galvão depois da publicação do seu “Relatório” sobre a questão angolana aí estavam para provar o evidente: o regime não estava disposto a aceitar opiniões divergentes da sua e nem mesmo a “oposição construtiva” que muitos democratas, como Cunha Leal, estavam dispostos a prestar. Não tinha sido, pois, leal Botelho Moniz, ao afirmar-lhe que desejava muito a sua vitória em 13 de Novembro!

Para aquilatarmos da “liberdade” apregoada nos comícios da Covilhã e Elvas por Botelho Moniz, talvez possamos contrapor-lhe o facto de só em 13 de Novembro, no próprio dia das eleições, o *Diário de Lisboa* – provavelmente por razões de censura – ter podido publicar “as razões e os objectivos” da candidatura de Cunha Leal: Salazar tinha-se esquecido de autorizá-lo a “dizer de sua justiça”, erro palmar para quem, de tempos a tempos, no dizer do “seu panegírico António Ferro”, produzia discursos que se podiam arrumar ao lado da pureza da prosa de um Manuel Bernardes.

Os candidatos “regionalistas” de Castelo Branco – que haviam rasgado um pequeno espaço de rebelião contra o “unanimismo rígido” – tinham um objectivo primeiro do qual derivavam todos os outros: contrariar a visão unilateral dos detentores do poder e construir uma verdadeira unidade nacional, forjada na aceitação saudável das divergências aplanáveis, enriquecida pelo contributo de todos os portugueses, sem o que se tornaria impossível reagir contra a crise interna e a “tentativa de extorsão” de

¹⁹ Cf. “Uma carta de Cunha Leal de comentário de algumas afirmações contidas na carta de Botelho Moniz”, *Diário de Lisboa*, 20 de Novembro de 1949

“territórios do corpo nacional que representam uma herança inestimável e que foram regados com sangue, suor e lágrimas dos nossos antepassados”²¹. Até aí, “o dirigismo estatal só tinha servido no distrito para agravar condições naturais já de si pouco favoráveis” e aquele, não era mais do que um microcosmo em que se espelhava o todo nacional. A nível local, - como em outros tantos sítios – exigia-se mais do que diagnósticos cruentos, políticas corajosas, não o reforço do corporativismo do Estado que o Ditador se preparava para obter através de uma nova reforma constitucional que aligeiraria o papel legislativo da Assembleia Nacional e reforçaria a capacidade legislativa do Executivo. O que se visava já, não era a manutenção de uma fachada “democrática” que as falsas eleições ajudavam a manter, mas antes “uma ditadura legal dos governos, com o disfarce de uma Assembleia Nacional fantasmática e uma Câmara Corporativa impotente”²².

Também na política externa se exigiria uma verdadeira unidade nacional, tais os perigos que os portugueses viam adensando sobre os territórios portugueses do Oriente: Timor, Macau e Índia. Se pouco havia a esperar de Macau, o mesmo se não poderia considerar para a Índia, onde um modelo multissecular de miscegenação aconselharia uma política prudente para evitar o separatismo de “uma população em parte mestiçada que, de modo genérico, esqueceu o seu indigenato por ter adquirido uma mentalidade portuguesa”²³. A mesma política havia que favorecer em Timor: “A doçura do nosso trato com os indígenas e a carência de uma elite local indígena, susceptível de acelerar em Timor português a aceleração do fenómeno [separatismo], são razões para nos inspirar confiança em que uma política colonial de assimilação, à base da defesa dos interesses materiais e espirituais dos indígenas, possa constituir um método eficaz de

²⁰ Idem

²¹ “O eng. Cunha Leal explica as razões e os objectivos da sua candidatura a deputado”, *Diário de Lisboa*, 13 de Novembro de 1949

²² Idem

retardamento da cissiparidade timorense”²⁴. Tratava-se de um plano de colonização que se via confrontado com as reivindicações de liberdade naturais daquela época, muito amplificadas pelas reacções ao aparelho repressivo da Ditadura – as lutas de libertação das colónias portuguesas haviam de nascer embrulhadas na luta mais vasta dos povos contra os regimes ditatoriais para juntar todas as vontades libertadoras e democráticas, tanto em Portugal como nas colónias e no resto do mundo. Não fora esta situação, Cunha Leal acreditava na “bondade” da colonização portuguesa – ou antes da ideia colonizadora, talvez intemporal, quicá impossível de realizar em qualquer tempo histórico e muito menos neste de aspirações descolonizadoras. Era, contudo, a primeira vez que se colocava o problema da descolonização perante os ventos de mudança que corriam na Ásia.

As eleições de 1949 inauguraram uma espécie de jogo do gato e do rato que iria repetir-se nas duas décadas seguintes. Democratas como Cunha Leal, empenhados numa “oposição construtiva” aproximavam-se da Situação sem hipotecarem a sua independência, como considerava no seu manifesto eleitoral: “ Os candidatos regionalistas cuidam que a chancela da União Nacional e do Governo lhes restringiria a plena liberdade, indispensável para um exame imparcial e rigoroso [das questões regionais]”²⁵.

Oposição moderada e governo pretendiam caçar no campo do adversário, mas acabaram por incompatibilizar-se, sem remédio: “ Os portugueses encontram-se hoje divididos em dois *clans* irreductíveis, que um ao outro se odeiam e ameaçam de

²³ Idem

²⁴ Idem

²⁵ Idem. No entanto, em Portalegre, com a lista liderada pelo agrário José Pequito Rebelo, a proximidade regateada dos dois campos, mantida até à boca das urnas, deixou sequelas que se prolongaram por tempo longo. Em correspondência que manteve com o Governador Civil (publicada no *Diário de Lisboa* em 7 de Novembro de 1949), Pequito Rebelo tornava públicas as razões por que não considerava a sua lista de oposição, “mas simplesmente representativa da opinião do eleitorado”: é que ela tinha sido apoiada pelos 15 presidentes dos municípios e pelos 15 presidentes dos grémios da lavoura do distrito, incluindo o

extermínio. E, quando dentre eles surgem uns tantos mais clarividentes a querer forçar os dois *clans* à convivência política e ao respeito pelos ideais alheios, para que haja paz na família portuguesa e se restabeleça assim a unidade nacional, logo surgem da extrema-esquerda doestos e injúrias e da extrema-direita palavras de rancor e excomunhão”²⁶.

Findo o período eleitoral seguiam-se, normalmente, tempos de negras dificuldades e de sombra. O regime capitalizava duplamente pela aparente vitória proclamada e pela redução da oposição ao estatuto de intrusa e importuna. Cunha Leal regressava ao seu mundo de “reclusão” política e amealhava nos Seguros um sustento magro para si e para os seus²⁷. Iniciados na vida, os filhos deviam arrastar também, como se queixava em cartas aos amigos, um nome que “afastava a clientela”. Ficava-lhe a vontade indómita de repetir, audaciosamente, o combate quixotesco, de resultados aparentemente previsíveis: “ Sou um gordo e teimoso homem que é incapaz de ser escravo e que será sempre um homem livre na interioridade da sua consciência, ainda quando o metam entre as quatro paredes duma cela penitenciária. Disso, sim, pelo orgulho – dessa minha indómita rebeldia espiritual contra as determinações dos pigmeus”²⁸.

2.A campanha para a Presidência da República de 1951

Para o Estado Novo, a década de 50 abria-se sob o quádruplo desafio da reforma do regime, do desenvolvimento económico – em Portugal e nas colónias -, da

apoio do próprio Governador Civil. Vide José Pequito Rebelo, *As Eleições de Portalegre (Documentos)*, Edição do autor, Lisboa, 1950

²⁶ FPCL, “O eng. Cunha Leal explica as razões...”, cit., *Diário de Lisboa*, 13 de Novembro de 1949

²⁷ Em carta dirigida a A Neves Anacleto (5 de Janeiro de 1949), anuncia-lhe a transferência dos seguros das suas casas para a Garantia, onde trabalha, ao mesmo tempo que agradece “o favor” do seu amigo e compadre, um advogado bem sucedido em Moçambique. Espólio de A Neves Anacleto, na posse de NNA

necessidade de garantir o apoio externo da Grã-Bretanha e dos EUA (no quadro da desejável permanência da Aliança Peninsular) e, por último, da manutenção (entretanto ameaçada) dos espaços ultramarinos. Para superar ou anular os efeitos da estagnação económica financeira e ruralista do salazarismo, constituíra-se, a partir da Conferência da União Nacional de 1946, uma corrente política reformista dentro do regime, corporizada pelo futuro Ministro de Estado Marcelo Caetano²⁹ e assente sobre um conjunto de variadas sensibilidades políticas que iam desde os desenvolvimentistas/industrialistas (Leite Pinto, Ferreira Dias, Daniel Barbosa), até aos colonialistas reformistas como Armindo Monteiro, Sarmiento Rodrigues ou Adriano Moreira. Com apoio militar entre a oficialidade defensora das Forças Armadas, os reformistas acreditaram, numa primeira fase, na descompressão do regime que a eleição do general Craveiro Lopes podia vir a desencadear a partir de 1951. Defensora de uma abertura à Europa, de uma reforma do corporativismo e do fim da censura prévia, esta corrente informal seria também sensível ao diálogo com a “oposição ordeira”. Com a morte do Presidente Óscar Carmona em 1951, pareciam estar criadas as condições propícias a uma reforma do regime, ansiada tanto pelos *marcelistas*, como pelas oposições.

Por outro lado, na extrema-esquerda, os comunistas passavam pelas maiores dificuldades. O agravamento da repressão depois da campanha presidencial de Norton de Matos (com a prisão de Álvaro Cunhal e outros e o desmantelamento de certas redes internas do partido) eram só a ponta do *iceberg* de um clima de suspeição, auto-crítica e duros combates internos pela estratégia mais acertada que levaria o PCP a uma dolorosa travessia do deserto de que só voltaria a emergir em 1958.

²⁸ Carta de Cunha Leal a Joaquim Madureira, 16 de Novembro de 1949, IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 274

²⁹ Vide Fernando Rosas, “Caetano, M.”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1997, vol. I

Parecia, portanto, ter chegado a altura da afirmação da oposição moderada, não subordinada à liderança dos comunistas e do republicanismo de esquerda. Tinham sido resolvidos os conflitos sociais mais agudos do pós-guerra e a nação permanecia, como antes, amorfa porque o regime nunca precisara de adesão popular – chegavam-lhe o arcaísmo social, a polícia, o exército e a censura. Por isso, a oposição moderada sabia que só um desastre nacional, a luta pelo poder no interior do bloco salazarista, a ameaça de uma guerra iminente ou a incompatibilidade do regime com a nova ordem internacional podiam desencadear uma mudança ou mesmo o seu colapso. Os sinais da *Nova Ordem* capitalista do pós-guerra, com preocupações de desenvolvimento e de redistribuição da riqueza (com gradações que iam do “socialismo gradualista” dos nórdicos ao “capitalismo civilizado” dos trabalhistas ingleses), tão admirados pela oposição moderada em que Cunha Leal se inscrevia, constituíam, na formação social e política portuguesa, metas longínquas que os poderes políticos e económicos instalados continuavam a considerar de perigosas aspirações bolchevizantes.

Em Portugal, o atraso acumulado (económico, social e político) era trágico, apesar das “mudanças invisíveis” que corriam subterraneamente a nível económico e social nestes anos do pós-guerra. Sem viabilidade de qualquer revolução próxima, apoiado claramente pelo bloco anglo-americano³⁰, o país de Salazar parecia inamovível como uma rocha. Conhecendo de antemão as fraudes eleitorais e o défice de transacção ideológica entre as diferentes correntes da oposição, a “oposição ordeira” insistiu, em 1951, numa tática eleitoralista que – pensava – poderia dividir os situacionistas pelas suas dissidência internas e, através daquela, ganhar as eleições e governar de forma moderada, com base na plena realização constitucional do texto de 1933. Só nessa

³⁰ Em 17 de Janeiro de 1951, Dwight Eisenhower, comandante supremo das forças da NATO, visitou oficialmente Lisboa, tendo conferenciado com o Presidente do Conselho Oliveira Salazar para, alguns meses mais tarde, em Setembro, um novo acordo Portugal/EUA sobre os Açores ter propiciado a entrada de armamento americano no país

situação seria possível evidenciar os pontos de vista da oposição, politizar as novas gerações e revigorar o debate democrático, com vista à futura concertação segundo as regras da livre discussão e da decisão das maiorias.

Apesar de o sector ultramontano do regime ter tentado um “golpe de Estado parlamentar” que transformasse Salazar num “regente vitalício”, a verdade é que o não conseguiu, tendo as eleições de 1951 decorrido como as anteriores, com sufrágio universal. Assim, as eleições antecipadas de 1951 seriam, em princípio, disputadas pelo candidato do regime Craveiro Lopes e pelos candidatos da oposição – professor Ruy Luís Gomes pelo campo comunista e o almirante Quintão Meireles pela oposição moderada. O candidato indicado pelos comunistas não obteve a aceitação do Conselho de Estado, tendo toda a atenção recaído sobre o almirante.

O candidato tinha sido apoiado pelos democratas moderados e centristas, com Cunha Leal e o Almirante Mendes Cabeçadas a liderar o movimento. Aliava a si o apoio de antigos nacionais sindicalistas, como Rolão Preto e os seus discípulos, e de muitos dissidentes do campo militar como o Major Mário Pessoa e os capitães Henrique Galvão e David Neto. Apelando à “conciliação nacional”, a candidatura propunha-se abrir brechas no regime e reinstaurar um clima de liberdade que permitisse a manifestação de uma diversidade de opiniões. Tinha sido difícil fazer descolar muitos dos sectores republicanos que continuavam afectivamente presos aos grandes movimentos unitários de 1943-1949³¹. No entanto, os dois grandes comícios da campanha – um em Leiria, outro em Lisboa (na Garagem Arieiro) – reuniram milhares de pessoas, mesmo segundo o relato da polícia.

³¹ Por informação da Subdirectoria do Porto de 13 de Julho, soube-se que Domingos Pereira (o líder do PRP do Norte) tinha sido aliciado para a candidatura pelo “genro de Cunha Leal” e que terá resistido ao apelo, já que se encontrava em equidistância com a candidatura de Ruy Luís Gomes, a quem criticava a berrante sigla de “Candidato do Povo”. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 244. Estas dificuldades em constituir o apoio a Quintão Meireles são corroboradas por correspondência abundante entre membros oposicionistas do Porto e de Lisboa

O primeiro grande comício decorreu em 16 de Julho, na Garagem Monumental, ao Arieiro, em Lisboa, com a presença de mais de 4000 pessoas, “entre as quais muitos adeptos do Estado Novo”, segundo o relatório policial³². Incómodo para muitos democratas presentes – tais aqueles que saíram intempestivamente do comício, a meio, por se sentirem incomodados quando Cunha Leal se decidiu pelo ataque a de Ruy Luís Gomes e a todos “os que se colocam fora do grémio português e prestam obediência a Estaline, escravagista internacional”, ou então quando se decidiu a falar de Quintão Meireles como o candidato que se propunha “restituir o país à pureza dos princípios do *28 de Maio*”.

Três dias depois, Salazar, em discurso no Palácio dos Desportos, teria ocasião de lhe responder: a candidatura de Quintão Meireles não era mais que a expressão do antagonismo declarado logo após o *28 de Maio de 1926*. Uns, “contentar-se-iam com um período mais ou menos largo de Ditadura administrativa que permitisse resolver alguns problemas, enfraquecer o partido dominante, até aí quase exclusivo detentor do poder, e formar à direita um agrupamento partidário, mais coeso e forte do que os partidos que as circunstâncias tinham permitido constituir.”³³. Que se desenganasse, porém, Cunha Leal e os seus amigos – esse não tinha sido o verdadeiro *28 de Maio* e não era essa a herança a recuperar. O problema – o verdadeiro problema – era começar “vida nova, ou tornar a entregar aos componentes dos partidos a administração e o governo do país”. E daí o Ditador não sairia, mesmo quando, por razões tácticas, se tinha predisposto a esconder o seu anti-democratismo por detrás de uma fachada democrática que alimentava de 4 em 4 anos para sossego da comunidade internacional.

³² Vide Relatório – Sessão de propaganda à candidatura do Alm. Quintão Meireles, IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 239-240. Do discurso de Cunha Leal dispomos de gravação sonora (na posse de Maria Helena Cunha Leal) e de extracto fixado em texto. Espólio de Cunha Leal na posse de Maria Helena Cunha Leal

³³ Vide “Vida Política – Discurso de Salazar”, jornal *Novidades*, 20 de Julho de 1951

Se depois de todas as fraudes eleitorais de que tinham sido testemunhas situacionistas probos e republicanos democratas nas eleições de 1949, a oposição ainda se dispunha a participar num acto eleitoral, “como quem engole um purgante de sal amargo”, isso consubstanciava, acima de tudo, um acto de resistência: “Que um povo, deprimido material e espiritualmente pelos seus senhores, encontre ainda no seu património de virtudes atávicas as forças suficientes para afirmar as suas esperanças num futuro melhor, apesar de saber, de ciência certa, que a eleição presidencial vai ser uma ficção e servirá de pretexto para todo um rosário de violências e perseguições contra inconformistas, é facto honroso e digno de registo”³⁴.

Do ponto de vista estratégico, a candidatura apresentava-se abrangente e, como considerava Cunha Leal no célebre “comício do Arieiro”, o programa seria “ousado para uns e tímido para outros”, mas não repugnaria a “nenhum verdadeiro democrata português”, porque ninguém ousaria considerar inoportuno ou descabido o programa de fomento e desenvolvimento social que propunha no seu Manifesto, de tal modo era recuado o ponto de partida, qualquer que fosse o prisma de observação por que se olhasse. Poderiam afastar-se na tática seguida, e isso era evidente na apresentação de dois candidatos oposicionistas. Na verdade, Quintão Meireles queria “oferecer aos seus concidadãos uma plataforma de entendimento e conciliação nacional” e Cunha Leal e os seus amigos partilhavam desse desígnio e por isso afirmava que podia o almirante “ter a fundada esperança de que do nosso campo não lhe advirão dificuldades ou deslealdades”.

Na extrema-direita, os ataques não abrandavam, mesmo quando a oposição se apresentava dividida e fragilizada. No mesmo dia em que em Leiria se desenrolava o outro grande comício da campanha de Quintão Meireles, o jornal *Novidades* publicava, na primeira página, uma imagem de um orador, de punho erguido, com mascarilha e o

³⁴ Discurso da Sessão de propaganda da candidatura de Quintão Meireles na Garagem Monumental, cit.

emblema da foice e do martelo ao peito. Na legenda podia ler-se: “ Em várias partes do mundo, o comunismo põe a mascarilha, mas esquece-se de tirar o distintivo”. Na figura, todos reconheceram uma representação disfarçada de Cunha Leal. Os católicos apoiantes da candidatura do almirante teriam, segundo informações da polícia, pressionado Cunha Leal para que se referisse ao assunto em Leiria, exigindo uma explicação do Cardeal Patriarca. A justificação teria chegado alguns momentos antes do início do comício, a partir do Cónego Dr. Manuel Marques dos Santos, reitor do seminário de Leiria. Ainda a fazer fé na polícia, a explicação chegara nos seguintes termos: “ Posso garantir, sob palavra de sacerdote, que o desenho publicado no *Novidades*, em nada visa V. Exa, (...) A Vossa Exa. só devo prestar homenagem por corajosas afirmações anticomunistas”³⁵.

Pelos cálculos feitos pela polícia e “tendo atenção a super-lotação do Teatro D. Maria Pia”, cerca de 900 pessoas teriam assistido à “sessão de propaganda” de Leiria. A polícia impediu os assistentes de permanecerem de pé e, por isso, alguns couberam no átrio e outros foram impedidos de entrar. Um terço deles seriam leirienses e os restantes idos de fora, da parte sul do distrito. Muitos oradores inscritos: Cunha Leal, Acácio Gouveia, David Neto, Mário Pessoa, Teófilo Carvalho dos Santos, Mayer Garção, Nuno Rodrigues dos Santos, Duarte Castanheira Lobo e Vasco da Gama Fernandes, o anfitrião: por todos defendida a moderação dos métodos preconizados pelo candidato mas também a exigência da liberdade de opinião e reunião sem a qual nenhuma solução política poderia verdadeiramente servir o país.

Dois dias antes das eleições, em 19 de Julho, o almirante Quintão Meireles desistiu da sua candidatura, endereçando uma carta ao Presidente do Conselho em que o responsabilizava pela situação: “ As instruções de V. Exa. não foram cumpridas – e, porque o não foram, não dispus dos meios mais elementares de comunicação com o

³⁵ Vide IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 234-235

povo”. Denunciava “as dificuldades que tornaram impossível a confecção e distribuição conveniente das listas”, bem como a impossibilidade de assegurar as garantias de uma eficiente fiscalização. Dias antes, o candidato havia também dirigido uma carta de protesto ao Ministro do Interior em que denunciava as mesmas dificuldades e outras a jusante do processo, como a organização das listas com propósitos de eliminar eleitores desafectos à Situação.

O apoio de situacionistas decepcionados e de descontentes vindos dos mais variados sectores (monárquicos, republicanos, democratas), fará deste movimento uma espécie de prolegómeno da candidatura de Humberto Delgado, em 1958, (embora nesta altura, com o apoio também da esquerda republicana e do PCP), a qual tinha sido antecedida, significativamente, pela do próprio Cunha Leal, como mais à frente se verá. Por isso, o movimento esteve longe de ser apenas uma denúncia pública do carácter ditatorial do regime e um acto de resistência, que inegavelmente também foi.

O movimento da candidatura de Quintão Meireles transmutar-se-ia, nos finais de 1951 e início de 1952, na criação da OCN (Organização Cívica Nacional), uma organização que procurou um estatuto de legalidade – sem o ter conseguido – e que passou a ser face legal de um outro movimento subterrâneo, de carácter *putschista*, assente na liderança de Henrique Galvão e no levantamento militar de unidades de Lisboa e província. Na rede conspirativa cooperavam muitos dos civis e militares da “Abrilada” de 1947: coronel Gonzaga Tadeu, brigadeiro Sousa Maia, comandante Moreira de Campos e dissidentes recentes do regime como o major Mário Pessoa. A rede conspirativa, conhecida como “Rede da Rua da Assunção”, acabaria por ser desmantelada no início de 1952, correndo o julgamento dos implicados nesse ano e no seguinte³⁶. Em declarações à polícia, Galvão declarava que a organização era

³⁶ Sobre a “Rede da Rua da Assunção” vide IAN/TT, PIDE, Henrique Galvão, Proc. 42/52 e Proc. 104/GT

intransigentemente anti-comunista, mas de oposição ao governo, na linha da última campanha eleitoral de Quintão Meireles e defensora do verdadeiro espírito do *28 de Maio*. Como meios de luta, iria eleger as representações aos órgãos de soberania, no gozo dos direitos consignados no artigo 8º da Constituição, bem como a publicação de um órgão de imprensa e a promoção de estudos e conferências³⁷.

Cunha Leal assinara, em Novembro de 1951, a lista de apoiantes dos Estatutos da OCN que foi dirigida ao Governo Civil de Lisboa, sem que de tal apoio se possa inferir da sua proximidade ao núcleo de ex-militares que, sob a direcção de Henrique Galvão, preparavam a subversão revolucionária do regime. Isso não o impede, antes o impulsiona a jogar todo o seu prestígio e qualidades tribúncias no julgamento de Henrique Galvão e dos seus companheiros de rebelião, onde participará como testemunha³⁸.

Num “julgamento político é necessário conhecer os acontecimentos, os factos, os homens e as ideias”³⁹- considerava a testemunha Cunha Leal, instada pelo advogado Luís de Almeida Braga a dizer tudo o que sabia sobre o “crime político” de que era acusado o ex-situacionista Galvão. Os factos eram controversos, as matérias do “crime” do foro da consciência, o colectivo de juízes inseguros e os advogados de defesa empenhados politicamente na denúncia do regime – tudo condições que propiciaram um depoimento desassombrado de Cunha Leal, feito com coragem mental e brilhantismo. Não era difícil defender Henrique Galvão a quem apenas se podia assacar uma “intenção criminosa”, que era a de pretender derrubar o governo. Mas, nesse caso, - perguntava Cunha Leal - quantos portugueses, situacionistas ou não situacionistas, não

³⁷ Idem

³⁸ Em correspondência da época, sentimos que Cunha Leal estava disposto a combater todo o conformismo que se havia apoderado do país, mesmo correndo riscos. Em carta ao seu amigo A Neves Anacleto (19 de Abril de 1953) descreve-lhe a “vida sem esperanças” que se vive por cá, concluindo que “esta gente matou toda a vibratibilidade da alma portuguesa”. Espólio de A Neves Anacleto, Arquivo NNA

³⁹ Depoimento da testemunha Francisco Pinto da Cunha Leal, IAN/TT, PIDE, Henrique Galvão, Mç. 32, cx. 29, fº 556-585

têm tido a intenção, alguma vez na vida, de derrubar um Governo por meios violentos?”

(...) A percentagem dos réus que está nestas condições seria infinitamente grande e, posso mesmo dizer, talvez entre V. Exas., no próprio Tribunal, haja quem, pela mesma circunstância, devesse estar sujeito a um julgamento similar a este”⁴⁰. Almeida Braga preparou-lhe, em diálogo, a revelação bombástica: Cunha Leal tinha em sua posse uma carta de Agatão Lança em que este denunciava o próprio Juiz Auditor de, em 1946, quando da “Revolta da Mealhada”, lhe ter declarado aberta simpatia por esse movimento revolucionário⁴¹.

Cunha Leal não acusara o Juiz Auditor de ser um antigo revolucionário, mas tão só de manifestar simpatia com o movimento de subversão do regime e ter “travado conversas” que podiam ser interpretadas com o mesmo grau de envolvimento do réu na alegada conspiração que era matéria do julgamento. A audiência iniciara-se às 14 horas e 40 minutos e seria suspensa, por ordem do colectivo, duas horas depois. Reaberta às 16 horas e 50 minutos, os juizes davam a conhecer a sua reacção: “ Em virtude das declarações constantes deste auto constituírem o crime previsto e punível pelo artigo 181º do Código Penal, o Tribunal ordena a prisão do depoente, e que o mesmo seja imediatamente enviado ao meritíssimo juiz de turno do competente tribunal correcional de Lisboa”.

Cunha Leal já não pôde concluir o depoimento porque, considerava o visado Juiz Auditor, o depoente deveria ser julgado no Tribunal competente, em processo sumário e, por isso, ser-lhe-iam coarctados todos “os legítimos direitos”. Previo o

⁴⁰ Idem

⁴¹ Em carta de Agatão Lança a Cunha Leal (Porto, 22 de Março de 1953), pode ler-se: “ Assim, confirmo que em 1946, anteriormente à marcha sobre a Mealhada, encontrando aqui no Porto o meu antigo contemporâneo Dr. Crispiniano de Lacerda, este me falou, com indignação, contra a situação política, jurando que o governo o iria mandar como Juiz para os Açores, mas que podia ser que um dia as coisas se modificassem, porque havia oficiais que andavam a preparar um movimento revolucionário e, com manifesto entusiasmo, citou-me certos nomes”. Idem, pº 578. Cunha Leal possuía ainda a declaração do ex-tenente meliciano José Alberto Tavares, em que este declarou que em 1946, antes de 10 de Outubro

Meritíssimo, e por isso lhe antecipava a perda de direitos – não actuaram tantas vezes assim os tribunais da Ditadura?

Solto no dia seguinte, o processo arrastar-se-ia por longos meses no Tribunal da Relação para onde Cunha Leal havia recorrido da sentença de Santa Clara, sendo depois absolvido⁴². Aproximavam-se as eleições de Novembro para a Assembleia Nacional e a luta pelo sufrágio tornava-se, de novo, um objectivo prioritário.

3. “Surge et ambula”!

“ Cumpram-se os fados! – ia concluir resignadamente. Mas uma onda de inconformismo e desespero surge das profundidades do meu organismo e fá-lo vibrar como um vendaval açoitado por desordenada ventania. E digo para mim mesmo: apesar de tudo e contra todas as evidências, tenhamos esperanças; lutemos obstinadamente contra os fados adversos; tentemos inocular fé aos descrentes, energia aos abúlicos, coragem aos medrosos; e, numa imitação talvez sacrílega de Cristo – que Deus nos perdoe! – sacudamos desesperadamente o corpo prostrado e inerte da Pátria e gritemos-lhe, uivemos-lhe com frenesi aos ouvidos: “Surge et ambula!” – assim terminava a “Palestra” proferida por Cunha Leal ao microfone do Rádio Clube Português”, em 13 de Outubro de 1953, um mês antes das eleições para a Assembleia Nacional.

Desta vez, a oposição moderada e agregada no Directório Democrato-Social decidira apresentar-se em Lisboa, Porto e Aveiro, optando o MND pela abstenção⁴³.

(data do movimento da Mealhada) lhe tinha sido apresentado o Dr. Juiz António Júlio Crispiniano de Lacerda, como sendo um animador e simpatizante da revolta. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 202

⁴² O recurso interposto por Cunha Leal entrou no Tribunal da relação de Lisboa em 22 de Novembro de 1953. A sentença de absolvição foi proferida na Boa Hora, em 1 de Abril de 1954. IAN/TT, PIDE, Vasco da Gama Fernandes, Proc. 1076/SR, Pasta 2, fº 45

⁴³ A abstenção de participar no acto eleitoral não impediu o Movimento Nacional Democrático de enveredar por uma luta sem tréguas – e sem limites – contra a lista do Directório Democrato-Social. Em Lisboa, foi distribuída, em nome do MND, abundante contra-propaganda. Num dos folhetos proclama-se que “Os falsos democratas (seguia-se toda a lista de candidatos por Lisboa) candidatos a deputados estão

Cunha Leal continuava crente de que se impunha a eleição de “uns tantos deputados oposicionistas, dotados da energia e fogo sagrado necessários e suficientes para levarem os dirigentes a arrepiar caminho e enveredar pela estrada ampla do convívio e concórdia nacionais”⁴⁴. Estava porém arredada tal hipótese e Cunha Leal sabia muito bem disso⁴⁵. Mas não desistia, apesar de tantas dificuldades e do gesto idealista em que persistia: “Convidei situacionistas e oposicionistas na minha palestra do Rádio Clube Português a modificar a sua atitude de intransigência com a antecipada certeza – repito – de que esta proposta quixotesca haveria de ser repelida à gargalhada”⁴⁶. Considerava mesmo que talvez fosse a sua última oportunidade, o seu “canto de cisne”, já que na sua idade, passavam os generais à reserva: “Lugar aos novos - eis o justíssimo grito de guerra que se ouve em todas as épocas de cultura”⁴⁷.

Talvez em nenhuma como nesta campanha eleitoral para a Assembleia Nacional o regime tivesse tido tanto cuidado em defender-se dos assédios da oposição moderada do DDS, tomando, por isso mesmo, todas as precauções⁴⁸ e reagindo com afinco aos reptos de Cunha Leal, quer através da propaganda feita por alguns dos mais conceituados situacionistas, quer recorrendo à contra-propaganda sistemática. Também

a trair as reivindicações Democráticas estabelecidas desde 1945”. Noutro, vai-se mais longe: “Votar em Câmara Reis, Acácio Gouveia, Adão e Silva e Cunha Leal é votar no fascismo e em traidores”. Assina a Comissão Concelhia de Lisboa do MND

⁴⁴ FPCL, *Verdades Elementares*, (Discurso proferido no Ginásio do Liceu Camões, em 26 de Outubro de 1953), Editorial Inquérito, Lisboa, 1953, p.37

⁴⁵ Em carta de 23 de Dezembro de 1953 a A Neves Anacleto, afirma: “Claro que, como diz, nós já sabíamos o resultado: esta gente instalou-se na fraude e na desvergonha e vive dentro delas como o peixe dentro de água. Simplesmente, as gerações novas perderam a combatividade e vivem acomodadas dentro do silêncio e abraçadas ao medo. Quis levá-las, por jeito, ao combate e creio que alguma coisa consegui de positivo com este facto. A ver vamos”. Espólio de A Neves Anacleto na posse de NNA

⁴⁶ FPCL, *Verdades Elementares*, op. cit., p.38

⁴⁷ FPCL, *Em Demanda de Soluções para o Problema Português...* op. cit., p.46

⁴⁸ Pelo ofício confidencial 1456-SR de 24 de Março de 1953, dirigido ao Correio Mor – Administração Geral dos Correios, telégrafos e Telefones, o Director da PIDE solicitava que lhe fosse mandada “para efeitos de censura, toda a correspondência dirigida à Av. Duque d’Ávila, nº 26, 3º, Lisboa”, ou seja, toda a correspondência dirigida a Cunha Leal. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 221

nunca antes tinha acontecido a recepção de tão numerosa correspondência dirigida, dos mais variados pontos do país, a Cunha Leal, uma elogiosa, outra crítica⁴⁹.

As reuniões preparatórias da lista unitária do Directório tinham decorrido nos meses de Julho e Agosto, sob a orientação de António Sérgio⁵⁰. Sobre a estratégia tomada e a tática escolhida não restavam dúvidas: a unidade da oposição teria que excluir, forçosamente, os comunistas e os seus companheiros de jornada. O Boletim do MND (nº 5/6), de Julho/Agosto também não deixava margem para outra actuação, em artigo intitulado “Pela Unidade, contra os divisionistas!” onde advogava a abstenção e uma ampla unidade de acção para a “conquista das condições mínimas”, sem as quais qualquer candidatura podia ser apresentada, “em nome da Democracia e do Povo”. As experiências eleitorais de 1949 e 1951 tinham sido exemplares, segundo os comunistas, já que pretenderam aliar “o fascista Rolão Preto”, com o “percursor do 28 de Maio Cunha Leal” e o antigo comandante do Tarrafal Martins dos Reis. Não faltaria muito tempo para que tudo se viesse a alterar no campo comunista, mas é preciso esperar para ver.

Em 1953, a oposição liberal e democrática continuava a querer caçar no campo dos situacionistas. Em Setembro, António Sérgio recebeu, em nome do DDS, uma

⁴⁹ Em 17 de Outubro, A F Varão (um activo reviralista da Revolta da Madeira), informava em carta que se tinham esgotado todos os exemplares do *Diário de Lisboa* chegados a Vila Real. Em 16, Fernando Cunha (médico, de Odivelas) considerava que Leal tinha esgotado todos os assuntos e perguntava: “Não será esta a oposição que os americanos têm proposto, personificada em Cunha Leal?”. Lamenta que não estejam unidas todas as forças liberais. No mesmo dia 16, o Dr. Francisco Rendeiro (Pardelhas, Murtosa), lamenta a falência da oposição com a apresentação das listas em apenas três distritos e pede que os discursos de Cunha Leal sejam reproduzidos e divulgados pelo país. Mesmo no funcionalismo, inesperadamente, as aderências são manifestas: Alberto Emílio Meirelles de Lacerda Castelo Branco, secretário da administração do 4º Bairro (Lisboa), propunha-se seguir Cunha Leal. Algumas missivas chegavam anónimas, como a deste cidadão que se dirige ao candidato, em 4 de Novembro: “Bem haja senhor engenheiro. As gerações vindouras e a história pátria hão-de gravar em letras de ouro Vosso nome e dos seus Camaradas que quiseram expulsar de Portugal a Tirania e a Opressão (...) Um escravo que tem medo” IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 111-153

⁵⁰ Em 16 de Julho, Cunha Leal declinou convite de António Sérgio para assistir a uma das reuniões preparatórias por, alegadamente, se encontrar na sua casa de S. João do Estoril: “Faço votos por que as soluções que tomem sejam próprias para servir e dignificar a República”. À reunião, segundo informação de António Sérgio no convite que endereçou, estariam presentes Mayer Garção, Mário Azevedo Gomes, Manuel Duarte, Nuno Rodrigues dos Santos, Adão e Silva e João Pedro dos Santos. Todos estes viriam a fazer parte da Lista B (oposicionista) por Lisboa. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 166 e 171

proposta concreta de um grupo de “Independentes” que negociou a sua participação com o Governo na Situação e que, ao mesmo tempo, conferenciou com os “democratas de Aveiro” sobre a possibilidade de “uma representação da oposição democrata e republicana como minoria livre”. Era interlocutor o advogado Pedro Veiga do Porto. Em concreto, propunha-se a inclusão de um deputado da oposição por círculo, com exclusão de Lisboa e Porto, em que seria de um terço. Como condição, os situacionistas teriam a hipótese de indicar os candidatos da oposição, desde que não impedissem a candidatura de personalidades de “indiscutível expressão republicana”. A esta proposta tinha havido adesão da Comissão Promotora do Voto de Aveiro, mas esperava-se de Lisboa a aprovação a essa “plataforma de discussão”. Porém, de Lisboa, as exigências mínimas não permitiriam qualquer avanço porque a Situação não as aceitaria: liberdade de crítica e de opinião, liberdade de imprensa e livre constituição de partidos políticos, suavização dos processos policiais, extinção da colónia penal do Tarrafal e libertação de todos os presos políticos⁵¹. Nestas exigências vemos parte daquelas que tomaram forma nas “sessões de propaganda” de Cunha Leal.

Com “palavras plenas de desassombro”, em 9 de Novembro, entre a abstenção eleitoral ou o concurso às urnas, declarou: “Eu escolhi a acção!”. A Situação triunfara *manu militari* das reacções subversivas dos seus adversários e impusera à Nação, “como programa imutável, anquilosado, e ao mesmo tempo como penitência, uma estruturação anti-democrática, com denegação dos direitos fundamentais dos cidadãos e, embora sob uma máscara, (...) fornece à hipocrisia internacional o pretexto para se considerar satisfeita”⁵². O sentimento de insegurança e de medo tinham vindo a intensificar-se no comum dos portugueses, sujeitando-os ao conformismo mais triste. Ora, era contra essa

⁵¹ Carta de Pedro Veiga a António Sérgio, Porto, 9 de Setembro de 1953. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 159-163

⁵² Abstenção eleitoral ou concurso às urnas?, “Eu escolhi a acção!”, entrevista de Cunha Leal ao jornal *República*, 9 de Outubro de 1953

sujeição ao medo que Cunha Leal se batia, em primeiro lugar, mesmo correndo o risco de ser considerado “oposicionista eterno”. Tinha sido combatente pela República, contra a Monarquia; depois combatera a República afonsista pelo seu jacobinismo; aderente do sidonismo, depressa se rebelou contra o “miguelismo” caceteiro dos seus apaniguados; não lhe servira a nova República velha, com partido único a impedir o funcionamento normal da democracia; no *28 de Maio*, aceitara a pureza dos objectivos reformadores e bem intencionados de muitos dos seus promotores, mas depressa se apercebeu dos abusos de autoridade de quem se apresentara como defensor de uma nova ordem. Por isso aí estava, aos 65 anos, como jovem vigoroso, rebelde eterno, a dirigir pela ideia e pelo exemplo de combate e coragem a oposição ao unanimismo vigente.

A propaganda adquiriu um êxito assinalável, apesar das medidas restritivas. Ficou célebre a “Palestra proferida aos microfones do Rádio Clube Português”, de tal modo que não foi possível prolongar o programa da campanha que previa palestras em outras rádios e um comício no Estádio Nacional⁵³.

Nos dias a seguir à “Palestra...”, os situacionistas encheram os jornais *Voz e Diário da Manhã* com réplicas às ideias expressas por Cunha Leal. Era indiscutível o entusiasmo deste na defesa da *Nova Ordem* capitalista que se havia instalado nos países nórdicos e, embora com expressão diversa, nas medidas implementadas pelos trabalhistas ingleses: as nacionalizações, os “rigores tributários” de pendor justicialista, as concessões de benefícios às classes trabalhadoras, o pleno emprego, ou o serviço nacional de saúde. Situada a meio dos extremos representados pelo capitalismo puro e duro dos norte-americanos e o dirigismo “bárbaro” dos soviéticos, a Europa tenderia para um “capitalismo civilizado”, garante do crescimento económico, mas dulcificado

⁵³ No dia 13, o Ministro do Interior, falando em conferência de imprensa sobre as eleições, considerava: “E como a questão do regime não pode pôr-se a propósito de eleições de deputados, torna-se necessário tomar providências para que, de futuro, a respectiva propaganda se mantenha dentro do seu objectivo em vez de visar a criação de estados emocionais propícios a sublevações”

pelas garantias de fortes preocupações de distribuição justa da riqueza. Se a Revolução Francesa tinha aberto o caminho a uma sociedade livre e progressiva, o mesmo estava a acontecer com a Revolução Soviética: “ Com a deflagração na Rússia do movimento bolchevista, (...) passou infelizmente para a fracção oriental da Europa esta função, ao mesmo tempo gloriosa e trágica, de orquestração das grandes transformações humanas”⁵⁴. Porém, a “Santa Rússia” não apresentava as condições civilizacionais para “operar a redenção da humanidade”. Cunha Leal atribuía os “erros” do processo soviético à “ingénita barbárie” dos eslavos, dando assim oportunidade ao “extermínio de uma hecatombe de homens e de princípios sem precedentes na história”. Mas “ a ânsia duma equitativa partilha dos produtos do trabalho humano é tão imperativa” – considerava – que muitos se tinham recusado a ver com clareza o fenómeno soviético. No entanto, sobre os seus escombros deviam remanescer as sementes de uma nova humanidade, emparedada entre a selvajaria dos extremos. Deste “caos ideológico” deveria sair, obrigatoriamente, por uma “revolução social sem sangue” – uma espécie de revolução legal – uma *Nova Ordem*, com a condição de ser aceite e desejada pelos governados. Para esta nova Europa, com um braço gigante sobre a África, acabariam por convergir os dois gigantes deformados dos extremos.

Que lugar se poderia esperar para Portugal nesta nova Europa democrata e socializante? Aparentemente, a Ditadura tinha sido imposta para acelerar o passo de um país retrogrado por estruturas económicas arcaicas e por um sistema político desvirtuado. Mas o resultado tinha sido exactamente o oposto do desejado: o país afundara-se numa impotência nacional e estagnava entre “festas espantosas e ordenados misérrimos”, com um corporativismo estatal pesadíssimo e um modelo de desenvolvimento autárcico a que faltavam, no entanto, todos os ingredientes necessários: “o solo e o sub-solo, a população, as acumulações capitalistas, a

⁵⁴ FPCL, *Em Demanda de Soluções...*, op. cit., p. 12

arquitectura industrial e o tecnicismo”⁵⁵. O dirigismo estava, pois, por comprovada inépcia, condenado a desaparecer: “Quando se operará a sua subversão, não no sei. Sei apenas, isso sim, que essa subversão é tão fatal como o destino”⁵⁶.

Um quarto de século depois do *28 de Maio*, era ainda oportuno chamar a atenção de situacionistas e de anti-situacionistas para a necessária reflexão sobre os erros do passado e sobre a necessidade de os não repetir, pelo risco de, se tal não acontecesse, o país vir a “soçobrar nos horrores de uma lastimável catástrofe”. Aos situacionistas deveria pedir-se que reflectissem sobre a sua responsabilidade no desvirtuamento do espírito reformista que presidiu ao *28 de Maio*. Por seu lado, os reviralhistas tinham obrigação de fazer o *mea culpa* pela precipitação com que, em revoltas sucessivas e mal sucedidas, foram eliminando os “elementos mais progressistas e vibráteis” do republicanismo democrático, sem perceberem que “não pode, na vida a gente virar-se para o que foi, mas para o que há-de ser”⁵⁷. Ora, se era verdade que os portugueses não estavam a gostar do que lhes estava a ser servido, também não tinham motivos nenhuns para terem saudades do passado.

Estratégias e táticas diferentes tinham arrumado os portugueses em campos opostos e irreconciliáveis. Parecia-lhe inadmissível que, pelo menos na oposição, se não unissem esforços numa tentativa pacífica de reconquista das liberdades públicas. Cunha Leal reconhecia os seus pecados veniais, pois se tinha refugiado, “com demasiada frequência, na torre de marfim do [meu] orgulho”, impedindo assim a tecelagem habilidosa da teia que havia de forjar a unidade democrática. Dessa desejada *frente única*, Cunha Leal excluía, no entanto, “todos quantos a si próprios se tivessem excluído pelo facto de prestarem passiva obediência aos ditames de um estado estrangeiro”⁵⁸, ou

⁵⁵ Idem, p.33

⁵⁶ Idem, p.35

⁵⁷ Idem, p.40

⁵⁸ Idem, p.45

seja, os comunistas. Era uma tática que pouco o beneficiava, como deveria reconhecer, a 27 de Outubro, no Comício do Liceu Camões. Em vez de baterem palmas com a dissociação entre “democratas” e “comunistas”, os situacionistas acusavam a oposição de divisionista e enfraquecida. Por outras palavras, a Situação escolhera outro inimigo principal para combater: antes eram os comunistas, depois os democratas, todos eles “comunistas” para a extrema-direita do regime.

Com tal intolerância – avisava Cunha Leal – o descontentamento viria um dia ao de cima, era inexorável. Para evitar “cóleras irreflectidas e justiceiras” só um caminho podia a Situação seguir – o da “revolução pacífica e benévola”, já que o atraso económico e social era profundíssimo. O que propunha era, no fundo, muito pouco: alterações orgânicas e constitucionais que amplificassem a capacidade legislativa da Assembleia Nacional e restringissem as do Executivo, regulamentação das liberdades públicas e abolição da censura, reforma do sistema eleitoral, supressão das leis de favor que instalavam na administração as clientelas do Estado e amnistia para os crimes políticos.

Embora diminuída pela repressão e por medidas coercitivas, a campanha eleitoral acabou por desenrolar-se com momentos altos no comício do Liceu Camões (Lisboa), em 26 de Outubro, em Vila Nova de Gaia, em 1 de Novembro, e no Centro Escolar Republicano Alberto Costa, em 5 de Novembro – o comício de encerramento. Cunha Leal, pela sua combatividade, era sempre aguardado com a especial euforia das salas a abarrotar e o último a discursar.

Na praça pública, os jornais situacionistas combatiam-lhe as ideias e, nos comícios, os “abstencionistas” não desistiam de lhe criar dificuldades. Em Gaia, dirigia-se-lhes nestes termos: “Alguns pregam abstenção, abstenção e ainda abstenção. E eu pergunto a esses homens qual é a estratégia que opõem a esta. A estratégia do silêncio?

A estratégia da inacção? E eu gostaria também que todos eles me dissessem quando é que se ganham causas com o silêncio. Se este silêncio não vai a pouco e pouco adormecendo as consciências e desvirilizando os homens”⁵⁹.

Nos dias que se seguiram à “Palestra” no RCP, o jornal *Diário da Manhã* arremeteu com todas as forças contra Cunha Leal – não sobre a lista do DDS de Lisboa. Naturalmente, dificultavam-lhe os argumentos de defesa da *Nova Ordem* capitalista e ridicularizavam a “panaceia” do trabalhismo inglês. Mas iam mais longe nos ataques pessoais e publicavam textos de há décadas atrás, quando o combate político foi manchado com a noite trágica do *19 de Outubro*⁶⁰. Ou quando a direita, num golpe de suprema hipocrisia lhe reprovava a demissão do poder – a “cobardia política, inadmissível num homem de coragem” ao não optar pela via ditatorial, em 1922 para, se o tivesse feito, lhe apontar justamente o autoritarismo⁶¹.

Num outro domínio – o técnico-económico – também as intervenções de Cunha Leal mereciam a atenção do situacionismo. Em 30 de Outubro, os jornais publicavam uma *Nota Oficiosa* do Ministério da Economia em que eram rebatidas as suas afirmações sobre a correcção do lançamento do Plano de Fomento no que dizia respeito ao escalonamento no tempo e no espaço dos novos aproveitamentos hidroeléctricos e à instalação de indústrias que careciam da energia adequada. O debate

⁵⁹ No comício do Liceu Camões (26 de Outubro), “os trabalhadores democratas de Lisboa, (= MND) apresentaram uma moção em que consideravam que “a realização de eleições (...) sem satisfação prévia das condições de recenseamento honesto, liberdade de propaganda e fiscalização do acto eleitoral, eram mais uma farsa do governo do Estado Novo (...) reclamam a retirada das candidaturas chamadas oposicionistas, pois o contrário representará verdadeira colaboração com o Estado Novo e traição às reivindicações do povo português”. Se não podiam hegemonizar as candidaturas oposicionistas, os comunistas também não aceitavam uma participação menor

⁶⁰ Em 21 de Outubro, o *Diário da Manhã* publicava a “História trágico-cómica do colarinho ensanguentado do eng. Cunha Leal”, numa reedição de um texto burlesco publicado no jornal *A Época* de 17 de Abril de 1922.

⁶¹ Em 19 de Outubro de 1953, o jornal *A Voz* transcreveu um artigo de Fernando de Sousa (Nemo), publicado no jornal em *A Época* de 2 de Fevereiro de 1922. Aí se evidenciava a “cobardia política” de um homem que “na lioneira das feras partidárias, podia entrar como domador, de chicote em punho (...). No meio de surdos rugidos, rastejar-lhe-iam [os partidários] aos pés”

prolongou-se por alguns dias, mas sem possibilidade de conclusões que não as que resultavam da pugna política.

A campanha encerrou-se no dia 5 de Novembro com uma “sessão de propaganda” no Centro Escolar Republicano Alberto Costa. Na presidência da sessão – segundo informe da polícia - estava Cunha Leal, “ladeado por uma filha”⁶². “Nem só a vitória é honrosa” – proclamava: “Está chegada a hora de nos calarmos de novo e voltarmos à nossa campã, envoltos no sudário do silêncio”⁶³. No entanto, o “velho” combatente acreditava em milagres: lembrava o de Leónidas que, como os seus duzentos bravos havia morrido no desfiladeiro das Termópilas para salvar a Pátria; ou o da Inglaterra que, depois de ter perdido tantas batalhas, acreditara na fé de um “homem gordo e pequeno” – um Churchill – que a levava a erguer-se para ganhar a última. O silêncio seria imposto ao som das “doze badaladas fatídicas” daquele 5 de Novembro, para só poder ser rompido quatro anos depois! Mas a sementeira estava feita, acreditava. Em “Epístola aos novos e aos governantes”, publicada no *Diário de Lisboa* desse mesmo dia 5 de Novembro, deixava talvez o que seria o seu testamento político – o de um beirão “filho de gente de recursos modestos, que se arrancou à doçura da sua vida provinciana para poder proporcionar aos filhos uma profissão honrosa”. Penetrara no átrio do Liceu do Carmo, havia 53 anos, “bisonho, feanchão e mal entapado” mas, em reacção, o seu orgulho “atreito a reacções de altivez” levou-o, pela “devoção ao estudo”, a desenvolver as suas capacidades de “apreensão e de relação de conhecimentos” e a conquistar um lugar entre a plêiade dos mais ilustres republicanos. Também eles gente

⁶² Provavelmente sua filha Zita, que na altura acompanhava o pai em muitas destas andanças. Também a filha Maria Helena assistiu a muitas destas sessões de propaganda da década de 50 e se lhe refere, em depoimento oral, como sessões memoráveis. Maria Helena recorda discursos longos, aplaudidos entusiasticamente, mas também contestados por pequenas minorias, rapidamente isoladas pela autoridade e atitude democrática de Cunha Leal. Nestes comícios, a filha “desconhecia o pai” – aquele que em casa se mostrava afectuosíssimo com os netos, que reunia nas grandes festas uma “família” numerosa e que ali, em comício, se transmutava, por arranques leoninos, num temível tribuno e político, mesmo se “reformado” compulsivamente. Depoimento de Maria Helena Cunha Leal, 5 de Julho de 2002

honrada, capaz de dividir a sua camisa com os mais necessitados, mesmo ou sobretudo quando a desgraça lhes batia à porta. “Puritanos”, entregaram o poder económico aos poderosos e pensaram que lhes bastava o poder político, com o qual pensavam ser capazes de construir a Pátria nova.

Dirigia-se aos “rapazes”: “Fostes educados no desprezo pelo valor mental e pela dignidade dos políticos do passado, que injustamente são rebaixados pelos seus adversários à categoria de leprosos espirituais”. Fazia-lhes um “apelo”, resultante da “aspiração veemente da [sua] alma apaixonada : a de que a juventude portuguesa ajude a construir um Portugal, que seja maior por ser melhor, um Portugal em que todos os Portugueses possam conviver sem abdições ideológicas e sem medo, um Portugal cuja unidade resulte não da submissão do pensamento de todos ao de um só, mas da convergência de todas as inteligências e de todas as vontades para o mesmo fim, ou seja – transmutar em casas os covis em que vive a maior parte dos nossos camponeses e muitos cidadãos, suprimir a fome, proteger os corpos contra as insidiosas investidas do frio invernos, elevar o nível espiritual da nossa grei, não pôr entraves à dignificação da pessoa humana, prestigiar o país perante o mundo...”⁶⁴.

Uns – os situacionistas – enchiam a sua boca de Deus, “mas quem estava mais próximo dele”? Se os seus atributos eram “a verdade, a justiça, a bondade e a beleza”,

⁶³ Relatório da polícia sobre a sessão de propaganda do CER Alberto Costa, IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 50-51

⁶⁴ Embora com dificuldades para explicar a sua aderência ao DDS – “a oposição dos papéis” – a nova geração, onde pontava Mário Soares, não achou outra forma de hegemonizar o espaço não comunista que não fosse a sua adesão a esse organismo dos “velhos” republicanos. Na sua “biografia” ditada a Maria João Avelaz, Mário Soares vai mesmo mais longe, considerando-se uma espécie de herdeiro destes republicanos: “...com a minha entrada no Directório, onde adquiri, por força do meu próprio trabalho, um certo peso, o “Grupo” passou a ter uma influência, se não decisiva, pelo menos já algo condicionante, acho eu, em toda a ampla faixa da Oposição não comunista” Cf. Maria João Avelaz, *Soares, Ditadura e Revolução*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, p. 117

quem é que empregava esforços mais sinceros para pôr em prática aquelas características – “nós ou eles?”⁶⁵

4. A “guerra dos papéis”

Dobrado o período eleitoral, pouco havia a esperar por mudanças da Situação. Nos dias seguintes – o mesmo é dizer, nos anos seguintes – a oposição consumia-se em reclamações⁶⁶, dirigidas aos chefes do Estado e do Governo e nas legítimas preocupações que derivavam da acção severa da Censura sobre os poucos textos – em livros ou jornais – que ia sendo possível publicar⁶⁷.

Afora o problema de Goa e da Índia que começava a complexificar o quadro das relações externas do Estado Novo, o regime sufocava, num silêncio de chumbo, todas as vozes discordantes, até as mais irreverentes, como a de Cunha Leal: “ Compartilho – afirmava em carta ao seu amigo Neves Anacleto – do seu desconsolo e estou certo de que deixarei este mundo, sem que se inicie um período de viragem na marcha da humanidade”. Os dois, partilhavam ainda um profundo “desconsolo espiritual pela depressão intelectual e moral da grei portuguesa” naquela emergência histórica⁶⁸. Um,

⁶⁵ Na sequência do processo eleitoral, Cunha Leal recebeu correspondência abundante a apoiar a sua atitude corajosa. Em 13 de Dezembro, a polícia interceptou carta do Padre Domingos Pires e Moura, do Gavião em que responsabilizava “um cristianismo superficial, feito de rezas, de formalismos e de procissões” pelo estado do país: “O clero, os Bispos à frente, abandonam as classes humildes e pobres, para se atrelar, anti-evangelicamente, ao jugo dos poderosos e dos endinheirados”. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR

⁶⁶ No dia 12 de Novembro de 1953, Vasco da Gama Fernandes, em carta a Cunha Leal, propunha que se denunciassem as ilegalidades eleitorais, independentemente das reclamações a apresentar pela Comissão Promotora do Voto, de que ele era também um activista: “ É preciso que o público conheça a nossa resposta. E sobretudo, é indispensável não deixar cair isto em ponto morto”. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 48

⁶⁷ Em carta dirigida ao Comandante da PSP de Angola, o Director da PIDE era do parecer que “ ...ao colocar no outro prato da balança os inconvenientes visíveis e decorrentes da sua apreciação, é esta Direcção de Serviços de parecer de que não deve ser impedida a sua venda e divulgação”. Tratava-se aqui da divulgação do livro de Cunha Leal *Em demanda de soluções para o problema português* (Palestra proferida no RCP em 13 de Novembro de 1953). IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 6

⁶⁸ Carta de Cunha Leal a A Neves Anacleto, Lisboa, 3 de Janeiro de 1955. Espólio de A Neves Anacleto, na posse de NNA

mais novo, havia ainda de experimentar os alvares de Abril, o outro não e, com a certeza de um adivinho, para tal se preparara.

Entretanto, prosseguiram as diferentes e nunca interrompidas tentativas, entre a oposição moderada, de constituição de movimentos e organizações de unidade republicana e socialista. Pelos finais de 1954, constituía-se a “Causa Republicana”, sob a presidência de Mendes Cabeçadas a que se agregaram, em Lisboa, Cunha Leal e Mário de Azevedo Gomes, no Porto José Domingues dos Santos e Hélder Ribeiro e, nos restantes distritos, antigos republicanos. O denominador comum constituía-se em torno da defesa das liberdades e da democracia e de uma política económica e social, cujo modelo ia buscar inspiração ao socialismo democrático de um Mendés France.

No entanto, é no domínio da política colonial que se dariam os primeiros passos decisivos da mudança. As condições de “trabalho forçado” impostas aos trabalhadores negros de S. Tomé, Angola e Moçambique, bem como a sua exclusão da cidadania portuguesa, conduziram a graves incidentes em S. Tomé (1953) e, mais tarde, em Lourenço Marques e Bissau, ao mesmo tempo que eram criadas as primeiras organizações políticas anti-coloniais – PLUA (Angola –1953) e MING (Guiné-1954). Pela primeira vez, com visibilidade pública, o Bispo da Beira, D. Sebastião S. Resende, ousava criticar as condições de recrutamento dos negros.

Porém, é na Índia que se incendeia a questão colonial, com a União Indiana a invadir os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, em 22 de Julho de 1954, e a preparar a ocupação de Goa, Damão e Diu. A reacção da oposição não se fez esperar: a extrema-esquerda comunista apontava a “única solução possível”: a negociação, como único caminho para a paz, “tendo em conta as legítimas aspirações dos povos de Goa, Damão e Diu”, ou seja, admitindo a autodeterminação, desde que garantidos os interesses

nacionais⁶⁹. Antecipando de um mês as ocupações, a oposição democrática republicana, pela voz de Cunha Leal e outros, enviava uma exposição ao Chefe do Estado em que responsabilizava o Governo de Salazar pelo que poderia acontecer, repudiando as teses de Nerhu e sublinhando o seu respeito pela “herança sagrada” do Ultramar. Do governo, exigiam que lhes fosse concedida autorização para participarem da discussão sobre o futuro do Ultramar português. Em 23 de Junho, Cunha Leal fazia sair no *Diário de Lisboa* um artigo em que dava a conhecer a sua posição sobre a questão ultramarina. Como acreditava no resultado favorável a Portugal de um plebiscito aos indianos sobre o seu desejo de integração ou não na Índia, considerava que tal podia ser um caminho a seguir. Contudo, Salazar, pela sua intransigência, tinha aproximado a política ultramarina de um beco sem saída, pelo queurgia dar-lhe uma solução – a única que lhe parecia possível naquelas circunstâncias, em face da igual intransigência de Nerhu. Portugal deveria preparar-se para conceder a independência aos goeses, embora antecedida da negociação do estatuto de Confederação no espaço português. A guerra seria a última das soluções, pelo desastre previsível a que conduziria o país. Cunha Leal acreditava que esta solução constituiria uma plataforma de solução que, não só Nerhu se veria na obrigação de aceitar, como teria igualmente o apoio quase certo dos americanos e dos ingleses⁷⁰. Para evitar o “desastre irremediável”, havia que aceitar uma evolução

⁶⁹ Em declaração pública, divulgada em panfleto, o PCP exigia que o governo português resolvesse o problema de Goa “segundo os verdadeiros interesses do nosso país, da causa da Paz e da Democracia” e terminava com a palavra de ordem: “Fora com os imperialistas americanos do País e das colónias: que regressem imediatamente aos seus lares os milhares de soldados expedicionários que se encontram em Goa”. Por seu lado, o MND, em comunicado à imprensa, defendia: “A negociação apresenta-se como o caminho para a Paz”.

⁷⁰ No domínio dos princípios, a oposição moderada e a comunista encontrava-se de acordo – era preciso reconhecer o princípio de autodeterminação na Índia. No entanto, a nível estratégico, as divergências eram profundas. Referindo-se a Cunha Leal, o *Avante* n.º 189, de Julho de 1954, afirmava: “O “patriotismo” que esses falsos democratas atribuem a si próprios, e também a Salazar, é sinónimo de traição”. Enquanto o PCP reivindicava a recusa de todos os soldados em combaterem na Índia, Cunha Leal acreditava que era necessário garantir uma presença que possibilitasse uma solução negociada

diferida dos vários espaços portugueses coloniais, permitindo “ a alguma, ou a algumas delas alcançar, antes das outras, o Estatuto de independência”⁷¹.

A situação criada nas colónias derivava inteiramente, considerava Cunha Leal, da situação ditatorial que se vivia em Portugal. O regime tinha concitado contra ele todas as reivindicações anti-colonialistas, em especial pelo seu carácter ditatorial e, ao mesmo tempo, estava isolado do ponto de vista interno porque afastara os portugueses das grandes decisões sobre o seu futuro colectivo, adormecendo-os sob o efeito de um totalitarismo fero, sem entusiasmos cívicos ou patrióticos. Desde a campanha eleitoral de 1949 que alertava para a “tragédia” que se aproximava, sem remédios à vista. No entanto, talvez a concessão de um “Estatuto de Independência à Índia Portuguesa” viesse a constituir uma solução e, por isso, afirmava: “Este Estatuto será o primeiro passo dado no sentido daquela Confederação que, segundo os ditames da minha consciência e do meu instinto, é o termo fatal da nossa evolução imperial, o regime que haverá de presidir às relações entre as várias parcelas do território nacional no decurso do século vindouro”⁷².

Transformar desejos em ditames ou previsões, quando o futuro é tão incerto, revela pouco realismo político e Cunha Leal poucas vezes se equivocou com tal dimensão. Se por um lado, à distância de quase meio século nos parece evidente a evolução descolonizadora do continente africano, - os tais ventos da história, leis inexoráveis que ninguém consegue contrariar - também será justo considerar que, ao invés, a evolução histórica não aparece, qual destino inscrito nos astros, como um futuro previsível e sobre o qual a humana força já nada tem a fazer, senão deixar-se ir, como barquinho de papel em águas revoltas.

⁷¹ FPCL, “A política colonial de Salazar”, *Diário de Lisboa*, 23 de Junho de 1954

⁷² *Idem*

Cunha Leal não ignorava a tendência geral descolonizadora do mundo do pós-guerra – aliás, conhecia bem os seus contornos desde os primeiros anos do século, já que se tinha batido sempre contra as insuficiências colonizadoras dos portugueses que alimentavam os independentismos internos e a gula dos vizinhos poderosos. Mas também acreditava que a Confederação de Estados, face às relações culturais cultivadas no espaço português, poderia ser uma solução de liberdade para todos os povos: “Em meu entender, o acesso à independência dos territórios indo-portugueses teria a virtude complementar de pôr termo a essa comédia da libertação dos pretensos irmãos oprimidos de Nerhu, pois, ainda que associada à Mãe-Pátria, o novo Estado teria o direito de se estruturar e de orientar a sua política interna segundo o consenso dos seus habitantes”⁷³.

A admissão de Portugal na ONU, em Dezembro de 1955, viria a constituir-se como uma arma de dois gumes para o regime. Apoiada pelas democracias ocidentais, esta entrada consagrava a “excepcionalidade” do salazarismo como o regime mais adequado à situação portuguesa; mas, por outro lado, fragilizava-o perante as exigências descolonizadoras do bloco afro-asiático⁷⁴. Do Leste, também algo de novo alimentava as “mudanças invisíveis” desta década só aparentemente sombria – o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética denunciava o estalinismo, com repercussões internas no PCP que, no Manifesto do Comité Central de Outubro de 1956, denunciava o sectarismo que tinha orientado a política do partido no auge da guerra fria. Daí em diante, estaria apostado em aproveitar todas as oportunidades eleitorais para a denúncia do regime, jogando todo o seu peso na linha de uma “transição pacífica”. Apesar da

⁷³ Idem

⁷⁴ Em Julho de 1956, Portugal seria confrontado com uma nota de inquirição da ONU sobre se administrava territórios “cujos governos não hajam atingido ainda governo próprio”. O governo negaria a existência de tais territórios. O que não poderia ignorar é que, nesse mesmo ano, seriam criados o PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde) e o MPLA (Movimento para a Libertação de Angola)

aproximação aparente à estratégia do DDS, este descongelamento não foi suficiente para garantir a compreensão da oposição moderada que, em torno das Comissões Promotoras do Voto, continuava a repudiar qualquer entendimento com os comunistas, tanto em manifestos como em artigos de imprensa.

Distante da tática oposicionista dos comunistas, o DDS continuaria a desenvolver uma acção continuada de denúncia e resistência, concretizada através de manifestos, proclamações e abaixo-assinados que começavam, sem variância, “Ao abrigo do Artº 8º da Constituição vêm os signatários, no uso dos seus direitos, representar ao Chefe do Estado...”.

Foi justamente desta forma que, em Julho de 1956, se iniciou uma “representação” ao Presidente da República, subscrita à cabeça por António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes e Cunha Leal, em que se faziam as exigências de sempre: uma ampla amnistia política, o cumprimento da Constituição em matéria de liberdades, a revogação do regime de censura e das medidas contra a segurança dos cidadãos e a autorização legal “para o livre curso das iniciativas ordeiras”.

O motivo desta representação residiu no facto de os signatários, apesar de terem teses opostas e de continuaram a manifestar “uma profunda discordância pelo sistema político vigente”, terem encarado com “inquietação e alvoroço” a discussão das numerosas comunicações apresentadas ao último Congresso da União Nacional, de 30 de Maio último. Tinham-se como estudiosos e amantes da sua Pátria e consideravam, por isso, reprovável o sistema “unilateral e monopolizante” que imperava no governo do país o qual, perante os dramáticos problemas apresentados pelos congressistas, antes exigiria uma “mais ampla comparticipação colectiva”. Os signatários reivindicavam essa “comparticipação na elaboração de uma opinião pública consciente e esclarecida”, tanto mais que tinham sido discutidos temas da maior relevância e oportunidade e se

sentiam na obrigação de apoiar muitas das análises apresentadas no Congresso. Como não apoiar a “crítica construtiva” dos reformistas, como Daniel Barbosa - denunciando o lugar paupérrimo do país nas estatísticas de consumo internacionais -, de Castro Caldas, - exigindo a melhoria do poder de compra de um milhão e meio de rurais -, ou de outros denunciando as “misérias do pauperismo do trabalhador português que vive asfixiado pelas ventosas do povo capitalista”? Mesmo o de Marcelo Caetano, - “o mais significativo discurso do Congresso” ?⁷⁵

Adivinhamos nesta, como noutras representações e manifestos, a participação decisiva de Cunha Leal na estratégia, há muito seguida, de exigência de “generalização do debate” sobre os problemas nacionais. De aproveitar todos os momentos e pretextos para confrontar o regime e os seus responsáveis pela política “desastrosa” com que conduziam o país.

Os responsáveis do regime também centravam, comumente, em Cunha Leal a sua crítica aos adversários políticos da oposição. Foi o que aconteceu com Marcelo Caetano, no discurso proferido em 17 de Outubro de 1956 na inauguração do novo ano de trabalhos do Centro de Estudos Político-Sociais da União Nacional⁷⁶. Um mês depois, devido a “incidentes retardadores”, ripostava-lhe o visado, com o “desejo de moderar os ímpetos iniciais”, reclamando-se um dos admiradores do Ministro da Presidência, apesar dos “dissentimentos ideológicos”⁷⁷.

Em causa estava a representação do Estado nas empresas que, com o dirigismo corporativo do Estado Novo, tinha propiciado a estadia sempre renovada do pessoal político, criando vícios e desencadeando apetites e práticas fraudulentas. O problema é

⁷⁵ Representação ao Senhor Presidente da República, 3 de Julho de 1956, IAN/TT, PIDE, Vasco da Gama Fernandes, Proc. 1076/SR, fº 27

⁷⁶ O discurso foi tratado no *Diário de Lisboa* de 18 de Outubro de 1956 sob o título “Panorama Geral dos problemas da política e da administração traçado pelo prof. Marcelo Caetano”

⁷⁷ As duas cartas de Cunha Leal (de 19 e 21 de Novembro de 1956) foram publicadas nos jornais da tarde de Lisboa e reunidas em *Coisas de tempos Idos Coisas do tempo Presente (Comentários a afirmações do Sr. Ministro da Presidência)*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1956

que Marcelo Caetano considerava que essa prática tinha raízes na Primeira República e ia mais longe, nomeando 22 altos dignitários daquele regime, - entre os quais Cunha Leal -, para justificar a invasão das empresas pela fina flor do Situacionismo. Numa referência directa ao antigo líder nacionalista, afirmara: “V. Exa. refere-se ao seu caso pessoal e recorda a sua passagem pelo Banco Nacional Ultramarino. Lembro-me perfeitamente da discussão que essa nomeação levantou e ficou-me a ideia de não ter constituído um passo feliz na sua carreira política nem tão pouco um facto que possa aduzir-se em abono dos costumes do tempo”⁷⁸ Ora, Cunha Leal interpretou a acusação como mais uma forma de achincalhamento, deselegante e superficial, tanto mais que a sua passagem pelo Banco Nacional Ultramarino tinha terminado por uma atitude de radical renúncia ao cargo. A sua função tinha sido exercida por indicação do Partido Republicano Nacionalista, por poucos meses e numa altura em que não exercia qualquer função pública remunerada. Parecia-lhe, portanto, desproporcionada a comparação entre os tubarões estadonovistas e os “modestos tubarões” do puritanismo republicano, muito mais empenhados na fiscalização e na cooperação administrativa das empresas tuteladas pelo Estado – de resto restritas aos bancos emissores, a algumas empresas ferroviárias e a alguns monopólios ultramarinos.

Distinguia entre adversários dignos - como Marcelo Caetano - e aqueles que lhe não mereciam resposta. Indignos, por exemplo, eram aqueles que metiam no mesmo saco toda a oposição e lhe reprovavam o silêncio mantido “em face do martírio da nobre nação húngara”. Ora, os “democratas sinceros”, entre os quais se contava, repudiariam sempre o uso da força dos tanques soviéticos para impedir, no fundo, aquilo que também o povo português ansiava: eleições livres, reconhecimento da legalidade dos partidos políticos e liberdade sindical. Se não o demonstraram foi porque não tinham liberdade para o fazer.

⁷⁸ Carta de Marcelo Caetano a Cunha Leal, publicada nos jornais da manhã de 20 de Novembro de 1956

5. Razões de um abstencionista – as eleições de 1957

Em 20 de Janeiro, uma *Nota Oficial* da Presidência do Conselho, publicada nos jornais da tarde informava que “não haverá qualquer impedimento a que seja feita a divulgação dos preceitos legais sobre o recenseamento eleitoral, ou das condições da sua execução, nem tão pouco à sugestão de reformas legislativas”. Mas acrescentava que a pretexto disso, não podia “antecipar-se a campanha eleitoral (...) cuja duração é limitada ao período imediatamente anterior à data das eleições”.

O ano iniciava-se sob o signo das eleições de Novembro para a Assembleia Nacional, a que se seguiriam as presidenciais do ano seguinte. Por isso, uma aparente abertura da Presidência do Conselho sugerida pela *Nota Oficial* de Janeiro alimentou, de forma quase instantânea, uma reacção de esperança da oposição moderada, organizada na Comissão Promotora do Voto/Directório Democrato-Social⁷⁹.

Para a Situação, a visita da Rainha Isabel II de Inglaterra, em 16 de Fevereiro, constituía uma manifestação inequívoca de apoio ao “ditador honesto e paternal” que governava o país. Em Julho, Salazar tentaria reforçar a Aliança Peninsular naquele que seria o 5º encontro dos ditadores ibéricos. Apesar do aparente entendimento ideológico, tal não impediria que a Espanha se tivesse decidido pelo reconhecimento da União Indiana, renunciando o período de crescente isolamento internacional do regime. Internamente, também profundas mudanças se encontravam em gestação. Em intervenções desassombradas, D. António Ferreira Gomes (Bispo do Porto) renunciava o espírito pré-conciliar, defendendo a abertura da Igreja católica ao mundo. As suas

⁷⁹ Em carta de Vasco da Gama Fernandes a Mário de Azevedo Gomes de 21 de Janeiro de 1957, o causídico leiriense considerava: “Após a leitura da nota oficial da Presidência do Conselho parece-me, salvo melhor opinião, que é urgente a elaboração dum projecto de lei eleitoral, sem grande articulação,

críticas ao corporativismo português que tinha levado ao atraso económico e cultural da nação, visaram confrontar o regime salazarista com o seu tempo. A escolha decidida pelos mais desfavorecidos⁸⁰, colocava um dos mais considerados membros da Igreja em rota de colisão com a Situação, num caminho que começava a ser seguido por muitos católicos.

Até onde estava o regime disposto a preparar-se para os novos tempos que se adivinhavam no horizonte? Aparentemente, o sector reformista parecia prometer mudanças, embora em clima ordeiro. Em Outubro, um mês antes das eleições, a reunião autorizada do Congresso Republicano de Aveiro parecia confirmar os sinais de abertura.

No entanto, três décadas de Ditadura, sem qualquer controlo democrático – político ou da opinião pública – colocavam o regime imune a qualquer assalto da oposição. Mesmo se os diagnósticos realizados pela “crítica construtiva” que se desenvolvia dentro do próprio regime eram, por vezes, demolidores, nem por isso tais críticas conduziam a qualquer alteração de sentido democratizante. Pelo contrário, o cinzentismo dominante não impedia que, embora de forma moderada, o próprio Ministro da Presidência deixasse de mostrar publicamente as suas preocupações com o irracionalismo do corporativismo de Estado e com o aparelhismo das elites estadonovistas, comodamente instaladas nas instâncias públicas e nas empresas que, pelo ascendente político, igualmente dominavam⁸¹.

Em Maio de 1957, as primeiras *démarches* para escolher os candidatos a deputados para a Assembleia Nacional deixavam antever dificuldades acrescidas. O PCP, definida a sua linha de “política de transição pacífica” através da criação de uma frente nacional antisalazarista, conseguira criar em Lisboa uma Comissão Cívica

mas suficientemente claro e expressivo (...) ocorrendo assim ao chamamento do Governo”. IAN/TT, PIDE, Vasco da Gama Fernandes, Proc. 1076/SR, Pº 244

⁸⁰ Vide D. António Ferreira Gomes, “A miséria imerecida do nosso mundo rural”, 1952

⁸¹ Marcelo Caetano, “Panorama Geral...”, cit., *Diário de Lisboa*, 18 de Outubro de 1956

Eleitoral. Tanto bastava para que a oposição democrática moderada se dividisse pelo intervencionismo ou pelo abstencionismo. Segundo informação policial, a instância de Nuno dos Santos, Cunha Leal ter-se-ia mostrado indisponível para candidatar-se ao próximo acto eleitoral, alegando problemas de saúde, embora se dispusesse a redigir as disposições programáticas⁸².

No entanto, o abstencionismo político não o impedirá de utilizar a “liberdade” do período eleitoral para debater as suas ideias com as do regime e para confrontar este com a sua intervenção “desastrosa” no domínio das empresas em que tinha intervenção directa ou delegada. Foi o que aconteceu com o discurso que proferiu na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de Diamantes de Angola, em dupla sessão de 28 de Junho e 1 de Julho de 1957 e que ficaria célebre pela repercussão que adquiriu na opinião pública⁸³. Desde o fim da Guerra que vinha sendo possível a Cunha Leal articular, com grande sucesso, duas vertentes – uma profissional, outra política – representando grupos de accionistas de grandes empresas com tutela (ou participação significativa) do Estado e transformando as assembleias gerais dessas empresas em bancadas de combate ao regime.

Eram intervenções que suscitavam a resposta dos “administradores-delegados” do Governo e que, não raras vezes, acabavam por implicar os próprios ministros, porque assentavam em bases técnicas insofismáveis e extraíam conclusões incómodas do ponto de vista político. O “autoritarismo estatal” que muitos justificaram com a necessidade de colocar o poder político e o poder económico ao serviço “da grande massa populacional do país e da miseranda classe média”, teve efeito contraproducente: “em

⁸² Independentemente da veracidade a atribuir à fonte policial, é talvez muito provável que a situação de doença alegada corresponda à verdade dos factos, até pelas dificuldades que veio a demonstrar em Abril/Maio de 1958, quando foi operado e esteve hospitalizado de forma prolongada. Tal não permite, no entanto, explicar a posição abstencionista de Cunha Leal – ou não a consegue explicar integralmente. IANTT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 548

⁸³ O discurso foi publicado em *Coisas do Tempo Presente I Coisas da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)*, Edição do autor, Lisboa, 1957

vez disso, o que surgiu do caos revolucionário foi o reverdescimento da plutocracia que, mergulhando as raízes no húmus nacional, conseguiu, a bem dizer, sorver-lhe toda a substância e desentranhar-se em novos ramos e em frutos, quase sempre para digestão própria”⁸⁴. Na agricultura, o domínio dos “grandes latifundiários alentejanos e ribatejanos”, sobre quem impendia uma levíssima carga fiscal, baseada em matrizes viciadas; na indústria, um “supercapitalismo” baseado nas restrições da concorrência e na fixação, a preços baixos, das matérias primas, incapaz de investir os “ganhos fabulosos” arrecadados. Prosperavam, pois, modalidades primitivas de agricultura e de indústria, que não deixariam de hipotecar o país se, como tudo indicava, se viesse a realizar a curto prazo a “tendência irresistível do “mercado livre europeu”, a que Portugal, mercê da linha predominante do seu comércio não podia resistir.

Ora, destes magnos problemas, partia Cunha Leal para a análise minuciosa de casos particulares de empresas onde essas distorções estavam patentes, denunciando-as em público e propondo-lhe a sua correcção. Embora temesse a alteração da situação, estas assembleias gerais constituíam – segundo considerava – “o último refúgio da liberdade em Portugal”⁸⁵.

Com três críticas fundamentais, explicava Cunha Leal a sua “alergia espiritual” à exposição do delegado do Governo na assembleia geral da Diamang, a saber: a empresa hipotecara, em grande medida, os dividendos do Estado e dos accionistas cedendo os diamantes a grandes intermediários monopolistas mundiais e contentava-se com as “migalhas” do fabuloso negócio; as mais de duas dezenas de administradores da Companhia auferiam ordenados fabulosos, (uma “fatia de nababos”) se comparados com quaisquer das outras empresas com intervenção do Estado, o que era manifestamente ilegal já que desde 1935 (pelo Decreto-Lei nº 26115, de 23 de

⁸⁴ Idem, p. 9

⁸⁵ Idem, p.16

Novembro), os administradores da Diamang estavam impedidos de auferir ordenados superiores aos dos ministros, auferindo eles ordenados superiores mesmo ao do Presidente da República; por fim, a manutenção de depósitos “inertes”, de muitos milhares de contos, depositados em bancos, sem qualquer aplicação útil, nem remuneração de accionistas, nem aplicação no desenvolvimento local, nem mesmo medidas cautelares que habilitassem a empresa a responder a qualquer fase de baixa da procura mundial de diamantes.

As propostas de remediação não se ficavam atrás e o seu tom justicialista tanto agradaria aos pequenos accionistas que Cunha Leal representava, como faria as delícias de uma opinião pública ávida de escândalos sociais e de correcção de uma “orgânica social que se fundamenta(va) no domínio de um escol ganancioso sobre uma massa de colaboradores esqueléticos”⁸⁶. Ao Estado exigia-lhe que se defendesse a si próprio, defendendo também assim os accionistas dos potentados económico-financeiros “de origem exótica” que roubavam a Angola as suas riquezas naturais. E igualmente os protegesse da gula faraónica dos seus administradores-delegados. Sobre estes, propunha que repusessem “as quantias que foram por eles recebidas a mais do que os vencimentos de um Ministro do Estado português”. Por fim, para correcção da habitual acumulação dos lucros da empresa em depósitos que transitavam de ano para ano, Cunha Leal propunha uma remuneração do capital social três vezes superior à proposta pela administração.

Defendido pelo Dr. Azeredo Perdigão, o conselho de administração conseguiu que as propostas de Cunha Leal nem sequer fossem aceites, prestando-se assim à defesa “do devorismo da plutocracia nacional”⁸⁷. Procurou ainda que para o exterior não transpirassem as discussões que traduziam a divergência de interesses; mas aí, ficou

⁸⁶ Idem, p. 54

⁸⁷ Idem, p. 113

demonstrado que estes “anos de chumbo” foram também como considera Fernando Rosas, anos de “mudanças invisíveis”. Mudanças que só conseguem explicar-se se tivermos em conta a “compreensão” demonstrada pelo poder político no abrandamento da Censura que permitia a publicação - embora sempre acidentada - dos textos polémicos de Cunha Leal.

Em Outubro, o país preparou-se para as eleições. A oposição apenas conseguia apresentar listas de deputados para os círculos de Lisboa, Porto, Braga e Aveiro, sendo que só a de Braga acabou por ir até ao fim. Os abstencionistas de 1953 tornavam-se agora campeões do intervencionismo e vice-versa. Cunha Leal encontrava-se entre os que, desta vez, defendiam a abstenção⁸⁸. No entanto, tal não o impediu de participar activamente no debate político e de provocar a réplica de membros e instituições do regime, aliás, o único a merecer resposta dos situacionistas, mais uma vez.

Em 23 de Outubro, dava a público, no *Diário de Lisboa*, as “Considerações de um abstencionista sobre os problemas nacionais⁸⁹”. Em onze pontos, fazia um diagnóstico da situação nacional e explicava, porventura de forma indirecta, a razão fundamental da sua abstenção: “Vivo, desde há muito em estado de ensimesmamento e desconsolo, por me ter convencido de que o nosso país se acha enredado nas complicações de grave crise – moral, económica, social e política – para a qual não se descortinam ainda soluções e, provavelmente, não virão a lobrigar-se no decurso do que

⁸⁸ Em carta de 25 de Agosto de 1957, Mário de Azevedo Gomes, figura cimeira do DDS, assegurava a Cunha Leal a sua concordância com o teor do seu livro sobre a Diamang e comprometia-se a fazer larga divulgação dos temas abordados durante a campanha eleitoral que se avizinhava. Ao mesmo tempo, dava conhecimento da constituição das comissões de candidatura e convidava Cunha Leal a juntar-se-lhe. Numa outra carta de 1 de Dezembro de 1957, considerava: “A sua presença dentro do DDS e a nosso lado continua a ser indispensável; pelo que ela vale em si mesma e também pelo que a ausência alimenta no campo da intriga e da desorientação”. Arquivo pessoal de Maria Helena Cunha Leal.

⁸⁹ Para além de dois outros artigos, também publicados no *Diário de Lisboa* (“Resposta aos comentários do sr. Comodoro Sarmiento Rodrigues”, de 27 de Outubro de 1957 e “Aprender até morrer”, de 29 de Outubro de 1957), as “Considerações de um abstencionista...” foram publicadas no livro “*As Minhas Razões e as razões dos Outros, Ecos de uma campanha eleitoral*”, Edição do autor, Lisboa, 1957

possa restar-me de existência terrena”⁹⁰. Explicava ainda que não era um abstencionista activo, já que desejava aos que corajosamente persistiam na luta eleitoral as melhores condições para afirmarem dignamente a sua posição e, por isso, não tinha assinado qualquer documento.

O que o incomodava é que, passada quase uma década sobre o seu Manifesto eleitoral de 1949, os problemas só não eram os mesmos porque se tinham agravado. Persistia o mesmo autoritarismo estatal que, “tendo permitido certo progresso material, não o conseguiu excitar na medida necessária”. Daí que a miséria daqueles tempos lhe parecesse ainda mais negra que a de outros em que tivera responsabilidade política porque não aumentara a produtividade e, principalmente, haviam-se aprofundado as diferenças sociais resultantes de uma redistribuição não equitativa da riqueza: ao fausto novo-rico de uns poucos, correspondia a miséria generalizada da maioria.

A estratégia industrialista, acompanhada de uma política de subida de preços dos produtos industriais que não tinha sido seguida na agricultura, criava desequilíbrios que, na sua opinião, só poderiam ser corrigidos com a necessária sincronização do desenvolvimento dos dois sectores de actividade. Num país de rendeiros empobrecidos e de trabalhadores rurais a viver no limiar da miséria, como pensar num mercado interno para uma indústria próspera? Só com um programa de desenvolvimento rural que passasse pela valorização dos ganhos dos rendeiros e pela melhoria dos salários dos camponeses. E esse programa exigiria “a concentração dos minifúndios, a fragmentação dos latifúndios, o aumento dos prazos dos arrendamentos, crédito agrícola facilitado a taxas de juro baixas, a intensificação do cooperativismo com a redução dos intermediários entre o produtor e o consumidor”⁹¹. Uma reforma agrária, no fundo. Porém, não bastava porque, livre de peias políticas e económicas, a Europa caminhara

⁹⁰ FPCL, Considerações..., cit., *Diário de Lisboa*, 23 de Outubro de 1957

⁹¹ Idem

para um mercado livre de barreiras alfandegárias que Portugal, atrasado de décadas, não podia integrar – a não ser por fases.

Tinha sido essa a sua proposta na Conferência Económica de 1927, onde representara Portugal e continuava a mantê-la três décadas depois, quando o problema se começava a pôr de forma incisiva: “Quanto tempo deveria inverter-se na realização integral deste programa? Trinta, quarenta, cinquenta anos? Os actuais progressos no sentido da produção de energia atómica podem precipitar esta evolução. A posse de minérios radioactivos quiçá se substitua à de carvão de pedra (...). Ora, sob este ponto de vista, a natureza não foi madrasta para nós”⁹². Tinha-o sido em quase tudo o resto: em solo, em sub-solo, em matérias primas.

Daí que se tornasse quase imperativo pensar na (in)viabilidade de projectos tão incongruentes do seu ponto de vista como uma siderurgia nacional: “Será viável entre nós a indústria siderúrgica, quando a má qualidade de grande parte dos nossos minérios de ferro, a carência do carvão de pedra e o alto custo da energia eléctrica só lhe permitirão viver sob o signo da protecção alfandegária e quando a sua montagem vai ocorrer em época em que paira no horizonte o espectro da aproximação económica do Ocidente da Europa?” “Velho do Restelo” ou premonição de um projecto deslocado no tempo e no espaço? Talvez antes a segunda hipótese, para nós que hoje sabemos e discutimos a vida e morte da Siderurgia Nacional e nos confrontamos com a realidade trágica do desenvolvimento diferido de Portugal e dos restantes países da Europa Ocidental. É que podemos hoje avaliar quão dramático podia parecer a Cunha Leal, à época, a timidez com que os situacionistas abordavam o lugar do país na iminente integração económica e social da Europa.

Receoso, Salazar continuava a insistir na intensificação de um qualquer mercado peninsular que, mais que económico e livre, lhe devia antes parecer a barreira com que

desejava afastar o seu país do mercado livre europeu. Mas também aqui os tempos estavam gastos e a aposta perdida, como avisava Cunha Leal: o mercado peninsular não era tão extenso que permitisse uma unidade económica autónoma, por um lado; por outro, a Espanha era um mercado concorrente do português e estava já a milhas de distância deste em termos de desenvolvimento.

Restavam as colónias. Porém, também aqui o sinal de alerta tinha sido dado na Índia e por todo o Império. Quem estava disposto a assumir as responsabilidades daquela hora? Quanto mais afastados do poder, mais livres para decidir: os comunistas, desde 1955 reconheciam o direito à autodeterminação dos goeses e dos povos das restantes colónias⁹². Posição algo semelhante tinha assumido Cunha Leal em 1954, embora preconizando uma negociação concreta que, na sua opinião, poderia concluir-se numa confederação de estados autónomos. Mas, perante o irremediável, havia mesmo preconizado a independência do Estado da Índia, como vimos atrás.

Porém, o regime endurecera as suas posições e tornara-se cada vez mais intransigente, não admitindo de nenhum modo a autodeterminação, quando esse era o caminho para que caminhavam, inexoravelmente, todos os povos – apenas distanciados pelo tempo em que cada processo iria decorrer: “Decretar do alto do Poder a unidade inquebrantável de uma pátria tendo por suporte geográfico um complexo de territórios espalhados a esmo pela superfície da Terra e proclamar assim a indissolubilidade dos laços que prendem umas às outras as várias parcelas de todo multiforme e a perene comunidade dos seus interesses materiais e espirituais – nada mais é que a manifestação de uma aspiração muito respeitável, mas que, em prazo mais ou menos dilatado, há-de esbarrar contra realidades adversas e inelutáveis. Seria, em boa verdade, o primeiro exemplo de uma construção deste tipo a registar-se nas páginas da História (...) e a vis

⁹² Idem

⁹³ Decisão tomada na 6ª reunião Ampliada do Comité Central, em Agosto de 1955

criadora do género humano não chega ao ponto de dar vida durável a quimeras concebidas contra os ditames da razão”⁹⁴. A autonomização dos espaços portugueses era, pois, para Cunha Leal tão fatal como o destino – bastava que se facilitasse “a transformação das matérias primas produzidas” em cada um desses territórios; ou que se desse maior liberdade de comércio a cada um desses espaços coloniais, por modo a que pudessem disputar o valor das suas mercadorias no mercado mundial. O condicionamento industrial e o exclusivo comercial eram barreiras que o mundo aberto já não admitia: “Para os que labutam na terra angolana, moçambicana ou guineense não há igualdade política nominal que compense os prejuízos materiais advenientes destas desigualdades de tratamento económico”⁹⁵.

O problema residia no confronto destas realidades inexoráveis com “as aspirações metropolitanas” de uma burguesia e de um regime deslocados no tempo e incapazes de vislumbrarem outra estratégia de futuro no contexto europeu e mundial. Porque a mudança implicava perda de poder e ninguém cede a cadeira senão for dela empurrado.

As respostas dos situacionistas não se fizeram esperar nos dias seguintes: a 26 de Outubro, respondia-lhe o comodoro Sarmento Rodrigues⁹⁶ e nos dias seguintes, por duas vezes, a União Nacional se manifestou contra a sua análise histórica e política da realidade colonial. O Poder tinha decretado a unidade de todo o território português – e tinha feito bem – afirmava o ex-ministro das colónias porque “antes de o ter feito, já ela existia por consenso unânime de todos, pelo génio do povo, pela orientação de todos os governantes, de há séculos para cá”. A colonização portuguesa havia sido substancialmente diferente da inglesa: “A ideia política foi de, cristianizando,

⁹⁴ FPCL, “Considerações...”, cit., *Diário de Lisboa*, 23 de Outubro de 1957

⁹⁵ Idem

civilizando e povoando, em todas as terras criar prolongamentos do povo português” – e dava os exemplos de Cabo Verde e do Brasil, onde nunca se teriam verificado “separações raciais” nem “desenvolvimento económico separado”. Embalado pelo voluntarismo optimista, o Comodoro, quase perdia a capacidade total de análise da realidade: “A industrialização separará porquê? Há fábricas de lanifícios no Minho e na Beira e nunca ouvi de tendências separatistas dessas províncias”⁹⁷.

No dia seguinte, Cunha Leal treplicava a Sarmento Rodrigues repudiando as acusações de falta de patriotismo que lhe eram dirigidas por, alegadamente, pôr em causa “a essência da existência de Portugal como nação”. Não escondia a sua simpatia pelo processo inglês que conduziu a uma “estrutura comunitária de nações independentes” e ripostava: “Onde residirá afinal de contas o patriotismo – no imobilismo do estadista Sarmento Rodrigues ou na ductibilidade desses insignificantes Baldwin, Churchill ou Atle?”⁹⁸

A 28 e 31 de Outubro, a União Nacional (através da Comissão Distrital de Lisboa) carregava o tom no combate às ideias *lealistas*. Descontando como irrelevante a “concepção alegre” de uma administração central itinerante numa confederação de estados autónomos, - proposta por Cunha Leal – a União Nacional acentuava a traços negros o que considerava “mais sério e mais grave, na medida em que se orienta(va) para ideias de abdicação colectiva e considera(va) como fatalidade inelutável a autonomia e a independência das Províncias Ultramarinas”⁹⁹. Combatendo as pesadas “imagens mortuárias” com que Cunha Leal pintava a situação social do país, os responsáveis da UN preferiam antes preocupar-se com a “imagem falsa” que poderia

⁹⁶ Manuel Maria Sarmento Rodrigues (1899-1979) foi Governador da Guiné entre 1945 e 1949 e Ministro das Colónias entre 1950 e 1955. Durante o seu ministério, seria chamado a apagar o fogo descolonizador que abrasou a Índia, tendo realizado uma viagem ao Oriente (Timor, Índia e Macau) em 1952.

⁹⁷ Comodoro Sarmento Rodrigues, “Não temos que lançar dúvidas sobre realidades vitais para a nossa existência como Nação”, *Diário de Lisboa*, 26 de Outubro de 1957

⁹⁸ FPCL, “Tréplica do eng. Cunha Leal à réplica do comodoro Sarmento Rodrigues”, *Diário de Lisboa*, 27 de Outubro de 1957

passar por esse vasto mundo e fazer de conta que o sufrágio ocorria com a maior seriedade. E como prova desta “normalidade”, alegavam o facto de os oposicionistas “se furtarem constantemente a defrontar a prova das urnas” nas eleições “democráticas” promovidas pelo governo.

Em “Aprender até morrer”¹⁰⁰, Cunha Leal triplicava aos situacionistas e à União Nacional “pretendendo assim espezinhar a sua preguiça intelectual para que eles brilhem até ao inverosímil” e concluindo desta forma a sua intervenção em período eleitoral. Era inegável que os oposicionistas ainda não haviam logrado obter um “denominador comum” das suas posições ideológicas; mas não era só isso o que os impedia de criar um “complexo de ideias médias” que lhe permitisse concorrer em todos os círculos eleitorais. A razão era tão evidente que mal parecia ser necessário evidenciar a falta de liberdade impeditiva do normal debate entre todas as correntes ideológicas nacionais.

O seu pessimismo envolvia-o numa “nebulosa de tristeza” e não conseguia, pela análise fria da realidade, “descortinar as realidades hilariantes que a Situação soube criar”. O fosso entre as concepções democrática e autoritária do Estado era tão profundo que só em situação autoritária era possível afirmar-se que no país havia liberdade para todos exprimirem as suas opiniões “desde que não fossem subversivas da ordem que lhes garante essa liberdade”. Quanto à abundância de bens na posse das classes pobres que a UN contrapunha à penúria apontada por Cunha Leal, bastava que os números não fossem mascarados: o poder de compra dos portugueses tinha baixado nos últimos anos e “só por milagre da multiplicação dos pães” se podia imaginar um povo farto e feliz.

As eleições de 3 de Novembro decorreram sem incidentes e com uma “vitória” esmagadora dos situacionistas. Porém, à sombra desta mascarada, as oposições manobravam finalmente um entendimento mais vasto, capaz de levar de vencida a

⁹⁹ “A União Nacional responde ao eng. Cunha Leal”, *Diário de Lisboa*, 28 de Outubro de 1957

¹⁰⁰ FPCL, “Aprender até morrer”, *Diário de Lisboa*, 29 de Outubro de 1957

Situação instalada através da eleição de um Presidente da República que se compromettesse a desalojar o totalitarismo imperante.

6. Cunha Leal – candidato a Presidente da República

Num Manifesto (que nunca chegou a ver a luz do dia), escrito no hospital onde no mês de Fevereiro de 1958 foi operado à vesícula, depois de ter decidido aceitar o repto dos dois jovens médicos que o assistiam a candidatar-se à Presidência da República, Cunha Leal reclamava o voto dos “democratas e dos situacionistas contritos”, e bem assim dos católicos empenhados num reino de justiça e concórdia. Aos estudantes dirigia-se-lhes do seguinte modo: “ E a vós, jovens estudantes universitários, profissionais em começo de carreira, proletários, que dizer-vos senão que fostes vós os culpados duma aceitação de candidatura, que, se me impõe deveres a mim, vo-los impõe a vós também?”¹⁰¹

Mais de um mês e meio tinha decorrido desde o “jantar de apoio” dinamizado pelo seu amigo e correlegionário Castanheira Lobo num restaurante do Lumiar, em Lisboa, o qual ficaria a marcar o início do movimento pró-candidatura de Cunha Leal à Presidência da República. O convívio reuniu 700 convidados e aí compareceram personalidades do DDS (Tito de Morais, Vasco da Gama Fernandes), da Seara Nova (Câmara Reis), da maçonaria (Ramon la Féria), republicanos (Agatão Lança, Carvalhão Duarte) e comunistas (Manuel João da Palma Carlos)¹⁰². O movimento configurava uma

¹⁰¹ *Textos Antológicos de Cunha Leal*, Edição Cosmos, Lisboa, 1991, p. 222

¹⁰² Desde finais de Dezembro que alguns comunistas forçavam, no âmbito de uma candidatura unitária, a indicação de Cunha Leal, em oposição à indicação de militares como Humberto Delgado e Júlio Botelho Moniz que consideravam “fascistas” e que eram os candidatos indicados pelo DDS. Em causa estava a hegemonia política no movimento de candidatura, tanto ou mais que as questões ideológicas. Esta oposição manteve-se até muito tarde, como pode verificar-se no relato do informador da PIDE que assistiu às reuniões de delegados de 15 e 19 de Abril de 1958. A este propósito, veja-se João Madeira, “Uma Primavera Turbulenta”, in *Humberto Delgado, as eleições de 1958*, (Coord. De Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria), Veja, Lisboa, 1998, pp. 27-62

abrangência ideológica vasta mas também algumas roturas em alguns dos campos ideológicos representados. Foi significativo que, estando Cunha Leal muito justamente próximo do DDS, alguns dos seus “generais”, como António Sérgio ou Jaime Cortesão não compusessem a lista de convidados do movimento de apoio daquele seu correlegionário à Presidência. Na verdade, na sequência das eleições legislativas de 1957, o DDS dividiu-se quanto à escolha do candidato a apresentar na Primavera de 1958. Para alguns, o candidato devia ser um civil, como Jaime Cortesão, ou Mário Azevedo Gomes; mas, para outros, devia antes ser um militar, como acontecera com o almirante Quintão Meireles, em 1951. Nesta linha militava António Sérgio e, por isso, desde finais de 1957 que germinava a ideia de vir a ser proposto um candidato que reunisse as condições necessárias para poder “caçar” no campo situacionista mas, simultaneamente, fosse capaz de imprimir mudanças ao regime com o apoio das Forças Armadas. Essa escolha recaiu sobre o jovem general Humberto Delgado que, desde o seu retorno dos Estados Unidos, se tinha aproximado desta oposição moderada onde se casavam antigos situacionistas descontentes e democratas liberais.

Por esta altura, ganhava foros de notícia nacional o segundo julgamento de Henrique Galvão, hospitalizado em S. Maria e indiciado por crime de desobediência civil e agressão a autoridade, quando era público que esta situação derivara da injusta situação de reclusão e de restrições a que o preso estava sujeito. Entre Novembro de 1957 e Março de 1958, a “enfermaria-cela” de Galvão passou a ser um local de “romaria” oposicionista. Sem possibilidade de comprovação documental, quer a polícia, quer os relatos oposicionistas, referem Henrique Galvão como o grande animador da candidatura de Humberto Delgado¹⁰³.

¹⁰³ O preso era visitado, diariamente, por homens do DDS, como Mendes Cabeçadas e Quintão Meireles. No entanto, a visita mais chegada neste finais de 1957 e primeiro trimestre de 1958 foi justamente Humberto Delgado. NA/TT, PIDE, Henrique Galvão, Mç. 30, S6, E2, pasta 1

No início de 1958, as duas candidaturas corriam os processos habituais de agregação de apoios, com Cunha Leal a conseguir reunir simpatias inusitadas e muito significativas de norte a sul do país¹⁰⁴, apesar da sua estadia hospitalar e das dissensões que continuavam a baralhar os desígnios oposicionistas¹⁰⁵. Já em finais de Fevereiro, a propaganda da candidatura da “oposição portuguesa” que anunciava em panfleto a escolha de Cunha Leal, advertia também, no mesmo panfleto que Quintão Meireles seria o candidato da Oposição do Directório Social Democrata, desde que o Governo de Salazar aceitasse responder aos pedidos de modificação da lei eleitoral feitos pelos socialistas¹⁰⁶.

No entanto, em Março, a candidatura de Cunha Leal adquiria uma dimensão nacional, com apoios expressos de muitos portugueses dos meios operários (em que pode adivinhar-se a tendência comunista que apoiava a candidatura) e de nomes sonantes dos vários quadrantes políticos: do seareiro Câmara Reys, do independente Arlindo Vicente, do republicano Mário Sacramento, de escritores como Egito Gonçalves ou Lídia da Fonseca e de numerosos médicos, advogados e estudantes. A encabeçar o texto que seria entregue ao Supremo Tribunal de Justiça com as assinaturas dos apoiantes, três palavras de ordem: Unidade de toda a oposição (sem discriminação); participação até à boca das urnas; defesa de um programa democrático de governo que una à sua volta toda a oposição¹⁰⁷.

¹⁰⁴ No comício que decorreu no Coliseu do Porto, nas comemorações do 31 de Janeiro, a sala encontrava-se repleta e o apoio ao futuro candidato tornou-se evidente. Em relato oral (20-7-2001), Maria Helena Cunha Leal, contou-nos o momento electrizante que aí se viveu nesse dia. Cunha Leal afirmava, a dado passo do seu discurso, que o país estava adormecido, mas que um dia havia de surgir alguém que diria: “Levanta-te, Lázaro!”. A estas palavras, o Coliseu levantou-se à uma e perfilada, a multidão esperou que o orador fosse esse capaz de despertar o país do longo letargo em que estava mergulhado. Durante o mês de Fevereiro, a candidatura ficou definitivamente lançada.

¹⁰⁵ Entre finais de 1957 e Março de 1958, nas reuniões do DDS e da comissão Cívica Eleitoral, baralhavam-se os nomes de candidatos civis e militares, com apoiantes para todos eles. Vide João Madeira, “Uma Primavera Turbulenta”, op. cit., pp. 35-37

¹⁰⁶ Panfleto “A Oposição Portuguesa”, Arquivo Mário Soares, 2591.039, im.3

¹⁰⁷ Abaixo-assinado “Unidos e organizados até às urnas, apoiemos o Sr. Engº Cunha Leal, o candidato da Oposição Democrática!”, Lisboa, 14 de Março de 1958 e “Prezado correlegionário”, 4 de Abril de 1958. Arquivo Mário Soares, documentos 2591.044 e 2591.039, respectivamente

Em Lisboa e nalguns outros pontos do país, como Coimbra, haviam de constituir-se comissões cívicas eleitorais com a finalidade de apoiar a candidatura. Na cidade do Mondego, a comissão cívica eleitoral estudantil reconheceu a “incapacidade de resolução dos seus problemas por parte de candidatos vinculados ao actual sistema político” e decidiu apoiar Cunha Leal, “por ser este o único capaz de satisfazer os seus anseios”: a dificuldade de acesso ao ensino superior, a insuficiência de professores e instalações, a vida circum-escolar e a situação precária das Associações de Estudantes¹⁰⁸.

Em 22 e 23 de Março, reuniam-se em Lisboa delegados “representativos de várias regiões e sectores profissionais do país” para relançar, em definitivo a candidatura¹⁰⁹. Os apoios foram sendo anunciados pelos telegramas que chegavam de todo o país – de Rolão Preto (Castelo Branco), do capitão Augusto Casimiro (Lisboa), etc. Depois de reafirmados os princípios orientadores da campanha eleitoral, os delegados decidiram constituir a lista da Comissão Nacional Pro-Candidatura de Cunha Leal. Nela constam personalidade de todos os quadrantes políticos – de republicanos reviralhistas a socialistas, comunistas, independentes e democratas sociais. Na Comissão executiva, ponteeavam Câmara Reys, Manuel Sertório, Manuel João da Palma Carlos, Nuno Rodrigues dos Santos, entre outros. A partir daqui, estava definitivamente lançada a candidatura. Delegados de Lisboa foram enviados por todo o país e Manuel

¹⁰⁸ O Comunicado da “Comissão Cívica” refere a reunião de “um elevado número de estudantes da universidade de Coimbra” com a finalidade de responder aos problemas da Universidade através desta participação política. Arquivo pessoal do Professor Luís Reis Torgal, Universidade de Coimbra. Talvez não seja de esquecer que as tradicionais queimas das fitas, em Coimbra e Porto, se transformaram, em Dezembro de 1957, em palco de luta académica na contestação ao D.L. 40 900 que introduzia alterações indesejadas na vida circum-escolar e associativa

¹⁰⁹ A acta da reunião refere as presenças: 180 democratas representando 8 distritos e 5 concelhos do país, representantes de trabalhadores de Porto e Lisboa, as juventudes operárias de Vila do Conde e Póvoa do Varzim, camponeses do Alto Alentejo, mulheres democráticas de Lisboa e Porto e os estudantes universitários de Coimbra e Lisboa. A mesa foi presidida por militantes comunistas e por republicanos da Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa

João da Palma Carlos, um dos apoiantes mais convictos de Cunha Leal, chegou a deslocar-se a S. Tomé, Angola e Moçambique.

Aprovada a proposta pelos presentes, a assembleia recebeu uma mensagem de Cunha Leal, nesta altura em restabelecimento pós-operatório, que foi dada a conhecer pelo seu filho Artur Cunha Leal. Nela, o candidato reiterava a sua firme disposição de manter a candidatura até à boca das urnas, apesar de “certas atitudes políticas” que procuravam demovê-lo. Em causa estava, obviamente, o apoio inequívoco dos comunistas e a hegemonia orgânica daquela família política, de que, aliás, a reunião fora um excelente exemplo. Mas Cunha Leal respondia aos seus detractores que a candidatura era de todos os portugueses e que, por isso mesmo, estava disposto a aceitar o apoio de quem lho quisesse dar, sem perguntar a sua filiação política. No fundo, o que unia desta vez sociais democratas e comunistas, como acontecera noutras ocasiões – era um programa de salvação nacional, baseado na defesa da economia das pequenas e médias empresas, no combate aos monopólios com apoio estatal, na elevação do nível de vida do povo e numa ampla amnistia política, com reposição das liberdades democráticas¹¹⁰.

Quem, entre os membros da oposição, não estaria em condições de dar o seu assentimento a um programa político minimalista como este? Seguramente ninguém. Se a oposição se dividiu, não foi por razões programáticas, mas antes estratégicas e táticas. Uma parte substancial dos sociais democratas e republicanos viviam apavorados com o “papão comunista” que a situação manejava a seu belo prazer. Cunha Leal não tinha dúvidas: os comunistas iam acompanhá-lo até ao próximo cruzamento da estrada e aí haviam de divergir para os métodos revolucionários. Mas o perigo não estava nesse processo e antes na manutenção de uma situação social injusta e

de miséria – era aí que podia crescer (e tinha crescido) o poder organizativo dos comunistas. Em democracia não havia que temer o perigo comunista. O candidato não seria o “futuro Kerensky português”, como proclamavam os situacionistas e alguns democratas¹¹¹, já que Portugal não reeditava, em 1958, a situação revolucionária dos soviéticos de 1917 na Rússia. Uma outra acusação – a de ser um abstencionista em 1957, convertido nesta altura ao intervencionismo – apenas lhe suscitava ligeiros comentários: tinha sido levado a intervir por instantes pedidos oriundos de todos os sectores nacionais, apesar de continuar a pensar que a intervenção eleitoral, nas condições vigentes, era uma luta inglória: “ Batalha antecipadamente perdida nas condições materiais e espirituais em que vai ser travada! Não é, porém, o resultado tangível que me interessa, mas sim a demonstração que a oposição democrática não está morta e enterrada (...) e reclama um lugar ao sol, ou seja, a sua legalização...”¹¹².

Hospitalizado, incompreendido por alguns sectores dos seus amigos e correlegionários, esta atitude é bem a demonstração de alguém que, aos setenta anos, continuava a pensar que podia servir a sua pátria e que não podia, portanto, “recusar tão honroso cargo, sob pena de resvalar para a miseranda categoria de desertor”¹¹³, mesmo sabendo que dos resultados, a curto prazo, apenas podia esperar-se mais escárnio dos situacionistas e desânimo dos oposicionistas. No entanto, era necessário aproveitar todos os momentos de liberdade condicionada para promover a “transacção” das ideias entre todos os portugueses e a concórdia nacional, sem as quais o país se abeiraria perigosamente do abismo.

¹¹⁰ A indicação de Cunha Leal pelo PCP inscrevia-se na linha política definida, desde 1957 no V Congresso, o chamado combate ao “desvio sectário”. A este propósito veja-se João Madeira, *Uma Primavera Turbulenta...*, op. cit., p.29

¹¹¹ “Soprando bolas de sabão”, (texto escrito no hospital “prevendo os ataques que lhe iam ser dirigidos depois da apresentação da candidatura), *Textos Antológicos...*, op. cit., pp. 229-230

¹¹² Idem, p. 224

¹¹³ “Mensagem à Nação” (texto não publicado devido à desistência da candidatura), *Textos Antológicos...*, op. cit., pp. 217-223

A “Mensagem à Nação”, para além das motivações de uma candidatura, expunha um programa em treze pontos que acrescentava alguns pontos novos ao “Manifesto de 1949” e aos programas apresentados em 1953 e 1957. Para além da velha reivindicação de reposição das liberdades democráticas e de reconhecimento legal das oposições, Cunha Leal apresentava nesta altura um programa que passava pelo desenvolvimento económico com base no apoio às pequenas e médias empresas e combate aos monopólios, pelo reforço do cooperativismo e da industrialização e pela criação das condições que permitissem “a adesão do país ao mercado comum europeu ou, quando menos, ao mercado livre e de se não facilitar por métodos ostensivos ou maquiavélicos o tão já exagerado engurgitamento duma plutocracia ávida e, nem sempre, sequer ao menos, competente”¹¹⁴. No sector do ensino, mostrava preocupações com o apetrechamento de um ensino técnico médio para uma parte significativa da população portuguesa, ao mesmo tempo que exigia um ensino superior orientado para a formação de profissionais e para a investigação científica e uma democratização da vida das academias, com crescente autonomia universitária.

Apresentava um programa próprio, que não precisava de pedir autorização aos “maiorais” para sair à luz do dia. Era nesta altura – como fora sempre – um livre pensador, (sem pertencer à maçonaria) que não abdicava das suas qualidades e capacidades e que antes as afirmava na Mensagem: “raciocinar com lógica”; “sensibilidade que o faz pressentir os dramas alheios e sofrer com eles”; uma “fé inquebrantável nas virtualidades da democracia”; “uma repulsa visceral por todas as tiranias estatais, quer as que visam o objectivo imediato de satisfazerem a gula das plutocracias, quer as que procuram, utopicamente, justificar-se com a miragem do paraíso terrenal em futuro mais ou menos distante”; “alguma experiência política, um pensamento obstinado de conciliação nacional e uma vontade tenaz”. Tudo qualidades

¹¹⁴ Idem, p. 219

de um carácter forte, apaixonado, individualista, mas a que ele próprio contrapunha alguns defeitos – talvez aqueles que o espelho dos seus correlegionários/adversários lhe apontavam, a saber, “carência de dons de sociabilidade e subtileza política”. Por outras palavras, recusa a condicionar as suas ideias e os seus princípios a uma qualquer tática previamente definida pelos seus apoiantes.

Cunha Leal era, portanto, um candidato incómodo, que ousava ter ideias e conduzir os seus concidadãos, não ser um instrumento mandado de um grupo de cidadãos que ambicionavam ser bastante mais que conselheiros do príncipe. Quão mais fácil para esses conselheiros não seria o apoio a um candidato sem protagonismo individual, quiçá alguém a quem fosse preciso escrever os discursos e repetir a tabuada antes de cada aparição em público!

As duas candidaturas em potência insuflaram as velas até à primeira quinzena de Abril e disputaram-se mutuamente os apoios. No entanto, acabou por vencer a de Humberto Delgado, por várias razões. Uma delas, foi sem dúvida o manifesto e indesmentível estado doentio de Cunha Leal, debilitado fisicamente e incapacitado para lutar pela sua candidatura¹¹⁵. Houve, naturalmente, outras razões, para além daquela que resultava do reconhecimento, também cada vez mais evidente, de um “tufão” Delgado que poderia “caçar” apoios nos dois campos antagónicos e até a compreensão dos norte-americanos de que o general se apresentava como um interlocutor privilegiado. E essas razões radicavam na ideia de que seria muito mais fácil influenciar o militar Delgado que o civil Leal, embora o futuro se tivesse encarregado de demonstrar a falácia de tal entendimento. Por outro lado, o apoio dos comunistas a Cunha Leal e o seu recente

¹¹⁵ Em carta a A Neves Anacleto de 25 de Abril de 1958, uma semana depois da sua declaração de desistência confidenciava: “Infelizmente, a meio duma convalescença, que os médicos agouraram longa e susceptível de incidentes, a vileza desta politicagem portuguesa de “engorda a vista baixa” conseguiu, de facto, descontrolar-me o coração e provocar-lhe uma série de crises, em parte de origem nervosa, em parte de carácter orgânico. Claro que tive de desistir de toda a ideia de candidatura, o que terá sido um bem para mim e para todos”. Espólio de A Neves Anacleto, na posse de NNA. Em depoimento oral,

abstencionismo de 1957, foram igualmente razões que jogaram em seu desfavor, porque eram teclas tocadas com esmero, tanto pela Situação como pela Oposição.

Perante esta situação, Cunha Leal anunciou a sua desistência em 18 de Abril, um dia antes do registo oficial da candidatura de Humberto Delgado no Supremo Tribunal Judicial. A 20, os comunistas e os democratas de esquerda que tinham até aí apoiado a candidatura de Cunha Leal decidiram apresentar, em alternativa, a candidatura de Arlindo Vicente. Até às grandes manifestações populares de rua, de apoio a Humberto Delgado, em meados de Maio, o eleitorado dividiu-se entre as duas candidaturas.

Entretanto recuperado, Cunha Leal prolongou por todo o mês de Maio as suas intervenções públicas, aproveitamento a “liberdade” do período eleitoral. Em 21 de Maio, o seu amigo pessoal e adversário político Jorge Botelho Moniz entrevistava-o no Rádio Clube Português. O entrevistador queria saber três coisas: o que entendia Cunha Leal por uma política de conciliação nacional; a sua avaliação da política económica de Salazar; a posição de Cunha Leal perante as duas candidaturas em presença. Sobre a primeira o ex-candidato desfazia quaisquer equívocos que pudessem subsistir – a conciliação só poderia resultar da “transacção” de ideias e princípios, segundo o princípio “do ut des”. Durante 32 anos, os situacionistas tinham insistido na “autoridade ilimitada do poder” e os oposicionistas haviam-lhe respondido com a exigência do respeito pelas “liberdades dos cidadãos”. Da conciliação, em regime democrático, só poderia aceitar-se que resultasse *“a conciliação do princípio da autoridade do poder com o da liberdade dos cidadãos, como forma de determinação simultânea do progresso material e espiritual da Nação”*¹¹⁶. Sobre a obra de Salazar e do regime também não lhe restavam dúvidas, desde há muito: o ditador era um bom financeiro e um mau economista que havia conduzido o país a um atraso quase irremediável: “Se admitirmos

prestado em 2/7/2000, a filha Maria Helena Cunha Leal reitera a ideia de um pai doente, mesmo em perigo de vida

a hipótese de que, a partir de agora, se mantém imutável a capitação do rendimento dos Estados Unidos e a dos países da OECE e a continuar a verificar-se no nosso país o acréscimo anual de 3% dessa capitação, seriam indispensáveis 80 anos para atingirmos o nível dos Estados Unidos e 40 anos para nos pormos a par do nível dos países da OECE”¹¹⁷. Por outro lado, mesmo no domínio de uma política industrialista, o governo tinha optado por soluções inadequadas, como a da criação de uma Siderurgia Nacional, em condições internas e externas desfavoráveis e por continuar a apoiar monopólios públicos ou privados, em desfavor das pequenas e médias indústrias. Quanto ao apoio a Delgado, a sua posição era pragmática: como resistir-lhe depois das manifestações grandiosas dos dias anteriores? Por isso, pedia aos apoiantes da candidatura de Arlindo Vicente que tomassem “uma resolução consentânea com o interesse nacional”, ou seja, que abdicassem em favor de Humberto Delgado¹¹⁸.

Nos dias seguintes à entrevista, os ministros da Economia e do Ultramar, respectivamente Ulisses Cortês e Raul J. Rodrigues Ventura, viriam repetidas vezes a terreiro, com notas oficiosas e artigos na imprensa, para defenderem as suas políticas¹¹⁹. Cunha Leal havia-lhes criticado a inacessibilidade “dos pequenos e médios capitalistas aos investimentos industriais”, promovidos pelo Estado, reservando-os este antes para os “grandes plutocratas nacionais”. Para o efeito, Cunha Leal apresentava o caso da Sonefe, uma empresa com um baixo capital social, mas que o governo decidira beneficiar com uma subscrição de capital, adjudicando-lhe várias obras hidroeléctricas nas províncias de Angola e Moçambique, sem que a sociedade pudesse apresentar

¹¹⁶ Textos Antológicos..., op. cit., p. 231

¹¹⁷ Idem, p. 233

¹¹⁸ A abdicação de Arlindo Vicente foi tornada pública em 29 de Maio, pelo “Pacto de Cacilhas”, uma semana antes do acto eleitoral que viria a decorrer em 8 de Junho

¹¹⁹ Em 22 de Maio, o Ministério do Ultramar publicava uma *nota oficiosa*, em resposta à entrevista; no dia seguinte, Cunha Leal replicava-lhe em artigo no jornal *República*. Em 24 de Maio, era o Ministro da Economia que respondia à entrevista de Cunha Leal. No dia seguinte, o entrevistado respondia no *Diário de Lisboa* com “Resposta a muitos”. Em 28 de Maio, o Ministro do Ultramar voltava à carga numa nova *nota oficiosa* e, em 3 de Junho, o Ministro da Economia dava uma última resposta a Cunha Leal.

“potencialidade técnica, financeira e administrativa” á altura das incumbências”¹²⁰. Para, supostamente, “desmascarar” Cunha Leal, o Ministro não abdicara de trazer a público a adjudicação de uma obra pública – a construção da linha de transporte desde a central de Matala até Moçâmedes – à Protécnica, uma empresa de que era sócio o visado¹²¹. Este ripostava-lhe com muitos outros casos em que, por razões inaceitáveis, a empresa tinha sido preterida e, se aquela obra a que o ministro se referia lhes tinha sido entregue, a razão era boa: o Estado tinha poupado milhares de contos em relação à concorrência e a obra tinha ficado perfeita. Portanto, a “Protécnica prestou ao Estado alguns serviços pelo melhor preço; este pagou-lhos”¹²². Estavam quites. Em “Resposta a muitos” (*Diário de Lisboa* de 25 de Maio), fechava a controvérsia com a clareza dos números e a limpidez dos argumentos que lhe permitiam afirmar: “Deve S. Exa. ter adquirido a certeza de que este sócio da Protécnica, Lda, não anda em demanda de vantagens materiais que se paguem com subserviência”. E, na verdade, assim era. A uma *nota oficiosa* do Ministro da Justiça que defendia o procedimento dos tribunais na aplicação de 16 anos de prisão maior a Henrique Galvão, Cunha Leal manifestava ao condenado a “sua solidariedade moral” e acentuava o carácter de excepcional violência com que tinha sido decidida a pena, depois de o terem levado quase à loucura com o prolongamento, por mais quatro anos, da pena inicial aplicada em 1952, sem qualquer razão judicial. Quanto às acusações que tinha feito sobre os privilégios concedidos aos grandes potentados que actuavam nas províncias ultramarinas, uma análise mais minuciosa só lhe acrescentava argumentos a favor das suas teses: a nova “Sociedade de Lapidação dos Diamantes de Angola” não alterava um milímetro da dependência

¹²⁰ “Resposta do engenheiro Cunha Leal a uma nota oficiosa do Ministro do Ultramar”, jornal *República*, 23 de Maio de 1958

¹²¹ Segundo declarações do próprio Cunha Leal, este era sócio da Protécnica, Lda, com uma quota de 15%. A empresa, segundo informações colhidas em carta a Neves Anacleto, em 5 de Outubro de 1961, “entrou em agonia, por ter sido asfixiada pelos cambões da Situação”, o que o obrigava a viver exclusivamente da “actividade seguradora”. Espólio de A Neves Anacleto, Arquivo pessoal de NNA

¹²² “Resposta do engenheiro Cunha Leal”..., cit., jornal *República*, 23 de Maio de 1953

externa do país em relação aos grandes monopólios ingleses e americanos; a parte de capital reservada aos pequenos accionistas na nova “Companhia Concessionária de Petróleos de Angola” era mesquinha e circunscrita a poucos privilegiados; a Sonefe, apesar de todos os balões de oxigénio governamentais, não passava de um insuflado “gigante com pés de barro”, só sustentável com a excessiva boa vontade do regime.

Em 3 de Junho, já depois do *terminus* da campanha eleitoral que permitiria à oposição discutir “livremente” a situação do país, o Ministro da Economia decidiu fechar o debate, com o argumento de que as afirmações de Cunha Leal careciam de fundamento técnico e económico. No entanto, em relação a tantos dos problemas levantados – como a distribuição da riqueza entre o capital e o trabalho, a participação do trabalho no rendimento nacional ou os grandes empreendimentos siderúrgicos e hidroeléctricos – o ministro apenas conseguia afirmar que era necessário acelerar a expansão, sendo isso o que se buscava fazer no II Plano de Fomento Nacional.

Como em eleições anteriores, Cunha Leal tinha sido o único que corajosamente afrontara os maiores do regime na sua própria toca, quer porque estava habilitado tecnicamente a fazê-lo, quer porque tinha uma ideia e uma doutrina para o seu país, que não escondia sob o manto da táctica eleitoral. Conhecia bem os problemas – até pelo estudo que lhe exigia a participação nas assembleias gerais das principais empresas públicas – embora não tivesse, naturalmente, acesso aos estudos dos gabinetes governamentais e isso lhe fosse muito desfavorável. Por isso, era também o que saía mais desgastado pela exposição a que se prestava na praça pública.

Uma parte muito significativa da oposição revia-se nas suas atitudes mas sacudia a água do capote, numa atitude cómoda, quando se tratava de concretizar medidas de política nacional ou governamental – afastava essa responsabilidade para quando chegasse ao poder. Os seus “programas” ficavam-se pelos manifestos ou proclamações

onde, ao nível dos princípios, eram exigidas as garantias de participação democrática. Por outro lado, os situacionistas apossavam-se das armas desonestas do totalitarismo para conduzir o debate e fechá-lo quando muito bem entendessem, deixando à opinião pública pouca margem de liberdade para avaliar da justeza das posições dos contendores.

Era, portanto, muito natural que uma campanha eleitoral como esta – ainda por cima disputada em condições tão adversas de saúde – tivesse deixado marcas profundas de debilidade física e moral¹²³. De estranhar – e muito – será antes que um corpo tão fragilizado pela doença possa ter alimentado um espírito lúcido e uma atitude combativa como aquela que Cunha Leal manteve entre os meses de Fevereiro e Maio de 1958, prolongando-se pelos tempos seguintes em atitudes de denodada coragem e fé.

O início do ano seguinte seria marcado pela defesa das posições morais e políticas de Humberto Delgado, impedido pelo governo de se manifestar publicamente e sob a ameaça constante de uma futura prisão, caso pretendesse ausentar-se do país. Em 17 de Janeiro, chegava à imprensa uma petição dirigida ao Senhor Ministro da Presidência e assinada por várias personalidades apoiantes da candidatura (entre elas Cunha Leal), em que se solicitava autorização para a realização de uma conferência de imprensa, a realizar no SNI, onde se pretendia esclarecer toda a situação sobre as restrições impostas ao general, designadamente as que o impediam de assumir livremente a decisão de pretender ausentar-se do país¹²⁴. Poucos dias depois, a 27 de Janeiro, Cunha Leal dirigia uma carta à “nobre figura de Álvaro Lins”, embaixador da “prestigiosa nação que é o Brasil” a agradecer-lhe aquilo que era um direito reconhecido

¹²³ Em carta para A Neves Anacleto, em 9 de Junho de 1958 afirmava: “Escrevo-lhe sob a impressão de mais uma grande ignomínia do regime político vigente – o roubo descarado dumas eleições, feito sem comedimento nem pudor. Assim como Cristo conseguiu operar o milagre da multiplicação dos pães, esta gentinha, que nos governa ou desgoverna, segundo os pareceres, supõe-se dotada da capacidade de multiplicar os votos da sua gente. Isto destrambelha-me os nervos”. Espólio de A Neves Anacleto, Arquivo pessoal de NNA

por todos os povos civilizados – a concessão de asilo ao perseguido político Humberto Delgado¹²⁵.

Com a eleição presidencial de 1958, concluía-se a vida política activa de Cunha Leal. Contudo, nos anos que o separavam da morte, recusou sempre o silêncio e a “vil tristeza” dominante: foi como se, morto para a acção directa ficasse mais livre para a reflexão sobre os problemas portugueses. Da sua mão saíam, nos anos seguintes, três livros de memórias e uma meia dúzia de outros sobre o problema português, com especial ênfase para a questão colonial.

¹²⁴ “Requerimento para a realização de uma conferência de imprensa sobre o pedido de asilo político do sr. General Humberto Delgado, indeferido pelo Governo”, Arquivo Mário Soares, doc. 2587.014

¹²⁵ Carta de Cunha Leal a Álvaro Lins, Embaixador do Brasil, 27 de Janeiro de 1958, Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

CAPÍTULO XI – UM SENTIDO PARA A VIDA, UMA VIDA COM SENTIDO (1959-1970)

1. O que fazia correr um octogenário?

Em 1958, “com a vida a escoar-se-lhe lentamente”, Cunha Leal aceitara concorrer à Presidência da República, apesar de “saber previamente os resultados”. Essa era a forma de continuar a “prestar modestos serviços ao seu país” e à sua pátria, que sempre amara. No último decénio que lhe restava de vida, assistiu à asfixia da firma Protécnica, pela acção perversa do situacionismo militante; escreveu cinco ensaios sobre a “questão nacional” e três livros de memórias; lutou contra a censura que lhe dificultou quanto pôde a produção tipográfica e a distribuição desses livros; viu a sua casa constantemente devassada pela polícia; agregou em torno de si uma velha geração de republicanos democratas e uma nova geração de proto-socialistas que passou a reconhecer-se como herdeira da primeira, a partir da formação da Acção Democrato-Social.

Que fazia correr este homem quase octogenário? No *Manifesto* da candidatura de 1958 apontava três objectivos principais: a concessão de direitos políticos e de personalidade jurídica a todos os portugueses com a consagração na Constituição dos direitos da Carta da ONU, a solução do problema económico português e a redistribuição equitativa do rendimento nacional. Animado da atitude de independência e de inconformismo de quem não aceitava o unanimismo vigente e da audácia de um franco-atirador, prosseguiu pela primeira metade da década de 60 o combate que decidira empreender depois do ostracismo para que fora relegado em 1930. Nunca viveu a democracia política e social que teria desejado; nunca viu resolvida a eterna “crise nacional” do seu país; nunca pôde ver os beirões que tão bem conhecia ascenderem ao

nível de dignidade que o seu tempo exigia. Nos últimos anos de vida transportou a “questão ultramarina” para o centro das suas preocupações e dedicou-lhe o melhor do seu esforço. Com inquebrantável tenacidade, apesar da velhice, suportou as injúrias dos situacionistas e a incompreensão de parte dos seus correlegionários, uns e outros incomodados com a “terceira via” que preconizava para o país e para as colónias. Os situacionistas, fechando o país às realidades exteriores e à “irreversibilidade do fenomenismo descolonizador”, uma condição impossível, como considerava Cunha Leal : “A nossa actual orientação governativa foi concebida como se Portugal constituísse um compartimento estanque, insusceptível de permeabilidade às ideias exteriores (...). Ora, esta concepção já se demonstrou impraticável na época de Pina Manique quanto mais no período histórico da rádio, da televisão, da revolução bolchevista e das bombas atómica e termonuclear”;¹ por outro lado, parte da oposição, temia a afirmação sequer do princípio de autodeterminação e independência, como um tabu que não convinha arejar, pelo temor que tal ideia pudesse despertar na consciência do povo português.

Deste silêncio sepulcral, imposto sobre os destinos da nação, resultava o desespero de milhares de portugueses, há décadas instalados nas colónias, resignados ao falso dilema do “caixão ou da mala de viagem”. Mas, principalmente, cavava-se a “ruína financeira e económica e a deterioração moral, decorrentes desta atitude de absoluto repúdio desse dogma internacional (=irreversibilidade do movimento descolonizador), em vez de tentarmos reduzir os seus estragos pela sistemática prática de uma política susceptível de facultar, dentro de prazo não excessivamente dilatado, uma futura e frutuosa associação cultural e económica com as populações colonizadas...”².

¹ FPCL, *A Patria em Perigo*, 2ª edição, Lisboa, 1962, p. 11

² Idem, *ibidem*

A sua última intervenção pública, em 30 de Junho de 1969, dirigiu-a aos estudantes da Academia de Coimbra, em plena greve, a menos de um ano da morte, ocorrida em 26 de Abril de 1970. Da sua vida se poderia afirmar tudo, menos que tenha sido inútil, como tenta explicar no prefácio ao primeiro dos três livros de Memórias que escreveu nos últimos anos de vida: “ Consoante esta (=a finalidade) seja egoísta ou altruísta e se procure atingi-la com respeito ou desrespeito das leis de Deus e dos homens bons, assim as vidas individuais se revestem de maior ou menor dignidade e utilidade social ou de maior indignidade e inutilidade, de maior ou menor exemplaridade ou de maior ou menor periculosidade. Quem, porém, tenha sabido multiplicar o seu intervencionismo no emaranhado de actos de uma colectividade humana, viveu plenamente, seja qual for a classificação que haja de atribuir-se ao tipo de vida que realizou”³. Porém, nos três livros de Memórias, Cunha Leal desejou mais do que dar o testemunho da sua vida plena de activismo intelectual e político – quis também que os seus compatriotas compreendessem o sentido das suas escolhas e das suas decisões, mesmo dos seus erros e sem-razões na defesa das “posições justas”. Entre 1965 e 1968, talvez este tenha sido o último desígnio do combatente – encontrar para si próprio e para os outros um sentido para a vida de luta que livremente escolhera.

Com “71 e meio anos” – na sua própria expressão em carta a Humberto Delgado⁴ - sendo “um velho amargurado por funda descrença”, não deixava de se predispor para “prestar à Pátria os serviços que sejam compatíveis com minhas forças intelectuais e físicas”. A farsa eleitoral de 1958 caldeara um profundo sentimento misto de raiva e impotência entre a oposição democrática. Cunha Leal participara das reuniões realizadas entre os sectores oposicionistas que, teimosamente, procuravam potenciar o

³ FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. I, p. 21

⁴ Carta de Cunha Leal a Humberto Delgado, s/d (muito provavelmente do início de 1960), levada em mão pela esposa do general para o exilado brasileiro. Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

movimento social e político desencadeado pela campanha *delgadista*. Enquanto Delgado permaneceu refugiado na Embaixada do Brasil (Janeiro-Abril de 1959), Cunha Leal foi sondado pelo general para ser seu “representante no país”, empenho que recusou por considerar que tal nomeação apenas iria acrescentar mais ingratidão àquela que já grassava entre os vários sectores da oposição para com Delgado. Na carta que vimos seguindo, Cunha Leal apresenta-se como o defensor de uma viragem política que devesse contar, obrigatoriamente, com a figura popular do general.

Porém, esta estratégia não contava com o apoio de sectores oposicionistas liderados por António Sérgio, o qual preconizava antes um lugar de Ministro do Trabalho para Humberto Delgado num futuro governo, dada a sua indiscutível popularidade. Era a demonstração clara da “trahison des clercs”, considerava Cunha Leal.

Prosseguiram as dissensões entre os oposicionistas e os “ares da metrópole” mostravam-se “infectados de miasmas de corrupção política assaz incómodos e enjoativos” – considerava numa carta ao seu amigo Neves Anacleto⁵. Desiludido com o areópago oposicionista, voltou-se de novo para uma acção de denúncia das “manigâncias e malversões da Companhia dos Diamantes de Angola” de cuja Assembleia Geral pretendia obter a satisfação das dúvidas e propostas que apresentara na Assembleia de 1957. Apoiado por um corpo jurídico eficaz (onde sobressaía a figura de Azeredo Perdigão), o administrador-delegado, qual “rei das gemas da Lunda”, impediu que Cunha Leal pudesse apresentar os seus pontos de vista, pelo que o discurso previsto acabou por ser dado a público em livro, poucos dias depois⁶.

⁵ Carta a A Neves Anacleto, Lisboa 12 de Junho de 1959, Espólio de ANA, na posse de Noémia Neves Anacleto

⁶ Acompanhado de esclarecimentos complementares, de documentos e do resumo das intervenções dos doutores Taborda Ferreira e Azeredo Perdigão, o *Discurso*, foi dado a público no mês de Julho com o título *Coisas do Tempo Presente II – Novas Coisas da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)*, Edição do autor, Lisboa, 1959. Das dificuldades de produção e distribuição do livro temos notícia através de carta enviada em 24 de Agosto de 1959 a A Neves Anacleto: “Não imagina as dificuldades que tive

Maduros estavam os tempos para que a obra de Cunha Leal pudesse ficar arrumada pelo silêncio inquisitorial da censura. Antes que as apreensões policiais pudessem impedir a circulação, já os livros haviam chegado, por empenho das redes semi-clandestinas, a milhares de leitores. Os “escândalos da Diamang” aguçavam o apetite da oposição e alimentavam até mesmo a consciência crítica da esquerda comunista. No seu número 195 (Dezembro de 1959), a revista *Vértice*, pela voz de António Vilaça, não disfarçava a simpatia pela “audácia” *lealista* que tornava “imperiosa a leitura a quem queira conhecer os problemas concretos nacionais” através das vicissitudes a que estava sujeito o “pequeno capitalismo nacional”, em face dos “grandes potentados internos e externos”.

Nas *Novas Coisas da Companhia de Diamantes de Angola*, Cunha Leal voltava aos mesmos problemas que tinha esmiuçado em 1957 e que não tinham tido sequer arremedos de resolução. Continuavam por resolver os problemas de extrema dependência externa da Diamang em relação ao sindicato britânico que definia a cotação dos preços dos diamantes e que, nos últimos tempos, tinha arrebanhado a indústria portuguesa de lapidação. Permanecia ilegal (à face da lei portuguesa) e imoral o montante da participação nos lucros atribuídos aos administradores, com prejuízo dos pequenos accionistas e da colónia de Angola. A estes problemas antigos, Cunha Leal acrescentava um novo problema: o da baixa remuneração dos indígenas contratados que era um dos sérios fundamentos do “incêndio africano” que começava a assentar arraiais em Angola. O fraco nível de investimento na mecanização das tarefas traduzia-se na manutenção de um elevado coeficiente de energia manual incorporada, tudo facilitado pelos baixíssimos índices de remuneração do trabalho. Esta irracionalidade, para além de ser anti-económica a médio prazo, acarretaria, muito previsivelmente, achas para a

para encontrar uma tipografia que se atrevesse a imprimir o meu trabalho. Estes governantes não precisariam de leis especiais para taparem a boca aos adversários: bastar-lhes-ia o medo de que a gente

fogueira que estava a alimentar o sentimento racial traduzido no slogan “a África para os africanos”. A “pax lusitana”, favorecida pelo baixo nível educacional e pela “cordialidade de convivência entre colonizadores e colonizados” seria, nas circunstâncias verificadas, uma realidade instável e precária que a política social da empresa não conseguiria iludir: “Desta carência de racionalização deriva (...) a gestação de um estado de descontentamento dos aborígenes, susceptível de provocar, em futuro mais ou menos longínquo, graves prejuízos para a Diamang, o que é mau, e para a nação, o que é pior”⁷

Os ventos descolonizadores que sopravam nos continentes asiático e africano desde a II Guerra Mundial eram irreversíveis – considerava Cunha Leal. No entanto, nada indicava que esse movimento de emancipação não pudesse (ou não devesse) ser conduzido à luz da defesa dos interesses das populações – indígenas e brancas – que habitavam essas paragens, com manutenção, pelo menos temporária, dos laços económicos, sociais e culturais que as ligavam à pátria colonizadora. As aspirações independentistas sustentavam-se em razões objectivas para as quais se tornava necessário encontrar remédio. Ainda nada estava definitivamente perdido, queria acreditar Cunha Leal. Nesta linha de ideias, poria todo o seu empenho na defesa de uma solução negociada dos espaços africanos coloniais (como já o fizera em 1954/55 para o caso da Índia) que defendeu em cinco ensaios, publicados entre os anos de 1960 e 1964⁸.

portuguesa está possuída”. Espólio de ANA, na posse de Noémia Neves Anacleto

⁷ FPCL, *Novas Coisas da Companhia de Diamantes...* op.cit., p. 132

⁸ Os ensaios foram publicados na série que intitulou de “Coisas do Tempo Presente”. Em Dezembro de 1960 publicou *O Colonialismo dos Anticolonialistas*. Em Agosto de 1961 publicou *A Gadanha da Morte*. No ano seguinte publicou *A Pátria em Perigo*. Em 1963 publicou *Cântaro que vai à Fonte...* e, por fim, em 1964, publicou *Ilusões Macabras*.

2. Portugal e Colónias – um último combate

“No íntimo todos sabemos que, quando Angola e Moçambique atingirem certa posição no seu progresso económico e social e no empolamento da sua população civilizadora, terão interesses particulares que não poderão deixar de requerer larga autonomia, direi mesmo, independência. Se ela lhes vier a ser negada sob a invocação de conceitos constitucionais centralistas, verificar-se-á precisamente o facto doloroso que se pretende evitar: a proclamação da independência absoluta, com ruptura de todos os laços políticos com a Metrópole, à laia do Brasil”. Talvez tenhamos a tentação de localizar este texto de Cunha Leal em plena Guerra Colonial, ou pelo menos no início da década de 60. Mas, de facto, assim não é. Ele foi escrito para o jornal *Diário de Lisboa*, em 23 de Junho de 1954 sob o título “As Revoltantes Pretensões do Pandita Nerhu”.

Na verdade, desde as eleições de 1949 que Cunha Leal alertava a nação para a iminente tragédia a que iriam conduzir as posições intolerantes dos salazaristas. Perante os ventos descolonizadores que sopravam na Ásia e na África, abandonou posições rigidamente idealistas, em favor de outras mais consentâneas com aqueles tempos de aceleradas mudanças. E isso o distanciou definitivamente dos situacionistas em matéria de descolonização. Estes não admitiam, de nenhum modo, que se pudesse alguma vez pensar em independência de uma qualquer “província” do todo nacional porque para eles o regime que criaram e mantiveram sem alterações ao longo de mais de quatro décadas era intocável – uma espécie de eterno presente, guiado pela luz divina de um iluminado e incólume a todas as mudanças do mundo.

Ora, Cunha Leal estava do lado das mudanças e, mesmo para um português formado no berço colonial, a realidade impunha uma compreensão e uma atitude novas:

“ Se não quisermos arredar-nos do realismo, há que admitir que não seja paralela a evolução destas parcelas imperiais, de modo que se estabeleçam entre elas diferenciações e se permita a alguma ou algumas delas alcançar, antes das outras, o Estatuto de Independência. Assim, arranjos sucessivos do nosso todo territorial iriam alterando a sua fisionomia até se atingir a fase da Confederação. Qualquer política nacional diversa desta afigura-se-me susceptível de nos conduzir a um desastre irremediável”⁹.

A ocupação pela Índia, em 22 de Julho de 1954, dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e a ameaça de anexação de Goa, Damão e Diu forjaram em Cunha Leal o plano de descolonização que veio a defender posteriormente, com ligeiras adaptações, para todos os espaços coloniais portugueses, designadamente Angola e Moçambique. Aproximava-se da extrema-esquerda na assunção dos princípios de autodeterminação e independência que, desde 1954, vinham sendo proclamados pelos comunistas e seus próximos¹⁰. Por outro lado, aproximava-se dos situacionistas na defesa da “herança sagrada” do Império que deveria defender-se com ideias realistas e também com a força na defesa dessas ideias, se tanto se tornasse necessário. Porém, a defesa dessa “herança” exigia uma política colonial diferente daquela defendida por Salazar que, pela sua intransigência, estava a aproximar o país de um beco sem saída.

Pelo menos desde 1954, Cunha Leal tinha portanto fixado os princípios que iriam orientar a sua defesa de uma “terceira via” descolonizadora para o Império português, no que seria acompanhado, poucos anos mais tarde, por homens como Henrique Galvão e organizações como o Comité Pró-Democracia em Portugal

⁹ FPCL, “As Revoltantes Pretensões de Pandita Nerhu”, in *Diário de Lisboa*, 23 de Junho de 1954

¹⁰ Vide Cap. X, pp. 36-37

(Newark)¹¹ ou o Movimento Nacional Independente (MNI), chefiado por Humberto Delgado. Em primeiro lugar, admitir o princípio da autodeterminação e independência, com todas as implicações que isso podia conter, ou seja, aceitar a ideia que os povos, assim que atingissem um certo grau de desenvolvimento, haviam de desejar e exigir autonomia e independência. Em segundo lugar, que esse facto se não podia resumir a um acontecimento, mas antes exigia o empenho de todos os implicados no desenvolvimento de um processo – talvez longo nalguns casos (Cunha Leal chegava a pensar em três dezenas de anos) e escalonado no tempo, no caso dos impérios pluri-territoriais. Em terceiro lugar, que havia uma herança cultural inestimável, resultante de séculos de miscigenação (mais intensa nuns espaços que noutros) sobre a qual se havia de erguer uma esperança de futuro convívio fraterno. Em quarto lugar, que esses interesses culturais e económicos (nalguns casos) exigiam a defesa intransigente – se necessário de armas na mão – de formas de organização que garantissem a consecução dos desígnios nacionais definidos livremente pelas populações aí residentes e pela metrópole e a recusa do domínio dos “pretensos” libertadores, viessem eles dos países vizinhos ou dos grandes defensores do anticolonialismo. Em quinto lugar, admitir a necessidade de negociações (mais que a realização de plebiscitos) com os poderes locais ou regionais que exigiam a independência das colónias, de molde a garantir uma transição pacífica, respeitadora dos reais interesses de todos os naturais, independentemente de raças e credos. Em sexto lugar, recusar a utilização da força como argumento último, até pela reconhecida incapacidade militar portuguesa nesse domínio. Se essa necessidade viesse a ocorrer, ela teria que ficar circunscrita à defesa de um plano descolonizador que respeitasse a vontade e os legítimos interesses dos colonos e das populações indígenas. Em sétimo lugar, reconhecer a necessidade de, em última

¹¹ A propósito das posições da oposição anti-comunista no exílio vide Luís Farinha, *Do Império Português à Descolonização – Henrique Galvão e o Império*, História, Ano XXII (Nova Série), nº 21,

instância, como estava a acontecer na Índia, dar a independência às populações que a requeriam, de livre vontade, negociando com elas um estatuto de federação ou confederação de estado livre onde se mantivessem relações culturais e económicas privilegiadas. Por último, dar sinais positivos aos grandes poderes mundiais, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha de que Portugal se estava a orientar por uma política de autonomização dos seus territórios coloniais.

Em 1957, a posição de Cunha Leal sobre o futuro dos espaços coloniais aparecia definitivamente delineada¹²: aceitação do princípio de autodeterminação que seria fatalmente seguido de independência, sempre que houvesse condições para a criação sustentável de um país e os seus habitantes se manifestassem a favor dessa solução. A habilidade dos portugueses – e também a sua sabedoria – estaria justamente em, através de um processo de autonomização crescente, conseguir “convencer os povos da bondade de uma solução federal ou confederal, com transladação do poder central entre os vários continentes”.

Quando em finais de 1960 Cunha Leal voltou a tratar o problema colonial em *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, o país salazarista preparava-se tragicamente para, através da força militar, defender até à morte a sua voz solitária e intransigente¹³. Enquanto a África negra explodia em muitos focos de rebelião – uns contidos¹⁴, outros abertos¹⁵ – ao mesmo passo que inúmeras ex-colónias francesas e inglesas chegavam à

Janeiro de 2000, pp. 18-28

¹² Vide FPCL, *As Minhas Razões e as Razões dos Outros – Ecos de uma Campanha Eleitoral*, Edição do autor, Lisboa 1957

¹³ Em discurso de 30 de Novembro, na Assembleia Nacional, Salazar afirmava: “(...) não vejo maneira de haver descanso para o nosso trabalho, sem outra preocupação que a de segurar com uma das mãos a charrua e com outra a espada, como durante séculos usaram os nossos avós” (Portugal e a campanha anticolonialista”

¹⁴ Em Mueda, no norte de Moçambique, populações sublevadas pelas condições de trabalho e pelos baixos salários, foram massacradas às centenas, em 16 de Maio, o mesmo acontecendo aos trabalhadores algodoeiros da Baixa do Cassange, em Angola, no final do ano. Ao mesmo tempo, Luanda recebia centenas de refugiados da guerra civil que rebentara na vizinha República do Congo

¹⁵ Em Julho de 1960, a guerra civil tomou de conta o Congo ex-belga, na fronteira com Angola, com participação de capacetes azuis da ONU

independência¹⁶-, o país de Salazar regozijava-se em “manifestações patrióticas com os magros resultados obtidos no TIJ de Haia, onde se reconhecia que, de facto, a Portugal deveriam ser reconhecidos alguns direitos na Índia portuguesa.

No entanto, quase ao mesmo tempo, a FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional) instalava-se com todo o apoio em Argel e Henrique Galvão constituía com o seus amigos espanhóis o DRIL (Directório Revolucionário Ibérico de Libertação) com o concurso do qual fez da “Operação Dulcinea” (vulgo “Assalto ao S. Maria)¹⁷ uma das mais espectaculares acções de internacionalização do problema português – interno e colonial. Também em Maio deste ano de 1960, surgem as primeiras declarações dos líderes angolanos dos dois movimentos de libertação constituídos – a UPA e o MPLA – a solicitar negociações ao governo português, com vista à resolução pacífica do problema de Angola.

Com 17 novos membros oriundos das recentes independências africanas, a ONU passou a ter, a partir deste ano de 1960, um papel importante na condenação do regime colonial português. As primeiras resoluções condenatórias surgiram, justamente, em Dezembro de 1960, sendo a mais incisiva aquela que, referindo expressamente os diferentes territórios não-autónomos de Portugal declarava que a negação da autodeterminação “constitui uma ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional” (Resolução 1542 da Assembleia geral da ONU – 15 de Dezembro de 1960). A subida ao poder da administração Kennedy, no início de 1961, fez acelerar as

¹⁶ Nesse ano de 1960, adquiriram estatuto de independência 17 países africanos, ex-colónias francesas, britânicas, belgas e italianas

¹⁷ Com a declaração expressa de pretender libertar uma parte do território português e aí instalar um governo de libertação nacional, Galvão e os seus companheiros ocuparam e desviaram o paquete S Maria pelo mar das Caraíbas e Atlântico nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1961. Independentemente da inconsequência do acto tendo em vista o objectivo anunciado, o que é facto é que a repercussão internacional do acontecimento foi retumbante e mais ainda foi relevante a atitude do almirantado americano que abordou os assaltantes em pleno Atlântico: não os considerou como terroristas e antes como beligerantes, marcando aí uma posição política dos EUA que viria a ter grande impacto nas relações luso-americanas e na questão colonial. Bastará acrescentar que, dois anos depois, foi concedida

dificuldades do regime no tocante à questão colonial. Apostada em contrabalançar a infiltração soviética no continente africano, a nova administração optou por uma condenação da política colonial portuguesa, votando favoravelmente, em 15 de Março, uma resolução apresentada pela Libéria no Conselho de Segurança da ONU¹⁸.

Aberto o ano com o “Assalto ao S. Maria” e com o assalto às prisões de Luanda, incidente que se prolongou em Março com actos violentos perpetrados pela UPA no Norte de Angola, o ano não podia terminar de forma mais negra, com a ocupação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, em 18 de Dezembro, e a oposição a tentar a sublevação e alteração violenta do regime no “Assalto ao Quartel de Beja”, no último dia do ano.

O Colonialismo dos anticolonialistas surgiu, portanto, “em pleno estridor da tempestade anticolonialista”, quando os efeitos da “congolização” de África já começavam a ser evidentes. Convencidos da sua “indispensabilidade”, os belgas haviam subestimado “o complexo de ódio” forjado em relações coloniais e, sem cuidarem de forjar elites económicas e políticas, atamancaram à pressa uns partidos políticos sem unidade ideológica e “empurraram a próspera colónia congoleza para a estranha aventura da independência”¹⁹. Sem preparação prévia, os colonizadores belgas demitiram-se da sua missão e semearam num caos político a desordem e a improdutividade: a descolonização, pela independência, castigara os liberados.

Com as barbas do vizinho a arder, os situacionistas fecharam-se ainda mais na sua posição de intransigência, com fracos argumentos de política diplomática, designadamente na ONU, onde a delegação portuguesa carecia de autoridade e de apoio

autorização pela administração americana para a deslocação de Galvão à 4ª Comissão da ONU, apesar dos pedidos de extradição do seu aliado português.

¹⁸ Sobre a política da administração Kennedy em relação à política colonial portuguesa, vide Luís Nuno Rodrigues, *Salazar – Kennedy: a crise de uma aliança*, Notícias editorial, Lisboa, 2002. Também António Costa Pinto, “Portugal e a Resistência à Descolonização”, in *História da Expansão Portuguesa* (Dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri), Círculo de Leitores, vol. 5, pp. 51-64

¹⁹ FPCL, *O Colonialismo dos anticolonialistas*, p. 119

de uma comunidade nacional forte e convicta, assim pensava Cunha Leal. Face à gravidade dos problemas que aí se discutiam, a quase totalidade dos Estados enviou àquele conclave delegações chefiadas pelos chefes de governo, quando não pelos próprios chefes de Estado. Ora, Portugal, talvez o mais visado dos países colonialistas, socorria-se de uma delegação menor, um pouco à medida dos frouxos argumentos a que sempre foi recorrendo. Entre todos, o argumento triunfal segundo o qual Portugal não tinha, desde a revisão constitucional de 1951, colónias mas províncias, algumas (por acaso) situadas fora da Europa. Por isso, qualquer intervenção unilateral da ONU sobre estas províncias ultramarinas, representava uma violação da soberania portuguesa, sendo portanto ilegal à luz do direito internacional.

A igualdade jurídica destes vastos agregados populacionais era, contudo, uma fantasia que colidia com o coexistente “Estatuto do Indigenato”, reformado tão tardiamente, em 1962²⁰. Os assimilados eram uma minoria da população africana que só aí chegava depois de uma “iniciação” ao estado de “civilizado”²¹. A maioria esmagadora, identificava-se com a “Caderneta Indígena” onde era averbado anualmente o imposto.

Cunha Leal denuncia essa incongruência, quase infantil: “O milagre da nossa actividade colonizadora consistiria na *integração tácita e espontânea dos indígenas* do nosso Império. O que os franceses tentaram penosamente e sem sucesso utilizar na Argélia, tê-lo-íamos conseguido por toda a parte, na Ásia, na África e na Oceania,

²⁰ Reformas também incongruentes com o espírito dos reformistas. Em 1954, já depois da revisão constitucional, o ex-ministro das colónias Marcelo Caetano considerava: “...os indígenas são súbditos portugueses (...) mas sem fazerem parte da Nação”. E vai mais longe ao considerar o mestiçamento um grave problema sob o “aspecto sociológico”, porque “fonte de perturbações graves na vida social de europeus e indígenas”, pelo que recomendava uma “separação racial rigorosa”. Marcelo Caetano, *Os Nativos na Economia Africana*, Coimbra, 1954, p. 16

²¹ Segundo John Gunther, *Inside Africa*, 1955, p. 74 “...um africano que deseja tornar-se assimilado, e assim “civilizado”, requiere-o a um tribunal local que, em geral, se compõe de um funcionário português e dois nativos. Deve provar cabalmente ao tribunal que domina a língua portuguesa, é de fé cristã (o que significa, com efeito, que deve ser católico), tem uma certa estabilidade financeira e que deseja abandonar

mercê da lhanza do nosso trato e da irradiante simpatia, que de nós se desprenderia, como uma aura”²². A homogeneização do todo diverso português era, pois, uma utopia com efeitos perversos e a apregoada “colonização benévola” um mito que apenas escondia a incapacidade de uma comunidade colonizadora pobre e sem meios para administrar tão vastos territórios – a ideia de um “Império não económico”, tão querida dos situacionistas, para além de não corresponder à verdade era uma contradição nos próprios termos. Quem poderia garantir a integração plena de todos os territórios e de todas as culturas num único espaço português? E, principalmente, quem poderia pensar que a integração económica, social e política se iria conseguir num tempo útil em todos os espaços do Império?²³ Cunha Leal alertava para o idealismo perigoso de um tal projecto nacional: “ O defeito deste arranjo estatal reside essencialmente na sua conformação centralizadora, à maneira espanhola dos Filipes, e no facto de não atender às diferenciações no estado de civilização das parcelas do território nacional e à diversidade das suas características basilares. Aspira-se a um impossível: a manutenção perpétua da nossa homogeneidade legal e subordinação imutável à cabeça do nosso Império dos seus fragmentos díspares, localizados a esmo nas sete partidas do mundo”²⁴. Um desígnio nacional impossível, tanto mais que o regime carecia da força e da sabedoria que lhe podiam advir de uma verdadeira “unidade nacional” que pudesse suportar os embates dos ventos descolonizadores. Ao invés, a falta de liberdade em que se vivia, não só impedia a transacção das ideias que suscitam os grandes movimentos de opinião, como favorecia a formação de uma imensa fronda internacional libertadora: dos povos colonizados e dos colonizadores sujeitos ao jugo de uma ditadura férrea.

os costumes nativos – por exemplo a poligamia – e viver à maneira europeia (...). Uma vez assimilado, assume não somente os privilégios, mas também as obrigações de completa cidadania”.

²² FPCL, *O Colonialismo...*, op. cit., p. 140

²³ Essa visão integradora, tão cara ao regime, tinha defensores acérrimos entre os situacionistas. Vide a propósito Francisco Pacheco de Amorim, *Três caminhos da política ultramarina*, Coimbra, 1962

²⁴ Idem, p. 96

Na ONU, portanto, Portugal sustentava teses discutíveis com defesas desastradas. Uma defesa mais maleável, com aceitação tácita do princípio de autodeterminação, seria bem mais vantajosa para Portugal, como considerava Cunha Leal. Do artigo 73º da Carta da ONU (respeitante só “à administração de territórios cujas populações não se administrem ainda completamente por si mesmas”), ele fazia uma leitura muito menos restritiva que o regime. Este último não aceitaria, dentro da sua enovelada lógica jurídica, que as colónias não fossem “províncias” de que detinha toda a legitimidade de mando.

Cunha Leal queria antes admitir que esses territórios ainda não eram autónomos, mas se encontravam numa situação evolutiva que, infalivelmente, aí desembocaria. Contudo, o que lhe interessava era o processo a seguir que, inevitavelmente, seria longo. A autodeterminação só seria legítima quando os “povos colonizados tiverem atingido um grau mínimo de educação e civilização”. Por outro lado, a autonomização (que teria que começar por exigir um reforço da política administrativa, económica e social do colonizador), nunca seria um “sinónimo de secessão, porque é compatível com a confederação, a federação e a integração dentro de um regime descentralizado”²⁵.

Sem ignorar o que poderia haver de irresistível nas tendências descolonizadoras do mundo do pós-guerra considerava, no entanto, ilegítimo e contraditório que se reconhecesse o imediato direito à independência, sem que os povos das colónias se pronunciassem sobre se queriam ou não essa independência. O que Cunha Leal contestava era “a independência à força”, mesmo contra a vontade expressa daqueles que se queria empurrar para a separação, porque não era essa a leitura legítima da Carta da ONU e não era essa a verdadeira defesa dos interesses das populações coloniais. Haveria um tempo próprio para o autogoverno das colónias, que não convinha acelerar de forma artificial, mas que também não podia ser travado de forma voluntária.

Para fugirem à “forte sedução centripetista do todo peninsular”, os portugueses tinham forjado “uma grandiosa finalidade histórica”, inaugurando assim “o ciclo mais fecundo da história universal”: o da criação de novas nacionalidades. Dentro desse desígnio – acrescenta Cunha Leal – “parturejámos a pátria brasileira, sem termos amaldiçoado o grito separatista de Ipiranga. Temos ainda largas ensanchas para prosseguir nessa linha de rumo”²⁶.

A Índia portuguesa constituiria um bom exemplo da experiência colonizadora dos portugueses por aí, depois de uma experiência relativamente desastrosa de “apostolado e mercantilismo” de ascetas, soldados, mercadores e piratas, se ter radicado uma comunidade inter-étnica, muito ligada por laços espirituais à pátria colonizadora. De resto – considerava Cunha Leal – os factores espirituais seriam os únicos que, em muitos casos, poderiam compensar a debilidade económica dos portugueses. Salazar tinha, intransigentemente, recusado qualquer tipo de negociação com o Estado indiano, ao contrário de franceses e ingleses. Por isso, o caminho a percorrer tinha-se reduzido de forma extraordinária e Portugal dificilmente conseguiria obter o apoio de antigos colonizadores, como os britânicos, ou dos novos fautores do anticolonialismo – os Estados Unidos e a URSS. Só havia, neste caso, uma coisa a fazer, para evitar a derrota militar desonrosa: a outorga unilateral da independência aos territórios coloniais portugueses na Índia e a negociação de uma qualquer “modalidade de associação entre Portugal e o novo Estado”²⁷.

Tratava-se, portanto, de corrigir um erro tremendo do seu ponto de vista que, a não acontecer, havia de motivar inevitáveis movimentos de secessão nas colónias africanas. Ora, Portugal não tinha, fora alguns “senões” como a escravatura ou o trabalho forçado, que envergonhar-se da sua colonização. Antes de o fazer, teria sempre

²⁵ Idem, p. 146

²⁶ Idem, p. 24

que comparar-se com a “hipocrisia dos dois colossos” mundiais, apostados na ONU em apontar aos outros o que não queriam ver nas suas próprias casas: “Recearão, porventura, os Estados Unidos que uma tenaz oposição da sua parte às teses soviéticas leve o senhor do Kremlin a evocar o seu passado de genocídio índio a pôr na tela da discussão, no que respeita ao presente, a legitimidade da sua acção colonizadora no Alasca, Hawai e Porto Rico e a sua indesculpável excomunhão racial de muitos e muitos milhões de negros, sem respeito pelos direitos naturais das minorias? Se os seus delegados são tão somente orientados por princípios, porque é que não verberam as incontestáveis e hediondas práticas escravagistas da Arábia Saudita...”²⁸. O mesmo havia que realçar em relação ao comportamento do comunismo bolchevista que, “sem longes de respeito ou consideração pela alta cultura dos povos sacrificados à sua gula, não se privou de anexar a Estónia, a Letónia, a Lituânia, parte da Prússia Oriental e a Bessarábia; e, não contente com isso, serviu-se de falaciosos argumentos ideológicos e de métodos policiais de terrorismo para implantar na Albânia, Roménia, Bulgária, Hungria, Checoslováquia e no que resta da amputada Alemanha Oriental governos fantoches, que repugnam à consciência dos respectivos povos, mas, para proveito da Rússia, são mantidos no poder à viva força, sob a ameaça ou com o auxílio de tropas de ocupação”²⁹.

A legitimidade da colonização portuguesa radicaria, em primeiro lugar, na sua especificidade, marcada a partir do séc. XVIII pela unificação de amplos espaços, sob a égide de um pensamento e de uma acção nobremente colonizadores: “Naquele desmedido cadinho (=Brasil) fundimos o nosso sangue com o dos índios aborígenes e com o dos negros importados para premente satisfação de necessidades de mão-de-obra. Não exterminámos grupos humanos por considerações fátuas de superioridade racial,

²⁷ Idem, p. 104

²⁸ Idem, p. 133

tanto isso repugnava ao nosso modo de ser. Fomos assim sóbrios, modestos, humanos e trabalhadores”.³⁰

Essas são também, na sua opinião, as características da colonização africana. Portugal tinha desempenhado um papel de grande magnitude, apesar da sua modesta pequenez e da extensão dos territórios ocupados. Apesar de lenta, estaria em curso uma assimilação das populações pela educação e pelo trabalho e os novos Planos de Fomento apostavam no desenvolvimento africano com manifesta prodigalidade. De resto, o “atraso da colonização” portuguesa apenas exigiria um reforço da colonização, nunca uma descolonização apressada, porque essa seria duplamente penalizadora: à desordem política acrescentaria a improdutividade económica e o domínio internacional de novos senhores poderosos, como tudo levava a crer pela observação dos acontecimentos congolese.

Portugal assumira uma responsabilidade histórica única que não poderia defraudar aos olhos das populações “aborígenes” e na defesa dos legítimos interesses dos colonos instalados. Era sua obrigação contribuir, dentro das suas possibilidades, para a “elevação material e espiritual” das colónias, preparando deste modo o advento de novas nacionalidades com as quais poderia e deveria manter futuras relações económicas, culturais e espirituais. Neste sentido, o regime não deveria calar o peso desses interesses, mitificando as relações coloniais com falsificações históricas, como a que fazia do Infante D. Henrique um asceta, indiferente às motivações materiais³¹.

²⁹ Idem, pp.57-58

³⁰ Idem, p. 63

³¹ Entre Setembro e Novembro de 1960, decorreram as Comemorações Henriquinas, no âmbito do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. O Infante – segundo Cunha Leal – tinha sido indevidamente erguido à categoria de asceta e santo, a par de perito náutico, numa falsificação da história, “sempre escrita ao sabor das conveniências e interesses das classes dominantes”. Ora, a verdade é que tanto ou mais que as motivações espirituais, contaram as motivações materiais da Casa do Infante. E isso não seria facto para ocultar porque, justamente, a obra de colonização dos arquipélagos atlânticos não é razão para esconder e antes mostrar como pode continuar a ser proveitosa a acção colonizadora dos portugueses. Cif. FPCL, *O Colonialismo...*, op. cit., pp. 49-50

A afirmação inequívoca da autodeterminação e consequente independência (mesmo a termo incerto) não agradou, como era de esperar, aos situacionistas para quem Cunha Leal roçava os limites da traição. A decisão por um apoio tático ao situacionismo na defesa intransigente (se necessário à força) de uma solução negociada dos espaços coloniais com a defesa de uma associação material e cultural com os novos Estados e em especial o seu anti-sovietismo não agradava à extrema-esquerda comunista e ao seu largo campo de influência cultural, bem como à Situação. Cunha Leal estaria, mais uma vez, condenado a trilhar uma via estreita, toda sujeita a incompreensões, independentemente do apoio que podiam merecer as suas ideias sobre a autonomização das colónias.

No fundo, o país permanecia abúlico e impossibilitado de pensar o que quer que fosse sobre o seu futuro, tanto continental como colonial³². A opinião pública não se manifestava, a Situação redobrava em reservas e censuras e a oposição não via com bons olhos a coragem das posições claras e inequívocas de Cunha Leal que antes consideravam de cedência aos interesses instalados.

3. A “traição” dos “pseudo-patriotas”

Em 2 de Fevereiro de 1961, dois dias antes do assalto às prisões de Luanda, saía *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, como que prenunciando os graves acontecimentos de Angola. Nos meses seguintes, sob o efeito dos trágicos acontecimentos do norte daquela província, viria a lume *A Gadanha da Morte*. A

³² As maiores simpatias à recepção das ideias de Cunha Leal surgiam, como era de esperar, expressas em cartas pelos antigos republicanos reviralhistas de tendência liberal. Assim se manifestava Álvaro Poppe, em carta de 15 de Fevereiro de 1961: “Estou de acordo com o seu parecer sobre o caso de Goa. Já ao tempo muito conversei com António Sérgio e éramos dessa opinião. As suas considerações sobre Angola e Moçambique são justas, menos a rotação da capital que, julgo, seria perigosa”. Arquivo António Ventura.

realidade que antevia aí estava, impondo-se aos incrédulos e ao “Condutor da Situação”. No entanto, Cunha Leal acreditava que ainda era possível e era urgente mudar de rumo, porque, afirmava, “Ai dos países com colónias, travestidos ou não de províncias ultramarinas, se teimosamente negarem o direito de autodeterminação aos povos colonizados ou se levianamente precipitarem ou retardarem o momento da sua aplicação!”³³ Era necessário, era absolutamente imprescindível não deixar deteriorar a situação e preparar uma política de futuro, ou seja, a negociação de uma autodeterminação negociada, em simultâneo, com brancos e pretos. Isso significava transigir até ao razoável, para não ter que ser escorraçado com a “mala de viagem” aos ombros. E tudo levava a crer que o “Condutor” estava a preparar uma situação sem regresso.

As operações militares, aparentemente bem sucedidas, de “conquista” dos Dembos depois dos massacres de Março, perpetrados pela UPA sobre as populações brancas, eram apenas “o prólogo de uma guerra demorada e difícil”³⁴ – uma segunda fase de generalização do conflito a toda a colónia. Estaria o país militarmente preparado para uma guerra desse tipo, generalizada e demorada? E se esta guerra – como talvez não fosse difícil imaginar – se estendesse a Moçambique e à Guiné – perguntava Cunha Leal. Num contexto embora diferente, mas que podia estender à situação portuguesa, considerava que “as nações pelintras não estão fadadas para as estridências bélicas”³⁵. Não negando a necessidade de defesa, mesmo com armas na mão, se Portugal e as suas colónias não pudessem defender uma solução justa para o seu futuro, preconizava, no entanto, a necessidade de uma solução política negociada e aceitável, única forma de estancar “a hemorragia juvenil” que se prenunciava e de evitar a acção devastadora *da gadanha da morte*. “A guerra – avisava – é apenas um dos processos de se atingirem as

³³ FPCL, *A Gadanha da Morte*, p. 86

³⁴ Idem, p. 134

finalidades de um país e, antes dela, importa não descurar os meios não-militares, atinentes à consecução desses objectivos, sabendo seleccioná-los com agudeza intelectual e com intuição patriótica”³⁶.

Ora, nesse mês de Abril, ao mesmo tempo que escrevia o prólogo do novo livro, Cunha Leal sabia bem que o país tinha perdido mais uma oportunidade de reavaliar o problema colonial e as suas possíveis soluções pacíficas com o reforço de poder dos “falcões” que, sob a égide de Salazar, tinham afastado os militares implicados na *Abrilada*³⁷ e reconduzido a política colonial pela senda da guerra em África como desígnio último de uma política integradora, sem um fim previsível à vista.

Também nas duas colónias – Angola e Moçambique – a colonização modelar que era prosseguida em colonatos como o do Cunene e o do Limpopo seguia a par e passo com as piores manifestações do colonialismo rapace: as expropriações das culturas indígenas pelas grandes empresas do café e do algodão, a retribuição muito diminuta do trabalho contratado em empresas ricas, como a Diamang, o que tinha redundado, muitas vezes, em reacções das populações e em respostas violentas dos poderes coloniais, como acontecera no massacre dos trabalhadores algodoeiros de Malange. Ora, embora a Europa – e também Portugal, bem entendido – precisasse da África para promover o seu próprio desenvolvimento, o “colonialismo económico”, sem uma verdadeira e plena colonização, era uma fase ultrapassada, de que os povos africanos não mais permitiriam o regresso. Portugal – pensava Cunha Leal – pela sua debilidade económica, acabara por reunir um capital cultural e espiritual bem mais promissor que muitos outros povos colonizadores. No entanto, e apesar desses factores

³⁵ Idem, p. 49

³⁶ Idem, p. 23

³⁷ Nos dias 12 e 13 de Abril de 1961, o Ministro da Defesa Júlio Botelho Moniz, envolvendo outros responsáveis políticos e uma grande parte da hierarquia militar, preparou um golpe de Estado com a finalidade de afastar Salazar e preparar para as colónias uma autonomia progressiva e uma autodeterminação a prazo, preconizadas na altura pela administração americana, procurando assim

favoráveis, o caminho para Angola e Moçambique, tanto quanto para a Índia, só poderia ser o de uma autonomização crescente, com autodeterminação e formação de estados independentes, de natureza birracial, “com predominância, de entrada, da raça branca na condução dos negócios públicos e com tendência posterior para alteração das posições das duas comunidades, depois de um prazo mais ou menos dilatado de convívio pacífico e amigável”³⁸.

Nesta linha de ideias, Cunha Leal apresentou um anteprojecto para a administração de Angola de carácter altamente descentralizador, ficando apenas reservado a Portugal a representação diplomática e a defesa do novo país. O poder deveria ser entregue a um Alto Comissário, com funções executivas e a uma Assembleia Nacional, constituída por membros de cada distrito. Os dois órgãos seriam servidos por conselhos técnicos e de representação de interesses. Este figurino orgânico seria responsável pela transição para uma situação democrática, com formação de partidos políticos e de um país ligado à pátria colonizadora por laços confederais. Se tal viesse a acontecer – acreditava Cunha Leal – “talvez ainda viesse a ser possível conjurar os perniciosíssimos efeitos conjugados da PIDE, do terrorismo dos negros e da implacável reacção dos brancos”³⁹. Para Moçambique, Cunha Leal temia que não estivessem ainda criadas condições para realizar o programa proposto, em 6 de Abril de 1961, por “uma lúcida exposição” dos colonos brancos que denunciavam “a menoridade jurídica” a que estavam sujeitos os mais de seis milhões de negros, o exclusivo industrial dos colonizadores, o abandono da política autonomista com exclusão das populações ali estabelecidas, as dificuldades de estabelecimento dos contingentes brancos e a prevalência de uma política de integração, sem resultados à vista. Neste sentido, estes

soluções políticas que evitassem o uso das armas. Vide *Moniz, Júlio Botelho*, in *Dicionário de História do Estado Novo* (Dir. de Fernando Rosas e J M Brandão de Brito), Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, vol. II

³⁸ FPCL, *A Gadanha...*, op. cit., pp. 89-90

³⁹ Idem, p. 156

colonos exigiam a extensão da cidadania a toda a população de Moçambique, o início de negociações do governo de Salazar com os elementos mais representativos do país, a estruturação democrática do futuro governo e o início de negociações entre os dois governos com vista á formação de uma “Comunidade Portuguesa de Nações”. Estranhas – ou talvez não – coincidências entre este programa dos colonos moçambicanos e as ideias apresentadas por Cunha Leal! Apenas lhes apontava dois pontos: a extensão imediata da cidadania a todos os moçambicanos seria uma medida talvez arrojada, mas necessária; as negociações com os elementos mais representativos de Moçambique parecia-lhe, por enquanto, uma tarefa de difícil resolução, sem um período de transição, como aquele que propunha para Angola.

A premência dos problemas coloniais e as repercussões internacionais da questão, a par da ousadia de Cunha Leal, trouxeram ao ensaísta os maiores dissabores: os situacionistas apontaram as suas baterias contra as “teses anti-patrióticas” deste “pseudo-patriota”, ao contrário, curiosamente, do “Condutor da Situação” que em carta que lhe dirigiu considerava que “ninguém, concordando ou discordando de um ou outro ponto, ousaria duvidar do seu amor à Pátria”⁴⁰.

Sempre que em Portugal, ao abordar o problema colonial se falava em autodeterminação “os adictos ao regime político vigente sentem percorrer-lhes a pele do corpo e da alma um arrepio de horror e os próprios oposicionistas, com o receio pueril – sinal dos tempos! – de incorrerem na acusação de antipatriotismo, cuidam de esconder o seu pensamento com eufemismos carentes de solvência e de dignidade intelectual”⁴¹. Parecia ser essa a atitude que emergia do “Programa para a Democratização da

⁴⁰ Idem, p. 74

⁴¹ Idem, p. 73

República”, discutido entre a oposição republicana e socialista⁴² nos finais de 1960 e entregue ao Presidente da República em 28 de Janeiro de 1961. A formulação era ambígua, tendo em conta os termos em que a questão estava a ser posta nos areópagos internacionais. Aí se propunha um amplo programa de desenvolvimento cultural e uma vasta “acção de formação educativa”, sem discriminação de raças e com “recrutamento de nativos para o exercício da função pública”, visando “a formação de elites em todos os sectores”. Em termos político-administrativos sugeria-se um “ampla política de descentralização” e, em termos económicos e financeiros, a “ordenação de planos de fomento” em todas as colónias e a criação de um amplo mercado nacional, com supressão de barreiras alfandegárias e unificação de moeda. Para as relações “Metrópole-Ultramar” apenas um eufemístico repúdio de “qualquer manifestação de imperialismo colonialista”, com exigência de assegurar “os direitos fundamentais dos povos”. Nem uma palavra sobre a autodeterminação e a independência. Talvez por esta razão, Cunha Leal não figura entre os subscritores ⁴³deste “Programa...” que, no entanto, em *Observação Final* refere que o capítulo sobre política ultramarina “fica directamente afectado pelos acontecimentos supervenientes”.

No entanto, é dos situacionistas que chovem as críticas mais duras contra o “patriotismo democrático” de Cunha Leal. A legitimação patriótica nunca poderia decorrer do “desejo de vida em comum de todos, ou de pelo menos da imensa maioria” dos seus habitantes, porque a pátria não se discute: “É a nossa acção civilizadora que justifica, objectivamente, a ocupação e permanência nos territórios ultramarinos, sem termos de invocar para nada o arbítrio dos nativos. Estes possuem a obrigação de aceitar

⁴² O “Programa...” foi subscrito, entre outros, por antigos republicanos como Mário de Azevedo Gomes e Hélder Ribeiro (até mesmo por antigos correlegionários *lealistas* como Mendes Cabeçadas) e pela moderna geração socialista de Mário Soares, Francisco Salgado Zenha, ou Vasco da Gama Fernandes

⁴³ No entanto, é de crer que terão decorrido contactos, até pelo agradecimento que Cunha Leal endereça a Mário Soares, em 13 de Novembro de 1960: “Com afectuosos cumprimentos, Francisco Pinto da Cunha Leal agradece a Sua Exa. o envio da cópia do notável documento dirigido ao Presidente da República por numeroso grupo do escol democrático português”. Arquivo Mário Soares, 0531.001 im. 84

e receber a civilização que lhes é ministrada; a recusa seria imoral e ilícita”⁴⁴. As razões de uma acção de força ia-as buscar à história e não “à suposta vontade expressa dos indígenas”. Para aqueles – situacionistas ou não – que se tinham deixado contaminar pela “avariose democrática”, Brito avisava: “Urge lembrar que, desde há muitos séculos até hoje, quase ninguém pensou deste modo, pois onde faltou o consentimento jamais se pensou em amainar a bandeira das quinas. Pelo contrário, afirmaram-se na dor e sangue dos combates os inalienáveis direitos de Portugal contra todas as rebeliões”⁴⁵. Adiar a ida de soldados para defender a integração das populações africanas seria, portanto, uma ingenuidade e uma traição. Por outro lado, “lutar até ao esgotamento” pela construção do mais precário dos edifícios é loucura e desatino” – continuava o situacionista – repudiando assim qualquer esforço pela edificação de uma possível federação/confederação de futuros Estados livres. Para os situacionistas, Cunha Leal tinha sido mordido pela “tarântula soviética” de concessão da independência a Angola e Moçambique, o que o levava a vislumbrar actos de carnificina terrorista onde apenas tinha havido defesa legítima da ordem⁴⁶.

Internacionalmente – embora de forma circunscrita – este anticolonialismo *lealista* tinha uma expressão amplificada nas posições públicas de um Henrique Galvão⁴⁷ e de muita da oposição exilada sul-americana. Em carta ao Comandante Moreira de Campos, Galvão discorre sobre os objectivos da oposição – o derrube de

⁴⁴ Vide António José de Brito, *As opiniões do Sr. Cunha Leal*, Tempo Presente, Revista de Cultura Portuguesa, nº 27, III Ano, 1961, pp. 85-92

⁴⁵ Idem, p. 86

⁴⁶ António José de Brito (artigo mencionado, p. 92) apontava a Cunha Leal o facto de ele ter recriminado os brancos que usaram armas de fogo “indiscriminadamente contra todos os espectadores de pele enegrecida” que assistiam aos funerais das vítimas do 4 de Fevereiro em Luanda, “pelo que deixaram juncada de algumas dezenas de cadáveres a estrada por onde seguia o cortejo fúnebre”

⁴⁷ Em declaração à MAP (Rabat, 24 de Outubro de 1961), pouco dias antes do desvio de um avião da TAP com que havia de distribuir propaganda sobre Lisboa, Galvão queixava-se da sua fama internacional de colonialista quando, afirmava, defendia “firmemente o direito que têm os povos à autodeterminação e o exercício humano e progressista deste direito. Todos os povos de todas as raças, os africanos como os asiáticos, os portugueses como o povo da Hungria, o povo espanhol como o dominicano.(...) Considero-o como um direito sagrado e não como um slogan de propaganda de quem pode aproveitar-se dele ao

Salazar e a autodeterminação dos povos africanos – e sobre as vantagens de uma declaração de anti-comunismo do Directório Democrato-Social, de modo a não alimentar a figura do “híbrido democrato-comunista”, tão inútil para quaisquer das causas, na sua opinião. E terminava: “Que este espírito exista hoje – decerto fomentado por homens como V. e o Leal sobretudo – será o melhor dos princípios”⁴⁸.

4. Novembro de 1961 – as “primeiras eleições” sem Cunha Leal?

No Verão de 1961, Cunha Leal recebia de Lourenço Marques um renovado convite para, através de duas conferências, aí dar corpo à campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, a decorrer nos meses de Outubro/Novembro desse ano. Em resposta ao convite, responde que tinha a certeza que, naquela conjuntura “a Pide não autorizaria o deslocamento até essa cidade” e, para mais, apontava ainda razões de saúde: “Acontece que a medicina me promete, não sei se misericordicamente, bastos anos de vida, mas com a expressa condição de não abusar do meu coração que, pelos modos, não se deve dar bem com as alturas”⁴⁹. Porém, isso não o impedia de dar voz, no *Diário de Lisboa*, aos dois magnos problemas nacionais: a “crise ultramarina” e a “reclamação dos direitos de cidadania”⁵⁰, duas questões que cada vez apareciam mais indissociáveis.

Seria Portugal viável se, por acidente, viesse a colapsar a sua componente ultramarina? Portugal havia conseguido “escapar” à integração peninsular voltando as costas para Espanha e pondo-se de frente para o mar. Numa era de grandes

serviço de políticas suspeitas de neo-colonialismo”. Ofício nº 3889/C (menção Secreto) do Ministério do Exército ao Director da PIDE. IAN/TT, PIDE, Henrique Galvão, Proc. 391 – CI (2), pasta 5

⁴⁸ Carta de Henrique Galvão ao comandante Moreira de Campos, S. Paulo, 30 de Agosto de 1961. IAN/TT, PIDE, Francisco Pinto Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 146-147

⁴⁹ Carta de Cunha Leal a A Neves Anacleto, Lisboa, 5 de Outubro de 1961, Espólio de ANA, na posse de Noémia Neves Anacleto

comunidades económicas, a sua integração num Mercado Livre Europeu, “nas vésperas de transitar para o Mercado Comum”, seria de todo impossível se Portugal deixasse de poder contar com um acesso privilegiado às matérias primas coloniais. É que o país seria “obrigado a adaptar-se de um jacto ao estado presente da velha Europa” que, para atingir este nível de desenvolvimento, beneficiou de uma evolução lenta mas segura de várias décadas. Nestas circunstâncias, “o espaço económico português sofreria descomunal restrição, com a agravante de que, ainda por cima, teríamos de absorver as duas centenas de milhar de nacionais, até então enquistados nas nossas províncias ultramarinas”⁵¹. Esta “alucinante cavalgada para o abismo”, a não ser travada, faria muitos portugueses pensar nas possíveis vantagens de uma integração peninsular e os vizinhos espanhóis esperarem com, ansiedade, a aproximação do país desse novo “Alcácer-Quibir”.

Impunha-se, portanto, uma solução bem diferente daquela que estava a ser ensaiada pela força das armas. Só soluções políticas duradouras, penetrando no interior das consciências nacionais, poderiam conduzir a soluções desejáveis: “O emprego de meios militares para a submissão de elementos subversivos não constitui em si um programa: representa apenas uma dura e penosa necessidade”⁵². Justificava-se a defesa militar contra “agressões externas” mas nunca a união em defesa de “procedimentos políticos inviáveis”.

Mais do que nunca, impunha-se exigir a vigência *de facto* dos direitos de cidadania consignados no texto constitucional de 1933. Em primeiro lugar, porque não faria sentido pugnar pela extensão dos direitos e liberdades para os povos colonizados e ignorar a situação de minoridade política da grande maioria dos colonizadores. Depois,

⁵⁰ FPCL, “Coisas do Tempo Presente, A crise ultramarina e a reclamação dos direitos de soberania”, *Diário de Lisboa*, 6 de Novembro de 1961

⁵¹ *Idem*

⁵² *Idem*

principalmente, era preciso evitar com urgência os “erros, sempre possíveis de um homem solitário”. Os problemas do país eram demasiado grandes para poderem estar depositados apenas sobre as costas de uma parte da nação e as soluções, se as houvesse, só viriam da transacção das ideias que resultasse de um confronto aberto e democrático: “Convençam-nos da sua superioridade pelo confronto honesto e imparcial das suas razões com as nossas e não pelo expediente da Censura”⁵³.

O cacho de acontecimentos que marcou este “annus horribilis” de 1961 armava Cunha Leal com as maiores doses de realismo político que as possibilidades abertas recomendavam. Parecia-lhe de todo impossível convencer os dois grandes “colossos” da bondade das propostas colonizadoras portuguesas, tanto pela via integradora situacionista, quanto pela via associativa de uma possível confederação. Em última instância – e no caso de uma indesejável independência prematura – haveria um último reduto de que não poderia arredar-se pé. E esse era o dos interesses económicos das populações portuguesas radicadas nas colónias “condição *sine qua non* para o nosso pacífico reconhecimento do fenómeno da secessão.”⁵⁴.

Em 7 de Novembro, a oposição agrupada em oito círculos do Continente e Funchal voltava a decidir-se pela desistência do acto eleitoral de dia 12, sendo eleitos todos os candidatos da UN. No entanto, do unanimismo vigente não podia esperar-se mais do que a continuidade de uma política de força, sem fim à vista. Ninguém, ou muito poucos – e entre estes Cunha Leal – ousavam protestar contra uma política ultramarina tragicamente errada. Sob o signo da invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, e o adensamento de “nuvens presagas e negras”, apareceu em Maio “A Pátria em Perigo”, um terceiro livro sobre os problemas nacionais. Em Julho, o livro tinha já uma terceira edição, o que demonstra a aceitação que encontrava junto do

⁵³ Idem

⁵⁴ Idem

público. Por esse motivo, Cunha Leal passou a ter maiores dificuldades na produção e distribuição dos seus livros que, apesar de não estarem legalmente impedidos de circular, eram apreendidos sempre que era necessário sujeitar o seu transporte a vias normais de expedição⁵⁵. Por este motivo, cada livro circulava semi-clandestinamente por entre dezenas de leitores que o liam avidamente, tão certo era que o anúncio da sua apreensão (verdadeira ou falsa) o tornava ainda mais atraente aos olhos do descontentamento nacional⁵⁶.

Em *A Pátria em Perigo*, Cunha Leal retomava o problema ultramarino português à luz da invasão dos territórios portugueses na Índia e do procedimento dos tradicionais aliados de Portugal no quadro da ONU. Desejaria que todas as suas premonições, formuladas desde 1949, não tivessem qualquer fundamento. Porém, o “imminente cataclismo” de 1961 que, da Índia ameaçava estender-se aos territórios africanos, mostrava quão irrealistas e ilusórias se mostravam as análises e decisões de Salazar: “Chego a persuadir-me de que este poderoso homem público considera, mais do que possível, provável um evento que faça mudar, em nosso benefício, o curso da história e o panorama universal”⁵⁷.

Ora, o mundo mostrava-se não só pouco aberto a repetir uma guerra catastrófica, como a transigir perante as ideias integracionistas do regime salazarista. O país continuava a enviar sinais anacrónicos ao mundo.

⁵⁵ Em carta a A Neves Anacleto, Lisboa 22 de Julho de 1962, Cunha Leal refere que enviou o livro “A Pátria em Perigo” para Lourenço Marques, por alturas do 10 de Junho. No entanto, pela falta de resposta, suspeitava que o livro tinha sido apreendido, o mesmo acontecendo a muitos exemplares enviados para aquele destino pelas Publicações Europa-América. IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 142-143

⁵⁶ Em carta de A Neves Anacleto, Lourenço Marques, 27 de Julho de 1962, podemos surpreender algumas destas redes em pleno funcionamento: “O anúncio do seu novo livro foi esperado com expectativa. O que recebi foi lido por mais de uma dezena de pessoas”. Tinham sido pedidos 500 exemplares e, na Progresso, os 150 exemplares da 3ª edição venderam-se rapidamente. O seu amigo Neves Anacleto explica os motivos do sucesso: “Nenhum outro homem em Portugal saberia escrever, mas mesmo que o soubesse, não teria a coragem de o publicar. Também me parece que outro qualquer homem não lograria vê-lo à venda nas livrarias, porque nenhum outro se revestiu da coragem e do respeito necessário, para ser aceite ou, pelo menos, tolerado” IAN/TT, PIDE, idem, fº 134-136

⁵⁷ FPCL, *A Pátria em Perigo*, p. 264

Mesmo as suas vozes mais ousadas – uma delas era a do reformador Ministro do Ultramar Adriano Moreira, a partir de 13 de Abril de 1961 – propunham-se guiar o presente à luz de uma interpretação providencialista da história. Cunha Leal percebia-lhes os contornos nas manifestações mais recônditas desse pensamento. Por exemplo, analisando uma comunicação de Adriano Moreira ao Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, subordinada ao tema “O Pensamento do Infante D. Henrique e a Actual Política Ultramarina”. Com “gongóricas frases de abertura”, retratava o Infante como um “devoto” e um iluminado em quem alguém depositara “direitos e poderes”, (...) “indispensáveis para a realização da missão que adoptou”⁵⁸. O chefe – aquele do séc. XV e, por comparação, o outro do séc. XX – seriam seres dotados da *graça de Deus*, predestinados para perceber a missão que lhe cabia e impô-la aos outros homens, “sem o recurso a necessárias eleições” porque os seus desígnios apenas a Deus diziam respeito. O Infante – qual arquétipo de outro tão devoto e *santo* como ele – foi a substanciação do verdadeiro chefe, aquele que decide porque tem carisma: “O debatido fenómeno da rebelião de massas não deve impedir que se evidencie que a organização política e social da época do Infante não pode entender-se sem ter em conta o valor do chefe e da sua personalidade carismática. Como foi observado, “o possuidor do valor carismático elege a missão que lhe é adequada e exige obediência e submissão por imperativo da sua missão.(...) A sua vocação carismática frustra-se no caso de a sua missão não ser reconhecida por aqueles a quem sente que foi enviado”⁵⁹.

Mas o mundo mostrava-se implacável no julgamento desta *missão histórica* de Portugal. Criando os Altos Comissários, os velhos republicanos tiveram plena consciência que “o termo da evolução das várias parcelas coloniais havia de ser a

⁵⁸ Idem, p. 111

independência”⁶⁰. A eternização da relação colonial e a necessária integração num todo único nacional era uma ilusão alimentada pelo irrealismo dos senhores do poder, que esbarrava com o sentido evolutivo da história: “ Ter a fátua esperança de que os norte-americanos venham a aderir ao postulado situacionista, que está bem longe de ser o postulado português, de uma Pátria pluri-continental e pluri-racial só pode conduzir-nos a desilusões progenitoras de irremediáveis desastres”⁶¹. Em primeiro lugar, por aderência aos princípios de autodeterminação e de independência; mas, seguramente, para não perderem o comboio da história no continente africano, onde a Rússia de Krutchev penetrava audaciosamente. Perante a evolução avassaladora do movimento independentista no Continente Negro só uma solução negociada ainda talvez fosse possível – acreditava Cunha Leal. Com o apoio dos Estados Unidos, talvez fosse possível atribuir “ao conceito de autodeterminação características complementares, susceptíveis de encontrarem audiência no mundo livre”, ou seja, talvez ainda pudesse negociar-se uma transição pacífica – “uma independência mitigada por qualquer modalidade de associação com a nação de que fora dependente”⁶².

Ao contrário, persistir na crítica acerba ao carácter perverso do voto democrático saído da Assembleia Geral da ONU, marcado desde finais de 1960 pelo domínio do bloco “afro-asiático” seria lutar, ingenuamente, contra barreiras intransponíveis. Insistir na negação do artigo 73º da Carta da ONU – o da consagração do direito do universal princípio de autodeterminação dos povos – seria o pior erro estratégico em que Portugal poderia persistir. Segundo esse princípio, Portugal apenas tinha que “assegurar o seu [dos espaços não-autónomos] progresso político, social e económico” e “desenvolver a sua capacidade de se administrarem por si próprios” atendendo “aos seus graus

⁵⁹ Adriano Moreira, “O Pensamento do Infante D. Henrique e a Actual Política Ultramarina de Portugal”, cit. por FPCL, *A Pátria em Perigo*, p. 112

⁶⁰ FPCL, *A Pátria em Perigo*, p. 143

⁶¹ Idem, p. 185

variáveis de desenvolvimento”. Nada o obrigava, antes pelo contrário, a conceder qualquer *independência à força*. Mas também ninguém lhe permitiria que negasse esse princípio. Na opinião de Cunha Leal, havendo muito de “ilogismo e até de desvairo” nas resoluções anticolonialistas da ONU, ele tinha a certeza de que tinham sido os governantes portugueses “os responsáveis do estado de irritação” daquela organização perante o acantonamento intransigente dos seus dirigentes “na ilógica posição constitucional de uma Pátria multirracial e pluricontinental”⁶³. Na ONU, a política portuguesa em África tinha sido condenada pela Comissão de Tutela, em 13 de Novembro de 1961, por 90 votos contra 3. No entanto, dois meses depois, em 31 de Janeiro de 1962, os Estados Unidos, pela voz do chefe da sua delegação Adlai Stevenson moderavam a moção apresentada à última Assembleia Geral, insistindo que “algumas das medidas adoptadas por Portugal” respondiam aos “ingredientes da Lei e da Ordem que, naturalmente, constituem o primeiro dever de qualquer governo”, reconhecendo como muito positivo o facto de se verificar, na altura, “relativa calma no território angolano”⁶⁴. Tal não invalidava, no entanto, que o governo português se não tivesse que dispor a aceitar a “evolução pacífica da autodeterminação, apoiada por todos”. Nesta compreensão americana, vislumbrava Cunha Leal uma atitude aberta dos Estados Unidos que Portugal tinha a obrigação de aceitar, se queria evitar um epílogo lamentável e trágico para o seu “destino africano” e um “desastre sem glória”, como acontecera em Goa.

Porém, interna e externamente, os situacionistas continuavam a substituir a livre discussão por uma “colectânea de monólogos afins, deblaterados com fúria apologética”. E, verdade se diga que, também na oposição – instalada em Portugal ou

⁶² Idem, *ibidem*

⁶³ Idem, p. 241

⁶⁴ Idem, p. 188

exilada – se continuavam a manter os mais acesos debates sobre a questão ultramarina⁶⁵, apesar das tentativas unificadoras dos liberais e democratas. E, desde a publicação do “Programa para a Democratização da República” – tão inócuo, como vimos, em matéria de política ultramarina – uma evolução sensível acabou por operar-se, a partir do Verão de 1962, pela posição pública de dezenas de “individualidades” que subscreveram uma “Exposição” dirigida ao Presidente da República em que, para além das questões económicas e da repressão do movimento estudantil, se insistia na necessidade de “modificar a política colonial”⁶⁶. Para salvar a economia industrial, não se via outro caminho que não fosse a adesão ao Mercado Comum europeu e a correcção de erros fabulosos – como o da instalação de uma Siderurgia Nacional inviável. Em matéria colonial, a “Exposição” insistia na necessidade de o país aderir ao “princípio basilar da autodeterminação” porque, considera, “ a tutela dos países colonizadores só tem justificação na medida em que serve os povos colonizados para que se eduquem e preparem, de modo a que livremente escolham seus destinos”.

Em matéria de política colonial, a oposição não comunista, no seu conjunto, nunca tinha ido tão longe. Principalmente se tivermos em conta que o texto, pelas suas características e conteúdo específico, deverá ter sido escrito por Cunha Leal⁶⁷ e, nos anos anteriores, como se pôde ver, a autodeterminação era, para muitos sectores da oposição um tema tabu.

⁶⁵ Numa reunião de várias organizações maçónicas e democráticas de exilados da América Latina “Associação luso-argentina Humberto Delgado”, “Comité Venezuelano Pró-Democracia y Libertad”, “Comité Mexicano Pró Liberación de Ibéria”, “Junta Patriótica Portuguesa de Caracas” ocorrida em 12 de Novembro de 1962 na loja “Vigilantes” do Rio de Janeiro, coexistiram posições claramente neo-colonialistas (criação de um Império euro-afro-asiático), com apoiantes do projecto de autodeterminação de Galvão e até com prestação de contas de uma Comissão de Finanças que recolheu fundos para apoiar o armamento e treino das forças revolucionárias ao serviço do Governo Provisório de Angola, com sede em Leopoldville. IAN/TT, PIDE, Henrique Galvão, Proc. 391 CI (2), pasta 4

⁶⁶ Cf. “*Exposição entregue a Sua excelência o Senhor Presidente da República em 30 de Agosto de 1962*”. A Exposição era subscrita por dezenas de individualidades, sendo seus quatro primeiros signatários o Almirante Cabeçadas, Cunha Leal, Mário Azevedo Gomes e o coronel Hélder Ribeiro. IAN/TT, PIDE, Carlos Vilhena, Proc. 2929 SR, fº 99-100

Os finais de 1962 seriam amargurados na vida de Cunha Leal por “motivos pessoais e patrióticos”⁶⁸. No entanto, a sua luta estava longe do fim – não tinha ainda terminado o último combate. E os efeitos da sua pugna porfiada e corajosa pela busca de um caminho viável para os territórios ultramarinos acabaram por penetrar não só no seio da oposição, mas também em sectores, embora restritos, das estruturas militares⁶⁹.

5. Na liderança da Acção Democrato-Social

Em 25 de Julho de 1963, os republicanos democratas e liberais que no decénio anterior se tinham revelado através do Directório Democrato-Social deram a conhecer ao Presidente da República a constituição da Acção Democrato-Social, onde Cunha Leal passou a exercer um papel de relevo, mercê das suas posições públicas sobre as mais importantes questões nacionais.

A par de Mendes Cabeçadas, Hélder Ribeiro e Mário de Azevedo Gomes, Cunha Leal mantinha uma activíssima atitude de oposição à política ultramarina de Salazar que manifestava em “representações”, em discursos públicos ou na publicação de novos livros da série “Coisas do Tempo Presente”.

Em 27 de Abril, os líderes da ADS dirigiram uma representação (na linha, aliás, da “Representação” que haviam dirigido ao Presidente da República em 31 de Agosto de 1962) a Salazar onde, marcando a sua oposição à política do governo, se propunham

⁶⁷ Segundo informação policial, “Maurício de Andrade”, de 7 de Setembro, o “Manifesto” foi escrito por Cunha Leal e Mário de Azevedo Gomes, sendo a parte económica inicial da autoria do primeiro. IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 130

⁶⁸ Em carta a A Neves Anacleto, Lisboa, 3 de Janeiro de 1963, explica que essa amargura se deveu a motivos patrióticos, mas também a uma dolorosa situação que ficou ligada a operação às cataratas, a que foi submetido em 11 de Novembro de 1962. Espólio de ANA, na posse de NNA

⁶⁹ Em 30 de Abril de 1963, o general Ferreira Martins, em discurso de sessão solene da Revista Militar, com a presença do Presidente da República, depois de denunciar a falta de apoio dos tradicionais aliados de Portugal à sua política colonial, questionava-se porque razão não haveriam os portugueses de “criar uma Commonwealth”. IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 125

discutir as largas declarações prestadas pelo seu líder à revista inglesa “International Affairs”.

Desse trabalho de análise, a elaborar “nos moldes da objectividade, do senso, do equilíbrio e do espírito de verdade e justiça”, desejavam dar conhecimento a todos os portugueses e ao mundo inteiro. Para tanto, pouco exigiam ao ditador: “ ... uma publicidade garantida, isenta de perseguições e tida como normal em todo o regime de livre expressão do pensamento”⁷⁰. A Salazar não lhe restavam dúvidas sobre o mérito do “estudo”, “sobretudo se feito nos moldes da objectividade” a que os signatários se comprometiam. No entanto, não podia assegurar a divulgação, até porque o Chefe do Governo não ousava “ir além das garantias que a Lei concede e a ele próprio se impõe”. Acrescentava ainda que quando se tratava “de problemas de excepcional delicadeza, o *franco diálogo* proposto pode bem converter-se numa forma de corrosão da consciência nacional”⁷¹. A troca de correspondência iria manter-se até 8 de Junho, quando os democratas decidiram encerrar o diálogo de surdos que mantinham com Salazar desde Abril. Não tinham requerido impunidade – até porque muitos dos democratas-sociais ali representados estavam naquela altura a responder em tribunal por delito de opinião – mas antes a garantia da publicidade ampla do documento que pretendiam produzir. Na última carta a Salazar (8 de Junho) elegiam dois aspectos para demonstrar a completa discordância com a sua política e as declarações ao “International Affairs”. Salazar justificava a acção da PIDE por actuações semelhantes das suas congéneres europeias e relevava-lhe a violência que, “à parte a Lei, nem sequer a permite a doçura dos nossos costumes”. A isto, respondiam-lhe que o uso da expressão “doçura dos costumes” apenas servia “para realçar o odioso de um procedimento”, variadíssimas vezes descoberto e denunciado, com escândalo público, nos tribunais. Em matéria de política

⁷⁰ IAN/TT, PIDE, Hélder Ribeiro, Proc. 1912/63

⁷¹ Idem

ultramarina, ao invés das propostas razoáveis de “adesão ao princípio básico da autodeterminação”, o ditador persistia no “desenvolvimento de uma política que está(va) exaurindo a Nação, em pessoas e bens, e através da qual enxergamos um próximo futuro carregado de dúvidas e incertezas, cuja extensão e reflexo na vida colectiva amedrontam, só de encará-los à distância”⁷².

Razões tinham os democratas para crer que nenhuma das suas posições políticas passaria para o comum dos portugueses, através dos meios de imprensa. Em 1 de Julho, a Censura impedia o jornal *República* de dar a conhecer o discurso de Cunha Leal e dos mais presentes no almoço de homenagem ao coronel Hélder Ribeiro, que decorreu na Casa do Alentejo, no dia 30 de Junho. Reunidos em número superior às duas centenas, os democratas foram vencendo as várias provas que lhe foram sendo impostas pela polícia presente: desde as pressões sobre a própria Casa do Alentejo para não aceitar certas inscrições, ao corte dos microfones, enquanto falavam os oradores o que, se não fora trágico, era sumamente ridículo. Cunha Leal, um dos visados, reagia: “Não sei se estas limitações que me impõem constituem um ultimato: sei que nunca obedeci a ultimatatos”⁷³.

Oito dias antes, Cunha Leal tinha enviado o seu novo livro *Cântaro que Vai à Fonte...*, acompanhado de uma carta, a Salazar, onde justificava a oferta: “ Nenhum dos seis anteriores [da série “Coisas do Tempo Presente] deve ter merecido a concordância de V. Exa. Não será arvorar-me em adivinho o pressupor que este novo estudo baterá o “record” do seu desagrado. Apraz-me, porém, asseverar a V. Exa. que nem uma só palavra foi inserida nele *animo injuriandi, sed animo intelligendi*, o que constato sem propósitos de me esquivar a responsabilidades, que, porventura, maldosamente me queiram assacar”.

⁷² Idem

O livro era mais um sinal da “persistência do combate” e tinha como causa principal – segundo o autor - “o crescente pessimismo com que venho encarando o *status* político-social interno do país e o seu futuro no plano internacional”. E terminava com um apelo a Salazar: “Este meu *Cântaro que Vai à Fonte...*, pode V. Exa. ordenar que seja reduzido a cacos. Não lhe rogo que o não faça: o caso está entregue à sua consciência, que praza a Deus, haja de guardar acessibilidade para os conceitos e ensinamentos de Sua Santidade, o saudoso Papa João XXIII”⁷⁴.

O novo livro teve um impacto inesperado, na linha do sucesso dos anteriores, mas amplificado pelo alastramento preocupante da Guerra Colonial⁷⁵ e pelas repercussões que o fenómeno passava a adquirir a nível internacional⁷⁶. A nível interno, a polícia exercia pressões sobre a tipografia onde havia sido produzido o livro, de modo a que ficasse dificultada uma segunda edição⁷⁷. Nos jornais de direita, o livro provocava as recensões mais críticas de sempre e Oscar Paxeco publicava, quase em simultâneo, “O Cântaro do Sr. Engº Cunha Leal”, um livro dirigido para o combate às ideias *lealistas* sobre a resolução do problema colonial português. Em primeiro lugar deformava-as a seu belo prazer: Cunha Leal trilharia um caminho muito semelhante ao do general De Gaulle na “dissolução do império francês”, sustentando que já não seria

⁷³ “Nunca Obedeci a Ultimos” – palavras de Cunha Leal in *República*, 1/7/1963, (Cortado pela Censura), IAN/TT, PIDE, Helder Ribeiro, Proc. 1912/63

⁷⁴ Carta de Cunha Leal ao Dr. Oliveira Salazar, Ilustre Presidente do Conselho, Lisboa, 22 de Junho de 1963, Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

⁷⁵ Numa informação prestada ao Director da PIDE, em 29 de Julho de 1963, o informador “AAA” explicava a tolerância para com um livro que “era uma afronta ao país”. É que Cunha Leal gozaria “da mais ampla liberdade para atacar os homens do governo, a sua obra e os esteios defensivos da segurança do Estado e da Ordem Pública”, porque tinha o apoio de Bissaya Barreto, íntimo de Salazar. E acrescenta: “Se eu ou outro pobre diabo tivesse a audácia de afirmar ou escrever um por cento do que vem estampado no livro do celebrado herói do 19 de Outubro, seríamos relegados para os tribunais plenários como indesejáveis...”. IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 97

⁷⁶ Por informação policial sabemos que do livro foram feitos 5000 exemplares numa primeira edição, distribuídos pela Livraria Petrony desde início de Julho de 1963. Apesar de ser vendido legalmente, a PIDE não deixava de exercer a sua pressão, apreendendo os 13 exemplares em posse da Tipografia Leandro (onde o livro tinha sido feito) que se destinavam à Biblioteca Nacional. IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 105-107

⁷⁷ Em 15 de Julho, Cunha Leal dirigiu-se por carta ao Director da PIDE solicitando-lhe informação sobre as razões que levaram a apreender os 13 exemplares em posse da tipografia e sobre o comportamento previsível da polícia perante uma segunda edição do livro. IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, proc. cit., fº 98-99

possível manter o Ultramar; mais tarde ou mais cedo, os portugueses seriam vencidos e, quanto mais tarde viesse a derrota, pior – mais dinheiro se teria gasto em Angola e Moçambique, menos depressa teria andado o crescimento metropolitano, mais gente teria morrido e maior prejuízo teria advido da derrota⁷⁸.

Depois vinham as insinuações, ao sabor de uma interpretação situacionista da história da I República e do protagonismo de Cunha Leal nesse período. Habitado às derrotas, o antigo ministro republicano voltava a alimentar “a postura lamentável de um suicida” e parecia preferir “perder a honra a perder a vida”. Ora, Paxeco à decrepitude daquele “mocho agoirento”, opunha a heroicidade dos mortos: “Sacrificamos alegremente a flor da nossa juventude. Preparemo-nos para viver heroicamente”⁷⁹. Portugal vivia só, mas tinha condições para dar lições ao mundo: “...o mais pequeno soba da mais pequena tribo da África Negra fazia tremelicar de medo os exporrrantes fazedores de impérios. Só nós não nos assustávamos”⁸⁰. Completamente fechadas “aos ventos da história”, estas eram as vozes do Portugal imobilizado pela visão integracionista do Império. Sozinhos, de “espada na mão”, era só aguentar uns anos...ou uns séculos.

Não era difícil descredibilizar os antigos republicanos, e em particular Cunha Leal. Ele próprio tinha sido um *apóstolo* e um *soldado* da reforma da I República. Quantas vezes, por tanto desejar a sua perfeição, se não colocou ao lado daqueles que lhe amplificavam a voz para melhor levarem por diante os seus intentos de destruição do regime? Não era, pois, difícil assacar-lhe responsabilidades na dissolução da República e, desse modo, contribuir para o descrédito das ideias que agora defendia para o Portugal ultramarino.

⁷⁸ Oscar Paxeco, *O Cântaro do Sr. Engº Cunha Leal*, Edição do Autor, Lisboa, 1963, p. 40

⁷⁹ Idem, p. 37

⁸⁰ Idem, p. 16

O livro voltava a colocar o problema português, agora de uma forma mais global. No essencial, Cunha Leal procurava responder ao problema de saber que possibilidades de futuro teria um país atrasado técnica e culturalmente, perante a formação dos grandes espaços económicos e políticos europeus. O recém-fundado Espaço Económico Português não passava de uma “habilidadezinha” do Ministro Correia de Oliveira – uma utopia sem nenhuma viabilidade. Lá fora o mundo avançara prodigiosamente e este regime, “de conformação fascista”, encaminhara o país para um desastre irremediável. Um bom exemplo deste desfasamento temporal estava patente na criação da Siderurgia Nacional, em “estado agónico”, apesar da protecção pautal que tinha permitido a sua sobrevivência, embora à custa de preços altos no mercado interno. Poderia o aumento do seu potencial de fabrico dar-lhe algumas condições de sucesso futuro? “Mas essa suposição não passa de uma esperança longínqua” – afirmava Cunha Leal⁸¹. Como muitos dos pressupostos do almejado *Mercado Único Português*: um desenvolvimento agrícola e industrial compatível entre o ultramar e a metrópole; a instalação de muitos milhares de colonos – todos aqueles que o regime não conseguira lá instalar antes, por falta de meios e de vontade; a convertibilidade das moedas.

Perante a inviabilidade histórica de um tal mercado português, outras soluções se impunham. Portugal havia aderido ao Mercado Livre Europeu mas, mais prometededor, pelo progresso económico gerado e pela homogeneidade política atingida parecia o Mercado Comum Europeu, o único que talvez pudesse vir a contrabalançar a hegemonia dos Estados Unidos e da URSS. Se a desenvolvida indústria alemã se pudesse vir a casar com a privilegiada agricultura francesa, de certo muitos pequenos outros países europeus, com um nível de desenvolvimento similar, se lhe juntariam: “Se se unissem numa grande federação económica, prelúdio de uma federação ou de uma confederação política, a instaurar com maior ou menor desfasamento (...) o Velho Continente, que

⁸¹ FPCL, *Cântaro que Vai à Fonte...*, Edição do Autor, Lisboa, 1963, p. 212

estava a ser olhado como de somenos importância, ele que fora o berço da milenária civilização cristã e o seu foco de irradiação universal, poderia renascer das suas próprias cinzas, como a lendária Phoenix”⁸².

Mas e então que lugar para os países que, como Portugal, apresentavam um baixíssimo nível de desenvolvimento? Cunha Leal dava o exemplo do acordo de associação feito entre o Mercado Comum e a Grécia, em 1962. Dele havia resultado um período de transição de 12 anos até à integração plena, período durante o qual o país prepararia a abolição gradual das barreiras alfandegárias, com apoio económico do Mercado Comum. O problema estaria sempre em saber-se até que ponto essa integração se poderia vir a fazer sem cair num “repugnante colonialismo económico”, como aquele que estava a instalar-se em certas zonas do mundo – tal a Cuba dominada pelos Estados Unidos ou os novos países africanos. Neste último caso, a “expulsão” dos velhos colonos em favor das grandes potências era para Cunha Leal um crime de “lesa-humanidade” já que “ao provocarem a rápida, a quase instantânea independentização de povos africanos ainda passivos de uma situação de selvajaria, o capitalismo norte-americano e o capitalismo estatal soviético sabiam e sabem, perfeitamente, que a onda nacionalista por eles suscitada iria improvisar Estados inviáveis sem o auxílio técnico, cultural e financeiro.”⁸³ Aos antigos colonos, outros se lhe seguiriam, tão interessados nas suas matérias primas como no domínio de posições estratégicas de poder mundial.

Perante esta quadro internacional, Cunha Leal só via um caminho para Portugal: o reconhecimento do direito à autodeterminação das colónias portuguesas, a exercer dentro de um prazo temporal curto, o suficiente “ para se intensificar à custa de um esforço enorme, a educação dos nativos, de modo a consciencializar o uso desse direito

⁸² Idem, pp. 184-185

⁸³ Idem, p. 194

de escolha do seu destino”⁸⁴. Quanto a Portugal continental, e apesar das dificuldades do factor político, não havia possibilidade de fugir mais às dificuldades técnicas que viessem a derivar de uma integração económica no espaço comum europeu. A recusa do regime em acompanhar o destino comum europeu só podia aprofundar as dificuldades futuras, que já eram abissais: “...por virtude do nosso subdesenvolvimento, ficámos condenados a operar dentro do nosso âmbito territorial uma autêntica revolução económica, caracterizada pela eliminação de empresas inviáveis, pelo concentracionismo de sistemas produtores demasiado fragmentados, pela modernização de equipamentos e métodos de trabalho, pela criação de indústrias susceptíveis de resistência à competição alheia, mas também na zona associativa e pela irrigação dos campos e introdução de novos processos de aproveitamento do agro”⁸⁵.

O ano terminava para a oposição moderada com a audição de Henrique Galvão pela 4ª Comissão Especial da ONU, em 9 de Dezembro, defendendo uma “terceira via” para os territórios coloniais: “Cheguei para declarar às Nações Unidas que há uma terceira via para solucionar os problemas das colónias portuguesas, uma via que não é a portuguesa, nem a dos terroristas. Devemos dar aos africanos o direito de autodeterminação; e com isso quero dizer o direito de decidir se desejam ser completamente livres ou continuar sob domínio português”⁸⁶.

6. O ano de “Ilusões Macabras”

No início de Fevereiro de 1964, Cunha Leal publicava *Ilusões Macabras*, o último livro da série “Coisas do Tempo Presente” com que inundou as livrarias de todo

⁸⁴ Idem, p. 195

⁸⁵ Idem, p. 186

⁸⁶ Declarações de H. Galvão ao *Diário de S. Paulo*, 10 de dezembro de 1962, in Luís Farinha, *Henrique Galvão e o Império*, História, Ano XXII (Nova Série), nº 21, Janeiro de 2000

o país, desesperou de impotência a polícia política e voltou a alertar a imprensa mundial para o problema português. A 6 daquele mês, uma informação secreta colhida pela polícia “de altos círculos diplomáticos acreditados em Lisboa” dava o livro “Ilusões Macabras” como publicado “por sugestão da secção política da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa”. A apoiar esta edição, apareciam como responsáveis o conselheiro político Theodore Xanthaky e os dois chefes da espionagem e contra-espionagem norte-americana em Portugal, Frank Devine e William L. Blue⁸⁷.

Foi impossível encontrar provas de tal relação, embora nos pareça legítimo apresentar um encadeamento plausível que, a não comprovar o facto, possa pelo menos concorrer para a compreensão de uma tal informação. Em primeiro lugar, parece evidente, como já realçámos anteriormente, que as propostas de uma descolonização pactuada com os elementos africanos e o estabelecimento de um período de transição eram perfilhadas, em paralelo, pela administração americana e pela oposição democrática e liberal, com destaque para as ideias defendidas há muito por Cunha Leal, mesmo se a formulação dos planos em concreto se afastavam no pormenor⁸⁸. Em segundo lugar, um facto pouco habitual acompanhou o lançamento e circulação de “Ilusões Macabras”. Quase todos os exemplares do livro foram apreendidos, alguns depois da distribuição e outros ainda antes, na posse das “Publicações Europa-América” ou na posse do próprio autor⁸⁹. Ora, aconteceu que, depois de uma carta dirigida a

⁸⁷ IAN/TT, PIDE, Cunha Leal Proc. 34 CI (2), nº 84

⁸⁸ Cf. António Costa Pinto, “Portugal e a Resistência à Descolonização”, in *História da Expansão Portuguesa*, op. cit., pp. 51-64. Relembrar ainda que, em 1965, o designado Plano Anderson previa, justamente, um período de transição de 8 anos, findo o qual os povos se autodeterminariam através de um plebiscito preparado em conversações entre portugueses e africanos. Muito interessante ainda é a revelação, não documentada, que nos foi feita por Artur Pinto Cunha Leal (Outubro de 1998) de que o pai era visto pelos americanos, desde a ocupação de Timor, como o homem que podia facilitar a transição de regime em Portugal, tendo para o efeito sido contactado pela administração americana naquela época

⁸⁹ Em carta de Fernando Guedes Pena ao Visconde de Tinalhas, Castelo Branco, em 13 de Fevereiro de 1964, referem-se os 300 exemplares na posse do autor que a polícia apreendeu, com devassa da sua casa e reacção de Cunha Leal: “Ainda sobre o autor do livro, esta prova da sua valentia: quis a polícia que declarasse o destino dado aos exemplares não encontrados, ao que respondeu que a isso se negava, fossem quais fossem as circunstâncias e que, desde logo, ficava pronto a ser preso se quisessem levá-lo. Mas a polícia recuou...”. IAN/TT, PIDE, Proc. 34 CI (2), nº 328-329

Salazar por Cunha Leal, e numa prática inusitada em termos de actuação policial, todos os livros foram devolvidos, quer ao autor, quer às distribuidoras⁹⁰. Tal facto multiplicou o número dos leitores e tornou o livro um *best-seller* no mercado português, segundo informação da própria polícia. Depois de posto à venda no início de Fevereiro, o livro teria entrado já “na fase de indiferença” quando ocorreu a devolução dos 2000 livros apreendidos às “Publicações Europa-América”: “A notícia de que estava à venda correu veloz e fez renascer o interesse pela sua leitura e, de tal modo, que chegaram a formar-se “bichas” aos balcões das livrarias, em especial na Bertrand, para a sua aquisição. Quando do encerramento daqueles estabelecimentos, já não havia exemplares para venda – e foi certamente pela grande procura que a Bertrand solicitou ao autor que promovesse uma segunda edição de 5000”⁹¹.

Por fim, parece evidente que, mais que a repercussão das ideias *lealistas* por um razoável, embora limitado, número de portugueses, o que terá movido Salazar a autorizar a circulação do livro foi o impacto nos grandes meios de comunicação internacionais. Em 5 de Fevereiro, praticamente em cima do lançamento do livro (posto à venda no dia 3), o *New York Times* anunciava “um amargo ataque à política interna e externa do Presidente do Ministério Salazar” no livro publicado por Cunha Leal. As “ilusões” diziam respeito – considerava o articulista – à “política governamental de procurar manter os territórios ultramarinos a todo o custo”. Depois, resumia as propostas de Cunha Leal: a formação de um simpósio das figuras marcantes da cena portuguesa – do regime e da oposição – para discutir as políticas do país, a amnistia a todos os presos políticos e a autorização para se formarem partidos políticos. Alguns

⁹⁰ Os “Termos de Entrega” do livro comprovam a sua devolução a diversas livrarias existentes no país. Às “Publicações Europa-América” foram devolvidos, em 14 de Fevereiro, 2000 dos 5000 exemplares da edição. Dos 302 exemplares apreendidos a Cunha Leal, foram devolvidos 290 em 15 de Fevereiro. IAN/TT, PIDE, Proc. 34 CI (2), fº 294 e 301

⁹¹ Informação nº 100-SC/CI (2), (enviada ao Ministério do Interior), em 15 de Fevereiro de 1964. IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 301

dias depois, em 9 de Fevereiro, também o *Le Monde* denunciava a apreensão pela polícia política de três mil exemplares de um livro que criticava “com severidade” a política seguida por Salazar e que recomendava a autodeterminação para as colónias, com a “formação de um governo formado por Negros e Brancos, em que os Brancos aceitassem, eventualmente, estar em minoria”⁹². Será justo, portanto, concluir-se que a denúncia da relação estreita entre Cunha Leal e a Embaixada americana, - uma relação pouco provável, embora verosímil – traduzisse antes a necessidade de desvalorizar, ou até caluniar as posições do adversário, acusando-o de ceder perante o clima de pressão internacional que os dirigentes e os meios policiais portugueses sabiam estar a ser exercida no seio da ONU e na comunidade internacional sobre o governo de Salazar.

Na direita situacionista, as vozes críticas a mais um livro de Cunha Leal muito depressa perderam a serenidade adequada ao livre exame para enveredarem pelo caminho do ataque pessoal verrinoso. No jornal *A Voz*, António d'Eça de Queiroz deplorava principalmente o momento histórico escolhido por Cunha Leal para combater a política do regime: “Estas ilusões formam um compacto temeroso. Não há nelas um único sentimento de generosidade (...) e, sobretudo sereno patriotismo, que tem por obrigação abster-se de lançar a confusão e a dúvida, tudo o que possa perturbar a Nação, em qualquer momento que seja, mas infinitamente agora que nos encontramos em guerra; uma guerra sacrossanta de defesa e salvação da Pátria...”⁹³. Na mesma linha de ideias se tinha manifestado Francisco Cazal-Ribeiro, no mesmo jornal, em 27 de Fevereiro, para quem “Ilusões Macabras” havia descido ao degrau mais baixo da “indignidade e da infâmia”.

⁹² O livro teria ainda repercussões noutros órgãos de imprensa internacionais: no jornal *El Tiempo*, de Bogotá (10 de Fevereiro de 1964), na revista *Ibérica* (vol. 12, nº 6, Junho de 1964), no jornal *Monbasa Times*, do Kenya (18 de Fevereiro de 1964). Foi ainda divulgada a sua apreensão na Rádio Portugal Livre (Escuta policial de 1/3/64), IAN/TT, PIDE, Proc. 34 CI (2), fº 227-235. Em Portugal, para além de recensões críticas nos jornais do regime *A Voz* e *Diário da Manhã*, a censura cortou a leitura do livro feita pela *Seara Nova*

Na verdade, no início de 1963, o MPLA tinha aberto uma nova frente de combate em Cabinda e o PAIGC, iniciara a luta armada a partir da República da Guiné-Conacri, alongando as frentes de combate da guerra colonial dos portugueses em África. No ano seguinte, a FRELIMO abriria uma terceira frente de combate a partir de um ataque a Mueda, no norte de Moçambique. O regime salazarista vivia um período decisivo da sua sobrevivência e procurava, contra ventos e marés, ir ganhando tempo e aguentar os efeitos da corrente descolonizadora que continuava a varrer a África⁹⁴. No entanto, em 31 de Julho, o Conselho de Segurança aprovou uma moção para exigir a autodeterminação e a independência dos territórios sob administração portuguesa, a “suspensão imediata de todos os actos repressivos e a retirada de todas as forças” e a promulgação de uma amnistia que permitisse o funcionamento livre de partidos políticos para os quais se viesse a transferir o poder depois da independência⁹⁵. Confrontado com fortes pressões internacionais, Salazar pronunciaria, a 12 de Agosto, um longo discurso (de mais de 50 páginas impressas), difundido pela rádio e pela televisão – “O cansado chá de Tolentino”, nas palavras de Cunha Leal.

“Ilusões Macabras” foi justamente escrito sob o efeito desta conjuntura adversa, marcada pelas pressões anticolonialistas do bloco afro-asiático representado na ONU e pela resposta de Salazar que, segundo Cunha Leal marcava “o apogeu da sua intransigência, servida por uma vontade férrea ao serviço de uma política desastrada no seu aspecto nacional”. Perante “o augusto imobilismo” salazarista, restava a Cunha Leal manter com o ditador “Um diálogo imaginário e um simpósio utópico” (Segunda parte de “Ilusões Macabras”). Aos “heresiarcas relapsos” da oposição nada mais seria

⁹³ António d'Eça de Queiroz, “Comentários a Ilusões Macabras”, II, in *A Voz*, 9 de Abril de 1964. A parte I desta crítica foi publicada no mesmo jornal a 4 de Abril de 1964

⁹⁴ Em 1962 haviam-se tornado independentes o Ruanda (Junho), a Argélia e o Burundi (Julho), Uganda (Outubro). Em 1963 (Dezembro) deu-se a independência do Quénia e por 1964 viriam a acontecer outras separações: Gana (Fevereiro), Zâmbia (Outubro). Nos anos seguintes já poucas nações africanas ganharam a independência, para além das portuguesas

⁹⁵ Moção transcrita por Cunha Leal em “*Ilusões Macabras*”, pp.258-260

permitido porque a verdade continuava a não “resultar da livre discussão” e a elite pensante era pouco mais do que um punhado, “reduzida aos adeptos do Partido Único”, “próceres de uma orgânica fascista”⁹⁶.

Ora, a realidade era bem mais complexa do que as análises salazaristas queriam fazer crer e não se curvava aos desejos do ditador: “Há que aceitar as realidades como elas são e praticar uma política consentânea com elas. Ou não será assim? – perguntava Cunha Leal⁹⁷. Para Salazar, Portugal já ultrapassara a fase da colonização, pelo que estaria assim completamente fora dos pressupostos que justificavam os princípios descolonizadores propostos pela ONU. Há muito que as populações nativas tinham sido integradas num todo plurirracial e pluri-continental de que beneficiavam pela língua comum e pela cultura cristã inoculada. A acusação de “colonialismo económico” era tão só a face hipócrita das grandes potências que procuravam tutelar aquelas regiões após a independência.

A esta visão idílica – que a guerra de guerrilhas e as pressões internacionais contrariavam – Cunha Leal contrapunha uma outra análise, menos entusiástica e mais pessimista. Na verdade, considerava que o Estado Novo não conseguira – ou não quisera – intensificar a acção civilizadora nas colónias. A assimilação – se acontecera – tinha sido fruto de uma acção temporal continuada, como acontecera na Índia. Pelo contrário, na África, não tinha havido uma verdadeira escolarização e, ao desenvolvimento local, contrapusera-se sempre um “colonialismo económico”, transparente “nos casos da cultura do algodão e do arroz e da exportação de óleo de rícino, isto sem falar nos salários de miséria pagos aos indígenas”⁹⁸. As alterações a este quadro de arcaísmo económico e social só haviam ocorrido nos últimos anos, sob o efeito das pressões internacionais centradas na ONU. O “altruísmo civilizador” era pois

⁹⁶ FPCL, *Ilusões Macabras*, op.cit., p. 19

⁹⁷ Idem, p. 59

uma falsificação que a realidade contemporânea claramente desmentia – considerava Cunha Leal.

Perante uma política colonial imobilista, dificilmente poderia vir a ocorrer qualquer alteração no quadro das negociações que, em Outubro de 1963, puseram frente a frente, na ONU, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira e uma comissão de países africanos recém-chegados à independência⁹⁹. Na verdade, as negociações arrastaram-se pelos meses de Outubro/Novembro, segundo telegrama da ANI de 2 de Novembro¹⁰⁰, porque o governo português não se opunha “ao princípio de autodeterminação em conformidade com o conceito português do termo e dentro do seu contexto”, ou seja, segundo a ideia de que o país se preparava para conceder uma maior liberdade político-administrativa às colónias, acelerando-lhes o desenvolvimento económico e permitindo a todos os nativos o acesso ao livre exercício da cidadania política. Portanto, autodeterminação era, antes de mais, escolha tácita de viver, de forma integrada, no espaço político português, não de promover a secessão de partes constituintes do todo pluri-continental.

Cunha Leal mostrou, de imediato, a sua desconfiança perante o misterioso comunicado das Nações Unidas que admitia a concordância do governo português em matéria de autodeterminação. Eram dúvidas que o comunicado final do “grupo africano” não permitia que persistissem: “Nestas circunstâncias, o grupo africano nota que não existem no presente momento as condições requeridas para entabular negociações frutuosas com Portugal”¹⁰¹. Consumava-se, pelo imobilismo, um perigoso isolamento internacional, prenunciador para Cunha Leal de um novo *finis patriae*: “O

⁹⁸ Idem, p. 52

⁹⁹ Desta comissão faziam parte representantes da Libéria, Madagáscar, Serra Leoa, Tunísia, Nigéria, Tanganica, Gana, Guiné e Marrocos.

¹⁰⁰ Comunicado das Nações Unidas (via ANI), publicado na imprensa portuguesa de 3 de Novembro de 1963.

¹⁰¹ Comunicado do grupo africano das Nações Unidas, publicado nos jornais de dia 7 de Novembro, in *Ilusões Macabras*, op. cit., p. 274

essencial, afinal de contas, para esta gente, consistiria em ir ganhando tempo e aguentar, aguentar. E, com este *slogan* dilatatório e aguentativo, o país vai deslizando para uma incerteza arrepiante e, provavelmente, para o abismo...”¹⁰².

Imune aos ventos de mudança que sopravam de todos os lados, por acção conjugada da censura e do forte apoio militar de que gozava, Salazar prosseguia, sem variações ideológicas, numa “perene imutabilidade de bonzo em meditação no seu pagode ou de paralítico em seu leito de dor...”¹⁰³, uma política de decidida segregação de todos os que se opunham ao seu pensamento único.

Em 8 de Março, a Acção Democrato-Social dirigia um memorando ao ditador sobre a situação do país e a questão ultramarina, ao mesmo tempo que a Causa Monárquica anunciava em *Mensagem* que visava restaurar a monarquia e o Partido Comunista, pela voz de Álvaro Cunhal, traçava o sentido da sua “Revolução Democrática e Nacional” em *Rumo à Vitória*. Baldados esforços, se até os que sempre se mostraram mais próximos tinham sido sacudidos para fora do país, como acontecera ao Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes que, segundo Cunha Leal, tinha solicitado por carta a Salazar uma audiência onde, para além de mostrar a sua discordância com a política seguida, se propunha, “acedendo a múltiplos rogos dos fiéis não reaccionários (...), auxiliá-los na formação de um Partido Democrata-Cristão”¹⁰⁴. Mas o apelo do “bispo vermelho” tinha sido mais uma voz a pregar no deserto porque o “combate à corrente reaccionária da Igreja” levado a cabo pelo pontificado do papa João XXIII não parecia, segundo Cunha Leal, ter tido implicações na Igreja portuguesa:

¹⁰² FPCL, *Ilusões Macabras*, op. cit., p. 275

¹⁰³ Idem, p. 169

¹⁰⁴ Idem, pp. 170-171. A célebre “Carta do Bispo do Porto” tinha sido dada a público em Julho de 1958, tendo o bispo sido obrigado a “ausentar-se” do país um ano depois e permanecido no exílio uma década

“Será assim que se vem procedendo em Portugal, sob a égide de um catolicismo farisaico, semelhante a sepulcros podres por dentro, embora reluzentes por fora?”¹⁰⁵

A mensagem de “Ilusões Macabras” culminava um largo esforço de análise e debate dos problemas portugueses, mesmo sabendo que só um punhado estreito de compatriotas se dispunha a ser rotulado de “traidor” nome que – como referia em carta um dos leitores mais atentos de Cunha Leal, o advogado António de Almeida Santos -, “o dicionário político oficial reserva para os que, por mais lúcidos, menos receosos, ou até mais patriotas, não poderiam nunca, ainda que o desejassem, comungar nas “ilusões macabras” que V. Exa. tão bem descreve”¹⁰⁶. Pelo papel decisivo que veio a desempenhar no processo de descolonização, talvez possamos fazer fé no efeito futuro que, em tom premonitório, Almeida Santos apontava na carta referida: “No futuro, a série “Coisas do Tempo Presente”, há-de ser considerada como decisiva na antecipação do encontro que a Pátria marcou consigo mesma”¹⁰⁷.

7. Amigos e inimigos velhos

Nas vésperas do último quartel do séc. XX, - aquele que havia de dar, por via revolucionária a volta ao sistema estadonovista – aproximavam-se do seu fim natural os homens que tinham dado alma ao regime e também aqueles que o tinham, denodadamente, combatido. Velhos já, amigos e inimigos, mantiveram neste tempo de mudança acelerada a matriz das suas lutas e doutrinas: uns – os situacionistas – em torno do peso e prestígio do velho ditador; os outros, sob o efeito dos ventos de mudança que, homens como Cunha Leal, se esforçavam por corajosamente interpretar à

¹⁰⁵ Idem, p. 17

¹⁰⁶ Carta de António de Almeida Santos a Cunha Leal, Lourenço Marques, 17 de Fevereiro de 1964, IAN/TT, PIDE, Proc. 34 CI (2), fº 77

¹⁰⁷ Idem

luz da nova situação internacional. Na verdade, tardavam em aproximar-se da ribalta os novos democratas, como se um terrível hiato de duas gerações tivesse definitivamente colocado o país, sem sucessores dos velhos políticos, à beira do abismo. Em carta ao comandante Moreira de Campos, Henrique Galvão – também ele já no ocaso da vida – via-se forçado a acreditar no impensável: “ Pois só agora se vê que o Leal é o homem em volta do qual devem formar a futura e verdadeira oposição? Eu tenho esta ideia desde que estava na Penitenciária”¹⁰⁸.

É certo que por meados da década de 60, a oposição ao Estado Novo ganhava em diversidade e profundidade, com a reactivação do progressismo católico¹⁰⁹ contra a guerra colonial e a reorganização da extrema-esquerda de raiz comunista¹¹⁰. No entanto, essa multiplicação das oposições não retirava, mesmo assim, peso aos velhos republicanos onde, de algum modo, as novas formações iam beber muita da força e sabedoria com que atacavam os muito velhos problemas do país. No início da década de 60, desapareciam alguns dos mais destacados dirigentes do republicanismo democrático socializante, como Jaime Cortesão ou Mário Azevedo Gomes. Abria-se aqui um espaço que iria ser explorado pelos mais jovens que capitalizavam, deste modo, a herança do campo republicano e o empalmavam em favor das novas organizações socialistas que iriam formar-se posteriormente. Foi o que aconteceu, em 1964, com a criação da ASP (Acção Socialista Portuguesa) por Tito de Morais, Francisco Ramos da Costa e Mário Soares, primeiro passo para a criação do Partido Socialista.

¹⁰⁸ Carta de Henrique Galvão a Moreira de Campos, S. Paulo, 20 de Julho de 1965, IAN/TT, PIDE, Henrique Galvão, Proc. 391 (CI) 2, vol. 2, fº 429-430

¹⁰⁹ Apoiados pelas visitas do papa Paulo VI à Índia (1964) e depois à ONU (1965), e pelos princípios pacifistas da Encíclica “Pacem in Terris”, um importante grupo de católicos (entre os quais A Alçada Baptista, Lino Neto, Sousa Tavares, Lindley Cintra, Helena Cidade Moura), não só saúda o Manifesto da Oposição Democrática dado a público quando das eleições de Outubro de 1965, como adianta a sua posição na defesa das liberdades políticas e na resolução do conflito africano através de negociações

¹¹⁰ Para alguns sectores do PCP, a correcção do “desvio de direita” denunciado por Álvaro Cunhal em *Rumo à Vitória* deveria ser levada às últimas consequências, admitindo-se o recurso à acção armada. É nesta linha de ideias que surge a dissidência de Francisco Martins Rodrigues, em finais de 1963, a qual irá dar origem ao Comité Marxista-Leninista Português e depois à FAP (Frente de Acção Popular),

No entanto, com a necessária recomposição do oposicionismo, sucedia neste campo o que parecia ocorrer no situacionismo: continuavam a ter peso figuras ímpares da velha geração republicana, como Cunha Leal. Excluindo a oposição clandestina do campo comunista, e sempre que a oposição “discreta” exercia o seu múnus público de crítica ao governo, era sob a égide da velha geração republicana – com relevo para Cunha Leal – que o fazia. Foi, por exemplo, o que aconteceu na *Representação* que dirigiu ao Presidente da República onde, sob a denúncia de “aspectos graves e dolorosos” decorrentes da relação do governo com as Associações Académicas universitárias, se exigia a demissão do governo. Denunciavam abusos policiais sobre crianças de 15 ou 16 anos, através dos interrogatórios da PIDE e “uma política estudantil que gera comunistas”¹¹¹.

A pretensa (ou mesmo possível) ligação de Cunha Leal aos serviços da Embaixada americana (numa altura em que se discutia o futuro das colónias africanas) e esta última defesa, intransigente, dos direitos dos estudantes, teriam acabado por determinar uma aturada escuta telefónica levada a cabo pela PIDE de Dezembro de 1964 a Abril de 1965¹¹². Do mesmo modo, era igualmente evidente o incómodo causado ao regime pela crescente aproximação dos meios católicos partidários da “Igreja dos Pobres” e do renovado espírito do Vaticano II ao campo da oposição democrática e socialista.

Cunha Leal explorou, quanto pôde, a patente contradição que ameaçava explodir em movimentos de contestação ao regime por via da questão colonial e da paz. Em

alinhados pelas novas orientações internacionalistas, dimanadas das experiências chinesa e albanesa, no contexto do conflito sino-soviético (1963)

¹¹¹ *Representação* dirigida ao Presidente da República pelos cidadãos, senhores Francisco Pinto da Cunha Leal, Mário de Azevedo Gomes, Eduardo Figueiredo, António Macedo, Fernando Lopes, Acácio de Gouveia, J. Moreira de Campos, Carlos Pereira, Raúl Rego, Artur Cunha Leal, Mário Soares, Sá Cardoso e Nuno Rodrigues dos Santos, (em 3 de Fevereiro de 1965), IAN/TT, PIDE, Proc. 34 CI (2), fº 28-29

¹¹² Escutas Telefónicas, IAN/TT, PIDE, Proc. 34 CI 82). Em todos os processos de Cunha Leal consultados na PIDE, apenas se pôde documentar escutas telefónicas durante este período, o que obviamente não comprova que não tenham existido outros momentos de escuta.

Fevereiro de 1965, circularam pelo país (e pelo estrangeiro) umas “impertinentes” cartas suas dirigidas ao Cardeal Patriarca Gonçalves Cerejeira em que denunciava a conivência do hierarca com as violências do regime ditatorial, sob a capa de “uma distinção fiel e leal dos dois domínios” – o político e o religioso – e de “uma despolitização da Igreja”. Para dar mais peso a essa contradição, retomava a história das “mocas e dos pistolões dos estudantes de Coimbra de 1912”, extraída a partir do livro escrito pelo Cardeal, *Vinte anos de Coimbra*, em que este evidenciava, com manifesto desfastio, os planos agressivos postos em prática pela juventude coimbrã (à qual pertencia Gonçalves Cerejeira) contra o novo governo republicano. Animados da mais fina verve reaccionária, os jovens do *Imparcial* entretinham a sua animosidade anti-republicana com palavras hostis, entremeadas com o manejo de mocas: “O Oliveira Salazar escreveu então, com o pseudónimo de Alves da Silva, incontestavelmente os seus melhores artigos. Eram peças notáveis literariamente e pelo pensamento. E à tarde ia-se para a Igreja de S. João a assistir ao mês de Maria – de moca sob a capa e o mais que se não via”¹¹³.

Ora, como argumentava Cunha Leal, não só o governo republicano não tinha reprimido esta liberdade de imprensa e manifestação como, “inexplicavelmente”, a Universidade de Coimbra havia reservado a alguns destes jovens o lugar de professores catedráticos. Se se regressasse à actualidade, eram abissais as diferenças no que dizia respeito ao tratamento dado pelo governo ao movimento estudantil que tinha sido expurgado de todas as liberdades para cair nas mãos da PIDE. Em memória das antigas liberdades de que tinham gozado os estudantes coimbrões de 1912, Cunha Leal exortava o Cardeal a tomar uma posição de defesa das novas gerações universitárias, apenas empenhadas na defesa da sua autonomia académica: “Ouso lembrar a Vossa Eminência

¹¹³ Cit. por Cunha Leal a partir do livro de Gonçalves Cerejeira, *Vinte anos de Coimbra*, p. 221, in “Carta a Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa”, IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2)

que a Nação está aguardando, ansiosamente, a sua valiosa intervenção em prol do que há de mais precioso – a sua juventude, que ela não quer ver condenada nem ao extremismo, nem à subserviência”¹¹⁴. A carta a Cerejeira continha ainda referências ao caso do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, impedido de entrar no país desde 1959 e que a oposição democrática elegera como uma situação emblemática da intransigência salazarista. O cardeal daria resposta a Cunha Leal, justificando o silêncio do Episcopado com a sua incompetência para resolver um caso que tinha “um duplo carácter político e religioso” e manifestando a esperança na sua possível solução. Este problema – afirmava Cunha Leal – só poderá ter “duas soluções: ou a renúncia do Sr. Presidente do Conselho à continuação do castigo imposto ou a renúncia do Sr. Bispo do Porto à sua missão apostólica. Em que sentido estarão sendo dirigidos os esforços do Episcopado nacional?”¹¹⁵ Do que não restavam dúvidas é que esta e outras questões – como a da guerra colonial – começavam a abrir profundas brechas num sector habitualmente apoiante da Situação e que, desde te modo, se via engrossado o caudal do oposicionismo nacional¹¹⁶.

Quatro dias antes das eleições para a Assembleia Nacional de 7 de Novembro de 1965, Cunha Leal dirigiria uma carta ao Vice-Presidente daquele órgão, Castro Fernandes¹¹⁷, naquela que terá sido uma das suas últimas intervenções em período de campanha eleitoral¹¹⁸. Era mais uma carta de protesto contra “a vaga de histerismo e de vitupérios contra a oposição democrática” e em que procurava explicar as razões do seu patriotismo no que dizia respeito às propostas de resolução da questão ultramarina.

¹¹⁴ Idem

¹¹⁵ Idem

¹¹⁶ Em 4 de Outubro de 1965, com o apoio expresso da recém-criada revista “O Tempo e o Modo”, foi divulgado o designado “Manifesto dos 101 católicos” que tomava posição crítica sobre a guerra colonial e denunciava a cumplicidade entre a hierarquia católica e o regime de Salazar

¹¹⁷ António Júlio de Castro Fernandes (1903-1975). Um ex-Nacional Sindicalista que aderiu ao salazarismo em 1934. Foi Subsecretário de Estado das Corporações em 1944 e Ministro da Economia em 1948. Em 1937 publicou *O Corporativismo Fascista*

Voltava a reafirmar os dados do problema e a realçar as razões por que não podia Portugal abandonar as colónias africanas: a concessão de uma independência imediata, sem existência de elites devidamente preparadas, levaria à “congolização” daqueles territórios, com o mesmo cortejo de retrocessos económicos e sociais desastrosos que ocorreram no Congo ex-belga; a “independência prematura” sacrificaria os bens e as vidas de mais de 400 000 mil portugueses que, desde há muitos anos, labutavam em África. Por isso, defendia a existência de um período preparatório, de 15 a 20 anos de extensão, a negociar com as populações daquelas colónias, ao contrário dos “ultras” que, na metrópole e nas colónias, se deixavam embalar numa “esperança falaz”, antecâmara de um desastre que Cunha Leal tinha como certo.

Antes de se decidir, definitivamente, pela assunção de um silêncio que lhe viria a ser útil para “arrumar” toda a sua vasta vida em três volumosos livros de *Memórias*, Cunha Leal procedera ao levantamento exaustivo dos mais instantes problemas nacionais – da questão ultramarina, ao lançamento de um programa de abertura ao Mercado Comum Europeu, – e apontara, insistentemente, os caminhos a trilhar pelos novos. A recepção da sua obra ensaística da última fase, quer a nível interno, quer a nível internacional, não deixará dúvidas sobre o peso das suas opiniões, mesmo – ou sobretudo – quando o tempo se encarregou de mostrar a irreversibilidade das soluções negociadas para a questão ultramarina e só já sobrava o abismo que não se tinha cansado de prognosticar desde 1949.

8. Um “construtor de *Memórias*”

O primeiro volume das *Memórias* de Cunha Leal foi publicado em 1966, depois de treze anos de maturação e dúvidas sobre o proveito de tal obra (escrita entre 1952-

¹¹⁸ As eleições decorreram em 7 de Novembro. A oposição (que concorrera em 5 distritos) desistiu, por falta de condições, aconselhando a abstenção

53), segundo confessa no *Prefácio*¹¹⁹. A sua opinião expressa sobre o *Memorialismo* não parecia de molde a aconselhar-lhe tal empreendimento. Normalmente, os homens têm tendência a substituir o ser real por um “ser hipotético”, onde os “predicados” e os “vícios” ganham uma dimensão deformadora – raramente assoalham as virtudes, por receio de imodéstia e os vícios e fraquezas por medo do juízo dos homens e da História. Cunha Leal excluía homens geniais – entre os quais se não incluía – como Rousseau que, nas suas *Confissões* se tinha exposto, de forma desmedida nos seus talentos e fraquezas. Porém, estes seriam seres que, por planarem muito acima do comum dos mortais, se excluía deliberadamente do juízo dos homens para se entregarem às certezas da imortalidade.

Mas então o que levou a decidir-se pela publicação das *Memórias*? Expressamente, indica duas razões: corresponder a fortes solicitações familiares e desfazer deformações – inconscientes ou deliberadas – sobre a sua actividade de político, de tribuno e de “publicista”. Foi, portanto, em nome de uma reavaliação da sua vida pública que se decidiu dar a conhecer factos e interpretações que lhe pareceram ter sido desvirtuadas e que, no futuro, iriam comprometer – mais que a sua pessoa – a “honra” da família de que era progenitor e que considerava como “núcleo social” a consolidar e dignificar: “Porque assim é, creio que entre todos os membros de uma família e duma “gens” – tal como os romanos a concebiam – deve haver absoluta solidariedade material e espiritual. A honra de cada um, em especial a do “paterfamilias”, é a honra de todos. Pode este, como indivíduo, desprezar os acusadores malévolos ou imbecis, mas, como chefe da sua grei, já não tem esse direito”¹²⁰.

Para além das expressas, há as motivações mais ou menos escondidas – mas não ignoradas. Cunha Leal teve plena consciência das dificuldades dos seus contemporâneos

¹¹⁹ FPCL, *As Minhas Memórias*, vol. I, p. 15

¹²⁰ Idem, p.13

para lhe compreenderem a ascensão meteórica de 1918 a 1926 ou a multiplicação do “intervencionismo” social e político que o seu individualismo extremo promoveu na fase de “morto civil” a que o condenou o situacionismo estadonovista, entre 1926 e 1970.

No *Prefácio*, elabora um curriculum sucinto que não deixa margens para dúvidas sobre a necessidade de explicação de um percurso tão dinâmico e aparentemente contraditório: “Mergulhei com volúpia no fenómeno da efervescência ideológica de antanho. (...) Em Angola, trabalhei como engenheiro durante um pouco mais de dois anos e meio (...). Regressei à Europa para comparticipar na primeira Grande Guerra (...). Depois de desmobilizado, naveguei no pélago agitado da política. (...) Fiz parte, como deputado, de todas as legislaturas entre 1918 e 1926 e revelei-me, segundo se afirma e eu próprio, sem falsa modéstia, suponho, um dos oradores mais escutados dos comícios e da tribuna parlamentar. (...) Tomei parte, em defesa da República, no episódio revolucionário de Janeiro de 1919 (...). Fui mais tarde investido na função de chefe de um dos partidos da república democrática (...), duas vezes Ministro das Finanças e uma vez Presidente do Ministério e Ministro do Interior, situação esta que fui coagido a aceitar depois da tentativa de assassinato de que fui alvo em 19 de Outubro de 1921 (...). Presidi à delegação portuguesa à Conferência Económica Internacional de 1927 (...). Fui reitor da vetusta universidade de Coimbra (...). Dirigi os jornais “O Século”, “O Popular” e “A Noite”, bem como a revista “Vida Contemporânea”. (...) Denunciei com incomovível pertinácia a inércia administrativa e a impotência criadora do partido político então reinante, lutei pelo aperfeiçoamento da nossa orgânica social e dos costumes políticos e, por tal motivo, me acusam de ter sido um dos progenitores do “28 de Maio”¹²¹.

¹²¹ Idem, pp. 19-20

Depois de se incompatibilizar com a Situação ditatorial, foi preso e deportado, mas não desistiu, no regresso, de combater intransigentemente a ditadura. Não se acomodou ao tristemente célebre epíteto de comunista com que os situacionistas catalogavam todos os que ousavam sair das suas rédeas. Verberou tanto a ditadura de inspiração fascista, como a ditadura revolucionária e bolchevista. Defendeu, desde muito cedo, a aliança com os situacionistas descontentes para facilitar um período de transição para a República democrática. Denunciou, num último combate, a política ultramarina salazarista e propôs, também nessa situação, um período de transição que viesse a anteceder a inevitável independência das colónias portuguesas.

Experimentou os dois lados do poder mas foi sempre,- na política institucional ou na oposição, – um “livre-pensador”, no sentido pleno do termo. Durante a I República, defendeu uma reforma do sistema político-partidário e constitucional que viesse a permitir uma regeneração económica e social do país e a salvação do regime. Enquanto decorreu a Ditadura Militar, labutou pelo retorno à República Democrática regenerada. Depois da II Guerra defendeu uma terceira via, democrática, socializante e descolonizadora. Viajou, portanto, sempre por um estreito caminho –num país dividido entre o tudo e o nada, entre a extrema direita e a extrema esquerda, arcaico, onde os mais elementares direitos sociais e políticos eram ainda considerados como bandeiras de movimentos políticos revolucionários.

Nestas circunstâncias, era muito difícil fazer valer o seu “esquerdismo reformista” e a sua tática commumente legalista e conservadora – a ousadia nos objectivos e o comedimento nos métodos. Para a direita do regime, Cunha Leal raiava a loucura do Quixote nas suas propostas avançadas – era uma espécie de bolchevista disfarçado com pele de cordeiro. Para a esquerda, republicano-socialista ou comunista, alguém que tratava por tu muitos dos próceres da Situação, que merecia mesmo resposta

e consideração dos situacionistas e que se tornava, portanto, objecto de muita desconfiança.

Deste turbilhão em que viveu, Cunha Leal propôs, nas *Memórias*, dar a conhecer, segundo o seu ponto de vista pessoal, aqueles episódios da história portuguesa – e foram muitos – em que foi protagonista ou observador privilegiado. Não ignorava, quando escreveu, que a objectividade era uma meta difícil de atingir. À sua escrita apenas poderia emprestar a honestidade que derivava de saber que não estava, deliberadamente, a mentir: “As minhas observações e análises, por maior que sejam a honestidade e a objectividade que pretenda imprimir-lhes, hão-de ser sempre influenciadas pelas minhas características espirituais” e citava Campoamor, um poeta da sua preferência quando afirmava que as coisas têm a cor “del cristal con que se miran”¹²². A representação escrita da vida era uma “construção” espiritual, quiçá bem longe de conseguir reproduzir a vida ela própria, mesmo sendo o sujeito o mesmo – tanto da vida como da escrita.

Apesar de referenciadas a acontecimentos e personagens já muito afastados no tempo, as *Memórias* iam saindo a público com a chancela e beneplácito do ditador. Tudo estaria bem, se daquela escrita não pudessem resultar beliscaduras no “Condutor” da Situação. Ele próprio, por seu punho¹²³, agradecia a Cunha Leal os exemplares que ia recebendo: “Espero em Deus tenha a saúde e forças para escrever essa parte das *Memórias*: serão um contributo para o esclarecimento doutros tempos difíceis. Do que duvido é de ter ainda vida para as ler”¹²⁴.

¹²² Idem, p. 21

¹²³ Em Janeiro de 1969, em carta endereçada pelo Presidente da ADS (Cunha Leal) ao novo Presidente do Conselho Marcelo Caetano, refere expressamente que, na última década recebera de Salazar “não menos de duas dezenas de cartas, sempre escritas pelo seu punho e sempre prestando justiça ao meu inquebrantável patriotismo, não obstante a irremediável divergência dos nossos pontos de vista filosóficos e políticos”. Carta de Cunha Leal (Presidente da Acção Democrato-Social) ao Presidente do Conselho, Lisboa, 2 de Janeiro de 1969. Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

¹²⁴ Carta de Oliveira Salazar a Cunha Leal, 12 de Janeiro de 1967, (transcrita em carta de Cunha Leal a Salazar de 4 de Setembro de 1967) Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

No entanto, tudo mudou com a publicação do 3º volume, que já abrangia o período da Ditadura Militar e o governo de Salazar. Depois de concluída a escrita em Junho de 1967, as tipografias mostravam-se indisponíveis para imprimir o livro já que, segundo novas normas, as publicações não-periódicas passavam a estar também sujeitas à censura prévia do “Santo Ofício da Situação”. As próprias tipografias deviam saber ajuizar sobre as obras de carácter político que mostrassem discordância com as teses consagradas pelo situacionismo, enviando-as à aprovação prévia do SNI, no caso de dúvidas. As sanções a aplicar previam a apreensão das obras e a prisão dos autores. Salazar acabaria por autorizar a publicação do 3º volume das Memórias, em resposta a uma carta de Cunha Leal em que este lhe pedia que autorizasse a impressão do livro, sem submissão prévia à censura e com garantia de completa impunidade da tipografia onde o trabalho fosse realizado. Considerava a censura prévia ao seu livro, como “um acto indigno de submissão” e rematava “ancorado a duas certezas absolutas”: que havia de morrer, resultando o facto de uma lista infinita de causas, menos de uma – a de “morrer de medo”¹²⁵.

Distanciados apenas por oito meses no nascimento, três meses iriam separar os dois eternos adversários na morte – Salazar morrerá a 27 de Julho de 1970 e Cunha Leal três meses antes, a 26 de Abril desse mesmo ano, como se também nesta dimensão tivessem que prestar contas mútuas.

No entanto, alguma coisa mudara já em 1968, com a ascensão do novo Presidente do Conselho Marcelo Caetano, em 27 de Setembro. A Acção Democrato-Social apresentara-se ao novo governo com a ambição de ser reconhecida *de jure*, como um organismo político, mas sem grandes esperanças de que algo viesse a mudar. A “liberalização sofregamente desejada”, só a iriam aguardando “sem excessivas

¹²⁵ Carta de Cunha Leal a Salazar, 4 de Setembro de 1967, Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

impaciências”, tendo em conta o peso de “certas camaradagens” de que Caetano se não poderia “facilmente desligar”¹²⁶. De resto, Cunha Leal nos seus 80 anos, considerava que era tarde de mais para se desprender da sua linha de conduta, ao mesmo tempo que duvidava da vontade de Caetano para alterar o seu pendor anti-democrático: “Em compensação, tão-pouco eu ousaria assacar a V. Exa. intuitos de alterações dos parâmetros fundamentais da sua ideologia consuetudinária: de integrismo, ardências de corporativismo, com certas atenuações de rigidismo sindical, prevalência do autoritarismo nas suas sinceras tentativas de acomodação com a liberdade”¹²⁷. Sobravam problemas ao novo governante, como aquele que decorria da “monocórdica estratégia e táctica colonial” mas, mesmo assim, Cunha Leal, em nome do Directório da ADS, oferecia colaboração “civilizada” ao novo governo em “aspectos técnicos, educativos e culturais”. No mais – e o mais era quase tudo – a colaboração dependia da aceitação democrática do pensamento oposicionista, que a censura não tinha permitido dar a conhecer até aí e que a ADS caracterizava nesta altura de “demo-socialista com características de relativa moderação”¹²⁸. E para descortinar dos verdadeiros intuitos do novo poder instalado em S. Bento, solicitava-lhe uma autorização para publicação de todas as *Representações* que tinham dirigido, em nome da ARS, ao Presidente da República¹²⁹. A resposta tardou – mais que no tempo de Salazar – e veio pela voz do Secretário de Estado da Informação e Turismo, Moreira Baptista: “Cumpre-me informar que o governo não pode assegurar a impunidade à impressão e à publicação de escritos cuja matéria constitui crime contra a segurança interna e externa do Estado”¹³⁰. Ora, os

¹²⁶ Carta do Directório da ADS ao Sr. Presidente do Conselho, 17 de dezembro de 1968. Espólio de Cunha Leal na posse de Maria Helena Cunha Leal

¹²⁷ Idem

¹²⁸ Idem

¹²⁹ As *Representações* que pretendiam imprimir tinham sido enviadas ao Presidente da República em 9 de Março, 15 de Maio, 12 de Junho, 15 de Setembro, 5 de Outubro e 28 de Dezembro de 1967 e 28 de Maio de 1968. Seguiam em anexo da carta

¹³⁰ Documento transcrito em carta de Cunha Leal (Presidente do Directório da ADS) ao Presidente do Conselho, 2 de Janeiro de 1969, espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

“escritos” eram, nada mais nada menos, que documentos entregues ao Presidente da República, que não tinham causado qualquer prejuízo aos subscritores. Desta forma, o tom das relações entre a ADS e o *caetanismo* parecia estar dado desde esta altura.

Mas também na oposição ao regime a sucessão à geração dos antigos republicanos se estava a desenrolar com reconhecidas dificuldades. Na ADS, Cunha Leal parecia ansiar por ceder o lugar àquele que sempre considerou como uma espécie de voz de substituição – o seu delfim – o filho Artur Cunha Leal. No entanto, no mesmo campo democrato-socialista, a ASP (Acção Socialista Portuguesa) constituía-se como o embrião de uma nova formação, tanto mais atraente quanto na sua constituição e espírito se configurava uma ideia de esquerda mais vincada e menos comprometida com o republicanismo mais conservador – aquele que, com Cunha Leal, se tinha por vezes aliado aos descontentes do regime para derrubar a Situação. Ao lado de Salgado Zenha e Tito de Moraes, Mário Soares configurava-se, nesta área, como o mais prometededor futuro líder. As relações entre a ADS e a ASP foram sempre cordiais mas não ignoraram a disputa pelo mesmo campo político. Em 1968, quando da prisão de Mário Soares no escândalo dos *Ballets Rose*¹³¹, correu uma reclamação a enviar ao Presidente da República exigindo a revogação do artigo 4º do Dec.-Lei 38387 que tinha sustentado a residência fixa de Mário Soares em S. Tomé e Príncipe, ao mesmo tempo que se reclamava a formação de uma “comissão de socorro” que exigisse a derrogação de tal decisão. Em carta de Artur Cunha Leal a Salgado Zenha, aquele considerava que tinha assinado a representação ao Presidente da República para “não dar aso a erradas interpretações”. No entanto, ao convite para que Cunha Leal - o pai e o filho - se juntassem à “comissão de socorro” a Mário Soares, o filho fazia suas as palavras do pai: “Sentir-se-á muito honrado em fazer parte da mesma. Põe apenas uma única condição: -

a de que a congeminação organização vise não só Mário Soares mas, sim e também, todos os republicanos vítimas das perseguições do regime, sejam quais forem, especificamente, as suas tendências políticas, desde que, como é óbvio, desse auxílio careçam”¹³². A não ser assim, consideravam que a situação de privilégio em favor de Mário Soares apenas serviria para “cavar mais fundo ainda as divergências que actualmente separam os oposicionistas portugueses”.

A melhor resposta a estas divergências seria dada no II Congresso Republicano, a decorrer a partir de 15 de Maio de 1969, em Aveiro. Já muito debilitado pelo estado doente que havia de determinar a sua morte um ano depois, Cunha Leal não deixou de enviar uma entusiástica mensagem, ali lida pelo seu filho Artur. Reafirmava os intuitos sociais que presidiram aos homens da I República, num congresso em que sentia a necessidade de acentuar a sua “essência republicana” fundamental e apontava os três principais motivos que impediam – sempre tinham impedido – a “transmutação de uma velha e pegajosa União Nacional numa nova e florescente União”, a saber, “a privação das liberdades individuais”, “um regime corporativo que imprime ao destino das classes trabalhadoras a modalidade de uma escravatura” e a “radical negação do princípio de liberdade dos povos”¹³³.

A última manifestação pública de Cunha Leal, menos de um ano antes da sua morte, ocorreu no contexto da greve académica de 1969, quando também na oposição se faziam sentir os ventos da mudança que deram origem à sua reorganização através do Movimento Democrático Eleitoral¹³⁴ e da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática,

¹³¹ Mário Soares foi solto, em 1 de Março de 1968, depois de uma primeira prisão em que era acusado de ter contribuído para a divulgação do escândalo pela imprensa internacional. Voltou a ser preso em 19 de Março, altura em que lhe foi fixada residência em S. Tomé e Príncipe

¹³² Carta de Artur Pinto Cunha Leal a Francisco Salgado Zenha, Lisboa, 3 de Maio de 1968, Arquivo Mário Soares, 0531.001 im.77

¹³³ Mensagem enviada por Cunha Leal ao II Congresso Republicano de Aveiro, *A Capital*, 15 de Maio de 1969

¹³⁴ O MDE, reunindo republicanos, liberais, monárquicos e comunistas aprovou, em 15 de Junho de 1969, em S. Pedro de Muel, uma “Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática”. Em 29 de

as duas principais famílias de esquerda que, em Outubro se preparariam para disputar as eleições à Assembleia Nacional. Sinais dos tempos, também por esta altura regressava do exílio o Bispo do Porto, por cuja reabilitação Cunha Leal se tinha batido junto da hierarquia católica.

Depois de fundamentar o seu direito de pronúncia na curta mas rica experiência de que foi dotado como Reitor nomeado pelo governo republicano para a Universidade de Coimbra, em 1924-25, Cunha Leal transcreveu para a sua carta à Associação Académica de Coimbra o conjunto de reivindicações estudantis, “assaltado pela mais viva emoção”. Nesse catálogo de exigências, o antigo Reitor via plasmadas, à luz da actualidade, muitas das aspirações que haviam guiado o seu reitorado e a orientação dos estudantes dessa época: uma reforma do ensino e a consignação da liberdade de auto-governação das universidades e das academias estudantis. No meio das intensas “saudades da velhice” terminava com um apelo e um voto de esperança: “Saiba a gente moça resistir e salvar-nos a todos, salvando-se a si própria”¹³⁵.

Quatro anos antes (e um dia depois) do *25 de Abril de 1974*, Cunha Leal deixava o número dos vivos na sua casa da Avenida d'Ávila, nº 26, 3º, em Lisboa para, a seu expresso pedido, ser enterrado no cemitério do Alcaide, num regresso definitivo à sua “pátria chica”. Na Igreja de S. João de Brito, Lisboa assistia a uma das grandes manifestações públicas de pesar e de “sentir oposicionista”: Cunha Leal cativara democratas, republicanos, monárquicos, jornalistas e gentes das artes e da cultura. Mais jovens, como José Magalhães Godinho e Francisco Salgado Zenha, ou mais velhos, como Hélder Ribeiro, Francisco Aragão ou Nuno Rodrigues dos Santos, republicanos e democratas, ou mesmo situacionistas, como o eng. Daniel Barbosa, todos comungavam

Setembro do mesmo ano, era criada a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), por iniciativa dos socialistas da ASP, assim se configurando, no essencial, as duas forças de esquerda que vão assegurar a transição em 25 de Abril de 1974

de uma merecida admiração pelo homem e lutador que fora, durante uma vida de mais de oito décadas, uma figura de referência do republicanismo e da oposição à Ditadura¹³⁶. A 27 de Abril, o jornal *República*¹³⁷ punha em relevo a “enorme multidão” que assistira à saída do seu funeral para a vila natal e dava a conhecer duas últimas expressões da vontade do extinto: o desejo de ser enterrado em campa rasa, ao lado de sua mãe, no Alcaide, e o de reafirmar que morria fiel às suas ideias políticas.

¹³⁵ Carta de Cunha Leal à Associação Académica de Coimbra, 30 de Junho de 1969 espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

¹³⁶ De Paris, Mário Soares endereçava a Artur Cunha Leal uma carta de condolências em que reconhecia o ascendente de Cunha Leal sobre a oposição: “Como sabe, algumas vezes divergi politicamente de seu pai. Isso nunca me impediu de o admirar e de o considerar uma das maiores figuras na luta pela democracia em Portugal. Legou-nos um exemplo de desassombro, de coragem e de perseverança na adversidade, que é património de toda a oposição”. Arquivo Mário Soares, 0531.001, im. 81

¹³⁷ Para além do *República* de 26 e 27 de Abril, também o *Diário Popular* (26 de Abril), *A Capital* (26 de Abril), *O Século* (27 de Abril) e o *Diário de Notícias* (27 de Abril) deram relevo à morte de Cunha Leal

CONCLUSÃO

“O Grande Proscrito”

Ao concluir esta crónica de vida de Francisco Pinto Cunha Leal faz sentido perguntar o que se poderá ter acrescentado ao que já era conhecido ou ainda aquilo que de útil poderá trazer esta história de uma vida para o conhecimento de um homem e de uma época que ainda hoje se cruzam, de forma indiscutível, com o nosso presente/futuro português.

Homens públicos como Cunha Leal – que nunca abdicaram de afirmar corajosamente as suas ideias e princípios em todos os momentos da vida -, raramente correram o risco do apagamento, mesmo se as ideias que sobre eles circulam apenas traduzem a memória vaga de um senso comum (de)formado a partir das pugnas apaixonadas que manteve com os seus adversários – tanto no seu campo político republicano democrático e liberal, como nos arraiais do regime.

No entanto, o espírito independente e as ideias que professou não facilitaram a sua arrumação em nenhuma das principais famílias políticas que sobreviveram – ou se transmutaram - depois da Revolução de Abril de 1974; por isso, muito poucos lhe reconhecem a paternidade, mesmo quando partilharam das suas ideias ou trilharam as estratégias que preconizou. Os situacionistas morreram para a História, mas mesmo os que ficaram nunca poderiam ter reconhecido o contributo de Cunha Leal nas tentativas sinceras de (re)conciliação que manteve, desde o *28 de Maio*, para forjar a “unidade nacional” através da “transacção de ideias” entre os elementos do todo nacional, indispensável – como pensava - para a resolução dos grandes problemas do país: do desenvolvimento económico e social à reforma política do regime ou à questão da descolonização do Império. Só muito raramente o regime teve coragem para assimilar

Cunha Leal ao estatuto de um comunista – mesmo se essa era a mais vulgar estratégia de aniquilamento dos oposicionistas de todos os matizes ao Estado Novo¹. Nem mesmo no curto período em que foi candidato à Presidência da República, entre Janeiro e Abril de 1958, com o conhecido apoio do Partido Comunista Português. De facto, Cunha Leal combateu, desde os anos 30, a estratégia revolucionária comunista e todas as soluções políticas que assentaram, como o MUD ou a candidatura de Norton de Matos de 1949, na organização desse campo político. Esperar-se-ia que lhe fosse reconhecido um lugar de relevo entre os ascendentes da social-democracia e do socialismo democrático, cuja doutrina e estratégia perfilhou, abertamente, a partir do “Manifesto” de 1949 (senão mesmo antes, no “Programa de Regeneração Nacional” de 1931). Mas também aqui as vicissitudes do processo de transição português, aproximando o Partido Socialista (e os seus ascendentes) de tácticas revolucionárias, em 1973, foram pouco favoráveis ao reconhecimento de tal paternidade. De resto, Mário Soares, um dos líderes da Acção Socialista Portuguesa – antecedente do PS – revelou-se nessa nova organização política como um dissidente da Acção Democrato-Social de Cunha Leal, onde também militou. Sonegada a “memória política”, resta então o recurso da História.

Ao fio descolorido da memória corresponde, igualmente, um estreito e doloroso caminho de vida do biografado. Cunha Leal foi, desde muito cedo, - pelo menos desde 1930 – um dos poucos que rasgou, por entre os dois extremos da cultura política portuguesa, um trilho de equilíbrio difícil: nem situacionista, nem comunista. Mesmo antes, quando decidiu “sujar as mãos nas baixezas da política”, raramente se colou ao poder dominante: contrariou, em 1916, os ensaios golpistas do seu “patrono” Machado

¹ Mesmo nestas circunstâncias, não deixa de ser interessante a opinião de dois informantes do autor, um residente em Pedrógão de S. Pedro, outro no Alcaide, ambos conhecendo de forma pessoal Cunha Leal. Da memória sobre o seu conterrâneo escolhem realçar dois aspectos – um factual, outro opinativo. Para ambos, Cunha Leal era alguém que, de vez em quando, se refugiava na sua aldeia natal e que a polícia política aí procurava, mas sem resultado – já que o “povo o ajudava a esconder” em propriedades longe do povoado. Mas era procurado, justamente porque era um “comunista perigoso”.

Santos, mesmo partilhando dos desígnios reformistas do “herói da Rotunda”; empenhou-se numa atitude “guerrista”, sabendo de antemão da posição contrária de muitos dos seus correlegionários e amigos d’*O Intransigente* e do Centro Reformista; em 1918 combateu os desmandos ditatoriais do Sidonismo, mesmo pertencendo ao partido do Governo; apoiou o retorno dos Democráticos ao Parlamento e ao Governo em 1919, mesmo desconfiando das suas intenções reformistas; avisou repetidamente os partidos da área do poder da iminência de uma “ditadura da tropa”, logo a partir de 1923, mas fundou, em 1926, a União Liberal Republicana, com a qual queria, de “forma legal” regenerar a República; não apoiou declaradamente o “golpismo” militar que rebentou vezes sem fim a partir de 1924, mas não enjeitou defender os golpistas, em tribunal, no *18 de Abril de 1925*; aceitou (ou mesmo incentivou) com “expectativa benévola” a Ditadura Militar em 1926-1927, mas passou a combatê-la ferozmente quando verificou que a sua eternização conduziria ao totalitarismo fascizante.

Quando assumiu posições de Governo – entre 1920 e 1924 – não evitou os embates que poderiam resultar da defesa de políticas fracturantes, como aconteceu com a reforma fiscal que pôs à discussão nos finais de 1920, como Ministro das Finanças no Governo de Liberato Pinto.

Aprendera a trilhar este caminho difícil desde a juventude. Era convictamente republicano – podia mesmo ter estado com os seus amigos na Rotunda, em 1910-, mas não aceitou sujeitar-se à unanimidade paralizante do então designado “partido único” e combateu o *afonsismo*, logo desde a sua origem, no jornal académico *A`vante* e depois n’*O Intransigente*.

O lealismo

O lealismo é, portanto, uma “herança” incómoda, como incómodo foi sempre o modo de estar de Cunha Leal, tanto na oposição, como no Governo ou no Parlamento. Onde esteve – na escola como aluno e académico brilhante, em Angola como pioneiro da engenharia do território, no Parlamento como deputado, no Governo como ministro, n`*O Século* como Director, no BNU ou no Banco de Angola como vogal representante do Estado ou como administrador – sempre aliou às suas posições políticas combativas uma inegável valia técnica e humana. Estudava profundamente os problemas, expunha clara e convictamente as ideias – não era fácil combatê-lo neste domínio.

No Parlamento, Cunha Leal era uma estrela que brilhava muito alto, bem acima da maioria dos seus correlegionários e adversários e que não temia expor as suas ideias, mesmo quando elas corriam o risco de parecer pouco correctas politicamente. Muitas vezes, os seus contemporâneos não entenderam ou não lhe aceitaram as premonições que insistia em anunciar com voz de profeta. Nos avisos instantes e repetidos que passou a fazer, a partir de 1923, sobre os perigos que se aproximavam no horizonte, os seus adversários – da esquerda à direita do espectro político – viam antes o seu empenho pessoal numa solução ditatorial: “a ditadura do Sr. Cunha Leal”. No desastre colonial que passou a anunciar a partir de 1949, em jornais, em panfletos e em livros, (se Salazar não optasse pelo reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos sob a sua tutela), a direita do regime passou a ver a obra de um traidor. Na análise negra e pessimista que passou a fazer sobre a situação da formação económica portuguesa – impeditiva da sua inevitável integração no Mercado Comum Europeu – os situacionistas viam o desagravo de um “falhado” da política.

Nem sempre foi feliz na interpretação do sentir colectivo do povo e, algumas vezes, enganou-se redondamente nas suas análises da realidade, como aconteceu com a

anunciada proposta de reposição da pena de morte com que, em Março de 1922, pretendia combater os desmandos terroristas da Legião Vermelha. Interpretava o senso comum, mas esquecia que há aquisições civilizacionais que não recuam com facilidade.

Denunciou o “atraso trágico” imposto pela paralisia salazarista – a sociedade e a economia portuguesas deixaram de acompanhar a evolução média das nações europeias e, em especial, da nação americana. Para retomar o ritmo acelerado dos povos mais avançados seriam precisas décadas de recuperação – ou talvez tal meta já nem fosse mais possível.

Os grandes problemas do país – o desenvolvimento económico e social, a socialização da riqueza, a extensão dos direitos políticos e sociais ao maior número e a descolonização do Império – só poderiam ser resolvidos num clima de verdadeira unidade nacional, mas sem o unanimismo resultante do silêncio imposto aos opositores. A dimensão tremenda desses problemas exigiria a “transacção” constante das ideias entre todos os corpos da nação, sem exclusão de ninguém. Por isso, Cunha Leal sempre se recusou a aceitar o estatuto de clandestinidade que o regime destinava a todos os que se lhe opunham. Foi preso, deportado e exilado, mas não se acomodou ao silêncio ou à luta clandestina. Manteve viva a voz – em jornais, revistas, livros, comícios – e exigiu sempre que lhe respeitassem a liberdade de poder tratar com comunistas ou com situacionistas, sem ser assimilado a nenhuma destas categorias.

Da sua atitude resultou o respeito generalizado de correlegionários e de adversários – tanto do campo democrático como da Situação. A partir da II Guerra, Cunha Leal foi dos poucos oposicionistas que pôde travar luta directa com muitos dos próceres do regime – de simples jornalistas a ministros. Reconheciam-lhe razão no combate e respondiam-lhe em artigos de jornal ou por carta. Quando a PIDE lhe

devassou a casa e apreendeu os livros com que alertava para o “problema português” exigiu e conseguiu do “Condutor” respeito e a devolução dos mesmos livros.

Para os seus contemporâneos mais críticos, Cunha Leal ficou indissoluvelmente ligado a alguns factos marcantes da vida portuguesa dos últimos anos da República e da transição para a Ditadura: a defesa do presidencialismo e o apoio à experiência sidonista, numa primeira fase; a escalada radical que culminou na “Noite Sangrenta” e posterior reformulação conservadora do curso do regime; a defesa dos réus militares conspiradores implicados no *18 de Abril de 1925*; a “expectativa benévola” com que acompanhou a transição ditatorial em 1926-1927. Posteriormente, já durante o Estado Novo, a esperança que manteve na transição pacífica do regime, com recurso a um entendimento entre as facções moderadas do democratismo liberal e os descontentes da Situação. Os adversários apontavam-lhe o percurso ziguezagueante onde viam o oportunismo de um arrivista, disposto a todos os entorses dos meios para atingir os fins – e esses seriam a febre do mando e do poder económico de quem vem de fora do meio político e da baixa condição de uma família rural beirã.

Na verdade, Cunha Leal foi um “meteoro” que ascendeu a Director Geral das Obras Públicas de Angola (interino) com apenas vinte e sete anos; que foi nomeado Director Geral dos Transportes Terrestres com 30 anos; que chegou ao Parlamento, como Deputado, com esta mesma idade; que ascendeu a Ministro das Finanças com 32 e a Chefe do Governo com 34; que foi administrador do Banco de Angola com 39. E que os seus adversários condenaram ao ostracismo daí até aos 80. Se na primeira fase da vida a ascensão se realizou por reconhecido mérito, na segunda, mais longa, os méritos foram-lhe adversos, como já tendiam a sê-lo na primeira, não fora a obstinada capacidade de luta que sempre demonstrara contra ventos e marés.

A análise rigorosa do seu desempenho político e técnico-burocrático permitem concluir que só o erro involuntário se lhe pode assacar, muitas vezes até reconhecido publicamente por Cunha Leal. Mas não o oportunismo político, a impreparação técnica ou o abuso do poder em benefício próprio ou dos seus. O abandono voluntário da direcção d'*O Século* em 1923, a demissão do Exército em 1926 ou a demissão “consentida” do Banco de Angola em 1930, aí estão para demonstrar o desapego com que ocupava os cargos “honrosos” em que havia sido investido.

Já o percurso político causou grande perplexidade a muitos dos homens do seu tempo. Acostumados a ver o óbvio, os adversários gostavam de acentuar as aparentes contradições e incongruências com que Cunha Leal transitara da defesa de uma “República Radical” no biénio de 1919-1921 para defesa de uma “República conservadora” nos anos seguintes. Confrontavam o deputado de 1920, que se dispunha a apoiar a “GNR para ir buscar o dinheiro às burras dos argentários” com aquele outro que, em 1924-1925, se propunha constituir um bloco de centro-direita nacionalista, capaz de confrontar-se com o “partido-único” de António Maria da Silva. Seria um e o mesmo Cunha Leal?

Hoje temos por nós o posterior desenvolvimento do seu processo de vida para podermos responder afirmativamente, se por mesmo entendermos o indivíduo como sujeito dinâmico, confrontado com as vicissitudes do seu tempo e tentando dar-lhes a resposta estratégica que melhor lhe parece para atingir os fins que demanda.

Sem dúvida que a “Noite Sangrenta” fez de Cunha Leal um outro político – e também um outro homem, como muitas vezes confessou. Daí em diante, defendeu a moderação dos métodos, sem perder de vista a utopia nas finalidades. Tinha a certeza que a humanidade havia de progredir em direcção a uma redistribuição mais equitativa da riqueza e a uma extensão mais ampla dos direitos sociais, políticos e culturais. Esse

era o desejo e o sentido mais profundo gravado no coração da maioria dos homens do seu tempo. Simplesmente, não havia que impor esse desiderato por métodos revolucionários – nem era desejável. Também não adiantava nada tentar travar essa evolução, inexorável na sua opinião – ela aconteceria independentemente da vontade daqueles homens que procuravam pôr-lhe um travão.

Se durante a I República, e mesmo no início da década de 30, esta formulação política, de cariz socializante, aparece ainda envolta num manto de neblina, o mesmo não vai acontecer depois da II Guerra. Com o “Manifesto” de 1949, Cunha Leal afirmava-se claramente partidário de um socialismo democrático, apostado na gestão social-democrata do sistema económico e político, à luz das experiências que iam surgindo pela Europa do centro e do norte. Nesta evolução ideológica e política perguntar-se-á: Cunha Leal era outro ou era o mesmo de sempre? Talvez a pergunta seja até escusada e sem sentido. Os homens são sempre sujeitos em situação, que interagem com a matriz cultural do seu tempo. Assim como não faz sentido exigir uma clara formulação social-democrata (no sentido do socialismo democrático) aos homens que, como Cunha Leal, viveram em Portugal o período pós I Guerra, (na altura em que o viveram), também parece óbvio que se não pode esperar que alguns desses homens evoluam, posteriormente, para esse campo. Alguém poderia esperar que Salazar o fizesse?

Mas já o mesmo não podemos dizer no que toca a Cunha Leal, se tivermos em conta a matriz cultural e política que partilhou destes os tempos do *A`vante* ou d’*O Intransigente*. Desde essa época que aceitava como certo que a democracia política carregava no seu bojo a exigência absoluta de uma democracia social – uma e outra eram realidades que mutuamente se implicavam e o socialismo o horizonte de uma aurora gloriosa para toda a humanidade. A revolução russa, nascida dos anseios mais

profundos de justiça social, havia interpretado da pior forma o caminho da redenção da humanidade sofredora, mas isso não lhe retirava sentido – pensava Cunha Leal. Apenas tinha tornado mais agudo o sentido justicialista do maior número. Ora, era para esses deserdados que era preciso rasgar caminhos de esperança, sem o que a humanidade se poderia preparar para enfrentar novos e mais formidáveis cataclismos sociais.

Mas então como interpretar a mutação de sentido conservador por que enveredou de 1922 a 1926? Importa compreender, mas também explicar, se isso for possível. Cunha Leal foi sempre um democrata – mesmo quando essa democracia, diminuída pela prática de uma formação social arcaica, parecia ser incapaz de dar resposta à crise política e económica do pós-guerra. Nessas circunstâncias aproximou-se das soluções reformistas – presidencialistas, “governamentalistas” -, muitas delas partilhadas de forma oportunista pela oposição de direita e até monarquizante que corria por fora do regime para o destruir. Esta aproximação à direita anti-sistema foi o preço a pagar pelo anseio de mudança que alimentou, principalmente a partir de 1919 (depois da Revolta de Santarém), quando verificou que o Partido Democrático se preparava para monopolizar o poder, como “partido único”, prática a que já se opusera nas páginas d’*O Intransigente* antes da I Guerra. Ora, em todas as reconfigurações políticas em que se empenhou – primeiro no radical Partido Popular e depois no Liberal – as formações eram pequenos grupos, sem impacto social, incapazes de contrabalançar a hegemonia dos Democráticos. Em 1923, com o Partido Nacionalista, era o tudo e/ou o nada. Tudo, porque reuniu todos os pequenos agrupamentos da oposição (reconstituintes, ex-evolucionistas, ex-populares, ex-sidonistas, etc.); nada, porque da reunião dos diversos dificilmente poderia sair um todo coerente, como se viu com a saída dos reconstituintes de Álvaro de Castro, poucos meses depois, no final do mesmo ano de 1923. Em 1926, Cunha Leal conseguia finalmente, com a criação da ULR, apresentar um projecto

político coerente de centro-direita para alternar com o Partido Democrático. Foi já tarde: o Partido Democrático era, na altura, uma formação incaracterística, agrupando no seu seio tendências diversas, com predominância do centro-direita dos “bonzos” de António Maria da Silva. E a direita uma manta de retalhos que disputava, (a par da oposição interna dos esquerdistas de José Domingues dos Santos), o direito de subverter o regime por processos insurreccionais.

Cunha Leal que alertara, desde 1923, para o perigo da subversão do regime, que resistira às “sereias” do encantamento revolucionário em 1924 e 1925, que optara claramente pela “luta legal” em 1926 (apesar de considerar oportuna a acção de correlegionários seus, como Mendes Cabeçadas no *28 de Maio*), que acreditara ingenuamente na possibilidade de um interregno ditatorial em 1926-1927, caía em 1930 no ostracismo, a par do regime que sempre quisera ver reformado. A direita aponta-lhe a ingenuidade política; a esquerda a “traição” aos ideais republicanos democráticos. Poderá este estudo biográfico ajudar a esclarecer um percurso individual marcado por um acrisolado patriotismo, por um esforçado desejo de acertar e por um coragem cívica a toda a prova? Cremos e desejamos que sim.

Uma herança (in)controversa

Cunha Leal carregou para a sua vida citadina a exigência do resgate colectivo dos “pobres e ignaros camponeses da beira-serra” e da família que o acompanhou para lhe facilitar a vida escolar. Antes de mais, pela superação da condição social, rural e relativamente desfavorecida, através da valorização das suas capacidades intelectuais que elevou pelo trabalho perseverante. Numa geração, o jovem “ensimesmado e tímido”, corporizava a maior ambição do homem a quem a rede familiar ou social² não

² Dificilmente a rede familiar (composta de alguma notabilidade eclesial) lhe poderia ter facilitado a ascensão meteórica que, de facto, imprimiu, por mérito próprio, à sua vida. Um primo de seu pai – o

tinha facilitado a ascensão: do campesinato remediado da Gardunha, saltava para as bancadas de S. Bento e dos Ministérios do Terreiro do Paço, ou para as cadeiras douradas dos grandes areópagos internacionais de Genebra.

Quando apareceu no Parlamento, em 1918, acendeu ódios e suspeições: quem era aquele capitão, ousado no falar, com sotaque beirão, a dar lições ao “cosmopolitismo” lisboeta, sempre com um pé em Paris? Nunca deixou de ser assim ao longo da sua vida de parlamentar e de governante - sempre visto como um radical, incapaz de moderar a voz ou de calar a razão em nome da ponderação que merecem os assuntos de Estado. Também um “livre-pensador” – ou um “franco-atirador”, como gostava de reconhecer-se - que se recusava a pedir meças e licenças aos ideólogos encartados. Esta independência permitiu-lhe pensar os problemas portugueses de forma criativa, mesmo a antecipar de muitos anos a sua formulação, análise e real dimensão. Mas com um custo elevado: os mais “reconhecidos” referem-no como um património valioso da resistência à Ditadura, mas escondem a inspiração que foram beber às suas ideias e análises.

Como já vimos, Cunha Leal é um precursor – muito precoce – do reformismo social, num país que quase só lobrigava, nessa altura, duas situações opostas: ou a estagnação situacionista, ou a revolução, assente sobre o bloco político hegemonizado pelo PCP. Ao “sonho absoluto”, redentor, opunha o reformismo social-democrata, com intervenção crescente do Estado na economia e na sociedade, no sentido de uma socialização dos principais instrumentos de produção. Aos totalitarismos – tanto comunista, como fascista – opunha o socialismo democrático, mais conforme, na sua opinião, com as possibilidades de realização da justiça social para o maior número. Em sucessivas eleições (de 1949 a 1965), afrontou o regime , mesmo quando o partido

advogado e deputado progressista João Pinto dos Santos – era, por esta altura de implantação da República, uma personagem completamente retirada para as bandas do Fundão.

republicano democrático, que se esforçava por ajudar a refundar, o deixou só e sem apoios perante a máquina totalitária do Estado Novo. Avisou repetidas vezes o “Condutor” e os situacionistas para a necessidade de prepararem a transição pacífica do Império colonial, com reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos e inevitável independência a prazo. Acompanhou de perto todos os acontecimentos que conduziram à Guerra Colonial e anunciou o toque de finados do apenas enunciado Espaço Económico Português e da reforma que conduziu, artificialmente, o Império a um país pluricontinental, composto por supostas “províncias ultramarinas” autónomas. Alertou para a impreparação económica e social do país, “condenado” pela situação geográfica e pelo volume dos fluxos comerciais a uma integração inevitável – e desejável - no Mercado Comum Europeu. Propôs a validade de uma Europa federada ou confederada como única alternativa para contrariar o predomínio das duas potências mundiais. Poderia ser mais actual o seu pensamento, mesmo quando já entrámos no séc. XXI e nos separam da sua formulação cerca de quatro décadas?

Não tinha que prever a Revolução porque sempre se preocupou em evitá-la. A sua estratégia de superação da Situação passava por uma transição pacífica e concertada – tanto em Portugal como nas colónias. Foi sempre isso o que tentou nos momentos eleitorais em que participou directamente, ou que patrocinou. Era necessário colocar nas mais altas esferas do poder – por exemplo na Presidência da República – um português que aceitasse pôr em prática as liberdades públicas mínimas. Só desse modo seria possível discutir os problemas do país – complexos e a precisar de uma mudança radical – e fomentar o aparecimento de uma nova geração de portugueses capazes de imprimir um novo rumo europeu a Portugal.

Valeu a pena?

A primeira biografia (até hoje) é, de facto,- assim o considero – uma biografia entre muitas as que, no futuro, poderão vir a ser feitas sobre Cunha Leal. Na verdade, talvez não haja biografados mas biografias e, em última instância, biógrafos. A vida vive-se e cose-se ao sabor do tempo e dela temos – vivida ou contada – uma representação momentânea e efémera. No entanto, é destas verdades efémeras que vivemos e construímos as (in)certezas com que preparamos o futuro. O facto deste estudo biográfico ter aspirado – talvez com desmesura – ao estudo do todo (sendo o todo representado pela vida completa do biografado), não altera em nada o desiderato que existe em cada objecto de estudo em História. Por mais limitados que sejam (no estudo e na natureza), os verdadeiros estudos históricos não deixam nunca de constituir-se como grandes ou modestos contributos para o estudo do todo humano – que é poliédrico e exige sempre abordagens diferenciadas. Desde que a aspiração – como é o caso – não encubra a presunção de ter atingido o “todo” e antes se afirme, modestamente, como um contributo, então tudo estará bem.

Uma primeira virtude do estudo, se alguma tem, é a de ter podido reunir e sistematizar um vasto conjunto de documentação sobre o objecto, dispersa por vários locais, alguma dela em risco de desaparecimento. No domínio factual e interpretativo permitiu problematizar alguns dos lugares-comuns e preconceitos ainda vigentes em torno da figura controversa de Cunha Leal, mesmo se ainda não foi possível criar um juízo mais consolidado sobre a sua acção. O tempo é a chave da História e, passados quase quatro décadas sobre a última fase activa de Cunha Leal – aquela em que escreveu as suas *Memórias* – parece justo tentar estabelecer a “verdade” sobre os sentidos mais profundos da vida do biografado – sentidos que nem o próprio, por vezes, teve a possibilidade de compreender, mergulhado no torvelhinho dos acontecimentos.

Pela riqueza da sua vida relacional – tanto no domínio político-burocrático como no domínio pessoal – Cunha Leal exigiu que, em torno da sua vida, fosse necessário construir uma crónica do séc. XX português. Se o equilíbrio entre as duas vertentes – a do mundo e a individual – tiver sido conseguido, então nem os cultores da crónica individual ficarão totalmente desapontados, nem os que pensam a biografia como o pretexto para contar a história de algo diferente terão razões de queixa. No domínio individual, a pesquisa permitiu-nos penetrar pelo mundo de uma singularidade que, no combate político e ideológico, criou inegáveis espaços de liberdade – para si e para os outros. No domínio da realidade e do mundo, pudemos aperceber-nos da diferença que existe entre as abordagens estruturais da realidade e esta outra, mais encarnada e vivida pelo sentimento e pela inteligência de um homem – talvez mais próxima da verdade da vida.

Para o biógrafo, o trabalho resultou num exercício de constantes provas que foi preciso superar com o desenrolar do processo; mas também no desfrute de uma magnífica e rica experiência de vida, em todo o seu esplendor de certezas, de dúvidas e de contradições. Impossível não sentir empatia com o jovem que, quixotesca, se dispôs a correr todas as portas para, de forma gratuita, se colocar ao lado dos turcos na Guerra Balcânica, em 1912; com o que, como *Diógenes*, nas páginas d' *O Intransigente*, combateu, corajosamente, a “adesivagem” à República do professorado incompetente e reaccionário; ou com o que, de forma aventureira se infiltrava pelos planaltos angolanos, com o auxílio escasso de um carro *boer*, a instalar as primeiras linhas de caminho-de-ferro; também com aquele que, pertencendo à maioria governamental se dispunha, no próprio dia de apresentação de Sidónio no Parlamento (e dele como deputado), a questionar o Ditador sobre o sentido da sua presença naquele lugar de representantes do povo; ainda com o que, destemidamente, se colocava ao lado de António Granjo, com

evidente perigo de vida, em 19 de Outubro de 1921; igualmente com o que, mesmo assediado por militares para fazer a “Ditadura”, lhe resistiu através de sucessivas recomposições partidárias com que desejava prosseguir a “luta legal” de defesa da República; seguramente, também impossível não sentir empatia com o resistente à Ditadura (que quis regeneradora), empurrado para a deportação e o exílio e condenado ao ostracismo no seu próprio país; com o estudioso dos problemas nacionais, que sempre procurou acompanhar, mesmo com o risco do desconhecimento que resultava do facto de não ter acesso aos dossiês; em suma, difícil não sentir empatia, pelo homem que se superou pelo estudo, pelo trabalho metódico e pelo esforço individual e que, por aceitar a esperança do advento de um regime democrático e progressivo para o seu país, se entregou à luta, sem desfalecimento, até à morte.

O que deslumbra nesta personalidade é justamente a resignação daquele que aceita lutar pela concessão de direitos políticos e sociais a todos os portugueses e pela redistribuição mais equitativa da riqueza por todos os seus concidadãos sabendo, à partida, que todo o seu esforço só será recompensado, com certeza quase absoluta, já depois do fim dos seus dias. Cunha Leal enrijecera nos duros combates da I República, aprofundara a sua reflexão política e social nessa escola de cidadania que foi a Espanha da II República e da Frente Popular e preparou-se para resistir heróica e tragicamente ao silêncio e à liberdade tutelada do Portugal salazarista.

Pelos aplausos que provocou, também pela contestação que motivou – e até pela repulsa que por vezes desencadeou –, Cunha Leal foi igualmente uma fonte inesgotável de revelações sobre a história política, económica e cultural do séc. XX português. Foi um espelho das reacções juvenis e académicas no advento da República; um retrato dos desencantos que sobrevieram aos primeiros anos do novo regime; um observador atento do país em guerra; um actor empenhadíssimo da segunda fase da República; uma

personalidade chave de todos os acontecimentos que conduziram à queda do regime e à transição para a Ditadura. A partir daí, passou a correr por fora das decisões que faziam a história do país, mas o seu contributo para o esclarecimento da condução da oposição política ao regime é ainda hoje fundamental – e, por extensão, do próprio Estado Novo.

CRONOLOGIA

I Parte – A JUVENTUDE (1888-1905)

1888 – Agosto, 22 – Nasceu Francisco Pinto da Cunha Leal, na aldeia do Pedrógão de S. Pedro, concelho de Penamacor. Pouco tempo depois, seus pais mudaram-se para a aldeia do Alcaide, concelho do Fundão que, de futuro, passou a considerar a sua “patria chica”.

1897 – Junho – Outubro – Concluiu a Escola Primária no Alcaide e matriculou-se no Liceu de Castelo Branco

1901 – Outubro – A família Cunha Leal instalou-se na rua Cecílio de Sousa, em Lisboa

1903 – Concluiu o Curso Geral, no Liceu Passos Manuel, com classificações elevadas

1904 – “Confessou ao pai as suas simpatias republicanas”

1905 – Outubro – Matriculou-se na Escola Politécnica

II Parte – A MATURIDADE INTERROMPIDA (1905 – 1930)

1907 – Abril-Junho – Foi um dos alunos grevistas – do grupo designado de *intransigentes* – da Escola Politécnica

1908 – Janeiro – Assentou praça em Artilharia 1, Lisboa (Campolide)

1908 – Julho – Assegurou, na Escola Politécnica, através da apresentação de dissertações, os três primeiros prémios das cadeiras de Mecânica, Física e Matemática e

Mineralogia e Geologia, com os respectivos prémios pecuniários. O último foi publicado, a par de trabalhos de professores, no *Anuário da Politécnica* de 1907-1908.

1908 – Outubro – Matriculou-se na Escola do Exército

1908 – Outubro, 29 – Foi nomeado 1º sargento graduado cadete

1909 – Outubro, 27 – Foi nomeado 1º sargento cadete

1910 – Novembro, 25 a 1911, Janeiro, 7 – Fundou e publicou com outros colegas o jornal académico *A`vante*

1911 – Julho, 16 a 1914, Maio, 6 – Colaborou no jornal *O Intransigente*, dirigido por Machado Santos. Primeiro com o pseudónimo de Diógenes (em colaboração com Humberto Ataíde) e depois como Francisco Moreno e como Cunha Leal

1912 – Junho – Terminou o Curso de Engenharia na Escola do Exército

1912 - ? – Com Humberto Ataíde, ofereceu-se para combater ao lado da Turquia no teatro de guerra balcânico

1912 – Novembro, 1 – Foi promovido a alferes para a Companhia de Torpedeiros

1913 – Outubro, 5 – Discursou sobre o *5 de Outubro* na parada do seu quartel

1913 – Dezembro, 1 – Foi promovido a tenente

1914 – Fevereiro – Colaborou, com artigos de jornal, na fundação do Centro Reformista de Machado Santos

1914 – Maio, 23 – Foi nomeado, em comissão de serviço no Ministério das Colónias, como engenheiro do Quadro das Obras Públicas de Angola

1914 – Agosto-Novembro – Permaneceu em missão no Sul de Angola na preparação do caminho para a expedição de Alves Roçadas

1914 – Dezembro, 19 e dias seguintes – Incidentes em Luanda entre população, alemães e Governador Norton de Matos. Cunha Leal teve aí um papel activo.

1914 – Dezembro, 26 – Casou com Maria José Videira

1915 – Abril, 10 – Foi nomeado Director das Obras Públicas de Angola (Interino)

1915 – Julho a 1916, Fevereiro – Esteve em missão na província do Congo para estudo do anteprojecto de uma estrada entre Luvo e Maquela do Zombo

1916, - Março, 21 – Registo do primeiro filho, José Francisco, nascido durante a sua ausência no Congo

1916 – Março, 31 – Foi nomeado engenheiro chefe dos estudos dos caminhos de ferro do Estado de Angola

1916 – Abril a Setembro – Esteve em missão de lançamento da linha de caminho de ferro da serra da Chela (Angola)

1916 – Maio, 21 – Foi convocado para se apresentar em Luanda e seguir mobilizado para a metrópole. Depois de uma tentativa do seu chefe para o manter em missão, Cunha Leal insistiu na sua mobilização para a guerra.

1917 – Abril, 23 – Embarcou, mobilizado, para a frente europeia de guerra. Aí, foi nomeado Adjunto do Comando de Engenharia da 2ª Divisão, em Roquette (Normandia)

1917 – Outubro a Novembro – Gozou a primeira licença de campanha

1917 – Dezembro, 19 – Foi nomeado capitão

1918 – Fevereiro – Teve a segunda licença de campanha, em Portugal

1918 – Fevereiro, 13 – Dirigiu um recurso ao Ministro da Guerra para alongar a sua estadia em Portugal

1918 – Fevereiro, 17 – Fez conferência no Centro Reformista

1918 – Março, meados – Aderiu ao Partido Centrista

1918 – Março, 18 – Foi nomeado Director Geral dos Transportes Terrestres

1918 – Junho, 11 – Demitiu-se de DGTT

1918 – Julho, 4 – Foi nomeada Comissão de Inquérito a todas as repartições da Secretaria de Estado das Subsistências, incluindo a DGTT

1918 – Julho, 15 – Iniciou a carreira parlamentar na abertura do Congresso da República. Será eleito em todas as legislaturas até 1926. Tinha sido eleito em 28 de Abril, nas listas do PNR (Partido Nacional Republicano)

1918 – Julho, 15 – Questionou a *Mensagem* do Ditador Sidónio Pais na abertura do Congresso da República

1918 – Julho, 25 – Denunciou no Parlamento a censura e perseguição sistemática aos jornais republicanos do Norte: *O Norte* e *A Montanha*

1918 – Dezembro, 13 – Denunciou no Parlamento os maus tratos infligidos aos presos políticos

1919 – Janeiro, 9-10 – Foi co-autor da *Proclamação* e membro do Comité Revolucionário da *Revolta de Santarém*. Seria mantido preso, na sequência desta revolta, até 24 de Janeiro.

1919 – Fevereiro, 21 – Discursou num gigantesco comício no Coliseu de Lisboa onde apoiou uma moção que exigia a dissolução do Parlamento pelo Governo.

1919 – Março, 31 – Foi colocado no Regimento de Sapadores Mineiros

1919 – Abril, 24 – Tomou posse do cargo de Director Geral de Estatística

1919 – Outubro, 19 – Foi eleito deputado pelo círculo de Angola, tendo tomado posse a 8 de Dezembro. Na altura era dado como “afecto ao partido Democrático”. No entanto, aderiu ao recém-formado Partido Popular, que só existiu até às eleições de 10 de Julho de 1921, altura em que se dissolveu.

1920 – Janeiro, 21 – Fundou em Lisboa o jornal *O Popular* que se publicou até 14 de Agosto de 1920.

1920 – Abril, 20 – Discursou no Parlamento sobre a “Moagem e a Panificação”

1920 – Maio e Junho – O Partido Popular ausentou-se do Parlamento para denunciar os “conchavos” das forças políticas que se faziam representar na Comissão de Inquérito ao Ministério dos Abastecimentos. Cunha Leal esteve então empenhado na promoção de comícios de desagravo de norte a sul do país.

1920 – Agosto, 11 – Apresentou um contra-projecto sobre Contribuição Predial no Parlamento

1920 – Novembro, 20 – Foi indigitado Ministro das Finanças do governo de concentração de Álvaro de Castro que, sem apoio parlamentar, não chegou a tomar posse

1920 – Novembro, 30 – Foi nomeado Ministro das Finanças do governo de Liberato Pinto, cargo que manteve até finais de Fevereiro de 1921.

1920 – Dezembro, 6 – Como Ministro das Finanças, apresentou ao Congresso um pacote legislativo tributário com a novidade de um imposto único com carácter progressivo

1920 – Dezembro, 15 – Discursou em comício na Sociedade de Geografia de Lisboa para explicar a sua reforma tributária

1921 – Janeiro, 3 – Discursou no Teatro Carlos Alberto, no Porto, com o mesmo objectivo do comício de 15 de Dezembro, em Lisboa

1921 – Julho, 10 – Perdeu as eleições para deputado pelo círculo do Porto “por umas centenas de votos”. Foi eleito por Angola e tomou posse a 31 de Agosto

1921 – Outubro, 19 – Foi atingido por um tiro na garganta quando, no Arsenal da Marinha, tentava proteger o Presidente do Ministério António Granjo

1921 – Dezembro, 16 – Tomou posse como Presidente do Ministério e Ministro do Interior, com o objectivo principal de promover eleições. O governo foi demitido após as eleições, em 6 de Fevereiro de 1922

1922 – Janeiro, 3 – Fez Conferência na Academia de Ciências de Lisboa onde deu a conhecer o seu programa de governo

1922 – Janeiro – Apresentou-se como candidato a deputado pelo círculo de Chaves, apoiado, em simultâneo, pelos Democráticos e pelos Liberais

1922 – Fevereiro, 2 – Pediu demissão de Director Geral de Estatística e licença ilimitada como militar

1922 – Fevereiro – Presidiu a reuniões de reorganização do campo liberal no jornal *República*

1922 – Março – Manifestou a intenção de apresentar no Parlamento projecto sobre reposição da pena de morte

1922 – Março, 9 – Apresentou no Parlamento um Projecto de Lei regulando o funcionamento dos bancos e criando um Banco Central regulador

1922 – Março, 14 – Deslocou-se a Paris para conferenciar com Fausto de Figueiredo

1922 – Maio, 14 – Aderiu ao Partido Liberal

1922 – Maio, 23 – Partiu para Paris integrando a Comissão Nacional à VIII Assembleia Plenária da Conferência Parlamentar Internacional de Comércio

1922 – Agosto, 25 – O Partido Liberal (com Cunha Leal na liderança) abandonou o Parlamento por não concordar com a reforma fiscal do ministro Portugal Durão

1922 – Outubro, 30 – Passou a dirigir o jornal *O Século*

1922 – Dezembro, 12 – Realizou conferência na Associação de Lojistas de Lisboa sobre a reforma fiscal

1923 – Fevereiro, 5 – Fundou, com outros, o Partido Republicano Nacionalista, juntando *liberais e reconstituintes*

1923 – Março, 17 – Saiu da direcção do jornal *O Século*, em conflito com a nova Administração

1923 – Março, 22 – Apresentou moção de censura ao governo de António Maria da Silva por razão de um empréstimo a realizar

1923 – Maio, 2 – O PRN ausentou-se do Parlamento até 22 de Junho, em protesto contra alterações regimentais do Congresso

1923 – Julho, 4 – Apresentou moção de censura ao Governo, no âmbito de uma interpelação cuja discussão se iniciou em Junho e só terminou em Agosto

1923 – Junho – Celebrou, em nome do PRN, um pacto com Afonso Costa, em Paris, para fazer eleger o Presidente da República pelos dois partidos maioritários: democráticos e nacionalistas

1923 – Outubro, 26 – Apresentou uma moção de desconfiança ao Governo depois de uma interpelação ao Ministro das Finanças

1923 – Dezembro, 13 – Tomou posse como Ministro das Finanças num governo chefiado por Ginestal Machado

1923 – Dezembro, 17 – Pronunciou Conferência na Sociedade de Geografia sobre a recente experiência governamental em que participara

1924 – Janeiro, 19 – No Congresso do Partido Nacionalista afirmou que não daria um passo que o levasse à ditadura mas apregoava-a “como uma fatalidade histórica”

1924 – Janeiro, 28 – Pronunciou Conferência no Teatro Avenida, em Viseu, para mais de 3000 ouvintes

1924 – Fevereiro, 9 – Realizou uma Conferência no Cine-Teatro de Faro

1924 – Fevereiro, 20 – Iniciou interpelação ao Ministro das Colónias que se prolongou nos dias seguintes por debate no Parlamento com o Alto Comissário de Angola Norton de Matos

1924 – Agosto – Bateu-se em duelo com o major Travassos Valdez, no âmbito do julgamento do comandante Filomeno da Câmara que tinha sido acusado de conspiração

1924 – Agosto, 16 – Foi nomeado Reitor da Universidade de Coimbra e tomou posse a 30 de Agosto

1924 – Setembro – Partiu para visita a Angola que se prolongou até Novembro

1924 – Dezembro, 4 – Foi-lhe oferecido um almoço de homenagem no Teatro de S. Carlos, depois da chegada de Angola

1924 – Novembro, 27 – Sustentou uma moção de desconfiança na apresentação do governo de José Domingues dos Santos

1925 – Janeiro, 20-22 – Apresentou moção de ordem de condenação da reforma governamental do sistema bancário

1925 – Fevereiro, 10 – Apresentou moção crítica ao governo pelas declarações públicas do chefe do executivo nas manifestações de rua de dia 6 de Fevereiro

1925 – Fevereiro, 18 – Apresentou moção de ordem crítica ao novo governo de Vitorino Guimarães e abandonou o Parlamento, com o seu partido, só regressando depois do *18 de Abril*

1925 – Março, 10 – Rumou a Paris e daí à Holanda

1925 – Abril, 22 – Foi exonerado de Reitor da Universidade de Coimbra

1925 – Abril, 25 – Foi preso por alegada implicação na *Revolta de 18 de Abril*

1925 – Junho, 2 – Apresentou uma moção de desconfiança ao governo por este ter exorbitado das suas competências

1925 – Setembro – Participou como advogado de defesa de Filomeno da Câmara no julgamento dos implicados do *18 de Abril*

1925 – Novembro, 8 – Foi eleito deputado na última legislatura da República

1925 – Novembro, 25 – Foi nomeado delegado do Governo junto do Banco Nacional Ultramarino, cargo que manteve como Vice-Governador até Março de 1926

1926 – Fevereiro, 6 – Discursou na Sociedade de Geografia de Lisboa na sessão comemorativa da eleição de Pio XI

1926 – Março, 7 – Ocorreu o Congresso do PRN de que resultou a dissidência *lealista* que deu origem à União Liberal Republicana, fundada a 9 daquele mês

1926 – Março, 18 – Fundou o jornal *A Noite*, porta-voz da ULR

1926 – Março – Maio – Realizou comícios do novo partido (ULR) por todo o país, do Minho ao Algarve

1926 – Abril, 12 – Realizou uma conferência no “Teatro-Circo” de Braga onde anunciava a vinda próxima dos militares para a vida política e o advento de um novo sidonismo

1926 – Abril, 15 – Apresentou moção de rejeição ao projecto governamental para o regime dos tabacos

1926 – Abril, 27 – Apresentou uma proposta alternativa à do governo para o regime de produção e comercialização dos tabacos

1926 – Maio, 28 – Esteve, pela última vez, presente no Parlamento

1926 – Maio, 28-30 – A ULR foi definindo uma posição de apoio crítico à nova situação ditatorial

1926 – Junho, 17 – Em carta, apoiou Mendes Cabeçadas, como membro do triunvirato revolucionário do 28 de Maio, entretanto destituído

1926 – Junho, 18 – Pediu demissão do Exército e de representante do Governo no Banco Nacional Ultramarino

1926 – Junho, 28 – Discursou em comício da ULR (Moura), definindo a posição do partido perante a evolução da Ditadura

1926 – Julho, 7 – Foi proibida uma conferência sua na Sociedade de Geografia, posteriormente publicada com o título *A Aspiração de um Portugal Maior. Para onde vamos?*

1926 – Julho, 9 – Bateu-se em duelo com jornalista de *O Rebate*

1926 – Agosto, 14 – Aceitou convite para a administração do Banco de Angola

1926 – Setembro – Ausentou-se para Paris, onde permaneceu um mês

1926 – Setembro, 19 – Publicou o livro *Eu, os Políticos e a Nação*

1926 – Novembro, 21 – Foi objecto de um grande banquete de homenagem. Declarou que a ULR não hostilizava a Situação

1927 – Janeiro, 27 – Em carta ao coronel Passos e Sousa, deu por terminada a tentativa de realização de um Pacto de transição da Ditadura para uma situação constitucional

1927 – Janeiro, 30 – Iniciou um périplo pelo Algarve, com comícios em Faro e noutras localidades algarvias

1927 – Abril, 9 – Partiu para Paris, com destino a Genebra onde, no início de Maio, participou na Conferência Económica de Genebra

1927 – Junho, 26 – A ULR declinou responsabilidades na condução política da Situação

1927 – Julho, 2 – Partiu para Angola, onde se demorou três meses

1927 – Dezembro, 3 – Foi proibida uma conferência de Cunha Leal, por ordem da polícia. Posteriormente publicada com o título *Nacionalismo*

1927 – Dezembro, 10 – Foi nomeado como conselheiro do Conselho Económico da Sociedade das Nações

1928 – Janeiro, 1 – Bateu-se em duelo com Pinto Correia, jornalista do jornal *Revolução Nacional*

1928 – Fevereiro, 1 – Fez Conferência no Teatro S. Luís com o título:

Internacionalismo Trotsky e Estaline

1928 – Fevereiro, 2 – Publicou *O Empréstimo Externo Alguns documentos*

1928 – Junho, 6 – Regressou de Genebra onde participou no Conselho Económico da SDN

1928 – Agosto, 16 – Partiu para Angola onde permaneceu até Outubro

1929 – Junho, 2 – Defendeu “o bom nome de Portugal na SDN”, a propósito do empréstimo externo e da recusa de Salazar em aceitar as condições impostas

1930 – Janeiro, 6 – Foi publicada *nota oficiosa* do Ministro das Finanças (Salazar) sobre a actuação de Cunha Leal no Banco de Angola. Este respondeu-lhe a 8

1930 – Janeiro, 9 – Fez Conferência sobre Angola

1930 – Janeiro, 24 – Foi demitido, pelo Decreto nº 17889, do Banco de Angola

1930 - Janeiro – Publicou *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*

1930 – Maio – Criticou o Acto Colonial no 3º Congresso Colonial, reunido em Lisboa

III PARTE – O OSTRACISMO (1930-1970)

1930 - Maio, 26 – Foi deportado para os Açores por ordem do governo da Ditadura

1930 – Outubro, 20 – Foi transferido para a Madeira

1930 – Dezembro, 5 – Evadiu-se da Madeira. Rumou a Inglaterra, França e estabeleceu-se na Corunha, depois de passar por Sevilha e Vigo

1931 – Abril – Reuniu com deportados e exilados portugueses em Sevilha tendo daí saído um documento com as condições de exigência dos portugueses em troca do apoio espanhol à *Revolução da Madeira*

1931 – Maio – Publicou na Corunha *Ditadura, Democracia ou Comunismo ?*

1931 – Setembro – Foi entrevistado pelo jornal “Agora”, como um dos líderes da oposição republicana exilada

1931 – Novembro, 23 – Participou activamente na Conferência de Beyris que reuniu as várias famílias de deportados e exilados republicanos, sob a égide de Bernardino Machado

1931 – Dezembro – Publicou *Portugal e Inglaterra*

1932 – Julho – Publicou *Nova Renascença ou Nova Idade Média?*

1932 – Julho – Foi visitado na Corunha pelo irmão Artur, como já acontecera no ano anterior

1932 – Outubro – Publicou *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*

1932 – Dezembro – Publicou *A Obra Financeira e Económica da Ditadura Portuguesa*

1932 – Dezembro, 5 - Foi amnistiado pelo Decreto nº 21943

1932 – Dezembro, 16 – Foi homenageado na Corunha, à sua partida para Portugal

1933 – Março – Defendeu a abstenção na discussão da nova Constituição do Estado Novo

1933 – Abril – Publicou *A Técnica e as Transformações Sociais Contemporâneas*

1934 – Maio – Iniciou-se a publicação da revista *Vida Contemporânea*, de que foi fundador e director. A revista publicou-se, mensalmente, até Abril de 1936

1935 – Janeiro – Publicou o livro *Análise sumária do relatório das contas públicas de 1933-34*

1935 – Maio, 7 – Foi expulso do país por dois anos, por resolução do Conselho de Ministros de 6 de Maio. Dividiu o segundo exílio entre Sevilha e a Corunha

1935 – Maio-Setembro – A PIDE assinalava a sua estadia clandestina no país, onde teria estabelecido relações revolucionárias com os “descontentes” do regime, os nacionais-sindicalistas (“rolões”) e os reviralhistas moderados. Este bloco

revolucionário desenvolveu a sua acção na chamada *Revolta de Mendes Norton*, em Setembro de 1935

1935 – Dezembro – Foi visitado pela família em Sevilha, como sempre acontecia em tempo de férias

1936 – Fevereiro – Estando doente, foi assistido pelo seu médico, em Sevilha

1936 – Abril, Maio – Participou, através de delegados seus, nas reuniões de constituição da Frente Popular Portuguesa, em Madrid

1936 – Maio – Foi amnistiado e regressou a Portugal

1936 – Setembro – Trabalhava numa sociedade de comercialização de óleos de Sousa Uva

1939 – Perante a “Declaração de Tours” que pôs fim à oposição activa dos reviralhistas, Cunha Leal defendeu uma relação estreita com a Inglaterra e a constituição de um governo de união nacional

1937 – Novembro – Esteve em França e saiu por Cherbourg para regressar a Portugal

1939 – Publicou, a partir de Outubro, *A Guerra Dia a Dia*, em 3 volumes

1940 – Abril – Publicou *A Guerra Dia a Dia*, II vol. O terceiro aparecerá em finais do ano

1943 – Dezembro – Meios de transporte da Embaixada dos Estados Unidos foram postos à disposição de Cunha Leal e de outros oposicionistas. Desde 1940 que a PIDE seguia com cuidado as ligações da oposição moderada com os serviços secretos ingleses e norte-americanos

1946 – Agosto, 31 – Discursou na Assembleia Geral dos Caminhos de Ferro, fazendo dessa intervenção uma “bancada” política do oposicionismo anti-salazarista

1949 – Janeiro, 12 – Definiu a sua posição perante a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República em carta enviada ao candidato

1949 – Janeiro, 24, 25, 26 – Manteve polémica com Mário de Figueiredo no *Diário de Lisboa*

1949 – Fevereiro, 5, 12 – Manteve polémica com Daniel Barbosa

1949 – Julho, 20, 21, 22 – Publicou artigos no *Diário de Lisboa* sobre a crise económica

1949 – Outubro, 29 – Publicou um Manifesto no *Diário de Lisboa*

1949 – Novembro – Apresentou-se como candidato a deputado por Castelo Branco

1951 – Julho, 15 – Discursou numa garagem no Arieiro, em Lisboa, no âmbito da campanha presidencial do almirante Quintão Meireles, de que era apoiante e membro da comissão de candidatura

1951 – Julho, 18 – Discursou em concorrido comício na cidade de Leiria na defesa da candidatura de Quintão Meireles

1952 – Maio – Candidatou-se à direcção da Ordem dos Engenheiros

1953 – Outubro, 13 – Apresentou o seu programa eleitoral de deputado no Rádio Clube Português. Foi publicado no livro *Em demanda de soluções para o problema português*

1953 – Outubro, 26 – Discursou em comício no Liceu Camões (Lisboa). O discurso foi publicado no livro *Verdades elementares*

1953 – Novembro, 5 – Dirigiu uma “Epístola aos novos e aos governantes” no *Diário de Lisboa*

1954 – Abril, 1 – Foi julgado e considerado inocente no Tribunal da Boa-Hora por alegado crime resultante de declarações consideradas caluniosas para o Tribunal em que, em 20 de Fevereiro de 1953, servia de testemunha abonatória do réu Henrique Galvão

1956 – Novembro, 19 – Dirigiu uma carta a Marcelo Caetano, depois publicada em *Coisas dos Tempos Idos, Comentários a afirmações de Marcelo Caetano*

1957 – Outubro, 23 – Deu a conhecer o seu abstencionismo nas futuras eleições de deputados em “Considerações de um abstencionista”, publicado no *Diário de Lisboa*. Publicou ainda *As Minhas Razões e as Razões dos Outros, Ecos duma campanha eleitoral*

1958 – Janeiro, 14 – Em almoço de homenagem, várias individualidades lançaram a candidatura de Cunha Leal à Presidência da República

1958 – Abril – Decorreu a campanha da candidatura de Cunha Leal à Presidência da República. Desistiu em 18 de Abril, por manifestas dificuldades pessoais de saúde e também políticas

1958 – Maio, 22, 23, 24, 25, 29 e Junho, 3 – Manteve polémicas em jornais nacionais (*Diário de Lisboa, República e O Século*) com os ministros do Ultramar e da Economia

1959 – Julho – Publicou *Coisas do Tempo Presente – Novas Coisas da Companhia dos Diamantes de Angola II (Diamang)*. O primeiro volume tinha sido publicado em 1957

1960 – Dezembro – Publicou *O Colonialismo dos Anticolonialistas*

1961 – Agosto – Publicou *A Gadanha da Morte*

1961 – Novembro, 6 – Publicou artigo no *Diário de Lisboa* sobre a crise ultramarina e os direitos políticos, no âmbito das eleições em curso

1962 – Maio – Publicou *A Pátria em Perigo*

1962 – Setembro, 7 – Foi co-autor de Manifesto político entregue a Salazar

1963 – Junho – Publicou *Cântaro que vai à Fonte*

1963 – Junho, 30 – Discursou no almoço de homenagem a Helder Ribeiro, na Casa do Alentejo

1963 – Abril – Liderou a formação da Acção Social Democrata, de que deu notícia a Salazar

1964 – Fevereiro – Publicou *Ilusões Macabras*

1964 – Fevereiro, 10 – A casa de Cunha Leal foi devassada pela polícia política e apreendidos 300 exemplares do último livro publicado

1964 – Fevereiro, 15 – Foram devolvidos 290 exemplares do livro apreendido, por ordem de Salazar

1965 – Fevereiro, 2 – Cunha Leal encimou uma *Representação ao Presidente da República* em que se exigia a demissão do Governo

1965 – Fevereiro, 20 – Escreveu carta ao cardeal Cerejeira de que circularam cópias em público

1968 – Dezembro, 17 – Em nome da Acção Social Democrata, Cunha Leal definiu a posição política de distanciamento crítico em relação ao novo Presidente do Conselho Marcelo Caetano

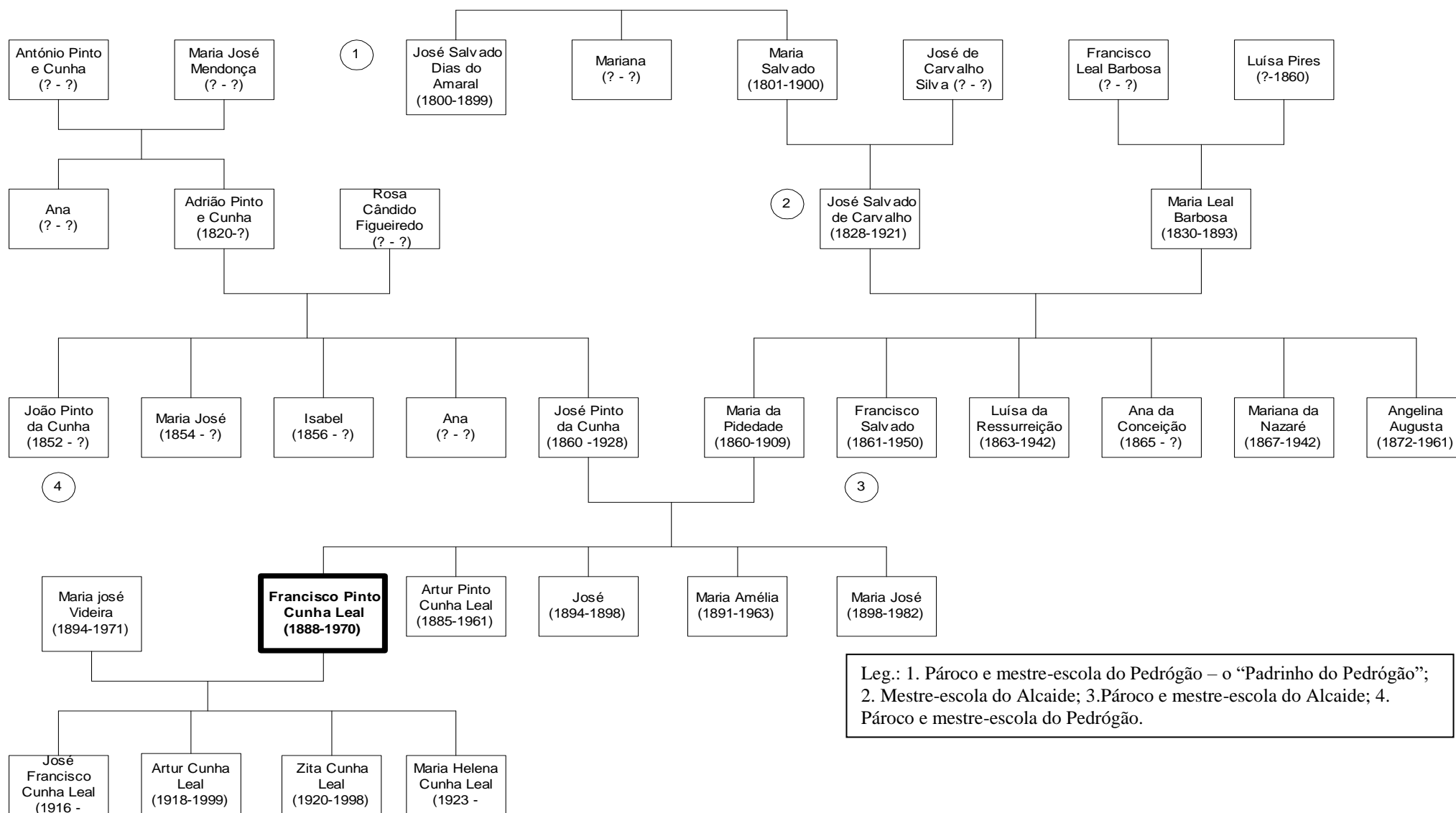
1969 – Junho – Dirigiu à Associação Académica de Coimbra, em greve, a última carta pública

1970 – Abril, 26 - Morreu em Lisboa (Av. Duque d'Ávila, 26, 3º). Foi sepultado na aldeia do Alcaide (Fundão).

GENEALOGIA DE FRANCISCO PINTO CUNHA LEAL

Ascendência Paterna

Ascendência Materna



FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – FONTES

1. ESPÓLIOS E ARQUIVOS

Arquivo Histórico Militar

Processo individual de Francisco Pinto Cunha Leal, nº 1580

Processo individual de Artur Pinto Cunha Leal, nº 3533

Processo individual de Viriato Sertório Rocha Portugal Correia de Lacerda, nº 1351

Processo individual de João Guilherme Menezes Ferreira, nº 2314

Processo individual de Francisco Valente Marrecas Ferreira, nº 2100

Processo individual de Francisco Xavier Cunha Aragão, nº 2345

Processo individual de António Germano Ribeiro de Carvalho, nº 1354

Revolta de Santarém, 1ª Div. 36ª Secção, cx. 7, nº 9

Revolta de 18 de Abril de 1925, 1ª Divisão, 36ª Secção, caixas nº 2, 3, 7, 8, 9

CEP, 35ª Secção, caixas 168, 188, 572, 573, 574, 599, 600, 601 e 602

Listas de promoções, 3ª Div. 3ª Secção, caixa 27, nº 35 (1909) e 69 (1910)

Arquivo do Museu da Ciência – Escola Politécnica

Livro de matrículas e Exames, nº 22

Actas do Conselho, sessão nº 5, Novembro de 1908

Arquivo Histórico do Banco Nacional Ultramarino

Actas do Conselho Geral – 1925 - 1926

Arquivo do Ministério da Educação (em organização) – Escola Secundária de Passos Manuel

Livro de Termos, 1903

Guia dos Alunos Matriculados nos Liceus – Anuários de 1901,1902 e 1903

Arquivo do Liceu de Castelo Branco

Termos de Matrícula, ano de 1899/1900

Arquivo Histórico de Vila Nova de Famalicão – Espólio Bernardino Machado

Pastas 119, 120, 122, 124, 126, 128,, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Arquivo Histórico do Ultramar

Caminho de ferro de Moçâmedes – Sala 2, nº 3029, 2979, 2967

Os caminhos de ferro de Angola em 1914, relatório, Luanda, 1915, Sala 8, nº 498

Arquivo Distrital de Castelo Branco

Registo Civil

Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo

Registos Paroquiais – Baptizados, casamentos e óbitos – Alcaide e Donas (Fundão, Castelo Branco) e Pedrógão de S. Pedro (Penamacor, Castelo Branco)

Arquivo da PIDE

Francisco Pinto Cunha Leal

Proc. 503/SR

Reg. de Presos nº 968

Proc. 34 CI (2)

Proc. 1454/SPS

Proc. 4594/SPS

Proc. 95 103/60 - DPI

Outros processos

Proc. 1646/SPS; Proc. 2183/35

Vasco da Gama Fernandes

Proc. 1076/SR

Henrique Galvão

Proc. 95/52

Proc. 153/54

Carlos Vilhena

Proc. 627/46

Armando Pereira de Castro Agatão Lança

Proc. C 32 – B/31

Proc. 1573/SR

Proc. 748/45

Arquivo de Oliveira Salazar

AOS/CO/PC – 51

AOS/CO/PC – 3 H

AOS/CO/EC – 7 A

AOS/CO/PC – 32

AOS/CO/PC – 38

AOS/CO/PC – 3 E

AOS/CO/PC - 4C

AOS/CO/PC – 77

AOS/CO/PC – 77 A

AOS/CO/UL – 26

AOS/CO/UL – 36

AOS/CP – 150

AOS/CP/PC – 3 E

AOS/CO/FI – 41

AOS/CO/NE – 5 A

AOS/CO/NE – 5 B

AOS/CO/UL – 62

AOS/CO/UL – 7

Tribunal Militar especial

Processos nº 156/935; 183/35; 94/35; 177/35; 74/35; 18/35; 50/35; 156/35

Arquivo Histórico da Assembleia da República

Diário da Câmara dos Deputados – 1918-1926

Diário do Congresso – 1918-1926

Diário do Senado – 1918-1926

Regulamento do Congresso da República – 1911 e alterações posteriores

Constituição de 1911 e revisões posteriores (1916, 1918, 1919-1921)

Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Caso Cunha Leal – Exílio Açores – 3º Piso, A 1, Maço 461

Portugal – Exposé transmis par M. Francisco Pinto Cunha Leal, membre portugais de la
Conférence de Mai de 1927, 3º Piso, A 10, M 190

Consulado Geral de Portugal e Legação de Portugal em Constantinopla –
Correspondência de 1912

Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (Alpiarça) – Espólio de José Relvas

Notas sobre assuntos tratados na Presidência e no Ministério do Interior – de 26 de
Janeiro de 1919 a 29 de Março de 1919

Public Record Office (Depositado no Centro de Documentação do ICS, Lisboa)

Reports on Portugal, 1927-1936

Espólio de Francisco Pinto Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal Rocha

Espólio de Francisco Pinto Cunha Leal, na posse de Noémia Neves Anacleto

Espólio de Francisco Pinto Cunha Leal, na posse de António Vnetura

1. DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

1.1. OBRAS DE CUNHA LEAL

Calígula em Angola, Porto, 1924

A Aspiração de um Portugal Maior, Lisboa, 1926

Eu, os Políticos e a Nação, Portugal –Brasil, Lisboa, 1926

O Empréstimo Externo, Alguns Documentos, Edição de um grupo de amigos do autor, 1927

Nacionalismo, Lisboa, 1927

Internacionalismo, Lisboa, 1928

História do Conflito entre um Ministro das Finanças e um Governador do Banco de Angola, Lisboa, 1930

Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Português, Edição do autor, Lisboa, 1930

A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar, Edição do autor, Lisboa, 1930

Subsídios para o estudo do Crédito em Angola, Lisboa, 1930

Ditadura, Democracia ou Comunismo? O Problema Português, Imprensa Moret, La Coruña, 1931

Nova renascença ou Nova Idade Média?, Os Meus Cadernos, nº 1, Imprensa Moret, Corunha, 1932

A Obra Financeira e Económica da Ditadura Portuguesa, Os Meus Cadernos, nº 3, Imprensa Moret, Corunha, 1932

Os Partidos Políticos na República Portuguesa, Os Meus Cadernos, nº 2, Imprensa Moret, Corunha, 1932

Portugal e a Inglaterra, Imprensa Moret, Corunha, 1932

A técnica e as transformações sociais contemporâneas, Lisboa, 1933

César Ferreira, *A Arquitectura do Navio*, “Prefácio” de Cunha Leal, Imprensa da Armada, Lisboa, 1933

Vida Contemporânea (Direcção e Propriedade), Nº 1. Maio de 1934 – nº 24, Maio de 1935

Análise Sumária do Relatório e Contas Públicas de 1933-34, Os Meus Cadernos, 4, Lisboa, 1935

Jorge Valois, *Uma Idade Nova – ensaio de compreensão política*, “Prefácio” de Cunha Leal, Nunes Carvalho Editor, Lisboa, 1936

A Guerra Dia a Dia, de 1 de Setembro a 1 de Novembro de 1939, Portugália Editora, Lisboa, 1939

A Guerra Dia a Dia, de 1 de Novembro de 1939, a 1 de Janeiro de 1940, Portugália Editora, Lisboa, 1940

A Guerra Dia a Dia, de 1 de Janeiro a 1 de Abril de 1940, Portugália Editora, Lisboa, 1940

Um Homem Excepcional, Alexandre Ferreira, Edição da Comissão Executiva do Monumento a Alexandre Ferreira, Lisboa, 1952

Em demanda de soluções para o problema português, Editorial Inquérito, Lisboa, 1953

Verdades Elementares, Editorial Inquérito, Lisboa, 1953

Coisas de Tempos Idos, Coisas do Tempo Presente, Comentários a afirmações do sr. Ministro da Presidência), Editorial Inquérito, Lisboa, 1956

As Minhas Razões e as Razões dos Outros, Ecos duma campanha eleitoral, Edição do autor, Lisboa, 1957

Coisas do Tempo Presente, I, Coisas da Companhia de Diamantes de Angola
(*Diamang*), Edição do autor, Lisboa, 1957

Coisas do Tempo Presente, II, Novas Coisas da Companhia de Diamantes de Angola,
Edição do autor, Lisboa, 1959

Peregrinações Através do Poder Económico (Coisas do Tempo Presente), Edição do
autor, Lisboa, 1960

A Gadanha da Morte (Coisas do Tempo Presente), Edição do autor, Lisboa, 1961

O Colonialismo dos Anticolonialistas (Coisas do Tempo Presente), Livraria Petrony,
Lisboa, 1962 (?)

A Pátria em Perigo (Coisas do Tempo Presente), Edição do Autor, Lisboa, 1962

Cântaro que vai à Fonte..., (*Coisas do Tempo Presente*), Edição do autor, Lisboa, 1963

Ilusões Macabras (Coisas do Tempo Presente), Edição do autor, Lisboa, 1964

As Minhas Memórias (Coisas dos Tempos Idos), romance duma época, duma família e
duma vida, de 1888 a 1917, vol.I, Edição do autor, Lisboa, 1966

As Minhas Memórias (Coisas dos Tempos Idos), Na periferia do Tufão, de 1 de Janeiro
de 1917 a 28 de Maio de 1926, Vol.II, Edição do autor, Lisboa, 1967

As Minhas Memórias (Coisas dos Tempos Idos), Arrastado pela Fúria do Tufão, de 28
de Maio de 1926 a 4 de Dezembro de 1930, Vol. III, Edição do autor, Lisboa, 1968

Textos Antológicos de Cunha Leal, (Preâmbulo de David Mourão Ferreira), Edição
Cosmos, Lisboa, 1991

2. CORRESPONDÊNCIA

Carta de Cunha Leal (e outros) a S. Exa. o Presidente da República, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1914, na posse de Sérgio Campos de Matos

Carta de Vitor Falcão a Cunha Leal, Lisboa, 16 de Dezembro de 1920, Arquivo António Ventura

Carta de Nuno Simões a Cunha Leal, Lisboa, 16 de Maio (Ano?), Arquivo de António Ventura

Carta de Júlio Dantas a Cunha Leal, 2 de Agosto de 1925, Arquivo António Ventura

Carta de Júlio Dantas a Cunha Leal, 16 de Novembro de 1925, Arquivo António Ventura

Carta do Chefe da ULR ao sr. Ministro da Guerra, in *A Situação*, 20 de Junho de 1927

Correspondência entre Cunha Leal e Bernardino Machado. Vinte e quatro missivas enviadas entre 1931 e 1939. Arquivo Bernardino Machado, pastas 132 e 134

Correspondência entre Bernardino Machado e Cunha Leal. Doze missivas enviadas entre 1931 e 1941. Arquivo Bernardino Machado, pastas 132 e 134

Correspondência de Cunha Leal a A Neves Anacleto. Trinta e quatro missivas enviadas entre 1934 e 1963. Arquivo pessoal de Noémia Neves Anacleto

Carta de Gregório Maraion a Cunha Leal, s/d, Arquivo António Ventura

Carta ao general Norton de Matos, Lisboa 3 de Janeiro de 1949. Arquivo Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal a Augusto Casimiro, 5 de Janeiro de 1949, Arquivo Maria Helena Cunha Leal

Carta de Augusto Casimiro a Cunha Leal, Lisboa, 6 de Janeiro de 1949, Arquivo Maria Helena Cunha Leal

Carta de J. M. Boavida Portugal a Cunha Leal, Lisboa, 8 de Janeiro de 1949, Arquivo Maria Helena Cunha Leal

Carta a Joaquim Madureira, 16 de Novembro de 1949. PIDE, Proc. 503/SR

Carta a Armando Agatão Lança, 25 de Maio de 1953. PIDE, Proc. 503/SR

Carta de Henrique Galvão a Cunha Leal, Novembro de 1953, espólio Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Henrique Galvão a Cunha Leal, Lisboa, Penitenciária, 24 de Junho de 1954, espólio Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Eduardo Santos a Cunha Leal, Bogotá, 16 de Setembro de 1957, Arquivo de António Ventura

Carta de Mário de Azevedo Gomes a Cunha Leal, Junqueira, 1 de Dezembro de 1957, Arquivo de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal a Humberto Delgado, Início de 1959 (?), espólio Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta a Álvaro Lins, Embaixador do Brasil, Lisboa, 27 de Janeiro de 1959. Arquivo Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal a Álvaro Lins, Embaixador do Brasil, Lisboa, 27 de Janeiro de 1959, Arquivo de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Henrique Galvão a Cunha Leal, 12 de Abril de 1959, espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de José Plácido Barbosa a Cunha Leal, Mondim de Basto, Atei, 6 de Novembro de 1959, PIDE, Henrique Galvão, Proc. 391-CI (2), pasta 4

Carta de Álvaro Poppe a Cunha Leal, 15 de Fevereiro de 1961, espólio de Cunha Leal,
na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Ruy Enes Ulrich a Cunha Leal, Lisboa, 21 de Março de 1961, espólio de
Cunha Leal na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Agatão Lança a Cunha Leal, Porto, 18 de Outubro de 1962, espólio de Cunha
Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de E. Gascó Contell a Cunha Leal, madrid, 24 de Janeiro de 1963, na
posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Agatão Lança a Cunha Leal, Porto, 30 de Janeiro de 1963, espólio Cunha Leal,
na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal ao Dr. Oliveira Salazar, 22 de Junho de 1963, espólio Cunha Leal,
na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal ao Director da PIDE, Lisboa, 15 de Agosto de 1963, IAN/TT,
PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 98

Carta de Eduardo Santos, Bogotá, 27 de Agosto de 1963, na posse de Maria Helena
Cunha Leal

Carta de Emílio Gascó Contell a Cunha Leal, Madrid, 5 de Fevereiro de 1964, IAN/TT,
PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 86-87

Carta de Cunha Leal ao Director da PIDE, 15 de Fevereiro de 1964, IAN/TT, PIDE,
Cunha Leal, Proc. 34 (CI), fº 290

Carta de António de Almeida Santos a Cunha Leal, Lourenço Marques, 17 de Fevereiro
de 1964, IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 (CI) 2, fº 77

Carta de Cunha Leal ao Director-adjunto da PIDE, 27 de Fevereiro de 1964, IAN/TT,
PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 243

Carta da Seara Nova a Cunha Leal, 31 de Março de 1964, IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 210

Carta de António Lobo Vilela a Cunha Leal, 21 de Abril de 1964, IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 199-201

Duas cartas de Cunha Leal ao Cardeal Patriarca de Lisboa, de 10 e 20 de Fevereiro de 1965, IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2)

Carta do Cardeal Patriarca de Lisboa a Cunha Leal, 29 de Abril de 1965, espólio Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal ao Dr. Castro Fernandes, Lisboa, 3 de Novembro de 1965, espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal ao Dr. Paulo Cunha, Lisboa, 6 de Novembro de 1965, espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Hélder Ribeiro a Cunha Leal, Porto, 20 de Dezembro de 1965, espólio Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal à imprensa (censurada), sobre a prisão de seu filho Artur Cunha Leal, s/d, Arquivo Mário Soares, 0531.001 im.86

Carta de J. Leitão de Barros a Cunha Leal, 4 de Janeiro de 1966, espólio Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Hélder Ribeiro a Cunha Leal, Porto, 26 de Agosto de 1967, espólio Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal a Salazar, 4 de Setembro de 1967, Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal a Augusto de Castro, 24 de Janeiro de 1968, Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Cunha Leal ao Padre Vidal de Brito Gachineiro, Agosto de 1968, Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Carta de Artur Cunha Leal (em seu nome e de seu pai) a Francisco Salgado Zenha, 3 de Maio de 1968, Arquivo Mário Soares, 0531.001, im.77

Carta de Mário Soares a Artur Cunha Leal, Paris, 27 de Abril de 1970, Arquivo Mário Soares, 0531.001, im. 81

3. ARTIGOS, CARTAS, MANIFESTOS E DEPOIMENTOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

A`vante

“A nossa atitude”, nº 1, 25 de Novembro de 1910

“Escândalo ou quê?”, nº 3, 9 de Dezembro de 1910

“O Ensino na escola do Exército – entrevista com o sr. Tenente Ressano Garcia”, nº 4, 16 de Dezembro de 1910

“Sebastianismo”, nº 5, 25 de dezembro de 1910

“Em torno da questão estudantil e académica”, nº 6, 7 de Janeiro de 1911

Nota: Muitos outros artigos, não assinados, poderão ser da autoria de Cunha Leal

O Intransigente

Artigos assinados em conjunto com Humberto Athaide, ambos sob o pseudónimo de Diógenes:

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 244, 17 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: Carta aberta aos srs. Professores”, nº 246, 19 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 247, 20 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 248, 21 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 249, 22 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 250, 23 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 251, 24 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 252, 25 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 253, 26 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 255, 28 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 256, 28 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 257, 30 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 258, 31 de Julho de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 259, 1 de Agosto de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 260, 2 de Agosto de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 261, 3 de Agosto de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 262, 4 de Agosto de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 263, 5 de Agosto de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 264, 6 de Agosto de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 265, 7 de Agosto de 1911

“Na Escola do Exército: um foco de infecção”, nº 266, 8 de Agosto de 1911

Sob o pseudónimo de Francisco Moreno (FM); com o nome próprio (CL):

FM – “Política Nova com ideias velhas”, nº 279, 21 de Agosto de 1911

FM – “Ordem, ou...rua”, nº 369, 19 de Novembro de 1911

FM – “Evolução e revolução”, nº 373, 23 de Novembro de 1911

FM – “Desordem nas ruas e nos espíritos”, nº 380, 30 de Novembro de 1911

FM – “Sindicâncias... para inglês ver”, nº 389, 9 de Dezembro de 1911

FM – “Paredes caiadas”, nº 398, 18 de Dezembro de 1911

FM – “Universidades livres e Universidades fechadas”, nº 406, 27 de Dezembro de 1911

CL – “Crónica científica: O valor da ciência”, nº 412, 3 de Janeiro de 1912

CL – “A Terra no espaço e no tempo”, nº 419, 10 de Janeiro de 1912

FM – “*Voe Victis*”, nº 423, 14 de Janeiro de 1912

CL – “Crónica científica: O homem à face da ciência e da filosofia”, nº 427, 18 de Janeiro de 1912

FM – “A disciplina no exército e na sociedade”, nº 431, 22 de Janeiro de 1912

FM – “A opressão”, nº 437, 28 de Janeiro de 1912

CL – “Crónica científica: Massa e energia”, nº 437, 28 de Janeiro de 1912

CL – “Crónica científica: O Rádio”, nº 443, 5 de Fevereiro de 1912

FM – “As greves”, nº 448, 10 de Fevereiro de 1912

CL – “Crónica científica: o problema da matéria”, nº 449, 11 de Fevereiro de 1912

FM – “Coimbra Doutora, (A propósito da revista “Dyonisos”)”, nº 451, 13 de Fevereiro de 1912

FM – “O cadastro da propriedade”, nº 461, 24 de Fevereiro de 1912

CL – “Crónica científica: A vida”, nº 462, 25 de Fevereiro de 1912

FM – “A propósito da questão de Ambaca”, nº 467, 1 de Março de 1912

FM – “Notas de Arte: Cómicos e comediantes”, nº 469, 3 de Março de 1912

CL – “Crónica científica: O problema da vida”, nº 473, 7 de Março de 1912

FM – “Dias de Chuva”, nº 477, 11 de Março de 1912

FM – “O futuro de Portugal”, nº 478, 12 de Março de 1912

FM – “A nossa terra: A Beira Baixa”, nº 490, 24 de Março de 1912

FM – “Três partidos... e nada”, nº 495, 29 de Março de 1912

FM – “Um povo adormecido”, nº 523, 26 de Abril de 1912

FM – “Um governo falido”, nº 529, 2 de Maio de 1912

Com Humberto Athaide (ambos sob o pseudónimo de Diógenes), “A Escola de Guerra: no dia da sua festa”, nº 539, 12 de Maio de 1912

Com Humberto Athaide (ambos com o pseudónimo de Diógenes), “A Escola de Guerra: Ao cair do pano”, nº 540, 13 de Maio de 1912

FM – “Últimos cartuchos”, nº 552, 25 de Maio de 1912

FM – “Orfeão Académico de Coimbra: Uma excursão ao Brasil e à Argentina”, nº 553, 26 de Maio de 1912

FM – “Dr. Joaquim Madureira”, nº 559, 1 de Junho de 1912

FM – “Um livro de Joaquim Madureira”, nº 561, 3 de Junho de 1912

FM – “D. Sebastião ou quê?”, nº 563, 5 de Junho de 1912

FM – “O Capital e o Trabalho: O propósito da greve dos eléctricos”, nº 569, 11 de Junho de 1912

FM – “Questões económicas: A indústria do ferro em Portugal”, nº 571, 13 de Junho de 1912

FM – “Em S. Tomé e Príncipe: O problema agrícola, Guerra ao intermediário”, nº 575, 17 de Junho de 1912

FM – “Em S. Tomé e Príncipe: O problema agrícola (continuação)”, nº 577, 19 de Junho de 1912

FM – “A indústria do Turismo: Como se atraem os estrangeiros”, nº 579, 21 de Junho de 1912

FM – “A greve dos eléctricos”, nº 584, 26 de Junho de 1912

FM – “O que custam os exércitos modernos”, nº 586, 28 de Junho de 1912

FM – “Fora, talassas”, nº 589, 1 de Julho de 1912

FM – “O Amor da Pátria”, nº 593, 5 de Julho de 1912

FM – “A Aventura de Couceiro”, nº 596, 9 de Julho de 1912

FM – “Serenidade”, nº 600, 13 de Julho de 1912

FM – “Nós e a Espanha”, nº 608, 23 de Julho de 1912

FM – “Henri Poincaré”, nº 612, 27 de Julho de 1912

Com Humberto Athaide, (sob o pseudónimo de Diógenes), “Na Escola de Guerra”, nº 612, 27 de Julho de 1912

FM – “Histórias de rir”, nº 613, 29 de Julho de 1912

Com Humberto Athaide (ambos com o pseudónimo de Diógenes) – “Na Escola de Guerra: Mais uma perseguição”, nº 613, 29 de Julho de 1912

FM – “Amigos, amigos...”, nº 616, 1 de Agosto de 1912

FM – “Vícios de Origem”, nº 618, 3 de Agosto de 1912

FM – “Delenda Cartago”, nº 619, 5 de Agosto de 1912

FM – “Calmaria podre”, nº 639, 28 de Agosto de 1912

FM – “A grande batalha dos Gordos e dos Magros”, nº 688, 24 de Outubro de 1912

FM – “O empréstimo”, nº 689, 25 de Outubro de 1912

FM – “Os Tartufos”, nº 693, 30 de Outubro de 1912

FM – “As nossas escolas”, nº 695, 1 de Novembro de 1912

FM – “As razões deles”, nº 697, 4 de Novembro de 1912

FM – “Uma grande artista: Mimi Aguglia”, nº 699, 6 de Novembro de 1912

FM – “O Parlamento”, nº 700, 7 de Novembro de 1912

FM – “A amnistia”, nº 703, 11 de Novembro de 1912

FM – “Em crise”, nº 711, 20 de Novembro de 1912

FM – “A febre guerreira”, nº 713, 22 de Novembro de 1912

FM – “Os Inquisidores do Século XX”, nº 718, 28 de Novembro de 1912

FM – “Os novos bárbaros: A invasão dos Paços do Concelho”, nº 726, 7 de Dezembro de 1912

FM – “Proprietários e Inquilinos”, nº 729, 11 de Dezembro de 1912

FM – “A pólvora e os homens da pólvora”, nº 736, 19 de Dezembro de 1912

FM – “A nossa miséria económica”, nº 741, 24 de Dezembro de 1912

FM – “Revista do ano”, nº 745, 31 de Dezembro de 1912

FM – “A indústria mineira em Portugal”, nº 747, 3 de Janeiro de 1913

FM – “Cães e cadelas”, nº 772, 3 de Fevereiro de 1913

FM – “A electricidade e a sua aplicação em Portugal”, nº 780, 13 de Fevereiro de 1913

FM – “Coisas de teatro”, nº 782, 15 de Fevereiro de 1913

FM – “A electricidade e a indústria”, nº 785, 19 de Fevereiro de 1913

FM – “A electricidade e a indústria”, nº 791, 26 de Fevereiro de 1913

FM – “Generais da fábrica nova”, nº 796, 4 de Março de 1913

FM – “O futuro de Lourenço Marques”, nº 800, 8 de Março de 1913

FM – “A Malvaloca, o Sr. Afonso Costa e a Lei da Separação”, nº 803, 12 de março de 1913

FM – “A indústria de ferro em Portugal”, nº 805, 14 de Março de 1913

FM – “O General André e as “fichas”, nº 810, 20 de Março de 1913

FM – “Apodrecendo aos poucos...”, nº 818, 29 de março de 1913

FM – “A intolerância do Sr. Afonso Costa”, nº 814, 25 de Março de 1913

FM – “O evolucionismo e os partidos”, nº 821, 2 de Abril de 1913

FM – “Sinais dos tempos”, nº 826, 8 de Abril de 1913

FM – “Os paladinos de Beatriz”, nº 833, 16 de Abril de 1913

FM – “A organização operária”, nº 840, 24 de Abril de 1913

FM – “Coisas sem tom nem som ou charadas a prémio”, nº 846 1 de Maio de 1913

FM – “Machado Santos e o país”, nº 852, 9 de Maio de 1913

FM – “Um protesto”, nº 857, 15 de Maio de 1913

CL – “Artes e artistas – Itália Vitaliani”, nº 858, 16 de Maio de 1913

FM – “O nosso exército”, nº 863, 22 de Maio de 1913

FM – “A lei de contribuição predial”, nº 864, 23 de Maio de 1913

FM – “No teatro República, Itália Vitaliani”, nº 866, 26 de Maio de 1913

CL – “A despedida – Itália Vitaliani e a arte de representar”, nº 869, 29 de Maio de 1913

FM – “A crise operária e o governo”, nº 870, 30 de Maio de 1913

FM – “Gosando...”, nº 879, 10 de Junho de 1913

FM - “A República em face do problema nacional”, partes I, II, III, IV, V, respectivamente nº 891, 893, 894, 895 e 897, de 24, 26, 27, 28 de Junho e 1 de Julho de 1913

FM – “Afonso Costa e o país”, nº 910, 16 de Julho de 1913

FM – “Alma inquieta”, nº 916, 23 de Julho de 1913

FM – “O Grande Elias no Porto”, nº 924, 9 de Agosto de 1913

FM – “Exemplos lá de fora”, nº 931, 18 de Agosto de 1913

FM – “O Estado Moderno e o Sindicalismo revolucionário: I – Enunciado do problema; II – Do Estado Medieval ao Estado Moderno; III – Produtores e não produtores; IV – Os diferentes processos de combate do socialismo; V – O sindicalismo revolucionário”, respectivamente nº 932, 933, 934, 935, 936 dos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de Agosto de 1913

FM – “O Ministro da Instrução, o sr. Camacho e o problema educativo”, nº 951, 10 de Setembro de 1913

FM – “A História repete-se”, nº 958, 18 de Setembro de 1913

FM – “Associação de malfeitores em Angola”, nº 960, 20 de Setembro de 1913

FM – “A lei dos cereais e os amigos do povo”, nº 961, 22 de Setembro de 1913

FM – “Esta canalha...”, nº 970, 2 de Outubro de 1913

FM – “Ao cair do pano...”, nº 973, 6 de Outubro de 1913

FM – “Ao Sr. Presidente da República”, nº 975, 8 de Outubro de 1913

FM – “O comício do Poço do Bispo”, nº 980, 13 de Outubro de 1913

FM – “Um novo partido”, nº 999, 11 de Novembro de 1913

FM – “A situação económica em Portugal”, nº 1002, 14 de Novembro de 1913

FM – “Cartas de longe”, nº 1010, 24 de Novembro de 1913

FM – “Um estadista tesíssimo”, nº 1028, 15 de Dezembro de 1913

FM – “A situação económica em Portugal: I – Portugal é um país essencialmente agrícola; II – O “deficit” de subsistências; III – As leis protectoras da agricultura; IV – Algumas causas da insuficiência da nossa produção agrícola; V - O movimento industrial português; VI – S. Tomé e Príncipe e o Brasil na economia nacional; VII – O Estado na economia nacional”, respectivamente nº 1030, 1032, 1035, 1037, 1045, 1052 de 17, 19, 23, 26 e 29 de Dezembro de 1913 e 6 e 14 de Janeiro de 1914

FM – “Os “dessous” da greve”, nº 1062, 26 de Janeiro de 1914

FM – “Ainda a crise”, nº 11067, 31 de Janeiro de 1914

FM – “*De profundis...*”, nº 1071, 5 de Fevereiro de 1914

FM – “Quem manda nas democracias, sr. Bernardino?”, nº 1080, 16 de Fevereiro de 1914

FM – “Centro Reformista: O Problema Nacional”, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, respectivamente nº 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1111, de 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23 e 25 de Março de 1914

FM – “Adesões...”, nº 1130, 16 de Abril de 1914

FM – “A propósito do caso do jesuíta sr. Pestana”, nº 1132, 18 de Abril de 1914

FM – “República e sempre República”, nº 1136, 25 de Abril de 1914

FM – “Campanha eleitoral”, nº 1139, 27 de Abril de 1914

CL – “O povoamento do sul, Um projecto do sr. Ezequiel de Campos – Coisas que os políticos não querem ouvir!”, nº 1142, 30 de Abril de 1914

O Popular

“Brito Camacho “se va al campo”, nº 2, 22 de janeiro de 1920

“Declaração ministerial”, nº 3, 23 de Janeiro de 1920

“O dia de Monsanto”, nº 4, 24 de janeiro de 1920

“Quem são os Bolchevistas?”, nº 5, 26 de Janeiro de 1920

“Ou navegação ou dissolução”, nº 7, 28 de Janeiro de 1920

“A hora do Partido Liberal”, nº 8, 29 de Janeiro de 1920

“Aqui d’El-Rei: A ver navios...”, nº 10, 2 de Fevereiro de 1920

“Aqui d’El-Rei: O afundar da Pátria”, nº 11, 3 de Fevereiro de 1920

“Os tribunais de guerra”, nº 12, 4 de Fevereiro de 1920

“Empréstimo, contribuições, ou quê?”, nº 13, 5 de Fevereiro de 1920

“O açambarcador – réptil”, nº 14, 6 de Fevereiro de 1920

“A Pátria em perigo: Tocando a rebate...”, nº 16, 9 de Fevereiro de 1920

“Popularidades que matam...”, nº 17, 10 de Fevereiro de 1920

“A Pátria em perigo: Tocando a rebate...”, nº 18, 11 de Fevereiro de 1920

“A sessão secreta: o calado é o melhor”, nº 19, 12 de Fevereiro de 1920

“Uma notável obra do Dr. Júlio Martins”, nº 21, 14 de Fevereiro de 1920

“Pérez Galdóz, através da crítica francesa”, nº 22, 16 de Fevereiro de 1920

“Os Ferroviários e o sr. Ministro do Comércio”, nº 23, 18 de Fevereiro de 1920

“Os Ferroviários e o sr. Ministro do Comércio: Soma e segue”, nº 24, 19 de Fevereiro de 1920

“Os Ferroviários e o sr. Minstro do Comércio... e a crise continua”, nº 25, 20 de Fevereiro de 1920

“As 8 horas de trabalho”, nº 26, 21 de Fevereiro de 1920

“Os Ferroviários e o sr. Ministro do Comércio: O critério da uniformidade de tarifas serve de pretexto a assaltos à bolsa dos contribuintes”, nº 27, 23 de Fevereiro de 1920

“Os Ferroviários e o sr. Ministro do Comércio: Cá e lá...”, nº 28, 24 de Fevereiro de 1920

“Salvemos a Pátria!”, nº 29, 25 de Fevereiro de 1920

“A momentosa e magna questão: Um brilhantíssimo discurso do Dr. Júlio Martins sobre o aumento das tarifas ferroviárias”, nº 30, 26 de Fevereiro de 1920

“Charada a prémio: Cai ou fica?”, nº 31, 27 de Fevereiro de 1920

“À força deve responder-se com a força”, nº 33, 1 de Março de 1920

“Os bolchevistas no poder”, nº 34, 2 de Março de 1920

“A abdicação”, nº 35, 3 de Março de 1920

“A República e os seus inimigos”, nº 36, 4 de Março de 1920

“Tocando a rebate”, nº 38, 6 de Março de 1920

“Eles e nós”, nº 39, 8 de Março de 1920

“Aspectos particulares da nossa luta económica”, nº 42, 11 de Março de 1920

“Os sintomas”, nº 44, 13 de Março de 1920

“Aspectos particulares da nossa crise económica”, nº 45, 15 de Março de 1920

“Entre duas reacções”, nº 46, 16 de Março de 1920

“A nossa política”, nº 47, 17 de Março de 1920

“O pão e o pau”, nº 48, 18 de Março de 1920

“A epístola do sr. Chagas”, nº 51, 21 de Março de 1920

“A epístola do sr. Ayres Ornelas”, nº 54, 29 de Março de 1920

“Tratado de paz”, nº 58, 30 de Março de 1920

“A epístola”, nº 59, 31 de Março de 1920

“As indemnizações”, nº 60, 1 de Abril de 1920

“Monárquicos e Sidonistas”, nº 61, 2 de Abril de 1920

“O projecto”, nº 62, 3 de Abril de 1920

“Velho tema”, nº 64, 6 de Abril de 1920

A Noite

“Palavras Necessárias”, 1 de Junho de 1926

“Os Intriguistas”, 4 de Junho de 1926

“O chefe da ULR pede a sua demissão de oficial do Exército”, 18 de Junho de 1926

“Os Monárquicos e o Governo”, (cortado pela Censura em 2 de Julho e publicado em 5 de Julho de 1926

“Sancho Pança quer ser D. Quixote”, 5 de Julho de 1926

“General (carta ao general Gomes da Costa)”, 5 de Julho de 1926

O Século

“O Império da Lei e da Justiça”, 11 de Novembro de 1922

“Falta de acção”, 12 de Novembro de 1922

“A república e os partidos”, 14 de Novembro de 1922

“O equilíbrio dos partidos”, 18 de Novembro de 1922

“O estado e a consciência religiosa”, 28 de Novembro de 1922

“Palavras serenas”, 5 de Dezembro de 1922

“A desordem da contabilidade pública”, 9 de Dezembro de 1922

“O fantasma da reacção”, 16 de Dezembro de 1922

“A Ordem na Desordem”, 24 de Dezembro de 1922

“Os salvadores”, 12 de Janeiro de 1923

“O câmbio português e o empréstimo que se projecta”, 4 de Fevereiro de 1923

“O novo partido”, 7 de Fevereiro de 1923

“Uma Explicação Necessária”, 16 de Março de 1923

“Uma atitude”, 17 de Março de 1923

“Carta ao Director de O Século”, 19 de Dezembro de 1927

Nota: Optou-se por indicar os artigos que, com grande grau de certeza, parecem ser da autoria de Cunha Leal, já que nenhum editorial ou artigo de fundo aparece assinado. Se a autoria for controversa, terá que admitir-se que a responsabilidade editorial, essa, indiscutivelmente lhe pertencerá

A Situação

“Uma carta do sr. Cunha Leal”, *A Situação*, 16 de Março de 1927

“Cunha Leal rebate as insinuações e as calúnias do jornal *A Voz*, *A Situação*”, 19 de Março de 1927

“Um sensacional documento – Uma carta do chefe da ULR”, 20 de Junho de 1927

Diário de Lisboa

“O Congresso Colonial” (intervenção), 9, 13, 15, 16 de Maio

“Reflexões sobre a crise económica”, 20, 21 e 22 de Julho de 1949

“O eng. Cunha Leal dirige um manifesto à Nação e ao Governo”, 29 de Outubro de 1949

“Uma carta de Cunha Leal de comentário a algumas afirmações contidas na carta de Botelho Moniz”, 20 de Novembro de 1949

“O eng. Cunha Leal responde às acusações que têm sido formuladas de a Oposição não ter programa”, 27 de Outubro de 1953

“O eng. Cunha Leal replica à nota do Ministério da Economia sobre os empreendimentos hidroeléctricos”, 3 de Novembro de 1953

“Epístola aos novos e aos governantes”, 5 de Novembro de 1953

“As revoltantes pretensões do Pandita Nerhu”, 23 de Junho de 1954

“Considerações de um abstencionista sobre os problemas nacionais. “Licet”?, 23 de Outubro de 1957

“Tréplica do eng. Cunha Leal à réplica do comodoro Sarmento Rodrigues”, 27 de Outubro de 1957

“Aprender até morrer (Tréplica aos comentários da União Nacional)”, 29 de Outubro de 1957

“Resposta a muitos”, 25 de Maio de 1958

“Coisas do Tempo Presente, A crise ultramarina e a reclamação dos direitos de cidadania”, 6 de Novembro de 1961

Diário Popular

“Novas afirmações do eng. Cunha Leal em resposta à nota do Ministério da Economia”, 5 de Novembro de 1953

Jornal de Notícias

“A Sessão da Oposição efectuada em Gaia”, 2 de Novembro de 1953

República

“O sr. Eng. Cunha Leal responde ao sr. Ministro da Economia”, 30 de Outubro de 1953

“Reflexões sobre o problema das eleições presidenciais”, 12 de Maio de 1958

“Resposta de Cunha Leal a uma nota oficiosa do Ministro do Ultramar”, 23 de Maio de 1958

“Evocando o 5 de Outubro”, 7 de Outubro de 1958

Vida Contemporânea

“Economia livre ou economia dirigida?”, nº 1, Maio de 1934

“Liberdade e democracia”, nº 2, Junho de 1934

“Sinais percursores de grandes transformações sociais”, nº 3, Julho de 1934

“Compreensivos e cristalizados”, nº 4, Agosto de 1934

“A experiência rooseveltiana”, nº 4, Agosto de 1934

“Erudição e cultura”, nº 5, Setembro de 1934

“O pesadelo da guerra”, nº 5, Setembro de 1934

“5 de Outubro de 1910”, nº 6, Outubro de 1934

“Atritos da engrenagem capitalista”, nº 6, Outubro de 1934

“O conceito de classe na era contemporânea”, nº 7, Novembro de 1934

“1 de Dezembro de 1640”, nº 8, Dezembro de 1934

“Aspectos objectivos da crise económica, I”, nº 8, Dezembro de 1934

“Ano novo, velhas ilusões”, nº 9, Janeiro de 1935

“Aspectos objectivos da crise económica, I”, nº 9, Janeiro de 1935

“31 de Janeiro de 1891”, nº 10, Fevereiro de 1935

“As insaciáveis ambições dos sérvios”, nº 10, Fevereiro de 1935

“Carnaval à porta”, nº 11, Março de 1935

“Modos de ver de um leitor e espectador descontente”, nº 11, Março de 1935

“Em Abril, águas mil”, nº 12, Abril de 1935

“A Aliança Peninsular segundo António Sardinha”, nº 12, Abril de 1935

“Um ano de luta pela realização de um sonho”, nº 13, Maio de 1935

“Programas e realidades”, nº 13, Maio de 1935

“Turvavam-se os ares”, nº 14, Junho de 1935

“Congresso dos economistas de língua francesa de 1933”, nº 14, Junho de 1935

“Saudemos o Verão”, nº 15, Julho de 1935

“A nova fase ideológica de Jorge Valois”, nº 15, Julho de 1935

“O mês de Agosto numa cidade hospitaleira”, nº 16, Agosto de 1935

“Setembro este mês de Setembro”, nº 17, Setembro de 1935

“Breves reflexões sobre a implantação da República Portuguesa”, nº 18, Outubro de 1935

“Uma data”, nº 19, Novembro de 1935

“O natal em duas fases de uma existência”, nº 20, Dezembro de 1935

***República* (Lourenço Marques)**

Conjunto de nove crónicas*, publicadas sob o título genérico de “Cartas de Espanha”, com o pseudónimo de Salvado de Carvalho, em Lourenço Marques, na Primavera de 1936, durante o segundo exílio espanhol:

II – “Azaña”

III – “A Queda dum anjo”

IV – “Vésperas presidenciais”

VI – “Federalismo, centralismo, ou quê?”

VII – “A política internacional de Espanha”

VIII – “As convulsões do partido socialista”

IX - “As convulsões do partido socialista (continuação)”

* Não estão acessíveis as crónicas I e V

Duas crónicas publicadas sob o título genérico de “Por esse mundo de Cristo...”, com o pseudónimo de Adrião Pinto

I – “O permanente e o circunstancial na política externa da Grã-Bretanha”

II – “O problema colonial na actualidade”* (Este artigo é parte de uma palestra mais desenvolvida, divulgada por Cunha Leal na Transradio Espanhola (Madrid), na Primavera de 1936.

* Tivemos acesso a estes dois conjuntos de crónicas do exílio espanhol pelos manuscritos, hoje na posse dos herdeiros do director do jornal *República*, A Neves Anacleto. Estão incompletas as colecções e não puderam ser cotejadas pelos textos publicados, já que o jornal apenas se encontra acessível para 1931, ano em que foi fundado

Vida Mundial

“Perspectivas Futuras da Europa” (Transcrito de *República*, Lisboa, 12 de Agosto de 1939)

“Uma Carta de Cunha Leal” (Transcrita de *República*, Lisboa), 16 de Dezembro de 1939

5. Legislação (DGTT, DGE)

Secretaria de Estado das Subsistências

Decreto 3902, (I Série), D.G. nº 46, 9/3/1918 – Criação do Ministério das Subsistências e Transportes

Decreto 3936 (I Série), D.G. nº 54, 18/3/1918 – Organização do Ministério das Subsistências

Decreto nº 33997, D.G., I Série, nº 64, 30 de março de 1918 – legislação eleitoral

Decreto 4205 (I Série), D.G. nº 96, 4/5/1918 – Regulamento dos Caminhos de Ferro do Continente

Decreto 4206 (I Série), D.G. nº 96, 4/5/1918 – Organização da Direcção Geral dos Transportes Terrestres

Nomeação de Francisco Pinto Cunha Leal como Director geral dos Transportes Terrestres, D.G. nº 64 (II Série), 18/3/1918

Nomeação de Governador do Banco de Angola, D G (II Série), 24 de Agosto de 1926

Demissão de Governador do Banco de Angola, Decreto nº 17 889 (I Série), D. G. nº 20,
24 de Janeiro de 1930

4. ENTREVISTAS

Entrevista ao jornal *A Pátria*, 1 de Julho de 1920

Entrevista ao *Diário de Lisboa*, 8 de Fevereiro de 1922

“O capitão Cunha Leal fala ao *Diário de Lisboa* sobre o julgamento do 18 de Abril e os últimos acontecimentos”, *Diário de Lisboa*, 8 de Outubro de 1925

Entrevista a *A Ditadura*, 18 de Novembro de 1925

“Afirmações importantes”, *Diário de Lisboa*, 13 de Fevereiro de 1925

Entrevista ao jornal *A Época*, 3 de Agosto de 1925

“Uma entrevista de sensação”. Fala o sr. Cunha Leal, *A Tarde*, 24 de Fevereiro de 1926

Entrevista ao jornal *A Tarde*, 9 de Março de 1926

“O partido democrático sempre que sai do poder...”, *Diário de Lisboa*, 15 de Dezembro de 1926

“O Senhor Cunha Leal entende que todos os republicanos devem confiar na acção do sr.

Ministro da Guerra...”, *A Situação*, 8 de Março de 1927

“É preciso um chefe”, *Diário de Lisboa*, 9 de Abril de 1927

“A Conferência Económica Internacional – O Presidente da Delegação Portuguesa conta das suas impressões e utilidade dos trabalhos realizados em Genebra”, *A Situação*, 3 de Junho de 1927

“Notáveis afirmações do sr. Cunha Leal”, transcrita de *O Correio da Manhã* (Rio de Janeiro) para *A Situação*, 14 de Junho de 1927

“União Liberal Republicana – sua atitude”, transcrita de *A Situação* para *A Opinião*, 29 de Outubro de 1927

“Angola e a sua actual situação”, transcrita do *Diário de Notícias* para o *Distrito da Guarda*, 23 de Outubro de 1927

“A acção de Cunha Leal na Sociedade das Nações”, *Diário de Lisboa*, 29 de Maio de 1928

“Hablando com Cunha Leal, emigrado político en España”, *Ahora*, Corunha, Setembro de 1931

“O Pensamento dum Político Português”, Cunha Leal fala ao *Diário de Lisboa*, 7 de Janeiro de 1933

Entrevista ao *Diário de Lisboa*, 16 de Novembro de 1945

Entrevista ao *Diário de Lisboa*, 22 de Janeiro de 1949

“Abstenção eleitoral ou concurso às urnas? “Eu escolhi a acção!””, *República*, 9 de Outubro de 1953

7. CONFERÊNCIAS, DISCURSOS, COMÍCIOS, PANFLETOS

“A Notável Conferência do Sr. Capitão Cunha Leal”, publicada n`*O Jornal da Tarde*, 18 de 1918

Comício no Coliseu, 21 de Fevereiro de 1919, in FPCL, *Eu, os Políticos e a Nação*, Portugal-Brasil, Lisboa, 1926, pp.41-46

Comícios no Teatro Apolo (Lisboa), 9 e 30 de Maio de 1920. Relatos n`*O Popular* dos dias seguintes

Comício em Alcobaça, 16 de Maio de 1920. Relato n`*O Popular* do dia seguinte

Comício no Teatro Águia d`Ouro (Porto), 23 de maio de 1920. Relato n`*O Popular* do dia seguinte

Conferência no Teatro Apolo (Lisboa): “O exame da situação económica e financeira e a autópsia das propostas das finanças”, 30 de Maio de 1920, in *O Popular*, 31 de Maio de 1920

Conferência -comício na Sociedade de Geografia de Lisboa, 15 de Dezembro de 1920

Conferência - comício no Teatro Carlos Alberto do Porto, 3 de Janeiro de 1921

Conferência na Academia de Ciências, 3 de Janeiro de 1922, *O Século*, 4 de Janeiro de 1922

Conferência na Associação de Lojistas de Lisboa, 12 de Dezembro de 1922, publicada nos jornais *República e O Século* do dia seguinte

Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, 17 de Dezembro de 1923, in *Eu, os Políticos e a Nação*, pp. 177-218

Conferência no Teatro Avenida, em Viseu, *O Jornal*, 28 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1924

Conferência no Cine-Teatro de Faro, 9 de Fevereiro de 1924, *O Rebate*, 10 de Fevereiro de 1924

Conferência em Luanda, meados de Setembro de 1924, *A Província de Angola e Preto no Branco*, 25 de Setembro de 1924

Discurso em almoço de homenagem no Teatro S. Carlos, revista *ABC*, 11 de Dezembro de 1924

Discurso na tomada de posse de Reitor da Universidade de Coimbra, 7 de Janeiro de 1925, Anuário da Universidade de Coimbra

Discurso pronunciado na Sala do Risco do Arsenal da Marinha, em 26 de Setembro de 1925, in *Eu, os Políticos e a Nação*

Discurso na Sociedade de Geografia de Lisboa, 6 de Fevereiro de 1926, in *Eu, os Políticos e a Nação*

Discursos de propaganda no lançamento do novo partido – a União Liberal Republicana – por todo o país, do Minho ao Algarve, entre os dias 12 de Março e 24 de Maio, A

Noite

Conferência realizada no Cine-Teatro de Braga, 12 de Abril de 1926, in *Eu, os Políticos e a Nação*, pp. 283-296

Sessão de Propaganda em Moura, discurso de Cunha Leal, *A Noite*, 29 de Junho de 1926

“A Aspiração de um Portugal Maior. Para Onde Vamos?”, Conferência a proferir na Sala Algarve da Sociedade de Geografia, em 3 de Julho de 1926 (proibida pelo Governo da Ditadura)

“O Momento – Discurso proferido no banquete em sua homenagem”, em 21 de Novembro de 1926, *Diário de Lisboa* de 22 de Novembro de 1926

Banquete de Homenagem, Discurso de Cunha Leal, *O Distrito da Guarda*, 28 de Novembro de 1926

Discurso na Associação Paris-América Latina, no âmbito da Conferência Internacional de Genebra de Maio de 1927, Paris, 4 de Maio de 1927

“Como a Delegação Portuguesa salvaguardou os interesses da Pátria”, (Transcrição do discurso de Cunha Leal na Assembleia Plenária da Conferência Económica de Genebra), in *A Situação*, 27 de Maio de 1927

“Internacionalismo, Trotsky e Estaline”, Conferência realizada no Teatro de S. Luís, em Lisboa, em 6 de Janeiro de 1928

“A Situação Financeira de Angola”, Conferência realizada na Associação Comercial de Lisboa, 4 de Janeiro de 1930

Carta do antigo Presidente do Ministério Cunha Leal ao Governador de Ponta Delgada, Escrita enquanto a Polícia cercava o Hotel, 11 de Outubro de 1930. Arquivo Distrital de Ponta Delgada

“O problema colonial na actualidade”, palestra na *Transrádio Espanhola*, 1936 (?), Espólio de Cunha Leal, Arquivo António Ventura

“O eng. Cunha Leal, na sua conferência na Covilhã, explica as razões e os objectivos da sua candidatura a deputado”, *Diário de Lisboa*, 5 de Novembro de 1949

“O discurso do eng. Cunha Leal”, *Diário de Lisboa*, 13 de Novembro de 1949

Discurso proferido na Garagem Monumental do Arieiro, na campanha eleitoral de Quintão Meireles, Julho de 1951

“Em demanda de soluções para o problema português”, ao microfone do Rádio Clube Português, 13 de Outubro de 1953 (publicado no *Diário de Lisboa* do dia 14)

“Verdades elementares”, Discurso pronunciado no Liceu Camões pelo eng. Cunha Leal, 27 de Outubro de 1953

Discurso proferido no banquete em sua homenagem, em 11 de Janeiro de 1958, documento manuscrito. Arquivo pessoal de Maria Helena Cunha Leal

“Exposição ao Presidente da República”, 30 de Agosto de 1962, IAN/TT, PIDE, Hélder Ribeiro, Proc. 2929-SR, fº 98-99

Representações do DDS ao Presidente do Conselho, em 27 de Abril, 17 de Maio e 8 de Junho de 1963, IAN/TT, PIDE, Carlos de Jesus Vilhena, Proc.1912/63

“Representação ao Presidente da República”, de Fevereiro de 1965, IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 28-29

“Representação ao Presidente da República”, 15 de Junho de 1965, IAN/TT, PIDE, Vasco da Gama Fernandes, Proc. 1076 - SR

“Representação ao Presidente do Conselho”, 17 de Dezembro de 1968, espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

“Representação ao Presidente do Conselho”, 2 de Janeiro de 1969, Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

“Mensagem ao II Congresso Republicano de Aveiro”, in *A Capital*, 15 de Maio de 1969
Carta à Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra, 30 de Junho de 1969,
Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

8. OUTRAS PUBLICAÇÕES DE CUNHA LEAL

Dissertação apresentada no Concurso para Prémio das Cadeiras de Mineralogia e Geologia, Anuário da Escola Politécnica, Escola Politécnica, 1907-1908

A política ferroviária de Portugal depois da Guerra, Separata do nº 49 da Revista Portuguesa de Comunicações, Lisboa, 1931

9. JORNAIS E REVISTAS

O Distrito de Castelo Branco, 1890-1891

O Correio da Beira, Castelo Branco, 1890-1894

A Beira Baixa, Fundão, 1890-1891

Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal e Espanha, 1890

O Albicastrense, Castelo Branco, 1889-1890

A`vante, Lisboa, 1910

O Intransigente, Lisboa, 1911-1914

A Pátria, Moçâmedes, 1913-1914

A Pátria, Lisboa, 1913-1914

A Província, Luanda, 1914-1916

Revista Colonial, 1914-1916

Boletim Oficial da Província de Angola, II Série, 1915-1916

Jornal de Angola, Luanda, 1916

O Jornal da Tarde, Lisboa, 1918-1919

Correio da Extremadura, Santarém, 1918-1919

Jornal de Benguela, 1919

O Debate, Santarém, 1919

O Dia, Lisboa, 1918

Diário de Lisboa, 1921-1970

A Folha de Chaves, 1921-1922

O Povo de Chaves, 1922

A Ditadura, Lisboa, 1923-1926

Revista da Universidade de Coimbra, 1924-1925

Anuário da Universidade de Coimbra, 1924-1926

Gazeta de Coimbra, 1924-1925

Seara Nova, 1925

Diário da Madeira, 1930-1931

Correio dos Açores, 1931

Jornal da Tarde, Lisboa, 1918

A Luta, Lisboa, 1918

A Monarquia, Lisboa, 1918

A Opinião, Lisboa, 1918

O Século, Lisboa, 1907-1970

A Situação, Lisboa, 1918

O Tempo, Lisboa, 1918-1919

A Época, Lisboa, 1925

O Mundo, Lisboa, 1925

Diário da Manhã, Lisboa, 1930-1957

A Ideia Nacional, Lisboa, 1927

Revolução Nacional, Lisboa, 1926-1930

A Situação, Lisboa, 1927

O Distrito da Guarda, 1926 – 1929

O Comércio de Penafiel, 1926-1930

A Opinião, Oliveira de Azeméis, 1926 - 1931

O Rebate, Lisboa 1926-1930

Sempre Fixe, Lisboa, 1927-1929

A Situação, Lisboa, 1927-1930

Diário de Notícias, Lisboa, 1918-1970

A Voz, Lisboa, 1927-1964

O Distrito da Guarda, 1926-1927

Portugal, Lisboa, 1927

Os Ridículos, Lisboa, 1926-1930

Notícias de Luanda, 1926

Journal de Genève, Maio de 1927

O Bejense, 1930

Correio dos Açores, 1930

Vida Mundial, 1939, 1947

Primeiro de Janeiro, Porto, 1945

Diário Popular, Lisboa, 1945-1970

Reconquista, Castelo Branco, 1949

Novidades, 1926-1957

República, 1921-1970 (excluindo os interregnos da sua não publicação)

A Capital, 1969-1970

II - BIBIOGRAFIA

1. OBRAS E ARTIGOS DE CARÁCTER TEÓRICO E METODOLÓGICO

Bonifácio, Maria de Fátima, “O abençoado retorno da velha História”, *Análise Social*, 4^a série, vol. XXVIII, nº 122, 1993, pp. 623-630, *Apologia da História Política*, Lisboa, Quetzal, 1999

Bourdieu, Pierre, “L’illusion biographique”, in *Raisons Pratiques. Sur la théorie de l’action*. Paris, éditions du Seuil, pp. 81-89

Damamme, D., “Histoire et désir d’histoire”, *Pôle Sud. Revue de Science Politique*, nº 1, Outono de 1994, pp. 61-77

“Des instruments biographiques”, *Pôle Sud. Revue de Science Politique*, nº 1, 1994, pp. 5-9

Durão, Susana, e Cardoso, Teresa, “Os Métodos Biográficos, Uma aproximação aos fundamentos da história de vida”, *Arquivos da Memória*, nº 1, 1996, pp. 95-123

Febvre, Lucien, *Martinho Lutero, Um Destino*, “Prefácio da Primeira Edição” e “Prefácio da Segunda Edição”, Edições Asa, Lisboa, 1998, pp.11-18

Fink, Carole, *Marc Bloch, Uma Vida na História*, “Prefácio”, Celta, Oeiras, 1995, pp.xvii-xix

Género Biográfico – História e Historiografia, IV Seminário Livre do Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL, 10, 17, 24 e 31 de Maio de 2001

Holmes, Richard, “Proper Study?”, in *Mapping Lives, The Uses of Biography*, The British Academy, Oxford, 2002, pp. 7-18

Kinkead-Weeks, Mark, “Writing Lives Forwards”, *Mapping Lives, The Uses of Biography*, The British Academy, Oxford, 2002, pp. 235-254

“*La dimension biographique: l’individu, le sujet, l’acteur*”, Coordination de Jacques Revel, Cursos da Arrábida, 7 a 11 de setembro de 1998

Joana, J., “Les usages de la méthode biographique en sciences sociales”, *Pôle Sud. Revue de Science Politique*, n° 1, 1994, pp. 89-99

Lejeune, Philippe, *Le Pacte Autobiographique*, Paris, Ed. du Seuil, 1975,

Levi, Giovanni, “*Les usages de la Biographie*”, *Annales ESC*, Paris, n° 6, Novembre-Décembre 1989

Madelénat, Daniel, *La Biographie*, Paris, PUF, 1984

Madelénat, Daniel, “Situation et signification de la biographie en 1985”, in *Problèmes et méthodes de la biographie, Actes du Colloque, Sorbonne 3-4 Mai, 1985, Sources travaux historiques*, Paris, Mai 1985

Marcus, Laura, “The Newness of the New Biography”, in *Mapping Lives, The Uses of Biography*, The British Academy, Oxford, 2002, pp. 193-218

Mendes, José Amado, “*A Biografia na História*”, IX Encontro de Professores de História – Comunicações, Caldas da Rainha, 15, 16 e 17 de Maio de 1991

Millet, Hélène, “L’ordinateur et la biographie ou la recherche du singulier”, in *Problèmes et méthodes de la biographie, Actes du Colloque, Sorbonne, 3-4 Mai 1985, Sources et travaux historiques*, Paris, Mai 1985

Poincaré, Henri, *La valeur de la Science*, Flammarion, Paris, 1927

- “Quand l'historien se fait biographe”, *Esprit*, n° 184, 1992
- Reis, António, Raul Proença, *Biografia de um intelectual político republicano*,
 “Introdução”, Dissertação de Doutoramento, FCSH-UNL, 2000, Vol. I, pp. 1-21
- Seymour, Miranda, “Shaping the Truth”, in *Mapping Lives, The Uses of Biography*,
 The British Academy, Oxford, 2002, pp. 253-267
- St Clair, William, “The Biographer as Archaeologist”, in *Mapping Lives, The Uses of Biography*,
 The British Academy, Oxford, 2002, pp. 219-234
- Torres, Félix, “Du champ des Annales à la biographie: réflexions sur le retour d'un genre”,
 in *Problèmes et méthodes de la biographie, Actes du Colloque, Sorbonne, 3-4 Mai, 1985, Sources travaux historiques*, Paris, Mai, 1985
- Trebitsch, Michel, “Post-scriptum au colloque: les folies de Byron”, in *Problèmes et méthodes de la biographie, Actes du Colloque, Sorbonne, 3-4 Mai, 1985, Sources travaux historiques*, Paris, Mai, 1985
- Vovelle, Michel, “De la biographie à l'étude de cas”, in *Problèmes et méthodes de la biographie, Actes du Colloque, Sorbonne, 3-4 Mai, 1985, Sources travaux historiques*, Paris, mai, 1985
- Weber, Max, *Essais sur la Théorie de la Science*, Paris, Librairie Plon, 1965
- Winock, Michel, *O Século dos Intelectuais*, Terramar, Lisboa, 2000

2. OBRAS DE CARÁCTER GERAL E ENQUADRAMENTO

- Albères, R.M., *L'Aventure intellectuelle du XX siècle, Panorama des littératures européennes – 1900-1959*, Albin Michel, Paris, s/d
- Almeida, Pedro Ramos de, *Salazar, Biografia da Ditadura*, Edições Avante, Lisboa, 1999

Dicionário de História do Estado Novo, Direcção de Fernando Rosas e J M Brandão de Brito, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, 2 vols.

Dicionário de História de Portugal, Suplemento, (Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Livraria Figueirinhas, Vols. VII-VIII

História da Expansão Portuguesa (Dir. de Francisco Bettencourt e K. Chaudhuri), Círculo de Leitores, Lisboa, 1997, Volumes IV e V

Marques, A H Oliveira, *Guia de História da Primeira República Portuguesa*, Editorial estampa, Lisboa, 1981

Marques, A H Oliveira, “Da Monarquia para a República”, in *Nova História de Portugal*, vol. XI, (Dir. de Joel Serrão e A H Oliveira Marques), Vol. XI, Ed. Presença, Lx., 1991

Marques, A H Oliveira, “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)” (Coord. de Fernando Rosas), in *Nova História de Portugal*, vol. XII, Ed. Presença, Lisboa, 1992

Marques, A H Oliveira, *A Primeira República Portuguesa (para uma visão estrutural)*, Livros Horizonte, Lisboa, s/d

Marques, A H Oliveira, *História da Primeira República Portuguesa (As estruturas de base)*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978

Medina, João, *História de Portugal* (Direcção), Vols. X, XI, XII, XIII Clube Internacional do Livro, Lisboa, 1995

Morais, João e Violante, Luís, *Cronologia dos Factos Económicos e Sociais, Portugal 1926-1985*, Livros Horizonte, Lisboa, 1986

Peres, Damião, *História de Portugal Barcelos (Suplemento)*, Portucalense Editora, Porto, 1954

Ramos, Rui, “A Segunda Fundação”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Vol. VI, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994

- Rego, Raul, *História da República*, 5 volumes, Círculo de Leitores, Lisboa, 1986-1987
- Reis, António, (Direcção), *Portugal Contemporâneo*, Publicações Alfa, Lisboa, 1990-1991
- Reis, António, *Raul Proença – Biografia de um intelectual político republicano*,
Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades (polic.), UNL,
2000, 2 vols.
- Rosas, Fernando, *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), “O Estado Novo (1926-1974)”, Vol. VII, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994
- Telo, A José, “Compreender Sidónio”, in *História* nº 9 (Nova Série), Lisboa, Dezembro, 1998
- Telo, A José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 2 vols., A Regra do Jogo, Lisboa, 1984
- Telo, A José, *Portugal na Segunda Guerra*, Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1987

3. OBRAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA

- AA.VV., *Portugal Contemporâneo* (Coord. de António Costa Pinto), sequitur, Madrid, 2000
- Alves, Ferro, *Os Budas – O Contrabando de Armas*, Lisboa, 1935
- Alves, Ferro, *A Mornaça, A Revolta nos Açores e Madeira em 1931*, Parc. A M Pereira, Lisboa, 1935
- Anacleto, A Neves, *A longa Luta, preso, algemado e deportado*, Edição do autor, Lisboa, s/d

Anais da Revolução Nacional, (Dir. de João Ameal), Editores Eurico Lima Magalhães, Vol. II, 1936

António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença*, Organização e introdução de José Carlos Gonzalez, com um estudo de Fernando Piteira

Avillez, Maria João, *Soares Ditadura e Revolução*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996

Baptista, Jacinto, *Disse chamar-se António Sérgio de Sousa...*, Caminho, Lisboa, 1992

Barros, João de, *Educação Republicana*, Liv. Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa, 1916

Bastos, Teixeira J.F., *A Crise, estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas relações com a crise geral contemporânea*, Livraria Internacional de Ernesto Cardron, Porto, 1894

Bastos, Teixeira J.F., *A dissolução do regime capitalista*, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, Lx., 1897

Boavida, Ana M. Caiado, “Tópicos sobre a prática política dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionalismos do movimento estudantil”, in *Análise Social*, vol. XIX, (77-78-79), 1983

Brun, André, *A Malta das Trincheiras*, Liv. Civilização Editora, Lisboa, s/d

Caetano, Marcelo, *Portugal e a Internacionalização dos problemas africanos, história duma batalha: da liberdade dos Mares às Nações Unidas*, Bertrand, Lisboa, 1971

Campos, Ezequiel de, *A Evolução e a Revolução Agrária*, Renascença Portuguesa, Porto, 1918

Cardoso, Ernesto de Sá, *Memórias de uma época e apontamentos políticos*, Edição do Autor, Lisboa, 1973

Cardoso, J. Ribeiro, *Em prol da terra e do homem*, Portela feijão, Castelo Branco, s/d

Catroga, Fernando, *O republicanismo em Portugal*, notícias editorial, Lisboa, 2000

Conceição, Alfredo A Pereira, *A Escola do Exército, sua fundação e evolução histórica*, Edições Infantaria, Lisboa, 1950

Dionísio, Eduarda, “A vida cultural durante a República”, in *História Contemporânea de Portugal* (Dir. de João Medina), *Primeira República*, Tomo II, Amigos do Livro Editores, Lisboa, 1985, pp. 9-20

Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Portugália, Lisboa, 1940

Eça, General Pereira de, *Campanha do Sul de Angola em 1915, Relatório*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921

Farinha, Luís, *Estudo sobre a acção política parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República (1918-1926)*, Colecção Parlamento, Assembleia da República, Edições Afrontamento, Lisboa, 2003

Farinha, Luís, *Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio*, in *Penélope*, nº16, 1995

Farinha, Luís e Monteiro, Renato, *Guerra Colonial, Fotobiografia*, Publicações D. Quixote, 2ª edição, 1998

Farinha, Luís, “Henrique Galvão e o Império, Do Império Português à Descolonização”, in *História*, Ano XXII, (Nova Série), nº 21, Janeiro de 2000cvu

Farinha, Luís, “Os Revirallistas e a Frente Popular Portuguesa”, in *História*, Ano XIX (Nova Série), nº 28, Janeiro/Fevereiro de 1997

Fernandes, Vasco da Gama, *Democracia. Génese. Evolução*. Presença., Leiria, 1957

Fernandes, Vasco da Gama, *Depoimento Inacabado*, Public Europa-América, Lisboa, 1975

Ferreira, José Medeiros, *O Comportamento político dos militares – forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992

Freire, João Paulo, *João Franco sobre el-rei D. Carlos. Recortes e comentários de um jornalista*, Livraria e Imprensa Civilização Editora, Porto, 1924

Gomes, J. Ferreira, *A Universidade de Coimbra durante a 1ª República*, I I Educacional, Lisboa, 1990

Humberto Delgado, *As eleições de 1958* (Coord. De Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria), Veja, Lisboa, 1998

O Instituto Nacional de Estatística, Edições INE, 1935

Lima, Campos, *A questão da Universidade – Depoimento de um estudante expulso*, Clássica Editora, Lisboa, 1907

Machado, Bernardino, *A Universidade e a nação*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1904

Marques, A H Oliveira, *O General Sousa Dias e as Revoltas Contra a Ditadura, 1926-1931*, publicações dom quixote, Lisboa, 1975

Marques, A H Oliveira, *A Literatura Clandestina em Portugal, 1926-1932*, Fragmentos, 2 volumes, Lisboa 1990

Marques, A H Oliveira, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar 1927-1928*, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1976

Marques, A H Oliveira, *A Unidade da Oposição à Ditadura 1928-1931*, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1976

Martins, Manuel Gonçalves, *O Estado Novo e a Oposição (1933-1974)*, Pedro Ferreira-Editor, Sintra, 2000

Martins, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Sociedade Editorial ABC Limitada, Lisboa, 1921

Matos, Norton de, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Editora Marítimo Colonial, Lisboa, 1944, 4 vols.

Medina, João, *A Carbonária e a Revolução de Outubro*, Textos de Joaquim Madureira, Augusto Vivero e António de la Villa, precedidos de um estudo de João Medina, Editora História Crítica, Lx., 1980

Medina, João, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Edição Cosmos, Lisboa, 1994

Moncada, Albano de, *O Banco de Angola, eu e o sr. Oliveira Salazar*, Edição do Autor, Lisboa, 1930

Moniz, Egas, *Um Ano de Política*, Sociedade Editora Portugal-Brasil, s/d

Oliveira, Pedro Aires, *Armando Monteiro, uma biografia política*, Bertrand Editora, Lisboa, 2000

Neto, Vítor, “Abel Botelho, Quadros de patologia Social”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 21, 2000

Norton, José, *Norton de Matos Biografia*, Bertrand Editora, Lisboa, 2002

Olavo, Américo, *Na Grande Guerra*, Guimarães, Lisboa, 1919

Pereira, Ana Cristina Clímaco, *L'exil portugais en France et en Espagne (1927-1940)*, Thèse présentée pour le Doctorat de L'Université de Paris 7 (Denis Diderot), mention Sociétés Occidentales, 1998, (polic.), 5 vols.

Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política – “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001

Pimenta, Alfredo, *Política Portuguesa. Elementos para a solução da crise nacional*, Moura Marques, Coimbra, 1913

Pinto, António Costa, *Os Camisas Azuis, Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal – 1914-1945*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994

Pinto, António Costa, “Portugal e a Resistência à Descolonização”, in *História da Expansão Portuguesa* (Dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), vol. V, Círculo de Leitores, pp. 51-64

Portugal da Grande Guerra (Dir. do General Ferreira Martins), Editorial Ática, Lisboa, s/d, 2 vols.

Raby, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal (1941/74)*, Edições Salamandra, Lisboa, 1990

Rebelo, José Pequito, *As Eleições de Portalegre*, Edição do Autor, Lisboa, 1950

“Relatório do Governo acerca da participação de Portugal na guerra europeia”, *Diário do Governo*, I Série, nº 9, 17 de Janeiro de 1917

Reys, Luís Câmara, *Vida Política*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1913

Roçadas, J. A Alves, *Relatório sobre as operações do Sul de Angola em 1914*, Imprensa nacional, 1919

Rodrigues, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, notícias editorial, Lisboa, 2002

Rollo, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994

Roxo, António, *Monografia de Castelo Branco*, Tip. Progresso, Elvas, 1890

Rosas, Fernando, Carvalho, Rita e Oliveira, Pedro Aires, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano, Correspondência Política (1945-1974)*, Círculo de Leitores, 2 vols., Lisboa, 2002

Sampaio, Alberto, *Hontem e Hoje*, Guimarães, 1891

Sardica, José Manuel, “A greve académica de 1907 – Combate político e renovação cultural”, in *História* (Nova Série), nº 4/5, Agosto de 1998

Silbert, Albert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'ancien régime, XVIII siècle – début du XIX siècle*, SEVPEN, Paris, 1966, II Volume

Teixeira, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra 1914-1918 Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996

- Teles, Basílio, *Memórias Políticas*, Publicações Alfa, Lx., 1990
- Teles, Basílio, *O Problema Agrícola: crédito e imposto*, Chardron, Porto, 1899
- Torgal, Luís Reis, *A Universidade e o Estado Novo: o caso de Coimbra (1826-1961)*, Minerva, Coimbra, 1999
- Valério, Nuno, (Coord.), *As Finanças Públicas no Parlamento Português, Estudos Preliminares*, Coleção Parlamento, Assembleia da República, Afrontamento, Lisboa, 2002
- Valério, Nuno, *As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras mundiais*, Cosmos, Lisboa, 1982
- Vilhena, Júlio de, *Antes da República, Notas Autobiográficas*, França e Arménio Editores, Coimbra, 1916

4. OBRAS E ARTIGOS SOBRE CUNHA LEAL (B. SUMÁRIA)

- Almeida, António José, Carta de 8 de Dezembro de 1918, in Cunha Leal, *Eu, os Políticos e a Nação*, Introdução, XXXVI
- A Associação Central da Agricultura Portuguesa e as Propostas de Finanças do Sr. Cunha Leal*, Edição da ACAP, Lisboa, 1921
- Barbosa, Plácido, Preâmbulo e fecho de uma entrevista com Cunha Leal, in *Vida Mundial*, 20 de Setembro de 1947
- Barreto, José, “Cunha Leal”, in *Dicionário de História de Portugal*, (Dir. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Livraria Figueirinhas, vol. VII
- Blasco, Mercedes, in *Os Meus Homens*, Lisboa, 1926, pp. 186-189

Brito, António José de, “As opiniões do Sr. Cunha Leal”, in *tempo presente*, revista portuguesa de cultura, III Ano, nº 27, 1961

Cortesão, Jaime, “Alguém”, *Seara Nova*, nº 2, 5 de Novembro de 1921

Curto, Marcelo, “Vamos mudar”, *Diário de Lisboa*, 22 de Outubro de 1989

D`Aguiar, Armando, *A Ditadura e os Políticos*, Editorial Hércules, Lisboa, 1932

Dantas, Júlio, “La eloquencia politica en Portugal”, *La Nación*, Buenos Aires, 17 de Agosto de 1924

Farinha, Luís, “Cunha Leal”, in *Dicionário de História do Estado Novo* (Dir. de J M Brandão de Brito e Fernando Rosas), Círculo de Leitores, Lisboa, 1994

Feliz, J. Mendes, *O Alcaide – Apontamentos para sua história*, Edição da “liga dos Amigos do Alcaide”, 1968

Freire, João Paulo (Mário), *Fogos Fátuos*, Edição da Renascença Portuguesa, Porto, 1923

Freire, João Paulo (Mario), *O livro de João Franco sobre el-rei D. Carlos. Recortes e comentários de um jornalista*, Livraria e Imprensa Civilização, Porto, 1924

Graça, J da Silva, “Um Homem”, in *O Século*, 23 de Outubro de 1921

Guimarães, Luís de Oliveira, in *Presidentes do Conselho Beirões*, Lisboa, 1966, pp. 47-48

Machado, Bernardino, Carta dirigida aos promotores de um banquete de homenagem a Cunha Leal, 21 de Novembro de 1926

Nemésio, Vitorino, *Observador*, 23 de Julho de 1970

Nogueira, Franco, Salazar, vol. II, 1977 e vol. VI, 1989

Paxeco, Oscar, *O Cântaro do Sr. Cunha Leal*, Edição do autor, Lisboa, 1963

Pinto, Ricardo Leite, “União Liberal Republicana (1926-1930), Um partido político na transição da I República para o Salazarismo”, *Polis, revista de estudos Jurídico-Políticos*, Separata aos nº 4/5, Julho-Dezembro de 1995

Preto, Rolão, “Opiniões Livres – Cunha Leal”, in *República*, 13 de janeiro de 1958

Ribeiro, Olga, “Cunha Leal”, in *História de Portugal*, (Direcção de João Medina), Clube Internacional do Livro, Lisboa, 1995, Vol. X, pp. 247-251

Sítio “Cunha Leal” in CPHRC

Vilaça, Alberto, “Notas de Leitura”, in revista *Vértice*, nº 195, Coimbra, Dezembro de 1959